

ANAIS

XII SNHH

ENSINAR HISTÓRIAS E
IMAGINAR DEMOCRACIAS:
AFETOS, HISTORICIDADES,
TEORIAS

27 A 30 DE AGOSTO DE 2024

UFOP | OURO PRETO



ORGANIZADORES

Ana Paula Santana

Floriza Paula

Ilda Renata Andreatta Sesquim

Luisa Rauter Pereira

Marcelo Abreu

Marcelo Rangel

Thamara Rodrigues

Valdei Lopes de Araujo

Wagner Geminiano

Walderez Ramalho

**ENSINAR HISTÓRIAS E IMAGINAR DEMOCRACIAS: AFETOS,
HISTORICIDADES, TEORIAS**

1ª. edição

Mariana

SBTHH

2025

Copyright © 2025 Ana Paula Santana, Floriza Paula, Ilda Renata Andreatta Sesquim, Luisa Rauter Pereira, Marcelo Abreu, Marcelo Rangel, Thamara Rodrigues, Valdei Lopes de Araujo, Wagner Geminiano e Walderez Ramalho

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra, por qualquer meio, sem a autorização dos autores, constitui violação da LDA 9610/98.

1a Edição – 2025

Textos e sua revisão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Brasileiro de Teoria e História da
Historiografia (12. : 2024 : Ouro Preto, MG)
Anais do XII Seminário Brasileiro de Teoria e
História da Historiografia [livro eletrônico] :
ensinar histórias e imaginar democracias : afetos,
historicidades, teorias. -- Mariana, MG : Edições
SBTHH, 2025.

PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-69703-14-3

1. Brasil - História 2. Brasil - Historiografia
3. Seminários - Brasil I. Título.

25-253612

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

XII Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia

Comissão Organizadora

Ana Paula Santana (UFAL)
Luisa Rauter Pereira (UFOP)
Marcelo Abreu (UFOP)
Marcelo Rangel (UFOP)
Thamara Rodrigues (UEMG)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)
Wagner Geminiano (UFOP)
Walderez Ramalho (UDESC)

Comissão Discente

Floriza Paula (UFOP)
Franciele Teixeira Vidal (UFOP)
Ilda Andreatta Sesquim (UFOP)
Letícia Ribeiro Afonso (UFOP)
Lívia Mendes (Unicamp)

Organização

Plural: Laboratório de História, Ética e
Democracia
Sociedade Brasileira de Teoria e História da
Historiografia
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Ouro Preto

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
Minas Gerais (FAPEMIG)
Universidade Federal de Ouro Preto

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Presidente

Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Vice-presidente

Marcelo Rangel (UFOP)

Secretário Geral

Fernanda Oliveira da Silva (UFRGS)

Secretária Adjunta

Breno Mendes (UFG)

Tesouraria

Breno Mendes (UFG)

Conselho Fiscal

Valdei Lopes de Araújo (UFOP)

Diretor de Publicações

APRESENTAÇÃO

XII SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Ensinar histórias e imaginar democracias: afetos, historicidades, teorias

Promovido pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH) é reconhecido como o mais importante evento científico de sua área, sendo um dos principais da América Latina, com vínculos fortes com redes de pesquisadoras/es e instituições dos EUA e Europa. Ao longo de sua história, o SNHH foi um dos principais fatores para a expansão e consolidação do campo no país, que atualmente ocupa um lugar de ponta na produção de pesquisa no domínio da História e das Ciências Humanas em geral. No âmbito do SNHH se realizam os principais debates, encontros e trocas entre as/os estudiosas/os brasileiras/os e estrangeiras/os da área de Teoria e História da Historiografia. O evento permite, deste modo, tanto o amadurecimento de pesquisas, quanto o delineamento de projetos e ações que visam dar continuidade ao crescimento do campo, seja em termos da definição de agendas de investigação, formação de novos quadros, ou ainda ações que envolvem a docência e a circulação do conhecimento produzido.

Nesta décima segunda edição, o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia teve como tema Ensinar histórias e imaginar democracias: afetos, historicidades, teorias. Sob a organização da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Sociedade Brasileira de Teoria e História e da Historiografia (SBTHH), do Programa de Pós-Graduação em História/UFOP (PPGHIS) e do laboratório Plural e apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o evento foi realizado entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024 no Centro de Convenções de Ouro Preto.

Nos dedicamos à tematização de um problema que tem sido cada vez mais decisivo à teoria e à história da historiografia: o ensino de história. Não se tratou de pensá-lo apenas a partir do espaço universitário e escolar, mas também e especialmente tendo em vista outros ambientes da cultura histórica importantes à atualização e transformação de nossa relação com a história. Nesse sentido, exploramos argumentos teóricos, linguagens, métodos, afetos e tecnologias que têm se mostrado decisivos à pesquisa e ao ensino de história.

Estamos sempre em relação com passados e futuros, segundo diferentes modos de mediação, existencial, epistêmico, estético e ético-político. Tendo em vista que todos temos direito à história, e que a produção historiográfica é decisiva à defesa de uma sociedade plural, diversa e justa, um dos papéis mais importantes dos/as historiadores/as é o de participar de maneira responsável e democratizante nesse processo de produção e discussão pública do conhecimento historiográfico. Se, por um lado, nos dedicamos cuidadosamente à construção de argumentos e nos expomos constantemente à crítica, por outro lado, se torna necessária uma abertura mais sensível ao conhecimento histórico produzido em outros espaços que também são decisivos à autocrítica.

Considerando essa abertura, enfatizamos a necessidade de pensar as relações entre políticas públicas de educação e o valor da história para a formação de diversos sujeitos – professores, estudantes e públicos em geral – para a construção da cidadania e da democracia.

Desse modo, nosso encontro se dedicou a pensar os dilemas que o conhecimento histórico e os/as historiadores/as profissionais enfrentam em tempos de crise e construção democrática. Portanto, nos questionamos: Como temos pensado os diversos modos de relacionar a pesquisa e o ensino de história? De que forma refletimos sobre a relação entre os afetos, os corpos e a história? Quais relações estabelecemos com saberes e historiografias populares? Como temos discutido e reagido a argumentos históricos com orientação autoritária? De quais maneiras divulgamos o que produzimos?

Comissão Organizadora

Sumário

“As outras necessárias”: o realismo feminista na obra da escritora italiana Elena Ferrante	11
“A agitação de uma brisa”: metáforas náuticas, tempo e catástrofe planetária em Carl Sagan	19
A “atitude óptica” como “atitude espiritual em relação ao óptico”: uma análise de o problema do estilo nas artes visuais de Erwin Panofsky (1915)	28
A ancestralidade na linguagem política de movimentos sociais indígenas coetâneos e a produção de políticas do tempo	36
A dimensão da afetividade no youtube sobre a morte de Olavo De Carvalho	46
A distopia estadunidense no pós guerra: uma análise de Fahrenheit 451.	58
A experiência do movimento de cultura popular (MCP) e de Paulo Freire na luta contra o analfabetismo no Brasil (1958-1964)	69
A exposição “rastros da verdade - arquivos e memórias da comissão da verdade do rio” na UERJ/FFP: estratégias para a educação em direitos humanos, ensino de história e promoção da democracia	83
A fenomenologia do espírito e a formação ética do indivíduo	91
A filosofia da história de Vilém Flusser	99
A historiografia diante da nata dos intelectuais	104
“A obra dele é a minha própria”: Lêda Boechat, a historiografia brasileira e o espólio de José Honório Rodrigues	115
A revolução de papel – linguagem política e estratégia historiográfica nas “Lettres sur l’ histoire de France” (1820) de Augustin Thierry: políticas do tempo e da história	127
Academicamente popular: as escolas de samba “na história” e a história nas escolas de samba.....	140
Afiliação acadêmica e a produção do conhecimento histórico: notas de pesquisa de uma análise sobre a formação inicial em história na UEFS	153
Antídoto ou veneno? A disputa pelo “realismo ontológico” na construção de versões do passado das “novas direitas”: o caso de Olavo De Carvalho (2008)	161
Jornadas de junho: a transformação do fenômeno em evento histórico.....	170
Audio-série sonoridades históricas afro-indígenas de barra longa: uma histo-	

riografia popular enunciada por fábulas.....	180
Brasil Pinheiro Machado, reflexões sobre o trabalho do historiador.....	194
Com quantos marxistas se constrói um saquarema? Os marxismos em o tempo saquarema	201
Como contar histórias após o século XX? Possibilidades de escritas modernistas através das interpretações de Hayden White	213
Contribuições no emprego do método cruzado: uma história do anarquismo e do comunismo no Brasil nas obras “Colônia Cecília” (1942) e “Zamir” (1956) de Afonso Schmidt	221
Currículo e ensino de história: entre cronótopo e sincronização temporal	230
Da ficção metafísica aos escritos de combate: Bernanos e a experiência do exílio.....	242
Desafíos pedagógicos y propuestas para la enseñanza de la historia en las instituciones educativas del Perú	254
Devir ancestral: experiência de tempo e ação política entre os Kaingang	265
Durante, depois: momentos testemunhais	277
Escrita da história, diplomacia e sociabilidades no oitocentos: Bartolomé Mitre, Andrés Lamas e o IHGB.....	287
Família, casamento e condição da mulher no início do século XX no Brasil: os romances de Amélia De Freitas Bevilacqua.....	296
Frankenstein (1818), de Mary Shelley, e seu diálogo com a tecnologia moderna	305
Genealogias teóricas de Georges Didi-Huberman, ou a imagem na filosofia da história	317
Gestão, trabalho docente e autonomia do professor.....	325
História pública e imprensa: a presença dos negacionismos no jornal o globo	336
Ideias de república e democracia participativa: um olhar para tradições pouco ressaltadas pela história da filosofia política.....	345
Lugar social como categoria: análise da produção de conteúdo histórico nas novas direitas a partir de a operação historiográfica.....	357
Memória e historiografia paulista: Carolina Ribeiro e as senhoras de 1932.....	363
Miragens da natureza amazônica nos diários de um “antivaijante”: um estudo sobre as figurações da paisagem n`O turista aprendiz, de Mário de Andrade	

(1927-1945).....	371
Museu vivo do São Bento: a historiografia local e as práticas educativas	379
Negacionismo à brasileira: Siegfried Ellwanger e a editora revisão.....	389
No ir do irreal: uma história noturna da ditadura militar.....	397
O confronto com a transição geracional: possibilidade didática para o despertar da própria historicidade	405
O crime socioambiental da mineradora Samarco (2015) sob a perspectiva conceitual de evento	416
O estallido social chileno de 2019 como acontecimento moderno: disputas interpretativas sobre o passado e o futuro coletivo	426
O ficcional na história e a historicidade da ficção: guerra e paz e os (des)encontros entre história e ficção.....	438
O materialismo histórico em diálogo com a renovação da história política no estudo sobre partidos comunistas.....	448
O uso do conceito de crise e a apropriação de Walter Benjamin em disputas institucionais pela geografia e memória disciplinar — Michel Zaidan filho e a historiografia brasileira contemporânea.....	459
Os vídeos de história no Youtube como fontes mobilizadoras da cultura histórica dos jovens estudantes portugueses a partir das evidências audiovisuais..	469
Paulo Freire: educação e democracia para uma sociedade em transição (1958-1968).....	485
Notas sobre as disputas e os usos públicos do caso Araceli (1973)	497
O antitratadismo e a política externa do Brasil imperial: uma análise das manifestações parlamentares e jornalísticas entre 1827 e 1844.....	508
O ato de crer como operação mimética: um encontro entre Michel De Certeau e Luiz Costa Lima.....	516
Pensando o exílio nas obras autobiográficas de Scholastique Mukasonga	523
Por uma historiografia translúida e as possibilidades de outras aberturas....	533
Rebeldias e passados presentificados: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)	543
Renunciar a Hegel e inverter Heidegger: o recurso da hermenêutica filosófica de Paul Ricoeur à teoria da história de Reinhart Koselleck.....	554
Representar os rastros do passado: a história como literatura na obra de Ivan Jablonka	562

Santa Rosa e as relações editoriais que marcam a história da literatura brasileira	570
Ser historiador em um mundo político: experiência e identidade narrada na autobiografia “An European Past: Memoirs” (1988) de Felix Gilbert	578
Sobre outras possibilidades de amar: o conceito de amizade em Gonçalves de Magalhães	586
Tempo e história no programa de governo do partido dos trabalhadores em 2002: uma análise do caderno de cultura.....	597
Um tempo do “ainda não” e suas fissuras: políticas temporais no Brasil império a partir dos debates sobre a revolução pernambucana de 1817 na imprensa brasileira (1829 – 1857).....	605
Uma consciência histórica do entre-lugar em o Enigma da Chegada, de V.S. Naipaul	617
Ventura: a canção em expansão.....	626
Visões distintas, lutas comuns: análise comparativa das ideias de Du Bois e Garvey	640

SUMÁRIO

“AS OUTRAS NECESSÁRIAS”: O REALISMO FEMINISTA NA OBRA DA ESCRITORA ITALIANA ELENA FERRANTE

Ana Lectícia Angelotti

Doutoranda PPGHIS/UFRJ

E-mail: analecticiaangelotti@gmail.com

Nesta apresentação, meu objetivo é enfatizar um dos elementos centrais da minha pesquisa de doutorado sobre a obra da escritora italiana Elena Ferrante. Na minha pesquisa, meu objetivo é refletir sobre a construção literária e estética que a autora faz do processo de modernização tardia da Itália em sua obra, especialmente em seus romances, mas também em suas entrevistas e textos avulsos nos quais comenta questões relativas ao seu país de origem. Sua obra é composta por seis romances e três livros com entrevistas, ensaios e reflexões da autora. Em todos os seus romances, bem como em seus textos ditos não ficcionais, Ferrante configura literariamente elementos da história, da cultura e da sociedade italianas, que são apresentados como determinantes na economia dos enredos, na vida das narradoras-personagens e da autora implícita. Minha hipótese é que Ferrante utiliza a ficção como um espaço possível para reflexões sobre teorias feministas italianas contribuindo para uma nova epistemologia do romance italiano contemporâneo.

Nesta apresentação, meu foco será nas temáticas centrais do enredo da tetralogia napolitana, a amizade e a maternidade. A tetralogia napolitana é a série de quatro romances de Ferrante publicados originalmente na Itália entre 2011 e 2014 e no Brasil entre 2015 e 2017: *A amiga genial*, *História do novo sobrenome*, *História de quem foge e de quem fica* e *História da menina perdida*. Minha hipótese é que ao enfatizar o cotidiano feminino das duas protagonistas napolitanas a partir dessas temáticas, Ferrante constrói um realismo feminista (DELLA TORRE, 2023), focado nas mudanças políticas e sociais da história das mulheres na Itália em meados do século XX. Além disso, ao refletirmos sobre a construção desse realismo em seus romances a partir do conjunto completo da obra de Ferrante, é possível destacarmos que os debates sobre as temáticas centrais da tetralogia napolitana, a amizade e a maternidade, são potencializados especialmente através dos ensaios da autora nos quais ela discute sobre suas referências intelectuais, nomeando filósofas italianas como Adriana Cavarero e Luisa Muraro como necessárias na construção de sua obra, utilizando sua obra ficcional como um espaço para debates teóricos e literários.

As questões centrais do pensamento feminista de Adriana Cavarero, a teoria da narrativa e discurso político, e o pensamento do feminismo da diferença de Luisa Muraro, são configurados literariamente no enredo da tetralogia napolitana de Ferrante, nos levando a investigar a história do feminismo italiano contemporâneo e questões de gênero importantes da atualidade. Em concordância com a pesquisadora de literatura italiana Stefania Lucamante, me parece que Ferrante é uma das autoras italianas da contemporaneidade que estão construindo uma nova epistemologia do romance ao enfatizarem questões femininas e feministas “[construindo] distintamente textos nos quais tanto a

tradição literária italiana quanto agentes externos de influência as ajudaram no processo de repensar os laços teóricos e estéticos entre autor, texto e leitor na construção do romance (2008, p. 3).

A obra da escritora italiana Elena Ferrante é composta por doze livros, sendo seis romances e três coletâneas de textos e entrevistas¹. Seus romances, vistos separadamente, são narrativas literárias ficcionais que utilizam de dispositivos romanescos tradicionais, como a representação das subjetividades dos personagens e a totalidade de sentido do enredo na própria forma do romance. Já em seus livros de ensaios, encontramos a ficcionalização de um pseudônimo de uma autora que publica desde 1992 sem realizar aparições públicas, mas que é ativa no debate público ao comentar processos históricos italianos contemporâneos e nomear suas referências literárias, inclusive estabelecendo um diálogo ativo com as suas referências, como uma longa entrevista que a autora concede a filósofa Luisa Muraro sobre a representação da maternidade em seus romances, publicado no livro *Frantumaglia*. É importante destacarmos como a escolha da autora que, inicialmente, era apenas de cunho pessoal em busca de preservação de uma identidade, foi, ao longo da recepção de suas obras tornando-se uma posição a ser ocupada através da própria ficção, tornando-se um espaço no qual Ferrante discute em suas entrevistas e ensaios as temáticas centrais de sua obra.

Aqui, meu foco será na tetralogia napolitana, série de quatro livros mais famosos da autora, que contém de forma mais detalhada todas as temáticas centrais que também aparecem nos outros romances de Ferrante: as dicotomias entre o norte e o sul da Itália, a tensa relação entre o italiano formal e o dialeto napolitano, o familismo italiano, a violência de gênero, e a relação entre mulheres, especialmente a maternidade e a amizade. A tetralogia napolitana conta a história de amizade das duas protagonistas, Elena Greco (Lenu) e Rafaella Cerullo (Lila), desde meados de 1950 até 2010. O passado recente italiano construído por Ferrante em seu enredo é marcado por uma crise do patriarcado e da modernidade, mobilizando um cronotopo (BAKHTIN, 2018, p. 11) de grandes mudanças na cultura histórica italiana para construir as formações de duas protagonistas, em trajetórias determinadas por questões de classe e de gênero. No período pós-Segunda Guerra Mundial, são algumas expectativas de modernização que não ocorreram que marcam o período de formação das duas protagonistas. A característica central da forma literária do romance histórico, a representação ficcional de uma crise histórica através da vida dos personagens (LUKÁCS, 2011, p. 58), é construída a partir de duas vidas individuais, a de Lenu e Lila, mas que são intrinsecamente conectadas por uma forte relação de amizade. É através dessa relação de amizade que acompanhamos as modificações da sociedade italiana na qual as duas amigas nascem e desenvolvem-se.

Através da narração de Lenu, em retrospecto, de 60 anos de história da Itália, refletimos sobre as mudanças históricas e sociais importantes do país, como a expansão do sistema educacional italiano e a luta feminina por direitos reprodutivos. O que se destaca também na narração de Lenu são os diversos tipos de violência aos quais as duas amigas são submetidas, desde violências dos

1 São eles: Um amor incômodo, 2017 [L'amore molesto, 1992], Dias de Abandono, 2016 [I giorni dell'abbandono, 2002], A filha perdida, 2016 [La figlia oscura, 2006], Uma noite na praia, 2016 [La spiaggia di notte, 2007], A amiga genial, 2015 [L'amica geniale, 2011] história do novo sobrenome, 2016 [Storia del nuovo cognome, 2011], história de quem foge e de quem fica, 2016 [Storia di chi fugge e di chi resta, 2013] e história da menina perdida, 2017 [Storia della bambina perduta, 2014]. *Frantumaglia*, 2017 [La frantumaglia, 2013], A vida mentirosa dos adultos, 2020 [La vita bugiarda degli adulti, 2019], L'invenzione occasionale, 2019 e I margini e il dettato, 2022. Datas de publicação no Brasil e na Itália, respectivamente.

resquícios da guerra, como também a violência doméstica naturalizada nas dinâmicas familiares da época. Todavia, apesar desse cenário agressivo e perigoso para as mulheres, Ferrante parece enfatizar a intensa relação de amizade entre as duas protagonistas como uma estratégia de fortalecimento e enfrentamento às adversidades desse contexto hostil às mulheres.

Essa forte relação de amizade construída no centro do enredo por Ferrante dialoga com a teoria do *affidamento*, elaborada nos anos 1980 na Itália pelo feminismo da diferença, do qual faziam parte filósofas italianas importantes, como Luisa Muraro. O *affidamento* - em português, confiança - é um ideal político de confiança mútua entre mulheres e de estabelecimento de uma relação de mentoria com uma mulher, substituindo a rivalidade feminina presumida pela sociedade patriarcal. Na tetralogia napolitana, é essa confiança plena na amizade entre as duas protagonistas o sentimento mais importante na formação de ambas as amigas, ainda que essa relação seja marcada também por disputas e rivalidades. Outra temática central na tetralogia napolitana que dialoga com o pensamento filosófico de Muraro é a maternidade. Desde pequena, a narradora Lenu sentia aversão pelo corpo de sua mãe, uma mulher pobre com um andar manco e é esse desejo de distanciar-se de sua figura materna um dos motivos de sua forte ligação com Lila, em uma substituição do exemplo da figura materna pela figura de sua amiga de infância. É somente com o processo da própria maternidade e o entendimento dos papéis sociais de gênero que Lenu faz as pazes com a mãe no final do enredo, reconhecendo e resgatando a importância materna em sua vida. A relação entre mãe e filha é central no pensamento da filósofa italiana Luisa Muraro que teve como grande contribuição para o pensamento feminista italiano a ideia de que uma política de mulheres deve ser pensada a partir da diferença sexual. Para Muraro, para elaborarmos a questão da diferença sexual é essencial resgatarmos a ordem simbólica que estabelecemos com nossas mães ao nascermos, visto que são elas que nos dão a linguagem (2017, p. 48). Em sua obra *A ordem simbólica da mãe*, de 1991, sua tese é que aprendemos a falar com a mãe, pois é ela quem realiza os primeiros atos civilizatórios do bebê que é transmitir a linguagem e é preciso resgatarmos essa ordem simbólica materna. Essa busca pela conciliação com a figura materna é central em todos os romances de Ferrante evidenciando como o pensamento feminista italiano é utilizado pela autora para contribuir com a valorização de temáticas femininas na tradição do romance italiano. Na tetralogia napolitana, Lenu se reconcilia definitivamente com a sua mãe, Immacolata, quando esta descobre um câncer e Lenu passa a ser sua cuidadora. Depois da morte da mãe, Lenu adota, inconscientemente, o mesmo andar manco da mãe para, de alguma forma, mantê-la mais próxima de si, como Lila destaca: “Você não sente dor nenhuma, Lenu. Inventou que precisa mancar para que sua mãe não morra totalmente, e agora manca de verdade, e eu fico de olho, isso lhe faz bem” (FERRANTE, 2017a, p. 368).

Segundo a pesquisadora Laura Benedetti, para entendermos a cultura italiana do século XX é preciso estudarmos a maternidade e suas representações literárias. Fortemente marcada pela influência do catolicismo, as personagens mães foram representadas como imaculadas, tendo como única característica um amor incondicional pelos seus filhos (BENEDETTI, 2007, p. 4). É só a partir de meados dos anos 1970 que inicia-se uma mudança nas representações literárias da maternidade, com mães sendo representadas como pessoas autônomas e com desejos, em consonância com os movimentos feministas que se organizavam na Itália, questionando especialmente a maternidade e o papel social que esta impunha. O livro da filósofa Carla Lonzi intitulado *Vamos cuspir em Hegel* é

considerado o primeiro manifesto feminista dos anos 1970 na Itália e focava especialmente na questão da diferença feminina, sendo a maternidade um marcador essencial dessa diferença (BENEDETTI, 2007, p. 85). É na década de 1970 que ocorrem algumas mudanças significativas no status legal da mulher italiana, como a queda da proibição de informações sobre controle de natalidade em 1971; em 1975, foi instaurado o novo código da família que garantia maior igualdade entre homens e mulheres no casamento e em relação aos seus filhos (BENEDETTI, 2007, p. 75-76). Na tetralogia napolitana, acompanhamos a importância central do livro de Lonzi na formação política e teórica da narradora-personagem Lenu. É a partir dessa leitura que Lenu começa a investigar as origens das relações sociais de gênero e começa a entender o seu próprio papel enquanto uma jovem mulher casada, mãe de duas filhas e com dificuldades para conciliar os trabalhos reprodutivo e intelectual:

O primeiro que li, atraída pelo título, foi um texto intitulado Vamos cuspir em Hegel. Li enquanto Elsa dormia no carrinho e Dede, de casaco, echarpe e gorro de lã, conversava em voz baixa com seu boneco. Cada frase, cada palavra me surpreendeu, sobretudo a ousada liberdade de pensamento. Sublinhei muitas passagens com força, coloquei pontos exclamativos, marcas verticais. Cuspir em Hegel. Cuspir na cultura dos homens, cuspir em Marx, em Engels, em Lênin. E no materialismo histórico. E em Freud. E na psicanálise e na inveja do pênis. E no casamento, na família. E no nazismo, no stalinismo, no terrorismo. E na guerra. E na luta de classes. E na ditadura do proletariado. E no socialismo. E no comunismo. E na armadilha da igualdade. E em todas as manifestações da cultura patriarcal. E em todas as formas organizativas. Opor-se à dispersão das inteligências femininas. Desculturalizar-se. Desaculturar-se a partir da maternidade, não dar filhos a ninguém. Livrar-se da dialética servo-patrão. Tirar da cabeça a inferioridade. Restituir-se a si mesmas. Não ter antíteses. Mover-se num outro plano em nome da própria diferença. A universidade não liberta as mulheres, mas aperfeiçoa sua repressão. Contra a sabedoria. Enquanto os homens se entregam a aventuras espaciais, a vida para as mulheres deste planeta ainda deve começar. A mulher é a outra face da terra. A mulher é o Sujeito Imprevisto. Libertar-se da submissão, aqui, agora, neste presente. A autora daquelas páginas se chamava Carla Lonzi. Como é possível, me perguntei, que uma mulher saiba pensar assim? (...) Aí está como se pensa. Aí está como se pensa contra. (FERRANTE, 2016b, p. 274)

Na economia do enredo ferranteano, a teoria feminista, seja em suas leituras ou nos grupos de autoconsciência feminina que estavam mobilizando as mulheres italianas nos anos 1970, é o que permite que a narradora interprete as condições de sua vida cotidiana enquanto mulher, subjugada pelos papéis sociais de gênero vigentes em meados do século XX na Itália. Ou seja, no enredo de Ferrante, construído a partir de realismo feminista, a teoria feminista cumpre sua função de capacitar a narradora a interpretar o mundo social ao seu redor.

O fio condutor de todos os quatro romances da tetralogia napolitana é a narração de Lenu, ou seja, acompanhamos a reconstrução de 60 anos de memórias da narradora sobre a vida de sua amiga, Lila. A escolha de Ferrante por esse formato também nos chama atenção porque se aproxima da teoria do “eu narrável” da filósofa italiana Adriana Cavarero. A narração da tetralogia é feita por Lenu, por escrito e em retrospecto e, ao escrever a biografia da amiga desaparecida, a narradora também escreve a sua autobiografia. Para a filósofa italiana Adriana Cavarero, a originalidade da obra de Ferrante inaugura um novo gênero, ao criar a “biografia de uma *relação em andamento*” (CAVARERO, 2020, p. 239. Grifos originais). Ferrante representa literariamente a teoria do “eu-narrável” desenvolvida por Cavarero: para a filósofa italiana, surge com Rousseau a falácia de que o indivíduo teria capacidade de se narrar de forma autônoma e transparente. Para Cavarero, um “eu narrável” sempre precisa

de um outro para contar a sua história. Em diálogo com Hannah Arendt, a filósofa italiana enfatiza que a primeira consideração para qualquer política é que os humanos vivem juntos, continuamente expostos aos próximos, através dos sentidos corporais. A partir dessa ideia, Cavarero adiciona sua tese central de que cada um de nós somos narrados pelo outro, somos dependentes um do outro para a narração da nossa própria história de vida, que começa no nascimento:

A narração, como se sabe, é uma arte delicada - a narração 'revela o sentido sem cometer o erro de defini-lo'. Ao contrário da filosofia, que durante milênios persistiu em capturar o universal na armadilha da definição, as narrações revelam o finito na sua frágil singularidade e cantam a sua glória (2014, p. 35).

A questão da narração da própria história, seja por si mesma, ou por outra, como no caso da teoria de Cavarero, é central para o movimento feminista italiano dos anos 1970, no qual são criados grupos de autoconsciência feminina para as mulheres narrarem suas próprias histórias. Na tetralogia napolitana, é somente quando Lenu passa a integrar esses grupos feministas para escutar outras mulheres que a narradora começa a compreender as violências de gênero que havia vivido ao longo de sua vida. Além disso, narrar ou não a própria história é um tema de conversa recorrente entre as duas amigas, nas quais Lila deixa claro que em vez de escrever sobre si, seu desejo era apagar-se completamente. Nas palavras de Lenu:

Ela já havia expressado aquela vontade de se apagar várias vezes, mas a partir do fim dos anos 1990 — sobretudo de 2000 em diante — aquilo se tornou uma espécie de refrão insolente. Era uma metáfora, naturalmente. Que a atraía, recorrera a ela nas circunstâncias mais diversas, e nunca me ocorreu, nos tantos anos de nossa amizade — nem nos momentos mais terríveis que se seguiram ao sumiço de Tina —, que ela pensasse em suicídio. Apagar-se era uma espécie de projeto estético. Isso não é mais possível, ela dizia, a eletrônica parece tão limpa e no entanto suja, suja muito, a obriga a deixar marcas suas em tudo, como se cagasse ou mijasse continuamente em cima de você: mas eu, de mim, não quero deixar nada, a tecla que prefiro é a que serve para apagar (FERRANTE, 2017a, p. 455).

Em outro trecho, Lila pede expressamente que Lenu não escreva sobre ela:

Vamos — me diria —, nos conte que rumo sua vida tomou, quem se importa com a minha, confesse que ela não interessa nem mesmo a você. E concluiria: eu sou um rascunho em cima de um rascunho, totalmente inadequada para um de seus livros; me deixe em paz, Lenu, não se narra um apagamento (FERRANTE, 2017a, p. 15).

Diferentemente do exemplo usado por Cavarero em sua tese, o romance *Non credere di avere dei diritti*, no qual a amiga Emília deseja ser narrada pela outra amiga, Amália, no enredo ferranteano a biografia e autobiografia que Lenu escreve inicia-se a partir de um ato de desobediência de um pedido de Lila, enfatizando a complexidade da amizade das duas protagonistas, que estabeleceram sua relação a partir de uma dinâmica de disputas e apostas. Lila não quer ser narrada, não quer deixar nada seu por escrito, enquanto Lenu busca através da escrita não somente dar uma forma a amiga, mas fazê-la reaparecer depois do seu sumiço por completo.

Ao construir seus romances relacionando formas literárias canônicas como o romance histórico com importantes filósofas do pensamento feminista, Ferrante cria um interessante modo de investigação da sociedade italiana tanto a partir da economia dos seus enredos quanto a partir de sua performance autoral, em diálogo direto com suas referências literárias. A autora estabeleceu uma

interessante conversa com Luisa Muraro, em 2007, publicada no seu livro de ensaios *Frantumaglia*, no qual Muraro e Ferrante discutem sobre a construção do corpo materno na ficção de Ferrante. Em entrevista para pesquisadoras da obra de Ferrante, Adriana Cavarero afirma que sua tese sobre relacionalidade não se trata da ideia no sentido amplo de que todo indivíduo precisa de relações e, sim, de relações concretas específicas como uma relação de amizade, de um casal, ou de mãe e filha e, para a filósofa, Ferrante apreende exatamente essa relacionalidade concreta, comum e cotidiana. Ainda segundo Cavarero, somente a literatura seria capaz de construir essa relação de forma concreta porque no seu campo da filosofia, a teoria acaba ficando mais na abstração (2020, p. 241).

Essas “outras necessárias” fazem parte da construção do que investigo ser possível chamar de um realismo feminista criado por Ferrante em seus romances, ou seja, um realismo engajado, especialmente, no cotidiano feminino e nas lutas sociais das mulheres no contexto histórico e social da Itália de meados do século XX, mobilizando características do romance histórico e construindo essa autora-personagem que conduz os debates sobre essas temáticas. É evidente que o termo feminista possui um grande lastro teórico, mas aqui o termo refere-se ao contexto de mudanças sociais importantes, na segunda metade do século XX, na sociedade italiana profundamente patriarcal ficionalizada na tetralogia napolitana de Ferrante. Se, de acordo com o Erich Auerbach, “o realismo precisa ser adjetivado” (1971, p. 480 apud PIMENTEL, 2024, p. 23) porque o realismo moderno representa o homem em uma condição histórica e social específicas, Ferrante constrói seu realismo a partir de temáticas específicas femininas, especialmente a amizade e a maternidade, em um período histórico e social bem demarcados de mudanças culturais na Itália de meados do século XX. O realismo feminista ferranteano é uma ficionalização séria de um cotidiano que focalize as condições femininas, suas especificidades e reivindicações.

De acordo com a pesquisadora de literatura italiana Stefania Lucamante, Elena Ferrante faz parte de uma geração de escritoras italianas que a partir dos anos 1970 começaram a utilizar o romance como um espaço para pesquisar e refletir sobre questões sociais acerca do papel da mulher, da juventude e da família: “as escritoras vão produzindo um relacionamento mais lucrativo com seus leitores, ao mesmo tempo expandindo as possibilidades do romance e valorizando a influência de uma tradição novelística distintamente feminina.” (2008, p. 3). Essa geração é caracterizada por Lucamante como uma fase híbrida na história das escritoras italianas porque elas passam a utilizar uma multidão de formas e estratégias. Me parece que Ferrante utiliza a ficção tanto de seus romances quanto na ficionalização de sua própria figura de autora para conduzir debates contemporâneos sobre questões de gênero, abrindo um espaço de diálogo entre essas pensadoras, a própria autora e nós, leitores. Em outras palavras: a ficção, tanto na modelagem de seus romances quanto na de sua figura de autora, torna-se um espaço para discussões teóricas e políticas acerca da Itália contemporânea. Não só seus romances realistas tornam-se um espaço de discussão de ideias, como também sua obra ficcional como um todo, potencializando os debates sobre literatura e as possibilidades da ficção.

Referências bibliográficas

AUERBACH, Erich.. Na Mansão de La Mole. Em: Auerbach, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental* (pp. 405-441). São Paulo: Perspectiva, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo: Editora 34, 2018.

BENEDETTI, Laura. *The tigress in the snow: Motherhood and literature in twentieth-century Italy*. University of Toronto Press, 2007.

BOJAR, Karen. *In search of Elena Ferrante: The novels and the question of authorship*. McFarland, 2018.

CAVARERO, Adriana. *Relating narratives: Storytelling and selfhood*. Londres: Routledge, 2014.

FERRANTE, Elena. *A amiga genial*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

FERRANTE, Elena. *História do novo sobrenome*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016a.

FERRANTE, Elena. *História de quem foge e de quem fica*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016b.

FERRANTE, Elena. *História da menina perdida*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017a.

FERRANTE, Elena. *A filha perdida*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016c.

FERRANTE, Elena. *Dias de abandono*. Tradução Francesca Cricelli. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016d.

FERRANTE, Elena. *Uma noite na praia*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016e.

FERRANTE, Elena. *Um amor incômodo*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017b.

FERRANTE, Elena. *Frantumaglia: os caminhos de uma escritora*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017c.

FERRANTE, Elena. *A vida mentirosa dos adultos*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

FERRANTE, Elena. *L'invenzione occasionale*. Roma: Edizioni e/o, 2019. E-book.

FERRANTE, Elena. *As margens e o ditado: sobre os prazeres de ler e escrever*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

LUCAMANTE, Stefania. *A Multitude of Women: The Challenges of the Contemporary Italian Novel*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MURARO, Luisa. *The symbolic order of the mother*. Nova York: SUNY Press, 2017.

PINTO, I.; MILKOVA, S.; CAVARERO, A. Storytelling philosophy and self writing—preliminary notes on Elena Ferrante: An interview with Adriana Cavarero. *Narrative*, v. 28, (número 2), pp. 236-249, 2020.

PINTO, Júlio Pimentel. *Sobre literatura e história: como a ficção constroi a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

TORRE, B. Elena Ferrante e o realismo feminista. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2023/03/23/elena-ferrante-e-o-realismo-feminista> (Acesso: 07/12/2023)

“A AGITAÇÃO DE UMA BRISA”: METÁFORAS NÁUTICAS, TEMPO E CATÁSTROFE PLANETÁRIA EM CARL SAGAN

Marlon Ferreira dos Reis

Doutorando PUC-Rio

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521073137395989>

As linhas que se seguem tem como foco as metáforas utilizadas pelo astrônomo Carl Sagan (1934-1996) para dar sentido à experiência das duas últimas décadas do século XX. Tais imagens construídas pelo autor serão lidas à luz das intensas discussões acerca da ameaça de aniquilação nuclear e do prognóstico da mutação climática de origem antrópica. Creio que essas metáforas simultaneamente estruturam toda a cosmovisão de Sagan e representam uma experiência do tempo passível de ser delineada. Para defender tal posição, o presente texto será dividido em três momentos: primeiro, realizarei um esforço de considerar a relação texto-contexto, isto é, relacionar a produção do autor dentro das discussões no período de suas publicações; em segundo, adentrar no conteúdo da obra, explicitando diretamente as metáforas náuticas utilizadas por Sagan em seus trabalhos, quais suas implicações e significados no interior e exterior da obra; (3) por fim, em um movimento de reflexão, aproximarei as ideias marítimas de Sagan com as imagens criadas por Malcom Ferdinand, em seu magistral ensaio *Ecologia Decolonial*.

É possível que conheçam Carl Sagan pelo projeto *Cosmos*, uma produção multimídia de uma série televisiva e publicação de um livro, ambos sob o mesmo título. O projeto foi lançado em 1980, alcançando grande sucesso, tendo a série sido exibida em diversos países e o livro permanecendo por dois anos seguidos entre os cinco livros mais vendidos dos Estados Unidos da América (FREYESLEBEN, 2002).¹ Sagan, nascido em Nova York, era astrônomo de formação e trilhou uma produtiva carreira junto a *NASA*, destacando-se pelas pesquisas pioneiras sobre a possibilidade de vida extraterrestre, por reunir e enviar as primeiras mensagens físicas ao espaço, argumentar a favor da hipótese, posteriormente aceita, de que as altas temperaturas da superfície de Vênus são atribuíveis ao efeito estufa, missões de reconhecimento de Marte e Vênus e projetos de busca por vida através de ondas de rádio (DAVIDSON, 1999).² Sagan publicou dezenas de artigos científicos, mas tornou-se conhecido do público não-especializado após tornar-se autor de livros de divulgação científica em 1977 – com *Os Dragões do Éden: especulações sobre a evolução da inteligência humana*. Após sua ascensão como celebridade nos anos 1980, o astrônomo se afastou rapidamente dos laboratórios de pesquisa para estar presente enquanto figura pública e ativista.

1 FREYESLEBEN, Aline F. A atuação do “cientista-celebridade” – um olhar sobre a tradição intelectual de Carl Sagan. *Revista Vernáculo*, nº 46 – segundo semestre, 2020, pp. 117-133.

2 DAVIDSON, Keay. *Carl Sagan: a life*. New York: John Wiley & Sons inc, 1999.

Talvez representando uma experiência comum, meu interesse por Sagan surgiu primeiramente como leitor. No entanto, após revisitar suas obras de divulgação, percebi a presença constante de metáforas centrais para a exposição de seus argumentos. Indo além da utilização de conceitos e descrições científicas, como é esperado das virtudes epistêmicas de um *hard scientist*, Sagan mobilizou metáforas profundas e potentes para demonstrar seus pontos de vista e condensar suas visões do mundo, da humanidade e do universo como um todo.

Nesse sentido, para trabalhar com o espinhoso sentido metafórico, dois pensadores serão caros: a perspectiva de Hans Blumenberg (2003; 1990), explicitada em *Teoria da Não Conceitualidade*³ e na última seção de *Naufração com Espectador*⁴, e, em segundo lugar, a de Paul Ricoeur (2000), em *A Metáfora Viva*⁵. Apesar do diálogo entre ambos não ser evidente, acredito que seja possível a aproximação teórico-metodológica de algumas categorias e noções de ambos sejam frutíferas para o desenvolvimento do argumento.

Primeiramente, tomaremos o significado de “metáfora” como algo além de uma simples figura de linguagem. Seguindo Blumenberg, a metáfora será vista como algo histórico e fenomenológico, ou seja, como uma janela para determinado contexto e como um eixo da linguagem que dá significação ao mundo. A perspectiva blumenberguiana permite que interpretemos as metáforas como “horizontes de sentido” com sua própria historicidade. A metáfora é entendida aqui como produtora de inteligibilidade, ainda que não de forma rígida-descritiva, e como introdutora de uma heterogeneidade – ao passo que ocorre um movimento funcional do que pretende ser dito à consumação visual. Mesmo que o metafórico não almeje uma descrição explícita, sempre indica para os possíveis caminhos de como algo pode ser lido.

Ricoeur, por sua vez, produzirá um modelo de metáfora que une o semiótico e o semântico, em que a palavra (e não a frase) é tomada como unidade de base da tropologia. A palavra possui caráter lexical, e a frase, o caráter dual de combinação e seleção do enunciado. A palavra é o ponto focal da metáfora em um enunciado. A questão é que “a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação” (RICOEUR, 2000, p. 129). É uma transação entre contextos linguísticos e imagéticos distintos que produz o sentido metafórico da expressão. Mais importante do que isso, é a integração de “complexos metafóricos”, ou seja, o conjunto de metáforas presentes em uma obra que fazem sentido somente em união e integram uma estrutura narrativa ou campo sêmico comum.

Para nossos fins, o complexo metafórico marítimo – oceano, ilhas, praias, navegadores, etc. – utilizado por Sagan é fio condutor para compreender todos os argumentos presentes em seus livros. O astrônomo está em um contexto de descoberta das ameaças existenciais de origem antrópica, de perigos “escondidos” no desenvolvimento tecnológico que abalaram significativamente a tradição moderna de confiança no progresso. Mesmo que um herdeiro direto do pensamento científico do XIX, Sagan não é capaz de sustentá-lo com o mesmo otimismo que outras figuras o fizeram antes da

3 BLUMENBERG, Hans. *Teoria da Não Conceitualidade*. Trad. Luiz Costa Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

4 BLUMENBERG, Hans. *Naufração com espectador – paradigma de uma metáfora da existência*. Trad. Manuel Loureiro. Lisboa: Veja, 1990.

5 RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Trad.: Dion Davi Macedo. Ipiranga: Edições Loyola, 2000.

Segunda Guerra Mundial.

Para entendermos essa situação, creio ser interessante retornarmos à década de 1980, um período de reanimação das tensões da Guerra Fria e de tomada de posse de Ronald Reagan (1911-2004) para a presidência dos EUA. Em 1983, quando Sagan havia acabado de sofrer um acidente gravíssimo, Reagan proferiu um dos seus discursos controversos sobre a situação da Guerra Fria. O então presidente reforçou a postura conservadora e belicosa do anticomunismo estadunidense, anunciando a ampliação vertiginosa do programa nuclear e reascendendo a rivalidade entre os dois blocos. A partir desse momento, Sagan afastou-se dos laboratórios e projetos de pesquisa para agir como ativista. Em diversos momentos de seus livros, entrevistas e produções, Sagan se colocaria abertamente contra os conservadores negacionistas e extremistas dos EUA e pessoalmente contra Reagan e George W. Bush (1924-2018)

Mesmo Cosmos, uma de suas produções menos fervorosas politicamente, apresentou críticas diretas contra o militarismo e o conservadorismo estadunidense. Em um dos últimos trechos do livro, vemos:

nós, reféns nucleares — todos os povos da Terra —, temos de nos educar quanto às armas convencionais e nucleares. Depois, temos de educar nossos governos. Temos de aprender a ciência e a tecnologia que fornecem a única ferramenta concebível para nossa sobrevivência. Temos de estar dispostos a desafiar corajosamente o conhecimento social, político, econômico e religioso convencional. (SAGAN, 2017, p. 414)

Isto significa que Sagan optou por reforçar o caráter antimilitar e se posicionar contra o negacionismo científico que cresceu durante a administração republicana e sua política de proliferação nuclear. Em interlocução com esse cenário, o autor mobilizou toda uma argumentação que sustenta sua visão acerca da ciência, da condição humana e da possibilidade de uma catástrofe global.

É evidente que metáforas marítimas não são novidade no pensamento humano. A tradição poética e retórica foi profundamente marcada pelo constante emprego, em todos os períodos, de alusões ao mar. No entanto, o ponto inflexão dessa pesquisa é o fato de Sagan ter vivido na época em que a humanidade começou a exploração espacial. Esse fenômeno é fundamental, pois altera os significados e imagens atribuídas às metáforas de navegação, pois uma série de termos passam a ter novas correspondências (*naves e barcos; navegadores e espécie humana; ilhas e planetas; tempestades e ameaças antrópicas; e naufrágio e catástrofe climática*).

Como explicitou Javier Sebastian, em seu livro *Key Metaphors for History*, um primeiro elemento das metáforas náuticas é o acalento, visto que nos coloca como parte de um grupo em comunhão no interior de um processo já em andamento. Ao pintar imagem da humanidade como estando “no mesmo barco”, o sentimento de pertencimento coletivo é automaticamente evocado. Em Sagan, a humanidade é metaforicamente deslocada para a posição de navegadores que exploram (de forma abstratamente coletiva) um oceano adjetivado como belo, imenso, perigoso e misterioso: o cosmos. Essa exploração se dá, por sua vez, através das missões e estudos do espaço sideral. Interessante notar, o vínculo que uniria a todos dentro dessa imagem de navegantes não seria social por excelência – como é o comum de ser empregado nas imagens náuticas na política –, mas *biológico*. A humanidade enquanto *espécie* é mobilizada. O gosto pela exploração não seria restrito a uma única nação ou grupo étnico, mas sim, e eu cito *Pálido Ponto Azul*, “um dom natural comum a todos os

membros da espécie humana” (SAGAN, 2019, p. 13).

Contudo, como vimos em uma citação anterior, a espécie humanidade não está em completa harmonia. Existem diferenças internas no barco: já em um primeiro olhar, nota-se que existem os que comandam e aqueles que são reféns. Isso significa que, apesar de “estarmos todos no mesmo barco”, há aqueles que o conduzem e os que sofrem com suas decisões. Pensando nos termos do contexto de Sagan, os que conduzem o barco, para ele, são conservadores militaristas alinhados aos interesses do mercado. É um grupo que, segundo Sagan, é orientado pelo pensamento “místico”, a saber: um modo de pensar que execra a racionalidade e opta pelo negacionismo, extremismo e obscurantismo – condensado na figura de Ronald Reagan.

Esses sujeitos seriam considerados “atrasados” e “retrógrados”, agressivos e anticientíficos. Sagan exerce claramente uma política do tempo, para falar com María Ines Mudrovcic (MUDROVIC, 2019), em que a “autoridade” que realiza a discriminação temporal da contemporaneidade repousa em sua própria figura, um cientista. Essa “periodização intelectual” passa justamente por uma discriminação sincrônica, cuja pressuposição é a adoção de certas normas culturais para que se adequem ao “contemporâneo”.

Portanto, a metáfora do barco constrói a imagem de que um “nós”, a humanidade, está toda no mesmo barco, o planeta Terra, mas não compartilham um consenso acerca dos rumos que precisam ser tomados. A unidade da espécie contrasta com as divergências político-culturais. Isso levanta a questão: se a humanidade é naturalmente marinheira, o que seria o oceano?

Já no primeiro capítulo de *Cosmos*, temos a utilização massiva de metáforas de mares, oceanos, ilhas, para se referir ao espaço e às explorações do empreendimento humano. Ainda na epígrafe do primeiro capítulo, há uma passagem de Thomas Henry Huxley, na qual está escrito que o conhecido é finito e o desconhecido infinito, que, intelectualmente, estamos em uma “ilhota no meio de um oceano ilimitado de inexplicabilidade” e que “nossa função em cada geração é reivindicar um pouco mais de terra firme” (SAGAN, 2017, p. 29). Evidentemente, Sagan deslocou o sentido da metáfora de Huxley para novos significados. Segundo o astrônomo estadunidense,

a superfície da Terra é a praia [shore] do oceano cósmico. De lá aprendemos a maior parte do que sabemos. Em tempos recentes entramos um pouco no mar, o suficiente para molhar os artelhos ou, no máximo, os tornozelos. A água parece convidativa. O oceano nos chama. Uma parte de nosso ser sabe que foi dali que viemos. Ansiamos por retornar. (SAGAN, 2017, p. 30)

A Terra é uma praia, o cosmos é o oceano e os humanos são seus navegantes. Reforço aqui que essas imagens só são possíveis graças à exploração espacial do século XX, que realizou uma aproximação indissociável, sobretudo em países anglófonos⁶, entre espaço e mar. As naves e sondas enviadas de nossa praia representam nossa tentativa de encontrar outras ilhas para atracarmos, ou seja, novos planetas e sistemas que sejam capazes de nos hospedar. Entretanto, as ciências planetárias, que possibilitaram a saída dos humanos do planeta Terra, foi a mesma responsável por alertar que uma guerra nuclear seria impossível e que o clima estava passando por uma mutação acelerada. Desse modo, a navegação no oceano cósmico foi responsável por uma dupla consciência: da possibilidade

⁶ Em línguas inglesas, as palavras para se referir a barco e nave coincidem: *ship*. A própria construção linguística da exploração do espaço sideral inicia com uma transposição (talvez metafórica) entre as embarcações e as sondas, satélites e naves que são lançadas ao espaço.

de romper as correntes terrestres, para falar com Hannah Arendt, e o atestado de que podemos estar rumando para o colapso da vida humana. Portanto, é seguro dizer que as navegações das nave contemporâneas estão diretamente relacionadas com o anúncio da catástrofe. Nas palavras de Malcom Ferdinand, (2022, p. 99), “esses alertas globais assumem como representação imaginária do mundo e da Terra uma nave com humanos e não humanos vagando num infinito espacial ou marítimo”.

Um último ponto existente acerca das metáforas marítimas e a condição humana contemporânea conecta-se com o que foi dito: a realidade implacável de que a nossa “terra firme”, a “praia” de qual partimos, perdeu sua rigidez. Blumenberg já havia analisado que, no século XIX e XX, as metáforas do naufrágio não contavam com a terra firme. Esse desaparecimento pôde ser compensado de duas formas: ou na busca por uma outra terra, algum lugar para podermos ser espectadores; ou na tentativa de construir um substituto para a ausência do porto seguro – muitas das vezes o próprio barco deve ser reforçado para resistir aos perigos. Nessa ausência, há aqueles que ficam tranquilos, acreditando que temos/teremos o *know-how* para reagir à ameaça e há aqueles que apresentam insegurança e desconfiança acerca da possibilidade de evitar um naufrágio. A questão é que a ausência de terra firme significa que as condições de existência presente se deram não pelos que agora as desfrutam, mas por aqueles que vieram antes!⁷

A metáfora do planeta enquanto terra firme sutilmente perde sua potência quando as mudanças climáticas ameaçam a seguridade da vida. Na cosmovisão de Sagan, essa “terra firme” é agora apenas um frágil corpo: um *pálido ponto azul* na imensidão infinita. A estabilidade da metáfora da “terra firme” carece de efeito prático e passa a dividir o espaço com a imagem da pequenez, da insignificância, da indiferença, da solidão e da fragilidade. Ao especular sobre a exploração de longas distâncias, Sagan (2017, p. 271. Grifos meus) escreveu que: “*se não nos autodestruirmos*, creio que um dia nos arriscaremos a buscar as estrelas”. A perspectiva de uma destruição da terra firme significa uma reavaliação do pressuposto do progresso ininterrupto defendido durante a Modernidade. Isto é, o otimismo do desenvolvimento científico não pode ser sustentado com a mesma *confiança* do século XIX. Ao aplicar tais metáforas, além da vantagem didática evidente, toda a estrutura argumentativa se organiza ao redor dessas duas imagens sobrepostas que tanto passam uma mensagem quanto expressam uma determinada cosmovisão. A dança entre esperança e incerteza se intensifica na experiência do tempo do século XX, algo que não estava presente nas concepções de Blumenberg. Os naufrágios do XIX não são substancialmente diferentes dos do século XX.

Na experiência da Modernidade dos anos de 1800, o trem era a metáfora do progresso por excelência. Imagens de locomotivas espalharam-se em diversas produções e discursos como um símbolo incontestável da evolução linear da humanidade e sua tecnologia. Contudo, essa metáfora não se sustenta no século XX e sequer possui uma herdeira direta. O avião, que talvez pudesse ser um candidato para ser o novo representante metafórico do progresso, rapidamente foi associado às guerras mundiais e ao acúmulo de catástrofes militares. Simultaneamente, por conta do desenrolar tecnológico, o trem já não sustentava mais o posto do ápice do empreendimento humano. Nesse

7 Blumenberg (1990, p. 100) utiliza da metáfora de Lorenzen: “Se não há terra firme que possa ser atingida, o barco tem de ter sido previamente construído no alto mar; não por nós, mas pelos nossos antepassados. Estes sabiam, portanto, nadar, e construíram – talvez de um madeiro à deriva –, primeiro, sem dúvida uma jangada, depois foram sempre aperfeiçoando-a até ela se tornar o navio confortável de hoje, de tal modo, que nós já não temos a coragem de nos atirar à água e de começar de novo desde o início.”

sentido, acredito que a metáfora do barco retorna, modificada, mas com força total.

Diferentemente do trem, que se movimentava linearmente sobre bases sólidas, sua malha ferroviária, os barcos se movem sobre algo fluido, instável e perigoso, as águas. O movimento não é necessariamente linear-progressivo e, mais importante, depende de forças externas não-antrópicas como ventos e correntes marítimas. Essa metáfora abarca uma construção que não é mais uma produção essencialmente humana, mas relacional entre a técnica e as forças planetárias presentes no ambiente. Como já é sabido, se algo caracteriza a nossa condição contemporânea, é a fluidez.

Nesse sentido, acredito que Blumenberg estava correto quando explicitou a interpretação elaborada por Nietzsche acerca da metáfora náutica na contemporaneidade: na ausência da solidez, a experiência fundamental da ciência é o fato dela poder pesquisar coisas que dão base sólida para mais conhecimentos. Logo, a própria ciência tenta fornecer a segurança de um “solo firme” mesmo que sempre mutante – a posição do naufrago que, ao colocar seus pés na terra, “admira-se que ela não oscile”. Nesse sentido, a firmeza “é experimentada a partir da improbabilidade de ser sequer atingível” (1990, p. 36). A ciência traz novidades que, para Sagan, devem servir como terra firme, tendo em vista a instabilidade da própria Terra. Faz sentido, portanto, a postura do astrônomo de combate àqueles que não compartilham das orientações científicas para tomar suas decisões. Esses sujeitos, “místicos”, na obra de Sagan (2006), são organizados discursivamente de formas distintas: há uma grande diferença entre um “William F. Buckley”, um sujeito que acredita em pseudociências e misticismo, mas é, em última instância vítima, e Ronald Reagan, que conscientemente produz, reforça e defende uma postura negacionista a fim de se beneficiar política e economicamente. De qualquer modo, os “místicos” são aqueles que abalam a própria solidez da ciência frente a perda de rigidez da terra firme.

A perda da estabilidade da Terra se intensifica quanto mais próximo chegamos da virada do milênio. A magnitude das catástrofes que ameaçam a humanidade começa a parecer de tamanha ordem que se tornam inconcebíveis conceitualmente. Na ausência de uma descrição rigorosa, a metáfora da navegação reaparece não mais para indicar viagens calmas e portos seguros. A imagem elaborada é de instabilidade da terra firme e um barco sempre em movimento. Se as viagens modernas foram pintadas como “épicas”, a contemporânea com certeza é trágica. Sempre que a narrativa épica da humanidade se impõe, aparece um condicionante que freia a esperança – “se não nos destruímos...”, “se não perecermos...”, “se sobrevivermos...”. Como sintetizou Carl Sagan (2019, p. 284): “Marinheiros em mar calmo, sentimos a agitação de uma brisa”.

A perda da terra firme visa trazer a imagem de uma alteração da tradição moderna. Como bem expressou Rodrigo Turin (2023, p. 706) sobre esse fenômeno: “os conceitos políticos, as redes semânticas e as instituições herdadas da modernidade encontram dificuldades para abarcar e incorporar em suas estruturas os novos horizontes colocados [...]”.⁸ A possibilidade da aniquilação nuclear e a descoberta das transformações do clima em decorrência da ação antrópica implodem a noção de uma Terra estável, que seja um porto seguro de onde planejamos nossas viagens ao oceano cósmico. A “agitação de uma brisa” indicada por Sagan é o sinal claro da formação de uma tempestade marítima vista no horizonte, “brisa” é aqui o ponto focal metafórico que conota o anúncio da catástrofe.

⁸ TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, set/dez 2023, p. 706.

A discussão agora é definir quem são aqueles responsáveis pelo rumo da catástrofe. Quem são aqueles que querem levar o barco por um caminho seguro e aqueles que desejam o levar para a catástrofe. Pensando na figura de Reagan, Sagan o desloca para uma posição de não-contemporaneidade, no sentido de que, intelectualmente, apresenta um obscurantismo místico. A dessincronização qualitativa, como mencionado, é um ato performático que, abertamente, posiciona Sagan em um conflito entre aqueles que defendem a ciência como o único caminho possível, os capazes de guiar o barco para um futuro de estabilidade, e os “místicos” retrógrados que estão levando o barco para um ponto de não-retorno em relação a “terra firme”.

Existente, porém, uma condição omitida por Sagan acerca das disputas internas da Terra. Nominalmente, o astrônomo cita a existência de desigualdades sociais e econômicas, sobretudo a de gênero, mas pouco aprofunda. As tensões raciais dos Estados Unidos, por exemplo, são dispostas de forma genérica. Talvez justamente porque essas questões abalam a ideia de humanidade enquanto navegante que compõe a metáfora de navegação. A unidade da Terra não existe.

Apresentar a Terra como *una* produz efeitos políticos significativos. A defesa da unidade humana cria imagens de referências que reforçam profundamente situações de desigualdades. Se a metáfora de uma nova Arca de Noé é criada, pensa-se automaticamente nas “políticas de embarque” – quem e como as pessoas ocupam esse barco? Quais seus locais de habitação? Vivem no convés ou nos porões? A ideia de humanidade e de barco, nos termos de Sagan, pressupõe a perda de nomes, culturas e subjetividades dos navegantes. Nesse imaginário, o barco não vem assegurar a segurança de pessoas, culturas ou histórias: “a diversidade cultural do mundo e a pluralidade das histórias são apagadas em proveito de uma cena em que conta apenas o número de corpos-em-perda a salvar”. E, mais profundamente do que isso, “os embarcados confundem-se em um todo homogêneo e singular, verdadeiro espelho da totalidade Terra” (FERDINAND, 2022, p. 101).

A ideia de humanidade como navegante de um barco que se move no oceano cósmico não anuncia o fim dos sujeitos, e sim a imposição de uma identidade particular não-problematizada sobre as demais. Os problemas de gênero e raça são jogados para segundo plano pelo discurso de abolição das distinções, não importa que cheguemos no mundo em barcos diferentes, importa agora que estamos no mesmo barco.

Mesmo que as intenções de Sagan não sejam a exclusão social, de gênero e classe,⁹ seu discurso escorrega para esse lugar, espelhando uma determinada concepção daquilo que compõe o “humano”. O lugar de privilégio racial do branco na categoria de humano é deixada sem discussão em nome de um argumento maior que sustenta uma determinada cosmovisão.

Um exemplo crucial pode ser dado: Sagan argumentou, em *Cosmos*, que as explorações espaciais são as últimas em uma série de outras que distinguem a história humana. Nesse momento, Sagan realizou duas associações entre as explorações espaciais: a primeira, menos problemática, é a dos tempos das viagens ultramarinas do século XV e XVI e os tempos que as naves atuais levam para percorrer distâncias entre os planetas do sistema solar. Segundo o autor, são os mesmos e isso

9 Sagan possuía um histórico de luta por direitos das minorias, sobretudo pelo direito das mulheres. Segundo seu biógrafo mais famoso, uma das explicações para o autor se debruçar mais sobre o machismo seria a presença de Ann Druyan, sua esposa, que era abertamente feminista e realizou profundas contribuições que deixaram as obras de Sagan menos falocêntricas. Inclusive, alterando o título original do projeto de 1980, de *Man and the Cosmos* para simplesmente *Cosmos*.

representa o desenvolvimento tecnológico e da engenharia humana. A segunda nos interessa mais: o astrônomo afirmou que o período da expansão marítima europeia representou um “grande ponto de inflexão em nossa história”, pois deixou claro que poderíamos “nos aventurar em todas as partes do nosso planeta” (SAGAN, 2017, p. 189). Indo além, Sagan escreveu que destemidas embarcações a vela de meia dúzia de nações europeias se dispersaram por todos os oceanos.

Na tentativa de dar um passo para trás, o autor escreveu que havia muitas motivações para essas empreitadas, “ambição, ganância, orgulho nacional, fanatismo religioso, indultos de prisão, curiosidade científica, sede de aventuras e indisponibilidade de empregos” e, além disso, “essas viagens resultaram em muita coisa ruim, assim como em muita coisa boa”. Contudo, o resultado líquido das navegações foi o de “uma união maior da Terra, a diminuição do provincianismo, para unificar a espécie humana e avançar poderosamente no conhecimento de nosso planeta e de nós mesmos” [*has been to bind the Earth together, to decrease provincialism, to unify the human species and to advance powerfully our knowledge of our planet and ourselves*]. (SAGAN, 2017, p. 189)

De qual unidade Sagan está falando? É possível falar em um saldo positivo? Evidentemente que não. Esse trecho representa justamente o estatuto do privilégio branco de não questionar, ou não querer questionar, a imposição de subjetividades, culturas, conhecimentos aos “outros” da história. A união da espécie humana necessariamente perpassa pelo apagamento dos “outros”.

Essas passagens revelam algo extremamente relevante: existe uma diferença relevante entre as metáforas náuticas da branquitude e daqueles racializados. Enquanto para Sagan as expedições marítimas servem de um mito de origem para as navegações espaciais, logo, para o constructo metafórico da humanidade enquanto navegadora do oceano cósmico. Para Malcom Ferdinand e outros intelectuais, esse período e essas imagens evocam a dor e o sofrimento de sujeitos arrancados de suas terras e colocados em uma situação de abominável. Sagan esqueceu, ou quis fazer assim, que estes os navios que levaram “a sede científica” foram os mesmos que produziram a catástrofe do tráfico negreiro. Enquanto para Sagan esse barco é a unidade, para Ferdinand, é o navio-negreiro.

Por conseguinte, podemos encerrar esse texto com algumas recapitulações e considerações. Primeiramente, temos as metáforas náuticas reaparecem com potência no século XX, na obra de Sagan, seu complexo metafórico foi uma forma de lidar com um contexto de avanço negacionista, militarista e anticientífico, representado pelo republicano Ronald Reagan. Dessa forma, a metáfora do barco expressa o duplo problema da condição atual: primeiramente, apresenta o conflito ideológico entre os navegantes. Isto é, a situação contemporânea de ter que combater esse avanço da extrema-direita e de radicalização por parte da população.

Em segundo lugar, apresenta a chegada da tempestade, a catástrofe climática-nuclear, que também precisa ser enfrentada. Há, portanto, uma ameaça interna e externa ao barco. Na perda da solidez da terra-firme por conta da mutação climática tenta ser compensada parcialmente pelo discurso científico, que se apresenta como confiável e, mais do que isso, capaz de unificar os sujeitos da Terra na categoria de espécie. Contudo, sem o otimismo moderno e a crença no progresso, esse discurso se torna hesitante e pouco otimista, sempre condicional. É possível que o amanhã seja melhor, no entanto, não existe uma teleologia positiva-progressiva que garanta a realização desse futuro.

Por último, a tentativa de Sagan de unificar os navegantes sobre a categoria de humano e o posicionamento das explorações espaciais como descendentes diretas das grandes navegações,

expressam o posicionamento do autor enquanto um homem branco e estadunidense. A ausência de consciência étnico-racial do astrônomo produz uma imagem de que o conflito mais relevante da contemporaneidade é o entre a ciência e o negacionismo. O eclipse da questão racial e a construção metafórica do barco são duas faces da mesma moeda. De qualquer modo, se pudermos sintetizar toda essa exposição, podemos afirmar que a segurança e a estabilidade são sensações que ficaram em um passado remoto. O presente é marcado pelo conflito.

Referências bibliográficas

BLUMENBERG, Hans. *Naufração com espectador* – paradigma de uma metáfora da existência. Trad. Manuel Loureiro. Lisboa: Veja, 1990.

BLUMENBERG, Hans. *Teoria da Não Conceitualidade*. Trad. Luiz Costa Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DAVIDSON, Keay. *Carl Sagan: a life*. New York: John Wiley & Sons inc, 1999.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FREYESLEBEN, Aline F. A atuação do “cientista-celebridade” – um olhar sobre a tradição intelectual de Carl Sagan. *Revista Vernáculo*, nº 46 – segundo semestre, 2020, pp. 117-133.

MUDROVIC, Maria Inéz. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? *Rethinking History*, vol. 23, nº 4, 2019, p. 456-473.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Trad.: Dion Davi Macedo. Ipiranga: Edições Loyola, 2000.

SAGAN, Carl. *Cosmos*. Trad. Paul Geiser. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SAGAN, Carl. *O Mundo Assombrado pelos Demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAGAN, Carl. *Pálido Ponto Azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, set/dez 2023, p. 703 – 724

A “ATITUDE ÓPTICA” COMO “ATITUDE ESPIRITUAL EM RELAÇÃO AO ÓPTICO”: UMA ANÁLISE DE O PROBLEMA DO ESTILO NAS ARTES VISUAIS DE ERWIN PANOFSKY (1915)

Serzenando A. Vieira Neto¹

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: vieira.neto@unifesp.br

Cíntia Chaves²

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: chaves.cintia@unifesp.br

O breve, porém incisivo ensaio *O problema do estilo nas artes visuais* (PANOFSKY, 1915), publicado por Erwin Panofsky no periódico *Zeitschrift für Ästhetik und Allgemeine Kunstwissenschaft*, representa não apenas um marco inicial em sua trajetória acadêmica, mas também sua inserção em um intenso debate que se desdobraria posteriormente em dois importantes textos: *O conceito de Kunstwollen* (PANOFSKY, 1920) e *Sobre a relação entre história da arte e teoria da arte: uma contribuição à discussão sobre a possibilidade de “conceitos fundamentais da ciência da arte”* (PANOFSKY, 1925). Situado em um contexto de reabilitação do pensamento estético e filosófico na história da arte, o ensaio de Panofsky já não questiona a necessidade de uma construção conceitual para estruturar a pesquisa empírica. Em seu pano de fundo, ele reverbera a transição capturada por Wölfflin em 1899: “O natural seria que toda monografia histórico-artística contivesse ao mesmo tempo um pouco de estética” (WÖLFFLIN, 1899, p. VIII). A questão central que Panofsky levanta em 1915 é justamente se uma teoria do estilo pode surgir a partir de uma abordagem puramente óptica da obra de arte, como a proposta por Wölfflin.

Nesta comunicação, apresentamos as reflexões iniciais de um trabalho que se debruça sobre o ensaio de Panofsky, buscando entender os problemas teórico-metodológicos que se desdobram a partir de sua crítica ao modelo de Wölfflin. No primeiro momento, discutiremos o desenvolvimento da questão em Wölfflin, explorando a gestação do problema durante a década de 1890, que culmina em 1915 com a publicação de uma das obras mais influentes da historiografia da arte do século XX, os *Conceitos fundamentais da história da arte* (WÖLFFLIN, 2006 [1915]). Em seguida, procederemos a uma análise mais detalhada dos argumentos de Panofsky, identificando aqui um momento crucial

1 Pesquisador de pós-doutorado do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com projeto de pesquisa fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2022/16114-4.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com projeto de pesquisa fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2024/09573-8.

de seu programa conceitual, o *statu nascendi* de uma perspectiva pautada na unidade da obra de arte (PANOFSKY, 2003 [1941], p. 290).

Heinrich Wölfflin e o problema do estilo

É inegável o mérito de Heinrich Wölfflin na formulação de uma das abordagens mais relevantes da história da arte. Sua perspicácia analítica, refinamento estilístico e notável capacidade de síntese são características que consagraram seus escritos na historiografia do século XX. De modo geral, Wölfflin é amplamente reconhecido como um historiador cuja obra se distancia criticamente das principais tendências da historiografia do século XIX, seja do estudo da personalidade do artista, do contexto cultural, ou na análise da obra de arte em si. Com efeito, seu projeto metodológico se baseia em uma história do estilo concebida como uma história das intuições artísticas e das formas da imagem, determinadas por leis imanentes (BETTHAUSEN, 2007 [1999], p. 515-516).

A tese de doutorado de Heinrich Wölfflin, apresentada em 1886 na Universidade de Munique sob a orientação do arquiteto Heinrich Brunn, constitui uma tentativa inicial de compreender a representação do corpo no espaço arquitetônico a partir da pergunta fundamental: “Como é possível que formas arquitetônicas possam expressar algo psíquico, uma disposição interior?” (WÖLFFLIN, 1946 [1886], p. 13). Intitulada *Prolegômenos para uma psicologia da arquitetura*, a tese de doutorado se fundamenta especialmente nos princípios da psicologia de Wilhelm Wundt e na teoria da “empatia” [*Einfühlung*], desenvolvida por autores como Johannes Volkelt, Hermann Lotze e Robert Vischer. A partir desse repertório conceitual, Wölfflin busca entender a arquitetura como uma projeção humana, estabelecendo o antropomorfismo como princípio central; a ideia de que as formas arquitetônicas refletem a natureza humana. Esse conceito remete ao poeta Goethe e sua célebre máxima – “O homem nunca percebe o quão antropomórfico ele é” (aforismo 203, GOETHE, 1907 [1833], p. 36) – e, em Wölfflin, assume a concepção da beleza como aquilo que é adequado ao olho (WÖLFFLIN, 1946 [1886], p. 14) e a tese de que a forma corporal é o meio pelo qual nos apropriamos do mundo físico (ibid., p. 21).

Na esteira da reflexão iniciada em *Prolegômenos para uma psicologia da arquitetura*, a tese de livre-docência de Wölfflin aprofunda a questão do estilo a partir de sua experiência na Itália e uma imersão mais efetiva no estudo da arte. Sem abdicar do impulso filosófico e da afinidade com a teoria da empatia, *Renascença e Barroco*, publicada em 1888, busca compreender psicologicamente a transição entre os dois estilos. A obra se propõe a oferecer “uma contribuição para a história do estilo e não para a história dos artistas” (WÖLFFLIN, 2005 [1888], p. 23), refletindo o interesse de Wölfflin, sobretudo, na taxonomia e na cronologia dos grandes períodos estilísticos.

Enquanto em seus dois primeiros trabalhos Wölfflin delineia os contornos iniciais de uma história da arte sem artistas, na década de 1890, ele integra em suas reflexões as novas teorias da forma. Influenciado por Konrad Fiedler, Wölfflin avança na direção da ideia da pura visualidade, sustentando a tese de que o campo da arte é o domínio das percepções objetivas e que as artes plásticas representam a forma dessa pura visualidade (SILVA, 2005, p. 13). Ainda mais significativo é o movimento capturado por Edgar Wind em *Arte e anarquia*, quando ele descreve a amizade de Wölfflin com o escultor Adolf von Hildebrand, cujo tratado *O problema da forma* (1893) exerceu um impacto duradouro em seu arcabouço conceitual. Em um de seus escritos mais notáveis, *A arte*

clássica (1899), no qual reconhece generosamente sua dívida para com Hildebrand, Wölfflin realiza sua primeira tentativa sistemática de desvendar aquelas camadas puramente visuais do estilo que ele considerava indiferentes à emoção e intrinsecamente desprovidas de expressão (WIND, 1963, p. 126). Nessa obra já se encontra o embrião da concepção que ele consolidaria em seu livro de 1915: “Nossas categorias não passam de formas, de determinadas formas da concepção e da representação, e que, por isso mesmo, num certo sentido são necessariamente inexpressivas” (WÖLFFLIN, 2006 [1915], p. 315).

Embora esse percurso teórico seja amplamente reconhecido pela bibliografia, o significado de um artigo publicado em 1897, intitulado *Como as esculturas devem ser compreendidas*, muitas vezes escapa aos comentadores. Em um texto de 1924, Panofsky destaca como o título do artigo de Wölfflin já revela um direcionamento crucial de seu método, que incorpora a concepção de que toda obra de arte é governada por uma regulamentação formal, perceptível ao olhar somente quando a obra é contemplada da maneira como ela “deseja ser vista” (PANOFSKY, 1998 [1924], p. 1105). Para Wölfflin, a forma de observar uma figura não é uma mera escolha do observador; “uma figura antiga não deve ser vista de qualquer lado”, mas sim como seus elementos formais exigem (WÖLFFLIN, 1897, p. 294; 297). Lançam-se assim as bases para uma concepção histórico-artística que não busca analisar a obra por meio de elementos que lhe são externos, como sua compenetração na vida civil, de corte, religiosa ou profana, mas que se desvela a partir de seus próprios princípios formais: a ordenação da massa no espaço, a estruturação das formas visuais na superfície, a interação entre corpo e iluminação (PANOFSKY, 1998 [1924], p. 1105-1106).

Demoraria mais de uma década para que esses princípios estabelecidos nos entornos de seus estudos sobre o Renascimento e Barroco ganhassem uma apresentação mais coesa. Em sua conferência de 7 de dezembro de 1911, na ocasião de sua nomeação para a Academia Real Prussiana de Ciências, Wölfflin apresenta a conferência *O problema do estilo nas artes visuais* (WÖLFFLIN, 1912), em que empreende uma tentativa inicial de sistematizar os princípios teóricos que regem sua compreensão da obra dentro do estilo artístico. Trata-se de uma conferência que logo se desdobraria em uma reflexão mais detalhada sobre o pictórico, publicada tanto na revista *Logos* (WÖLFFLIN, 1913b) quanto na *Kunstwart und Kulturwart* (Wölfflin, 1913a), e que embasaria sua mais importante obra, os *Conceitos fundamentais da história da arte* (WÖLFFLIN, 2006 [1915]).

Em *O problema do estilo nas artes visuais*, Heinrich Wölfflin aborda a questão fundamental da relação entre contexto histórico e personalidade artística. Segundo Wölfflin, a maneira como Rafael traça suas linhas pode ser atribuída a aspectos específicos da sua personalidade; no entanto, isso não explica por que um artista tão distinto quanto Dürer também utiliza a linha como meio de expressão. Tampouco explica por que, um século depois, essa forma de representação desaparece, dando lugar à representação pictórica, que passou a unir artistas de temperamentos tão diversos, como Bernini e Ter Borch (WÖLFFLIN, 1912, p. 572). Entender a camada mais profunda da forma, portanto, é o que constitui a tarefa central da história da arte; uma definição conceitual que se refere não ao temperamento ou à mentalidade, mas ao modo de representação (*ibid.*, p. 573).

Os tipos de representação na obra de arte, para Wölfflin, refletem as transformações ópticas que caracterizam cada período histórico: “Toda expressão está vinculada a determinadas possibilidades ópticas, que variam de época para época. O mesmo conteúdo não poderia ser expresso do mesmo

modo em diferentes épocas, não porque a intensidade do sentimento tenha mudado, mas porque os olhos se transformaram” (ibid.). Em seu ensaio de 1912, Wölfflin enuncia pela primeira vez os cinco pares conceituais que sintetizam o desenvolvimento da representação e as formas com as quais o olho captura a imagem (ibid., p. 574). Segundo Nikolaus Meier, assim se estabelece uma história da arte crítica no sentido kantiano, na qual os pares conceituais não sugerem um fundamento ontológico, mas uma natureza tipológica (MEIER, 1999 [1990], p. 72).

Os debates que emergiram das reflexões de Wölfflin e o subsequente detalhamento de sua teoria no livro de 1915 deram origem a uma série de ponderações e críticas (HAGEN, 1916; RODENWALDT, 1916; ROTHACKER, 1919; VOSS, 1920), entre as quais o ensaio de Panofsky se destaca como um dos exemplos mais notáveis.

Panofsky e a relação entre alma mundo

Em *O problema do estilo nas artes visuais*, Panofsky destaca em Wölfflin uma dupla dimensão do estilo, organizada entre elementos “puramente formais”, oriundos dos modos de ver e representar, e a “substância” que se relaciona às possibilidades de uma época, povo ou personalidade (PANOFSKY, 1915, pp. 460-461)³. É sobre a primeira dimensão que Wölfflin se concentra, considerando que as transformações estilísticas são, em última análise, transformações do próprio olho, ou seja, das bases “óptico-representativas” de cada época (PANOFSKY, 1915, p. 461). Sob essa lógica, organizam-se as cinco antinomias fundamentais presentes em *Conceitos Fundamentais da História da Arte*: linear-pictórico, plano-profundidade, fechado-aberto, pluralidade-unidade, clareza-obscuridade (WÖLFFLIN, 2006 [1915]). No artigo de 1915, Panofsky não pretende questionar a legitimidade das categorias de Wölfflin para as análises histórico-artísticas particulares, mas, ao explorar seus significados metodológico-filosóficos, busca problematizar se as transformações estilísticas observadas através de tais categorias caracterizam uma evolução “meramente formal” (PANOFSKY, 1915, p. 461).

A rigidez da separação entre forma e conteúdo em Wölfflin fundamenta-se na percepção de que os elementos formais revelam uma relação olho-mundo que não é conectada aos elementos psíquicos de determinado período. Nesse ponto, Panofsky questiona a concepção do “olho”, entendido do ponto de vista orgânico, como fundamento para a mudança estilística. Embora, em termos fisiológicos, o olho seja o órgão que possibilita a experiência óptica – ou seja, a visão que percebe o mundo –, ele é apenas o receptor das formas disponíveis, sem qualquer capacidade de formulá-las. Logo, por não possuir qualquer conteúdo expressivo, o olho não pode ser identificado como o elemento formador do estilo (ibid., pp. 462-463).

Se a percepção fisiológica não é, de antemão, orientada pelas categorias concebidas por Wölfflin para a história das transformações estilísticas, então a interpretação do dado sensorial em forma artística não pode ser atribuída ao olho no sentido fisiológico; para Panofsky, essa função recai sobre a “alma” [*Seele*]. Panofsky argumenta que a alma faz com que as percepções visuais sejam “colocadas em forma”, e, por esse motivo, a atitude óptica deve ser compreendida fundamentalmente

3 Essa dimensão se torna especialmente significativa para Panofsky nas décadas subsequentes, à luz do conceito de *Weltanschauung*.

como uma “atitude espiritual em relação ao óptico” (ibid., p. 463). Em outras palavras, a relação entre olho e mundo revela-se, na verdade, como uma relação da alma com o mundo tal como percebido pelo olho. As decisões estilísticas não estão orientadas pelo olho no sentido fisiológico-objetivo, mas sim por aquilo que se conhece como temperamento, mentalidade ou sentimento de uma época. Dessa maneira, os modos de representação expressam a “mentalidade supraindividual de uma época inteira” (ibid., pp. 463-464).

Em suma, trata-se da restituição de um fundamento metafísico que orienta, de maneira inconsciente, o artista. Essa abordagem, longe de desconsiderar a importância do olho para os modos de ver e representar, estabelece a relação entre alma e mundo como epicentro do processo de atribuição da forma. Tal orientação reestabelece, por assim dizer, a noção do objeto artístico como um objeto transcendental, por meio da reconexão entre forma e conteúdo com um princípio monista de matriz transcendental, o que Panofsky denomina, em 1915, de alma.

Outra questão central em *O problema do estilo nas artes visuais* envolve a dicotomia “forma-conteúdo”, um tema fundamental para o debate histórico-artístico na virada do século XIX para o XX. Em um sentido estrito, o conteúdo é aquilo que carrega a expressão em si, ou seja, algo que transcende as possibilidades puramente ópticas, enquanto a forma é apenas o meio pelo qual o conteúdo se manifesta. Panofsky ressalta que, se o estilo realmente fosse um “recipiente vazio” das formas, seria possível intercambiá-lo entre épocas sem que isso alterasse seu conteúdo. Considerando tal conclusão como inconcebível, ele argumenta que as obras estão expressivamente conectadas justamente porque compartilham os mesmos princípios gerais da forma. Assim, o ato de conferir forma já opera no campo do conteúdo e, portanto, possui valor enquanto tal (ibid., pp. 464-465).

Panofsky define forma, em sua distinção mais ampla em relação ao objeto, enquanto “momento estético” (*ästhetische Moment*) que abarca não apenas o modo de representação, mas também a disposição, organização e composição dos elementos particulares. A escolha do artista ocorre sempre sob a interferência inconsciente da “vontade da época” (*Zeitwillen*). As formas particulares atualizam e se diferenciam de uma forma geral potencial, que por sua vez se distingue da forma atual da obra de arte. O conjunto desses “momentos” específicos pode ser organizado em um sistema, o que justifica as categorias concebidas por Wölfflin. Nesse contexto, a principal tarefa da história da arte não poderia ser outra senão o desenvolvimento das “possibilidades de representação”, compreendidas como parte integrante da visão de mundo (ibid., p. 466).

Por fim, Panofsky afirma: “Em outras palavras, o fato de uma época ‘ver’ de forma linear e outra de forma pictórica, não é a raiz ou a causa do estilo, mas um fenômeno do estilo; não é uma explicação, pelo contrário, exige explicação” (ibid., p. 467). Com essas palavras, Panofsky alude à natureza profundamente psicológica do problema, que deve ser abordado em seu sentido “meta-histórico” e “meta-psicológico”. Observa-se aqui uma relação circular, na qual a expressão particular de um objeto se manifesta em formas gerais potenciais, que por sua vez são derivadas desses mesmos esforços expressivos da época, fundamentados no comportamento da “alma”, e não do “olho”. Essa dinâmica é fundamental para a compreensão mais ampla dos seus escritos, nos quais a relação entre o geral e o particular molda tanto suas interpretações de obras específicas quanto suas propostas

teórico-metodológicas⁴.

Considerações finais

Erwin Panofsky é reconhecidamente uma das figuras mais proeminentes da historiografia da arte do século XX, em especial pela disseminação de seu método para análise e interpretações das obras de arte (HOLLY, 1984, p. 10, 158). Nas fases derradeiras de sua produção, seu procedimento investigativo consolidou-se na busca pelos significados da obra de arte, que se amparava na descrição pré-iconográfica, na análise iconográfica e na interpretação iconológica (PANOFSKY, 1955, pp. 26-54). Ao retornar a um momento inicial da formulação de seu programa teórico, buscou-se aqui apresentar um olhar historiográfico sobre a gênese do problema, evidenciando como Panofsky iniciou seu projeto teórico em um contexto de ampla discussão sobre os fundamentos da disciplina histórico-artística, posicionando-se de modo bastante crítico em relação às abordagens formalistas, frequentemente personificadas na figura de Heinrich Wölfflin.

Em um período de intenso debate, duas linhas de interpretação da obra de arte se destacavam: por um lado, a dinâmica da história da cultura e da interpretação voltada para o significado e, por outro lado, as abordagens voltadas para os elementos formais. Aqui, mais uma vez, os dilemas provocados pelos conflitos entre “forma” e “conteúdo” não apenas influenciavam as interpretações histórico-artísticas específicas, mas também o próprio debate sobre a efetividade dos procedimentos propostos para a disciplina⁵.

Por fim, cumpre destacar que, embora o escrito de 1915 seja menos conhecido pelo público mais amplo, ele é duplamente relevante no contexto do desenvolvimento teórico do autor. Em primeiro lugar, ele marca o início de uma abordagem crítica do formalismo de Wölfflin, um problema frequentemente revisitado por Panofsky em seus trabalhos posteriores. Além disso, esse texto permite vislumbrar a necessidade de um sistema fundamental de conceitos orientados filosoficamente, que, décadas depois, se manifestaria em um interesse metodológico voltado para a relação entre alma e mundo, traduzida no significado intrínseco das obras de arte.

Referências bibliográficas

BETTHAUSEN, Peter. Heinrich Wölfflin. In: *Metzler Kunsthistoriker Lexikon*. Stuttgart/Weimar: J. B. Metzler, 2007 [1999], p. 515-520.

GOETHE, J. W. *Maximen und Reflexionen*. Weimar: Goethe-Gesellschaft, 1907 [1833].

HAGEN, Oscar. Neue Ziele der Kunstgeschichtsschreibung. Zu Heinrich Wölfflins neuem Buch “Kunstgeschichtliche Grundbegriffe”. *Zeitschrift für bildende Kunst*, v. 51, n. 27, p. 153-160, 1916.

HILDEBRAND, Adolf von. *Das Problem der Form in der bildenden Kunst*. Strassburg: Heitz, 1893.

4 As dinâmicas entre geral e particular podem ser observadas em diversos escritos de Panofsky, destacando-se o próprio desenvolvimento do método iconológico (cf. PANOFSKY, 1955).

5 Sobre esse contexto, cf. HOLLY, 1984, p. 23; PREZIOZI, 2009, pp. 116-117

HOLLY, Michael Ann. *Panofsky and the foundations of art history*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1984.

MEIER, Nikolaus. Heinrich Wölfflin (1864-1945). In: DILLY, Heinrich (org.). *Altmeister moderner Kunstgeschichte*. Berlin: Dietrich Reimer, 1999 [1990], p. 62-79.

PANOFSKY, Erwin. Das Problem des Stils in der bildenden Kunst. *Zeitschrift für Ästhetik und allgemeine Kunstwissenschaft*, v. 10, p. 460-467, 1915.

PANOFSKY, Erwin. Der Begriff des Kunstwollens. *Zeitschrift für Ästhetik und allgemeine Kunstwissenschaft*, v. 14, p. 321-339, 1920.

PANOFSKY, Erwin. Heinrich Wölfflin: Zu seinem 60. Geburtstage am 21. Juni 1924. In: MICHELS, Karen; WARNKE, Martin (orgs.). *Deutschsprachige Aufsätze*. Berlin: 1998 [1924], v. 2, p. 1105-1108.

PANOFSKY, Erwin. *Meaning in the Visual Arts*. Garden City: Anchor Books, 1955.

PANOFSKY, Erwin. Report on the activities of the Institute for Advanced Study in the History of Art. In: *Korrespondenz 1937-1949*. Org. Dieter Wuttke. Wiesbaden: Harrassowitz, 2003 [1941], p. 287-294.

PANOFSKY, Erwin. Über das Verhältnis der Kunstgeschichte zur Kunsttheorie: ein Beitrag zu der Erörterung über die Möglichkeit “kunstwissenschaftlicher Grundbegriffe”. *Zeitschrift für Ästhetik und allgemeine Kunstwissenschaft*, v. 18, p. 129-161, 1925.

PREZIOSI, Donald. *The art of art history: a critical anthology*. 2 ed. Nova York: Oxford University Press, 2009.

RODENWALDT, Gerhart. Wölfflins Grundbegriffe und die antike Kunst. *Zeitschrift für Ästhetik und allgemeine Kunstwissenschaft*, v. 11, p. 432-441, 1916.

ROTHACKER, Erich. Wölfflins kunstgeschichtliche Grundbegriffe. *Repertorium für Kunstwissenschaft*, v. 41, p. 168-176, 1919.

SILVA, Regina H. D. R. F. Wölfflin: estrutura e forma na visualidade artística. In: WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 11-19.

VOSS, Hermann. “Künstlergeschichte” oder “Kunstgeschichte ohne Namen”? Entgegnung an Heinrich Wölfflin. *Kunstchronik und Kunstmarkt*, v. 55, n. 31, p. 435-438, 1919.

WIND, Edgar. *Art and anarchy*. London: Faber and Faber, 1963.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte*. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1915].

WÖLFFLIN, Heinrich. Das Problem des Stils in der bildenden Kunst. *Sitzungsberichte der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*, p. 572-578, 1912.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Die klassische Kunst: eine Einführung in die italienische Renaissance*. München: F. Bruckmann, 1899.

WÖLFFLIN, Heinrich. Prolegomena zu einer Psychologie der Architektur. In: *Kleine Schriften (1886-1933)*. Org. Joseph Gantner. Basel: Schwabe & Co., 1946 [1886], p. 13-47.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco: estudo sobre a essência do estilo barroco e sua origem na Itália*. Trad. Mary A. L. Barros & Antonio Steffen. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1888].

WÖLFFLIN, Heinrich. Über den Begriff des Malerischen. *Kunstwart und Kulturwart*, v. 26, n. 20, p. 104-109, 1913a.

WÖLFFLIN, Heinrich. Über den Begriff des Malerischen. *Logos*, n. 4, p. 1-7, 1913b.

WÖLFFLIN, Heinrich. Wie man Skulpturen aufnehmen soll. *Zeitschrift für bildende Kunst*, v. 8, p. 294-297, 1897.

A ANCESTRALIDADE NA LINGUAGEM POLÍTICA DE MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS COETÂNEOS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DO TEMPO

Carlos Roberto da Silva
Mestrando em História (UDESC)
E-mail: carlozfilho@gmail.com

Dentre os inúmeros fenômenos que o Brasil e o mundo têm testemunhado nestas últimas décadas, está a ascensão do conceito de ancestralidade no espaço público brasileiro. Esse conceito ganhou uma posição relevante no discurso político contemporâneo de muitos movimentos indígenas, manifestando-se intensamente em produções culturais como arte e literatura, além de aparecer nos discursos de lideranças e pensadores indígenas. É comum também ouvir referências a ancestralidade em discursos de políticos e advogados envolvidos nas batalhas pela demarcação de terras. Em muitos contextos, esse uso reflete uma visão diferenciada do tempo, onde o passado, o presente e o futuro não são vistos como categorias rígidas e separadas, o que desafia as concepções ocidentais tradicionais sobre temporalidade e questiona a ideia de um tempo linear e irreversível.

O conceito de ancestralidade, à primeira vista, parece funcionar como uma construção social do presente, fundamentada na criação ou reativação de vínculos entre gerações. Embora inicialmente o conceito evoque gerações passadas no contexto atual, em certos usos percebe-se que a ancestralidade também confunde as fronteiras temporais em relação ao futuro. Expressões como “o futuro é ancestral” sugerem a formação de vínculos entre contemporâneos, antecessores e sucessores, criando uma ligação geracional que ultrapassa o presente. Essa ancestralidade performada, intimamente relacionada ao fenômeno das gerações, constrói significados para a experiência do tempo, revelando intenções políticas que indicam a construção de políticas temporais. O trabalho aqui apresentado é um resumo do que já foi produzido para a dissertação em curso, cujo objetivo geral é caracterizar que políticas do tempo emergem quando indígenas em retomada convocam suas ancestralidades. Como será discutido, este é um movimento teórico e reflexivo que pode enriquecer o campo da história do tempo presente enquanto área historiográfica.

A compreensão dos diversos usos do conceito de ancestralidade não se dá de maneira simples: uma pesquisa rápida nos mecanismos de busca na internet revela a multiplicidade de sentidos que ele carrega. A ancestralidade surge associada à ideia de herança familiar, vinculada à genealogia e ao orgulho de pertencer a uma determinada linhagem, refletindo as conexões ancestrais que comunidades afro-brasileiras e indígenas buscam preservar ou recuperar. Ela também se coloca no centro de movimentos ligados à saúde e ao bem-estar, onde práticas ancestrais são valorizadas como um retorno a tradições que proporcionam cura e regeneração. Esse cenário amplo, que conecta o conceito a diversos temas e finalidades, evidenciou a necessidade de investigar a polissemia que o acompanha antes de focar no problema que a dissertação busca explorar. Esse movimento reflexivo

me conduziu a uma desnaturalização do que inicialmente percebia como um fenômeno do século XXI, justificando o foco e a especificidade das ancestralidades abordadas.

A análise dos usos do termo “ancestralidade” no Brasil pode ser aprofundada através do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, que contém jornais, revistas e outras publicações desde o século XIX. O termo aparece pela primeira vez em 1897, na *Revista Moderna do Rio de Janeiro*, com uma referência ao escritor Eça de Queiroz, enaltecendo sua “ancestralidade portuguesa” e associando o termo a heranças culturais e literárias europeias (GUIMARÃES, 1897). Ao longo do início do século XX, a ancestralidade foi abordada em diferentes contextos, tanto em jornais quanto em revistas médicas, onde era associada a heranças genéticas e sociais europeias. No entanto, ainda neste período, o termo era empregado em tons políticos e discriminatórios, destacando a “superioridade” de ascendências europeias em relação às indígenas e africanas.

Na década de 1910, por exemplo, intelectuais como Almachio Diniz associaram a ancestralidade portuguesa a uma suposta “força organizadora” que, segundo ele, suprimia influências africanas e indígenas na formação cultural brasileira (DINIZ, 1911). Esses discursos sobre ancestralidade refletiam uma visão hierárquica das etnias, promovendo um ideal de “pureza” racial europeia, desconsiderando as ancestralidades não-europeias. Essa abordagem é evidenciada em outros textos do início do século, como o de Anníbal Amorim, que minimiza as raízes indígenas do Rio Grande do Sul e celebra a “absorção” das etnias indígenas e africanas pela chegada de imigrantes europeus (AMORIM, 1913).

Durante as décadas seguintes, os periódicos brasileiros continuaram a exaltar heranças europeias em detrimento de outras, utilizando o termo “ancestralidade” para reforçar conceitos de pureza e superioridade racial. Esse padrão persistiu, com exceções pontuais, até meados do século XX, quando o conceito começou a se expandir para além de referências europeias. Foi somente a partir dos anos 1960 que as ancestralidades africanas e indígenas ganharam representações um pouco mais positivas na mídia, ainda que limitadas e frequentemente baseadas em estereótipos. Sérgio Milliet, por exemplo, rebateu as ideias do sociólogo francês Roger Bastide sobre a rejeição da ancestralidade africana pelos negros dos Estados Unidos, argumentando que essa ancestralidade era, de fato, valorizada sentimentalmente, mesmo que de modo indireto (MILLIET, 1961).

Na década de 2000, o tema da ancestralidade ganhou ainda mais visibilidade com a publicação do texto *Índio quer respeito* de Marcos Terena (2001), que denunciou representações folclóricas e exigiu o respeito aos direitos indígenas. Esse texto representa um marco na forma como a ancestralidade indígena começou a ser percebida publicamente, dando destaque a demandas de representatividade e de políticas públicas inclusivas para os povos indígenas no Brasil.

Com o avanço das tecnologias de testes genéticos e a popularização de serviços de genealogia, o termo “ancestralidade” passou a ser amplamente associado ao interesse em rastrear linhagens biológicas. Esse fenômeno é evidenciado pela análise de tendências no Google Trends, que mostra um crescimento significativo nas buscas pelo termo “ancestralidade” a partir de 2018, com foco em exames de DNA e genealogia. A empresa Genera, por exemplo, oferece testes genéticos que permitem aos usuários explorar sua ascendência e parentescos através de “painéis de ancestralidade” (GENERA, 2024). Esse contexto contemporâneo revela uma comercialização da ancestralidade, frequentemente limitada à dimensão genética.

No entanto, os geneticistas Lilian Kimura, Renan Barbosa Lemes e Kelly Nunes alertam

para os possíveis impactos negativos dessa abordagem simplificada da ancestralidade, apontando que, enquanto esses testes promovem a reconexão com as raízes, também podem reforçar ideias de segregação racial (KIMURA, LEMES & NUNES, 2022). Eles defendem que a memória ancestral também deve ser entendida em um sentido mais amplo, abrangendo práticas culturais, tradições e conhecimentos transmitidos oralmente ao longo das gerações. As ancestralidades que busco compreender na dissertação caminham mais no sentido exposto pelos geneticistas. Para além desta ancestralidade em voga no cenário público como febre genética-mercadológica, a ascensão do conceito de ancestralidade na linguagem política e social protagonizada por movimentos indígenas que atuantes no território brasileiro.

O conceito de ancestralidade revela uma “estrutura temporal complexa”, nos moldes do que define Reinhart Koselleck em *Histórias de Conceitos* (2020). A ancestralidade é marcada por transformações linguísticas que refletem mudanças históricas e sociais. Nos movimentos indígenas e afro-brasileiros, a ancestralidade transcende a ideia de passado, mobilizando múltiplas temporalidades — uma visão que se alinha à ideia de inovação linguística proposta por Koselleck, onde o termo incorpora novos sentidos em resposta a mudanças contextuais. Essa complexidade é observada em diferentes contextos: enquanto movimentos afro-brasileiros reinterpretem a ancestralidade africana em solo brasileiro, os movimentos indígenas conectam-se às suas terras ancestrais, destacando o retorno a esses territórios como essencial.

No caso dos afro-brasileiros, Ayni Araujo explica que a ancestralidade africana representa uma África reconstruída no Brasil, um processo de resignificação que evoca as raízes africanas na construção cultural do presente (2021). Já para os indígenas, a ancestralidade implica em uma reconexão com suas terras originárias, um retorno que articula práticas e conhecimentos tradicionais, fundamentais para a preservação cultural e identitária. Este aspecto evidencia uma diferença central entre as visões indígena e afrodescendente de ancestralidade, sendo a primeira mais ligada à permanência e manutenção de seus territórios.

Alguns movimentos, como o coletivo *Teia dos Povos*¹, exemplificam a união dessas visões ao mobilizarem o conceito de ancestralidade em suas ações. Entretanto, a dissertação foca nas implicações políticas do uso da ancestralidade nos movimentos indígenas, que representam 305 povos diferentes, cada um com sua própria visão sobre ancestralidade. O desafio, portanto, é compreender essa pluralidade dentro de uma perspectiva temporal e política. O conceito de ancestralidade pode, ainda, ser experimentado sem que o termo seja necessariamente utilizado, como nos casos do termo *Nhanderú* para os Guarani, que representa a origem espiritual de todas as coisas e seres, e *Yuxibu* entre os Huni Kuin, relacionado à força ancestral da criação do mundo. Essas variações conceituais expressam a conexão profunda dos povos indígenas com o tempo e com a espiritualidade, sem recorrer ao vocábulo “ancestralidade”. No entanto, para efeito de análise, a pesquisa mantém o foco no termo “ancestralidade” e suas variações, abordando o modo como ele é usado nos discursos contemporâneos.

O “futuro ancestral” trabalhado por Ailton Krenak (2022) traz uma dimensão temporal disruptiva: a ideia de que o futuro já contém elementos ancestrais, rompendo com a linearidade do

1 Trata-se de uma articulação entre “Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva”. De forma solidária, os envolvidos buscam construir o que nomearam como uma “Aliança Preta, Indígena e Popular”. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em: 6 out. 2024.

tempo ocidental e sugerindo um vínculo entre o presente e os conhecimentos ancestrais. Essa concepção coloca a ancestralidade como uma força orientadora para as gerações futuras, questionando o mundo que se herda e o impacto do progresso moderno. Em sua visão, o futuro não é uma construção linear, mas um retorno ao saber ancestral, que integra passado e futuro. A literatura indígena, neste sentido, tem desempenhado um papel importante na retomada da voz indígena, sendo “retomada” não apenas a luta pela terra, mas a recuperação das práticas e tradições que constituem as identidades indígenas. Felipe Coelho Iaru Yê Takariju define essa retomada como uma “guerra contra o extermínio da Terra e dos modos de viver indígenas” (2021). Para ele, a ancestralidade desafia a “história oficial”, abrindo caminhos para uma compreensão plural e fluida da temporalidade.

Os movimentos indígenas, ao evocarem a ancestralidade, dissolvem as fronteiras entre passado, presente e futuro, criando uma perspectiva temporal onde o saber ancestral guia as gerações. Esse movimento performativo suscita políticas do tempo que questionam e reconfiguram a experiência temporal, caracterizando a ancestralidade não apenas como memória do passado, mas como uma orientação para o presente e o futuro. A pesquisa, portanto, visa entender como essas políticas temporais se manifestam nos discursos dos movimentos indígenas, ampliando a compreensão das múltiplas historicidades no tempo presente. Trata-se de explorar o papel das evocações de um tempo ancestral sob a ótica das políticas do tempo enquanto categoria de análise emergente na história do tempo presente, onde se pretende contribuir para expandir os limites teóricos do campo.

O conceito de “políticas do tempo” tem sido utilizado na tentativa de compreender as mudanças históricas e os desafios de temporalidade na sociedade. Em *The Politics of Time*, Peter Osborne (1995) argumenta que mesmo as produções culturais pós-modernas, que parecem desafiar as convenções, ainda operam dentro de uma lógica moderna de totalização do tempo histórico. Osborne observa que essas políticas não tratam de ideologias em si, mas sim de como experiências temporais são construídas e limitadas pelas práticas culturais e sociais, questionando assim a estrutura de reconhecimento e exclusão promovida pelo tempo histórico.

No contexto das políticas temporais contemporâneas, María Inés Mudrovcic argumenta que essas políticas frequentemente criam “alteridades temporais”, em que certos grupos são marginalizados ao serem considerados anacrônicos ou “atrasados”, em contraste com o “presente hegemônico” (2018). Esse processo de exclusão, que tem raízes no colonialismo, continua a impactar populações como os povos indígenas, cuja presença no presente é constantemente renegociada. Mudrovcic sugere que a normatividade temporal sempre discrimina o que não se alinha ao *ethos* dominante, impedindo uma verdadeira inclusão.

No Brasil, a exclusão temporal das populações indígenas tem sido uma constante desde o período colonial. A historiografia, por muito tempo, ignorou a perspectiva dos povos indígenas, o que apenas começou a ser revisto nas últimas décadas, com trabalhos que buscam reconhecer a contribuição desses povos para a formação do país e dar visibilidade à sua memória e resistência cultural (MONTEIRO, 1995; ALMEIDA, 2010). Porém, os povos indígenas continuam lutando por direitos, enfrentando desafios como desinformação e políticas públicas regressivas. Para além da “descoberta” dos indígenas pelos colonizadores europeus, Ailton Krenak fala de uma “segunda descoberta” do Brasil pelos indígenas, que têm de “criar seu próprio lugar de existência” dentro de um território que sempre lhes pertenceu, mas que historicamente lhes foi negado (2015).

O antropólogo Arturo Escobar chama essa luta ainda tão presente de “ocupação ontológica”, pois se trata de tensões entre o mundo indígena e o mundo ocidental, onde o tempo e o território são controlados por uma visão hegemônica ocidental, impedindo uma existência coletiva plena (2015). Segundo Escobar, a pressão sobre territórios indígenas reflete uma “guerra contra mundos relacionais” e tenta dismantelar estruturas coletivas e espirituais. Nesse sentido, estudar as políticas do tempo nas evocações indígenas é compreender a resistência a essas ocupações, tanto físicas quanto conceituais.

A antropologia contribui muito para esse debate por vir refletindo acerca destas perspectivas não ocidentais a mais tempo que a história. Eduardo Viveiros de Castro, por exemplo, propõe a “equivocação controlada” ao traduzir cosmovisões ameríndias para contextos ocidentais (2019). O conceito é um convite à reflexividade e à abertura no diálogo intercultural, que busca promover um respeito genuíno pela alteridade sem reduzi-la a cosmovisão ocidental. Me inspira no sentido que reconhece a existência de múltiplas temporalidades e formas de existência, desafiando não apenas a ideia de um tempo linear e universal, como as próprias análises pretendidas pela dissertação. Arturo Escobar complementa essa visão ao enfatizar a “relacionalidade”, em que o ser humano é visto como parte inseparável de um fluxo de vida, um princípio fundamental nas culturas indígenas e que redefine o tempo e o espaço para além das narrativas ocidentais (2016).

Essa discussão sobre as políticas do tempo também questiona a própria neutralidade do tempo histórico, com implicações éticas significativas. O historiador Berber Bevernage observa que, historicamente, a disciplina História tendia a privilegiar os pontos de vista dos opressores em detrimento das vítimas (2018). Romper com esse viés requer uma revisão profunda das noções de história e de tempo dominante, em favor de uma historiografia que reconheça temporalidades múltiplas e as injustiças nelas refletidas.

O Grupo de Pesquisa em Políticas do Tempo, grupo interinstitucional o qual integro, dedica-se a explorar esses conceitos, apoiando-se nos estudos de Osborne, Mudrovcic, Bevernage, dentre outros, para desenvolver uma análise operativa das políticas do tempo. Minhas conclusões iniciais com base nos debates vivenciados no grupo incluem os seguintes pontos a serem observados durante a pesquisa: importância da dimensão performativa do discurso histórico; problematização das fronteiras entre passado, presente e futuro; necessidade de revelar injustiças a partir das temporalidades em conflito; importância de tensionar a historiografia com essa análise temporal; e a interdisciplinaridade como característica fundamental das políticas do tempo. O conceito de políticas do tempo enquanto categoria de análise perpassa a dissertação, especialmente conduzindo as análises dos capítulos 2 e 3. A seguir apresento uma breve síntese do que foi feito no capítulo 1, e do que pretendo fazer nos capítulos 2 e 3. Com a qualificação do texto prevista para o dia 21 de novembro deste ano, deixo o leitor ciente que se trata de uma abordagem provisória.

Ancestralidade e políticas do tempo: uma abordagem pragmática

O livro *Guerreiras da Ancestralidade* homenageia mulheres indígenas ancestrais e ressalta a importância da ancestralidade para os povos indígenas como um patrimônio valioso para gerações futuras (POTIGUARA & RATTON, 2022). Eliane Potiguara descreve a ancestralidade como uma identidade central e vital para as próximas gerações, enquanto a poeta Ari Araci a vê como uma “guardiã” que guia a resistência cotidiana. Em suas palavras, a ancestralidade não se limita ao passado,

mas se manifesta na luta e na preservação cultural do presente, evidenciando a relevância da retomada de tradições indígenas no contexto atual. Fabiane Medina da Cruz reforça essa ideia, sugerindo que as mensagens dos ancestrais são aplicáveis ao presente, oferecendo lições que devem ser reinterpretadas e adaptadas às lutas contemporâneas (CRUZ, 2020).

Ailton Krenak amplia essa visão ao afirmar que o “futuro é ancestral”, enfatizando a continuidade e conexão entre passado, presente e futuro, onde o tempo é visto como um ciclo contínuo, como o curso de um rio que flui mantendo-se ligado às suas origens (2022). O acadêmico indígena Felipe Coelho Iaru Yê Takariju também explora a temporalidade indígena como um emaranhado de relações, onde passado, presente e futuro coexistem. Para ele, as “mil gerações” que habitam em cada indígena mostram a continuidade das tradições, que se fortalecem através da ligação com a Terra e com as memórias ancestrais (2021). Essas perspectivas revelam uma visão indígena do tempo que desafia a linearidade predominante na história ocidental.

Por outro lado, estudiosos da história do tempo presente, como Hugo Fazio Vengoa, refletem sobre as limitações das classificações convencionais, como “história contemporânea” ou “história recente”, que se baseiam em cortes temporais rígidos. Vengoa critica essas definições, sugerindo que a história do tempo presente deve inscrever o presente nas “profundezas” do tempo histórico, transcendendo as barreiras temporais impostas pela historiografia tradicional (2022). De outro lado, Walderez Ramalho questiona a necessidade de uma divisão clara entre passado e presente, considerando que essa distinção é imposta pelo discurso historiográfico, enquanto a realidade temporal é fluida e dinâmica (2023).

Essa divisão temporal é ainda mais desafiada quando se observa que a ancestralidade indígena promove uma conexão contínua com o passado e se distancia das abordagens históricas lineares. Assim, a ancestralidade propõe uma articulação temporal que dissolve a separação entre presente e passado, valorizando a continuidade e a indeterminação dos limites temporais. Isso cria uma tensão com a história do tempo presente enquanto campo disciplinar, que tradicionalmente delimita o presente a partir de eventos epocais ou de uma geração “viva” e contemporânea.

A ancestralidade indígena oferece, portanto, uma perspectiva de tempo que enfatiza a ligação entre as gerações — inclusive as de “seres não humanos” — e desafia as concepções de temporalidade linear e geracional típica do tempo presente. Ao convocar essas ancestralidades, os indígenas não apenas resgatam um passado apagado, mas também constroem um presente e um futuro fundamentados em práticas e saberes atemporais. A crescente valorização da ancestralidade na sociedade contemporânea demonstra uma oportunidade para expandir os limites da história do tempo presente, reconhecendo cosmovisões plurais que se opõem às fronteiras temporais rígidas.

Por outro lado, tanto os usos de ancestralidade como a história do tempo presente colocam em cena o fenômeno das gerações. Mas novamente parece haver uma tensão: enquanto a ancestralidade enfatiza laços geracionais contínuos, por vezes apontando para gerações muito distantes, como vimos na introdução desta dissertação, o tema da geração é geralmente evocado para delimitar o campo de objetivos próprios da história do tempo presente, a geração dos vivos, os “contemporâneos”, revelando, de forma mais ou menos sutil, a permanente busca pela definição de um marco que registre o início do tempo presente observado. Diante disto, caberá responder neste capítulo: o que essa tensão temporal revela sobre as múltiplas historicidades do tempo presente? Como abrir a reflexão teórica

sobre a história do tempo presente para essas historicidades que não se coadunam com a cisão radical entre presente e passado? E finalmente: estaria o conceito de ancestralidade legitimamente posto como objeto de investigação da história do tempo presente?

No primeiro capítulo parto da compreensão de que a ancestralidade evocada pelos povos indígenas pressupõe uma indeterminação dos limites do tempo, cuja ênfase recai na continuidade entre presente e passado, enquanto as reflexões teóricas da história do tempo presente apontam para uma separação qualitativa entre presente e passado. Por outro lado, tanto os usos políticos da ancestralidade quanto a história do tempo presente colocam em cena o fenômeno das gerações, onde percebe-se uma tensão teórica: enquanto a ancestralidade enfatiza laços geracionais contínuos, o tema da geração é geralmente evocado para delimitar o campo de objetivos próprios da história do tempo presente, como a coexistência entre gerações vivas e a conformação do tempo dos “contemporâneos”. Diante desta tensão, procuro responder no capítulo se o conceito de ancestralidade estaria legitimamente posto como objeto de investigação da história do tempo presente. Para tanto busco compreender o que essa tensão temporal revela sobre as múltiplas historicidades do presente, propondo que a ancestralidade, por não compactuar com a cisão radical entre presente e passado, acaba fornecendo subsídios para uma expansão das reflexões teóricas da história do tempo presente.

Durante as análises do primeiro capítulo concluímos que a ancestralidade implica um presente que não é contemporâneo a si mesmo. Percebemos que existe uma parcela da sociedade brasileira que não quer os povos indígenas naquilo que reconhecem enquanto “contemporaneidade”, empreendendo uma visão normativa sobre o tempo em que o indígena é o “atrasado”, uma visão eurocêntrica com fins de assimilação. De outro lado, embora rechacem os projetos assimilacionistas advindos do capital e do Estado, há também a afirmação dos próprios indígenas como não contemporâneos a esta sociedade que os quer fora do tempo presente, afirmação esta carregada de um aspecto político-temporal, com potenciais fins emancipatórios. No segundo capítulo observaremos que políticas do tempo são produzidas a partir dos usos do conceito de ancestralidade por movimentos indígenas coetâneos. Trata-se de uma abordagem pragmática das políticas do tempo, onde iniciamos a tarefa de historicizar este presente não contemporâneo a si mesmo detectado nas evocações do tempo ancestral.

Esta abordagem revelará os efeitos prático-políticos da não contemporaneidade do presente que a ancestralidade implica, representando a primeira parte de nossa proposta de elaborar uma história do tempo presente não contemporânea a si mesma. Mas se no capítulo 2 os usos da ancestralidade na linguagem político e social era o foco, no terceiro capítulo pretendo realizar um estudo de caso mais concreto, uma vez que o movimento teórico-reflexivo proposto nos primeiros capítulos suscita tal movimento empírico. A proposta é observar as políticas do tempo produzidas em um caso de disputa concreta, onde o conceito de ancestralidade figura como elemento central. Optou-se por verificar como a ancestralidade se materializa na história do tempo presente através do estudo da luta pela terra protagonizada pelos povos Kaiowá e Guarani no interior do Mato Grosso do Sul. Trata-se de perceber como a ancestralidade se materializa na história do tempo presente a partir das políticas do tempo enquanto categoria de análise, por meio do estudo de um caso que de forma intensa se faz presente no debate público.

Nos dois primeiros capítulos busco realizar uma reflexão teórica, sendo os argumentos construídos com base em análises de discursos, produções literárias e acadêmicas elaboradas por

indígenas de diferentes povos, em diálogo com produções de historiadores e de outros cientistas das humanidades. O terceiro capítulo contará com a análise de diversas fontes onde a ancestralidade é mobilizada enquanto conceito a justificar a ligação ancestral que os Kaiowá e Guarani detêm com seus territórios. Serão analisadas cartas, notas de repúdio, manifestos e posts publicados pelos ativistas Kaiowá e Guarani nos perfis Aty Guasu no Instagram e no Blogger, além de outros documentos distribuídos por entidades indigenistas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI. O Centro de Referência Virtual Indígena disponibilizado pela plataforma Armazém da Memória, conta com 1.918 ocorrências para o termo “Kaiowá e Guarani”, representando outra importante fonte de pesquisa a contribuir com as análises propostas para o capítulo. Junto ao corpo documental produzido pelos indígenas e indigenistas, somam-se o laudo antropológico elaborado pela Universidade Federal da Grande Dourados, onde a relação ancestral que esses povos possuem com o território Ñande Ru Marangatu é justificada.

Com esta análise resumidamente apresentada, buscarei construir a hipótese central de minha dissertação: se um grande grupo de indígenas produz políticas do tempo ao evocar sua não contemporaneidade com o intuito de justificar o direito a seus territórios ancestrais no tempo presente, a história dessa luta pode ser escrita e descrita como uma história do tempo presente não contemporânea a si mesma.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina C. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Ayni Estevão de. *Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade*, em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2021, 162 p.

AMORIM, Anníbal. Do Rio a Matto Grosso. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Anno XXVIII, n. 10.479, 16p., 16 jun. 1913.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução de André Ramos, Guilherme Bianchi. Mariana: SBTHH, 2018.

CRUZ, Fabiane Medina da. Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: A rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.) *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 41-60.

DINIZ, Almachio. Esbôço analytico da literatura na Bahia actual. In: *Revista Americana*, Rio de Janeiro, 1911, Tomo VI, Fascículo I, 229p.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al territorio”.

UFPR: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016.

FAZIO VENGOA, Hugo. La historia del tiempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

GUIMARÃES, Domingos. EÇA DE QUEIROZ. *Revista Moderna*, Rio de Janeiro, n. 10, 52p., nov. 1897.

KIMURA, L.; LEMES, R. B.; NUNES, K. Ancestralidade: genética, herança e identidade. *Genética na Escola*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 41-52, 2022. DOI: 10.55838/1980-3540.ge.2022.421. Disponível em: <https://geneticanaescola.emnuvens.com.br/revista/article/view/421>. Acesso em: 4 out. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KRENAK, Ailton. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MILLET, Sérgio. Vamos falar um pouco da poesia negra. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ano 134, n. 89, 38p., 15 jan. 1961.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/Unesco, 1995, p. 221-228.

MUDROVICIC, M. I. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 07-14, 2018.

OSBORNE, Peter. *The Politics of Time. Modernity and Avant-Garde*. Londres: Verso, 1995.

POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá, SP: Amare, 2022.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História* (São Paulo), v. 42, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023036>. Acesso em: 23 set. 2024.

TAKARIJU, Felipe Coelho Iaru Yê. *Alienindi: Os portais do mundo*. Ponta Grossa: UEPG-PROEX,

2021.

TERENA, Marcos. Índio quer respeito. *Jornal do Brasil*, Ano CXI, n. 144, 102p., 31 ago. 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada. *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste (Online)*, v. 5, n. 10, 2019. Disponível em: 10.48074/aceno.v5i10.8341. Acesso em: 17 out. 2024.

A DIMENSÃO DA AFETIVIDADE NO YOUTUBE SOBRE A MORTE DE OLAVO DE CARVALHO

Nathalia Guimarães e Sousa

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: nathaliags7@outlook.com

Introdução

Consagrado como um dos maiores intelectuais da ultradireita, Olavo de Carvalho atuou como representante do conservadorismo e do reacionarismo (CHALOUB, 2022) no cenário público brasileiro, alcançando amplo destaque a partir da segunda década do século XXI, sobretudo se considerarmos o desenvolvimento tecnológico no que se refere às possibilidades de comunicação. O advento da web 2.0 e das plataformas de redes sociais proporcionaram novas formas de produzir, divulgar, circular e consumir (OLIVEIRA, 2014) (des)conhecimentos, alterando consideravelmente os processos de interação e, conseqüentemente, a vida social.

Se de um lado Olavo de Carvalho demonstrou notáveis habilidades nos usos e abusos dessas plataformas, valendo-se delas como ferramentas estratégicas para veicular suas ideias, por outro ângulo, os públicos, sejam eles contrários ou não ao “guru” do bolsonarismo, também recorreram a tais meios para manifestar seus pensamentos e, ademais, seus sentimentos. A polarização das discussões políticas observada nos mais diferentes campos da sociedade na história recente do país, ganhou novos contornos na esfera digital, transformando-a em uma autêntica arena de disputas e reinventando os códigos de guerra. O campo de batalhas foi ocupado pela direita e pela esquerda em lados opostos, reunindo exércitos compostos por pessoas e robôs convocados para preencherem um lugar nas trincheiras e colocarem em prática estratégias que visam eliminar o inimigo.

Nessa perspectiva, as interações nesses espaços acarretaram em novas formas de ser, de estar e de agir no mundo, tanto *online*, quanto *offline* (MISKOLCI, 2011). O episódio da morte de Olavo de Carvalho em 24 de janeiro de 2022, reverberou nas mídias de comunicação e informação e provocou reações variadas nos brasileiros, dos quais, parte deles, optaram por se manifestar através de seus perfis nas plataformas de redes sociais. Ora exprimiam condolências e pesar, ora festejavam e debochavam. O clima de guerra que emergiu na atmosfera virtual, pôde ser observado através das inúmeras postagens que, de ambos os lados, carregados de xingamentos, palavrões, insultos e ataques grosseiros, bem ao modo como Carvalho “curtia”, deram a tônica dos discursos, linguagem essa propícia para um ambiente como o das plataformas de redes sociais.

Ao compreender o virtual como o real ou, como nas palavras de Manuel Castells (2005, p. 23) “ligando a realidade virtual com a virtualidade real”, as sociabilidades mediadas desenvolveram-se no universo digital, proporcionando conexões entre diferentes sujeitos espalhados pelo globo

que, por sua vez, passaram a utilizar esses lugares a fim de imprimir suas ideias, seus interesses e, junto a isso, suas emoções e sentimentos como expressões da afetividade (FREIRE JUNIOR, 2023). Sendo assim, o problema que orienta esta pesquisa é: as plataformas de redes sociais, utilizadas como espaços de expressão e de construção de impressões, são capazes de promover interações que revelam afetividades e, assim, contribuir com a constituição de identidades?

Em particular, testa-se a hipótese de que o YouTube foi uma das plataformas utilizadas pelos públicos de Olavo de Carvalho com o intuito de demonstrar os mais diferentes afetos sobre a sua morte como: condolências, tristezas, angústias, solidariedades, afinidades, alegrias, prazeres, entre outros. Através da Internet, tal dimensão proporcionou a comunicação e a ampliação da capacidade de conexões estabelecidas entre os diversos atores. Ademais, os usos do YouTube, tido como um espaço privilegiado de demonstração de (des)afetos, ao atender às demandas de manifestações de desejos, sentimentos e impressões dos diferentes públicos de Carvalho, colaboraram com a concepção de uma noção de pertencimento.

A seleção do YouTube como foco de análise se deu devido às potencialidades características dessa plataforma, em primeiro lugar, no tocante à possibilidade de publicação de comentários em um vídeo de forma irrestrita em termos de caracteres, o que viabiliza a postagem de mensagens mais complexas. Um segundo ponto são os tipos de interação pois, no YouTube é permitido, além de comentar, dar *like* ou *deslike* em um comentário e, além disso, respondê-los, gerando uma teia de “conversas”¹. Em terceiro, os públicos que ali se encontram podem postar comentários com palavras e/ou com *emojicons*, tais signos são carregados de sentidos e também podem lidos.

Além disso, ao compreender a utilização das plataformas de redes sociais como um aspecto indissociável da realidade atual, pois fazem parte do cotidiano de uma grande parcela da população², a recepção do que é veiculado por esses meios e o interesse pelos públicos que ali interagem, podem revelar importantes prismas dos modos com os quais tais ferramentas são utilizadas. Destaca-se ainda, a relevância em, a partir dessas investigações, alcançar interpretações acerca de como os públicos acessam conhecimentos e informações sobre temas e agendas que dizem respeito à toda a sociedade. Nessa perspectiva, tal estudo avança nas discussões sobre a atuação das direitas e das esquerdas contemporâneas nas redes e, conseqüentemente, no cenário público brasileiro, bem como contribui com as discussões metodológicas no que tange à utilização da Internet e, particularmente, das plataformas de redes sociais, na pesquisa histórica.

Ao combinar, de modo interdisciplinar, diferentes aspectos teórico-metodológicos, esta pesquisa visa contribuir com uma composição particular das relações entre história, afetos e recepção, a partir de um conjunto documental nato-digital específico. Além disso, objetiva-se desvendar a quais demandas individuais e coletivas os usos das plataformas de redes digitais atendem e, por fim, como forma de perceber tais práticas, analisar o impacto da morte de Olavo de Carvalho em seu canal oficial no YouTube através dos comentários postados no último vídeo publicado em vida.

1 O termo está entre aspas porque não necessariamente conversas acontecem ali, em grande parte das vezes são apenas insultos trocados ou até debates mais elaborados, a depender do tema e dos envolvidos.

2 É importante considerar que as desigualdades sociais atingem também esse aspecto.

Das fontes e dos métodos

Este artigo se trata de uma pesquisa de tipo qualitativo e o *locus* dos dados, aqui compreendidos como as fontes primárias da pesquisa, é o YouTube. Especificamente, serão analisados os comentários publicados no último vídeo postado no canal oficial de Olavo de Carvalho em vida. Tal vídeo foi publicado em 13 de janeiro de 2022³, se intitula *A verdade sobre a pandemia – e outras obras essenciais*⁴ e tem 26 segundos de duração. No momento em que os dados desse vídeo foram coletados (11/03/2024), o número de visualizações era de 76.905, o número de *likes* era 5.044 e o número de comentários tinha um total de 2.981⁵.

Para coletar os dados, foi utilizada a ferramenta *YouTube Data Tools*⁶ com o intuito de extrair e reunir as fontes e, além disso, preservar e garantir a exequibilidade da pesquisa, visto que tratamos aqui de documentos nato-digitais, dos quais a característica de efemeridade nos leva a adotar certos cuidados no que tange aos seus possíveis desaparecimentos e resguardá-los. Dessa forma, os dados utilizados na pesquisa foram salvos em pastas específicas no computador e em um HD externo. Cabe ainda destacar que, embora a base de dados esteja organizada e disposta em planilhas, os elementos e características intrínsecos ao YouTube serão considerados na análise, principalmente no que tange aos aspectos de navegação e da arquitetura dessa plataforma.

No que concerne às razões de ordem metodológica, esta pesquisa se baseia nas noções advindas da *etnografia digital*. Tal proposta tem como foco a observação no espaço digital e a análise das interações nesse ambiente, com o intuito de compreender as manifestações e as dinâmicas de interlocução dos públicos que ali se inserem (POLIANOV, 2013), especificamente no tocante às demonstrações de (des)afetos. Assim, o canal oficial de Olavo de Carvalho no YouTube é ao mesmo tempo campo, objeto e instrumento de pesquisa.

Nessa perspectiva, após a identificação do objeto, do problema da pesquisa, da identificação e seleção da fração a ser estudada e da coleta dos dados, a entrada em campo, fortemente marcada pela observação, é feita. Nesse momento, o diário de campo é peça essencial para registrar todas as impressões, apreciações, investigações e considerações, de forma detalhada. Após essas anotações, as informações são organizadas, sistematizadas, categorizadas, decodificadas e contextualizadas para que, posteriormente, se produza as análises e as interpretações. Compreendendo os usos que os públicos fazem das plataformas de redes sociais como geradoras de práticas sociais, adota-se um tipo de incursão etnográfica baseada nas *perambulações* de Débora K. Leitão e Laura Graziela Gomes (2017) como uma possibilidade de observação flutuante entre as manifestações proferidas por diferentes atores de forma silenciosa, ou seja, o objetivo é interferir o mínimo possível em suas práticas e comportamentos (FERRAZ, 2019; POLIANOV, 2013). Por fim, destaca-se que, no caso dessa pesquisa, qualquer tipo de informação que pudesse, de alguma forma, identificar os atores que a compõem, foram ocultadas com o objetivo de garantir sua anonimidade.

3 Olavo de Carvalho faleceu no dia 24 de janeiro do ano de 2022. A causa da morte não foi informada, mas Carvalho foi diagnosticado com Covid-19 oito dias antes de seu falecimento.

4 Id do vídeo: E4HjxocEPSU.

5 Atualmente, o número de comentários publicados é de 2.958, verificados em 19 ago. 2024.

6 A utilização da ferramenta pode ser aprendida através da *playlist* disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL2j2lj5EwHoJv8Lyin84jblITwm8yNmvu>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

As reações à morte de Olavo de Carvalho: sobre a afetividade

Em primeiro lugar, o conteúdo do vídeo selecionado para análise se trata de um *merchandising* de recomendações da Livraria do Seminário⁷ “sobre os últimos acontecimentos mundiais”. No caso, o foco é o vírus da Covid-19 e suas consequências. O título do vídeo *A verdade sobre a pandemia – e outras obras essenciais* faz referência a uma das obras indicadas *A verdade sobre a pandemia: quem é o culpado e por quê*, de Cristina Martín Jimenez, que à época contava com um desconto de 25%, saindo a R\$54,68. Junto a esta obra, um kit, que de R\$286,80 passou a valer R\$160,61, com desconto, também é sugerido para compra: *KIT – A pandemia oculta*.

Além do livro de Jimenez, outros três compõem essa coleção, são eles: *Os donos do mundo*, da mesma autora; *As mentiras em que acreditamos: China, Rússia e a revolução comunista nos EUA*, de Jeffrey Nyquist; e *Vírus e Leviatã*, de Aldo Maria Valli. Somam-se a essas obras ainda, outros cinco livros na divulgação: *Ciber pandemia: proteja-se contra a próxima crise global*, de Andréia de Oliveira Costa Gaspar; *Fanáticos por poder: esquerda, globalistas, China e as reais ameaças por trás da pandemia*, de Cristian Derosa; *Política, ideologia e conspirações: a sujeira por trás das ideias que dominam o mundo*, de Gary Allen e Larry Abraham; *Desobediência civil*, de Henry David Thoreau; e *Diários de Wuhan: relatos da cidade em quarentena, por quem estava na linha de frente*, de Fang Fang.

Já na descrição do vídeo, além do número de visualizações⁸ e da data de publicação⁹, constam a lista completa de recomendações de obras com um *link*¹⁰ que encaminha para uma página de ofertas da Livraria do Seminário, a data limite da oferta (17/01/2022) e a música utilizada no vídeo, *Bike sharing to paradise*, de Dan Bodan, um tema, que se propõe a ser genérico, fornecido pela própria plataforma YouTube em sua biblioteca de áudios. Cabe aqui destacar que todos os elementos que compõem tal vídeo, sejam eles relacionados ao seu conteúdo ou aos aspectos estéticos, como as cores, fontes e imagens utilizadas em sua construção, que contam ainda com duas fotografias de Carvalho, se conectam aos outros vídeos disponíveis no canal, ou seja, o vídeo em questão faz parte de uma coleção, não está isolado e compõe o cenário adotado pelo responsável pelo perfil de Olavo de Carvalho no YouTube.

Ademais, todas as obras e autores indicados pelo vídeo em questão propõem uma certa visão sobre a pandemia da Covid-19, concepção esta que pretende direcionar e influenciar o público leitor. Tal narrativa condiz com as ideias que Olavo de Carvalho propagou durante os anos em que esteve ativo como um intelectual que orienta parcela da direita no país, especialmente, as direitas mais contemporâneas. Carvalho se configura, assim, como um intelectual cuja função é oferecer as bases do pensamento conservador e reacionário através de seu projeto de conscientizar os brasileiros sobre o que realmente acontece no país. A “verdade”, deste modo, se configura como elemento chave

7 A Livraria do Seminário é uma livraria *online*, gerenciada pelo CEDET e ligada ao Seminário de Filosofia Online ou Curso Online de Filosofia (COF) idealizado por Olavo de Carvalho. Nessa livraria, obras de diferentes autores são comercializadas, com destaque para as produzidas por Carvalho. Além disso, outros produtos também são comercializados como: camisetas, terços e revistas. Disponível em: <<https://livraria.seminariodefilosofia.org/index.php?route=common/home>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

8 Número de visualizações 77.028, atualizado em 13 de ago. 2024. A título de comparação, o número de visualizações no dia da coleta dos dados era de 76.905, em 11 mar. 2024.

9 13 jan. 2022.

10 Disponível em: <<https://bit.ly/3CIEl6K>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

na elaboração e realização de tal empreendimento, alicerçado, por sua vez, pelo Curso Online de Filosofia (COF), pelos periódicos em que atuou, pelos livros que escreveu e pela utilização eficiente das plataformas de redes sociais.

Nessa perspectiva, a conexão entre as obras indicadas no vídeo em questão estabelece coerência com as ideias de Carvalho no que tange aos principais temas pelos quais se debruçou em sua trajetória. Além da forte noção de “verdade”, a crítica ao globalismo, expressa pela atribuição de culpa da disseminação do vírus da Covid-19 pela China, bem como o anticomunismo, constantemente aparecem em seus discursos. Essa uniformidade e periodicidade assinalam uma sólida estratégia, que reflete persistência e obstinação para efetivar o projeto ao qual se propôs.

Os argumentos de Carvalho são repetidos por seus seguidores e atestam a eficácia da circulação de suas ideias no cenário público. Exemplo disso são os comentários publicados, tendo como tema as visões desse grupo sobre o comunismo, se destacando, em termos de afetividade, a gratidão pelo esclarecimento ofertado por Carvalho a respeito do assunto. Um dos usuários postou: “O vírus mata pessoas. O Comunismo mata nações!” (USUÁRIO 1, 2022, comentário às 17:17). Outro usuário disse:

Professor Olavo de Carvalho: OBRIGADA por ter feito um grande bem para a humanidade, nos fazendo entender que grande mal é comunismo, e que para se esconderem usam de vários nomes: PROGRESSISTA, LIBERAL, DEMOCRACIA, SOCIALISTA, ESQUERDA, etc. (USUÁRIO 2, 2022, comentário às 16:30)

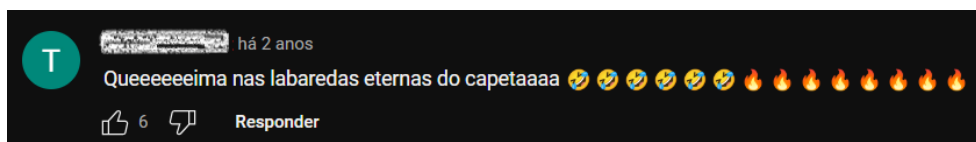
Ao estabelecer o comunismo como um aspecto negativo, os públicos transformam o conceito em xingamento e sinônimo de ofensa e, além disso, mesclam elementos que não se conformam, como a identificação de qualquer pessoa que se coloca contra Carvalho como comunista, e/ou taxar a esquerda de comunista, como se não houvesse nuances entre as diversas esquerdas e como se ela fosse singular (MOTTA, 2019). Nessa perspectiva, um usuário comentou: “com essa bandeira da China???? O que vc espera de vc e ainda vem aqui comemorar a morte do grande professor Olavo de Carvalho??? Mostra o quanto nojento e lixos vcs comunistas são (USUÁRIO 3, 2022, comentário às 17:50).

Assim como há públicos de Carvalho que disseminam suas ideias, os grupos que apontam discordar de tais concepções se apropriam dos argumentos e invertem a lógica do discurso, utilizando o deboche como estratégia afetiva para atingir os adeptos de Carvalho. Sendo assim, aparecem comentários como: “O primeiro cara que morreu pra uma doença inexistente... deve ter sido envenenado por comunistas malditos devoradores de criancinhas” (USUÁRIO 4, 2022, comentário às 10:44). O tom de crítica também é constante nas postagens: “Olavo o abobado negacionista, comunista enrustedo” (USUÁRIO 5, 2022, comentário às 22:38).

É expressivo como o deboche se apresenta como a principal dimensão da afetividade por parte de quem critica Olavo de Carvalho em particular, e também os seus discípulos. Em se tratando da morte de uma figura representativa no cenário público brasileiro, a necessidade e a vontade de expressar os desejos através do deboche desenlaçam sentimentos e emoções que tocam no prazer, na felicidade, na alegria, no alívio, no gozo e na farra. Vários comentários apresentaram formas comuns de expressão do riso em mensagens de texto de comunicação *online* como o “kkkkkk”, o

“hahahahaha” e o *emoticon* de *smile*, a famosa bolinha amarela com olhos e bocas que representam diversos tipos sorrisos e, como no caso analisado, a profusão de gargalhadas e o choro de tanto rir. Outros quatro *emojis* recorrentes nos comentários, junto aos *smiles*, são: a “caveirinha”, o “caixão”, o “amém” e o “cone de confete”, que retratam a ideia de “festa”, diversas vezes associados a símbolos e elementos que representam a morte, o inferno e o capeta, como o “foguinho”.

FIGURA 01



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=E4HjxocEPSU>> acesso em: 19 ago. 2024

FIGURA 02



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=E4HjxocEPSU>> acesso em: 19 ago. 2024

Artifício de crítica, o deboche, a chacota e o escárnio fazem parte da grande maioria dos comentários publicados no vídeo em questão. Com um tom de piada pronta, o título e o conteúdo do vídeo inflamaram as postagens, demonstrados pela publicação de um usuário (2022, comentário às 15:15) que declarou que “esse vídeo não envelheceu bem”. Desse modo, o debate sobre o vírus da Covid-19, a pandemia e a vacinação também deram o tom das interações. Dentre eles, destacam-se os seguintes: “A verdade sobre a pandemia é que covid mata. E BURRICE também” (USUÁRIO 6, 2022, comentário às 12:17); “Engraçado que aqui vemos ele promovendo um vídeo que questiona a pandemia e curiosamente ele MORREU por conta da mesma doença que ele disse não ser tão destrutiva” (USUÁRIO 7, 2022, comentário às 07:25); “A verdade sobre a pande... ops, morri de covid. 🧟💀 ” (USUÁRIO 8, 2022, comentário às 02:13).

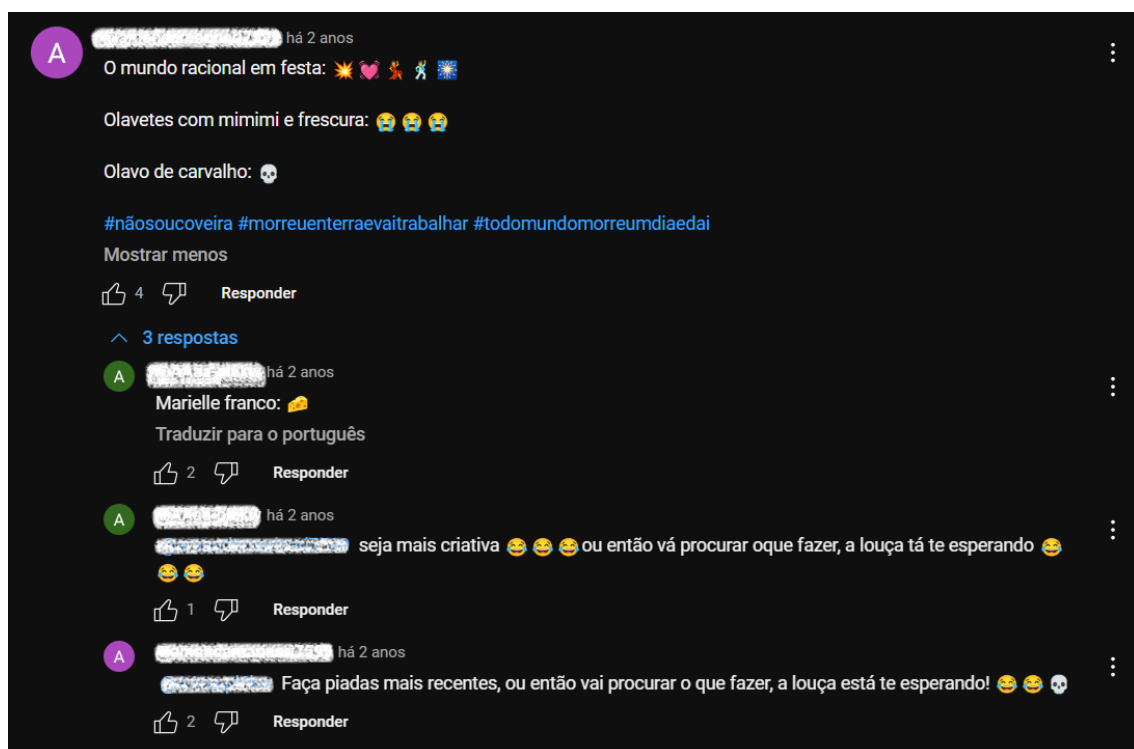
Muito além da zombaria relacionada ao vídeo, o debate sobre a Covid-19 em seu aspecto educativo foi assunto constante em diversos comentários, como por exemplo: “Covid não mata né seu cagador de regra e pai da mentira” (USUÁRIO 9, 2022, comentário às 04:56); “Deixe aqui um comentário sobre o que você aprendeu com o “professor”. Eu, por exemplo, aprendi com ele que devo me vacinar” (USUÁRIO 10, 2022, comentário às 11:49); “Como o meme que parafraseia o título de seu livro: “Olavo, o mínimo que você precisa saber para não ser um idiota: vacine-se para não morrer de covid” (USUÁRIO 11, 2022, comentário às 16:55).

Na contramão, defensores de Carvalho não deixaram de manifestar suas opiniões a respeito do tema. No entanto, também é recorrente que suas visões sobre o assunto apresentem discursos que utilizam da disseminação de boatos e das notícias falsas, como é o caso a seguir:

Acordem para o que é realmente importante! A agenda dessa gente (os comunoglobalistas) diz que tudo deve mudar (Nova Ordem Mundial). Que as tais mudanças climáticas vão produzir novos vírus cada vez mais perigosos. É uma agenda perversa, que vai banir de vez as nossas liberdades, eternamente, se a população mundial não reagir. Se esse vírus não foi produzido em laboratório, e a versão oficial é a verdadeira, ou seja, que ele surgiu em um mercado de animais na China por falta de higiene daquele local, nenhuma das duas versões têm absolutamente nada a ver com mudanças climáticas. Mas vão usar isso para manter todos eternamente subordinados, com o “surgimento” de um vírus atrás do outro, ou uma variante atrás da outra. São só mentiras absurdas, como se tudo isso fosse normal e correto, incluindo a inoculação obrigatória por vacinas experimentais, uso eterno de máscaras e distanciamento social? Isso é coisa do mal. É coisa de quem só quer controle social absoluto. De quem quer exercer sua tirania e seu poder maligno. (USUÁRIO 12, 2022, comentário às 18:09)

Dessa forma, o ódio e a indignação se apresentam como dimensões da afetividade recorrentes pelo público que demonstra apreciar Olavo de Carvalho e suas ideias. Além desses sentimentos e emoções estarem vinculados com as impressões expressas por tais públicos a respeito dos principais temas que emergiram desses comentários, como o vírus da Covid-19 e o comunismo, a aversão e a repulsa eram direcionadas aos atores que iam até o YouTube para “debochar da desgraça alheia” considerada como absurdo, ao rir e festejar a morte de alguém. A perversidade acompanhada pela rivalidade entre os grupos atingira em cheio o respeito, revelado pela ausência dele.

FIGURA 3



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=E4HjxocEPSU>> acesso em: 19 ago. 2024

Outros elementos se apresentam nesse exemplo e são complementados por diversas publicações que trazem a máxima “CPF cancelado”, todas proferidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em contextos sensíveis. Além disso, também foi muito comum a criação de teias de interação através de comentário sobre o comentário, feitos a partir da possibilidade de resposta oferecida pela plataforma gerando, assim, discussões que ora se manifestaram como debate e ora se apresentaram como briga.

Em se tratado da morte de uma pessoa querida para alguns, o luto, o lamento, o pesar, a saudade e a tristeza emergiram das publicações que carregavam uma série de desejos, como as condolências. Boa parte dos comentários demonstraram certa admiração e gratidão pelos feitos de Carvalho e destacaram sua relevância e contribuição para o país, especialmente em relação ao seu legado. Além disso, regularmente seu público o chancela, lhe conferindo os títulos de professor, mestre, intelectual, gênio, mito e filósofo, atribuindo-lhe tais qualificações como forma de respeito e reconhecimento por seu conhecimento. Um de seus discípulos disse:

Em 1993 eu trabalhei na organização de um seminário, onde um dos participantes era um tal de Olavo de Carvalho. Já tinha visto seu nome em algum lugar, mas sinceramente não sabia nada a seu respeito. No primeiro dia, eu aprendi mais do que havia aprendido nos 25 anos com que contava à época. Um cara gentil, o único entre as celebridades presentes que sentava para fumar um cigarro com um fedelho como eu que se apressava em trocar as garrafas de água e arrumar as cadeiras nos intervalos. Daquele dia em diante passei a enxergar o mundo de outra maneira. Li todos os seus livros e posso dizer que tive o prazer de conhecer aquele que eu considero o maior expoente intelectual do Brasil. Vai com Deus meu amigo. (USUÁRIO 13, 2022, comentário às 23:07)

Junto a este, outros também foram até a página no YouTube de Carvalho para manifestar suas emoções e sentimentos: “Que dia triste... o país perde o seu maior farol político e filosófico na atualidade. Que você tenha tido o tempo necessário para formar outros pensadores que nos ajudarão no presente e futuro...” (USUÁRIO 14, 2022, comentário às 03:00); “Meus sentimentos a todos os familiares e amigos! Vai ficar um vazio na filosofia mundial. Professor descanse em paz. 🙏” (USUÁRIO 15, 2022, comentário às 02:09); “Professor, o senhor tirou escamas dos meus olhos! O senhor me ensinou mais que uma inteira sendo enganado por professores comunistas do primário a faculdade....” (USUÁRIO 16, 2022, comentário às 20:27); “Descanse em Paz, professor. Passarei seus ensinamentos a meus filhos e netos.... Sr. será eterno! Obrigado por tudo!” (USUÁRIO 17, 2022, comentário às 02:34).

Em contraposição, justamente pela necessidade de negar que Carvalho detém, de fato, o conhecimento, parte do público que comentou no vídeo o denunciou e o acusou de negacionista e de terraplanista. O deboche ainda se valeu como estratégia discursiva para exprimir o desejo de zombar tanto de Carvalho quanto de seu público apreciador em de frases como: “sugiro LER o que preste e deixar de seguir idiotas como o agora defunto terraplanista negacionista pilantra” (USUÁRIO 18, 2022, comentário às 13:25); “Não, morreu de ignorância. Agora os negacionistas estão negando que o guru negacionista morreu daquilo que negava!!! Deixa de ser gado!!!!” (USUÁRIO 19, 2022, comentário às 19:51); “kkkkkk... Foi negacionista até a morte, literalmente!” (USUÁRIO 20, 2022, comentário às 19:37); “Morreu pela causa” (USUÁRIO 21, 2022, comentário às 20:33); “A obra de Olavo de Carvalho pode ser sintetizada em três importantíssimos PILARES: negacionista, terraplanista, astrólogo” (USUÁRIO 22, 2022, comentário às 11:23).

Além do deboche, a raiva e a indignação como dimensão da afetividade também se extravasam nas publicações:

O Olavo do C☆ralho deixou a semente do ódio e divisão entre o povo brasileiro... plantou o ódio e negacionismo. Morreu de complicações de covid, uma doença que ele negava... e tal negacionismo influenciou muitos agentes públicos de alto escalão que governam o Brasil. Então as atitudes e opiniões dele indiretamente influenciaram o bem estar de milhões de brasileiros(as) que não receberam o cuidado adequado nesta pandemia. (USUÁRIO 23, 2022, comentário às 19:40)

Em que pese os comentários analisados, para fins de investigação, foram encontrados quatro tipos de perfil: (1) os que demonstraram admiração por Olavo de Carvalho (1055 comentários); (2) os que se colocaram em oposição (1683 comentários); (3) os que não estavam de nenhum desses lados (201 comentários); e (4) os que não foi possível classificar (42 comentários). Cabe aqui destacar que tais perfis foram identificados a partir da interpretação das mensagens postadas no YouTube e que evidenciaram certo tipo de engajamento ou não. Mesmo quando as postagens pareciam genéricas, se vistas isoladamente, o contexto, na maior parte das vezes, auxiliou nessa identificação. A título de exemplo sobre o terceiro grupo, foram encontradas mensagens do tipo: “Infelizmente somos responsáveis por nossos atos” (USUÁRIO 26, 2022, comentário às 18:12). Já sobre o último grupo, postagens como: “é verdade que ele morreu de covid?!?” (USUÁRIO 24, 2022, comentário às 19:53); “morreu de covid?” (USUÁRIO 25, 2022, comentário às 18:30), apareciam, mas em menor grau.

Entendendo a afetividade tal qual uma propriedade que se manifesta como sentimentos e emoções, provocados por processos externos e/ou internos que impactam o sistema nervoso e o corpo como um todo, pode também ser percebida como sensibilidades, sejam elas físicas, emocionais e/ou éticas, reveladas como impressões (FEBVRE, 2022). Notadamente a morte, momento em que as funções vitais cessam, se caracteriza em um fenômeno que tem o potencial de dar origem a diferentes e diversas sensibilidades que, por sua vez, influenciam o pensamento, o comportamento e o estado físico dos sujeitos. Nessa perspectiva, a morte de uma figura como Olavo de Carvalho, conhecida nacionalmente, despertou e/ou deu origem a reações variadas.

As sensibilidades, assim, reverberam-se através da vida afetiva e de suas manifestações (FEBVRE, 2022). Estimulados a sentir, de um lado se expressam a gratidão, a saudade, o luto, o pesar, a tristeza, entre outros, e de outra parte, a chacota e o deboche se externam com ênfase. Respostas instantâneas surgem a partir de solicitações externas. Entretanto, as emoções constituem uma forma distinta de atividade, que não deve ser confundida com meros automatismos de resposta e, nessa altura, a coletividade se manifesta, visto que as relações entre os atores, assim como as incitações, afetam e, por fim, contagiam (FEBVRE, 2022).

Tendo isso em mente,

as sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos. Esta seria a faceta mediante a qual as sensações se transformam em sentimentos, afetos, estados da alma. Ou, em outras palavras, este seria o momento da percepção, quando os dados da impressão sensorial seriam ordenados e postos em relação com outras experiências e lembranças. (PESAVENTO, 2007, p. 10)

Pelos comentários, é evidente que os principais temas que emergiram a partir de um

acontecimento – a morte de Olavo de Carvalho – mobilizou paixões, preconceitos e sensibilidades (PESAVENTO, 2007). Ao investigar a potencialidade da dimensão da afetividade desses atores, mesmo que em lados opostos, observa-se que em muitos momentos se encontraram nos sentimentos de raiva, de ódio, de agressividade, de indignação e de repulsa. Assim, ao reconhecer a importância dos afetos, das emoções, dos sentimentos e das sensibilidades na formação do ser humano em sua integralidade, as interações com o meio nos quais tais atores estão inseridos revelam um estado e uma capacidade de experienciar impressões (FREIRE JUNIOR, 2023). Assim, os afetos compartilhados e expressos em interações sociais tornam-se fundamentais para as relações entre os atores e para a forma como se conectam uns com os outros.

Tais ações refletem os modos não só do agir, mas também do sentir e do pensar desses atores no tempo presente, marcando, assim, uma das principais características de sociabilidade e interação dos anos 2020: a utilização das plataformas de redes sociais como ferramenta de comunicação. A interação entre os públicos, ativos por sua vez, que se dispõem a comentar no vídeo em questão, inicia um processo de sociabilidade, formando relações sociais, sejam elas reativas ou não (RECUERO, 2009).

Nessa perspectiva, em que pese os tipos de interações estabelecidas, através dos comentários em um vídeo do canal do YouTube de Olavo de Carvalho, representam um outro sentimento, o de pertencimento. A constituição de um sentimento de unidade entre indivíduos dispersos territorialmente, propiciado pela mediação do computador e da internet, favorece a vinculação entre grupos (RECUERO, 2009). Os indivíduos que se dispuseram a postar comentários encontraram no YouTube, um espaço propício para a criação de laços, ainda que iniciais e superficiais, com atores que possuem interesses e ideias em comum. Se de um lado surgiram atores que se apresentam como adeptos de Carvalho, por outro lado, também se verificou que os opositores compartilhavam dos mesmos sentimentos.

Os tipos de perfil encontrados nessa análise, com destaque para o primeiro, dos que estimam Olavo de Carvalho e para o segundo, dos que o desprezam, se distinguem em termos de ideias e visões de mundo e, sob esse olhar, ao utilizar a seção de comentários do YouTube para expressar seus afetos e convicções, promovem conexões. Tais interações permitem que um senso de pertencimento seja criado pelo compartilhamento de valores e crenças. Nesse sentido, esse processo de troca e engajamento facilita a formação de identidades coletivas que emergem através do diálogo e da interação entre os atores participantes.

A maneira como um indivíduo ou grupo se enxerga e se define em relação a outros grupos, a partir de construções sociais, engendram identidades coletivas, ou seja, tais identidades são formadas segundo uma série de características, valores, crenças, tradições, experiências e objetivos em comum, compartilhados pelos membros de um grupo. Por esse ângulo, as identidades contribuem para que indivíduos se reconheçam como parte de um todo maior e, conseqüentemente, estabeleçam a diferença. Assim, os atores que participaram das discussões em torno da morte de Olavo de Carvalho, dispersos territorialmente, passaram, através dos comentários, a estabelecer conexões entre si e a construir uma ideia de unidade e de pertencimento a determinados grupos, desempenhando, desse modo, um papel importante de mobilização em torno de causas e objetivos partilhados, influenciando as maneiras pelas quais um grupo age, pensa e interage.

Considerações finais

Ao retomar a pergunta dessa pesquisa: as plataformas de redes sociais, utilizadas como espaços de expressão e de construção de impressões, são capazes de promover interações que revelam afetividades e, assim, contribuir com a constituição de identidades?, pode-se perceber, a partir das análises realizadas, que uma parcela da sociedade utilizou o YouTube como plataforma de divulgação de suas impressões construídas sobre a morte de Olavo de Carvalho e, além do mais, instrumentalizou a ferramenta a fim de expressar seus sentimentos, emoções, sensibilidades e reações, evidenciando uma variada gama de tipos e de conteúdos de mensagens.

Os públicos que ali se manifestaram, revelaram seus afetos, representados pela tristeza, pelo luto, pela indignação, pela felicidade, pelo deboche, pela alegria, entre outros. Ao ser afetado e ao exprimir seus sentimentos, emoções e sensibilidades, tais atores estabeleceram certa noção de pertencimento visto que as mensagens serviram como ferramenta de comunhão. Desse modo, a percepção de fazer parte, revelou características particulares que contribuíram para a identificação de certos perfis como: seguidores, discípulos, admiradores, adeptos e também de detratores de Olavo de Carvalho. Assim, a utilização do YouTube como plataforma contribuiu para a atribuição de significados, colaborando com a criação de identidades, com as conexões sociais, com o compartilhamento de experiências, com a validação e reconhecimento, com o engajamento, com o acesso a informação e, por fim, com a formação de grupos e comunidades.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Debates, p. 17-30, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. *dois pontos*. Curitiba, São Carlos, v. 19, n. 2, p. 78-96, jul., 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/87162>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afetiva do passado?: a sensibilidade e a história. Tradução de Flora M. G. Vezzà. *Laboreal*, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/laboreal/19440>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FERRAZ, Claudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.12, n.35, p. 3-4, jun.-set., 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/44648>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

FREIRE JUNIOR, Josias José. A presença da afetividade na formação histórica: sentido, sensibilidade e sentimento. *Revista Tempos Históricos*, [S. I.], v. 27, n. 2, p. 95-126, 2023. Disponível em: <<https://>

dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9396454>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LEITÃO, Débora K., GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, v. 1, n. 42, p. 41-65, mai., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41884>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológica para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*, Natal, v. 12, n. 2, p. 9-22, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). *Pensar as direitas da América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 75-98.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23-53, mai./ago., 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014023>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 9-21.

POLIANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia, ou apenas etnografia?: implicações dos conceitos. *Esferas*, [S. I.], v. 1, n. 3, p. 61-71, 16 jul. 2014. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Redес_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

A DISTOPIA ESTADUNIDENSE NO PÓS GUERRA: UMA ANÁLISE DE FAHRENHEIT 451.

Kleanne Rocha Sartorio¹
Mestranda, PPGHIS, UFES
E-mail: klesartorio22@gmail.com

Localizando o debate

Por mais que o gênero literário distópico seja nosso objeto de pesquisa e seja frequentemente pensado de forma catastrófica, apocalíptica ou mesmo como uma antiutopia, neste trabalho, pensamos a distopia de forma mais ampla, como uma ferramenta de análise histórica e um conceito aberto que possibilita compreender suas características em diversas narrativas ao longo da História.

Por esse motivo, precisamos previamente entender que a escrita literária tem uma liberdade criativa e não possui um compromisso com o saber metodológico e histórico, porém, ela pode escrever histórias que contenham manchas do passado e resquícios do presente sem que cumpra uma função historiográfica. Independentemente de quem seja a autora, essa, constrói discursos verdadeiros ou falsos, que estão mergulhados em seu contexto social (CHARTIER, 1999). Mas será que essa liberdade expressiva também cabe ao trabalho do historiador?

É preciso então inventar um caminho que afaste, ao mesmo tempo, a ideia de que a história não seria mais que uma produção de ficção dentre outras (e não é porque a história utiliza as figuras e formas narrativas da ficção que não se define como um conhecimento, um saber, e daí a vinculação possível entre a história como um saber crítico em uma dimensão cívica). (CHARTIER, 1999, p. 212)

Dessa maneira, a escrita e a narrativa forjam os discursos sobre o passado e essa construção cria no tempo uma realidade verdadeira para ele. Acontece que é necessário compreender a multiplicidade de experiências, de modo que as narrativas não são capazes de reproduzir os acontecimentos, é preciso ter segundo José D'Assunção Barros (2018) a “consciência da narratividade”, que não precisa afastar a História de sua legitimidade, assim “a História, enfim, estaria apta a seguir estabelecendo suas relações com a Literatura sem sacrificar suas próprias especificidades” (2018, p. 61). Em outras palavras, as de Michel de Certeau (1982), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 66), isto é, todo o processo de transformação do acontecimento para o trabalho historiográfico está recoberto pelo lugar de onde vem quem o produz. As escritoras de literatura (romances históricos, romances, ficções, entre outros) podem produzir a partir de pesquisas, estudos e análises, as suas obras, o que não significa que nesse

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na área de História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Sendo aluna bolsista, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Email para contato: klesartorio22@gmail.com.

processo foi aplicado métodos historiográficos que elevará o mesmo ao status de produção histórica, pois mesmo que os processos criativos da narrativa se assemelhem, partam das mesmas estruturas, a construção do que é História se válida no âmbito academicista, de modo que

De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim modifica a natureza do homem. Suas técnicas o situam, precisamente, nesta articulação. Colocando-se ao nível desta prática, não mais se encontra a dicotomia que opõe o natural ao social, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma “naturalização” (ou materialização) das relações sociais. (CERTEAU, 1982, p. 79)

Neste sentido, esta pesquisa trabalha a obra *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, como nossa ligação com as narrativas dos espaços de experiências vivenciados durante o pós-guerra no território dos Estados Unidos. O autor estadunidense Ray Douglas Bradbury, nascido em 22 de agosto de 1920, Waukegan, Illinois nos EUA, foi considerado o precursor na popularização do gênero de ficção científica moderna durante o século XX, trabalhando não apenas como escritor mas também como cineasta e roteirista, se consagrou com diversas obras, dentre elas *Crônicas Marcianas* (1950) e a versão de cinema de *Moby Dick* de 1956.

Bradbury cresceu vivenciando o entre guerras, a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, o jovem tinha como referência autores como H. G. Wells (1866-1946) autor dos clássicos *The time Machine* (1895) e *The Invisible Man* (1897), e o Jules Verne (1828-1905) autor de *Cinco Semanas em um Balão* (1863) e *Viagem ao Centro da Terra* (1864), autores que utilizavam a ficção científica e a distopia para desafiar e questionar perspectivas sociais. Com essas inspirações e suas próprias experiências de vida, Bradbury começou a escrever *Fahrenheit 451* em 1944, inicialmente a obra foi intitulada de *Fireman*, sendo lançada em 1953 com o nome atual por ser a temperatura em que os livros entram em combustão e começam a queimar espontaneamente. Sua obra contém críticas ao macarthismo, a Guerra Fria, a perseguição intelectual e cultural e aos processos tecnológicos e artificiais que emergem nesse período.

A obra, a literatura e a História

Fahrenheit 451 conta a história do personagem Guy Montag que vive em um cenário distópico onde a vida se passa em uma constante guerra e a sociedade se distrai da realidade com a interação televisiva e altamente tecnológica. Os livros foram banidos graças a uma cultura combativa ao pensamento crítico e autônomo. Montag é bombeiro, nessa realidade os bombeiros não impedem os incêndios, eles o realizam, queimam livros e todo e qualquer lugar em que eles estão guardados. Em uma passagem, Montag chega a questionar a outros colegas se a função dos bombeiros sempre foi alimentar o incêndio, “é que antigamente, antes que as casas fossem totalmente à prova de fogo [...], os bombeiros não combatiam os incêndios em lugar de iniciá-los e alimentá-los?” (Bradbury, 2012, p. 55).

A obra aborda o contexto de relações sociais e subjetivas entre si e o mundo. O tempo se passa de forma confusa para os personagens. A esposa de Montag, Mildred, abdicou dos pensamentos críticos, preferindo as interações superficiais que não geram incômodos ou questionamentos, essa

abdicação parte de uma condição imposta e não de uma escolha. A sociedade é induzida à ignorância e superficialidade, evitando sentimentos reais, sendo conectados por uma grande Tela, levando o conhecimento à ignorância. Essa crítica de Bradbury se baseia em sua vivência e experiências sociais com as mudanças radicais na tecnologia americana, com os impactos do governo Macarthista, os solavancos da Guerra Fria, colocando sua crítica no cenário das literaturas distópicas que vinham ganhando grande força e impacto no século XX. Embora seja possível identificar o contexto social e dar uma narrativa das possibilidades do impacto que tais eventos tiveram sobre o autor e sua obra, não é possível mensurar o quanto as experiências estão diretamente alocadas em sua narrativa.

A história aborda outros personagens como Clarisse McClellan, a vizinha de Montag que cresceu em uma família que preza a convivência interpessoal. Ela questiona tudo o tempo todo e é com ela que Montag aprende a se perceber como indivíduo. É possível interpretar Clarisse como resistência contra o conformismo, fazendo uma oposição ao início da história com Montag e a toda a vida de Mildred. Clarisse e sua família se mantêm firmes ao processo de subjetivação e ao domínio de suas individualidades.

- Eu raramente assisto aos telões, nem vou a corridas ou parque de diversão. Acho que é por isso que tenho tempo de sobra para ideias malucas. Já viu os cartazes de sessenta metros no campo, fora da cidade? Sabia que antigamente os outdoors tinham apenas seis metros de comprimento? Mas os carros começaram a passar tão depressa por eles que tiveram de espiçar os anúncios para que pudessem ser lidos. (BRADBURY, 2012, p. 27)

Em um dos primeiros diálogos com Clarisse, Montag sai confuso, pois as certezas que as telas trazem a ele não permitiam que imaginasse ou lembrasse que os outdoors pudessem ser menores, reforçando uma crítica à pressa com que a vida deve ser vivida, não havendo tempos para pensar ou analisar, apenas produzir, reproduzir e repetir os ciclos, ignorando as possibilidades de senso crítico e a própria imaginação.

Beatty, chefe dos bombeiros, atua como figura importante na trama, alinhando os pensamentos e ações de Montag, principalmente quando ele começa a indagar sobre o passado e a sua profissão, em um trecho Beatty chega a comentar sua experiência com os livros:

Pelo menos uma vez na carreira, todo bombeiro sente uma coceira. O que será que os livros dizem, ele se pergunta. Aquela vontade de coçar aquele ponto, não é mesmo? Bom Montag, pode acreditar, no meu tempo eu tive de ler alguns, para saber do que se tratava, e lhe digo: os livros não dizem nada! (Bradbury, 2012, p. 85)

Os livros, a escrita, a literatura, as narrativas e a História contribuem para a elucidação deste trabalho. A escolha deste livro baseia-se em sua relação com o espaço de experiência da segunda metade do século XX, visto que distopia não se fez apenas como gênero literário, mas também perspectiva sociocultural da literatura estadunidense durante o contexto pós Segunda Guerra Mundial. O papel de ferramenta de análise histórica se constrói a partir daqui, à luz de compreender que os eventos que movimentam os Estados Unidos da América para 1) o problema do comunismo e 2) o macarthismo, afetam diretamente a comunidade de escritores, roteiristas e intelectuais, e o trabalho de Bradbury foi ser subversivo ao escrever sua crítica ao cerceamento da liberdade intelectual e cultural desses e de si.

Afinal, o que efetivamente foi o macarthismo e qual sua significância para o autor, sua obra e este

texto? A historiadora Ellen Schrecker, em sua obra “*Many Are the Crimes: McCarthyism in America*” (1998) elenca o impacto do macarthismo nos E.U.A durante o período da Guerra Fria em que destaca alguns elementos como o Comitê de Atividades Anti Americanas (HUAC) que provocou e manteve o sentimento de medo e a perseguição por um longo período, e a forte campanha anticomunista, ambas atividades promovidas durante o governo do senador Joseph McCarthy promovido pelos incentivos do presidente à época Harry S. Truman (1945-1953), no contexto de Guerra Fria em que a divisão política e econômica se organizava entre capitalistas e socialistas. McCarthy promoveu com a HUAC diversas acusações de infiltrações comunistas em Hollywood e em todo meio cinematográfico, literário, musical e cultural, implementando um medo e uma insegurança generalizada. O autor José Aldahir Castillo Rodríguez (2021) vai afirmar que esse medo e perseguição passou a não ser direcionado apenas para os comunistas e sim para todo e qualquer cidadão que discordasse do governo.

Dicha persecución dejaría de estar encaminada exclusivamente hacia los comunistas; cualquier persona, particularmente que fuera intelectual, periodista, actor o escritor que expresara alguna inconformidad sobre el gobierno sería puesto en la mira del FBI, sin siquiera mostrar simpatía hacia el marxismo. Con ello llegó la censura de autores considerados inapropiados, entre ellos Albert Einstein, Thomas Mann, Alberto Moravia, Tom Paine y Henry Thoreau, siendo sus obras retiradas de los escaparates de tiendas e incluso bibliotecas (Judt, 2005). (RODRIGUEZ, 2021, p. 196)²

A partir desses eventos acontecidos, Reinhart Koselleck nos permite alocar inquietações no papel de historiadores, ele diz que “a constatação de que uma “história” já se encontra previamente configurada antes de tomar a forma de uma linguagem limita não só o potencial de representação como também exige do historiador que se volte necessariamente à fonte em busca de fatos” (KOSELLECK, 2006, p. 133), ou seja, todo o contexto citado e localizado pertence a um evento, esse evento está localizado em uma estrutura de longa duração, essa estrutura foi representada através de uma narrativa literária e está sendo analisada por uma historiadora que realiza o papel de interpretar o conjunto, colocar questionamentos, realizar um aprofundamento metodológico e produzir uma narrativa coerente com as possibilidades de informações coletadas. Mas o que efetivamente isso significa?

Este último ponto é capital em história. Pois, se é verdade que de um modo geral a catálise científica contemporânea pretende reconstruir o objeto a partir de simulacros” ou de “cenários”, quer dizer, adquirir, com os modelos relacionais e as linguagens (ou metalinguagens) que ela produz, o meio de multiplicar ou de transformar sistemas constituídos (físicos, literários ou biológicos), a história tende a evidenciar os “limites da significabilidade” destes modelos ou destas linguagens: reencontra, sob esta o forma de ‘limite relativo a modelos, aquilo que ontem aparecia como um passado relativo a uma epistemologia da origem ou do fim. Sob este aspecto ela parece fiel ao seu propósito fundamental, que sem dúvida continua por definir, mas do qual se pode dizer desde já, que liga simultaneamente ao real e à morte. (CERTEAU, 1982, p. 84)

Em outras palavras, isso implica que “no campo de experiência do movimento histórico, diferentes extensões temporais, que são problematizadas exclusivamente pela história como ciência” (KOSELLECK, 2006, p.137). Ao escrever *Fahrenheit 451*, Bradbury está colocando suas

2 “Essa perseguição deixaria de estar direcionada exclusivamente aos comunistas; qualquer pessoa, especialmente intelectuais, jornalistas, atores ou escritores que expressassem alguma inconformidade em relação ao governo seria colocada na mira do FBI, mesmo sem demonstrar simpatia pelo marxismo. Com isso, veio a censura de autores considerados inadequados, entre eles Albert Einstein, Thomas Mann, Alberto Moravia, Tom Paine e Henry Thoreau, cujas obras foram retiradas das prateleiras de lojas e até mesmo de bibliotecas (Judt, 2005)” (RODRIGUEZ, 2021, p. 196, tradução nossa).

subjetividades, experiências e expectativas de seu tempo em que viveu os conflitos longínquos da Guerra Fria e o evento marcado do macarthismo, ambos os acontecimentos possuem tempos e temporalidades distintas e irão refletir nos personagens. Montag é diretamente afetado por ser alguém que vive em conformidade, até que seu conformismo é confrontado com a curiosidade de Clarisse, esse bombeiro passa então a questionar sua condição como sujeito de uma sociedade dominada pelo constante medo e vigilância.

- Mas o assunto favorito de Clarisse não era ela mesma. Eram todos os demais, e eu. Ela foi a primeira pessoa, em muitos e muitos anos, de quem realmente gostei. Foi a primeira pessoa que vi olhar diferente para mim como se eu fosse importante. - Ele ergueu dois livros. - Faz muito tempo que esses homens morreram, mas sei que suas palavras apontam de um modo ou de outro, para Clarisse. (BRADBURY, 2012, p. 96)

O sentimento despertado por Clarisse e sua representação da curiosidade na vida de Montag se conecta com o próprio autor, sua literatura nos transporta para um futuro ao qual já foi experimentado, que já chegou, no sentido que sua própria experiência em ter sua obra aprovada na censura, demonstra que determinados acontecimentos projetados no futuro distópico já foram contemplados no passado individual ou coletivo.

Uma breve trajetória da utopia e da distopia

O gênero (ou subgênero) distopia dentro da literatura surge no século e ganha força no século XX “quando o capital entra numa nova fase bélica, imperialista e expansiva” (HILÁRIO, 2013, p. 204) o que faz perceber que os ideais da Utopia de Thomas Morus (1516) não haviam se cumprido. Segundo o autor Flávio Raimundo Giarola (2019) outro “gênero literário criado no século XIX, atrelado à ascensão do “horizonte de expectativa” como regime de historicidade dominante, a ficção científica sempre teve como um dos seus principais temas a busca pela previsão das etapas posteriores da evolução do homem” (2019, p. 5). Nesse sentido, a consolidação dos gêneros literários de ficção científica e distopia, seguem rumos similares, em que diversos autores se consolidam nos temas e por mais que possuam finalidades e compreensões parecidas, a distopia neste trabalho se consolida de outra maneira.

Distopia que possui o prefixo *dis* que significa anormal, ruim, mais *topos* que significa lugar, é então em sua totalidade um lugar ruim ou um mau lugar. No entanto o termo não é uma oposição a utopia (*topos*= lugar, prefixo *ou*= não) que seria um não lugar ou lugar nenhum. A utopia detém suas características, que foram imaginadas em cima da Utopia de Morus, considerado o fundador do termo, forjando seus aspectos em ideais de um espírito futurista da modernidade, a ideia do progresso e do avanço tecnológico durante o século XIX de forma acelerada, também é estudado por Rudinei Kopp (2011) que parte de Platão e sua *República* (aproximadamente 380 a.C) e Francis Bacon com *Nova Atlântida* (1624) para compreender que o caminho percorrido pela utopia é longo, causando impactos de forma direta entre os séculos XIX e XX, principalmente entre 1940 e 1960 em que sua fragmentação de um ideal próspero e uma boa relação com a tecnologia, são destruídos. O hemisfério ocidental, principalmente os países europeus, foram abalados por duas grandes guerras, que tem medidas desproporcionais de destruição, momentos que afloraram regimes autoritários e extremistas. Segundo Kopp “o período do entre guerras até os primeiros anos pós-Segunda Guerra é marcado por

uma série de eventos que foram definitivos para criar um ambiente propício ao surgimento de uma consciência menos otimista acerca do futuro” (KOPP, 2011, p 11).

Segundo Giarola (2019), nos “Estados Unidos, o otimismo tecnológico, típico do século XIX, ainda podia ser visto, mesmo após a “Grande Depressão”. Em 1939, a Feira Mundial de Nova York apresentou o tema ‘Construindo o mundo de amanhã’ e foi marcada pela exaltação do futuro” (2019, p. 8). Nesse otimismo, o fim da segunda Guerra Mundial demarcou inúmeros impactos na organização política e econômica estadunidense, entre eles a participação na fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, as próprias Doutrinas Truman e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, o período conhecido como Macarthismo entre 1950/57 e que deu tom ao sectarismo e anticomunismo, entre outros. Essas ações políticas são responsáveis por inspirar diversas literaturas críticas escritas no país durante a década de 1950, entre distopias e ficções científicas, livros e cinematografias, nesse cenário. Segundo Danielle Cristina Correia (2015), o escritor Bradbury não faz questão de esconder que utiliza sua escrita para tecer críticas a seu país.

Embora as distopias não sejam diretamente uma ficção científica, é nela que se encaixam padrões distópicos e onde são comumente classificadas. Segundo Kopp (2011) às “utopias ou distopias são projetadas e imaginadas a partir dos desencantos do autor com o mundo que o cerca” (2011, p. 60). Assim como Hilário (2013) que compreende os romances distópicos como uma “forma de compreensão do mundo moderno através da narrativa das forças sociopolíticas nascentes e suas resultantes sobre a vida cotidiana dos indivíduos. [...] o gênero literário conhecido como distopia nos fornece elementos para pensar criticamente a contemporaneidade, sobretudo com relação à segunda metade do século XX [...]” (HILÁRIO, 2013. p. 202). Danielle Correia (2015) enfatiza a necessidade de contextualizar historicamente a obra de Bradbury, para autora as tensões da Guerra Fria influenciam a escrita do autor, ela chega a citar em tradução livre em seu trabalho uma entrevista localizada em uma dissertação de doutorado escrita por Steven Aggelis na Universidade Estadual da Flórida intitulada “*Conversation with Ray Bradbury*” defendida em 2003, em que Bradbury explicita o que Correia e Hilário dizem sobre a influência da vida cotidiana de cada indivíduo que de maneira ou outra recai em suas narrativas.

Durante o reino de terror do Macartismo, eu escrevi um romance intitulado Fahrenheit 451, que era um ataque direto ao tipo de força destruidora de pensamentos que ele [Joseph McCarthy] representava no mundo. No entanto, poucas pessoas me atacaram por escrever um romance anti-macartista. Eu fui capaz de fazer propaganda sem ser apedrejado ou agredido. Posteriormente, os russos piratearam uma edição deste mesmo livro, o que eu ouvi dizer que foi muito bem em vendas na Rússia. Obviamente por se tratar de ficção científica, eles não compreenderam que a mensagem que eu passava, que todos os tipos de tirania em qualquer lugar do mundo, em qualquer época, seja de direita, esquerda ou centro. Então eu fui uma força subversiva, na URSS, enquanto estava sendo igualmente subversivo aqui [nos Estados Unidos]. (BRADBURY apud AGGELIS, 2003, p. 13, apud CORREIA, 2015, p. 19)

Com essa declaração, pensando no que já escrevemos até aqui, se seguirmos por esse caminho é possível tratar de distopia como ferramenta para se estudar a História. Júlio Bentivoglio (2017) traz uma discussão que abrange esse aspecto. O historiador trata de moldar um caminho em que é possível compreender como as distopias permeiam o espectro do passado histórico e se fazem notáveis no presente, utilizando a ligação entre História e literatura, e nos diz:

Tal como a distopia não habita apenas nos ambientes externos ou construídos historicamente, mas, interfere na própria intimidade e na consciência dos sujeitos históricos, a história também forjou domínios distópicos de passados aparentemente controlados e determinados - mediante a adoção de recortes ou caracterizações categóricas, procurando evitar a dúvida, a negação ou a revisão - que foram exacerbados e reproduzidos pela imaginação histórica moderna. (BENTIVOGLIO, 2017. p. 20)

Nesse sentido, o texto de Correia (2015) nos proporciona um paralelo com a construção histórica do livro, do autor e do contexto histórico estadunidense pós guerra que se alimentava de tensões críticas produzidas pela Guerra Fria, pela estrutura bipolar firmada. É plausível, então, olhar para a literatura distópica e perceber suas linhas de experiências sobre o passado. A autora nos aproxima do debate trazido por Bentivoglio (2017) nos momentos em que aborda os exemplos na política estadunidense entre 1945/1957 durante os governos do presidente Harry S. Truman e o senador Joseph McCarthy, respectivamente. Ela enfatiza um discurso proferido por Truman no dia 6 de agosto de 1946. No discurso ele afirma que os Estados Unidos “agora estão preparados para aniquilar rápido e completamente” (p. 25), demonstrando e enfatizando que o poderio bélico pertenciam a essa nação. Para a autora as declarações deixam “claro que qualquer atividade suspeita de deslealdade não seria tolerada” (p. 25).

Fahrenheit 451 e as distopias

O livro é um texto narrativo - Bradbury ficou conhecido por suas prosas e narrativas - e seu enredo é sobre a vida de Montag, um bombeiro, casado com Mildred. A história se passa em algum momento após a década de 1990, sem uma data precisa. A vida é organizada por setores, a tecnologia domina as relações e as percepções de um para com outro e consigo mesmo. Além de Montag, outros personagens como Clarisse desempenham papéis importantes. Clarisse causa desconforto em Montag ao trazer percepções que ele não havia notado, destacando a confusão e a superficialidade das relações e memórias. Ela provoca em Montag um processo de autopercepção que o leva a questionar sua vida em casa e na estação de bombeiros.

O professor aposentado, Faber, surge do meio para o final da trama. Ele faz parte do grupo de personagens que se calam diante a nova e imposta autocracia e política contra os intelectuais. Faber trata de sua “covardia” de maneira aberta com Montag, consciente de onde seus pés os levaram. Utilizaremos Faber para pensar o contexto histórico da obra, para usarmos nossa brecha na relação distópica. Correia (2015) mostra que no mesmo período em que a obra foi escrita, a figura do intelectual estava em debates e críticas. Para ela “o papel dos intelectuais na sociedade estadunidense entre as décadas de 1930 e 1950 sofreu importantes mudanças” (2015, p. 81). Tais mudanças são no sentido de percepção de confiança em si e suas obras, o conformismo foi palco depois de silenciamentos, tal conformismo foi alvo de diversas palestras de intelectuais que acreditavam no perigo da conformação com o estado atual das relações socioeconômicas. Um dos motivos para tal era o House of Un-American Committee (HUAC), que mesmo criado em 1938, foi reativado em meados de 1950 e por ser um comitê de âmbito nacional era capaz de se organizar nos estados, o HUAC se responsabilizava por fiscalizar e investigar influências comunistas, o que gerou clima de instabilidade entre os intelectuais da época.

A crescente escrita e trajetória cinematográfica (GIAROLA, 2019) da distopia no cenário estadunidense durante a década de 1950 nos permite analisar pequenos trechos da obra que abrem margem para interpretações históricas, como por exemplo

Santo Deus - disse Montag. - Toda hora essas malditas coisas no céu! Por que diabos esses bombardeios passam lá em cima a todo instante de nossas vida! Por que ninguém quer falar sobre isso? Desde 1990, já fizemos e vencemos duas guerras astronômicas! Será porque estamos nos divertindo tanto em casa que nós esquecemos do mundo? Será que somos tão ricos e o resto do mundo tão pobre e simplesmente não damos a mínima para sua pobreza? Tenho ouvido rumores; o mundo esta passando fome, mas nós estamos bem alimentados. Será verdade que o mundo trabalha duro enquanto nós brincamos? Será por isso que somos tão odiados? Ouvi rumores sobre ódio também, esporadicamente ao longo dos anos. Você sabe por quê? Eu não, com certeza que não! Talvez os livros possam nos tirar um pouco dessas trevas. Ao menos poderiam nos impedir de cometer os mesmos malditos erros malucos! [...]. (BRADBURY, 2012, p. 97-98)

As tensões da Guerra Fria calçam decorrências como essas em suas experiências históricas. Durante esse período, as ameaças da utilização das bombas atômicas predominam o medo sobre catástrofes e destruições em massa, as possibilidades cinematográficas mergulham neste contexto e colocam em jogo algumas obras como demonstra Giarola (2019), o autor faz uma análise quantitativa da aparição e recorrências de temas marcados dentro do gênero distópico durante o pós guerra.

O tema mais frequente nas produções das décadas de 1950, 1960, 1970 e na primeira metade da década de 1980 é um possível holocausto nuclear ou as consequências da radiação, somando 17 ocorrências. Nesta categoria estão os livros Plano Sete, Um cântico para Leibowitz e Bomba H sobre Los Angeles, bem como os filmes Duckand cover, Godzilla, A hora final, La jetée, Dr. Fantástico, The war game, Planeta dos Macacos e De volta ao Planeta dos Macacos, A noite dos mortos vivos, Colossus 1980, O menino e seu cachorro, Fuga do século XXIII, Herança nuclear, O dia seguinte e Catástrofe nuclear. A década com maior ocorrência de temas relacionados à bomba atômica e à radioatividade foi a de 1960 (sete obras), não por acaso o período no qual ocorreu a crise dos mísseis de Cuba (1962), deixando em maior evidência os riscos de um conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Também é importante apontar os três filmes produzidos na década de 1980, quando a corrida armamentista volta com força, com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos. (GIAROLA, 2019, p. 9-10)

Os temas nos ajudam a compreender um pouco mais sobre o imaginário social do período, uma forte instabilidade e grande medo sobre as consequências que o período poderia trazer. A discussão sobre o espaço de experiência vivenciado carrega consigo a força da imaginação fixada nesse horizonte de expectativas do futuro norte americano. As representações escritas e cinematográficas são relevantes para analisar certas narrativas e percepções de determinadas sociedades. Nesse caminho, a distopia como ferramenta de análise cabe neste trabalho para

[...] pensar o social a partir da literatura, sendo que está não é mero apêndice ou reflexo daquela, mas a constrói na medida em que lança novas significações acerca do que experimentamos em determinado contexto histórico. Assim, este método permite problematizar traços constitutivos de nosso tempo através da obra literária. Num sentido mais próprio a este artigo, entendo que a literatura é um “ato socialmente simbólico” (JAMESON, 1989), onde os documentos de cultura aparecem enquanto testemunhos de barbárie, ou seja, trata-se de uma reflexividade crítica própria à cultura, isto é, de seus produtos, de diagnosticar sua situação e refletir sobre seus desígnios. A narrativa literária é uma forma a partir da qual a cultura pode pensar a si mesma. (HILÁRIO, 2013, p. 204)

As condições narrativas garantem uma estrutura, construtiva ou não, para a malharia das percepções sociais, a literatura e a História possuem caminhos de encontro. A História por sua vez se beneficia das narrativas da literatura quando as utilizam para interpretações e análises de seus enredos. O que as personagens de *Fahrenheit 451* vivenciam estão encrustadas nas páginas de um livro, as interpretações sobre a abordagem que o autor teve, o enredo calculado para criticar o mundo vivenciado pelo autor, as tensões entre realidade e ficção, as expectativas nada positivas sobre um futuro imaginado através de experiências vivenciadas em um passado são o que enriquece as vastas discussões sobre as relações entre História e Literatura.

Conclusão

“As distopias totalitárias eram reflexos diretos de regimes políticos como o nazismo na Alemanha e o stalinismo na União Soviética. Esta crescente desilusão com relação ao futuro, nas primeiras décadas do século XX, pode ser um sinal de que a crise no tempo” (GIAROLA, 2019, p. 8)”. Partindo dessa consideração, o passado histórico está então numa eterna dualidade entre sua representação escrita e o que ocorreu no seu tempo. Julio Benvoglio (2017) analisa que essa instabilidade seria um deslugar, tal como a distopia. A história não pertence a um lugar conectado no tempo, seja ele passado, presente ou futuro, suas narrativas estão em constante fricção com os espaços de experiências que já foram experimentados. Distopia e passado caminham por ambientes construídos historicamente, suas relações com as narrativas históricas são possíveis a partir da quebra de expectativa de um passado perfeito e verdadeiro, um passado utópico.

Fredric Jameson (1985) reflete como o surgimento da pós-modernidade afetou o espectro cultural e a diluiu na história. Sua crítica é ao “desaparecimento do sentido da história” (JAMESON, 1985, p. 26), que para ele foi perdido pelo ideal do presente eterno, e acredita que a era da pós-modernidade foi a chave para o início das ficções científicas. Ora, imaginar a aproximação da narrativa histórica como próxima da ficção científica admite que o passado pertence à história (BENTIVOGLIO, 2017, p. 35), neste sentido as expectativas utópicas de encontrar num passado uma verdade única se dissolve. A distopia faz seu papel de “analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas” (HILÁRIO, 2003, p. 205), ilustrando que as expectativas sobre o passado se modificaram, o passado agora não passa, as experiências traumáticas do século XX, causadas pela nova fase do capitalismo abriram o horizonte de expectativas de um futuro ruim.

“Lá esta Montag! A busca terminou!” (BRADBURY, 2012, p. 181). Quando a real experiência sobre essa passagem se é percebida, e que na verdade não foi Montag encontrado pela máquina - após ser perseguido por possuir livros. Temos um outro, alguém que foi destruído em seu lugar, outra pessoa teve sua vida ceifada apenas para que os telespectadores pudessem pôr um fim na confusão causada por ele. A expectativa do público foi alcançada, um fim foi dado a quem pensa demais, pensa criticamente. Por mais que o período e a obra estejam lotados de caminhos distorcidos e dificuldades aparentes, Ray Bradbury termina sua obra com uma lacuna aberta a um vasto horizonte de expectativas, permitindo que a imaginação do leitor vague para os caminhos subjetivos de sua narrativa.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *História e Pós-Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- BENTIVOGLIO, Julio. *História & Distopia: A imaginação histórica no alvorecer do século 21*. Vitória: Editora Milfontes, 2017.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel fogo queima do livro pega fogo e queima*. Tradução de Cid Knipel; prefácio de Manuel da Costa. 2. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *Debate - Literatura e História*. Topoi, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 2000.
- CORREIA, Danielle Cristina Russo. *O estado totalitário e os cidadãos em Fahrenheit 451 de Ray Bradbury*. Dissertação (Mestrado em Letras Modernas, Áreas de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-01062015-151611/publico/2015_DanielleCristinaRussoCorreia_VCorr.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.
- GIAROLA, Flávio Raimundo. *Experiências do tempo futuro através da ficção científica: análise das mudanças de percepção do provir da guerra fria ao século XX*. Revista de História (São Paulo), n. 178, a05318, 2019.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. *Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade*. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernidade e sociedade de consumo*. Tradução de Vinicius Dantas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 12, p. 16-26, jun. 1985.
- KOPP, Rudinei. *Comunicação e mídia na literatura distópica do século 20: Zamiatin, Huxley, Orwell, Vonnegut e Bradbury*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4473/1/433625.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- RODRÍGUEZ, José Aldahir Castillo. *Fahrenheit 451: una mirada dramática hacia el macartismo*.

Revista Bloch, Universidade Autónoma de Nuevo León, Faculdade de Filosofia e Letras, 2021. Disponível em: <https://revistabloch.uanl.mx/index.php/b/article/view/17/5>. Acesso em: 30 maio 2024.

SCHRECKER, Ellen. *Many Are the Crimes: McCarthyism in America*. Nova York: Metropolitan Books, 1998.

A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP) E DE PAULO FREIRE NA LUTA CONTRA O ANALFABETISMO NO BRASIL (1958-1964)

Maira Santana Marinho da Cunha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Introdução

O pensamento de Paulo Freire segue sendo objeto de disputa nos dias atuais. A concepção de educação ligada à ideia de História como diálogo, a partir da elaboração da consciência e do ser no mundo do indivíduo (educando) com a sociedade, é central para o entendimento dos objetivos do método de alfabetização, que transformou a História da Educação e do tempo histórico em que viveu.

O presente trabalho tem por objetivo pensar como a trajetória de Freire, sobretudo no contexto pré-ditadura militar (1958-1964), contribuiu para a formação de um projeto político com bases no nacionalismo popular e na ampliação do conceito de cidadania. Nesse contexto, o voto aos analfabetos não era permitido, ainda que fossem a maior parte da população brasileira.

Os “incríveis anos 60”, conforme caracterizados por Heloisa Buarque de Hollanda (2004), foram marcados pelo engajamento e por uma efervescência política que proporcionou um clima de mobilização por parte de artistas, intelectuais, movimentos políticos diversos, preocupados em discutir os rumos do Brasil. Essa efervescência é trabalhada na historiografia a partir de uma série de iniciativas culturais e educacionais, com vista à superação dos problemas sociais brasileiros. Dentre elas, destacamos o Centro Popular de Cultura (CPC [1962-1964]) e o Movimento de Cultura Popular (MCP [1961-1964]), como grupos que se debruçaram na crítica à desigualdade social, a partir de ferramentas culturais com vistas à ação política sobre a condição de subdesenvolvimento do país.

Essa ebulição política, cultural e intelectual propiciou o questionamento acerca da realidade social brasileira, e indagações sobre as raízes das desigualdades, estimulando pensadores e artistas a refletir e elaborar ferramentas de ação política, em um cenário de aceleração do tempo, afirmação da soberania brasileira e do desenvolvimento da industrialização nacional.

Desta maneira, a relação entre cultura e educação se concebeu como uma ferramenta para o nacional-desenvolvimentismo brasileiro, estimulado por intelectuais durante este período, com o intuito de superar a condição de subdesenvolvimento, miséria e a pobreza de grande parte do país, em especial dos interiores rurais da região Nordeste.

A condição de subdesenvolvimento e das mazelas sociais foi descrita pela cena artística e intelectual em muitos aspectos, dentre eles no que tange o alto índice de analfabetismo. A década de 1960 contou com quase 40% da população brasileira em condição de analfabetismo e, portanto, com o direito de participação política através do voto negado¹. O questionamento dos setores críticos à esta realidade social dava-se no sentido de apontar as contradições de um sistema político altamente

¹ Dados IGBE. Censo Democrático 1940/2022. Ver mais: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem> [acesso 22 de out 2024]

excludente, em que grande parte da população não podia escolher seus representantes em função de um problema estrutural, com pouco ensejo dos governantes anteriores à João Goulart para minimizar tal problemática.

Nesse sentido, havia uma concepção de soberania política, econômica e cultural, com o intuito de consolidar um patrimônio cultural brasileiro. No encontro destas experiências culturais destacamos as formulações sobre o nacional-popular a partir do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB. [1955-1964]).

Iniciativas culturais como o CPC, o Cinema Novo e o Movimento de Cultura Popular (1961-1964), sendo esse último elaborado e idealizado por Paulo Freire, são símbolos, fontes históricas e vestígios de atividades que agregavam a elaboração de ações coletivas, culminando em filmes, canções, poesias e metodologias educativas, tendo as experiências culturais brasileiras como ferramentas educativas que poderiam contribuir no processo de alfabetização.

É preciso considerar também o clima político e cultural pulsante em diversos países no mundo, em especial do “Terceiro- Mundo”⁵, com guerras de libertação anticolonial nos países do continente africano, a guerra do Vietnã e a Revolução Cubana (ARAÚJO: 2012). Com destaque para esta última, a queda da ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba e o governo revolucionário de Fidel Castro inspiravam os países latinoamericanos, sobretudo na experiência da Reforma Agrária e na experiência de alfabetização cubana. Em 1959, a ilha caribenha contava com 25% da população analfabeta, tornando a superação do analfabetismo uma das principais bandeiras políticas do novo governo de Fidel (OCUNI: 2002).

A prática inaugurada com as sempre lembradas “40 horas de Angicos”² ocorreu em 1963, tendo como base a elaboração teórica explicitada na tese de concurso Educação e atualidade brasileira, que data de 1959. O êxito da experiência de Angicos entusiasmou o Presidente João Goulart e sua equipe de governo envolvida com o programa das Reformas de Base, entre as quais se encontrava a reforma da educação.

É nesse cenário de mobilizações intensas que Paulo Freire desenvolve a tese “Educação e atualidade brasileira” (1959). De forte característica nacional desenvolvimentista, a tese apresenta um Freire *isebiano*³ e preocupado com o debate sobre democracia, que para ele vai para além do voto. O peso do passado e um presente de mudanças formavam um campo de tensão que levava que conformou uma contradição fundamental da atualidade na tese de Freire, expressa pela oposição entre a “inexperiência democrática” frente à “emersão do povo na vida pública nacional”. (MELO, 2021).

O escrito foi base para a elaboração do Movimento de Cultura Popular (MCP), em 1960, na cidade do Recife sob o governo de Miguel Arraes. Sob coordenação de Germano Coelho, o Movimento entendia que a ação educativa deveria estar inserida também numa perspectiva cultural na formação de jovens e adultos, entendida como forma de vida e expressão do povo. Isto é, para seus idealizadores o processo educativo resulta, fundamentalmente, da expressão da cultura popular, que

2 As 40 horas de Angicos foi uma experiência de educação popular, elaborada por Paulo Freire, em 1960, na cidade de Angicos/RN. O êxito da iniciativa foi a alfabetização de cerca de 300 adultos em 40 horas, utilizando os círculos de cultura e mobilizando saberes dos próprios educandos. A atuação de Freire impressionou os poderes públicos, criando destaque da experiência no cenário nacional, sobretudo na região Nordeste.

3 Isebiano é termo utilizado para designar os intelectuais vinculados ao ISEB, ou com características ideológicas que dialogam com as formulações do Instituto, como o caso de Paulo Freire.

deveria fazer parte da metodologia de aprendizagem. Paulo Freire participou da concepção do MCP e contribuiu com a construção da sua metodologia para aplicar nos círculos de leitura espalhados nos comitês de bairros do Recife.

Paulo Freire utiliza tal experiência para falar sobre a necessidade da educação ser uma ferramenta de “promoção da consciência predominantemente transitivo-ingênua de nosso homem proletário para a crítica, amplamente permeável, com que ele se inserirá autenticamente no processo de democratização política e cultural do país” (FREIRE, 1959, p. 8), conectando seu pensamento sobre educação à elaboração teórica isebiana.

Com isso, busco conectar as experiências descritas estimuladas pelos desafios do tempo presente, em que o pensamento freireano segue mobilizador, quer seja de maneira positiva através das experiências de educação popular reunida pelos movimentos sociais, quer seja de maneira negativa pelos grupos conservadores e vinculados à extrema direita.

O pensamento freireano

Paulo Freire enquanto educador, patrono da Educação Brasileira e símbolo da educação popular, construiu um legado que mobiliza utopias de professores e professoras na construção do conhecimento emancipador, libertador e que contribui para a formação de um conhecimento crítico. Por outro lado, é possível identificar também como, ao longo dos últimos anos, o autor foi alvo de ataques por parte dos setores de extrema direita que governaram o Brasil nos últimos seis anos (2016-2022).

Em 2019, quando Abraham Weintraub comandava Ministério da Educação no primeiro ano da gestão do presidente Jair Bolsonaro, afirmou que o educador representava o “fracasso total e absoluto” da educação brasileira diante dos maus resultados obtidos pelo país no ranking Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)⁴. O próprio ex-presidente Jair Bolsonaro já se referiu ao pedagogo como “energúmeno”, dentre outros discursos de ódio que visavam atacar ideologicamente o projeto de educação simbolizado por Freire. Mas por que esta concepção de educação segue sendo atacada?

É preciso considerar o pioneirismo do educador em dois aspectos principais: 1. O forte cunho ideológico em termos de crítica à educação bancária e sua preocupação em conceber a educação como parte de um projeto nacional de desenvolvimento, no combate às desigualdades e às mazelas sociais; 2. Por elaborar metodologias, na prática, para instrumentalizar educadores Brasil afora, de modo a aplicar no cotidiano das salas de aula.

Educação e atualidade brasileira (1959), fonte e bibliografia que origina este trabalho, tem como característica um Freire preocupado com o nacional desenvolvimentismo, tendo o debate sobre a participação democrática como ponto de inflexão para compreender o papel da educação. No livro, o educador demonstra como a história da formação brasileira não ensinou o homem nacional para o viver democrático. Em artigo, Sergio Fonseca e Fernanda Roberto (2020) apontam para o principal ponto de conexão entre educação, democracia e industrialização.

4 Ver mais: <https://www.poder360.com.br/brasil/por-que-a-extrema-direita-elegeu-paulo-freire-seu-inimigo-dw/> [acesso: 20 de nov 2024]

O peso do passado e um presente de mudanças formavam um campo de tensão que leva o nome de antinomia fundamental da atualidade na tese de Freire, expressa pela oposição entre a “inexperiência democrática” frente à “emersão do povo na vida pública nacional”. A industrialização no Brasil havia provocado a emersão do povo na vida pública nacional, mas, ainda faltava a elaboração de uma consciência média (na forma transitivo crítica). (FONSECA; ROBERTO. 2020, p. 175)

Com essa tese, Freire prestou o concurso para uma cadeira na faculdade de História e Filosofia da Educação, na Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco), em 1959. Apesar de não ter tido êxito na entrada como professor da cátedra, a tese virou subsídio e base intelectual para um dos maiores movimentos culturais de educação da década de 1960, que foi o MCP.

Uma das grandes contribuições de Freire também se dá em torno do diálogo entre os conceitos e a realidade dos educandos. A aproximação do conhecimento com o que se vive no cotidiano tornou-se um dos elementos melhor elaborados, que até hoje contribui para a execução de currículos e que permeia o conjunto dos campos de conhecimento. Isto é, inverter a ordem do autoritarismo, entendendo a prática educativa como bem comum em que educador e educandos se educam mutuamente, através de elementos concretos da realidade vivida nos territórios e municípios é uma das bases da educação popular, sendo esta um dos patrimônios edificados por Freire através de toda a sua contribuição intelectual.

Osmar Fávero (2011) corrobora com nossos argumentos, ao apontar que o motor da explicitação dos fundamentos da obra de Paulo Freire é a prática por ele desenvolvida e por ele refletida (ou reflexionada, como preferia dizer). Aqui, ganha relevância a categoria práxis, ou seja, o movimento ação/reflexão/ação, sendo esta a base do processo educativo.

Paulo Freire concebeu a educação de jovens e adultos a partir dos problemas vividos por estes sujeitos, os principais mobilizados por seus projetos de alfabetização. Nessa prática, os problemas sociais ganham sentido com “situações de aprendizagem”, de modo a propor aos educandos formas de resolvê-los. O ponto chave se torna, então, a compreensão e fazer compreender as raízes dos problemas, na crítica a uma sociedade injusta e a um sistema econômico-social excludente, na medida em que os sujeitos alfabetizados por ela, em sua maioria, eram pertencentes a classe trabalhadora e que estava excluída dos grandes nichos de poder. Com isso, Freire incentiva uma construção do conhecimento fortemente vinculado à construção histórica do conhecimento popular e do “saber de experiência feito” para, refletindo sobre ele, criticando-o, ampliando-o, entender a realidade para transformá-la.

Nesse âmbito, educação com vistas à transformação social da realidade tem forte raiz na ação concreta do homem. No método freireano, ganha espaço o conceito de *práxis*⁵ de teor marxista que orienta a conjunção de prática e teoria, na síntese de que o homem faz história, e por isso o homem pode mudar o mundo. Isto é, há uma compreensão do processo de alfabetização como ferramenta de tomada de consciência e protagonismo por parte dos educandos, de modo que acumulem para processos de mudanças sociais, inscritas na conjuntura das Reformas de Base e do projeto nacional desenvolvimentista.

Ainda sobre a concepção de educação em Freire, é possível identificar os diálogos com

5 O conceito de práxis está inserido no contexto de produção de Marx e Engels. O termo aparece tanto em A Sagrada Família (1844) de autoria dos dois pensadores, quanto em Teses sobre Feuerbach (1888), que é de Karl Marx.

categorias marxistas tanto em relação ao conceito de práxis, mas como na categoria de *conscientização*. Utilizada por Paulo Freire e por uma gama de participantes dos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos de 1960, há uma concepção da educação não apenas como ensino escolar, mas como parte de um processo formativo, que é contínuo.

Nesse sentido, a conscientização sobre si e sobre a realidade concebe um processo permanente de autoformação por parte dos educandos, e também dos educadores. A alfabetização, portanto, se torna uma chave de participação política através do voto, mas também de reflexão sobre a realidade presente, o que cerca e o que poderia ser diferente.

A conscientização na prática educativa de alfabetização teve na cultura uma aliada para os fins pedagógicos de Freire e do MCP. A cultura, entendida como um conjunto de significações e representações de um modo de viver confrontado com outros modos de viver (FÁVERO, 2011), foi visualizada como ferramenta de associar as realidades já vividas com o processo de alfabetização. Isto é, as práticas culturais populares, os saberes tradicionais, no campo e na cidade, constroem um repertório cultural que contribui para o processo de leitura do mundo, a partir da concepção de Freire.

Além disso, assim como a educação, a cultura também é compreendida como campo também em disputa. Aliar a educação popular com a Cultura, principalmente a cultura popular, muito além do folclore, foi trabalho elaborado pelo MCP e pelo CPC como fundantes do processo educativo.

Um exemplo da maneira como essa elaboração acontecia na prática educativa, foram as *Fichas de Cultura*, ferramenta que inaugurou o sistema de alfabetização de adultos, funcionou como uma série de desenhos feitos por artistas, em que os educandos descreviam as imagens a partir de perguntas geradoras.

As imagens são de uma série de Francisco Brennand (1927-2019), artista plástico pernambucano, conhecido pelo trabalho na cerâmica e no desenho. A relevância artística de Brennand é tanta, que deixou um legado de pontos turísticos na cidade do Recife, como o Parque das Esculturas Francisco Brennand e a Oficina de Cerâmica Francisco Brennand.

Os desenhos de Brennand, que integravam as Fichas de Cultura, estavam vinculadas ao dia a dia dos educandos, de modo a aproximar a realidade vivida com o processo de desenvolvimento da descrição e da identificação a partir das palavras.

Desenhos originais das Fichas de Cultura - Francisco Brennand



Francisco Brennand - Recife, PE 1927
“Porco, [da série] desenhos para Paulo Freire”, 1963
Nanquim sobre papel, 17 x 24 cm



Francisco Brennand - Recife, PE 1927
“Porco, [da série] desenhos para Paulo Freire”, 1963
Nanquim sobre papel, 17 x 24 cm

Fotógrafo: Celso Pereira Jr.⁶



Francisco Brennand - Recife, PE 1927
“Porco, [da série] desenhos para Paulo Freire”, 1963
Nanquim sobre papel, 17 x 24 cm
Fotógrafo: Celso Pereira Jr.⁸

Fotógrafo: Celso Pereira Jr.⁷



Francisco Brennand - Recife, PE 1927
“Porco e cabrito, [da série] Desenhos para Paulo Freire”, 1963
Nanquim sobre papel, 16 x 25 cm
Fotógrafo: Celso Pereira Jr.⁹



Francisco Brennand - Recife, PE 1927
“Gaúcho, [da série] Desenhos para Paulo Freire”, 1963
Nanquim sobre papel, 27 x 18 cm
Fotógrafo: Celso Pereira Jr.

A partir das *Fichas de cultura* podemos perceber a maneira como a prática de alfabetização de Paulo Freire se deu junto ao Movimento de Cultura Popular, e também como a rede de relações entre intelectuais e artistas funcionou durante o alvorecer da década de 1960.

Para entender as bases políticas e ideológicas destes movimentos, nos cabe compreender um pouco mais sobre a conformação da relação entre alfabetização e projeto político. Isto é, como as redes de contato entre intelectuais e artistas se estabeleceram? Qual o papel de Paulo Freire neste processo, e a partir de quais marcos intelectuais suas produção foi elaborada?

Trajetória de Paulo Freire, o ISEB e a formação do projeto político

Paulo Freire... Paulos Freires. Assim como a maioria dos intelectuais, é certo apontar que as

6 Ver mais: <http://forumeja.org.br/node/2499> [Acesso 26 de out. 2024]

7 Idem

8 Idem

9 Idem

obras do educador estiveram vinculadas com o contexto político que produziu. A base da História Intelectual propõe uma construção historiográfica que investigue os intelectuais e as ideias políticas de determinado momento histórico, de maneira que analise o contexto em que elas foram produzidas levando em conta a historicidade da produção do período. Isto é, o intelectual é produto da própria história e a leitura das ideias mobilizadas por esses atores sociais perpassa necessariamente pela análise do contexto, das práticas sociais e das situações históricas de seu período. (SKINNER, 2005; POCOOCK, 2009).

Nesse âmbito, destacamos os primeiros trabalhos de Paulo Freire: A tese *Educação e atualidade brasileira* (1959) - objeto deste trabalho; E o livro *Educação como prática da liberdade* (1967), iniciado no Brasil e terminado no exílio. Nesses escritos, damos ênfase a dois elementos principais: 1. Freire expõe o pensamento cristão calcado na práxis; 2. A ligação intelectual entre o educador e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Em *Educação como prática da liberdade* as referências bibliográficas combinadas com o aspecto filosófico indicam que a orientação adotada tem como base o existencialismo e o personalismo cristãos. Autores como Erich Fromm, Hans Freyer, Papa João XXIII, Tristão de Ataíde (Alceu de Amoroso Lima), Simone Weil, Gabriel Marcel, Jacques Maritain e Emmanuel Mounier.

Já no que se refere a conformação histórica, econômica, social e política é possível identificar a referência teórica balizada pelos “intérpretes do Brasil”, em especial os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com apoio nos isebianos históricos, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, e outros como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, que também constam nas referências bibliográficas em *Educação e atualidade brasileira*. Outros “intérpretes” como Caio Prado Júnior, Oliveira Viana e Anísio Teixeira, que integrou o Conselho Curador do ISEB, também são referenciados nas obras de Freire (SAVIANI, 2021).

Nesse “primeiro Paulo Freire” de *Educação como prática da liberdade* e *Educação e atualidade brasileira* é possível perceber a combinação de duas vertentes teórico-filosóficas bastante fortes na década de 1960: o cristianismo popular e a relação com o nacional desenvolvimentismo elaborado pelo ISEB. Com isso, as metodologias de alfabetização e educação popular se inserem como parte da construção de efervescência política e cultural da década de 1960. O debate sobre democracia e participação política, como já abordado neste trabalho, estava em consonância com o processo de alfabetização da sociedade brasileira. Para tal, superar o atraso econômico significava ampliar a participação do voto e garantir uma abertura maior do desenvolvimento brasileiro, pavimentando o amadurecimento das cidades e indústrias.

Além disso, a aproximação do pensamento freireano com uma esquerda social demonstra uma forte ligação com o pensamento cristão, através da valorização do humanismo. Termos como “comunhão”, “partilha”, “liberdade” são comuns nesse primeiro momento de Freire.

Nesse sentido, Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade* (1967) propõe um debate ontológico sobre o exercício democrático e a necessidade de superação de uma característica brasileira que beira ao autoritarismo. O texto foi estruturado com uma introdução de dezesseis páginas, três capítulos não nomeados, uma conclusão e dois pequenos anexos. Uma espécie de ensaio que demonstra a proposta de discussão inicial sobre o tema. O primeiro capítulo se estende por 29 páginas; o segundo, por 23; o terceiro, por 31; e a conclusão, por duas páginas. Nessas duas

páginas conclusivas, já se antecipavam as linhas principais da sua concepção de homem, sociedade e educação:

9. O novo clima cultural, em elaboração, exigia o exercício da participação e da decisão do homem nacional no acontecer histórico do país, razão por que se fazia necessária uma planificação democrática em que houvesse lugar para vasto trabalho de educação extraescolar, dirigida no sentido da democracia;

10. O processo educativo brasileiro vinha sendo uma superposição à realidade então vivida, porque: a) não atendia à transição de formas econômicas, que requeria toda uma revisão da educação no sentido da formação de técnicos dos vários níveis, como de mão de obra qualificada; b) não atendia à necessidade imperiosa de identificar o homem brasileiro com o ritmo de democratização política e cultural, criando-lhe disposições mentais democráticas, com que superasse nossa ostensiva “inexperiência democrática”. O seu verbalismo e o seu sentido seletivo e florido eram contradições e obstáculos às forças democráticas em emersão;

11. Finalmente, Paulo Freire entendia que a revisão de nosso processo educativo não podia ser parcial porque era todo ele que estava inadequado e era de todo ele, em conjunto, em bloco, que a cultura em elaboração precisava. (FREIRE, 1959, p. 122-123)

Nesse trecho, percebemos que Paulo Freire entendia o ser humano como um conjunto de relações que se afirmava como sujeito de sua existência, construída historicamente em comunhão com os outros homens, o que o definia como um ser **dialogal e crítica** (SAVIANI, 2021). Com isso, a vocação humana deveria refletir em metodologias de educação que potencializassem essa disposição do ser. No entanto, essa aptidão para o protagonismo e para a criticidade esbarravam nas contradições da realidade social, já que às forças dominantes interessava manter a maioria dos homens em situação de **alienação e dominação**.

É no encontro das categorias “alienação”, “dominação”, “conscientização” com a potencialidade da educação como forma de “tomada de consciência” onde consiste o encontro de Paulo Freire com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sendo este um pilar fundamental da concepção freireana de educação sob o prisma do projeto nacional de desenvolvimento brasileiro. Na leitura de Saviani (2021), a educação freireana surgia como um instrumento para promover a passagem da consciência popular do *nível transitivo-ingênuo*, ou seja, alienado e acrítico, para o nível transitivo-crítico, desenvolvendo a criticidade e tomando consciência da realidade social, estruturada pelas desigualdades.

A questão da difusão de uma ideologia da consciência nacional ganha centralidade quando Freire afirma que a necessidade aumenta o grau de consciência (do povo) dos problemas de seu tempo e de seu espaço, construindo uma ideologia do desenvolvimento (FREIRE, 1982). Cabe destacar que os interesses nacionais, neste momento, correspondiam aos interesses da classe dominante, ainda que esta também estivesse preocupada com um desenvolvimento nacional. A disputa em torno da hegemonia nacional significava, para Freire, a tomada de consciência crítica em torno das questões brasileiras.

Para o autor, a educação das massas significava conquistá-las para o processo de desenvolvimento nacional e para a participação crítica no mesmo. Nesse sentido, conquistar a consciência crítica implicava em alcançar um nível de consciência que contribuísse a disputa do desenvolvimento em torno de um projeto de reformas de base, como a Reforma Agrária, Educacional, etc. Tratava-se, então, de uma educação conscientizadora, emergindo o neologismo “conscientização”, o qual Freire destaca em texto durante os anos 1980 como parte de criação isebiana.

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo “conscientização” por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do **INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS** por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Vieira Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. Desde então, esta palavra forma parte de meu vocabulário. Mas foi Hélder Câmara quem se encarregou de difundir-la e traduzi-la para o inglês e para o francês. (FREIRE, 1980, p. 25)

Como sede no Rio de Janeiro, o ISEB foi uma agência estatal criada por Juscelino Kubitschek (1902-1976), que produziu estudos e pesquisas para pensar alternativas para o Brasil. Estas alternativas estavam balizadas pelo nacionalismo, com o intuito de superar a condição de subdesenvolvimento do país. No entanto, as concepções sobre o que deveria ser o nacionalismo brasileiro não eram únicas e possuía vertentes que estavam ligadas a um nacionalismo de esquerda, mas também existiam os nacionalistas de direita.

As formulações do ISEB que respaldaram estes movimentos culturais estão fincadas no que podemos chamar de nacionalismo de esquerda. Angélica Lovatto (2021) aponta para a dimensão do trabalho público realizado pelos isebianos, os quais se inserem em um cenário de disputa ideológica sobre os rumos do Brasil. Isso é, na demarcação destes pensadores há uma preocupação em conectar o trabalho intelectual com os problemas imediatos da realidade brasileira.

Os debates em torno do nacionalismo popular, estimulados pela industrialização do Brasil e a Reforma Agrária como forma de desenvolver o campesinato brasileiro, identificavam no Nordeste brasileiro a região geográfica com problemas sociais e econômicos que mereciam atenção especial, com o intuito de saná-los. Não à toa, foi nos estados desta região, mais precisamente no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco onde Paulo Freire desenvolveu as primeiras experiências de educação popular.

As desigualdades em torno do acesso à terra, das altas taxas de analfabetismo, doenças, falta de moradia e pobreza tornavam, segundo Josué de Castro (1969), a região como barril de pólvora prestes a explodir em função das contradições sociais intensas. Concomitante ao crescimento do MCP, do ISEB e das iniciativas de Freire, há um crescimento também das Ligas camponesas¹⁰, da politização da igreja e da produção cinematográfica em que o Sertão e a região ilustravam a meta síntese de problemas sociais brasileiros. É deste lugar que Paulo Freire está produzindo.

Nesse sentido, o ISEB e o debate sobre o nacional-desenvolvimentismo influenciou grande parte de intelectuais durante este período, dentre eles Celso Furtado (1920-2004) que desenvolveu um empreendimento caro aos estudos sobre este período: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife. Ainda em meados da década de 1950, Furtado comandou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que identificou pontos centrais para pensar os problemas sociais vividos por grande parte dos nordestinos.

A partir deste preâmbulo de iniciativas culturais e intelectuais, as quais demonstram a

¹⁰ 1961-1963 são anos de expansão das Ligas Camponesas, que se tornaram um dos movimentos políticos mais importantes desse período. (BASTOS, 1984).

efervescência dos anos 1960, podemos perceber como a região Nordeste é vista como uma questão social para o Estado, devido às altas disparidades sociais, à concentração fundiária e a situação de analfabetismo de parte da população, local de atuação de Freire que teve como subsídio intelectual a formulação isebiana.

Na seara do debate em torno do desenvolvimento nacional, Paulo Freire e o MCP atuaram na alfabetização de adultos disseminada em larga escala. Durante o período de elaboração, no início dos anos de 1960 - pré golpe de 1964, havia um projeto de instalação de 20.000 círculos de cultura.

Os círculos de cultura funcionaram como uma ferramenta da educação popular, de metodologia prática em torno do processo de construção do conhecimento. Eles consistem em três momentos: a) a *investigação temática*, pela qual os educandos e o educador buscam, no próprio vocabulário popular dos participantes e da sociedade onde eles vivem, as palavras e temas centrais de suas vidas; b) a *tematização*, segundo a qual os educandos *codificam e decodificam* os temas anteriormente trabalhos; e c) a *problematização*, por meio da busca de superação de uma visão mágica da realidade, convidando-os a pensar na transformação do contexto vivido.

A iniciativa articulou saberes populares, com forte diálogo com as práticas culturais e a cultura popular, através de um processo de reflexão e protagonismo por parte dos educandos. Para o MCP e para Paulo Freire, esta ferramenta poderia contribuir, com rapidez e eficácia, para a conscientização e tornando milhares de indivíduos aptos a votarem em candidatos considerados progressistas, na medida em que seriam, ao mesmo tempo, críticos e alfabetizados podendo, assim, usufruir do direito ao voto.

Os círculos de cultura, assim como o Movimento de Cultura Popular, as Ligas Camponesas, o Centro Popular de Cultura e o ISEB foram aniquilados enquanto experiências na sociedade brasileira, pelo golpe na madrugada de 31 de março de 1964 para 1º de abril. Ainda no primeiro semestre do golpe, as iniciativas culturais, sociais e intelectuais foram censuradas, bem como Paulo Freire que em junho foi levado ao quartel e meses depois foi levado ao exílio no Chile¹¹.

Conclusão

Buscamos, ao longo destas linhas, propor uma investigação sobre a relação entre as iniciativas de organização cultural e educacional, com a formação de uma concepção de soberania política, econômica e cultural. Para tal, rememoramos o Movimento de Cultura Popular, uma iniciativa breve, mas que deixou um legado importante, sobretudo através da atuação de Paulo Freire.

Revisitamos, também, a trajetória de Paulo Freire, um ser dialógico e crítico (SAVIANI, 2021), capaz de influenciar os dias de hoje, que buscou aplicar em sua metodologia de alfabetização as características da contradição, do questionamento e do diálogo entre o ser e o mundo.

Em um contexto de expansão da democracia e surgimento de movimentos populares críticos à política dominante, o intelectual se consolida como principal expoente do Movimento de Cultura Popular, um movimento político dos anos 60, que buscou atrelar cultura e educação, com vistas à disputa de um projeto nacional desenvolvimentista para a tomada de consciência crítica acerca da realidade brasileira.

Nesse sentido, ao tratar sobre a década de 1960 e o MCP como força histórica que ilustra e nos

11 Ver mais: <https://ocupacao.icnetworks.org/ocupacao/paulo-freire/ano1964-paulo-freire/> [acesso 06 de nov 2024]

traz vestígios deste período, buscamos inserir estas reflexões no campo da História Política. Isto é, o MCP, enquanto iniciativa cultural e educativa, e Paulo Freire como intelectual ativo na concepção desta iniciativa designam a maneira como podem arte e educação podem ser considerados locais de disputa de projetos políticos (SIRINELLI: 1998).

Essa legitimação de valores na sociedade e polos de conformar um *fazer* político, quer seja na esfera institucional, ou na esfera cotidiana, são reflexões próprias da Nova História Política, que nos permite enxergar os processos políticos históricos sob o prisma das iniciativas artísticas, culturais, educacionais e, também, pelo papel dos elaboradores de ideias - os intelectuais.

Dessa maneira, a capacidade de criar as bases da educação popular, de característica multidisciplinar e com vínculo à cultura popular, denotam uma experiência histórica que combinou diferentes nichos e regiões do Brasil, em busca de um projeto de país no qual a alfabetização simbolizava a busca pela ampliação da democracia representativa e do voto.

O processo de alfabetização entendia-se, portanto, como ferramenta de tomada de consciência e protagonismo, de valorização dos saberes tradicionais, mas sem cair no tradicionalismo. Isto é, valorizava-se o reconhecimento dos animais do campo, como no caso das *Fichas de Cultura* de Brennand, mas no sentido de ser o pontapé para o fomento no protagonismo dos educandos. Este protagonismo e participação vinha através da leitura, na medida em que saber ler o que já se conhece significava um conhecimento prévio do mundo, bastando ao processo educativo, entre educador e educando, burilar para a identificar as letras do alfabeto e formar frases de maneira autônoma.

Para tal, vale salientar que as *Fichas* nos ajudam, também, a entender a aproximação entre os artistas e a educação no processo de alfabetização a partir da interlocução entre classe artística e política no MCP, como no caso da parceria entre a série de Brennand e a iniciativa do Movimento.

A efervescência caracterizada por Heloisa Buarque de Hollanda (2004) demonstra muito mais que uma atuação isolada, mas toda uma rede de iniciativas culturais, educativas e artísticas que estavam interligadas e em consonância com o momento político de questionamento às desigualdades e superação do subdesenvolvimento.

Nesse âmbito, buscamos aqui identificar, também, a relação entre o uso dos conceitos nos primeiros escritos de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira* (1959) e *Educação como prática da liberdade* (1967) e as formulações do ISEB, sobretudo no que tange à concepção da educação como parte de um processo mais amplo de conscientização. Processo este que deveria estar à serviço do projeto de desenvolvimento nacional, incentivado pelo ISEB e pelos intelectuais que entendiam as raízes das desigualdades fincadas em um modelo de desenvolvimento desigual para alimentar o mercado externo.

Desta forma, ler o mundo significava, em síntese, uma forma de contribuir para sair das amarras da *alienação* e votar em candidatos de esquerda, já que um dos grandes objetivos do processo de alfabetização estava centrado em ampliar o número de pessoas aptas a participarem das eleições.

Em suma, este trabalho busca apresentar a relação entre as iniciativas e a formação de uma concepção de soberania política, econômica e cultural, com o intuito de consolidar um patrimônio cultural brasileiro. Visamos também contribuir para o ato de recordar iniciativas que foram desenvolvidas em nosso país, com vistas à superação do analfabetismo, problema social que persiste até os dias de hoje.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; BARBOSA, Maria das Graças da Cruz. Memórias da educação: a alfabetização de jovens e adultos em 40 horas (Angicos/RN, 1963). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 43, p. 66–77, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i43.8639928. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639928>. Acesso em: 8 nov. 2024.

COELHO, Germano. Paulo Freire e movimento de cultura popular. In ROSAS, Paulo. Paulo Freire: educação e transformação social, livro organizado, Editora Universitária/UFPE, 2002

COLOMBO, Lucileia Aparecida; GILENO, Carlos Henrique. A contribuição de Celso Furtado para o Nordeste Brasileiro: do nascimento da SUDENE às transformações atuais. Rio de Janeiro: Revista Política e Planejamento Regional, 2019

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 2ª edição. Civilização Brasileira. RJ, 2008.

DUARTE, Sergio Guerra. Cadernos do Povo Brasileiro. Vol. 18. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. Por que existem analfabetos no Brasil? (1963).

ESTATUTO do Movimento de Cultura Popular do Recife (1961). Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/mcp_txt_estatuto.jpg [acesso 06 nov 2024]

FÁVERO, Osmar. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. [Acesso em 10 de set. .2022]

FÁVERO, Osmar. PAULO FREIRE: IMPORTÂNCIA E ATUALIDADE DE SUA OBRA. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO. 2011

FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FONSECA, Sérgio C.; ROBERTO, Fernanda Ribeiro Ruffo. Das notas de leitura à tese: alguns apontamentos sobre a elaboração de educação e atualidade brasileira de Paulo Freire. Cadernos CIMEAC – v. 10, n. 3, 2020. ISSN 2178-9770 UFTM | Uberaba – MG, Brasil

FREIRE, Paulo. Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1976>

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. Estudos Universitários, Recife, n. 4, p. 5-24, abr./jun. 1963.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir & Carlos Alberto Torres. Estado e educação popular na América Latina. Campinas: Papirus, 1992.

GADOTTI, Moacir. A educação faz história - Paulo Freire, a prática. 1998 (Disponível em: acervo.paulofreire.org) [Acesso: 15 de maio 2022]

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. 2007. (Disponível em: acervo.paulofreire.org) [acesso: 13 de out. 2022]

GADOTTI, Moacir. *Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação*. 2000. (Disponível em: acervo.paulofreire.org) [Acesso: 13 de out. 2022]

GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Ed. Civilização brasileira 1ª ed. 2016

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: A longa distância entre Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República do Catete*. Ed: Museu da República. Rio de Janeiro, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Impressões de Viagem: CPC, *vanguarda e desbunde: 1960/1970*. Rio de Janeiro, ed. Aeroplano, 2004.

IANNI, Octavio. *A utopia camponesa*. Revista USP, São Paulo, 1986. ieb, n52 2011 set./mar. p. 69-88

LOSADA, Vania Maria Moreira. Os anos JK e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: O Brasil Republicano. *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 2ª edição. Civilização Brasileira. RJ, 2008.

LOVATTO, Angelica. ISEB: do nacional-desenvolvimento à revolução brasileira. *Revista Princípios: teoria, política e cultura*. São Paulo, 2021

LOVATTO, Angelica. Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010.

MARTINS, Andre Luiz de Miranda. Visões da “insuficiência”: o nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. *Revista*

MOREIRA, Vania Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. São Paulo, 1998.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo, Loiola, 1973.

POCOCK, J.G.A. *Pensamiento político e história: Ensayo sobre teoría y método*. 2009. Ed. Akal, S.A, 2011.

OCUNI, Lourenço. *Leitura comparativa de campanha de alfabetização cubana com a de alfabetização da Guiné-Bissau*. ETD - Educação Temática Digital, 2002.

SAVIANI, Demerval. *Paulo Freire, Centésimo Ano: Mais que um método, uma concepção crítica de educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e254988, 2021

SKINNER, *Quentin*. *Visões da política: questões metodológicas*. Ed Difel, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil?. Cadernos do Povo Brasileiro. Ed. Civilização Brasileira, 1999.

A EXPOSIÇÃO “RASTROS DA VERDADE - ARQUIVOS E MEMÓRIAS DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO” NA UERJ/FFP: ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ENSINO DE HISTÓRIA E PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

Rafael Vaz da Motta Brandão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP)

E-mail: rafabrandao@uol.com.br

O texto tem como objetivo refletir sobre estratégias, no campo da teoria e do ensino de História, para pensar questões relacionadas à memória, passados sensíveis e violações de direitos humanos a partir da experiência de uma exposição, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), entre os meses de abril e outubro de 2024. Intitulada *Rastros da Verdade: arquivos e memória da Comissão da Verdade do Rio*, a mostra reúne painéis, fotografias, cartazes e documentos que retratam os trabalhos realizados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ). Criada pela Lei nº 6.335, de 24 de outubro de 2012, e instalada no ano seguinte, a CEV-RJ funcionou durante dois anos e oito meses e apresentou resultados importantes na investigação sobre crimes e violações de direitos humanos cometidos no estado do Rio de Janeiro durante o período da ditadura.

A exposição foi inaugurada em maio de 2019, na sede do Colégio de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE/UFRJ), e permaneceu no local até o mês de agosto. Ao final daquele ano, a mostra foi levada para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na cidade de Seropédica, na região da Baixada Fluminense. Contudo, devido à pandemia de Covid-19, a exposição ficou um longo tempo interrompida, voltando a receber visitantes somente em 2023, quando a biblioteca daquela instituição retomou suas atividades. A terceira instituição a receber a exposição, no primeiro semestre de 2024, foi a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), situada na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Ao longo dos sete meses em que esteve em cartaz, a exposição recebeu, sob a minha responsabilidade e meus dois bolsistas de Iniciação Científica, Maria Olívia Corrêa e Maurício Aragão, a visita de estudantes e professores de escolas públicas e privadas da cidade de São Gonçalo e também de municípios vizinhos, como Niterói e Rio de Janeiro. Diante de um contexto político de forte crescimento do conservadorismo e de posturas negacionistas em relação ao período da ditadura, que buscam minimizar as práticas repressivas e as violações de direitos humanos cometidas durante o regime, a exposição *Rastros da Verdade* revelou-se como um importante instrumento pedagógico de como lidar com este passado sensível e como um espaço de reflexão sobre o ensino de história e a promoção da democracia.

A fundamentação teórica da exposição

Conforme os idealizadores da mostra, Luciana Lombardo e Lucas Pedretti, a exposição pode ser concedida como “veículos de memória”, uma vez que “se procura fazer a transmissão entre processos subjetivos no passado e transportados para aquelas que não experimentaram diretamente os acontecimentos, mas que por meio de tais veículos puderam conhecer suas marcas” (LOMBARDO, PEDRETTI, 2024, p. 118). Nesse sentido, a exposição foi pensada como uma ferramenta pedagógica com o objetivo de “intervir na arena pública, com o intuito de participar das disputas acerca das narrativas sobre o passado ditatorial e dar subsídios para o enfrentamento ao negacionismo” (LOMBARDO, PEDRETTI, 2024, p. 119).

Na mesma direção, é importante darmos também destaque para a noção de “rastros” proposta por Paul Ricoeur. O filósofo francês relaciona a ideia de “rastro” ao que entende como o “enigma da presença da ausência que agrava a problemática da representação do passado” (RICOEUR, 2007, p. 425). Assim, o conceito de “rastro”, da mesma forma que a própria escrita da história, assume uma função substitutiva em relação ao passado. Esse paralelo coloca em relevo o modo indireto de referência ao que se passou, uma vez que é através dessa mediação, possibilitada pelo “rastro”, que é permitido ao historiador observar os vestígios do passado e tentar reconstruí-lo, ainda que nunca de forma total. Na noção de rastro está, portanto, implicitamente contida a noção de documento.

As comissões da verdade e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

As comissões da verdade são órgãos oficiais, temporários e sem caráter judicial, que investigam indícios, circunstâncias, causas e decorrências de violações de direitos humanos ocorridas em um determinado contexto histórico, em especial, regimes de exceção (nazismo, regime do apartheid, ditaduras militares) conferindo grande importância aos testemunhos e relatos das vítimas. Na Alemanha, esse papel, de certa forma, coube ao Tribunal de Nuremberg. Nele, pela primeira vez, foi posta em discussão a questão acerca da responsabilidade empresarial de grupos econômicos (Bayer, Basf, Siemens, Volkswagem, etc.), cúmplices do regime nazista. Na África do Sul, a Comissão da Verdade e Reconciliação foi criada para investigar e apurar os crimes de lesa humanidade ocorridas entre 1960 e 1994, cometidos pelo regime do *apartheid* e a política de segregação racial que vigorou naquele país entre os anos de 1948 e 1994. Países do Cone Sul, como Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, que também passaram por ditaduras militares, também organizaram suas comissões da verdade para investigar aquele passado.

Assim, nas últimas décadas, diversos países passaram por múltiplas experiências de comissões da verdade, em que as vítimas do terrorismo de Estado puderam ser ouvidas e, com isso, identificar os espaços e os perpetradores de violações de direitos humanos (CEV-RJ, 2015, p. 9). Essas comissões, portanto, são componentes de uma ampla estratégia de Justiça de Transição, que visam a busca, não apenas por verdade e memória, mas também por justiça e reparação. Assim, “o direito à verdade afasta as tentativas de esquecimento e de negacionismo, evitando que violações de direitos humanos voltem a se repetir no futuro” (CEV-RJ, 2015).

No Brasil, após o golpe de 1964, foi preciso 50 anos para que criássemos uma Comissão da Verdade para investigar o período da ditadura. O caráter tardio da Justiça de Transição no Brasil

pode explicado por múltiplos aspectos, dentre eles, o processo pactuado, gradual e controlado pelos militares, de transição do regime ditatorial à democracia e o entrave da Lei de Anistia de 1979, que impediu que torturados fossem processos e condenados por seus crimes cometidos durante o regime. Assim, este silenciamento e apagamento da memória “atrasou a luta pela verdade e, em especial, pela justiça” (CEV-RJ, 2015).

Criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, pelo governo de Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) atuou entre os anos de 2012 e 2014. A CNV teve como objetivo investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Contudo, sua ênfase foi mais focada no período entre 1964 e 1988, período da ditadura militar.

A CNV ouviu o depoimento de vítimas e testemunhas, assim como convocou agentes da repressão para depor. Também realizou diligências em espaços militares, reconhecidos como centros de detenção e tortura, ou seja, locais de graves violações de direitos humanos, por ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Ao todo, foram realizadas mais de 100 atividades, dentre audiências públicas, eventos e sessões de apresentação de relatórios preliminares dos grupos de trabalho.

No dia 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou seu relatório final, dividido em três volumes, à presidente Dilma Rousseff, apontando práticas ilegais e de violações de direitos humanos, como tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados, violência sexual, ocultação de corpos, etc.

Ainda que os trabalhos da CNV tenham contribuído para a ampliação da noção de “vítimas da ditadura”, passando a considerar como vítimas não apenas aqueles que sofreram perseguições diretas do regime, como homens e mulheres que se engajaram na luta armada contra a ditadura, mas também aqueles grupos vulnerabilizados que também sofreram violência (negros, povos indígenas, trabalhadores urbanos e rurais etc.), os números oficiais de totais de mortos pela ditadura são muito subestimados. Foram contabilizados um total de 434 mortos e desaparecidos, sendo o Estado brasileiro apontado como responsável. Em um capítulo específico, o relatório da CNV apontou 377 agentes públicos responsáveis por tais crimes.

O relatório final da CNV recomendou uma lista de 29 medidas no sentido de reparação, ainda que simbólica, e aprofundamento do Estado democrático no Brasil, promovendo a justiça e desconstruindo uma memória positiva e legitimadora da ditadura. Dentre elas, estão: o pedido de reconhecimento das Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pelas graves violações de direitos humanos cometidas pelos seus agentes durante o regime ditatorial; punição destes agentes base na legislação internacional e no entendimento de que a Lei de Anistia (1979) não pode proteger perpetrados de crimes de lesa humanidade; abertura dos arquivos militares sobre o período; não celebração oficial do golpe de 1964; alteração de registro de óbito de vítimas da ditadura, apontando suas mortes em decorrência de violência por parte de agentes do Estado brasileiro, responsabilizando o Estado por suas mortes; Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação; revogação da Lei de Segurança Nacional (que define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social), adotada na época do regime militar e ainda vigente; entre outras.

A criação da CNV estimulou a “constituição de mais de uma centena de comissões da verdade locais, estaduais, setoriais, sindicais, universitárias, etc., que se estruturaram na esteira dos trabalhos da CNV” (LOMBARDO, PEDRETTI, 2024, p. 120). Dentre elas, a Comissão Estadual da Verdade do

Rio de Janeiro (CEV-RJ), cujos trabalhos foram retratados na exposição *Rastros da Verdade*, objeto de análise deste texto, apresentado no XII Seminário Nacional de Teoria e História da Historiografia, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024.

A CEV-RJ foi criada pela Lei n. 6.335/2012 para investigar as graves violações de direitos humanos praticadas ocorridas no estado do Rio de Janeiro, no período entre 1946 e 1988. A instalação da CEV-RJ representou um marco fundamental no processo de disputa da memória e da construção da verdade acerca da ditadura, combatendo versões negacionistas e relativistas acerca do período. Seus trabalhos foram iniciados em 8 de maio de 2013 e concluídos em 13 de novembro de 2015, durando dois anos e oito meses. Nesse período, a CEV-RJ, “dedicou-se ao esclarecimento de casos de prisão ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, ocorridos no estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir do golpe de 1964, e procurou identificar as estruturas, os locais e as instituições relacionadas às sistemáticas violações de direitos humanos” (CEV-RJ, 2015).

Conforme o relatório final da CEV-RJ, seus principais objetivos foram:

esclarecer fatos e circunstâncias dos casos de graves violações; identificar e tornar públicas as estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos aparelhos estatais e na sociedade; encaminhar, à CNV, toda e qualquer informação obtida que pudesse auxiliá-la a alcançar seus objetivos; colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de direitos humanos; recomendar adoção de medidas e políticas para prevenir futuras violações; promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no passado, colaborando para a prestação de assistência às vítimas. (CEV-RJ, 2015)

Em seu funcionamento, “a CEV-Rio investigou questões de natureza teórica, histórica e factual, com ênfase nas graves violações de direitos humanos, na identificação de seus autores, e na exposição de seus cenários e circunstâncias” (CEV-RJ). Tal como a CEV-RJ, a Comissão ouviu o depoimento de vítimas e realizou diligências em locais identificados como espaços em que ocorrem torturas, interrogatórios e assassinatos de militantes de grupos de esquerda armada. Entre estes espaços estavam a sede do DOPS-RJ, no centro da cidade do Rio de Janeiro; do DOI-CODI, sede do Batalhão de Polícia do Exército, no bairro da Tijuca; e do Cenimar, na Ilha das Flores, na cidade de São Gonçalo, às margens da rodovia BR-101. Todos estes espaços estão retratados na exposição *Rastros da Verdade*.

É importante destacar que os avanços obtidos pelos trabalhos da CEV-RJ foram “resultados de lutas sociais anteriores e de movimentos de resistência”, que procuraram se organizar no sentido da busca por verdade, memória, justiça acerca do “legado de violência deixado pela ditadura” (CEV-RJ, 2015). Nesse sentido, deve-se destacar a atuação, a partir de 2011, do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, que foi determinante para a criação da CEV-RJ. Segundo o próprio relatório da CEV-RJ, “também foi importante a criação em 2012 da Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro”, movimento composto por diferentes grupos da sociedade civil, “como movimentos estudantis (Centros Acadêmicos e Diretórios de Estudantes), movimentos da juventude (como o Levante Popular da Juventude) e movimentos e organizações populares, cujo objetivo comum era fortalecer e unificar as lutas nesse campo” (CEV-RJ). Nesse mesmo contexto, foi também importante o Movimento “Ocupa DOPS”, lançada em fevereiro de 2014, que tem como propósito

transformar o prédio do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ), hoje abandonado, mas pertencente à Polícia Civil, em um espaço de memória vinculado a políticas de direitos humanos e atividades culturais, à exemplo da antiga ESMA, na Argentina (CEV-RJ, 2015).

Assim, como resultado destas mobilizações da sociedade e impulsionada pelo movimento de iniciativa de criação da CNV no âmbito federal, em 27 de setembro de 2011, foi apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelos deputados Gilberto Palmares (PT), Graça Matos (PMDB), Luiz Paulo (PSDB) e Paulo Ramos (PDT), o projeto de Lei nº 889-A/11, “primeiro no país a dispor sobre a criação de uma comissão da verdade em âmbito estadual” (CEV-RJ, 2015). O processo legislativo para a aprovação do projeto levou cerca de um ano até a sua conclusão, tendo enfrentado a oposição de “uma parcela significativa dos deputados, contrária a criação de uma Comissão da Verdade, reiteradamente obstruía as votações” (CEV-RJ, 2015). Segundo o relatório final da CEV-RJ,

O projeto foi aprovado, em plenário, em 24 de outubro de 2012, dando origem a lei 6.335 que instituiu a CEV-Rio. Em 8 de maio de 2013, os membros da CEV-Rio (Wadih Damous, Nadine Borges, Geraldo Cândido, Marcelo Cerqueira, Eny Moreira, João Ricardo Dornelles e Álvaro Caldas) tomaram posse na sede da OAB/RJ, com a presença do então governador Sérgio Cabral, da ministra de Direitos de Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosario, de ex-presos políticos, de familiares de mortos e desaparecidos e militantes de direitos humanos, dando início aos trabalhos da Comissão. (CEV-RJ, 2015)

A exposição “Rastros da Verdade”

A exposição *Rastros da Verdade: arquivos e memórias da Comissão da Verdade do Rio*, reúne painéis, cartazes, fotografias e documentos levantados por pesquisadoras e pesquisadores que colaboraram com a CEV-RJ, que revelam as práticas repressivas que resultaram em graves violações de direitos humanos cometidas no estado do Rio de Janeiro durante os anos da ditadura civil-militar. A exposição foi apresentada pela primeira vez, entre os meses de maio e agosto de 2019, no Colégio de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE/UFRJ). Em 2020, foi levada para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no município de Seropédica, onde ficou até o final do ano passado, atravessando o período da pandemia de Covid-19, em que ficou impossibilitada de ser visitada. A terceira instituição a receber a exposição foi a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Ao longo do período em que ficou em cartaz, a exposição recebeu a visita de diversos estudantes e professores de escolas da cidade de São Gonçalo e também de municípios vizinhos.

Segundo os idealizadores da exposição, Lucas Pedretti e Luciana Lombardo, a exposição foi organizada a partir de quatro “eixos”: 1) uma linha do tempo, que resgata “os principais acontecimentos das lutas por memória, verdade e justiça no país”, desde a década de 1970, “até o estabelecimento das comissões da verdade”; 2) um arquivo de aço com gaveteiros, que procurava reproduzir os arquivos “localizados no interior do prédio do antigo DOPS do Rio de Janeiro, com pastas contendo documentos que subsidiaram os avanços investigativos da comissão”, atualmente sob guarda do Arquivo Nacional, abordando temáticas como o movimento negro, estudantes, trabalhadores, população LGBTQIA+, censura moral, professores, associações comunitárias de favelas, mortos e

desaparecidos políticos, dentre outros; 3) um conjunto de cartazes produzidos ao longo das décadas de 1970 e 1980 retratando a luta pela anistia e pela redemocratização, bem como um conjunto de painéis retratando os documentos com letras de músicas censuradas pelos agentes da ditadura da Divisão de Censura de Diversões Públicas; 4) uma seleção de fotos que registram os trabalhos da própria CEV-RJ, entre audiências, diligências, e outras atividades (PEDRETTI, LOMBARDO, 2024, p. 124-125). Na UERJ-FFP, além destes quatro eixos, juntou-se um quinto, que é composto por uma caixa de acrílico, que colocamos o título de “caixa da censura”, que contém capas de discos, livros e revistas que foram censuradas pela ditadura, além de documentos incinerados, reproduzindo a ação da censura.

A exposição “Rastros da Verdade” na UERJ-FFP

A exposição *Rastros da Verdade: arquivos e memória da Comissão da Verdade do Rio* foi inaugurada na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), localizada na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 15 de abril de 2024, na abertura do “Seminário Internacional 60 anos do golpe de 1964: lembrar para não esquecer”. A ideia original era de que a exposição ficasse até o dia 15 de julho, em um total de quatro meses. Contudo a grande demanda por visitas por parte dos professores e professoras das escolas da região acabou fazendo com que a exposição se prolongasse até o final do mês de novembro, totalizando oito meses, o dobro do previsto inicialmente. Ao todo, foram realizadas 16 visitas guiadas de 14 instituições de ensino diferentes, mediadas por mim e por dois bolsistas de Iniciação Científica, Maria Olívia Corrêa e Maurício Mesquita Aragão.

As 14 instituições de ensino que nos visitaram ao longo dos oito meses em que a *Rastros da Verdade* esteve em exibição na UERJ-FFP eram provenientes de três cidades diferentes: Rio de Janeiro (três); Niterói (três) e São Gonçalo (sete). A diversidade também ficou marcada pelo nível de escolar dos estudantes que nos visitaram: desde o oitavo ano do Ensino Fundamental até a terceira série do Ensino Médio, passando por alunos do EJA e do EJA do curso técnico em Administração e Ensino Médio integrado do Colégio Pedro II. Foram recebidas escolas privadas (quatro), escola pública municipal (uma), escolas públicas estaduais (quatro), escola pública federal (uma) e cursos pré-vestibulares comunitários (três). Além disso, uma turma, do curso de graduação em Pedagogia da UERJ-FFP, trazidos pela professora Maria Tereza Goudard, também realizou a visita guiada à exposição.

Um elemento importante que viabilizou a vinda destas escolas para a visita à exposição foi a disponibilização de uma van da própria universidade, que fez o traslado de ida e volta dos estudantes e professores da maioria destas instituições. Em alguns casos, por conta das visitas serem feitas fora do turno de trabalho do motorista (durante à noite e em um sábado), os estudantes e alunos vieram por conta própria (utilizando transporte público e veículos de sua instituição, etc.).

Outro dado importante a ser relatado é que as visitas guiadas à exposição, na UERJ-FFP, foram realizadas em parceria com o setor de Comunicação da instituição. A equipe, comandada pela assistente social Maria das Graças Botelho, contava com os funcionários Herbert Elton de Figueiredo Nobre Alves e José Carlos de Oliveira e com a estagiária Thalita Ebenezzer Cardozo, estudante do curso de Pedagogia da UERJ-FFP. Assim, a primeira etapa da visita, que incluía uma palestra

institucional e um “tour” pela universidade, ficava à cargo da equipe de Comunicação. A palestra institucional buscava apresentar a UERJ aos estudantes, seus cursos (graduação e pós-graduação), sua estrutura administrativa, as formas de ingresso (vestibular interno e aproveitamento de notas pelo ENEM) e as políticas de assistência estudantil e as diferentes modalidades de bolsas de pesquisa (IC, estágio interno e externo, PIBID, etc.). Após a palestra, os alunos e alunas eram conduzidos para conhecerem os diferentes espaços da universidade, passando por salas de aula, laboratórios de pesquisa, auditórios, estação meteorológica e biblioteca.

A segunda parte da visita contemplava uma palestra realizada por mim sobre a ditadura e a questão das violações de direitos humanos ocorridas no período. A fala era adaptada para cada nível escolar, desde alunos do oitavo e nono ano do Ensino Fundamental, que ainda não tinham estudado sobre o tema em sala de aula, até alunos do terceiro ano do Ensino Médio e de cursos preparatórios para o Enem e o vestibular, que já tinham conhecimento sobre o tema. Nela, eram abordados temas tidos como “mitos” da ditadura, buscando desconstruir uma memória positiva e legitimadora do regime, muitas vezes baseadas em um discurso negacionista. Assim, procurávamos discutir temas como tortura, desconstruindo a ideia de que sua prática era realizada “apenas” por “alguns poucos militares” nos “porões” da ditadura; ao contrário, era uma prática recorrente em delegacias e batalhões militares, tal como apresentado na própria exposição. Além disso, procuramos ampliar a noção de “vítimas da ditadura”, chamando a atenção para o fato de que não apenas militantes de grupos de oposição ao regime, mas indígenas, trabalhadores, camponeses, entre outros grupos sociais, foram também vítimas da ditadura. Outros temas como o mito de que havia “crescimento econômico” e que não tinha “corrupção” eram também tratados.

Por fim, a última parte compreendia a visita guiada por mim e pelos dois bolsistas de IC à *Rastros da Verdade*. Diversos aspectos da exposição podem ser destacados como pontos que despertaram a atenção e o interesse dos estudantes, podendo estabelecer um diálogo entre o que foi tratado na palestra introdutória sobre a ditadura e o conteúdo da exposição. Destacamos, aqui, dois destes aspectos. O primeiro deles trata da imagem, em um dos painéis da linha do tempo, que retrata a figura do “Caveirão”, carro blindado da polícia do Rio de Janeiro para a incursão em favelas. Este painel, que cobre o período de atuação da CEV-RJ, permitiu o aprofundamento da discussão sobre as permanências do terrorismo de Estado, em um contexto de violência policial próximo da realidade de muitos dos alunos e alunas que frequentaram a exposição.

O segundo ponto refere-se à figura de Jair Bolsonaro, à época um deputado federal, representante do “baixo clero” do Congresso e que tinha, como base eleitoral, policiais militares de baixa patente, membros dos bombeiros, agentes penitenciários, etc. Ele aparece na exposição em duas imagens, no ano de 2013, opondo-se à atuação da CEV-RJ em uma diligência na sede do 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, local onde funcionou o DOI-CPDI. Em uma delas, aparece discutindo e empurrando Wadih Damus, presidente da CEV-RJ, e o senador Randolfe Rodrigues. A segunda imagem é bem emblemática. A foto mostra, de um lado da rua, manifestantes e membros da CEV-RJ em frente ao batalhão da Barão de Mesquita, e do outro lado da rua, a imagem de Bolsonaro, sozinho, observando de longe. A imagem de um então deputado federal, “pregando no deserto”, em 2013, contrasta com a sua eleição em 2018, cinco anos depois, em que receberia milhões de votos. A partir destas imagens, foi possível discutir com os alunos sobre a

“onda conservadora” e a guinada à direita que o país vivenciou entre 2013 e 2018, incluindo um golpe contra Dilma, e com reflexos até os dias atuais. De um solitário deputado que “pregava no deserto” para a presidência da República.

Considerações finais

À guisa de conclusão, a exposição *Rastros da Verdade: arquivos e memória da Comissão da Verdade do Rio*, que esteve exposta na UERJ-FFP entre os meses de abril e novembro de 2024, revelou-se como um importante instrumento pedagógico em relação ao ensino de História, a educação em direitos humanos e promoção da democracia, a partir de atividades vão além da sala de aula.

Além disso, as visitas guiadas, que incluíram a visita aos espaços da universidade, permitiram uma integração entre estudantes do Ensino Básico (fundamental e médio) com a universidade pública. E, por fim, mostrou-se como um instrumento potente de combate na luta contra os negacionismos, versões legitimadoras e memórias positivadas acerca da ditadura.

Referências bibliográficas

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final*, Brasília, 2014.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *Relatório Final*, Rio de Janeiro, 2015.

LOMBARDO, Lucas; PEDRETTI, Lucas. No rastro dos incontáveis: notas sobre a construção e os usos de duas ferramentas pedagógicas sobre a ditadura militar. *Revista História Hoje*, 13(28), 2024.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

A FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO E A FORMAÇÃO ÉTICA DO INDIVÍDUO

Renato Paes Rodrigues

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

E-mail: renato09sohc@gmail.com

Como defender a filosofia da história hegeliana quando ninguém mais consegue acreditar num futuro melhor? Nosso *Zeitgeist* (espírito do tempo) atual, não é exagero dizer, está marcado pela distopia (climática, econômica, política, etc.). Mencionar termos como progresso, racionalidade, sentido da história, parece pertencer a uma gramática da modernidade que já se tornou peça de museu. Se o foco é as preleções sobre filosofia da história (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*) que Georg W. F. Hegel ofereceu entre os anos de 1822 e 1831 na Universidade de Berlim, de fato, vamos encontrar uma abordagem progressista, determinista ou mesmo teleológica. Agora, se recorrermos à *Fenomenologia do Espírito* (doravante *F.E.*), publicada no ano de 1807, é possível reivindicar uma outra concepção de filosofia da história, qual seja, de uma formação ética do indivíduo. Formação esta que implica num certo envolvimento com a história, ao mesmo tempo, que pretende ir além dela, o que significa em última instância a própria questão histórica da modernidade (Joaquim Ritter).

A grande questão examinada por Hegel na *F.E.* é a aventura da consciência, que começa na *certeza sensível* e termina no *saber absoluto*. Embora a consciência seja individual, Hegel demonstra que o desenvolvimento dela se dá por mediações naturais e culturais (como a história), de modo que na modernidade o sujeito se efetiva como *sistema* e *substância*. É o momento histórico de autodeterminação do espírito. “Só o espiritual é o *efetivo*: é a essência ou *em si essente*: o *relacionado consigo* e o *determinado*; o *ser outro* e o *ser para si*; e o que nessa determinidade ou em seu ser fora de si permanece em si mesmo – enfim, o [ser] espiritual é *em si e para si*” (HEGEL, 2012, p. 39). Em outras palavras, é uma aventura tortuosa, mediada, dialética, que não tem outro fim senão o indivíduo mesmo, e aqui podemos começar a compreender o alcance ético da *F.E.*

Em nossa tese de doutorado¹ defendemos, a partir do embate entre Slavoj Žižek e Francis Fukuyama, justamente esse alcance ético da *F.E.*. Embora não haja possibilidade de defender a filosofia da história de um ponto de vista mais tradicional, ou seja, que exista um progresso da história, ela tem um alcance ético, sobretudo quando nos deparamos com o último capítulo da *F.E.* acerca do *saber absoluto*. Aí temos o encontro do temporal com o atemporal, que significa principalmente o encontro do sujeito com sua liberdade, capaz de fazê-lo não querer mais impor seus projetos ao mundo, senão viver em plena harmonia com a própria contingência da história. Em Žižek, por exemplo, que é um grande representante da renovação do hegelianismo na contemporaneidade, essa ética é atualizada na ideia do comunismo renovado; em vez de pensar numa lei da história, num lugar para chegarmos

¹ Para mais detalhes, ver RODRIGUES, R. P. *A atualidade da filosofia da história hegeliana nas obras de Fukuyama e Žižek*. Rio de Janeiro, 2022.

necessariamente, aqui o comunismo significa uma escolha do indivíduo sem apoio em nenhum *grande Outro* e em nenhum sujeito privilegiado da revolução (como fora o proletariado para muitos). A falta de um *grande Outro*, de um sentido da história, segundo Žižek, já estaria no saber absoluto de Hegel.

Além disso, Žižek parece correto quando afirma que a posição do saber absoluto não significa saber tudo, mas as próprias limitações do sujeito, porque esse campo “somos nós mesmos” e da dialética que já não pode ser mais mobilizada:

Aqui termina a responsabilidade dialética: o sujeito não pode mais jogar o jogo da experiência da consciência’, comparando o Para nós com o Em si e assim subvertendo ambos, pois não há nenhuma forma do Em si disponível como medida da verdade do Para nós. De maneira surpreendente, Hegel junta-se aqui à crítica que Fichte faz da Coisa em si de Kant. O problema do Em si, portanto, deveria ser radicalmente transformado: se, pelo Em si, nós compreendemos o X transcendente a que se referem nossas representações, então esse X só pode ser o vazio do Nada; isso, no entanto, não implica a não existência de um real, a existência de apenas nossas representações subjetivas. Todo ser determinado é relacional, as coisas só são o que são em relação à alteridade ou, como afirma Deleuze, a distorção de perspectiva está inscrita na própria identidade da coisa. O Real não está lá fora, como o X transcendente e inacessível jamais atingido por nossas representações; o Real está aqui, como obstáculo ou impossibilidade que tornam nossas representações imperfeitas e inconsistentes. O Real não é o Em si, mas o próprio obstáculo que distorce nosso acesso ao Em si, e esse paradoxo nos dá a chave para o que Hegel chama de “Saber Absoluto”. (ŽIŽEK, 2013, p. 238)

Não apenas Žižek, mas uma série de outros pensadores também chamam atenção para esse alcance ético da *F.E.* Para o grande estudioso do idealismo alemão, Dieter Henrich, **Hegel opera diferente de Fichte, para quem as contingências exteriores deveriam ser completamente reprimidas no âmbito conceitual.** No caso de Hegel, sua teoria sobre a ética consiste precisamente em reconhecer a atuação livre da contingência, na medida em que não atribui nenhuma determinação essencial à contingência em si. Mas se a ética deixa a contingência em sua liberdade, a subjetividade protesta contra a mesma, porque o eu em si mesmo já está enredado na *Ideia*. Exige, assim, que a necessidade ética faça do contingente algo que não é simplesmente contingente. Há uma sobreposição da contingência, que conquista uma verdade superior, ainda que seja apenas provisória. “Porque a verdadeira eticidade só pode fundamentar-se em desistir do particular de cada caso, assim como o conceito abstrato da necessidade somente pode constituir-se na autopoção do contingente” (HENRICH, 1987, p. 210). Em outros termos, significa aquele processo da *Aufheben* (suprassumir), ou seja, em que o conservar inclui dentro de si o negativo, algo que venha a ser privado de sua imediatez como contingência, para se tornar algo mais compreensível.

É verdade que desde os tempos de Jena, Hegel expressava seu idealismo ao conceber que a verdadeira liberdade do espírito estava longe do arbítrio e do contingente, por se identificar dialeticamente à necessidade lógica e racional. Na *Ciência da Lógica*, ele afirma que a essência da história é a ideia, “mas sua manifestação está na contingência e no campo do arbítrio” (HEGEL, 1995, v. 1, p. 57), até porque o espírito e o pensamento se desenvolvem por mediações. Até mesmo um grande crítico seu, Gérard Lebrun, admitiu o valor da suprassunção para a questão da ética no sistema hegeliano. Assim, por exemplo, se quisermos compreender o alcance do cristianismo para Hegel, Lebrun indica que devemos estudar o que ele pensava sobre a vida ética, o estado e o mundo, porque há uma vocação mundana na filosofia especulativa, mas depurada e espiritualizada. De todo modo, como um cristão propriamente, Hegel estaria em terreno profano. A originalidade da supressão

hegeliana estaria relacionada a ideia de irreversibilidade do processo histórico, notada por Lebrun através de Joaquim Ritter:

Joaquim Ritter mostrou muito bem a originalidade de Hegel nesse ponto: inútil inventar uma nova religião (August Comte), inútil voltar à civilização cristã e regredir para antes da *Aufklärung* e da Revolução (reação romântica) – porque agora somos, *efetivamente*, cristãos. (LEBRUN, 1988, p. 53)

Por outro lado, os críticos mais ferrenhos a Hegel, como os pós-estruturalistas (Deleuze, Derrida, Levinas), defendem uma visão da *diferença* (ou da contingência) que não se subordina à *Aufhebung* hegeliana. Essa é posição de Gilles Deleuze, para quem a diferença não pode ser domesticada, como aparece em sua famosa obra *Diferença e Repetição*. Nesta obra, Deleuze declara que não era somente ele que estava interessado no assunto da diferença e da repetição, senão algo que estava no “ar”², nos diversos ramos do conhecimento como a psicanálise, a literatura, etc.

Todos estes sinais podem ser atribuídos a um anti-hegelianismo generalizado: a diferença e a repetição tomaram o lugar do idêntico e do negativo, da identidade e da contradição, pois a diferença só implica o negativo e se deixa levar até a contradição na medida em que se continua a subordiná-la ao idêntico. (DELEUZE, 2006, p. 8)

Uma resposta interessante a Deleuze vem curiosamente de Catherine Malabou, que defendeu a tese *L’Avenir de Hegel. Plasticité, temporalité, dialectique* (1994), sob orientação de Jacques Derrida, outro anti-hegeliano declarado e muito próximo de Deleuze. Enquanto Deleuze critica Hegel por suprimir a *diferença*, Malabou afirma trabalhar com outra visão da diferença segundo o conceito de *plasticidade*, porque no seu entendimento a diferença diz muito pouco sobre esses dois modos de ser do sujeito. Mas como ela não nega a influência do pós-estruturalismo em sua obra, também recorre ao conceito de *transsubjetivação* de Michael Foucault (*The Hermeneutics of the subject*), que é um outro modo de falar dessa trajetória do eu consigo mesmo, percebido previamente na *F.E.* Malabou não vê esse processo de modo que o outro seja suprasumido pelo eu – uma das principais críticas dos pós-estruturalista a Hegel.

Essa transsubjetivação não significa que você se torne diferente do que era, nem que seja capaz de absorver as diferenças do outro, mas que você abra um espaço dentro de você entre duas formas de você mesmo. Que você se opõe a duas formas de si mesmo dentro de você. (MALABOU, 2008, p. 5)

Malabou acrescenta que essa percepção do eu tem relação com o conceito grego de *ethopoiein*. “*Ethopoiein* significa fazer ethos, produzir ethos, mudar, transformar o ethos, o modo de ser do indivíduo, o seu modo de existência” (MALABOU, 2008, p. 5). Seria daí que nasce um novo eu, no confronto de si mesmo, e o conceito de plasticidade poderia ser um outro nome para esse conceito de

2 Voltando à França dos anos de 1960 e 1970, mesmo que a ambiguidade marcasse a relação de vários pensadores franceses com a filosofia hegeliana, todos estavam mais ou menos inclinados a rejeitá-la ou superá-la. Esse anti-hegelianismo foi inclusive notado por Derrida, curiosamente, no prefácio que ele fez para o livro de Malabou, *L’Avenir de Hegel*, citando os grandes nomes do pensamento francês do século como Merleau-Ponty, Levinas, Sartre, Foucault, Lyotard, etc.. “... todos compartilhavam pelo menos, com alguns outros, uma espécie de alergia ativa e organizada, poderíamos até dizer uma aversão organizadora em relação à dialética hegeliana (DERRIDA in MALABOU, 2005, p. xxvi).

transsubjetivação.³ Em sua tese de doutorado (*L’Avenir de Hegel*), Malabou ainda traz uma pergunta heideggeriana interessante para os hegelianos: “não corremos o risco de cair no domínio da finitude com o saber absoluto”? Novamente, aparece aqui o conceito de *Aufhebung* (suprassunção), não como acreditam os críticos de Hegel (negação da diferença, suprassunção da contingência, etc.), senão uma espécie de formação (*Bildung*) que torna o sujeito mais livre no seu exercício plástico de *tornar-se outro de si mesmo*. Investigando, então, o conceito de *Aufhebung*, ela descobre que já nos tempos de Hegel, ele era questionado, tanto que na edição de 1827 da *Enciclopédia* seu silogismo desaparece, mas retorna em 1830. Ela também está consciente que o conceito tem sido traduzido em seus dois sentidos, ou seja, suprimir e preservar, mas se questiona por que ninguém se preocupa com o verdadeiro significado empregado por Hegel. Considera, finalmente, que *Aufhebung* implica transformação, e não há como escapar de um círculo vicioso: sublimar alguma coisa implica em certa relatividade, e o saber absoluto é uma intervenção que suspende a má infinitude da relação.

De fato, e em todo o curso do desenvolvimento do espírito, não há nenhuma identidade perfeita entre preservação e supressão; eles não são imutáveis nem indiferenciados. O que deve ser demonstrado é o fato de que Hegel, de fato, restaura a performatividade dialética essencial do *aufheben* e do *Aufhebung*, que ele na verdade “sublinha” o *aufheben* em *aufheben*, *Aufhebung* em *Aufhebung*. A possibilidade de uma nova leitura do Conhecimento Absoluto emerge dessa operação verdadeiramente plástica. (MALABOU, 2005, p. 145)

Para além dos significados da *Aufhebung*, devemos compreender o alcance da *FE*. Neste aspecto, Jean Hyppolite⁴ sustenta que ela não é uma história do mundo, apesar de manter relação com a mesma. Segundo ele, na primeira parte da obra, existem apenas algumas ilustrações esparsas de figuras históricas, como a do estoico; além disso, os três momentos da primeira seção – Consciência, Autoconsciência e Razão – não devem ser vistos como sucessivos, pois não existem no tempo, senão que são momentos abstratos praticados por todo espírito e estudadas em evolução separada. Em relação aos capítulos Espírito, Religião e Saber Absoluto, o problema parece ser mais complexo: haveria até mesmo uma filosofia da história, com totalidades concretas, espíritos particulares, cidade Grega, Império Romano, etc., (mas na *Enciclopédia*, Hegel fez desaparecer os capítulos do Espírito e Religião da *Fenomenologia*). O capítulo propriamente histórico seria do Espírito, do desenvolvimento concreto e original da razão no mundo, havendo ainda muitas lacunas. Com razão, Hyppolite compreendeu que

3 Essa visão teria implicação inclusive para as discussões em torno do feminismo, pois Malabou rebate qualquer tipo de essencialismo ligado ao gênero: “Encontraríamos em Hegel a possibilidade de compreender a dialética como um processo de ‘*ethopoiein*’. Um sujeito plástico seria capaz de transformar seu modo de ser. Esta ontologia plástica implica, naturalmente, uma plasticidade do próprio gênero” (MALABOU, 2008, p. 5).

4 É preciso lembrar que Hyppolite, junto aos seus colegas existencialista e mesmo pós-estruturalista, vai se tornar também um crítico de Hegel. Segundo Robert Sinnerbrink, das várias influências que Hyppolite teria sofrido, Heidegger foi a maior inspiração na questão da linguagem e do ser. “Isto é evidente em sua obra *Lógica e Existência*, de 1952, que abandona o Hegel ‘humanista’ da *Fenomenologia* e reinscreve a lógica hegeliana, agora entendida como uma ‘lógica do sentido’, dentro de uma filosofia heideggeriana da linguagem” (SINNERBRINK, 2007, p. 130). Ele também foi um seguidor de Wahl ao defender que a *consciência infeliz* é o tema mais importante da *FE*., fazendo uma leitura historicista e humanista da obra, com ênfase na finitude, negatividade e inquietude do ser, misturando marxismo (transformação do mundo) e existencialismo. No calor de questões políticas que ainda envolviam a Revolução Russa de 1917, Hyppolite escreveu no pós-guerra livros sobre a relação entre Marx e Hegel, mantendo-se crítico de ambos. A partir de Marx, ele via a necessidade de superar o idealismo hegeliano através da ação política, para reintegrar o indivíduo à comunidade, para dar sentido à história sem com isso cair em mistificações idealistas. De outro lado, não defendia em absoluto as críticas de Marx ao idealismo hegeliano e nem defendia o progresso marxista, que na sua visão, era uma forma de eliminar a “tragédia existencial da história”. Nesse ponto, seria importante ser fiel a Hegel, pois, com ele, a tensão da oposição se manteria no coração da mediação, enquanto com Marx haveria uma tentativa de suprimir tal tensão.

a intenção de Hegel com a *F.E.* seria a educação singular do indivíduo e não um problema da história do mundo, em clara relação com o *Emílio* de Rousseau. Mas diferente de Rousseau, que pressupunha antes da fase reflexiva a fase da percepção, Hegel levou a sério a imanência da história da humanidade na consciência individual: “A fenomenologia é o desenvolvimento concreto e explícito da cultura do indivíduo, a elevação de seu eu finito ao eu absoluto, mas tal elevação só resulta possível utilizando os momentos da história do mundo que são imanentes a esta consciência individual” (HYPPOLITE, 1946, p. 40) Se nos escritos de juventude Hegel considerava que a filosofia teria um papel pedagógico e prático, muito mais tarde, acredita Hyppolite, ele teria mudado sua visão: a filosofia chegaria agora demasiado tarde: “como pensamento do mundo aparece apenas quando a realidade já cumpriu e realizou seu processo de formação” (HYPPOLITE, 1946, p. 40). Ou seja, a *coruja de minerva* só no começar do crepúsculo levanta voo, famosa frase de Hegel para descrever, no prefácio da *Filosofia do Direito*, o que seria o papel da filosofia. Hyppolite acredita que em 1807, Hegel já tinha consciência disso, mas por volta de 1820, adota uma postura mais conservadora (justamente quando ele começa a lecionar em Berlim suas preleções sobre filosofia da história).

Como Žižek, Hyppolite concorda com a ideia de que a filosofia (da história) deve ser pensada de modo retroativo. Por outro lado, o que parece ser contraditório na lógica hegeliana é que no último capítulo da *F.E.*, o espírito absoluto apresenta-se como se a humanidade estivesse entrando numa nova fase de sua história de caráter atemporal.⁵ Hyppolite advoga que há, na verdade, uma relação dialética entre o temporal e o atemporal e, que, portanto, seria injusto decretar o fim dos tempos ao sistema de Hegel. De modo similar, Terry Pinkard defende que o saber absoluto é a última forma contingente do saber, pois nesse estágio o espírito está voltado à ciência, precedente à sua própria efetivação filosófica, remontando novamente à ideia de que a filosofia aparece como um balanço das experiências acumuladas. E como o mundo científico reflete a si mesmo, deixa de ser um fenômeno localizado para ser uma expressão do espírito, autoconsciente que lida e conhece o seu negativo. “Saber é saber de seu próprio limite. É também uma outra maneira de afirmar que sua filosofia pode ser nada mais do que seu próprio tempo apreendido em pensamentos” (PINKARD, 2010, p. 20-21). Pinkard defende ainda que Hegel não é tão teleológico como outros autores pensam:

... a concepção de Hegel do saber absoluto e da história filosófica não é, como quase sempre se considerou, de forma alguma uma visão teleológica da história (ao menos em sentido estrito). Ao contrário, a história termina por se revelar, como já vimos, a finalidade sem fim, o tipo de finalidade que Kant restringira a organismos e à experiência do belo. (PINKARD, 2010, p. 21)

Indo um pouco mais longe, a ética em Hegel tem forte ligação com aquilo que na Alemanha se

5 Essa discussão começa com os chamados hegelianos de esquerda no século XIX; entre eles, o mais famoso foi nada menos que Karl Marx. No entanto, vários autores, como Žižek e Malabou, acreditam que é Heidegger que coloca de maneira mais decisiva a questão da aporia entre sistema e história, e por tal caminho encontramos toda crítica pós-estruturalista a Hegel, de querer ultrapassar a lógica dialética, de pensar a *pura diferença* como em Jacques Derrida. “Nas interpretações do pensamento de Hegel desenvolvidas sob influência de Heidegger no século XX, essa contradição entre o ‘lógico’ e o ‘histórico’ adquire uma base mais radical: o que eles tentam delinear é um quadro ontológico mais fundamental que seja ao mesmo tempo a fonte da sistematização dialética de Hegel e o que esta última traz a tona” (ŽIŽEK, 2013, p. 500).

entende por *Bildung* (formação)⁶. Um homem de *Bildung* transcendia a velha formação aristocrática e até mesmo os homens de letras da Revolução Francesa. Era a ideia de uma autocultura que estaria acima de nobres e burgueses filisteus. A ideia de educação e cultura de Hegel nasce como crítica do *Emílio* de Rousseau:

... que entende a educação perfeita como a remoção de obstáculos ao desenvolvimento natural das aptidões da criança, em especial isolando-a da vida civilizada corrente [...] Hegel argumentou que a educação envolve a superação da natureza e a conversão ‘da Ética (*das Sittliche*) na segunda natureza do indivíduo’. (INWOOD, 1997, p. 85)

Compreendemos, portanto, que a F.E. não é um puro desdobramento do indivíduo, senão de sua relação dialética e histórica com o mundo, para, finalmente, ser alcançar o reino da liberdade. Nesse sentido, não é exagero afirmar que a aventura do espírito em Hegel, que resulta no saber absoluto, equivale, em certo sentido, ao conceito de sublimação em Sigmund Freud. Isso não significa dizer, por outro lado, que todas as interações levem a esse resultado. Hegel sabia muita bem das contradições de seu tempo; o que ele tentava demonstrar com a F.E. era mais um caminho possível de ser trilhado pelo indivíduo moderno. Não por acaso, para uma hegeliana como Judith Butler, a famosa dialética do senhor e do escravo não tem necessariamente um desfecho positivo, mas até distópico.⁷ No caso de Malabou, por outro lado, tudo indica que ela tem uma visão positiva do saber absoluto. Uma dessas positivities é que o saber absoluto dissolve o “eu acho”, ou seja, uma subjetividade que ainda pouco se desenvolveu, que ainda não se confrontou com o mundo; aquela velha oposição entre sujeito e o objeto também fica para trás, e isso terá implicações para o próprio eu que ganhará outro sentido: aqui não existe mais a imediaticidade de uma certeza sensível, mas uma confirmação da identidade do sujeito com a substância.

Portanto, essa lacuna, emergindo quando o sujeito se separa de todas as suas determinações para “vê-los chegando” (*les voir venir*), não é definitiva nem fundamental. Consequentemente, o fim da lacuna obviamente não significa o fechamento de todas as perspectivas. Pelo contrário: esse fim revela, no processo de tornar-se fluido, um modo de ocorrência mais fundamental (*estrutura de l’advenir plus originaire*) do que a maneira rígida e fixa pela qual o sujeito se distanciou de suas próprias determinações, suas próprias acidentais. O “eu acho” - a pura certeza do eu - é apenas um momento, durando apenas um certo período de tempo na implantação da própria subjetividade. No terceiro silogismo, a própria sequência seguida deixa isso claro. A unidade sintética originária, ou a concordância a priori dos opostos, nem sempre foi uma unidade de apercepção, nem sempre será assim, se por “apercepção” queremos dizer exclusivamente a identidade absoluta de um sujeito, um sujeito definido como “I = Eu”. A partir de agora, haverá uma síntese, mas sem um eu. (MALABOU, 2005, p. 157-158)

Fica bastante evidente, portanto, que o saber absoluto não tem a pretensão de encerrar a experiência, senão de elevar os sujeitos a um outro patamar de compreensão, inclusive de sua própria

6 Arthur Assis percebeu isso muito bem no trabalho do historiador Johann Gustav Droysen. Segundo Assis, a despeito dos vários significados que *Bildung* poderia ter na Alemanha da segunda metade do século XIX, em Droysen, representa muito mais que um cultivo egoísta (como supõem muitos autores), porque representa a conexão entre indivíduo e sociedade. Uma ideia que já estava em Hegel e em outros autores, de elevar o particular ao geral, que foi levado a cabo por Droysen no âmbito da historiografia. Droysen admite que a *Bildung* estimula uma auto identidade, o que não significa um individualismo, mas, ao contrário, um caminho de harmonização com a humanidade em geral, através da relação dialética entre sujeito e coletivo: “O tema principal da didática de Droysen é nomeadamente a possibilidade de racionalizar a tradição com a ajuda do pensamento histórico, para que se possa participar conscientemente e ativamente do ‘trabalho sobre a história’” (ASSIS, 2014, p. 88).

7 Ver *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (2017).

liberdade. Num sentido cultural, interpretamos que isso é a forma pela qual o indivíduo se apropria da tradição, sem contudo ter que ser refém dela, o que significa também a forma acabada do indivíduo ético.

Refletindo de forma deliberadamente anacrônica, o que expomos até o momento tem relação com uma gramática moderna (ou iluminista), que no século XXI parece não ter lugar face a tantos problemas: neoliberalismo, ascensão da extrema direita pelo mundo, crise climática (antropoceno), guerras setoriais e genocídios, potencial atômico de destruição total, etc. A lição aqui, seguindo um pouco na linha de Žižek, seja talvez continuar defendendo os valores “positivos” do iluminismo⁸ (pois ele também tem um legado nefasto, como o de ter justificado o colonialismo, a hierarquização dos povos, etc.), sem com isso ser preciso dizer que existem leis na história, para lembrar também do bom legado do historicismo (do qual incluímos Hegel). No caso preciso do sujeito ou mesmo de coletividades, é uma persistência no ideal ético, mesmo que o mundo atual tenham mais características distópicas e não reúna condições de frear as catástrofes contemporâneas, como a de não apresentar alternativas concretas ao capitalismo.

Referências bibliográficas

ASSIS, Arthur Alfaix. *What Is History For?: Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography*. 1. ed. New York: Berghahn Books, 2014.

HYPPOLITE, Jean. *Introducción a la filosofía de la historia de Hegel*. Buenos Aires: Caldén, 1970.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses; com colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 7^o ed. – Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (1830). A Ciência da Lógica. Tradução Paulo Meneses e José Machado (colaboração). São Paulo: Loyola, 1995. v. 1.

HENRICH, Dieter. *Hegel e su contexto*. Trad. Jorge A. Díaz. Ed. Monte Ávila Editores. Caracas, 1987.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Karla Chediak. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEBRUN, Gérard. *O avesso da dialética – Hegel à luz de Nietzsche*. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸ E aqui também fazemos um uso deliberadamente anacrônico do termo, no sentido de incluir nessa linha de raciocínio, as ideias do comunismo (sabendo, é claro, das diferenças evidentes entre este e o liberalismo, por exemplo), para pensar na emancipação humana.

MALABOU, Catherine. Catherine Malabou: A conversation with Catherine Malabou. Entrevista concedida à Nöelle Vahanian. *Journal for Cultural and Religious Theory*, edição 9.1, pp. 1-13, 2008.

MALABOU, Catherine. *The Future of Hegel: Plasticity, Temporality, Dialectic*. New York: Routledge, 2005.

PINKARD, Terry. Saber absoluto: por que a filosofia é seu próprio tempo apreendido no pensamento. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, Ano 7, no13, Dezembro –2010: 07-23.

SINNERBRINK, Robert. *Understanding Hegelianism*. Chesham: Acumen Press, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni, Editora Boitempo, 2013.

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE VILÉM FLUSSER

Ricardo Mateus Thomaz de Aquino
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Vilém Flusser argumentou que o aparecimento das primeiras fotografias desdobrou efeitos na percepção dos fenômenos sociais, de modo a inaugurar aquilo que seria a época pós-histórica. Diferentemente do fim da história proclamado por Francis Fukuyama – que possui uma conotação política a partir do triunfo da democracia liberal –, Flusser encara a pós-história como uma mutação dos códigos responsáveis por nossa decodificação do mundo.

A reflexão de Flusser acerca do tema talvez seja de algum modo singular em relação ao que se tem entendido como pós-história. Em Vilém Flusser a pós-história é tanto um estágio da história da cultura, como uma configuração existencial humana. O autor caracteriza a pós-história como “a vacuidade por debaixo do chão em que pisamos”. A pós-história em um primeiro momento é tida como a consequência direta da ‘realização virtual’ do projeto cultural do Ocidente. Auschwitz teria sido evento limite desse projeto inerente as narrativas de progresso e desenvolvimento. Trata-se, segundo Flusser, não de uma circunstância acidental e/ou irracional, mas de uma possibilidade já inserida na lógica do progresso irrefreável que tomou a imaginação cultural e histórica do Ocidente. Nesse ponto, até poderíamos aproximar os diagnósticos pessimistas/negativos de Flusser daquilo que Adorno e Horkheimer sentenciaram em sua *Dialética do Esclarecimento*: “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (ADORNO, 1985, p. 41).

“O que perdemos não é a fé em dogmas: *perdemos a fé em nós mesmos*”, “[...] como é possível viver em cultura, destarte, desmascarada?”, nos indaga Flusser (FLUSSER, 2019, p. 20). A pós-história, aqui, define-se no estranhamento, na instabilidade da cultura (a linguagem, sistema político, os paradigmas da ciência, os comportamentos teóricos, as representações em geral, etc.). Daí, a necessidade de recorrermos ao mundo da vida, pois “na medida que procuramos encobrir tal revolução por viagens à Lua ou por manipulações genéticas, somos contrarrevolucionários: estamos invertendo o curso da história para encobrir o passado” (FLUSSER, 2019, p. 22). A cultura ocidental revela-se como projeto que visa transforma-se em aparelho. Günther Anders já alertava sobre as consequências monstruosas desse projeto na década de 1950 (ANDERS, 2023, p. 112). Para Flusser, o que caracteriza a modernidade é uma “transcendência objetivante”, que permite transformar toda natureza, inclusive a natureza humana, em objeto de conhecimento e de manipulação. O espaço dessa transcendência se abriu graças ao judeu-cristianismo, e resultou, no decorrer da nossa história, em ciência, técnica, e em Auschwitz. A objetivação derradeira dos judeus em forma de cinza é a derradeira vitória do espírito do Ocidente. É ela a técnica social levada ao extremo. Mas não importa a forma que essa técnica tomará: sempre corresponderá a manipulação objetivante do homem. Embora os aparelhos do futuro imediato não sejam necessariamente fornos de incineração, serão todos, e não apenas os nucleares, aparelhos para o aniquilamento do homem (FLUSSER, 2019, p. 26).

Aquilo que parece ser inovador e digno de uma exposição detalhada é a ideia de *tecnoimagens* e ademais, uma certa concepção de história da cultura como história do desenvolvimento técnico dos *media*. Em *Texto/imagem como dinâmica do Ocidente* (1986), Flusser sintetiza tais questões. Texto e imagem seriam os códigos distintos e dialéticos que produzem, portanto, programações diferentes em nossa imaginação e percepção do mundo: o gesto de ler e escrever textos se passa em nível de consciência afastado do nível no qual imagens são cifradas e decifradas. Para a consciência realizada na elaboração imagística, o mundo é “contexto de cenas”: é vivenciado e conhecido por mediações bidimensionais, superfícies. Na consciência textual o mundo é “contexto de processo”: vivenciado e conhecido pela mediação de linhas. Na consciência estruturada por imagens a realidade é situação: impõe a questão da relação entre os seus elementos. Essa consciência é mágica. Para a consciência estruturada por textos é devir: Tal consciência é histórica. Com a invenção da escrita, diz Flusser, a história se inicia (FLUSSER, 2019, p. 114-115).

A dinâmica texto/imagem a qual Flusser menciona é uma alteração dos *media* dominantes no que tangem esses níveis de consciência do mundo através de mediações técnicas. As invenções técnicas, os aparelhos e as formas de mediação por eles criadas, determinam a imaginação cultural vigente. Elas estabelecem códigos que moldam as formas de estar-no-mundo, penetram no mundo da vida onde se enraízam de modo profundo. Há quatro momentos cruciais na história do Ocidente em relação a seus *media*: as primeiras imagens, os primeiros escritos, os primeiros impressos e as primeiras fotografias. Na hipótese de Flusser, esses momentos seriam ordenados cronologicamente da seguinte maneira:

Começa ela em Lascaux (há aproximadamente 20.000 anos), avança até os primeiros textos alfabéticos (em torno da metade do segundo milênio a.C), de lá até os primeiros impressos (em torno da metade do segundo milênio d.C), de lá até a primeira fotografia (em torno da metade do século XIX), para avançar e perder-se nas brumas de um futuro imprevisível. [...] O que mede entre Lascaux e os textos poderá ser chamado ‘pré-história’, o que parte da fotografia rumo à aventura poderá ser chamado ‘pós-história’, e o trecho que vai os textos até a fotografia, tendo os impressos com ponto central, poderá ser chamado ‘história no sentido exato do termo’. (FLUSSER, 1986, p. 66)

“Pré-história”, “história” e “pós-história”, portanto, são no pensamento de Flusser denominações correspondentes à níveis de elaboração das atividades de conceituação e imaginação. Tal dinâmica, longe de ser homogênea, avia Flusser: “[...] a história ocidental é, ela própria, o processo linear que desenvolve imagens em textos, transcodifica ideias em conceitos. A imaginação se tornava sempre mais conceitual, e a conceituação sempre mais imaginativa” (FLUSSER, 1986, p. 66). O que Flusser chama de história é a consciência análoga a unidimensionalidade de uma linha textual: linear, contínua e progressiva. Ela é organizada através de padrões internos de coerência e de relações causais. Há o que Flusser chama de “possibilidade de racionalização do mundo”, tornando-o contável, explicável e calculável. Essa consciência atinge seu ponto máximo na invenção e popularização da imprensa, que, juntamente a introdução da escolaridade ampla e obrigatória, possibilitou a expansão das técnicas de letramento na sociedade ocidental. É nesse momento em que ocorre o distanciamento mais progressivo entre funções de texto e imagem, estas últimas cada vez mais distantes da vida cotidiana, restringidas a espaços singulares como os museus e as exposições. A consciência moderna sintetiza-se assim para Flusser: “textolatria em vez de idolatria” (FLUSSER, 1986, p. 66).

É a invenção da fotografia no século XIX que inicia uma ruptura com as cadeias lógicas da conceituação excessiva do mundo pela imaginação linear-textual. A fotografia enquanto primeira tecnoimagem se caracteriza por “tornar imaginável [por exemplo] a mesa concebida. Trata-se, no gesto fotográfico, de dar passo para traz dos textos, arrancar os conceitos dos quais são compostos, e destarte *re-torna-los* imagináveis” (FLUSSER, 1986, p. 67). A noção de *imagem técnica* se distingue da concepção tradicional de imagem. A diferença, em suma, é que elas são produzidas pela mediação dos aparelhos, enquanto as imagens tradicionais são produzidas pela manipulação do corpo humano em contato direto com a realidade. Flusser nos explica:

Durante a produção das imagens tradicionais o homem recua da circunstância, afim de abarcar-la com sua vista. Durante a produção das imagens técnicas o homem recua de seus conceitos para imagina-los. A imaginação pré-histórica e a capacidade de abstrair as duas dimensões da superfície a partir da quadridimensionalidade do espaço-tempo ambiente. A imaginação pós-histórica é a capacidade de abstrair os conceitos zerodimensionais a partir da linearidade dos textos e imagina-los sobre planos. (FLUSSER, 1986, p. 67-68)

A pós-história é, se levarmos a sério a descrição de Flusser e as atuais situações culturais e simbólicas que nos encontramos, uma realidade consumada. Não faltam trabalho que versam sobre uma agitação ou dessincronização das esferas da existência humana. Além de que seria facilmente comprovável que nosso cotidiano está mais repleto de imagens do que de grandiosos textos. Nossa cognição se aprofundou em entender e falar através de imagens técnicas.

Não seria descabido afirmar que a *pós-história* é o maior dos *leitmotiv* no frutífero pensamento de Vilém Flusser. Concebida de maneira sistemática entre as décadas de 1970 e 1980, a pós-história, enquanto o vislumbre do futuro das sociedades ocidentais, sempre esteve presente nas intervenções do filósofo nascido em Praga e radicado no Brasil. Desde a década de 1960, Flusser esteve engajado na intuição de que uma “perda de senso da realidade”, uma “nova antropologia” e um “novo clima existencial” manifestavam-se na cultura do Ocidente. Intuição que viria a ser sistematizada de modo convicto no conceito de *pós-história* a partir de múltiplas descrições (e especulações) dessa civilização do futuro. Uma pesquisa no imenso acervo legado por Flusser mostra que parte expressiva de suas conferências e ensaios giravam ao redor da matéria, ainda que cada uma dessas contribuições viesse a acrescentar análises complementares à estrutura geral da hipótese. Mesmo indo e voltando de um lugar-comum, Flusser nunca deixou de fornecer algo de novo, diferente e provocativo: isso é o que faz de sua obra tão estimulante. Devida tamanha erudição, podia tranquilamente passar horas a fio discorrendo a respeito de assuntos realmente diversos. Como ótimo fenomenólogo que foi, atrevia-se seguir à risca o princípio husserliano da *epoché*, mas sem o deixar ileso ao rebuscamento próprio, comparando-o em certa ocasião a um “*strip-tease* perigoso” (FLUSSER, [s.d.], p. 1-3). Vilém Flusser contemplava o mundo da vida (*Lebenswelt*) – esse pequeno mundo ou *microcosmos* – com uma preocupação incontornável e densa, cujo pano de fundo estaria posicionado um “modelo” específico da cultura ocidental – esse grande mundo ou *macrocosmo*. Seus ensaios causam espanto pelo abuso de uma literalidade com a qual não estamos acostumados. Daí resulta a sua facilidade invejável para estabelecer hipóteses e aforismos sobre quaisquer banalidades aparentes. Vilém Flusser talvez possa ser considerado – isso soa arriscado mas igualmente tentador de se afirmar – o último filósofo da história, pelo menos o último que a obra possui fôlego inacabável. Um homem histórico escrevendo sobre

um futuro pós-histórico. Futuro que, como Flusser costumava dizer ao final dos seus artigos repletos de previsões, guardaria consequências imprevisíveis, ao mesmo tempo aventuroso, perigoso e “um privilégio de viver”.¹ Em alguns de seus textos encontramos a palavra *Gestalt*, que nos parece resumir bem sua filosofia da história, caso aceitemos essa premissa. Seu pensamento produz uma síntese em que as partes são tantas, tão singulares e interligadas, que podem ultrapassar o significado da totalidade de sua filosofia. Ou seja: a plausibilidade – termo usado por Rodrigo Duarte para ponderar o “projeto” estético de Flusser – de sua filosofia é, no sentido comum da palavra, rizomática. Uma filosofia da história na qual diversos elementos do mundo da vida são sempre parte e todo. Flusser tratou ainda do problema irremediável – posto desde a *Fenomenologia* de Hegel – a todas e quaisquer especulações do gênero: o problema do seu fim. É como se escrevesse sabendo estar condenado à obsolescência. Escrevia por códigos ultrapassados sobre códigos do futuro. Um crítico ferrenho do historicismo, sua articulação da história da cultura no Ocidente é, à primeira vista, mecânica e diacrônica. Começa com a pré-história, passando pela história, até desembocarmos na derradeira pós-história. Mas isso é um detalhe ao passo que o conteúdo que preenche cada uma dessas frações é extremamente bem detalhado. Podemos até arriscar que tal percepção é justificada por Flusser a partir de sua inclinação fenomenológica: “o que pretendo dizer que a realidade é articulada por pausas? Pretendo dizer que tenho uma visão *epocal* da realidade. Uma visão que distingue épocas da realidade. Época (em grego ‘epoché’) é sinônimo de pausa” (FLUSSER, 1966). Vilém Flusser foi capaz de elaborar – em uma sociedade que até mesmo o pensamento humanístico se encolhia rumo às pequenas circunstâncias – uma reflexão do absurdo (entes vazios, Auschwitz, entropia, zerodimensional, dos átomos e *bits*) que pairava sobre o conjunto de modelos que informavam as sociedades ocidentais na vida moderna, um passado até recente diria o autor. Entre outros motivos, sua visão da *post-histoire* é extensa em desdobramentos, características e também contradições. Acreditamos que devida essa extensão, há traços histórico-filosóficos na estrutura de sua composição, seu modo de pensar, os quais se diluem junto aos outros vários traços de sua filosofia (estéticos, epistemológicos, ontológicos etc.).

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDERS, Günther. *Nós, filhos de Eichmann*: carta aberta a Klaus Eichmann. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FLUSSER, Vilém. *Arte na pós-história*. (Para Arte em S. Paulo). 01/12/1983. ESSAYS 1_PORTUGUESE-A_10-A VOL. Manuscrito do Arquivo Vilém Flusser, São Paulo. Disponível em: https://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1565. Acesso em: 18/02/2024.

¹ Ver, por exemplo: FLUSSER, Vilém. *Arte na pós-história*. (Para Arte em S. Paulo). 01/12/1983, p. 1-3. ESSAYS 1_PORTUGUESE-A_10-A VOL. Manuscrito do Arquivo Vilém Flusser, São Paulo. Disponível em: https://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1565. Acesso em: 18/02/2024.

FLUSSER, Vilém. *Bienal e fenomenologia*. [s.d]. ESSAYS 3_PORTUGUESE-B. Manuscrito do Arquivo Vilém Flusser, São Paulo. Disponível em: https://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1567. Acesso em: 18/02/2024.

FLUSSER, Vilém. *Da pausa*. 28/06/1966. ESSAYS 5_PORTUGUESE-D_DA. Manuscrito do Arquivo Vilém Flusser, São Paulo. Disponível em: https://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1569. Acesso em: 18/02/2024.

FLUSSER, Vilém. *Pós-História: vinte instantâneos e um modos de usar*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2019.

FLUSSER, Vilém. *Texto/imagem enquanto dinâmica do Ocidente*. Cadernos Rio Arte, 1986. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2017/11/flusser_.pdf

A HISTORIOGRAFIA DIANTE DA NATA DOS INTELLECTUAIS

Rogério Reis Carvalho Mattos

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A história dos intelectuais

Uma vez Paul Ricoeur perguntou: “o historiador está condenado a ficar sem voz diante do discurso solitário do filósofo?” (2007, p. 373). Em *A memória, a história, o esquecimento*, o filósofo buscou a todo custo criar linhas de contato entre seu ofício e o dos historiadores. Em momentos, chega quase a negar ou a limitar o quanto pode a aplicação da doutrina que talvez tenha mais se aplicado, a fenomenologia. Husserl ficaria encerrado em seu solipsismo ao lado das noções provavelmente mais arejadas de Maurice Halbwachs extraídas de seu conceito de memória coletiva; Heidegger parece titubear ao lado do historiador-juiz, como o de Carlo Ginzburg, ou o historiador-coveiro que, em última instância, enterra e dá destino à história que já cumpriu seu “ser para a morte”. A História vem sempre depois do *Daisen* e lhe dá significado. De qualquer forma, Ricoeur avança tanto em suas investigações que passa a assumir o discurso do outro, sem perder de vista sua trajetória pessoal, porque do contrário não conseguiria levar seus questionamentos até o final.

E o que dizer em relação a literatura, a história literária e seus contatos com a teoria? Seria suficiente seus cruzamentos com a historiografia dos historiadores de ofício e o diálogo com campos teóricos como desenvolvidos pela linguística, pela filosofia, pela sociologia? Num primeiro momento, me parece pouco importante responder a esses questionamentos que, aliás, são basilares e qualquer profissional mais treinado terá um grande arsenal de argumentos para expor e mostrar a longa relação da literatura com a teoria. Contudo, seriam os historiadores também capazes de fazer teoria? Peço até desculpas por fazer tais perguntas, no caso, mais uma que pode parecer óbvia para determinados setores intelectuais familiarizados com a investigação historiadora sobre seu próprio ofício. O ponto que quero chegar é um pouco mais específico: será que já foi pensada, pelo menos de uma forma mais abrangente, as interlocuções entre a história e a crítica literárias e a teoria da história e a historiografia?

Para começar a delinear alguns argumentos que possam servir para futuras respostas, tenho como objetivo destacar reflexões do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães. Em um primeiro momento de sua produção, a teoria ou a crítica a uma visão ingênua sobre a escrita da história, não questionadora de seus pressupostos, está atrelada às implicações entre o ofício do historiador e sua narrativa com incidência imediata no ensino da disciplina¹ (OLIVEIRA, 2013). A prática que não questiona seus saberes incorre no perigo de ser vítima da memória. Diferente de José Honório Rodrigues, para quem a tarefa crítica coincidia com a da memória e que conseguiu, através de seu método de revisionismo, para si próprio e para o autor ao qual mais se dedicou, Capistrano de Abreu, um lugar no panteão dos grandes historiadores nacionais (GONTIJO, 2010). Manoel Salgado

¹ Os dois textos estudados são: *Repensando os domínios de Clio*, de 1998 e *Usos da história*, de 2000. Ambos foram reunidos recentemente num conjunto de ensaios do professor (Guimarães, 2022).

Guimarães, logo nos primeiros artigos publicados após a famosa síntese em português de sua tese escrita, se propõe dessacralizar a memória, inspirado no que vinha fazendo na França Pierre Nora. Não seria ver o tempo fora dos eixos (“the time is out of joint”), tal como Hamlet diante da aparição de seu pai morto, acabar por encontrar quem se dedicou tanto a crítica historiográfica relegado à mera memória?

Não se trata de uma constatação de fato Manoel Salgado Guimarães ter virado memória, mas de um risco. Diante da multiplicação de estudos sobre a história da historiografia nacional, ocorre a descentralização das expectativas em relação a relevância do trabalho desses historiadores. Guimarães tem que lidar com a boa concorrência de publicações de seus orientandos, por exemplo, tantos deles exercendo protagonismo no campo disciplinar que ele ajudou a desenvolver. Isso quer dizer apenas que novos questionamentos surgiram com a abertura de novas fronteiras no pensamento historiográfico. A pergunta do historiador acaba por se voltar para sua própria produção. “Se a prática historiadora requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetemos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades humanas?” (GUIMARÃES, 2022, p. 132). Questionar a historiografia brasileira hoje também é se voltar para os problemas levantados por Guimarães.

Parece que dois lugares comuns foram criados depois da renovação dos estudos históricos após a redemocratização do país: o papel do IHGB e a figura de Francisco Adolfo de Varnhagen. Assim se constituíram dois tipos de projeto, um nacional e outro historiográfico, ambos associados ao Brasil imperial. Contudo, quando na introdução de sua tese de doutorado, Manoel Salgado Guimarães os coloca como o não dito do pensamento social brasileiro. Ao lado da Semana de Arte Moderna, das interpretações do Brasil da década de 1930 ou, um pouco mais tarde, da produção isebiana ou do Tropicalismo, os primórdios da fundação de uma ciência social brasileira e de um projeto de país, ou seja, a primeira metade do século XIX, “quando a dedicação à história do Brasil foi uma obrigação generalizada dos setores mais cultos, até hoje só foi analisada a partir de aspectos particulares” (GUIMARÃES, 2011, p. 52). Ainda na década de 1980, quando defendeu sua tese, sua preocupação como historiador se afirma como projeto concorrente às demais interpretações do Brasil.

Não seria aqui o caso de substituir riscos, de acabar por trocar um pelo outro? No caso, o da acomodação na memória social da imagem de um historiador rigoroso, metódico e inovador, por uma outra que expressa radicalidade no pensamento, atitude que pode provocar a ultrapassagem de um quadro cronológico bem delimitado e com problemática agora já consolidada? Talvez não seja o caso se for lembrada a introdução escrita por Manoel Salgado para a reunião de ensaios de Afonso Carlos Marques dos Santos (2007), onde ele diz ser necessário, nos dois primeiros capítulos², reconhecer a influência de seu professor Fernando Novais. O amigo de departamento de Manoel, ambos responsáveis pela reformulação da pós-graduação em História da UFRJ, parte do princípio segundo os clássicos do pensamento social brasileiro, o do transplante de cultura estranha/estrangeira para nossas terras: a chegada da Corte portuguesa e a Ilustração foram as condições de possibilidade para o surgimento de uma intelectualidade nativa. Segundo Novais, o reformismo ilustrado português buscou a modernização dentro dos quadros do “despotismo esclarecido” e aberturas no Sistema

2 A presença de Novais parece mais ampla a meu ver, em todo o livro, e explícita não nos dois capítulos iniciais, mas nos quatro primeiros.

Colonial. Mas ao invés de abrandar, acentuou a dominação, “e as ‘inconfidências’ marcam o contraponto revolucionário do processo” (NOVAIS, 2005, p. 189). Já com Afonso Carlos, a abertura à noção de imaginário, retirado de Paul Veyne, no lugar da noção de ideologia, como acentuou Valdeci Araujo (2012), e a de invenção, seguindo Hobsbawm, marcaram a mudança de perspectiva operada pelos dois professores da UFRJ. A afirmativa seguinte pode servir para os dois e destaca o projeto historiográfico iniciado na década de 1980: “a história cultural do século XIX ainda está em processo de estudo, uma vez que as pesquisas existentes tanto desprezaram quanto desconhecaram a existência de um projeto civilizatório associado à construção do Estado e da Nação” (SANTOS, 2007, p. 52).

Mas qual seria a passagem que justificaria uma continuidade ou que aproximaria as interpretações culturais das materiais feitas por Novais, Furtado, Caio Prado, etc.? Fragoso e Florentino (2001) resgatam o olhar de um comerciante estrangeiro, Wetherell, que na Bahia de 1860 se surpreendeu com o fato de “homens brancos cultivarem longas unhas para demonstrar que não exerciam ofícios manuais” (p. 124). Se Fernando Novais (2005) diz em entrevista que não vê seu conceito de crise do Antigo Regime ou o de Sistema Colonial abalados pelas críticas dos historiadores fluminenses, é porque eles teriam explicitado algo inerente ao “sistema” por ele entrevistado e que pesquisas empíricas ainda não tinham confirmado. De fato, a classe dos comerciantes de “grossa aventura”, responsáveis pela fixação na colônia de um capital autóctone e que só existiram a partir do desenvolvimento de um sólido mercado interno, é resultado da crise do Antigo Regime, que consolidou a autonomia e a riqueza desses comerciantes e a formação de uma classe não absenteísta que lutará por validação intelectual após a Independência. Os homens de unhas longas deixarão os campos para habitar nas cidades. No caso específico do Rio de Janeiro, talvez morassem nos mesmos imóveis adquiridos pela aristocracia dos trópicos. Incapazes de tornarem duradouras empresas comerciais (que duravam no máximo duas gerações), os traficantes cariocas acabavam por se tornarem rentistas urbanos ou senhores de terras e de homens, seguindo dessa maneira o padrão do ideal aristocrático ibérico de ojeriza ao trabalho manual (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 227-235).

Diante de uma atmosfera assim, não causa surpresa ter sido elidido do discurso literário, filosófico e historiográfico a problematização a respeito da escravidão africana no país. Talvez a abordagem que destaca a singularidade de posicionamentos como os de José Bonifácio (DOLHNIKOFF, 1996) ou Gonçalves Dias (MARQUES, 2010) pertença a uma fase de busca por excepcionalidades ao imaginar que vigia uma espécie de “hipótese repressiva” como impedimento a enunciados que depois terão acolhida ampla com a consolidação do movimento abolicionista. Diante do quadro de uma alta sociedade baseada nos ideais acima expostos, a imaginação a respeito do Brasil era limitada por pobres espaços de experiências, o que resultava num horizonte de expectativa bem aquém do das décadas posteriores e suas atitudes não podem ser vistas como nada mais do que embrionárias. Quando Valdeci Araujo se refere a “cápsulas do tempo” em referência a imagem de uma identidade nacional, parece se referir a um tempo encapsulado, ou seja, que guarda “a memória de uma geração ou povos destinados inexoravelmente à extinção” (ARAUJO, 2008, p. 120). O tempo encapsulado, ainda memória e não história, parece o germe, não ainda o cristal que expressará o tempo em sua múltipla modalidade. O germe ainda é uma imagem virtual que faz cristalizar um meio atualmente amorfo. Mas este, por outro lado, “deve ter uma estrutura virtualmente cristalizável, em relação à qual o germe desempenha o papel de imagem atual” (DELEUZE, 2007, p. 94). São as relações entre o

germe e o espelho que formam a expressão, isto é, o cristal. Assim, somente agora temos as condições de fazer a história daquelas memórias.

A nata da intelectualidade

Não só a *Confederação* ou o *Ensaio*, de Magalhães, são germes. Os fragmentos de *Meditação*, de Gonçalves Dias, *A moreninha*, de Macedo, ou até mesmo a prosa açucarada, quem sabe servil, de Alencar. Com certeza Bonifácio, anterior a todos, não necessariamente superior a tantos. A tarefa de fazer a história a partir dessas memórias se inicia quando elas perdem seu caráter de exemplaridade e entram como partícipes de uma série. Por exemplo, a mudança de posicionamento de Januário da Cunha Barbosa em relação a escravidão. Antes de colocar toda essa elite intelectual e política como participante de um consenso escravista, pesquisas mais recentes têm, se não revertido, matizado melhor esse posicionamento (EL YOUSSEFF, 2010; PARRON, 2011). De fato, após a lei antitráfico de 1831, liberais moderados passaram a se empenhar não só pelo fim do tráfico, mas até para alternativas à mão-de-obra africana no país. O cônego Januário passou de uma atitude explicitamente conservadora na década de 1820 ao chamado “experimentalismo” (FERRETI, 2014; FERRETI, 2020) que, sem abolir imediatamente a escravidão, acabou por ser “vencedora da história” logo mais (no caso da defesa da imigração europeia) ou criação de consensos formados após a Conciliação e o Regimentos das Missões, como o da necessidade da catequese indígena no povoamento do país e na construção de uma mão-de-obra não dependente da África (KODAMA, 2009).

Não só: associado ao Cônego, também da ala dos liberais conservadores, Gonçalves de Magalhães teria feito de sua *Confederação* um libelo contra a escravidão. Segundo Danilo Ferretti (2015), há uma clara intertextualidade entre o épico de Magalhães e *O tronco do Ipê*, de Alencar, que revelaria a complexidade política entre ambos, não explicitada durante a polêmica de 1857. As lágrimas choradas por Aimbirê sob o tronco do Ipê indicariam “conflito profundo que dá origem ao conjunto da fabula” (Ferretti, 2015, p. 184), ou seja, a revolta contra a escravidão levada a cabo pelo elemento português. No caso, Brás Cubas. Já o romance de Alencar que procura dialogar com o Canto VII da *Confederação dos tamoios*, foi publicado 15 anos depois da polêmica entre os dois escritores e na época do debate a respeito da lei do Ventre Livre. Como Machado de Assis reaproveitou o caso e construiu o seu Brás Cubas é algo que, até onde eu tenha notícia, jamais foi estudado³.

Liberais moderados como Magalhães e Januário se chocavam com a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e tiveram em Evaristo da Veiga uma figura aglutinadora de suas visões. Do lado oposto dela, estavam os “cabras” ou “brasileiros pardos”, uma intelectualidade associada aos liberais exaltados (muitas vezes confundidos com caramurus...) e críticos dos “Evaristos” que juravam amor pela Constituição enquanto mantinham a desigualdade econômica e racial no Brasil. Era a “intriga de cores” (PANDOLFI, 2020). Nela aparece Maurício José de Lafuente, curioso personagem resgatado por Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), que fora “patriota de 1817”, “trabalhador da Revolução de 1824”, um dos primeiros a comemorar a abdicação de Pedro I (quando estava no Espírito Santo) e negociador de brilhantes no Rio de Janeiro, preso acusado de vadiagem logo após participar ativamente em embates políticos, foi uma espécie de Cipriano Barata negro.

³ Dentro dos “casos excepcionais” ou exemplares, como dito acima, Machado sem dúvida ocupa um lugar de destaque, um curioso caso de exceção dentro das exceções.

Não se sabe ao certo se fundador do jornal *Lafuente* (seu editor falava em nome dele...), compôs junto a Paula Brito o protagonismo nos pasquins negros da década de 1830 que, a despeito do medo dos conservadores de uma revolução de tipo haitiana no Brasil, formou um amplo “público auditor” (prescindiam da palavra impressa, como dito por Cândido em trecho da *Formação* extraído pela autora).

Logo, não só a produção intelectual, como seu público era mais amplo do que imaginara o consenso ao redor da orientação escravagista das elites políticas. Mesmo estas podem ser consideradas maiores, caso os literatos negros e pardos também entrem em análises que vejam como capazes de influenciar e de criar cultura. Não por outro motivo Sérgio Buarque de Holanda (1997) verá o Segundo Reinado como uma grande oportunidade perdida. Haverá as intromissões dificilmente providenciais do imperador, desejoso de ser como um monarca inglês, reinar e não governar, mas que em sua atuação cotidiana aparecerá bem mais próximo do modelo francês de Napoleão III. Uma espécie de falha generalizada cujo centro é o trono imperial acaba por acometer todos ligados de forma mais direta ao Estado, e se perpetua um estado de coisas (democracia mitigada, progresso material emperrado) até pelo menos todo o período da República Velha.

O sistema literário brasileiro do século XIX parece o ouro que surgia como natas do leite em Cuiabá, narrado pelo Sérgio Buarque das *Monções*. Minas só opulentas na superfície, sem o emprego de técnicas melhores como as trazidas pelos africanos, criaram após sua descoberta um frenesi que ganhou fama mundial, como se o ouro fosse ainda mais opulento nas entranhas da terra. Logo no início, colhiam o ouro com os pratos de pau que usavam para se alimentar, além de cavar a terra com as próprias mãos “e desse modo não faltou quem colhesse até duzentas oitavas de ouro” (HOLANDA, 2000, p. 44). Nesse sentido, a luta abolicionista, as revoltas, negociações e fugas escravas no ambiente urbano parecem a expansão e não a refutação do que estava em curso no início do Oitocentos. Olhar para elas hoje, como fizeram historiadores como Sidney Chalhoub, João José Reis e Flávio Gomes⁴, mostra a dissolução tanto da classe média como do sistema literário surgido como resultado da crise do Antigo Regime. Parece que aquele sistema literário, tal como a razão kantiana, “morre de neurose” (DELEUZE, 2009). Sem sentido da razão que não encontra espaço para expressar sua verdade: não é isso o que ocorre com Euclides da Cunha e Lima Barreto, representantes da transição Império-República, “missionários da literatura” como retratados por Nicolau Sevcenko (2003)?

A “nata” que parece sugerir ouro abundante é como os resíduos deixados pela intelectualidade coimbrã (predominantemente brasileira, apesar de regularmente absenteísta), e resultou naquele grupo que colocou a história em linha reta, que fez filosofia da história, que tentou prover de sentido a história nacional (ARAUJO, 2008). Contudo, o fim desse grupo coincide com o que Maurício Silva chamou de “sorriso da sociedade”, isto é, a literatura como prática cultural de classe interessada no comportamento literário para obtenção de um público cada vez maior, “não exatamente um público-leitor, mas um público-admirador da *figura* do escritor acadêmico” (SILVA, 2013, p. 211). Dificilmente os sertanejos de Euclides da Cunha seriam bem recebidos por aí, muito menos alguém como Lima Barreto, que infringia a regra básica proferida por Machado de Assis, a de que se deveria distinguir os homens sérios dos boêmios.

4 Prefiro aqui não me referir a trabalhos específicos, visto que abundantes, mas me referir a autores ocupados com essa problemática e que a trataram em diversas ocasiões.

Podemos falar sobre essa época de um rompimento do sistema literário, tendo em vista que a nata da literatura já não dialogava mais com a própria literatura? Seja como for, a noção de Antônio Cândido parece o de uma literatura crepuscular⁵, a que assume esse tom por dar fim tanto aos pressupostos matéricos como culturais herdados do antigo Sistema Colonial. O que ocorre no Brasil depois de 1930 está bem mais próximo da *Cidade das letras*, de Ángel Rama (1984), com seus intelectuais-funcionários públicos, seus regionalismos que surgem da fuga de escritores dos interiores para a cidade, da música popular que diz mais sobre a cultura nacional do que o beletrismo. Seria esta uma literatura da aurora, em contraposição a do ocaso surgida no século anterior? Mesmo com a caracterização se mostrando correta, não se pode demonstrar a superioridade de uma sobre a outra. Rama tenta mostrar a todo momento paralelismos entre as cidades de fala hispânica com a brasileira. Aproxima-se da geração de 1870, de alguma iniciativa de Pedro II, mas seu esforço é em vão. No mais, não é esse seu objetivo principal. Se o Brasil perdeu a oportunidade de se modernizar no Segundo Reinado, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1997), as repúblicas vizinhas conseguiram. Nada mais natural, portanto, que a cidade das letras, com toda sua complexidade não só rigidamente literária enquanto faz parte dela a cultura popular, tenha se desenvolvido antes do que em nosso país. Tal diferença ajuda a explicar o descompasso visto entre as limitações de uma classe-média/alta sob Pedro II, como narrado em *Do Império à República*, e a constatação de Cândido (2000) de que esses setores inventaram um sistema literário. Quantas limitações a mais veríamos desde então...

Entre o surgimento da cidade das letras hispano-americanas e as vanguardas brasileiras, Pedro Meira Monteiro irá ver aparecer o homem cordial, na esteira das discussões ao redor do arielismo. Como contraste ao materialismo e a valorização do trabalho manual no norte da América, Ariel, alma elevada e incompreendida, cairá bem “ao gosto elitista e tardo-romântico daquele fim de século assombrado pelos fantasmas da *regressão*” (MONTEIRO, 2021, p. 263). Será menos em Ribeiro Couto do que em um Rubén Dário escrevendo no calor da intervenção estadunidense no Caribe que irá aparecer pela primeira vez esse termo em artigo inspirado em discurso de Roque Sanz Peña que, por sua vez, segundo Dario, estaria à altura do pai da liberdade cubana, José Martí. Conceito matriz para o estudo senão da nossa modernidade, com certeza de nosso modernismo, foi forjado no latino-americanismo da virada do século, e pode corresponder ao americanismo da primeira metade do século anterior, tempo das independências políticas, que nasceu lado a lado da exaltação do elemento indígena, chave da identidade nacional. De todo modo, ao chegar ao final da primeira metade do século XX, o “rio africano”, um dos responsáveis pela formação do Brasil, segundo Martius, aparece muito maior, desproporcional às dimensões que tinha no século anterior. Nei Lopes (2015), ao narrar esse período, faz as vezes do revisor saramaguiano Raimundo Silva, que, com uma simples alteração em nossos “documentos de cultura” acaba por contar uma história outra, pouco explorada, de nosso país. Depois de décadas após a Independência, só então encontramos uma cultura negra própria, autônoma, sem quaisquer dívidas com a intelectualidade dos círculos mais abastados.

Depois de explorar algumas das fozes e afluentes que emergiram do questionamento da escrita historiográfica a partir da década de 1980, tendo em vista a produção literária e seus críticos e historiadores, será que ainda existe motivo para se manter o veto ao ficcional e se manter ao lado do

5 “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...” (Cândido, 2000, p. 9).

“grupo opressor”, tal como Varnhagem (CEZAR, 2018, p. 107)? Duplo veto que abarca da literatura à história indígena. Talvez sejam em vão os esforços na busca por um modo de ser historiador no século XIX caso se valide de algum modo as pretensões do historiador sorocabano, mesmo que para isso se tenha que vê-lo como um “vencido existencial” (CEZAR, 2018, p. 210). É assim que aponta Salgado Guimarães (2011): diante da pena do historiador da monarquia, a nação estava sem rosto, posto que não encontrou ali seu povo. Ponto de vista excludente (o caso indígena) e incapaz de dialogar, portanto, com as interpretações da nação que surgiam a partir da literatura (literatura esta predominantemente indigenista), apesar de que sua postura contrária ao tráfico de africanos casasse com a de Januário Barbosa por vir no bojo do medo haitiano após a Revolta dos Malês e no medo futuro, a de que o Brasil definitivamente se africanizasse.

A sensibilidade literária faz aprofundar o sentido de revisão crítica de nossa produção historiográfica, como também no aprimoramento de nossa cultura histórica. A querela entre produção literária e produção historiográfica faz reviver a antiga disputa entre filósofos da história e antiquários. “Se, antiquários e historiadores modernos, temos no passado um espaço privilegiado para nossas reflexões, não se trata certamente de um mesmo passado, e nem mesmo de uma mesma forma de compreender as relações deste passado com o presente” (GUIMARÃES, 2022, p. 171). Os saberes do literato, do antiquário, do amante da arte, partem de pressupostos diferentes aos do historiador, o que não os invalida enquanto saberes dotados de rigor e mesmo de ciência, apesar da filosofia da história ou a historiografia que substituiu as filosofias pelas ciências sociais terem historicamente vencido a batalha sobre quem tem a legitimidade de falar se não a verdade, a realidade das coisas tal como aconteceram. Resgatar do limbo da história esse saber sensível, foi a tarefa de Manoel Salgado Guimarães nos escritos que sucederam a virada crítica após a publicação de sua tese de doutorado, e o colocou rumo a um “gaio saber inquieto” (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: OLIVEIRA, Maria Glória de; ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Disputas pelo passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIST, 2012, p. 9 – 42.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (2013). Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 144–153, 2013.

DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles. *A Dobra – Leibniz e o barroco*. Campinas: Papyrus, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Cinema I – A imagem-movimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

DETIENNE, Marcel. *Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia antiga*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou o gaio saber inquieto*. Lisboa: KKYM, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Projeto Nacional de José Bonifácio. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 46, p. 121- 141, nov. 1996.

EL YOUSSEFF, Alain. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822–1850, Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERRETTI, Danilo José Zioni. (2014). Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836). *Revista Tempo*. Vol. 20. 2014. pp. 1-22.

FERRETTI, Danilo José Zioni. (2015). A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

FERRETTI, Danilo José Zioni. (2020). O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa : projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839). *História da Historiografia:*

International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 103–136, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONTIJO, Rebeca. (2011). Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 41.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Ensaio de historiografia*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LOPES, Nei. *Rio Negro, 50*. São Paulo: Record, 2015.

MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*. São Paulo: EDUFSCar, 2010.

MATTOS, Rogério. (2017) Um modo de ser cínico: Manoel Salgado e a nova historiografia. *Revista Expedições: teoria da história e historiografia*. Morrinhos, v. 8 n. 3, p. 416 – 434, 2017.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2015.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Belo Horizonte, Relicário, 2021.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaio de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. (2013). Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 130–143, 2013.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. (2020). Discriminação Racial e Cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). *Revista de História, [S. l.]*, n. 179, p. 01-37, 2020.

PARRON, Tâmis, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3 T. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maurício. *O sorriso da sociedade – literatura e academicismo no Brasil da virada do século*

(1890-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica da Europa no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

“A obra dele é a minha própria”: Lêda Boechat, a historiografia brasileira e o espólio de José Honório Rodrigues¹

Ilda Renata Andreata Sesquim

Doutoranda em História pelo PPGHIS-UFOP

E-mail: Ildasesquim@gmail.com

Saber escrever; gostar de escrever parece-me, depois do amor; o maior dom que Deus nos dá. Trabalhei muito ao lado de José Honório vivo; ele continuará vivo enquanto eu puder trabalhar no seu espólio literário, que não é despiciendo.

(Lêda Boechat Rodrigues, *Correspondência de José Honório Rodrigues*, 2000, p. 18)

Este texto busca demonstrar as discussões apresentadas durante a comunicação no Simpósio de História da Historiografia Brasileira durante o XII SNHH. De forma geral, nos dedicamos aqui a apresentar e tensionar o papel desempenhado por Lêda Boechat Rodrigues como artífice da memória do marido, o historiador José Honório Rodrigues.

Formada em Direito (1939) e com experiência profissional no Supremo Tribunal Federal (1936-1960), Lêda Boechat Rodrigues construiu sua trajetória na interseção entre ciências jurídicas e historiografia. Embora tenha desenvolvido sua própria trajetória como intelectual, nosso objetivo centra-se aqui em analisar a sua atuação como colaboradora e organizadora do acervo do marido.

Além de companheira intelectual, Lêda desempenhou um papel ativo na manutenção da obra de José Honório após sua morte, publicando obras póstumas do e sobre o historiador, como volumes os dois tomos do segundo volume da *História da História do Brasil* (1988), a coletânea *Ensaios Livres* (1991), as *Correspondências* (2000 e 2004) e o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994). Sua dedicação, que foi além da mera organização, implicou um esforço consciente de monumentalizar a figura de José Honório. A contribuição de Lêda envolveu, assim, um trabalho detalhado de seleção e edição de manuscritos, a fim de destacar aspectos da vida e obra que pudessem posicionar José Honório Rodrigues como um dos grandes historiadores do Brasil. Suas publicações e intervenções não só preservaram o material histórico, mas estiveram envolvidas na elaboração de uma narrativa capaz de reivindicar ao historiador um lugar central na história da historiografia brasileira.

Neste breve artigo, propomos analisar como Lêda Boechat Rodrigues, através da organização do espólio de José Honório, não apenas perpetuou sua memória, mas também delineou sua própria

¹ Este ensaio é parte modificada e reduzida do artigo originalmente publicado na revista Maracanan: DOI: 10.12957/revmar.2023.81794 A pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

identidade como historiadora. Examinaremos sua contribuição na construção de um acervo que reitera essa narrativa sobre o historiador e revela as complexas interações entre história, memória e reconhecimento acadêmico.

Lêda e a correspondência de José Honório Rodrigues

Após a morte de José Honório, em 1987, caberia a Lêda Boechat Rodrigues, na condição de colaboradora e artífice da memória do marido, a seleção cuidadosa dos manuscritos e da correspondência e a avaliação daquilo que deveria ou não ser publicado. O trabalho da intelectual com as cartas, conseqüentemente, não tardaria a começar. Como mencionado no livro *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000), toda a correspondência profissional do historiador estava arranjada em ordem alfabética em arquivos de aço. A correspondência total, na qual Lêda Boechat trabalharia dois anos seguidos em tempo integral – abril de 1987 a abril de 1989 –, equivalia a um volume de 3.100 páginas e apareciam cartas em seis idiomas diferentes: português, inglês, francês, espanhol, holandês e alemão. Para a publicação, Lêda as arrumou em ordem cronológica e traduziu as cartas escritas em inglês, francês, holandês e alemão.

Esta porção da correspondência organizada pela historiadora começou a aparecer em 1991 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, iniciando-se com a publicação das cartas, escritas em português, do historiador inglês Charles R. Boxer. Como resultado desse trabalho, não demorou para que Lêda Boechat Rodrigues começasse a projetar o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994), publicado em parceria com José Octávio de Arruda Mello. Nesse livro, as partes escritas por Lêda apresentam dados biográficos sobre José Honório Rodrigues e trechos de correspondências inéditas, com intelectuais brasileiros e estrangeiros, que poderiam contribuir para a apreciação da obra e trajetória do historiador.

Já nos anos 2000, com a *Correspondência de José Honório Rodrigues*, Lêda Boechat Rodrigues cumpriu a função de reunir e apresentar a correspondência “deste historiador que muito amou a história da sua pátria” (RODRIGUES, 2000, p. 20). O volume foi dividido em três seções, com cartas de membros da ABL, de correspondentes brasileiros e de correspondentes estrangeiros foi seguido em 2004 pela publicação da *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organizados com um padrão semelhante, Lêda Boechat Rodrigues expõe nesses volumes recortes tanto da correspondência ativa do historiador quanto da passiva, que encerravam particularidades sobre a vida e a atividade de José Honório para ressaltar o seu perfil intelectual e profissional e testemunhar “o raro prestígio que ganhou em vida” (RODRIGUES, 2004, p. XI).

Para publicação dos livros, a historiadora fez uma minuciosa leitura da correspondência original, da qual procurou sanar certos equívocos, eliminar os excessos e direcionar esses elementos à construção de uma consistente narrativa sobre o historiador e seu trabalho. Embora Octávio Arruda relate que Lêda tenha colocado a verdade histórica “acima dos próprios sentimentos” (RODRIGUES, 1994, p. 142), por trás de “trechos rigorosamente selecionados” (RODRIGUES, 1994, p.31), o arranjo das cartas em questão desempenhava uma função retórica que atribuía traços precisos ao José Honório Rodrigues que Lêda desejava contornar.

Um outro elemento também foi essencial nesta elaboração. As notas de pé de página presentes nesses três volumes foram um dos espaços privilegiados nas quais Lêda pôde realizar frequentes

comentários e intervenções sobre o conteúdo da correspondência. Embora autora tenha alegado que essas notas estavam reduzidas apenas ao indispensável para elucidação do texto ou a algum comentário julgado ilustrativo (RODRIGUES, 2000, p. 21), esses espaços desempenharam uma importante função no trabalho empenhado pela historiadora. Essas intervenções funcionaram como elementos capazes de atribuir sentido à narrativa sobre o historiador “ilustre” que Lêda buscava elaborar, direcionando luz para ângulos precisos desse monumento.

O conhecimento de Lêda dos círculos de inserção do historiador permitiram que a projeção dessas linhas acompanhasse a seleção daquilo que deveria ou não se destacar. Por um lado, essas cartas se preocupavam em reiterar a ideia de que José Honório Rodrigues tinha vivido uma extensa trajetória profissional e intelectual. Em outra direção, entretanto, é possível identificar que havia uma eminente preocupação de Lêda em ressaltar um tipo de “integridade” profissional do historiador, principalmente no que diz respeito à relação de José Honório com o Estado brasileiro, os cargos públicos e as instituições nacionais. Embora eventualmente a correspondência publicada evidenciasse situações complexas e embaraçosas, havia uma preocupação constante da historiadora em orientar suas interpretações e, quando preciso, lapidar trechos que pareciam desviar ou comprometer o eixo narrativo por ela arquitetado.

Este cuidado de Lêda com a correspondência, em maior ou menor grau, estaria presente ao longo de todas as obras póstumas por ela publicadas ou organizadas sobre o historiador. O trabalho da jurista e historiadora percorreria, dessa forma, as cartas trocadas no cenário nacional e estrangeiro como uma espécie de curadoria das situações que precisavam, a seu ver, ser “elucidadas”. Munida não só pela própria concepção dos atributos que deveriam compor o historiador por ela narrado, mas por uma leitura atenta dos olhares que estavam ou estariam a ele direcionados, Lêda não pouparia esforços para apontar suas discordâncias e indignações, encontrando nesses espaços um caminho para conduzir a construção de “seu” monumento.

Em paralelo a essas defesas que buscavam remontar a imagem de um estudioso sério e dedicado à matéria histórica, o trabalho de Lêda Boechat Rodrigues com a correspondência do esposo carregava também um lado afetuoso que permeava a narrativa sobre o historiador. Uma breve análise dos elementos que compõem seu trabalho editorial com a correspondência, atentando-se principalmente às introduções, prefácios e notas de pé de página, permite identificar que sua escrita foi adornada de elementos nostálgicos que rememoravam tanto suas memórias conjugais e afetivas quanto os aspectos íntimos da vida do historiador.

No que se refere aos aspectos conjugais e afetivos, a centralidade desses excertos permite identificar que havia também um aspecto memorialístico que fundamentava seu trabalho com o espólio literário de José Honório Rodrigues. As responsabilidades por ela assumidas após a morte de Rodrigues, sobretudo em relação ao trabalho com as cartas do esposo, eram acompanhadas por um certo grau de afetos e misticismos que extrapolavam os limites de uma escrita impessoal.

Este aspecto pode ser observado em diferentes trechos das obras póstumas publicadas de e sobre o historiador. No entanto, embora estivesse presente nas obras publicadas por Lêda Boechat Rodrigues, é necessário ressaltar que ele não compromete a seriedade e precisão que a historiadora pareceria reivindicar em seu trabalho. Ao lado dessa personalidade carregada pelas intervenções de Lêda, os sentidos narrativos ainda caminhavam para construção da figura de José Honório Rodrigues

como um grande historiador brasileiro. Mesmo quando se referia ao comportamento levado e pouco estudioso e ao corpo franzino e doentio de Honório Rodrigues em sua infância (RODRIGUES, 1994, p. 17), sobretudo nos textos introdutórios que antecedem a exposição de sua correspondência, esses elementos são expostos para alimentar a ideia de sua alta e “natural” proficiência como historiador.

De um menino franzino e desinteressado a um rapaz saudável e estudioso, Lêda Boechat busca recompor a trajetória do historiador que se tornou uma das grandes autoridades do cenário intelectual brasileiro. Dentre os vários volumes dedicados à correspondência, portanto, não são poucas as cartas que caminharam no sentido da monumentalização do historiador e de sua obra. Alinhavada por um fio crítico e simultaneamente elogioso, esses processos e escolhas envolvidos na sua publicação cumpriam precisamente com os objetivos da narrativa que Lêda tentava elaborar e reiterar sobre José Honório Rodrigues.

Os círculos intelectuais e as bases para uma monumentalização

A demarcação da autoconfiança de José Honório Rodrigues em relação ao lugar que ele e sua obra ocupariam na história e na historiografia brasileira, muito provavelmente, não é uma surpresa para aqueles que conhecem minimamente a trajetória do historiador. O próprio José Honório, inclinado pela suposta originalidade de suas composições, demonstrava total confiança na projeção que estaria a ele reservada (RODRIGUES, 1988a, p. XV). Após seu falecimento, entretanto, a reivindicação desse lugar encontraria em Lêda Boechat Rodrigues a força motriz de seu movimento.

Coube a sua esposa e permanente colaboradora a função de alimentar o discurso da excepcionalidade de José Honório e reivindicar esse lugar que deveria ser reservado ao historiador nos quadros disciplinares. Como uma peça central nesse processo, Lêda Boechat Rodrigues atuou de forma silenciosa na produção de um vasto acervo historiográfico do esposo. Dentre a publicação das obras póstumas, das traduções, dos catálogos, dos prefácios e, especialmente, da correspondência selecionada, a historiadora empenhou-se em uma iniciativa inestimável de dar prosseguimento à obra de José Honório. Ao lado de intelectuais como José Octávio Arruda Mello, Francisco Iglésias, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer², o trabalho orquestrado por Lêda permitiu retrazar a trajetória dos “refazimentos” (HEYMANN, 2012) de Rodrigues, projetando e retomando a obra do historiador.

De Glezer, Mota, Iglésias a Mello, todos eles mencionaram, em menor ou maior intensidade, o companheirismo intelectual de Lêda. Com a morte do esposo, o trabalho empenhado pela jurista e historiadora inseriu-se de forma mais efetiva em um amplo diálogo com o círculo intelectual formado por esses historiadores a fim de reiterar as contribuições de José Honório Rodrigues à história e historiografia brasileira. Uma atenção especial merece ser direcionada aos casos de Guilherme Mota e Arruda Mello. Guilherme Mota prefaciou o livro póstumo *Ensaio Livres*, organizado por Lêda e publicado em 1991. Em 1988, o historiador também foi o responsável por intermediar a doação do acervo de José Honório Rodrigues feita por Lêda Boechat ao Instituto de Estudos Avançados (IEA/

2 Todos estes intelectuais escreveram obras sobre José Honório Rodrigues. Algumas dessas obras, sobretudo as póstumas, teceram inúmeros elogios ao historiador. Outras seriam mais dedicadas a analisar o historiador e caracterizar a sua produção historiográfica.

USP)³. Arruda Mello, em grande parte responsável por manter as relações póstumas do historiador com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, organizou junto com Lêda Boechat Rodrigues o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994). Esse livro, já quase pronto no ano de 1989, como menciona Lêda na explicação de *Ensaio livres* (1991), também teria sido enviado ao professor Francisco Iglésias, que fez importantes sugestões sobre o conteúdo da coletânea.

A partir de uma vasta articulação com os círculos intelectuais do campo, o trabalho de Lêda foi orientado assim para consecução do destino de José Honório como o “grande historiador e grande historiógrafo que ele foi” (RODRIGUES, 1988b, p. XXX). Nessa direção, ao mesmo tempo em que Rodrigues já havia sedimentado as bases para seu reconhecimento, podemos dizer que é nítido o exercício de exaltação que a intelectual buscava promover de sua figura enquanto historiador. Exaltando um homem intuitivo e de inteligência excepcional, nas palavras de Lêda, a imagem desse grande historiador frequentemente aparece em sua redação:

A compreensão histórica era o forte de José Honório Rodrigues. Grande era a sua intuição. Grande o seu saber histórico de toda a História do Brasil, de 1500 a 1986. Sua história não era cubicular, mas insuflada por uma excepcional inteligência que sabia, à perfeição, ver o conjunto. Jamais confundia o verdadeiro “fato histórico” com o “lixo” da História, que deve ser jogado fora, como ele doutrinou na Teoria da História do Brasil. (RODRIGUES, 1988b, p. XXX)

É evidente que essas afirmações, nos sentidos gerais de seus termos, não estariam embasadas apenas nas opiniões pessoais da autora. Com aprofundado rigor metodológico, Lêda Boechat Rodrigues se preocupou em elencar constantemente elementos que endossavam essas falas, erguendo um monumento que havia sido sedimentado anteriormente pelo próprio José Honório Rodrigues. Esses elementos, que podem ser observados de forma ainda mais nítida durante a seleção da correspondência, perpassariam os acontecimentos ocorridos desde a infância até a repercussão póstuma das obras do historiador. Como pilares que legitimavam a projeção do historiador, a evocação de falas elogiosas de intelectuais brasileiros e estrangeiros seria um dos grandes argumentos para justificar o lugar que ele e sua obra deveriam ocupar na história e na historiografia brasileira. Nesses misteres, a mobilização de sua longa trajetória estaria voltada a mostrar como José Honório se tornou um proficiente historiador em sintonia com seu tempo, exaltando os principais momentos que marcaram, de modo indelével, a vida do intelectual.

No que se tange à formação, Lêda Boechat buscava constantemente recuperar a ideia de um espírito de “historiador nato” que acompanhava José Honório Rodrigues. Para provar a vocação e justificar a importância do historiador, diferentes cartas e comentários de intelectuais estrangeiros e brasilianistas próximos a José Honório eram elencados. O objetivo de Lêda, ao rememorar essa projeção no cenário internacional desempenhava uma função diferente em relação às cartas remetidas pelos correspondentes brasileiros. Em um momento no qual, salvo algumas exceções, não havia uma exaltação nacional à figura de José Honório Rodrigues, resgatar a opinião desses estrangeiros era uma forma de pontuar e reivindicar o seu reconhecimento.

3 Em nota, Lêda Boechat Rodrigues refere-se ao acervo doado ao Instituto de Estudos Avançados como “Gabinete de Leitura Lêda Boechat/José Honório Rodrigues”. Atualmente, o acervo é intitulado como “Acervo José Honório Rodrigues” e encontra-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. (RODRIGUES, 1994, p. 35).

A exaltação da recepção, dos elogios, das viagens, dos convites para lecionar em universidades estrangeiras e outros eventos dignos de nota serviram para contrapor às opiniões, nem sempre positivas, que cerceavam o historiador no ambiente nacional. Nesse mesmo sentido, a exposição das dificuldades encontradas para conciliar essas demandas com seus cargos e funções nacionais também foram mobilizadas por Lêda para sanar as reverberações que acompanhavam a trajetória intelectual e profissional de Honório. Ao recorrer a esses elementos, reivindicando não só a uma identidade como historiador, mas como historiador *brasileiro*, Lêda procurava trazer credibilidade à ideia de que José Honório teria sido o historiador contemporâneo que mais contribuiu para o estudo da historiografia nacional.

Um dos vastos exemplos que podem ser resgatados, a título de síntese, são os comentários do professor E. Bradford Burns acerca do livro *Perspectives on Brazilian History*, publicado em 1967 pela editora da Universidade de Columbia. Composto de nove ensaios, no capítulo que antecede a seção de correspondência do livro *Um historiador na trincheira* (1994), Lêda Boechat destaca que três deles eram de José Honório Rodrigues e complementa:

Adiante, Burns assevera que a bibliografia de José Honório Rodrigues “é extensa e sua qualidade corresponde à sua quantidade”. Quanto a historiografia, prossegue o douto Professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles, “José Honório Rodrigues escreveu mais que todos os historiadores brasileiros. (...) Ele é o autor de três dos nove ensaios deste livro e eu fui constantemente tentado a incluir mais estudos dele. Os três escolhidos bastam para demonstrar a importância de sua contribuição ao estudo da historiografia brasileira. (RODRIGUES, 1994, p. 26)

Caberia destacar, ainda no mesmo livro, a centralidade e a importância que Lêda dava aos comentários de Robert Conrad. Nas palavras da historiadora: “O professor americano Robert Conrad afirmou categoricamente que José Honório Rodrigues era maior que Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu” (RODRIGUES, 1994, p. 29). Na apresentação do tomo I do segundo volume de *História da História do Brasil* (1988), a intelectual também já havia rememorado essa passagem para expressar a confiança de José Honório em seu julgamento futuro: “Que elogio maior lhe poderia ser dado em 1965, quando ainda tinha vinte e um anos de realizações pela frente, do que ser considerado maior do que Varnhagen e maior do que Capistrano de Abreu?” (RODRIGUES, 1988b, p. XXXI).

Todos esses elementos eram indispensáveis à arquitetura do José Honório Rodrigues que ela projetava. Como um historiador interpretativo e crítico, em sintonia com seu tempo e comunidade, não poderia faltar também o apelo a sua identidade nacional. Dessa maneira, no seu trabalho com o espólio, Lêda Boechat Rodrigues não hesitou em adornar a figura do esposo com símbolos patrióticos que remetiam à ideia de um historiador genuinamente brasileiro. Ao espelhar a “atividade incessante, criativa e obsessiva” (RODRIGUES, 1994, p. 29) de José Honório em torno dos temas nacionais, essa questão se transforma em um dos eixos centrais das publicações organizadas pela autora. Frente aos inúmeros trânsitos internacionais do historiador, a precisa menção de Lêda sobre a escolha do marido em permanecer no Brasil nos dá margem para visualizar essa dimensão nacionalista:

Convidado em 1966 pelo reitor do novo *campus* de Stony Brook, da Universidade Estadual de Nova York, para ser professor Titular com estabilidade (*Full Professor with tenure*), José

Honório recusou o convite. Surpreso, o Reitor enviou nova carta⁴ perguntando se ele entendeu a anterior. Meu marido respondeu que era um historiador brasileiro, e precisava viver no Brasil para entender o seu país. (RODRIGUES, 1994, p. 29)

Diante desse apelo patriótico, surgia também a exaltação de um historiador sério e comprometido com o futuro das instituições nacionais. É importante notar que esse movimento de Lêda Boechat Rodrigues, além de legitimar a exaltação de José Honório, inseriu o historiador em um preciso círculo intelectual necessário para fixá-lo num suposto “cânone” historiográfico. Nesse sentido, os diversos nomes elencados pela autora não faziam parte apenas de um simples movimento laudatório. Na contramão de uma ação ingênua, é possível supor que essas escolhas feitas ao longo da publicação das obras póstumas estavam orientadas por um conhecimento prévio das redes intelectuais que poderiam conferir certa credibilidade à imagem de José Honório Rodrigues.

Somente entre os livros póstumos dedicados à correspondência, a intelectual reúne cerca de 129 intelectuais diferentes que mantiveram relações profissionais e acadêmicas com Honório. Esses correspondentes estão distribuídos nos livros da seguinte forma: *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (2004) – 23 correspondentes; *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) – 62 correspondentes e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004) – 52 correspondentes. Alguns outros correspondentes brasileiros e estrangeiros também são elencados nos prefácios, introduções e apresentações das obras póstumas do historiador. Diante das centenas de cartas expostas, não há dúvidas, portanto, de que o discurso desses personagens corroborava com a estrutura narrativa arquitetada por Lêda Boechat Rodrigues.

A seleção da correspondência, de forma semelhante ao que foi feito com a de Capistrano de Abreu (GONTIJO, 2004), reuniu em torno de José Honório Rodrigues uma rede de correspondentes motivados pelo interesse na história do Brasil. A análise desses interlocutores, no entanto, não revela apenas quem eram os “homens-instituição” (GUIMARÃES; ARÁUJO, 2004, p. 101) que estavam a frente nos espaços de ciência ou de poder no Brasil. É através da retomada desses registros e ideias que Lêda insere José Honório dentro de uma arquitetura historiográfica, reivindicando o lugar que o seu monumento deveria ocupar na história dos historiadores brasileiros.

Para os correspondentes membros da Academia Brasileira de Letras, tanto na *Correspondência* (2000) quanto na *Nova Correspondência* (2004), podemos citar alguns nomes como Evaristo de Moraes Filho, Francisco de Assis Barbosa, Afrânio Coutinho, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota, José Américo, Jorge Amado, José Cândido de Carvalho, Dinah Silveira de Queiroz, Pe. Serafim Leite, Rubem Rosa, Eurípedes Simões de Paula, Amaro Quintas e Ênio Silveira. Nesse meio, Lêda preocupou-se em eleger cartas que evidenciavam desde as relações profissionais até as amizades do historiador. Sem grandes surpresas, não poderia faltar, entre estes correspondentes, cartas que mencionassem a excepcionalidade da figura de José Honório Rodrigues. A carta de Maria Regina, esposa e companheira intelectual de Eurípedes Simões, sobre a participação de Honório no centésimo volume da *Revista de História*, corrobora com os direcionamentos dessa afirmação:

4 Embora Lêda Boechat Rodrigues mencione a troca de correspondência entre Stony Brook e José Honório Rodrigues, as cartas referidas não foram expostas no livro em questão e nem nos demais volumes dedicados à publicação da correspondência.

Na minha frente um cartão datado de a de março de p.p promete: “Escreverei para o número 100. “Deo gratias!” foi a primeira reação, pois não teria, não tem sentido o número comemorativo de um periódico específico, sem a presença do maior historiador brasileiro. [...]”. (Carta de Maria Regina, 25/05/1974) (RODRIGUES, 2004, p. 45)

Dentre as diversas cartas que reiteram esse posicionamento, a correspondência de José Cândido de Carvalho em agradecimento à colaboração de José Honório Rodrigues durante a sua candidatura à ABL sintetiza o teor dessas exaltações:

[...] Sua contribuição para que eu chegasse aos 19 tão badalados votos com que a Academia Brasileira de Letras me honrou e desvaneceu, foi perfeita, verdadeira obra-prima de solidariedade e compreensão. Se já era encantado do seu belíssimo escrever e do seu importante historiar, que coloco como um dos pontos mais altos da inteligência brasileira de todos os tempos, cativo sou agora de corrente nas mãos do cavalheiro perfeito que é José Honório Rodrigues. [...]. (Carta de José Cândido de Carvalho, 15/01/1974) (RODRIGUES, 2000, p. 172)

Quanto às redes brasileiras que excediam os círculos da Academia, Lêda Boechat Rodrigues buscou direcioná-las principalmente para a atuação de José Honório Rodrigues nos arquivos e bibliotecas nacionais. Sobretudo no que se refere ao exercício do historiador no Arquivo Nacional, no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional, os esforços da jurista buscaram dar voz a campanha de José Honório de “defesa de uma ampliação das funções e do compromisso social das grandes bibliotecas e órgãos de cultura (públicos) do país” (FREIXO, 2015, p. 62). Essa imagem de um servidor sério e comprometido com a produção e o futuro da informação histórica nacional se faz presente ao longo de todas as obras póstumas organizadas pela autora. Em consonância com a ideia de uma história combatente, este pesquisador-cidadão voltado à sua pátria seria um dos grandes pilares do monumento destinado a José Honório Rodrigues,

Para demonstrar a sólida e duradoura rede que José Honório Rodrigues construiu com intelectuais estrangeiros, Lêda Boechat Rodrigues destacou um amplo grupo de historiadores especializados em história do Brasil. Esses brasilianistas, em grande parte ligados a instituições como a Fundação Rockefeller, universidades americanas e algumas universidades europeias, foram mobilizados pela historiadora como uma referência para mostrar a ampla influência do historiador entre os especialistas estrangeiros que desejavam pesquisar sobre o Brasil. Desde as menções que remetem à bolsa de estudos que José Honório recebeu em 1944 até as condolências enviadas após a sua morte, esses nomes citados por Lêda ilustram a ampla geração de brasilianistas que compôs uma rede intelectual com o historiador brasileiro.

Durante a publicação das obras póstumas, são inúmeras as cartas retomadas pela intelectual que remontam esses quadros. Algumas delas expõem de forma nítida como aconteciam as trocas de obras, documentações, projetos de pesquisas, pedidos mútuos de tradução e publicação de diferentes livros, ensaios e resenhas. Outras remetem às trocas e retribuições generosas que o casal recebia durante suas estadias nos Estados Unidos e na Europa. Havia também uma grande quantidade de cartas vindas de professores amigos de José Honório que se referiam tanto às suas viagens ao Brasil quanto às recomendações de estudantes que passariam estadias no país. No Tomo I do segundo volume de *História da História do Brasil* (1988), ao retratar as condolências recebidas pela morte do esposo, Lêda mostra como muitos desses intelectuais ficaram ligados a José Honório por sólidos laços

de amizade. A lista de nomes é enorme, sendo suficiente elencar alguns como John Johnson, Stuart Schwartz e Robin Humphreys.

A carta de Robin Humphreys, por sua vez, sintetiza um apanhado geral de diversas características que Lêda Boechat Rodrigues elencará ao longo da publicação das obras póstumas dedicadas a José Honório Rodrigues, caminhando dos traços de sua personalidade às suas contribuições para a história e historiografia brasileira:

Robin Humphreys, ex-professor da Universidade de Londres e ex-Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da mesma Universidade: “José Honório teve uma carreira eminente. Ninguém que o tenha conhecido pode esquecer sua energia, seu entusiasmo, sua devoção à história brasileira e sua vasta contribuição à mesma. Sua perda será grandemente sentida” (Carta de 1. 5. 87). (RODRIGUES, 1988b, p. XXVII)

Por fim, ainda sobre a reconstrução dessa rede intelectual, seria importante ressaltar também a centralidade atribuída à figura de Charles R. Boxer. Das 3.200 cartas da correspondência de José Honório Rodrigues, Lêda Boechat Rodrigues relata que 101 delas foram trocadas com o professor Boxer. Conhecedora da importância e da relevância de Boxer para o círculo intelectual de José Honório, ainda no ano de 1991, a historiadora iniciou o trabalho de publicação das cartas trocadas com o professor inglês na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O acervo organizado e doado por Lêda ao Instituto remeteu aos originais da correspondência mantida entre José Honório Rodrigues e o historiador inglês Charles Boxer, no período de 1949 a 1984. Não há dúvidas sobre a importância do trabalho por ela arquitetado, sobretudo no que refere a possibilidade de compreensão dos trânsitos estabelecidos entre os historiadores sobre os estudos da história do domínio holandês no Brasil. Embora essas cartas não sejam expostas novamente nas obras organizadas por Lêda, a autora não deixaria de mencionar recorrentemente o enorme reconhecimento que Charles Boxer direciona a José Honório Rodrigues.

O que essas inúmeras cartas resgatadas por Lêda Boechat Rodrigues durante o trabalho com o espólio literário do esposo evidenciam é a grande repercussão que o autor e suas obras alcançaram em sua época, atraindo a atenção de diferentes intelectuais brasileiros e estrangeiros. O trabalho intelectual de Lêda com esse espólio estava, dessa forma, fundamentado sobre um profundo conhecimento das redes intelectuais, dos temas e daquilo que havia de mais relevante em termos de difusão e repercussão do conhecimento científico à época. Como uma grande conhecedora das afinidades desse complexo sistema intelectual, a historiadora mobilizou um enorme contingente de acadêmicos, historiadores e críticos que permitiram a ela erigir um monumento preciso de José Honório Rodrigues. Em sua atividade pode-se identificar um tipo de engajamento direcionado a tecer as redes intelectuais que produziam sentidos dentre as esferas de circulação e validação acadêmicas.

Levada ao ponto de vista historiográfico, não seria capcioso afirmar que a historiadora desempenhou uma importante função literária ao ajudar a estabelecer essas fronteiras em torno do autor e sua obra. No trabalho com o espólio literário do historiador, Boechat atuou não só como esposa e organizadora, mas também como pesquisadora, editando e publicando um vasto conjunto de materiais sobre José Honório Rodrigues: documentos inéditos, textos póstumos, catálogos, prefácios, correspondência selecionada, traduções, entre outros. É nesse sentido que é possível dizer que Lêda Boechat não só organizou as obras póstumas de José Honório. Ela esteve engajada em um projeto mais

amplo de preparar, editar e publicar um acervo historiográfico que pode, ainda hoje, ser acessado e consultado por outros pesquisadores, ampliando e organizando a memória desse “grande” historiador brasileiro.

Considerações finais, ou, as formas possíveis de fazer-se historiadora

Neste ensaio, assumidamente sumário, busquei apresentar elementos que evidenciam o papel de Lêda Boechat Rodrigues na construção da carreira de José Honório Rodrigues. A análise do espólio literário do historiador revela não apenas suas contribuições, mas também aspectos frequentemente ignorados nos estudos sobre a historiografia brasileira.

Essa dedicação de Lêda ao espólio do esposo pode ser vista sob duas perspectivas: primeiro, pela familiaridade com o trabalho de José Honório, que, na condição também de colaboradora, a habilitou a editar e revisar suas obras; e, segundo, por uma lógica da própria historiografia no Brasil, onde o cuidado com o espólio de um autor se traduziu, em um dado momento, em uma forma de fazer história da historiografia. Um exemplo dessas configurações pode ser encontrado no trabalho do próprio José Honório Rodrigues com a obra de Capistrano de Abreu. Embora ele tenha desenvolvido uma ampla obra sobre a história do Brasil, sua inserção ao cânone historiográfico se daria principalmente pela produção relativa à história da historiografia brasileira, cuja porta de entrada foi o capital simbólico associado a seu trabalho com o espólio de Capistrano de Abreu. Assim como José Honório fez com Capistrano, seria por essa via de reconhecimento que poderíamos compreender a escolha de Lêda Boechat Rodrigues em trabalhar com o espólio literário do esposo.

Isso permitir sugerir que Lêda, ao organizar o acervo de José Honório, não apenas trabalhou como artífice de sua memória, mas também moldou a sua própria inserção na historiografia. Sua atuação transcendia a função de viúva que se dedicou ao espólio literário do esposo, mas refletia um profundo entendimento do campo historiográfico. Com exceção de raras menções, seu trabalho com o espólio permaneceria oculto sob a sombra do brilhantismo atribuído ao esposo, perpetuando a narrativa “ilustre” que ela procurava construir, sem que fosse reconhecido o seu próprio papel na representação e construção da imagem deste historiador.

Referências bibliográficas

FREIXO, Andre de Lemos. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) – (re) considerando as relações entre memória e história. *Revista Escrita da História*, Ano I – vol. 1, n. 2, out./mar. 2014-2015.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1976, p. 87.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Â. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 163-196.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper. In: GOMES, Â. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 93-110.

HEYMANN, Luciana. Q. *O Lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2012.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988.

IGLÉSIAS, Francisco. *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988, p. 55-78.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada (1988). *Estudos Avançados*, São Paulo, v.2, n.3, p.107-10, set./dez. 1988.

RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Ensaaios Livres*. Lêda Boechat Rodrigues (organizadora). São Paulo: Imaginário, 1991a.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo 2: A metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional, 1988a.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo 1: A Historiografia Conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988b.

RODRIGUES, José Honório. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 1. “Defesa das Liberdades Cívicas (1891-1898)”. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1965.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 2. “Defesa do Federalismo, 1899-1910”. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1968.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 3. “A Doutrina Brasileira do Habeas Corpus. (1910-1930).” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 4, tomo I: 19330-1963. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

A REVOLUÇÃO DE PAPEL – LINGUAGEM POLÍTICA E ESTRATÉGIA HISTORIOGRÁFICA NAS “LETTRES SUR L’ HISTOIRE DE FRANCE” (1820) DE AUGUSTIN THIERRY: POLÍTICAS DO TEMPO E DA HISTÓRIA

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: mariaepiaf@gmail.com

*Aquilo que foi impresso em tantos livros, que tantos professores ensinam, e que tantos discípulos repetem, adquire a força de lei e prevalece sobre os fatos*¹.
(Augustin Thierry, Dix ans d’Études historiques, 1835)

Em um clássico trabalho publicado em 1958: *The Political Uses of History: a Study of Historians in the French Restoration*, o historiador americano Stanley Mellon lança luzes sobre a pujante discussão historiográfica da Restauração Francesa (1815-1830) e a abrangência deste tema nas letras francesas de então. Mellon afirma que a centralidade da história no mercado editorial – 25% superior às belas letras, como segunda colocada em seu universo bibliográfico – devia-se ao fato de que as disputas pelo passado entre liberais e conservadores faziam da história a “linguagem da política” (1958, p. 1-2).

Os milhões de páginas dedicadas à narrativa histórica em gêneros diversos – corografia, panfleto, ficção e historiografia (dentre vários) – disputavam o poder de definir rumos futuros enquanto pleiteavam alicerces no passado francês. De um lado os liberais: herdeiros da Revolução (ainda que matizados pelo hiato imperial) ensejavam consolidar a *imago mundi* conquistada em 1798; de outro os conservadores, velhos inimigos derrotados pela revolução, que insistiam em reconduzir um rei e uma dinastia destronados pelas novas ideias.

Sendo o passado a chave do sucesso para estes partidos nada mais natural, portanto, que a história se tornasse a arma da disputa. As narrativas e teorias sobre o passado tornaram-se uma temática urgente, que envolvia vários livros e autores em um debate público que se manifestava mormente em história e, particularmente, em histórias da França. A revolução de 1789 operava-se agora no âmbito historiográfico, onde mesmo conservadores como De Maistre e Chateaubriand reconheciam-se em uma nova forma de experiência do tempo².

O testemunho de Chateaubriand, como partícipe do que considera a *epopeia de seu tempo*, é

1 [Todas as traduções são de minha autoria] *Mais ce qui est imprimé dans tant de livres, ce que tant de professeurs enseignent, ce que tant de disciples répètent, obtient force de loi et prévaut contre les faits eux-mêmes.*

2 O conde Joseph-Marie de Maistre (1753-1821) e o Visconde François René Auguste de Chateaubriand (1768-1848) foram dois importantes porta-vozes do conservadorismo francês em relação à Revolução e seus desdobramentos. Carolina Armenteros alertou em *L’Idée française de l’histoire* sobre a agilidade e lucidez com que o velho conde esteve entre os primeiros autores a perceber as mudanças no tempo e a compreender que a história mudara para sempre (ARMENTEROS, 2016). Também Chateaubriand, muito em função de sua emigração para os USA, foi tocado pela sensação de que o tempo se movia, e que ele pudera vivenciá-lo.

elucidador

Vi findar e começar um mundo, e os personagens opostos desse fim e desse começo se confundiam em minha percepção. Eu me encontrei entre dois séculos, como numa confluência de dois rios; mergulhei em suas águas turbulentas, distanciando-me pesaroso da velha margem onde nasci, nadando cheio de esperanças para a nova e desconhecida margem onde as novas gerações vão ter³. (CHATEAUBRIAND, 1949, XLVIII)⁴

O trecho pertence a uma dentre as muitas memórias⁵ produzidas após a Revolução, com predomínio de autores cujo afã era lembrar/recuperar o que fora perdido (entre posições e posses). Os relatos memorialísticos conservadores deram início ao uso da memória/passado como elemento político, obrigando o outro lado a uma reação inspirada pela mesma temática⁶. Exemplos da instrumentalização da história no âmbito conservador são vastos. De início, a retomada da Casa de Bourbon, que obviamente se ampara na tradição/história de um passado de séculos em que esta dinastia reinava sobre a França, graças a uma profícua ligação entre trono e altar.

Instituiu-se uma polarização em dois grupos heterogêneos nos quais várias agendas se agrupavam em maior ou menor grau de importância, a partir da confluência em torno de um tópico comum; no caso dos conservadores, o desejo de reaver as condições do passado – ainda que em forma de emulação – era o que unia tantas mentes e talentos em prolixa obra historiográfica. Do outro lado reunia-se grupo ainda mais heterogêneo de categorias anteriormente conhecidas como a terceira ordem (os plebeus). Sua palavra de ordem era a manutenção das conquistas revolucionárias, cuja palavra de ordem era a defesa dos direitos constitucionais.

3 *J'ai vu finir et commencer un monde, et que les caractères opposés de cette fin et de ce commencement se trouvent mêlés dans mes opinions. Je me suis rencontré entre les deux siècles comme au confluent de deux fleuves ; j'ai plongé dans leurs eaux troublées, m'éloignant à regret du vieux rivage où j'étais né, et nageant avec espérance vers la rive inconnue où vont aborder les générations nouvelles.* A metáfora da travessia do rio do tempo, de uma margem a outra e, portanto, a ideia de distinção e linearidade temporal foi apresentada por ele em *Memoires d'Outre Tombe*, escrito em 1809 e publicado, após reformulação, apenas em 1849. A experiência de abandonar o passado (Europa) e vivenciar o futuro na América do Norte traduziu-se pela sensação de atravessar o “rio do tempo”, de uma margem à outra (CEZAR, 2010; HARTOG, 2013).

4 A metáfora do fim de um “mundo” e início de outro ilustra o câmbio óbvio na experiência do tempo pressentida por Chateaubriand e que os esforços lítero/políticos da Restauração (e principalmente, da Revolução de 1830) teriam a função de difundir e popularizar. As imagens catastróficas utilizadas, originárias da narrativa conservadora (onde ainda se encontrava Chateaubriand) são neutralizadas/superpostas pela perspectiva teleológica de uma história evolutiva/progressiva, pela qual o nível de desenvolvimento sócio-político-tecnológico é o fator de ordenação hierárquica de diferentes etapas da história. Assim, Chateaubriand tem um ponto de partida traumático, mas o ponto de chegada é cheio de expectativas no que viria a se denominar Modernidade.

5 É interessante destacar aqui a longevidade das memórias como gênero de escrita da história. Ainda na década de 1810, várias obras memorialísticas assumiriam (de maneira inadequada) o título de história, dedicadas a registrar os acontecimentos *in promptu*, como a série de histórias das sessões da câmara realizadas pelo conservador Joseph Phiévée (1767-1839): *Histoire de la session de 1815* (1816), *Histoire de la session de 1816* (1817), *Histoire de la session de 1817* (1818), *Histoire de la session de 1820* (1821).

6 Nesse aspecto divirjo de Stanley Mellon, que atribui aos Liberais o início da utilização da história como arma política. Estudos mais recentes, sobre conservadores que apresentaram importantes reflexões sobre a temporalidade e a história, logo após a revolução, apontando, principalmente o pioneirismo destes autores na percepção das mudanças irreversíveis no tempo e sociedade. Além disso, autores como Marie-Françoise Piguet (2009), Loïc Rignol (2002a; 2002b) e Patrick Garcia (2002) são unânimes em afirmar o caráter reativo das *Lettres sur l'histoire de France*, como resposta à proposta conservadora do Conde de Montlosier (1755-1838) (1814) que através de uma reflexão sobre a história das instituições francesas defendia o retorno ao feudalismo. A reação às hipóteses e axiomas propostos por Montlosier foi o ponto de partida para os avanços empreendidos por Thierry em 1820 e após.

O fato de que a história representasse a linguagem política⁷ necessariamente deveria fazer avançar os estudos históricos de maneira geral. A disputa pelo passado se transformaria em uma guerra de narrativas, que trouxe ao centro do debate intelectual a história como conhecimento. A instrumentalização da história pelo debate político teria o efeito de constituir uma verdadeira *política da história* (RIGNOL, 2002a,1).

Dentre estas milhares de obras históricas (de ambos os lados) destaca-se o panfleto/manifesto do jovem historiador liberal Augustin Thierry (Jacques Nicolas Augustin Thierry – 1795-1856) intitulado *Lettres sur L’histoire de France*, publicado entre agosto e outubro de 1820 no periódico liberal *Censeur Européen*. Originalmente destinadas ao debate político, os artigos assumiram gradualmente a posição de uma reflexão sobre a *ars historica* em seu tempo, bem como uma proposta de *nova história* (THIERRY, 1827).

Sua publicação efetivava um novo formato de reflexão histórica, que partindo de uma revisão historiográfica e à luz das questões do presente, esboçou uma inédita perspectiva teórico-metodológica do fazer histórico. A repercussão desse manifesto foi descrita por Marcel Gauchet como um “evento intelectual” (*événement de pensée*), ao qual atribui a instituição da cultura histórica formativa da nacionalidade francesa (GAUCHET, 2002, 8). De fato, as consequências políticas imediatas: acirramento da censura e fechamento do *Censeur* não poderiam adiar o inevitável; em 1827 Thierry já podia comemorar os avanços no conhecimento histórico e a consolidação de uma verdadeira revolução na escrita da história (THIERRY, 1827, VIII)⁸.

Este artigo visa destacar a bidimensionalidade do texto de 1820, ressaltando sua originalidade quanto à sistematização de uma proposta historiográfica bem próxima ao que hoje conhecemos como tal. Acompanhar o singular processo formativo desse programa da escrita da história demanda a compreensão dos elementos em jogo – o passado e a política – como também as peripécias linguístico-literárias cujo sucesso elevaria historiadores ao posto de Ministros, políticos e oficiais de alto-escalão (Thierry entre eles, durante a monarquia liberal 1830-1848) quando a França implementou com sucesso uma pedagogia da Nação em que a cultura histórica tinha o peso de política de Estado. Sua habilidade em revolucionar a escrita da história na França⁹, e lançar bases para uma “ciência da história” (a terminologia é de Marcel Gauchet) são alguns dos aspectos que justificam a importância de reler o manifesto de 1820.

7 Em *Visões da política* Skinner define uma linguagem política pelos seguintes elementos: a intencionalidade da escrita, como desejo de atuar politicamente; a dialogia entre o texto e outros do mesmo meio e interesses; o uso de um léxico (ou seja, um núcleo de ideias e conceitos) cujos sentidos são comuns ao meio lítero-político a que se dirige; e finalmente a efetividade política do texto, fomentando reações positivas ou contrárias (SKINNER, 2002).

8 A diagnose político-historiográfica de Thierry deixara claro para os liberais que a renovação da história francesa representaria a mais importante vitória para o momento. A bibliografia “novistorista” e a política da história por ela preconizada foram se dúvida responsáveis pelo sucesso da Revolução de 1830, um movimento encabeçado e idealizado pelos historiadores liberais, que após a vitória seriam os grandes nomes na política nacional.

9 Desde um capítulo nos *Lieux de Memoire* (NORA, 1986) intitulado “Les lettres sur l’histoire de France d’Augustin Thierry” (GAUCHET, 1986) e ampliando-se em trabalhos posteriores (2002), Marcel Gauchet tem insistido na importância de Thierry e suas *Lettres* como ponto de virada para o desenvolvimento da historiografia francesa. Aspectos metodológicos e a concepção de história nacional, são dois tópicos principais dentre as várias conquistas de Thierry por ele identificadas.

O texto se desdobra em três momentos: inicialmente a identificação do contexto da Restauração como um momento especial para a reflexão sobre a história, alimentada pela sua caracterização como ato político (SKINNER, 2002); em seguida, a identificação do lugar de Augustin Thierry e suas *Lettres* nesse contexto para finalmente avaliar a contribuição desse manifesto, na proposta de sistematização da pesquisa e escrita da história e, por decorrência, do *métier* historiográfico.

A Restauração e a história como política

Já se passaram trinta anos desde que a revolução se apresentou ao mundo; ela é adulta e se comporta muito bem sozinha; ganhou em habilidade o que perdeu em efervescência. Seria necessário um talento prodigioso para resistir a ela; apenas se lhe opuseram crianças que não a conheciam, homens que dela fugiram e outros que, exceto pelas honrarias de tempos passados, nada perderam (Joseph Fiévée, *Histoire de la Session* de 1818). (FIÈVÈE, 2018, IV)¹⁰

Denominou-se Restauração Francesa (ou Bourbônica), o período entre os anos de 1814-1830, em que politicamente a França reassumia a casa de Bourbon como dinastia reinante, e a Monarquia hereditária como regime político; como concessão aos demais grupos, acatou-se uma Carta Constitucional imposta por elementos importantes da economia nacional e defendida pelos ideólogos liberais (PERTUÉ, 2014).

Esse regime contemporizador fora imposto pelas potências vencedoras da Santa Aliança, desejosas de materializar simbolicamente a reversibilidade do processo revolucionário (o que rapidamente se demonstraria inexecutável); a França invadida e espoliada, desejosa de livrar-se da ingerência estrangeira converge em uma pantomima de pacificação nacional pela fórmula cartista; pelo (temporário) bem comum reuniram-se de maneira precária os sobreviventes da velha ordem e os representantes da nova sociedade¹¹.

A necessária convivência – uma vez que nenhum dos lados tivesse condições de vitória¹² – impunha que o embate não pudesse ocorrer senão de forma indireta: a imprensa, periódicos, mercado livreiro, todos os setores de divulgação de ideias e que possibilitavam acessar e interferir na opinião pública foram atraídos para o epicentro de um debate que desde o início contrapunha os Restauradores aos Cartistas.

A noção de que fossem dois mundos inconciliáveis se ilustra nas memórias de um privilegiado observador liberal

Dois povos diferentes pelas lembranças, ideias e hábitos, e que não podiam mais se compreender; dois exércitos que se haviam combatido, sendo que a vitória celebrada por um era a derrota deplorada pelo outro. Enfim, dois senhores para uma mesma casa,

10 *Il y a trente ans que la révolution a fait son entrée dans le monde ; elle est majeure, et se conduit fort bien toute seule ; elle a gagné en habileté ce qu'elle a perdu en effervescence. Il auroit fallu un talent prodigieux pour lui résister ; on ne lui a opposé que des enfants qui ne la connoissoient pas, des hommes qui avoient fui devant elle, et d'autres qui, sauf l'honneur d'autrefois, n'y ont rien perdu.*

11 Amargas concessões de ambos os lados foram necessárias: para a sociedade francesa pós-napoleônica, era acintoso o retorno dos Bourbon como soberanos de uma sociedade para a qual representavam um passado de opressão; já para aqueles velhos saudosistas de um mundo desaparecido, a imposição de uma Carta Constitucional, assinada sem convicção. De um lado as forças da Santa Aliança, do outro uma sociedade alerta.

12 *Deux peuples différents par leurs souvenirs, par leurs idées, par leurs habitudes, et qui ne pouvaient même plus se comprendre, deux armées qui avaient combattu l'une contre l'autre, et dont l'une célébrait comme des victoires ce que l'autre déplorait comme des défaites. Enfin deux propriétaires pour la même maison, pour le même champ, voilà la France que la maison de Bourbon la retrouvait en 1814, et telle qu'après l'avoir constitué elle devait la gouverner.*

para um mesmo campo, eis a França que a Casa de Bourbon encontrou em 1814, e que após constituir, deveria governar. (DUVERGIER de HAURANNE, 1857, 190-91)

A percepção caótica, que compreende de imediato que o passado e o presente eram totalmente distintos: os dois povos de ideias, hábitos e lembranças diferentes, vem de um dos jornalistas/políticos liberais, Prosper Duvergier de Hauranne (1798-1881), autor em importantes periódicos como o *Globe* e a *Revue des Deux mondes*, e também deputado durante a monarquia liberal (1830-1848). Publicado em 1857, o texto é equilibrado pela maturidade das ideias e experiência histórica, proporcionando um olhar equilibrado e bastante consciente da realidade descrita.

Em 1814 este era o desafio a ser vencido. A desejada estabilidade necessária à reconstrução do país (desgastado pela guerra e dividido pelos eventos e convicções políticas) demandava instituições e legitimidade. A memória recente da sucessão de regimes em curto espaço de tempo, acompanhada de grandes catástrofes sociais, demandava uma sofisticada construção ético-política que demonstrasse sua habilidade de pacificar para governar. A ruptura representada pela queda da casa monárquica deitara raízes profundas no pensamento e sociedade francesa dos anos 1810. A legitimidade do poder não podia mais (e apenas) confiar nos velhos sustentáculos da ideologia medieval dinástica e religiosa.

Um dos indiciais mais interessantes da mudança é o fato de que o debate sobre a legitimidade do trono/altar teria de se sujeitar aos novos padrões instituídos pouco antes da Revolução: as questões debatidas nas Câmaras revestiam-se de dimensões históricas (MELLON, 1958, 3); e a imprensa, as casas editoriais e a opinião pública configuraram-se na moderna *Ágora* onde a opinião pública estava entre os bastiões da legitimidade a serem conquistados – a contragosto, pelos conservadores¹³. A cotidianidade e amplitude do debate político universalizara o desejo de informação e participação política de todas as classes, que buscavam informação em variadas fontes, enquanto o debate ocorria igualmente em ambientes diversos: saindo das câmaras representativas para as ruas, cafés e tribunais (OWRE, 2008, 2).

A disputa pelo passado se inicia pelos conservadores, partindo da argumentação sobre a antiguidade de seus direitos de regalia, baseados em raízes históricas remotas que buscavam comprovar. Contavam-se entre eles os nobres *émigrés* (que sobreviveram à Revolução fugindo para países vizinhos), acompanhados da Igreja e da monarquia Bourbônica, todos desejosos de restabelecer “a ordem” através de uma imagem idílica de passado já bastante recuado.

No campo oposto os liberais, que arvorando-se herdeiros da Revolução e representantes do povo, embora sustentados pelas elites comerciais e industriais, objetivavam manter e aperfeiçoar as vitórias da Revolução, inspirados principalmente no modelo liberal inglês, cuja monarquia invejavam. O passado que lhes pertencia havia se tornado um tabu; portanto, de olhos fixos no futuro, seus autores lutavam efetivamente pela continuidade da participação popular na política, o bicameralismo, e a democracia em seu sentido liberal.

13 Stanley Mellon enumera diversos espaços de embate político historiográfico, sejam as assembleias das Câmaras, as aulas de história na universidade, bibliotecas específicas para cada segmento - *Bibliothèque Historique* para os liberais, e *Bibliothèque Royaliste* para os conservadores; na ponta de lança, os periódicos de cada setor em que as colunas de jornalismo-historiografia eram centrais e finalmente as coleções de história em formato popular, sendo a coleção dos *Résumés Historiques* a mais importante no âmbito liberal e a *Bibliothèque Catholique*, entre os conservadores (1958, 3).

A polarização entre partidos se repete no debate, colocando-se como central a temática da Revolução e os direitos perdidos, ou alcançados através dela. A narrativa conservadora enseja uma anamnese das agruras da Revolução como estratégia argumentativa em prol de uma reversão sócio-política. Re-construíam uma tradição de legítimos direitos de conquista, recuando à invasão franca (séculos VI -VIII), e sedimentados pelos séculos. Por esse viés, a Revolução era vista como um evento catastrófico e ilegítimo, uma desordem popular seguida de violência injustificável e de decorrências monstruosas, como a execução da família real e de dezenas de milhares de *gentis homens* guilhotinados e perseguidos, cujas propriedades e posses foram devastadas e expropriadas.

A recondução dos Bourbon reinstituiu uma ordem divinamente imposta e fartamente documentada pelas narrativas históricas até então. A posse e controle da narrativa histórica oferecia um peso argumentativo importante, respaldando as demandas de recuperação de títulos e propriedades, como também de postos públicos. Dar continuidade à narrativa já existente sustentaria essas demandas, principalmente com a inclusão de capítulos novos que deveriam confirmar o caráter excepcional (e disruptivo) da Revolução para a qual a volta dos Bourbon representava a solução.

Não é difícil perceber o perigo dessa linha argumentativa no sentido de favorecer o gradual apagamento das conquistas revolucionárias. Para os liberais, a verdade se encontrava em sentido oposto: a conquista dos francos instituiria uma sociedade desigual e violenta, em que os invasores teriam reduzido os grupos locais à miséria e escravidão. Os séculos de opressão teriam sido os responsáveis pela fúria recalcada de uma população cuja revolta era histórica; portanto, a Revolução representava uma reação retardada à conquista, um ato de justiça e de libertação do povo francês.

Restava uma luta aguerrida em que nenhuma solução de compromisso seria possível: os direitos de uns eram as mazelas dos outros; e a Revolução que fora algoz de uns, era a libertadora dos outros. A solução – e as respostas – estavam na história.

A guerra de narrativas

Como se vem demonstrando, a instrumentalização da história partiu dos conservadores; e é também deles que viria um trabalho importante, para se entender as *Lettres sur l'histoire de France*. Uma iniciativa conservadora de 1814, *De la monarchie française, depuis son établissement jusqu'à nos jours* - de autoria do controverso Conde de Montlosier¹⁴, representou um importante incentivo à disputa, e também um incentivador indireto dos avanços historiográficos, inaugurando o debate sobre o desenvolvimento da história francesa que, segundo Shirley Gruner, seria o responsável por transformar os primeiros anos da Restauração em um período especialmente frutífero na historiografia francesa (GRUNER, 1969, 346).

Retomando as ideias de um inspirado pensador do século XVIII, o conde Henri de Boullanvilliers (1658 -1722)¹⁵, Montlosier se coloca no debate como um conservador heterodoxo, pois ardente defensor do feudalismo e contrário à causa central do absolutismo. Desde a apresentação da obra ele põe na mesa as peças que a narrativa histórica francesa contemporânea deveria encaixar

14 Montlosier foi personagem de grande participação na Revolução, império e Restauração. Apesar de membro da Contrarrevolução, tinha posturas bastante próprias sobre o que deveria ser recuperado, e ainda que desejoso de um retorno aos privilégios, não simpatizava com o absolutismo (PIGUET, 2009).

15 Também conde de Saint-Saire, cujo pensamento influenciou iluministas como Voltaire e Montesquieu.

1º do antigo estado da França e suas instituições; 2º da forma como a Revolução foi caudatária desse estado de coisas ; 3º das tentativas realizadas para derrubá-la; 4º dos sucessos obtidos pelo Primeiro Consul [Napoleão] nesse propósito ; e suas diversas Restaurações. (MONTLOSIER, 1814, V, t1) ¹⁶

O trecho representa uma citação das questões propostas a ele em 1802 pelo então Primeiro Consul, e que deveriam ser respondidas numa narrativa histórica cujo sentido está exposto na ordem dos temas: uma narrativa áulica em que Bonaparte seria coroado pela história francesa como grande vencedor da Revolução. As diferenças de opinião e a independência de pensamento do autor retardaram sua publicação até o momento em que Bonaparte já não mais se encontrava no poder.

A publicação incentivada pelos Bourbon tornou-se rapidamente incomoda: a história que Montlosier propunha era bastante diversa, tanto dos conservadores, quanto dos liberais pois, se a Revolução era considerada a grande catástrofe, nem por isso os Bourbon representariam a solução. Seu ideal era o retorno a um medievo idílico, onde se iniciara a instituição que em sua opinião fora a mais coerente: o feudalismo. Desde a legitimidade longínqua derivada dos direitos de conquista – que garantiram aos descendentes dos francos a posse da terra e dos homens; e considerando a longevidade desse sistema, que só fora abalado pela centralização tardia, Montlosier defendia o feudalismo como a mais justa e virtuosa ordem-social já conhecida pelos franceses.

Em sua percepção aristocrática e feudal da história, a monarquia representara uma degeneração da sociedade feudal e assim abriu espaço para a Revolução que encontrara uma nobreza totalmente indefesa. Crente na possibilidade de uma regeneração da França pelo retorno a um ponto anterior não corrompido, as instituições e ordem social da pós-conquista (PIGUET, 2009).

Montlosier recua no passado avançando inadvertidamente na escrita da história. Sua busca de respostas no passado a partir das questões contemporâneas realiza uma inversão inopinada, através da qual a leitura do passado se ancora no presente, favorecendo uma percepção revisionista da história. Sem querer ele abandona a visão tradicional de uma história cumulativa em que os vários relatos contemporâneos às diversas épocas se reúnem em um presentismo (*latu sensu*) anacrônico. Agora o passado (imóvel) deve ser olhado de um ponto superior, o presente (em movimento). A intenção regenerativa, que dificilmente se sustentaria numa relação tão desigual, permanece como sinal de sua figura intersticial.

A subordinação do passado torna questionável uma ideia da história *Magistrae vitae*, uma galeria de modelos; subordinada ao presente, ela se reconstrói a partir de um sentido encontrado no presente, que a ordenação dos fatos na narrativa deve comprovar. Também em sentido divergente vem a perspectiva de uma história temática, em defesa de uma classe, ou seja, um sujeito coletivo.

Sua história tem um início humano: a conquista – que identifica o início e a *virtú*; e um fim também distante da providência: a Revolução como “guerra de classes” decorre de uma decadência social derivada da desordem criada pelo esvaziamento da ordem feudal. Na busca pelo passado, no desejo de retorno através da emulação histórica, Montlosier abre espaços que serão preenchidos por Thierry.

16 « 1º de l'ancien état de la France et de ses institutions ; 2º de la manière dont la Revolution avait sortit de cet état de choses ; 3º des tentatives faites pour la renverser; 4º des succès obtenus par le Premier Consul [Napoleão] a cet égard ; et des ses diverses Restaurations. »

Duas décadas após as *Lettres*, Thierry admite de maneira indireta a influência de Montlosier, ainda que de maneira negativa:

[este livro] é, fora da ciência atual, o último dos grandes sistemas históricos; e de 1814 a 1820 a sua atividade, ainda que indireta, foi considerável. Provocou fortemente os espíritos, pela forte repugnância que despertou; provocou, no campo da história, oposição e controvérsia política¹⁷. (THIERRY, 1840, 170)

Mais de vinte anos depois e já vitorioso sobre as teses do conde, Thierry não esconde o impacto daquelas ideias, que descreve de maneira ambivalente: a obra está fora da “ciência moderna” que ele e os companheiros instituíram; mesmo assim é o último dos “grandes sistemas históricos”. Sua importância é indireta, uma vez que não deixou descendência entre os conservadores; mas representou um fator de ebulição nos espíritos e respostas, ou seja, teve importância no fomento da historiografia principalmente pela revolta e repugnância despertados em seus companheiros liberais, e nele em particular.

O que oferece Thierry; ou melhor dizendo, como a provocação de Montlosier foi respondida por Augustin Thierry?

Oriundo da École Normal Supérieure, onde aprendera a associar as humanidades e as ciências, discípulo de Saint-Simon, de quem herdara uma respeitável consciência social, o jovem publicista filho da Revolução trazia uma bagagem ímpar para o debate. São essas características formativas excepcionais que permitiram a ele expandir aspectos embrionários na obra de Montlosier, como o caráter revisionista, a sujeição do passado ao presente - indicando o sentido da narrativa e da história, uma história no singular (nacional) que tratasse de indivíduos coletivos (social).

O encontro entre as ideias de Montlosier e Augustin Thierry materializa um embate entre a defesa de um retorno idílico ao passado: que só é possível pela crença na imobilidade temporal (e daí a possibilidade de regeneração dos seres e sociedades), e a certeza de um tempo linear e evolutivo, em que o passado não pode retornar senão como representação¹⁸. Trata-se de um choque geracional, mas também e principalmente, do desencontro entre duas França e as respectivas concepções históricas, que não poderiam conviver.

Seu percurso se inicia em uma reação – não identificada – a Montlosier, como relata na “Advertência” que precede as *Lettres* na primeira edição em livro (1827)¹⁹

Em 1817, tomado pelo ardente desejo de contribuir com o triunfo das opiniões constitucionais, pus-me a buscar nos livros de história as provas e argumentos que apoiassem minhas

17 *l'ouvrage de M. de Montlosier, (...) est, en dehors de la science actuelle, le dernier des grands systèmes historiques ; et de 1814 à 1820, son action, bien qu'indirecte, fut considérable. Il remua fortement les esprits, par les vives répugnances qu'il soulevait ; il provoqua, sur le terrain de l'histoire, l'opposition et la controverse politique.*

18 De um lado um aristocrata de família tradicional, contrarrevolucionário e desejoso de uma temporalidade inerte, em que se poderia regenerar (ou seja, fazer voltar o tempo, reinstituindo um estágio original) a França; do outro o *self made man* Augustin Thierry, discípulo de Saint-Simon e egresso da École Normale Supérieure, instituída na Revolução como escola de formação de professores destinados a universalizar a educação laica e de apelo científico, devoto da igreja da razão e seguidor fiel das ideias de evolução social.

19 O esperado volume que reuniu as dez *Lettres* trazia esta apresentação e outras novidades: às dez cartas originais foram adicionadas mais quinze, além de um subtítulo que representa uma indicação de leitura muito importante: *pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Perceba-se que não apenas Thierry tem consciência do interesse pelas *Lettres* – foram quase vinte edições entre 1827 e 1900, sendo quinze entre 1827-1860 – como também já as considera uma introdução ao estudo da história da França, ou seja, reconhecia seu papel de pioneiro no questionamento e reelaboração desta história.

crenças políticas. Dedicado a este trabalho com todo o ardor da juventude, cedo percebi que a história me encantava por si, como quadro do passado, e independente das induções buscadas para o tempo presente. E ainda que subordinasse os fatos ao uso que pretendia, eu os observava com curiosidade, mesmo quando eles não tivessem utilidade para a causa que eu desejava servir. (THIERRY, 1827, VI)²⁰

As *Lettres* que se originam de um desejo de revanche, tem um resultado que surpreende até mesmo seu autor: no percurso de seus estudos ele descobrira que havia uma verdade escondida sob a poeira do tempo, e “sufocada pelas fórmulas de convenção e o estilo pomposo dos escritores”²¹ (THIERRY, 1827, VII). Esse portanto, é o primeiro passo da estratégia historiográfica “descoberta”: o levantamento e crítica das obras precedentes e a identificação das lacunas a serem sanadas.

Encontram-se também aí aspectos que serão chave em seu projeto: a crítica e seleção de fontes para as quais não basta apenas a técnica antiquária da crítica documental; é preciso também uma crítica interna do documento, através da contextualização linguística e do recurso à filologia.

Não poderia faltar uma diretriz temática – a história da França. Mas se ele identifica essa expressão em várias obras anteriores, pretensamente dedicadas à história da Nação, ele concluirá que as fórmulas correntes “história da França”, “história da nação francesa” não são dignas desse nome:

Mas existe uma História da França que reproduz com precisão as ideias, os sentimentos, a moral dos homens que nos transmitiram o nome que levamos, e cujo destino preparou o nosso? Eu não acho. [...] A verdadeira história nacional, aquela que merece popularizar-se, ainda está enterrada na poeira das crônicas contemporâneas; ninguém pensa em extraí-lo, e ainda reimprimos as compilações imprecisas, sem verdade e sem cor que por falta de algo melhor, decoramos com o título de História da França. (THIERRY, 1827, 3-4)²²

A riqueza desse trecho demanda reflexão mais alongada: em primeiro lugar, temos a definição do tema que deve ser central na narrativa histórica: a nação. Thierry denuncia que o personagem principal da narrativa nacional ainda não assumiu o prosaísmo: a nação (o povo) francês em seu vir a ser, (REIZOV, 1960) o que não se encontra nestas “histórias da França que se decora nas escolas”, mas que não têm relação com a realidade.

De imediato ele realiza uma desnaturalização do discurso histórico, cuja veracidade perde o caráter prévio de autoridade. Não se trata, nem é suficiente, que se reconheça a qualidade do narrador; no passado a escrita da história era dependente de um mecenato, o que invariavelmente definiria os rumos da narrativa. A história deveria ter por tema (e mecenas) a Nação e para ela, e sobre ela, deveria ser escrita.

20 (Minha tradução). *En 1817, préoccupé d'un vif désir de contribuer pour ma part au triomphe des opinions constitutionnelles, je me mis à chercher dans les livres d'histoire des preuves et des argumens à l'appui de mes croyances politiques. En me livrant à ce travail avec toute l'ardeur de la jeunesse, je m'aperçus bientôt que l'histoire me plaisait pour elle-même comme tableau du temps passé, et indépendamment des inductions que j'en tirais pour le présent. Sans cesser de subordonner les faits à l'usage que je voulais en faire, je les observais avec curiosité, même lorsqu'ils ne prouvaient rien pour la cause que j'espérais servir.*

21 *Insensiblement je quittai les livres modernes pour les vieux livres, les histoires pour les chroniques, et je crus entrevoir la vérité étouffée sous les formulés de convention et le style pompeux de nos écrivains.*

22 *Mais existe-t-il une Histoire de France qui reproduise avec exactitude les idées, les sentimens, les moeurs des hommes qui nous ont transmis le nom que nous portons, et dont la destinée a préparé la nôtre? Je ne le pense pas. L'étude de nos antiquités m'a prouvé tout le contraire, et ce défaut d'une histoire nationale a contribué peut-être à prolonger l'incertitude des opinions et l'irritation des esprits. La vraie histoire nationale, celle qui mériterait de devenir populaire, est encore ensevelie dans la poussière des chroniques contemporaines; personne ne songe à l'en tirer, et l'on réimprime encore les compilations inexactes, sans vérité et sans couleur; que, faute de mieux, nous dé-corons du titre d'Histoire de France;*

Outro aspecto importante é a religação entre passado e presente de maneira a que o passado justifique o presente. Ao considerar a necessidade de explicar a Revolução, Thierry transfere aos plebeus do passado a responsabilidade de projetar um movimento de liberdade. Essa história deve desvelar a atuação popular na história, ao “reproduzir **com precisão** as ideias, sentimentos, a moral dos homens cujos nomes carregamos (nossos antepassados), e **cujo destino preparou o nosso**” (THIERRY, 1827, 3-4). A verdadeira história, explica, é aquela que faz reviver os homens do terceiro estado, que mostre suas ideias, seu valor, e que apresente de maneira clara como o “seu destino preparou o nosso”. Ora, se são estes os personagens que construíram a nova França; portanto há que instituir a narrativa evolutiva que explica como os homens reduzidos à servidão pela conquista franca – que aqui assumirá o caráter de invasão, conseguiram gradualmente construir o processo de sua própria libertação através da Revolução de 1789.

A história da França, tal como se conhecia até então, havia sido planejada através de um apagamento da violência e edulcoramento de uma tragédia (a conquista) que se revivia cotidianamente, mascarada pela narrativa de um câmbio pacífico de reis e descendentes; sua verdadeira face só seria revelada quando os historiadores estivessem atentos aos esforços dos descendentes das “raças” escravizadas pela reconquista de direitos e liberdades ao longo desse mesmo período.

A narrativa de Thierry alcança grandes tentos no transporte de sentidos operado nas categorias de Montlosier: os excessos da Revolução haviam sido eficientemente neutralizados com explicação de que a fúria popular na Revolução derivasse de um sentimento represado de revolta, assim bem justificada. A mesma solução se daria no âmbito da “luta de classes”. Sempre apoiado na violência da conquista, Thierry esboça uma teoria universal das revoluções: onde houve uma conquista, associada à opressão e violência, naturalmente se instaura uma animosidade entre as “raças” envolvidas: opressores e oprimidos (THIERRY, 1827, 84-5). Sendo o ser humano naturalmente disposto para a liberdade todas as sociedades tendem à busca da igualdade pelos menos favorecidos, sendo esse processo denominado “guerra de raças”.

Karl Marx reconhecia em Thierry o pai da luta de classes, por motivos óbvios. No entanto, há que destacar as limitações dessa concepção de história: sua teoria reduz as diferenças e opressão social apenas àquelas situações derivadas de uma conquista (e a história europeia, como também a americana, estava cheia de exemplos), cuja consequência natural seria a revolta das “raças” oprimidas: após esse momento de crise o equilíbrio seria alcançado pelo fim de privilégios e a universalização da liberdade civil. Momento em que uma sociedade atingiria sua maturidade.

A visão pequeno-burguesa de Thierry não ia além desses aspectos, o que dificulta ver aí uma história efetivamente popular. No entanto, a perspectiva de que a história fosse a resultante destas lutas entre opressores e oprimidos e o caráter universal atribuído, como uma recorrência em todos os povos, é por si um golpe pungente na percepção providencialista que até então prevalecia.

Outro aspecto importante é a crença na função formativa da história

Posso estar enganado, mas acredito que o nosso patriotismo ganharia muito em pureza e firmeza se o conhecimento da história, e especialmente da história da França, se espalhasse de forma mais geral entre nós e se tornasse cada vez mais popular. (THIERRY, 1827, 2-3)²³

23 Je ne sais si je me trompes, mais je crois que notre patriotisme gagnerait beaucoup en pureté et en fermeté si la connaissance de l’histoire, et surtout de l’histoire de France, se répandait plus généralement chez nous, et devenait en quelque sorte populaire.

Termos como popular, pública, são frequentemente associados à história em suas *Lettres*, prenunciando usos que hoje conhecemos; seu desejo de popularizar uma cultura histórica é de fato a preocupação representada nessa afirmação, como elemento importante de identidade, de desenvolvimento de uma postura crítica frente à realidade, sobretudo em substituição àquela narrativa histórica ainda presente no cotidiano, e “que após ser lida, nada contribuía no interesse da moral e instituições, restando apenas o detalhamento completo de um estado de Casa Real”²⁴ (THIERRY, 1827, 9). A história deve se relacionar com a sociedade de maneira íntima: seu protagonista como também seu leitor deve ser a sociedade, para a qual deve contribuir (GOSSMAN, 1978, 7).

A história de Thierry é humana, coletiva e universal. Sua narrativa despreza o caráter dinástico de biografias de pessoas excepcionais, para representar uma memória coletiva, de exemplos de cidadania, concluindo

Podemos tirar [de nossa história] uma grande lição: na França ninguém foi libertado por outrem; não existem entre nós, direitos recentemente adquiridos e a geração atual deve todos os que possui à coragem das gerações que a precederam. (THIERRY, 1827, XI-XII)²⁵

Fontes

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte à Monseigneur le Dauphin*. Ouvrage posthume de messire Jacques-Bénigne Bossuet. Paris, A Paris, chez Pierre Cot, 1709.

CHATEAUBRIAND, René. *Mémoires d'Outre-Tombe*. T1. Paris, Eugène et Victor Penaud frères, 1849.

DUVERGIER de HAURANNE, Prosper. *Histoire du gouvernement parlementaire en France: 1814-1848*. T. 2. Paris, Michel-Lévy Frères, 1857.

FIÉVÉE, Jean. *Histoire de la session de 1817*. Paris, Le Normant imprimeur Libraire, 1818.

MONTLOSIER, François-Dominique de Reynaud, comte de. *De la monarchie française, depuis son établissement jusqu'à nos jours*. Paris, Nicolle ; Égron ; Gide, 1814 (3 volumes).

THIERRY, Augustin. *Considérations sur l'histoire de France, Récits des temps mérovingiens*. T1. Paris, J. Tessier, 1840.

THIERRY, Augustin. *Dix ans d'Études historiques*. Paris, Just Tessier Libraire, 1835

²⁴ Après avoir lu notre histoire, il est difficile d'en avoir retenu autre chose, en fait d'institutions et de mœurs, que le détail bien complet d'un état de maison royale.

²⁵ On peut en tirer une grande leçon : c'est qu'en France, personne n'est l'affranchi de personne, qu'il m'y a point, chez nous, de droits de fraîche date, et que la génération présente doit tous les siens au courage des générations qui l'ont précédée

THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France* - pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire. Paris, Sautet, 1827.

Referências bibliográficas

ARMENTEROS, Carolina. *L'Idée française de l'histoire*. Joseph de Maistre et sa postérité (1794-1854). Paris, Classiques Garnier, 2016.

CEZAR, Temístocles. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº11, p. 26-33, mai. 2010

GARCIA, Patrick. “Les régimes d'historicité : un outil pour les historiens ? Une étude de cas : la “guerre des races” ”, *Revue d'histoire du XIXe siècle*. 25,43-56, 2002. Disponível em <http://rh19.revues.org/418>. Acesso em 12/10/2024

GAUCHET, Marcel. “Les lettres sur l'histoire de France d'Augustin Thierry”. In. NORA, Pierre. *Les Lieux de Memoire: La Nation* . PARIS, Gallimard, 1986. t. 2, v. 1, p. 247-316.

GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques: le moment romantique*. Paris, Seuil, 2002.

GOSSMAN, Lionel. *Augustin Thierry and Liberal Historiography*. With introductory comments by Hayden White. Middletown, Wesleyan University Press, 1976.

GRUNER, Shirley M. “Political Historiography in Restoration France.” *History and Theory*, vol. 8, no. 3, pp. 346–65.1969.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade - Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

LEUILLIOT, Paul. Mr André Gain, La Restauration et les biens des émigrés, la législation concernant les biens nationaux de seconde origine et son application dans l'Est de la France (1814-1832). T. I, La restitution des biens non vendus, la conquête de l'indemnité ; t. II, Le milliard des émigrés. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 6, pp. 280-284.1930. https://www.persee.fr/doc/ahess_0003-441x_1930_num_2_6_1216_t1_0280_0000_4

MELLON, Stanley. *The political uses of history: a study of historians in the French restoration*. Stanford, Stanford University, 1958.

NAPOLI, Paolo (et al). “Débat”. In. ZANCARINI, Jean-Claude ed. *Lectures de Michel Foucault*. Volume 1. Lyon: ENS Éditions, 2001. PP 67-80. Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/1788>. Acesso em 14/10/2024.

OWRE, Maximilian Paul. *United in Division: The Polarized French Nation, 1814-1830*. Chapel Hill, University of North Carolina, 2008.

PERTUÉ, Michel. “Royer-Collard et la charte de 1814”. In. *Historia Constitucional*, n. 15, 23-69, 2014. Disponível em: <https://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/397>. Acesso em: 19/10/2024.

PIGUET, Marie-Françoise. ‘ “Contre-révolution”, “guerre civile”, “lutte entre deux classes” : Montlosier (1755-1838) penseur du conflit politique moderne’. *Astérion : L’ami et l’ennemi* [on line]. N 6, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/asterion/1485>. Acesso em 10/10/2024.

REIZOV, Boris G. *L’Historiographie Romantique Française (1815-1830)*. Moscou, Éditions en langues étrangères, 1962.

RIGNOL, Loïc “Augustin Thierry et la politique de l’histoire. Genèse et principes d’un système de pensée.”, *Revue d’histoire du XIXe siècle*. n. 25. Pp. 87-100. 2002a.

RIGNOL, Loïc et RÉGNIER, Phillippe. “ Races et politique dans l’histoire de France chez Victor Courtet de L’Isle (1813-1867) ”. In. RÉGNIER, Phillippe. *Études Saint-Simoniens*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2002b. Pp. 127-152

SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Lisboa, Difel, 2002.

ACADEMICAMENTE POPULAR: AS ESCOLAS DE SAMBA “NA HISTÓRIA” E A HISTÓRIA NAS ESCOLAS DE SAMBA

Fábio Rodrigues de Almeida

Doutorando em História Social (UERJ)

Bolsista CAPES

E-mail: alipius.23@gmail.com

Introdução

Observar uma determinada época e sociedade por meio de suas manifestações artístico-culturais, sobretudo aquelas que emergem do seio da “cultura popular”¹, é ter acesso – pelo uso de fontes repletas de sentidos de vida – à parte fundamental das formas de ser, pensar, organizar e comunicar dessa sociedade. Uma perspectiva que, principalmente a partir das décadas finais do século XX, vem renovando os estudos históricos, destacando-se a revalorização das análises qualitativas e das experiências individuais, além do novo impulso à história cultural e aos estudos políticos e contemporâneos (FERREIRA, 2018, p. 82-83).

Destarte, neste texto, que decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é *O samba agoniza, mas não morre! “Enredos críticos” e educação histórica no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática (2013-2023)*, buscamos apresentar o resultado parcial da pesquisa referente a um de seus capítulos, tendo como objetivo oferecer subsídios à compreensão de determinados aspectos da relação entre as escolas de samba e sua produção carnavalesca e a historiografia acadêmica.

Contemplando a problemática exposta, primeiramente, observamos o estado da arte sobre as pesquisas na área de História que abordem o carnaval de escola de samba, situando as principais atenções dos historiadores sobre o tema, além de fontes, metodologias e referenciais teóricos utilizados, no período entre 2013 e 2024.

Em um segundo momento, nosso olhar dirige-se às próprias escolas de samba, com o fito de nelas perscrutar a estreita relação com a narrativa histórica, construída desde quando estas centenárias agremiações ainda buscavam sua afirmação no carnaval carioca, poucos anos após seu aparecimento, nos subúrbios do Rio de Janeiro, entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930. Assim, dada essa aproximação, busca-se refletir sobre as escolas de samba enquanto espaços institucionais

¹ Considerando-se a palavra “cultura”, segundo Edward Thompson (1998), como o conjunto de costumes, ritos, modos e atributos simbólicos, historicamente perceptíveis sob específicas relações sociais e de trabalho, a “cultura popular” se associa diretamente aos “de baixo”, logo à maioria da população, excluindo-se dirigentes e as “elites” política, intelectual e econômica. Por outro lado, a definição de “cultura popular” apresentada por Peter Burke (2010) salienta a sua não homogeneidade, constituindo uma multiplicidade de culturas, às quais se pode chamar de “populares”, que no conjunto de uma dada sociedade e diante as diferenciações culturais nela vigentes, emerge enquanto uma tipificação ideal e sem que esteja isolada da chamada “cultura da elite”.

de produção histórica, demarcando as principais características dessa produção, tendo como lume as perspectivas da história pública e da educação histórica, considerando-se que esta não ocorre somente no ambiente escolar formal.

As escolas de samba “na História”

Não é recente o interesse acadêmico pelas escolas de samba. Tendo-as como objeto de estudo desde a graduação, foi possível verificar a presença da temática, sob diversas abordagens e em diferentes áreas do conhecimento, há décadas, resultando em considerável número de artigos, monografias, dissertações e teses. Exemplificamos, nesse rol, trabalhos nas áreas de Artes, Música, Letras, Sociologia, Antropologia, entre outros.

Identificamos, no entanto, a ausência de trabalhos de revisão que busquem mapear e sistematizar esta produção, o que torna difícil estabelecer um quadro quantitativo e qualitativo a seu respeito. Buscando contribuir para a minimização dessa lacuna, propomo-nos empreender a pesquisa bibliográfica ora apresentada, fazendo a revisão das teses e dissertações defendidas entre 2013 e 2023, na área de História, cujas temáticas abordassem as escolas de samba e/ou sua produção carnavalesca.

Para tanto, metodologicamente, estabelecido o recorte temporal, que coincide com aquele abarcado pela tese em desenvolvimento, definimos a Plataforma Sucupira como base de dados² para a pesquisa. O procedimento de busca realizado utilizou as ferramentas disponíveis na própria plataforma.

Na prática, tal procedimento consistiu em aplicar determinados filtros localizados na aba “pesquisa avançada”, conforme detalhado no Quadro 1:

Quadro 1 – Filtros utilizados na pesquisa avançada

Campo	Filtro
Grande área do conhecimento	Ciências Humanas
Subtipo de produção	Dissertação, Tese
Área de avaliação	História
Área de conhecimento	História e as segmentações específicas a ela associadas: História do Brasil, História Regional do Brasil, História Latino-Americana, História Econômica, História Antiga e Medieval

Fonte: Autoria própria, 2024.

Os comandos de busca utilizados na pesquisa avançada compreenderam os seguintes termos: Escola de samba, Escolas de samba, Samba-enredo, Samba Enredo, Samba de enredo, Samba, Enredo, Carnaval, Carnavalesco, Sapucaí, Sambódromo, aplicados separadamente e ano a ano.

Diate os resultados das buscas, em uma primeira etapa, utilizou-se como critério de seleção das teses e dissertações a elas associadas a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979)

² A Plataforma Sucupira, desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao [Ministério da Educação](#) (MEC) do Brasil, é uma plataforma online que serve como um banco de dados abrangente, consolidando informações sobre os programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), seus cursos, docentes, discentes e produção científica.

dos títulos e subtítulos de cada trabalho, considerando-se: 1) aqueles que explicitassem relação direta do estudo com as escolas de samba, seus elementos ou personalidades, não restringindo-se às agremiações do Rio de Janeiro, 2) aqueles que indicassem relação com o samba e/ou o carnaval no âmbito do Rio de Janeiro, ou ainda, sem especificar outra vinculação geográfica, cujo enunciado, por meio de palavras ou expressões específicas, davam margem à possibilidade de abarcarem as escolas de samba em seu conteúdo. Foram selecionados, assim, sessenta e cinco trabalhos, sendo cinquenta dissertações e quinze teses, cujas referências são apresentadas a seguir, organizadas por ano e ordem alfabética, no Quadro 2:

Quadro 2 - Trabalhos selecionados na pesquisa avançada (Continua)

ALMEIDA, P. <i>Um samba de várias notas: Estado, imprensa e carnaval no Rio de Janeiro (1932-1935)</i> . Dissertação (História). UFF, Niterói/RJ, 2013.
AGOSTINHO, Z. L. <i>Vamos balançar a roseira para ganhar o carnaval: o processo de institucionalização dos Acadêmicos do Salgueiro (1953-1961)</i> . Dissertação (História Social). UERJ, São Gonçalo/RJ, 2013.
BARBEIRO, A. <i>Uma questão de opinião: Zé Kéti, samba e transformações urbanas nas cidade do Rio de Janeiro (1950 – 1979)</i> . Dissertação (História Social). PUC, São Paulo/SP, 2014.
BARONETTI, B. <i>Da oficialização ao sambódromo. Um estudo sobre as escolas de samba de São Paulo (1968-1996)</i> . Dissertação (História Social). USP, São Paulo/SP, 2014.
FARIA, G. <i>O G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro e as representações do negro nos desfiles das escolas de samba nos anos 1960</i> . Tese (História). UFF, Niterói/RJ, 2014.
SILVA, E. <i>Azul celeste em vermelho: o projeto carnavalesco de Martinho e Ruça na Unidos de Vila Isabel entre 1988 e 1990</i> . Dissertação (História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2014.
CATTANI, H. <i>G.R.E.S. Porto Alegre: o processo de cariocalização do carnaval de Porto Alegre (1962-1973)</i> . Dissertação (História) UFRGS, Porto Alegre/RS, 2015.
EL-KHOURI, N. <i>Favela dá samba? Um estudo sobre as representações da favela no carnaval carioca</i> . Dissertação (História, Política e Bens Culturais). FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2015.
GALANTE, R. <i>Da cupópia da cuíca: a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico Negro (sécs. XIX e XX)</i> . Dissertação (História Social). USP, São Paulo/SP, 2015.
GRAMÁTICO JÚNIOR, S. <i>O samba contando a história republicana do Brasil</i> . Dissertação. (História, Política e Bens Culturais), FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2015.
MILANI, V. <i>Samba em fascículos – Vertentes do gênero na Coleção História da Música Popular Brasileira em tempos de consolidação da indústria cultural brasileira</i> . Dissertação (História). UNESP, Assis/SP, 2015.
SANTOS, N. <i>“Trabalho não dá camisa a ninguém” : um estudo de sambas de oposição à exaltação do trabalho durante o Estado Novo</i> . Dissertação (História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2015.
BEZERRA, D. <i>A trajetória da internacionalização dos carnavais do Rio de Janeiro: as escolas de samba, os bailes e as pândegas das ruas (1946-1963)</i> . Tese (História). UNESP, Assis/SP, 2016.

CAMPOS, R. <i>“E é assim que o samba vai vencendo”</i> : os Unidos da Tijuca e as estratégias de ascensão das escolas de samba do Rio de Janeiro na década de 1930. Dissertação (História Social da Cultura). PUC, Rio de Janeiro/RJ, 2016.
GUIMARÃES, D. <i>Pai do prazer, filho da dor: a invenção do samba em sambas de 1930 a 1945</i> . Dissertação (História Social). UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2016.
LEITE, W. T. <i>“Na tela da TV, no meio desse povo”</i> : os enredos das escolas de samba de Florianópolis no mercado de bens simbólicos. Dissertação (História). UDESC, Florianópolis/SC, 2016.
SOARES, F. <i>“Fui o criador de macumbas em discos”</i> : macumba, samba e carnaval pela trajetória de Getúlio Marinho da Silva (Rio de Janeiro, 1895-1964). Dissertação (História). UFF, Niterói/RJ, 2016.
VIEIRA, F. <i>O samba pede passagem: o uso de sambas-enredo no ensino de história</i> . Dissertação. (Ensino de História). UFSC, Florianópolis/SC, 2016.
BARBOSA, A. <i>A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”</i> : agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Tese (História). UFRRJ, Seropédica/RJ, 2017.
FERNANDES, M. R. <i>Meu bloco na rua: Barbas, Simpatia e Suvaco na retomada do carnaval de rua da zona sul do Rio de Janeiro</i> . Dissertação (História, Política e Bens Culturais). FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2017.
RIBEIRO, J. L. <i>Lapa e Glória: uma comparação entre tradições inventadas e lugares de memória. o carnaval de rua entre as décadas de 1960 e 1980</i> . Dissertação (História Comparada), UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2017.
SOUZA, B. C. <i>O processo de institucionalização do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra</i> . Dissertação (História Social). UERJ, São Gonçalo/RJ, 2017.
SOUZA, Y. <i>Críticas carnavalizadas: as escolas de samba do Rio de Janeiro e os temas de seus enredos (1979-1989)</i> . Dissertação (História). UNESP, Assis/SP, 2017.
BEZERRA, L. A. <i>As transformações nas redes de financiamento das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro (1984-2015)</i> . Tese (História). UFF, Niterói/RJ, 2018.
DANTAS, L. <i>O samba urbano contemporâneo e sua desafricanização: um estudo sobre as transformações do samba no bairro da Lapa entre os anos de 2000 e 2017</i> . Dissertação (História, Política e Bens Culturais). FGV, Rio de Janeiro/RJ, 2018.
GIESTA, G. <i>Entre o Delta e o Estácio: uma história comparada do Blues e do Samba no início do século XX</i> . Tese (História Comparada). UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2018.
MAZIERO, E. K. <i>Mulheres e carnavais na cidade do Rio de Janeiro: representações do corpo (1961-1980)</i> . Tese (História). UNESP, Assis/SP, 2018.
NASCIMENTO, C. <i>Abram alas pra história! Da concepção do enredo à Sapucaí: os desfiles das escolas de samba como proposta didática para o ensino de história em escolas de privação de liberdade</i> . Dissertação (Ensino de História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2018.
PASTRO, T. C. <i>Os tons em trânsito de Clara Nunes: samba, carnaval e religião (1966-1984)</i> . Dissertação (História). UFU, Uberlândia/MG, 2018.
SEVERIANO, P. <i>Fazendo música pela cidade: trabalhadores e ritmos em Vila Isabel antes de Noel Rosa</i> . Dissertação (História Social da Cultura). PUC, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

VIEIRA, E. <i>Praça Onze, a invenção do berço do samba</i> . Tese (História Social). UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2018.
ANDRADE, F. <i>Samba de escola: o uso dos conceitos de memória e identidade para a educação das relações étnico-raciais</i> . Dissertação (Ensino de História). UFRRJ, Seropédica/RJ, 2019.
BIAGIO, T. J. <i>Representatividade negra no carnaval da Tiradentes - memória e imprensa (1977-1990)</i> . Dissertação (História). PUC, São Paulo/SP, 2019.
FONSECA, C. <i>O tambor que fala: narrativas de africanas nos enredos carnavalescos do Rio de Janeiro (2003-2018)</i> . Dissertação (História). UDESC, Florianópolis/SC, 2019.
GALLI, L. <i>Um longo caminho até o Porto Seco: lutas e disputas por espaço no carnaval de Porto Alegre (1994-2004)</i> . Dissertação (História). UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.
GASPAROTTO, L. A. <i>Se não é a canção nacional, para lá caminha: a presentificação da nação na construção do samba e do fado como símbolos identitários no Brasil e em Portugal (1890-1942)</i> . Tese (História). PUC, Porto Alegre/RS, 2019.
GUEDES, R. <i>Negritude e sambas enredo no carnaval de 1988: a caixa do samba e os G.R.E.S. Beija-Flor, Mangueira, Tradição e Vila Isabel em interface com o ensino de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, 2019.
MULLER NETO, E. <i>O meu samba está de luto: a tuberculose na imprensa carioca e nas letras das composições de Noel Rosa (1930-1938)</i> . Dissertação (História das Ciências). FIOCRUZ, Rio de Janeiro/RJ, 2019.
PALHETA, C. <i>Amazônias desfiladas: a carnavalização da amazônia nos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro e em Belém do Pará (1955 – 2016)</i> . Tese (História). UFPA, Belém/PA, 2019.
ALMEIDA, F. <i>Críticas políticas e perspectivas de democracia nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro na década de 1980</i> . Dissertação (História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2020.
MOREIRA, J. <i>“Só com a ajuda do santo”. O enredo como aliado para uma proposta de ensino intercultural de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2020.
NUNES, L. <i>Patrimônio, memória e identidades: o caso da grande Madureira – RJ</i> . Dissertação (Ensino de História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2020.
SILVA JÚNIOR, L. <i>Samba-enredo e trajetórias negras: uma proposta de sequência didática para o ensino de história e cultura afro-brasileira</i> . Dissertação (Ensino de História). PUC, Rio de Janeiro/RJ, 2020.
SOUZA, L. <i>Balança que o samba é uma herança. samba, partido alto, mercado fonográfico e sambistas nas décadas de 1960 a 1980</i> . Dissertação (História). UNB, Brasília/DF, 2020.
BARONETTI, B. <i>Espaços de sociabilidade das populações negras em São Paulo: as escolas de samba e suas intersecções com os movimentos associativos (1949-1978)</i> . Tese (História Social). USP, São Paulo/SP, 2021.
CAVALCANTI, M. C. <i>A cor e o corpo: uma história feminista do samba e do carnaval no Rio de Janeiro</i> . Dissertação (História). UNICAMP, Campinas/SP, 2021.

NUNES, L. <i>O processo de turistificação do carnaval do Rio de Janeiro pelas páginas da Gazeta de Notícias (1922-1932)</i> . Tese (História). UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, 2021.
OLIVEIRA, A. <i>Carnavescola: produção de uma sinopse de carnaval e composição de samba-enredo – uma proposição ao ensino de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UFPA, Belém/PA, 2021.
SILVA, P. “A força da raiz” em <i>Martinho da Vila: a África que resiste no samba brasileiro (pós-1970)</i> . Tese (História). UNB, Brasília/DF, 2021.
SILVA, R. <i>Uso de letras de samba-enredo como instrumento auxiliar ao ensino de história em turmas do 9º ano do ensino fundamental – uma possibilidade</i> . Dissertação (Ensino de História). FUFSE, São Cristóvão/SE, 2021.
CAMPOS, R. <i>O tambor como texto: propostas decoloniais para a utilização de desfiles de escolas de samba no ensino de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UFF, Niterói/RJ, 2022.
CONCAGH, D. <i>A nova morada do samba: os conflitos nas escolas de samba no contexto dos novos mercados e espaços de sociabilidade: o Zicartola, o G.R.A.N.E.S e o Cacique de Ramos</i> . Dissertação (História Social). USP, São Paulo/SP, 2022.
FERNANDES, T. <i>O samba ensina. O samba como elemento formador de uma identidade negra nas aulas de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2022.
MARTINS, F. <i>Zeca Pagodinho: a voz da periferia. rompendo fronteiras ideológicas — circularidade cultural entre o final do séc. XX e início do XXI</i> . Tese (História). UFRRJ, Seropédica/RJ, 2022.
NOVAES, G. <i>Tensões e disputas entre sambistas cariocas e baianos no Rio de Janeiro (1920-1950)</i> . Tese (História), UFBA, Salvador/BA, 2022.
SOUSA, M. <i>Cultura popular ludovicense na sala de aula: sambas-enredo como fonte histórica educativa (1975-1985)</i> . Dissertação (História). UEMA, São Luís/MA, 2022.
SOUZA, C. M. <i>O samba na escola: narrativas de rupturas e permanências nos sambas-enredo no centenário da abolição</i> . Dissertação (Ensino de História). UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2022.
SANTOS, P. H. <i>Discursos sobre o samba e os sambistas no Rio de Janeiro da Primeira República</i> . Dissertação (História). UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, 2022.
SANTOS, V. <i>Educação antirracista e a contribuição da pedagogia decolonial no Profhistória: o samba enredo do G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (2019) na proposta de fanzines</i> . Dissertação (Ensino de História). UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, 2022.
SERRÃO, R. <i>Memórias enredadas: possibilidades de uso de sambas-enredo amapaenses no ensino de história</i> . Dissertação (Ensino de História). UNIFAP, Macapá/AP, 2022.
SERAFIM, A. <i>Estrofes de história: saberes históricos e históricos saberes na construção do letramento histórico</i> . Dissertação (Ensino de História). PUC, Rio de Janeiro/RJ, 2022.
AMORIM, D. <i>Tata Ti Inkice: o General da Banda no Brasil do pós-abolição (1934-1968)</i> . Dissertação (História). UNIVERSO, Niterói/RJ, 2023.
FERREIRA, E. <i>Carnaval tem que dar show! Identidade e espetáculo nas escolas de samba de São Paulo (1998 – 2015)</i> . Tese (História). UNESP, Assis/SP, 2023.
OLIVEIRA, A. C. <i>A história que a história não conta: a abordagem decolonial presente no samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira</i> . Dissertação (Ensino de História). UFAC, Rio Branco/AC, 2023.
SILVA, P. V. “Vou invadir o nordeste, seu cabra da peste”: Representações sobre o nordeste nas escolas de samba do Rio de Janeiro (1970 – 1979). Dissertação (História). UFPE, Recife/PE, 2023.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Em uma segunda etapa, empreendeu-se a busca pelos arquivos, na íntegra, das teses e dissertações selecionadas.

Utilizamos, para isso, diversas bases de dados online, resultando que, do total de sessenta e cinco trabalhos, foi possível o acesso a sessenta deles. Os trabalhos que não tivemos acesso aos arquivos foram: Soares (2016); Ribeiro (2017); Vieira (2018); Muller Neto (2019) e Silva (2023). Tivemos, contudo, acesso aos resumos dos trabalhos de Ribeiro (2017); Muller Neto (2019) e Silva (2023), sendo que este último, por se dedicar às escolas de samba, foi mantido na pesquisa. Os outros quatro trabalhos foram retirados.

Quanto ao conjunto de sessenta trabalhos aos quais tivemos acesso aos textos na íntegra, utilizamos como metodologia a análise de seus resumos, sumários e introduções (quando necessário), tendo como critério de seleção a abordagem às escolas de samba como elemento central do estudo, ou a existência de, pelo menos, um capítulo em que figurem de maneira relevante para o desenvolvimento do trabalho.

Assim foram classificados: Almeida (2013); Agostinho (2013); Baronetti (2014); Faria (2014); Silva (2014); Cattani (2015); El-Khoury (2015); Bezerra (2016); Campos (2016); Leite (2016); Vieira (2016); Fernandes (2017); Souza, B. C. (2017); Souza Y. (2017); Barbosa (2017); Bezerra (2018); Giesta (2018); Maziero (2018); Nascimento (2018); Pastro (2018); Andrade (2019); Biagio (2019); Fonseca (2019); Galli (2019); Guedes (2019); Palheta (2019); Silva Júnior (2019); Moreira (2020); Almeida (2020); Souza (2020); Nunes (2020); Baronetti (2021); Nunes (2021); Oliveira (2021); Silva R. (2021); Silva P. (2021); Concagh (2022); Campos (2022); Sousa (2022); Souza (2022); Serrão (2022); Santos P. H. (2022) Santos V. (2022); Novaes (2022); Ferreira (2023); Oliveira (2023); Amorim (2023), que somando-se ao já referido trabalho de Silva (2023), totalizaram quarenta e oito produções acadêmicas.

Esse conjunto de quarenta e oito trabalhos pode ser dividido em dois grupos, conforme os critérios de seleção aplicados. De um lado, os trabalhos que, de fato, têm as escolas de samba como objeto central de estudo. De outra maneira, aqueles onde essas agremiações aparecem como um desdobramento da pesquisa.

No grupo em que essa última situação ocorre, estão treze trabalhos: Almeida (2013); Fernandes (2017); Barbosa (2017); Giesta (2018); Maziero (2018); Pastro (2018); Souza (2020); Nunes (2020); Silva (2021); Nunes (2021); Santos P. H. (2022); Novaes (2022) e Amorim (2023).

Embora muitos elementos lhes sejam comuns, podemos organizar esses trabalhos em quatro categorias específicas. A primeira delas, denominamos “O Samba urbano carioca, seus aspectos e desenvolvimento”, no qual inserimos os trabalhos de Giesta (2018); Souza (2020); Santos P. H. (2022) e Novaes (2022). Tratam-se de pesquisas que abordam o samba como gênero musical, de modo que se estabelece a relação com as escolas de samba tanto pelo aspecto da sua constituição enquanto fenômeno do samba urbano carioca do início do século XX, ou sob o viés do samba-enredo como subgênero deste, o que, naturalmente, inclui a primeira dimensão citada. Além disso, destacam-se as tensões, disputas e transformações que se processaram no samba carioca desde seu surgimento, principalmente no tocante a aspectos relacionados à mercantilização, com impactos diretamente associados às escolas de samba e/ou seus desfiles e personalidades.

A segunda categoria, denominamos “História do carnaval do Rio de Janeiro e as escolas de samba, da oficialização aos dias atuais”, no qual inserimos os trabalhos de Almeida (2013); Fernandes (2017) e Nunes (2021). Destacam-se, nesse rol, as abordagens sobre a oficialização dos festejos

carnavalescos no Rio de Janeiro, o surgimento e o reconhecimento das escolas de samba e as relações com o poder público, além do papel e da importância dessas agremiações no carnaval carioca desde então.

A terceira categoria, denominamos “Estudos de caso relacionados às escolas de samba e/ou a sambistas”, no qual inserimos os trabalhos de Barbosa (2017), sobre Mano Eloy; Pastro (2018), sobre Clara Nunes; Nunes (2020), sobre o bairro de Madureira e adjacências; Silva P. (2021), sobre Martinho da Vila; e Amorim (2023), sobre Tancredo da Silva Pinto.

A quarta e última categoria, que denominamos “Discursos e representações a partir do carnaval de escola de samba”, inclui apenas o trabalho de Maziero (2018), sobre a mulher e o corpo feminino.

No que diz respeito os trabalhos que entendemos ter as escolas de samba como objeto central de estudo, naturalmente aqueles de nosso maior interesse, situam-se trinta e cinco produções acadêmicas, sendo seis teses e vinte e nove dissertações: Agostinho (2013); Baronetti (2014); Faria (2014); Silva (2014); Cattani (2015); El-Khoury (2015); Bezerra (2016); Campos (2016); Leite (2016); Vieira (2016); Souza B. C. (2017); Souza Y. (2017); Bezerra (2018); Nascimento (2018); Andrade (2019); Biagio (2019); Fonseca (2019); Galli (2019); Guedes (2019); Palheta (2019); Almeida (2020); Moreira (2020); Silva Júnior (2020); Baronetti (2021); Oliveira (2021); Silva R. (2021); Campos (2022); Concagh (2022); Santos V. (2022); Serrão (2022); Sousa (2022); Souza (2022); Ferreira (2023); Oliveira (2023) e Silva (2023).

Levando em consideração nosso projeto de tese, é válido mencionar a separação entre trabalhos que abordem especificamente as escolas de samba do Rio de Janeiro (estado e município) e aqueles que foquem em experiências e/ou elementos ligados a agremiações de outras localidades. Inserem-se nesse segundo caso os trabalhos de Baronetti (2014; 2021), Biagio (2019) e Ferreira (2023), no âmbito do carnaval das escolas de samba de São Paulo/SP; Cattani (2015) e Galli (2019), no âmbito das escolas de samba de Porto Alegre/RS; Leite (2016) e Vieira (2016), no âmbito das escolas de samba de Florianópolis/SC; Sousa (2022), no âmbito das escolas de samba de São Luís/MA; e Serrão (2022), no âmbito das escolas de samba amapaenses. O trabalho de Palheta (2019), coloca-se em uma dimensão dupla, uma vez que aborda tanto a experiência das escolas de samba do Rio de Janeiro quanto as de Belém do Pará.

Destacamos, em relação à maioria desses trabalhos, a presença de abordagens que analisam, sob diferentes olhares, a influência do modelo de carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro sobre as tradições carnavalescas locais, variando em sua receptividade pelas agremiações já existentes, assim como pela população em geral. Sem excluir tal abordagem, o uso de sambas-enredo de escolas de samba locais também é um elemento que merece ser destacado, ocorrendo em trabalhos diretamente associados ao ensino de História: Serrão (2022); Sousa (2022) e Vieira (2016).

Oportunamente, outro aspecto importante ao nosso projeto de tese trata-se da organização dos trabalhos selecionados em duas grandes categorias. De um lado, aqueles que analisam as escolas de samba, sua história, suas dinâmicas e produção carnavalesca como fenômenos e experiências em si mesmos ou em diálogo com a sociedade de modo abrangente. De outro, aqueles que mobilizam esses elementos sob a perspectiva do Ensino de História.

Além dos três trabalhos mencionados acima, enquadram-se nessa categoria, que denominamos “As escolas de samba e sua produção carnavalesca como ferramentas para o Ensino de História”, os

trabalhos de Andrade (2019); Campos (2022); Guedes (2019); Moreira (2020); Nascimento (2018); Oliveira (2021); Oliveira (2023); Santos V. (2022); Silva Júnior (2020); Silva R. (2021) e Souza (2022), totalizando quatorze produções acadêmicas.

Ressalta-se que a maioria desses trabalhos, embora inseridos nessa categoria, geralmente apresentam, em seu desenvolvimento, outros elementos importantes relacionados às escolas de samba, tal qual sua história e suas dinâmicas.

Por fim, para a classificação dos demais trabalhos, foi necessário estabelecer novas categorias. Considerando os limites deste artigo, nesta etapa, optamos por apresentar um Quadro sintético, associando cada pesquisa a três categorias, de acordo com aquelas que entendemos melhor traduzir suas propostas (Ver Quadro 3).

Quadro 3 – Classificação dos trabalhos sobre escolas de samba não associados ao Ensino de História

Categorias de análise	Trabalhos associados
Da África ao Brasil, ancestralidades, histórias, culturas e resistências negras nas escolas de samba	Biagio (2019); Fonseca (2019); Baronetti (2021)
Discursos e representações a partir do carnaval de escola de samba	Faria (2014); El-Khoury (2015); Leite (2016); Souza (2017); Fonseca (2019); Palheta (2019); Almeida (2020); Silva (2023)
Escolas de samba, cultura, sociedade e relações com o poder público	Baronetti (2014); Cattani (2015); Bezerra (2016); Campos (2016); Leite (2016); Souza (2017); Bezerra (2018); Biagio (2019); Galli (2019); Almeida (2020); Baronetti (2021); Ferreira (2023)
Escolas de samba, conjunturas sociais, políticas e econômicas	Silva (2014); Souza (2017); Almeida (2020);
Estudos de caso relacionados às escolas de samba e/ou a sambistas	Agostinho (2013); Faria (2014); Silva (2014); El-Khoury (2015); Campos (2016); Souza B. C. (2017); Concagh (2022)
História do carnaval do Rio de Janeiro e as escolas de samba, da oficialização aos dias atuais	Bezerra (2016)
História das escolas de samba	Agostinho (2013); Baronetti (2014); Cattani (2015); Souza B. C. (2017); Bezerra (2018); Fonseca (2019); Galli (2019); Palheta (2019); Ferreira (2023); Silva (2023)
O Samba urbano carioca, seus aspectos e desenvolvimento	Campos (2016); Concagh (2022)
Relações de poder, estruturas e dinâmicas das escolas de samba e seus desfiles	Agostinho (2013); Baronetti (2014); Faria (2014); Silva (2014); Cattani (2015); El-Khoury (2015); Bezerra (2016); Leite (2016); Souza B. C. (2017); Bezerra (2018); Biagio (2019); Galli (2019); Palheta (2019); Baronetti (2021); Concagh (2022); Ferreira (2023); Silva (2023)

Fonte: Autoria própria, 2024.

No tocante às principais fontes utilizadas pelos historiadores e historiadoras das escolas de samba, destacam-se as entrevistas realizadas pelos próprios pesquisadores e depoimentos, escritos ou gravados, por eles colhidos de “segunda mão”, a exemplo daqueles disponíveis no acervo do Museu da Imagem e do Som. Ocupam importante lugar, ainda, os arquivos relacionados à imprensa,

sobretudo jornais, como o *Jornal do Brasil*, que durante décadas se dedicou à cobertura dos festejos carnavalescos, constituindo vasto acervo.

Os acervos documentais das escolas de samba, embora nem sempre organizados e disponíveis, quando podem ser utilizados, representam uma valiosa fonte de consultas. Entretanto, o mais recorrente em se tratando da documentação ligada às agremiações, é a utilização de sua produção carnavalesca, como sinopses dos enredos, letras de sambas-enredos, roteiros dos desfiles e, em alguns casos, da gravação das transmissões televisivas das próprias apresentações. Recentemente, tem ganhado destaque o estudo do livro *Abre-alas*, publicação anual da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA), que condensa todas as informações relevantes quanto ao desenvolvimento do enredo e do desfile das agremiações do Grupo Especial.

Metodologicamente, destacamos a utilização da História oral, da História Comparada, da Análise do Discurso e dos Estudo de caso no desenvolvimento das pesquisas relacionadas às escolas de samba. Quanto aos aportes teóricos, identificamos, entre outros, a História pública, a História cultural, a perspectiva decolonial e a interculturalidade.

A História nas escolas de samba

Foi na década de 1940 que os enredos de cunho histórico começaram a despontar entre as escolas de samba do Rio de Janeiro, no bojo de um processo que envolveu complexos fatores, entre eles, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, realizando-se os chamados “Carnavais de Guerra”, sendo as escolas de samba impelidas a apresentar enredos de cunho patriótico (TUPY, 1985).

Outro marco igualmente importante para o desenvolvimento dos enredos de cunho histórico entre as escolas de samba, reside na obrigatoriedade, a partir de 1947, sobre a apresentação de temas nacionais nos desfiles. Dispositivo que já havia constado em regulamentos dos concursos na década de 1930³ e passa a figurar, naquele momento, como determinação do Estado.

A fase áurea desse tipo de abordagem compreende, além da década de 1940, período hegemonizado por enredos ufanistas, cuja primazia estava na exaltação à nação, também a década de 1950, período o qual, sem perder de vista tal dimensão, os enredos centraram-se na difusão de uma história/memória nacional, pautada em uma perspectiva histórica tradicional e factual.

É necessário abrir aqui parênteses para assinalar que, embora seja uma versão por muito tempo difundida, a adoção dos enredos de cunho histórico, sobretudo limitados à história do Brasil, não guarda uma relação direta de causa/efeito com a ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945), a partir da ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Muito menos, têm os sambistas como sujeitos ingênuos e passivos. Afinal, mesmo sem desprezar a importância dos instrumentos de coerção ou cooptação do período, o incentivo a esse tipo de enredo manifestava-se bem antes, ainda na década de 1920, em relação aos ranchos carnavalescos. As próprias escolas de samba, em seus regulamentos, já sinalizavam nessa direção, sem que houvesse uma imposição antes de 1947.

Por outro lado, deve-se salientar que a adoção dessa modalidade de narrativas teve, como em outros momentos, os sambistas enquanto sujeitos ativos, colocando em jogo seus interesses (SILVA, 2007). Desta forma, ao mesmo tempo em que os enredos de cunho histórico cumpriam uma função

3 O regulamento para o concurso de 1938, por exemplo, previa a proibição da apresentação, nos enredos, de histórias internacionais, em sonhos ou em figuração (CABRAL, 2016, p. 106).

didática importante para o Estado, reproduzindo entre uma parcela praticamente iletrada da população o discurso oficial, ou seja, a “história dos vencedores”, tal qual a concepção benjaminiana (LÖWY, 2011), também eram capazes de fortalecer a aceitação das escolas de samba perante o poder público e agentes influentes da sociedade.

Embora os temas históricos tenham continuado e continuem presentes entre as escolas de samba, esse modelo narrativo, típico às décadas de 1940 e 1950, sofreu importantes clivagens ao longo do tempo. Um movimento relevante de mudanças se deu desde o limiar dos anos 1960, diante o incremento de enredos relacionados à cultura, história, tradição e luta do povo negro. Desde então, começaram a figurar com maior presença nos desfiles do Rio de Janeiro enredos voltados a apresentar personagens históricas negras, colocadas na posição de protagonistas. Pode-se dizer, enredos não alinhados à “história oficial”, expressando o que Walter Benjamin denominou como a “história dos vencidos” (LÖWY, 2011).

Nesse sentido, assinala-se, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, o fortalecimento de temáticas relacionadas às lutas das camadas subalternizadas da população e à ideia de revolução, resistência e liberdade, coincidindo temporalmente com o um dos períodos mais repressivos da ditadura militar brasileira. Menciona-se, entre essas produções, enredos como *História da liberdade no Brasil* (Acadêmicos do Salgueiro, 1967); *Heróis da Liberdade* (Império Serrano, 1969) e *Onde o Brasil aprendeu a liberdade* (Unidos de Vila Isabel, 1972).

Sobre a década de 1970, uma característica dos enredos desenvolvidos pelas escolas de samba do Rio de Janeiro foi a presença de narrativas de caráter onírico. Entre outros fatores, esse é um caminho que pode ter tido motivação estratégica por parte dessas agremiações, sob um contexto em que as narrativas “nacionalistas” facilmente seriam identificadas como o “apoio” à ditadura militar, ao mesmo tempo em que narrativas que entrassem em choque com os interesses do Estado seriam passíveis de censura. De todo modo, as temáticas históricas seguem comparecendo de diversas maneiras no período, tanto por meio de narrativas de base ficcional quanto valendo-se de narrativas pautadas em fatos históricos. No primeiro segmento, pode-se citar os enredos da Acadêmicos do Salgueiro de 1974 e 1975, respectivamente: *O rei da França na ilha da assombração* e *O segredo das minas do rei Salomão*. No segundo segmento, pode-se citar enredos como *Os sertões* (Em Cima da Hora, 1976), que aborda a Guerra de Canudos a partir da obra homônima de Euclides da Cunha; e *O Descobrimento do Brasil* (Mocidade Independente de Padre Miguel, 1979).

Por fim, é indispensável salientar uma nova vertente de enredos que emerge no final da década de 1970, sendo marcante durante toda a década de 1980 entre as escolas de samba do Rio de Janeiro. Contemporâneas à fase de redemocratização do país, nesse processo, algumas narrativas carnavalescas assumem o lugar de verdadeiras “crônicas” de seu tempo. Tal modelo narrativo, que se convencionou denominar “enredos críticos”, possui como uma de suas principais particularidades a abordagem crítica ao momento vivido, relacionando-se a problemas cotidianos dos grupos sociais subalternizados. São ainda comuns os questionamentos ao Estado e suas políticas, além da crítica e reinterpretação de passagens/personagens históricas sob a ótica popular.

Pelo exposto, analisamos que, a partir de seus enredos, sambas-enredos e desfiles, as escolas de samba mobilizam representações e imaginários específicos, que constantemente acionam disputas de memórias, por vezes confrontando a memória oficial, do Estado, que se associa, por extensão, a

da sociedade abrangente.

Entendemos, assim, as escolas de samba como espaços institucionais de produção e difusão do conhecimento histórico que, sob certos aspectos, possibilitam a agentes subalternizados deixarem de entrar pela “porta dos fundos” na construção das narrativas apresentadas, colocando-se como protagonistas das/nas histórias que apresentam. Trata-se, portanto, de assumirmos a perspectiva da História Pública, tomando a produção do conhecimento histórico a partir das escolas de samba como uma forma de democratização desse saber e desenvolvimento da consciência histórica.

A respeito da consciência histórica, Jörn Rüsen (2001) ressalta que ela somente pode ser alcançada por meio da formação história, entendida como:

[...] Todos os processos de aprendizagem em que “história” é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana – em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. É nele que se encontram, além dos processos de aprendizagem específicos da ciência da história, todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino da história (no sentido mais amplo do termo: como exposição de saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel. (RÜSEN, 2001, p. 48)

No que se refere ao uso da produção carnavalesca das escolas de samba na educação formal, ressaltamos que as inovações quanto às fontes e às metodologias em sala de aula possibilitam a desmistificação da visão do professor “detentor de todo o saber”, dando lugar à imagem de um “professor construtor”, que mobiliza, por meio de seus conhecimentos e práticas, os saberes dos estudantes para pensarem historicamente, de forma crítica, sabendo “captar e valorizar” as diversas fontes e pontos de vista históricos, problematizar temas e questões e transformá-los em “narrativas históricas” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004).

Considerações finais

Em sua primeira parte, este trabalho desenvolveu a revisão bibliográfica de teses e dissertações, em História, sobre o carnaval de escola de samba, publicadas no Brasil entre 2013 e 2023, com o fito de situar as principais temáticas e bordagens nesse campo da produção historiográfica em um recorte recente. Seguindo a metodologia proposta, foram identificados e analisados trinta e cinco trabalhos nos quais as escolas de samba ocupam posição central no estudo. Desses, quatorze trabalhos situam-se especificamente no campo do Ensino, mobilizando as escolas de samba e sua produção carnavalesca como ferramentas para o ensino de História. Por outro lado, vinte e um trabalhos abordam as escolas de samba, sua história, suas dinâmicas e produção carnavalesca como fenômenos e experiências em si mesmos ou em diálogo com a sociedade de modo abrangente, sob as mais diferentes perspectivas.

Na segunda parte do trabalho, discutimos a relação das escolas de samba com o saber histórico, dialogando com as perspectivas da história pública e da educação histórica. Consideramos, então, a capacidade dessas agremiações em desenvolver representações do passado na esfera pública e para além dos limites acadêmicos.

Por sua vez, em atenção à possibilidade de utilização da produção carnavalesca das escolas de samba em sala de aula, sobretudo no trabalho junto às comunidades ligadas às escolas de samba,

ressaltamos sua potencialidade, diante a capacidade de fazer despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento e protagonismo. Essa é uma dimensão que permite, em duplo sentido, aproximar, cada vez mais, escolas (De Samba e da Educação Básica) e comunidade, em um processo enriquecedor, que tende a envolver dimensões afetivas e laços de identidade.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CABRAL, S. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. São Paulo: Lazuli Digital, 2016.

FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

LÖWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, jan./jun. 2011.

RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, C. M. *Relações Institucionais das Escolas de Samba, Discurso Nacionalista e o Samba Enredo no Regime Militar – 1969-1985*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUPY, D. *Carnavais de guerra: O nacionalismo no Samba*. Rio de Janeiro: ASB Artes Gráficas, 1985.

AFILIAÇÃO ACADÊMICA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: NOTAS DE PESQUISA DE UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL EM HISTÓRIA NA UEFS¹

Gabriel Santos de Santana

Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: Gabriel.his.uefs@gmail.com.

Introdução

O texto que se segue é resultante da monografia de conclusão de curso defendida em 2023, no âmbito do colegiado de História, da Universidade Estadual de Feira de Santana. O conteúdo aqui apresentado trata-se de um dos aspectos que compõem os resultados obtidos através da investigação. No seu conteúdo, a referida monografia realiza um percurso de verticalização de um problema de pesquisa mais amplo. Na incursão realizada partimos da avaliação realizada por Otto Figueiredo (2022) quanto à institucionalização das ações afirmativas no ensino superior no estado da Bahia, realizando uma caracterização da universidade e, em especial, do curso de História na UEFS, para daí então obter dados relativos à formação no curso e produção do conhecimento histórico. Em sua tese, Figueiredo identifica a afiliação acadêmica (Coulon, 2018) como um dos atributos que fariam parte do nível mais avançado de institucionalização das ações afirmativas. Desse modo, na pesquisa também buscamos evidenciar em que medida esse “nível imaginado” proposto por Figueiredo já é efetivamente possível no curso de História. Aqui, por outro lado, apresentaremos apenas uma análise quanto ao impacto do processo de afiliação acadêmica na operação de escrita da História.

A História enquanto conhecimento disciplinar possui suas próprias formulações, teorias e métodos de interpretação da realidade – muito embora nem toda teoria e/ou conceito utilizado seja formulado dentro da própria disciplina – e, inquestionavelmente, suas narrativas são quase sempre influenciadas e/ou motivadas por aquilo que interpela o autor na realidade em que está inserido. Neste sentido, a reflexão apresentada aqui visa refletir, dentre outras questões, sobre o processo de produção do conhecimento histórico pelos profissionais em formação inicial, mais precisamente quanto as condições sociais existentes nos espaços acadêmicos para tal atividade. Assim, situamos a reflexão nos debates da formação dos profissionais de História, acreditando que esse exercício é parte da própria ciência da História, ou seja, a autorreflexão de historiadores/as, a investigação em torno da práxis historiográfica, a realização da ciência histórica como objeto de análise dos historiadores (Saddi, 2012; Cerri, 2010). Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre a História, historiadores/as e as circunstâncias de formação profissional.

Na monografia, a investigação parte do exame da afiliação acadêmica entre os estudantes optantes das ações afirmativas no curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana. A

¹ O texto foi também publicado nos anais do XII Encontro Estadual de História, entretanto, esta versão inclui as considerações realizadas durante o XII Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH).

escolha por esse perfil de estudante em específico justifica-se, antes de mais nada, por um exercício pessoal, de autorreflexão, seguido de uma constatação empírica da composição racial dos estudantes que compõem o curso. Dito de outro modo, como constatado na pesquisa, o curso de História da UEFS é formado, majoritariamente por pessoas negras (autodeclarados pretos ou pardos).

Tal caracterização se deve à ampliação das políticas de acesso ao superior promovidas à nível federal e estadual que se somam, ao mesmo tempo, ao processo de interiorização do ensino superior no Brasil. Ambas as políticas estão no engodo que caracteriza a universidade pública no Brasil a partir da segunda metade do século XX, onde a influência do capitalismo neoliberal e do passado colonial incide sobre a produção do conhecimento, as relações sociais, entre outras formas de manutenção do modo de produção capitalismo. Assim, verifica-se que as universidades sentem o impacto ora do sistema capitalista, ora da colonialidade e o cenário se complexifica à medida que há diversificação do público que frequenta as universidades, sobretudo a partir da efetivação dessas políticas.

Na análise, relacionamos a caracterização da universidade brasileira com o processo de interiorização do ensino superior na Bahia, apontando que a gênese colonial e capitalista que caracteriza a universidade é reproduzida na Bahia com a interiorização dessas instituições e soma-se a complexificação resultado da diversificação do público que passa a ser atendido pelas UEBA's, sobretudo a partir das políticas de ações afirmativas implementadas desde 2003, conforme Silva (2017; 2021) e Boaventura (2009). Esse espaço que fora pensado para ser ocupado por uma parcela limitada da população – leia-se branca e elitizada – recebe um público mais diverso que carrega consigo diferentes leituras, trajetórias e percepções de mundo, produzindo clivagens, por vezes inconciliáveis, antes não vistas no ambiente acadêmico.

A pesquisa foi realizada com base na resposta de estudantes considerados aptos a conclusão de curso no semestre 2023.1, incluindo optantes e não optantes das ações afirmativas (uma diferenciação importante na monografia). Utilizou-se um formulário com 31 questões, separadas em três blocos temáticos. As respostas que se seguem tomam como referência, principalmente, o último bloco temático. Ademais, a pesquisa foi feita a partir de uma análise qualitativa, além da análise documental, priorizando a compreensão profunda e detalhada de fenômenos sociais e humanos a partir da perspectiva dos participantes. Diferente da abordagem quantitativa, que se baseia na coleta e análise de dados numéricos, este método prioriza a compreensão profunda e detalhada de fenômenos sociais e humanos a partir da perspectiva dos participantes. Para sua execução são necessárias abordagens descritivas e interpretativas em busca da compreensão do sentido das coisas, das experiências e das interações sociais.

O texto está organizado em dois momentos, além desta introdução: uma discussão/apresentação do conceito de afiliação acadêmica, proposto pelo francês Alain Coulon; seguido de uma análise das respostas do formulário e algumas considerações a partir delas.

Afiliação acadêmica: tornar-se membro

Na perspectiva apresentada por Figueiredo (2022), a afiliação acadêmica é um dos indicativos do nível mais avançado das políticas de ações afirmativas. A ideia da afiliação acadêmica vem do francês Alain Coulon. Para este autor, afiliação acadêmica – ou intelectual – é, o processo e tornar-se membro da comunidade universitária: “tornar-se membro não é apenas tornar-se nativo da organização

universitária, é também ser capaz de mostrar aos outros que agora possuímos as competências, que possuímos etnométodos de uma cultura”” (COULON, 2018, p 43).

A afiliação acadêmica é investigada por Alain Coulon, principalmente, entre os jovens que acabaram de entrar na universidade. Tornar-se membro, então, pressupõe domínio e consciência da “linguagem natural e comum do grupo em que se vive”, como aponta Coulon (2017, p. 1244). Temporalmente inverso, o exercício de investigação ao qual se seguem os resultados visou identificar aspectos de afiliação acadêmica percebidos pelos próprios sujeitos discentes de maneira retroativa, elaborados ao longo do curso. Por isso a nossa escolha pelos alunos formandos.

Nesse sentido, afiliação acadêmica é mais do que a língua falada, mas comportamentos, ações, gestos, conhecimentos etc. Nos tornamos membros de um grupo quando conseguimos categorizar o mundo em que vivemos como os demais. Ou seja, quando estudantes “calouros” conseguem se apropriar e categorizar o mundo acadêmico como os demais “veteranos” conhecem – ou supostamente conhecem. Assim, um estudante afiliado é aquele que se apropria dos códigos e regras do ambiente universitário e que, dessa forma, age praticamente para se tornar um “membro competente” deste grupo.

A afiliação é produto da apropriação do “ofício de estudante” (COULON, 2008, p. 31). Essa qualificação, provisória na vida de um estudante universitário, demonstra que ser aluno do ensino superior pressupõe um conjunto de técnicas, saberes, habilidades e competências como em qualquer outro ofício. Mesmo sendo um estado temporário, ter domínio dessas ferramentas é fundamental para a sobrevivência/permanência nos espaços acadêmicos. E não se trata apenas de seu domínio. Coulon afirma, “ser afiliado é ter adquirido a fluência que se funda na atualização dos códigos que transformam as instruções do trabalho universitário em evidências intelectuais” (COULON, 2017, p.1247). Assim, a afiliação acadêmica exige uma agência por parte do discente que necessita encontrar caminhos para melhor gerenciar sua trajetória e a profissionalização do seu ofício.

Nosso objetivo perpassou por verificar a relação entre a produção do conhecimento histórico – evidenciada através da análise das condições de escrita dos trabalhos de conclusão de curso – e o processo de afiliação acadêmica de estudantes cotistas – evidenciada através da análise de como os elementos constitutivos da afiliação interferem, ou não, na produção historiográfica desses/as estudantes negros/as. Utilizou-se um questionário 31 questões organizadas em blocos: 1) o perfil discente, 2) a experiência na graduação e 3) a relação desse discente com processo de escrita do trabalho de conclusão de curso. Ao todo o formulário contou com a participação de doze estudantes. Agora, algumas notas a partir dos resultados...

Afiliação como estratégia de permanência

Entre os respondentes do formulário da pesquisa 85,7% indicaram ter se vinculado à grupos/núcleos de pesquisa, estágios remunerados em escolas públicas, ao programa Universidade Para Todos (UPT). Além disso, indicam ter participado de programas de bolsas institucionais como o PIBIC², PIBID³, PROEX⁴, Residência Pedagógica, Arte e Cultura. Os dados sugerem, que, durante a

2 Programa Institucional de Iniciação Científica

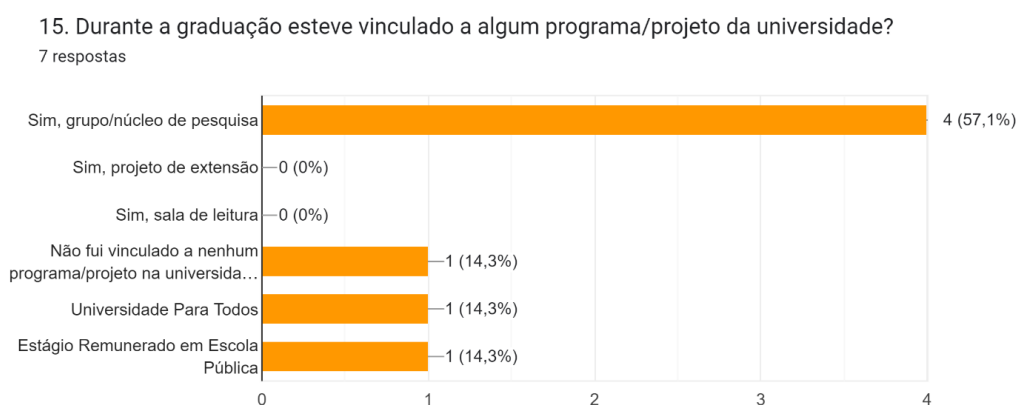
3 Programa Institucional de Iniciação Científica

4 Programa de Bolsas de Extensão

graduação, alguns desses estudantes estiveram vinculados a pelo menos 2 (dois) programas de bolsas institucionais, além de transitarem por vários programas/projetos institucionais.

Analisando a trajetória dos estudantes, é possível visualizar que predomina a vinculação ao campo do ensino ou da pesquisa em relação as demais. A porcentagem da participação em Iniciação Científica (42,9%) coaduna com uma tendência já apontada por historiadoras como Lopes (2015), Caimi (2016) e Rodrigues e Schimidt (2017), com relação ao privilégio da pesquisa em detrimento do ensino nos cursos de Licenciatura em História, mesmo nos programas que pretendem articular os dois campos.

Figura 1 - Vinculação à programa/projeto da universidade



Verificamos, portanto, que os projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão – embora este último menos frequentado pelos estudantes de História – são importantes promotores de permanência estudantil. Estes impactam diretamente na dimensão simbólica da permanência, isto é, na produção de condições que permitem uma melhor apreensão do mundo acadêmico e universitários. É nesses espaços que, por meio da realização de eventos, seminários, reuniões, bem como da elaboração de documentos, formulários, relatórios e outros documentos, o estudante adquire ciência, habilidade e competência necessária para a trajetória acadêmica. Assim, projetos e programas são considerados espaços que promovem a afiliação acadêmica e institucional e o trânsito por eles indica presença de afiliação acadêmica.

Todavia, no atual contexto socioeconômico da sociedade brasileira e de sucateamento das universidades, que inclui maior precarização da vida de um modo geral, afetando, principalmente, os membros das classes populares, percebe-se que a vinculação estudantil aos programas de bolsas institucionais – e, conseqüentemente aos programas/projetos – é também uma forma de garantir as condições materiais mais imediatas para a continuidade na graduação.⁵ Assim, no que se refere à afiliação acadêmica entre os estudantes de História, nota-se que ela se realiza, principalmente – ou de maneira imediata – como estratégia de permanência dos estudantes, sendo os programas de bolsas

5 De modo semelhante, Greysi Souza (2017) analisou como a Iniciação Científica se torna um facilitador da permanência e assistência estudantil de estudantes oriundos das escolas públicas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. DE SOUZA, Greissy Kelly Araujo; SANTOS, Dyane Brito Reis. Da afiliação à permanência: o protagonismo da iniciação científica. In: Observatório da vida estudantil: dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária: percurso e novas perspectivas. EDUFBA, 2017. p. 153-171.

institucionais a via predominante.

Neste sentido, se a afiliação acadêmica é realizada como uma estratégia de permanência pelos estudantes, os dados (organização de movimento sindical-estudantil (57,1%), participação em DCE ou Atlético Estudantil (28,6% e 14,3%, respectivamente) demonstram a potencialidade que espaços fora da dinâmica mais "institucionalizada" da universidade – como o movimento estudantil, por exemplo – possuem para a formação profissional, política, cultural e social dos estudantes e que pode ser explorada de modo a promover a afiliação acadêmica entre os discentes.

Afiliação e produção do conhecimento histórico: escrever o TCC

Para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso o estudante precisa mobilizar as ferramentas que foram apresentadas durante o seu percurso na graduação, o repertório, sobretudo epistemológico, que fora construído ao longo dos semestres. O TCC deveria expressar o domínio das normas institucionais e técnicas do fazer científico (COULON, 2013). Em outras palavras, ele é a síntese de um processo formativo. Neste sentido, podemos considerar que o TCC é o indicador máximo de afiliação acadêmica e intelectual de um estudante, embora não seja o único como as seções anteriores já sinalizaram.

A investigação em torno do TCC como indicador de afiliação acadêmica levou em consideração todos os 12 respondentes da pesquisa, optantes ou não da política de ações afirmativas, por meio de questões abertas elaboradas e organizadas em três eixos: a) a definição do tema, b) o processo de escrita do texto e c) o resultado final obtido. A justificativa para manutenção de todas as narrativas sobre o TCC busca evidenciar se há distinção dos processos de escrita de TCC entre os estudantes optantes ou não.⁶

Esta pesquisa se efetivou no semestre 2023.2, considerando dados de 2023.1. No momento da pesquisa, ao todo 6 (50%) dos respondentes já haviam defendido o TCC, sendo 4 optantes; 5 (41,7%) estavam escrevendo (matriculados em TCC I ou II em 23.1), dentre os quais 3 são optantes; e apenas 1 (8,3%) não estava escrevendo (as razões não foram sinalizadas). Como dito, o TCC é uma importante síntese do processo formativo de todo aluno da graduação. Em geral, os estudantes respondentes concordam que o TCC repercute a sua trajetória na universidade. As descrições caracterizam o TCC como resultado de um processo descrito ora como "doloroso e complicado" (E04), como "reflexão sobre parte do meu processo de formação" (E12Oaf) ou ainda por repercutir "concepções ideológicas, políticas, sociais e pessoais" (E08Oaf)

Em geral, os estudantes respondentes concordam que o TCC repercute a sua trajetória na universidade. As descrições caracterizam o TCC como resultado de um processo descrito ora como "doloroso e complicado" (E04), como "reflexão sobre parte do meu processo de formação" (E12Oaf) ou ainda por repercutir "concepções ideológicas, políticas, sociais e pessoais" (E08Oaf). O trânsito, mesmo que mínimo, pelos espaços acadêmicos, intra ou extraclasse, também contribuiu para a definição do tema, sendo mais um indicador da importância desses espaços para a formação universitária.

Verificou-se entre as respostas certa ênfase no aspecto supostamente "autônomo" da definição

⁶ Os respondentes optantes para além da identificação comum, serão identificados com a sigla Oaf que significa "Optante de Ações Afirmativas".

do tema. Tal não revela as dinâmicas as quais estão submetidos os alunos, como as do tempo. Desse modo, portanto, mais do que decisões autônomas, os temas de pesquisas têm sido definidos pelas experiências e trajetórias dos estudantes em diálogo com o mundo social, reforçando, assim, o caráter contemporâneo da historiografia, ou melhor, a síntese de que toda “a história do nosso tempo” é a história das nossas experiências, mesmo quando elas não são universais ou coletivas.

Como reflexo da trajetória e experiência dos estudantes, o processo de escrita do TCC é fortemente influenciado pelas condições materiais e imateriais de escrita do texto. A expectativa em torno do produto que se espera apresentar pode tornar esse momento da graduação um dos períodos mais difíceis do acadêmico. Em geral, os respondentes relataram de forma muito negativa os processos de escrita, como: “a pior experiência da graduação” (E03), destacando ainda a “falta de orientação” e de “assistência e permanência” (E04), a escrita “apressada e muito acelerada” (E12), e a falta de tato com referencial teórico/metodologia/fontes (E09; E08).

O TCC é um dos componentes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História. A matriz curricular 434/2015 prevê, em seu fluxograma, ao menos seis componentes curriculares que introduzem o discente no universo da pesquisa e da escrita do TCC.⁷ Entre os respondentes verifica-se a repetência dos componentes de TCC I e II, com ênfase em TCC II que 7 (58,3%) dos 12 respondentes cursaram ao menos duas vezes e 1 (8,3%) quatro ou mais vezes. Convergindo ambos os dados chegamos à conclusão de que 66,6% dos estudantes não integralizaram a pesquisa matriculando-se apenas uma vez no componente de TCC II.

E, mesmo entre aqueles que iniciam no universo da pesquisa antes do momento de escrita do trabalho, somam-se outras dificuldades que incidem sobre o processo como, por exemplo, ansiedade, sobrecarga com disciplinas, falta de recursos (financeiros, materiais ou intelectuais), ausência de perspectiva profissional que tornam a escrita do TCC uma necessidade imediata, subtraindo sua finalidade pedagógica.

Algumas notas à guisa de conclusão...

Deste modo, pode-se verificar, após a análise dos dados, que os estudantes, sejam optantes ou não das ações afirmativas, experienciam um processo semelhante de escrita do TCC, ou seja, suas trajetórias acadêmicas não se distanciam e não foi possível identificar, dentro do conjunto de participantes, evidências significativas de distinção entre os processos de escrita. Todavia, isto não significa que essas diferenças não existam – afinal, sabemos das dificuldades que atravessam as experiências de pessoas negras em qualquer lugar – os dados obtidos nesta pesquisa expressam apenas uma fração das muitas trajetórias existentes no curso.

Ademais, o “sucesso” acadêmico demarcado pela regularidade no curso, ausência de reprovação em componentes e, a máxima, a conclusão do trabalho de conclusão de curso dentro dos oito semestres ordinários da matriz curricular se torna antagônico a realidade experienciada pelos discentes. Podemos entender ainda que a ausência das distinções entre os dois perfis (optantes e não optantes) discentes sugere a incompatibilidade de narrativas que possam vincular a dificuldade de escrita do TCC – ou mesmo de permanência no curso – a determinados grupos sociais.

⁷ Os componentes incluem as Oficina de Metodologia da Pesquisa em História (CHF814, CHF815, CHF816, CHF817) e os componentes de Orientação de TCC (CHF230 e CHF 231).

Percebe-se, portanto, que as dificuldades relatadas frente ao TCC não parecem estar relacionadas à falta de afiliação acadêmica ou intelectual, muito pelo contrário, como sinalizado no ponto anterior, os discentes estão em grupos de pesquisas, laboratórios, projetos, movimento estudantil etc., enfim, espaços que promovem a afiliação por outras vias. Entretanto, é pertinente destacar que a ineficiência dos instrumentos disponíveis ao longo do curso, a falta de condições para construção de um repertório necessário para a escrita do texto, a ausência de orientação, a perspectiva limitada de assistência e de permanência estudantil, enfim, todos esses fatores evidenciados através dos dados, devem ser encarados como problemas reais. Estes aspectos, somados às dinâmicas de vida pessoal e acadêmica do discente, tornam o processo de escrita do TCC um verdadeira tormenta aos estudantes e fazem do TCC “apenas mais um texto para concluir a graduação” (E03) ou, em outras palavras, um monstro a se temer.

Ao final, a análise sugere que o processo de afiliação acadêmica entre esses estudantes é realizado, de modo mais imediato, como estratégia para garantia da permanência estudantil e que, quanto a produção do conhecimento histórico, o trânsito por programas e projetos institucionais, os programas de assistência e permanência estudantil e os espaços extra-curriculares são potenciais para construção de repertório. Por outro lado, indica também deficiências dos instrumentos formativos relativos à escrita da História.

Outrora, evidencia ainda a necessidade de estudos que qualifiquem a abordagem, expandindo seus referenciais e objetos. As considerações dos colegas no simpósio apontam para a observação das relações estabelecidas entre a afiliação que se efetiva no curso e o conteúdo, em termos teóricos, profissiográficos, políticos e afins da historiografia produzida; a existência de filiações cruzadas, orientadas por referenciais distintos ou por experiências controversas; e não obstante para o reflexo dessa experiência em suas trajetórias profissionais e na construção de suas identidades enquanto estudantes ou egressos. Tais considerações foram relevantes e incorporadas a reflexão, na medida em que oportunidades de continuidade da pesquisa se tornem possíveis.

Referências bibliográficas

BOAVENTURA, Edivaldo M. *A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência*. Salvador: Edufba, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. *A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência*. Salvador: Edufba, 2009a. pp.. 45-78

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, v. 11, p. 17-32, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tem/a/ng5vPksgkCHSvWYmZsnh5t/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CERRI, Luís. F. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 264-278, 2010. P. 268.

COULON, Alain. *O ofício de estudante: a entrada na vida universitária*. Edufba: Salvador, 2018.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017.

DE MATOS RODRIGUES, Mara Cristina; SCHMIDT, Benito Bisso. O professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria e metodologia da história e historiografia no ensino superior. *História Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 169-178, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.212.02>>. Acesso em: 06 out. 2021.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. *Ações afirmativas e permanência estudantil nas universidades estaduais baianas*. 2022. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

RAFAEL, Ivania Maria de Sousa Carvalho; RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. A crise do capital e a relação com a educação brasileira. *Educação. Revista do Centro de Educação*, v. 41, n. 2, p. 375-386, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1171/117146405008/html/>> . Acesso em: 07 nov. 2022.

SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. *Acta Scientiarum. Education*, v. 34, n. 2, p. 211-220, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16989>>. Acesso em: 27 out. 2022

SILVA, Célia Santana. *Memórias em Disputa: o processo de interiorização dos cursos de licenciatura em História na Bahia (1980 - 2002)*. Curitiba, CRV, 2021.

SILVA, Célia Santana. Interiorização do Ensino superior na Bahia: um olhar para os cursos de Licenciatura em História nas estaduais. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, v. 29, p. 2017, 2017.

ANTÍDOTO OU VENENO? A DISPUTA PELO “REALISMO ONTOLÓGICO” NA CONSTRUÇÃO DE VERSÕES DO PASSADO DAS “NOVAS DIREITAS”: O CASO DE OLAVO DE CARVALHO (2008)

Lúcio Geller Junior

Doutorando PPGH/UFRGS e bolsista CNPq

Email: lucio.geller@gmail.com

O passado, por definição, já passou e, portanto, não tem propriedades ontológicas. Ou pode-se dizer que tem uma ontologia latente que é ativada quando fazemos história. Mas essa ativação do passado é sempre parcial, deixando seus resquícios escondidos ou dormentes. É um passado ausente, mas que nos assombra e pode retornar de maneiras que perturbam nossas narrativas históricas convencionais e a compreensão do que o passado e a história são.
Ethan Kleinberg, *Teoria da História como Fantologia* (2017)

Diante da combinação de crises da democracia e da ascensão de agrupamentos de extrema direita ao redor do mundo, propus como pesquisa de doutorado investigar como os conceitos de fascismo e comunismo são construídos pelas “novas direitas” de Brasil, Rússia e Ucrânia.¹ Seja em medidas legislativas (*corpus jurídico*), seja em teorias registradas em livros, artigos e ensaios de seus representantes (*corpus teórico*), entre 1989 e 2020.

Os marcos temporal e espacial se dão em razão da sobreposição entre o escopo dos materiais de pesquisa e o começo de processos de transição jurídica tanto na América Latina, quanto no Leste Europeu. Obviamente, as ditaduras latino-americanas e os regimes socialistas possuem genealogias históricas muito diferentes. Logo, não pressuponho a sua equiparação, e sim o fato delas serem alvos, em uma mesma época, de processos tipificados como de “justiça de transição”. Em outras palavras, é mais sobre como as novas democracias desses lugares lidam com o seu passado, do que sobre *esse passado* propriamente.²

É lógico que, segundo Francisco Santiago Jr. (2015, p. 272, *grifos originais*), “entre presentismos nocivos e novos passados públicos positivos é muito difícil *separar teoricamente os usos e os abusos públicos da memória e da história*”. Contudo, se “a historiografia não pode abrir mão de construir diagnósticos” e demonstrar como o passado resulta de “faturas sociais”, é preciso focar nas ambiguidades, “trabalhando no limite entre as operações de formação do sentido cultural do passado” (SANTIAGO JR., 2015. p. 272-273).

1 O termo “novas direitas” procura uma circunscrição abstrata, isto é, não restrita a uma única experiência histórica, de um conjunto diversificado, no tempo e no espaço, de expressões de direita. Segundo Andrea Pirro (2022), usar um termo “guarda-chuva” não é uma solução simplória, mas uma forma de delimitar um fenômeno por meio de seu poder agregativo. Entre os estudos anglófonos, a expressão mais empregada para reunir variantes da política de direita é *far right*. Contudo, quando transposto para o cenário lusófono, as qualidades do termo podem se confundir com as traduções de subcategorias como “extrema direita” ou “direita radical” - ambas diferentes entre si -, de modo que parece pertinente recorrer a gêneros abstratos mais apropriados, como simplesmente “novas direitas”.

2 A própria noção de democracia exige uma discussão conceitual em particular, à maneira de Jacques Rancière (2014).

Como se sabe, a América Latina constitui um caso eloquente de implantação de “comissões da verdade”, leis acerca da responsabilidade estatal e medidas de promoção de memórias.³ Não obstante, em quase todo o Leste Europeu foram feitas leis para tratar de indivíduos em cargos de gestão pública ligados ao regime anterior e sobre o acesso aos arquivos do aparato repressivo.⁴ Em outra frente, assim como na América Latina, foram erigidos museus e instituições para promover novas narrativas históricas (MILLER; LIPMAN; 2012).

Todo esse repertório transicional provém, segundo Patrícia Valim, Alexandre Avelar e Berber Bevernage, de um *paradigma liberal de memória*, que serviu, inclusive, para combater o negacionismo de Estado, na forma de acesso às informações sobre passados autoritários (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021). Contudo, como os autores apontam, é notável a recente emulação desse ideário *liberal*, diga-se de passagem,⁵ por formações de extrema direita para criar as suas próprias narrativas de vitimização. Tanto é assim que, a Polônia, país onde os nazistas criaram milhares de guetos e campos de concentração, aprovou em 2018 uma emenda de Lei que proíbe qualquer manifestação que relacione os crimes cometidos pelo Terceiro Reich com o governo polonês vigente à época.⁶

A escolha da Rússia e da Ucrânia no cenário europeu deve-se, nesse sentido, ao fato de serem países que, não raro, aparecem como antípodas na representação do passado do século XX (GHODSEE, 2017). Entre muitos silêncios de um lado e uma veemência que arrisca absolver o regime nazista de outro, esse maniqueísmo merece ser historiicamente questionado. Por isso, convém trabalhar com mais de um país, pois assim é possível encontrar os entrelaçamentos que causam as divergências, ao invés de focar em histórias internas, correndo o risco de reiterar narrativas nacionalistas. O mesmo critério vale para inserir o Brasil nessa análise tríplice, na medida em que, durante o governo de Jair Bolsonaro, o país foi associado à transposição de algumas dessas tendências, como o slogan político “chegou a hora de ucranizar” (PORTAL; GELLER JÚNIOR, 2021).⁷

Longe de cair na hipótese de que tal interação representa o empréstimo de modelos políticos europeus aparentemente mais desenvolvidos, a pesquisa procura situar suas fontes dentro de *situações globais*, na perspectiva de Sebastian Conrad (2020). Isso significa analisar tanto como elas se relacionam, quanto como elas oferecem respostas de diferentes maneiras. Do lado do *corpus*

3 Em uma análise comparativa, a América Latina foi a região que mais realizou mudanças de regimes autoritários para regimes democráticos, dado o “índice de governos dessa natureza (91%), se confrontada com África (40%), Ásia (48%) ou Europa Oriental (67%)”, até 2010 (HOLLANDA, 2010, p. 55-75).

4 Até o começo dos anos 2000, todos os países da região, exceto a Iugoslávia devastada pela guerra, aprovaram legislações para tratar de indivíduos em cargos da gestão pública ligados ao regime anterior e sobre o acesso aos arquivos do aparato repressivo, sobretudo dos órgãos de inteligência (STAN, 2009).

5 Segundo Bevernage, (2015, p. 345) a ascensão dessas políticas coincidiu em grande parte com o fim da Guerra Fria e o período em que muitos no mundo ocidental celebravam o triunfo supostamente final da democracia liberal sobre seus adversários autocráticos.

6 Esta foi uma emenda decorrente da Lei sobre o Instituto da Memória Nacional, aprovada em 26 de janeiro de 2018, um dia antes do 73º aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. A emenda, segundo Anna Zawadzka (2021, p. 674), introduziu o Artigo 55a, que adverte: ‘Quem alegar, publicamente e ao contrário dos fatos, que a Nação Polonesa ou a República da Polônia é responsável ou corresponsável pelos crimes nazistas cometidos pelo Terceiro Reich ... será penalizado com uma multa ou prisão de até 3 anos’.

7 Esse lema está associado, principalmente, com algumas correntes de extrema-direita que, nos últimos anos, passaram a reivindicar os conflitos políticos e sociais deflagrados na Ucrânia a partir de 2013. Especificamente ao assim chamado movimento Euromaidan, que levou à queda de um presidente que passou a ser identificado como o espectro da velha geopolítica soviética (PORTAL; GELLER JÚNIOR, p. 281, 2021)

teórico, há por exemplo, uma rica interação no campo do pensamento Tradicionalista,⁸ que é uma forte expressão dos movimentos empenhados em reinterpretar o legado da “revolução conservadora”.⁹ No Brasil, o nome de Olavo de Carvalho está na dianteira dessa vertente, tal como os de Alexandr Dugin na Rússia e o de Volodymyr Viatrovyeh na Ucrânia. Todavia, as visões de mundo que cada um oferece espelham distintas perspectivas diante de questões gerais, que muitas vezes entram em choque, como no debate entre Carvalho e Dugin no livro *Os EUA e a Nova Ordem Mundial* (2012).

Esta e outras obras encontram-se publicadas em formato de livros, ou disponibilizadas virtualmente, meio pelo qual estão sendo acessadas. Dugin, por exemplo, possui uma grande quantidade de livros traduzidos para diversos idiomas e escreve para os portais de divulgação de ideias conservadoras *Geopolitika*, *Katehon* e *The Fourth Political Theory*. Viatrovyeh possui publicações acadêmicas ligadas ao período soviético na Ucrânia. Recentemente, a editora *Vide* se arroga da compilação dos textos de Carvalho e seu site oficial (*SANVM*), mantido pelos seus seguidores, reúne textos escritos desde os anos de 1980. Contudo, todo esse material bibliográfico não vale por si só. Sua relevância para a pesquisa também está na forma como ele se conecta com a atuação prática das direitas, isto é, no campo político, que provém do *corpus jurídico* até então reunido.

Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, ficou conhecida uma polêmica proposta legislativa, de autoria do deputado federal Eduardo Bolsonaro (BRASIL, 2020), que equipara o crime de apologia ao nazismo a qualquer referência ao comunismo no Brasil. Não obstante a data de apresentação, em 1º de setembro de 2020, que, em suas palavras, “marca a invasão da Polônia em 1939” pelos exércitos de Adolf Hitler e Ióssif Stálin, o projeto recorre a legislação que passou a condenar os “regimes totalitários comunistas e nazistas” na Ucrânia em 2015. Tanto o projeto brasileiro, quanto o artigo do estatuto ucraniano, são apenas dois exemplos, levantados pela pesquisa, dos cerca de seis textos em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil e dos vários dispositivos elaborados na Ucrânia, que revelam as interações legislativas entre as direitas ao redor do mundo. Mas mais do que isso, a justificativa da proposta está baseada em argumentos de Carvalho, (*apud* BRASIL, 2020, p. 4), segundo o qual nem todos “os terremotos, furacões, epidemias, tiranias e guerras” dos últimos séculos foram tão devastadores quanto o comunismo.

A citação foi retirada de um artigo chamado *Que é ser socialista?*, publicado no *Jornal da Tarde*, em 28 de outubro de 1999. Mas está presente em pelo menos outros 14 textos do autor. Suas palavras, portanto, não se limitam ao campo *metapolítico*, isto é, estilos de vida alternativos e divulgadores de ideias fora dos meios políticos habituais, como a via partidária. Pelo contrário, tal como as legislações do Brasil e da Ucrânia, as ideias de Carvalho começam a adentrar em espaços institucionais. O mesmo acontece com Viatrovyeh na Ucrânia, que fora das páginas de seus livros, tornou-se não só diretor do Instituto Ucraniano de Memória Nacional (IUMN) em 2014, como o principal fiador, através de seu cargo, do estatuto de equiparação do fascismo e do comunismo na

8 O Tradicionalismo é uma vertente do pensamento revolucionário conservador do início do século XX, que entende como originais e eternas um conjunto de práticas e saberes (VASCONCELOS, 2022, p. 225).

9 A “revolução conservadora” é uma constelação de correntes de direita contrárias às transformações do mundo moderno. As novas forças da direita procuram renová-la, a distanciando do fascismo através do Tradicionalismo, para se contrapor ao mundo “pós-moderno” (VASCONCELOS, 2022, p. 234).

Ucrânia.¹⁰

Além disso, esse caráter reiterativo de uma mesma ideia, no caso de Carvalho, permite que, dentro dos limites desta comunicação, se possa discutir algumas das formas pelas quais as direitas operam a equiparação entre o fascismo e o comunismo. Assim, peço licença para focar aqui em um artigo de Carvalho, datado de 8 de agosto de 2008 e publicado originalmente no *Diário do Comércio*. Intitulado *Mentira temível*, Carvalho afirma que o

[...] protesto do governo russo contra a equiparação moral de nazismo e comunismo condensa uma das *falsificações históricas mais temíveis de todos os tempos* [...] Até John Earl Haynes, o grande historiador do anticomunismo americano, subscreeve esse erro: ‘Ao contrário do nazismo, que explicitamente colocava a guerra e a violência no cerne da sua ideologia, o comunismo brotou de raízes idealísticas [*sic*].’ Nada, nos *documentos históricos*, justifica essa afirmativa [...] A concepção mesma de genocídio [...] é de origem comunista, e sua expressão mais clara já estava nos escritos de Marx e Engels.

Essa passagem permite explorar, dentre outras questões, como o combate ao negacionismo de Estado é emulado para equiparar o comunismo ao fascismo. Ao contrário dos que procuram apagar os vestígios de um passado violento, Carvalho se coloca como alguém que condena “falsificações históricas”. Tudo o que ele não quer *ser* é um contador de “mentiras temíveis”. Em vez disso, quer ser alguém comprometido com a *verdade* registrada nos “documentos históricos”.

Obviamente, não estou dizendo que Carvalho está correto no conteúdo de seus argumentos. A violência na Rússia de Stálin era “voltada para a sociedade soviética, com o fim de submetê-la, normalizá-la e discipliná-la”. Já a violência nazista foi, em grande parte, “direcionada para fora do Terceiro Reich”, após “um período de intensa repressão majoritariamente contra a esquerda e os sindicatos”, e se estendeu “às categorias excluídas do *Volk* (judeus, ciganos, deficientes, homossexuais)”. Isso porque “o projeto social de modernização” soviética, espelhado no Iluminismo, “não foi em si irracional”, mas empregou meios autoritários e desumanos para atingir metas econômicas que ficaram muito aquém do esperado, dados os resultados catastróficos que surgiram, por exemplo, do “trabalho forçado nos *gulags*”, “colocando em causa o próprio projeto modernizador”. Enquanto o nazismo, “combinou a ‘razão instrumental’ com a mais radical forma do irracionalismo herdado do contrailuminismo”, a exemplo dos campos de extermínio, “em que foram empregados métodos de produção industrial e gestão científica na matança” (TRAVERSO, 2021, p. 218-220).

Ao mesmo tempo, é óbvio que não se pode negar que o nazismo e o stalinismo ceifaram vidas e causaram incontáveis sofrimentos. Aqui, a questão principal, no entanto, são as consequências nocivas de mesclar dois fenômenos históricos distintos, além da forma como Carvalho se *posiciona* enquanto um narrador que defende uma “verdade empírica”. Aliás, mesmo não sendo um historiador profissional, sua narrativa está carregada de premissas historiográficas, as quais muitas vezes surgem

10 No começo de 2014, o governo ucraniano colocou Viatrovyeh na direção do IUMN. A carreira do novo diretor era desde muito tempo ligada aos estudos da *Organização dos Nacionalistas Ucranianos* (OUN) e de seu braço armado, o *Exército Insurgente Ucraniano* (UPA). Duas entidades de cunho nacionalista, nas raías do extremismo, e que, durante a ocupação nazista, colaboraram com os seus planos de extermínio étnico. Entre a comunidade historiadora, nunca faltaram críticas a Viatrovyeh. Per Anders Rudling (2012) o acusou de silenciar sobre o colaboracionismo delas, apresentando-as como mártires na luta pela independência do país. Com o estatuto *Sobre a condenação dos regimes totalitários comunista e nazista e a proibição da propaganda de seus símbolos na Ucrânia* (2015) foi possível igualar o comunismo ao nazismo, excluindo “símbolos de regimes totalitários” do espaço público. Porém, mesmo estendido ao nazismo, ficaram isentos os símbolos dos assim chamados “heróis da independência”, como os membros de OUN e UPA (Ucrânia, 2015).

como antídoto entre os especialistas para combater posturas como as de Carvalho.

Em *Sobre a tirania*, o historiador Timothy Snyder (2023) concebeu uma espécie de *O Príncipe* às avessas, em que ensina os súditos, através do conhecimento historiográfico, como barrarem o líder “maquiavélico” (não no próprio sentido dado por Nicolau Maquiavel, mas de um verdadeiro autocrata maléfico). Para Snyder, “a construção de realidades alternativas”, rotulada de pós-verdade, não é muito diferente da forma como os fascistas do entreguerras confundiam “a fé num líder cheio de enormes defeitos com a verdade sobre o mundo”. O historiador associa, assim, as dissimulações históricas de hoje em dia com o antigo fascismo, que teria levado as pessoas a confundirem suas idiossincrasias com a realidade, de modo que só podemos combatê-las as desmistificando com “verdades empíricas”.

As análises de Snyder, assim como de tantos outros, não deixam de fazer referência aos estudos clássicos do fascismo,¹¹ acrescidas de algumas “visões de um futuro totalitário”, como escreveu George Orwell em 1942 e a quem o autor evoca em seu ensaio. Afinal de contas, a associação feita por Snyder acompanha a velha “sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo”, como escreveu Orwell (2021[1942], p. 516) há mais de oitenta anos. Mais precisamente, disse ele:

Estou disposto a acreditar que a história é, na maioria das vezes, imprecisa e tendenciosa, mas o que é peculiar à nossa própria época é o abandono da ideia de que a história poderia ser verdadeiramente escrita. [...] A teoria nazista de fato nega especificamente que tal coisa como a ‘verdade’ existe. [...] O objetivo implícito desta linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder, ou algum grupo governante, controla não apenas o futuro, mas o passado.

Diante disso, em primeiro lugar, nem sequer se poderia falar de “novas direitas”, como sugere esta pesquisa, e sim de uma reciclagem de velhas práticas e discursos. Mas, seguindo a mesma linha de raciocínio de Snyder, não se poderia dizer então que esse seu diagnóstico não é, também, mais uma reciclagem da forma como tais fenômenos foram há muito tempo interpretados do que uma análise *a partir* dos fenômenos mais recentes? Em outras palavras, não se está enxergando as direitas só através daquilo que já se sabe do entreguerras, ao invés de atentar para o que se pode notar de diferente ou sobre aquilo que ainda não se sabe? Orwell já ensinou tudo? O caminho mais elementar para tentar responder isso é, acredito, como propus em minha pesquisa, ou seja, escutando o que as tais “novas direitas” têm a dizer para compreendê-las.

Nesse sentido, em segundo lugar, a postura de Carvalho levanta a dúvida sobre se realmente é possível enquadrá-lo enquanto alguém que se associa ao desprezo à verdade e, conseqüentemente, é repellido quando a mesma é restituída. Não seria, pelo contrário, a restauração de uma imagem factual do fascismo e do comunismo o que promete Carvalho? Ou seja, na contramão da análise de Snyder à sombra de Orwell. Na realidade, parece ser mais plausível dizer que ambos os lados apelam a um tipo de “realismo ontológico”, como definido por Ethan Kleinberg (2021). Essa noção não designa uma “escola”, um “método” ou qualquer tendência historiográfica. Segundo Kleinberg, é um “compromisso com a história como um esforço preocupado com eventos atribuídos a um local específico no tempo e no espaço que são, em princípio, observáveis e, desse modo, são considerados *fixos e imutáveis*”. Fundamentalmente, essa perspectiva se preocupa com os dados empíricos, “que

11 Um debate que vai das “teses do totalitarismo” de Hannah Arendt (2012) e outros intérpretes, até seus críticos, como Ian Kershaw (2004); passando pelas análises palingénéticas de Roger Griffin (2019).

servem como uma espécie de piso falso para sustentá-la”. É, portanto, uma crença “de que a história pode (no mínimo parcialmente) representar o passado ‘como de fato aconteceu’”.

No caso de Carvalho, o “realismo ontológico” surge como uma forma de condenar o comunismo sem se associar ao fascismo, na medida em que ele procura fugir de qualquer predisposição subjetiva em detrimento de uma suposta verdade empírica. Em outras palavras, Carvalho escapa da ligação feita por Snyder entre pós-verdade e fascismo ao se comprometer com o “realismo ontológico”, que abomina tudo aquilo que não leve a uma representação pretensamente objetiva do passado. Por sinal, nem só de citações se valem seus adeptos, mas de procedimentos assim. Nos passos do mentor, Bolsonaro justifica em seu projeto que, os “que acreditam que criminalizar o comunismo é uma atitude autoritária”, devem “defender a descriminalização do nazismo”. Ao abrigo do “realismo ontológico”, dois campos de atuação distintos são compartilhados pelas direitas.

Todavia, para intérpretes como Snyder, o “realismo ontológico” é o antídoto que irá romper com as defesas de um patógeno que não saberia do seu funcionamento. Em razão disso, fica a dúvida se, ao aumentar a dose desses anticorpos, não estaríamos, na verdade, não só nos envenenando, mas ampliando a propagação de radicais livres no corpo da nossa democracia. Não deveríamos nos manter na sua contramão, ao invés de permanecer sobre o mesmo “piso falso” da ontologia? Ou seja, alavancando as ambiguidades que nós sabemos fazer parte da narração do passado, marcada pela dinâmica, segundo Michel-Rolph Trouillot (2016), entre produção de indícios e criação de silêncios. Além disso, talvez seja mais o conjunto de regras segundo as quais se “atribui ao verdadeiro efeitos de poder”, do que o “conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar” - segundo Michel Foucault (2016, p. 53) -, o centro nervoso da forma como Carvalho e outros constroem suas versões do passado.

Esse dilema, a propósito, não está muito longe daquilo que a filósofa Simone de Beauvoir (1967), em seus vários ensaios sobre o pensamento de direita no pós-guerra, chamou de “teoria da elite”. Segundo Beauvoir, a ideia que mais aflorava nos textos anticomunistas de direita era de que “o homem está radicalmente separado da realidade”. Só assim, conforme a autora, tais intérpretes podiam acreditar que alguém trilharia a causa do comunismo: se deixaram “cair numa armadilha”, pois este “mundo é um mundo de tapeadores e de otários, cenário de agitações destituídas de fins e de sentidos”. Contudo, questiona Beauvoir (1967, p. 31-35.), aqueles mesmos que

denunciam a abjeção do homem, não são também homens? Se tôda [sic] consciência é alucinada, tôda [sic] ação interessada, como nos vão convencer de que eles [sic] possuem a verdade e que seus fins são objetivamente válidos?” [...] A atitude mais radicalmente aristocrática [conclui a filósofa] consiste em cindir a humanidade em dois, e considerar essa cisão como coisa dada.

Guardadas as devidas proporções, não acredito, hoje, na eficácia de uma mesma divisão entre “tolos” e “esclarecidos” para compreender porque alguém não só adere, mas propaga dissimulações históricas, ou que basta afirmar quem, de fato, possui a verdade para repeli-las. Obviamente, os sinais parecem trocados nessa apropriação das ideias de Beauvoir para a situação atual, sendo agora o pensamento de direita a corrente, como expresso ao longo do texto, supostamente “separada da realidade”. No entanto, isso é realmente só uma aparência, porque o pensamento de Carvalho, por exemplo, segue partindo dessa mesma pressuposição. Quem quer, supostamente, estar mais próximo

da “realidade”, aliás, é o ideário propalado por Carvalho. A questão é, enfim: *o que nós faremos* para não cairmos nessa tentação aristocrática que, ao passo que nos conforta com a crença numa consciência superior e ontológica, também nos engana de que algo na história está dado.

Referências bibliográficas

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. *O pensamento de direita, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BEVERNAGE, Berber. The past is evil, evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. *History and Theory*, v. 54, n. 3, p. 333–352, 2015.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. PL 4425/2020. Brasília, 1 set. 2020b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261904>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CARVALHO, Olavo de. Que é ser socialista? *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, 28 out. 1999. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/que-e-ser-socialista/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO, Olavo de. Mentira temível. *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, 8 ago. 2008. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/mentira-temivel/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO, Olavo; DUGIN, Alexandr. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial. Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: Vide Editorial, 2012.

CONRAD, Sebastian. Memórias entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 130-148, jan./abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GHODSEE, Kristen. Exonerando a los fascistas en la Europa del Este. *Nuestra Historia*, Madri, v. 4, p. 149-167, 2017.

GRIFFIN, Roger. *Fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; BATISTA, Vanessa Oliveira; BOITEUX, Luciana. “Justiça de Transição e Direitos Humanos na América Latina e na África do Sul”. *Revista OABRJ*, v. 25, n. 02, p. 55-75, 2010.

KERSHAW, Ian. “Hitler and the Uniqueness of Nazism”. *Contemporary History*, v. 39, n. 2, p. 239–254, 2004.

KLEINBERG, Ethan. *Historicidade espectral: Teoria da História em tempos digitais*. Milfontes: Vitória, 2021.

KLEINBERG, Ethan [entrevista]. Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. *História da Historiografia*, v. 10, n. 25, 2018.

MILLER, Alexei, LIPMAN, Maria. *The convolutions of historical politics*. New York: Central European University Press, 2012.

ORWELL, George. *Fascismo e democracia*. São Paulo: Montecristo. 2021.

PIRRO, Andrea. Far right: The significance of an umbrella concept. *Nations and Nationalism*, p. 1-12, 27 jun., 2022.

PORTAL, João Camilo; GELLER JÚNIOR, Lúcio. “Chegou a hora de ucranizar!”: usos do passado e nacionalismo nas manifestações públicas em defesa de Jair Bolsonaro. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 269-289, maio/ago. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *Ainda se pode falar em democracia?* KKYM: Lisboa, 2014.

RUDLING, Per Anders. Warfare or War Criminality? *Ab Imperio*, n. 1, p. 356-381, 2012.

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania. Vinte lições do século XX para o presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

STAN, Lavinia (org.). *Transitional Justice in Eastern Europe and the former Soviet Union: Reckoning with the communist past*. New York: Routledge, 2009.

SANTIAGO JR., Francisco. “Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘Problemática dos lugares’”. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, jan.-abr., 2015. p. 272-273.

TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo. Populismo e a extrema direita*. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

UCRÂNIA. Lei n. 317-VIII, de 9 de abril de 2015. *Sobre a condenação dos regimes totalitários comunistas e nacional-socialistas (nazistas) na Ucrânia e a proibição da propaganda de seus símbolos*. Kiev, 9 abr. 2015.

VALIM, P.; AVELAR, A. de S.; BERBER, B. Negacionismo : história, historiografia e perspectivas

de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

VASCONCELOS, Francisco T. R.. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural, *Princípios*, v. 41, n. 163, p. 208–239, 2022.

ZAWADZKA, Anna. A condição de imigrante retida no leste-oeste. Notas sobre a frente do trabalho. *Aedos*, v. 12, n. 27, p. 28, 2021.

JORNADAS DE JUNHO: A TRANSFORMAÇÃO DO FENÔMENO EM EVENTO HISTÓRICO

Fernanda Pereira Borge

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: fpereira056@gmail.com

Grandes protestos políticos de massa são espaços importantes para entender as mudanças sociais e as disputas políticas pela caracterização e vivência do tempo histórico. A presença massiva do povo nas ruas é um acontecimento capaz de provocar debates sobre a comunidade política nacional, muitas vezes forçando essas a uma reorientação em torno do passado e futuro coletivos.

Existem certos episódios que se tornam tão imponentes que imediatamente eclipsam todos os outros que ocorreram em um mesmo espaço-temporal de uma determinada sociedade. Alguns desses episódios são tão importantes que basicamente passam a resumir todo o ano em um único evento. Na era marcada pelo digital, tais eventos se tornam ainda mais potentes devido a sua reverberação na vida das pessoas pela instantaneidade de informações e opiniões em redes sociais. Foi o caso do Brasil em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho.

Pouco mais década se passou desde as manifestações populares de 2013 - essas talvez as maiores ocorridas desde as Diretas Já! - tomaram as ruas. O que se viu nesse tempo foi o zênite da Operação Lava Jato, o impeachment de Dilma Rousseff, a ascensão da direita conservadora, a eleição de Jair Bolsonaro e um aumento expressivo dos movimentos antidemocráticos. Houve retrocesso em diversos âmbitos, contudo, também ocorreram avanços, como é o caso do fortalecimento de certos grupos e coletivos, bem como um aprofundamento do pensamento político.

As manifestações no seu início, em junho daquele ano, versavam sobre o aumento do preço da passagem dos transportes públicos, entretanto, logo depois se desembocou em uma série de manifestações por todo o país apresentando as mais diversas reivindicações. Embora não haja consenso, muitas das análises sobre 2013 apontam para aquele ano como um ponto de virada na conjuntura política, uma ruptura no espaço-temporal da democracia brasileira.

Inicialmente restrito a um certo tipo de público, os atos que se seguiram devido ao aumento do preço dos transportes públicos ganharam forte apoio popular nas grandes capitais, em parte devido a grande repressão do Estado, que encontrou na força policial seu braço armado.

Após essas manifestações iniciais pelo preço da passagem, ganharam lugar reivindicações contra a força policial, o excesso de gastos do dinheiro público, a má qualidade de gestão e a crítica à corrupção, entendida de várias formas.

As manifestações rapidamente passaram a ser entendidas como um acontecimento de grandes proporções pelos próprios presentes nos atos e sendo assim, começaram a surgir análises nos mais diversos campos do conhecimento. 2013 passa a ser então uma espécie de laboratório onde se podia identificar diversos setores da sociedade em um mesmo espaço, bem como a ideia de um processo

onde diversos significados e discursos podiam circular ao mesmo tempo. O movimento foi vivido e potencializado dentro do próprio evento pelas pessoas presentes nas ruas e também a partir da cobertura das mídias.

Quanto aos manifestantes, em relação às transmissões tradicionais, os primeiros atingiram um grande público de forma mais rápida, uma vez que suas transmissões eram ao vivo e não precisavam passar pela hierarquia dos grandes escritórios de comunicação. Os manifestantes produziam conteúdo e narrativas de forma incessante em streaming, para além disso, tais imagens ficavam circulando virtualmente, possibilitando assim ainda mais construções narrativas e de interpretação acerca do acontecimento. Nesse sentido, houve um excesso de informações e opções. Segundo Nora, essa configuração é característica das sociedades contemporâneas, um “estado de superinformação perpétua e de subinformação crônica” (1995. p. 187)

Entre 2014 e 2016 - anos em que os protestos continuaram- é possível notar uma tentativa de relação e análise do que 2013 havia imprimido nesses protestos posteriores. E assim 2013 logo passou a ser chamado de “o ano que não acabou”, em referência ao livro “1968: O Ano que não terminou” de Zuenir Ventura. Dessa forma, 2013, imprimiu uma sensação de ausência de fim e sem desfecho definitivo, levando em consideração o que aquele ano poderia deixar para o futuro, como uma espécie de moral que pudesse fornecer lições.

Os protestos que ocorreram no Brasil de certa forma vieram na esteira dos movimentos que começaram a tomar conta do globo a partir dos anos de 2010, como a Primavera Árabe ocorrida no Oriente Médio e Norte da África em 2010 e o Occupy Wall Street nos EUA em 2011. Decerto, esses protestos se diferem entre si devido a uma série de fatores que permeiam as sociedades em que estão delimitadas. O que se pode notar de comum nessas manifestações é que foram produzidas e potencializadas no interior do próprio movimento, em grande parte devido às mídias sociais.

Os protestos de 2013 entraram para o rol das grandes manifestações nacionais que foram capazes de desestabilizar a ordem vigente. Estes protestos deixaram marcas no país que foram capazes de influenciar os principais desdobramentos políticos, econômicos e sociais que lhe seguiram. Muitas interpretações surgiram sobre o ocorrido, parte delas tiveram início no decorrer das manifestações. Esses protestos tiveram efeitos prolongados e alguns perduraram, e o que começou como manifestação, logo adquiriu um caráter de evento.

É comum entre os historiadores considerar que os eventos ou acontecimentos históricos, são uma espécie de crise na capacidade de interpretar acontecimentos de certa ordem e grandeza, que desestrutura e reestrutura a sociedade de diferentes formas. O historiador Reinhart Koselleck em seu livro “Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos” (2006) apresenta o par conceitual, qual seja, espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Para o autor, o que caracteriza um evento, é que este é uma espécie de quebra tanto da experiência, quanto da expectativa. Assim como William Sewell Jr, em seu “Lógicas da História – Teoria social e transformação social” aponta que “acontecimentos, por definição, são eventos únicos e contingentes e estão sujeitos aos caprichos da vontade humana”. (2017. p. 202)

Portanto, um evento é a produção do novo e surge quando a realidade apresenta crises que não podem ser interpretadas a partir de referências já preexistentes. Essas crises são dadas quando a realidade do mundo que é o nosso, nos apresenta novas possibilidades e formas de organização que

não podem ser decodificadas através das experiências que o sujeito já carrega consigo.

Sewell argumenta que um evento é apreendido como uma transformação cultural, isso porque seus momentos são sinônimos de novidade e surpresa. Um evento é capaz de provocar novas noções e atributos do que realmente existe, do que é bom e do que é possível. Koselleck afirma que “cada evento produz mais e, ao mesmo tempo, menos do que está contido nas suas circunstâncias prévias: daí advém sua surpreendente novidade”. (2006. p.139)

Decerto, eventos são anomalias no curso do movimento da história, mas eles não surgem do nada, é preciso uma unidade de sentido que faça com que acontecimentos avulsos possam se tornar um evento. Dessa forma, os eventos são compostos de no mínimo um antes e um depois, eles pressupõem uma temporalidade, uma continuidade no tempo. Os eventos são possíveis a partir das estruturas prévias que os sustentam, e ambos têm estreita ligação entre si, estão correlacionados, sem, no entanto, que um anule o outro ou que se dissipem neles mesmos.

Frequentemente as Jornadas de Junho são vistas como um evento que abalou a forma de se fazer e se entender política no país. Os protestos que se seguiram não podiam ser lidos e entendidos pelas estruturas prévias. Para além das questões que envolvem o transporte público nas cidades, soma-se a situação econômica global pós 2008, o boom das novas mídias e as manifestações populares ao redor do globo ocorridas a partir de 2010. Estas podem ser consideradas algumas das condições presentes para que as Jornadas de Junho viessem a ocorrer. Mas certamente nem só isso, e nem só por isso, pode ser explicado o movimento que logo ganhou ares de evento ou acontecimento histórico. Como aponta Pereira “não se pode determinar cabalmente” (2017. p. 166) as causas de um evento. O que fica claro, em retrospectiva, é que a esquerda que se encontrava no poder, não soube captar e ler o movimento que surgia. Tampouco a direita, porém essa soube se aproveitar melhor do movimento e foi capaz de se infiltrar e se apropriar melhor das manifestações, segundo Marcos Nobre na sua obra *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. (2022).

Salienta-se que cada sociedade tem sua forma particular de temporalizar o tempo e perceber as estruturas sociais em que estão inseridas. Dentro dessas estruturas, destacamos a democracia como constituinte de um campo amplamente aberto, colocando-se ela mesma enquanto um regime temporal e uma instituição. Para pensar as manifestações no Brasil e sua repercussão no cenário político social, é preciso levar em consideração as especificidades da sociedade brasileira e sua relação com os processos democráticos.

As manifestações de 2013, em alguma medida, versavam por mudança nos mais diversos setores do país. As sociedades modernas registam uma tensão permanente em relação as suas próprias representações, uma vez que as estruturas sociais mudam. Sendo assim, essas representações precisam ser constantemente construídas e criticadas. Nesse sentido, a ocupação das ruas pode ser entendida como um ato político de recusa.

De fato, o evento não é o que acontece, o evento é o que a sociedade faz com o acontecimento, como a sociedade o interpreta. As novas mídias foram fundamentais para que o processo de 2013 ocorresse, uma vez que foi através delas que se deu a maior parte do processo de organização e formação dos protestos. A velocidade de informação aumentou à medida que novas tecnologias de comunicação se tornaram mais disponíveis. Em um mundo com altas taxas de comunicações em rede e tempo real, as análises sobre um acontecimento podem se confundir com o próprio acontecimento.

Essa é uma característica do evento modernista descrito por Hayden White em seu *O evento modernista*, no qual salienta que o evento e sua interpretação não se separam, assim, “hoje em dia [...] o acontecimento é compreendido duplamente [...] como resultado e como começo, como desfecho e abertura de possíveis” (1996 p. 198). 2013 ficou conhecido como o ano que não terminou, logo depois virou uma espécie de herança capaz de fornecer ensinamentos, ou seja, junho foi um evento organizado e potencializado a partir de suas próprias condições estruturais, no qual o evento não se esgotou nele mesmo. White (1996) aponta que os eventos modernistas diferentemente dos eventos históricos, são por definição ainda observáveis, mesmo que não possam ser mais observados, e para tal observação nos valem das mídias disponíveis no momento em que o evento ocorre. Hoje cada vez mais por dispositivos portáteis, onde cada indivíduo é potencialmente uma mídia.

O fenômeno ocorrido em 2013 já nasceu sob a égide de um marco histórico, o qual é caracterizado por, “diferentemente dos eventos comuns, são percebidos como marcadores de um antes e um depois, traçando uma fronteira temporal, penetrando e alterando a partir de então vários níveis da vida coletiva.” (PEREIRA, 2017, p. 164)

Para Nora “viver seu presente como já possuindo um sentido histórico” (1995 p. 180) é um aspecto fundamental da contemporaneidade. Junho de 2013 aparece como um exemplo desse processo. O papel das mídias nesse advento teve fundamental importância, durante os dias que se seguiram grande cobertura, tanto dos veículos mainstream, quanto da mídia alternativa, cobriam incansavelmente os protestos.

Partindo de que um acontecimento não se esgota nele mesmo, é como se ocorresse uma espécie de eco no seu interior. A espetacularização de um evento permite a ebulição de diversas formas de interpretação de um fato, uma vez que é impossível contar uma única história oficial sobre o que aconteceu já que o evento modernista fornece um senso de efervescência e assim ele assume sua importância tanto na vida cotidiana, como social e política.

Devido a potência das mídias hoje, o fato é produzido em uma relação estreita com o presente. Hoje a condição de um evento, a condição de sua confecção, está inexoravelmente ligada à capacidade da mídia de reproduzi-lo em suas diversas formas de representação. Para o evento modernista, a mídia não é mais por onde apenas se irradiam as notícias, mas sim a condição própria para que um evento possa existir. É através dela que fatos circunscritos localmente tem o potencial de se tornarem eventos históricos conhecidos mundialmente, uma vez que “o fato de terem acontecido, não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido.” (NORA, 1995, p.181)

As Jornadas de Junho no Brasil, se apresentam como um evento modernista, produtor de consequências que não podem ser discernidas e interpretadas a curto prazo, tal evento vai permanecer no imaginário popular por muito tempo, seja na forma de lembrança, seja na forma de comparação. Embora não haja consenso, 2013 aparece como um evento inaugurador de um novo tempo (ARANTES, 2014; NOBRE; 2013; PEREIRA, 2017), sendo assim catalisador de uma ruptura tanto na experiência como na expectativa social, um momento de mudança, de profunda reorganização social, no qual a sociedade pôde repensar a si mesma e forma de organização e representação política no cenário democrático brasileiro.

No que tange as mídias tradicionais estabelecidas no Brasil, os jornais televisivos e impressos fizeram uma extensa cobertura no mês de junho de 2013. Ao observar os jornais impressos de maior

circulação no Sudeste, sendo estes O Globo, A Folha de São Paulo e O Estadão, entre o mês de junho e julho daquele ano, percebe-se que para além das notícias que envolviam de alguma forma os protestos, encontram-se também diversas entrevistas, uma ostensiva cobertura imagética e, por consequência, as manifestações tomaram conta dos editoriais.

O jornal O Globo inaugura as reportagens sobre o tema no dia 7 de junho com a notícia de que as tarifas aumentaram no estado de São Paulo logo no início daquele mês, ressaltando que já no dia 3 foram registrados os primeiros protestos compostos por pequenos grupos em marcha. Assim, a primeira página do jornal trouxe a manchete: “Protesto contra passagem de ônibus em quatro capitais” (2013. p.1). A reportagem propriamente aponta o confronto entre manifestantes e a Polícia Militar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além de já indicar que a manifestação foi organizada a partir das redes sociais, fato esse que seria explorado em uma série de outras reportagens após o dia 18 daquele mês. A matéria traz à baila o tom de violência que acompanhou grande parte dos protestos.

O jornal “Folha de São Paulo” também relata os protestos pela primeira vez no dia 07 de junho de 2013, caracterizando as manifestações como sendo cenas de vandalismo. O jornal aponta como ruas foram fechadas, estações de metrô depredadas, placas quebradas, muros e ônibus pichados, manifestantes atearam fogo em lixo e depredaram prédios. A Folha ainda traz à tona a ligação entre manifestantes e o MPL. Demonstra também que a resposta da polícia foi com bala de borracha e bombas de gás de efeito moral. É interessante notar que logo no primeiro número que trata dos protestos, o jornal já aborda quem seriam os membros do MPL. Nos é dada a definição de que se trata de um grupo que reúne a ala radical do movimento estudantil e de partidos como o PSOL e o PSTU. A matéria dita o tom radial defendido, é colocado que o movimento defendia o transporte gratuito, que já haviam parado a cidade em outros momentos e que contavam com o apoio petista na Câmara. A reportagem salienta um tom de baderna por parte dos manifestantes ressaltando que estes atrapalhavam o cidadão comum.

Outro veículo que noticiou os primeiros protestos no dia 7 de junho foi O Estadão que trouxe em sua capa a notícia: “Protesto contra a alta da tarifa para o centro de SP” (2013. p.1). Logo no início já é noticiado que o movimento é liderado pelo MPL e traz um panorama de como as ruas foram fechadas, além de ressaltarem o confronto.

Nesta primeira reportagem já é dito que foi deixado um rastro de vandalismo, como exemplificar a afirmação: “protesto contra aumento de ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro”. O jornal aponta ainda que o bloqueio por parte dos manifestantes foi feito por pedras e papelões, além de afirmar que esses foram cortados na forma de catracas de ônibus. Houve confronto e a polícia reagiu com bala de borracha e bomba de gás de efeito moral. Os efeitos dos protestos também aparecem, sendo relatado que que naquele dia houve um dos piores congestionamentos do ano, as 19h havia 160 km de lentidão e a média para o horário é de 138 km.

O Estadão no dia 8, na sua sessão de notas e informações, assinado pela editora-chefe Maria Aparecida Damasco, classifica os protestos como “puro vandalismo”. Pode-se ler:

esse é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daqueles em que a maior cidade do país ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. [...] dessa vez a população teve motivos para se assustar mais do que por ocasião de outros protestos, por causa de sua fúria destrutiva. (ESTADÃO, 2013, p. A3)

Nessa sessão o tom sobe, o MPL também é retratado como sendo uma ala mais radical do PSOL e PSTU, além de ser apontado que, como os militantes são radicais, qualquer protesto promovido por esse grupo só poderia terminar em violência. Rapidamente os manifestantes são classificados como vândalos que só querem bagunçar a cidade. É relatado o confronto entre manifestantes e policiais no protesto do dia anterior, dando ênfase principalmente à ação dos manifestantes de queimar e deprestar coisas.

A Folha de São Paulo, em seu editorial no dia 13 de junho de 2013, assinado por Otavio Frias Filho, com o título “Retomar a Paulista”, mais uma vez retrata os manifestantes como vândalos e rebeldes sem causa. A definição apresentada foi: “jovens pré-dispostos a violência por uma ideologia pseudorrevolucionária” e que se moviam por uma “intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que toma por símbolo do poder capitalista”. O editorial declarava que era hora de pôr um fim nisso.

O dia 13 é o marco para que o jornal Folha de São Paulo começasse uma ampla divulgação imagética dos protestos. Cabe salientar que nesse mesmo dia o jornal O Estadão publicou uma matéria parecida, com a sutil diferença de que a Folha propunha a investigação e o processo dos responsáveis, enquanto o primeiro deliberava a favor de uma ação ainda mais contundente das forças policiais.

Assim, no dia 13 de junho de 2013, o jornal O Estadão trouxe à baila opiniões de leitores que condenavam veemente as manifestações e os manifestantes. Na sessão Notas e Informações, na página A3, foi publicado o texto: “Chegou a hora do basta!”, no qual os manifestantes foram chamados de baderneiros, sendo afirmado que no dia anterior teriam ultrapassado todos os limites ao paralisarem uma vasta área da cidade e aterrorizaram a população. O texto classificou o vandalismo como sendo a marca dos protestos organizados pelo MPL, além de apontar que a PM era atacada com “paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros”, justificando assim a reação da PM, que ocorreu mais uma vez com o uso de bomba de gás de efeito moral e bala de borracha. O editorial afirma que “A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo”, e continua afirmando que o fim da baderna dependia apenas “do rigor das autoridades”.

O dia 14 é um marco para O Globo, que a partir de então muda a narrativa do jornal. Até então a violência perpetrada pela PM era apenas uma resposta aos atos dos vândalos nas ruas. A mudança pode ser vista na linha fina do título da matéria da terceira página: “São Paulo sitiada”, na qual se diz: “Tropa de Choque avança sobre manifestantes e jornalistas; movimento promete novas ações”. Nessa reportagem, dá-se conta dos jornalistas que sofreram com a violência: sendo que sete da “Folha de S. Paulo” foram atingidos por bala de borracha, dois deles no rosto, um detido da “Carta Capital” e mais um do “Portal Terra”.

A reportagem de capa dá ênfase a violência contra os jornalistas. Nessa mesma edição aparece o primeiro artigo sobre as manifestações, assinado por Elio Gaspari na página 3, condenando a ação da polícia. Descrevendo um protesto pacífico das 17h até as 19:10h, o narrador evidencia a violência que irrompeu por parte da Tropa de Choque “em menos de um minuto, esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogênio”.

Nota-se uma clara condenação à polícia que tinha endurecido suas ações com relação os protestos. Para o escritor, o que começou como Londres, acabou como Istambul.

O Jornal Folha de São Paulo também muda sua narrativa no dia 14 de junho, trazendo em sua capa a foto que ilustra uma ação violenta da PM contra manifestantes na rua. A manchete de capa foi: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”, na linha fina lê-se: “no 4o ato contra a tarifa, PM cerca manifestantes e usa balas de borracha e bomba de gás.” Não havia nada de necessariamente novo com relação aos protestos, o que talvez tenha mudado foi a forma de abordar tais protestos, como pode também ser notado pela matéria na qual se lê junto a foto de uma repórter: “Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos”.

No dia 15 de junho, na coluna “Panorama Carioca”, assinada por Gilberto Scofield Jr., O Globo demonstra como à pauta inicial sobre o transporte, já havia agregado outros temas e como essas pautas ainda eram confusas. a essa altura, já está claro que as mais de duas mil pessoas [...] que percorreram o Centro do Rio na quinta-feira estão protestando contra muito mais do que os R\$ 0,20 de aumento das passagens de ônibus. O que parecia barulho de um bando de arruaceiros desocupados nos primeiros protestos evoluiu para um fenômeno que se agigantou e os cientistas sociais ainda estão por definir. (O GLOBO,2013, p.14)

Na sessão “Dos leitores”, dedicada a opiniões da população sobre os mais diversos temas, nesse dia, todas são sobre os protestos e uma chama atenção, nela encontra-se talvez o entendimento que ainda se consolidaria sobre os protestos. Segue a opinião do leitor Marco Reis:

a reação popular que vem se desencadeando encontra paralelo na história de outras nações. O povo brasileiro está desiludido com o governo. O aumento das passagens foi apenas a gota d'água. Os preços dos gêneros alimentícios, a falência da saúde e educação, a falta de moradias influiu nos acontecimentos. A desilusão com esse Brasil é total e absoluta. No outro Brasil, um governo rico, políticos construindo fortunas do nada e da noite para o dia. É só desmando, desgoverno, distribuição de favores e privilégios. Desdenham do povo, achando que suas forças seriam eternamente débeis, e agora estão surpresos com a insurreição. (O GLOBO,2013, p. 17)

No dia 15, o editorial da Folha de São Paulo reafirmou a mudança de postura e condenou os atos da PM. Ao condenar a violência contra os jornalistas, o editorial contrapõe a postura de um policial que virou celebridade por não disparar em um momento de tensão e os vários disparos feitos pela PM no dia 13. Ao falar da PM o editorial diz: “revela-se despreparo – e covardia- [...] quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa [...] de promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir dentro da lei, da legitimidade e da razão”. O editorial desse dia ameniza o tom e distribui a culpa entre manifestantes e o Estado. A edição é marcada pelo reconhecimento de que as pautas estavam aumentando “as manifestações [...] estão adquirindo características que exigem ao mesmo tempo sangue-frio para enfrentá-las e esforço de compreensão do que exatamente se passa, tanto por parte das autoridades como de todos que de alguma forma ou de outra são afetados por elas”.

A pluralidade das manifestações foi tema na coluna da sessão “Política”, na página A6, assinada por Dora Kramer na edição do Estadão do dia 16 de junho. A coluna reitera que as manifestações já versavam sobre outros temas para além do preço das passagens.

Salienta ainda, que protestos de grandes proporções costumam abrir caminho para outras demandas, mas que também eles podem prosperar ou esvaziar, mas que não é sábio ignorar essas grandes insatisfações, pois elas sempre querem dizer alguma coisa. Assim, ela se pergunta

“o que há com as manifestações de 2013?” A resposta é que ainda é imperceptível a olho nu, mas não se podia ignorar o fato de que as manifestações falam de um descontentamento generalizado em cujo balaio cabe de tudo um pouco: corrupção, inflação, gastos exorbitantes com a construção de estádio, a conduta dos políticos, indiferença do poder para com os serviços devidos ao público, vontade de se fazer ouvir, de reclamar, de dizer chega a uma espécie difusa de mal que não tem nome. (ESTADÃO, 2013, p. A6)

Um perfil político das manifestações foi traçado por Ricardo Noblat no dia 17 de junho em sua coluna na página 2 do jornal O Globo. Contrapondo sua própria experiência em protestos durante a ditadura militar, com aqueles que ocorriam naquele momento nas ruas, o jornalista aponta que a única diferença entre os 45 anos que separam os eventos, é que no primeiro vivia-se sob o autoritarismo da ditadura, uma vez que “de resto, agora como antes, o que os jovens tentam fazer é somente política. E nada mais”. Noblat argumenta que depois da ditadura os únicos momentos capazes de reunir a juventude na rua tinham sido para “derrubar Collor e eleger Lula”. Aponta que as redes sociais foram capazes de reunir novamente a população jovem em torno de uma demanda, e não fazia diferença que não houvesse uma pauta única ou que no seu meio se encontrem diversos atores sociais, é parte dos protestos que diferentes atores ocupem o mesmo espaço. O autor exalta as ruas ao afirmar: “Por mais legítimo que seja, o poder existe para ser contestado. Senão for, pode virar tirania. A natureza do poder é conservadora. A natureza da rebeldia é destrutiva. O progresso social e humanístico é filho do confronto entre a rebeldia e o poder.”

A edição do dia 17 do jornal O Estadão, na sua coluna política, assinada por José Roberto de Toledo, é a primeira a fazer uma menção clara à falta de compreensão por parte dos governantes sobre o que queriam as ruas, sobre o que estava acontecendo nas ruas, mostrando um descompasso entre representantes e representados. É nessa coluna, que Toledo deixa a entender o porquê de as narrativas jornalísticas sobre as manifestações terem mudado. Ao falar da violência perpetrada pela polícia no protesto ele diz que depois que a multidão foi dispersada “começou a caçada aleatória a transeuntes. Por azar, falta de mira ou intenção, os policiais acertaram 15 jornalistas. A narrativa muda quando o narrador vira parte da história”.

Merval Pereira, colunista do O Globo em sua coluna, na página 4, afirma que os políticos foram colocados em xeque. Ao cobrir as manifestações nas diferentes cidades, o título dado pelo jornal em todas era “Um país que se mexe”. O jornal mesclava notícias do movimento pacífico em oposição aos manifestantes não pacíficos comumente chamado de vândalos.

A partir do dia 17 começa uma sutil separação na mídia entre os pacíficos e os não pacíficos. A partir do dia anterior, as manifestações passam a ser assunto constante nas colunas Merval Pereira, que se dedica a analisá-las através de diversos vieses. Do dia 16 de junho, em sua primeira coluna, até o dia 21 de junho, ele já nos apresenta que a tentativa de captura das manifestações por parte de grupos radicais e anárquicos, já estava presente em alguns cartazes que continham o lema “Nenhum partido me representa”. O colunista reconhece a violência policial nas ruas, mas também a coloca na conta dos manifestantes. No dia 18, a coluna traz uma interessante reflexão acerca dos protestos e sua relação com as mídias sociais, apoiado em uma entrevista do sociólogo Manuel Castells para a “Folha De São Paulo”, e também do professor americano Klay Shirky. Em tal coluna é demonstrado como que mesmo com as redes sociais, a mobilização depende mais do nível de descontentamento da população e da mobilização de imagens e palavras.

O colunista apresenta ao leitor do jornal a ideia de que as novas mídias mudaram a lógica de poder na atualidade, e que já não era mais possível fazer política sem levar em consideração esses novos atores, visto que estes conseguiram mais autonomia e dinamismo sem serem mediados pelos veículos tradicionais de comunicação. O colunista aponta que é esse novo tipo de ator que está nas ruas e que os políticos procuram cooptar.

No dia 19, o colunista faz uma forte crítica ao governo e a corrupção que o rondava, principalmente com o dinheiro para a Copa, onde os estádios foram acusados de superfaturamento, ao invés de o dinheiro ser investido em hospitais ou escolas. Ele aponta que corrupção era o foco das manifestações, e salienta que os protestos tiveram o apoio que conseguiram devido à repressão policial da semana anterior. Ressalta que a partir da reação da população à violência policial nas ruas, as manifestações ganharam outras pautas.

A respeito do governo, para o colunista, as manifestações não queriam derrubá-lo como aconteceu em outras partes do mundo, o que se buscava era mudar a maneira de gerir política e administrativamente a forma como o governo agia. No dia 20, Merival Pereira propõe algumas possíveis explicações para o movimento nas ruas, apoiado em dois cientistas políticos, a saber: Octavio Amorim Neto e Nelson Paes Leme. É apresentado que uma das regras políticas é que quando a oposição é fraca no parlamento, ela acaba indo para as ruas. Apontando que o governo Dilma tinha a oposição mais fraca desde 1985, e essa seria uma condição necessária para os protestos ocorrerem. A condição suficiente, tem a ver com a situação em que o país se encontrava, a começar pelo transporte, pela carga tributária e a questão da corrupção. O dia 21 é marcado pela crítica ao PT e sua desorientação com relação a que rumo tomar frente os protestos, além do próprio desencontro de opiniões dentro do partido. O colunista parece criticar tanto os partidos, quanto os manifestantes, quanto a polícia, o que é interessante é que ele tenta buscar razões e explicações para o movimento nas ruas.

A edição de 18 de junho do O Estadão, conta com uma coluna com um texto de Arnaldo Jabour, pedindo desculpas pela forma como definiu os manifestantes no primeiro dia, no Jornal da Globo. Ele já havia se retratado na noite anterior no mesmo jornal. Na sua primeira opinião, o jornalista trata os manifestantes como arruaceiros, que grande parte são filhos da classe média, e que provavelmente a causa para protestar era justamente a falta de causas, já que 20 centavos não faziam diferença para quem estava nos protestos, era para ele “burrice misturada a um rancor sem rumo”. No começo do texto do Estadão ele assume que errou e que os protestos eram por mais do que 20 centavos e afirma que criticou o movimento pois “temia que tanta energia fosse gasta em bobagem”. Ao assumir seu erro, ele afirma: Hoje, eu acho que o movimento ‘Passe Livre’ se expandiu como uma força política original [...] justamente porque não tem rumo [...] e essa ausência de rumo é muito dinâmica e mutante [...] no mundo atual, a inovação está no parcial, no pensamento indutivo, em descobrir o Mal entranhado em aparências do Bem. (ESTADÃO,2013, p. C10)

As manifestações e protestos enquanto assunto para os jornais começa a declinar a partir do dia 25 de junho, quando o assunto passa a ser a constituinte proposta pela presidente Dilma Rousseff. Assim, os protestos voltam a ser o assunto das capas apenas no dia 12 de julho.

Referências bibliográficas

FOLHA DE SÃO PAULO: <https://acervo.folha.com.br/leitor.donumero=19518&anchor=5876323&origem=busca&orignURL=&maxTouch=0&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a> Acesso em: Março de 2022.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

NORA, Pierre. O retorno do fato;. In: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

O ESTADÃO: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-12-cid-a12-not>. Acesso em: Março de 2022.

O GLOBO: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130607>. Acesso em: Março de 2022.

PEREIRA, Luisa Rauter *As Temporalidades do Evento Junho de 2013 no Brasil*. In: *Tempos de Crise: ensaios de história política*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v.1, p. 151-180.

SEWELL, William. “Uma teoria do acontecimento” In *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1940.

AUDIO-SÉRIE SONORIDADES HISTÓRICAS AFRO-INDÍGENAS DE BARRA LONGA: UMA HISTORIOGRAFIA POPULAR ENUNCIADA POR FÁBULAS

Virgínia A. Castro Buarque

Professora do Departamento de Música e do PPGHis da UFOP

E-mail: virginiacastrobuarque@gmail.com

Introdução

Este texto procede a uma interpretação, de cunho teórico-historiográfico, do projeto de perfil extensionista com interface à pesquisa intitulado *Áudio-Série Sonoridades Históricas Afro-indígenas de Barra Longa – MG*.¹ Este projeto produziu, no biênio 2023-2024, 5 (cinco) podcasts, atualmente disponíveis no site do Núcleo de Mentalidade e Memória (NUMEM) do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) da Universidade Federal de Ouro Preto (www.ufop.abrange.site).

A motivação para criação desses programas de áudio versando sobre manifestações sonoras daquele município mineiro de pouco mais de 5.000 habitantes e quase 400.000 km², cuja autonomia político-administrativa foi conquistada em 1938, vinculou-se diretamente ao impacto decorrente do rompimento da Barragem de Fundão, situada na cidade vizinha de Mariana. Quando, em 5 de novembro de 2015, milhares de toneladas de lama de rejeito de minério, de alta toxicidade, foram derramadas em córregos do rio Gualaxo do Norte, cujas águas confluem com o rio do Carmo na entrada da sede urbana de Barra Longa, os efeitos sociais e ambientais foram devastadores. Até hoje, mesmo passados quase dez anos após este fatídico evento, Barra Longa perdura duramente atingida pela contaminação dos rios, da fauna e da flora da região, assim como pelo adoecimento e morte de moradores, pela perda de bens (materiais e simbólicos) e pela inviabilização de várias práticas de convivência cotidiana.²

Tal conjuntura de vulnerabilidade, ainda mais agravada pela pandemia de Covid19 (que grassou mundialmente entre 2020-2021), apresenta-se concomitante a outros desafios estruturais para Barra Longa, pois embora o município não seja sede de atividades minerárias em grande escala (ainda que nem por isso, como indicado acima, deixe de sofrer os efeitos depredatórios desta extração), outras práticas econômicas que resultam no esgotamento dos solos e das águas vêm sendo promovidas, como a plantação de eucaliptos e a produção de carvão vegetal (FERNANDES, 2017, p. 22).

Em termos socioculturais, até a queda daquela Barragem, a matriz afro-indígena da região era pouco reconhecida. E igualmente não foi esta a temática privilegiada pelas ações de reparação em

1 Expresso meu agradecimento às bolsas concedidas pela CCULT-PROEX e pela PROPPI da Universidade Federal de Ouro Preto para este projeto.

2 Há uma vasta produção acadêmica e jurídica acerca das consequências do rompimento da Barragem de Fundão. Como uma indicação emblemática deste esforço reflexivo e político, indica-se o relatório lançado pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2022.

andamento; em contrapartida, houve várias denúncias de racismo ambiental,³ face à “predominância de negros diretamente atingidos pela massa de lama oriunda da Barragem” (WANDERLEY, 2015, s. p.). Na tentativa de contribuir, ainda que pontualmente, com essa discussão, o projeto da *Áudio-Série* foi iniciado em 2023, enfocando especificamente as expressões sonoras afro-ameríndias historicamente compartilhadas por sujeitos e grupos sociais de Barra Longa, sobretudo as situadas em suas mais de 20 comunidades rurais.⁴

Uma vez que a linguagem costumeiramente empregada por tais presenças afro-indígenas em Barra Longa era (e continua sendo) a oralidade, pareceu promissora sua abordagem através de podcasts, gênero discursivo⁵ diretamente associado ao dizer e ao escutar.

Analisar um gênero discursivo, assim, exige considerar [...] [a] rede de relações. No caso do podcast, implica atentar não somente para a modalidade oral, mas também para as mediações que se constroem. Diferentemente de uma conversa informal, face-a-face, o podcast é uma gravação em vídeo e/ou em áudio. Embora esteja na modalidade oral, ele apresenta a possibilidade de defasagem temporal entre o ato de elocução e o ato de leitura/escuta, o que costuma ser mais característico da modalidade escrita. Cabem ser considerados, ainda, outros aspectos. Se [...] os enunciados não podem prescindir desse movimento dos dizeres (de sua procedência e de seu endereçamento), então, é plausível entendermos que, semelhantemente a outros referenciais teóricos, dizer é, também, *fazer*. (VILLARTA-NEDER; FERREIRA, 2020 p. 39. *Itálico dos autores*)

Em paralelo, os temas dos podcasts foram escolhidos em diálogo entre a equipe do projeto⁶ e moradores de Barra Longa,⁷ ficando assim distribuídos: os sentidos míticos atribuídos à vocalização de aves consideradas de mau-agouro, como a acauã e o urutau; o Congado do distrito do Dobra; a Guarda de Marujos; os caminhos das águas e trilhas ameríndias; o enfrentamento do racismo entre romarias e mobilizações sociais.

3 “O conceito ‘racismo ambiental’ se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. [...] A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental” (BULLARD, 2005). Agradecemos a Marcone de Souza Guedes por esta indicação bibliográfica.

4 Os diálogos que mantive com minha supervisora no pós-doutorado em História, professora Martha Abreu, realizado do PPGH da UFF entre 2020-2021, também tiveram grande influência na perspectivação da *Áudio-Série* para as sonoridades afro-indígenas.

5 “Cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. [...] Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros de discursos (orais e escritos)”, dada sua constituição histórica e suas diferentes condições de emprego sociocultural (BAKHTIN, 2003, p. 261-262). Daí o deslocamento do enfoque interpretativo do sujeito (do autor) para a intersubjetividade ou, em termos linguísticos, para o dialogismo. Nessa mesma perspectiva, a concepção de gênero discursivo não se limita à linguagem propriamente dita; comporta também as ações e relações dos agentes abarcadas no ato da linguagem.

6 Composta por mim, como coordenadora do projeto, por um bolsista de iniciação científica (o graduando Maycon Gabriel Sant’Ana Gomes) e três bolsistas de extensão (os graduandos Elvis Henrique Firmino Santos, Hugo Eduardo Ziviani e Nicole Alcântara). O projeto contou igualmente com o apoio do doutorando Marcone de Souza Guedes, cuja tese abarca a territorialidade do município de Barra Longa. A esses integrantes mais imediatos da pesquisa, bem como aos demais estudantes do Módulo Interdisciplinar de Graduação, aos colaboradores voluntários que com ele atuaram em parceria e à Rádio UFOP (particularmente ao jornalista Danilo Nonato) expresso meus agradecimentos.

7 Através da Câmara de Vereadores do Município de Barra Longa e da Secretaria de Cultura e Turismo desse município, pudemos contactar representantes do Congado do Dobra e da Guarda de Marujos da cidade. Em paralelo, entrevistamos aleatoriamente moradores que se dispuseram a gravar depoimentos para a *Áudio Série*, em visita ao centro urbano realizada nos meses de fevereiro, abril e agosto de 2023. A metodologia utilizada para produção dos podcasts foi detalhada em comunicação apresentada no 21º Encontro de História da ANPUH-Rio, realizada no município de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, entre os dias 8 a 12 de julho de 2024. Esta comunicação será publicada nos *Anais* deste evento acadêmico.

No âmbito teórico, a produção dos podcasts embasou-se, inicialmente, na concepção de “fábula” delineada nos escritos de Michel de Certeau. Segundo este historiador e teórico interdisciplinar, o termo “fábula” pode ser entendido como um dizer (uma enunciação) do “fraco” (dos grupos subalternizados), que se singulariza por ser provinda de uma Alteridade que, ecoante através do(s) sujeito(s) sem ser por ele(s) apropriada (a exemplo do divino ou dos ancestrais). Essa Alteridade manifestada através da linguagem lhes permite performar uma identidade (embora fluida e provisória) capaz de resistir à absorção pela ordem de poder estabelecida, a qual então desqualifica a fábula como um engodo:

*A palavra, em particular, tão ligada às tradições religiosas, foi emudecida desde o século XVI, a partir de quando seus ‘examinadores’ ou ‘observadores’ científicos, no decorrer de três séculos, passaram a denominá-la de fábula. [...]. Para a *Aufklärung*, se a ‘fábula’ fala (*fari*), ela não sabe o que ela diz, sendo necessário aguardar que o escritor interprete o saber que ela exprime de forma inconsciente. Ela é, portanto, atirada para o lado da ‘ficção’, e como toda ficção, é suspeita de camuflar ou iludir o sentido que ela porta. [...] Uma questão eleva-se, de forma simultânea: o que *resta* da palavra, sem a qual não há fé? (CERTEAU, 1982, p. 23. Tradução minha)*

Não obstante, no decorrer da produção dos podcasts e da reflexão teórica sobre os mesmos, a noção certauniana de fábula foi sendo cotejada com uma segunda concepção: a de “mitopoética”, conforme sua formulação pela intelectual e rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no Jatobá, Leda Maria Martins: “Nessa tapeçaria discursiva, a dicção da oralidade e a letra da escritura se entrelaçam, trançando o texto da história e da narrativa mitopoética, fundadores do *logos* de um Reino Negro [...]” (MARTINS, 1997, p. 18). E especificamente sobre o Congado, esta autora afirma:

*Como as narrativas mitopoéticas da antiguidade de todos os povos, a transcrição da fábula pelos congadeiros funda-se num ato criador textual coletivo que produz uma teia discursiva, em movimento contínuo. Ao contar cantando, o congadeiro alude ao tema primevo, mas também dele se distancia, imprimindo-lhe novas modulações textuais, ritmos e timbres diferenciados. Nesse texto em movimento, o narrar, cantando e dançado, é sempre um ato de constituição e construção simbólicas de uma identidade coletiva, na medida em que reagrupa os sujeitos e os investe de um *ethos* agenciador. O texto da fábula atualiza, assim, em todas as suas versões, o fundamento maior do rito ali encenado, a figuração do negro como agente no enredo que o tem por objeto, numa grafologia articulada pela performance da transmissão oral e pelo arranjo semiótico e semântico das veias de conhecimento e de saber ali tecidas. (MARTINS, 1997, p. 45)*

Essas duas concepções, por sua vez, foram entendidas no bojo do projeto da Áudio-Série como mediações interpretativas, através das quais os podcasts podem configurar-se como historiografias populares. Tais historiografias são aqui consideradas como modalidades de atribuição de sentidos às experiências vividas, em interface com as dinâmicas temporais, elaboradas por sujeitos/grupos não acadêmicos e, mais ainda, não tributários de um pensamento de conotação civilizatório-desenvolvimentista ocidental. Assim, saberes provindos de povos originários e comunidades negras, que mantêm específicas e circunscritas relações com práticas escriturísticas, ganham especial relevância: “As historiografias populares que seguem de perto as diferentes visões de mundo e ontologias permitem uma descrição de certas relações com a realidade e ainda o poder de reivindicar o deslocamento de prioridades consagradas e bases científicas.” (RODRIGUES, 2019, p. 117. Tradução

nossa).⁸

Nessa perspectiva, esse texto foi distribuído em três tópicos: o primeiro discorre sobre a secular presença afro-indígena em Barra Longa; o segundo abarca as singularidades de sentido atribuídos às sonoridades pelos povos afro-indígenas; o terceiro discute a aplicabilidade das concepções de fábula e de mitopoética às sonoridades afro-indígenas de Barra Longa. Por fim, a conclusão retoma o postulado de que os podcasts, embasados em tais concepções, podem ser considerados uma modalidade de historiografia popular, enquanto movimento integrante e legitimatório da história pública.⁹

Presenças afro-indígenas em Barra Longa

As manifestações sonoras de matriz africana ecoantes nos povoados de Barra Longa podem ser reportadas à presença dos grupos étnicos bantu,¹⁰ escravizados e trazidos em diáspora desde as primeiras décadas do Setecentos para o território que atualmente constitui este município. Efetivamente, as estatísticas disponíveis sobre os escravizados em Barra Longa nos períodos colonial e imperial indicam serem majoritariamente de cultura bantu (LUNA; COSTA, 1981, p. 140), oriundos de regiões que hoje perfazem principalmente os países Angola, Congo e Moçambique. Eles foram empregados como mão de obra na mineração, nas propriedades agrárias, no comércio ambulante, nos serviços domésticos. Se até as primeiras décadas do século XX, Barra Longa possuía cerca de 50 engenhos ou fábricas de açúcar, aguardente e rapadura, enquanto as atividades de faiscação do ouro também perduravam (ANDRADE, 2018, p. 104), isso se devia à atuação local da população afrodescendente. Em paralelo, tais sujeitos realizaram muitas outras práticas sociais, além das diretamente ligadas ao mundo do trabalho: integraram irmandades negras¹¹; desempenharam ofícios artesanais e artísticos, como músicos, escultores e pintores; ergueram casas, igrejas e pontes, manejando saberes hoje associados à engenharia e à arquitetura...

É importante mencionar também a migração de famílias afrodescendentes entre cidades da região, pois muitas delas deslocaram-se, desde o final do século XIX, de localidades vizinhas

8 No original: « Popular historiographies that closely follow the different worldviews and ontologies allow a description of certain relationships with reality and still the power to claim the displacement of consecrated priorities and scientific bases. »

9 Segundo ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7, “A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou poder de análise. Neste sentido, a história pública pode ser definida como um ato de ‘abrir as portas e não de construir muros’.”

10 O termo “bantu” (ao invés de banto) vem sendo utilizado como forma de personificação da agência e do valor daqueles trazidos em diáspora para a América portuguesa e, após a emancipação política em 1822, para o Império do Brasil, pois “bantu” (vocábulo plural) significa “pessoas”, “povo” (SANTOS, 2008, p. 5). Vale acrescentar que “Os bantos [...] estão representados por povos que falam entre 700 a duas mil línguas [...]. Estudos linguísticos demonstraram a sobrevivência no Brasil de elementos originários principalmente do quicongo, quimbundo e umbundo, o que nos dá uma boa pista da superioridade demográfica, entre os bantos no Brasil, dos africanos provenientes do Congo e de Angola, onde estas línguas são faladas” (PRANDI, 2000, p. 54).

11 A exemplo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia de São José da Barra Longa, cujo exemplar do compromisso hoje conhecido data de 1760.

banhadas pelo rio Piracicaba para o distrito de Barra Longa e vice-versa.¹²

Alguns registros da presença bantu em Barra Longa permanecem na designação das localidades, como o córrego e a fazenda de nome “Congo”, ou o povoado chamado “Bananal” (LIMA, 2012, p. 85; 179; 188). Lamentavelmente, esses marcos também foram afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão (ANDRADE, 2018, p. 135).

Por sua vez, documentação produzida pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, elenca a possibilidade de existência de 9 áreas quilombolas no município de Barra Longa: Barro Branco, Cunha, Engenho Fernandes, Frágoso, Lages, Matipó, Quebra Canoa, Quilombo, Rocinha (CEDEFES, 2021, p. 4). No entanto, até a presente data não foram levantados dados, nem pela Prefeitura nem pelas pesquisas universitárias, que subsidiem estudos mais aprofundados acerca da caracterização desses povoados como de perfil quilombola.

No tocante às sonoridades de matriz afro desse município, elas são expressas na contemporaneidade, entre outras manifestações, pelos dois Congados existentes na cidade, bem como pela Guarda de Marujos (a qual, embora desativada, vem mobilizando-se para voltar a promover seus cortejos):

Culturalmente, nós temos uma rica cultura. Vou falar do Congado primeiro. A gente tem dois congados. Tínhamos 3, hoje a gente tem dois, tinha o congado da Vila São José Operário [...]. Hoje tem dois, que o Congado do Pimenta e do Dobra. Todos são comunidades rurais. [...] Esses dois congados, eles têm uma tradição afrodescendente. [...] São Congados que além de trazer a cultura local, eles têm uma tradição. Participam de eventos em Mariana, Rio Piracicaba, João Monlevade... (Congado de Nossa Senhora do Rosário do Dobra, 2024. Podcast. Depoimento de Greison Anderson de Souza)

Já as sonoridades indígenas em Barra Longa são bem mais difíceis de serem reconhecidas no tempo presente, ao menos de forma direta, pois os povos originários que circulavam nessa região foram em sua maior parte dizimados no processo de ocupação colonial. Tais conflitos foram intensos, pois a área era fértil para agricultura, rica em ouro e considerada de importância estratégica para o avanço para o Leste de Minas, no vale do rio Doce.¹³

Subsistiram apenas poucos vestígios das travessias ameríndias pelo atual território de Barra Longa, fixados nas designações das localidades, a exemplo da denominação “Gruta dos Botocudos” a um marco natural do município, a qual pode ter sido “utilizada como abrigo de indí[genas] e negros foragidos na época da escravidão” (SEBRAE, 2005, p. 45).¹⁴ A expressão “botocudo”,¹⁵ contudo,

12 “A possibilidade de encontrar novamente o metal precioso fez com que viajantes de várias cidades da região como Barra Longa, Dom Silvério, Ponte Nova, Piedade de Ponte Nova, Rio Doce, entre outras, viessem para o município de Rio Piracicaba na década de 1940. A procura começou desde a comunidade de Ponte do Saraiva, em Rio Piracicaba e se estendeu até o distrito de Fonseca, já no município de Alvinópolis, por onde o rio também passa. Nesse período (final da década de 30), o último em que consta a extração de ouro de aluvião em Rio Piracicaba, foi retirado ainda quantidade considerável do mineral.” (MELO, 2017, p. 22-23).

13 A partir da segunda metade do século XVIII, mais precisamente entre “1762 e 1778, distinguiu-se um afluxo de posses que se lançou mais a leste em direção ao rio Casca, com diversas menções à ‘freguesia de São José da Barra Longa’, jurisdição eclesiástica que cobria toda a margem sul do rio Doce e seus principais afluentes” (ANDRADE, 2017, p. 17). Em decorrência, “[...] em 1766, moradores de Furquim, Barra Longa e Abre Campo buscaram a intervenção do governo para lidar com as contínuas hostilidades [indígenas,] que vinham fazendo com que um grande número de habitantes abandonasse as terras que cultivavam” (ANTUNES; SILVEIRA, 2022, p. 489).

14 Agradecemos a Marcone de Souza Guedes por esta indicação bibliográfica.

15 O nome “botocudo” possuía uma conotação pejorativa e estava vinculado ao uso botoques labiais e nas orelhas, feitos de madeira da árvore conhecida como “barriguda”, por esses povos indígenas. Esse adorno era comparado por reinóis e colonos a botoques, rolhas usadas para tampar tonéis (ARAÚJO; SILVA, 2012, p. 52).

referia-se a um conjunto de povos indígenas de vinculação etnolinguística Macro-Jê¹⁶ que resistiam à incorporação colonial na região e não a um povo específico (MARINATO, 2007, p. 32-33): “Botocudo, em outras palavras, era sinônimo de inimigo” (OLIVEIRA, 2009, p. 45).

Percebe-se, assim que as representações indígenas em Barra Longa foram secularmente recobertas por forte depreciações, vinculadas à tese eugenista da degeneração das raças¹⁷ e a retomada do imaginário da antropofagia, como relatado por John Mawe, primeiro viajante inglês autorizado a visitar as Minas,¹⁸ em obra inicialmente publicada em 1812:

Chegamos à vila [de São José de Barra Longa]. [...] Jantamos em numerosa companhia de cavalheiros e senhoras, em casa do vigário, que nos dispensou as mais lisonjeiras atenções. Um oficial e um juiz do grupo entretiveram palestra conosco. Era difícil decidir entre eles e nós, quais os que formulavam mais perguntas: eles, sobre os motivos e o objetivo de nossa viagem e nós sobre o estado do lugar, sobre os antropófagos etc. (MAWE, 1978, p. 136)

Na contemporaneidade, mostra-se de grande relevância o movimento de ressurgência que o Coletivo Borum Kren,¹⁹ constituído em 2019, vem promovendo a partir da identificação de vocábulos e cantos, maneiras de plantar e produzir artefatos, crenças e concepções dos povos indígenas que atravessavam a extensa área hoje conhecida como “Região dos Inconfidentes”, a qual agrega, inclusive, o município de Barra Longa.

Sonoridades afro-indígenas

As sonoridades de matriz afro-indígena foram escutadas, desde a América Portuguesa até tempos bastante recentes, com grande suspeição e desqualificação. Afinal, os protocolos de significação de tais sonoridades eram pautados nos padrões hegemônicos da cultura letrada europeia (CAPELLER, 2011).²⁰ Ainda assim, outras escutas dessas sonoridades subalternizadas foram sendo

16 Na década de 1860, Carl von Martius propôs uma nova classificação para os povos indígenas no Brasil, para ser empregada em substituição a anterior divisão entre Tupis (supostamente aliados dos colonizadores, por terem sido catequisados primeiro, face à sua presença mais próxima ao litoral) e Tapuias (tidos como violentos combatentes dos colonizadores). Von Martius atentou para o emprego das partículas finais “jê” (chefe, pai, ascendente) ou “cran” (filho, descendente) na designação de vários grupos desses povos, como Apinagez, Crenguez, Aponigricans, Capucrans etc. (RODRIGUES, 2012, p. 280). Boa parte das populações indígenas de Minas passou a ser identificada, a partir daí, como legatária do grupo linguístico macro-jê (JOSÉ, 1965, p. 11).

17 Inspirada no filósofo De Pauw e encampada, entre outros por letrados, por Varnhagen, um dos expoentes na escrita da história do Brasil em meados do Oitocentos. Essa teoria considerava a “selvageria indígena” um estado insuperável, donde o epíteto “povos sem história” (OLIVEIRA, 2016, p. 10-11). O próprio von Martius tornou-se adepto dessa concepção, afirmando, em 1867, a suposta duplicidade da condição indígena: “moralmente, encontrava-se na menoridade; entretanto, era incapaz do progresso como velho estacionário. Nesta condição, permaneceu no grau inferior da humanidade” (*apud* PAIVA, 2016, p. 268).

18 Esta autorização acompanhou a “abertura dos portos às nações amigas”, decorrente da vinda da Corte Portuguesa para a Colônia americana em 1808.

19 “Líder indígena, Danilo Borum Kren [...] conta que encontrou poucos relatos históricos e que a comunidade tinha vários nomes dados por pessoas não indígenas. Eram conhecidos como cataguases, guarachues, batatais, guaianazes do velhas, aymerés e, o mais comum, botocudos: “Com esse tanto de nome para explicar nossa denominação, perguntamos aos mais velhos e chegamos em três palavras que nossos povos ancestrais reconheciam: botocudos, borum, que significa gente, e kren, que significa cabeça, então somos um povo que tem a cabeça que cuida”, diz.” (POVO INDÍGENA, 2023).

20 As maiores críticas concentravam-se na nasalidade das pronúncias afro-indígenas e na ausência de tonalismo nas músicas. Como indica PUCCI, 2016, p. 12, “Em grande parte dos cantos indígenas, o timbre nasal será uma constante e uma característica interligada profundamente às línguas faladas [...]. Mário de Andrade já havia comentado sobre a nasalidade advinda das línguas indígenas e afirma que a língua portuguesa falada no Brasil se caracteriza por uma forte constância nasal”. Configuração similar ocorria com as dicções dos idiomas bantu, donde a provocativa assertiva de Darcy Ribeiro, “em Minas, os negros fizeram o branco falar português” (*apud* CÂMARA, 2013, p. 23).

promovidas, ainda que geralmente em configuração híbrida com os padrões eurocêntricos. Pode-se assim mencionar as “brechas sonoras” perante tais regimes culturalmente chancelados de escuta (CERTEAU, 1994).

Essas brechas de escuta das sonoridades afro-ameríndias, para serem promovidas, precisam remeter às cosmologias desses povos. Assim, os grupos indígenas põem-se costumeiramente à escuta dos “encantados”, entidades ancestrais ou míticas (por vezes coletivos zoomórficos) (SANTOS, 2020, p. 146). Já os povos bantu da diáspora são ouvintes de sonoridades emitidas pelos inquices, voduns ou orixás (PRATES, 2009), bem como por antepassados, as quais podem ser expressas em rituais de possessão e em sonhos. Paralelamente, há a transmissão dos saberes ancestrais de geração em geração. É nessa perspectiva que Germana e Maria Aparecida do Carmo, integrantes da Guarda de Marujos de Barra Longa, afirmam:

Eu me chamo Germana, sou filha de Celso [...] um dos filhos do Marujo, porque isso veio pra trás. Foi do pai do pai dele, passou pro pai dele, depois passou pra ele e depois passou pra ele aqui, meu irmão. E aí a gente seguiu. Eles morreram e nós seguimos.
Meu nome é Aparecida, sou irmã dela, filha de Celso do Carmo, dono de Marujo [...] A dança é de família.
(*Os Marujos de Nossa Senhora Aparecida*, 2014. Podcast. Depoimentos de Germana e Maria Aparecida do Carmo)

Nessa conexão com entidades míticas e ancestralidades, a enunciação/escuta de sonoridades afro-indígenas confere importância fundamental ao sopro, à dicção, que performa a energia de existir. A atualização/recriação de narrativas fundadoras pelo cantar e contar (via palavra, voz e instrumentalização) aciona uma “energia”, um “fôlego” que possibilita ao sujeito (inclusive comunitário) existir (MARTINS, 1997, p. 22): “Nos circuitos de linguagem dos Congados, a palavra adquire uma ressonância singular [...]. [é] hálito, acontecimento e performance, índice de sabedoria”. (MARTINS 1997, p. 146).

Outro fator crucial para tal conexão através do sonoro ocorre através da vibração (rítmica), do pulsar. No Congado, por exemplo, o sujeito encontra-se em movimento constante, numa indicação de que nada que existe no mundo pode ser fixo, estático. Cada objeto, mesmo inerte, é animado por um movimento cósmico que se exerce segundo um ritmo que o artista negro procura exprimir (MARTINS, 1997, p. 38). Sob esse viés, o capitão do Congado do Dobra, José Cesar Gomes, declara: “O capitão, que trabalha no meio, [...] tomando as iniciativas, que guia, que faz ali a dança ali com eles. [...] A fila trabalha com pandeiro. E o capitão com o tamborim, que é o que comanda todo o movimento do Congado. [...] E aí a gente vai e faz.” (*Congado de Nossa Senhora do Rosário do Dobra*, 2024. Podcast).

Um terceiro fator configurador das conexões “entretempos” e “entremundos”, constituídas pelas sonoridades afro-indígenas, é a obliquidade, o deslizamento sonoro: enquanto a música europeia se esforça pela regularidade (tom, tempo, timbre, vibrato), as práticas sonoras tecidas na América negra negam esses elementos (MARTINS, 1997, p. 125). O enunciado direto é considerado pelos povos da diáspora africana como algo bruto e sem imaginação; já o encobrimento do conteúdo em paráfrases sempre mutáveis mostra-se critério de inteligência. Dessa maneira, na musicalidade afro, nota alguma é atacada diretamente; a voz ou instrumento sempre se aproxima dela vindo de

baixo ou de cima, brinca em volta do tom implicado. O timbre é velado e parafraseado por efeitos constantemente mudados de tremolos²¹, vibratos e reflexos. A sincronia e a acentuação não são declaradas, mas implicadas ou sugeridas (MARTINS, 1997, p. 123).

Em suma: a tríade constituída pelo sopro, pela vibração e pelos deslizamentos sonoros fazem parte de uma *gnosis* que articula o mundo do humano com outros mundos (dos ancestrais, do divino, dos outros seres vivos, do cosmos), e é nesse compartilhamento que ela precisa ser escutada. O primeiro podcast da Áudio-Série, intitulado “Do agouro à esperança”, abordou, a partir dessas premissas, os sentidos atribuídos às vocalizações das aves acauã e urutau:

Os nomes acauã e urutau têm procedência indígena, mas vinculada ao grupo linguístico Tupi-Guarani, distinto das etnias Macro-Jê que circulavam há séculos pelo território que hoje constitui o município de Barra Longa. [...] a associação do canto da acauã e do urutau com o mau agouro foi se mesclando a elementos das tradições africanas, tão presentes em Minas Gerais desde o século XVIII. Assim, por exemplo, o *Dicionário da Umbanda*, contendo em anexo o *Pequeno vocabulário da língua iorubá*, organizado por Altair Pinto, indica que o vocábulo “acanan” refere-se a um “gavião, [...] que os escrav[izados] consideravam de mau-agouro e portador de má sorte e infelicidade”. [...] É muito interessante perceber que, na atualidade, os cantos da acauã e do urutau vêm sendo ressignificados. [...] os cantos da acauã e do urutau são reconhecidos, em diálogo com matrizes culturais afro-indígenas, como manifestações de entidades não humanas, as quais, vindas da natureza, apresentam-se como indissociáveis de uma experiência do sagrado. Essas manifestações, por sua vez, passam a ser consideradas como indicações de possíveis caminhos a seguir ou de posturas a assumir. Assim, o canto das aves, como o da acauã e do urutau, vem recebendo uma escuta cada vez mais atenta por parte uma ecopolítica sensível às ancestralidades e ao respeito às diversas dimensões da existência, com as quais o humano é convidado a comungar. (*Do agouro à esperança*, 2023. Podcast. Locução de Virgínia Buarque e Maycon Gomes)

Interfaces entre sonoridades afro-indígenas e historiografias populares

A importância do primado da oralidade, da valorização da ancestralidade e dos acionamentos da memória inspirou a pesquisadora Leda Maria Martins usa a expressão “fabulações da memória” (MARTINS, 1997, p. 18) para referir-se ao Congado de Jatobá. Ela considera que as similitudes entre as representações simbólico-rituais dos mais variados Congados (reconhecidas inclusive pelos próprios integrantes) sejam efeito de uma *gnosis* comum, derivada da reelaboração da mitopoética sobre o aparecimento da imagem de Nossa Senhora do Rosário, da qual emergem as cerimônias sagradas e os fundamentos rituais dos diferentes Congados (MARTINS, 1997, p. 21). Assim, fabulações da memória e mitopoética são dois termos que ela utiliza para reportar-se a um relato fundador,²² o da entronização de Nossa Senhora do Rosário, promovida por três candombes (tambores), no local que lhe foi dedicado pelos povos negros, após ela os ter acompanhado, saindo das águas. Tal ato deu início a todos os demais festejos do Reinado (MARTINS, 1997, p. 170).

Essa autora também aponta uma diferença entre o mito católico propriamente dito e a narrativa mitopoética do Congado: no mito católico²³, os santos estariam distantes do alcance humano; já na fábula do Congado, Nossa Senhora do Rosário permanece com os negros. Isso permite, segundo ela,

21 Palavra oriunda do italiano *tremolo*, refere-se à repetição rápida de uma nota ou a uma alternância rápida entre duas ou mais notas musicais.

22 Leda Martins também utiliza a expressão “lenda fundacional” (MARTINS, 1997, p. 49).

23 A autora reporta a expressão “mito católico” ao livro GOMES, Núbia Pereira de M.; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Juiz de Fora: MEC/EdUFJF, 1988.

que sob os vestígios do culto católico emerge o mundo das Grandes-Mães tectônicas, a Mãe-Terra vindo de uma África violada (MARTINS, 1997, p. 41; 56).

Uma fábula ou mitopoética também ressoa em relatos dos integrantes do Congado do Dobra, conforme registrado no *Inventário do Patrimônio Cultural* realizado por Deise Alves Eleutério em 2021, a serviço da Prefeitura de Barra Longa:

O capitão, senhor José Luiz Gomes, relata que há mais de 130 anos atrás [...] houve uma criança que encontrou uma imagem de Nossa Senhora do Rosário em uma gruta próxima ao povoado. Como já era conhecida a celebração de congadeiros do Quilombo de Caxambu, atual distrito de Padre Pinto, no município de Rio Piracicaba, foi fácil para a comunidade entender que deveriam celebrar o aparecimento da imagem. [...] Foram para a gruta para buscar a imagem em um trajeto com instrumentos improvisados. (*Nossa Senhora do Rosário do Dobra*, 2024. Podcast. Locutora: Aline Cristina da Silva Muniz)

Leda Martins destaca que a atualização/recriação da fábula pelos congadeiros é um ato textual coletivo e historicamente dinâmico, em contínua mutação. Daí que “o narrar, cantado e dançado (ou seja, essa fabulação), é sempre um ato de constituição e construção de uma identidade coletiva, na medida em que reagrupa os sujeitos e os investe de um *ethos* agenciador” (MARTINS, 1997, p. 49). Leda Martins defende ainda um segundo postulado: a fábula/mitopoética do Congado, capitaneada pelos tambores, reverte simbolicamente a situação de dominação instaurada pela diáspora-escravização dos negros, instituindo uma outra hierarquia e um outro poder. (MARTINS, 1997, p. 56). Mas a reversão não é apenas simbólica:

A fábula [a autora volta a empregar o termo “fábula”] nos revela a oposição entre o ‘não’ do escravocrata repellido pelo ‘sim’ do escravo, a insistência desse último, tanto na dicção retórica de afirmação étnica, como no agenciamento e na busca de meios para objetivos comuns [...] narrativas dos congadeiros traduz[em] os processos de reterritorialização dos sistemas simbólicos africanos no Brasil e a ressemantização de elementos da religiosidade católica, assim como a criação de estratégias retóricas e instrumentos de resistência bélica, que propiciaram as revoltas dos escravos, a atuação efetiva dos quilombolas e de várias outras manifestações negras contra o sistema escravocrata e as posições do sujeito negro na sociedade brasileira. (MARTINS, 1997, p. 60)

Tal abordagem parece muito próxima da interpretação promovida por Certeau acerca das “fábulas” mediadas pelo ato de crer:

[...] uma dessas análises foi consagrada à língua falada pelos lavradores de Pernambuco (em Crato, Juazeiro, Itapetim etc.) sobre sua situação em 1974 e sobre as gestas de frei Damião, herói carismático da região. [...] De um lado, o espaço sócio-econômico, organizado em uma luta imemorial entre ‘poderosos’ e ‘pobres’, apresentava-se como o campo das perpétuas vitórias dos ricos e da polícia [...] embora sendo uma realidade sempre repetida, essa relação de forças nem por isso se tornava mais aceitável.

[...] Mas para afirmar a não-coincidência entre fatos e sentido, era necessário um outro cenário, religioso, que reintroduzisse, ao modo de acontecimentos sobrenaturais, a contingência histórica desta ‘natureza’, e com referenciais celestes, um lugar para esse protesto. No entanto dizia-se uma inaceitabilidade da ordem estabelecida, a justo título sob a forma do milagre. Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações sócio-econômicas, podia-se sustentar a esperança que o vencido da história – corpo no qual se escrevem continuamente a vitória dos ricos ou de seus aliados – possa, na ‘pessoa’ do ‘santo’ humilhado, Damião, possa erguer-se graças aos golpes desferidos pelo céu contra os aniversários. Sem retirar nada que seja àquilo que se diz cotidianamente, os relatos de milagres respondem a isso ‘de lado’, de viés, por um discurso diferente no qual só se pode ‘crer’ – da mesma forma que uma reação ética deve acreditar que a vida não se reduz àquilo que se vê. (CERTEAU, 1994, p. 76-77)

Nessa perspectiva, a senhora Germana do Carmo, uma das integrantes da Guarda de Marujos de Barra Longa acerca de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Grupo, afirma: “A gente somos marinheiros dela. Na hora que os marinheiros chegam no mar, a primeira coisa que eles fazem é o que? Pedir a proteção dela. É por isso que a gente chama Marujo de Nossa Senhora do Rosário.” (*Os Marujos de Nossa Senhora Aparecida*. 2023. Podcast.). Tal devoção é também expressa pela letra de uma das canções dessa Guarda de Marujos:

O Marujo de Barra Longa
Da Senhora Aparecida
Nós fizemos ‘ela um pedido
E já fomos atendida, aiá.
(*Os Marujos de Nossa Senhora Aparecida*. 2023. Podcast. Música cantada por José Geraldo do Carmo e por Germana, Eva e Maria Aparecida do Carmo).

Conclusão

Produzir cinco podcasts sobre as sonoridades afro-indígenas de Barra Longa, buscando compreendê-las como fábulas ou mitopoéticas potencialmente insurgentes da ordem estabelecida consistiu em uma incitação ao fazer historiográfico: acolher o potencial sócio-performativo do sonoro enquanto vibração vital.²⁴

Cada sílaba é sopro, ritmado pelo batimento do sangue; e a energia deste sopro, com otimismo da matéria, converte a questão em anúncio, a memória em profecia, dissimula as marcas do que se perdeu e que afeta irremediavelmente a linguagem e o tempo. Por isso a voz é palavra sem palavras, depurada, fio vocal que fragilmente nos liga ao Único. (ZUMTHOR, 1997, p. 13)

Lembremos que o som constitui, em termos físico-materiais, uma onda acústica; contudo, uma vez significada por critérios histórico-culturais, esta dimensão de vibração não é necessariamente eliminada (ou seja, não se limita a uma representação); pelo contrário, ela pode ser então intensificada, como ocorre em distintas modalidades de rituais (xamânicos, religiosos, de narrativas cosmológicas por um contador a uma comunidade etc.). Tais vibrações, por sua vez, acionam dimensões intersubjetivas de afeto compartilhado (experiência denominada pelo antropólogo Spensy Kmitta Pimentel (2021) como “encanto”), de crucial importância para uma sobre-existência dos sujeitos e comunidades afro-ameríndios em condição de vulnerabilidade social e desqualificação social ainda vigentes.

Por fim, sugere-se que uma historiografia popular tecida a partir da escuta das sonoridades afro-indígenas pode alinhar-se à chamada “proposição cosmopolítica” lançada por Isabelle Stengers na década de 1990: “O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes [...]” (STENGERS, 2018, p. 446). Mas essa já é questão para uma outra comunicação.

24 Agradeço ao Prof. Dr. Edilson Vicente de Lima (Departamento de Música – UFOP) a reflexão sobre a especificidade vibratória das sonoridades, tão relevantes nas expressões culturais afro-ameríndias, promovida em aula da disciplina “Música Brasileira” realizada no semestre acadêmico 2022.2.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. Florianópolis: Letra e Voz, 2011. p. 7-15.

ANDRADE, Mateus Rezende de. Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 8-24, jan.-jun. 2017.

ANDRADE, Teresa Cristina Guerra de. *Impactos socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão no município de Barra Longa, Minas Gerais*. 2018. 219f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANTUNES, Álvaro de Araujo; SILVEIRA, Marco Antônio. Distribuição da população escravizada pelas unidades domiciliares de Guarapiranga, Mariana, Minas Gerais (1766-1810). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 473-496, maio/ago. 2022.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de; SILVA, Thiago Henrique Mota. Rústicos e civilizados: representações da sociedade, do espaço e do homem mineiro. *Cordis*. Comunicação, Modernidade e Arquitetura, n. 8, jan.-jun. pp. 33-68, 2012.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, v. XV, n. 98, s.p., 2005.

CAMARA, Andrea Albuquerque Adour da. *Vissungo: o cantar banto nas Américas*. FAE/UFMG Belo Horizonte, 2013.

CAPELLER, Ivan. Introdução à arqueologia da escuta - Do som e da voz como objetos de enunciação. *Ciberlegenda*. p. 7-15, 2011.

CEDEFES. Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais. 4 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *La Fable Mystique, I*. Paris : Gallimard, 1982.

Congado de Nossa Senhora do Rosário do Dobra. Ouro Preto: NUMEM-UFOP, 2024. Podcast Disponível em: <https://ufop.abrange.site/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

Do agouro à esperança. Ouro Preto: NUMEM-UFOP, 2023. Podcast Disponível em: <https://ufop.abrange.site/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

FERNANDES, Kênia Nassau. *Qualidade das águas nos rios Gualaxo do Norte, Gualaxo do Sul e Carmo, afluentes do alto rio Doce (Watu): Metais, metaloides, e índice de qualidade das águas antes e após o rompimento da barragem de rejeitos Fundação da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana, MG*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *O rompimento da Barragem de Fundão na perspectiva das mulheres atingidas*. Rio de Janeiro; São Paulo; FGV, 2022.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Movimento-Perspectiva, 1965.

LIMA, Emanoela Cristina. *A toponímia africana em Minas Gerais*. 2012. 215f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Estrutura da massa escrava de algumas localidades mineiras (1804). *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 23, p. 137-142, 1981. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/pedrobolle,+rieb+23+15.pdf>. Acesso em 3 jul. 2024.

MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce. (Espírito Santo, 1824-1845)*. 2007. 252f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória*. São Paulo: perspectiva; Belo Horizonte: Mazza edições, 1997.

MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978 [1812].

MELO, Alice Sanches. *Conflitos socioambientais e mineração: territorialidades e desenvolvimento em rio Piracicaba – MG*. 2017. 81f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em

História). 2009. 171f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. *O aldeamento dos índios de Itambacuri e a política indigenista na província de Minas Gerais (1873-1889)*. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

Os Marujos de Nossa Senhora Aparecida. Ouro Preto: NUMEM-UFOP, 2023. Podcast Disponível em: <https://ufop.abrange.site/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PAIVA, Igor Antonio Marques de. *Da paisagem ao corpo: raça, civilização e medicina psicossomática em narrativas de viagens*. 2016. 371f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

PIMENTEL, Spency Kmitta. Teia dos Povos: afetos-encantos-afro-indígenas populares numa coalização cosmopolítica. *Tellus*, Campo Grande, n. 46, p. 253-281, set.-dez. 2021.

POVO INDÍGENA de Ouro Preto, os Borum Kren lutam por demarcação de terra. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/02/07/noticia-diversidade,1454678/povo-indigena-de-ouro-preto-os-borum-kren-lutam-por-demarcacao-de-terra.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun.-ago. 2000.

PRATES, Admilson Eustáquio. “Exu agogô, o sangue eu lhe dei, mas a carne eu não dou”. *Traços característicos da identidade Exu-Sertanejo, expressos no imaginário religioso Afro-sertanejo da cidade de Montes Claros-MG, contidos na tradição oral*. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PUCCI, Magda Dourado. Influência da voz indígena na música brasileira. *Música Popular em Revista*, Campinas, v. 2, p. 5-30, jan.-jun. 2016.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Theory of history and history of historiography: Openings for “unconventional histories”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 96-123, jan-abr, ano 2019.

SANTOS, Anderson Cleomar dos. *Sons, torés e toantes da corrida do imbu: afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu*. 2020. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SANTOS, Anselmo José da Gama. *Terreiro Mokambo: espaço de aprendizagem e memória do legado*

banto no Brasil. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2008. Disponível em: https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/anselmo_jose_da_gama_santos.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

SEBRAE. *Diagnóstico Circuito Turístico Serras de Minas*. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio_Circuito-tur%C3%ADstico-serras-de-minnas-Fonte-SEBRAE.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

WANDERLEY, L.J. *Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica*. Relatório Preliminar. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas//files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

VILLARTA-NEDER, Marco Antônio; FERREIRA, Helena Maria. O podcast como gênero discursivo: oralidade e multissêmico(a) quem e além da sala de aula. *Letras*, Santa Maria, Especial, n. 1, p. 35-55, 2020.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997

BRASIL PINHEIRO MACHADO, REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO HISTORIADOR

Luciana Cristina Pinto

Doutoranda em História, PPGH/UFSC

E-mail: lucristina22@gmail.com

Introdução

Quando se propõe reflexões sobre o trabalho do historiador, antes de mostrar as informações das fontes, é preciso lembrar que “como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício?” (BLOCH, 2001, p.43). O objetivo deste texto é apresentar um caderno de anotações manuscritas que compõe a análise parcial das fontes da pesquisa de doutorado, em que investigo parte da vida profissional do historiador e político paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), nascido em Ponta Grossa (PR), morreu em Curitiba (PR), filho de Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado e Brasil Ribas Pinheiro Machado. Teve sete irmãos: Raul, Theodoro, Joaquim, Gastão, Odete, Lígia e Ismênia Pinheiro Machado (OLIVEIRA, 2002, p. 185).

Ele atuou como professor de História do Brasil por mais de trinta anos na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, nesse ambiente acadêmico, orientou alunos. Na década de 1970, escreveu a mão, no Caderno 18, sobre temas relevantes para a investigação da história, como: *Orientação de Teses: apontamentos para o mesmo fim* (1970).

No ano de 1977, fez três registros com os títulos: *O meu curso de História do Brasil na pós-graduação*; *A persistência social na historiografia da nouvelle histoire*; e *Apontamento (História conceitual)*. Neles, refletiu sobre seu trabalho como orientador de mestrado na UFPR, sobre a historiografia francesa e também sobre a aplicação dos conceitos na História. A fonte analisada e todo o Acervo pessoal de Brasil Pinheiro Machado estão no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), sob a guarda do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).

Foi através dos seus registros de leitor que comecei a investigar a vida profissional de Brasil Machado. Trabalhando no CDPH, a primeira atividade era a higienização dos cadernos manuscritos (são 24 no total), e quando comecei a limpeza li alguns trechos onde as primeiras palavras que me interessaram foram: “estou lendo”, “nouvelle histoire”, “*Annales*”, “Hegel”, “Herder”, “historiografia”. Assim, logo entendi a possibilidade de investigação dessas fontes com vestígios importantes para a história da palavra impressa, porque esse leitor registrou suas impressões de leituras. A atividade dos leitores do passado é um campo fecundo para investigações, porque se busca compreender a leitura, quais livros e autores eram acessados em determinada época e a possível rede de leitores que atuaram em seu tempo histórico. Nos mais variados locais do globo e nas diversas formas de ler, os leitores vão se adaptando aos formatos dos livros e reagindo aos conteúdos consumidos. Mesmo solitário, em

certos momentos o leitor e escritor (como Brasil Machado) estaria, em certo sentido, conectado com uma rede de potenciais leitores (seus pares, alunos, orientandos).

A leitura é uma das principais tarefas da profissão do historiador. Lemos por diferentes motivos, e alguns historiadores da palavra impressa, igualmente leitores, insistem no caminho para entender parte do trajeto percorrido por indivíduos do passado que se debruçaram diante de determinado autor, ou mesmo de uma obra, artigo, texto, panfleto. Mas a leitura “é um tema traiçoeiro, especialmente quando o pesquisador sai das questões a respeito de quem eram os leitores e o que liam e passa aos problemas de como eles compreendiam os livros” (DARNTON, 2010, p. 169). Afinal, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”, e assim as leituras são “compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação” (CHARTIER, 1999, p. 11 e 12).

O trabalho do historiador

É possível encontrar informações do trabalho do professor paranaense em **Orientação de Teses: apontamentos para o mesmo fim (1970)**, em que faz uma reflexão sobre a sua atuação como orientador na Universidade Federal do Paraná (UFPR): “Desde algum tempo, todo o meu trabalho universitário está reduzido ao que se denomina “orientação de teses”. Teses para o mestrado de História” (MACHADO, 1970, p. 39).

O meu modo de orientar é o seguinte: o candidato propõe um tema ou problema para a sua pesquisa, organiza um projeto. Então eu discuto com ele, obrigando-o a falar e a se defender das minhas objeções. Quando sinto sua fraqueza em relação a certos assuntos, obrigo-o a fazer leituras suplementares e a discutir comigo o que leu. Outras vezes exijo que ele escreva “paper” sobre determinada parte de seu projeto.

É um mini-curso, verdadeiramente. (MACHADO, 1970, p. 39)

Brasil Machado, na sua experiência do tempo presente, escreveu sobre os temas de pesquisa, o que nos possibilita identificar os principais interesses de investigações e inferir sobre parte das demandas dos docentes para o direcionamento dos estudos (e leituras) no Programa do Mestrado em História da UFPR.

Pois bem, a temática do momento atual nos estudos sociais e históricos é (poderíamos assim denominar): os problemas da expansão do capitalismo no Brasil; a história e a análise da industrialização; a formação da sociedade de classe; a formação do proletariado no Brasil; a formação do empresariado brasileiro; o surgimento e a expansão das classes médias; a penetração do capitalismo no campo; o Estado moderno brasileiro; os movimentos sociais; os sindicatos e as organizações de classe; o poder político na transformação da sociedade civil; a cultura popular na fase da expansão capitalista; a marginalidade social; revisão da abordagem do estudo da escravidão; as estruturas demográficas em evolução; a educação na fase da transição da sociedade civil para a sociedade capitalista; o estudo histórico da criminalidade; estudo das empresas; o estudo do campesinato - etc. (MACHADO, 1970, p. 40,41)

Brasil Machado, em **O meu curso de História do Brasil na pós-graduação**, escreveu sobre a importância de pesquisas sobre a história nacional: “Em que circunstâncias históricas, as nações ocidentais criaram um campo novo na área da história - a história de sua nacionalidade?” (MACHADO, 1977, p.3). No que concerne à história da leitura, indicando um livro do filósofo e escritor alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803), escreveu:

A história nacional parece ser, pois, uma criação do Romantismo. (Ver “Ideias para a Filosofia da História da Humanidade”, de Herder, onde a ideia de povo está colocada no centro de toda a história possível”).

Naturalmente, seria preciso clarificar o que o período romântico entendia por povo. Em Herder é, ao mesmo tempo, raça e cultura, pois ele afirma a existência de atributos inatos e atributos adquiridos, caracterizando um povo.

Para o pensamento que decorre dos fatos da Revolução Francesa, onde a palavra povo atinge o ápice de sua operacionalidade, como Hegel, o povo é uma entidade política reconhecível no Estado, de modo que o Estado é que é o elemento caracterizador da história nacional. A história nacional é a história da formação do Estado, da sua soberania e de sua decadência. (MACHADO, 1977, p. 5, 6. Grifos do autor)

Continuando o raciocínio sobre a história nacional, e nos dando exemplo sobre o trabalho dos historiadores, formulou uma problemática e apontou uma hipótese:

Noutras palavras: a história nacional é um espaço histórico. Não é uma história que se desenvolve dentro de um espaço, é o próprio espaço.

O que é que unifica esse espaço, dando-lhe o caráter de unidade, de todo, de totalidade? - Eis um problema.

Será somente a visão do historiador? Ou será mesmo uma realidade?

Por hipótese, é o historiador que constrói um espaço, de acordo com a ideologia de sua época. Depois, seleciona os fatos e os acontecimentos significativos para dar concretude a esse espaço construído. Para isso, procura distinguir os limites desse espaço. Nessa operação, o procedimento consiste em determinar outros espaços que se opõem ao espaço construído.

O plano mais profundo de uma história nacional é a oposição ou diferenciação de seu espaço histórico em relação a outros espaços históricos”. (MACHADO, 1977, p. 7, 8. Grifos do autor)

A historiografia francesa foi outro tema de estudos de Brasil Machado no título atribuído por ele: **A persistência social na historiografia da nouvelle histoire:**

Os teóricos da nouvelle histoire afirmam que a procura dos fatores da persistência social é mais importante para a atual historiografia do que a procura dos fatores da mudança social. Qual é essa persistência social? Seriam os traços fundamentais da “natureza humana”? Parece que isso é o que aqueles teóricos pretendem. Assim pode-se pensar, pois que aqueles historiadores se encaminham no sentido da antropologia estrutural de Lévi-Strauss. (MACHADO, 1977, s.p. grifos do autor)

É possível perceber, na escrita do historiador paranaense, o leitor em atividade para interpretar o trabalho dos historiadores franceses e das concepções da Nova História. Mesmo a Nouvelle Histoire sendo “difícil de definir de forma categórica” (BURKE, 2011, p. 10), ela representou uma reação contra o “paradigma” tradicional e, como apontou Brasil Machado, “aqueles historiadores se encaminham no sentido da antropologia estrutural do antropólogo francês. Peter Burke, em uma de suas definições, diz que “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas» (BURKE, 2011, p. 10).

Na tentativa de explicar como os historiadores utilizam os conceitos como instrumento de trabalho em **Apontamento (História conceitual):**

A história tem uma “natureza” básica: é o acontecimento. Até agora não pude me convencer do contrário.

Esse nível do acontecimento é o nível concreto da ciência histórica. (...)

Para a análise do material do nível concreto da história, os “cientistas” criam um sistema de

conceitos. As análises históricas são feitas de acordo com conceitos, e não de acordo com a realidade.

No método histórico, pois, a pesquisa dos acontecimentos não é feita à luz do conceito do historiador. A segunda fase do método é a seleção dos acontecimentos segundo o sistema de conceitos do historiador. (MACHADO, 1977, s. p.)

Nesta anotação, Brasil Machado não escreveu sobre um teórico e/ou livro específico, mas teorizou sobre o formato de como fazer (o método) do ofício.

Os registros deste caderno revelam parte das inquietações e reflexões sobre o ofício do historiador, que compreende ler, escrever, preparar aulas, auxiliar alunos/orientandos e pensar o método do profissional que precisa de conceitos para suas análises.

Considerações finais

Pensando sobre o meu trabalho de historiadora, estou “dos dois lados do balcão” (SCHMIDT, 2008, p. 189). Ao longo dos últimos anos, venho apresentando trabalhos em eventos acadêmicos e uma das perguntas que me fazem frequentemente é sobre o fato de ser doutoranda em História na UFSC e técnica responsável no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no estado do Paraná, local que abriga minhas fontes de investigação.

É possível escrever um pouco sobre essa experiência, porque ela se torna importante diante das relações estabelecidas nesses ambientes de pesquisa. Por exemplo, é comum a convivência entre pesquisadores e funcionários/servidores de instituições públicas ou privadas durante o processo de pesquisa acadêmica em níveis de graduação e pós-graduação. Não é raro ver os nomes dos funcionários sendo citados nos agradecimentos ao final das respectivas jornadas.

Nas comunicações orais que participei, junto com as perguntas sobre minha atuação, vinham as sugestões de leituras e o incentivo de pessoas que até então nem conhecia, trocas generosas entre os historiadores com diferentes bagagens. Esses momentos invertem a cena do pesquisador solitário que acabamos nos tornando, e estimulam a conexão porque pensamos juntos, afinal, “todas as ciências são interessantes, mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação” (Bloch, 2011, p. 43).

Fontes

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Caderno 18 – (1970, 1977, 1978)*. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. V. 5 N. 11, 1991). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152> . Acesso em: 20-01-2019.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1999.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

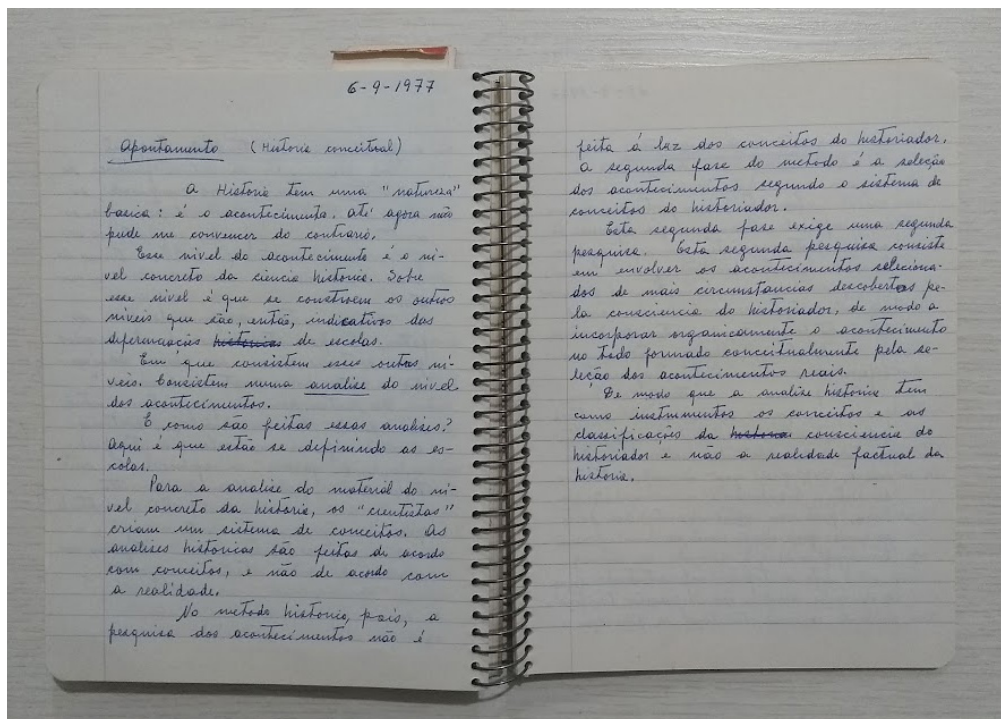
OLIVEIRA Joselfredo Cercal de. *Educadores ponta-grossenses: 1850-1950*. Ponta Grossa: UEPG, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional*. In: Anos 90. Porto Alegre, UFRGS, 2008, v. 15, n. 28, p. 187-196.

Anexos



MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 18 (1970, 1977, 1978)**. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. (Pinto, Luciana C., 2019).



MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 18 – Apontamento (História conceitual) 06/09/1977**. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. (Pinto, Luciana C., 2019).

Tabela 1 – Títulos registrados por Brasil Pinheiro Machado.
Caderno 18 (Machado, 1970, 1977, 1978)

1. O meu curso de História do Brasil na pós-graduação - 1977. 19-5-1977	12. Notas para orientações
2. A modernização é uma ideologia. 21-9-1977	13. Nº 1. 13-6-1978
3. A Imigração e as Migrações. 28-11-1977 continuação do fim do caderno	14. Registros rápidos
4. Dentro do mesmo tema. 12-2-1978	15. Notas sem sentido. 7-4-1977
5. Orientação de Teses: apontamentos para o mesmo fim. 28-10-1970	16. O conhecimento e a técnica das coisas conhecidas. 8-5-1977
6. 30-10-1978	17. O “poder” do Estado. 12-5-1977
7. A “História da Inteligência Brasileira”. 18-10-1977	18. O referencial da história econômica moderna. 13-5-1977
8. Outra anotação:	19. A persistência social na historiografia da nouvelle histoire. 6-6-1977
9. O livro e o leitor	20. Apontamento (História conceitual). 6-9-1977
10. Membro de banca de concurso de magistério universitário. 1-2-1978	21. A imigração e as migrações. 13-9-1977
11. Continuação depois de uma longa pausa. 10-10-1978	22. 9-11-1977
	23. 21-11-1977

Gráfico elaborado pelo autor

COM QUANTOS MARXISTAS SE CONSTRÓI UM SAQUAREMA? OS MARXISMOS EM O TEMPO SAQUAREMA

Vânia do Carmo Rocha (SEEDUC-RJ/UFF)

Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e Pós doutoranda no PPGH da Universidade Federal Fluminense

Um resultado impreciso

Um pronominal indefinido inserido numa pergunta que remete a um quantitativo – requerente de uma resposta com um número preciso – talvez não fosse o tipo de questão para titular um texto de história da historiografia. Principalmente pelo fato de não haver uma resposta precisa, possível e confiável. Não é mensurável o quantitativo de referências diretas e indiretas que um texto possui, pois certamente vai além das referências bibliográficas. Entretanto, antes de tudo a pergunta é uma provocação, e como resposta trabalharemos aqui mais com uma reflexão do que com uma resposta precisa. Quantos marxistas foram usados por Ilmar Rohloff de Mattos para elaborar uma obra como *O Tempo Saquarema*¹? Não sabemos, e não é um número ou uma resposta precisa que importa aqui. Podemos mensurar a importância de quatro nomes que sobressaem para o que nos importa aqui, podemos ainda organizá-los em dois pares, o primeiro que articula o contexto brasileiro em que se inserem os Saquaremas, e o segundo par que articula conceitos fundamentais para a existência e ação dos Saquaremas na construção de Mattos.

A definição do termo Saquaremas aparece no texto de Mattos em um sentido mais restrito e o termo dirigentes saquaremas em um prisma mais amplo. No panorama mais restrito, concebido como os conservadores fluminenses, notamos que seu alcance temporal, enquanto protagonistas do cenário político imperial, ou, o sentido mais restrito para o *tempo saquarema*, se dá entre os anos 1834 e 1860, entre o Regresso e o Renascer Liberal. No prisma mais amplo, o termo envolveria a totalidade de pessoas implicadas na centralização do Estado imperial desde os princípios de ordem e Civilização, logo, sua existência e sua direção poderiam ter uma extensão que abrange a totalidade do período monárquico, e talvez para além. Vejamos com Mattos trata o termo. A expressão “Saquaremas” refere-se a uma conjuntura de disputas na Vila de Saquarema, onde os protegidos pelos conservadores foram chamados de Saquaremas, mesmo num sentido pejorativo. Nessa seara, às vésperas do movimento praieiro, os conservadores adquiriram uma coesão em torno de um projeto político, e a adesão ao termo Saquarema como forma de cumprir o papel de particularizar uma política direcionada pelos políticos fluminenses (MATTOS, 2011, p. 118-119). Saquaremas são os conservadores fluminenses dirigidos pela “trindade saquarema” – Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí; Paulino José

¹ O *Tempo Saquarema* foi publicado pela primeira vez pela Editora Access em 1986, a versão usada em nossa análise é a de 2011, da Hucitec Editora.

Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai; e Eusébio de Queirós. Eles constituíram o núcleo do grupo que, desde os fins do Período regencial até a década de sessenta do século XIX, imprime “o tom e definir o conteúdo do Estado imperial” (MATTOS, 2011, p. 120). Nesse intercurso, ficou estabelecida uma hierarquia que assinala bem a força desse núcleo, com proeminência estavam os Saquaremas, seguidos pelos conservadores de todo Império, e depois os Luzias (MATTOS, 2011, p. 121), isto é, os liberais.

Os dirigentes saquaremas são aqueles que estendem sua direção em sentido espacial, e prolongam essa direção em prisma temporal. Num viés amplo, a direção saquarema vai além da década de 70 do século XIX, num sentido que se apegam à importância da autoridade do Estado como promotor de uma ordem e de uma Civilização. Ao falar de dirigentes saquaremas, Mattos assinala a vitória de um projeto político, não a longevidade de um determinado grupo político. Apesar do destaque ao projeto político, isto é, a direção saquarema, o foco da análise de Mattos é sua realização no forjar da classe senhorial e na constituição do Estado imperial. Os Saquaremas aqui são tomados, portanto, na maneira mais restrita do termo. Não são a elite política analisada por Carvalho (CARVALHO, 2003, p. 49). Mesmo que os nomes se confundam – como a já citada “trindade saquarema”. A elite política de Carvalho é concebida a partir de sua formação e de seu treinamento na esfera pública, e foi isso que lhe garantiu homogeneidade, sendo confundida com a alta burocracia. Ela não se porta como emissária direta dos proprietários de terras e escravos – a premissa da definição de elite política por Carvalho é da limitação para articulação da classe proprietária e da grande lavoura de exportação, a fragilidade da coesão das classes sociais permitiu o fortalecimento da burocracia como força política, e ela se fez elite política – por sua considerável autonomia em relação a grande lavoura de exportação escravista se portou como força abolicionista, sendo responsável pelo fim da escravidão (CARVALHO, 2003, p. 323).

Os Saquaremas são concebidos por Mattos partindo de um princípio distinto, surgiram como força política com base na junção entre os antigos colonizadores e os colonos, no período da vinda da Corte, firmaram-se na cidade do Rio de Janeiro e na província fluminense, fortaleceram-se politicamente na mesma medida em que o café se alastrava pelo Vale do Paraíba. Como parte da classe senhorial, os Saquaremas colocaram-se como defensores de suas demandas, levando a classe senhorial a se perceber como tal a partir de suas experiências, interesses e lutas. Sua coesão é dada pela atuação da Coroa, exercendo a função de partido. A marca maior de distinção entre a elite política de Carvalho e os Saquaremas de Mattos está no fato de a elite política não estar condicionada aos interesses da classe proprietária, enquanto os Saquaremas são seus representantes diretos, ou ao menos de uma parte deles. Dois conceitos são fundamentais, portanto, para entender esse processo trabalhado por Mattos, de formação da classe senhorial e de sua formação como classe dirigente, e sobretudo de construção teórica dos Saquaremas. Falamos, aqui, dos conceitos de *classe social* do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) e de *partido* do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Mas antes de adentrar nesse marxismo menos estruturalista, é preciso compreender o contexto construído por Mattos em que os Saquaremas surgem, tal contexto se assenta em *O Tempo Saquarema* na leitura que Mattos faz da colonização brasileira em seu sentido, e da importância do ideário liberal a partir da Independência e ao longo do império – para construir tal contexto Mattos se baseia em Caio Prado Jr (1907-1990) e em Florestan Fernandes (1920-1995), respectivamente. Primeiro trataremos de Prado

Jr e Fernandes em suas ressonâncias na obra de Mattos, depois analisaremos os conceitos de classe social e de partido para a concepção dos Saquaremas.

Com dois: Do sentido da colonização ao sentido do Império

Ao iniciar as discussões no *Tempo Saquarema*, tratando da “moeda colonial”, Mattos demonstra bem o quanto o colonialismo condicionou o século XIX brasileiro, no âmbito econômico, no social e no político. Por “moeda colonial”, Mattos entende ser o liame entre colônia e metrópole, um elo assimétrico, que até o início do século XIX foi marcado pela dominação portuguesa sobre o Brasil. Uma dominação marcada pelo monopólio da metrópole sobre a colônia. No caso da moeda, o lado da “cara” correspondia à Metrópole, o Reino ou Estado moderno; e o lado da “coroa” equivalia ao da Colônia, à Região – a última não poderia ser concebida sem a primeira, mas possuía existência própria (MATTOS, 2011, p. 32). Inspirado por Caio Prado Jr. e “o sentido da colonização”, Mattos usa a alusão à moeda para explicar a dependência que se desenvolveu no Pacto Colonial. O que é perceptível na narrativa de Mattos é que o sentido da colonização prosseguiu sendo o sentido da formação e estabelecimento do Estado Imperial: uma estrutura política e social reordenada para atender aos interesses do capital. Cunhagem da moeda colonial e sua recunhagem em processo após a Emancipação em 1822, acentua o aspecto de continuidade das estruturas coloniais de dependência econômica e de monopólios das classes dominantes.

Na argumentação de Mattos, o momento de cunhagem da moeda colonial é quando se firmou a colonização portuguesa sobre as terras americanas, a vinda da Corte portuguesa e medidas decorrentes desse fato dissolveram essa moeda. Dissolução concretizada com a Independência. Entretanto, se a existência da moeda colonial deu origem a um grupo de privilegiados detentores de monopólios, esse mesmo grupo carecia dessa moeda para assegurar seus monopólios. Nesse átimo, efetuou-se a ação saquarema: o processo que forjou a classe senhorial (um forjar que permitiu ao citado grupo privilegiado reconhecer-se como classe) e que realizou a construção do Estado imperial foi aquele em que a moeda colonial passou pela sua primeira recunhagem. Recunhar a moeda colonial tornava-se fundamental para que fossem garantidos os monopólios que fundavam a classe senhorial – os monopólios sobre a terra e sobre os homens. O monopólio resultou de forças sociais e políticas. De acordo com o “sentido da colonização”, foi da expansão marítima portuguesa que se originou a colonização brasileira. Expansão dirigida por uma burguesia mercantil que surgiu de um processo precoce de unificação nacional, e que se lançou em busca de uma rota marítima para o comércio com o Oriente. Nas terras descobertas por Cabral, em 1500, não foram encontradas, na região litorânea, riquezas de imediato. Três décadas depois, o empreendimento pela colonização e exploração do território americano pelos portugueses se deu pela implantação das Capitânicas Hereditárias, através das quais se entregava à iniciativa privada a solução da colonização, livrando a Coroa dos encargos da ocupação (PRADO JR., 2011, p. 7). Com a insuficiência das Capitânicas Hereditárias, implantou-se, em 1554, o Governo Geral. A partir daí começou o que Caio Prado Jr. chama de grande exploração. Nesse regime, mais importante que a posse da terra, era a disposição de capitais para explorá-la em grande escala, visando produzir mercadorias em grandes volumes para abastecer o mercado europeu. Para atingir os objetivos propostos, eram necessários volumosos capitais que viabilizassem a exploração da propriedade fundiária. Logo, o acesso à terra ocorreu pelo montante de capital, gerando um perfil

absolutamente distinto da colonização brasileira do modo de produção feudal (PRADO JR., 2011, p. 10).

Para Caio Prado Jr., a falta de mão de obra portuguesa para pôr a efeito a empreitada da colonização, e considerando a inabilidade indígena para o labor nas lavouras, a opção pela mão de obra escrava negra possibilitou a grande exploração ao reduzir os custos da produção e permitir o controle de diversos mercados de gêneros agrícolas. A escolha pela mão de obra escrava suscitou reflexos relevantes à estrutura social do Brasil, limitando seu desenvolvimento, pois erigiu-se uma estrutura social correlata a uma economia pouco diversificada e voltada aos interesses do mercado europeu. Dessa estrutura social, duas classes se destacaram na disputa política da colônia, os grandes proprietários de terras e a burguesia mercantil portuguesa (PRADO JR., 2011, p. 11). O sentido da colonização foi comercial e inseriu-se no processo de expansão marítima europeia, daí originou-se a formação social brasileira. As Colônias existiam em proveito da Metrópole e, como desdobramento direto da expansão marítima comercial, a colonização sustentava-se na intervenção direta na esfera de uma produção voltada para os interesses mercantis. O fator de distinção maior da atividade comercial, nesse contexto de colonização, foi seu traço monopolista (MATTOS, 2011, p. 31). Mattos interpreta ser o monopólio o elemento que estrutura a colonização, unindo as duas faces da moeda colonial e lhe conferindo valor; se, por um prisma, a face metropolitana possuía o monopólio das mercadorias e dos roteiros, isso se desdobrava no monopólio da produção de uma mercadoria por determinada Região e, por conseguinte, no monopólio do financiamento e no monopólio sobre os homens.

O viés da colonização que determinou o lugar e o papel dos habitantes da América Portuguesa definiu colonizadores, colonos e colonizados. Colonos e colonizadores complementavam-se em seus respectivos monopólios (MATTOS; ALBUQUERQUE, 2014, p. 7). A chegada da Família Real Portuguesa e da sua Corte levou ao fim do monopólio ou exclusivo comercial, assim, a moeda colonial que, até então, condicionara a sociedade brasileira, dissolveu-se. Com os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, os ingleses tornaram-se os novos colonizadores, e os antigos colonizadores (portugueses) tiveram que se adaptar, aproximando-se dos antigos colonos. Trata-se de uma reaproximação que não significava a restauração do pacto colonial. Comerciantes e burocratas transformaram-se em proprietários de terras e escravos, sesmarias foram concedidas. A política joanina privilegiava os antigos colonizadores, que se converteram em proprietários de terras e de escravos e, de sua associação com os antigos colonos, formaram poderoso bloco de interesses enraizado no Rio de Janeiro. Foi esse bloco que articulou a ideia de Império americano. Os interesses do colonizador levaram à colonização, criando a propriedade colonial na face colonial da moeda e, por extensão, os proprietários coloniais surgiram. No entanto, através do controle do comércio e do financiamento, ou mesmo pelo peso do fiscalismo, os interesses do colonizador acabavam por limitar a expansão da propriedade colonial. Por isso, Mattos discorda dos estudos que apontavam serem os colonos os responsáveis pelo rompimento do pacto colonial, pois “no fundo e no essencial, quem rompe com o pacto colonial são os agentes metropolitanos, seus fundadores, pela própria dinâmica do sistema colonial de base mercantilista”, isso ocorria quando tendiam a invadir a face colonial da moeda “confiscando mesmo as propriedades dos colonos endividados” (MATTOS, 2011, p. 44). Para continuarem sendo proprietários em situação colonial, não restava uma alternativa senão romper com a dominação metropolitana.

Portanto, na análise de Mattos, os monopólios oriundos da existência da moeda colonial foram responsáveis por duas vias: a) a de subordinação da Região ao Reino; b) a de rompimento entre ambas as faces da moeda. A existência dos monopólios selou a relação entre as duas faces, e acabou submetendo a Colônia (coroa – Região) à Metrópole (cara – Reino). Esses monopólios explicitavam o privilegiamento de colonizadores e colonos sobre os colonizados, quando a face metropolitana invadiu a face colonial da moeda, não respeitando o monopólio à propriedade, ocorrendo o rompimento com Portugal e a moeda colonial dissolveu-se – tal invasão deu-se por meio de uma política fiscal e de expropriação. Essa foi a razão para o processo de emancipação política que marcou o início dos Oitocentos, para Mattos.

E foram as ideias liberais o suporte argumentativo para a Emancipação política, segundo Mattos, ao se esquivar do debate acerca da impropriedade das ideias liberais no Brasil ele deixa claro não querer entrar no debate, mas concorda com Florestan Fernandes que o liberalismo foi fundamental para a independência do país do mesmo modo que prosseguiu sendo ao longo do século XIX, pois deu início à Revolução Burguesa (MATTOS, 2011, p. 127). De acordo com Florestan Fernandes, o estatuto colonial começou a se extinguir após a Independência e a com a criação do Estado nacional. Nos termos de Fernandes, a sociedade nacional, apesar da Independência, manteve-se presa às amarras do mundo colonial por conta da escravidão e da dominação patrimonialista (FERNANDES, 1976, p. 29). As elites que se empenharam pela Independência atuaram como elemento revolucionário, pois, em um curto prazo, direcionou os planos ideológicos e utópicos que organizaram o Estado nacional. É nessa esteira que Florestan Fernandes analisa como foi a absorção do liberalismo pelas elites nativas. O liberalismo deu forma e conteúdo às manifestações pela emancipação face ao estatuto e as maneiras de apropriação colonial. Os princípios liberais foram usados como modo de legitimar a autonomia política, assegurando o poder à elite que o absorveu. Por outro lado, esses princípios serviram para a manutenção das relações de dependência com as grandes potências econômicas da época (FERNANDES, 1976, p. 34), de modo que o liberalismo exerceu o papel na construção do Estado nacional, possuía o nítido caráter instrumental, sendo palco para a conformação do Estado e para impulsionar conflitos.

Portanto, a absorção do liberalismo “responde a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionaram a associação livre, mas heteronômica do Brasil” diante das nações que exerciam o controle sobre o mercado externo junto às estruturas de poder internacionais. Não cumpriu o papel de dinamizador cultural de uma sociedade autônoma, mas heteronômica, dependente (FERNANDES, 1976, p. 36). Ele não afetou drasticamente a vida política e social, no entanto, foi crucial para a criação de um Estado nacional, o liberalismo foi essencial à superposição e separação dos planos de organização do poder. Estruturou o Estado na mesma medida em que serviu de base para legitimar a dominação das camadas senhoriais (FERNANDES, 1976, p. 37). De todo modo, o liberalismo cumpriu o seu papel duplo de transcender e negar a ordem existente, abriu espaço à superação do mandonismo, do patrimonialismo e da escravidão (FERNANDES, 1976, p. 39). Foi através do ideário liberal que foi possível a criação de um sistema representativo, sob uma constituição, e estabeleceu critérios para a instituição de uma sociedade civil (FERNANDES, 1976, p. 40). Embora com limitações e deformações, mesmo sendo realidade restrita para uma minoria dos estamentos senhoriais, o liberalismo, reafirma Florestan Fernandes, “foi a força cultural vida da revolução brasileira”, uma vez

que “o liberalismo desencadeou uma vaga de idealismo político que repercutiu de modo construtivo na organização, no funcionamento e no aperfeiçoamento da Monarquia constitucional” (FERNANDES, 1976, p. 38). Dito de outra forma, o liberalismo foi o ideário político que inspirou as transformações políticas desde a Emancipação, à construção do Estado, e até a Abolição, também o mecanismo de manutenção de uma estrutura econômica dependente e, por essa razão, heterônoma. Aqui, como na Europa, o liberalismo atendia às necessidades de um mundo novo.

Mais dois: classe social e partido político

O conceito de “classe senhorial” é entendido por Mattos como categoria histórica, pois, ao abordá-la, considera, em especial, uma trajetória que lhe permitiu identificar-se como tal. Esse percurso em que a classe senhorial se reconhece traz em si uma trajetória composta de suas experiências e interesses comuns, bem como da contraposição a grupos divergentes (MATTOS, 2011, p. 16). A classe senhorial que surgia na primeira metade do século XIX estava impregnado de elementos de continuidade e de ruptura, já que se formara através da associação dos antigos proprietários coloniais com parte da Corte joanina. Isso tudo serviu para acentuar o caráter colonial e escravista da sociedade, conferindo os dois atributos fundamentais da classe senhorial: a liberdade e a propriedade – atributos os quais deveriam ser defendidos, salvaguardados, mesmo com o uso da força. O interesse que move e dá coesão à classe senhorial é, antes de tudo, a manutenção dos seus monopólios, o monopólio da terra e o monopólio da mão de obra, esses monopólios a distinguem do restante da sociedade, marcam a manutenção do caráter colonial desta sociedade. Como portadora da liberdade, a classe senhorial distinguia-se da massa de escravos, como portadora da propriedade, propriedade da terra e propriedade de escravos, ela diferia-se daqueles que eram somente proprietários de si. Sendo portadora de liberdade e de propriedade, a essa classe senhorial competiria governar (MATTOS, 2011, p. 130).

Se, num primeiro momento, combateram as Cortes de Lisboa, depois se empenharam de frente aos interesses ingleses contrários ao tráfico. Combateram interesses escravistas de outras regiões, produtores interioranos de Minas Gerais, colonos de outras regiões, escravos insurretos, a malta urbana. E, dessa forma, “a vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus” (MATTOS, 2011, p. 68). A manutenção da escravidão estava no cerne dos interesses que permitiram à classe senhorial se perceber como tal. Assegurar seus monopólios – sobre a terra e a mão de obra, os monopólios que fundavam a classe senhorial, movimentou suas experiências e suas lutas. Face ao fim do tráfico, mediante as pressões inglesas, o interesse dos Saquaremas pelo controle do tráfico interno de escravos deixou em evidência a sua prioridade às demandas do Sul cafeeiro. A lei de 1871, ao libertar o ventre, pretendia prolongar a escravidão, e por isso não pode, no entendimento de Mattos, ser concebida como uma lei antiescravista, contudo, provocou a ira da classe senhorial. O Saquaremas, ao se colocarem como os únicos que poderiam assegurar os monopólios que fundavam a classe, vincularam a Monarquia à escravidão, associaram uma dada ordem política à manutenção de uma ordem social, e todo movimento de enfraquecimento da escravidão implicava, também, no enfraquecimento da Monarquia. Findada a escravidão, a ordem política se desfez.

O conceito de *classe social*, nos termos propostos por Thompson, é essencial na argumentação de Mattos, viabiliza seu uso heurístico, isto é, seu uso em realidades sociais pré-industriais, pois o historiador inglês prioriza, em sua definição, as experiências e as lutas de classe como fatores que levam a um determinado grupo se identificarem em seus interesses. Ao analisar a formação da classe operária inglesa, Thompson é assertivo ao dizer que a classe não é uma estrutura, nem uma categoria, mas “algo que efetivamente ocorre nas relações humanas”, em razão disso, a classe é “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na conciliação” (THOMPSON, 1987, p.9). Dessa maneira, seria uma categoria do pensamento capaz de ordenar evidências diversificadas e dispersas, possibilitando enxergar uma realidade a princípio não percebida. Thompson entende que o conceito de classe é aplicável somente quando é perceptível em longo processo de tempo (THOMPSON, 1987, p. 12), nesse sentido, a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada, ela não resultou espontaneamente do sistema fabril. Do mesmo modo, a classe dirigente inglesa só adquiriu coesão diante da classe operária insurgente, assim “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história”, por isso mesmo é fruto da experiência. A experiência de classe é determinada, em grande parte, pelas relações de produções nas quais os homens estão inseridos, seja por nascerem ou por entrarem. A experiência, portanto, é realizada pelos homens enquanto produzem.

Em um artigo – que segundo o próprio Edward Palmer Thompson é mais uma argumentação do que um artigo, ele considera a sociedade inglesa do século XVIII para pensar o paternalismo, as questões de classe e a cultura plebeia – o historiador inglês que deu base teórica para o trabalho desenvolvido por Mattos oferece consideráveis ferramentas reflexivas a respeito do conceito e das questões em torno da classe social. O argumento sobre o qual ele se debruça é de que, em uma sociedade qualquer, não é possível entender as partes sem que entendamos sua função e seu papel em sua relação com o todo. Uma classe social só pode ser entendida através de como ela se relaciona com os outros grupos sociais componentes da sociedade (THOMPSON, 1984, p. 13-14). Já que para Thompson, classe é uma categoria histórica na medida em que resulta do processo social ao longo do tempo, esse conceito pode ser usado em dois sentidos, o primeiro se refere a um conteúdo histórico real correspondente, empiricamente observável, o segundo como categoria heurística ou analítica para organizar a evidência histórica, com uma correspondência muito menos direta. No primeiro caso, o conceito moderno de classe se desenvolve a partir do advento da industrialização e expansão capitalista própria do século XIX, fazendo aflorar o conceito de classe não como recurso analítico e organizador de uma evidência, ele está na própria evidência, o conceito se realiza, se concretiza no momento em que a classe operária existe como sujeito histórico resultante de um duplo processo, ela forma a si própria e é formada, processo que se configura no sistema fabril, mas que não é resultado espontâneo dele. A classe surge, então, como evidência histórica que origina e confere a modernidade do seu conceito e, decerto, deu-lhe peculiaridade histórica (THOMPSON, 1984, p. 36).

Nas sociedades anteriores à Revolução Industrial, o anacronismo desta especificidade histórica deve ser guardado. Porém, o uso heurístico da categoria de classe, apesar da dificuldade que traz, pode ser válido, não pela perfeição do conceito, e sim pelo fato de não dispormos de outra categoria alternativa para analisar um processo histórico universal e manifesto. O uso heurístico da categoria de classe deve ser feito respeitando a especificidade histórica a que se refere (THOMPSON,

1984, p. 37). No entanto, é no processo de luta contra a exploração que se identificam pontos de interesses antagônicos e, nesse caminho, descobrem-se como classe. A classe e a consciência de classe são resultantes do processo histórico que é a luta de classes. As classes não existem de maneira independente das relações e lutas históricas, a sua existência se dá na luta, é nesse percurso que a classe se forma – não é porque existem que lutam, todavia, é porque lutam que passaram a existir e a tomar consciência de si. Isso porque “as classes acontecem ao viver os homens e mulheres suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes” (THOMPSON, 1984, p. 38). As classes, em seu sentido heurístico, não são mais que casos especiais de formações históricas que surgem da luta de classes, e assim “a classe define a si mesma no seu efeito de acontecer” (THOMPSON, 1984, p. 39). Thompson afirma sentir-se mais à vontade usando a terminologia de conflito de classes, contudo, resiste em atribuir identidade a uma classe. Uma classe não pode ser entendida isoladamente, mas sim a partir de sua relação com outros setores, grupos ou classes que integram a sociedade. No momento em que transformações de ordem socioeconômicas adentram as relações entre a *gentry* e a plebe, a relação outrora marcada por reciprocidade assume outras feições, agora entremeadas por interesses antagônicos, dos quais insurge uma luta de classes. E somente com base nesse conjunto de experiências e lutas que o conceito de classe se aplica enquanto evidência, carregando em si a modernidade e a particularidade histórica que lhes são inerentes.

O livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi publicado na língua inglesa, em 1963, e traduzido, no Brasil, em 1980, tinha, como cerne, a reflexão sobre a associação entre os processos de ação coletiva e os elementos da cultura popular e literária, como formas de resistências aos impactos nocivos da Revolução Industrial sobre as camadas mais baixas da Inglaterra na emergência desse processo de industrialização. O debate desenvolvido no livro, por Thompson, ocorre com base na noção de classe operária, e partir de suas análises, assimila o conceito de classe social como algo fluído, capaz de ser compreendido somente por meio dos seus contextos históricos e sociais. Prontamente posicionava-se dissonante das análises de teor puramente economicistas que negligenciavam as ações humanas na sociedade (MELLO, 2013, p 306). A sua busca foi pela superação do determinismo econômico reducionista. Thompson desloca da estrutura para a superestrutura, da economia para a cultura, seus estudos sobre as classes sociais. Nesse movimento, os conflitos e as experiências sobressaem-se às definições restritas de configuração de uma determinada classe social. Sua análise não estruturalista das relações sociais permitiu a Mattos identificar as lutas e as experiências que ofereceram condições para a identificação da classe senhorial, experiências marcadas pelo seu caráter colonial, e lutas diante da crise do sistema escravista. No entanto, para que essa classe senhorial se notasse como tal, um segmento seu, limitado à região de agricultura mercantil-escravista, no entorno do Vale do Paraíba, concentrado na província do Rio de Janeiro, atento ao risco que seus atributos de distinção (liberdade e propriedade) corriam, empenhou-se em forjar a classe senhorial para além dessa região, para além da província fluminense. Esse segmento que forjou a classe senhorial como tal foram os Saquaremas, forjaram ao fazer seus integrantes identificarem-se em seus interesses, experiências e lutas, com o intuito de preservar, antes de tudo, os monopólios que fundaram a classe senhorial. Não bastava, porém, ser classe senhorial, era preciso fazer dela classe dirigente, doravante a atuação da Coroa como partido foi elementar, pois passa a exercer uma direção intelectual sobre a classe senhorial.

Para pensar no uso do conceito de partido de Gramsci por Mattos, mais especificamente da Coroa como partido, vamos proceder por dois caminhos, a definição do que é Coroa para Mattos, como ele articula a Coroa como partido, e depois seguiremos à construção de Antonio Gramsci para a definição de partido, refletindo sobre as possibilidades interpretativas que tal definição abre para pensar o jogo político na ocasião da formação do Estado imperial e da conformação da classe senhorial.

Mattos define a Coroa como “as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, no conjunto dos interesses dominantes sob o Império” (MATTOS, 2011, p. 98), esta é a definição mais precisa que encontramos a respeito da Coroa, mesmo o termo em si é facilmente confundível com a figura do Imperador por quase meio século. O processo de afirmação da Coroa e sua constituição como partido principiou no momento da Maioridade, ocasião em que a moeda colonial começou a completar sua primeira recunhagem e, nesse momento, o lado da “cara”, cedeu lugar às nações civilizadas, com proeminência para a Inglaterra e França, na outra face da moeda, a Coroa se afirmou e se impôs à região – novos sujeitos para os mesmos papéis, as relações coloniais foram restabelecidas sob um novo colonizador, um novo colono e um mesmo colonizado (MATTOS, 2011, p. 92). O princípio monárquico não foi deslocado pelo impulso revolucionários das Regências, visto que, desde a Maioridade, o Imperador voltou a reunir, na face complementar da moeda colonial, a ideia de um Império marcado por uma unidade e uma continuidade (MATTOS, 2011, p. 95). Desse modo, a defesa de uma indivisibilidade tornava as províncias simples territórios, principalmente por reservar ao centro, no caso a Coroa, “o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território” (MATTOS, 2011, p. 98), e quando assim operava, acabava por aprofundar as diferenças entre as regiões produtoras, ao privilegiar os interesses ligados à expansão cafeeira. Diante desse quadro, a Coroa procurou proceder a uma ordenação por meio das políticas de terras e de mão de obra, enquanto empenhava-se em “ordenar as grandes famílias, mesmo que em certos momentos isto signifique pôr-se contra alguns dos privilégios e monopólios que as distinguiam” (MATTOS, 2011, p. 101). Deste modo “a íntima relação entre a construção e constituição da classe senhorial faz que a Coroa assuma, desse modo, o papel de um *partido*, nos termos do que Antonio Gramsci o propõe. E este papel define a sua modernidade” (MATTOS, 2011, p. 104). Exercendo o papel de partido, a Coroa deveria mostrar sua capacidade de criar e de impedir acontecimentos, cabia-lhe “lidar com as fissuras e divergências no interior da classe” (MATTOS, 2011, p. 105). Atuando como um Partido, a Coroa promoveu “associações e difunde uma civilização”, se apresentou pela figura do Imperador, mas não se limitou a ele, incluiu aqueles que dominaram e dirigiram o Império, e estavam “dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço” (MATTOS, 2011, p. 192). Na promoção de associações e difusão de uma civilização, a Coroa acabou fazendo com que Liberais e Saquaremas se percebessem como classe dirigente, mostrando a importância de se estar no governo do Estado.

A definição que Antônio Gramsci faz de partido político alicerça-se a partir de sua definição do papel do intelectual, mais especificamente do intelectual orgânico, e é basicamente tal definição que permite a expansão da concepção de partido – expansão esta que abre precedente para o uso que Mattos faz em *O Tempo Saquarema*. Ao definir o papel do intelectual orgânico, Gramsci o contrapõe ao intelectual tradicional. Este último é taxado de vulgarizado, e encontra no literato, no filósofo e no

artista seu protótipo – e mormente não se empenha em contribuir para a mudança da sociedade ou, ainda, para a manutenção da hegemonia vigente. Todos são intelectuais, porém, há uma hierarquia: o intelectual orgânico está profundamente ligado ao trabalho de edificação de uma nova visão de mundo, enquanto o intelectual tradicional permanece desligado de sua classe e mune-se com uma autonomia em relação à sociedade civil (GRAMSCI, 1968, p. 11). A este intelectual que se encastela, se distancia da realidade social, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. De modo que não mais a eloquência marque o intelectual, e sim o seu imiscuir-se ativamente na vida prática, construindo, organizando, persuadindo.

Um dos papéis do intelectual é estabelecer a ligação entre os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum com vistas a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, construindo uma unidade na sociedade em torno de um objetivo político, já que para Gramsci o intelectual deve se voltar para as questões políticas (GRAMSCI, 1968, p. 12). O desempenho do intelectual orgânico deve se voltar para o papel de organizador, ao que deve seguir o de dirigente e o de educador. Tais funções se realizam juntas e dão ao intelectual um papel político qualificado, haja vista a necessidade de preparar a sociedade, através da criação de uma nova visão de mundo, para a efetivação das mudanças necessárias no Estado e na política. O intelectual, nessa nova ótica proposta por Gramsci, atua como interlocutor do grupo dominante ao se responsabilizar pela criação do consenso propício à união da sociedade, ao mesmo tempo assume também a responsabilidade de construir o aparato de coerção estatal e os meios para justificar tal coerção. Em síntese, e tomando a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho sobre Gramsci, é possível inferir que o intelectual é resultado de relações entre classes, e de relações sociais de produção (COUTINHO, 1981, p. 45), podendo ser ligado à sua classe de origem ou aderir a uma outra classe, autônomo em sua ação, mas vinculado às suas funções e às contradições concretas da sociedade.

Segundo José Bendicho Beired, de Gramsci pode se concluir que a atividade intelectual precisa ser pensada em meios às classes sociais onde ela se desenvolve, por isso o intelectual é um agente socialmente determinado e atua nos processos de reprodução e nos meios de transformação da realidade social (BEIRED, 1998, p. 124). Prosseguindo, Beired afirma que a análise de Gramsci se volta para o papel conservador ou transformador do intelectual, sendo este o elemento capaz de organizar a cultura e os homens, de articular as estruturas de poder com o restante do corpo social, sendo capaz de produzir ideologias propulsoras de uma consciência e homogeneidade às classes por ele representadas (BEIRED, 1998, p. 128).

A Coroa são as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, são os que dominam e dirigem o Império. Ela atuou como partido, dado que sua atuação foi como gestora dos interesses dominantes distribuídos pelo território do Império, com privilégio à expansão cafeeira. A Coroa ordenou a política de terras e de mão de obra diante das pressões inglesas. Enquanto partido, ela expandiu e fortaleceu a classe senhorial, lidando com fissuras internas na classe. Atuando como partido, a Coroa promoveu a associação e difusão de uma Civilização, exerceu uma direção intelectual, fazendo com que liberais e conservadores se percebessem como classe dirigente. É dentro do Estado que a classe dirigente adquire unidade. Nos termos de sua atuação, a Coroa, na argumentação de Mattos, exerce o papel de um partido conforme a definição dada por Gramsci, pois o partido transforma seus componentes em intelectuais, em dirigentes, realizadores da sociedade civil e

política. O partido qualifica seus membros para a atuação política, e são os intelectuais que organizam os partidos, ocorrendo, desse modo, a articulação política para o desenvolvimento de uma sociedade condizente com as necessidades históricas da classe social a que o partido pertence. Mas, sobretudo, a Coroa atua como partido, porque, em harmonia com Gramsci, quando uma organização atua para organizar, educar e dirigir, com a intenção de formar dirigentes, está funcionando na realidade como partido político, ainda que não se reconheça dessa forma.

Com quatro se faz um, ou das considerações finais

Os conceitos de classe social e de partido oferecem, na narrativa de Mattos, são os recursos teóricos trabalhados com destreza por Thompson e Gramsci para a compreensão das realidades sociais e políticas no mundo capitalista industrial, e, por esse motivo, anacrônicos se considerarmos a realidade de país agrário do Brasil do século XIX. São ferramentas manuseadas por Mattos em seu sentido heurístico, como recursos investigativos – se não há classe burguesa, ou classe operária e, por isso mesmo, não há partidos políticos, a investigação de Mattos traz evidências da existência de um grupo de proprietários de terras e de escravos que se empenharam pela sua coesão à medida que trabalhavam pela formação do Estado, exerceram uma direção moral, e uma direção intelectual – e nesse manusear a classe senhorial adquiriu forma e sentido, a Coroa configurou-se como partido. Tais conceitos de Gramsci e Thompson partem da pressuposição de uma realidade sociopolítica em que há luta de classes, em que há interesses do capital estrangeiro o que insere o Brasil na realidade do capitalismo internacional, conforme assinalado por Prado Jr e Fernandes. Por essa razão, dentro dessa lógica, seria inconcebível o governo imperial atuar como antiescravista, sendo a Coroa partido que representava os interesses da classe senhorial, a política da Abolição, dentro da argumentação e construção feita por Mattos, não poderia ser empreendimento dos que dominaram e dirigiram o Império.

Desta forma, os pressupostos contextuais conferem possibilidades para os usos e restrições de conceitos como “classe social” e “partido político” aplicados ao cenário brasileiro do século XIX. O contexto brasileiro delineado a partir de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes evidenciam que permanecem os traços coloniais marcados pelos monopólios, mesmo com a adesão ao ideário liberal, o caráter monopolista que deu sentido à colonização, deu também sentido ao Império do tempo saquarema. A política e a sociedade imperiais carregam e buscam perpetuar suas características coloniais como a dependência econômica em relação ao mercado externo e a escravidão, ao mesmo tempo que se valem dos princípios do liberalismo. Um desconcerto que leva ao constante e incompleto empreendimento saquarema em prol da ordem e da Civilização. Nem tão lá, nem tão cá – nem tão colônia, nem tão independente, o Estado imperial brasileiro é a própria teia de Penélope em sua incompletude constante. O Brasil é a promessa que não se cumpre nessa mistura dissonante (e dissolvente) entre o ‘velho’ e o ‘novo’, tanto para os Saquaremas, quanto para Ilmar de Mattos. O ‘ainda não’ parece o aspecto que liga o passado ao presente mesmo com uso de categorias de aceleração como “civilização”, “Estado”, classe social”, “partido político”, numa tentativa conceitual de fazer ver aquilo que não se consegue ver. Mas o tempo, que não se intimida, permanece lento em suas transformações, a permanência dá sentido a ausência, e vice-versa.

Referências bibliográficas

- BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org). *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Proto Alegre; L&PM, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª edição. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. *Independência ou morte. A emancipação política do Brasil*. 14ª edição. São Paulo: Atual, 2014.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In: PRADA, Maurício (org.). *Os Historiadores Clássicos da História. Volume 2. De Tocqueville a Thompson*. Petrópolis; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciência de classe*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

COMO CONTAR HISTÓRIAS APÓS O SÉCULO XX? POSSIBILIDADES DE ESCRITAS MODERNISTAS ATRAVÉS DAS INTERPRETAÇÕES DE HAYDEN WHITE

Edmo Videira Neto

Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Email:

E-mail: edmo.videira@gmail.com

Recentemente, a obra do intelectual estadunidense Hayden White vem sendo revisitada no intuito de identificar as questões éticas, estéticas e epistemológicas que tangenciam sua escrita. É na esteira desses esforços que nosso trabalho se situa. Focaremos especificamente nas reflexões whiteanas em torno das possibilidades de se escrever histórias após as catástrofes e os dilemas produzidos pelo século XX. Sendo assim, uma questão fundamental norteia a presente exposição: de quais maneiras, histórias podem ser contadas após os eventos limites experienciados pelos sujeitos modernos? Essa pergunta é fundamental não só para nosso trabalho, mas também para toda a produção tardia de White. Assim, seguiremos o pensamento desse autor quando nos diz que “após o modernismo, quando se trata da tarefa de contar histórias, seja na escrita histórica ou literária, as técnicas tradicionais de narração tornam-se inutilizáveis” (WHITE, 1999, p. 72). O que estaria em jogo seriam justamente as possibilidades e formas de se transformar em narrativas eventos extremos, tais como as duas grandes guerras, o Holocausto, os bombardeios atômicos, os genocídios em África, as ditaduras na América Latina e uma série de outros acontecimentos que parecem desafiar as formas tradicionais de se fazer história. Portanto, o que propomos a partir de agora é buscar alternativas para a tarefa primordial de contar histórias. E apostaremos aqui, especificamente, em dois livros que são mobilizados por White ao longo de sua obra como exemplos de textos sobre eventos traumáticos que, em alguma medida, conseguem superar os obstáculos impostos por esses eventos, sendo eles: *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, de Saul Friedländer, e *Austerlitz*, de W. G. Sebald. Se perpassar por uma análise exaustiva dessas obras representantes de uma elaboração historiográfica e outra literária é uma tarefa praticamente impossível, acreditamos que tecer alguns comentários pode nos ajudar na elaboração de possibilidades narrativas para os eventos do século XX. Por isso, precisamos pavimentar o caminho até essas discussões.

Primeiramente, torna-se fundamental salientarmos que os dilemas envolvendo os eventos do século XX podem ser sintetizados a partir da obra de White sob o conceito de evento modernista. Contudo, de início, precisamos alertar aos leitores que White não define claramente o que compreende com conceitos complexos, como modernismo, modernistas ou pós-modernistas, e diversas vezes parece confundir essas ideias distintas. Entretanto, isso não pode ser um impedimento para refletirmos sobre suas elaborações teóricas, principalmente, aquelas que norteiam a noção de evento modernista. Elaborada pelo estadunidense em texto publicado no ano de 1992, e reeditado no livro *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*, em 1999, essa ideia se refere às especificidades de

acontecimentos ocorridos ao longo do século XX. De acordo com as palavras de White, “é a natureza anômala dos eventos modernistas – sua resistência às categorias e convenções herdadas para atribuir significados aos eventos – que minam não apenas o status dos fatos em relação aos eventos, mas também o status do evento em geral” (1999, p. 70). Portanto, os acontecimentos vividos no último século resistiriam às elaborações historiográficas e literárias tradicionais herdadas do século XIX. Para além das elaborações narrativas, a própria ideia de evento estaria em alteração, pois segundo White,

A noção de evento histórico sofreu uma transformação radical como resultado da ocorrência em nosso século de eventos de alcance, escala e profundidade inimagináveis pelos historiadores anteriores e o desmantelamento do conceito de evento como um objeto de tipo especificamente científico de conhecimento. (1999, p. 72)

Assim, de acordo com a noção de evento modernista, historiadores e escritores literários que mobilizassem o século XX estariam diante de um grande dilema: como narrar, historicizar e contar para o grande público acontecimentos que resistiriam às técnicas de escrita tradicionais? Enfim, como transformar traumas e fardos ainda ardentes e pesados em histórias coerentes e eticamente responsáveis com passado e presente?

Se uma resposta definitiva para essas ansiedades são pouco prováveis de serem encontradas, podemos usar esse momento para testar. E se formos seguir as propostas de White, perceberemos que uma das alternativas pode ser a mobilização de um conceito que o estadunidense retira da obra de Roland Barthes, chamado de voz média. Diferentemente de um autor onipresente, que supostamente deteria toda a descrição necessária para um evento, ou de uma escrita realizada nas vozes transitivas e intransitivas, a voz média seria a forma narrativa ideal para os eventos do século XX. De acordo com Barthes, “no caso da voz média, ao contrário, o sujeito se afeta ao agir; ele permanece sempre dentro da ação, mesmo que um objeto esteja envolvido” (BARTHES, 1972, p. 142). Percebemos que na voz média, o escritor não se coloca como um observador fora e distante do evento que analisa, mas passa a ser um ator, quase que um outro personagem dentro da história que busca contar. Fazer esse movimento é abrir a possibilidade para que a história contada também afete aquele que a escreve, diferentemente de uma ideia clássica de historiador ou narrador apartado da realidade enredada por ele. Como White nos diz, “na voz média, é bem diferente; aqui as ações e seus efeitos são concebidos como simultâneos; passado e presente são integrados em vez de dirigidos, e o sujeito e o objeto da ação estão de alguma forma ligados” (2010, p. 260). Este ponto é importante porque, se os eventos modernistas resistem às representações tradicionais, mobilizar uma voz média para sua narração pode ser uma saída por conta desse mecanismo de diluição das fronteiras temporais entre passado e presente que tradicionalmente marcam as narrativas históricas e o próprio manual de um fazer historiográfico científico. Assim, narrar os acontecimentos do século XX na voz média possibilitaria ao autor uma assimilação e uma afetação com o evento que narra, desconstruindo o lugar comum legado ao historiador como um mero descritor afastado do passado. Mas somente alterar a voz da narrativa não basta. Se nosso desafio é buscar alternativas sobre como contar a história desses eventos traumáticos, é importante buscarmos exemplos.

E esses exemplos podem ser identificados a partir das reflexões de White como escritas modernistas, ou mesmo, romances pós-modernos. Inicialmente, precisamos fazer uma ressalva.

Muitas vezes, White não define claramente o que compreenderia como moderno, modernista ou pós-modernos, gerando inúmeras confusões para seus intérpretes. Contudo, em uma leitura mais atenta, podemos identificar exemplos de autores que estariam classificados dentro daquilo que o estadunidense denominou como modernistas, sendo eles: Joseph Conrad, Marcel Proust, James Joyce, T. S. Eliot, Ezra Pound, Virginia Woolf, Franz Kafka, Gertrude Stein, André Gide (WHITE, 2014, p. 17). Já dentre aqueles considerados pós-modernistas, podemos notar que seriam: Thomas Pynchon, Norman Mailer, Truman Capote, Don DeLillo, Roth, Pat Barker, W. G. Sebald, Coetzee, Günter Grass, Danilo Kiš, Robert Rosenstoneo, William Gass (WHITE, 2014, p. 17). Desta forma, a primeira coisa que observamos com essas classificações de White é que elas são problemáticas pois buscam colocar em uma mesma caixinha escritores bastante diferentes. Entretanto, mesmo sabendo das limitações dessas definições um tanto quanto frouxas de White sobre modernistas e pós-modernistas, entendemos que suas reflexões sobre essas formas de escritas ainda podem ser importantes para nossa ideia maior de como contar histórias após o século XX.

Assim, podemos entender que as potencialidades dessas formas de escritas estariam nas suas aberturas para o processo de narração de eventos limites do século XX, tais como o Holocausto. Como nos aponta White ao refletir sobre essas questões apresentadas, “os modos modernistas de representação podem oferecer mais possibilidades de representação da realidade do Holocausto e da experiência do mesmo que nenhuma outra versão do realismo poderia oferecer” (1999, p. 30). Aqui, White compreende as táticas modernistas de escrita como uma possibilidade de utilização da voz média e como uma forma de contar as histórias dos eventos do século XX. Por isso, passaríamos a navegar por águas que mobilizam formas narrativas diferentes do realismo do século XIX. No caso da literatura, podemos encontrar tais exemplos a partir de livros compreendidos por Linda Hutcheon como metaficções historiográficas, ou por Amy Elias enquanto um romance meta-histórico pós-moderno. Seja como for, essas histórias permitiriam “que o passado possa moldar o presente, mas afirma que tudo o que podemos conhecer são os seus vestígios e que todas as tentativas de construir narrativa histórica estão culturalmente contaminadas” (ELIAS, 2001, p. 97). Portanto, esses exemplos literários que buscam novas formas de narrar os eventos do século XX passam a afetar a própria concepção de história e das temporalidades privilegiadas de análise por parte do historiador. Não coincidentemente, White nos diz que “o modernismo em geral pode ser visto como uma visão da realidade que pressupõe a necessidade de uma revisão radical do que se entende por história” (2024, p. 207). O debate mais amplo que os eventos limites do século XX abrem para a historiografia é justamente sobre o próprio caráter da disciplina, bem como sobre as responsabilidades éticas que ela precisa levar em consideração quando conta a história de qualquer evento histórico. Portanto, se as discussões sobre os eventos modernistas e as formas de narrá-los levantam o debate sobre a nossa disciplina, torna-se necessário olharmos para dois exemplos mobilizados por White: *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, de Saul Friedländer, entendido por ele como uma historiografia modernista, e *Austerlitz*, de Sebald, visto como um exemplo de romance histórico pós-moderno.

A relação entre White e Friedländer vem de longa data, remontando ao clássico e polêmico evento na UCLA nos anos 90 em que o estadunidense foi convidado para discutir sobre os limites da representação do Holocausto. Desde aquele momento, White passou a ler a obra de Friedländer

enquanto um exemplo de historiografia modernista, pois, segundo ele, o livro *Os anos de extermínio* teria produzido algo como uma “historiografia modernista particularmente exigida – técnica e eticamente – pelo Holocausto e por todos os outros eventos históricos, mesmo que vagamente semelhantes a ele” (WHITE, 2016, p. 54). Assim, White encontraria nessa obra um exemplo historiográfico do grande desafio identificado por ele, a saber, a necessidade de os historiadores construírem formas alternativas para se contar histórias sobre eventos limites como o Holocausto. Sobre esse ponto, esse autor diria que a narrativa histórica do Holocausto produzida por Friedländer “é apresentada de forma a frustrar as expectativas narratológicas normais, a fim de produzir os efeitos (e afetos) de “alienação”, por um lado, e de “descrença”, por outro” (WHITE, 2016, p. 55). Esses efeitos identificados por White no livro de Friedländer seriam produzidos por aquilo que ele denominou como artifícios literários presentes em *Os anos de extermínios*. Tais artifícios seriam perceptíveis principalmente nas epígrafes escolhidas por Friedländer, muitas delas, na visão de White, representando o Holocausto e os eventos chocantes que marcaram o genocídio judeu a partir de alegorias e figuras de linguagem, tais como metáforas e analogias. Assim, tropos, figuras e alegorias presentes na obra desse historiador foram interpretadas por White como os recursos fundamentais para uma historiografia modernista que desejasse narrar os eventos modernistas. Além disso, a já citada escrita na voz média seria uma outra marca da obra de Friedländer, fazendo com que seu livro conseguisse oferecer uma representação narrativa do Holocausto sem, contudo, narrativizar esse evento e enquadrar tais experiências em uma chave narratológica clássica com enredos, temporalidades e onipresença do escritor. Desta forma, *Os anos de extermínio* assume essa característica de escrita modernista, pois para White,

embora os dispositivos, tropos e figuras aqui identificados sejam aqueles conhecidos pela crítica tradicional, Friedländer os utiliza para produzir os efeitos (literários) especificamente modernistas de estranhamento e descrença - não tanto na verdade, mas em vez disso, a “realidade” dos eventos que ele narra. E na representação da realidade histórica, esta constitui a principal diferença entre o realismo tradicional do século XIX e a sua alternativa modernista. (WHITE, 2016, p. 71)

Sendo assim, a produção de estranhamento e descrença seriam duas marcas fundamentais de qualquer texto que buscasse contar a história dos eventos do século XX e caberia justamente ao escritor mobilizar esses sentimentos através de artifícios literários e do jogo temporal presente em textos sobre eventos passados.

Entretanto, se White encontra na obra de Friedländer um grande exemplo de historiografia modernista, esse autor não parece concordar muito com essa análise. Como ele nos diz ao responder essas interpretações de White:

os “dispositivos” literários que White revela dentro e à volta da narração que se desenrola em *Os Anos de Extermínio* são acessórios estilísticos, periféricos à representação detalhada dos acontecimentos. Em outras palavras, os acessórios estilísticos que são centrais para a análise de White são inteiramente secundários na minha opinião e não interferem na narração histórica, enquanto o processo cumulativo de eventos e as tendências que aparecem nesta história tornam-se periféricos na narrativa atual de White. (FRIEDLÄNDER, 2016, p. 75)

Aqui, Friedländer destaca que a importância atribuída por White aos “limites da conceptualização; a ausência de desdobramentos temporais claros; e, principalmente, o uso abundante de artifícios literário” (2016, p. 73) presentes em *Os anos de extermínio* não possuem um caráter central em seu

livro, se transformando assim, em acessórios. Mas em nossa visão, são justamente esses acessórios narrativos que sempre despertaram a atenção de White ao analisar qualquer trabalho narrativo sobre o passado, mesmo Friedländer os compreendendo com algo secundário em sua construção de passado.

Neste momento, cabe ressaltarmos uma questão importante: sempre foi uma característica de White enquanto um intelectual utilizar textos e livros de seus interlocutores como bem entendia. Buscar conceitos, utilizar ideias e moldá-las na medida em que tenham utilidade para seu trabalho se constitui como um estilo próprio de produção intelectual whiteana. Não por acaso, após agradecer a White por sua interpretação de *Os anos de extermínio*, e dizer que não concordava com nada que o estadunidense dizia pois ele “tenta instrumentalizá-lo em benefício da sua argumentação” (FRIEDLÄNDER, 2017, p. 153), Friedländer traria para nós uma anedota presente em seu livro de entrevistas *Reflexões sobre o nazismo*. Em uma conferência em Iena, ele teria iniciado sua fala com a história de dois escoteiros que, ao verem uma senhora à beira de um passeio olhando receosamente para os carros que passavam na rua, teriam ido em sua direção, pegado em seus braços e atravessado a rua com ela. Então, “alguém se aproxima da senhora em questão e diz-lhe: que simpáticos que estes rapazes são! Ela responde: sim, mas eu não tinha a menor intenção de atravessar a rua” (2017, p. 153). Com essa anedota, Friedländer ilustra o que, em sua visão, White faria com seu trabalho: “É um pouco aquilo que Hayden White faz em relação ao meu livro. Obriga-me a atravessar uma rua que eu não tinha a menor intenção de atravessar” (2017, p. 153).

Se White utiliza *Os anos de extermínio* como exemplo de historiografia modernista, mesmo à contra gosto de Friedländer, no ambiente literário o estadunidense iria buscar o livro *Austerlitz*, do escritor alemão Sebald, como exemplo de um romance pós-moderno que consegue contar a história do Holocausto de uma forma diferente da tradição herdada pela literatura. Nesta obra em que o personagem Jaques Austerlitz vaga pelos destroços da Europa em busca da sua identidade e de sua verdadeira família que havia sido morta durante o Holocausto, White encontra, assim como em Friedländer, os artifícios literários para narrativas que busquem narrar eventos extremos do século XX. Como ele nos diz, os “artifícios literários dispostos por Sebald em *Austerlitz* servem para produzir uma lente literária pela qual justificar um julgamento (ético ou moral) sobre um mundo real de fato histórico” (WHITE, 2014, p. 5). Mais uma vez, o que se apresenta como importante para White em um texto sobre o Holocausto são justamente esses artifícios literários que Friedländer havia criticado na interpretação do estadunidense sobre *Os anos de extermínio*. Em *Austerlitz*, a atenção de White é direcionada para as maneiras com que Sebald coloca seu personagem em um labirinto de memórias, lugares e traumas presentes em um cenário europeu pós catástrofes da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. Desta forma, os artifícios literários de Sebald produzem não só uma narrativa sobre um passado traumático, mas também, fornecem bases para uma compreensão ética de tais acontecimentos, assim como possibilitam as utilizações desse passado no tempo presente.

Para além dessas questões sobre os artifícios literários, acreditamos que a importância do livro de Sebald para White também ocorre por conta da multiplicidade temporal contida na obra. Por isso, *Austerlitz* se apresenta enquanto um texto reflexivo sobre a própria condição temporal de um sujeito que convive cotidianamente como a permanência de um passado traumático. Como podemos observar nesse livro:

Não me parece, disse Austerlitz, que compreendemos as leis que governam o retorno do passado, mas sinto cada vez mais como se o tempo não existisse em absoluto, somente diversos espaços que se imbricam segundo uma estereometria superior, entre os quais os vivos e os mortos podem ir de lá para cá como bem quiserem e, quanto mais penso nisso, mais me parece que nós, que ainda vivemos, somos seres irreais aos olhos dos mortos e visíveis somente de vez em quando, em determinadas condições de luz e atmosfera. (SEBALD, 2008, p. 182)

A sensação descrita por Austerlitz de uma não existência do tempo ocorre devido às questões observadas por ele a respeito de uma permanência do passado, da não passagem do tempo, ou, se pensarmos de uma outra maneira, de uma sobrevivência dos traumas e fardos produzidos pelo tempo pretérito, mas que são sentidos por ele diariamente. A angústia e a inundação de temporalidades no presente, transmitem para o personagem a sensação da impossibilidade de identificação de temporalidades especificamente delimitadas, sequenciais e estanques. É como se todos os traumas passados ainda sobrevivessem de forma vívida em sua experiência presente. Assombrado pelos fardos do passado e percebendo sua existência diária como uma vida compartilhada psicologicamente com os mortos, Austerlitz compreende ele próprio como um prisioneiro temporal, possuindo como recurso derradeiro, a aceitação dessa situação ou a busca, através dos rastros deixados pelo Holocausto na Europa, pelos elementos que lhe permitiriam restituir sua verdadeira identidade. Realizar esse processo talvez permitisse ao personagem se aliviar da convivência macabra e fantasmagórica com os mortos oriundos do passado em sua vida presente.

É por conta dessas questões que “Austerlitz e o narrador parecem presos ao agora, a um instante hipertrofiado em que se superpõem, caoticamente, várias camadas do passado” (CHARBEL, 2015, p. 133) e esse instante referente ao agora talvez seja o único instrumento possuído por eles para procurarem modificar o sentimento de aprisionamento e, porque não, para mobilizarem na busca por uma de uma libertação dos fardos da história. Concordamos então, que, “a obra de Sebald está mais preocupada em refletir sobre a vida após a catástrofe, em viver diante da destruição, do que com a própria morte” (ESHEL, 2013, p. 95), ou seja, a ideia de uma morte compreendida como perda não demonstra produzir uma afetação sobre o personagem, pois ele convive cotidianamente com diversos fantasmas que parecem insistir em suas sobrevivências. Para nós, o que caracteriza *Austerlitz* enquanto uma representação do passado que utiliza a temporalidade presente do personagem é sua constante procura em atribuir sentidos a vida vivida sobre as destruições do século XX. Por isso, como viver após uma catástrofe e, porque não, como contar essas histórias, se tornam a esperança para que a saga do personagem em busca de suas origens fosse realizada. Assim, acreditamos que essa modificação das temporalidades na representação do passado realizada por Sebald e a convivência entre passado e presente, também se assumem como estratégias literárias para a constituição de narrativas sobre eventos modernistas.

Além dessas questões apresentadas por nós e que fazem referência às especificidades de literaturas que busquem representar os eventos do século XX, White também compreende no livro de Sebald uma outra característica da metaficção historiográfica. Segundo ele:

deve-se enfatizar que o que dá ao relato de Sebald de um mundo histórico real o aspecto de ficcionalidade é precisamente a maneira como ele resiste a qualquer impulso de conceituar o papel de seu narrador ou o “sentido” da viagem “imaginária” do seu protagonista em busca de uma origem perdida. (WHITE, 2014, p. 6)

Mais uma vez, vemos surgir na análise de White o papel central que os narradores teriam em

histórias sobre os eventos modernistas. Em *Austerlitz*, o narrador parece se encontrar tão perdido quanto o personagem principal. E se retornarmos mais uma vez à elaboração da voz média que White retira de Barthes, perceberemos que ela se apresenta nesse romance, pois a confusão e a perturbação sentidas tanto por Austerlitz quanto pelo narrador fazem parte desse estilo narrativo que abandona as vozes tradicionais tanto da historiografia quanto da literatura realista.

Por isso, acreditamos que o romance de Sebald se assemelha ao livro de Friedländer na medida em que no primeiro, também conseguimos encontrar aquilo que White identificou como uma característica de *Os anos de extermínio*, a saber: o estranhamento e a descrença presentes nessas obras modernistas, ou pós-modernistas, no caso de *Austerlitz*. E essas duas características se constituem, na interpretação de White, como artifícios literários indispensáveis para narrar aquilo que ele compreende como eventos modernistas. Sendo assim, tanto os estranhamentos e descrenças presentes em várias epígrafes de Friedländer, como a da primeira parte do livro onde o Holocausto e os nazistas são descritos pelo judeu Victor Klemperer como uma “máquina sádica que simplesmente passa por cima de nós” (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 29), quanto aqueles sentidos por *Austerlitz*, um sujeito que parece paralisado no tempo em busca de sua identidade, constituem, na visão de White, elementos fundamentais para esses dois exemplos de escritas sobre os eventos modernistas.

Por fim, se retornarmos à pergunta inicial e nos indagarmos a respeito de quais histórias são possíveis de serem contadas após os eventos traumáticos do século XX, talvez chegaríamos à noção de que elas precisam mobilizar artifícios literários tipicamente modernistas e pós-modernistas. Nesse sentido, por mais que White utilize diversos autores a seu bel prazer, e que Friedländer discorde de sua interpretação, acreditamos que fazer esse esforço de buscar exemplos historiográficos e literários de narrativas sobre o século XX contribui para o esforço de tentar explicar aquilo que por muito tempo foi entendido como inexplicável ou mesmo, inenarrável. Portanto, Friedländer e Sebald surgem como possibilidades de escritas sobre o passado que, ao mesmo tempo, contribuem eticamente para o habitar dos sujeitos no tempo presente, sem abrir mão ou reduzir o estranhamento e a descrença que são constituintes dos eventos que eles narram e, especialmente, do Holocausto. Sustentar esses traumas, a inquietação e os fardos produzidos pelos eventos modernistas sem abdicar de oferecer alternativas eticamente responsáveis para esses acontecimentos no presente talvez seja uma saída responsável para se contar histórias após o século XX.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. To Write: an Intransitive verb? In: MACKSEY, Richard, DONATO, Eugenio. *The Structuralist Controversy: the languages of criticism and the sciences of man*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1972.

CHARBEL, Felipe. Uma filosofia inquietante da história: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 2015, p. 124-141.

ELIAS, Amy. The Metahistorical Romance and the Historical Sublime. In: ELIAS, Amy. *Sublime desire: history and post-1960s fiction*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001.

ESHEL, Emir. Against the power of time: the poetics of suspension in W. G. Sebald's Austerlitz. *New German Critique*, 2013, p. 71-96.

FRIEDLÄNDER, Saul. *A Alemanha Nazista e os Judeus*, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945. Perspectiva, São Paulo, 2012.

FRIEDLÄNDER, Saul. On "Historical Modernism": A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

FRIEDLÄNDER, Saul. *Reflexões sobre o Nazismo*. Sextante Editora, Porto, 2017, p. 153

SEBALD, Winfried Georg Maximilian. *Austerlitz*. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999.

WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

WHITE, Hayden. Modernism and the Sense of History. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative*, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2024.

WHITE, Hayden. The Modernist Event. In: WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999.

WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014

WHITE, Hayden. Writing in the Middle Voice. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.

CONTRIBUIÇÕES NO EMPREGO DO MÉTODO CRUZADO: UMA HISTÓRIA DO ANARQUISMO E DO COMUNISMO NO BRASIL NAS OBRAS “COLÔNIA CECÍLIA” (1942) E “ZAMIR” (1956) DE AFONSO SCHMIDT

Eulália da Costa Guarinello

Doutoranda no PPGHC - UFRJ

E-mail: eulalia.guarinello@gmail.com

Introdução

A integração da literatura à historiografia como notável fonte histórica não é algo recente. No Brasil, pesquisas nesse sentido ganharam destaque por meio da História Cultural, especialmente a partir dos anos 1990, quando esse movimento historiográfico se consolidou. Assim, com a historicidade presente nas obras literárias sendo cada vez mais reconhecida, ocorreu um significativo aprimoramento da produção de conhecimento histórico no país. Dessa forma, ao considerar as possíveis interseções entre História e Literatura, tornou-se essencial expandir o conceito de fonte histórica de modo a incluir as obras literárias, visto que ambas, cada uma à sua maneira, constituem formas de representação, compartilhando mecanismos de compreensão da experiência humana em diferentes épocas e contextos.

No campo das representações e possíveis interpretações do passado, a literatura exerce um papel fundamental ao indicar o contexto de sua produção, pois está diretamente conectada com eventos e transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e intelectuais. Além disso, contribui para a construção e preservação das identidades, tanto individuais quanto coletivas, criando, também, narrativas e memórias que contribuem para moldar a consciência histórica de um povo. Pode, ainda, adquirir dimensões críticas complexas, questionando interpretações históricas já consolidadas, ao desafiar narrativas hegemônicas e oferecer novas perspectivas.

No que se refere à análise de fontes históricas, é fundamental investigar sua produção levando em conta a forma da construção, as intenções do produtor (e seu posicionamento social), bem como as relações de poder que influenciaram o processo e o resultado final. Isso pois, segundo Chartier (1990), documentos são representações do real e, portanto, estão vinculados a aspectos específicos da historicidade que os envolve, inseparáveis do contexto e das intenções que motivaram sua criação. Assim, é imprescindível contextualizar o período estudado, além de examinar os interesses sociais e os discursos presentes no documento.

Além disso, certos aspectos específicos devem ser levados em consideração na análise de obras literárias, especialmente no que diz respeito ao tripé autor-público-obra, conforme definido por Antonio Candido. Em primeiro lugar, entendemos a literatura como um sistema dinâmico, vivo e heterogêneo, no qual as obras interagem entre si e influenciam os leitores. O autor, por sua vez, é

visto como alguém que desempenha uma função social, correspondendo – ou não – às expectativas do público e ocupando uma posição dentro de um grupo específico. Já o público é constituído a partir da existência de meios de comunicação e expressão, sendo que o processo de criação literária é profundamente marcado pela dimensão da recepção: elemento essencial para que o autor tenha plena consciência de sua obra, concretizada a partir do retorno e da exposição ao público (CANDIDO, 2006, p. 83).

Em suma, a importância de integrar expressões literárias à historiografia pode ser evidenciada ao considerarmos a literatura como uma forma de representação histórica e social, testemunha de um contexto específico, que registra e expressa questões, anseios, fenômenos, práticas e inquietações por meio de uma visão subjetiva e, ao mesmo tempo, precisa. Desempenhando um papel fundamental na proposição do novo, na construção de utopias e na reflexão sobre projeções e perspectivas que revelam determinados vieses ou pontos de vista. É justamente a partir destas configurações que voltamos nosso olhar para a figura de Afonso Schmidt e a análise cruzada de duas de suas contribuições no âmbito literário.

Aqui, para tanto, é interessante notar não apenas o conteúdo descrito pelo autor, mas todo o universo que envolve o desenvolvimento das obras: o contexto sócio-histórico, a perspectiva e a subjetividade de Schmidt, as influências dos grupos em que participou, o recebimento por parte do público, o quadro de efervescências políticas, as diversas mobilizações e manifestações sociais do período. Ressaltando as diretivas referentes às orientações estéticas e às tendências artísticas das produções de literatos envolvidos com a militância política e com o movimento operário, como veremos mais adiante.

No caso, os livros analisados são “Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista” (1942) e “Zamir, viagem ao mundo da paz” (1956), ambos desenvolvidos em um momento em que o protagonismo comunista já estava consolidado dentro do movimento operário brasileiro. Em “Colônia Cecília”, contudo, notamos alguns pontos que demonstram a proximidade de Schmidt com seu passado anarquista, sendo interessante perceber como essa construção representativa traduz certas influências e transformações ideológicas, por meio da reelaboração perceptiva da experiência do autor com o movimento operário, com a imprensa revolucionária e com a militância de esquerda no país.

Já no segundo caso, vemos a reprodução de tendências que indicam a consolidação do ideário comunista no pensamento do autor, tendo em vista que a construção representativa, tal como desenvolvida por Schmidt, possibilita uma riquíssima compreensão da realidade soviética do período. No livro, com relatos do itinerário percorrido em viagem à URSS, vemos um panorama bastante expressivo das condições culturais, sociais e políticas que vigoravam no imaginário e no âmbito narrativo do período dentre os membros do PCB, inclusive da classe artística e jornalística, como é o caso do próprio autor.

Dessa forma, a leitura cruzada das obras possibilita a percepção de elementos centrais para este estudo, que muito nos dizem sobre o cotidiano de anarquistas e comunistas no Brasil – destaque para as múltiplas interações, influências e similaridades entre esses fenômenos, bem como certas

incoerências e contradições. O emprego dos procedimentos relacionais¹, definidos pela História Cruzada de Zimmermann e Werner (2003), é fundamental neste sentido, por possibilitar a análise das interações entre eventos de tamanha proximidade, expressos, aqui, em duas representações produzidas pelo mesmo sujeito. Como já pontuado, voltamos nossa análise para a apreensão de aspectos endógenos e exógenos aos objetos, buscando estudar como o autor interpreta a utopia passadista anarquista e a utopia comunista concretizada, demonstrando, justamente, o lugar de Afonso Schmidt nesse universo representativo, a partir das definições de discurso e poder da escrita.

Afonso Schmidt

Nascido em 29 junho de 1890, ao pé da Serra do Mar, em Cubatão, Afonso Schmidt ocupou diversas funções relacionadas ao mundo das letras no decorrer de sua vida: foi jornalista, poeta, romancista e tradutor. Descendente de imigrantes prussianos, cresceu em uma família de comerciantes. No início do século XX, seus pais deixaram o interior e mudaram-se para a cidade de São Paulo e, dessa forma, Schmidt passou boa parte de sua infância e adolescência transitando entre Cubatão e o bairro do Brás, onde cresceu, estudou e se aproximou do movimento operário.

No início dos anos 1900, ganhou uma velha tipografia de presente de um colega, que o instigou a produzir folhetos sobre acontecimentos cotidianos da cidade, que eram distribuídos para a família e vizinhança. Essa mesma tipografia serviu também para a impressão de alguns versos, que marcam o início de sua vasta trajetória literária. Entusiasmado, Schmidt dedicou-se, cada vez mais, aos estudos literários e à escrita poética. De modo concomitante às atuações iniciais no âmbito literário, envolveu-se com o universo jornalístico e, assim, dando continuidade ao interesse despertado ainda na infância, participou da produção de pequenos jornais e semanários.

Já em fins da década de 1900, profundamente envolvido com o universo da imprensa operária, frequentou e compôs a redação de diversos periódicos anarquistas. Fazendo coro à militância de um proletariado que buscava se organizar politicamente, integrou e defendeu bandeiras libertárias. Todavia, apesar da expressiva atuação na imprensa, o retorno financeiro de suas atividades como poeta e jornalista era exíguo e, logo, Schmidt começou a trabalhar como operário na construção de ferrovias entre as cidades de São Paulo e Santos. O ofício, árduo e mal remunerado, aguçou seu olhar crítico frente às condições impostas ao proletariado no Brasil.

No ano de 1919, Schmidt integrou o corpo editorial do jornal anarquista “A Plebe”, onde trabalhou como redator, noticiando a organização e as ações dos sindicatos de São Paulo. Dentre variados materiais produzidos enquanto atuava no periódico, destaque para os artigos “A onda vermelha que se avoluma e avança” e “Wrangel”, nos quais discute alguns dos possíveis caminhos e instrumentos ofertados pelo comunismo (PAULILO, 2002, p. 97). Aqui, é importante notar que a reprodução desses textos em um veículo da imprensa libertária aparece como um indicativo do processo de reorganização ideológica do movimento operário, tendo em vista a tentativa de Schmidt

¹ Os procedimentos relacionais consistem em um conjunto de instrumentos voltados para a comparação, o cruzamento e a interconexão de elementos historiográficos – como objetos e fontes. Elaborados a partir do intuito de ofertar uma maior mobilidade e dinamicidade ao trabalho do pesquisador, estes aparecem de forma a interconectar fenômenos, por meio da articulação conjunta de aspectos como múltiplas e recíprocas influências, diferentes escalas analíticas e possíveis relações assimétricas entre formações políticas e sócio-culturais. Assim, questionando perspectivas lineares, a interatividade e a reciprocidade entre determinados eventos e fenômenos são centrais no emprego dos procedimentos relacionais.

de explorar áreas onde o anarquismo e o comunismo poderiam ter pontos em comum.

Na esteira dessas reflexões, nota-se o alinhamento de Schmidt com o grupo de intelectuais progressistas que, ainda nos anos iniciais da década de 1920, manifestou suas simpatias pela Revolução Bolchevique, defendendo a conquista do poder pelo proletariado, a despeito das escassas informações que chegavam ao Brasil. Dessa maneira, conforme as realizações da conflagração russa tornaram-se mais claras, surgiram alguns dos primeiros grupos de comunistas (PEREIRA, 1976, p. 32), fundados sob intensas discussões nos sindicatos, que resultaram na criação do Partido Comunista do Brasil em 1922. Nesse contexto, de amadurecimento político da classe operária brasileira, Schmidt integrou a seção paulista do PCB², contribuindo com intensa campanha ideológica de redefinição de princípios, ao produzir numerosos artigos em defesa do comunismo.

O engajamento de Schmidt com as lutas sociais ilustrou, também, a elaboração de sua escrita poética, entendida como uma ferramenta de mudanças. Isto é, nos momentos que encontrava para conciliar as atividades de jornalista com seus anseios literários, produziu obras recheadas de críticas e reivindicações, ocupando lugar de destaque nos campos da poesia social e da literatura popular. Comprometido com o papel transformador da arte, expressou-se em obras que refletem não apenas uma busca estética, mas também uma tradução política da realidade e das inquietações de sua época.

Dentre sua vasta produção literária, que nos fornece riquíssimo material historiográfico, as obras “Colônia Cecília: romance de uma utopia anarquista” (1942) e “Zamir, viagem ao mundo paz” (1956) ocupam lugar de destaque ao ilustrar aspectos do entrecruzamento de fenômenos políticos que marcaram o século XX, cruciais para a formação dos movimentos sociais e da intelectualidade brasileira. Produzidas por um sujeito que vivenciou, explorou e contribuiu para a construção de processos de grande magnitude, essas representações possibilitam a identificação de emblemáticos personagens e personalidades, permeando conflitos e eventos históricos de grande relevância para o estudo da História do Brasil.

As obras

A primeira obra, “Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista”, foi publicada em 1942 pela editora Brasiliense e trata da fundação e organização da colônia experimental anarquista, chamada Colônia Cecília, que surgiu em abril de 1890 no município de Palmeira, Paraná, idealizada pelo italiano Giovanni Rossi. Apesar de sua breve existência³, a Cecília configura um importante marco para o anarquismo no Brasil e na América Latina, com diversas particularidades que foram retratadas em produções ficcionais e investigadas pela historiografia. Na narrativa, Schmidt expõe sua relação para com a utopia anarquista, traduzindo, a partir de certos jogos alegóricos, sua visão a respeito de pontos positivos e negativos do movimento.

2 Inicialmente, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, utilizava a sigla PCB. Entretanto, devido a uma cisão entre membros, ocorrida em 1962, dois grupos passaram a reivindicar a linhagem política iniciada em 22: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assim, considerando que nosso recorte temporal é anterior ao ano de 1962, a utilização de “Partido Comunista do Brasil”, “PC do Brasil” e “PCB”, faz referência ao Partido Comunista fundado em 1922, antecedente ao momento da ruptura.

3 O fim oficial da experiência ocorreu em 1894 devido ao somatório de diversos fatores, como a falta de alimentos e mantimentos no geral, as divergências na organização - ou a falta desta, as doenças, a escassez de membros, as dívidas com o Estado, as dificuldades da autogestão e da auto suficiência e a impossibilidade prática de efetivar os ideais anarquistas no período da Primeira República.

Inserida em um contexto literário nacional de produções que buscaram investigar a subjetividade dos povos marginalizados no país, com expressões literárias e artísticas que abordavam as condições de vida a partir de um olhar realista, chamando atenção para a miséria e para a desigualdade, a obra apresenta características muito semelhantes a de outras produções veiculadas no final da década de 30 e início dos anos 40, tais como: autenticidade dos fatos discorridos, ordem cronológica, linguagem voltada para estruturas históricas, cenário campestre e suas manifestações e um viés político e ideológico bem demarcado. Mencionada por vários autores que investigaram a experiência da Colônia, a obra conquistou certo destaque no âmbito literário. Sua configuração como um romance histórico, com diversos elementos reais extraídos de cartas e da autobiografia do idealizador da experiência, contribuiu para que parte da historiografia incorporasse certos fatos trazidos pelo autor.

A respeito dos elementos que constituem sua construção, alguns pontos merecem destaque: em primeiro lugar, o fato de que a concepção de anarquismo aparece atrelada ao anseio de guiar a humanidade em direção ao Amor, demonstrando uma percepção bastante sensível por parte do autor. Quanto às configurações da Colônia propriamente dita, esta é descrita com estruturas organizacionais muito frágeis, com diversas problemáticas, que são apontadas no decorrer do enredo. Isto é, com claras indicações de que as convicções políticas dos colonos não foram suficientes para sanar certos sentimentos negativos que decorrem da experiência. Além de revelar inúmeras imperfeições que aparecem incrustadas nas tentativas de articulação da Colônia, Schmidt destaca, também, divergências existentes dentro do próprio ideário anarquista. Assim, ao apresentar essas visões dissonantes, evidencia uma variedade de perspectivas e interpretações que podem coexistir dentro desse mesmo ideal.

Em um sentido geral, nota-se que a narrativa possui um tom nostálgico, que remonta à atuação do próprio autor dentro da militância anarquista, considerando que iniciou sua empreitada política na imprensa operária, com a produção de periódicos, e depois se engajou com a vertente comunista. Contudo, é interessante notar como o desenvolvimento do enredo não exprime, necessariamente, um olhar pejorativo em relação ao anarquismo, mesmo com o fim trágico da Colônia, mas traz uma visão sensível e poética em relação à ideologia e aos anseios dos colonos.

Já a segunda obra, “Zamir, viagem ao mundo da Paz”, publicada em 1956 também pela editora Brasiliense, consiste em uma coletânea de pequenas crônicas nas quais Afonso Schmidt relata sua viagem à União Soviética, no final do ano de 1954. Livro este que constitui uma importante fonte sobre as práticas da militância comunista em meados do século XX, assim como sobre a percepção particular do autor frente à realidade soviética. Isto é, o contexto da viagem narrada no livro faz parte de um cenário no qual atores de diferentes áreas, classes e formações visitaram o mundo socialista, a partir de financiamentos do governo soviético e dos partidos comunistas, com o intuito de conhecer e testemunhar os feitos concretos da revolução bolchevique. Nesse sentido, o “realismo socialista” aparece como uma diretriz e tendência adotada pelos comunistas no âmbito da literatura e das artes em geral.

Na obra em questão, a descrição detalhada do itinerário percorrido por Schmidt, destaca, justamente, as qualidades dos países visitados: o alto nível de educação da população, o incentivo à cultura e a valorização dos escritores e da literatura; diferentemente de “Colônia Cecília”, o tom da narrativa em “Zamir” não apresenta nenhuma indicação de crítica. Pelo contrário, a instauração

do comunismo aparece como o único caminho possível para atingir a paz mundial, com claros exemplos de organização social nas mais diversas esferas. “Zamir”, assim, parte de um lugar no qual Schmidt aponta para seu ideal revolucionário, por meio de uma visão que é idealizada, refletindo um pensamento que está presente, também, em parte das suas contribuições na imprensa e nos seus romances e poesias que abordam a temática social.

Nesse sentido, a contextualização dos períodos nos quais os livros foram concebidos constitui um ponto central para pensarmos em suas configurações. Como pontuado, “Colônia Cecília” foi escrita e publicada no início dos anos 1940, momento em que o cenário cultural brasileiro contava com fortes projeções das correntes modernistas. No período, vemos uma vasta gama de publicações elaboradas a partir de um olhar crítico para com a realidade nacional, com grande interesse em investigar a história e as subjetividades da nação brasileira – principalmente dos povos historicamente marginalizados e excluídos. Assim, a categorização da obra como um “romance de 30” representa um complexo movimento desenvolvido a nível nacional. Já “Zamir”, escrito e publicado dez anos depois, está inserido em um contexto literário mais global, de relatos de viajantes diversos, de diferentes formações e nacionalidades, que tiveram a oportunidade de conhecer a URSS por meio de incentivos do governo soviético e dos partidos comunistas – compondo uma corrente intimamente engajada com a disseminação de propaganda política, tendo em vista a utilização dos moldes do realismo socialista.

Ainda, vale notar que ambas as produções foram elaboradas e veiculadas em momentos emblemáticos para a militância comunista, marcados por perseguições e grandes embates políticos. Na década de 1940, o PCB compôs a luta contra a ditadura do Estado Novo e, em 1942 (ano de publicação de “Colônia Cecília”), foi responsável por organizar um movimento popular para pressionar o governo Vargas. No âmbito das artes, a ação dos comunistas contava com políticas culturais variadas, exercendo grande influência entre os intelectuais brasileiros. Já nos anos 1950, a situação foi consideravelmente transformada em decorrência da ilegalidade do Partido e do acirramento da Guerra Fria, desde fins da década de 1940. Com o PCB compelido à clandestinidade, os comunistas adotaram uma política estreita e sectária, marcada por um profundo isolamento político, bem como pela diminuição gradual do campo de influência nos meios intelectuais e artísticos. Considerando as transformações nos quadros políticos, culturais e sociais entre os períodos das publicações, é interessante notar que suas construções refletem, de certa forma, o alinhamento de Schmidt em direção às tendências predominantes dentro do contexto cultural do próprio Partido. Desse modo, enquanto “Colônia Cecília” consiste em um romance-jornalístico, elaborado a partir de amplas pesquisas documentais, com o intuito de contribuir para uma maior compreensão da emblemática experiência anarquista, “Zamir” consiste em um relato de memória, autobiográfico, construído como um manual a respeito dos feitos e instituições soviéticas, por alguém que vivenciou a realidade socialista e buscou compartilhar suas percepções, apontando para um futuro possível e desejável.

Ao comparar tais configurações, vemos, em “Colônia Cecília”, a atribuição de grande ênfase à construção particular de cada indivíduo, sendo que os sujeitos e suas ações têm expressiva influência no desenvolvimento do enredo. Dessa forma, entendemos que o destaque para as particularidades e características específicas das personagens (que apresentam sentimentos controversos e por vezes negativos), representa as limitações da humanidade como um todo, com problemáticas que as convicções anarquistas não foram capazes de sanar ou mitigar e que, justamente, ocasionaram o fim

da experiência da Colônia. Em contrapartida, em “Zamir”, a ação particular de cada indivíduo não tem um peso tão grande, pois há maior enfoque no funcionamento das instituições e estruturas. As dimensões interpessoais e sensíveis que aparecem no decorrer da obra são representadas de modo positivo, sempre com a enumeração de inúmeras qualidades – retrato do bom funcionamento do sistema implementado, capaz de articular as adversidades de forma que não se sobreponham às noções de coletividade e fraternidade.

Ainda no âmbito das relações interpessoais, observamos, em ambos os casos, a ocorrência de discordâncias entre personagens no desenvolvimento dos enredos. Todavia, em “Zamir” tais controvérsias não ultrapassam o ambiente das discussões literárias, manifestadas na forma de generosas críticas construtivas; já em “Colônia Cecília”, apresentam uma configuração ideológica e moral mais profunda, revelando fragilidades na organização coletiva (ou a falta desta). Neste caso, o fato de existirem diferentes concepções do ideário anarquista entre os próprios colonos constitui um empecilho para o bom funcionamento da Colônia, determinando o iminente fracasso da experiência. Vemos, assim, como as relações humanas são diferentemente construídas em cada obra, tendo em vista que, em “Colônia Cecília”, os defeitos das personagens se estendem a problemáticas nas estruturas, enquanto em “Zamir” ocorre o percurso inverso: a efetividade das instituições assegura a boa convivência.

Por conseguinte, ao observar a elaboração das dimensões sensíveis em ambas as obras, encontramos aproximações na delimitação dos aspectos sentimentais que guiam as duas narrativas, e que norteiam, cada uma da sua forma, o ideal revolucionário a partir de uma crença na conciliação universal: em “Colônia Cecília” a convicção anarquista é construída por meio da crença no Amor, como uma força motriz capaz de transformar a realidade concreta. Enquanto em “Zamir” o enredo é guiado a partir da busca pela Paz. Assim, a relação entre Amor-anarquismo e Paz-comunismo revela uma abordagem interessante sobre a percepção de Schmidt a respeito das forças sensíveis que motivam as ideologias políticas.

No primeiro caso, a associação do anarquismo com o Amor destaca um impulso revolucionário, fundamentado em paixões intensas, indicando o contexto de formação política do próprio autor na imprensa anarquista. Por outro lado, a ideia do comunismo atrelado à busca pela Paz, como ocorre em “Zamir” (a partir de uma representação concreta da harmonia social, que é efetivada nas instituições socialistas) revela que a paz não seria somente o resultado desejado, mas o princípio orientador na construção do comunismo. Isto é, enquanto o Amor pode ser um meio de impulsionar a ação revolucionária, a Paz é vista como um objetivo mais abrangente e duradouro, que visa preencher essas possíveis lacunas deixadas pela paixão efêmera e, por vezes, desorganizada – o que pode ser entendido como a retratação de um estágio do amadurecimento ideológico de Schmidt dentro da militância política.

Nesse sentido, ao cruzar essas análises com um olhar voltado para as diferentes dimensões representativas de cada uma, encontramos elementos subjetivos e teórico-conceituais bastante distintos, não somente pelo conteúdo descrito, mas por todo o universo que envolve o desenvolvimento das obras: o contexto histórico, a ótica do autor, as influências dos grupos em que participou e dos movimentos que compôs. Para tanto, enfatizando o papel da literatura como um mecanismo também de militância política, buscou-se perceber a forma com a qual a elaboração dessas produções exprime

determinada percepção de mundo e da realidade, diretamente atrelada à formação e à trajetória de Afonso Schmidt.

Considerações finais

A utilização da metodologia da História Cruzada permitiu, com efeito, abordar a historicidade de “Colônia Cecília” e de “Zamir”, explorar suas semelhanças e diferenças discursivas e enriquecer nossas concepções sobre a relação entre anarquismo e comunismo no Brasil, a partir da construção narrativa de um autor do quilate de Afonso Schmidt. Embora separadas por pouco mais de uma década, as obras revelam dissemelhanças que não se devem apenas às regras do gênero, mas que somente transformações na conjuntura podem explicar.

Tendo em vista as experiências de Schmidt na imprensa e no movimento operário, a produção e editoração de diversas revistas, as viagens pela Europa, a atuação em grandes greves e mobilizações populares, o ativismo político, o passado anarquista, o processo de consolidação no comunismo, as críticas, polêmicas e os muitos prêmios por ele recebidos, denotando riquíssimo percurso, que muito nos diz a respeito de parte da intelectualidade brasileira, formada no bojo do movimento operário. Suas obras demonstram, justamente, a relevância de pensarmos nas multiplicidades de encontro entre história, literatura e ciência política, possibilitando a compreensão de mecanismos de exploração e compreensão da experiência humana em determinados contextos e épocas. Assim sendo, a fim de compreender o cenário político, as condições de produção dos escritores, o quadro literário e o circuito cultural em formação no período, justifica-se a necessidade de historicizar tais processos, revisitando momentos anteriores e contemporâneos à produção e publicação das obras.

Ainda, é importante pontuar que a escassez de fontes sobre vida e obra de Afonso Schmidt constitui um desafio para a profunda compreensão de sua trajetória. A ausência de versões reeditadas de suas obras – muitas datam das décadas de 1940 e 1950 – somada aos raros estudos que exploram, de modo particular, suas produções e contexto biográfico, constituem uma lacuna. Possivelmente, o desinteresse editorial em Schmidt pode derivar do distanciamento e das frequentes críticas por ele direcionadas ao movimento modernista, ou mesmo das marcas e influências do ideário comunista em seus escritos. No âmbito acadêmico, a presença do autor ocorre, em grande parte, em estudos gerais sobre o movimento operário brasileiro, bem como em investigações sobre literatura e poesia social no século XX.

Essas aparições em estudos gerais sugerem, todavia, que a empreitada intelectual de Schmidt guarda um potencial significativo para a historiografia e para os estudos literários. Assim como suas obras biográficas (“Menino Felipe”, “A Primeira Viagem” e “Bom Tempo”), que oferecem contribuições valiosas para compreender não apenas sua própria jornada, mas também aspectos sociais, políticos e culturais de sua época, constituindo um terreno fértil para análises mais aprofundadas e contribuições substanciais ao campo historiográfico. Nesse sentido, o presente trabalho partiu do intuito de resgatar sua trajetória, frisando a relevância desse tão significativo nome da literatura e da imprensa nacional.

É importante reiterar, no caso do presente estudo, a análise das representações dentro do prisma da literatura, tendo em vista as especificidades ficcionais e interpretativas construídas pelo autor e considerando, evidentemente, os elementos factuais que se misturam e confundem com o imaginativo. Neste aspecto, a dimensão estética aparece como ponto central, pois, ao esmiuçar essa

questão, encontramos componentes subjetivos e sensíveis que envolvem não somente as obras, mas também o autor e a época. Ao entender a arte e as tendências artísticas como relevantes mecanismos de militância política, buscamos perceber a forma com a qual tais produções literárias atuam como uma extensão complexa de certa percepção de mundo e da realidade, exprimindo uma perspectiva intimamente relacionada ao contexto da formação de Schmidt como militante, jornalista, escritor, poeta e integrante do movimento comunista. Assim, na busca por traduzir o viés interpretativo do autor, encontramos, em sua trajetória, uma pluralidade de questões relacionadas às transformações e efervescências da época, de modo autêntico e bastante particular.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90 (Porto Alegre)*, v. 21, n. 40, dez. 2014.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 9 ed., 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

PARENTE, Agenor B. Trajetória de Afonso Schmidt. *Revista Fundamentos*, São Paulo, v. 8, nº 34, 1954.

PAULILLO, Maria Célia. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002.

PEIXOTO, J. B. Silveira. Afonso Schmidt, o maior boêmio da terra da garoa. In: PEIXOTO, J. B. Silveira. *Falam os escritores*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1940

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922 - 1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

SCHMIDT, Afonso. *Bom Tempo*. São Paulo: Clube do Livro, 1956.

SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHMIDT, Afonso. *Zamir, viagem ao mundo da Paz*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, v. 11, n. 1-2, 2003.

CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE CRONÓTOPO E SINCRONIZAÇÃO TEMPORAL

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: junior.ricardojf@gmail.com

Introdução

Há muito compreendemos que o saber escolar é fruto de disputas, confrontando diferentes visões de mundo e saberes hegemônicos. Enquanto território de contestação e confronto, não somente a história, mas todo saber escolar representa, na esteira desse território movediço e dinâmico, a legitimidade de determinados conhecimentos. O que talvez torne o saber histórico a ser dimensionado nas escolas básicas objeto de mais contestações, seja o fato de que a constituição da história enquanto disciplina perpassa também por diferentes interpretações acerca daquilo que pode ou não ser objeto de ensino, tendo em vista que a lógica de uma disciplina que tem a temporalidade como pressuposto requer reflexões e indagações em torno do que significa pensar temporalmente e a quais temporalidades os objetos de estudo visam mobilizar.

O historiador alemão Reinhart Koselleck, com a obra *Futuro do passado*, talvez represente de modo canônico essa dimensão da pluriperspectiva quando se trata do que pode ser definido enquanto história, já que, para ele, o afastamento da dimensão factual enquanto definição da história dá início, na modernidade, a um conceito de história pautado na reflexão de uma “história em si e para si”, portanto, “destituída de um objeto de conhecimento” (KOSELLECK, 2006, p. 165). Ao analisar a mudança do conceito antigo para o conceito moderno de história, o que Koselleck (2006) alude é a dimensão contingente e dinâmica pela qual cada sociedade e temporalidade resolve interpretar sua condição de relação com o passado e, conseqüentemente, aquilo que se espera da história.

Nesse sentido, paralelamente ao que se define como história, poderíamos pensar o que está também por trás daquilo que se pretende ensinar sobre essa disciplina. Conforme argumenta Guimarães (2009), o ensino de história pode ser pensado com “um dos usos possíveis que foram formulados para aqueles que se ocuparam de escrever sobre o passado articula-se a um tempo e às formas próprias desse tempo de conceber a escrita da história” (2009, p.38). Dessa maneira, o ensino de história, enquanto campo reflexivo que se articula à teoria da história, mobiliza não somente uma definição de tópicos ou eventos a serem narrados a estudantes da escola básica, mas torna-se um campo epistemológico que busca pensar a dimensão da legitimidade do conhecimento histórico escolar, buscando elucidar ou problematizar de que modo o currículo permite elaborar constantemente as relações com o passado, presente e, talvez, futuro, em uma perspectiva de experiência temporal. Partindo dessa premissa, precisamos nos questionar constantemente, portanto, qual sentido da experiência temporal o currículo escolar traz consigo e como ele responde à relação passado, presente e futuro, considerando os

sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem histórica. Talvez possamos ampliar a problemática, visando entender o que significa ensinar história e como é possível ensinar uma disciplina conceitual sem um objeto definido, conforme argumentou Koselleck (2006).

Ainda que esse artigo não tenha o pretensioso objetivo de responder ou traçar um panorama teórico e conceitual de tais questões, pretende-se fazer uma análise mais localizada. Para isso, a pergunta que se pretende responder é de que modo o saber histórico escolar articula cronotopias, ou seja, tempos e espaços, considerando um diagnóstico de crise dessa experiência temporal que permeia a tarefa de ensinar história. Tendo em vista a amplitude do objetivo, recortamos para este texto especificamente o contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por entendermos que constitui, hoje, o pressuposto do que é e o que significa ensinar história na educação básica no Brasil, ainda que em uma lógica documental, já que a realidade e o cotidiano escolar estão revestidos de estratégias de resistência e formulações de currículos “ocultos” face ao que se determina ao que é hegemonicamente definido como conhecimento escolar.

Para trazer as reflexões pretendidas, este texto está organizado em duas partes, articuladas entre si. Em um primeiro momento visa-se apresentar a ideia de currículo a partir da BNCC, assim como traçar alguns apontamentos sobre esse documento, considerando o processo de elaboração em três versões ao longo dos anos de 2015 e 2017. Após um breve panorama desse documento, na segunda parte do texto trazemos uma discussão sobre a ideia de crise da experiência temporal, buscando um intertexto entre aquilo que defende Hans Ulrich Gumbrecht (2011), por meio do conceito de “cronótopo historicista”, e François Hartog (2023), ao tematizar o conceito de “presentismo”. Por meio de uma sistematização do conceito de cronotopo, apresentaremos uma discussão acerca dos modos como esse contexto de crise marca o significado de história postulado pela BNCC, analisando modos de articulação temporal desse documento, tendo em vista a ideia de uma sincronização temporal a um cronotopo marcado pela semântica da crise temporal.

Currículo e ensino de história: o caso da BNCC

Definir o que é currículo é uma daquelas tarefas epistemológicas e ontológicas que envolvem concepções distintas e remetem a determinados contextos enunciativos. Isso quer dizer que se trata de um conceito tacitamente ligado às disputas de poder e hegemonia em torno de um determinado conhecimento. Corroboramos, portanto, com a síntese de Gabriel (2019) ao afirmar que “pode-se entender os discursos pedagógicos e curriculares como atos de poder, o poder de significar, de criar sentidos e hegemonizá-los” (p.40).

Se no senso comum a ideia de currículo remete a determinados objetos de conhecimentos norteadores das práticas educativas a serem desenvolvidas no âmbito das escolas, há muito se discute o modo pelo qual esse documento reflete concepções que demarcam as especificidades de um momento histórico, ao mesmo tempo que oculta outros processos, contribuindo para uma lógica de naturalização. Quando pensamos o caso do conhecimento histórico, a lógica de organização quadripartite orientada por uma matriz eurocêntrica e ainda marcada pela perspectiva de progresso, tornou-se uma estrutura convencional nos modos de pensar, organizar e selecionar determinados eventos que se tornaram eles próprios determinantes do que seria a história ensinada.

Se currículo ultrapassa os limites factuais de apreensão do passado – especificamente no

caso do ensino de história – podemos compreendê-lo, tal qual defendem Lopes e Macedo (2011), como uma “prática discursiva” e, enquanto tal, mais do que simplesmente dizer de dada realidade ou sistematizar conteúdos ensinados, representa uma forma de atribuir significação e sentido. Em outros termos, trata-se de um texto, de um objeto próprio, confuso, contingente e produtor de sentido. Operar com essa definição permite-nos ler a Base Nacional Comum Curricular enquanto um texto curricular. Essa afirmativa, talvez óbvia, poderia encontrar uma certa objeção do leitor atento, ao apoiar-se em uma leitura da BNCC como sendo uma normativa curricular e, enquanto tal, uma política que visa a “normatização” dos currículos das redes de ensino e escolas. Isso porque a proposta da Base é servir como guia para a elaboração de currículos, a partir da definição daquilo que se se pretende “comum” a todas as múltiplas realidades de um país com proporções continentais, como o Brasil. Todavia, fugindo de uma análise técnica desse documento, observamos que se converte enquanto um currículo, no sentido determinista do termo, acionando e elaborando um conjunto sistêmico de eventos, fatos e contextos a serem ensinados. Segundo Almeida (2021), a BNCC não apenas converte-se como o centro de toda a atenção e debate sobre currículo, como também “se converteu em tempos recentes em objeto de fetiche e de solução para todos os problemas da educação nacional, subjugando outros problemas de caráter mais estruturais” (2021, p. 89). Portanto, parece-nos oportuno tratar a Base como um texto curricular.

A justificativa para estabelecer um documento comum curricular advém dos preceitos da Constituição Federal de 1988, que preconiza o princípio educação como direito e dever do Estado, tendo como alicerce a construção da cidadania, termo central ao seu momento de elaboração, tendo em vista o processo de democratização após 21 anos de um regime ditatorial. Desse modo, a proposta de uma Base está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/1996), cujo intuito é oferecer aos estudantes brasileiros uma formação comum que os instrumentalize para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação básica precisa assegurar essas aprendizagens por meio do desenvolvimento de competências gerais que constituem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Somam-se a esses conteúdos comuns a parte diversificada, “a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar” (BNCC, 2018) , atendendo às diversidades sociais, culturais e econômicas de cada contexto de produção do currículo.

A partir desses postulados, três versões do documento foram elaboradas entre 2015 e 2017¹. A primeira versão foi colocada para discussão da sociedade em 2015, após ser elaborada por uma equipe formada por membros do Consed, Undime, profissionais do ensino de história e da história, além de leitores críticos. Foi esse primeiro documento que gerou repercussão no âmbito das discussões sobre o currículo de história e que merece alguns apontamentos. Em notícia publicada de 2016², o portal G1 destacava em sua manchete que a *2ª versão da Base Curricular revisa polêmicas de história e de português*. A revisão das polêmicas, no texto, aciona a dimensão de como o documento de 2015 possuía “lacunas em história”, o que corrobora com aquilo que disse o ministro da Educação à época (no momento de divulgação Renato Janine já não mais ocupava o cargo de Ministro, que fora atribuído a Aloizio Mercadante,), quando não somente retirou do MEC toda e qualquer responsabilidade pelo

1 A tese de doutorado de Almeida (2021), por meio de uma análise histórica, traça cinco versões, partindo de uma primeira proposta que a autora denominou como “versão impedida. A esse respeito, ver Almeida, 2021.

2 Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-apresenta-segunda-versao-da-base-nacional-comum-curricular.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

documento, como afirmou ser um documento “sem repertório básico”³.

Quais lacunas existiam na primeira versão, alvo de polêmicas? Reunindo 82 habilidades estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental, o documento explicitava o foco na história do Brasil, rompendo com uma cronologia eurocêntrica e dimensionado um ensino focado em procedimentos, em que cada evento responderia ao que era central aos anos de escolaridade, a saber: : 6º ano – Representações, sentidos e significados do tempo histórico ; 7º ano – Processos e sujeitos; 8º e 9º anos Análises de processos históricos. Almeida (2021), aponta que era um texto norteado pela perspectiva pós-colonial, propondo um “deslocamento espaço-temporal para a narrativa histórica. O Brasil se tornaria o lugar privilegiado de construção de inteligibilidade sobre o mundo” (2021, p. 111). Desse modo, a natureza do tempo cronológico do progresso europeu, cujas civilizações se inserem nos decursos dos eventos traçados quase que de modo teleológico, fica de lado em detrimento de uma perspectiva plural de ordenar a temporalidade histórica

As “lacunas” dessa versão que, citando a notícia do G1, foram “corrigidas”, podem ser sistematizadas a partir de dois textos que recortamos para este trabalho. O primeiro deles é a *Manifestação pública da Anpuh sobre a Base Nacional Comum Curricular* publicado em março de 2016. Tendo em vista os limites deste trabalho, trataremos o recorte da crítica à ideia de temporalidade, que é central ao nosso objetivo:

No que se refere à temporalidade, há referências (no 6ª. ano) ao estudo dos tempos e processos históricos, os quais, contudo, não estão relacionados a acontecimentos. Além disso, verifica-se a supressão de noções correlatas ao conceito de tempo histórico, a exemplo de “diacronia”, “sincronia”, “processo”, “permanências”, “mudanças”, “rupturas”, além de certa despreocupação com a cronologia. Atribuir pouca importância à temporalidade numa Proposta de Ensino de História soa incompreensível, pois o tempo é categoria que confere identidade ao conhecimento histórico, indissociável do “ofício do historiador”. De igual modo, a Proposta passa ao largo da narrativa histórica, outro elemento essencial ao trabalho do historiador.

Em síntese, a manifestação aponta a falta de acontecimentos e, em especial, a falta da cronologia. Poderíamos interpretar dois pontos: o primeiro é uma noção de tempo atrelada ao evento, isso é, somente seria possível discutir temporalidade a partir do momento em que o conceito se relaciona com determinado acontecimento. Ainda que não explícito na nota da Associação, essa preocupação pode apontar para uma dimensão de tempo diretamente arraigada ao tempo do evento, isto é, o tempo não é a categoria analítica, mas funciona como meio de análise, inserindo cada evento em dado contexto. Portanto, tempo é entendido como categoria de sistematização, além de, no entrelaçamento com a cronologia, servir como uma “linha” teoricamente inteligível a partir de sua estrutura linear. O tempo, ao contrário do que cita o texto, deixa de ser objeto central ao trabalho historiográfico, mas converte-se em um dado natural, de ordenamento factual. Chama atenção, sobretudo, quando essa lógica de sentido temporal é mobilizada como “indissociável do ofício do historiador” o que, para nós, reafirma a ideia de tempo que escapa à construção historiográfica. O tempo de fato é indissociável da tarefa do historiador, mas quando permite ser o elemento que transcende ao evento “para voltar seu olhar para os transcurtos, estruturas e processos de mais longo prazo” (KOSELLECK, 2006, p. 186).

3 Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/janine-diz-que-falta-de-repertorio-em-novo-curriculo-proposto-para-historia.html>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Objetivamos trazer mais alguns apontamentos sobre essa dimensão, porém uma a partir de outra manifestação contrária à primeira versão, que merece destaque. Trata-se do texto *Nova face do autoritarismo: Proposta da comissão do MEC para o ensino da História em 2015 é uma aberração*⁴. Com um título forte, o texto do historiador Ronaldo Vainfas, publicado no *O Globo*, em dezembro de 2015, foi compartilhado na íntegra na página da Anpuh-RJ⁵. Iniciando com um diagnóstico sobre os desafios da história como disciplina, destacando o contexto ditatorial, Vainfas conclui que a BNCC, além de ser um documento discutível, tendo em vista presunção de estabelecer um currículo mínimo a todo o país, aponta que:

O mais grave, porém, é a retomada da postura autoritária, ainda que invertendo a chave da ditadura militar. A disciplina História prevista pelo regime lulopetista estabelece para o fundamental I o ensino de sujeitos, grupos sociais, comunidades, lugares de vivências e, por fim, o dos “mundos brasileiros”. Conceitos abstratos e anódinos, impossíveis de serem ensinados a crianças, salvo como doutrina. Os primeiros dois anos do fundamental II prosseguem nesta linha abstrata de “processos e sujeitos”.

Afirmando o caráter “desastroso” do documento em sua primeira versão, o autor enfatiza a crítica à ideia da centralidade da história brasileira prevista, o que para ele é uma “aberração” e que é “fanática pelo presentismo”. A nosso ver, o elemento mais enfático, que remete ao título de seu texto, pode ser lido abaixo:

Incentiva ódios raciais e valores terceiro-mundistas superados. Estimula a ignorância, ao colocar a História ocidental como periférica, na realidade como vilã. Combate o eurocentrismo com um brasilcentrismo inconsistente. É uma aposta no obscurantismo, inspirada por um modelo chavista de política internacional. Que Deus salve o Brasil desta praga — só apelando a Deus, et pour cause.

Corroborando com a nota da Anpuh, o texto de Vainfas transparece mais uma vez o incômodo em como a primeira versão encara a discussão sobre temporalidade. Em suas palavras, parece existir uma indubitável crença de que há um modo de organizar temporalmente o saber histórico, além de escancarar uma concepção curricular fechada a uma lógica simplista de definição sobre o que ensinar, como pode ser visto no trecho: *Conceitos abstratos e anódinos, impossíveis de serem ensinados a crianças, salvo como doutrina*. Reside mais uma vez a lógica de ensino de história limitado a apreensão de uma realidade passada e cronológica, dissociada de toda e qualquer reflexão crítica, já que, para o autor, pensar em “mundos brasileiros” seria aludir a uma “doutrinação”. Observando o modo como o autor aponta a dimensão temporal, compreendemos que sua crítica existe apenas dentro do tempo moderno, singular e processual. Dessa forma, não há uma crítica do tempo, mas apenas no tempo, o moderno. Vale, portanto, dimensionar, diametralmente oposto ao que traz, o conceito de ideologia, mais adequado para refletir acerca do “brasilcentrismo”.

Inicialmente, é preciso considerar que a produção do conhecimento histórico, diferente do que se acreditou na modernidade, não coincide com o evento em si. Essa constatação revela-se importante à medida que o passado passa a ser compreendido como objeto de representação, permitindo, assim,

4 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opinia0/nova-face-do-autoritarismo-18225777#ixzz3tU1AkqMF>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

5 Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3147-nova-face-do-autoritarismo>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

modos diversos de representação e narração, a partir das perspectivas adotadas nesse processo historiográfico. Koselleck (2006) defende que, a partir da segunda metade do século XVIII, essa dimensão de uma pluriperspectiva se consolida no fazer historiográfico. Partindo dessa constatação, a temporalidade histórica que organiza determinada representação do passado passa a também carregar em si a dimensão ideológica, tendo em vista que toda produção enunciativa não nasce em um vazio, mas traz consigo as marcas do tempo e do espaço. Ideologia passa a integrar as escolhas enunciativas, ainda que na historiografia oitocentista, aos moldes ruseanos, acreditasse na possibilidade de isenção e fazer os fatos “falarem” por si só, como se uma verdade absoluta fosse possível na escrita da história. Como nos aponta Koselleck (2006), o historiador assume uma posição ao observar, analisar e atribuir sentido ao seu objeto de estudo. Para nós, essa escolha demarca uma posição ideológica.

Estabelecendo um diálogo entre a dimensão do ponto de vista com a teoria da linguagem, podemos concluir que a palavra, ou seja, o texto, é, por excelência, uma criação ideológica, pois reflete e refrata diferentes realidades. Na dimensão do reflexo, a palavra torna-se ideológica quando dimensiona mais do que o seu significado, mas constitui um sentido social, ou seja, é dialogicamente fruto da consciência dos sujeitos historicamente situados. Portanto, o signo – texto – possui um ponto de vista, logo, uma posição ideológica que marca a representação do mundo, perspectivada pela dimensão axiológica. Desse modo, a ideologia, mais que uma simples tomada de posição, é uma manifestação da linguagem presente em todas as relações sociais. Nesse sentido, a ideologia possui um caráter contingencial à medida que se altera de acordo com as próprias dinâmicas de determinada sociedade, permeado por uma dimensão espaço-temporal (MIOTELLO, 2020).

Desse modo, toda perspectiva de organização do que é história e do que é um saber histórico escolar perpassa, necessariamente, por uma posição ideológica. Mundos brasileiros enquanto categoria ideológica, diferentemente de ser um saber “impossível de ser ensinado”, torna-se ferramenta ideológica de compreensão de uma realidade partilhada pelos sujeitos envolvidos dialogicamente situados diante de uma dada temporalidade e espacialidade. “Processos e sujeitos” constituem ferramentas e conceitos centrais para que a história dimensione dois pressupostos que a alicerçam: alteridade e temporalidade. Enquanto “reflexo”, “mundos brasileiros” aponta para que a emergência de demandas contemporâneas, cuja centralidade de outras historicidades possíveis, aponta para outras temporalidades também possíveis no modo de organização e seleção de narrativas hegemônicas que respondem a projetos de sociedade (GABRIEL, 2019).

Por fim, ao reordenar a lógica de temporalidade, o ponto de inflexão não é determinar “vilões” e “heróis”, mas sim fazer emergir as lógicas de poder intrínsecas às narrativas históricas e curriculares. Afinal, em ambos os trechos de crítica que apresentamos, há a dimensão “lacunar” de um tempo que parece inexistente. Seria possível afirmar que essa lacuna é a história e temporalidade eurocêntrica, que, ao afirmar-se enquanto ideologia, emerge em nosso imaginário como possibilidade universal de ordenamento do tempo e espaço. Segundo Araújo e Maeso (2010, 2012) o universalismo é o que dá eficácia à representação do eurocentrismo, que, enquanto tal, é mobilizado numa perspectiva despolitizada, refratando possibilidades outras que, quando surgem, parecem ser simplesmente “doutrinárias” e lacunares.

Sobre tempo, espaço e ensino de história: a terceira versão da BNCC

O que apontamos até aqui é o caráter contextual da história enquanto disciplina e objeto de conhecimento e discurso curricular. Nesse sentido, analisar a crítica à dimensão temporal nos levou à conclusão de uma ideologização do tempo histórico, à medida que entendemos o tempo como constructo humano que mobiliza determinadas formas de inteligibilidade ao decurso dos acontecimentos convertidos em conhecimentos históricos a serem ensinados. Em outros termos, pensar que os modos de organização do tempo e de entendimento desse enquanto uma constante antropológica, é marcado por determinados propósitos de experiência dos sujeitos em determinados espaços.

Se, a exemplo da primeira versão da BNCC, o tempo perde seu caráter cronológico e linear, pode-se dizer de uma escolha pautada na tentativa de trazer, nesse contexto que convencionamos chamar de “crise temporal”, demandas contemporâneas de grupos que, historicamente, estiveram à margem da organização temporal moderna. Conforme aponta Gabriel (2019), podemos entender o enunciado “crise” como uma demanda por novas formas de pensar e desestabilizar hegemonias, em um movimento de constante abertura a possibilidades.

Ao retomarmos os apontamos em torno da dimensão da ideologia, talvez pudéssemos dizer que, diferente de uma lógica natural do tempo, é preciso tomá-lo como múltiplo, plural e performático. Por isso, operar com a ideia de cronotopia parece oportuno, à medida que toda escolha dos modos de entender a temporalidade estão alinhavadas com as expectativas e experiência de um espaço e tempo. Para tanto, operaremos com o conceito de cronótopo, tal qual formula o pensador russo Mikhail Bakhtin (2011; 2014), com o objetivo de apontar dois elementos em torno da terceira versão da Base, a saber: a perspectiva temporal do documento homologado alicerça-se em uma dimensão cronotópico, que Gumbrecht (2011) e Gumbrecht; Handam (2015) denomina como cronotopo historicista; e, enquanto um texto situado, resulta das dinâmicas próprios de seu tempo-espaço de produção, cujas idiossincrasias moldam essa perspectiva cronotópica da versão da BNCC homologada.

Tendo como um dos principais expoentes teóricos o pensador russo Mikhail Bakhtin, o conceito de cronotopo está ligado aos modos de articulação do tempo e do espaço, em uma totalidade em que tais elementos são intercambiáveis. O autor mobiliza o conceito para analisar os modos como tempo-espaço são estruturantes das narrativas literárias, pois, para ele, no cronotopo, o enredo se desenvolve e é narrado, sempre situado em uma dada temporalidade e um determinado espaço, cuja construção figurativa permite acessar a materialidade do enredo. Para o pensador russo, o conceito não somente se limita ao texto literário, mas também aos modos como ele é elaborado e recebido, ações que também acontecem em cronotopos que são determinantes para o processo de compreensão do texto. Desse modo, nos diferentes cronotopos, as vozes dos sujeitos estabelecem uma relação dialógica, ou seja, de troca, já que se os “cronotopos podem se incorporar um ao outro, coexistir, se entrelaçar, permutar, confrontar-se, se opor ou se encontrar nas inter-relações mais complexas” (BAKHTIN, 2014, p. 357).

É de Bakhtin que Gumbrecht e Handam (2015) vão tomar emprestado o conceito para propor a categoria de “cronotopo historicista” que, para ele, se tornou hegemônico, como um “conceito generalizado do tempo, um conceito meta histórico e transcultural do tempo. Como se não existisse

outras temporalidades possíveis” (2015, p. 833) Nesse sentido, o cronotopo historicista nasce como forma de uma “historicização” do mundo, em que o intuito é trazer definições, ideias, constructos de passado que permita ser acessado via narrativa, sem a dimensão de uma pluriperspectiva. Nessa historicização do mundo, o passado é continuamente deixado para trás, abrindo a possibilidade de olhar para o “futuro”, ao mesmo tempo que, quanto mais passado é o passado, mais a datação é necessária para se conseguir aprender com ele. Gumbrecht (2011) aponta que o futuro como possibilidades e expectativa foi suprimindo o espaço de ação no que denominamos como “presente” que se torna um entrelugar de um passado que já foi e um futuro desejado e forjado no presente. Ressalta-se que a possibilidade de aprendizagem com a história estaria ligada ao espaço de ação, em que o tempo aparece como um vetor de transformação, o que qualifica o presente - no cronotopo historicista - como estágio de autorreferência.

A terceira versão parece tratar dessa perspectiva passadista, ao mesmo tempo que, dada a quantidade de aspectos e temáticas que abarca, inunda o presente com um informatividade do passado, não como produtor de sentido, mas como objeto de conhecimento. Com isso, provoca uma sensação de inoperância e inação, já que, diferente de uma concepção que objetiva partir de uma realidade e projetar “amanhãs possíveis”, estagna um presente eivado de experiências pretéritas que pouco permite uma diferenciação dessas temporalidades ou se relaciona com as demandas temporais dos sujeitos em situação de aprendizagem. Corroboramos com a argumentação do autor, de que não vivemos mais nesse contexto de aprendizagem com a história. Porém, acreditamos que se trata de um modo de ordenamento temporal que estrutura a versão final da Base, ainda que, conforme aponta Mendes (2020), seja objeto de menos críticas em comparação ao que se propunha em uma primeira versão.

Ainda que o autor alemão também opere com a ideia um presente extenso, marcado pela simultaneidade inundada de presente, não como transição, mas como estágio de estagnação, gostaríamos de trazer ao diálogo o conceito de presentismo, que, em certa medida, encontra eco na análise de Gumbrecht. Nossa escolha por discutir a ideia de presentismo, advém de alguns apontamentos sobre essa experiência de temporalidade, conforme elabora o historiador francês Francois Hartog.

Para Hartog (2023), o regime de historicidade presentista, diferente daquele oitocentista, em que o futuro era a chave da experiência temporal, assinalando um progresso no devir temporal, é marcado por uma sensação paralisante de presente. Para o autor, a crença do futuro vai se dissolvendo à medida que esse futuro se torna presente e não cumpre as promessas de um progresso. Paralelamente a isso, a insurgência dos meios de comunicação, transportes cada vez mais rápidos, a insolência do consumo e a semântica neoliberal de produtividade, instauram uma sensação de velocidade, em que o presente é o único momento de possibilidades. Nos diz Hartog (2023), Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado [...] Produtividade, flexibilidade, mobilidade tornam-se as palavras-chave dos novos administradores. (2023, p. 147-148). O que nos chama atenção em sua análise e que nos conduz ao nosso ponto de argumentação em torno da dimensão de sincronicidade temporal, tendo em vista o cronotopo de produção da BNCC, está posto no modo como qual, mesmo diante dessa aparente paralisia do presente, a segunda metade do século XX, sobretudo através de slogans que retomam a lógica futurista e marcha ao progresso, tentava manter vivo o regime moderno de historicidade, o que dialoga com aquilo que Turin (2019)

denominou como uma “rede semântica neoliberal”. Nesse sentido, conforme argumentam Mendes (2020) e Almeida (2021), a terceira versão da Base é caracterizada por um alinhamento aos debates internacionais em torno da ideia de “qualidade da educação” e formação de sujeitos aptos a lidarem com um presente de dinamicidade. Para além desse alinhamento, também é importante sinalizar o diálogo com instituições privadas, que veem na educação uma chance de instaurar uma semântica de produtividade, resiliência e formação para o mundo do trabalho, como marcas de um contexto educacional adaptado à contemporaneidade. Almeida (2021) aponta que, inclusive, ainda no contexto de discussão da versão, “a Associação Nova Escola, financiada pela Fundação Lemann, começa a produzir materiais e guias didáticos para a implementação da BNCC” (2021. p. 124).

Com isso, ao vislumbrarmos essa presença de grupos ligados ao capitalismo financeiro como percursos das políticas educacionais, ao mesmo tempo que indagamos sobre os modos de ordenamento temporal do currículo, nos obriga a pensar, aquilo que Turin (2019) denominou como uma cotemporalidade, em que tempos múltiplos concorrem em uma mesma “contemporaneidade”, o que provoca o questionamento acerca das “dimensões de dominação social, as forças econômicas e os interesses geopolíticos” (2019, p. 11). Portanto, ao tentar fazer “contemporâneo” o tempo histórico figurado no currículo, observamos que, em um cronotopo marcado pelo golpe político institucional e presença de forças neoliberais sobre a pauta curricular, permite-nos mapear essa dimensão de sincronidade do currículo a um esse tempo-espaço característico da produção do documento. Sincroniza-se por meio de uma falsa ideia de temporalidade que irrompe sob lógicas tradicionais de currículo, em que o conhecimento deixa de ser colocado em suspensão, como texto ideológico, para configurar uma dimensão técnica, apolítica e focada nas demandas desse mundo de aceleração.

Ainda que diante de um “contemporâneo” marcado pelo fluxo de diferentes demandas temporais, vale destacar que o passado não é ignorado, mas constantemente produzido, às custas da espetacularização e normatização, reafirmando a dimensão de informatividade do passado, entendido como forma de contribuir com o “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base (nos conhecimentos construídos na escola) em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BNCC, 2018). O passado torna-se uma curiosidade, um produto, a ser consumido em instantes, sem qualquer reflexão. Atrela-se a esse consumo, para além da curiosidade, também a dimensão da semântica do mundo neoliberal, em que vestibulares e sua lógica de competição exigem também cada vez mais competitividade, exigindo que as informações sejam colhidas o quanto mais rápido possível, com vistas a atender determinada finalidade de aprovação.

Diante do exposto, o que buscamos evidenciar é que, diante de um quadro de crise da temporalidade moderna, mesmo sob o diagnóstico do presentismo, o passado inunda o presente, servindo não apenas como uma fonte de informação, figurado sob o cronotopo historicista, mas também é convertido, na BNCC, como uma aposta de currículo sincronizado com a semântica neoliberal. Portanto, ao situar o currículo de história, a partir da Base, entre um cronotopo e uma tentativa de sincronização, a temporalidade histórica não apenas reflete as demandas de atualização, aceleração, produtividade, como também refrata possibilidades de figurações temporais dissonantes, através da marca do discurso cronotópico historicista, gerando uma simultaneidade e uma complexa relação entre conteúdo e experiência temporal. Essa dinâmica é paradoxal, à medida que instaura uma

discursividade temporal, mas, ao situar o contexto de tal discursividade, encontramos um cronotopo específico em que, especialmente no caso da Base, é marcado por um golpe político institucional e alinhamento às dinâmicas neoliberais.

Considerações finais

uma didática da história não pode mais ser encarada como alheio à história como ciência e campo disciplinar e, portanto, distante das questões e interrogações formuladas no campo, sob pena de continuarmos a vê-la como mera fornecedora, a um aluno ou a um público receptor de exposições museológicas, dos resultados produzidos pela pesquisa submetida às regras disciplinares do campo. (GUIMARÃES, 2009, p. 48-49)

Escolhemos as palavras do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães para abrir as considerações finais deste texto por acreditarmos na relevância de sua análise em torno do diálogo entre o ensino de história e a teoria da história. Ainda que campos permeados por especificidades, o diálogo epistemológico entre eles pode representar uma potencialidade nos modos como pensamos o papel do ensino de história e, conseqüentemente, aquilo que pode a teoria da história oferecer como possibilidade para ler as demandas e discussões desse campo. É nessa perspectiva que o presente trabalho busca se colocar: enquanto uma tentativa de diálogo para construir pontes teóricas que oportunizem complexificar o campo do ensino de história, ao mesmo tempo que submete a teoria da história a uma reflexão em torno de seus pressupostos de pensar sobre a própria história enquanto disciplina.

Ao tomar o tempo como objeto de análise através da Base Nacional Comum Curricular, em especial sobre os discursos produzidos sobre ela, tanto em textos divulgados na dimensão de notas e manifestos, quanto oriundos de pesquisas acadêmicas, entendemos que esse “ente” aparentemente intrínseco ao trabalho historiográfico requer uma leitura verticalizada, em que certos pressupostos possam ser colocados em suspensão intencionando identificar os sentidos que o conceito de tempo abarca, tendo em vista o seu contexto de enunciação. Falar de tempo significa nos perguntar constantemente acerca de quais presentes, passados e futuros são colocados em pauta, para além de uma inocente crença da naturalidade ou da simples ideia de que o tempo é um ente transcendental às escolhas narrativas da história produzida academicamente e da história colocada como campo de conhecimento escolar. Como aponta Hartog (2023), “toda história, seja qual for finalmente seu modo de expressão, pressupõe, remete a, traduz, trai, enaltece ou contradiz uma ou mais experiências do tempo” (2023, p. 39).

Desse modo, diferentemente do que possa parecer, este texto não é um manifesto em defesa do que foi proposto na primeira versão da Base, mas parte da crítica a ela, daquilo que lhe foi atribuído como “erro”, para pensar em torno das potenciais expressões e figurações das experiências temporais que performam no currículo escolar. Se podemos falar de lacunas na primeira versão, só o podemos em função de sua perspectiva propositiva. Se a ideia de crise se instaurou em nossos tempos como um dilema ou como uma demanda por questionarmos aquilo que parecia estrutural e facilmente consolidado, a primeira versão talvez represente uma tentativa de colocar o ensino de história e o currículo no epicentro desses debates, sem abster-se ou camuflar-se sob discursos apolíticos ou de pretensa naturalidade do *status quo*.

Nesse sentido, as reflexões aqui expostas tentam, em certa medida, expor a necessidade de pensarmos o tempo a partir de uma perspectiva política, ou seja, uma politização do tempo (ÁVILA, 2018), que, enquanto constructo ideológico, “não pode ser deslocado do seu caráter performático e que, desse modo, formas de experiências distintas requerem formas temporais distintas” (TURIN, 2019, p. 47). Traduzir essas performances temporais distintas, que coexistem e disputam, abre para nós, pesquisadores e professores, a chance de desnaturalizar hegemonias, e, em um contexto de multiplicidades temporais, assumir o currículo enquanto possibilidade de outras performances e experiências temporais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. *A anatomia de uma interdição: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História*. 2021. 328 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora- MG, 2021.

ARAÚJO, Marta e MAESO, Sílvia Rodrigues. A Institucionalização do Silêncio. A escravatura nos manuais de História Portugueses. *Revista (In)visível*, edição 1, Outubro 2012.

ARAÚJO, Marta e MAESO, Sílvia Rodrigues. Explorando o Eurocentrismo nos Manuais Portugueses de História. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.15, n.28, p.239-270, 2010.

AVILA, Arthur Lima. O fim da história e o fardo da temporalidade. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 243 - 266, jul./set. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: EdUnesp/Hucitec, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2015.

GABRIEL, Carmen Teresa. Pesquisa em Ensino de História: desafios contemporâneos de um campo de investigação. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da Pesquisa em Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 143 – 161, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 35-50, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; HAMDAN, Juliana Cesário. Desafiando a história: por uma pedagogia da presença. *Cadernos de História da Educação*. V. 4, n. 3. 2015.

HARGO, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Breno. Ensino de história, historiografia e currículo de história. *Revista TransVersos*, [S.l.], n. 18, p. 107-128, 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAITH, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, p. 167 – 176, 2020.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie Edições, 2019.

DA FICÇÃO METAFÍSICA AOS ESCRITOS DE COMBATE: BERNANOS E A EXPERIÊNCIA DO EXÍLIO

Mauricio Parada

Puc-rio

E-mail: mauricioparada@puc-rio.br

Introdução

Em dezembro de 1988, Josef Brodsky proferiu um discurso na conferência realizada pela Fundação Wheatland em Viena. O encontro foi dedicado à natureza multidimensional do estado de exílio e a fala de Brodsky foi intitulada *A Condição Chamada Exílio*. Sua intervenção se inicia com certo tom de constrangimento, pois, segundo o autor, seria difícil falar da situação de escritores exilados, como ele, quando havia outros tipos de deslocados cujas experiências se apresentavam como mais dramáticas e cujas vozes quase nunca eram ouvidas. O destino de muitos desses indivíduos estava associado a viagens perigosas, a novos e frágeis começos de reconstrução de vidas destroçadas e desenraizadas. Brodsky reconheceu a condição particular do literato em exílio, mas entendia a importância de falar da experiência da literatura de exílio, pois “a literatura, tal como a pobreza, é conhecida por cuidar da sua própria espécie” (BRODSKY, 2016, p. 28).

O discurso de Brodsky na conferência de Viena está repleto de insights sobre sua vida e sua carreira literária, mas talvez o mais revelador deles seja a fragilidade do humano frente ao poder soberano do Estado. O interesse crescente pelas narrativas de deslocados políticos, econômicos e identitários tem relação com a ampliação das tiranias no contemporâneo. Assim, Brodsky estressa o termo *exílio*, alargando-o até transformá-lo de uma situação vivida por sujeitos ou grupos em uma condição humana cotidianamente experimentada e amplamente testemunhada. O deslocamento, visto sob suas várias formas e decorrentes da ação do poder soberano, promoveria o tema existencial central do literato em exílio: a luta contra a irrelevância ou, melhor dizendo, a tentativa de não ser engolido pelo esquecimento.

Brodsky seria, assim, parte de uma poderosa interpretação da segunda metade do século XX, que deu relevância ao testemunho como forma de resistir aos desastres de seu tempo. A resiliência impertinente da vítima em narrar sua própria dor, como fizeram Primo Levi ou Wladislaw Szpilman, contribui para reconfigurar o exercício da memória histórica, que forma o cerne do nosso entendimento sobre o contemporâneo (SAID, 2003; AGAMBEN, 2009; 2013).

A chamada “Era do Testemunho” (WIEVIORKA, 2013) está, portanto, relacionada à narrativa de trauma e dor que, nesse caso, exige sua permanência no mundo e recusa o esquecimento. Sua insistência em permanecer viva como experiência significativa seria a finalidade conceitual da literatura de exílio. No entanto, constituir uma unidade analítica denominada “literatura de exílio” parece ser extremamente problemático. Dada sua extensão e diversidade de percursos, parece

difícil estabelecer, entre os mais díspares escritores, que a experiência do desterro teve repercussão semelhante em sua produção textual. Como estabelecer continuidades formais ou temáticas entre Vladimir Nabokov, Thomas Mann e Stefan Zweig de modo a classificá-los sob o mesmo rótulo? Isso não impede, contudo, que se constate que o desterro afeta a atividade literária, “pois assim como o desterro desnaturaliza a vida, também desnaturaliza a produção textual, tornando-a irreal e precária, condenando-a a uma anormalidade irremediável.” Como solução precária, faria sentido assumir que existam tanto literaturas de exílio quanto escritores exilados (FABER, S., 2003, p. 11).

No Brasil, os estudos sobre a produção de literatos em condição de desterro ou deslocamento muitas vezes se relacionam aos estudos de imigração e à chegada de populações em condições de perseguição política. Nesse sentido, nos últimos trinta anos, diversos trabalhos foram produzidos, notadamente nas áreas de literatura, antropologia e história. Monografias, dissertações, teses e grupos de pesquisa analisaram as narrativas de deslocados que chegaram ao Brasil a partir da década de 1930, em decorrência das instabilidades políticas do sistema de nações (KESTLER, 2003). A reflexão sobre uma história transnacional de circulação de saberes tem sido o horizonte para o qual convergem esses estudos sobre franceses, sírios, alemães, húngaros, libaneses, espanhóis, portugueses, italianos, japoneses etc. (REZNIK, 2020).

Ao mesmo tempo, compõem o campo de discussões sobre as possibilidades de uma escrita de exílio o ambiente intelectual e político do espaço de acolhida, no caso, o Brasil. Os debates sobre a regulação da entrada de estrangeiros, sobre intolerância e xenofobia dos governos brasileiros e também sobre o impacto dessa população na identidade nacional dialogam e interferem na prática e na produção dos circuitos dos narradores do desterro.

Considerando essa complexa paisagem de debates e questões, propomos-nos a acompanhar a trajetória intelectual de Georges Bernanos, que chegou ao Brasil em 6 de setembro de 1938 a bordo do vapor *Alsina* (A Noite, 07/09/1938, p. 8). Associado a uma tradição de literatos conservadores, Bernanos chegou à América do Sul como um expatriado. Católico e monarquista, ele era a antítese daqueles que foram perseguidos pelos fascismos europeus: nem judeu nem comunista. No entanto, paradoxalmente, sua obra no “exílio” se volta para textos ensaísticos cuja principal questão está na crítica aos autoritarismos dos regimes fascistas europeus.

Retomando a palestra de Brodsky em Viena, ele nos deu uma boa chave para acessar a obra peculiar de Bernanos produzida no Brasil. Ao considerar as transformações de seu presente, no caso 1988, o exilado russo observa que os deslocados desse tempo foram cruciais para transformar a experiência dos horrores do século XX em objeto de pensamento. A literatura, em particular, ofereceu uma contribuição necessária ao pensamento crítico de um período de tal violência. O desenraizamento nacional, a perda do trabalho, das ligações familiares, da língua e do contexto social e cultural transformam o deslocado em um personagem dotado de uma condição fundamental na observação do tempo. Em sua conferência, afirma Brodsky, a relação do literato no desterro é tensionada por sua relação com as categorias temporais de passado, presente e futuro:

A questão toda de nosso escritor exilado é que ele também, como o Fausto de Goethe, se prende a seu ‘belo’, ou não tão belo, ‘instante’, não para contemplar, mas para postergar o subsequente. Não que queira voltar a ser jovem; simplesmente não quer que o amanhã chegue, pois sabe que esse amanhã pode modificar o que ele contempla. E quanto mais o pressiona, mais obstinado ele se torna. [...] Na maioria das vezes, porém, essa obstinação se

traduz na repetitividade nostálgica, a qual, em termos muito diretos, é pura e simplesmente uma incapacidade de lidar com as realidades do presente e com as incertezas do futuro. (BRODSKY, 2016, p. 30)

A “literatura de exílio”, ou as diversas formas de narrativas organizadas por aqueles que se reconhecem como literatos, não nos parece, nesse contexto, ser um problema associado a um gênero de escrita. Essas narrativas seriam um sintoma de um ‘tempo perturbado’, e a literatura feita nas circunstâncias dos desterrados do século XX foi parte importante da lenta construção de uma sensibilidade histórica associada aos traumas coletivos das guerras e dos autoritarismos. Nesse sentido, atualizando o conceito arendtiano de “brecha temporal”, gostaríamos de enfatizar que a temporalidade vivida pelos deslocados de nosso tempo ocorre no interior de um *gap* temporal, em que a noção de tempo histórico está em crise, um tempo desorientado, situado entre dois abismos: um passado que não está abolido, mas que nenhuma orientação pode oferecer, e um futuro do qual não se faz ideia de como será. Vivendo em um tempo em trânsito, esse deslocado, exilado entre distintas temporalidades, vive e expressa a crise de sua contemporaneidade (ARENDR, 2008; KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013).

Bernanos chegou ao Brasil como um dissidente intelectual, um escritor conhecido pela postura conservadora, mas também um crítico das políticas perpetradas pelos fascismos europeus. Em sua crítica, ele se apresentava, a princípio, como um objetor de consciência frente às desordens igualitaristas promovidas no sólido edifício de ordenamentos sociais construídos pela profunda tradição da Europa cristã. No entanto, essa persona foi logo abalada. Com a derrota francesa em junho de 1940 para os fascistas alemães, Bernanos se torna, de fato, um exilado. Não mais existe um lugar para onde voltar, e a “brecha” temporal se abre; ele se torna um estrangeiro por completo.

Vivenciando o estranhamento proporcionado pela “estranha derrota” francesa e em solo americano, abrigado sob um regime ditatorial com evidentes inspirações fascistas, a posição de Bernanos se tornou delicada. A ocupação da França e a criação do novo governo francês em Vichy equivaliam, para Bernanos, à perda daquilo que ele considerava o centro da civilização ocidental. Sua impossibilidade de retorno, enquanto os fascismos controlassem a Europa, tornava-se uma tragédia pessoal, mas também um desastre civilizatório. A resposta foi o engajamento nos meios intelectuais brasileiros, em uma posição antifascista, especialmente através da escrita de textos para os jornais do país, bem como a produção de obras em que ele reelabora o passado histórico da França — ou seja, o passado do “Ocidente” — como forma de compreender a crise do presente e projetar as possibilidades de futuro.

Este texto procura acompanhar a trajetória biográfica e intelectual de Georges Bernanos, dando ênfase à sua produção no Brasil. É necessário ficar atento às ambiguidades que permeiam sua obra ensaística, como, por exemplo, sua defesa radical da liberdade conjugada à desconfiança em relação ao igualitarismo das democracias modernas. Ao mesmo tempo, as condições particulares da experiência exilada de Bernanos, nos anos em que permaneceu no Brasil, fazem de sua obra um sintoma importante para captar um tempo em crise, um momento de reconstrução da sensibilidade histórica em tempos sombrios.

Trajectoria

Georges Bernanos, nascido em 1888, passou sua infância no interior da França e foi educado na religião católica, frequentando colégios católicos na juventude, além de adotar o hábito de trocar correspondências com membros do clero. Em 1908, enquanto estudava Direito em Paris, filiou-se à Ação Francesa (AF), organização nacionalista, de direita, católica e defensora da monarquia, que atuava por meio da distribuição de jornais e manifestações como forma de influenciar o debate público. O jovem Bernanos participou do grupo Camelots du Roi, uma frente da AF responsável pela venda dos jornais da organização, que adotava métodos mais incisivos em suas manifestações, podendo envolver-se em disputas verbais ou físicas (LAPAQUE, 2014, p. 19). A organização se posicionava de maneira crítica à modernidade e considerava que a sociedade republicana francesa, na virada para o século XX, era caracterizada por seu distanciamento do catolicismo, com a defesa de valores seculares, antimilitaristas e cosmopolitas, o que, por sua vez, poderia levar à destruição da França (HANNA, 1998).

No início da década de 1910, Bernanos atuou como editor de um jornal associado à AF em Rouen, no qual pôde escrever pequenas histórias e artigos políticos sobre temas nacionalistas, nos quais exaltava a monarquia e a história francesa em tons xenofóbicos e, por vezes, antisemitas. Nesse período, conheceu sua esposa Jeanne Talbert d'Arc, presidente da vertente feminina da AF em Rouen, com quem teve seis filhos. Dessa forma, percebemos como a participação na AF estruturou o início da vida adulta de Bernanos, já que foi a partir de sua atuação na organização que conheceu sua esposa e garantiu seu sustento. Além disso, percebe-se marcas em sua trajetória intelectual, uma vez que seus primeiros artigos veiculavam as principais ideias da AF.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, Bernanos largou seu emprego de editor e se voluntariou para participar do conflito. Ao retornar à vida civil, trabalhou por alguns anos como agente de seguros e lançou seu primeiro romance, *Sob o Sol de Satã*, aos 38 anos, em 1926, no qual narra a situação de desespero de uma jovem grávida e os sentimentos de tentação de um padre. O romance, que começou a ser escrito ao fim do conflito mundial, retrata a percepção do autor sobre a experiência da guerra, marcada pela desesperança e pela desproporção do sacrifício dos jovens frente aos resultados do conflito. Esse primeiro romance, que foi um sucesso de crítica, implicou em uma mudança na trajetória de Bernanos, já que ele passou a sustentar sua família apenas pela escrita, publicando, ao longo da vida, oito romances e uma peça, consolidando sua carreira literária.

Entretanto, isso não significou um retorno financeiro estável. Ao longo da década de 1930, nem todos os seus romances foram bem-sucedidos, o que o levou a se deslocar para a Espanha, como forma de sustentar sua família em um estilo de vida mais econômico. Entre 1934 e 1937, enquanto viveu na Espanha, Bernanos conseguiu, em um primeiro momento, focar em sua escrita ficcional e finalizar o romance *Diário de um Pároco de Aldeia*. Porém, com o desenrolar da guerra civil espanhola (1936-1939), o escritor pausou sua escrita ficcional e concentrou-se na análise da conjuntura política local, inicialmente escrevendo artigos para o semanário católico francês *Sept*, entre junho de 1936 e fevereiro de 1937, e posteriormente escrevendo o livro *Os Grandes Cemitérios sob a Lua*, publicado em 1938.

Esse livro foi um marco em sua trajetória intelectual, pois representou um rompimento com

a direita católica da AF. Bernanos, ao analisar a guerra civil espanhola, inicialmente era favorável ao movimento do general Franco, já que questionava o governo espanhol de orientação esquerdista e republicana, avesso aos valores católicos. Porém, com o desenrolar do conflito, o escritor passou a criticar o movimento de Franco pelo uso indevido da força, pelos métodos violentos adotados para atacar civis e pela justificativa de tais métodos como forma de defender a fé católica. Bernanos ampliou sua crítica a todos os católicos, inclusive aos intelectuais franceses associados à AF, que mantinham seu apoio ao movimento. A partir desse momento, o escritor passou a se posicionar em seus textos de forma crítica ao uso da violência pelos governos fascistas de Franco e Mussolini, que apoiava a iniciativa espanhola.

O retorno de Bernanos para a França depois de vivenciar a guerra civil espanhola não foi fácil, ainda marcado pelos problemas financeiros que o haviam motivado a se deslocar anteriormente. Nesse sentido, o autor francês optou por se exilar com a família na América Latina, a princípio no Paraguai, em 1938. Porém, após apenas dois meses no país, Bernanos não se adaptou à realidade local, considerando o custo de vida bastante alto. Optou então por residir no Brasil até 1945, onde foi recebido com entusiasmo por um grupo de intelectuais e políticos brasileiros que atuaram como rede de apoio, ajudando-o a encontrar moradia e garantindo trabalho como escritor de artigos de jornais.

Esse grupo foi composto por: Alceu Amoroso Lima, escritor católico; Jorge Lima, cirurgião e poeta; Raul Fernandes, diplomata; Virgílio de Mello Franco, político e jornalista; Murilo Mendes, escritor católico, entre outros. É importante considerar que essa rede de apoio era composta por homens de distintas profissões, mas que tinham em comum um destaque na sociedade, atuando como diplomatas, advogados e jornalistas, e compartilhavam a fé católica. A estadia de Bernanos no Brasil foi marcada por muitos deslocamentos internos. Por indicações de sua rede de apoio brasileira, veio a residir nas cidades de Itaipava, Juiz de Fora, Vassouras, Pirapora e Barbacena. Nesta última, entre 1940 e 1945, Bernanos se estabeleceu na fazenda Cruz das Almas, sua residência mais permanente durante o período de exílio no Brasil. Além dos deslocamentos, outra característica de sua estadia no Brasil foi a produção profícua de artigos em detrimento da escrita ficcional. O autor produziu tanto para jornais, em especial O Jornal, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, quanto para livros em formatos ensaísticos, como *Scandale de la Vérité*, *Nous autres Français*, *Carta aos Ingleses* e *A França contra os Robôs*.

Nesse conjunto de escritos no Brasil, Bernanos optou por majoritariamente analisar a conjuntura política europeia que experimentava a ascensão do nazifascismo e posteriormente a Segunda Guerra Mundial. Sua escrita não focava nos fatos dessas duas experiências, mas sim defendia que esses dois acontecimentos estavam relacionados a uma crise de valores mais ampla da sociedade europeia, em especial da sociedade francesa. Bernanos, então, não narrou detalhamento a sua experiência de exílio no Brasil, porém no livro *Le Chemin de la croix-des-âmes*, apresentou o seu deslocamento para o país como um movimento autoimposto :

Deixei meu país em 1938, deixei-o livremente, não fui expulso, nem fugi dele, como tantos outros que agora esperam apenas o apito dos mestres para voltar. Eu não o deixei para umas férias agradáveis e proveitosas. Vivi longe das cidades, posso até dizer longe da última cidade, mais além da última estação ferroviária, no coração desta floresta brasileira que é, nove meses por ano, apenas um deserto de árvores queimadas e cujas vacas selvagens traçam elas mesmas os caminhos. Deixei meu país porque a verdade tinha ali se tornado estéril, porque a

liberdade de expressão foi rapidamente sufocada. (BERNANOS, 2020. p. 2174)

A saída da França foi justificada pelo autor como uma busca por verdade e por um cenário em que a liberdade de expressão não fosse ameaçada. Nesse sentido, as falas sobre a motivação para o exilar-se no Brasil, em geral, foram associadas a uma crítica ao seu país de origem e a sua conjuntura política. Bernanos de maneira recorrente foi contrário ao posicionamento francês diante da ascensão do nazismo e de seu movimento de expansão pela Europa, em especial, a aceitação da França da anexação de parte da Tchecoslováquia por parte da Alemanha, a partir dos Acordos de Munique. Assim, o seu exílio seria a oportunidade de como um francês: “(...) apenas fermentar a minha culpa em um canto perdido dessas terras sem limites, pois não me viram nas cidades douradas da costa, aqui não levei a vida de cabotino literário em conferências, não cunhei meu exílio, não dei minha tristeza ao espetáculo.” (BERNANOS, 2021, p. 26)

Bernanos em seus escritos sobre o exílio caracterizou o seu espaço de residência no Brasil, a partir da dicotomia entre a cidade e a floresta ou ainda do litoral para o sertão. O escritor faz questão de evidenciar que o seu exílio não se deu numa cidade da costa, em que sua atividade literária poderia ser mais reconhecida, e sim no interior do país, especificamente, em Minas Gerais. O sertão nas palavras de Bernanos era marcado por um contato abundante com a natureza, descrita como infinita e temível, que dificultava a presença humana:

Quando percorri pela primeira vez essas paisagens de colinas que, do Rio à capital verdejante de Minas – e ainda mais além, até os confins do Sertão, até a minúscula floresta, infinita-, subindo e descendo sob o olhar, em um movimento mais lento, mas idêntico ao do mar, procurava descobrir alguma coisa que se parecesse com as aldeias do meu país; e, frequentemente, não encontrava senão casas solitárias, com os campos de milho com espigas desiguais invadidas pelas matas, bananeiras destruídas pelo vento e penachos de bambu tão orgulhosos e quase tão vãos quanto as grandes metáforas de Claudel. E, então, vinham-me à boca – infelizmente! – os “deveríamos”, “precisaríamos”, “poderíamos ter feito”, “deveríamos ter feito” da ignorância pretensiosa. Mas acabei por compreendê-los, oh camponeses tão diferentes dos nossos e, no entanto, tão idênticos, pois nasci para amá-los. Quem os julga apenas pelo trabalho de suas mãos julga-os mal, absurdamente. A terra do meu país é uma terra amiga do homem. A sua não é inimiga, certamente, mas os ignora; vocês estão sozinhos diante dela, sem aldeias, sem vizinhos, com suas pobres famílias. Convém antes domesticá-la, torná-la familiar. (BERNANOS, 2021, p. 14 e 15)

As descrições do autor sobre a natureza brasileira evidenciam um estranhamento geográfico. O escritor buscava, em terras brasileiras, características de seu país de origem, não apenas em termos estéticos, mas também na relação dos camponeses com a terra. Nesse sentido, Bernanos interpretava sua experiência no Brasil a partir de uma perspectiva francesa e eurocêntrica, criticando, em um primeiro momento, a competência do camponês brasileiro, e, em um segundo momento, considerando a terra brasileira como mais desafiadora. Essa busca pela França em terras brasileiras evidencia um sentimento de angústia e de solidão diante do desconhecido:

Quando cai a noite nesta terra tropical que mal conhece o homem, sem passado, sem lembranças, e no entanto tão pobre sob o sol inabalável, desgastada até os ossos, até seu esqueleto de ferro, por sua vegetação irrisória e inútil, de árvores retorcidas, deformadas, tetânicas, com o coração lotado de formigas, gramíneas afiadas, flores sem sangue, – esta terra desgastada antes de ter servido, pergunto-me se realmente ultrapassei a margem da solidão depois da qual todo o retorno é fechado. Então um vento começa a soprar, do nada, caído do céu, absolutamente alheio a este país, ao qual a folhagem responde apenas com um ruído metálico,

e os sapos dourados com um breve e pouco audível espasmo de suas gargantas de cristal. De repente penso que toda solidão tem sua saída, mas que deve ser encontrada mais adiante, que se deve encarar a solidão, à medida que se encara a noite, até o amanhecer. (BERNANOS, 2020, p. 2630/2631)

Esse sentimento de angústia e solidão descrito por Bernanos foi interpretado por Max Milner como uma oportunidade para a reflexão, pois mesmo tendo sido livremente escolhido, o exílio de Bernanos não se limitava aos sofrimentos do expatriamento, nem às rumações da honra ferida. Há também o fato de que a distância favorece a meditação: ‘É no silêncio e na solidão que se encontra a si mesmo — que se encontra a verdade de si mesmo’” (MILNER, 2004, p. 29).

Milner defende que o exílio foi, para Bernanos, “um instrumento extremamente rico para analisar a situação histórica e um apoio eficaz na construção de seu ser interior, em uma época em que muitas das convicções pelas quais ele havia vivido corriam o risco de desmoronar” (MILNER, 2004, p. 11). Essa interpretação sobre a obra de Bernanos é interessante, visto que o autor produziu uma vasta quantidade de artigos jornalísticos e livros ensaísticos durante sua estadia no país. Essa dedicação à produção textual aproximou Bernanos do Brasil, visto que ele assumiu, entre os anos de 1940 e 1944, uma coluna no periódico carioca O Jornal, através da qual suas ideias circularam entre o público carioca.

Essa sequência de artigos indica o envolvimento do escritor francês com a imprensa brasileira, participando de debates locais e dialogando com outros escritores da época. É possível identificar, em seus textos, temas recorrentes, como a defesa da tradição francesa como meio de combater a ameaça totalitária, embora Bernanos não tenha deixado de expressar preconceitos antissemitas, um traço que o acompanhava desde a juventude.

Em um primeiro momento do seu exílio no Brasil, Bernanos caracterizou a sua relação com o país a partir da lógica do estranhamento geográfico, porém em seus textos a partir de 1941, após a queda francesa para o governo nazista e estabelecimento do governo de Vichy é possível identificar uma postura distinta. O escritor descreveu o país como seu lar em construção e passou a se identificar com o povo brasileiro. Baudelle corrobora essa percepção ao afirmar: “Após os choques iniciais da geografia e do clima, ele havia até encontrado semelhanças entre o modo de vida e a mentalidade dos camponeses brasileiros e o que havia de melhor nas lembranças que guardava de seu país.” (BAUELLE, 2004, p.9) Bernanos após o seu retorno para solo europeu em 1945 conduziu uma série de palestras que foram publicadas na coletânea *Liberdade, para quê?*, em uma dessas comunicações, o intelectual afirmou:

Vivi com a minha mulher e meus filhos muito longe das cidades douradas da costa, bem afastado das últimas estações da ferrovia. Conheci aquelas minúsculas cidadezinhas brancas do interior brasileiro, espalhadas por uma imensa extensão de terra virgem, perdidas na baixa floresta tropical, mas onde a França está presente por toda a parte, repito porque é verdade. Repito que a França está presente em cada uma dessas cidadezinhas cujo nome nem aparece no mapa, porque o pároco, o tabelião, o estalajadeiro, o farmacêutico e o redator-chefe do jornal semanal local falam entre si de meu país com a gravidade religiosa de um homem de 1848, porque a França ainda é para eles a filha primogênita da Igreja ou emancipadora do gênero humano, segundo as respectivas preferências. (BERNANOS, 2020, p. 34)

Bernanos sustentava assim que imaginava a França nos atos dos brasileiros, na aproximação

dos valores da revolução francesa e também da Igreja. Em outra dessas apresentações, Bernanos sustentou que no momento de formação nacional do Brasil, após a independência em 1822, a França passou a ser adotada como uma referência nacional e que os brasileiros “(...) ensinavam a França aos seus filhos como se ensina uma religião, ela era verdadeiramente a sua religião, aquela que proclamava a primazia universal da liberdade de pensar e, ao mesmo tempo, a igualdade de todos os homens livres.” (Bernanos, 2020, p. 51)

Nessa mesma conferência, Bernanos construiu um segundo argumento para essa aproximação com o Brasil: o posicionamento do povo diante dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Bernanos relatou uma anedota de que no dia anterior ao início do conflito, ao passar a cavalo do lado dos casebres a caminho da sua fazenda em Barbacena escutava a raiva das famílias que ouviam o discurso de Hitler no rádio. O autor buscou com essa história narrar que no interior do Brasil existiam aqueles que conseguiam estar preocupados com os dilemas universais, talvez até mais do que em alguns liceus franceses.²⁷ Esse argumento também se encontra presente no livro *Carta aos Ingleses*, em que Bernanos descreveu a reação dos brasileiros à queda da França diante dos alemães: “Caros amigos, seu povo sentiu a infelicidade do meu país como se fosse seu próprio país; e ele de fato o era.” (BERNANOS, 2020, p. 37)

Por fim, Bernanos argumentava que: “Depois de Munique, eu escrevia que tinha vindo ao Brasil para ‘fermentar minha vergonha’. Não fermentei a minha vergonha, mas encontrei meu orgulho, e ele me foi devolvido por esse povo.” Bernanos imputava assim ao Brasil a missão de manter, a todo custo, contra a dupla barbárie militar e politécnica (elas acabam sempre se confundindo e andando juntas), a tradição, os costumes e o vocabulário do Cristianismo Antigo.

Bernanos projetava no Brasil o que gostaria de encontrar na França, uma identidade francesa pouco definida e clara, caracterizada por palavras generalizadas como valores católicos, costumes tradicionais, luta contra barbárie. Nesse sentido, o pesquisador Baudelle nos ajuda com essa compreensão ao sustentar que: “(...) Bernanos também contempla no espelho que o Brasil lhe deu a imagem de um passado mítico, o da França medieval, que se opõe ao maquinismo do mundo moderno (...).”

Liberdade e modernidade

No livro *França contra os Robôs*, Bernanos teve como foco apresentar os processos históricos que levaram a restrição da liberdade individual no mundo moderno. Ao longo desse livro, apresenta-se a narrativa construída por Bernanos sobre o processo de decadência da civilização europeia e ameaça a liberdade individual, a partir da centralização do Estado nacional, com a Revolução francesa, e da multiplicação das máquinas e desenvolvimento da técnica, com a revolução industrial inglesa.

Bernanos, em suas obras de combate, buscava denunciar a formação do mundo moderno.; ao longo dos séculos XIX e XX a partir da construção de uma história da decadência da civilização europeia. Essa operação temporal, como vimos anteriormente, era marcada por tons pessimistas e anticapitalistas, além da denúncia do processo de secularização vivenciado pela sociedade europeia na década de 1940.

Contudo, essa narrativa não teria como único cerne a questão da desvalorização da religião católica como elemento orientador da ação humana no mundo. A Revolução Francesa, na virada do

século XVIII para o século XIX, foi adotada por Bernanos como marco para pensar o despertar de uma nova sociedade articulada a esse mundo moderno em formação e ideal para refletir sobre o processo de crise da civilização europeia. De maneira recorrente, Bernanos lembrava o seu leitor de que a experiência da vida sob as estruturas do mundo moderno se dava apenas há 150 anos. Não era uma realidade estática. Era possível identificar o seu início.

O autor, que escrevia seus textos de combate majoritariamente na década de 1940, operava em uma escala temporal mais ampla. Bernanos afirmava que, considerando mil anos de história da França, os últimos 150 anos não poderiam ser determinantes para apagar o passado ou se apresentar como a única maneira de estruturar a vida: “Sou um homem da Antiga França, pois mil anos de história não poderiam ser apagados por 150 anos de apalpadelas infelizes: a Antiga França está toda na França de hoje, e quem quer vê-la ali poderá vê-la.” (BERNANOS, 2021, p. 34).

Essa “antiga França” seria um conjunto de valores, saberes e formas de vida que Bernanos organizou sob o conceito de “civilização francesa”, descrita por ele como “(...) a expressão mais viva e multifacetada, a expressão mais helênica da civilização europeia.” (BERNANOS, 2018, p. 35). Segundo ele, o enfraquecimento da civilização europeia e a construção de uma civilização moderna não eram processos concluídos, mas sim em desenvolvimento na primeira metade do século XX:

Uma civilização não desmorona como um edifício; seria muito mais exato dizer que se esvaízia pouco a pouco de sua substância, até que lhe sobre apenas a casca. Poder-se-ia dizer com mais exatidão ainda que uma civilização desaparece junto com a espécie de homem, o tipo de humanidade que dela se originou. (BERNANOS, 2018, p. 35)

Ao trazer o marco temporal de 150 anos e dizer que a decadência da civilização europeia ocorre de forma processual, como o ruir de um edifício, Bernanos oferecia a possibilidade de identificar as causas de seu desmoronamento. Além disso, permitia a esperança de que o processo de decadência pudesse ser interrompido, já que ele ainda não estava completo. Ao analisar esse movimento descendente, Bernanos sustentava que a descaracterização da civilização europeia ocorreria com a perda dos seus valores, daquilo que lhe era essencial. Segundo o autor, uma das essências da civilização europeia que se esvaía com o tempo seria a liberdade, como é possível observar a seguir:

Não se pode compreender absolutamente nada sobre a civilização moderna sem antes admitir que ela é uma conspiração universal contra toda espécie de vida interior. Que lástima! E, no entanto, a liberdade está somente dentro de vocês, imbecis! (BERNANOS, 2018, p. 75)

Para Bernanos, uma forma de caracterizar a modernidade seria pela sua conspiração contra a liberdade. O autor argumentava que a liberdade era um dos fatores que definia o ser humano, e ser livre era uma maneira de garantir o cumprimento de sua vocação:

Não se trata de saber se ela [liberdade] favorece o mal mais do que o bem, pois Deus é o senhor do Mal assim como do Bem. Basta-me que ela torne o homem mais homem, mais digno de sua perigosa vocação de homem, de sua vocação conforme à natureza, mas também de sua vocação sobrenatural, pois aquele que a liturgia da missa convida à participação na Divindade – *divinitatis consortes* – não poderia renunciar, nem mesmo infimamente, a seu risco sublime. Ao falar como acabo de fazer, falo como cristão e também como francês, falo a linguagem da minha velha Cristandade. (BERNANOS, 2018, p. 30)

A liberdade, para o autor, estava diretamente relacionada aos valores cristãos, pois correspondia

à sua vocação sobrenatural. Bernanos indicava que o conceito de liberdade com o qual operava não estava distante de uma concepção de homem marcada pelo livre-arbítrio. Ele sustentava ainda que a liberdade demandava do homem uma ação. Essa, segundo Bernanos, deveria ser praticada de forma recorrente; um hábito a ser cultivado:

Capitalistas, fascistas, marxistas, toda essa gente se parece. Uns negam a liberdade, outros fingem ainda acreditar nela, mas quer acreditem nela, quer não, isso infelizmente deixou de ter grande importância, visto que não sabem usá-la. Ai de nós! O mundo corre o risco de perder a liberdade, de perdê-la irremediavelmente por não ter mantido o hábito de usá-la... (BERNANOS, 2018, p. 31)

A falta de prática levaria ao enfraquecimento da liberdade. Nesse sentido, Bernanos investigou em seus textos como essa perda de prática da liberdade se deu e como tal valor se viu ameaçado no século XX, independentemente do tipo de sistema socioeconômico em que se vivia. A formação do mundo moderno representaria um processo de constante redução da liberdade individual, que poderia culminar na predominância de governos ditatoriais no cenário internacional. Bernanos identificava que a configuração das democracias capitalistas e do socialismo de Estado implicaria em um processo de “(...) fatal evolução para a Ditadura – a Ditadura do dinheiro, da raça, da classe ou da Nação (...)” (BERNANOS, 2018, p. 20). Ao longo de seus textos, o autor identificou nas duas formas de organização político-econômica uma busca pela manutenção de poder e/ou riqueza por meio de uma constante centralização do Estado e de uma “(...) regulamentação cada dia mais minuciosa e mais estrita das atividades particulares (...)” (BERNANOS, 2018, p. 20).

Essa projeção de futuro, marcada pelo alastramento da lógica ditatorial, foi articulada pelo autor mesmo após vivenciar a vitória das democracias capitalistas na Segunda Guerra Mundial, frente ao governo totalitário nazista e ao regime fascista de Mussolini. Segundo o autor, a derrota desses governos, que discursivamente representavam para os países aliados uma ameaça à liberdade, à democracia e à existência da humanidade, não teria sido suficiente para alterar a rota de cerceamento das liberdades em curso na primeira metade do século XX. Um ponto de fissura na estruturação do mundo moderno que possibilitaria esse cerceamento e permitiria o alastramento de governos pautados no controle da vida privada seria, segundo Bernanos, a concepção de homem com a qual operavam.

O autor sustentava que a sociedade moderna mobilizava uma concepção econômica do homem, em que este seria: “(...) não apenas escravo, mas o objeto, a matéria quase inerte, irresponsável, do determinismo econômico, e sem esperanças de emancipar-se dele, visto que não conhece outro móbil certo além do interesse, do lucro.” (BERNANOS, 2018, p. 21). Essa percepção de homem não estaria, para ele, associada exclusivamente a um regime capitalista ou socialista, pois seria uma concepção compartilhada tanto por economistas liberais do século XVIII quanto por Marx ou Lênin. Essa visão de homem estaria imbricada em uma concepção de progresso, não do homem em si, mas do progresso da técnica, ou seja, do “(...) aperfeiçoamento dos métodos capazes de propiciar uma utilização cada dia mais eficaz do material humano.” (Bernanos, 2018, p. 22). Assim, o progresso, em vez de garantir o avanço do gênero humano com mudanças que permitissem o desenvolvimento cultural, a melhoria da qualidade de vida e o progresso civilizacional, era responsável pela objetificação do gênero humano.

Considerações finais

Entre os anos de 1940 e 1945, Georges Bernanos, instalado na cidade mineira de Barbacena, interpretava os acontecimentos da política internacional a partir de uma perspectiva que indicava, ao mesmo tempo, revolta e melancolia. O escritor, nascido em 1888, na virada do século XIX para o XX, observava a sociedade moderna com um olhar pessimista diante do avanço tecnológico, que levava a um estilo de vida cada vez mais acelerado e a uma capacidade técnica de destruição que ameaçava a sobrevivência da humanidade. O autor também se sentia desconfortável com a estruturação do Estado moderno, voltado para a burocratização e para a centralização do poder e da tomada de decisão nos governantes, característica potencializada por duas guerras totais, uma vez que o Estado direcionava todos os recursos nacionais para o esforço de guerra.

Por fim, lamentava a expansão de governos autoritários pela Europa a partir das décadas de 1920 e 1930, tanto pela instalação de governos de caráter fascista na Itália e na Espanha quanto pela instauração do governo nazista na Alemanha, em razão dos métodos violentos que utilizavam e pela limitação à liberdade que impunham. Assim, quando, em 1940, após a derrota da França para a Alemanha e a instalação do governo colaboracionista de Vichy, de caráter autoritário, na França, o pessimismo do autor aumentou, assim como a sua decepção com o país de origem. Nesse contexto, ele olhava com apreensão para a possibilidade de que o caráter totalitário dos governos italiano e alemão continuasse operante na sociedade moderna, mesmo com a vitória dos Aliados, representados pela democracia capitalista norte-americana, na Segunda Guerra Mundial.

Esse desconforto com o presente, essa melancolia diante da realidade, não levava Bernanos à apatia; ao contrário, mobilizava-o para a ação e para a busca de transformação da sociedade. A sua melancolia intensificava um sentimento de revolta com a sociedade moderna, expresso em uma série de textos de caráter panfletário, publicados em formato de artigos de jornal para os periódicos dos Diários Associados e em livros como *Carta aos Ingleses* e *A França contra os Robôs*.

Ao longo deste trabalho, apresentamos como Bernanos tensiona, em suas obras, a ideia do tempo histórico, de maneira a compreender melhor esse mal-estar no presente, bem como para analisar a produção do autor, considerando como ele poderia ser compreendido como um exilado no tempo.

Obras de Georges Bernanos

BERNANOS, G. *Carta aos Ingleses*. São Paulo, É Realizações, 2021.

BERNANOS, G. *Les enfants humiliés*. In: BERNANOS, G. *Intégrale des romans et essais*. Editions Alètheia, 2020.

BERNANOS, G. *Le Chemin de la croix-des-âmes*. In: BERNANOS, G. *Intégrale des romans et essais*. Editions Alètheia, 2020.

BERNANOS, G. *A França contra os Robôs*. São Paulo: É realizações, 2018.

BERNANOS, G. Os Grandes Cemitérios sob a lua: um testemunho de fé diante da Guerra civil espanhola. São Paulo: É realizações, 2015.

BERNANOS, G. Liberdade, para quê?. São Paulo: É realizações, 2020. BERNANOS, G. Albert(org). Correspondance tome II 1934-1948.

Referências bibliográficas

BAUDELLE, Y. La France Au Miroir du Brésil. In: Exil, errance et marginalité dans l'œuvre de Georges Bernanos. Presses Sorbonne Nouvelle, 2004. CARVALHO, V. Brasil, um país do futuro: projeções religiosas e leituras sobre um mote de Stefan Zweig. In: Horizonte: Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 30-42, dez. 2006.

FABER, Sebastian. Escribir a chorro suelto: el miedo a borrar y otras obsesiones exílicas. *Ínsula*, n. 678, 2003

HANNA, M. Laying Siege to the Sorbonne: The Action Française's Attack upon the Dreyfusard University In: *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, Vol. 24, No. 1, Intellectuals and the Dreyfus Affair (Spring 1998).

KOIFMAN, F. Cidadão carioca: a naturalização de Otto Maria Carpeaux. In: *Intellèctus*, ano XIV, n. 2, 2015

LAPAQUE, S. Sob o Sol do Exílio: Georges Bernanos no Brasil (1938-1945): São Paulo: É realizações, 2014.

MILNER, M. Préface. In: Exil, errance et marginalité dans l'œuvre de Georges Bernanos. Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.

MOLNAR, T. The political Thought of Bernanos. In *The Review of Politics*, Cambridge University Press: 1958.

PARADA, M. Reinvenções de si: o exílio como deslocamento e crítica. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 53, Mai.-Ago. 2015.

DESAFÍOS PEDAGÓGICOS Y PROPUESTAS PARA LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS DEL PERÚ

Yasmani Esquivel

Doutorando em História (UFES)

esquivelcaballeroyasmani@gmail.com

Introducción

En el sistema educativo peruano, la enseñanza de la historia enfrenta un desafío significativo: la integración efectiva de un currículo que refleje la realidad local y la diversidad cultural del país. Este desafío se ve exacerbado por la influencia de modelos educativos externos y una falta de inversión adecuada en las instituciones públicas, lo que ha llevado a una brecha notable entre colegios de alto rendimiento, colegios privados y escuelas públicas. En particular, la enseñanza de la historia a menudo se ve condicionada por estándares internacionales que no responden a las necesidades y valores específicos de las comunidades andinas y amazónicas.

La historia del sujeto individual, profundamente arraigada en la tradición judeocristiana, ha moldeado nuestra concepción del tiempo y la narrativa histórica. Este marco ha introducido una visión lineal del tiempo, destacando eventos como la creación, la encarnación y el juicio final, y ha influenciado la forma en que se perciben y valoran los héroes y eventos históricos. En el contexto peruano, esta tradición ha sido adaptada, resultando en una sobreestimación de figuras individuales como San Martín y Bolívar, en detrimento de la historia y el papel crucial de las comunidades andinas y amazónicas.

Este texto examina la necesidad urgente de revisar y reestructurar la enseñanza de la historia en el Perú, enfatizando la importancia de adoptar enfoques pedagógicos que reflejen fielmente la experiencia histórica local. Al abordar la romantización de la historia y la exclusión de sujetos sociales importantes, se argumenta que una reforma en la enseñanza de la historia es esencial para proporcionar una comprensión integral y contextualizada del pasado peruano. La revisión crítica de la narrativa histórica actual permitirá una educación más constructiva, que valore adecuadamente la riqueza y complejidad de la realidad peruana.

Desafíos pedagógicos y necesidad de contextualización intercultural

Cuando hablamos de desafíos pedagógicos, lo pedagógico se refiere a todas aquellas prácticas que trascienden las fronteras de la escuela. No se limita solo a los procesos estrictamente pedagógicos que ocurren en el aula, como parte de los procesos cognitivos y sociales, sino que también es importante señalar que existen experiencias sociales en otros espacios que deben ser incluidas como parte de los procesos educativos.

Es un desafío permanente para las instituciones educativas del país construir, de manera

conjunta con la comunidad educativa, espacios que fomenten la participación de actores comunitarios y “hombres-memoria” en la elaboración de planes de estudio, contenidos curriculares y prácticas pedagógicas. Para concretar estas experiencias educativas, es necesario abrir la escuela a nuevos horizontes y paradigmas educativos, donde no se promuevan únicamente programas diseñados para sostener el Estado-nación, la hegemonía del sujeto individual en la historia, la monumentalidad de la escritura, la musealización y la monumentalidad de la historia.

El desafío pedagógico y epistémico consiste en construir de manera constante, lo que se convierte en la columna vertebral para abrir la escuela a otras prácticas descolonizadoras. Esto implica que las políticas educativas, los programas, planes y procesos pedagógicos y cognitivos pasen por una doble traducción intercultural. Muchas veces, la enseñanza de la historia en las instituciones educativas del Perú reproduce valores que no tienen ninguna relación con la realidad peruana, cuando en realidad existen valores comunitarios que deberían ser rescatados no solo para su preservación y musealización, sino para integrarse en la convivencia social.

Abrir la escuela implica construir políticas educativas que estén relacionadas con la compleja y diversa realidad de la “sociedad” peruana indisciplinada¹, en lugar de realizar imitaciones que emulen modelos epistémicos, pedagógicos y metodológicos desarrollados en el Norte Global. Mariátegui (2007) hizo observaciones importantes hace casi un siglo, y sus críticas siguen siendo vigentes entorno a la educación pública. En *7 Ensayos Sobre la Interpretación de la Realidad Peruana*, señala que “en el proceso de la instrucción pública, como en otros aspectos de nuestra vida, se constata la superposición de elementos extranjeros combinados, insuficientemente aclimatados” (pág. 86).

Además, señala que, históricamente, en el Perú se han establecido modelos educativos foráneos. Un ejemplo de esto es el modelo francés y el norteamericano. El primero se instauró en el siglo XIX y, bajo este paradigma educativo, se crearon la escuela primaria, la escuela técnica, la escuela de bellas artes y la escuela normal. En la década de 1920, la “escuela nueva”, de injerencia norteamericana, se constituyó como una corriente pedagógica. De la mano de uno de sus promotores, Manuel Vicente Villarán, se promulgó la Ley Orgánica de la Enseñanza. Para implementar esta ley, como en muchas otras ocasiones, se trajo a un asesor norteamericano para supervisar su puesta en marcha. El propio Mariátegui (2007) rechazó esta influencia extranjera y defendió la organización educativa a partir de los propios peruanos: “en un pueblo que cumple conscientemente su proceso histórico, la reorganización de la enseñanza tiene que estar dirigida por sus propios hombres. La intervención de especialistas extranjeros no puede rebasar los límites de una colaboración” (pág. 98).

Hasta la actualidad, se siguen implementando políticas educativas desarrolladas en otros contextos, impulsadas por actores educativos extranjeros, en respuesta a exigencias que son

¹ La “sociedad” peruana es indisciplinada y no responde a la estructura de una sociedad moderna disciplinada. La diversidad de imaginarios no está bien consolidada, y mucho menos entrelazada. Existen experiencias en las que se encuentran diferentes imaginarios, pero esto no demuestra una convivencia plena. La indisciplinada es el hilo conductor de todas las estructuras y se evidencia en las relaciones de poder. La complejidad de la realidad peruana ha llevado a intentos de implementar dispositivos disciplinarios globales, que en su mayoría coexisten sin grandes resultados. Esto se debe a que, en esencia, la comunidad peruana, debido a sus raíces coloniales, sigue siendo una “sociedad” indisciplinada. Por lo tanto, los planteamientos de Foucault deben ser introducidos con cuidado en el contexto peruano, ya que esta comunidad, en su esencia, escapa a la estructura de la sociedad disciplinaria moderna. Es por ello por lo que muchos de los intentos de establecer la disciplinada sobre la población no han surtido efecto, ya que para implementar con éxito dicha disciplina, primero sería necesario crear una sociedad disciplinada.

consecuencia del colonialismo externo. No obstante, también existe complicidad por parte de los actores educativos nacionales al permitir y reproducir imaginarios que no guardan relación con la experiencia histórica local. El desafío consiste en construir una escuela que se conecte con sus raíces andinas y amazónicas, colocando los valores de estas comunidades como modelos a seguir. Esto implica abstraer el núcleo racional de las experiencias de otras latitudes, contextualizarlas y diversificarlas.

La enseñanza de la historia en las instituciones educativas del país debe jugar un rol fundamental, ya que tiene la capacidad de orientar hacia dónde nos dirigimos. El peligro radica en que el camino que se está recorriendo nos conduzca a lugares desconocidos, donde no podamos mirarnos ni reconocernos.

El desafío de la enseñanza de la historia en la EBR, repensando el enfoque por competencias

En la Educación Básica Regular (EBR) no existe la enseñanza de la historia como una asignatura disciplinar. Lo que está establecido es el área de Ciencias Sociales, que engloba tres componentes curriculares: Historia, Geografía y Economía. Esto convierte la enseñanza de esta área curricular en un verdadero reto. Los especialistas del Ministerio de Educación consideraron conveniente agrupar estos componentes en una sola área curricular, argumentando que es mejor comprender las ciencias sociales en su totalidad, en lugar de hacerlo desde una perspectiva disciplinaria, tal como fueron constituidas originalmente.

Los promotores de este enfoque señalan que, según el Enfoque por Competencias, no se debe hacer énfasis en los contenidos disciplinares, sino en el desarrollo de diversas capacidades. Según este enfoque, el manejo de los contenidos es solo una herramienta para desarrollar competencias. Sin embargo, al momento de implementar esta metodología, muchos profesores no comprenden bien la estructura del área curricular. No saben qué componente enseñar primero o si deben enseñar los tres simultáneamente, utilizando contenidos de toda el área simultáneamente. El desafío radica en seleccionar contenidos que guarden relación entre sí.

Por esta razón, es recomendable regresar a la enseñanza de la historia como una estructura única, compleja y diversa, que exige la comprensión de los procesos históricos, no para repetirlos, sino para, a través de la comprensión literal e inferencial, poder interpretarlos. Así, la historia puede cumplir su rol orientador en el amplio abanico de posibilidades que se presenta en la “sociedad” peruana indisciplinada.

Desigualdad educativa y su impacto en la enseñanza de la historia

El hecho de englobar los tres componentes curriculares responde más a la falta de presupuesto que a decisiones pedagógicas. En las escuelas públicas del país, se invierten en promedio 5,015 soles anuales por estudiante, según reportes del Ministerio de Educación. Estas cifras difieren

significativamente de la inversión en los Colegios de Alto Rendimiento (COAR)² donde se destinan 6,500 dólares por estudiante al año, lo que evidencia una clara brecha de inversión entre ambos tipos de colegios públicos.

En las instituciones educativas regulares, la enseñanza de la historia forma parte del área curricular de Ciencias Sociales. En cambio, en los COAR, dentro del Programa del Diploma, se enseña la historia como una disciplina específica en los grados de cuarto y quinto de secundaria. Sin embargo, el enfoque de enseñanza y aprendizaje en estos colegios generalmente no responde a la realidad peruana. Los contenidos curriculares suelen estar alineados con proyectos globales, priorizando el estudio de la historia de otras latitudes, en su mayoría vinculados a la historia moderna y contemporánea.

Esta orientación se debe a que las evaluaciones finales del Programa del Diploma responden a criterios y estándares internacionales, diseñados para formar a un “ciudadano del mundo” con una perspectiva “universalista”, que funcione como agente social del proyecto de globalización. Como resultado de esta orientación, muchos egresados de la red COAR están cursando estudios en universidades extranjeras, mientras que otro número considerable se encuentra en universidades privadas de la capital, donde son formados para dirigir los destinos del país.

Este modelo aprovecha al máximo el capital humano sin ningún costo para los empresarios, ya que, desde su formación escolar hasta su graduación, un gran número de estos estudiantes está siendo subvencionado por el Estado. Aunque muchos de ellos cambiarán el rumbo de sus propias vidas, es poco probable que cambien la compleja realidad peruana, porque para lograrlo se requiere un cambio de orientación y horizonte.

El tercer grupo de colegios en la educación peruana está compuesto por los colegios particulares, los cuales reflejan la diversidad y desigualdad del país. Existen colegios privados de todos los niveles y precios, algunos ubicados en la ciudad de Lima y otros en el interior del país. Las pensiones en los colegios que ofrecen el Bachillerato Internacional fluctúan entre 800 y 5,000 soles aproximadamente. Dentro de este grupo, se encuentran los colegios de primer nivel, como Casuarinas College, Franklin D. Roosevelt, Hiram Bingham, Markham College y Newton College. Estos colegios tienen en común que imparten el Programa del Diploma o los cuatro programas del Bachillerato Internacional (IB), y las clases se ofrecen en dos idiomas: inglés y español.

Los estudiantes que asisten a estos colegios suelen provenir de grupos económicos privilegiados. Grompone et al., (2022) plantean que la pregunta “¿De qué colegio eres?” es común en diversos contextos, como en la universidad o en entrevistas laborales. Los autores basaron sus estudios en la Teoría de los Campos Sociales desarrollada por Bourdieu, identificando los habitus sociales compartidos por los egresados de estos colegios. Los habitus definen el estatus social de estos

2 Los Colegios de Alto Rendimiento (COAR) pertenecen al Ministerio de Educación del Perú y están inmersos en la Red COAR. Estos colegios fueron creados con la finalidad de atender a estudiantes sobresalientes. Existen 25 de estos colegios a nivel nacional. Los COAR no solo difieren en cuanto al presupuesto en relación con las escuelas regulares, sino que también fueron diseñados para impulsar la educación pública, proporcionando a los estudiantes una educación básica de calidad conforme a los estándares internacionales del Programa del Bachillerato Internacional (IB).

Los estudiantes de cuarto y quinto año cursan asignaturas propuestas por el Programa del Diploma, siguiendo el plan de estudios de dicho programa. Al concluir, obtienen un diploma IB que los coloca a la par de los colegios particulares más exigentes de la ciudad de Lima, así como en la red educativa mundial de más de 5,800 colegios en 160 países. El costo del programa es 100% financiado por el erario. Además, los estudiantes viven en una residencia, donde se les proporcionan alimentos, uniforme y útiles de escritorio.

individuos, las representaciones y reproducciones sociales determinadas por la educación recibida influyen en su posición dentro del campo social. Los egresados de colegios de élite utilizan el capital social adquirido para obtener ventajas y ocupar una posición privilegiada en una sociedad donde la falta de conexiones sociales puede hacer a alguien vulnerable. En el Perú, la falta de padrino puede significar la exclusión, ya que las relaciones sociales privilegiadas determinan el éxito personal.

En el segundo nivel de colegios privados se encuentran instituciones educativas que también forman parte del IB, pero que están ubicadas en su mayoría en el interior del país. Las pensiones en estos colegios empiezan desde 800 soles en adelante y están dirigidas a los hijos de las élites regionales. En el tercer nivel, se encuentran los colegios particulares cuya pensión es inferior a 800 soles. Estos colegios no ofrecen programas internacionales y algunos se consideran preuniversitarios, surgidos por la necesidad de preparar a los estudiantes para ingresar a universidades nacionales. En estos colegios, la enseñanza de la historia se enfoca en los temarios de las universidades nacionales y se ha convertido en una alternativa a la escuela pública, que está en declive.

El sistema educativo peruano presenta una falta de coordinación entre las universidades y las escuelas. Las universidades afirman que cada una es “autónoma” en la definición de sus condiciones de ingreso, lo que resulta en discrepancias en los planes de estudio entre ambas instituciones. En el cuarto nivel, se encuentran colegios privados de bajo costo, destinados a estudiantes que no pudieron ingresar a la educación pública debido al número limitado de vacantes. En estos colegios también se enseña historia como una disciplina.

Ninguna escuela que no funcione a tiempo completo puede considerarse una buena escuela. En los colegios con Bachillerato Internacional, la historia se enseña aproximadamente diez horas a la semana con una perspectiva interpretativa, aunque a menudo se ve influenciada por un paradigma eurocéntrico. En los colegios particulares preuniversitarios, la enseñanza de la historia sigue un enfoque tradicional, siendo predominantemente memorística y nemotécnica, con más de seis horas semanales de clase. En las instituciones educativas públicas, existen dos tipos de jornada: la jornada escolar regular, con tres horas semanales de ciencias sociales, y la jornada escolar completa, con cuatro horas semanales. Esta asignación es claramente insuficiente para la enseñanza de un área tan compleja como las ciencias sociales. Esta área curricular está integrada en el currículo nacional peruano, que busca formar un “ciudadano” con un enfoque “humanista”, es decir, una persona que no cuestione el estado del mundo ni la estructura del poder político, que no se preocupe por temas locales o globales, y que se conforme con un trabajo, incluso en condiciones de subempleo. La educación pública, en este contexto, parece diseñada para mantener el statu quo y evitar cuestionamientos sobre las estructuras de poder y las condiciones laborales.

Raíces judeocristianas del tiempo e individualismo histórico

El sujeto individual en la historia tiene sus raíces en la tradición judeocristiana. El cristianismo reemplazó la antigua concepción del tiempo circular, imponiendo el tiempo lineal como punto de referencia. De este modo, se establecieron tres puntos fijos: la creación, como inicio absoluto de la historia; la encarnación, que marca el inicio de la historia cristiana y la historia de la salvación; y el juicio final, como el fin de la historia. Todos estos hitos están relacionados con el nacimiento y la muerte de Cristo. En palabras de Marc Bloch “el cristianismo es una religión de historiadores” (Le

Goff, 2005).

El nacimiento y la muerte de Cristo sirvieron como punto de referencia para establecer la concepción del tiempo histórico, un concepto que se convirtió en rector de otras nociones de tiempo. La historia dividida en “rebanadas”, según Le Goff (2016) crea una realidad diferenciada antes y después de Cristo, y ha sido fundamental para establecer la periodización de la historia de la humanidad. Incluso las ciencias naturales, que en sus investigaciones utilizan el mismo parámetro temporal, no son ajenas a este paradigma. Lo mismo ocurre con las comunidades andinas y amazónicas, muchas de las cuales, aunque presentan diversas concepciones del tiempo, se basan en la representación judeocristiana. Un ejemplo de esto es el mesianismo andino, una adaptación del cristianismo documentada por diversos antropólogos, como Juan Ossio Acuña y Marzal (2002), quien, influenciado por su formación teológica, introdujo esta noción en la antropología. Esta visión, transmitida inicialmente por los cronistas coloniales, relaciona el mito del Inkari con pasajes bíblicos. Las 15 versiones investigadas del mito del Inkari muestran cómo la concepción del mesías andino fue influenciada por la tradición cristiana.

El mito del Inkari representa la añoranza de los pueblos andinos por el retorno del sistema de organización incaico. Se cree que el desarraigo de este sistema está vinculado a la muerte de los inkas, como Atahualpa y Túpac Amaru en 1572. Túpac Amaru fue decapitado, y su cuerpo fue separado de su cabeza. Existe la creencia de que, cuando el cuerpo y la cabeza se vuelvan a unir, ocurrirá el retorno del Inka, conocido como el Inkari, lo que simbolizaría el restablecimiento del sistema incaico.

El individualismo histórico está profundamente relacionado con la tradición judeocristiana, y más tarde fue transformado por la Reforma Protestante. Inicialmente, el individualismo “extramuros” estaba vinculado a la escatología, donde los seres humanos debían obrar bien para alcanzar la felicidad y la vida eterna en el paraíso celestial. En este contexto, cualquier acción humana estaba regida por la bendición o el castigo divino. Aunque la vida en la tierra podía ser miserable y llena de sacrificios, lo importante era alcanzar la vida eterna. Este pensamiento fue aprovechado por el capitalismo para establecer el individualismo “intramuros”, promovido por la Reforma Protestante. Las 95 tesis de Lutero sirvieron como base para argumentar que no era necesaria la intermediación de la Iglesia Católica, que hasta ese momento desempeñaba un papel central en la administración de los sacramentos. Según Lutero, las acciones virtuosas de los individuos aquí en la tierra eran suficientes para alcanzar la felicidad y el perdón divino, lo que significaba que no era necesario vivir una vida de sacrificios. Al contrario, los placeres terrenales podían generar felicidad y bienestar. A partir de la Reforma Protestante, cada individuo se responsabiliza de rendir cuentas a Dios por sí mismo (Dumont, 1987).

Sujeto-objeto en la historia, una crítica antropológica

El sujeto individual de la historia está relacionado con la superposición del sujeto sobre el objeto. En la relación sujeto-objeto, promovida por el paradigma eurocéntrico, se considera al sujeto individual como el productor de conocimiento, mientras que el objeto cognoscible es visto como la realidad objetiva. Según la perspectiva representacionista o realista, la realidad se presenta tal como es, y existe la posibilidad de que el sujeto la represente de manera formal, tal cual aparece en el horizonte. Todo depende de la interpretación realizada por el sujeto, quien sigue los paradigmas que

determinan los parámetros de referencia.

En la relación sujeto-objeto, reflejada en la enseñanza de la historia en las instituciones educativas del Perú, se fomenta el individualismo histórico, relegando a los sujetos sociales de la historia al papel de simples objetos cognoscibles. Como señala Lévinas (2002) en *Totalidad e Infinito*, la alteridad creada por los europeos para comprender e “incluir” al Otro está basada en la representación del Yo europeo como una extensión de uno mismo. Inicialmente, esta relación entre Nosotros y el Otro estaba concebida para reconocer la existencia de los no europeos, con un enfoque particular en los extranjeros, pobres, refugiados y judíos.

Dussel (2020) reconfigura y amplía esta visión sobre la alteridad, incluyendo por primera vez a los colonizados como sujetos otros. Mientras que la preocupación inicial de Lévinas eran los judíos, en un contexto marcado por las secuelas de la Segunda Guerra Mundial, Dussel incorpora a todos aquellos pueblos y comunidades que han sufrido las consecuencias de la modernidad y la colonialidad.

Otro aporte importante en la relación sujeto-objeto proviene de Fabian (2019) quien argumenta que la antropología, a lo largo de su historia, ha generado lo que él llama “alocronismo antropológico”. Esto se debe a que los antropólogos han considerado que su campo de estudio son las comunidades “indígenas”, por lo que, al estudiarlas, han mostrado una predilección por estos grupos como objetos de estudio. Sin embargo, en los estudios de campo basados en la etnografía, los otros no se consideran verdaderamente. La antropología, según Fabian, ha creado categorías conceptuales con una retórica de poder, que aparentemente tienen en cuenta la coetaneidad de los Otros, pero en realidad solo pueden ser interpretados bajo la observación del antropólogo.

La antropología crítica de Fabian continúa las observaciones hechas por Geertz (2003) en su concepto de descripción densa, donde argumenta que los antropólogos elaboran interpretaciones de segundo y tercer orden. Las únicas interpretaciones de primer orden serían las realizadas por los propios sujetos otros, quienes, cuando tengan la oportunidad de escribir y reflexionar sobre sí mismos, podrán ofrecer sus propias visiones. Sin embargo, esas condiciones les han sido negadas deliberadamente hasta nuestros días.

La antropología, a lo largo de su historia, ha sido etnocéntrica, y sus interpretaciones han permitido que profesionales de diferentes campos académicos justifiquen su alocronismo. Algunos afirman estas ideas de manera deliberada, mientras que otros repiten categorías conceptuales inicialmente creadas por los antropólogos. No solo los intelectuales han sido influenciados por estos conceptos, sino también políticos y periodistas, que los utilizan a diario para relativizar aspectos relacionados con la cultura, civilización, progreso, desarrollo, ciencia, arte, tecnología, entre otros.

La exclusión de los sujetos sociales en la historia oficial, el caso de la Revolución andina

Siguiendo este paradigma, en el componente curricular de Historia se enseña la importancia de los héroes y personajes históricos. Resaltar la participación únicamente de sujetos individuales dentro de la cultura histórica conlleva a ignorar a comunidades andinas y amazónicas que no han sido incluidas en la historia oficial. Trouillot (2017) denuncia que la historia es deliberadamente selectiva, ya que quienes la producen tienen la capacidad de promover o silenciar ciertos hechos históricos. De

este modo, se genera una distancia entre “lo que sucedió” y lo que “se dice que sucedió”. Esto ha llevado al silenciamiento de la historia de muchas comunidades y poblaciones, eliminando también los procesos históricos en los que ellas participaron.

Aunque existe la historia social, que debería enfocarse en las comunidades andinas y amazónicas, su preocupación tiende a centrarse en las relaciones de poder de las sociedades modernas. Así, se deja fuera a los llamados sujetos otros, como los comuneros y las mujeres campesinas. La historia es una disputa de poder en la que, típicamente, los vencedores imponen su versión. Un claro ejemplo de esto es la colonización española en el Perú, donde los vencedores fueron quienes elaboraron las crónicas, registros escritos en español que documentan la realidad de los Andes. Personajes quechua-hablantes como Waman Puma de Ayala y Juan Santa Cruz Yanqui Salqamaywa también escribieron crónicas en español, pero lo que hoy conocemos sobre el habitante andino es mayormente a través de la perspectiva de los colonizadores.

Cuando se silencian a los sujetos sociales de la historia, también se eliminan los procesos históricos en los que participaron. Los historiadores, en su interpretación, suelen utilizar categorías conceptuales reservadas para procesos “universales”. Un ejemplo de esto es la Revolución Haitiana, que fue considerada un no acontecimiento porque no se ajustaba a los parámetros de las revoluciones europeas³. La percepción era que, al ser impulsada por personas negras descendientes de esclavos africanos, no podían concebir la libertad, un valor que se asociaba exclusivamente con los hombres blancos y europeos.

En el caso peruano, la Revolución andina encabezada por José Gabriel Túpac Amaru ha sido frecuentemente minimizada por historiadores extranjeros. Por su condición de cacique y el hecho de

3 Koselleck (1993) señala que el concepto de revolución es un término moderno, construido a partir de una característica observada en los cuerpos físicos. En 1543, Copérnico publicó su influyente obra *De revolutionibus orbium caelestium*, sobre los movimientos circulares de los cuerpos celestes. En esta concepción inicial de la revolución, Hauréau afirma que se entendía como un movimiento circular, y la palabra derivaba del latín, refiriéndose a una vuelta o un retorno al punto de partida. Hasta antes del siglo XVIII, como menciona Hannah Arendt, citada por Koselleck (1993) “los disturbios y levantamientos sociales fueron entendidos y reprimidos, por el contrario, como rebelión. No se disponía de ninguna palabra que describiera un cambio repentino en el que los propios súbditos se convirtieran en señores” (pág., 73).

Los ilustrados, como Rousseau y Diderot, fueron quienes incorporaron la revolución como un concepto político. Diderot, en particular, se preguntaba: “¿Cuál será el resultado de la próxima revolución?”. Este término fue adoptado para diferenciarlo de los hechos asociados a las guerras civiles, catalogadas como rebeliones, las cuales, para los ilustrados, eran actos realizados por fanáticos religiosos y partidarios. La revolución, por otro lado, se vinculaba a cambios y a la subversión. A partir de la Revolución Francesa, la idea de revolución dejó de entenderse como un retorno al punto de partida y comenzó a concebirse como un proceso de cambio sin retorno. Además, desde entonces, el término revolución se vinculó a la cuestión estatal: un enemigo del Estado era considerado antirrevolucionario, mientras que quien actuaba a favor de la revolución era visto como un revolucionario.

Koselleck (1993) define la revolución, “tanto un cambio de régimen o una guerra civil como también transformaciones a largo plazo, es decir, sucesos y estructuras que se introducen profundamente en nuestra vida cotidiana” (pág., 66).

La influencia de Koselleck es notable entre muchos historiadores que utilizan su enfoque para catalogar ciertos movimientos como revolucionarios. Para ello, estos hechos históricos deben poseer la característica de provocar transformaciones a largo plazo. Siguiendo esta concepción eurocéntrica, Koselleck resalta como un hito histórico lo logrado por los franceses en el siglo XVIII, llamándolo “la gran Revolución Francesa”. En otra parte de su obra, menciona que revoluciones como la americana, francesa o rusa, son catalogadas como tales porque sus “logros” deben redundar en beneficio de toda la “humanidad”. Aunque Koselleck incluye la revolución China en su análisis, omite otras revoluciones políticas importantes, como la haitiana, cubana, mexicana o andina.

Otro aspecto crítico en la obra de Koselleck es su afirmación de que la revolución es un concepto “universal”, transhistórico y metahistórico, ya que las revoluciones tienen una repercusión mundial, ya sea en el ámbito político, social, cultural, científico o tecnológico. Esto plantea la pregunta: ¿qué significan para las comunidades originarias del mundo los preceptos surgidos de las revoluciones europeas?

no haber desmantelado por completo el virreinato, muchos la consideran apenas una “rebelión”. Según esta perspectiva, Túpac Amaru solo buscaba reformas económicas y sociales que no ponían en peligro el sistema establecido por la corona española. Sin embargo, más de 150 levantamientos registrados por la historiadora O’Phelan Godoy (2012) en el siglo XVIII, que involucraron a comunidades andinas y aimaras, demuestran que esta resistencia tuvo un impacto social y político significativo.

La historia de la resistencia frente a la colonización española, y en particular el movimiento tupacamarista, ha sido objeto de disputas entre historiadores. Algunos, como Cornejo (1949), Sivirichi (1979), Durand (1981) y Serulnikov (2010), lo consideran una revolución, mientras que otros, como Lewin (1957), Vega (1969), Fisher (1974), Valcárcel (1977) y Walker (2014), lo clasifican como una simple rebelión. Esta disputa refleja un conflicto cognitivo donde se imponen categorías conceptuales marcadamente etnocéntricas. La retórica del poder, que determina cómo se interpreta un hecho histórico, ha sido establecida por quienes ocupan el centro del campo histórico, principalmente en el Norte Global.

El interés en torno a la Revolución andina encabezada por los tupacamaristas se ha centrado sobre todo en la figura de José Gabriel Túpac Amaru, dejando en segundo plano a otros actores, especialmente mujeres como Micaela Bastidas y Tomasa Titto Condemayta. Además, el énfasis en el héroe individual sigue una tradición occidental que ignora a los sujetos sociales que participaron activamente en la resistencia, como las comunidades andinas de dieciséis corregimientos vinculados a la mita minera, que se sumaron a la causa tupacamarista.

El culto al héroe y la romantización de la historia peruana

El culto al héroe en la cultura histórica peruana no es una invención local, sino una tradición histórica occidental, defendida por el intelectual británico Thomas Carlyle. Carlyle fue uno de los grandes promotores de la formación ciudadana, vinculando los valores patrióticos con la educación. En el siglo XIX, contexto en el que desarrolló sus ideas, Carlyle (2017) experimentó la influencia de la Revolución Francesa, donde los valores de “igualdad”, “fraternidad” y “libertad” eran el eje de los cambios sociales en Europa. A pesar de ser considerado protofascista por muchos de sus críticos, Carlyle defendía la necesidad de formar ciudadanos patriotas capaces de entregar su vida en defensa de la patria. Vivió de cerca, la amenaza que se estaba produciendo a los valores de la sociedad europea, principalmente al régimen absolutista; en plena formación del Estado-nación europeo, era de necesidad pública. En este contexto, se inventaron héroes para construir un nacionalismo que se veía como necesario para la expansión y supervivencia de las naciones. Aquellos que sacrificaban su vida por la patria recibían condecoraciones, medallas y honores, asegurando que sus nombres y logros vivieran en la memoria colectiva y nacional. Para preservar este recuerdo, se erigieron monumentos, museos y panteones donde descansan sus restos mortales.

Siguiendo esa misma tradición histórica occidental, en su afán por construir un “Estado-nación”, quienes estuvieron involucrados en la formación de la república peruana en el siglo XIX también promovieron la creación de héroes y personajes históricos. Esta tradición proviene de la formación que muchos próceres y libertadores recibieron en Europa, lo que explica cómo, al llegar al Perú, fueron erigidos como modelos de figuras heroicas. Personajes como San Martín, quien encabezó la declaración de independencia de la ciudad de Lima el 15 de julio de 1821, fueron

sobrestimados en su importancia histórica. Aunque muchas otras ciudades ya habían declarado su independencia previamente, la figura de San Martín, un criollo argentino que pretendía instaurar una monarquía constitucional, sigue siendo celebrada como hito del Bicentenario peruano, a pesar de que los españoles no reconocieron oficialmente la independencia hasta décadas después.

Simón Bolívar, otro héroe extranjero destacado en la agenda nacional, asumió el liderazgo de las operaciones militares tras la entrevista de Guayaquil con San Martín. Aunque fue Sucre quien comandó las batallas de Junín y Ayacucho, Bolívar es recordado por haber “sellado” la derrota de las fuerzas realistas. Por este motivo, ambas fechas se celebran como parte del Bicentenario. Estas celebraciones también se reflejan en las instituciones educativas, donde se enseña la figura de los próceres y héroes de la independencia sin mayor análisis crítico, simplemente reproduciendo el discurso de San Martín.

En la cultura histórica peruana, se enseña en las escuelas un número considerable de héroes y personajes históricos. Sin embargo, esto a menudo genera la sensación de que, si el Perú cuenta con tantos héroes, ¿por qué no ha ganado ninguna guerra? La respuesta radica en la romantización de la historia, promovida por los historiadores, quienes construyeron biografías centradas en personajes individuales desde los incas hasta la historia reciente. Estas biografías, escritas con la intención de ser utilizadas como modelos sociales, se reproducen sin un análisis crítico en las escuelas públicas. Según Bourdieu (2002), la biografía es una ilusión retórica, ya que no permite ir más allá del personaje individual. Al resaltar la vida de estos sujetos excepcionales, se omiten los otros sujetos sociales que contribuyeron a sus logros. De esta manera, la biografía exalta al individuo, ignorando el papel crucial de las familias y comunidades que los rodearon, lo que lleva a la idealización de estos héroes como figuras casi divinas.

Consideraciones finales

En conclusión, la enseñanza de la historia en el Perú enfrenta una serie de desafíos que reflejan la brecha entre los modelos educativos externos y la realidad local. La influencia de la tradición judeocristiana, con su visión lineal del tiempo y su énfasis en el individualismo, ha llevado a una narrativa histórica que sobreestima las figuras individuales y minimiza el papel de las comunidades andinas y amazónicas. Esta tendencia ha resultado en una enseñanza de la historia que, en muchos casos, no refleja la diversidad y complejidad del pasado peruano.

La falta de inversión en las instituciones educativas públicas y la aplicación de modelos foráneos han contribuido a esta desconexión, acentuando la disparidad entre los colegios de alto rendimiento, los colegios privados y las escuelas públicas. Para que la historia cumpla su función orientadora en la educación, es crucial adoptar enfoques pedagógicos que sean verdaderamente representativos de la experiencia histórica local. Esto implica una revisión crítica de la narrativa histórica dominante, que a menudo ha sido moldeada por un paradigma eurocéntrico y una romantización de la historia que excluye a los sujetos otros.

Referencias bibliográficas

BOURDIEU, P. (2002). A ilusão biográfica. In J. de Moraes Ferreira, Marieta y Amado (Ed.), *Usos y Abusos da História Oral* (5ta ed.). Fundação Getúlio Vargas.

- CARLYLE, T. (2017). *Sobre los héroes. El culto a los héroes y lo heroico en la historia* (P. Umbert, trad.). Athenaica Ediciones.
- DUMONT, L. (1987). *Ensayos sobre el individualismo. Una perspectiva antropológica sobre la ideología moderna* (R. Tusón Calatayud, trad.). Alianza.
- DUSSEL, E. (2020). *Siete ensayos sobre la Filosofía de la Liberación. Hacia una fundamentación del giro decolonial*. Trotta.
- FABIAN, J. (2019). *El tiempo y el otro. Cómo construye su objeto la antropología* (C. Gnecco, trad.). Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes; Popayán: Universidad del Cauca.
- GEERTZ, C. (2003). *Interpretación de las culturas* (A. L. trad. Bixio, Ed.). Gedisa.
- GROMPONE, A., Reátegui, L., & Rentería, M. (2022). *¿De qué colegio eres?: la reproducción de la clase alta en el Perú*. IEP.
- KOSELLECK, R. (1993). *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos* (N. Smilg, trad.). Ediciones Paidós.
- LE GOFF, J. (2005). *Pensar la historia. Modernidad, presente, progreso* (M. Vasallo, trad.). Ediciones Paidós.
- LE GOFF, J. (2016). *¿Realmente es necesario cortar la historia en rebanadas?* (Y. Enríquez, trad.). Fondo de Cultura Económica.
- LÉVINAS, E. (2002). *Totalidad e infinito: ensayo sobre la exterioridad* (D. E. Guillot, trad.; 6ta ed.). Ediciones Sígueme.
- MARIÁTEGUI, J. C. (2007). *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* (A. prólogo Quijano, Ed.; 3ra ed., Vol. 69). Biblioteca de Ayacucho.
- MARZAL, M. (2002). *Tierra encantada. Tratado de la antropología religiosa de América Latina*. Trotta Ediciones.
- O'PHELAN GODOY, S. (2012). Un siglo de rebeliones anticoloniales. Perú y Bolivia 1700-1783. In *Un siglo de rebeliones anticoloniales*. Institut français d'études andines.
- TROUILLOT, M.-R. (2017). *Silenciando el pasado. El poder y la producción de la Historia* (M. A. Del Arco Blanco, trad.). Comares Ediciones.

DEVIR ANCESTRAL: EXPERIÊNCIA DE TEMPO E AÇÃO POLÍTICA ENTRE OS KAINGANG

Iury Fontes dos Passos

Mestrando em História pelo PPGH/UFRGS

E-mail: iurypazzos@gmail.com

Introdução

A abertura do discurso historiográfico aos modos de experiência de tempo de alteridades ameríndias é algo deveras incipiente na agenda de pesquisas oriundas do campo da História. Os trabalhos de Ana Carolina Barbosa Pereira (2013) e Guilherme Bianchi (2020) são precursores neste tipo de pesquisa que dirige sua atenção à temporalidade ameríndia desde um diálogo com a Teoria da História e que, para isso, se utiliza de ferramentas teórico-metodológicas oriundas dos campos da etnografia e da antropologia. Estas pesquisas expressam um notável interesse em pensar as dinâmicas e transformações históricas de culturas indígenas desde uma noção de temporalidade que, deslocada de uma matriz antropocêntrica, moderna, ocidental e progressiva, pressupõem a ampliação, ou ainda, o deslocamento de determinadas categorias que são tomadas enquanto dados universais da experiência humana.

Conforme citado por Marshall Sahlins (1997), a profusão de novos elementos a serem considerados a partir da expansão do conceito de história pela experiência contemporânea dos coletivos indígenas - aquilo que já foi definido por pesquisadores como o “presente etnográfico” - passa pela apreciação das formas de temporalidade que são construídas desde outros referenciais operados fora da tradição construída pela experiência moderna ocidental. O sonho é um destes possíveis referenciais, e é sobre como ele ocorre nestes contextos que esta comunicação se propõe a tratar. E falar em sonho, do ponto de vista ameríndio, também é falar de mito. Por isso, também serão feitos alguns breves apontamentos em torno das temporalidades implicadas nestes contextos que constituem os sonhos e os mitos ameríndios.

Nas discussões recentes no campo da Teoria da História, a dimensão do futuro vem sendo problematizada por uma perspectiva incapaz de imaginar um porvir. Esta hipótese é produto do que foi descrito enquanto parte de um regime de historicidade presentista (Hartog, 2014), isto é, um fenômeno subjetivo concreto que caracterizaria uma determinada forma de relação com o tempo em sociedades ocidentais contemporâneas. Ainda que essa hipótese coincida com algumas formas de experiência de tempo em sociedades ocidentais, este modelo que compreende a possibilidade de agência encerrada no presente, ou ainda, a dimensão do futuro tão somente como catástrofe, é tributário de uma experiência de tempo prospectiva, processual e linear.

Conforme alertado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2008) em entrevista:

“sejamos subjetivos”¹ - como há muito tempo indicam as diversas epistemologias ameríndias - em um esforço de considerar outras agências e outros sujeitos destas operações relacionais que pensam o mundo a partir da composição com outros seres. Pois a velha distinção basilar da episteme moderna - a cisão entre Natureza e Cultura - não parece ter produzido perspectivas otimistas de futuro. A natureza que se acreditava poder dominar, agora, se apresenta como ameaça iminente, e a crise climática, otimizada pelo modo de vida capitalista, corroi o tempo e o espaço.

Outras cosmovisões oferecem outras chaves temporais para pensar o futuro na medida em que expressam diferentes compreensões do passado, o que implica outras formas de experiência no tempo. Como exemplo dessas distintas formas de relação com o tempo podemos citar os modos de subjetivação ameríndios e as manifestações sobre suas respectivas formas de habitar e politizar o tempo. Em muitas sociedades originárias o passado é acessado de formas bastante contrastantes com os protocolos prescritos pela tradição moderna e ocidental. Nestas sociedades, as práticas e os modos de interpretação do passado ou da história se modificam à medida que os significados e as categorias de pensamento sobre as experiências no tempo, organizadas pela cultura, definem as abordagens implicadas nessas operações. Nesse sentido, tomando como exemplo os coletivos Kaingang, é possível identificar determinadas diferenças, em relação à tradição ocidental, nos modos de subjetivação, interpretação e atribuição de sentido aos aspectos que compreendem suas formas próprias de relação com o tempo.

Os Kaingang são, entre as populações indígenas do Brasil, uma das mais numerosas, com mais de 45.000 pessoas². Em termos quantitativos, são a maior etnia do Rio Grande do Sul. Um aspecto muito importante sobre este povo está relacionado à complementaridade presente em seu sistema cosmológico dualista, dividido entre as metades *Kamé* (vinculada a *rã*, o sol) e *Kanheru-kré* (vinculada a *kýsã*, a lua). Desta forma, a metade *Kamé* é associada à marca comprida (*re têtj*) e a metade *Kanheru-kré* a marca redonda (*râ rôr*). Este sistema cosmológico dualista também se reflete em sua organização social, ancorada nas relações complementares, assimétricas, exogâmicas e patrilineares que constituem as metades cosmológicas.

Durante os meses de fevereiro, março e abril do ano de 2024, tive a oportunidade de conviver com os Kaingang da Retomada Kógunh Mág, localizada no município de Canela, no Rio Grande do Sul. Através de pesquisa em campo, análise de documentos e pesquisa bibliográfica acerca dos modos de vida do povo Kaingang, procurou-se compreender as qualidades sensíveis acerca das formas pelas quais passado, presente e futuro se organizam, simultaneamente, enquanto ancestralidade, no interior das práticas deste coletivo que são cultivadas no cotidiano da Retomada Kógunh Mág. Esse diálogo sobre suas respectivas formas de habitar e politizar o tempo é a continuação do trabalho realizado previamente, de forma colaborativa, com Mauricio *Ven Táinh* Salvador - liderança da Retomada Kógunh Mág.

Em meu trabalho de conclusão de curso foi realizada a investigação das formas pelas quais

1 “Sejamos subjetivos, diria um xamã, ou não vamos entender nada”. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. O chocalho do xamã é um acelerador de partículas. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Encontros. Entrevistas organizadas por Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 42. Entrevista.

2 De acordo com dados populacionais citados por Pablo Quintero e Clémentine Maréchal (2023). Ver mais em: QUINTERO, P.; MARECHAL, C. Populações kaingang, processos de territorialização e capitalismo colonial/moderno no Alto Uruguai (1941-1977). Horizontes Antropológicos, v. 26, n. 58, p. 155–190, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300005>. Acesso em: 30 out. 2024.

o passado é experimentado no interior das práticas tradicionais deste coletivo, e que são cultivadas no cotidiano da Retomada Kógunh Mág, a partir dos relatos orais do Cacique Mauricio Salvador. As narrativas kaingang consideradas para esta pesquisa evidenciaram uma significativa convergência de menções às experiências oníricas dos kujàs - pessoas especialistas em experiências espirituais. Estas narrativas demonstraram que nas práticas culturais que organizam a historicidade kaingang, sendo estas fortemente conectadas ao sistema xamânico deste coletivo, os *vẽnh péti* (sonhos) adquirem imensa importância, uma vez que é através do acesso aos espíritos realizado em sonho pelos kujàs que as memórias são ativadas e que temporalidades que remetem ao *gufã*, *vãsy* e *uri* são mobilizadas.

Acompanhado de seu animal/espírito-guia (*jagrê*), o kujá garante o equilíbrio das forças do cosmos mediante as relações que são estabelecidas entre os seres habitantes do “mundo-outro” e os seres do “mundo-aqui”. Este diálogo entre o plano cosmológico e o sociológico também implica em uma comunicação entre temporalidades, dado que o tempo kaingang opera de modo circular no qual passado histórico (*vãsy*) e passado mítico (*gufã*) estão constantemente imbricados. É relevante mencionar que, conforme observado pela antropóloga Kimiye Tommasino (2018), o termo *uri*, utilizado pelos kaingang para nomear o tempo atual, mais do que definir o tempo presente - em uma perspectiva ocidental -, está associado ao momento da invasão e esbulho de seus territórios marcado pela chegada das frentes de expansão colonial durante a segunda metade do século XIX.

É na situação de perda de suas territorialidades, de seu modo de vida livre, além da privação de suas práticas tradicionais de caça e coleta, ou ainda, de sua relação com a floresta e com os seres que nela habitam, que o *vãsy* foi desaparecendo e que o *uri* se estabeleceu. Contudo, o *vãsy* pode ser experienciado nos momentos em os Kaingang atuais reativam práticas e rituais tradicionais, ou quando se deslocam ao interior das matas ou aos cursos d'água. A paisagem, neste sentido, as matas de araucárias, assim como as nascentes de água compõem a imagem deste tempo que remete ao modo de vida kaingang antes da chegada do *fóg* (não indígena).

É justamente por meio deste trânsito entre tempos que os kujàs adquirem sua conhecida capacidade de antecipar eventos futuros, uma habilidade amplamente manifestada pela oralidade kaingang e registrada pela literatura antropológica (Rosa 1998, 2005; Baptista da Silva, 2002; Maréchal 2015, 2018, 2021). O sonho xamânico dos kujàs propicia o contato com espíritos de animais, vegetais ou de ancestrais mortos. Neste último caso, o ritual do Kiki, definido pela etnologia kaingang como culto realizado aos mortos, é considerado um dos principais rituais desta etnia.

Em meus diálogos com Mauricio Salvador, o Ritual Kiki foi mencionado a partir do forte vínculo com a terra, a memória, o conhecimento dos ancestrais e a capacidade de “lembrar coisas que você havia esquecido”. Parece existir uma forte relação de continuidade que é instaurada a partir da ruptura entre vivos e mortos, de forma que a morte de um ancestral pode também significar as condições de existência de um novo porvir, ou ainda, nos termos dos antropólogos Robert Crépeau e Frédéric Laugrand (2015), uma “continuidade transformadora”. O passado aqui é experienciado enquanto dinamicidade, potência transformadora, e não enquanto o que está morto e deve ser superado. Estamos diante de uma operação que parece conceber o passado enquanto ancestralidade, no sentido de estabelecer relações de proximidade, presença, continuidade e movimento de abertura a outros possíveis.

Neste sentido, o que tem se percebido nos movimentos indígenas de Retomadas da atualidade,

algo que para o caso kaingang remonta à década de 1970, conforme descrito por Danilo Braga (2015) como a “Reação Kaingang”, constituem uma forma de disputa política que abrange, além da luta pela terra, uma forma de reativação de memórias, histórias e práticas tradicionais, sendo estas elementos constitutivos de sua resistência e autonomia. Assim, os coletivos indígenas estão “reativando”³ práticas ancestrais como forma de resistir ao culto sem sonho (Benjamin, 2013), à feitiçaria (Stengers; Pignarre, 2018), ao esquecimento capitalista (Kopenawa, 2019).

No artigo *O xamanismo kaingang como potência decolonizadora*, Clémentine Maréchal e Herbert Herman (2018, p. 362) analisam os traços políticos presentes na práxis xamânica kaingang, sobretudo, acerca dos sonhos entre os kujà (*vênh péti*), enquanto “contraposição à racionalidade moderna”. É esta mesma racionalidade moderna que definiu determinadas populações como selvagens/primitivas/atrasadas, ou seja, a partir de um critério temporal baseado em uma temporalidade cronológica, linear e que se pretendeu universal. Segundo María Inés Mudrovcic (2018), no artigo *Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?*, este tempo cronológico, linear e pretensamente universal é o produto de uma “política de tempo”, com orientações particulares e excludentes, dado que:

Las políticas del tiempo consisten en un conjunto de operaciones que, a la vez que sancionan lo que es propio o característico del presente, construyen un “otro” excluyéndolo diacrónicamente o sincrónicamente de ese presente, el otro es anacrónico. El otro no es mi contemporáneo. (MUDROVCIC, 2018, p. 10)

Mudrovcic (2018) argumenta que o termo “contemporâneo” carrega em seu sentido um juízo de valor, e em relação ao qual se medem os sujeitos que estão situados mais próximos ao presente ou mais próximos ao passado. Deste modo, esta autora demonstra como esta operação de situar determinados sujeitos no passado é uma atitude normativa e política.

As questões brevemente citadas até aqui encaminham para uma reflexão: quais seriam as qualidades sensíveis desta ancestralidade kaingang que possibilitam caminhos para viver o futuro? Este pode ser uma ancestralidade mítica - não necessariamente de um tempo histórico ou de um passado histórico - e que acaba por criar condições para uma imaginação de futuro, para a implicação de um devir, que está contida na lógica do título do livro de Ailton Krenak, “Futuro ancestral” (2020).

Assim, considerando o sonho realizado pelos kujàs (xamãs), é possível realizar o trânsito para outros lugares e outros tempos através do sonhar, estabelecer alianças, adquirir conhecimento ou, como expressado pelos Kaingang, “enxergar lá na frente” - dado que a experiência onírica pode ser lida como possibilidade de conexão entre o mundo-aqui e o mundo-outro, entre o sociológico e o cosmológico.

Historicidade e Sonho ameríndio

As experiências oníricas dos Kaingang, enquanto elemento relevante para a experiência de tempo nesta sociedade, podem ser pertinentes para que nos aproximemos de seus modos próprios de historicidade e ainda, da política de tempo que está implicada nestas relações. A temporalidade do sonho apresenta diversos pontos de contato com a temporalidade operada desde a mitologia devido

3 Ver: Sztutman, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

ao cruzamento da fronteira ontológica que é realizado pelo kujà durante o sonho, da simultaneidade temporal e da abertura à alteridade efetuada na experiência onírica. Mas, antes de relacionarmos as temporalidades do sonho e do mito, é importante mencionar algumas dificuldades a respeito da categoria de sonho, desde uma perspectiva ocidental, que devemos contornar para que possamos percorrer a trilha em torno das noções ameríndias de sonho.

A antropóloga Karen Gomes Shiratori, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Acontecimento onírico ameríndio: o tempo desarticulado e as veredas dos possíveis*, publicada em 2013, realiza uma revisão bibliográfica da literatura etnológica sobre sonho no contexto de povos indígenas das Terras Baixas da América do Sul. Neste trabalho, a autora faz uma reflexão em torno da relação da existência onírica com a vida desperta, e do modo como são produzidos determinados eventos, tanto no sonho quanto na vigília. Os sonhos são tomados enquanto acontecimentos, portanto, como eventos reais produzidos pelas relações que a alma estabelece com seus interlocutores oníricos.

A exposição feita pela autora em torno das noções do tempo enquanto um fenômeno socialmente produzido e interpretado, estruturado dentro da cultura, e não apenas enquanto um dado universal, exterior e naturalmente dado pela realidade, foram notáveis em explicitar as consequências ontológicas e metafísicas do sonho ameríndio. Shiratori (2013, p. 7) argumenta que a reflexão proposta por ela “não se vale das alternativas inter e transdisciplinares”. Segundo a autora, esta foi uma saída encontrada por outros autores para tratar sobre o sonho, o que faz com que ocorra um ocultamento das ideias nativas. Assim, ela enfatiza as limitações do método psicanalítico para o contexto ameríndio/não ocidental, afirmando o caráter dos sonhos ameríndios enquanto eventos sociais e não individuais.

É possível estabelecer relações com os sonhos kaingang na análise feita por Shiratori (2013), pois o ato narrativo do sonho, assim como o ato narrativo do mito, borram os limites entre presente e passado mitológico dado que a performance discursiva do sonho narrado é um processo polivocal. Assim, a combinação das vozes (ancestrais, espirituais, e do próprio sonhador) tornam a experiência onírica coletiva. A intenção da mensagem é efetivada pela própria narração, deste modo, os conhecimentos são atualizados e os ensinamentos transmitidos. Os sonhos são parte do processo de uma montagem da memória, sendo esta composta pelas imagens de um tempo mítico e também pelas imagens do processo histórico. O sonho, assim como o mito, põe em movimento a simultaneidade temporal. Conforme descrito por Mauricio Salvador, em comunicação realizada em 2019:

Então basicamente a [importância] principal de todas, a questão histórica é buscada através dos espíritos, num acesso dos espíritos - principalmente pro kujà. [...] o kujà vai sentar e vai começar a colocar esses pontos, de que “eu tive um acesso e, dentro desse acesso, os parentes e descendentes antigos falaram que tem uma coisa nessa direção”. Então a gente tem que se dirigir nessa direção pra ver o que está ali. É basicamente isso o acesso que os kujà têm com os espíritos.

Em minha prática de campo, através do diálogo que pude estabelecer com os Kaingang de Kógunh Mág, a dimensão do sonho era sempre mencionada quando estávamos falando sobre a história, sobre o futuro, sobre a memória, sobre os ancestrais, etc. O sonho é um dado cotidiano e, talvez, por este motivo, era constantemente mobilizado na fala de meus interlocutores. Por fim, percebi que falar do tempo dos antigos (*vasy*) ou do tempo mítico (*gufã*) ou ainda, do tempo presente (*uri*), também significava falar sobre a experiência do sonho. O sonho para os Kaingang, assim como

para tantas outras sociedades não ocidentais, é levado a sério, pois os agenciamentos que ele ativa estão diretamente conectados à vigília, dado que indicam a determinação de possibilidades futuras.

O tempo do mito e o tempo do sonho

Não estamos trazendo nenhuma novidade ao afirmar que a matriz temporal do pensamento mitológico se relaciona com o passado de forma não linear. A multiplicidade referencial implicada no ato narrativo dessa experiência temporal (a narração do mito) possibilita a interação entre o tempo presente e o tempo das origens. Este último, por sua vez, traz as imagens simultâneas do porvir. Nesse sentido, a temporalidade do mito produz uma espécie de colagem de memórias ancestrais do futuro, situações históricas e cosmológicas, que são ativadas sincronicamente. Isso significa que a imagem dessa temporalidade mítica se expande em movimento e dinamicidade, não apenas em uma única direção, mas antes, desde um determinado presente e, a partir de um contraste - em uma relação dialética efetuada pelo tempo das origens - com um passado que, por meio do ato narrativo, também carrega a potencialidade do porvir. Em um único movimento, opera tanto a transformação quanto a continuidade.

Demasiadamente abstrata, a exposição destas dinâmicas temporais que o sonho ameríndio comporta podem ser melhor visualizadas com um exemplo. Para isto recorreremos à pesquisa realizada pela antropóloga Clementine Maréchal, intitulada *Eu luto desde que me conheço como gente: territorialidades e cosmopolítica Kanhgág enfrentando o poder colonial no sul do Brasil*, publicada em no ano de 2015. Neste trabalho, Clementine estabeleceu uma relação de colaboração com Iracema Gãh Té Nascimento - uma importante kujà (xamã) Kaingang. No relato a seguir, podemos visualizar o trânsito entre temporalidades que a kujà realiza em suas experiências oníricas que propiciam sua ida até o nũgme (aldeia dos mortos):

Tendo a capacidade de, nos seus sonhos *fi tigrãm sĩ* (sonhos para matar a saudade), se encontrar com seus seres queridos mortos, no *nũgme*. Ela pode pedir-lhes conselhos para ajudar a resolver problemas no tempo-atual, *uri*. Nesse sentido, ela afirma que “vive nos três tempos”: “Nós estamos no passado e no presente porque passamos o antigo pra frente, estamos nos três tempos. Damos continuação ao tempo dos antigos.” (MARECHAL, 2015, p. 161)

Semelhante ao indicado por Shiratori (2013), as experiências oníricas kaingang também podem ser descritas como situações liminares que expressam o processo em curso de fragmentação da pessoa. Estas situações liminares podem indicar a proximidade do sonho com a morte, pois, se no sonho a materialidade do corpo se transforma na imaterialidade da alma - enquanto duplo, um “outro” de si mesmo -, esta corre o risco de ser capturada por se encontrar neste espaço liminar. Conforme indica o perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro, “o fundo do corpo é o espírito, o fundo do espírito é o corpo” (Viveiros de Castro, 2002 *apud* Shiratori, 2013, p. 30).

Em um outro exemplo que relaciona a experiência onírica como momento de liminaridade, e ao contato com o mundo dos mortos, podemos citar a categoria de sonho na sociedade Yudjá (Juruna), presente na pesquisa realizada pela antropóloga Tânia Stolze Lima: “entre os Juruna, povo tupi do rio Xingu, “o sono é uma modalidade tênue de morte, uma pequena morte, ou, como diz sua expressão graciosa, uma espécie de morte classificatória, *nana*” (Lima, 2005 *apud* Shiratori, 2013, p. 21).

Conforme os exemplos mencionados acima, a temporalidade do sonho possibilita uma

composição entre fragmentos de tempos e que não pode ser comportada por um modo linear e progressivo de concepção temporal. Uma temporalidade que coloca em perspectiva temporalidades distintas, assíncronas - o tempo do “mundo-aqui” e o tempo do “mundo-outro”. De modo semelhante, também o mito pode ser compreendido a partir de sua forte relação com o presente, pois sua estrutura temporal permite que, por meio da elaboração ritual ou em certas circunstâncias, como durante o sonho xamânico, o tempo das origens possa ser acessado pelos xamãs - os mediadores por excelência, capazes de acessar o espaço de comensurabilidade ontológica instaurado pelo sonho xamânico. Dentro da prática xamânica do kujá estão presentes elementos que viabilizam processos de uma “continuidade transformadora” (Crépeau, 2008) e que, conforme mencionado, acionam uma outra dimensão espaço-temporal.

Em conferência intitulada *Períodos do ciclo de vida do povo Kanhgág Coroado* realizada em agosto de 2024 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dorvalino Refej Cardoso - um importante ancião kaingang e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - nos informa que, a respeito das relações implicadas ao ato narrativo de um *gufã* (tempo mítico) e da dimensão espiritual que atravessa estas histórias ancestrais transmitidas pela força da oralidade kaingang:

[...] Contar essa História que têm a espiritualidade por trás, as pessoas têm que ouvir deitadas. Porque dizem que dá problema de saúde. Eu aprendi assim. O velho lá contando e o fogo ali. Ele lá em cima do pedaço de pau, contando, e nós deitados ao redor do fogo. Porque não pode participar destas Histórias sentado. Prejudica as costas, os nervos. E isso é de noite, e o fogo velho ali. Por quê o fogo ali? Ele faz parte do aprendizado. Olhando o movimento do fogo, o teu pensamento vai flutuando. Porque quando tu está contando a História aqui, tu não está mais aqui, tu está flutuando, tu está em outros espaços. Teu corpo aqui, mas teu pensamento está vagando no espaço. Buscando informação. É pra esquentar essa memória, que é o fogo; ele esquentar a memória; e vem assim, nascem as coisas esquecidas! Você... olhando o movimento do fogo ali. O fogo está trabalhando, está movimentando... Isso ajuda muito você pensar as coisas.

Segundo Dorvalino Refej (2024), o fogo é descrito como um agente mediador que trabalha entre a memória e o esquecimento, de modo que temos aqui um agenciamento não-humano operado pelo fogo, neste caso um elemento social⁴. Natureza e cultura não se encontram em oposição, mas estão imbricados no ato narrativo de expressão do “pensamento” que percorre “outros espaços”.

Quando nos deparamos com discursos da ordem da história ou da mitologia, a preocupação com a memória e o esquecimento é igualmente presente para os dois casos. Contudo, no caso da mitologia, enquanto uma área clássica forjada dentro da Antropologia, teoricamente e metodologicamente, ela nos oportuniza elementos imprescindíveis para trabalharmos com determinadas narrativas que constituem as historicidades ameríndias. Sobretudo aquelas narrativas que abarcam a dimensão humana, não-humana e sobre-humana, como na comunicação feita por Dorvalino Refej (2024), na qual é possível perceber importância que a dimensão espiritual do ato narrativo abrange, inclusive enquanto uma prática cuidadosamente elaborada e prescrita por protocolos que devem ser criteriosamente observados, por efeito de serem potencialmente hostis ao corpo.

Sabemos que concordância de tempos é um valor que existe absoluto apenas na percepção

4 De acordo com o antropólogo Sérgio Baptista (2002, p.198), o fogo, enquanto um elemento ligado ao mundo social, “está sempre presente no momento da obtenção dos poderes vindos da natureza.”

ocidental, que é baseada na linearidade progressiva da forma da historicidade moderna. Essa é, aliás, a diretriz crucial que em grande parte definiu o que Georges Didi-Huberman (2015) compreende como a “atitude canônica” da prática historiográfica - a busca pela concordância dos tempos.

O lugar em que a experiência histórica ocidental situa o anacronismo - enquanto um caminho a ser evitado - parece contrastar com o modo como as historicidades não ocidentais situam os efeitos deste fenômeno no interior de sua estrutura. Conforme menciona Marshall Sahlins (1997) acerca do contexto de populações originárias da região do Oceano Pacífico:

E se a antropologia herdou uma bela coleção de mitos, graças aos problemas práticos das batalhas, é somente porque os maori pensam o futuro como estando já às suas costas e encontram no maravilhoso passado a medida das demandas feitas às suas existências atuais (cf. Johansen, 1954). (SAHLINS, 1997, p. 79)

É neste ponto que as conexões instauradas pela evocação de um evento passado, com o intuito de compreender a conjuntura presente, evidenciam uma instigante forma de conceber os acontecimentos. Trata-se de uma narrativa intencionalmente dirigida, na qual um sentido pretérito é instaurado no presente. O que a tradição historiográfica ocidental entenderia como um erro, um anacronismo, a subjetividade originária percebe e utiliza como uma potência do porvir, uma virtualidade futura que se entrelaça com o contexto presente, e a partir de uma temporalidade ancestral. Pensar o futuro estando às costas é o mesmo que, conforme dito pela kujà Iracema, “passar o antigo para frente” e, desta forma, “estar nos três tempos”.

O ritual do kiki e o dever de memória

Recentemente, durante o período que pude conviver com os Kaingang de Kógunh Mág, o Ritual do Kiki também esteve presente nos diálogos realizados com Mauricio Salvador. Em um destes diálogos, falamos a respeito dos efeitos suscitados no corpo pela ingestão da bebida que nomeia o ritual “kikikoi” - uma bebida fermentada a base de mel, ervas, milho, e água⁵. Durante o ritual, os rezadores dançam ao som de seus *xikxy* (chocalhos) e fazem a reza para os *vẽnh kuprĩg há* (espíritos bons) e os *vẽnh-kuprĩg korég* (espíritos ruins), enquanto bebem o kikikoi. O ritual só acaba depois que toda a bebida é consumida pelas pessoas participantes. A respeito das ações no corpo provocadas por esta prática ritual, Mauricio Salvador faz referência à uma antiga conversa que teve com seu já falecido pai - Zílio Jagtỹg Salvador, uma importante liderança e referência do povo Kaingang. Ele comenta que seu pai lhe disse que:

tu bebe um copo cheio daquilo ali, ele te relaxa, não é que você fica bêbado, só que é um momento que você relaxa e começa a trabalhar só a cabeça, começa a vir coisas que você tinha esquecido na tua cabeça. Você busca pessoas que falaram pra você, determinadas coisas e voltadas para a questão cultural, de como tem que seguir a questão cultural. Então é essa a sensação que o kiki traz pra você.

Assim, pela chave da mitologia e conforme as práticas rituais kaingang, o tempo *gufã* é cultivado como potência do porvir, de modo que as práticas rituais trazem à tona uma memória não

5 O antropólogo Rogério Réus Gonçalves da Rosa, em sua dissertação de mestrado intitulada A Temporalidade Kaingang na Espiritualidade do Combate (1998), aponta que neste ritual é servida a bebida kikikoi, preparada com mel, leite, garapa, açúcar e água. Os ingredientes permanecem fermentados por um mês no interior do tronco de um pinheiro, o *kõkey*, que é sacrificado para este fim.

do passado, mas do futuro. Conforme observado por Crépeau (2008, p. 70, tradução nossa), “o rito não pode ser apenas uma repetição do passado, mas a geração de um presente e de um futuro. O cerne profundo de todo ritual é a atualização no presente de uma certa memória: o passado e uma memória ainda incerta: o futuro”. De acordo com Crépeau (2008, p. 69, tradução nossa), os mitos participam da memória coletiva da sociedade kaingang, e quando informam um sistema ritual, estão “relacionados aos compromissos que a coletividade deseja honrar e dos quais deseja se lembrar coletivamente, ou seja, não esquecer.”

A reativação de práticas rituais, nos contextos das Retomadas indígenas, é o que possibilita as condições para a luta por um futuro possível. Esta não é uma luta somente de humanos, trata-se uma disputa que está para além da dimensão humana propriamente dita, dado que, conforme os relatos aqui expostos, existe uma forte conexão e diálogo com uma dimensão espiritual - uma expressão dos movimentos cosmopolíticos operados nestes contextos. Isto posto, concordamos com as reflexões de Bianchi (2023, p. 157), quando este sugere que “mais do que a pluralidade entre tempos históricos, do que precisamos, hoje, em vistas de uma compreensão mais elaborada das políticas ameríndias do tempo, é um espaço intelectual capaz de assumir as implicações epistêmicas do pluralismo cosmopolítico.”

Conhecimentos relacionados à terra, aos espíritos, aos animais, às plantas e aos sonhos, são um pequeno exemplo destas práticas ancestrais que são politicamente mobilizadas no interior das estratégias elaboradas pela Retomada Kógunh Mág. Já externamente, é notável a constante reorganização das relações políticas com o Estado e suas instituições. Recentemente, em acordo firmado com autoridades administrativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Floresta Nacional (FLONA) de Canela e de São Francisco de Paula, mediada pelo Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), os grupos Kaingang e Xokleng puderam ser ouvidos e considerados em suas reivindicações. Isso representou uma pequena vitória para estes coletivos em direção ao reconhecimento de seus territórios ancestrais pela sociedade brasileira. O acordo firmado após mais de dois anos de tratativas formais, incluindo visitas técnicas realizadas pelo Sistema de Conciliação da 4ª Região/TRF4, reuniões e audiências com membros da equipe técnica e procuradorias do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Procuradoria Regional da República da 4ª Região e de membros das comunidades Kaingang e Xokleng, garantiu a permanência das comunidades indígenas na área hoje sobreposta pelas Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula. Estes acordos também barraram o contrato de concessão das Florestas Nacionais, que haviam sido desestatizadas em no ano de 2021.

A menção à uma temporalidade que remete à um outro tempo - ao tempo dos antigos, tempo de antigamente, tempo dos ancestrais - para o caso das manifestações derivadas de sociedades ameríndias, é algo que, de forma perene, vem sendo mobilizado no interior do discurso político destes grupos. Conforme Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski:

[...] os coletivos ameríndios, com suas populações comparativamente modestas, suas tecnologias relativamente simples mas abertas a agenciamentos sincréticos de alta intensidade, são uma “figuração do futuro” (Krøijer 2010), não uma sobrevivência do passado. Mestres da bricolagem tecnoprimitivista e da metamorfose político-metafísica, eles são uma das chances

possíveis, em verdade, da subsistência do futuro. (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 165)

Ao contrário da ideia estereotipada que situa os povos indígenas no passado - amplamente difundida e arraigada na sociedade nacional - os povos originários vêm demonstrando que a mobilização deste tempo ancestral se constitui como uma possibilidade de futuro. Dado que, a condição de ancestralidade aponta para a afirmação das alteridades originárias e para a defesa de seus direitos congêneres (e constantemente sob ataque), citados no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Conclusão

A abordagem desta pesquisa pretendeu partir de questões oriundas do sistema de valor e do modo de vida kaingang, que informam suas práticas políticas. Estas, por sua vez, constantemente se referem ao ancestral - uma dimensão espaço-temporal - como possibilidade de criar alternativas aos desafios impostos pela imposição da narrativa do Estado-nação homogeneizador, que concebe o tempo enquanto uma força linear e coercitiva que vai em direção ao progresso.

Mais do que privilegiar uma compreensão com vias a “descobrir” as especificidades da temporalidade kaingang, acreditamos que esta abordagem “culturalmente sensível” (Smith, 2018) também possa servir para colocar em perspectiva as características coloniais presentes em nossos próprios paradigmas ocidentais, com relação à cultura de passado que informam nossas práticas políticas mobilizada desde o Ocidente. Neste sentido, vemos que é fundamental uma abertura do discurso historiográfico a partir de experiências e proposições cosmopolíticas ameríndias.

Acreditamos que o desafio teórico e político para o fazer historiográfico contemporâneo passa pelo reconhecimento destas outras formas de temporalidade, como as que os Kaingang operam, e que se articulam às lutas do presente por direitos originários.

Referências bibliográficas

BAPTISTA DA SILVA, S. da. Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, ano 8, n. 18, p. 188-209, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/129347>. Acesso em: 07 out. 2024.

BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIANCHI, Guilherme. *Historicidades em deslocamento: temporalidade e política em mundos meríndios*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

BRAGA, Danilo. *A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do Silêncio, à reação, a reconquista e a volta pra casa (1940-2002)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Terra Indígena Serrinha, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181454?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 07 out. 2024.

CRÉPEAU, Robert R. Le rite comme contexte de la mémoire des origines. *Archives de sciences sociales des religions*, n. 141, p. 57-73, 2008 Disponível em: https://www.academia.edu/33467058/Le_rite_comme_contexte_de_la_m%C3%A9moire_des_origines. Acesso em: 07 out. 2024.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*; tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAUGRAND, Frédéric; CRÉPEAU, Robert R. Chamanismes, Réseaux Religieux et “empowerment” Dans Les Sociétés Autochtones Des Amériques. *Anthropologica*, Toronto, CAN, vol. 57, no. 2, p. 277–87. 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/609248>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARÉCHAL, Clémentine Ismérie. *Eu luto desde que me conheço como gente: Territorialidade e cosmopolítica Kanhgág enfrentando o poder colonial no sul do Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131713?locale-attribute=es>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARECHAL, Clémentine Ismérie. *Ēggaēgkófa tú (A nossa terra é a nossa história): Território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225931>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARECHAL, Clémentine Ismérie; HERMANN, Herbert Walter. O xamanismo kaingang como potência decolonizadora. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, v. 24, n. 51, p. 339-370, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos/issue/view/3620/824>. Acesso em: 07 out. 2024.

MUDROVICIC, M. I. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. *ArtCultura*, Uberlândia, GO, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584>. Acesso em: 07 out. 2024.

MOREIRA, Guilherme Bianchi. *Historicidades em deslocamento: tempo e política entre os Ashaninka*

da Amazônia peruana e os Misak dos Andes colombianos. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/e348754b-5e4b-4e61-b63d-d94cd0b2def8>. Acesso em: 07 out. 2024.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história*. 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/14623>. Acesso em: 07 out. 2024.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. *A Temporalidade Kaingang na Espiritualidade do Combate*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SHIRATORI, Karen Gomes. *O acontecimento onírico ameríndio: o tempo desarticulado e as veredas dos possíveis*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/34194689/O_acontecimento_on%C3%ADrico_amer%C3%ADndio_o_tempo_desarticulado_e_as_veredas_dos_poss%C3%ADveis. Acesso em: 07 out. 2024.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La brujería capitalista: prácticas para prevenirla y conjurarla*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Hekht Libros, 2018.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 338-360, abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/10637>. Acesso em: 07 out. 2024.

TOMMASINO, K. Os deslocamentos contemporâneos dos Kaingang da Bacia Do Tibagi/Paraná. *Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade*, São Paulo, n. 20, p. 222–259, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/46338>. Acesso em: 07 out. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *Encontros*. Entrevistas organizadas por Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

DURANTE, DEPOIS: MOMENTOS TESTEMUNHAIS

Maya Moldes

Doutoranda PPGHIS-UFRJ

E-mail: maya.moldes.mrp@gmail.com

“Essa desproporção entre a experiência vivida e o relato possível apenas veio a se confirmar com o tempo. Lidávamos então com uma dessas realidades que, dizem, superam a imaginação.”

Robert Antelme, *A espécie humana*.

“Meus caros.” Endereça Emmanuel Ringelblum em seu diário. (RINGELBLUM, 1964, p. 34). “Dizem que, a cada dia, 10 mil vão embora de Varsóvia. Nós vivemos como bolhas de ar na água.” (GÓRNA, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 45)¹ “A morte paira diante de nossos olhos. A vida é uma sequência de medos.” (KAPLAN, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 46). “Imagine nosso desespero, estamos muito felizes que pelo menos você nos escreveu, nós choramos de alegria com isso.” (OS, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 45). “Faça tudo o que puder imaginar. Agente firme.” (OS, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 48). “Bom dia. Nós temos apenas que conseguir imaginar um jeito de enterrar as caixas. Sim, mesmo hoje, nós não esquecemos disso. Ao trabalho até o último momento. Segunda-feira, 3 de agosto, 16 horas.” (Lichtansztejn, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 51). “É de manhã. Estamos num vagão com a família inteira. Na parada em Praga, escrevo-lhe algumas palavras. Tenha esperança. Não lhe envio meu novo endereço, porque não sei ainda. (OS, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 53). Estes são alguns fragmentos que pertencem ao arquivo Emmanuel Ringelblum, em Varsóvia. Dele fazem parte os escritos do próprio Ringelblum, “Crônica do gueto de Varsóvia”, começado em novembro de 1939, quando da ocupação nazista na Polônia, até março de 1944, o mês de sua morte por fuzilamento, após recusar-se a deixar sua cidade. Também compõe o arquivo cartas, diários, reportagens, livros infantis, desenhos, bilhetes lançados de trens, cacos da história, reunidos por Ringelblum e seus colaboradores da sociedade Oyneg Shabes, a alegria de sábado. “Apaguem os rastros!”, instou Brecht. “Reúnam o máximo possível!”, respondeu Ringelblum à ameaça de desaparecimento. Para compor uma história que tencionava ser, nas palavras do próprio, “documental, datada, tão precisa quanto possível. Monumental, irrefutável, inesquecível.” (RINGELBLUM, 1964, p. 19). Emmanuel Ringelblum, nascido em 1900, comunista, historiador profissional, defendeu um trabalho sobre o papel dos judeus na revolta de 1794, na Polônia, e sob outros céus e o mesmo chão, tomou parte na articulação da revolta do Gueto de Varsóvia, em 1943,

¹ Carta de Bronka Górna, escrita do gueto de Patch, enviada a seu marido em 9 de abril de 1942. (DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 45). Fragmentos retirados do arquivo Oyneg Shabes, transcritos por Georges Didi-Huberman durante visita à Varsóvia em seu livro *Esparsas: viagem aos papéis do gueto de Varsóvia*. No caso de fragmentos não nomeados, utilizaremos a sigla OS (Oyneg Shabes). Edição de referência: Archiwum Ringelbluma. Konspiracyjne Archiwum Getta. Warszawy, I. Listy o Zagładzie, org. R. Sakowska. Varsóvia: Żydowski Instytut Historyczny im. Emanuela Ringelbluma, 1997.

embora tenha sido evacuado por seus companheiros para o lado ariano, alguns meses antes, pois seu trabalho imprescindível era empunhar caneta e papel e testemunhar, historiografar:

Emanuel Ringelblum se revoltava ao escrever a história dos seus, chamados a desaparecer, para que ela chegasse até – e fosse lida por – outros, estes chamados a sobreviver, e dos quais ainda hoje fazemos parte. Ele foi um resistente escrevendo, um resistente de papel, preenchendo suas folhas incansavelmente até seu último esconderijo, antes de ser preso e fuzilado com sua mulher e seu filho pequeno em março de 1944. (DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 20)

Se uma das imagens mais eloquentes – e, podemos dizer, problemática – sobre a Shoah é que este evento é o terremoto que destruiu até o sismógrafo², o que dizem as palavras daqueles que falavam *durante* o abalo sísmico? Algumas dentre as passagens que busquei reunir, diante de tantos fragmentos, “você pode imaginar”, “imagine”, “imagino”, me levaram a imaginar que o inimaginável se trata de uma invocação do depois. Por quem? Quando? São questões relevantes; para buscar respondê-las, deveríamos mapear as menções ao inimaginável, se surgiram primeiro na Literatura de Testemunho, em que fase desta e se, mesmo nesta, surgiu como uma expressão do sobrevivente diante da própria sobrevivência ou diante de outro, que não compartilha a mesma condição. Não é essa a ambição deste texto. Por ora, apenas como um exercício de leitura comparativa – que foi, afinal, de onde surgiu a própria ideia de escrevê-lo – vou assumir que haja uma substância narrativa distinta no durante e no depois testemunhal. Trata-se de um gesto de organização linear provisório, embora não deixe de reconhecer que a questão da temporalidade entremeada já seja presente a partir da própria discussão sobre trauma. Mas ainda não apresentei o autor que realmente estudo, Jorge Semprún, outro comunista, este espanhol, este sobrevivente, e seu livro *A escrita ou a vida*, de 1995, 50 anos escrito no depois. Dois testemunhos; um emoldurado pelos muros do gueto, outro pelas cercas de Buchenwald.

Há, certamente, uma pluralidade de “durantes” e de “depois” e mesmo me reconhecendo como uma furtiva coletora e montadora de citações tomadas, à moda das passagens, tecer afinidades entre os dois autores me custou alguma inquietação, por suas muitas assimetrias, que não me parecem dizer somente dos respectivos momentos testemunhais, mas, principalmente, da questão judaica, que é ausente em Semprún. Mesmo assim, acredito que há chaves de leitura que permitem perceber que há certos topos no testemunho que são da ordem do durante ou da ordem do depois. Há exemplo da zona cinzenta de Primo Levi, que nos insta a reconhecer que “não há tribunal humano a qual atribuir o julgamento sobre aqueles cuja coação foi máxima”, “submetidos à mudança de código moral”. (Levi, 2023, p. 64). “Imagine, se conseguir”, diz Levi no depois, sobre a ambiguidade de um Rumkowski, rei do gueto de Lodz. “Eu acuso”, diz Ringelblum ao judenrat de Varsóvia, aos seus dirigentes, aos que não hesitavam em sustentar uma hierarquia de classes, durante, que não venderam suas peles para doar fundos para as obras sociais do gueto e se as peles foram confiscadas pelos nazistas e esses mesmos judeus logo se igualaram no frio, essa não se torna uma condição de solidariedade, pois é preciso lembrar, diz Ringelblum “que vender as peles e doar o dinheiro é urgente, antes que os gestapistas as confisquem.” (Ringelblum, 1964, p. 135). Talvez o testemunho de Levi, por ser um “estudos de alguns aspectos da alma humana, seja um exemplar mais tangível da ordem do depois,

2 Referência à imagem de Jacques Derrida: o Holocausto é um terremoto que não só destrói vidas humanas, mas também os instrumentos capazes de mensurá-lo (apud FRIEDLÄNDER, 1999, p.22).

especialmente porque na maior parte de *A escrita ou a vida*, embora seja um testemunho maduro, Semprún narra a si mesmo como o jovem de 20 anos que era, ao ser detido pela Gestapo. Também o presente é o tempo verbal predominante em seu texto.

Sobre as chaves de leitura, começo pela já mencionada, a da imaginação, que foi, afinal, a que sinceramente me mobilizou, quando tropecei nas crônicas de Ringelblum, movida por uma leitura transversal e outros objetivos, nas páginas de Todorov e Didi-Huberman, buscando uma teoria que me ajudasse a articular questões narrativas na obra de Semprún. O que significa tornar imaginável, mas quero dizer, legível, durante, depois? Em seguida, vou tentar percorrer o que essa primeira nos remete da questão com a história, e, por fim, da questão com a verdade. Como este texto corresponde a uma apresentação breve, também ele terá pouco espaço de desenvolvimento. Por isso, buscarei privilegiar o uso comparativo de passagens das obras trabalhadas, não tencionando criar um efeito ilustrativo, mas de montagem. Como diz outro autor de quem gosto muito, Pierre Missac: não há melhor meio de não dizer demais, do que saber mostrar.

Da questão com a imaginação

“17 de dezembro de 1943, Estou otimista, não quanto às minhas possibilidades de sobreviver, mas quanto à possibilidade de conseguir que nenhum aspecto da vida dos judeus desta época e deste lugar fiquem sem ser imaginados no Mundo”. (Ringelblum, 1964, p. 136). Como o cronista benjaminiano, Ringelblum é um colecionador:

Sua natureza de “migalhas”, uma coleção de um pouco de tudo, de coisas “menores”, deve ser entendida na perspectiva de uma *história aberta*, atenta a todos os aspectos da existência, e não somente aos registros dos fatos e à sua síntese. (...) Assim, o famoso “depoimento” de Walter Benjamin, suas teses Sobre o conceito de história, parece – de longe, mas numa exata contemporaneidade histórica e política – expressar filosoficamente o próprio projeto de Emanuel Ringelblum. (DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 67)

Retomando as teses: “O cronista que narra profusamente os acontecimentos, sem distinguir grandes e pequenos, leva com isso a verdade de que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história”. (BENJAMIN, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 68). Em 1942, “A guerra modifica as condições de vida dos judeus nas cidades polacas com uma espantosa rapidez. Cada dia que passa é diferente do anterior, tal como as imagens num filme. Importa, portanto, fixar cada imagem com precisão.” (RINGELBLUM, 1964, p. 23). Num instante de perigo, completaria Benjamin. A questão da imaginação, portanto, da legibilidade, era uma questão de ordem prática: “Nós temos apenas que conseguir imaginar um jeito de enterrar as caixas.”, diz Lichtensztein, camarada de Ringelblum na sociedade Oyneg Shabes. Como quem diz, “nós temos apenas que lançar ao mar a garrafa com a mensagem”, mas cuja essa missão já é por si tão difícil, que não ocorra ao transmissor que ela possa estar escrita numa língua que quase irá desaparecer, assim como seus falantes. Que ela possa não ser compreendida ou mesmo afetada por outra questão, também prática, como a água (debaixo da terra, não do mar) que penetrou e encharcou as latas de leite onde estavam cerrados, de forma insuficientemente hermética, o que é irônico, os arquivos do gueto.

Já em Semprún, “Haverá sobreviventes, com certeza. Eu, por exemplo. (...) Estamos em 12 de abril de 1945, dia seguinte da libertação de Buchenwald”, escreve ele, em 1995,

A história está fresca, em suma, Nenhuma necessidade de um esforço especial de memória. Nenhuma necessidade tampouco de uma documentação fidedigna, verificada. Ainda está no presente, a morte. (...) No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, como se compreenderá facilmente. (...) Em síntese, sempre se pode dizer tudo. O inefável com o qual [depois] vão nos martelar os ouvidos não passa de um álibi. Ou sinal de preguiça Basta dizer tudo dessa experiência. Basta pensar nela. E a ela se dedicar. (...) Mas pode-se tudo ouvir, tudo imaginar? Poder-se-á ouvir, se imaginar? Terão eles a paciência, a paixão, a compaixão, o rigor necessários? (SEM-PRÚN, 1995, p. 22, 23)

Aqui, neste depois, a questão da imaginação também não diz da experiência vivida. Semprún a qualifica diversas vezes como insuportável, mas nunca inimaginável. Ele coloca o problema da imaginação nos ouvintes e sabe que fazer chegar a mensagem e torná-la legível não é mais um desafio literal, da sobrevivência do arquivo, mas narrativo. Marek Edelman, camarada de Ringelblum no gueto, sobrevivente do levante, conta, três dias depois de sua libertação: “Faltavam-nos armas e experiência. Os alemães combatiam bem” E aqui cito Todorov: “os ouvintes ficaram muito decepcionados e atribuem a medíocre qualidade do testemunho ao estado de choque em que seu autor se encontrava.” (TODOROV, 2017, p. 27):

Ele não falou do jeito como deveria falar/ De que forma é preciso dizer? ele se perguntou. / É preciso falar com ódio, urrando, pois nada além de um grito pode exprimir isso. Por isso, desde o primeiro instante ele não soube como falar, pois não sabia gritar. Ele não estava à altura de um herói. (TODOROV, 2017, p. 27)

Será essa uma pista do porquê Semprún narra a própria libertação, notadamente como um herói?

“Feindalarm, Feindalarm!”

O inimigo estava às portas: a liberdade. Então, os grupos de combate reuniram-se nos pontos combinados previamente. Às três horas da tarde, o comitê militar clandestino deu ordens de se passar à ação. Companheiros surgiram de repente, com os braços carregados de armas. Fuzis automáticos, metralhadoras, algumas granadas de mão, parábéluns, bazucas, já que não existe palavra francesa para essa arma antitanque. (...) Armas pacientemente reunidas ao longo dos anos para este dia improvável: hoje. O grupo de choque dos espanhóis estava concentrado numa ala do térreo do block 40, o meu. Na alameda, entre esse block e o 34 dos franceses, apareceu Palazón, seguido pelos que portavam as armas, em passo rápido. — “Grupos, a formar!”, berrava Palazón, o responsável militar dos espanhóis. Tínhamos pulado das janelas abertas, berrando também. Cada um sabia que arma lhe estava destinada, que caminho pegar, que objetivo atingir. Desarmados, misturados na multidão atarantada, esfaimada, desorientada, das tardes de domingos, nós já tínhamos ensaiado esses gestos, percorrido esse itinerário: o entusiasmo tornara-se reflexo. (...) Mais tarde, marchávamos para Weimar, armados. Caída à noite, os blindados de Patton nos agarraram na estrada. Suas guarnições descobriam, de início atônitas, exultantes após nossas explicações, aqueles bandos armados, aqueles estranhos soldados maltrapilhos. (...) Nenhum de nós, nunca, teria se atrevido a sonhar com isso. Nenhum suficientemente vivo ainda para sonhar, para se arriscar a imaginar um futuro. Sob a neve das chamadas, enfileirados em linha reta aos milhares para assistir ao enforcamento de um companheiro, nenhum de nós teria se atrevido a levar esse sonho até o final: uma noite, armados, marchando para Weimar. (...).

Eu ria, estar vivo me fazia rir. (SEMPRÚN, 1995, p. 18-19, grifo meu)

Destaco essa passagem de tamanho considerável. Ela possui o tom de uma cena de ação e não gostaria de tê-la cortado, fazendo com que perdesse o fôlego, através da síntese de minhas palavras; em sua extensão, podemos perceber exatamente os elementos que foram considerados

ausentes no testemunho de Marek Edelman. Gritos arrebatados, postura ativa na própria libertação, emoções reconhecíveis para o desfecho de uma cena de ação bem sucedida e, mesmo, abertura para o futuro. Considerando que foram escritas em 1995, podemos nos questionar se trata-se [somente] da reconstituição da experiência de Semprún, ou se, a tal altura, também é uma resposta às expectativas construídas sobre os testemunhos.

Da questão com a história

No durante, Ringelblum confiava na história:

A meu ver, todos, competentes ou não, têm o dever sagrado de registrar tudo que viram ou ouviram que os alemães fizeram. Tudo deve ser registrado, sem deixar de lado um único fato. E quando chegar a hora – e ela virá certamente –, o mundo lerá e saberá o que os assassinos fizeram. Aquilo que as pessoas em luto escreveram dessa época será o material mais importante da História. (...) As informações, assim que obtidas, devem ser recolhidas, reunidas, verificadas, interpretadas, e, finalmente, escritas.” (RINGELBLUM, 1964, p. 15)

Seria um reflexo de sua profissão historiador? Em um momento de perigo, historiadores se voltam para a segurança de arquivos ou urgem criá-los? – Agravando o grau de perigo sobre si mesmos, diga-se. Talvez esta seja menos uma prerrogativa profissional e mais uma questão do durante:

O outro rapaz que ajuda Lichtensztajn a enterrar os documentos escreveu, por sua vez: “Vou correr para os meus pais, ver se está tudo bem com eles. Não sei o que vai ser de mim. Lembrem-se, eu me chamo Nahum Grzywacz. É um terrível paradoxo quando o coletor de testemunhos, tendo tanto trabalhado para que seus semelhantes não fossem esquecidos, de repente sente a angústia de ser ele mesmo apagado da história. (DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 52)

Mas também as últimas palavras de Gustawa Jarecka, antes de ser deportada para Treblinka, onde morreu em 1943, foram de confiança na história:

A crônica que nós escrevemos no gueto deve ser lançada como uma pedra sob a roda da história a fim de pará-la. Podemos perder toda esperança, exceto esta: que o sentido do sofrimento e das destruições desta guerra surgirá quando eles forem considerados de longe, numa perspectiva histórica. (JARECKA, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 27)

A expectativa urgente dessa primeira frase, não ecoa a de outro judeu conhecido nosso? Este também, perseguido e, de certa forma, morto, pelo mesmo regime: “Antes que a centelha chegue à dinamite é preciso que o pavio que queima seja cortado.” (BENJAMIN, 2012, p. 46).

Pensando no depois, em Jorge Semprún: ao se deparar com a primeira versão de seu próprio livro, Semprún comenta: “Reli a frase, ela não me dizia nada. Só continha informações, decerto necessárias. Mas as informações, mesmo as mais necessárias à transparência do relato, nunca me apaixonaram.” Especificamente sobre sua relação com a história:

— Imagino que haverá uma quantidade de testemunhos... Eles valerão o que valer o olhar da testemunha, sua acuidade, sua perspicácia... E, além disso, haverá documentos... Mais tarde, os historiadores recolherão, reunirão, analisarão uns e outros: farão obras eruditas... Onde tudo estará dito, anotado... Onde tudo será verdade... salvo que faltará a verdade essencial, a qual nenhuma reconstrução histórica jamais poderá alcançar, por mais perfeita que seja... (SEMPRÚN, 1995, p. 126)

Com a passagem de Ringelblum em mente, a de Semprún se destaca ainda mais pelo contraste. Não apenas não há confiança na história, como sua perspectiva demonstra que ele considera que testemunho e historiografia passaram a habitar campos antitéticos. O primeiro, contém todo essencial da experiência, não necessariamente transmissível, a mercê da acuidade narrativa do testemunho; já a historiografia contém tudo mais, que seria a reconstituição factual, mas que nada teria de essencial; portanto, novamente, a transmissão é comprometida. Nesse caso, não haveria nada a transmitir, apenas a apurar e conhecer.

Da questão com o dizível e com a verdade

Não vamos nos deter e apurar tantos fatores no depois, que talvez justifiquem a aversão de Semprún aos historiadores e à nossa capacidade de transmitir sentidos essenciais de uma experiência. Vamos concluir, fazendo uma reflexão sobre a verdade durante e depois de cada momento do testemunho. “Eu queria falar por mil bocas”, diz Zelig Kalmanowicz, em 23 de março de 1942, em testemunho ao arquivo de Ringelblum. “**Imagine só.** Estou cheia como uma romã, de coisas para contar.” (KALMANOWICZ, apud. DIDI-HUBERMAN, 2023, p. 125, grifo meu). Em Semprún:

Pode-se dizer tudo dessa experiência. Basta pensar nela. E a ela se dedicar. Ter o tempo, decerto, e a coragem de um relato ilimitado, provavelmente interminável, iluminado — circunscrito também, é claro — por essa possibilidade de se prosseguir ao infinito. Arriscando-se a cair no repetitivo e no maçante. Arriscando-se a não conseguir terminá-lo, a prolongar a morte, se necessário, a fazê-la reviver permanentemente nos cantos e recantos do relato, a não ser mais do que a linguagem dessa morte, a viver às suas custas, mortalmente. (SEMPRÚN, 1995, p. 23)

E em outro momento:

Só alcançarão essa substância, essa densidade transparente, os que souberem fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou de recriação. Só o artifício de um relato que se possa controlar conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho. (SEMPRÚN, 1995, p. 23)

A princípio, as concepções de verdade são distintas. Ringelblum buscou contar tudo, Semprún, fazendo uso do artifício da ficção, buscou contar várias vezes, reescrevendo sua experiência em diversas versões, ao longo de todos os seus livros. Acredito que quando o depois é uma abstração, o durante é tomado pela urgência do apelo à concretude, à materialidade, ao todo possível ante à iminência de desaparecer. Já ante à iminência da incompreensão, Semprún escolhe fazer da sua experiência uma abstração, uma elaboração, uma reescrita, uma ficção até, em nome da transmissibilidade. Mas são concepções de verdade tão somente distintas? Ringelblum diz que a fraternidade é sua divisa:

O OS era, na verdade, uma fraternidade, uma ordem de irmãos; na nossa bandeira inscrevemos a divisa: <SÊ PRONTO A SACRIFICAR-TE. SÊ LEAL COM TEUS IRMÃOS. E SERVE A SOCIEDADE.> (RINGELBLUM, 1964, p. 24).

Semprún diz:

Inventei o cara de Semur para me fazer companhia quando refiz essa viagem na realidade da escrita. Inventei o cara de Semur, inventei nossas conversas: a realidade muitas vezes precisa de invenção para se tornar verdadeira. Quer dizer, verossímil. Gostaria de ter realmente lhe feito companhia, durante a viagem, diz o ator que representou o papel do cara de Semur na

adaptação filmica. A fraternidade porém, não é apenas um dado do real. Também é, sobretudo, uma necessidade da alma. Uma ficção pertinente e calorosa, pela qual sempre vivi. (SEMPRÚN, 1995, p. 254)

Para aproximar os dois autores, e concluir, encerro, com as palavras de Todorov, de que verdadeiro é tudo aquilo que deriva de um contato. (TODOROV, 2017).

Fontes

RINGELBLUM, Emanuel. **Crônica do Ghetto de Varsóvia**. Trad. Gonçalo d'Orey. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1964.

SEMPRÚN, Jorge. **A escrita ou a vida**. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, vol. 1. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, vol. 2. Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **A arte de contar histórias**. São Paulo: Hedra, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Pensar debruçado**. Lisboa: Ymago, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Esparsas: viagem aos papéis do gueto de Varsóvia**. São Paulo: n- 1 edições, 2023.

FELMAN, Shoshana. The Return of the Voice: Claude Lanzmann's Shoah. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. **Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History**. London: Routledge, 1992.

FERRÁN, Ofelia; HERRMANN, Gina. **A Critical Companion to Jorge Semprún: Buchenwald, Before and After**. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2014.

FRIEDLÄNDER, Saul. (org.) **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

FRIEDLÄNDER, Saul. Trauma, Memory and Transference. In: HARTMAN, Geoffrey H. (org.). **Holocaust Remembrance: The Shapes of Memory**. Oxford: Blackwell, 1994.

LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LACAPRA, Dominick. **History and Memory After Auschwitz**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LACAPRA, Dominick. **History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

LACAPRA, Dominick. **Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. **History and its Limits: Human, Animal, Violence**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

LACAPRA, Dominick. **Compreender outros: povos, animais, passados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

LANGER, Lawrence. **Holocaust Testimonies: The Ruins of Memory**. New Haven, CT: Yale University Press, 1991.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARÇAL, Márcia Romero. **O testemunho literário e La escritura o la vida na literatura: a história da precariedade da forma.** Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, p. 461 – 470, out. / dez. 2014.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e Representação.** São Paulo: Editora Escuta, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Vivo até a morte: seguido de fragmentos.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes.** Márcio Seligmann-Silva (org.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, N.1, p. 65 – 82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento.** Florianópolis, v. 2, n. 1. p. 3 – 20, jan. / jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros. **Dimensões**, vol. 30, p. 17-51, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.** São Paulo: Editora 34, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Passagem para o outro como tarefa: tradução, testemunho e pós-colonialidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022.

SULEIMAN, Susan Rubin. Revisão: trauma histórico e testemunho literário, Os livros de memórias sobre Buchenwald de Jorge Semprun. In: **Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo.** São Paulo: Editora UNESP, 2017.

WIEVIORKA, Annette. **The Era of the Witness.** Traduzido do francês por Jared Stark. Ithaca; London: Cornell University Press, 2006.

WIEVIORKA, Annette. From survivor to witness: voices from the Shoah. In: **War and remembrance in the twentieth century**. Edited by Jay Winter and Emmanuel Sivan. New York: Cambridge University Press, 1999.

ESCRITA DA HISTÓRIA, DIPLOMACIA E SOCIABILIDADES NO OITOCENTOS: BARTOLOMÉ MITRE, ANDRÉS LAMAS E O IHGB

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com

Neste trabalho analisamos as relações do argentino Bartolomé Mitre (1821-1906) e do uruguaio Andrés Lamas (1817-1891) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Importantes atores políticos e diplomáticos do século XIX, ambos foram próximos ao Império, muito atuantes na escrita da história e membros do IHGB, contribuindo para uma mediação entre a instituição e um espaço historiográfico em desenvolvimento no Prata em meados do Oitocentos. Refletimos sobre os vínculos entre escrita da história, diplomacia e redes de sociabilidade intelectual na região, de modo a destacar como o conhecimento histórico foi acionado na definição e na defesa de territórios e fronteiras em um contexto de construção de uma ideia de nação e de nacionalidade. Consideramos que, neste período, as histórias nacionais eram pensadas em meio a um processo de intercâmbio e de circulação de ideias (GINZBURG, 2004) apesar dos conflitos, rivalidades e momentos de tensão. Deste modo, pensando conexões entre os sujeitos históricos destacados (ALTAMIRANO, 2008), rompemos com uma abordagem que aponta para um isolamento entre o Império brasileiro e os países vizinhos republicanos. Destacamos ainda que o IHGB inspirava não apenas uma produção historiográfica, mas também a criação de instituições históricas congêneres, como o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai (1843) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata (1854), conforme veremos adiante.

Mitre e Lamas foram atores fundamentais neste processo. Lamas tornou-se sócio correspondente do IHGB em 1848, Mitre sócio honorário em 1871. Durante as décadas de 1850 e 1860 o diplomata uruguaio mediou as relações do general e presidente argentino com o Instituto, viabilizando o envio de livros, documentos históricos e exemplares da Revista do IHGB. Muito próximos entre si e eixos centrais na construção de um “espaço historiográfico” (CORBO, 2011) na região do Prata no período, ambos frequentemente traziam em suas correspondências a referência ao Brasil e aos estudos históricos aqui desenvolvidos com incentivo do Estado imperial. Em 4 de março de 1853, Mitre pede a Lamas a memória sobre a campanha dos brasileiros contra Artigas publicada nos anais do Instituto do Brasil. Em carta de 12 de outubro de 1862, Lamas informa a Mitre o envio de todos os exemplares da Revista do IHGB até 1860, manifestando ainda seu fácil acesso a exemplares da publicação. Envia também um volume de notas estatísticas sobre a produção agrícola do Brasil e as biografias de poetas e homens ilustres de Pernambuco:

Envío también 23 volúmenes de la revista del instituto. Es colección completísima hasta fin de 1860. Le queda a usted faltando el tomo 24, que le remitiré a vuelta de paquete. En adelante estará usted al día, pues puedo disponer siempre de más de un ejemplar de los que

publica aquella corporación.

Recorra usted los índices, y verá cuán importante es esa colección.

Remito a usted, además del libro mío que faltaba, un interesante volumen de notas estadísticas sobre la producción agrícola del Brasil, y las biografías de algunos poetas y hombres ilustres de la provincia de Pernambuco. (...) (LAMAS, 12/10/1862)

Em carta de 22 de dezembro do mesmo ano, Lamas envia a Mitre outras várias obras sobre o Brasil: a crônica dos franciscanos no Brasil, intitulada *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, de Joboatam; *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*, de Varnhagen; *Brazil and the Brazilians*, de Kidder y Fletcher; *Ensaio crítico à viagem ao Brasil*, de Mansfield; *Voyage aux provinces brésiliennes de Pará et des Amazonas*, de Belmar; e *Cartas do Solitário*, “expresión de las más avanzadas ideas económicas del partido liberal del Brasil” (LAMAS, 22/12/1862).

O interesse de ambos pelo país é evidente, bem como a atenção direcionada aos trabalhos produzidos no país e, em especial, no IHGB. Mitre e Lamas formaram um importante circuito de trocas intelectuais do Prata e tinham no Instituto um interlocutor fundamental. Segundo Tomás Corbo, eles representam “los vínculos, redes y circuitos de relacionamiento intelectual entre los historiadores rio-platenses y de éstos con otros de América Latina y Europa” (CORBO, 2011, p. 41). Assim, em conjunto, eles criaram condições favoráveis para o desenvolvimento do conhecimento histórico na Argentina e no Uruguai tomando como inspiração a experiência do IHGB e focando na escrita de histórias nacionais. Em seu discurso de posse em 1871, Mitre agradece a nomeação e se declara discípulo do IHGB, instituição que:

(...) perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminara o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana. (RIHGB, 1871, p. 350)

O interesse pelas atividades da instituição está claro. Segundo Fernando Devoto, Mitre seguia atentamente o Instituto, em grande parte por influência e mediação de Lamas desde os anos 1840:

En los vínculos originales [de Mitre] desempeñó un papel importante Andrés Lamas, miembro correspondiente de ese Instituto [o IHGB], que actuaba como mediador entre ése y otros estudiosos (...). (DEVOTO, 2008, p. 282-283)

Ainda de acordo com Devoto, que trata comparativamente da escrita de uma história nacional no Brasil, na Argentina e no Uruguai, nestes últimos países as instituições necessárias ao trabalho erudito eram frágeis ou ausentes. Mas, no Brasil, havia o IHGB, que, financiado pelo Imperador, viabilizava uma pesquisa histórica ligada a uma sociedade cortesã e a uma estrutura de poder imperial. No Prata, prevalecia a instabilidade política e obstáculos financeiros que dificultavam o desenvolvimento dos estudos históricos. Apesar desta fragilidade, Devoto lembra que havia outros espaços de sociabilidade intelectual que não as instituições formais e que giravam em torno de afinidades e amizades. Assim, as associações históricas funcionavam mais como espaços de prestígio do que como locais de produção de pesquisa histórica. Ao mesmo tempo, as fontes e a bibliografia situavam-se mais em esferas e acervos privados do que públicos, de modo que espaços de sociabilidade informais viabilizavam o intercâmbio de livros e documentos (DEVOTO, 2008). Daí a importância de instituições históricas na construção de sociabilidades (SIRINELLI, 1986) entre estes homens.

Não por acaso, Mitre e Lamas se empenharam na criação de instituições congêneres ao IHGB. Em 1843, Lamas criou o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Sendo este o contexto da Guerra Grande (1839-1851)¹, o projeto não evoluiu em razão da instabilidade política, encerrando suas atividades em maio de 1844. A finalidade era a construção de uma história nacional que carecia de documentos e condições de produção. Mitre foi nomeado um dos sócios. Muito efêmera, a associação, no entanto, o inspira na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, em 1854 (cujas atividades foram encerradas entre 1859 e 1860). Lamas, evidentemente, é convidado à participação neste novo projeto por Mitre. Em 01 de julho de 1854, Mitre escreve a Lamas sobre projetos literários e a criação do Instituto do Rio da Prata. Destaca que um dos objetivos seria colocar-se em contato com associações literárias e científicas do exterior, principalmente com o Instituto do Rio de Janeiro. Expõe ainda os planos de iniciar uma revista do Instituto do Rio da Prata em alguns meses e afirma o desejo de contar com a colaboração de Lamas. Em carta de 14 de novembro de 1854, o uruguaio responde positivamente ao convite e promete o estreitamento dos laços com o IHGB, o que condiz com o papel que vimos exercer de ponte entre o Instituto e outros intelectuais e instituições:

Inútil decir a usted que he sabido con satisfacción la creación del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, y que aceptaré agradecido el honor de pertenecerle. Deseo que usted sea más feliz que yo, esto es, deseo que las turbaciones y las miserias públicas no impidan la realización fecunda de su obra. Usted puede contar con mi cooperación para la Revista. Me encargaré también de ponerlo en íntima relación con el Instituto de Brasil, del que soy miembro, como lo soy de muchas otras asociaciones europeas, consagradas a estudios históricos y geográficos. (LAMAS, 14/11/1854)

Cabe acrescentar que Mitre e Lamas foram muito criticados em seus países por suas relações com o Império brasileiro. Em um contexto de rivalidades e conflitos políticos, territoriais e diplomáticos entre o Brasil e as repúblicas vizinhas, suas falas representaram um tom mais brando nas críticas dos países hispano-americanos ao Império escravista que se empenhava no domínio da região, principalmente do Prata.

Longe de uma aversão à monarquia brasileira e a D. Pedro II, o olhar de Mitre é marcado pela compreensão do seu papel na construção da unidade nacional e, principalmente, por uma leitura estratégica acerca da aproximação com o país. Nesta leitura, diante da amplitude e da força do Império, seria mais interessante dialogar do que rivalizar. Nas décadas de 1870 e 1880, últimas da monarquia no Brasil, o país aparece frequentemente e com destaque de primeira página no jornal *La Nación*². Embora encontremos um tom mais agressivo em momentos de disputas políticas e diplomáticas, prevalecem referências pautadas na unidade, na homogeneidade, no liberalismo e na democracia. De um modo geral, a monarquia, tal como adotada no Brasil, é descrita de forma positiva e como uma parceria a ser conquistada. O Imperador seria possuidor de vastos conhecimentos, educado, gentil e respeitado internacionalmente; e a monarquia seria pautada na liberdade e na democracia. No livro *Historia de San Martín y de la emancipación sud-americana* (1887), Mitre afirma: “el

1 Guerra civil uruguaia causada pelas disputas entre os Partidos Blanco (liberado por Manuel Oribe) e Colorado (liderado por Fructuoso Rivera). Rivera declara guerra ao governo de Buenos Aires, liberado por Rosas, que apoiava Oribe. O conflito contou com a interferência do Brasil, da Grã-Bretanha e da França e terminou com a derrota de Rosas.

2 Os artigos do *La Nación*, em sua maioria, não possuem assinatura. Com isto, não podemos afirmar a autoria de Mitre. Compreendemos que o jornal não deve ser entendido apenas como expressão das ideias do seu fundador. Mas, sem dúvida, há uma linha editorial convergente com o pensamento mitrista. Além disso, suas posições acerca do Brasil estão muito próximas das que encontramos em cartas e em textos assinados por Mitre.

imperio del Brasil no es en realidad sino una democracia con corona” (MITRE, 1887, p. 106). Ideia de democracia coroada reproduzida pelo *La Nación*, em 7 de setembro de 1888, quando o jornal menciona um trecho do próprio livro de Mitre no qual se refere ao Brasil como “una democracia coronada” (LA NACIÓN, 07/09/1888).

Lamas, por sua vez, acreditava na aliança com o Brasil como necessária para a manutenção da independência uruguaia. Assim, o tom pelo qual se dirigia ao Império era em geral muito favorável e elogioso. Isto contribuiu para as críticas sofridas a partir da assinatura dos tratados de outubro de 1851, assinados em troca do apoio militar do Império contra Rosas e considerados prejudiciais ao Uruguai por permitirem, entre outros aspectos, a intervenção do Brasil em assuntos internos uruguaio e a renúncia de territórios em prol do Império. Por isso, Lamas publicou em 1855 o livro *A sus compatriotas*, obra de caráter marcadamente político na qual apresenta, com a finalidade de justificar-se, muitas de suas impressões positivas sobre o Brasil e a aliança com o país. Em tom de manifesto, o texto rejeitava divisões políticas e defendia a fusão e a criação de um partido de ideias. Projetava ainda mudanças na estrutura econômica, a reorganização da administração pública e reformas judiciais e militares, tendo como base a estreita aliança com o Brasil que, segundo Lamas, seria o único caminho possível para a estabilidade do país (CAETANO, 2019, p. 84). No livro, Lamas apresenta grande credulidade nas intenções do Brasil e afirma que a experiência de 1851 teria provado os interesses do país “por actos de justicia, de generosidad y de benevolencia” (LAMAS, 1855, p. 8). Refere-se à política brasileira como “pura” e “sincera”. Acrescenta, em uma clara narrativa de defesa da sua atuação, que o “inteligentíssimo” governo imperial nele havia encontrado “verdade” e “dignidade”, apesar de muitas vezes tê-lo desagradado (LAMAS, 1855, p. 14).

Conforme já mencionado, *A sus compatriotas* é um manifesto político no qual, abertamente, Lamas busca registrar sua própria narrativa em defesa da aliança brasileira, de sua atuação nos acordos de 1851 e de sua própria relação com o governo e os salões imperiais. Pressionado e acusado de traição, ele se empenhava em explicar suas ações e expor suas motivações aos seus compatriotas. Defender as boas intenções do Império brasileiro é, nesse texto, também parte dessa construção. Contudo, o discurso é reproduzido em outras ocasiões. Muito tempo depois da publicação de *A sus compatriotas*, em 1888, em carta ao Barão de Alencar publicada posteriormente, em 1894, na *Revista do IHGB*, Lamas trata da abolição no Brasil. Nela fala do grande e fraternal movimento de opinião que se produz nos povos do Prata pela lei de emancipação da escravidão no país. Além disso, refere-se ao Imperador como “eminente Americano que ocupa el trono Imperial” (LAMAS, 1894, p.155) e que aspirava o fim da escravidão. Elogia a lei de 1871, Lei do Ventre Livre, e fala dos supostos sentimentos filantrópicos que a viabilizaram. Afirma que, neste contexto, uma recíproca cultura e a compreensão de interesses teriam se sobreposto às preocupações e antagonismos. Reforça ainda uma ideia comum entre ele e Mitre de que os países estão “hermanados por aspiraciones y por sentimientos que les son comunes” (LAMAS, 1894, p. 158). Finaliza desejando prosperidade ao Brasil e a pronta recuperação da saúde do Imperador. O tom, portanto, quase 30 anos depois de *A sus compatriotas* e já nos seus últimos anos de vida continua bastante elogioso ao Império.

Essa leitura positiva do Império brasileiro, que os levava a serem criticados por seus opositores políticos em seus países, coincide com um olhar sobre a monarquia produzido e defendido dentro do IHGB, instituição a qual ambos pertenciam. Como dissemos, importante local de sociabilidade

imperial, no IHGB também transitavam sujeitos e ideias diretamente relacionados à política externa imperial. Muitos dos seus membros eram também diplomatas, caso de Lamas, ou tinham atuação indireta na diplomacia, caso de Mitre. Além disso, o Instituto colaborou com o Ministério dos Estrangeiros fornecendo subsídios para a demarcação de fronteiras (GUIMARÃES, 2006). Na década de 1850, sua produção sobre limites e fronteiras cresceu consideravelmente. Ao mesmo tempo, serviu de palco para o fortalecimento de importantes laços políticos e muitos foram os seus membros oriundos dos países vizinhos republicanos. Tomás Corbo destaca que estes homens foram recebidos positivamente por motivações geopolíticas e estratégicas que vão além do conhecimento histórico. Assim, “la actividad de los letrados rioplatenses en el IHGB tuvo un marcado cariz político. Desarrollaron una intensa propaganda procurando involucrar al Imperio en una alianza militar contra Rosas” (CORBO, 2018, p. 68). Este fora, como já sabemos, exatamente o contexto no qual Lamas se inseriu na instituição.

Maria Ligia Prado (2001) entende haver, no Brasil, um imaginário que pensa os vizinhos como outra América. Para a autora, as leituras da história do Brasil desenvolvidas pelo IHGB seriam um marco na construção dessa ideia, já que, comprometido com o Estado monárquico, o Instituto via as repúblicas vizinhas como instáveis e caóticas. Simultaneamente, é importante acrescentar que a definição da monarquia como estável e garantidora da liberdade e da unidade nacional foi elaborada e defendida pelos historiadores do IHGB ao longo do século XIX no processo de escrita da história da nação (GUIMARÃES, 1988). As ideias de tranquilidade, paz, ordem, liberdade e democracia presentes em Mitre e Lamas podem ser consideradas um sintoma dos efeitos que esta construção teve na imagem do Brasil para o exterior. Isto porque, como afirma Manoel Salgado Guimarães, “articulada ao projeto de construção da nação, a escrita da história nacional tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo” (GUIMARÃES, 1988, p. 13). Assim, o olhar legitimador do Estado imperial pelo IHGB também tinha seus destinatários no exterior. Responsável, desde 1838, por uma leitura do passado que legitimasse a dinastia de Bragança, o Instituto era apoiado e financiado pelo Imperador e possuía desde sua fundação o projeto de escrita de uma história que fundamentasse a identidade nacional com base em um ideal de civilização europeu. Nessa construção identitária, era preciso também se diferenciar dos outros que seriam, internamente, negros e índios e, externamente, as repúblicas vizinhas representadas como instáveis e bárbaras. Assim, as rivalidades entre os países eram fortalecidas por uma leitura de história que identificava os vizinhos como inimigos e buscava aproximação com o elemento europeu.

Lembramos ainda que estes homens tinham importante atuação na diplomacia dos seus países e, a partir daí, na mediação de conflitos e acordos com o Império brasileiro. Mitre esteve por aqui em 1871 e 1872. Em 1871, o objetivo era pessoal, visitar o túmulo do seu filho Jorge Mitre, sepultado no Rio de Janeiro (DE MARCO, 2004). Aproveitou, no entanto, para ampliar seus contatos e estreitar laços com a intelectualidade brasileira. Foi nesse momento que, como vimos, tornou-se sócio honorário do IHGB. No ano seguinte, em 1872, voltou ao Rio de Janeiro. Dessa vez, para uma missão diplomática que negociaria os limites do Paraguai após a guerra. O contexto era de disputas territoriais. Em 9 de janeiro de 1872, foi fechado o Tratado Loizaga-Cotegipe, resultado de acordos em separado com o governo paraguaio, no qual o Império brasileiro ficava com a terceira parte do Paraguai. O tratado encontrou forte oposição entre políticos e a imprensa argentina, que fez duras críticas ao Brasil. A

crise atingiu ponto crítico quando, em 27 de abril, Carlos Tejedor, Ministro das Relações Exteriores argentino, publicou uma nota de protesto contra o acordo que infringiria as decisões do Tratado de Aliança, assinado em 1865. Naquele momento, Mitre foi considerado por Sarmiento, o então presidente, o nome mais indicado para acertar as questões pendentes com o Império em razão do seu prestígio e das amizades no país. Assim, em junho de 1872, o general foi designado como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial ao Rio de Janeiro.

Lamas, muito atuante na imprensa uruguaia desde 1835, entre agosto e dezembro de 1836 exilou-se no Brasil em razão da campanha de oposição a Rosas e Oribe que empenhava no jornal *El Nacional*, em Montevideu. Segundo consta no Tomo I dos *Escritos Selectos del Doctor Andrés Lamas* (1922), em uma breve biografia assinada por Pablo Blanco Acevedo³, “en la capital brasileña frecuenta círculos de emigrados políticos argentinos y uruguayos, y, a pesar de su juventud, alterna en las ruedas con Lucas J. Obes, con el general Alvarez Thomas y con Bernardino Rivadavia, en cuya compañía hiciera el viaje desde Montevideo” (ACEVEDO, 1922, p. XIX). Assim, apesar de curto, o período no Brasil ainda nos anos 1830 contribuiu para o fortalecimento de suas redes não apenas com importantes nomes do Império, mas também com notáveis políticos argentinos e uruguaios em circulação pelo Rio de Janeiro. Em 1847, Lamas volta ao país. Desta vez, a estadia duraria 15 anos, até 1862, e seria marcada pela atuação como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai com a função de garantir a independência oriental e obter apoio do Brasil em uma aliança militar contra Rosas. Segundo Tomás Corbo (2011), estreitou laços com o Imperador, o que resultou na condecoração com a Cruz da Ordem de Cristo. Durante a missão no Brasil, geriu acordos e convênios e dedicou-se ao trabalho intelectual, publicando artigos e livros sobre a política do Brasil no Rio da Prata e sobre negociações entre o Uruguai e o Brasil. Logo no início deste período de estadia no Brasil, em 1848, torna-se sócio correspondente do IHGB. Foi durante esse período que mediou os acordos que resultaram nos já mencionados Tratados de 1851, pelos quais foi duramente criticado nas décadas seguintes.

Vemos, portanto, como tratamos neste texto de historiadores diplomatas e diplomatas historiadores, em um perfil comum ao século XIX. Neste contexto, a diplomacia e a escrita da história exerceram importantes papéis nas questões de fronteiras, nas disputas territoriais e na construção de nações, nacionalidades e identidades nacionais no Brasil e em seus vizinhos sul-americanos. A formação dos Estados nacionais passava muito diretamente por essa relação, visto que era preciso estabelecer a extensão desses países e suas principais características e de sua população. A definição e legitimação de um território e de um passado formavam parte de um projeto político de consolidação das novas nações independentes, marcadas por separatismos, regionalismos e conflitos internos que demandavam pacificação e unificação. Através da diplomacia, historiadores reuniam documentos e mapas de diferentes origens. Através da história, diplomatas, que muitas vezes eram também historiadores, encontravam fundamento para acordos, missões e negociações territoriais. Assim, tanto externa quanto internamente, fortalecer esses países diante das disputas regionais, sobretudo no que se refere ao Prata, e apaziguar os tensos, e, por vezes, sangrentos, confrontos entre províncias era uma tarefa que cabia a um jogo político, diplomático e identitário do qual a escrita da história fazia parte

3 Nasceu em Montevideu em 1880 e faleceu em 1935. Advogado, ocupou a cátedra de Direito Constitucional da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de la República (Uruguay).

diretamente.

O debate proposto neste trabalho, ao qual venho me dedicando há alguns anos, relaciona Mitre, Lamas e o Império brasileiro a partir de três eixos principais: diplomacia, estudos históricos e sociabilidades intelectuais. As duas primeiras esferas se encontram amplamente conectadas no Oitocentos, conforme mencionado acima. As sociabilidades, por sua vez, facilitam negociações diplomáticas e o acesso a documentos necessários à escrita das histórias nacionais em formação em um contexto de falta de institucionalização, de organização arquivística e de recursos financeiros. Mitre e Lamas, a partir de seus textos, mas também de suas viagens, missões diplomáticas e redes de sociabilidade no Brasil, possibilitam uma instigante janela de reflexão para essas questões. Ao mesmo tempo, permitem uma percepção mais profunda das relações entre o Império e as repúblicas vizinhas. Interessados no país vizinho, eram também interessantes a seus políticos e intelectuais pela necessidade de conhecimento do outro que os cerca. Além disso, razões estratégicas mobilizam esta aproximação, a fim de se obter a garantia das independências de seus países e, concomitantemente, o reconhecimento como políticos, diplomatas e historiadores.

Em 1880, Mitre diz no *La Nación* que o Brasil seria “la nación que en el mundo puede hacernos más bien y más mal” (LA NACIÓN, 04/11/1880). Por isso, caminhos diplomáticos deveriam ser utilizados para manter as boas relações. Este temor, fruto das desconfianças e do estranhamento recíprocos e da tentativa imperial de domínio da região, portanto, não se manifestava apenas no afastamento, nas falas de oposição e nas guerras; manifesta-se também nas propostas de aproximação. Por essa razão, consideramos o binômio monarquia *versus* república insuficiente para dar conta das relações entre o Império brasileiro e os países republicanos que o cercam, com ênfase, evidentemente, nos casos da Argentina e do Uruguai, recortes aqui estudados. Afinal, ainda que as divergências entre as diferentes formas de governo não possam ser desconsideradas, se pensarmos pela via das interconexões, fugindo às fronteiras nacionais, encontraremos outros caminhos de análise para além do afastamento e, sobretudo, do isolamento - chave pela qual a historiografia frequentemente analisou a inserção do Brasil na América Latina.

As rivalidades são, portanto, transpassadas por muitas e complexas nuances que devem ser descortinadas. Nesse sentido, a circulação destes homens pelo Império tornou-se também um ponto chave na análise. Viajando, exilando-se ou residindo no Brasil, Mitre e Lamas ampliaram seus conhecimentos sobre o país e suas redes de sociabilidade, inseriram-se institucionalmente, mediaram acordos e reuniram documentos e livros necessários ao seu trabalho histórico. Esta forte inserção e estas redes transnacionais foram, em diferentes momentos acionadas, a fim de se viabilizar uma mediação e, por conseguinte, uma solução para os conflitos. Ou seja, quando as tensões se aprofundavam, eram sujeitos como Mitre e Lamas os convocados ao trabalho de negociação, apaziguamento e pacificação. Sujeitos que circulavam pelo Império e que conheciam sua história, sua política e seus representantes mais ilustres, não sujeitos isolados. Além disso, eram homens diretamente atuantes nas escritas das histórias nacionais que construíram uma rede transnacional de intercâmbio de documentos e ideias, mostrando como olhar sobre o passado pode ser um caminho possível para se pensar brechas que superem o isolamento.

Fontes

Actas das Sessões de 1871 - 16ª sessão - 01 de dezembro de 1871. *Revista do IHGB*. Tomo XXXIV, parte segunda, Rio de Janeiro, p. 348-351, 1871.

Carta de Andrés Lamas sobre a lei de extinção da escravidão. *RIHGB* - 57(89), p. 155-158, 1894.

Escritos Selectos del Doctor Andrés Lamas - Tomo I. Montevideo: Arduino Hermanos, 1922.

LAMAS, Andrés. *A sus compatriotas*. Rio de Janeiro: Imprenta Imp. Y Const. De J. Villeneuve y Comp., 1855.

La Nación, edições de 04 de novembro de 1880; e 07 de setembro de 1888.

MITRE, Bartolomé. *Correspondencia literaria, histórica y política del General Bartolomé Mitre*. T. I. Buenos Aires: Coni, 1912 - Carta de Mitre a Lamas, 01 de julho de 1854; Carta de Lamas a Mitre, 14 de novembro de 1854, p. 129-130; Carta de Lamas a Mitre, 12 de outubro de 1862, p. 176-177; Carta de Lamas a Mitre, 22 de dezembro de 1862, p. 180-181.

MITRE, Bartolomé. *Historia de San Martin y de la emancipación sud-americana*. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1887.

Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. MYERS, Jorge (Ed. del volumen). Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. Montevidéo: El Colegio de México, 2019.

CORBO, Tomás Sansón. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

CORBO, Tomás Sansón. Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la historiografía rioplatense en el siglo XIX. In: KLEIN, Ana Inez et al (Orgs.). *Estudios de História Regional Platina* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 63-82.

DE MARCO, Miguel Ángel. *Bartolomé Mitre. Biografía*. Buenos Aires: Emecé, 2004.

DEVOTO, Fernando. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. MYERS, Jorge

(Ed. del volumen). Buenos Aires: Katz, 2008, p. 269-289.

GINZBURG, Carlo. Tusitala e seu leitor polonês. *Nenhuma Ilha é uma Ilha: Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91-113.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, 145, p. 127-149, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 9, p. 97-108, janeiro/março de 1986.

FAMÍLIA, CASAMENTO E CONDIÇÃO DA MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL: OS ROMANCES DE AMÉLIA DE FREITAS BEVILACQUA¹

Roberta Alcântara Gomes da Silva

Doutoranda no PPGHS - UERJ/FFP

E-mail: robertaags16@gmail.com

Bolsista CAPES

Neste trabalho temos como objetivo refletir sobre casamento, família e condição feminina no início do século XX no Brasil, a partir do pensamento e da atuação de Amélia de Freitas Bevilacqua. As obras da escritora piauiense são marcadas por uma forte inclinação por esses temas, especialmente seus romances, cujas tramas giravam em torno de questões familiares e conjugais e através das protagonistas femininas, evidenciavam a condição de submissão imposta às mulheres em uma época em que o quadro jurídico-político instituía padrões altamente normativos para elas e seus corpos, além de reduzi-las aos papéis de esposa, dona de casa e mãe.

Nesse sentido, é de nosso interesse analisar profundamente como Amélia percebia essas questões, buscando compreender seu pensamento e os posicionamentos que assume através de sua escrita. Para isso, examinamos os romances, contos, artigos e livros de não-ficção, publicados por ela, entre os anos de 1902 e 1940, período em que a escritora produziu com constância. Neste trabalho, especificamente, focaremos na análise dos romances.

O estudo da trajetória de vida de Amélia de Freitas Bevilacqua nos dá indícios de sua forte reflexão sobre esses temas, em especial no que diz respeito aos direitos da mulher. Nascida em Jerumenha, no Piauí, no dia 7 de agosto de 1860, filha de Teresa Carolina da Silva Freitas e de José Manuel de Freitas, Amélia escrevia desde muito jovem, sobretudo, graças ao incentivo do pai (LIRA, 2011, p.38). De acordo com José Luís Lira, seu pai era um magistrado e político de renome. Formado na Faculdade de Direito de Olinda, José Manuel foi juiz de paz e chefe de Polícia no Piauí, desembargador e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco (LIRA, 2011, p.38). Além disso, era colaborador de inúmeros periódicos de cunho liberal e abolicionista e frequentavam sua casa vários intelectuais e pessoas de prestígio social, fazendo com que Amélia crescesse em um ambiente intelectualmente estimulante (LIRA, 2011, p.44).

Na década de 1890, começou a publicar seus textos, com o incentivo de seu marido, Clóvis Bevilacqua e de seu irmão, João Alfredo de Freitas, em jornais locais de Recife, onde residiam, e na *Revista do Brasil*. Nessa época, não assinava seus textos com seu nome completo, apenas com as iniciais “AFB”, não explicitando, portanto, o gênero. Somente em 1902, Amélia publicou seu primeiro livro, *Acyone*. Iniciou-se assim, um longo período marcado por inúmeras publicações de livros, contos, artigos de periódicos, traduções e palestras, até 1940, quando, com 80 anos e com as

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

capacidades mentais se deteriorando, Amélia encerrou sua produção. Ela faleceu aos 86 anos, em 17 de novembro de 1946 (LIRA, 2011, p.39).

Um marco da sua trajetória como escritora e que evidencia sua luta pelos direitos das mulheres é a sua candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1930. Amélia foi rejeitada por ser mulher. A maioria dos imortais acreditava que somente homens deveriam ser aceitos, de acordo com os Estatutos da instituição. Por conta disso, ela publicou, no mesmo ano, o livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*, que denuncia o acontecido e os “imortais misogenistas” (BEVILACQUA, 1930, p.11), bem como reúne diversos artigos que foram publicados em sua defesa.

Seus posicionamentos também ficam evidentes em seus romances. De acordo com Wilton da Silva, como literata Amélia não seguia o padrão de histórias escritas para mulheres naquela época, não limitando seus escritos “à folhetins romanescos afrancesados, com mulheres submissas e limitadas ao papel de mães e esposas, sendo, ao contrário, recorrente os temas da paixão, da angústia e da insatisfação com a realidade” (SILVA, 2004, p.144). Para Algemira Mendes, as obras de Amélia problematizam questões em voga na literatura do final do século XIX e início do século XX, fugindo da “visão determinista reservada à mulher” (MENDES, 2006, p.252) na sociedade da época. A autora acredita que as histórias escritas por Amélia representam as injustiças dessa sociedade, ao mesmo tempo em que evidenciam a sua luta pelos direitos das mulheres (MENDES, 2006, p.253). Um exemplo disso é a não submissão das suas protagonistas, ao compreenderem sua posição (MENDES, 2006, p.259).

Para compreender as tramas escritas por Amélia e a forma com que encarava as questões familiares e a condição feminina, devemos voltar nosso olhar para o contexto histórico em que ela vivia e produzia. O início desse período foi marcado pela passagem à modernidade no Brasil que introduziu uma série de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e urbanísticas, alcançando seu ápice na virada para o século XX, com a reestruturação do Estado, em 1889. Na República, essas transformações passaram a ser empreendidas por meio de projetos de reforma que visavam tornar o país uma nação moderna e civilizada. Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho entendem, contudo, que o cenário brasileiro apresentava rupturas e continuidades. Houve, nesse sentido, o rompimento de antigas tradições e a introdução de transformações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização, a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa, a secularização do Estado e a expansão do processo de formação de uma ordem burguesa no país (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14-15); mas simultaneamente, outras tradições permaneceram fortes e influenciaram a adequação dessas mudanças.

O conceito de modernidade apresentado por Marshall Berman nos auxilia na compreensão desse cenário. Segundo o autor, a modernidade estabelece um ambiente de constante agitação, marcado por contradições. Grandes transformações impactam o mundo mas, ao mesmo tempo, é um momento de instabilidade, onde nada parece ser duradouro ou concreto. A modernidade seria, então, “uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade” (BERMAN, 1986, p.15). O que se destaca nesse paradoxo são as estreitas relações entre modernidade e tradição, uma vez que o mundo foi transformado pelo “turbilhão” da modernidade, como nomeia Berman, mas ainda assim, não era moderno por completo, tanto no âmbito material quanto espiritual (BERMAN, 1986, p.16). A relação

entre modernidade e tradição é profunda, uma adaptando-se a outra. Não existe modernidade sem tradição, há sempre rupturas e continuidades.

Por essa lógica, entendemos que as ideias modernas que estavam na base dos projetos de reformas sofreram uma leitura conservadora ao serem adaptadas à realidade do Brasil. Essas ideias, vale destacar, chegaram ao país em consequência de um intenso processo de circulação de ideias, que estabeleceu um diálogo entre os intelectuais brasileiros e as principais ideias oriundas da Europa. Como pontuam Neder e Cerqueira Filho, tal processo foi, por sua vez, facilitado pelas transformações da própria modernidade, que, por exemplo, possibilitaram o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2001, p.114).

Devemos levar em conta, ainda, que uma consequência de todas essas rápidas e intensas mudanças foi o surgimento de uma forte resistência política, ideológica e afetiva às elas, especialmente, entre os intelectuais que, contraditoriamente, eram responsáveis pelos projetos de reforma. O que se observa é que, nesse momento, marcado por contradições, as ideias estão “fora de centro”, como qualifica Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1992, p.30) e, ao serem adaptadas à realidade brasileira, estão na base da constituição de um cenário muito singular.

Dessa maneira, compreendemos que os projetos assumiram um caráter moderno-conservador que intencionava controlar e disciplinar a sociedade brasileira em efervescência. Como a família pode ser considerada uma importante instituição para a consolidação e manutenção de valores dentro da sociedade, já que permite que esses ensinamentos sejam passados de geração em geração, não foi coincidência que os reformadores direcionaram sua atenção também para dentro dos lares. Foi instaurada uma nova organização familiar inspirada no modelo ideal de família moderna, nascido no bojo da ascensão burguesa na Europa.

Nessa família nuclear burguesa, a mulher é transformada em “rainha do lar”, a boa esposa e mãe que se ocupa dos afazeres do lar e vive em função de seus filhos, sendo o elo entre eles e o pai, como pontua Angela Almeida (ALMEIDA, 1987, p.61). Por isso, a mulher deveria ser competente, dedicada, prendada e educada, necessitando saber ler e escrever para bem educar seus filhos, conforme assinala Neder e Cerqueira Filho (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.15). Almeida nos lembra, no entanto, que essa família continua patriarcal. O pai só se fazia presente para exercer sua autoridade: “a mulher ‘reina’ no lar dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar” (ALMEIDA, 1987, p.61).

Considerando-se as rupturas e continuidades, identificamos que o discurso predominante naquela época, no que se refere à família, ao casamento e à mulher, espelhava essa dialética ao combinar permanências culturais de concepções religiosas e a medicina moderna. Configura-se, através delas, instrumentos para a normatização da família, do casamento e da mulher. Houve, por exemplo, o ressurgimento de manuais teológicos moralistas do século XVI que indicavam como deveria ser o “casamento perfeito” e a “perfeita casada”, além de disporem normas a serem seguidas pelos casais, pela família e, especialmente, pela mulher. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, esses manuais tinham “sua reflexão quase sempre apontada contra a mulher, que é vista como fonte suprema e permanente de pecado, alvo de aperfeiçoamento em razão de sua intrínseca imperfeição” (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.138). Nesses manuais recomendava-se que as mulheres

assumissem uma postura recatada, que fossem pacientes, disponíveis, caladas, limpas e, sobretudo, honestas, fiéis e obedientes.

Nessa conjuntura, destaca-se ainda o papel da medicina higienista na normatização da família. Margareth Gonçalves afirma que a produção de estudos sobre higiene médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro privilegiou a definição de papéis e comportamentos no interior da família e, especialmente, da mulher, com ênfase no corpo feminino (GONÇALVES, 1987, p.43). Além do mais, nesses estudos, buscava-se privilegiar um certo tipo de mulher, a mulher “boa mãe” e “boa esposa”, em detrimento da mulher considerada mundana, de “vida fácil” e da mulher que rejeitava exercer os papéis de esposa e mãe (GONÇALVES, 1987, p.44).

Ressaltamos que, naquele momento, também ocorriam as discussões para aprovação do primeiro Código Civil Brasileiro. O projeto aprovado em 1916, após mais de quinze anos de intensos debates, foi redigido por Clóvis Bevilacqua, marido de Amélia. Durante esse processo, os temas relacionados ao direito de família foram alguns dos que mais provocaram polêmicas e evidenciaram as disputas ideológicas entre os juristas envolvidos. Conforme afirmam Neder e Cerqueira Filho, podemos dizer que haviam dois grupos com posicionamentos políticos e ideológicos divergentes nas discussões sobre direito de família. Uma minoria progressista que, inspirada no processo revolucionário francês, almejava aprovar um Código moderno, que acompanhasse os avanços da sociedade e defendia que o casamento era um contrato, que como tal, previa o distrato, ou seja, o divórcio e que a mulher deveria ter seus direitos civis garantidos; e uma maioria conservadora, que, ligada às resistências de que falamos, buscava preservar o conteúdo tradicional e ansiava em manter a indissolubilidade do casamento e a mulher, especialmente a mulher casada, sob a tutela de um homem (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.43).

Identificamos que Clóvis fazia parte da minoria progressista, tendo se posicionado em defesa de um direito de família mais igualitário e principalmente, de assegurar direitos civis para a mulher. Em seu projeto de codificação propôs, por exemplo, o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher e a igualdade entre maridos e esposas. Essas e outras propostas não passaram pelas comissões revisoras e o Código Civil aprovado em 1916, era mais conservador do que Clóvis havia idealizado, no que diz respeito ao direito de família. Dessa maneira, as mulheres permaneceram incapazes perante a lei e sob responsabilidade do marido e o casamento permaneceu indissolúvel até 1977, quando foi aprovada a Lei do Divórcio.

A partir dessas elucidações, podemos compreender o contexto em que Amélia vivia e produzia, bem como o impacto no seu pensamento. Acreditamos que, de fato, ela tinha um pensamento mais progressista, sobretudo no que diz respeito aos direitos da mulher. Dessa maneira, passamos a encarar suas obras por essa ótica. Compreendemos a partir de Alfredo Bosi que as obras literárias são “individuações descontínuas” e, enquanto individuações, “podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos), como variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes no seu tempo” (BOSI, 2002, p.10). Nesta perspectiva, compreendemos ser preciso pensar o período como parte integrante da obra, percebendo sua atuação e influência na construção da obra e de que forma ele é representado. É importante considerar se os textos refletem, ou seja, validam e defendem os costumes, os modos de vida e as ideologias do período ou se os problematizam, denunciando as injustiças, as desigualdades e os silêncios.

Da mesma forma que devemos pensar o contexto como parte da obra, devemos também encará-la como parte do contexto. Adriana Facina nos auxilia a completar essa ideia. Para a autora, deve-se pensar a relação entre literatura e história como uma interação (FACINA, 2004, posição 223). Dessa maneira, podemos entender que as obras literárias estão historicamente situadas, posto que também fazem parte da dinâmica social e, assim, são um produto histórico que busca expressar realidades também históricas, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo que também está inserido nela (FACINA, 2004, posição 50). Para a autora, portanto, é importante não só inserir a obra em seu contexto, mas também reconhecer os escritores por trás dessas obras como produtos de sua época e de sua sociedade. Isso não significa negar a existência do talento individual, mas sim reconhecer que por trás de determinada obra há “sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem” (FACINA, 2004, posição 46).

Tendo isso em vista, para analisar os romances de Amélia, utilizaremos o método proposto por Antonio Candido. De acordo com o autor, para que uma análise crítica de uma obra literária seja completa, é necessário levar em conta como os fatores externos, ou seja, o contexto social, atua na constituição do texto, se tornando, assim, interno. Candido não está interessado apenas em descobrir se o contexto oferece valores estéticos e materiais, como a ambientação, os costumes e as ideias; mas também, se ele está presente no que há de determinante no texto enquanto obra de arte (CANDIDO, 2006, p.14-15). Nesta perspectiva, não devemos encarar a obra literária como independente de seu contexto, do mesmo modo que não devemos interpretá-la como um mero reflexo da realidade. Texto e contexto atuam um sobre o outro em um equilíbrio dinâmico. Uma boa análise literária considera, então, as relações dialéticas entre eles, entendendo o contexto como parte integrante do texto, tal qual outros elementos que o compõem. Nas palavras de Candido,

quando fazemos uma análise deste tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo, mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo. Neste caso, saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fato de arte. Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo. (CANDIDO, 2006, p.16-17)

Analisando os romances de Amélia, a partir desta lógica, observamos que ela, ao descrever o cotidiano e a vida de suas protagonistas femininas, deixa em evidência os costumes e valores da época em que está inserida. Contudo, de forma sutil e efetiva, utiliza-se destas características estéticas para lançar luz no que ela, de fato, se importa: as desigualdades no interior da família e do casamento; a submissão imposta às mulheres, bem como a falta de direitos civis para elas, especialmente, as mulheres casadas; e a falta de acesso à educação.

Para exemplificar, destacamos *Através da Vida*, de 1906. Neste livro, um narrador onipresente nos conta a história de Daluz, da infância à vida adulta. Vivendo com seus tios e dois dos seus irmãos,

em Pernambuco, desde muito criança, a cearense Daluz tinha como maior desejo estudar em um colégio, como seus irmãos. Por ser uma menina, e logo, “tinha pouco a representar no mundo”, foi proibida de ir para a escola. Ficava em casa “aprendendo a ler, a trabalhar de agulhas e a garatujar letras com a tia” (BEVILACQUA, 1906, p.17). Seus tios acreditavam que “para uma menina, ler e escrever é bastante” (BEVILACQUA, 1906, p.17). Passava os dias, portanto, ocupada com tarefas domésticas e não brincava, como a criança que era, porque “era menina e devia estar sempre quieta” (BEVILACQUA, 1906, p.18). Nesses trechos, já notamos alguns pontos caros à Amélia, especialmente, a questão da educação feminina, constantemente negligenciada pelos tutores de meninas.

Além disso, uma série de infortúnios provocados pela condição financeira da família, contribuíram para mantê-la longe de alcançar seus objetivos. Daluz se mostrava profundamente inconformada e chateada com a situação e a diferença de tratamento entre ela e os irmãos. Dizia que “estava sentidíssima, muito triste, não se resignaria mais nunca” (BEVILACQUA, 1906, p.21). Tudo piora quando, ainda bem jovem, Daluz é forçada a se casar com um conhecido de seu tio, um homem de caráter duvidoso, de quem ela não gostava. Assim, a protagonista encara seu casamento como fim da sua vida, seu olhar “unicamente traduzia uma grande dor que lhe esvoaçava pelo semblante, muda e triste, como uma vida que se acaba; traduzia ao mesmo tempo uma terna submissão diante da fatalidade das coisas” (BEVILACQUA, 1906, p.76). A tomada de consciência de Daluz enquanto ser subjugado, provoca nela uma profunda desesperança de que poderia, um dia, estudar, trabalhar e ser livre, como sempre sonhou.

Outro romance muito emblemático na bibliografia de Amélia é *Angustia*, de 1913. Essa história, ambientada na *belle époque* carioca, narrada por uma mulher do convívio dos protagonistas, nos conta sobre o turbulento casamento de Tereza e Artur Lourenço. Tereza é descrita como uma jovem mulher muito determinada e orgulhosa, que não cedia às tentativas do marido em controlá-la, nem aos seus rompantes violentos de ciúme. Ela era uma mulher estudada, gostava de ler, tocar piano e passear. Artur considerava que esses não eram comportamentos de uma mulher casada e, por isso, a proibia de fazer tudo o que gostava, o que deixava Tereza inconformada.

Nesta história, assim como na anterior, identificamos um anseio por liberdade por parte da protagonista e um desespero por não conseguir alcançá-la. Em conversa com sua mãe, afirma que “aquele homem é um desequilibrado, ou um perverso muito grande. Não posso e nem quero, absolutamente, viver mais em sua companhia, esta agressão que ele faz contra mim é muito vil, por tudo irrompe em questões, às vezes até porque canto e toco piano” (BEVILACQUA, 1913, p.68-69). Completa, anunciando uma decisão: “esse drama, que se vai desenrolando na minha existência, tem alguma coisa de desumano e, eu não quero, não posso mais suportar. Peço-lhe permissão para tratar do meu divórcio” (BEVILACQUA, 1913, p.69). Sua mãe, contudo, a desaconselha: “Perdoe seu marido, procure compreendê-lo e moldá-lo a seu gosto. Em pouco tempo estarão envolvidos em uma ternura mútua, feita somente de grande afeição” (BEVILACQUA, 1913, p.70). A senhora tenta, também, conversar com seu genro que, enraivecido com a teimosia e resistência de Tereza em obedecê-lo, não a escuta. Arthur acredita que Tereza não o ama como ele a ama. Tomado pelo ciúmes e pela angústia diz que Tereza “não é mulher que saiba se isolar, num *tête-à-tête* apaixonado, com marido como eu, que lhe sacrificaria até a vida. É uma ingrata muito grande. É casada, mas é namoradeira; tem grande prazer em se sentir conquistada; abusa dos atrativos que a natureza lhe deu”

(BEVILACQUA, 1913, p.91).

Tereza afirma, em carta para a mãe que, as imposições e proibições do marido ficam cada dia mais severas. Segundo ela:

Todos os homens, na opinião de Arthur, são meus apaixonados. Diz sempre que faço deles coleção. Quando, uma vez por outra, nos falamos, é somente para brigar. Que recriminações amargas! Só se eu fosse um monstro! Não quer que eu chegue à janela, que leia romances, que frequente bailes e teatros, não posso cantar nem tocar piano. Outro dia, arrebatou-me das mãos um livro oferecido pelo primo Antonio, e espatifou completamente. Tudo o que faço aborrece-o e é motivo para questão. (BEVILACQUA, 1913, p.96)

Um incremento interessante nessa trama são as especulações sobre o casal, difundidas pelo seu círculo de amigos e conhecidos, sempre reunidos nas confeitarias da cidade do Rio de Janeiro. Tereza era vista por eles como uma mulher teimosa e cruel que tornava a vida de Artur miserável. Desconfiavam dela e de suas intenções, questionavam até mesmo a paternidade de seu filho, Marcos. Esse boato chega aos ouvidos de Artur. Torturado pela dúvida e pelos ciúmes, ele decide confrontar Tereza e a acusa de traição. Ofendida, ela confirma que a criança não era seu filho. Tendo a certeza de que todas as suas desconfianças eram verdadeiras, eles se separam e não mantêm contato. A narradora, porém, deixa claro que Marcos era “um retrato vivo de Artur Lourenço” (BEVILACQUA, 1913, p.176).

Destacamos também o conto “Um Romance”, que compõe o livro *Alcyone* de 1902. Neste conto, cujo narrador é o próprio protagonista, Carlos, acompanhamos o desenvolvimento da relação entre ele e Ruth. Calouro da Faculdade de Direito de Recife e com pouca condição financeira, Carlos é acolhido pela família de Ruth, graças a um favor que prestou-lhes. Com o passar do tempo, Carlos se apaixona por ela que não o corresponde, a princípio. Ressentido, ele começa a nutrir uma antipatia crescente por ela que, de menina doce, meiga e inteligente, se transforma, aos olhos de Carlos, em menina fria e perversa (BEVILACQUA, 1902, p.61). Cogita, inclusive, abandonar a faculdade e a culpava por isso. Estava infeliz porque desistiria de sua sonhada carreira por causa de um “capricho de moça” (BEVILACQUA, 1902, p.69).

Após Ruth confessar seus sentimentos por ele e viverem os primeiros anos de casados com tranquilidade, a antipatia de Carlos por Ruth ressurge. Não há motivos aparentes para tanto, mas ao destacar como ela era meiga, graciosa e sorridente e como capturava a atenção de todos, especialmente de homens durante conversas, desconfiamos se essa não era a razão para seu descontentamento. Depois de uma recepção, tomado pelo ciúmes, Carlos decide começar a ser maldoso, queria “torturá-la sem piedade, achando mesmo um prazer infinito em vê-la acabrunhada. Não lhe prestava absolutamente atenção, tratava-a como um ente subalterno” (BEVILACQUA, 1902, p.81). Assim, depressiva, Ruth passou a ficar isolada em situações sociais, o que Carlos adorou pois “os meus amigos se esquivavam de falar-lhe. Nas recepções, ela tinha a posição torturante de uma criança, que não tem liberdade” (BEVILACQUA, 1902, p.81). Cansada das humilhações, Ruth decide encerrar o relacionamento deles, contudo, não se separa. Isso, porém, é o bastante para que Carlos se arrependa e tente reconquistá-la.

Por tudo isso, acreditamos que as três histórias nos informam sobre como Amélia encarava as questões relacionadas à família, ao casamento e à condição feminina. Encarando esses livros, a partir do método de Candido, percebemos que o contexto é parte integrante do texto, ao adicionar

dimensão social, que se relaciona com o período em que Amélia vivia e produzia. Texto e contexto estão atuando um sobre o outro, em uma relação dialética. Nesse sentido, reconhecemos que através de seus livros, Amélia revelava suas críticas e denunciava as injustiças e angústias vividas pelas mulheres numa sociedade marcadamente patriarcal. Essas críticas não se manifestam nos textos de Amélia de forma explícita, mas sim de forma sutil, por meio da trajetória das protagonistas, dos diálogos, dos desabaços dessas mulheres e das situações que elas vivenciam.

Em conclusão, consideramos que, por tudo isso, o pensamento de Amélia de Freitas Bevilacqua no que diz respeito à família, ao casamento e à condição da mulher e que é revelado em seus romances, contos e artigos, a colocam em uma posição atuante na luta pelos direitos das mulheres e por uma família e sociedade mais igualitárias, em uma época em que o quadro jurídico-político instituía um modelo ideal de família e, especialmente, de mulher, reduzindo-as aos papéis de esposa, dona de casa e mãe e limitando seus direitos.

Fontes

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Alcyone*. Bahia: Livraria Magalhães, 1902.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Através da Vida*. 2ª Ed. Munique: Sem Classe Editorial, 2021.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Angustia*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1913.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*. Rio de Janeiro, Besnard Frères, 1930.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Angela Mendes de (Colab.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, EDUFRRJ, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. pp.179-202.

LIRA, José Luís. *De Clóvis para Amélia: Correspondência inédita do jurista Clóvis Bevilacqua para sua mulher, a escritora Amélia de Freitas Bevilacqua*. Sobral: UVA/USEL, 2011.

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “Os filhos da lei”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v.16, n. 45, pp.113-125, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. “Amélia Bevilacqua que era mulher de verdade: A memória construída da esposa de Clóvis Bevilacqua”. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.2, jul-dez, p.138-161, 2004.

FRANKENSTEIN (1818), DE MARY SHELLEY, E SEU DIÁLOGO COM A TECNOLOGIA MODERNA

Rafael Kiefer Teixeira dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: contatorafaelk@gmail.com

Introdução

Quando Mary Shelley escreveu as primeiras frases de *Frankenstein* (1818), talvez não imaginasse que estava criando um dos maiores ícones da literatura ocidental. A tragédia de Victor e seu Monstro foi adaptada ao teatro em 1823 com a peça *Presumption; or, the Fate of Frankenstein*, de Richard Brinsley Peake, e possui incontáveis produções cinematográficas; a mais influente sendo *Frankenstein* (1931), cujo ator Boris Karloff deu vida ao Monstro. O que quase todas as adaptações têm em comum é a supressão do subtítulo do livro de Shelley: o Prometeu moderno. É justamente nesse ponto que este trabalho irá se debruçar: a maneira como a autora utilizou o mito grego para tecer uma série de críticas ao relacionamento entre o sujeito e a tecnologia do século XIX.

A segunda metade do século XX foi marcada por discussões acerca da relação entre texto, autor e contexto. Algumas correntes historiográficas buscavam atribuir importância maior a este ou aquele método de pesquisa para a história das idéias ou história intelectual. Quentin Skinner, um dos maiores nomes da chamada Escola de Cambridge, publicou o artigo *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), no qual propôs uma alternativa para enfrentar essas questões. Para ele, era necessário a aplicação de uma abordagem atenta às intenções de um autor e a reconstruir o contexto das convenções linguísticas do tempo histórico para recuperar o significado de um texto. O argumento de Skinner é que somente recuperando as intenções de um autor no ato da escrita e reconstruindo o contexto das convenções linguísticas no qual ele estava inserido, será possível compreender os significados de um determinado texto (SOUZA, 2008, p. 3). A base dessa premissa é que a intencionalidade de um sujeito pode ser alcançada por meio da análise dos temas que ele toca de maneira explícita ou implícita no texto, assim como seu posicionamento levando em consideração os assuntos, os princípios e problemas discutidos por seus pares e que reverberam para dentro do texto¹.

Diversos temas são debatidos em *Frankenstein*, porém o mais evidente aparece logo no subtítulo da obra: a releitura que Mary Shelley faz do mito de Prometeu ao trazê-lo para a modernidade. O livro carrega conceitos e debates científicos no centro de sua narrativa, sendo considerado por muitos literatos como a obra inaugural do gênero de ficção científica. Talvez um dos argumentos mais influentes neste sentido seja o do escritor Brian Aldiss (1973) ao demonstrar que *Frankenstein* captou

¹ A base dessa premissa é a teoria dos atos de fala, de inspiração do filósofo John L. Austin, que entende a linguagem não como uma mera descrição do mundo material, mas como uma ação que age sobre ele. Os atos de fala são divididos em três categorias: ato locutório (dito), ato ilocutório (não-dito) e ato perlocutório (a maneira como o ouvinte recebe a oração).

as latências dos conflitos epistemológicos que firmaram a concepção de ciência moderna nos séculos XVIII e XIX. Isto é, uma disciplina organizada para explicar o cosmos de maneira racional por meio de protocolos como a dedução, a experimentação e o que Karl Popper chamou de refutabilidade (ROBERTS, 2018, P. 42).

Victor Frankenstein, o protagonista do livro, é um genebrino estudante de ciências naturais que busca desvendar os segredos da natureza para, em suas palavras, “banir a doença do organismo humano e tornar o homem invulnerável a tudo que não fosse a morte violenta!” (SHELLEY, 2015, P. 110). Em determinado momento do livro, ele tem contato com os estudos da eletricidade e do galvanismo, a “nova” ciência, e diz ter encontrado algo “surpreendente” que “ofuscava enormemente Cornélio Agrippa, Alberto Magno e Paracelso” (SHELLEY, 2015, p. 111). Frankenstein trocou os autores de uma velha e defasada alquimia por intelectuais adeptos de uma ciência metódica e tecnicista. Essa troca, contudo, não foi total: o personagem não abandonou completamente as artes da necromancia e do ocultismo. Ao que parece, ele se encontrou em uma espécie de encruzilhada entre o sobrenatural e o científico e, para escapar, buscou unificar as duas coisas – dando mais ênfase, é claro, à ciência. O resultado dessa combinação, porém, foi uma criatura horrenda e perigosa que o persegue durante o livro.

Ao contextualizar Mary Shelley dentro do mundo linguístico da Inglaterra do século XIX, vemos que ela estava inserida em um momento de transição acerca do que era entendido como Literatura. O país ressurgiu de uma guerra civil e sua reconstrução foi pautada em noções neoclássicas de razão, ordem, natureza e propriedade. O termo Literatura referia-se apenas a textos com algum valor social e que estivessem dentro de determinados padrões estéticos, isto é, englobava apenas ensaios filosóficos, tratados e documentos oficiais (EAGLETON, 2006, p. 25). No fim do século XVIII, contudo, o país testemunhou uma nova demarcação na forma discursiva da sociedade: a chamada literatura imaginativa apareceu como um “conceito de criatividade humana radicalmente contrário à ideologia utilitária do meio do capitalismo na Inglaterra” (EAGLETON, 2006, p. 27). Obras como *Defesa da poesia* (1821), de Percy Shelley, atribuíram aos poemas e romances um sinônimo virtual de imaginação, aproximando-os do que era considerado Literatura. Além da mudança no entendimento do que era considerado literatura, o século XIX também foi marcado pelo impacto socioeconômico da Revolução Industrial e Revolução Francesa. Mary Shelley, portanto, presenciou o embate das concepções de mundo ligado a um sagrado se confrontando com o cientificismo impulsionado pela industrialização que despontava na Inglaterra.

Mary Shelley e seu tempo:

Quentin Skinner aspira compreender as sociedades do passado ‘recuperando suas *mentalités*’ de forma empática (SKINNER, 1996, p. 11). Para ele, estudar o contexto sociocultural e econômico de um personagem histórico, apesar de insuficiente para uma pesquisa, é uma ferramenta útil, pois revela ao pesquisador quais eram os problemas da época e os tópicos que estavam sendo discutidos pelos intelectuais da época em questão (SKINNER, 1996, p. 10-11). Dessa forma, é possível ter um quadro geral do contexto ideológico no qual o personagem estudado estava inserido.

Buscando maneiras de compor os elementos que formam a pintura geral do contexto, a literatura aparece como uma fonte de pesquisa que pode revelar os pensamentos, as emoções e visões

de mundo dos indivíduos. Os romancistas são condicionados pela sua conjuntura e acaba sendo natural que suas obras revelem um pouco da sua desorientação na sociedade moderna (ALBERTI, 1991, p. 69). Dessa forma, o gênero gótico pode ser entendido como reação às promessas e mitos iluministas, tendo como obra inaugural *O castelo de Otranto* (1764), de Horace Walpole (1717-1797), que denota preocupação diante das transformações sociais e culturais advindas da narrativa de progresso moderno. Para a crítica literária Sandra Vasconcelos, o gótico surge para retomar os medos da nascente sociedade burguesa (VASCONCELOS *apud* ROSSI, 2008). É um gênero que dialoga com as temáticas políticas, sociais, sentimentais e culturais de seu tempo ao se afastar da expectativa de futuro iluminista.

O livro *Frankenstein* permite ao historiador compreender as motivações de Mary Shelley e sua relação com a ciência moderna; a autora demonstra simultaneamente certo fascínio e angústia. Shelley relata que durante as conversas noturnas na residência do poeta Lorde Byron (1788-1824) em 1816, ano que ela começou a esboçar *Frankenstein*, seus amigos tinham o costume de discutir “várias doutrinas filosóficas” e também a “natureza do princípio da vida e se havia alguma probabilidade de um dia ela ser descoberta e divulgada” (SHELLEY, 2015, p. 69):

Falaram dos experimentos do Dr. Darwin (...) que mantinha um pedaço de aletria num vidro até que, por algum meio extraordinário, o macarrão começou a se mover voluntariamente. Não era assim, apesar de tudo, que se induziria a vida. Talvez um cadáver pudesse ser reanimado; o galvanismo oferecia indícios nessa direção: talvez as partes que compunham uma criatura pudessem ser fabricadas, reunidas e providas de um calor vital. (SHELLEY, 2015, p. 69)

As novidades do progresso medicinal e tecnológico agitaram a imaginação dos jovens e fez surgir um novo tipo de romance: as novelas de ficção científica. Essas produções foram moldadas dentro do gótico buscando as definições do sujeito e seu estatuto no universo, uma vez que se encontrava confuso nas condições da ciência moderna (ALDISS, 1973). Na literatura, aparecem como uma forma de discurso materialista e científico que envolve a especulação de um mundo ficcional que, por mais diferente que seja da realidade, necessita de uma proximidade que permita ao leitor reconhecer os temas e debates vigentes de seu tempo (ROBERTS, 2018). Autores como Júlio Verne (1828-1905) e H. G. Wells (1866-1946) marcaram o século XIX com obras que denotam as mudanças epistêmicas acarretadas pelas revoluções técnico-industriais, o consumismo e os modos de produção capitalista. No caso de *Frankenstein*, o elemento narrativo que ressalta a diferença entre realidade e ficção se dá na figura do Monstro criado pela ciência.

É importante lembrar que havia experimentos acerca da geração de vida artificial e eletricidade pela Europa desde pelo menos o século XV. Um suíço, assim como Frankenstein, chamado Paracelso (1493-1541) pretendia criar um homúnculo utilizando apenas esperma; Horace Benedict de Saussure (1740-1799) percebeu que os infusórios se reproduzem por cissiparidade, além de conseguir fecundar uma cadela de forma artificial em 1776. Já na virada do século XVIII e começo do século XIX houveram diversas pesquisas relacionadas à eletricidade com Luigi Galvani (1737-1798), Benjamin Franklin (1706-1790), Humphry Davy (1778-1829) e outros. Como demonstrado anteriormente, Mary Shelley e seus amigos nutriam interesse por essa discussão (GAMA, 1996). Não à toa, Shelley foi uma das pioneiras na literatura a reunir o positivismo empirista com o misticismo de uma Europa

que parecia ter ficado no passado; ela substituiu a fórmula do romance gótico tradicional por uma narrativa mais próxima da especulação pseudocientífica de sua época e criou uma nova maneira de contar história (GUIMARÃES, 2018, p. 176).

Se não é possível falar de *Frankenstein* sem tocar na literatura gótica, também não é possível falar do gótico sem abordar a influência de um outro movimento artístico europeu: o Romantismo. Sua origem remonta ao território germânico da metade do século XVIII, no qual uma geração de artistas se alimentou da fragmentação e instabilidade do mundo moderno ao fazer seus poemas, romances e pinturas; eles se caracterizaram pela revolta contra o classicismo e pelo rompimento com o ideal de beleza universal que, em sua perspectiva, não era adequado para lidar com uma realidade múltipla e indefinida como aquela (SALIBA, 1999, p. 37). A aparente fragmentação do mundo gerou uma ansiedade que afetou as dimensões objetivas das transformações empíricas do período, projetando sobre elas uma força simbólica que alterou a maneira que essas pessoas viam a realidade. Esses artistas tiveram seu imaginário potencializado pela quebra de continuidade da história europeia provocada por dois processos de ruptura: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (SALIBA, 1999, p. 19).

Para o historiador Eric Hobsbawm, as consequências mais sérias da Revolução Industrial foram sociais, pois:

A transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente com os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores luditas porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. (HOBSBAWM, 2012, p. 55)

Esse processo ajudou a popularizar a ciência em níveis nunca antes vistos, uma vez que suas inovações e medidas práticas tornavam-se mais acessíveis nas fábricas e no próprio lar dos trabalhadores. Por outro lado, o industrialismo rompeu com os antigos estilos de vida dos homens, deixando-os livres para descobrirem outros novos, caso pudessem, mas não lhes indicou como fazê-lo (SALIBA, 1999, p. 32). Foi neste período, mais precisamente em 1840, que a palavra ‘cientista’ foi utilizada pela primeira vez em seu sentido contemporâneo (SALIBA, 1999, p. 31). Paralelamente, o aumento da população e sua concentração nas cidades aprofundou o sentimento de ruptura com o estilo de vida rural, levando a uma nostalgia idílica do passado e da vida no campo. O professor Franz Bruseke caracteriza esse momento como a racionalização do sagrado, isto é, o uso da implementação de explicações científicas às crenças religiosas para dar respaldo às pretensões científicas da época, o que impactou a religião por afastar a figura dos deuses do imaginário coletivo (BRUSEKE, 2005). Nesse sentido, o romantismo aparece como um movimento de valorização do passado medieval, no qual as angústias da vida moderna não poderiam chegar.

Quando o filósofo Isaiah Berlin analisou figuras como Johann W. Goethe (1749-1832), Lorde Byron (1788-1824) e Percy Shelley (1792-1822), identificou que os ideais aos quais esses autores atribuíram maior importância eram integridade, sinceridade e o martírio por algum ideal ao qual

vale a pena sacrificar tudo aquilo que a pessoa é (BERLIN, 2022, p. 24). O verdadeiro interesse desses escritores não estava no avanço da ciência, no poder político ou na felicidade, mas sim na honestidade das emoções, na pureza da alma, na disponibilidade de se dedicar a um ideal; o valor está no empenho em prol de uma causa e não exatamente nas suas crenças. Isso ajuda a explicar o motivo da Revolução Francesa ter adquirido tamanha potência no imaginário romântico; foi justamente a dedicação e sinceridade que os franceses lutaram contra um Estado que os oprimia (BERLIN, 2022, p. 27).

Em função do valor atribuído aos mártires e aos rebeldes, o mito de Prometeu foi abraçado como símbolo de luta política por Percy Shelley (1792-1822) e Lorde Byron, enquanto Mary Shelley o interpretou evidenciando sua vaidade e egoísmo em *Frankenstein*. Dessa forma, torna-se oportuno analisar como a autora mobilizou o mito enquanto uma argumentação contrária não apenas ao tecnicismo moderno, mas aos próprios poetas.

Do Prometeu antigo ao Prometeu moderno

Conhecer as discussões intelectuais do século XIX e algumas das influências de Mary Shelley é fundamental para um entendimento mais apurado do subtítulo “Prometeu moderno”. Apesar de *Frankenstein* ter sido publicado em 1818, momento em que se olhava para efervescência das indústrias britânicas como a chave de um futuro que aparentava promissor, o livro resgata um mito grego que faz um alerta para o caráter ambíguo do desenvolvimento tecnológico. Na cultura Ocidental, os mitos aparecem como discursos totalizantes e unificadores no espaço religioso, metafísico e teológico (SIRONNEAU, 2018, p. 12). Para o cientista religioso Mircea Eliade, os mitos contam histórias sagradas que tiveram lugar no *ab initio*, isto é, o início do Tempo, e seus personagens são deuses ou heróis civilizadores; suas narrativas proclamam uma situação primordial ou da criação de uma realidade, do cosmos, de uma espécie, uma instituição etc, garantindo a ordem social (ELIADE, 1992, p. 50).

Na Grécia antiga, o mito era a representação verbal do universo sagrado e uma construção de pensamentos e sentimentos em todos os níveis e aspectos daquele espaço geográfico (VERNANT, 2006, p. 24). Sua transmissão era feita por meio de dois veículos principais: pela tradição oral nas residências, especialmente pelas mulheres, quando seus filhos ainda estavam nos berços, ou por meio da voz dos poetas em festas públicas, jantares e praças (VERNANT, 2006, p. 15-16). Os gregos aprendiam a pensar e a falar dentro de uma ordem religiosa, tendo os mitos como uma das principais ferramentas moralizadoras e didáticas. A separação entre o mundo natural e o sobrenatural era inexistente; o campo religioso estava ligado ao mundo político, assim como o mundo político estava ligado à religião (VERNANT, 2006, p. 60). Dessa forma, percebe-se alguns dos motivos do historiador Jean-Pierre Vernant caracterizar a religião grega como uma ‘religião cívica’, afinal, ela fazia parte da própria identidade grega ao lado do idioma, do modo de vida, das vestimentas etc.

Uma das narrativas mitológicas da Grécia utilizadas para pensar o desenvolvimento da técnica é o mito de Prometeu. Em *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo (VII-VII a. C.), é possível encontrar as primeiras descrições do titã como o ludibriador de Zeus. Para o poeta, no princípio dos tempos, a humanidade vivia em comunhão com os deuses, mas Prometeu, encarregado de dividir a carne de um boi no banquete, escondeu as melhores partes do animal para os homens e entregou

ossos cobertos de gordura para os olímpianos. Zeus, em sua esperteza, notou a armadilha e privou a humanidade do fogo celeste. Para contornar essa situação, o titã roubou uma centelha do fogo dos deuses e o entregou aos homens; aquele era um fogo técnico inferior que precisava ser alimentado para continuar existindo. O fogo passou a simbolizar a fronteira que separa os deuses e os homens, sendo o fogo celeste divino e eterno, enquanto o fogo técnico era perecível e frágil, evidenciando a diferença entre os deuses e os mortais (VERNANT, 2006, p. 64).

Como punição pelos seus atos, Prometeu foi acorrentado por Hefesto em uma montanha no Cáucaso, na qual uma águia se alimentava continuamente de seu fígado. Já a humanidade passou a conviver com as doenças, a fome, a dor e o trabalho. Portanto, a interpretação que Hesíodo faz de Prometeu é a de um titã cuja transgressão condenou a humanidade e a si próprio ao sofrimento (MOURA; ARAÚJO, 2020, p. 2-3). O titã é caracterizado pela desobediência à autoridade dos deuses, sendo uma advertência sobre os perigos do excesso de ambição, uma vez que ele superestima os próprios poderes contra o pai dos deuses. O mito avisa acerca das consequências de desafiar seus superiores: angústia, sofrimento e morte.

Os gregos não possuíam uma doutrina religiosa estabelecida e seus mitos possuíam variações no interior da Hélade, o que faz com que os deuses apresentem personalidades diferentes entre uma história e outra (VERNANT, 2006, p. 13-14). Naturalmente, Hesíodo não foi o único que escreveu uma versão de Prometeu (ROSSI, 1989, p. 143). No período clássico, o dramaturgo Ésquilo (V a.C.) produziu a peça *Prometeu acorrentado*, na qual foi ressaltado o benefício que o titã legou à humanidade: o progresso técnico rumo a um estado avançado de civilização cultural.

Com Prometeu, os homens aprenderam a construir suas moradas, a regular sua vida pelo ritmo dos céus; dele aprenderam as matemáticas, o alfabeto, a arte de domar os cavalos e de navegar nos oceanos; de seus ensinamentos deduziram a medicina, as artes da predição e a extração dos metais preciosos escondidos nas entranhas da terra. (ROSSI, 1989, p. 143)

O titã sabia das consequências da transgressão, porém, sua paixão pelos mortais o fez violar a ordem imposta pelos deuses. Sem o fogo roubado, a humanidade iria se alimentar apenas de carne crua e viver como os animais, mas sua ousadia permitiu que pudessem sair de um estado primitivo e desfrutar de uma vida civilizada; passar de uma vida natural a uma vida artificial. Os mistérios do mundo agora estavam sob via de serem solucionados pelos humanos e Prometeu pôde, enfim, admirar as consequências positivas de seu martírio.

Na época moderna, os poetas românticos utilizaram a literatura pagã como um aspecto fundamental dos seus projetos políticos e estéticos, além de ser um sinal de erudição (MOURA; ARAÚJO, 2020, p. 8). As releituras do mito de Prometeu no século XIX buscaram evidenciar seu heroísmo e rebeldia perante a tirania de Zeus. Lorde Byron, um dos maiores nomes da poesia inglesa, trabalhou na tradução de *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, e entendia que o valor do titã se dá por sua essência humana: a capacidade de se rebelar e arriscar tudo pelo poder e liberdade (MOURA; ARAÚJO, 2020, p. 13). Próximo a ele está outro poeta, Percy Shelley, que descreve o titã como averso aos tronos e altares em *Prometeu desacorrentado* (1820), obra que teve participação de Mary Shelley. Percy, assim como outros escritores da época, viu em Prometeu um ideal de liberdade que representava também o questionamento ao *status quo* do mundo político.

Percebe-se que a rede intelectual de Mary Shelley tinha familiaridade com o titã grego, além de

ser justamente na residência de Lorde Byron que a autora começou a desenvolver *Frankenstein*. Para a historiadora Claudia Wasserman, as redes intelectuais são os “vínculos que unem os intelectuais em torno de uma estrutura de sociabilidade”, podendo ser revistas, universidades, jornais e outros, além da proximidade geográfica e geracional (WASSERMAN, 2015, p. 70). Os intelectuais usam suas habilidades para discutir, argumentar e projetar futuros a serviço dos combates políticos provocados por guerras, revoluções ou crises de seu tempo (WASSERMAN, 2015, p. 64). Mary Shelley exerceu a atividade intelectual ao defender uma cosmovisão que estava sendo cada vez mais ameaçada diante de um mundo racionalizado.

A religiosidade de Mary Shelley pode ser atestada no episódio ocorrido em 1838, quando ela enfrentou problemas ao tentar publicar *Poetical Works*, obra póstuma de Percy Shelley. O editor queria retirar as passagens que deixavam explícito o ateísmo convicto do falecido marido da autora no poema *Queen Mab*. Ela se justificou dizendo que, apesar de “discordar e não gostar do ateísmo”, ela também não gostava de mutilações e preferia favorecer a liberdade ao publicar a obra (GUIMARÃES *in* ARAÚJO, 2018, P. 44). Em sua argumentação, fica evidente que Mary Shelley era uma mulher religiosa – o que não significa que ela fosse radicalmente contra o ateísmo de Percy, afinal, ela queria publicar o conteúdo do poema em sua íntegra.

Não é segredo que Percy Shelley inspirou, de certa forma, o personagem Victor Frankenstein. Como destaca o crítico Maurice Hindle, “o idealismo romântico de Shelley e seus heróis intangíveis era, como todos os idealismos, baseado numa crença nas supostas capacidades divinas ou criativas do homem” e Percy tinha “paixão por consertar o mundo” e um “louco entusiasmo” pelas ciências (SHELLEY, 2015, p. 18-19). Sua ambição e idealismo podem ser replicados ao doutor Frankenstein, que se achou equivalente a um deus ao criar uma nova espécie, mas foi incapaz de assumir as consequências de suas ações.

Para construir a versão moderna do mito de Prometeu, a autora evoca, além de Percy e Byron, ou Ésquilo e Hesíodo, a representação do titã durante o Renascimento. De acordo com o filósofo Ernst Bloch, foi por meio de Francis Bacon (1561-1626) que o mito chegou com vigor na transição do medievo para a modernidade (GAMA, 1996, p. 136). Na versão do político inglês, Prometeu criou a humanidade e, por amor a ela, roubou o fogo de Zeus (ROSSI, 1989, p. 146).

Bacon é o primeiro a falar de Prometeu como um rebelde técnico audacioso a ponto de se imiscuir nos assuntos do mestre: ou melhor, de refazer a obra do mestre com mais competência e genialidade, atividade que alimenta seu orgulho. Os homens formados por Prometeu são superiores às criações de Zeus. Bacon, portanto, utiliza-se, para situar a técnica, da alegoria ou do arquétipo de Prometeu: “Prometeu é o espírito inventivo dos homens que funda o reino humano, que multiplica ao infinito a potência humana e a dirige contra os deuses”. Ninguém põe em dúvida a força e a consciência revolucionária dessa frase. Bacon se colocava como precursor, ainda que tateando, de empresas extremamente ousadas. (BLOCH *apud* GAMA, 1996, p. 2)

Victor Frankenstein, assim como o Prometeu de Bacon, pode ser considerado um rebelde técnico audacioso, afinal, seu desejo era criar uma espécie que fosse “invulnerável a tudo que não fosse a morte violenta”, mas sua prepotência o levou ao fracasso (SHELLEY, 2015, p. 110). Frankenstein e Prometeu desafiaram a ordem natural por meio de um conhecimento proibido, tendo como justificativa a preocupação com o bem-estar da humanidade. Na antiguidade, o caminho para

fazer isto era por meio de uma ferramenta divina, no caso o fogo de Zeus; na época moderna, a alternativa foi encontrada no conhecimento técnico, no estudo e nas máquinas. A eletricidade se tornou o dínamo dos deuses e permitiu aos homens alcançar um fragmento do poder celestial.

Victor Frankenstein é uma distorção do titã que se sacrificou pela humanidade nos relatos gregos. Hesíodo e Ésquilo podem ter divergências ao julgar as ações de Prometeu, mas ambos o representam como um mártir que desobedece uma ordem celeste para que os homens saíssem do obscurantismo. Por outro lado, o altruísmo de Frankenstein é puramente retórico e suas ações revelam apenas uma ambição pela glória. Isso é perceptível no seguinte trecho:

Uma nova espécie me abençoaria como seu criador, e de sua origem; muitos seres de excelente e feliz natureza sentiriam-se em débito comigo por sua existência. Não haveria pai que pudesse reivindicar tamanha gratidão de um filho quanto a que eu mereceria de minhas criaturas. (SHELLEY, 2015, p. 126-127)

A motivação de Victor marca um importante diferencial entre ele e o Prometeu de Byron e Percy. Para os românticos, o titã amava a humanidade e se sacrificou para que ela pudesse viver com o fogo, já Victor Frankenstein não amou o Monstro que criou e desejava ser venerado pela nova espécie. Ele transgrediu a condição da mortalidade humana e condenou seus entes queridos e a si mesmo à morte (MOURA; ARAÚJO, 2020, p. 9). No final do livro, em diálogo com o Capitão Walton, Victor se mostra arrependido e diz: “busca ser feliz na tranquilidade e evita a ambição, mesmo aquela aparentemente inocente do reconhecimento na ciência e nas descobertas. Por que digo isso? Acabei destruído por tais esperanças, mas outros podem ter sucesso” (SHELLEY, 2015, p. 327). O conselho de Frankenstein se mistura ao de Mary Shelley: os perigos de desafiar a ordem estabelecida pelas leis divinas, algo próximo da moral da história de Prometeu.

As finalidades literárias de Mary Shelley são éticas em primeiro lugar e não epistemológicas; ela quer que nós compreendamos as consequências dos nossos modos de ler e de ver o mundo, do nosso hábito de impor morais significados àquilo que não podemos conhecer verdadeiramente. (MELLOR *apud* ARAÚJO; GUIMARÃES, 2018, p. 107)

Mary Shelley demonstra preocupação com a conduta de seu protagonista e opta por problematizar a arrogância de Victor, sua ânsia por conhecimento, controle e poder. Para endossar a crítica da autora e demonstrar que o uso de mitos e arquétipos religiosos não ficou restrito ao casal Shelley e Byron, podemos olhar para um outro literato: o inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), com o poema *A balada do Velho Marinheiro*, publicado em 1798 (GORDON, 2020, p. 26). Mary Shelley conheceu Coleridge por meio de seu pai, William Godwin, e desde então ela nutriu uma relação de amizade com o poeta ao ponto de citar um verso de *A balada* em *Frankenstein* (SHELLEY, 2015, p. 133-134). A obra conta a história de um marinheiro que, em uma viagem, mata um albatroz e condena toda a tripulação do navio à morte, menos a si mesmo. Solitário, o Velho marinheiro é punido pelos espíritos do mar e passa a contar sua história a todos que encontra em terra-firme, como no trecho a seguir:

Adeus, adeus! Porém... acrescentar convém,
Convidado Nupcial:
somente reza bem aquele que ama bem
Homem, ave e animal.

Somente ora melhor quem sabe amar melhor
A tudo, grande e miúdo;
Pois o bondoso Deus, que tem amor por nós,
Ele fez e ama tudo. (COLERIDGE, 2018, p. 121)

Coleridge evoca os arquétipos cristãos de pecado e penitência, além de ressaltar a importância de amar e respeitar a criação divina. O poeta nutre um idealismo nostálgico de um passado pré-capitalista ao qual a sociedade deveria retornar; esse passado sacro era visto como um antídoto aos males da modernidade burguesa e denota a crítica do autor ao que ele chama de “tirania do presente” (LOWY, 1995, p. 180). Para além dos sistemas políticos do século XIX, a tirania do presente se dava na forma de uma situação sócio-econômica baseada na exploração que isolava os seres humanos da totalidade social. Coleridge via o sujeito moderno como decadente, solitário e egoísta e chamava atenção para o “espírito mercantilista” que, em seu entender, constituía o mal primordial de sua época (LOWY, 1995, p. 181).

Diante da opressão aos seus valores, os românticos encontraram no campo da imaginação um espaço para exercerem sua criatividade sem as amarras daquela sociedade, tendo em vista a suspensão de descrença apreciada por Coleridge. Como destaca Terry Eagleton, “escrever sobre o que não existe era, de alguma forma, mais emocionante e mais valioso do que escrever um relatório sobre Birmingham ou sobre a circulação do sangue” (EAGLETON, 2006, p. 27). *A balada do Velho Marinheiro* denota o esvaziamento e derrocada do sujeito em um mundo que cada vez menos valoriza os mistérios da criação; o protagonista é punido pelos espíritos marítimos por ter violado a ordem natural das coisas e acabou embarcando numa jornada de penitência, assim como o cientista de Mary Shelley.

Ainda dentro desse estoque de temas envolvendo a geração inglesa do século XIX, há o ensaísta John Ruskin (1818-1900), que se destacou por sua crítica cultural e econômica, além de estética, à sociedade industrial. Ele formulou seu pensamento tendo como base um quadro religioso, citando passagens da bíblia e recorrendo aos mitos gregos, mas evidenciando que sua religião era da ‘humanidade-na-Natureza’, pois era nesse ponto que o sagrado verdadeiramente estava situado (LOWY, 1995, p. 193). John Ruskin foi um mediador entre a tradição romântica e as críticas emergentes de meados do século XIX até o século XX. Ele influenciou a Irmandade Pré-Rafaelita, na Inglaterra, que foi um movimento artístico que focalizou a natureza e abordou temas, estilos e atmosferas da Idade Média.

As preocupações de Ruskin são parecidas com as de Mary Shelley, Coleridge, Percy e Byron. Ele era um conhecedor dos ideais românticos e teve um contato especial com a obra de Percy Shelley, inclusive com *Prometeu Desacorrentado*. Para elaborar suas análises históricas, Ruskin se baseia no mito bíblico da Queda da humanidade (LOWY, 1995, p. 197). Nessa perspectiva, havia um tempo primordial no qual a humanidade viveu em comunhão com a Natureza e o universo era animado pela presença de criaturas sobrenaturais e divinas, mas que posteriormente deu lugar a um tempo de desolação. A queda teria ocorrido por etapas, sendo o crepúsculo do medievo o início do fim; o Renascimento teria aprofundado o luxo e a vaidade dos indivíduos; a modernidade consolidou a perda da graça divina no mundo (LOWY, 1995, p. 199). Essa perda se deve aos efeitos da ciência, do industrialismo e da dominação da vida pelo dinheiro. Ruskin enxerga os avanços tecnológicos e

científicos como uma tragédia, pois destroem progressivamente a fé religiosa, o sentido do sagrado e a presença sobrenatural na animação da natureza (LOWY, 1995, p. 203). Ele não chega a condenar a ciência enquanto tal, mas lamenta o declínio do sentimento religioso e o desencantamento do mundo natural.

Como demonstrado pelos exemplos acima, a preocupação com a dessacralização do mundo era uma temática recorrente dentro do campo linguístico de ensaístas políticos e críticos de arte na Inglaterra do século XIX. Além disso, a literatura gótica está repleta de escritores que abordam essa questão por meio de mitos como o do fantasma, do duplo ou do vampiro, como por exemplo Emily Brontë (1818-1848), R. L. Stevenson (1850-1894) e Bram Stoker (1847-1912). O gótico expressa a angústia e a desorientação do indivíduo perante as transformações sociais e culturais da modernidade. Um dos seus artifícios narrativos é a insinuação às tradições e mitos ligados às antigas religiões da Europa e ao próprio cristianismo que se faziam presente no imaginário popular (SANTOS, 2023, p. 108). Não foi atoa que Mary Shelley e seus amigos resgataram o mito de Prometeu, assim como Coleridge evocou símbolos cristãos enquanto ferramentas de combate político.

Considerações finais

Quentin Skinner defende que, para recuperar as intenções de um autor, é necessário traçar um diálogo entre o enunciado e o contexto linguístico disponível e utilizado no ato da escrita, ou seja, o repertório de ideias com o qual o autor se relaciona. A interpretação de um texto deve compreender o contexto social e suas causalidades, mas também o vocabulário conceitual e o mundo mental do sujeito. Após analisar o livro de Mary Shelley em companhia de obras que abordaram temáticas similares, verificou-se que os mitos e arquétipos narrativos da antiguidade greco-romana continuaram presentes na cultura moderna, mesmo com o avanço do cientificismo positivista no século XIX.

As discussões acerca do desenvolvimento da tecnologia e seus impactos na natureza, no cotidiano e no imaginário religioso estão presentes na literatura ocidental desde, pelo menos, as obras de Hesíodo e Ésquilo acerca de Prometeu. O titã roubou o fogo dos deuses e o entregou à humanidade como uma demonstração de amor à esta, mas as consequências de suas ações foram interpretadas de diferentes maneiras ao longo do tempo. Houve quem o louvasse por ter presenteado os humanos com a arte, a agricultura e as técnicas de produção, ao mesmo tempo que corriam interpretações que evidenciaram os malefícios deste ato; a doença, o trabalho, a fome e a morte. Apesar das diferenças no que diz respeito às consequências do roubo do fogo, Prometeu é lembrado como um mártir que se sacrificou pela espécie que ele havia criado, enquanto Victor Frankenstein é a distorção do mito grego sob o prisma da modernidade europeia; sua criação lhe desperta horror e sua busca pelo poder serve apenas para suprir suas necessidades individuais.

Movimentos literários como o romantismo e o gótico surgiram como contraponto aos ideais de progresso vigentes e, muitas vezes, nutrindo uma nostalgia ao passado medieval e apreço pelos símbolos religiosos. Havia uma disputa pela representação do titã Prometeu; os românticos o viam como a expressão da humanidade em sua ousadia, enquanto Mary Shelley se opôs à idealização de Prometeu, mostrando uma visão mais próxima àquela de Hesíodo. Percy Shelley e Byron encaram o titã sob a ótica do martírio e estavam presentes quando a autora iniciou a elaboração de *Frankenstein* no verão de 1816, em Genebra. No subtítulo da obra, a autora localiza o mito em um recorte temporal

específico: a modernidade.

Por fim, foi justamente na antiguidade clássica e no cristianismo que Mary Shelley encontrou elementos narrativos que pudessem contribuir para sua crítica ao cientificismo do século XIX. Após mais de 200 anos de sua publicação, o livro segue como uma ferramenta para se pensar as questões éticas relacionadas à ciência e ao progresso, além de ‘Frankenstein’ ter virado um adjetivo para coisas feitas a partir de retalhos ou coisas não-naturais. Mary Shelley ressignificou o mito grego dando-lhe uma roupagem moderna que permitiu que sua obra se tornasse uma espécie de mito ocidental: o mito de Frankenstein.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

ALDISS, Brian W. *Billion Year Spree*. New York: Doubleday & Company, 1973.

ARAÚJO, Alberto Filipe; GUIMARÃES, Armando Rui. *O mito de Frankenstein: Imaginário & Educação*. São Paulo: FEUSP, p. 11-32, 2018.

BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.

BRUSEKE, Franz Josef. O sagrado na modernidade técnica. *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 6, n. 70, p. 2-21, 2005.

COLERIDGE, Samuel Taylor et al. *A balada do velho marinheiro multilíngue*. Florianópolis: CCE/UFSC, 2018.

DE MOURA, Mellyssa Coêlho; DE ARAÚJO, Orlando Luiz. Mary Shelley e a crítica da desobediência prometeica em Frankenstein. *Scripta Alumni*, v. 23, p. 2-3, 2020.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GAMA, Ruy. Uma declaração de intenções: o mito de Prometeu. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 41, p. 135-140, 1996.

GORDON, Charlotte. *Mulheres extraordinárias: as criadoras e a criatura*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2020.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

NÖTHLING, V. S. A História das Idéias na Perspectiva de Quentin Skinner. *Theoria (Pouso Alegre)*, v. 04, p. 186-189, 2012.

ROBERTS, Adam. *Verdadeira História Da Ficção Científica*. São Paulo: Editora Seoman, 2018.

ROSSI, Aparecido D. R. Manifestações e configurações do gótico nas literaturas inglesa e norte-americana: um panorama. *Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 55-76, 2008.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Rafael K.T. A técnica moderna presente no livro *Frankenstein*, de Mary Shelley. *Revista História em Curso*, Belo Horizonte, v. 5 n. 8, p. 96-112, Dez, 2023.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2015.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o 'contextualismo lingüístico' na perspectiva de Quentin Skinner. *Fenix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, n. 4, p. 1-19, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. *Tempos históricos*, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015.

GENEALOGIAS TEÓRICAS DE GEORGES DIDÍ-HUBERMAN, OU A IMAGEM NA FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Adriel Dalmolin Zortéa¹

PPGAV²/UnB

E-mail: adrielzortea@outlook.com

Nosso artigo centra-se em cartografar a partir de que quadros teóricos e conceitos operatórios o filósofo e historiador da arte francês Georges Didi-Huberman (1953) parece defender uma filosofia da história como filosofia icônica centrada na noção de imagem (*Bild*). No presente recorte, privilegiou-se a série de livros *L'œil de l'histoire*³ (2009-2016), apesar dos desdobramentos deste conjunto de obras, voltados à dita “política da imaginação”, engendrarem, recentemente, outros livros. Caso das publicações contidas nas séries *Ce qui nous soulève* (2021-2023) e *Faits d'affects* (2023-). A primeira é comentada brevemente no último eixo desse texto.

Sobejam estudos que demonstram com pertinência aproximações existentes entre a produção de Didi-Huberman e a *imagem dialética* em Walter Benjamin (1892-1940), noção compreendida desde já como *crystal do tempo*. São também volumosas pesquisas que confrontam seus livros ao *Nachleben der Antike* (sobrevivência do antigo) e à *Pathosformel* (fórmula *pathos*) de Aby Warburg (1866-1929), a respeito da figuração anacrônica como transgressão do conformismo na história.

Para ficarmos, apenas, em alguns exemplos, assinalamos que Vera Pugliese (2011, p. 13) constelou tais autores para debruçar-se sobre o anacronismo como modelo do tempo complexo. Daniela Campos (2017, p. 269) considerou suas relações no que toca o princípio associativo da montagem. Luana Wedekin (2019, p. 27) recordou a importância de Warburg para o pensamento de Didi-Huberman, enquanto Stéphane Huchet (2014, p. 240) apontou em Warburg um modelo de confirmação e consolidação para o pensamento de Didi-Huberman.

Importa assinalar que, para Didi-Huberman (2017a, p. 50), recordando as famosas *Teses sobre história* de Walter Benjamin (1994, p. 225), a imagem é um ponto nevrálgico da história. Ela não é um mero suporte da iconografia, nem tampouco apenas parte da trama do tecido representacional,

1 Doutorando e Mestre em Teoria e História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília (PPGAV/UnB), com bolsa CAPES. Graduado em História, em modalidade habilitação dupla, pela Universidade Federal de Santa Catarina (HST/CFH/UFSC). Vinculado ao Laboratório de Teoria e História da Arte (LaTHA/UnB). Cadastrado nos grupos de pesquisa Cartografias do discurso historiográfico artístico: a montagem, a temporalidade complexa, o retorno crítico e o deslocamento (UnB), Montagem no discurso historiográfico artístico (UnB/CNPq) e Lab|HABA - Laboratório de Historiografia da Arte no Brasil e Américas (UFRJ/CNPq). Este trabalho é recorte de uma pesquisa maior voltada às genealogias teóricas de Georges Didi-Huberman, principalmente no que tange a recente teoria da arte francesa (após 1960).

2 A participação no XII Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH) contou com o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes, da Universidade de Brasília (PPGAV/VIS/IdA/UnB).

3 No Brasil de 2024, publicaram-se cinco dos seis volumes. Trata-se de Quando as imagens tomam posição (2017b), Remontagens do tempo sofrido (2018a), Atlas ou o gaio saber inquieto (2018b) e Passados citados por JLG (2023a), editados pela Editora da UMFG; e, Povo em lágrimas, povo em armas (2021a), editado pela N-1 Editora. Resta *Peuples exposés, peuples figurants* (2012), publicado originalmente pela Editora Gallimard.

mas um conceito operatório. Daí remontar a certas conceituações, principalmente em relação às sobredeterminações entre *imagem* e *tempo* impregnadas à produção de Didi-Huberman, na suspeita de ser possível apreender uma filosofia icônica em sua produção, principalmente na série de livros *L'œil de l'histoire*.

Caso do conhecimento por montagem elaborado, com inconciliáveis diferenças, pelos cinemas tão distintos de Serguei Eisenstein (1898-1948), Pier Paolo Pasolini (1922-1975), Harun Farocki (1944-2014) e Jean-Luc Godard (1930-2022), além do *Princípio da esperança* (*Das Prinzip Hoffnung*) do filósofo alemão Ernst Bloch (1885-1977). Bloch é citado por Didi-Huberman desde, ao menos, 2009. Não obstante, tal autor adquiriu, em retrospecto, uma importância crescente para o pensamento deste filósofo e historiador da arte francês, o que comentaremos abaixo.

Assinalamos, de imediato, que sua filosofia icônica é distante de um horizonte de expectativa ampliado. Tal afirmação respalda a estruturação da obra de Didi-Huberman a partir da subversão de um paradigma transcendental, configurando uma articulação da imagem no tempo e do tempo na imagem que se abriria para o futuro a partir de uma “política da imaginação”. Restar comentar que, se a história e a história da arte possuem matrizes disciplinares distintas, a repercussão da obra de Didi-Huberman em ambas se impõe com um lastro de interpenetrações que precisa ser considerado a partir do trânsito de seu modelo teórico no Brasil.

Imagem-lampejo

A obra do filósofo e historiador da arte francês Georges Didi-Huberman configurou-se após o corte do pós-estruturalismo e da psicanálise de cunho lacaniana, criticando a suposta homogeneidade da pintura, bem como do discurso sobre ela, a partir da conceituação do sintoma freudiano. Ele ultrapassou, desde o final dos anos 80, o legível como categoria de investigação hermenêutica da imagem, no sentido utilizado por Erwin Panofsky (1892-1968), voltando-se para o que nela seria soturno, preocupando-se com a rasgadura na trama do tecido representacional, não negando a estrutura, mas voltando-se para sua abertura.

Porém, nos anos 2000 a legibilidade é retomada por ele a partir de outro paradigma filosófico, ativando a conceituação utilizada por Benjamin. Se é preciso reconhecer em *Imagem apesar de tudo* (2020), livro publicado originalmente em 2004, a matriz concernente à dita “política da imaginação”, neste texto privilegiamos os seis livros que compõem *L'œil de l'histoire*. Em tal série ele assume uma postura filosófica, desprovida de ingenuidade e voltada à legibilidade do tempo a partir do princípio associativo da montagem.

Em *Quando as imagens tomam posição*, publicado originalmente em 2009, Didi-Huberman (2017b) debruça-se sobre a obra plástica e teórica de Bertold Brecht (1898-1956) denominada *Arbeitsjournal*. A partir deste “diário de trabalho” mantido por Brecht ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Didi-Huberman (2017b, p. 113) não apenas diferencia tomar partido, que “impõe a condição preliminar de uma partida em detrimentos das outras, e tomar posição, que “supõe a copresença eficaz e conflituosa, uma dialética das multiplicidades entre si”. Ele defende, principalmente, recompor com a imaginação, tomada no sentido baudelairiano, outras relações possíveis na própria imanência da realidade, rejeitando a transcendência que se esperaria do termo na dialética hegeliana.

Didi-Huberman utiliza as imagens e a fantasia (*Phantasie*) que elas suscitam como parte de uma travessia que levaria da fascinação à manipulação. Já neste livro ele parece defender uma política da imaginação suscitada pela alegria da criança, gesto nietzschiano por excelência, que quebraria seu brinquedo para apreender seu funcionamento, buscando “outra coisa que não uma política ilustrada ou uma tomada de partido utilizando as imagens para melhor comunicar as palavras de ordem” (DIDI-HUBERMAN, 2017b, p. 240).

Em *Remontagens do tempo sofrido*, segundo livro de *L'œil de l'histoire*, publicado originalmente em 2010, Georges Didi-Huberman (2018a, p. 21) amplia a configuração entre história e imaginação. Tal autor retomou ideias defendidas no já citado *Imagens apesar de tudo* para articular a legibilidade (*Lerbarkeit*) do tempo e sua “visibilidade” (*Anschaulichkeit*). Essa composição, a partir da abertura na imagem no tempo, permitiria uma legibilidade histórica que não sintetizaria ou regularia, mas transformaria toda leitura histórica. Ele retoma o trecho benjaminiano que baliza a imagem veloz do passado como fundamento de toda leitura, recordando, ainda, que para Benjamin (2009, p. 502) interessa a dialética em repouso (*die Dialektik im Stillstand*).

Para Didi-Huberman ver (*voir*) nos permite saber (*savoir*) – mesmo que olhar (*regarder*) e saber (*savoir*) não pertençam a mesma ordem de coisas –, e até mesmo prever algo do estado histórico e político do mundo, porque a montagem das imagens fundamenta toda sua eficácia numa arte da memória. Daí a importância capital que Didi-Huberman (2018b, p. 190) dedica ao *Bilderatlas Mnemosyne* (1927-1929), de Aby Warburg, detendo-se na *Prancha 79*, no livro *Atlas ou o gaio saber inquieto*, publicado originalmente em 2011.

Didi-Huberman (2017c, p. 302) escreveu que, aparentemente, Warburg preocupou-se mais com as *Pathosformeln* da lamentação que com as de levantes. Ele citou a *Prancha 2* com titã Atlas suportando a abóbada celeste sobre os ombros; a *Prancha 5* com vítimas de perseguidores eróticos; e, a *Prancha 41* com o *pathos* da destruição (WARBURG, 2020, p. 32; p. 38; p. 88). Não obstante, Didi-Huberman (2018b, p. 190) percebeu na *Prancha 79* do *Bilderatlas Mnemosyne* e em sua montagem de imagens que Warburg parece associar ao paradigma teológico-político, a história do antissemitismo e a propaganda política novecentista o caso de “verdadeira sintomatologia cultural, de profecia política”.

Não obstante, a montagem que Georges Didi-Huberman depreendeu do *Bilderatlas Mnemosyne* abre-se para um novo leque de possibilidades com o cinema, já considerado no que toca a obra de Harun Farocki em *Remontagens do tempo sofrido*. Com acuidade, ele retoma Warburg como contemporâneo da emergência do cinema. Os livros *Peuples exposés, peuples fugirants*, publicado originalmente em 2012, e *Passados citados por JLG*, publicado originalmente em 2015, debruçam-se sobre as poéticas, balizadas pela montagem como um procedimento, de Pier Paolo Pasolini e Jean-Luc Godard, respectivamente.

Ele detém-se nessas obras para fundamentar diferentes olhares mantidos pelos cineastas com o passado. Didi-Huberman cita, por exemplo, que

Pasolini terá buscado na arte do passado – desde a tragédia grega até Caravaggio, passando por Boccaccio ou Masaccio – os princípios mesmos de uma transgressão anacrônica das linguagens, verbais ou figurativas, que o conformismo dos tempos presentes consolidou. Para Godard, é principalmente o passado que é conformista, e quando ele cita uma frase ou uma forma antiga, é para afirmar sua obsolência e *desconstruir* sua autoridade. Pasolini, ao

contrário, cita para fazer *reescutar* a energia sobrevivente daquilo que não quis morrer. (DIDI-HUBERMAN, 2023a, p. 200)

Não observamos apenas posições antípodas entre Pasolini e Godard no que toca o paradoxo entre a autoridade e o autoritarismo, termos próximos da palavra autoria, aliás. A montagem que se voltaria para o passado para produzir efeitos de presença não apenas energizaria as forças, mas as convocaria para criticar o passado ou o presente. Didi-Huberman (2023a, p. 50) objeta que “há certa ingenuidade (...) em fazer da montagem a palavra mágico do grande fazer-ver (*faire-voir*) cinematográfico”.

Ele reitera que ela permanecerá uma bela inquietação (*beau souci*) enquanto sua forma, visual e temporal, não respeitar a força centrífuga da figurabilidade, reconhecendo aí seu poder de criticar o passado (DIDI-HUBERMAN, 2023a, p. 50). Não obstante, tal autor reconhece que dividir em dois, como faz Godard, é muito mais cômodo em termos retóricos, mas menos pertinente em termos filosóficos. Criticando o que nomeia “a impressão de que o mundo está estruturado como uma quadra de tênis”, ele subverte a dialética hegeliana, transformando-a numa dialética sem síntese (DIDI-HUBERMAN, 2023a, p. 108).

Povo em lágrimas, povo em armas, publicado originalmente em 2016, é o último livro de *L'œil de l'histoire*. Neste livro, Didi-Huberman (2021a, p. 157) debruça-se sobre o filme *O encorajado Potenkin* (1925), de Serguei Eisenstein. Ao focalizar, como num *close-up*, as carpideiras de Odessa que sofrem e padecem, tal autor volta-se justamente para o *pathos* exacerbado expresso por elas.

No tipo de ultrapassagem dialética que caracterizaria sua obra, esse filósofo e historiador da arte critica a posição simetricamente oposta entre *pathos* e *praxis*, pois é do sofrimento que as carpideiras de Odessa ascendem à ação política, abrindo-se para o futuro a partir das forças correntes do passado. Baseando-se na teoria da montagem proposta por Eisenstein, Didi-Huberman (2021a, p. 356) infere nas imagens do cineasta a tentativa de transformar o impoder mais profundo do *pathos* na *praxis* mais poderosa possível. Para ele, o patético de hoje não é uniliteralmente atual: ele vasculha sempre fontes antigas, escondidas ou inconscientes.

Ao considerar tais livros e seus argumentos, avançamos a hipótese que, a partir do olhar dirigido à montagem, pode ser possível notar a defesa, não necessariamente manifestada, de uma filosofia icônica na obra de Didi-Huberman. A imagem abriria a história para o futuro pois o Outrora encontraria o Agora para formar uma constelação, para falar com Benjamin, liberando novas formas (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 60). Para ele, em nosso modo de imaginar jaz fundamentalmente uma condição para nosso modo de fazer política. “A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 61).

Nesse eixo, buscamos relações que se teceriam entre a imagem e o tempo na série *L'œil de l'histoire*. Não obstante, apontamos que, em tais livros de Didi-Huberman, as imagens são menos horizonte que intermitência e, retomando a diferença introduzida pela filosofia deleuziana no pensamento estético francês pós 1960, menos poder (*pouvoir*) e mais potência (*puissance*). Aliás, ele declina-as no plural ao invés de considerá-las no plural, tomando a imagem como um objeto que prolifera, o que já é recusar a metafísica. Seu pensamento político é, ainda, mais evidente e parece adquirir novo fôlego a partir da exposição *Levantes (Soulevements)*, inaugurando, numa nova volta

do parafuso⁴ na obra de tal autor, a retomada da utopia do que nos levanta. Comentaremos brevemente a questão.

Imagem-esperança

No contexto da exposição *Levantes (Soulevements)*, Georges Didi-Huberman (2017c, p. 14) atuou como curador e, dentre outros autores, escreveu um texto com caráter bastante ensaístico. Tal texto, que viria a ser a primeira parte de seu livro *Désirer désobéir* (2019), parte de uma situação infeliz por excelência para pensar as imagens. Ele retoma as fronteiras nas migrações contemporâneas e as imagens como local de fronteira para dizer que:

Infelizmente, porém, não é a presença de Ai Weiwei em Idomeni, com seu piano branco e sua equipe de fotógrafos especializados, que vai ajudar quem quer que seja ou o que quer que seja (os refugiados já se mostraram alheios à “performance”, têm a cabeça em outro lugar, esperam outra coisa) diante dessa questão abismal. Vejo aquele piano branco, surreal no meio do terreno baldio do campo, como o símbolo derrisório das nossas boas consciências artísticas: branco como as paredes de uma galeria de arte, ele apenas evoca o contraste pelo qual, de coração aflito, vemos, tanto em Idomeni quanto em outros lugares, os *tempos sombrios* pesarem. (DIDI-HUBERMAN, 2017c, p. 14)

O horizonte temporal que rima com o horizonte visual já é outro. A partir dos “tempos sombrios” retirados da obra de Hannah Arendt (2008, p. 123) já não haveria clamor pela redenção, mas sim pela insubmissão ao obscurantismo. Para isso, Didi-Huberman (2017c, p. 19), ao focalizar dois desenhos de Francisco Goya (1746-1828), *O carregador* para a série *Caprichos* (1812-1823) e *No harás nada con clamor* (1814-1817) aponta-nos como o gesto de levante frente ao mundo que nos aflige pode conduzir-nos, enquanto oprimidos em prostração, a lançar o pesado fardo, a clamar, “mesmo que por nada”, numa “exposição de pulsão de vida”.

No contexto da exposição *Levantes*, seguida dos livros contidos em *Ce qui nous soulève*⁵ e *Faits d’affects*⁶, Didi-Huberman volta-se não para a política disciplinar da história da arte, mas para as imagens como política do tempo. Stéphane Huchet (2020, p. 206) aludiu à atual postura filosófica de Didi-Huberman, assinalando que a cada obra política ele se torna mais filósofo. “Posto sob a invocação da fórmula: “*il est grand temps*” (...) Didi-Huberman prepara, desde 2016, o terreno para a entrada em cena de um filósofo que bem poderia se revelar a figura central dos anos atuais” (HUCHET, 2020, p. 206).

Stéphane Huchet refere-se ao messiânico Ernst Bloch que, em *O princípio esperança* (2005), nomeou, belamente, “imagens-desejos” (*images-souhaites*) aquelas imagens capazes de servir como “modelo para a travessia das fronteiras”. Didi-Huberman (2019, p. 456), no lastro de Michel Foucault, citou Bloch para estabelecer uma correspondência entre revolução política e esperança ou escatologia religiosa. Oportunidade, dirá Didi-Huberman (2019, p. 456), de multiplicar por todos os lados as ocasiões de se levantar para responder “ao real que nos é dado; não uma estratégia de poder, ou somente da razão, mas da potência e do desejo, que não são menos políticas”.

Se o real evocado por Didi-Huberman parece se aproximar do lacaniano, ele arremata seu

4 Ideia utilizada, em outro contexto, por Emmanuel Alloa (2019, p. 92).

5 Composto pelos livros *Désirer désobéir* (2019) e *Imaginer Recommencer* (2021b).

6 Em 2024, publicaram-se dois volumes: *Brouillards de peines et de désirs* (2023b) e *La fabrique des émotions disjointes* (2024).

texto para lembrar da indestrutibilidade do desejo. Sigmund Freud (2019, p. 675), em *A interpretação dos sonhos*, enunciou o valor do sonho não para o conhecimento do futuro, mas do passado. Ele reconhece que a antiga crença do sonho como presságio não é desprovida de certa “verdade”, mas reitera que, ao apresentar um desejo como realizado, o sonho está conduzindo-nos para o futuro, figurando-se como um “desejo indestrutível”. Para ele, onde reina a obscuridade sem limite, onde vivemos sob o influxo da pulsão de morte, é preciso buscar a luz apesar de tudo.

Daí ser preciso, segundo Didi-Huberman (2019, p. 293), tornar a potência sensível: ela quer expressar-se, sair de si para aceder de suas próprias profundezas e aparecer no mundo sensível como gesto, imagem e palavra. Para ele, dizer que uma forma deseja ser sensível é dizer que toda imagem, nessa perspectiva, seria a forma sensível de uma esperança. Ele arremata seu texto ao enunciar que, etimologicamente, a esperança é, antes de tudo, uma emoção ou um afeto.

Tal esperança, em *Imaginer recommencer*, transforma-se, em sua potência e complexidade mesma, na realidade do possível como futuro do desejo. Didi-Huberman (2021, p. 470) cita que a utopia não nos oferece nada, mas nos incita a oferecermos a nós mesmos – a construir, a organizar uma esperança, na condição de pensá-la concretamente. Para ele, não é coincidência que um *leitmotiv* de Bloch é, justamente, a “utopia concreta” (DIDI-HUBERMAN, 2021, p. 470).

Didi-Huberman (2021, p. 470) enuncia que a utopia em Ernst Bloch não é metafísica, mas vinculada às constelações, no sentido benjaminiano, o que supõe o intervalo. A constelação pressupõe o futuro, o possível e o ato de imaginar a política, já que a utopia nos faria desejar recomeçar. Mas, para começar, seria preciso que o desejo acordasse a memória, a revolta ou a revolução, conjurando um *revenir* (voltar) que nos conduza a um *devenir* (tornar).

Se, atualmente, Didi-Huberman dedica-se a sua série *Faits d'affects* com dois tomos publicados na França, *Brouillards de peines et de désirs* (2023) e *La fabrique des émotions disjointes* (2024), interessa a este trabalho perceber que, a partir dos diversos autores citados, ele compõe uma filosofia da história que se esquivaria dos grandes sistemas filosóficos para insistir na imagem como dialética sem síntese, subvertendo modelos paradigmáticos das ciências humanas.

Contudo, “sua” filosofia icônica nada promete: faz-se necessário demarcar que ela é calcada no saber local, frágil e lacunar dos lampejos (*luciole*) das imagens, e nunca na grande luz (*luce*) dos horizontes. Quanto às nossas breves páginas, elas apenas começam a investigar uma filosofia icônica nas genealogias teóricas de Didi-Huberman, colaborando na elaboração de balizas para a apreensão de seu pensamento.

Referências bibliográficas

ALLOA, Emmanuel. Virada icônica: Um apelo por três voltas no parafuso. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 91-113, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8662932>

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BLOCH, Ernst. *L'esprit de l'utopie*. Paris: Gallimard, 1977.
- CAMPOS, Daniela Queiroz. Um saber montado: Georges Didi-Huberman a montar imagem e tempo. *Aniki*, vol. 4, n. 2, 2017, p. 269-288. Disponível em: <https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/299>
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do Tempo*. História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagem apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história, I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017b.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontagens do tempo sofrido: o olho da história, II*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou o gaio saber inquieto: o olho da história, III*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Peuples exposés, peuples figurants: l'oeil de l'histoire, IV*. Paris: Minuit, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Passados citados por JLG: o olho da história, V*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Povo em lágrimas, povo em armas: o olho da história, VI*. São Paulo: N-1 Editora, 2021a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Levantes*. São Paulo: SESC, 2017c.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Désirer désobéir. Ce qui nous soulève, 1*. Paris: Gallimard, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imaginer recommencer. Ce qui nous soulève, 2*. Paris: Gallimard,

2021b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Brouillards de peines et de désirs*. Faits d'affects, 1. Paris: Gallimard, 2023b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *La fabrique des émotions disjointes*. Faits d'affects, 2. Paris: Gallimard, 2024.

FREUD, Sigmund. *Interpretação dos sonhos*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

HUCHET, Stéphane. A história da arte, disciplina luminosa. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1 e 2, p. 222-245, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2649>

HUCHET, Stéphane. *Suite française*. Georges Didi-Huberman, uma experiência na história da arte. *Modos*, Revista de História da Arte, Campinas, v.4, n. 3, set. 2020, p. 193-208. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8662705/24167>

PUGLIESE, Vera. O anacronismo como modelo do tempo complexo da espessura da imagem. *Palíndromo*, n. 6, 2011, p. 13-51.

WARBURG, Aby. *Bilderatlas Mnemosyne*. The original. Berlim: Hatje Cantz, 2020.

WEDEKIN, Luana M. A sublevação de atlas: notas sobre o método de Georges Didi-Huberman. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2019, p. 27-49. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12270>

GESTÃO, TRABALHO DOCENTE E AUTONOMIA DO PROFESSOR

Thiago Oliveira Martins

SEDUC-GO

Ser determinado completamente pelas normas, pelas imposições de um meio exterior, não é “viver”, é o contrário algo profundamente patológico. A vida é sempre tentativa de criar-se parcialmente, talvez com dificuldade, mas ainda assim, como centro em meio e não como algo produzido por um meio.

Yves Schwartz

O presente artigo parte de uma análise ergológica do trabalho, essa forma de abordagem possui uma História e como historiador não posso deixar de abordar ao menos parte dela, já que esta é uma corrente com mais de setenta anos de atuação nas análises do trabalho. A ergonomia e a ergologia são formas de pensar o trabalho, originárias da Inglaterra e França. A corrente francesa é a que possui uma posição mais crítica em relação à Organização Científica do Trabalho e por isso é mais divulgada nos meios acadêmicos. Os principais nomes dessa corrente naquele país são Yves Schwartz e Yves Clot. Os estudos iniciados na Universidade de Provence na década de 1970 reverberam pelo mundo até o presente momento e agora com este artigo pretendo dar continuidade a esse projeto da ergologia que é “compreender e transformar” o mundo do trabalho, analisando o atual processo de gestão da Educação no Estado de São Paulo, que possui um processo de consolidação em outros Estados e tenta se firmar como projeto nacional.

No Brasil os estudos no campo da ergologia começaram a ganhar fôlego na década de 1990, com a iniciativa da professora Maria Inês Rosa da Unicamp, que trouxe um dos principais nomes dessa forma de pensar o trabalho na França, Yves Schwartz, pela primeira vez para o país. Outros destaques são as professoras Heloísa Santos e Deise Cunha, todas possuem trabalhos com saberes historicamente construídos em torno da ergonomia e ergologia francesa. Portanto, contribuíram para “compreender e transformar” com seus estudos já que essa é a regra de ouro dos analistas do trabalho¹.

Em Goiás a ergonomia e ergologia tem nos trabalhos do professor Wanderson Ferreira Alves, a principal referência, sendo sua tese de Doutorado: A formação contínua e a batalha do real: um estudo a partir dos professores da escola pública de ensino médio, defendida na Universidade de São Paulo em 2009 e depois publicada em livro², um dos principais trabalhos. Nesse estudo além do debate teórico feito pelo estudioso, o leitor tem a oportunidade de ter acesso a um estudo em que

1 Ver Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a Atividade Humana Yves Schwartz e Louis Durrive.

2 O Trabalho dos Professores: Saberes, Valores, Atividade, Papyrus, 2010.

o pesquisador utiliza o método de instrução ao sócia³, elaborado por Ivar Oddone⁴, dessa maneira o trabalho é rico ao juntar análise teórica e verificar o máximo possível o trabalho real, já que este método é um dos mais abrangentes em termos de trabalho de campo.

Portanto é possível notar que a ergonomia e a ergologia vêm ganhando espaço nas análises do trabalho, no mundo, no Brasil e em Goiás. O que é ergonomia? E quais os principais conceitos por ela utilizados? Segundo Alves:

A ergonomia é um campo que articula conhecimentos de várias disciplinas com o objetivo de conhecer e transformar o trabalho. Um de seus postulados de base é a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real. O primeiro compreende o que antecede a atuação do trabalhador, por exemplo, no caso de um professor, o sistema de avaliação adotado pela escola ou o plano de curso de uma disciplina; o segundo, o trabalho real, compreende o efetivamente realizado diante da realidade concreta e de suas dinâmicas. A mediação entre o trabalho prescrito e o trabalho real exige a atividade do trabalhador. A ergonomia de base francesa, mesmo que não homogênea espousa em larga medida a noção de atividade. (ALVES, 2010, p. 9)

Como Alves destaque a ergonomia francesa, tem na noção de atividade sua base, aí está o diferencial da análise feita por Yves Schwartz e seus interlocutores. Nessa perspectiva o tempo de trabalho é diferente, é vivenciado diferente de outras formas, nele mesmo o Taylorismo que pensa um mundo do trabalho totalmente padronizado, não deixa de ser sentido pelos trabalhadores, e mesmo ressignificado pelos trabalhadores, já que a principal diferença dos humanos para os demais seres é a possibilidade de criar valores e modificar o meio, aqui um intelectual francês que produziu em meio a Segunda Guerra Mundial é muito importante para Schwartz e todos os seus séquitos, trata-se do filósofo e médico Georges Canguilhem. Ao entender que os trabalhadores são os principais agentes do trabalho, apesar de não desconsiderar a importância da gestão, da gerência, pelo contrário a ergologia, entende a importância da hierarquia no ambiente de trabalho, elas possuem o diferencial de ao colocar a “lupa” ao analisar as relações de trabalho, destacar a atividade como o local de intersecção da teoria com o saber historicamente construído pelo ser humano. O que para Schwartz se configura como os três polos da sua análise, é na atividade que se realiza o encontro da teoria com a experiência dos trabalhadores. Ao analisar esse momento os trabalhos ergológicos se propõem, portanto a compreender e transformar o que não está sendo salutar para as relações de trabalho.

Essa questão da atividade e a importância do meio para a ergologia francesa é destacada por Schwartz em entrevista concedida ao Professor Dr. Moacir Fernando Viegas da seguinte maneira:

Sempre houve uma dupla dimensão do que se desenvolveu como ergologia. Uma dimensão mais profissionalizada, mais orientada para as transformações do mundo do trabalho, dimensões políticas, econômicas, que eram em torno da situação do trabalhador e do trabalho. Nós, nesse momento, as nossas formações na universidade eram principalmente orientadas nessa direção, com profissionais que eram nossos interlocutores, como alunos que atenderam aos cursos com objetivos profissionais. Mas, no mesmo tempo, para entender o que era realmente o trabalho humano, desenvolvemos uma área de pesquisa de produção científica que era mais ampla, que era essa dimensão antropológica e também epistemológica do conceito de atividade. (SCHWARTZ, 2013, p.5)

3 O método consiste em o pesquisador perguntar ao trabalhador como deve agir ao substituir este em seu trabalho. O método consegue captar muito do trabalho real, pois coloca os trabalhadores em confronto, pois estes devem instruir o sócia na presença de seus companheiros, o que dificulta que estes ludibriem o pesquisador e este possa ter uma análise mais próxima da realidade.

4 Ver: Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil.

Ao desenvolver a área de pesquisa e agregar essa dimensão antropológica e epistemológica do conceito de atividade, a ergologia solta às amarras do que antes tinham de Organização Científica do Trabalho e ergonomia técnica, só preocupada com equipamentos, posturas do trabalhador no trabalho, e agora vai analisar os micros espaços, o pesquisador vai conviver com o trabalhador para entender de fato o que está mudando nas relações de trabalho. Quem leu ou for ler algum trabalho da ergologia francesa, irá se deparar com o exemplo do robô construído por um engenheiro para virar queijos em uma fábrica de queijos e assim substituir as trabalhadoras que faziam esse trabalho de forma manual. Esse exemplo é muito citado, pois demonstra o limite da padronização e o quanto o ser humano é necessário. No caso o robô virava todos os queijos homogeneamente, sem sentir com as mãos, sem o tato, o cheiro das antigas viradoras, sem a experiência destas, sem o conhecimento da atividade que elas possuíam. O que levou a perda da qualidade do produto, e por consequência queda nas vendas e prejuízos. O engenheiro ao ser contestado viu que o robô funcionava bem, porém não tinha a sensibilidade dos humanos, não conseguia criar valores⁵, o que ele não tinha capacidade de inventar para o robô.

Mas ainda para compreender essa importância da atividade na abordagem ergológica do trabalho, é imprescindível pensar o par conceitual trabalho prescrito e trabalho real, segundo Schwartz:

Porque o trabalho real não pode se identificar ao prescrito, o trabalho abstrato não pode encobrir anular o exercício das atividades concretas que, em qualquer lugar, reproduzem e alargam globalmente a personalidade. Desse modo, a experiência das forças produtivas constitui um problema tanto como uma exigência: o trabalho socialmente produtivo não é um império de homens abstratos em um império de homens concretos. (SCHWARTZ, 2013, p. 8)

O autor ao contrário do que possa parecer não está anulando a importância do trabalho prescrito e do planejamento, pelo contrário, para os ergologistas, é preciso alargar a visão do que seja planejamento, e como realizar esse processo? Com a maior participação dos trabalhadores na gestão. Essa participação não pode ser nos moldes da Gestão de Qualidade Total, típica do neoliberalismo, que joga para os trabalhadores a culpa pelos problemas no ambiente do trabalho, e os recompensa quando estes obtêm algum sucesso em termos produtivos com bônus. Para Schwartz e seus interlocutores, a participação dos trabalhadores é, sobretudo com seus saberes historicamente construído, sua experiência no *métier*. Portanto, uma das formas de se pensar mais criticamente as relações de trabalho na contemporaneidade por essa corrente é em relação ao modelo de contratação das empresas, quando profissionais experientes são substituídos por outros menos experientes pelos gestores com o intuito de economizar, pode levar a mais prejuízos e até acidentes e mesmo mortes, caso de locais com alto risco, como mineradoras e plataformas de petróleo.

Em relação à Educação, várias questões podem ser pensadas considerando o par conceitual trabalho prescrito e ao trabalho real. Entre elas temos a própria aula do docente, que ao ser preparada pelo mesmo tem uma expectativa, que na prática nunca é efetivada como no plano, às vezes aquela é superada ou mesmo frustrada, porém não se efetiva na prática o que foi planejado nos planejamentos,

5 Não faz muito tempo comprei um queijo que minhas filhas gostam, mas em um estabelecimento diferente do que comprava anteriormente, elas não gostaram do sabor, não comeram e estragou o produto. Lembrei-me dessa história na hora, provavelmente o dono do estabelecimento que eu comprei o último queijo, age como o robô criado pelo engenheiro. Para ler esse exemplo de análise ergológica, ver entre outros trabalhos: Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a Atividade Humana Yves Schwartz e Louis Durrive.

tanto nos PPP da Escola, como nos individuais. Agora outro aspecto mais complexo tem relação à gestão do espaço escolar, e aí existe uma dificuldade de se equilibrar as demandas dos discentes, docentes, corpo gestor e as instituições responsáveis pela gestão por parte do aparelho Estatal, isso devido às dificuldades de diálogo e principalmente dos gestores externos as instituições de ensino de escutarem aqueles que possuem a experiência do *métier*.

Na educação essa relação entre docentes, discentes e gestores, tanto os internos a instituição e os externos, podem ser reveladores em relação a uma questão importante de como são os Usos de Si e os Usos de Si pelos outros, dos docentes e o trabalho já citado de Alves, aponta para exemplos como a da professora de Química, identificada por P8 na tese, que na sua relação com os discentes estabelece regras que nem sempre estão de acordo com os padrões estabelecidos pelos gestores do colégio, ou mesmo pela secretaria de educação, mas que são exitosas em relação à obtenção do conhecimento por parte dos alunos. Segundo Schwartz em ergologia o Uso de Si tem relação à subjetividade do sujeito no trabalho, a como cada indivíduo lida com as situações cotidianas de seu ofício, e nesse ponto no livro Trabalho e Ergologia, ao dialogar sobre o assunto com Marcelle Duc, ele aponta a importância de Canguilhem para se encontrar o sujeito, mesmo em empresas que utilizam o Taylorismo, ou outras formas de padronização do trabalho. Isso devido principalmente ao meio. Em suas palavras:

O trabalho nunca é pura execução principalmente porque "o meio é sempre infiel" (retomando essa fórmula tão bela de George Canguilhem, que ele aplica ao meio vivo, mas fortiori aplico aos meios ou aos ambientes técnicos). Dito de outra forma, todos os tipos de infidelidade se combinam, se acumulam se reforçam uma na outra, no conjunto de um ambiente de trabalho que é também um ambiente técnico, um ambiente humano, um ambiente cultural. Isso faz com que nunca se possa pretender listar totalmente, de maneira exaustiva, tudo aquilo que se constitui um meio de trabalho. (SCHWARTZ, 2010, p. 190)

Essa indefinição do meio faz com que o "sujeito" recrie normas em seu cotidiano de trabalho a todo instante, mesmo com todos os cálculos dos gestores, com todo o trabalho prescrito estabelecido, na atividade é que a subjetividade do trabalhador tem força, e aí está o que Schwartz denomina de drama do Uso de Si por parte dos trabalhadores.

Porém, o Uso de Si está mediado por outras relações e o trabalhador não é livre para simplesmente criar normas de trabalho, e deixar todas as instruções e ordens estabelecidas hierarquicamente dentro da empresa. Existe uma dialética desse uso de si, e aí entra a questão do Uso de si pelos outros, que pode ser tanto em termos de salariedade, pois o trabalhador, dentro do sistema capitalista precisa que seu trabalho tenha alguma perspectiva de lucro para seu empregador, como mediante seus colegas de trabalho, ao estabelecer relações que reorganizam o meio para a melhor convivência, e, por conseguinte para aumentar a produção. Nesse caso o trabalhador precisa estar em consonância com os demais colegas para que não ocorra discrepância em relação a desempenho de todos, e esses casos de ajustes internos dos próprios trabalhadores são difíceis de identificar, pois eles não são explicitados, já que em grande parte são formas de acordos internos que procuram driblar a própria gestão da empresa.

Nesse ponto que penso ser importante refletir sobre as tentativas de implantar modelos de gestão externas a educação, ou como aponta Vitor Paro, a Gestão da Qualidade Total, transplantada da indústria para o ambiente escolar. Como este autor aponta:

Sendo o local onde se dá (ou deveria dar-se) a educação sistematizada, a escola participa

da divisão social do trabalho, objetivando prover os indivíduos de elementos culturais necessários para viver na sociedade a que pertence. A própria Constituição Federal reconhece a imprescindibilidade de um mínimo de educação formal para o exercício da cidadania, ao estabelecer o ensino fundamental gratuito e obrigatório. Isto significa que há um mínimo de conteúdos culturais de que todo cidadão deverá se apropriar para não ser prejudicado no usufruto de tudo aquilo a que ele tem direito por pertencer a esta sociedade. (PARO, 2023, p. 76)

As tentativas de interferências externas na educação sejam por instituições filantrópicas como já foi denunciado por Diane Ravitch⁶, seja por avaliações externas que ajudam no marketing político de alguns populistas em vários municípios, Estados e países, enfim a educação a partir desse olhar externo de especialistas em gestão de negócios, como é o caso de Renato Feder, empresário do ramo de equipamentos digitais, sócio com Alexandre Ostrowiecki da Multilaser e agora Secretário de Educação de São Paulo, porém há alguns anos já foi secretário no Paraná e sua trajetória individual e seus projetos fazem parte de um projeto maior de privatização da Educação, que possui como principal artífice a Fundação Lemann como vou demonstrar a seguir.

Com a eleição de Tarciso de Freitas para o Governo Paulista, Renato Feder que chegou a ser cotado para o MEC no Governo Bolsonaro (2019-2023), assumiu a Secretaria de Educação daquele Estado, e desde a transição que seu nome causa polêmicas, como apontou uma matéria do site UOL do dia 26 de novembro de 2022, escrita por Ana Paulo Bimbati, a matéria tem por título “Novo secretário ligado a Dória começou a entregar escola pública a empresas”.⁷ O projeto “Parceiros da Escola”, implantado por ele no Paraná, tem por característica apurado pela jornalista junto a Secretaria do Paraná:

A secretaria afirma que o Parceiros da Escola é um projeto-piloto e tem como foco melhorar a aprendizagem dos estudantes. A proposta é entregar à iniciativa privada os processos das áreas administrativa, financeira e estrutural das escolas. Entre as ações, está o fornecimento de merenda, uniforme e limpeza, entre outros. (BIMBATI, 2022)

Portanto um modelo claramente neoliberal de educação, com proposta semelhante ao abordado por Diane Ravitch, e que desestruturou o sistema de ensino dos Estados Unidos, levando a desigualdades. Mas, as ações do novo secretário estão além da intervenção clássica, ou tentativa de intervenção, pois existem as resistências daqueles que querem mudanças, mas antes de tudo, querem que as mudanças partam do diálogo entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e não medidas assinadas por decretos sem nenhuma validação dos que possuem o saber historicamente produzido da profissão, ou seja, os docentes. O secretário em suas primeiras ações, já tentou abolir o livro didático⁸, instalou um aplicativo

6 Livro Vida e Morte do grande sistema escolar americano, 2011. A autora de 1991 a 1993, ela foi secretária-assistente de educação e conselheira do secretário de educação Lamar Alexandre na administração do Presidente George H. W. Bush.

7 Quem é Renato Feder, novo secretário de educação do estado de SP (uol.com. br)

8 Sobre o assunto existem várias matérias vou destacar algumas que entendi como mais completas são elas: Artigo - Tarcísio e Feder aprofundam a destruição da educação pública de São Paulo, da Professora Francisca, publicado no site mundosindical.com. br, Tarcísio de Freitas quer aniquilar escola pública para lucrar com ela de João Filho e publicada do Intercep_Brasil, SP: Secretário diz que recusou livros do MEC porque não podem ser riscados, escrito por Ana Paula Bimbati e publicado no site UOL Educação.

para monitorar os professores⁹, e ao tentar produzir um material didático próprio para o Estado de São Paulo, negligenciando o do MEC, demonstrando uma interferência ideológica e pessoal na ação, produziu um material didático que notadamente demonstra não ser obra de conhecedores do ofício, pois os erros crassos já são temas de charges, crônicas e seguindo a tendência digital até memes foram criados ridicularizando principalmente o profissional da Educação.

A atuação desse secretário e a cúpula que o cerca, principalmente a Fundação Lemann, é importante observar a participação dessa instituição em várias secretarias de educação no país e mesmo no MEC, na matéria citada anteriormente, é possível identificar a ligação de Renato Feder com tal instituição¹⁰, enfim a atuação dele é sintomática para compreender o quanto a perda da autonomia dos trabalhadores causa desconforto nestes, e sua reação diante desse desconforto é importante para que se analise como estão sendo administradas questões já apontadas no artigo e que o campo da ergologia é atento.

Ao interferir em ferramentas básicas do *métier* dos profissionais da educação, como seu material didático, a partir de uma decisão unilateral em que não houve consulta direta aos profissionais, e mesmo a instituições que os representa, além de atentar contra a autonomia destes, o atual secretário prova empiricamente o quanto a ergologia está correta ao demonstrar que o conhecimento da atividade, ou seja, o saber historicamente construído, a experiência do ofício não pode ser negligenciada pelos gestores se estes querem de fato fazer uma gestão preocupada com o melhor serviço para os cidadãos. Sobre a questão da experiência dos trabalhadores e a importância dela no seu *métier*, o Historiador Edward Palmer Thompson, em seu livro *Miséria da Teoria ou um Planetário de erros*, dedicou um capítulo inteiro para refletir sobre a importância de tal conhecimento adquirido pela classe trabalhadora e como esse conhecimento às vezes é negligenciado tanto pelos “teóricos”, aqui cabe tanto os estruturalistas/stalinistas que o historiador inglês criticava no momento, como os atuais gestores do capital. Segundo Thompson:

As Pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1978, p. 187)

Portanto os trabalhadores possuem uma responsabilidade com o trabalho que estão desenvolvendo, com a qualidade desse trabalho, aqui entra a questão cultural, que está diretamente ligada a moral citada pelo autor, e, portanto ética, ou seja, uma questão de valores, e típica dos seres humanos, que não se contentam somente em estar no mundo. E a prova empírica dos erros como apostilas que afirmam

9 SP: app do governo é instalado sem permissão em celulares de alunos | Agência Brasil (ebc.com.br) Secretaria da Educação instala aplicativo em celular de professores e alunos de São Paulo sem autorização – Educação – CartaCapital Governo de SP instala app em celulares de professores sem autorização | Metrôpoles (metropoles.com)

10 O empresário Jair Ribeiro, criador da organização Parceiros da Educação, é uma das e de avaliação e material didático do Instituto Reúna, que trabalha com ações da BNCC (Base Nacional pessoas anunciadas para o grupo. Filomena Siqueira, gerent Comum Curricular), integra a equipe com André Simmonds, hoje na Uber, e com passagem na Fundação Lemann.

que Dom Pedro II¹¹ aboliu a escravidão do Brasil, até ao absurdo do erro geográfico da capital do Estado de São Paulo passar a ter mar

¹², talvez porque o Governador seja da capital fluminense, enfim a ergologia não se abstém dos embates políticos e ajuda na compreensão dessas tendências e mais nos ajuda a questionar. Serão esses erros individuais ou projetos de destruição do serviço público? Já que esses “erros” estão sendo cometidos por defensores da terceirização, e gestores de empresas prestadoras de serviço para o Estado. São perguntas que precisam ser feitas, em uma abordagem ergológica do trabalho, pois autonomia do trabalhador é ele pensar o melhor ambiente de trabalho para ele segundo as suas próprias experiências, o que nem o Secretário Feder e tão pouco sua empresa prestadora de serviço para sua Secretaria a Multilaser parece fazer, ao não convidar os profissionais da educação para escolher suas ferramentas de trabalho.

Quando agem dessa maneira, o secretário e sua empresa negligenciam toda uma cultura da profissão, e a reação dos profissionais junto dos sindicatos e denunciando na mídia como é possível acompanhar nos principais jornais a nível nacional, é demonstração de que a profissão resiste às tentativas de seu sufocamento.

Essa gestão da educação implementada no Paraná e agora em São Paulo por Feder, faz parte de uma ideia de gestão participativa, de colaboração de todos para a gestão, que é a nova tendência da Organização Científica do Trabalho, porém quando chega ao nível dos profissionais serem expostos de uma maneira que inclusive seus materiais de trabalho são modificados, causando erros graves, prejuízos econômicos, o ataque ao saber histórico dessa profissão precisa ser no mínimo problematizado, quando não denunciado como está acontecendo em relação a esses casos, que infelizmente não são isolados, pois a autonomia dos profissionais da educação, já está sendo ameaçada há muitos anos com movimentos como o Escola Sem Partido, demissões de professores por questões em provas ou por roupas que estes usam nos colégios. Portanto, com o conhecimento dos teóricos aqui citados é preciso colocar a lupa nas iniciativas tomadas pelo Secretário de Educação Renato Feder tanto no Paraná, que como vimos ainda estão em curso, e está virando tendência nacional. Por exemplo, em alguns Estados, já existem investimentos em formato de bonificação para colégios que obtém melhores notas em avaliações externas, alunos indisciplinados são expulsos das instituições com infraestrutura e enviados para instituições com dificuldades para atendê-los, além dos alunos com necessidades especiais que são negligenciados, por gestores que desvalorizam a carreira dos Professores de Apoio, ou mesmo a militarização dos colégios como uma ideia de solução final. Enfim, existe uma tendência a selecionar onde serão alocados recursos, a política de bônus, que está alicerçada nessa ideia neoliberal, já debatida por vários pesquisadores, e como já apontei, bem criticada por uma de suas criadoras a professora Diane Ravitch, que como ela apontou leva mais recursos para onde já existem recursos criando marketing político de boa educação com reportagens espetaculares com alunos e colégios destaques, deixando em baixo do tapete os problemas reais.

A partir do exposto tanto em relação à ergologia, quanto a gestão de Renato Feder no Paraná como atualmente em São Paulo, quero trazer para o debate um pensador da Educação para tentar construir uma proposta de alternativa ao quadro que estamos enfrentando na educação especificamente. Como professor e analista do trabalho, penso que os estudos de Vitor Paro sobre a Gestão Democrática

11 D. Pedro II assinou a Lei Áurea? Governo de SP admite erros e afasta servidores | Band (uol.com.br)

12 Apostila do governo de SP diz que capital tem praia e que dom Pedro II assinou Lei Áurea | Exame

Da Escola Pública, são importantes para pensar vários dos problemas enfrentados pelos trabalhadores desse campo.

Um primeiro ponto a se destacar é pensar que Educação que queremos? Em um de seus livros, especificamente *Gestão, política, economia e ética na educação*, Paro em um artigo denominado *Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica*, o autor analisa a questão das regras do mercado, como regras “naturais” do ser humano, e debate sobre o que seria natureza e o ser-humano histórico, que não é indiferente, e busca na democracia uma mediação dos seus interesses. Sobre o trabalho ele faz a seguinte ponderação:

Se o que caracteriza o ser humano e o diferencia dos demais seres da natureza é sua não indiferença com relação ao mundo, que o leva a criar valores e a fazer deles objetivos que ele busca alcançar, o que lhe possibilita a concretização dessa diferença é precisamente a atividade que ele desenvolve para concretizar esse fim, ou seja, o trabalho humano. O trabalho em sua forma humana é, pois, a mediação que o homem necessita para construir-se historicamente. A centralidade do trabalho na sociedade está precisamente em seu poder de explicação dessa sociedade e da história, não podendo, entretanto, ser confundido com a razão de ser e o objetivo último do homem enquanto ser histórico. O trabalho possibilita essa historicidade, não é a razão de ser dela. O trabalho é central porque possibilita a realização do bem viver, que é precisamente o usufruir de tudo que o trabalho pode propiciar. A não compreensão dessa distinção pode levar muitos a confundir os momentos, numa posição carrancuda que só vê virtudes no esforço insano das camadas trabalhadoras em seu papel de carregar o mundo nas costas, ao mesmo tempo em que desenvolve comportamentos preconcebidos com relação ao tempo de não trabalho ou ao gozo do ócio. (PARO, 2023, p. 73)

Nesse ponto as reflexões do autor citado ajudam em muito, nesse artigo e em outros como no mesmo livro ele debate no artigo, *Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?* Nesse artigo o autor debate sobre a educação tradicional e novas técnicas de didática, mas sintetiza que o conhecimento não é possível se não houver por parte dos discentes o interesse no conhecimento, estes devem estar interessados em aprender, eis aí a questão. Como fazer esse diálogo com jovens que foram acostumados a um modelo de educação para o trabalho? Como ajudar esses jovens a refletir? Como estabelecer um colégio crítico-reflexivo, sem deixar de transmitir o mínimo de conhecimento que todo cidadão tem direito e que a constituição garante, ou seja, alfabetizar na escola pública não é uma tarefa fácil e para o autor, uma das possibilidades é o diálogo entre, docentes, discentes e pais dos alunos. E segundo o autor é um grande desafio das instituições de ensino buscar a aproximação com os sujeitos que estão nelas envolvidos, por isso a gestão deve ser mais democrática, no sentido de ser mais participativa não centralizada nas mãos do diretor, e sim com maior participação do conselho escolar, grêmios de estudantes, e representantes de pais, fundamental na análise do autor é que estes não devem ser convidados ao ambiente escolar somente em momentos de baixa produtividade dos seus filhos, como acontece no modelo da Qualidade Total, mas serem atuantes na unidade de ensino. Eis aí uma tarefa nada fácil para as instituições de ensino, o que é reconhecido pelo próprio autor, já que o país é continental, existem muitas diferenças regionais, e os próprios pais precisam em várias localidades serem alfabetizados, ou instruídos de como participar da vida escolar de seus filhos, sem ser de forma coercitiva. Como Paro aponta:

Mas é verdade também que há muito a fazer que não depende exclusivamente da escola. E aqui é preciso voltar à complexidade do objeto de trabalho com o qual ela lida. Enquanto sujeito humano, o aluno não vive apenas na escola e não forma apenas aí seus valores. A

escola tem falhado não só por estar mal aparelhada, com métodos inadequados e professores mal formados, embora não se possa menosprezar o enorme peso desses fatores. A escola tem falhado também porque não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos. Uma postura positiva com relação ao aprender e ao estudar não acontece de uma hora para outra nem de uma vez por todas: é um valor cultural que precisa ser permanentemente cultivado. Começa a formar-se desde os primeiros anos de vida, precisa de ambiente favorável para desenvolver-se e carece de estímulos permanentes durante a infância e a adolescência. Como a escola só tem acesso direto ao educando durante as poucas horas que este frequenta suas atividades, ela precisa começar a voltar sua atenção para os períodos em que ele está fora de seu abrigo. (PARO, 2023, p. 38)

Como voltar a atenção para os discentes nos períodos em que ele está fora de seu abrigo que é um problema, como já afirmamos e o próprio autor concorda não ser uma tarefa fácil e exigem grandes mudanças. Vejam:

No que concerne à administração das unidades escolares, as implicações de medidas visando à adequação desse problema dizem respeito tanto às questões propriamente organizacionais quanto aos assuntos relativos à gestão do pessoal escolar. Com relação ao primeiro ponto, e tendo em vista o fim específico de promover a adesão (e a colaboração) dos pais aos propósitos educativos da instituição escolar, trata-se de refletir acerca de como se configurará a participação dos pais na escola e qual o papel reservado a eles em colegiados como o conselho de escola e os conselhos de classe e de série. Quanto à gestão do pessoal escolar, supõe-se que novos elementos precisarão ser incluídos na definição do papel desses servidores frente as famílias usuárias da escola, a partir da exigência de um contato qualitativamente novo e provavelmente muito mais frequente do que o atual. Especialmente com relação aos professores, supõe-se que isso poderá exigir mecanismos permanentes de assessoria, orientação e treinamento com o propósito de mantê-los capacitados a desenvolver um trabalho com novas atribuições. (PARO, 2023, p. 40)

As mudanças estruturais são grandes, porém, como o próprio autor relata em um estudo de campo que ele realizou, essa aproximação professor e pai de alunos é muito válida para se fortalecer a cultura científica, pois essa interação pode gerar condições para uma vida escolar melhor para todos. Um exemplo citado é de uma mãe analfabeta que incentiva o filho a estudar acompanhando as tarefas, olhando o caderno, discutindo se estava bonito ou não, isso faz diferença na vida escolar dos alunos e reverbera nos docentes, já que o interesse pelo conhecimento advindo dos pais motiva os alunos o que torna as aulas mais atraentes.

Considerações finais

Apesar de visões distintas em alguns pontos, entendo que a ergologia e o pensamento da gestão escolar de Vitor Paro se encontram ao valorizarem a interseção, ou seja, o diálogo entre os principais artífices do trabalho, os trabalhadores. Em relação a educação é importante o trabalho do pensador brasileiro, pois ele busca alternativas para gestão democrática, mesmo diante das dificuldades de diálogos entre docentes e discentes, devido aos choques de geração e outros demais problemas advindos sobretudo de formas de gestão coercitivas, que se mascaram com a roupagem da “harmonia dos trabalhadores colaboradores” na tentativa de disfarçar ações que destroem toda a autonomia dos profissionais da educação e com essa destruição, temos um atentado contra todo um conhecimento historicamente construído, que deve ser sim modificado, porém com a participação ativa daqueles que construíram esse conhecimento, afinal eles são os responsáveis por esse saber e entendem que ele deve ser reformulado continuamente, não são contra as mudanças, porém sabem que estas devem

partir de estudos, e principalmente do encontro do conhecimento teórico com a experiência que estes possuem, assim nesse modelo de gestão é possível realizar um trabalho de qualidade, ou com o máximo de qualidade como a ergologia concebe.

Para Paro o trabalho possibilita “a realização de bem viver”, ou como ele aponta em outros trechos do mesmo artigo, o homem não se contenta em apenas estar no mundo, em apenas viver, ele quer viver bem, não quer ter suas qualidades amputadas, ou seja, quando o trabalho se transforma em tripalium¹, e a liberdade do trabalhador esmagada, os casos de adoecimento aumentam, não é somente por falta de infraestrutura, ou por resistência as mudanças que estes adoecem no caso da educação a categoria que só adocece menos que os profissionais da saúde, um dos motivos que mais levam a tal situação é ter que trabalhar somente para formar trabalhadores, sendo que os profissionais que escolheram atuar nessa profissão geralmente possuem uma bagagem cultural que vai além do conhecimento técnico básico para se formar um profissional-padrão para empresas. Não que o docente esteja contra a formação de profissionais para o mercado de trabalho, a questão é não focar somente nesse ponto, criar uma cultura de que a educação seja somente para formar bons profissionais para o mercado de trabalho. Como é bem debatido no artigo, é papel da Educação assegurar que as novas gerações tenham acesso ao conhecimento historicamente construído pelos seres humanos, e que a partir do que já foi construído possa aperfeiçoar, porém é preciso que quem esteja nas instituições de ensino para aprender queira aprender, e como fazer um adolescente viciado em jogos virtuais, em IA, se interessar pelas Valquírias de Richard Wagner, ou Coração das Trevas de Joseph Conrad? Se para eles esse é um conhecimento banal, sem “utilidade no mundo contemporâneo”, persistindo o modelo de Gestão imposto por gestores como Renato Feder e a autonomia docente sendo cada vez mais minada a tendência é de falência total do Ensino Público brasileiro e com isso teremos mais dificuldade de consolidação da democracia, já que para que esta seja bem estruturada é preciso uma Educação crítica que forme trabalhadores criativos como aponta a ergonomia e não autômatos sem sentimento.

Referências bibliográficas

ALVES, W. A formação contínua e a batalha do trabalho real: um estudo a partir dos professores da escola pública do ensino médio. 2009. 343f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, W. Gestão escolar e o trabalho dos educadores: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 17-34, jan.-mar. 2010.

BIMBATI, ANA Paula. Novo secretário ligado a Doria começou a entregar escola pública a empresas. Quem é Renato Feder, novo secretário de educação do estado de SP (uol.com.br)

DURAFFOURG, J. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Rio de Janeiro: UFF, 2

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997. PARO, Vitor

Henrique. Gestão democrática: participação da comunidade na escola. Nosso Fazer, Curitiba, ano 1, n. 9, ago. 1995a, p. 1 PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. 2. ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.

PARO, Vitor Henrique. Gestão, política, economia e ética na educação, São Paulo: FEUSP, 2023.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. Tempo Social Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8(2), p.147-158,out. 1996.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. Educação & Sociedade, Campinas, v.19, n65,p.101-140 dez. 1998.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber: Trabalho & Educação. Belo Horizonte, v.12, n.1,jan-jul.2003b.

SCHWARTZ, Yves. Reflexões em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs). Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HISTÓRIA PÚBLICA E IMPRENSA: A PRESENÇA DOS NEGACIONISMOS NO JORNAL O GLOBO

Gabriela Cruz Abreu

Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: gabrielaabreu@id.uff.br

Introdução

A Ditadura Militar é um passado extremamente sensível da história do país e um episódio que, desde o golpe de 64, é evocado na cena pública sob diferentes narrativas. O período se tornou um significativo gerenciador de sentidos históricos, disputas de memória e ações contundentes de esquecimento. Assim, a negação dos crimes cometidos no período não é inerente ao tempo presente, mas é notório que nos últimos anos essa prática de negação do episódio sofreu mudanças complexas. Esse cenário de profusão de narrativas negacionistas tem ocasionado, desde meados dos anos 1980, um esvaziamento do episódio da Ditadura Militar na esfera pública brasileira, acarretando uma série de problemas estruturais para a sociedade civil e para o conhecimento historiográfico.

No Brasil, o negacionismo passou a ser conhecido na esfera pública por meio de discussões sobre o livro “Hitler’s War” do David Irving, desenvolvidas em jornais de grande circulação como a Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil. Dez anos após essa aparição inicial do negacionismo no cenário brasileiro, por volta de 1987, começam a surgir teses negacionistas de autores brasileiros. Justamente, com a fundação da Revisão Editora pelo gaúcho Siegfried Ellwanger, a leitura tortuosa do passado passa a ser promovida e publicada em livros com ideias de negação do Holocausto (CALDEIRA NETO, 2009).

Por esse viés, fica evidente que, no Brasil, o tema da negação adentrou a esfera pública por meio do debate sobre o Holocausto, porém, encontrou no cenário brasileiro uma realidade específica que acabou favorecendo a proliferação de negacionismos sobre a Ditadura Militar. O que resultou em diversos usos abusivos da História, e principalmente, desse passado ditatorial na mídia tradicional, nos meios de comunicação em geral e, além disso, foram descobertas funções políticas amplas desempenhadas pelo negacionismo da Ditadura.

Nesse contexto, o trabalho aqui desenvolvido é fruto de pesquisas executadas para o meu projeto de Mestrado e conseqüentemente, a escrita da minha dissertação a ser defendida na Universidade Federal Fluminense – UFF, cujo objetivo central é pensar as publicações negacionistas do Olavo de Carvalho no jornal O Globo. Válido pontuar que o periódico em questão é uma fonte de análise extremamente pertinente no que tange ao tema negacionismo do passado ditatorial brasileiro, pois é um jornal de grande circulação nacional e, assim como outros setores da imprensa tradicional, abriu espaço para o debate negacionista em vários momentos, quando publicou textos sobre o livro do David Irving, quando teve como articulista Olavo de Carvalho e em várias outras ocasiões.

Portanto, a problemática central desta pesquisa concerne no entendimento da imprensa jornalística tradicional como um meio dissipador de narrativas negacionistas sobre a Ditadura na esfera pública brasileira. Posto que, anteriormente ao advento e ascensão da Internet e das redes sociais, que hodiernamente são os meios principais de profusão deliberada da negação, os jornais de grande circulação já haviam aberto espaço para negacionistas em suas matérias.

A negação da Ditadura Militar na cena pública brasileira

“O passado só existe no presente – no sentido de que só temos contato com o que se passou pelos vestígios que nos são disponíveis hoje – e está sempre em constante processo de apropriação e uso” (FUNARI, 2021, p. 118). Essa colocação de Pedro Paulo Funari é essencial para pensarmos as apropriações e usos do passado no tempo presente, especialmente, em tempos de negacionismos. Nessa perspectiva, discutir sobre o negacionismo da Ditadura Militar, enquanto passado sensível e mobilizador de disputas, envolve imprescindivelmente, pensar sobre os prejuízos sociais e históricos que o fenômeno do negacionismo tem ocasionado na contemporaneidade.

Ainda segundo Funari (2021), os usos abusivos da História por meio de anacronismos e falseamentos podem levar à morte e ao sofrimento em diversos contextos, além de possuírem grande potencial destrutivo, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Observamos esse cenário de negação como política de governamentalidade e ataque às instituições em países como os Estados Unidos, com Trump, a Itália, com Salvini e claro, o Brasil, com Bolsonaro. Nesse sentido, o que se percebe nos dias atuais é uma imensa crise de relação com a verdade e de descredibilização do conhecimento científico, que possui graves impactos não apenas na ciência, política e economia, mas nas questões sociais também (CHARLOT; CAPUA DA SILVA, 2021).

Ademais, é relevante pensarmos no negacionismo contemporâneo, em tempos de pós-verdade, termo esse colocado como a palavra do ano em 2016 pelo Dicionário Oxford. A pós-verdade, apesar de não ser sinônimo de mentira e sim um sintoma desse cenário de negação, é o apelo às emoções e crenças pessoais na formação da opinião pública, em vez de teses científicas e fatos objetivos (D'ANCONA, 2018). Essa conjuntura social envolve o que o Fábio Marineli (2020) chama de crise epistemológica no tempo presente e a preferência das pessoas às suas experiências pessoais, descredibilizando as ciências e, no caso da negação da Ditadura, o conhecimento histórico e as fontes.

Nessa perspectiva, existem alguns fatores centrais que marcaram essa transfiguração do negacionismo clássico ao negacionismo algorítmico no tempo presente. As redes sociais e plataformas digitais como palco principal na difusão da negação é um desses fatores, tal como o avanço da extrema-direita no país, que chegou a ter como presidente da República uma figura que fez apologia à Ditadura inúmeras vezes e propagou diversos negacionismos sobre o período e sobre a pandemia de Covid-19. Além disso, alguns personagens são emblemáticos na difusão de negacionismos sobre a Ditadura Militar e variados outros temas, Olavo de Carvalho é um deles.

É de suma importância refletir sobre a atuação de Carvalho na cena pública brasileira e a disseminação dos seus discursos, que começaram a ter espaço nas colunas de jornais de grande circulação como O Globo. Dessa forma, analisar as colunas de Carvalho nesse periódico é essencial para compreender a construção do seu discurso negacionista e a atuação do jornal, enquanto veículo de informação de grande audiência, em conceder espaço para esse tipo de narrativa. Inclusive, em

seu sítio eletrônico, o *Mídia Sem Máscara*, Olavo de Carvalho fazia graves acusações à imprensa brasileira, acusando-a de comunista e entre 2002 e 2005, o ensaísta conciliou, contraditoriamente, essas críticas com a condição de articulista destes mesmos veículos, além do *Globo*, atuou em jornais como a *Folha de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, o que lhe permitiu ficar nacionalmente conhecido e adentrar de maneira incisiva a articulação de opiniões na cena pública (CALIL, 2021).

Em vista disso, este projeto justifica-se pela sua relevância em estudar e combater a profusão exacerbada de negacionismos na esfera pública brasileira, mormente, sobre o passado ditatorial do país e as tentativas de esquecimento desse episódio, bem como o abrandamento do sofrimento das vítimas de tortura e violência. Ademais, apesar da disseminação em massa dessas narrativas ter como veículo principal atualmente, a Internet e as mídias sociais, foi a imprensa tradicional e os veículos de comunicação que abriram espaço para esses discursos negacionistas, inicialmente. Fato esse que corroborou, terminantemente, para o avanço da negação na cena pública e a construção velada do negacionismo sobre a Ditadura Militar no país.

Conquanto, em meados de 2016, houve uma mudança significativa no compartilhamento de informações no cenário brasileiro, anteriormente divulgadas em larga escala pelos jornais de grande circulação como a *Folha de São Paulo* e *O Globo*, a partir de então, as informações passaram a ser disseminadas, majoritariamente, pela Internet (MENESES, 2021). Contudo, uma questão central a ser refletida e pensada neste projeto é que, os jornais tradicionais abriram espaço para a negação na cena pública brasileira, com a temática do Holocausto, posteriormente, essa linguagem negacionista ganhou maior repercussão e alcance por meio das redes sociais.

Sendo assim, qual o papel desses jornais de grande circulação no impulsionamento desse tipo de narrativa? E, se a imprensa tradicional, como o jornal *O Globo*, não tivesse aberto espaço para essas narrativas na década de 90 e início dos anos 2000, o negacionismo seria esse fenômeno de elevadas proporções que é na atualidade? Assim, estudar e mapear a presença de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar no jornal *O Globo* entre os anos de 2000 a 2014 é essencial para responder a esses questionamentos, que pretendem ser replicados ao longo da construção deste trabalho como uma dissertação de Mestrado.

Portanto, o projeto torna-se viável pela extrema relevância de compreender o negacionismo e, conseqüentemente, combatê-lo. Pois, essas narrativas atacam e colocam em disputa constante o conhecimento historiográfico e seus profissionais, fazendo com que seja necessário defender a História e seus métodos dos falseamentos históricos e ataques de cunho negacionista.

Olavo de Carvalho e sua atuação no jornal *O Globo*

Por conseguinte, diante do exposto, percebe-se a necessidade de mapear e estudar as principais linhas negacionistas existentes na sociedade e seus veículos de disseminação. Assim, o presente trabalho irá utilizar-se essencialmente da imprensa enquanto fonte histórica, pretendendo analisar a presença de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar brasileira na imprensa tradicional, com foco no jornal *O Globo* entre os anos de 2000 a 2014. Com a fim de estudar os discursos presentes no periódico e identificar os diferentes tipos de negacionismos sobre o passado ditatorial, sejam eles o negacionismo clássico ou a negação velada.

Além disso, pensar a atuação do ideólogo Olavo de Carvalho como colunista desse jornal e

articulador de opiniões e discursos negacionistas é de extrema relevância para a elaboração desta pesquisa. Por isso, foram selecionados para a análise as matérias do ensaísta brasileiro publicadas no jornal e os editoriais publicados em ocasiões dos “aniversários” do golpe militar. Assim sendo, será executado uma espécie de mapeamento e análise do discurso negacionista presente em matérias do jornal O Globo, coletadas no Acervo Digital do periódico, lançado em 2013 para a consulta das edições já publicadas e no site oficial do ideólogo Olavo de Carvalho.

O recorte temporal contemplará a partir do ano de 2000, na virada do século, quando passaram a ocorrer mudanças significativas nas maneiras de compartilhamento de informações e ano em que Olavo de Carvalho se torna, oficialmente, articulista do Globo, até o ano de 2014, período eleitoral, de conclusão do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) instaurada em 2012 e período de manifestações de cunho conservador e direitista por todo o país. Todos esses acontecimentos marcaram um período de efervescência de narrativas negacionistas na cena pública, especialmente no que tange ao tema da Ditadura Militar.

Por essa perspectiva, a imprensa torna-se uma importante fonte de investigação para a realização e efetivação deste trabalho, pois se trata de um expressivo instrumento formador de opinião, sobretudo em um país onde a mídia e os jornais seguem sendo ferramentas significativas de influência na formação ideológica de uma parcela da sociedade civil. Conseqüentemente, trabalhar com a análise de jornais de grande circulação como O Globo, auxilia na percepção do poder de mobilização de opinião pública desses veículos de informação e o papel participativo na conjuntura atual da problemática envolvendo os negacionismos históricos.

Outrossim, os meios de comunicação fazem usos constantes do passado, o que demonstra a influência da história e a mobilização de capital gerada por acontecimentos pretéritos para o jornalismo. Como é destacado pela Marialva Barbosa (2016):

As retrospectivas, as efemérides e os jogos de lembrança e esquecimento ocupam lugar preponderante nas narrativas jornalísticas porque assim estão atribuindo o valor de ciência (e de verdade) à sua própria construção discursiva. O passado, tal como o acontecimento supra-atual, se reveste de um sentido supra-histórico que tem como função produzir também o valor de verdade para as narrativas dos meios de comunicação. (BARBOSA, 2016, p. 127)

Em outros termos, aponta-se para a produção de sentidos históricos feitos pelos meios jornalísticos e usos públicos e políticos do passado como mobilizadores de ideologias. Esse fato não é recente, inclusive, durante os anos de chumbo, a imprensa teve grande participação como articuladora do golpe de 64 e muitos veículos, permaneceram apoiando os governos militares nos anos seguintes. Segundo Napolitano (2021, p. 47), “ a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada””. Já que, conforme o autor, a opinião pública majoritária e a opinião publicada pela imprensa não eram, obrigatoriamente, a mesma.

Dessa maneira, o jornal O Globo foi fundado em julho de 1925, com sede no Rio de Janeiro e parte integrante do Grupo Globo, de propriedade da família Marinho. Assim como outros jornais e a emissora de televisão a qual o jornal é vinculado, ofereceram apoio ao golpe militar e auxiliaram na articulação de discursos que legitimassem o ato antidemocrático, como a mobilização do medo ao comunismo (MIRANDA, 2015). Por isso, a análise de discurso é uma ferramenta essencial para pensar

as narrativas negacionistas produzidas sobre a Ditadura Militar no jornal O Globo, especialmente de autoria de Olavo de Carvalho, que foi colunista do jornal em uma parte significativa do período a ser analisado neste trabalho.

Em sua atuação no Globo, Carvalho publicou um total de 259 textos no periódico entre os anos de 2000 a 2010, dentre essas publicações, um número significativo fazia referência ao regime ditatorial brasileiro. O Globo foi um dos jornais que mais cedeu espaço à Olavo de Carvalho, em comparação com outros jornais como a Folha de São Paulo, o Jornal da Tarde, o Jornal do Brasil entre outros, de acordo com um levantamento feito por Meneses e Alves (no prelo). Logo, pensar sobre as análises desses discursos olavistas no Globo é crucial para compreender a construção da negação velada no Brasil, adentrando a cena pública por meio da imprensa jornalística.

Dentre as 259 publicações de Carvalho no Globo, observa-se várias características da sua narrativa maniqueísta, o viés anticomunista latente e o abrandamento do passado ditatorial. Em um artigo publicado no ano de 2005, intitulado “Droga é cultura”, Olavo de Carvalho afirma que:

Do ponto de vista do direito à vida, a diferença entre o tempo dos militares e os dias de hoje é simples e auto-evidente: naquela época havia tranqüilidade para a maioria dos brasileiros, mas não para a pequena elite esquerdista que tinha boas razões para sentir-se ameaçada. Hoje, essa elite – dez mil pessoas no máximo – desfruta de todas as garantias de paz e segurança que a prosperidade à sombra do governo pode oferecer, enquanto os demais brasileiros vivem expostos ao terror cotidiano nas mãos dos narcotraficantes, assaltantes, homicidas e seqüestradores. (CARVALHO, 2005)

Ou seja, percebe-se evidentemente, o sentimento nostálgico e exaltador dos anos de chumbo, alegando tranqüilidade e segurança. Além disso, elenca que a esquerda brasileira tinha boas razões para sentir-se ameaçada, abrandando e legitimando veladamente, as violências cometidas contra a oposição nesse período. Em outro texto, o ideólogo diz que “em poucas semanas, a estreia petista no poder terá superado de muito a ditadura militar, que em vinte anos não fez mais de dois mil presos políticos.” (CARVALHO, 2002).

Dessa forma, observa-se presente em vários artigos de Carvalho no Globo esse tipo de discurso sobre a Ditadura, em uma tentativa constante de abrandar esse passado e negar os acontecimentos. Assim como é feito na pontuação do ensaísta em um texto de 2004:

A ditadura militar brasileira, segundo fontes esquerdistas, matou trezentas pessoas. Fulgêncio Batista, três mil. Pinochet, três mil. Some tudo, multiplique por vinte e obterá a medida aproximada dos elevados ideais humanitários do regime cubano. À luz desses números, torna-se evidente a boa-fé, a honradez daqueles heróis da liberdade que, indignados com o golpe de 1964, foram buscar em Fidel Castro a ajuda e a inspiração para restaurar a democracia e os direitos humanos no Brasil. Nada mais justo do que alimentar essas pessoas com fartura de dinheiro público até o fim de seus dias. (CARVALHO, 2004)

Em outro texto do guru de Bolsonaro, observamos o caráter escatológico e irônico do seu discurso mais nitidamente, características essas essenciais para a elaboração do sistema de crenças de Olavo de Carvalho, como afirma João César de Castro (2021). Vejamos:

A todos aqueles que, lutando contra a ditadura militar brasileira, foram pedir ajuda e inspiração ao governo de Fidel Castro, prometo solenemente jamais voltar a escrever uma só palavra contra o socialismo se vocês me provarem as seguintes coisas: 1. Que em Cuba havia mais liberdade de imprensa que no Brasil. 2. Que em Cuba havia menos prisioneiros políticos que no Brasil (se vocês não quiserem, não precisam nem mesmo levar em conta a diferença

de população dos dois países; contento-me com números absolutos). 3. Que em Cuba havia um partido de oposição funcionando com a liberdade, mesmo limitada, do MDB. 4. Que a ditadura militar brasileira matou mais gente que a ditadura cubana (novamente, aceito números absolutos). Se vocês me provarem essas coisas, prometo inscrever-me no PT e tornar-me o mais devotado dos seus militantes. Se não provarem, terei todo o direito e até o dever de continuar julgando que vocês são uns embrulhões e mentirosos; que vocês não lutavam pela democracia coisíssima nenhuma e que tudo o que vocês queriam era fazer aqui o que Fidel Castro fez em Cuba, com a única diferença de que vocês próprios estariam no papel de Fidel Castro. (CARVALHO, 2001)

Para além das ironias, observamos uma série de falseamentos históricos, negacionismos e comparações analógicas descontextualizadas com a situação de Cuba. Ainda citando Castro Rocha (2021), é relevante pontuar que o autor busca refletir sobre as disputas ideológicas e narrativas presentes no tecido social, bem como, a base intelectual dessas disputas, chamada pelo mesmo de sistema de crenças de Olavo de Carvalho. De fato, como o autor pontua, o governo Bolsonaro e a guerra cultural bolsonarista exerceram um papel de extrema influência na propagação dos discursos negacionistas, fake news e teorias da conspiração. Devido a esses fatores, criou-se, no cenário nacional, uma linguagem de cunho altamente autoritário e negacionista, a chamada retórica do ódio.

Dessarte, estudar a mentalidade bolsonarista e o seu intuito de utilizar a guerra cultural para mobilizar as massas é importante para trazer à tona aspectos relacionados à história da Ditadura de 64 e à articulação do movimento de reorganização da direita brasileira a partir de 1980. Movimento esse que, conforme o autor, na década de 2010 foi associado à onda conservadora, o que desencadeou a organização da extrema-direita para as eleições de 2018. Assim, a guerra cultural existente no Brasil, se beneficia de uma técnica discursiva denominada retórica do ódio, que foi propagada nos últimos anos por Olavo de Carvalho e conduziu o país ao caos social, à paralisia da administração pública, ao analfabetismo ideológico e o desprezo pela ciência, fatos esses que estruturam o bolsonarismo.

Sendo assim, como foi citado anteriormente, a produção discursiva olavista não é elaborada de maneira aleatória e seu discurso, como afirma Foucault (2013), enquadra-se como um acontecimento histórico possuidor dos seus polos de produção próprios e articulados, obedecendo aos interesses e relações de poder do seu produtor. Pois, foi com a articulação desses discursos na imprensa jornalística, garantindo lugar de fala a personalidades negacionistas como Olavo de Carvalho e Kim Kataguiri nos anos iniciais do século XXI, que o negacionismo tornou-se o fenômeno que é atualmente, com proporções estrondosas e campo de propagação frutífero nas mídias digitais.

Devido ao amplo recorte temporal e a quantidade de matérias presentes no jornal em questão, listamos abaixo uma pequena parcela das fontes coletadas, já que a catalogação e mapeamento completo desse material está planejada para ser executada durante a escrita da dissertação no Mestrado.

Considerações finais

Portanto, diante do exposto, evidencia-se a importância da pesquisa sobre a disseminação dos negacionismos sobre o passado ditatorial na esfera pública brasileira. Assim, para pensar essas questões é de suma relevância efetuar esse recuo temporal e refletir sobre a construção velada do negacionismo no Brasil por meio da disseminação dessas narrativas nos jornais de grande circulação no início dos anos 2000, como foi pontuado anteriormente.

Pois entende-se, ao longo dos estudos realizados, que o negacionismo é um elemento chave

importante na composição de um projeto político idealizado pela extrema-direita aliada à elite burguesa brasileira de legitimação e construção de um projeto autoritário, elitista e excludente. Projeto esse que se utiliza da mobilização de medos da sociedade civil e do uso indiscriminado da imprensa e das redes sociais na disseminação do ódio e de notícias falaciosas sobre inúmeros temas, assim como ataques ao Estado democrático de direito.

Nesse sentido, o argumento desenvolvido ao longo desse trabalho de pesquisa é de que há um projeto de construção estrutural e velada de uma agenda negacionista no país, que vem sendo estruturado desde o início dos anos 2000, como demonstrado nas publicações negacionistas do Olavo de Carvalho no jornal *O Globo* e que atingiu um ponto de excelência no tempo presente com o governo Bolsonaro (2018-2022). Entretanto, embora sua reeleição não tenha sido possível, a extrema-direita e o bolsonarismo ainda continuam atuando com bastante veemência na política brasileira, ocupando cada vez mais cargos no legislativo e nas prefeituras municipais e governos dos Estados.

Dessa forma, percebe-se que tanto o negacionismo das vacinas, da ciência e da Ditadura Militar são utilizados para impor um projeto de reconfiguração da Nova República e dos ideais que formam a sociedade democrática brasileira baseados na Constituição Cidadã de 1988 (MAIA, 2023, p. 12). Logo, esse é um projeto altamente excludente e elitista que visa a permanência no poder de uma elite liberal e extremista. Assim, fica evidente a urgência de uma organização progressista de combate a esse tipo de projeto que ataca o conhecimento científico, promove o obscurantismo, exalta um passado ditatorial e violento e desdenha das instituições democráticas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. Imprensa e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p. 121-131, 2016.

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, Londrina, vol. 2, n. 4, pp. 1097-1123, jul-dez., 2009.

CALIL, Gilberto. *Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita*. Vitória: Argum, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago., 2021.

CARVALHO, Olavo de. Cuba em números. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 ago. 2004. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/cuba-em-numeros/>>. Acesso: 25 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Droga é cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jan. 2005. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/droga-e-cultura/>>. Acesso: 24 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Estado policial, já! *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 out. 2002. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/estado-policial-ja/>>. Acesso: 24 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Mentiras que rendem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 maio 2001. Disponível

em: <<https://olavodecarvalho.org/mentiras-que-rendem/>>. Acesso: 25 ago. 2023.

CHARLOT, B.; CAPUA DA SILVA CHARLOT, V. A. O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a “Verdade” na Sociedade Contemporânea. *Revista Internacional Educon*, Aracaju, [S. l.], v. 2, n. 3, 2021.

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismos e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *Novos combates pela História: desafios – ensino*. São Paulo: Contexto, p. 115-143, 2021.

MAIA, Tatyana. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, set./dez. 2023.

MARINELI, Fábio. O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dez. 2020.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

MENESES, Sônia; ALVES, Thiago. *O negacionismo como projeto político-cultural: Olavo de Carvalho na grande imprensa brasileira (1999-2006)*. No prelo.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964-1985)*. 2015. 51 p. Monografia (Curso de História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2021.

ROCHA, João César de Castro. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, nº 87,

2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

IDEIAS DE *RESPUBLICA* E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UM OLHAR PARA TRADIÇÕES POUCO RESSALTADAS PELA HISTÓRIA DA FILOSOFIA POLÍTICA

Carlos Mauro de Oliveira Jr.

Prof. Dr. UERJ – FFP – DCH

E-mail: carlosmaurojr@gmail.com

Introdução

Voltar atrás? Reaprender as velhas receitas? Olhar com outros olhos as sabedorias milenares? Aprender com algumas culturas que ainda não foram modernizadas? É claro que sim, mas sem se deixar convencer pelas ilusões: também para elas nunca houve nada parecido. [...]

Essa é uma operação acima de tudo contraintuitiva para os que um dia foram Modernos. Com eles, sempre foi preciso escolher entre o antigo e o novo, como se um cutelo os tivesse irreversivelmente separado. O passado não era mais aquilo que permitia a *passagem*, mas o que fora simplesmente ultrapassado. Discutir essa escolha, hesitar, negociar, ponderar, significava questionar a flecha do tempo, tornar-se antiquado.

Bruno Latour: *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (2017), p. 56 e 106.

Iniciemos com um texto de Eugenio Garin (GARIN, 1993) sobre a “cidade ideal”. Garin nos convida a refletir sobre os modelos de utopia e da necessária relação entre a cidade real (e seus problemas) e o “bom” projeto. Cumpria ver os valores e perceber os procedimentos que os autores da Renascença usavam e ver a “cidade ideal” como uma “medida crítica” para regular a cidade real.

Ainda que não se concordasse com os valores, hábitos e atitudes dos Outros, caberia ver como estes reagem aos problemas que viviam. O método não obrigava a aceitação, solicitava apenas uma reflexão. Ginzburg (GINZBURG, 2001) diria *estranhamento*.

Um valor. Educar o cidadão para a cidade: responsabilizá-lo pelos negócios públicos, pelo bem de todos. Adquirir experiência na discussão continuada da política, na conciliação entre interesses diversos. A participação política é enfatizada no dia a dia, no mercado, na praça pública. Manter uma atitude de desconfiança e indiferença construtiva com todos aqueles que se apressam a dizer o que fazer. Aprender com a experiência.

Nunca se esqueçam os chefes de família que é seu dever primeiro cuidar de todos os seus familiares, mas também seguir o exemplo dos antigos lacedemônios, que se consideravam pais tutores de todos os jovens cidadãos, corrigindo-os e encaminhando-os para o bem...” (p. 20) [...] “... havia aí uma só e única vontade, comum a todos e operosa: a de ter sua pátria virtuosa e de bons costumes. (ALBERTI, 1970, p. 21)

Filósofo e arquiteto, Alberti apresenta um ideal de cidadão que se coaduna com seu projeto arquitetônico. A ênfase é dada aos prédios públicos e à praça. A participação política – com desigualdade hierárquica – traz em si um ideal de homem público. Este deveria ser incutido pela

educação e a família tinha por obrigação ensinar aos jovens.

Os trechos trazem uma idealização “humanista”: defesa da *virtù* cívica (cuidados com a *respublica*-cidade), serviço em prol da comunidade como uma forma de definir a honra e a nobreza dos senhores. a educação deve ser centrada em respeito/louvor da casa, dos ancestrais, do lugar que estes ocupam na sociedade. As vantagens materiais da desigualdade são minimizadas com o intuito de dar um sentido idealizado para o “ser nobre”. O humanismo do XV parece antecipar uma ideia do humanismo comercial 3escocês do XVIII, a conciliação entre os estamentos da nobreza e dos mercadores, aproximados pela educação e pela *virtù* (OLIVEIRA JR., 2011). No XVIII, serão as “boas maneiras”. Tocqueville diria que um *gentleman* americano poderia se assemelhar com um *gentilhomme* francês, se não fossem as barreiras históricas.

Nos Anos 1990, com o “fim” da Guerra Fria e com as comemorações do antigo Bloco Ocidental ante a crise soviética, coube à historiografia de língua inglesa resgatar outra tradição formada pelos adeptos da liberdade e da democracia: a *respublica*. Diferente da “liberdade negativa”, defendida por Isaiah Berlin (BERLIN, 1981), cabia refletir sobre as ideias de adaptação entre os conceitos e a história e nas possibilidades teóricas de conciliação entre “liberdade de” e “liberdade para”. Quentin Skinner falava em “liberdade antes do liberalismo” (SKINNER, 1999).

Alberti, por exemplo, poderia ser mobilizado para instruir os cidadãos dos mundos modernos para “responsabilizar” a sociedade pelos assuntos da cidade, por diminuir a dependência daqueles em relação ao Estado. Ao invés de procedermos como Isaiah Berlin e interpretarmos Benjamin Constant (de Rebecque) e Alexis de Tocqueville como campeões da “liberdade negativa”, não seria o caso de prestarmos atenção em seus trechos parlamentares e na imprensa que queriam evitar um “vazio em torno do poder”, aumentando a participação política na/da sociedade (OLIVEIRA JR, 2003)? Acreditamos que os valores elogiados seriam semelhantes aos de Alberti.

Todavia, com o passar dos anos, começamos a perceber que o desenvolvimento da História e da democracia em nosso país, trouxe consigo uma dificuldade maior de aceitação. Antes parecia mais fácil separar a posição social de Alberti dos valores que elogiava. Se desejávamos contribuir para que alunos e alunas brasileiros/as, do século XXI, de diferentes condições sociais e orientações olhassem de forma detida para outras formas de estar no mundo, cumpria encontrar outros exemplos. Em questão o grau de adequação entre a realidade social dos exemplos – “europeus”, homens, proprietários – e a estrutura social brasileira.

Os relatos de campo

Jack Goody, em *O Roubo da História* (GOODY, 2006), “sugeriu-nos” um caminho. Ao fazer referência a pequenas comunidades distanciadas de Estados fortes na África, mostrou que nestas os ideais de participação política e independência não eram releituras greco-romanas da Antiguidade e que os gregos não teriam inventado a “liberdade individual”.

Assim procedendo, Goody fez referência a um trabalho da Antropologia de língua inglesa: um estudo tipológico sobre comunidades africanas e seus modelos políticos. Neste, encontramos o interessante grupo B de sociedades “*sin Estado*”. No rol de ausências, Meyer Fortes e E. E. Evans-Pritchard (FORTES; EVANS-PRITCHARD, 2010) apresentam a inexistência de autoridade centralizada. O livro é de 1940 e as investigações de Meyer Fortes e Evans-Pritchard parecem ter

ocorrido na década de 1930¹.

Na Introdução, explicam que, ao contrário das preocupações da Filosofia Política (mais atentas a um dever ser da humanidade), almejam descrever hábitos e instituições políticas dos povos escolhidos.

De nossa parte, o uso dos autores e textos da Antropologia precisará ser muito livre. Buscamos comportamentos e perspectivas descritas, mas sem inserir as descrições no conjunto dos debates disciplinares delas decorrentes. Um ensaio que deseja propor reflexões.

Vejam os Tallensi e os Nuer são apresentados como exemplos do Grupo B. Ainda, há uma gradação: entre os Tallensi há uma hierarquia entre os “chefes”. De algum modo, antes da decisão os interessados são consultados. Por outro lado, há um princípio “eletivo” em que se escolhe quem vai decidir ou fazer as coisas por eles. As crenças religiosas – a pressão dos ancestrais – permitem que o eleito siga o interesse comum. Uma garantia [?] para os eleitores.

Um eleitor não tem correlativamente responsabilidades directas rituais, políticas ou militares por um clã cujo chefe ele nomeia. Ele é moral e ritualmente quem tem a obrigação de escolher, em consulta com os anciãos, o melhor candidato para uma chefatura, contando menos a sua oferta pecuniária do que a sua reputação e genealogia. Ele deve ver se o cargo circula, de modo a não ser monopolizado por um segmento qualquer... (FORTES, 1980, p. 445)

Parece difícil para nós aceitarmos a pressão dos ancestrais mortos sobre as escolhas dos eleitores vivos. De acordo com Fortes, uma escolha imoral do eleitor traria a ira dos antepassados. Sigamos então um conselho weberiano e tentemos *compreender* a ação. Tendo em vista o estatuto da terra, as concepções de hierarquia e as noções de parentesco e linhagem, podemos – com dificuldade – compreender os motivos que possibilitam tais perspectivas.

Os Nuer tornam-se assim um exemplo melhor do Grupo B.

O Nuer é produto de uma educação árdua e igualitária, é profundamente democrático e facilmente levado à violência. Seu espírito turbulento considera toda limitação aborrecida e ninguém reconhece um superior. Riqueza não faz diferença alguma. Um homem com muito gado é invejado, mas não tratado de modo diferente do de alguém com pouco gado. O nascimento não faz diferença alguma. Um homem pode não ser membro do clã dominante de sua tribo, pode ser mesmo de descendência *dinka*, mas se alguém aludir a esse fato correrá o grave risco de receber um tacapaço. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 192)

Os Nuer de Evans-Pritchard

A palavra ‘chefe’ pode ser uma designação enganosa, mas é bastante vaga para ser mantida à falta de uma palavra mais adequada. Ele é uma pessoa sagrada sem autoridade política. Na verdade os Nuer não têm governo e seu estado pode ser descrito como uma anarquia ordenada. Da mesma forma, falta-lhes a lei, se tomarmos este termo no sentido de julgamentos feitos por uma autoridade independente e imparcial que tenha, também, poder para fazer cumprir suas decisões. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 11)

Pierre Clastres critica a tipologia proposta por Fortes e Evans-Pritchard: “*sociedades sin Estado*” (CLASTRES, 1990b). Esta, de acordo com o autor, poderia indicar o fato que na descrição do Grupo B das sociedades africanas, a liberdade/autonomia seria compreendida como uma

¹ Começamos a usar, neste trabalho a edição em espanhol e, depois, encontramos uma tradução portuguesa do livro de 1940. Ambas aparecem na bibliografia.

“ausência” ou uma etapa ultrapassada pela linha evolutiva do Homem. Desta forma, a Humanidade teria abandonado esta carência por um futuro melhor: “com Estado”. Ou seja, os Nuer ser tornariam um exemplo de povos na “infância” das nações.

Não seguiremos o debate proposto. A ideia seria anotar um exemplo de uma comunidade “sem escrita” que dificilmente seria um modelo para o Ocidente. Retrato de uma “ausência” ou não, vejamos como Evans-Pritchard apresenta os Nuer:

O Nuer briga imediatamente se acha ter sido insultado, e os Nuer são muito sensíveis e ofendem-se com facilidade. Quando um homem pensa ter sofrido um dano, não há qualquer autoridade a quem se possa queixar e da qual possa obter um ressarcimento, de modo que ele, imediatamente, desafia para um duelo o homem que causou o dano, e o desafio deve ser aceito. Não há outra maneira de resolver uma questão, e a coragem de um homem é sua única proteção imediata contra a agressão. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 162)

A inexistência de uma autoridade reconhecida que arbitre os conflitos fazia que os atores sociais estivessem preparados para o conflito. Apesar de não parecer uma vida confortável, apresenta um valor interessante: a autonomia. E uma margem de atenção e cuidado com todas as coisas que dizem respeito a si e ao seu entorno.

É difícil encontrar, em inglês, uma palavra que descreva adequadamente a posição social dos *diel* numa tribo. Chamamo-los aristocratas, mas não pretendemos dizer que os Nuer os consideram como de grau superior pois, como ressaltamos enfaticamente, a ideia de alguém predominando sobre os demais lhes repugna. (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 223)

E um ponto bem interessante: a desconfiança. A autonomia que não reconhece a desigualdade. Uma igualdade reconhecida no dia a dia e garantida pelos conflitos. O constante estado de alerta, aliado à certeza de que ninguém fará algo por você parece obrigar o Nuer a permanecer “em guerra”.

Pierre Clastres, por sua vez, em trabalhos de campo em comunidades “tupinambás” na América do Sul, descreveu um conjunto de atitudes semelhantes às relatadas por Evans-Pritchard. No entanto, havia uma atenção maior à palavra, à palavra do chefe²

A palavra do líder encerra em si mesma a ambiguidade de ser desviada da função de comunicação imanente à linguagem. **É tão pouco necessário ao discurso do chefe ser ouvido que os indígenas frequentemente não lhe prestam nenhuma atenção” (p. 34)** “Deve-se notar entretanto que a autoridade, longe de ser única, de alguma forma, se divide e torna-se múltipla; que, conservando seu próprio líder, cada família extensa traduz com isso sua ‘vontade’ de manter, de maneira mais ou menos acentuada, sua identidade.... (CLASTRES, 1990, p. 42, grifos nossos)

Houve tempo em que nos perguntávamos se os “objetos” de Clastres eram mesmo assim ou se a leitura dele acerca de alguns povos do Novo Mundo poderia conter o risco de o intérprete transferir para o objeto o conjunto de seus valores. Seriam alguns povos do “Paraguai” um tipo de anarquismo na prática? Em nossa ignorância, na ocasião, de outros trabalhos etnográficos sobre povos das Américas e África, líamos *A Sociedade contra o Estado* e lembrávamos do quase elogio de Michel de Montaigne em *Dos canibais*. Se era para descrever hábitos de povos “selvagens”, a descrição fazia pensar: será que nós éramos mesmo os civilizados?

Mais tarde, estudando o conceito de “*politique*”, percebemos os usos de Marcel Gauchet

² Na coletânea referida e em Os Nuer, Evans-Pritchard faz referência aos chefes de “Pele de Leopardo” e da importância de sua palavra. Todavia, estas figuras não alteravam a autonomia Nuer.

dos trabalhos etnográficos de Pierre Clastres (OLIVEIRA JR, 2012). Nosso olhar se encantava com povos que “aprendiam com os deuses ou criaturas da natureza o que tinham de fazer e faziam”. Não precisavam de vigilância (polícia, Estado). Eram responsáveis por sua existência e buscavam cumprir suas tarefas. Em tempos de democracias sem participação (de fins do XX), estes “selvagens” tinham algo a nos ensinar.

Deitado em sua rede ou sentado perto do fogo, ele pronuncia com voz forte o discurso esperado. E sua voz, certamente, tem necessidade de potência, para chegar a ser ouvida. Nenhum recolhimento, com efeito, quando fala o chefe; não há silêncio, **cada qual tranquilamente continua, como se nada houvesse, a tratar de suas ocupações.** A palavra do chefe não é dita para ser escutada. (CLASTRES, 1990, p. 108, grifos nossos)

Kopenawa e Albert

Para quem estava na Terra nos anos 1990, as idealizações do século XXI parecem hoje uma grande e mentirosa ilusão. Se pensarmos no filme *Avatar* (2009) de James Cameron, é possível que nossa sociedade (ocidental) fique ao lado dos vilões com suas máquinas. Neste sentido, aconselhamos o mergulho em *A Queda do Céu*. De início, uma outra Antropologia: o “informante” e o antropólogo estão muito atentos ao encontro das distintas visões de mundo (ou camadas discursivas).

Depois de séculos de “leituras” sobre os povos da América a partir do olhar cristão e europeu, encontramos um capítulo com algumas respostas *yanomamis* à pregação. Eduardo Viveiros de Castro chamou de “contra-antropologia” (CASTRO, 2015). Algo como os “nativos” leem os colonizadores.

Façamos uma pequena digressão sobre as críticas “selvagens” à civilização eurocristã. Em *A Queda do Céu*, Kopenawa (e Albert), narra os pedidos angustiados dos *yanomamis* no sentido do rápido retorno de *Teosi*, tão presente na pregação e nas broncas dos jesuítas. E segundo o xamã, ainda invisível e menos comunicativo que os *xapiris*:

No começo, só sabiam sua língua de fantasma. Às vezes, bem que tentavam cantar ou falar como nós, mas não compreendíamos grande coisa do que queriam dizer e isso nos fazia rir. Contudo, aos poucos, começaram a desenhar nossas palavras em peles de papel para poderem imitá-las. E assim, passado algum tempo, conseguiram falar com a língua mais direita. Foi então que começaram a nos amedrontar com as palavras de *Teosi*, e a nos ameaçar constantemente: ‘Não masquem folhas de tabaco! É pecado, sua boca vai ficar queimada! Não bebam o pó de *yákoana*, seu peito ficará enegrecido de pecado! Não riem e não copulem com as mulheres dos outros, é sujo! Não roubem o que lhes é recusado, é errado! *Teosi* só ficará satisfeito com vocês se responderem a ele!’ (...) “Por isso, naquela época, eu costumava me perguntar: ‘Com que se parece a voz de *Teosi*? Será que um dia vai finalmente responder. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 256 e p. 260)

Foi muito comum na história ocidental, desde as Grandes Navegações, a tese (forte também em nós) de que os povos conquistados eram telas em branco que deveriam ser preenchidas pelo conquistador. Aqueles deveriam abandonar sua língua, sua cultura e sua religiosidade e abraçar o modelo real e verdadeiro. Menos comum foi a atenção concedida pela Academia às visões dos Outros, especialmente quando descrevíamos seu pensamento como “selvagem”.

Concedamos a palavra ao chefe Peoria (segundo Richard White):

[...] eu devo celebrar uma festa [...] e eu devo convidar todos os homens velhos e todos os chefes de bandos [...] Depois de falar de nossos remédios e do que nossos avós e ancestrais nos ensinaram, tem esse homem que veio de longe remédios melhores do que nós temos, para

nos fazer adotar seus costumes? Suas fábulas são boas apenas em seu próprio país; nós temos as nossas, que não nos fazem morrer como as dele fazem. (WHITE, 2020, p. 563)

Se hoje estamos nos acostumando às resistências e à voz dos colonizados (como as “subalternas” de Spivak), no século XVIII era preciso o projeto político (romantizado?) de Lahontan para que pudéssemos ouvir a “voz” de Adario.

[...] tu preferes a escravidão à liberdade; eu não estou surpreso, depois de todas as coisas que tu defendeste. Todavia, se por acaso, tu reentrasses em ti mesmo e não fosses prevenido em favor dos costumes e maneiras dos franceses, eu não vejo as dificuldades que tu fazes menção, [que estas] ‘fossem’ capazes de te impedir viver como nós” (LAHONTAN, 1704, p. 65, tradução livre)

Adario e Kopenawa, cada um em seu tempo, apresentam uma crítica semelhante aos reinos (e impérios) europeus e à pregação cristã: exigentes demais no abandono dos hábitos e atitudes huronianas e yanomamis, e tolerantes em excesso com os erros e a hipocrisia dos brancos: um discurso assaz moralista e um conjunto de abusos em relação a esposas e filhas da comunidade. No entanto, é de Kopenawa a excelente descrição dos europeus (e seus descendentes): povos apaixonados por “mercadorias”.

Barão de Lahontan, Adario e o ideal de *sauvage*.

Ele te fez nascer francês, a fim que tu acredites o que não vês nem concebes; e me fez nascer Huron, a fim que eu só acredite no que eu entendo e isto que a Razão me ensina” (LAHONTAN, 1704, p. 31, tradução livre)

Há! Viva os Hurons, que sem leis, sem prisões e sem torturas, passam a vida na doçura, na tranquilidade e desfrutam de uma felicidade desconhecida aos franceses. Nós vivemos simplesmente sob as Leis do instinto e da conduta inocente que a natureza prudente imprimiu em nós desde o berço. (LAHONTAN, 1704, p. 41, tradução livre)

Os *Dialogues de M. le baron de Lahontan et d’un sauvage : contenant une description exacte des mœurs et des coutumes de ces Peuples Sauvages (1704)* acabou adquirindo uma fortuna interessante. A apropriação iluminista da obra de Lahontan poderia ser entendido como um uso (ou resquício de uso) do *Middle Ground*. (como referido adiante). White crê que o letramento europeu teria permitido isto (White, 2020).

Apesar do formato de um diálogo filosófico, o livro funciona como um tradicional relato de viajantes, apresentando os costumes e a estrutura social de povos não europeus. O diálogo traz um personagem “nativo” e este apresenta um conjunto de críticas aos franceses (Estado, comércio, casamento, religião). A “voz” de Adario – personagem nativo de Lahontan – foi adaptada e reencenada pelo pensamento francês, especialmente naquilo que chamamos sua filosofia política.

Poderíamos dizer que Adario tornou-se um representante dos “*sauvages*” e cada pensador colocaria atributos ao conceito. Recentemente apareceu a questão se Lahontan tentou colocar suas observações sobre os indígenas em ordem através de Adario e, fazendo isto, apresentou suas ressalvas ao modelo francês. Adario teria sido “romantizado”?

Lahontan apresenta um curioso comentário: os iroqueses³ seriam “os suíços deste continente

3 Mantivemos a imprecisão “ocidental” na escolha dos nomes das comunidades na América do Norte que sofreram com as invasões francesa e inglesa. Os termos “huroniano”, “iroquês” e “algonquino” dependerão do autor da descrição.

[a América]” (LAHONTAN, 1900, Lettre V (18 juin 1684)).⁴ Poderíamos pensar o que teria levado o autor a aproximar os huronianos aos suíços? De algum modo o vocabulário *respublicano* do XVII inglês (e da tradução de Maquiavel feita por James Harrington)) chegara à França?⁵ Parece que algumas ideias *respublicanas* da Renascença tiveram uma entrada complicada na França: as Guerras de Religião, o “republicanismo” da Bíblia protestante de Genebra, os puritanos ingleses. Por outro lado, Jean Bodin, um monarquista à francesa, traduzira “*respublica*” de Maquiavel como *État*, ajudando a fundar uma tradição católica e monárquica com reservas perante o Papa e à Espanha (OLIVEIRA JR, 2020 e 2022; VIANA CARVALHO, 2017).

Temos aqui uma questão. Os “humanistas”, desde Montaigne, parecem apresentar uma noção de “selvagem” carregada de ambiguidade. Apesar “de não usarem calças”, eles obedecem ao Criador (e à Natureza) mais que os civilizados cristãos, com seus muitos poderes e saberes. Por sua vez, Adario apresenta um argumento próximo ao libertinismo erudito francês do XVII: a ideia de que os homens nascem com “costumes” e obediência aos poderes da sociedade em que nasceram (por ação do Criador)⁶. Se os libertinos eruditos eram monarquistas (obedientes ao Rei), como explicar esta simpatia por uma ideia de “sauvage” próxima ao bom cidadão da cidade-Estado (como em Alberti ou Maquiavel nos *Discorsis*)?

Essa fraqueza da autoridade política e a falta de subordinação na sociedade algonquina atingiram tanto os algonquinos quanto os franceses como a maior diferença entre os dois povos. Para os franceses, essa falta de subordinação, não o estado de desenvolvimento material ou tecnológico dos algonquinos, era o coração da ‘selvageria’ algonquina. Os índios do norte, de acordo com o Sieur d’Aigremont, ‘não possuem nenhuma subordinação entre si [...] sendo contrários a toda coação. (WHITE, 2020, p. 561)

Em algum momento do XVIII, os “nativos” (como Adario) foram transformados no “sauvage”. E um idioma do vocabulário político iluminista francês aproximou os nativos da América do Norte com o ideal de cidadania de Alberti acima citado. Será que os “sauvages” contribuíram para incutir em alguns humanistas e libertinos eruditos os ideais de autonomia e participação política?

Por outro lado, alguns estudiosos dos povos da América do Norte no XVI, partidários de concepções não evolucionistas, buscam encontrar as diferentes vozes das comunidades locais. Tomemos Richard White como exemplo. De início, seu objeto é outro – o *Middle Ground* – uma zona de inteligibilidade entre duas culturas em que agentes de cada uma recorre a traduções mal feitas do Outro a fim de obterem vantagens em situações extremas de contato (WHITE, 2020). O conceito de White apresenta proximidade com a noção de adaptações históricas (pela vivência) de uma “estrutura cultural” como nas *Ilhas de História* de Marshal Sahlins (SAHLINS, 1990).

Os relatos etnográficos e os trabalhos de campo permitem que White construa o seu argumento neste sentido. Ainda que sugira cuidados especiais com os relatos do Barão de Lahontan – tendo

4 E pensar que em 15 de janeiro de 1848, em discurso proferido na Academia de Ciências Morais e Políticas, Tocqueville discorre sobre sua conhecida distinção entre “democracia” e “revolução democrática” e trata dos costumes democráticos. Nesta, os suíços têm proximidades com os americanos (diferentes dos franceses) e apresentam adaptações dos séculos aristocráticos: autonomia, independência e honra oriunda da participação nos negócios públicos.

5 A partir das décadas de 1970 e 1980, a historiografia passou a prestar a atenção às consequências políticas das estratégias ligadas à tradução de textos clássicos. Ver o texto citado de Quentin Skinner e Oliveira Jr (2020 e 2022).

6 Tema presente em Montaigne e René Descartes. Ver de Oliveira Jr: “Do ceticismo pirrônico ao Libertinismo erudito: Michel de Montaigne e Gabriel Naudé” in: Anais do 20º Encontro de História da ANPUH-Rio – 1822/2022: 200 anos de História e Historiografia. Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2022.

em vista as possibilidades de uma interpretação comprometida pela crítica ao reino da França – vê semelhanças em seu relato com o de outros observadores que estiveram nas comunidades mais tempo.

Por sua vez, Graeber & Wengrow (2021), em uma obra recheada de novas ideias, fontes e leituras; e marcada por concepções diferentes de explicar a História da Humanidade, resgatando a pluralidade e excentricidade ao mesmo tempo que rejeitam uma História Única surgida com a Revolução do Neolítico. Neste sentido, diferentes escolhas foram tomadas por diferentes grupos, por diferentes povos.

Entre os muitos exemplos antropológicos e arqueológicos mobilizados, apareceram as fontes jesuíticas francesas durante a invasão da “América do Norte” e as descrições sobre os costumes iroqueses/huronianos. Indo além da possível simpatia de Montaigne aos “canibais”, alguns religiosos do XVI e o debate surgido entre Lahontan (viajante francês) e Kondiaronk (o referido Adario, ameríndio/huroniano) no XVII, surgia – na opinião de Graeber e Wengrow – um conjunto de críticas racionais dos nativos ao Cristianismo, à monarquia francesa e aos seus modelos. Montaigne nos tinha contado 2 (entre 3) perguntas dos nativos sobre a civilização francesa. Seriam os “selvagens” capazes de demonstrar a irracionalidade de nossa civilização? Ou será que os valores “certos” são apenas aqueles em que estamos “acostumados” (uma ideia possível de captar na leitura de Montaigne).

Escolhemos ler as contribuições de Goody, Graeber e Wengrow como divertidos aspectos oriundos da pós-modernidade. Antes achávamos que a solução para o maniqueísmo da Guerra Fria seria uma releitura da *pólis*, da *urbs*, da Renascença e do XVII inglês (como nas pesquisas de Quentin Skinner e John Pocock). Agora, a procura por outros centros, outros grupos, outras escolhas poderiam nos levar a outros modelos – em sua exemplaridade: Kodiaronk, a “anarquia ordenada” nuer, a inexistência do par “comando-obediência” no sul da América, o “pluricentrismo” dos Araweté, etc.

Ainda que não possamos afirmar que os valores elogiados por alguns humanistas, iluministas e românticos tenham sido apropriados dos “selvagens” – como no *Roubo da História* de Goody – parece pertinente a ideia de Graeber e Wengrow de que a História tem muitos espaços para escolhas “excêntricas”.

Uma agradável “descoberta”. Clastres não teria exagerado o “anarquismo” nos povos da América. É possível que sua bagagem cultural e seus valores mobilizaram seu “caderno de campo”. Por outro lado, os nativos não eram parecidos com alguns valores da filosofia política Ocidental. Eles teriam adotado escolhas excêntricas e nós, um dia, reconhecemos que eles existem e podem nos ensinar algo. Nosso olhar mudou; outras questões surgiram⁷.

Considerações finais

É importante notar que o ceticismo quanto aos adivinhos não é socialmente reprimido. A ausência de doutrinas formais e coercitivas permite que os Azande afirmem que muitos, talvez a maioria, dos adivinhos são trapaceiros. Como não há oposição a tais afirmativas, a crença básica nos poderes terapêuticos e proféticos dos adivinhos permanece incólume. Na verdade, o ceticismo é parte componente do sistema da crença em adivinhos. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 125)

7 De alguma maneira, poderíamos reunir algumas palavras de “Copérnico e os selvagens” (1969/1974) de Pierre Clastres e a palestra de Chimamanda Adiche sobre os preconceitos evolucionistas e reducionistas de “uma História Única”.

Vimos que entre os Nuer, o antropólogo inglês não encontrou vestígios de autoridade política. Estes existem entre os Azande. Todavia, nos interessou o trecho acima. Poderíamos pensar como uma postura em relação ao objeto ou um sistema de crenças. No caso, a desigualdade hierárquica (política, social e econômica) que preside a formatação de algumas sociedades ocidentais. Nesta, a crença nas “capacidades” políticas e de administração dos eleitos (de Deus, pelo Povo). Se o ceticismo trazer uma necessidade de fiscalização...

Pluricentrismo, liberdades locais, excentricidade, independência, ceticismo pronunciado em relação a qualquer verdade afirmada, mas não refletida. Ideais de pesquisa e observação... Normalmente, os partidários da Unidade, do Poder e da Ordem tendem a não gostar muito destas ideias.

Jean-Jacques Rousseau, um *respublicano* calvinista, escreveu em 1771 em sua proposta de Constituição para a Polônia: “Gostariam de aliar a paz do despotismo às doçuras da liberdade. Tenho medo de que queiram coisas contraditórias. O repouso e a liberdade parecem-me incompatíveis; é preciso optar”.

Educados que fomos pela lógica da literatura dos contos de fadas (ou do cinema), acreditamos em uma hora em que cessarão os conflitos e desfrutaremos das vantagens obtidas a duras penas. Parece que Rousseau nos adverte que este “fim da História” não existe. E que os conflitos nunca acabam. A liberdade é um constante vir a ser. Precisamos escolher e lutar. E desconfiar daqueles que nos apresentam soluções rápidas.

Para encerrar este “passeio” por alguns “resistentes”, gostaríamos de, com o auxílio de Adario, deixar registrado o seu apreço pelos valores dos colonizadores (nossos, em grande medida):

Pois eu vejo a diferença de minha condição com relação a tua. Sou mestre de meu corpo, disponho de mim mesmo, eu faço o que quero, sou o primeiro e o último de minha nação. Não temo a ninguém e só dependo do Grande Espírito. Ao invés disto, teu corpo e tua vida dependem de teu grande capitão, seu vice-rei dispõe de ti, tu não fazes o que queres. Temes os ladrões, os falsos testemunhos, os assassinos, etc.” (...) “Há! Meu querido irmão. Tu vês bem que tenho razão. No entanto tu ainda amas mais ser um escravo francês que um huroniano livre. (LAHONTAN, 1704, p. 37, tradução livre)

Referências bibliográficas

Alberti, Leon Battista: *Sobre a Família (1432)*. São Paulo, Grijalbo, 1970. Tradução: Carlota Conti.

Berlin, Isaiah. “Dois conceitos de liberdade (1958)” in: Idem. *Quatro Ensaios sobre a liberdade*. Brasília, Editora da UNB, 1981. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira.

Clastres, Pierre. *A Sociedade contra o Estado (1978)*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990. Tradução: Theo Santiago.

De Montaigne, Michel. “Dos canibais” in : Idem. *Ensaio*. São Paulo, Ed. 34, 2016. Tradução e notas: Sérgio Millet.

De Tocqueville, Alexis. “Discurso sobre a Democracia na Suíça” in: Idem. *A Democracia na América* (1835 e 1840). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1987. Tradução: Neil Ribeiro da Silva.

Evans-Pritchard, E. E. “Os Nuer do sul do Sudão” in: Fortes, M. y Evans-Pritchard, E. E. (org.) *Sistemas Políticos Africanos (1940)*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Evans-Pritchard, E. E. *Os Nuer (1940)*. São Paulo, Perspectiva, 1993. Tradução: Ana Goldberger Coelho.

Evans-Pritchard, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande (1937)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p. 125. Tradução: Eduardo Viveiros de Castro.

Fortes, Meyer. “O sistema político dos Tallensi nos territórios da Costa de Ouro” in: Fortes, M. y Evans-Pritchard, E. E. (org.) *Sistemas Políticos Africanos (1940)*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Fortes, Meyer y Evans-Pritchard, E. E. “Introducción” in: Idem (eds): *Sistemas Políticos Africanos (1940)*. Mexico, Universidad Autónoma Metropolitana, 2010. Traducción: Leif Korsbaek y otros.

Garin, Eugenio. “A cidade ideal” in: Idem. *Religião e vida civil no Renascimento italiano (1993)*. São Paulo, Unesp, 1996. Tradução: Cecília Prada.

Ginzburg, Carlo. “Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário” in: Idem. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância (1998)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Tradução: Eduardo Brandão.

Goody, Jack. *O Roubo da História. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente (2006)*. São Paulo, Contexto, 2015. Tradução: Luiz Sérgio Duarte da Silva.

Graeber, D. & Wengrow, D. *O Despertar de Tudo: uma nova História da humanidade (2021)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2022. Tradução: Denise Bottman & Claudio Marcondes.

Kopenawa, Davi e Albert, Bruce. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami (2010)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés.

Lahontan, Louis Armand de Lom d’Arce. *Dialogues de M. le baron de Lahontan et d’un sauvage : contenant une description exacte des mœurs et des coutumes de ces Peuples Sauvages*. Amsterdam, Chez la Veuve de. Boeteman, 1704. Edição BNF-Gallica.

Lahontan, Louis Armand de Lom d’Arce. *Un outre-mer au XVIIe siècle : voyages au Canada du Baron de Lahontan*. Publiés avec introduction et des notes par M. François de Nion. Paris, Librairie

Plon, 1900. Edição BNF-Gallica.

Latour, Bruno: *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno (2017)*. Rio de Janeiro, 2020, p. 56 e 106. Tradução: Marcela Vieira.

Oliveira Jr., Carlos M. *Entre virtudes e interesses. Liberdade, cidadania e sistema representativo em Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, agosto de 2003, Parte 1, cap. 2.

Oliveira Jr., Carlos M. “O Humanismo Comercial e a querela das liberdades” in: *Escritas*, Vol. 3(2011), pp. 24-42.

Oliveira Jr., Carlos M. “História política e história dos conceitos: um estudo sobre o ‘político’ em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet” in: *História da Historiografia* • número 9 • agosto • 2012 • 166-183.

Oliveira Jr., Carlos M. As repúblicas europeias na Idade Média e na Renascença: o olhar de Nicolau Maquiavel in: *Anais do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio - História do Futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica*. Rio de Janeiro, Anpuh-Rio, 2020.

Oliveira Jr., Carlos M. “Do ceticismo pirrônico ao Libertinismo erudito: Michel de Montaigne e Gabriel Naudé” in: *Anais do 20º Encontro de História da ANPUH-Rio – 1822/2022: 200 anos de História e Historiografia*. Rio de Janeiro, Anpuh-Rio, 2022.

Pocock, John G. A. « Civic humanism and his role in anglo-american thought » in : *Politics, Language and Time*. Chicago and London. University of Chicago Press, 1989, pp. 80-103.

Rousseau, Jean-Jacques. *Considerações sobre o Governo da Polônia (1771)*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Tradução: Luiz Roberto Salina Fortes.

Sahlins, Marshall. *Ilhas de História (1985)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990. Tradução: Bárbara Sette.

Skinner, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo (1998)*. São Paulo, Unesp, 1999. Tradução: Raul Fiker.

Spivak, Gayatri C. *Pode o subalterno falar? (2010)*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010. Tradução: Sandra Regina Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa.

Viana Carvalho, Frank (análise e tradução) / Stephanus Junius Brutus: *Vindiciae contra Tyrannos – O*

direito de resistir. São Paulo, Discurso Editorial, 2017.

Viveiros de Castro, Eduardo. “O recado da mata” in: Kopenawa, D. e Albert, B. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami (2010)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés.

Viveiros de Castro, Eduardo. *Araweté: um povo tupi na Amazônia (1992)*. São Paulo, SESC-SP, 2016.

White, Richard: “O Middle Ground” in: *Esboços (Florianópolis) – histórias em contextos globais*, set/dez 2020, 27 (46): 554-602. Tradução: Leandro Goya Fontella.

LUGAR SOCIAL COMO CATEGORIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO HISTÓRICO NAS NOVAS DIREITAS A PARTIR DE A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

João Victor de O. Calegari

Mestrando na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

E-mail: calegariopro@gmail.com

Lugar Social

Michael de Certeau encerra a primeira parte de *A operação historiográfica* afirmando que entender o que é o lugar da história ainda não é explicar todo o processo, mas que essa é a condição para que alguma coisa possa ser dita, possa ser escrita, sem que seja utópica ou desnecessariamente edificante. A recusa de reconhecer isso seria uma fuga da realidade, excluindo toda a teoria existente, proibindo a história de falar da sociedade e sendo assim, proibindo-a de ser história (2015, p. 64). O lugar social então é uma categoria analítica que caminha de mãos dadas com uma prática e uma escrita, ou no caso a divulgação dessa prática. Logicamente Certeau pensava essas categorias aplicadas ao fazer historiográfico do século XX, delimitando muitas vezes a relação com os pares de historiadores, a autoridade do historiador calçada em seu lugar de atuação e pesquisa, bem como na instituição onde o seu fazer científico ocorria. Mas como poderíamos utilizar essa categoria para pensarmos as narrativas históricas produzidas por não historiadores hoje? De que nos pode ser interessante utilizar uma lente de análise como a da *operação historiográfica* para pensar as mídias produzidas para a Internet e para os meios de comunicação do momento atual em que vivemos?

Ao nos apropriarmos da definição utilizada por Certeau, para pensarmos a *operação historiográfica*, foram esses questionamentos que nos nortearam. Entretanto é preciso afirmar as especificidades que não estavam presentes quando o próprio autor cunhou esse conceito. A crise histórica que vivemos hoje, definida por Mark Fisher de realismo capitalista (2020, p. 16), onde parece dominar um senso de exaustão política em relação as alternativas ao capitalismo, tudo que não tiver a lógica do empreendedor, do que gera lucro, do concorrente deve ser eliminado, proporciona uma atmosfera em que a cultura, o trabalho, a educação e o pensamento humano são submetidos ao empresarial. É de se pensar então que exista um modelo de história, que seja o fio condutor desse pensamento, um modelo que privatize e seja um simulacro histórico, e logicamente também atenda a essa demanda comercial.

Utilizaremos como caso de análise a obra *Brasil – a última cruzada*, da Empresa Brasil Paralelo. No total, sete episódios foram lançados entre os anos de 2017 e 2019, e a obra pretende contar a história do Brasil. A nossa escolha se justifica principalmente pelo *modus operandi* da empresa na Internet, buscando delimitar que será em suas produções que o usuário encontrará a verdadeira História, algo que lhe foi escondido principalmente por professores de história da escola

básica. Esse discurso nos chamou atenção no sentido de enunciação da verdade, mas também do produto, a propaganda ostensiva e o apelo à compra. Em seu canal do *Youtube* ela se apresenta como uma produtora de vídeos que trabalha “para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições, que notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade”¹.

O usuário dos serviços da Brasil Paralelo aparece como ponto importante em nossa equação, ele de fato não é apenas um passivo em sua totalidade. No site da Empresa, onde ela oferece pacotes pagos para acessar conteúdos exclusivos, que não estão por exemplo no canal mencionado de *Youtube*, ao selecionar um pacote ele se torna um assinante, além disso, um financiador. O consumidor assume um status de financiador, participante da obra, mencionado pelos criadores como aquele que possibilitou a realização daquele material, afinal de contas, todos os vídeos analisados em *Brasil – a última cruzada* iniciam com um apelo de que os espectadores comprem e assinem o material, se não será impossível continuar com as produções.

Pois bem, na *operação historiográfica* Certeau delimita que foi necessário construir certa autoridade durante a modernidade. A disciplina histórica passa a ter normas e métodos característicos do seu lugar (2020, p. 56). A instituição garante certa estabilidade para esse discurso, mas ao mesmo tempo delimita o que seria um bom trabalho, uma obra de valor. Esse valor seria atribuído ao nós do historiador, que, formado pelos pares, são constantemente avaliados e reconhecidos como algo mais próximo da verdade (2020, p. 56). O discurso histórico é então fruto de um lugar de produção, mas também da sua pesquisa, chamada por Certeau de prática e da sua divulgação, a escrita. O historiador francês ainda é bem claro ao afirmar que a pesquisa nunca deve ter fim, e a prática deve sempre estar alinhada a esse ideal, mas que a escrita precisa de um “ponto final” (2020, p. 90-91), e logicamente um texto deve terminar. Quem escolhe onde esse texto inicia e termina é o autor, mas o estudo e a pesquisa gerado por ele, esses também não têm um final definido.

A divulgação online não parece seguir o mesmo aspecto da divulgação que Certeau conhecia. A chegada da internet mexeu com a história disciplinar e encerrou, pelo menos em parte, uma distância que era própria da modernidade entre o lugar de produção, de prática e escrita do público e para com o público. Conceitos que anteriormente se mostravam estruturais passaram por esvaziamento ou ganharam novos sentidos na ótica mercadológica que nos atravessa. A verificação de pares, na internet, parece ser muito mais uma verificação através de crescimento ou *likes*, uma lógica de mercado que reconfigura o sistema definido por Certeau.

Rodrigo Turin aponta que pelo menos quatro vetores semânticos são deslocados da sua forma inicial na modernidade para a lógica de mercado em que estamos inseridos. A Temporalização, no neoliberalismo torna-se Destemporalização, Democratização torna-se Diferenciação, Ideologização converte-se em Tecnificação e Politização passa a ser Desmobilização (2019, p. 255). Esses conceitos modernos dimensionavam uma movimentação diferente, do que é imposto pelo neoliberalismo. De forma hiperacelerada, vivemos um cenário de reatividade, um eterno processo de adaptação à uma sucessão de presentes.

A mediação que existia nas sociedades modernas parece não mais estar operando no que vivemos hoje, o público é rebatido com muita velocidade e dinamismo por uma mídia e toda sua infraestrutura. As plataformas e mídias digitais tem um fundo importante nesse processo, já que

1 Disponível em <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/about>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023

possibilitam que o público haja com a impressão de que existe um movimento constante de consumo da realidade, superestimulado esse público acredita estar sempre atualizado, precisa estar atualizado. A confusão entre uma produção oficial ou alternativa, porque a simulação não precisa ser só no caso histórico, pode ser também jornalístico, educacional ou até político, faz com que diversos canais no *Youtube* por exemplo cresçam com polêmicas e deslegitimando atores importantes da estrutura que compunham a dinâmica de uma certa produção de verdade. A Imprensa e a academia podem ser usadas aqui como exemplo.

A Brasil Paralelo parece atuar como uma dessas mídias. O seu lugar de atuação inicial é o *Youtube*. A empresa conta atualmente com mais de 408 milhões de visualizações e cerca de 3,8 milhões de inscritos em seu canal, onde mais de 4 mil vídeos já foram postados e grande parte desse material é de forma gratuita. Quando ocorrem *lives* elas também são transmitidas e ficam salvas no canal. Sempre que um novo filme ou vídeo é lançado, os inscritos recebem notificação em seus perfis. É válido dizer que os números do canal podem variar de um dia para o outro, seja porque quando algum vídeo é excluído ou colocado como privado a plataforma tira as visualizações daquele material, seja porque houve alguma peça publicitária e ou polêmica envolvendo a empresa e conseqüentemente os números subiram. Mas a Empresa é também um CNPJ, e existe de forma física em um dos m² mais caros da cidade de São Paulo, onde mantém um andar na Avenida Paulista².

Acreditamos que ela seja ainda uma das sementes que mais gerou frutos da chamada “nova direita”, conceito abordado em nosso trabalho a partir das definições de Camila Rocha, que afirma que esse fenômeno é próprio do período em que a Internet se consolidou no país, coincidindo com os primeiros governos Lula, mas principalmente após 2013 e a derrota de Aécio Neves a campanha presidencial de 2014. Apesar desse grupo político herdar certas práticas da direita que se consolidou após 1988, eles agem através de *memes*, de um vocabulário forte e esdrúxulo (2018, p. 21). O medo também pode ser um mobilizador, e o principal deles seria o Anticomunismo, acusando todos que se apõem ao que eles criticam como marxistas culturais. É possível ver todas essas características na figura do *guru* e astrólogo Olavo de Carvalho, que dentre vários esquemas, foi um incentivador para a Brasil Paralelo. Enquanto essas práticas tinham pouco lugar na mídia tradicional, na Internet ela crescia, seja no *Orkut* e suas comunidades, seja no *Facebook* e nos seus diversos grupos.

A prática no documentário *Brasil – a última cruzada*

A nossa principal fonte, o documentário *Brasil – a Última Cruzada*, foi postado na íntegra no *Youtube* entre 2017 e 2019, sendo que em 2022, alguns episódios foram retirados do ar, sendo relançados somente no site da empresa. Pesquisando o nome dos episódios ou da empresa no *Youtube* é possível encontrar postagens realizadas por terceiros ou por outras empresas, como no caso da Jovem Pan News, canal da emissora de rádio e tv na internet³. A justificativa pela análise dessa obra encaixa-se na afirmação da Empresa de que essa seria a história do Brasil, contada por “jovens com uma câmera na mão” e que nela os brasileiros voltariam a ter orgulho de seu país.

Dividido em 7 episódios, onde todos iniciam com uma fala de um dos sócios da Brasil Paralelo

2 Disponível em: <https://webescritorios.com.br/alugar/conjunto-corporativo-bela-vista-sao-paulo-sp-185898>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2023.

3 Disponível em <https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=%22Brasil%20Paralelo%22>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

onde ele faz afirmações como “sabemos que apenas reclamar não resolveria o problema, precisávamos agir”, “nossos membros compraram o desafio conosco”, “Somos Independentes, não temos incentivo do governo”, “talvez você tenha se emocionado em resgatar a sua história” “vamos agir juntos” “o desconto que vamos oferecer é para aumentar o número de brasileiros que estão conosco”. Essa forma de se afirmar para o público é o que denominamos como história como serviço (TURIN, 2020, p. 22), onde ocorre uma privatização da representação histórica, pague para financiar, pague para conhecer a verdadeira história, vire sócio e apoiador da nossa empresa. Essa é uma alteração profunda dos usos sociais da história.

Essa nova modalidade pode ser denominada de “história como serviço”. Ela emerge do imenso crescimento do setor de serviços na economia neoliberal, como também sinaliza a fragmentação da esfera pública, possibilitada pelo modo de funcionamento das novas empresas de tecnologia. A privatização da representação histórica é a grande característica dessa nova modalidade, alterando profundamente os usos e os sentidos sociais da história. (TURIN, 2020, p.22)

Ao pagar o consumidor ganha acesso a um material que simula o *labor* historiográfico. A estrutura dos episódios oferece como fonte apenas a fala dos entrevistados. São eles que geram para o espectador uma relação de domínio do assunto abordado, são eles os verificadores da empresa e de suas ideias. Quando o narrador lança um tema e o entrevistado comenta é como se tivéssemos um texto e a fala do entrevistado é o é a citação, e esse é o “*bate bola*” que seguem todos os sete episódios. Os entrevistados são colocados em uma posição de especialistas do tema abordado. Ocorre na tela do espectador uma (con) fusão entre fonte e entrevistado. O indivíduo é singularizado na ideia do especialista, mas um especialista que não parece seguir o *ethos* do historiador de Certeau, já mencionado aqui, onde a análise de pares e o próprio *lugar* que ele ocupa delimitam sua *prática*. Os sujeitos aqui carregam uma “neutralidade”, entre aspas, afim de silenciar os debates e dissensos, eles buscam construir um consenso, sem uma margem para contestação. O *ethos* do especialista lhes serve para soarem mais eficientes e transparentes nas suas falas, e aquele que apontar qualquer coisa fora dessa linha é acusando de ser ideológico, de ser esquerdista ou marxista cultural.

Mesmo quando em sua prática usam documentos, usam sem explicação, sem contexto e muito provavelmente sem o cuidado básico de verificar a origem das fontes. Um dos muitos exemplos que podemos usar está no episódio sete, e o de maior audiência da série, “1964: o Brasil entre armas e livros”. Neste episódio, por volta dos cinquenta e oito minutos de filme, quando os entrevistados estão se encaminhando para os acontecimentos do dia 31 de março e 1º de abril, o golpe civil-militar, um deles afirma que todo o Brasil estava do lado dos militares, incluindo a imprensa. Neste momento começa a reprodução de uma matéria televisiva, sob a locução da marcante voz de Cid Moreira e uma legenda afirmando: reportagem apresentada por Cid Moreira sobre os acontecimentos de março de 1964⁴. Quem assiste à produção tem a percepção de que essa peça era uma matéria filha daquele tempo, produzida como uma reportagem jornalística dos dias que se seguiram após o golpe.

Ocorre que esse material, que dura cerca de 2 minutos em tela, foi lançado em 1975, quase dez anos após o golpe civil-militar e não é necessariamente da Rede Globo. O vídeo chamado “Brasil ontem, hoje e amanhã”, que em sua totalidade tem duração de cerca de quarenta e nove minutos, é uma

4 BRASIL PARALELO. “1964: o Brasil entre Armas e Livros”, 00:58:25

produção da Agência Nacional, órgão que era subordinado ao Ministério da Justiça e é visivelmente uma obra propagandística do período ditatorial. Tem mais uma característica de narrativa cronológica do que uma matéria de jornal *in loco* aos acontecimentos. Hoje esse vídeo pode ser consultado no acervo do Arquivo Nacional e também em uma postagem no *Youtube*.

Em um artigo lançado em 2019 Adrián Fanjul aponta algo que também nos chamou atenção, mas a Brasil Paralelo omitiu de seus espectadores. Ao final dos mais de quarenta minutos do vídeo, que é todo em preto e branco, ocorre um corte abrupto na filmagem, aparecem créditos coloridos e a informação que a produção é sim um filme da Agência Nacional, mas sob narração de Nilton Valério e Rubens de Falco. As imagens que aparecem de fundo têm pouquíssima relação com o que se passou antes, parecem na verdade pertencer a um material de arte sacra. Ao que indica a pesquisa realizada por Fanjul, e um outro texto de Andrea Pizzutiello, o material foi adulterado em algum momento e a versão que se encontra no Arquivo Nacional já é a versão modificada (2017, p. 26). Os créditos verdadeiros, de voz, locução, produção, execução etc. não se encontram no material. Não se pode, logicamente, desligar a relação do grupo Globo, uma vez que, para todos os pesquisadores citados, e também para mim, a voz é de fato de Cid Moreira, jornalista que já era nacionalmente conhecido nessa época por ser âncora do Jornal Nacional.

Esse material é apenas um exemplo de documento, neste caso em vídeo, que aparece aqui apenas como escada para as afirmações do narrador e dos entrevistados, seus cerca de 2 minutos de tela existem ali para concordar com as afirmações preteridas antes e depois de sua exibição. A questão é então como o Brasil Paralelo optou por usar uma fonte histórica, quando usou. Para que fosse de fato potente era necessário que uma prática de pesquisa ocorresse, não somente confirmação de interesse pré-estabelecidos. Esse material, que nas mãos de um pesquisador mais preocupado com as camadas de complexidade de um dos períodos mais nebulosos da história do Brasil, seria fonte, aqui não deveria levar esse nome.

Conclusão

Tudo que apresentado até aqui foi então obra de escolhas e perguntas que fizemos à luz do conceito de operação historiográfica e principalmente do lugar de produção dessa obra. As perguntas nos levaram primeiro ao lugar de delimitar qual era o lugar da empresa Brasil Paralelo, posteriormente a pensar, com o auxílio de outros autores, as formas de representação e divulgação possíveis, em meio a uma lógica de mercado, atrelada ao momento de crise. A percepção e que toda a construção dos episódios era pautada na venda de um produto, um modelo de produção vendável, fez com que o conceito de história como serviço moldasse a nossa discussão em delimitar pontos chave de toda a narrativa. O exemplo citado anteriormente poderia parecer um erro factual, pelos menos para aqueles que não mergulharam nas teias emaranhadas da nova direita brasileira, mas acreditamos que é intencional, principalmente quando observamos a totalidade onde se busca realizar uma produção que se parece um documentário histórico e educacional, mas termina por ser conspiracionistas e propagandístico de uma visão ufanista do período ditatorial brasileiro.

Como conclusão é necessário que pensemos o que nos toca quando analisamos casos assim. Para alguns pode parecer que são apenas não-historiadores ou historiadores de direita criando narrativas ditas históricas, para mim soa mais como práticas que deterioram o nosso processo mínimo

de democracia. Sigo nessa segunda linha, e por essa forma acredito que o caminho a seguir é defender o pluralismo e (in)disciplina histórica, afim de gerar narrativas amplas, que não se fechem em um labor que era próprio da modernidade. Se o que empresas como a Brasil Paralelo apontam é um caminho único, afirmando a todo momento que eles são os possuidores de uma verdade exclusiva, são eles então os negacionistas da pluralidade e da complexidade histórica, assumindo uma ideologia de caráter silenciador de novas revisões e atualizações realizadas por pesquisadores comprometidos com uma ética para além da venda. Um único calçado muitas vezes não serve as diferentes caminhadas. Se temos dificuldades e combates próprios de um novo momento, não devemos ter narrativas e construções históricas novas?

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michael de. *A escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2015

FANJUL, Adrián Pablo. “Num dia comum de hoje”. Tranfigurações entre discursos de reivindicação da ditadura em 1975 e em 2019. *Fragmentum*, Santa Maria, v. 54, p. 71-94, jul./dez. 2019

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. São Paulo, Autonomia Literária, 2020

PIZZUTIELLO, Andrea Nora. *Documentários-propaganda das ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983): uma comparação enunciativo discursiva*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

ROCHA, Camila. “*Menos marx, mais Mises*”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). São Paulo, 2018

TURIN, Rodrigo. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, Guarulhos, n.25, ef00120, 2020. p. 22. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463325ef00120>

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: AVILA, A. (Org.); NICOLAZZI, F. F.; TURIN, R. (Org.) . *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019

MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA PAULISTA: CAROLINA RIBEIRO E AS SENHORAS DE 1932

Alicia Panicacci

Mestranda no PPGH - UNESP/Franca

E-mail: alicia.panicacci@unesp.br

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência 'real', mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. (BACZKO, 1984)

A historiografia paulista, marcada por suas complexidades e dinâmicas, desempenhou historicamente um papel crucial na formação da historiografia nacional e, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), desde a sua fundação em 1895, ocupou papel de destaque na pesquisa e preservação da memória histórica, oferecendo um espaço de debate e reflexão sobre o passado paulista, pelo menos até as décadas de 1950/1960. No entanto, apesar de sua relevância, a presença e as contribuições das mulheres nesse contexto têm sido frequentemente subestimadas ou ignoradas. A atuação feminina nas instituições históricas é uma área que merece maior atenção, uma vez que muitas desempenharam papéis fundamentais na construção do conhecimento histórico, apesar das barreiras sociais e acadêmicas da época.

Para problematizar a produção intelectual das mulheres que ingressaram no IHGSP, aproximo-me do campo dos estudos de gênero e da História Intelectual das Mulheres. A inclusão das mulheres na historiografia não visava apenas preencher lacunas ou reformular a história tradicional. Era necessário expandir o campo da história para revelar novos aspectos que mostrassem não apenas a presença das mulheres na história, mas suas vivências dentro e a partir dela, e suas próprias contribuições historiográficas. Esse desenvolvimento levou à concepção do gênero como uma categoria fundamental de análise (Bock, 1989).

À medida que a investigação sobre a história das mulheres se ampliou, constatou-se que não há uma universalidade homogênea quando se trata de suas ações e realizações. A visão anterior, que pressupunha que todas as mulheres vivenciavam a mesma realidade nos contextos sociais, distorce o entendimento histórico. Na verdade, existe uma diversidade significativa em diferentes áreas de estudo, sendo a história das mulheres tão rica e complexa quanto a dos homens. No entanto, ao se examinar a inserção feminina em ambientes dominados por homens, como os Institutos no início do século XX, percebe-se uma disparidade em relação à produção e participação das mulheres nesses espaços. Especificamente no IHGSP, a análise das atas durante esta pesquisa permitirá uma quantificação precisa dos sujeitos que produziram história no período e dos cargos que ocupavam dentro da instituição.

Em meu momento presente no Mestrado, dedico-me a analisar o ingresso e a atuação de

mulheres que se tornaram sócias do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) entre 1902 e 1962. Para tanto, busco compreender de que modo as mulheres foram recebidas e incorporadas à instituição, especialmente considerando que a primeira admissão de uma sócia no IHGSP se deu em 1902 e a primeira publicação de uma sócia, a professora Carolina Ribeiro (1892-1982), na *Revista do IHGSP*, se deu em 1962. Dentre os objetivos que se desdobram para a elaboração da dissertação está a análise da narrativa historiográfica que recairá sobre a produção de Carolina Ribeiro que publicou o texto “A Mulher Paulista em 32” na *Revista do IHGSP* em 1962, a fim de compreender a escrita em torno de São Paulo operada pela autora, que será o foco deste artigo.

Nesse cenário, Carolina Ribeiro se destaca, não apenas por sua atuação no IHGSP, mas também por sua contribuição em outros espaços que ocupou. Seu trabalho não se limita às atividades acadêmicas; ele se entrelaça com questões sociais e culturais que influenciaram seu tempo. Ao explorar a vida e esta obra de Carolina Ribeiro, este trabalho busca contribuir para uma compreensão mais ampla da historiografia paulista e do papel das mulheres na mesma. Além de sua contribuição historiográfica, sua carreira como educadora e reformadora do ensino paulista teve um impacto significativo nas políticas educacionais do estado. Embora tenha ocupado uma posição singular, a maioria dos estudos sobre o IHGSP e a produção histórica em São Paulo dedica-se majoritariamente aos intelectuais homens, deixando as contribuições femininas à margem. A análise da escrita de Carolina Ribeiro oferece uma oportunidade de ampliar a compreensão sobre o papel das mulheres na produção historiográfica e na confirmação da identidade paulista, especialmente em um período em que a atuação feminina era vezes restrita, vezes invisibilizada.

Educadora, cristã e paulista

Além de seu trabalho pedagógico, Carolina Ribeiro participou ativamente de movimentos cívicos e de entidades católicas ligadas à educação. Como uma fervorosa católica, ela foi movida por um civismo cristão que enfatizava a solidariedade, a filantropia e a assistência social, aspectos que se refletiram em projetos sociais e educacionais que liderou durante um período de intensa renovação do ensino (Pinheiro, 2018). Para Carolina, o ato de educar transcendia os interesses pessoais e refletia a máxima expressão do amor à Pátria. Imbuída dessa missão, ela passou a desempenhar um papel significativo na formação de cidadãos em sua época.

Carolina Ribeiro fez parte de um grupo de educadores paulistas que se autodenominavam católicos e anti-positivistas, demonstrando simpatia pelas causas católicas. A atuação em defesa das tradições educacionais e da escola, que representava um símbolo do pioneirismo no ensino paulista, revela uma liderança respeitada no cenário da época. Compreende-se, frente à sua trajetória, o impacto que suas raízes paulistas tiveram na legitimação de suas ações e na aceitação dos cargos que ocupou (Pinheiro, 2011).

Somos amigos porque pensamos e agimos da mesma forma e falamos a mesma língua. [...] Toda a gratidão, todo o respeito de quem nasceu em São Paulo, São Paulo que é a espora do Brasil, São Paulo que é o motor do Brasil, São Paulo que ama e ensina a aprender a amar o Brasil.¹ (FOLHA de S. Paulo, 1970. p. 11)

1 Na ocasião, Carolina foi oradora do Movimento de Arregimentação Feminino (MAF) e homenageou o General José Canavarro Pereira. Ver: Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 nov. 1970. p. 11.

A educadora compartilhou também com outros intelectuais da época a tese dos *novos-bandeirantes* segundo a qual São Paulo seria o carro-chefe do país, destacando seu prestígio alcançado por meio da vocação para o trabalho e do progresso econômico. As instituições que emergiram no estado, desde o período da Belle Époque, como a Escola Politécnica e o Museu Paulista, foram vistas como pilares do desenvolvimento e da memória social paulista. Estas instituições introduziram práticas de pesquisa que incentivaram uma reflexão mais ampla sobre os propósitos da educação, indo além do ensino tradicional (PINHEIRO, 2011).

São Paulo, terra dos bandeirantes

O levante paulista em 1932 foi permeado por uma intensa disputa pelo imaginário social. A construção de narrativas e símbolos que mobilizassem a população foi fundamental para a legitimidade do movimento. A chamada Revolução de 32 emergiu em um período de insatisfação com o governo federal, que era visto como centralizador e autoritário. A elite paulista, insatisfeita com a marginalização de seus interesses, buscou no levante uma forma de afirmar sua identidade e autonomia e, as disputas pelo imaginário social eram, em grande parte, tentativas da classe dominante de impor sua ideologia, refletindo suas aspirações político-econômicas.

Como não havia curso universitário de História no Brasil, a pesquisa e a análise do passado ocorriam predominantemente em academias e institutos. Em São Paulo, o IHGSP representava o principal espaço social para a produção do conhecimento histórico. Nesse contexto, prevalecia uma visão épica da história, entrelaçada com a adoção de métodos historiográficos, que construiu o vínculo simbólico entre o bandeirismo e a Revolução Constitucionalista e, no caso da historiografia paulista, o mito fundador de São Paulo e da formação da nação se mesclava ao estudo das bandeiras. Conforme a interpretação que se consolidou na década de 1920, o bandeirismo paulista foi visto como responsável pela criação da nacionalidade, ao traçar as fronteiras territoriais e definir o tipo racial caracteristicamente brasileiro, o mameluco (FERREIRA, 2001).

Os trabalhos de Kátia Abud, desde a tese defendida em 1985, “O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante”, analisa a construção do mito do bandeirante como um símbolo representativo de São Paulo e seu impacto na formação da identidade regional paulista. Em ensaio mais recente, “A ideia de São Paulo como formador do Brasil” (ABUD, 1985), a autora retoma o tema e expõe que o imaginário bandeirantista que percorria a província atribuía o papel de “herói” ao paulista enquanto aquele que sustentava as dores de um cotidiano árduo, manifestando a ideia de São Paulo como formador do Brasil. Essa identidade é detentora de símbolos que alegam desde uma superioridade racial, de integridade e progresso, até um marco relativo à democracia. Isto sugere o manejo de um poder simbólico que opera de forma profunda na estrutura das percepções e das identidades, criando uma harmonia entre a ordem simbólica e a dominação efetiva. Essa harmonia, frente às memórias coletivas, reforça a autoridade ao longo do tempo, mesmo sem necessidade de coerção explícita, e cria uma relação de sentido em que os dominados internalizam e reproduzem os valores e as normas que sustentam o poder.

Por esse motivo, a imagem do bandeirante foi invocada durante a Revolução Constitucionalista, tanto no âmbito político quanto no conflito armado. Os relatos e depoimentos dos constitucionalistas também incorporaram a imagem do bandeirante, criando uma conexão simbólica entre o movimento

bandeirante e a Revolução Constitucionalista. Essa ligação entre passado e presente serviu para legitimar o movimento constitucionalista como uma expressão do patriotismo paulista e como parte integrante da formação da identidade nacional.

Nesse sentido, a imprensa desempenhou um papel na mobilização social durante a revolução. Jornais e panfletos foram utilizados para disseminar a ideologia constitucionalista, criando um ciclo de comunicação que unificou a narrativa do movimento. O apoio de intelectuais também foi fundamental para legitimar a luta; entre 1932 e 1938, foram publicados mais de 114 títulos sobre o tema, refletindo o esforço de preservação da memória do evento e a tentativa de assegurar sua relevância na história brasileira. Os autores desses testemunhos não apenas relatavam os acontecimentos, mas também procuravam moldar a narrativa histórica, inserindo o bandeirismo paulista como símbolo central da identidade regional e nacional (CAMARGO, 1972). Esses indivíduos não apenas apoiaram a causa, mas também moldaram a percepção pública sobre a revolução. A produção cultural, longe de ser um mero reflexo das condições sociais, atuou como um mediador que influenciou a forma como a sociedade percebia a luta.

O conceito de imaginário social é central para entender como as representações culturais influenciam a dinâmica política. A luta pelo controle dos meios de comunicação e pela produção de signos culturais foi uma estratégia deliberada dos “constitucionalistas” para moldar a percepção pública e legitimar suas ações. A análise das imagens e narrativas criadas durante esse período revela como a construção de uma identidade paulista exacerbada foi utilizada para galvanizar apoio e justificar a revolta.

Foram senhoras paulistas entusiastas

A trajetória de Carolina Ribeiro está intrinsecamente ligada a esse contexto de mobilização cultural e política fomentada pela imprensa durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Como cidadã ativa no cenário paulista, Carolina contribuiu para a disseminação dos ideais constitucionalistas e para a construção do imaginário social que exaltava São Paulo como o formador da nacionalidade brasileira. Sua atuação, tanto na área da educação quanto em movimentos cívicos, refletia o compromisso com os valores defendidos pela causa paulista e bandeirante. A publicação de Carolina sobre a *Mulher Paulista em 1932* insere-se nesse esforço de preservação e construção da memória da revolução, em que a narrativa sobre o bandeirantismo foi ressignificada para incluir a participação feminina como símbolo de resistência e também de heroísmo.

Assim como os autores que moldaram a narrativa histórica do movimento, Carolina utilizou sua voz para destacar o papel central das mulheres na revolução, reforçando a ideia de que a identidade paulista era forjada não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres que atuavam nas frentes de apoio e organização social. Sua contribuição para a formação de uma memória coletiva sobre a Revolução Constitucionalista demonstra como o imaginário social e a produção cultural do período foram fundamentais para consolidar a percepção pública da epopeia, legitimando a participação das mulheres na história e reforçando seu impacto na identidade regional.

A historiografia paulista tem se desenvolvido ao longo do tempo, com a formação de diversas instituições dedicadas ao estudo e à preservação da memória histórica. Estudos recentes têm destacado como as vozes e contribuições das mulheres foram frequentemente relegadas ao segundo plano.

(OLIVEIRA, 2018). A inclusão de perspectivas femininas na historiografia é fundamental para um entendimento mais completo e inclusivo do passado. A atuação de mulheres, como Carolina Ribeiro no IHGSP, evidencia a necessidade de revisitar essas narrativas históricas. A educadora encontra-se no Roteiro de 1932 de Áureo Camargo (1972), com duas conferências proferidas em jornais da época. Ambas versando acerca da participação das mulheres na epopeia. Mais tarde, em 1962, publicou no 59º volume da Revista do IHGSP, o texto intitulado “A Mulher Paulista em ‘32”, que versava acerca da Revolução e da atuação destas mesmas mulheres nela.

Em sua produção, Carolina oferece uma perspectiva profunda e emotiva da participação das mulheres na Revolução Constitucionalista de 1932, evento que buscou restaurar a autonomia política do estado de São Paulo. Ao longo de sua narrativa, Carolina versa não apenas sobre o papel ativo das mulheres na retaguarda, mas também a transformação de suas identidades e a construção de um legado de heroísmo e solidariedade.

O texto inicia-se com uma evocação nostálgica das “Velhas Paulistas”, que, apesar do tempo e das desilusões, mantêm um amor profundo por sua terra natal, o que estabelece um tom de reverência e respeito pela história. Carolina enfatiza que a participação das mulheres não se limitou às nativas, mas incluiu todas que se radicaram em São Paulo, unindo-se em torno de um ideal comum de luta pela liberdade e pela justiça.

E' por isso que aqui me tendes agora - amigas - para contar, ou melhor, para rememorarmos, o que foi a atuação das mulheres de São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Digo mulheres de S. Paulo, porque não foram somente as paulistas de nascimento, mas todas aquelas que aqui se radicaram as que garantiram a luta na retaguarda, e não se distinguem umas das outras naquele tempo em que tudo se fazia para o bem de São Paulo. (RIBEIRO, 1962, p. 249)

Um dos pontos centrais é a descrição da atuação da *Liga das Senhoras Católicas*², que se destacou na mobilização de recursos e na assistência às famílias dos soldados. Ela, que havia se vinculado à Liga do Professorado Católico, criada em 1919, foi também professora na Liga das Senhoras Católicas de 1930 a 1932. A autora narra como essas mulheres, organizadas e determinadas, se tornaram essenciais para a logística do movimento, demonstrando um espírito de abnegação e compromisso com a causa paulista:

Ao estalar o movimento redentor de S' Paulo pelo Brasil, achou-se a “Liga” a postos, pronta para receber a palavra de ordem e a cumprir o seu dever, serena e confiante (...). Ei-la, pois, em ação, com seu contingente de senhoras alistadas em seus quadros sociais. Ação imediata e eficiente, desdobrando suas atividades em três secções distintas: a) refeições para os soldados; b) costura de fardamentos e rouparia para os hospitais; c) Assistência às famílias dos combatentes. (RIBEIRO, 1962, p. 249)

A narrativa é enriquecida por exemplos concretos de mulheres que, além de suas funções tradicionais, se tornaram enfermeiras, cozinheiras e até mesmo combatentes, desafiando as normas sociais da época. Carolina se importa em ressaltar esse heroísmo feminino, citando figuras históricas que simbolizam a resistência e a coragem das mulheres ao longo da história paulista.

2 Carolina Ribeiro vinculou-se a duas importantes associações católicas. Como membro ativo da Liga do Professorado Católico, criada em 1919, e professora na Liga das Senhoras Católicas de 1930 a 1932, sua influência se estendeu além das salas de aula.

A História exige documentos, dados mais precisos, e mais alguma coisa tem de ser contada, para o alicerce do monumento à Mulher Paulista de 32. Há na História Pátria, muitas mulheres-símbolo. As Mamelucas de São Paulo, Joana de Gusmão, a Ludovina Porto, Maria G. Rodrigues Betim.

As primeiras rezando entre as taipas do Colégio enquanto os homens repeliam, a ferro e fogo, os assaltos do gentio à povoação nascente. Delas diz um historiador “nem se sabe quem mais combatia e vencia, se os homens em armas lutando ou as mulheres ajoelhadas rezando”.

Joana de Gusmão de Saltos, já viúva, se abala e desce o litoral até Santa Catarina, catequizando, e vai assentar capela escola rezando e ensinando por anos a fio até a extrema velhice, dando tudo aos outros.

A Baroneza de Porto Carrero, sitiada com seu marido e uns poucos soldados que defendiam o Forte de Coimbra, ajuda os homens, e, das próprias vestes se vai despojando para fornecer o trapo para bucha das espingardas e as ligaduras para os feridos.

Participa da luta e goza da vitória devida exclusivamente a resistência heróica animada por ela, e vem a ser Baroneza de Porto Carrero. (RIBEIRO, 1962, p. 251)

A menção a personagens não apenas contextualiza a luta das mulheres em 1932, mas também insere essa luta em uma tradição mais ampla de heroísmo feminino no Brasil e em São Paulo. Essa conexão histórica é fundamental para entender a concepção da autora em construir uma História para as mulheres. Há na produção, ainda, uma ênfase na coletividade e na solidariedade entre as mulheres. Carolina destaca que, durante a revolução, as mulheres se uniram em um esforço conjunto, superando preconceitos e medos, e se dedicando a atividades que iam desde a costura de roupas para os soldados até o cuidado com os feridos nos hospitais. Essa união é apresentada como um elemento essencial para o sucesso do movimento, evidenciando, em sua perspectiva, a importância do trabalho coletivo na construção de uma sociedade mais justa. Compreende-se um apelo à memória e à valorização da contribuição das mulheres paulistas na história, ressaltando que suas ações e sacrifícios devem ser reconhecidos e celebrados. Essa chamada à ação é um convite de Carolina para que as futuras gerações não apenas conheçam, mas também honrem o legado das mulheres que lutaram por São Paulo e pelo Brasil.

Por fim, entende-se que o universo dos intelectuais da época atuava como uma rede intrincada e uma estrutura complexa, que molda suas ações além de sua própria consciência ou do conteúdo de suas produções. Os contextos institucionais impuseram limites às possibilidades de atuação dos intelectuais no Brasil, conferindo-lhes uma identidade coletiva e um destino comum. Embora as mudanças culturais entre 1920 e 1940 tenham diversificado a vida intelectual, essas transformações não foram suficientes para romper completamente com as antigas bases sociais, que continuaram a influenciar o cenário cultural em meio à crise e à transição social. Essa perspectiva dialoga com outros estudos, especialmente no que diz respeito à predominância masculina na posse do capital cultural transmitido por famílias privilegiadas até a década de 1940 (Miceli, 1979).

Naquele período, o magistério, majoritariamente feminino, seguia orientações, reformas e materiais didáticos pensados e elaborados por homens. Isso refletia, também, na forma como se fazia história. Os padrões metodológicos e as normas de validação do conhecimento histórico foram desenvolvidos em instituições acadêmicas e culturais às quais as mulheres, na maioria dos casos, não tinham pleno acesso. Assim, as diretrizes que passaram a definir o que era considerado “história científica” emergiram em um ambiente onde os valores, preocupações e modos de interpretar o passado refletiam as perspectivas e prioridades masculinas. Ademais, durante muito tempo, a literatura foi

um dos poucos caminhos para que as mulheres alcançassem alguma projeção intelectual no Brasil, seja como poetas, professoras e escritoras. Seu ingresso em academias, majoritariamente masculinas, visava garantir acesso sem desestabilizar a ordem tradicional, limitando sua presença a determinados campos.

Diante dessa hegemonia masculina na construção da história, surge a questão, que será trabalhada em minha dissertação: houve outras autorias femininas que contribuíram para a formação da identidade paulista? Sobre o que versavam e quais espaços ocupavam na entidade máxima paulista de produção histórica - o IHGSP? Este exercício inicial de apresentação de uma das fontes selecionadas para a pesquisa permitiu mostrar a potencialidade da investigação.

Referências bibliográficas

ABUD, Katia. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ABUD, Katia. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

BOCK, Gisela. *História, História das Mulheres, História do Género*. Penélope. Fazer e Desfazer História, no 4, 1989.

CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *Revista de História*, São Paulo, v. 45, n. 91, jul-set, 1972.

CERTEAU, Michel de. [1975] *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. (nota crítica) *. *Cadernos Pagu*. Campinas, N.4, 1995.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LOVE, Joseph. *A locomotiva; São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

RIBEIRO, Carolina. *A Mulher Paulista em '32*. *RIHGSP*, São Paulo, v. 59, 1962.

SMITH, Bonnie C. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru/SP: EDUSC, 2003 [1998].

MIRAGENS DA NATUREZA AMAZÔNICA NOS DIÁRIOS DE UM “ANTIVIAJANTE”: UM ESTUDO SOBRE AS FIGURAÇÕES DA PAISAGEM N’O *TURISTA APRENDIZ*, DE MÁRIO DE ANDRADE (1927-1945)

Ana Caroline Matias Alencar

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: ana.caroline.alencar@outlook.com

O objetivo central responsável por orientar a presente proposta de trabalho consistirá na análise dos dispositivos discursivos mobilizados por Mário de Andrade (1893-1945) na construção pictórica da paisagem amazônica, recriada ficcionalmente pelo autor nas páginas de seu inacabado *O turista aprendiz: viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e pelo Marajó até dizer chega* (1927-1945). Neste sentido, procurarei lastrear um conjunto detido de tópicos retóricos e metáforas naturais empregadas pelo polímata modernista – que sem grandes pejos transitava entre os campos da literatura, das artes plásticas, da música e da cultura brasileira – para a materialização de seu “forte sentimento de paisagem” em “textos que pintam” (LOPEZ, FIGUEIREDO, 2015, p. 36).

Ao longo dessa comunicação – e em estreita sintonia com a perspectiva teórico-metodológica de que lança mão Pierre Hadot, em seu ensaio sobre a história da ideia de natureza –, a figuração da paisagem amazônica realizada por Mário de Andrade será, portanto, concebida mediante o deslinde das fórmulas, metáforas e lugares-comuns (HADOT, 2006, p. 18-19) adotados nos relatos produzidos por letrados e viajantes que, antes mesmo de nosso protagonista, atravessaram essa particular parcela do território brasileiro, e cujos itinerários foram refeitos nas leituras do artista e também no decurso da viagem pela Amazônia empreendida pelo turista aprendiz. Esse vasto repertório de imagens, por suposto, recebeu na obra do escritor modernista diversas inclinações de sentido, que serão exploradas nessa apresentação, com particular destaque para o singular emprego feito por Mário de Andrade das tópicas da “terra incógnita” e do “universo incompleto”.

Sendo assim, o aludido enfoque suscitará o desdobramento de um conjunto detido de reflexões acerca dos gêneros discursivos responsáveis por modelar a narrativa marioandradiana, sobretudo as formas do diário e do relato de viagens – formas essas caracterizadas pelas estruturas híbridas e fragmentárias que as compõem, por se relacionarem ao critério da “autenticidade do rastro” e por estarem permeadas por encenações do eu e facetas autobiográficas (LEJEUNE, 2015; GIRARD, 1986; PRATT, 2016; GEERTZ, 2009; CLIFFORD, 2002). Além do que, o recorte proposto oferecerá o necessário ensejo para a interpelação dos suportes abarcados pelo projeto de composição do livro posto sob exame, entre os quais se destacam as peculiares fotografias da paisagem amazônica registradas em sua “Codaque” pelo aprendiz de viajante.

Feitos estes apontamentos iniciais, podemos situar, em linhas gerais, o longo contexto de produção, edição e publicação da obra trazida, nessas páginas, para o centro da discussão.

Em meio à redação de *Macunaíma*, iniciada em fins de 1926, o poeta, romancista, musicólogo,

crítico de arte e cronista Mário de Andrade empreendeu sua tão alentada viagem ao Norte do país, junto à “Rainha do Café”, Dona Olívia Guedes Penteado, à sobrinha de Dona Olívia e à filha de Tarsila do Amaral – duas adolescentes apelidadas por Mário, respectivamente, de Mag e Dolur. Ao longo do trajeto, o artista modernista deu curso ao processo criativo que daria origem ao livro *O turista aprendiz*, descrito por Telê Ancona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo como amostra “de um dos mais ricos e intrincados itinerários da escritura mariodeandradiana, concernente a duas viagens e a um livro projetado” (LOPEZ, FIGUEIREDO, 2015, p. 26).

Esse “livro imaginado” – segundo as autoras, fruto de uma “transviagem de criação” – poderia ser desnovelado mediante o exame de um conjunto heteróclito de documentos, constituídos por uma primeira versão autógrafa a grafite, que exhibe também desenhos traçados pelo artista durante seu percurso pela Amazônia, a cópia carbono de uma redação datilografada, identificada pelo autor como “redação definitiva”, um diário fotográfico, emergido da icônica “codaque” de Mário, e, por fim, as crônicas publicadas no *Diário Nacional* sobre a viagem à região Nordeste do país realizada pelo nosso modernista paulista.

Nas palavras de Telê Ancona Lopez e Tatiana Figueiredo:

O que empresta indiscutível sabor à leitura dos diários das duas viagens é, certamente, o entrelaçamento do relato da viagem real encenada com o relato que advém da viagem imaginária, consumado por um cronista munido do seu lastro de leitura, viajante que tem como companheira a invenção. Essa transviagem de criação, proposta de cunho ficcional, moderna, frequenta sobretudo o diário de 1927, aquele que açambarca o perseverante trabalho de Mário de Andrade para transformá-lo em um livro, mas que continua inacabado. (LOPEZ, FIGUEIREDO, 2015, p. 37)

Podemos, assim, inferir o inacabamento de um texto sempre em processo, que, momento a momento, reafirma a mobilidade da criação. Desse modo, o gênero híbrido e fragmentário do diário apresenta-se como espaço propício às migrações e entrelaçamentos, que se corporificam num complexo jogo de versões, ocorrido no período que engloba de 1927 a 1943 – período esse passível ser dilatado até 1945, ano do falecimento do artista (LOPEZ, FIGUEIREDO, 2015, p. 32). Seguindo essa trilha de reflexão, o diário concebido como prática colocaria, lado a lado, a produção do texto e a produção da vida (LEJEUNE, 2015, p. 12-15).

Sobre o segundo dos gêneros narrativos em que o livro se inscreve – refiro-me, nesse sentido, ao relato de viagens –, pode-se dizer que *O turista aprendiz* revela um projeto de conhecimento do Brasil atravessado pela experiência da viagem: um “deixar-se ensinar por lugares, culturas, ritos, festas, falas, imagens, crenças, hábitos, costumes” – reflexão essa desenvolvida por Pedro Duarte. E esse saber direto e vivido, supostamente alcançado sem a mediação dos livros, seria expressivo, segundo o pesquisador, do papel jogado pela etnografia na obra de Mário de Andrade¹ (DUARTE, 2022, p. 36-37).

Porém, a despeito daquilo que Pedro Duarte denomina de “sensacionismo” de Mário de

1 Para tornar mais palpável o contato entre Mário e os estudos etnográficos, basta pensarmos na centralidade adquirida pelo trabalho de campo enquanto prática modelar da moderna etnografia, operando na construção discursiva da “autoridade etnográfica”, mobilizada como critério responsável por expurgar do campo da ciência tudo aquilo que fosse considerado amadoresco. Relatos e diários de viagem ficavam de fora dos rígidos limites estabelecidos pela referida memória disciplinar constituída pela moderna Etnografia, a despeito do fato de muitas das tópicas retóricas e procedimentos narrativos por ela mobilizados serem originados de tradições discursivas não-científicas. (PRATT, 2016, p. 63)

Andrade (DUARTE, 2022, p. 42), e daquilo que o próprio escritor descreve como sendo seu desejo de “se deixar viver só quase pelo sentido da vista”, “sem pensar, olhando o mato próximo” (ANDRADE, 2015, p. 87), cabe perguntar, se realmente, ao longo do diário de viagens, a mediação de livros escritos por outros viajantes não se faria presente.

Procurarei responder à referida indagação mediante a análise detida da descrição dos primeiros contatos de nosso protagonista com a foz do rio Amazonas, registrada em seu diário, e que no decurso dessa apresentação será observada à luz das tópicas da “terra incógnita” e do “universo incompleto”.

Uma primeira pista, sugestiva para a presente argumentação, pode ser extraída das reflexões desenvolvidas justamente pelo nosso aprendiz de viajante, que, em uma das primeiras entradas de seu texto, nos conta: “As reminiscências de leitura me impulsionam mais que a verdade, tribos selvagens, jacarés e formigões” (ANDRADE, 2015, p. 50). E assim, junto com André Botelho, poderíamos considerar *viagem e leitura* como partes de uma mesma experiência de descoberta intelectual e sentimental do Brasil – experiência essa nunca inteiramente direta, composta, segundo o pesquisador, por “lembranças próprias ou alheias colhidas em leituras e conversas” (BOTELHO, 2012, p. 77-81).

Isto posto, observemos algumas das tópicas retóricas e dos recursos narrativos mobilizados por nosso protagonista em sua descrição da foz do Amazonas:

Estávamos todos trêmulos, contemplando da torre-de-comando o monumento mais famando da natureza. E vos juro que não tem nada no mundo mais sublime. Sete quilômetros antes da entrada já o mar estava barreado de pardo por causa do avanço das águas fluviais. Era uma largueza imensa gigantesca rendilhada por um anfiteatro de ilhas florestais tão grandes que a menorzinha era maior que Portugal. O avanço do rio e o embate das águas formavam rebojos e repiquetes tremendos cujas ondas rebentavam na altura de sete metros chovendo espumas espumas e espumas roseadas pela manhã do Sol. Por isso o *Pedro I* avançava numa chuva em flor.

E após descrever todas as espécies vegetais – perobas, baobás, plátanos, pinheiros e jequitibás, entre tantas outras – catalogadas pelas ilhas que se estendem ao longo da foz do Amazonas, e de, com minúcia narrar o inebriante aroma dos troncos do pau-rosa e da macacaporanga emanado naquele “mundo de águas”, o poeta-viajante arremata:

Que eloquência! Os pássaros cantam no voo e a bulha das iererês dos flamingos das araras das aves-do-paraíso nem me deixou escutar a sineta de bordo chamando para o jantar. A Senhora me tocou no braço e assustei. Fui com os outros, deixando o pensamento chorado na magnificência daquela paisagem feita às pressas em cujo centro relumeava talqualmente olho de vidro a rodela guaçu de Marajó inundada. (ANDRADE, 2015, p. 66-67) (Entrada: 18 de maio).

Segundo Lopez e Figueiredo (2015, p. 66), o referido trecho externaria “o *nonsense* rabelaisiano ou o disparate da literatura oral na enumeração de cunho surrealista”, sendo o caminho propositalmente escolhido por Mário de Andrade, não o da descrição pretensamente documental, mas, sim, o da transfiguração de uma “realidade que o desnorteia”, elegendo para tanto a via da ficção. E, assim, nosso aprendiz de turista equilibra-se entre a expressão lírica e o cômico (LOPEZ, FIGUEIREDO, 2015, p. 38-39).

Para além do que foi dito, sugiro como chaves de leitura importantes algumas reflexões sobre os modos de enquadramento e invenção de paisagens, centradas na percepção de que as construções

paisagísticas seriam fruto de artifícios discursivos, e de que conteriam um potencial epistemológico latente (SIMMEL, 2020; COLLOT, 2013; SCHAMA, 1996).

Exemplar dessa postura analítica comentada, a filósofa Anne Cauquelin sustenta que as experiências de produção de paisagens seriam resultantes de uma educação constante dos modos de sentir e de ver, cujo objetivo mais frequente seria o de delimitar um conjunto coerente, forjado por um olhar nem transparente, nem inocente, mas sim armado por variados repertórios culturais e projeções intelectuais. A suposta naturalidade da paisagem, portanto, apenas seria sustentada às custas de um artifício permanente (CAUQUELIN, 2007, p. 14-27).

Pierre Hadot, por seu turno, argumenta que história de algumas metáforas, atreladas a lugares-comuns retóricos e não traduzíveis em proposições ou conceitos, possibilitaria a compreensão de certas atitudes diante do mundo (HADOT, 2006, p. 18-19). Além do que, valendo-se de um sugestivo diálogo com a metaforologia de Hans Blumenberg, o filósofo francês bosqueja, em seu estudo sobre a ideia de natureza, duas principais atitudes adotadas no Ocidente: a “atitude prometeica”, interessada em revelar pela técnica os “segredos da natureza”, a serem manipulados utilitariamente, e a “via órfica”, desinteressadamente desejosa de desnovelar o aludido mistério, mobilizando para tanto os recursos das artes, do canto e da poesia (HADOT, 2006, p. 117-120).

Mais próximo dessa “segunda via” de interpelação da natureza comentada por Hadot, nosso protagonista mobiliza em suas descrições da paisagem amazônica dois lugares-comuns encontráveis nos relatos de outros viajantes que percorreram aquelas mesmas paragens. Sobre a primeira dessas tópicas, Hans Blumenberg nos informa que a construção metafórica da noção de *terra incognita* deve-se às novas relações com o mundo inauguradas na época moderna, sendo a “América” convertida em metáfora catalisadora de um sentimento de convocação ao desbravamento de um mundo inaudito, povoado pelos mistérios de uma natureza desconhecida (BLUMENBERG, 2010, p. 52).

Trazendo essa reflexão para mais perto de nosso tema de interesse, poderíamos, por exemplo, evocar discussões, como as de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que versam sobre o longo lastro de categorias espaciais como a de “sertão”, historicamente mobilizadas das mais distintas formas na figuração do território brasileiro. Segundo o autor, até o século XIX, essa categoria guardaria sentidos ainda próximos à sua origem etimológica, pois sertão significaria toda e qualquer região deserta, distante do mar, de difícil acesso, situada no interior do continente (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 21-22). Nesse sentido, proponho que a tópica da terra incógnita, tal como empregada por Mário de Andrade, poderia estar associada a uma particular figuração do território como sertão: os “sertões amazônicos”, portanto.

Quanto à segunda tópica mobilizada, vale apontar para aquilo que afirma Hans Blumenberg acerca da metáfora do “universo incompleto”, em torno da qual gravitaria uma específica relação com o mundo centrada na analogia entre universo e obra, cabendo aos seres humanos nada menos que trazer a obra do mundo à completude (BLUMENBERG, 2010, p. 52). Pode-se dizer que essa tópica ganha nova vida nas palavras de nosso turista aprendiz que, no relato previamente aludido da foz do Amazonas, figura o território como “paisagem feita às pressas” – ou então incompleta, como poderíamos supor.

Uma possível pista sobre o que informa essa particular percepção do escritor poderia ser encontrada em uma de suas notas de leitura:

C. F. Hartt escreveu em 1872, com a segurança que fazia dele um cientista dominador, que o “Amazonas é o destruidor da Amazônia”. Para os geólogos, numa frase feliz de Euclides da Cunha, aquele rio é “um continente em marcha”, terreno ainda em formação não tenta colonização estável. (ARQUIVO IEB – USP, MA-MMA-048-6583)

O fragmento anotado por Mário de Andrade foi extraído de um artigo de Edgard Roquette-Pinto, intitulado “O Brasil e a Anthropogeographia”, publicado em 1916 pela *Revista do Brasil*. O antropólogo que cita Euclides da Cunha – outro “desbravador” da Amazônia –, e o Euclides ressaltado por nosso aprendiz de viajante: esse intrincado jogo de intertextualidade demonstra como os recursos da ciência do período poderiam validar o lugar-comum retórico responsável por modelar o Amazonas segundo a imagem de um universo incompleto, ainda em formação².

Outra possível consonância entre os relatos de Mário de Andrade e Euclides da Cunha reside no indisfarçável *desapontamento* de ambos ao se depararem com a foz do Amazonas:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalta geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapurú, aberto em cheio para o grande rio, é antes um *desapontamento*. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace; *mas como todos nós, desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal*, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylæa* prodigiosa: *ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada*. Além disto, sob o conceito estritamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares de nosso país [...]
É sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal [...]. E como lhe falta a linha vertical, pré-excelente na movimentação da paisagem, *em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares*. (CUNHA, 2019, p. 37-39, grifos meus)

Que posso falar dessa foz tão literária e que comove tanto quando assuntada no mapa?... A imensidão das águas é tão vasta, as ilhas imensas por demais ficam tão no longe fraco que a gente não encontra nada que encante. A foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem. *Nós só podemos monumentalizá-las na inteligência. O que a retina bota na consciência é apenas um mundo de águas sujas e um matinho sempre igual no longe mal percebido das ilhas*. O Amazonas prova decisivamente que a monotonia é um dos elementos mais grandiosos do sublime. É incontestável que Dante e o Amazonas são igualmente monótonos. Pra gente gozar um bocado e perceber a variedade que tem nessas *monotonias do sublime* carece limitar em molduras mirins a sensação. (ANDRADE, 2015, p. 68, grifos meus) (Entrada: 19 de maio)

A modo de conclusão, gostaria de indicar que os referidos fragmentos revelam uma pequena parte da densa rede de relatos sobre a foz do Amazonas responsável por armar o olhar de Mário de Andrade; rede essa tensionada pelas experiências pessoais do autor, que se desdobram entre seu percurso amazônico e a “escrita da vida” por ele enredada em seu diário de viagens.

Cabe perguntar: um modernismo inventor de paisagens amazônicas poderia ser imune aos modos órficos de figuração da natureza lançados mão pelo Romantismo? Ou uma filosofia romântica da natureza poderia ser sondada nos decalques da Amazônia feitos discursivamente por Mário de Andrade?

E assim, ficam expostos nessas páginas alguns apontamentos que, futuramente, poderão

² Interessa lembrar das seguintes palavras de Euclides da Cunha, presentes em seu ensaio “O Inferno Verde”: “Realmente a Amazônia é a última página ainda a escrever-se do Gênese.” (CUNHA, 2000, p. 346)

ampliar esse exercício inicial de reflexão sobre as tópicas e metáforas naturais mobilizadas por Mário de Andrade, concebidas como lastros românticos presentes na obra do escritor modernista.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino”. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 25, maio-novembro, pp. 21-35, 2007.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015.

Arquivo IEB – USP, Fundo Mário de Andrade/ Manuscritos, código de referência: MA-MMA-048-6583.

BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BLUMENBERG, Hans. *Paradigms for a metaphorology*. Translated by Robert Savage. New York: Cornell University Press; Cornell University Library, 2010.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Tradução de Patrícia Farias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Coordenação da tradução de Ida Alves. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CUNHA, Euclides da. “O Inferno Verde”. In: *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIENER, Pablo. “A viagem pitoresca como categoria estética e a prática dos viajantes”. *Revista Porto Arte*, Porto Alegre, v. 15, n. 25, pp. 59-73, nov., 2008.

DUARTE, Pedro. “O Brasil e os brasis de Mário de Andrade: o fim do turista aprendiz?” *Estudos Avançados*, vol. 36, n. 104, pp. 35-52, 2022.

FAUSTO, Carlos. *Os ardis da arte: imagem, agência e ritual na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Tradução de Vera Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GIRARD, Alain. *Le journal intime*. 2 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

HADOT, Pierre. *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia de natureza*. Tradução de Mariana Sérvulo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. *O destino da floresta: desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia*. Traduzido por Rachel Meneguello. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

JARDIM, Eduardo. *A brasilidade modernista e sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, Editora PUC-Rio, 2016.

JARDIM, Eduardo. *Eu sou trezentos: vida e obra*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco: resultados de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913 – Volume 1: Descrição da viagem*. Tradução de Cristina Alberts-Franco. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, Editora UEA, 2022.

KODAMA, Kaori. “Os estudos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena.” *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, pp. 253-272, maio/ago., 2010.

KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (Orgs.). *Rondon: inventários do Brasil*. Rio de Janeiro: Adrea Jakobsson Estúdio, 2017.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *O absoluto literário: teoria da literatura do romantismo alemão*. Tradução de Marcelo Jacques, Mauricio Mendonça, Rodrigo Ielpo, Simone Christina. Brasília: Editora da UNB, 2022.

- LEJEUNNE, Philippe. “Diário: gênese de uma prática”. In: GUTFREIND, Cristiane Freitas (Org.). *Narrar o biográfico: a comunicação e a diversidade da escrita*. Porto Alegre: Ediora Sulina, 2015, 10-41.
- LOIS, Carla. “Quinta pars o terrae incognitae? La cuestión de la verosimilitud en la representación cartográfica de lo desconocido”. *Terra Brasilis*, São Paulo, n. 4, pp. 1-19, 2015.
- LOPEZ, Telê Ancona; FIGUEIREDO, Tatiana Longo. “Por esse mundo de páginas”. In: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015.
- PRATT, Mary Louise. “Trabalho de campo em lugares comuns”. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.
- PRATT, Mary Louise. “Trabalho de campo em lugares comuns”. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. 6ª ed. São Paulo/Brasília: Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 1975.
- SANDRONI, Carlos. “Notas sobre a etnografia em Mário de Andrade”. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 104, pp. 205-223, 2022.
- SCHAMA, Simon. *Landscape and memory*. New York: Vintage Books, 1996.
- SIMMEL, Georg. “The Philosophy of Landscape”. In: *Essays on Arte and Aesthetics*. Chicago: University of Chicago Press, 2020, p. 218-227.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VAN DEN ABBEELE, Georges. *Travel as metaphor: from Montaigne to Rousseau*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, N-1 Edições, 2018.

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: A HISTORIOGRAFIA LOCAL E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS¹

Eliana Santos da Silva Laurentino

UERJ - FEBF

Narrador de conchas

(Para Paulo Pedro)

Guia do museu que pulsa na periferia

Professor de histórias ancestrais

Caminhante de territórios,

Narrador de pedras e conchas

Como onça tupinambá andarilha

Cria mundos de memórias

Escava emoções

Escova palavras

Faz da rua sala de aula

O bairro vira museu

Herdeiro da pedagogia da presença

E da amorosidade que carrega no nome

Acerta flechas de sabedoria

No corpo, no olhar e no coração

Ao Narrador de conchas,

Toda a nossa gratidão².

Nielson Bezerra

Considerações iniciais

Essa poesia é um registro de afeto entre pares, mas também é um registro de partilhas de vivências no território, que devem ser reconhecidas como patrimônio e como uma forma de viver a ancestralidade no presente. Partilhas de um território da região metropolitana do Rio de Janeiro,

¹ Esse trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida durante o Pós doutorado realizado sob a orientação do Prof. Dr. Nielson Bezerra no Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF-UERJ. A primeira versão do texto foi apresentada no Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, que ocorreu em Bogotá, na Colômbia, em 2024.

² Poesia elaborada por Nielson Bezerra em homenagem ao Professor Pedro Paulo, diretor no MVSB e um dos principais mediadores nas visitas guiadas do percurso do museu.

conhecido como Baixada Fluminense, com marcas históricas de muitas ausências do poder público, mas também com pessoas que acreditam e investem no direito à memória e à história como uma bandeira de luta e resistência. Com isso, espera-se, cada vez mais, que as aulas/encontros possam afetar as pessoas, que permitam reflexões, questionamentos e sensibilidades para um viver mais ético e plural. Busca-se caminhos que possibilitem, cada vez mais, ações de envolvimento no hoje. O professor Paulo Pedro, o homenageado da epígrafe, representa essa memória de luta pela história local. Ele foi meu professor durante o ensino médio e tenho a doce alegria de partilhar, no presente, sua presença nos espaços do Museu Vivo do São Bento (MVS^B)³. O autor da poesia, Nielson Bezerra, também foi meu professor em outras fases acadêmicas e ambos carregam a potência de “narrar as conchas” e falar sobre o local. Eles, nessa apresentação, representam os investimentos dos agentes do MVS^B em “criar mundo de memórias”.

Em estudo anterior (LAURENTINO,2021), apresentei que os professores do museu, herdeiros de uma cultura histórica, realizam investimentos de visitaçã, especialmente, ao sítio arqueológico do sambaqui do São Bento, considerando que esse espaço representa a materialidade da nossa história local mais antiga. Isso possibilita que os seus visitantes possam escrever outros passados e nessa perspectiva imaginar outros futuros para uma região marcada pela lutas por muitos direitos básicos, e que também luta pelo direito à memória e à história. Desse modo, destaco, neste trabalho, duas aulas desses professores, em momentos distintos e para públicos distintos, mas que as narrativas do sambaqui foram primordiais para o diálogo com os interlocutores sobre a relação passado, presente e futuro.

Museu Vivo do São Bento

A questão que se coloca é: o que é o Sambaqui para os agentes de um museu em Duque de Caxias -RJ? De acordo com a descrição do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento realizada pelos agentes do Museu Vivo do São Bento (MVS^B), ele é:

uma riqueza patrimonial da cidade, da região e do país. Trata-se de um sítio arqueológico de encosta formado por empilhamento de conchas de moluscos, carapaças de crustáceos, ossos de peixes, aves e pequenos mamíferos, que foi progressivamente coberto por solo e vegetação e que revela os aspectos da vida dos primeiros habitantes do litoral brasileiro, os chamados “Povos do Sambaquis”. A palavra sambaqui, na língua tupi, significa literalmente “montanha de conchas”. (Texto de apresentação do sambaqui pelo MVS^B, disponível na página da instituição)⁴.

O Museu foi oficializado no ano de 2008, fruto das ações de professores com significativo trabalho sobre História Local. Eles investiram na produção de pesquisas e na divulgação da memória e da história, com atividades e projetos que indicam uma interface do museu com a “formação docente”, e revelam as marcas de um grupo de professores, atuando no campo da museologia, que destacam a relevância da pesquisa e da produção do conhecimento inerentes ao seu ofício.

3 A sede do Museu Vivo do São Bento fica na Rua Benjamin da Rocha Junior, s/n, bairro São Bento - 2º distrito de Duque de Caxias (altura do nº 9422, da Avenida Presidente Kennedy).

4 <https://www.museuvivodosoabento.com.br/percurso?%3E/?cat=000>. Acesso em set de 2022.

Ligado às demandas com os problemas sociais do entorno, os agentes do museu realizam um esforço de direcionar o patrimônio como um instrumento de mudanças sociais e representação identitária. Assim, cabem aos seus idealizadores uma análise dos objetos, dos lugares, mas, sobretudo, das relações sociais e significados históricos para os agentes ao longo do tempo. Isso evidencia tensões entre as diferentes temáticas e o enquadramento de memória contido em cada momento histórico e, conseqüentemente, nas representações patrimoniais, uma marca da cultura histórica da região, que ao longo do tempo operou com atividades de estudos de campo em diálogos com a historiografia. O percurso, aprovado pela Lei 2224/0890 é composto por lugares de memórias que, em sua maioria, marcam o domínio de um projeto agrário⁵ das elites na região.

Art. 3º Fica instituído o percurso do Museu Vivo São Bento:

- I – Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento;
- II – Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
- III – Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
- IV – Prédio da Fazenda São Bento, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores recentemente – destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias;
- V – Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;
- VI – Casa do Colono – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós-30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
- VII – Sambaqui do São Bento – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado a instalação do Museu dos Povos das Conchas;
- VIII – Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
- IX – Elevação conhecida como Morro da Escadaria ou da Marinha, destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
- X – Novo São Bento – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural⁶

O percurso com marcas do domínio das elites na região em diferentes temporalidades, como: igreja do século XVI, a fazenda dos Beneditinos, a casa do administrador, são pesquisados e divulgados a partir de novas leituras e significados para a população e em diálogo com as demandas historiográficas. Por exemplo, quando destacam a existência dos quilombos na região da fazenda durante todo o século XIX, que promoveu muita resistência às autoridades do período, a ponto de serem reconhecidos como “Hydra de Iguaçu” (GOMES, 1992). Nesse sentido, entende-se que a leitura sobre um passado de resistências é um caminho de esperança trilhado pelos professores em

5 Os núcleos agrícolas visavam frear o movimento migratório urbano e assegurar o abastecimento de alimentos para a capital federal. O Núcleo Colonial São Bento era parte desse projeto estatal que desejava o controle das terras públicas na região. Assim, ele foi instalado em Duque de Caxias pelo Decreto n. 22.226 de 14 de dezembro de 1932 e compreendia 102 quilômetros quadrados. (SOUZA, 2014).

6 Lei N. 2224, de 03 de novembro de 2008. Artigo 2º. Disponível em: <: www.museuvivodosobento.com.br/> Acesso em: outubro de 2024.

uma cidade periférica do Rio de Janeiro, com uma população majoritariamente negra, na qual tem na busca do campo de experiências uma proposta de horizonte de expectativas.

Um espaço do percurso, que de acordo com os membros do MVSB, desperta muito interesse do público, especialmente dos estudantes, é o Sambaqui. Com mais de 4000 anos de existência, e que foi “redescoberto” pela comunidade de pesquisadores da região, esse espaço indica um lugar de consenso sobre a importância da luta pela memória do território, ou seja, um lugar que evoca uma certa materialidade da ancestralidade na Baixada Fluminense.

Sambaqui

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar o osso por amor. E que, eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterradas por séculos naquele chão. Logo pensei em escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos (...)

Manoel de Barros

Esse é um trecho do poema “Escova” de Manoel de Barros, que estava impresso na íntegra nas paredes do MVSB. Dentro da proposta filosófica da instituição “explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, visita-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto [...]”⁷. Nessa busca constante de descobrir e redescobrir o território, os agentes do museu desenvolveram diferentes atividades, desde estudos de campo, cursos de formação para professores, mulheres e jovens, entre outros. Assim, como parte de cultura histórica, os trabalhos foram se constituindo com um estímulo e interação da comunidade dentro do processo de valorização da história e da memória da região.

Nos anos 2000, os pesquisadores e atuais agentes do museu, organizaram um curso de arqueologia voltado aos alunos de graduação da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) - uma instituição criada na década de 1960, na qual parte dos membros do museu se graduaram. O curso representava um movimento de diálogo entre a história e a arqueologia, que foi institucionalizado através do Laboratório de Arqueologia Brasileira (IAB). Assim, a proposta também envolvia uma preocupação com a preservação do patrimônio material e imaterial, ameaçado constantemente na região devido as eminências de especulação imobiliária, as chamadas obras de “modernização” e expansão urbana.

Durante o desenvolvimento desses cursos na FEUDUC, os agentes do museu, que eram professores na faculdade no período, relatam que após uma aula, em 2002, sobre os povos das conchas e a apresentação sobre os muitos sambaquis, uma das alunas, que era moradora do bairro do São Bento do segundo distrito de Duque de Caxias- RJ, disse ter identificado um amontoado de conchinhas em seu percurso de caminhada. A estudante suspeitou que tinha se deparado com vestígios de um sambaqui e convidou os professores para visitar o local.

Os professores confirmaram a suspeita da aluna e após consulta ao Instituto do Patrimônio

7 Texto sem autoria no relatório 2010. “Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias.p.3. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento

Histórico Nacional - IPHAN constataram que o mesmo já era registrado pelo órgão. No entanto, o espaço não estava recebendo tratamento e muitas “ocupações” ocorreram na região, como a realizada pelo sr. Manoel, dono do espaço onde constavam os vestígios. A partir dessa “re-descoberta” do lugar, os professores passaram a realizar visitas constantes ao espaço, com a presença e o interesse crescente dos alunos/moradores da região.

Contudo, como relataram os agentes do museu, o sr. Manoel, um trabalhador de poucos recursos financeiros, precisou colocar o terreno à venda. Diante do movimento para reconhecimento da importância do espaço e os significados de valorização de um sítio arqueológico no bairro, foi possível mobilizado um “SOS Sambaqui”⁸. A proposta consistia em promover uma campanha na rede estadual e municipal de ensino e com isso arrecadar um valor de compra para o terreno.

De acordo com os agentes do museu, a compra no valor de 11 mil reais do terreno representou uma conquista simbólica de apropriação dos moradores de suas memórias e histórias. O sítio arqueológico, que foi redescoberto em 2002, recebeu autorização para escavação somente em 2010. Por meio da datação do carbono-14, realizada pelo geólogo Wilson Leal Boiças, foi identificado que os dois corpos encontrados no terreno datam de quatro mil anos do tempo presente. Além disso, também foram identificados restos de cerâmica e urnas funerárias, que pertenciam aos Tupinambás. Assim, foi possível reconstituir heranças do território e promover diálogos entre presente, passado e futuro. Agentes do museu realizaram editais para obras no lote, que na atualidade foi transformado em um sítio escolar.

Manoel Guimarães ressalta o papel do historiador no campo do patrimônio, no sentido de construção de narrativas sobre o passado. Ele destaca que “o termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso” (GUIMARÃES, 2012. p.99). Essa parece ser uma máxima dos agentes do museu, que destacam em um dos textos de prestação de contas das atividades anuais de 2010:

[...] um lugar de vivência humana, sendo fundamental o esforço de torná-la documento a ser investigado para fins de análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele. O território, portanto, guarda o efeito dos homens, tornando-se lugar de referências de significados. Ao conhecê-lo, explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, **visita-se as heranças**, compreende-se melhor o presente e **inventa-se a vontade da preservação do descoberto**.⁹

O interesse de visitar “as heranças” e promover uma valorização e reconhecimento identitário com os bens do território, fez com os agentes do museu, também professores das redes de ensino, realizassem outros investimentos, tais como, a própria aproximação com a museologia. Desse modo, o trabalho desenvolvido pelos agentes do museu possui um percurso que se estabeleceu a partir de um diálogo histórico com outras áreas do conhecimento. Tal prática trata-se de um movimento dos professores/pesquisadores que desde a década de 1990 iniciaram um processo de interesse pela História Local em diálogo com a Nova História, na busca de novos atores, fontes e problemas.

Assim, no diálogo entre o Ensino de História e os investimento para uma educação patrimonial,

8 Ver: <http://www.baixadafacil.com.br/municipios/sambaqui-do-sao-bento-passara-por-obras-de-infraestrutura-2093.html>. Acesso em set/2024.

9 Texto sem autoria no relatório 2010. “Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias.p.3. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento”. Grifo nosso.

eles buscam vestígios do passado e reforçam que eles não falam por si, é preciso uma interpretação, com construção de significados que dependem de como nos relacionamos com o passado, presente e futuro, destacando que toda interpretação é historicamente situada. E que é necessário historicizar os objetos e criar vínculo com o cotidiano, analisando, contextualizando e integrando os bens culturais ao contexto dos alunos.

Dessa forma, consideramos que os agentes do MVSb foram mobilizados por diálogos historiográficos que possibilitaram realizar diferentes leituras sobre o espaço. Isso pode ser identificado tanto com as referências das culturas afro-brasileiras (LAURENTINO, 2016), quanto nos passos que vem desenvolvendo para olhar o território em diálogo com novas correntes historiográficas, na qual o sítio escola sambaqui do São Bento ganha destaque. Isso pode ser observado no texto de justificativa do museu:

Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História é assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores do seu tempo. Pensar cidade na longa duração pode nos permitir investigar as heranças herdadas e projetar o que queremos.¹⁰

Nesse sentido, o trabalho com o patrimônio cultural em atividades educativas, como as realizadas por meio das visitas dos estudantes ao percurso do MVSb, compreende a importância de reconhecer os vestígios históricos como um processo para construção de significados que promovem uma leitura crítica sobre o entorno e produzem conhecimento histórico. Assim, a relação entre memória e território passa por uma abordagem das heranças territoriais, permitindo o envolvimento das escolas e do ensino de história com o patrimônio brasileiro, por meio da relação direta com as referências patrimoniais da História Local.

Entre as escritas e as aulas: um Revista para diálogos historiográficos

As visitas ao sambaqui se intensificaram, e desde então, os membros do Museu Vivo do São Bento (MVSb), vem despertando curiosidades, interesses e novas representações aos estudantes e moradores em diálogo com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, considero que as ações educativas desenvolvidas pelos agentes no Sambaqui local impactou e foi impactado por um diálogo maior da historiografia com outras áreas de conhecimento, e isso possibilita outras leituras temporais, considerando os efeitos das narrativas sobre antiguidade que contribuem para uma apropriação patrimonial pela comunidade e para uma construção de identidades.

Nessa perspectiva, acompanhei experiências de aulas vivenciadas no ano de 2023 e 2024. Uma delas realizada pelo professor Paulo Pedro atendendo um grupo de pesquisadores da UERJ - FFP, interessados, especialmente, pelos vestígios do núcleo colonial que foi instalado na região na década de 1940. A atividade teve início na sede do museu com uma conversa mais geral sobre a instituição, realizada pela professora Marlúcia Santos, e depois seguiu para uma visita ao sambaqui, com a orientação do professor Paulo Pedro.

A outra aula foi realizada pelo professor Nielson Bezerra durante uma evento inaugural no Percurso: **Indígenas e Africanos no Recôncavo do Rio de Janeiro: patrimônios, memórias e percursos educativos**, realizado no ano de 2023. O percurso tinha como proposta 20 aulas teóricas

10 Lei 2224 de 07 de novembro de 2008. Trecho sobre a justificativa para criação do MVSb. .

(virtuais e presenciais), 04 oficinas culturais (presenciais), 04 estudos de campo (presenciais) e a produção de uma exposição histórica formada por 12 painéis, entregues ao CRPH-DC para fazer parte do acervo do Museu Vivo do São Bento, formando um legado material e pedagógico ao fim do projeto. A aula inicial estava prevista para acontecer na sede do museu, onde seria realizada uma apresentação mais geral do projeto, porém aconteceu a acolhida na sede, como de costume, essa realizada pelo professor Nielson e sua equipe do grupo de pesquisa e extensão cultural a Cor da Baixada, mas não ficou restrita ao espaço, os mais de 200 alunos seguiram o percurso até o sambaqui do São Bento¹¹.

Acredito que as aulas desses professores, que pude acompanhar, permitem evidenciar uma articulação entre o tempo, a memória e as narrativas. Os professores que realizaram as visitas guiadas ao sítio arqueológico acionaram diferentes formas de narrar sobre as conchas, mas chamou minha atenção que ambas mobilizaram a relação passado/presente, articulando questões ambientais e de segurança que dizem de existências passadas e de existências presentes. Isso ficou expresso no momento que Paulo Pedro vai até a parte mais alta do sambaqui com os pesquisadores e apresenta do outro da região, bem no horizonte, os resíduos de um amontoado, o antigo aterro sanitário, conhecido como “lixão de Gramacho”, nome do bairro onde estava localizado o aterro. O espaço foi considerado o maior lixão da América Latina e existiu por mais de 30 anos, sendo encerrada as atividades no ano de 2012. Ao relacionar passado/presente, compara-se como são amontoados distintos e atendem a propósitos diferentes. O professor destacou que os sambaquieiros “coleccionavam” resíduos de vida, ao contrário do lixão que marca o descaso e a violência com o solo e as pessoas nas periferias. Além do debate sobre os vestígios materiais, ele recupera a memória dos pares sobre a conquista para que o sítio fosse preservado, a mobilização para o “SOS sambaqui”, com isso rememora o significado de luta para a garantia do espaço a partir da rede de agentes na região.

Nielson Bezerra ao receber os alunos no Percurso fala como os estudos indicam que os sambaquieiros eram povos pacíficos, já que muitas escavações identificam que em suas ossadas não constam vestígios de ferimentos que pudessem indicar conflitos violentos, com fraturas significativas. Essa narrativa para um território marcado pela violência é uma potência na luta pelo valor à vida, bem como uma valorização de uma ancestralidade que viveu no território em outras formas de ser e se relacionar que antecedem a experiência da invasão colonial e as lógicas de dominação.

De maneira semelhante, Nielson Bezerra também recupera a história da luta de muitas pessoas para a manutenção do espaço e a compra do terreno, como uma ação coletiva. De forma muito emocionada relembra como os alunos das escolas públicas também se engajaram na luta pelo terreno, e conta que no caderno de doações estão também registrados valores que correspondem ao dinheiro que as crianças tinham para suas merendas, mas que doaram para a compra do sambaqui. Simbolicamente são acionadas referências de envolvimento com a memória e história local que são sentidas e partilhadas.

Para além das diferentes abordagens e perspectivas teóricas dos professores, destaco o que há de partilha, tanto do valor atribuído às ações coletivas no território, com a narrativa sobre o SOS sambaqui, quanto o diálogo com as produções historiográficas sobre a temática, com destaque

11 Vídeo com o registro da primeira aula do Percurso Formativo: <https://drive.google.com/file/d/1awt2BnsjCntP-DXhPg9TJ8kqrKqzAAUWd/view> Acesso: nov/2024.

aos vestígios da cultural material identificado pelas escavações e as leituras possíveis a partir das escavações do terreno e suas representações para o presente e futuro da comunidade. Assim, Paulo Pedro e Nielson Bezerra, com suas distintas narrativas, operam em diálogo com as pesquisas realizadas por Marlúcia Santos, que é uma das diretoras do MVSb. Marlúcia realizou um artigo com Silene Ribeiro, professora da rede estadual, com o título: **“Memórias ancestrais no norte e no oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga”**. O artigo foi publicado na Revista Pilares da História, um periódico que tem mais de 22 anos de existência e revela a potência de regimes historiográficos na região (LAURENTINO, 2021). Conforme o excerto do texto abaixo, destaco as referências que os professores indicam: **“os sítios arqueológicos de sambaquis devem ser considerados como a casa e o lugar sagrado desses agrupamentos sociais, onde ali eram sepultados. Eram o lugar dos vivos e dos mortos, como afirma a arqueologia”** (SOUSA, RIBEIRO, 2021, p.39). Apesar da não citação direta dos professores, o artigo consta na referência bibliográfica das aulas do Percorso realizado sob a coordenação de Nielson Bezerra.

A prática de divulgação da história local, por meio das revistas, tem fortes alicerces na estrutura do poder público. A Associação de Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias - RJ, criou a revista *Pilares da História*, em 2002. A revista *Pilares da História*, mesmo sendo resultado do interesse da sociedade civil, com a ASAMIH, tem sua produção com recursos públicos e é distribuída gratuitamente. Em um primeiro momento, é válido destacar que muitos são os interesses da rede envolvida na gestão de um projeto que tem como base “a estratégia coletiva de produção rápida”, ao promover “a vantagem da diversidade de assuntos que garante mais interessados” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 19).

De modo geral, as revistas, com um foco profissional, são significativas para o entendimento do impacto no campo, visto que se apresentam como um mecanismo de acesso atualizado e rápido pelos interessados na temática, que identificam nelas a possibilidade de acesso a um certo “estado da arte” das pesquisas. Do ponto de vista dos organizadores, a revista é uma possibilidade de divulgação do conhecimento de uma forma mais viável, se comparada custos de produção dos livros, que, inicialmente, eram mais caros e difíceis (BENTIVOGLIO, 2017). De acordo com Júlio Bentivoglio (2017), as revistas de História são significativas para o estudo da história da historiografia. As redes que se estabelecem revelam um pouco da identidade da publicação e das abordagens historiográficas, bem como a pluralidade das pesquisas e das narrativas, que disputam e coexistem nas revistas, o que exhibe as “relações de poder em torno do campo, com práticas, fluxos, hierarquias e conflitos” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 11). Dessa forma, a revista *Pilares da História*, além de incentivar os estudos e o uso da documentação do acervo no Instituto Histórico para a realização das pesquisas sobre a Baixada Fluminense nas universidades local, também permite identificar a aplicabilidade dos usos das escritas na cidade, considerando seus projetos políticos em desenvolvimento.

Considerações finais

Assim, é preciso reconhecer o sambaqui como um espaço de aula que é lugar de construção, reflexão e elaboração, no qual as narrativas são parte desses agentes e de suas demandas políticas, de experiências de tempo, dos seus desdobramentos pessoais, bem como das demandas do campo da história. Os professores consideram que as narrativas também são mobilizadas pelos encontros e

que ao criar narrativas sobre o tempo, mobilizando um espaço como o sambaqui do São Bento, não estão operando com algo congelado no passado, mas possibilitam pensar outras formas de tempos presentes e de tempos futuros.

Dessa forma, a aula é entendida como um acontecimento espaço/temporal (BASTOS, 2014), e ela ocorre por meio da narrativa, marcada pelas imagens de tempo que são apresentadas. E dependendo dos diferentes usos linguísticos, podemos figurar diferentes formas de tempo. Isso implica no alerta que essas práticas educativas são um momento de construção do próprio passado e de versões sobre os tempos, e que dessa forma é preciso desnaturalizar os conceitos, os lugares e promover estranhamentos, tal qual a aluna que identificou as conchas em sua caminhada e os professores que não naturalizam a violência e o descarte de lixo por anos em um território periférico, mas potencializam as coletividades, as partilhas e o afeto como ferramentas de luta e atos políticos cotidianos.

Nos limites desta apresentação, considero importante destacar que entendo que ambos os trabalhos operam na chave de uma reflexão sobre as demandas climáticas e os efeitos do tratamento que são direcionados ao solo, especialmente em uma região cercada por rios (TURIN, 2023). São reflexões que se preocupam com o presente e com as demandas futuras de um solo que não pode ser tratado como lugar de descarte e morte para sua população, mas sim um solo que carrega memórias e luta pela vida. Nesse sentido, a partilha da história local é considerada aqui como um Patrimônio e como uma forma de viver a ancestralidade no presente.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, P. B. A produção de sentido na história ensinada e sua relação constitutiva com o tempo-espaço. In: MONTEIRO, A. M. (et al.). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

BENTIVOGLIO, J. Revistas de História: objeto privilegiado para estudar a História da Historiografia? In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (Orgs.). *As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 7-30.

CHAGAS, M. S.. Patrimônio é o caminho das formigas. In: Maurício Barros de Castro; Myrian Sepúlveda dos Santos. (Org.). *Relações Raciais e Políticas de Patrimônio*. 1ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016, v. 1, p. 141-166.

COSTA, F. S. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. *Passado y Memória. Revista de História Contemporânea*, v. 8, p. 267-286, 2009.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e leituras do passado:*

historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.34, Ano 2012 p. 91-113.

KOSSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LAURENTINO, E. S. S. *História local, patrimônio e culturas afro-brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)*. 2016. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

LAURENTINO, Eliana S. S. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. 2021. 250f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 499p.

SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. “La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica”. In: PALOS & SÁNCHEZ-COSTA. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

SOUZA, M. S. Memórias ancestrais no norte e no oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. *Revista Pilares da História*. Ano 20 n. 19. junho de 2021.

SOUZA, M. S. de. *Escavando o passado da cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 228p.

SOUZA, Marlucia; RIBEIRO, Silene. Memórias ancestrais no norte e no oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, 2021.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023.

NEGACIONISMO À BRASILEIRA: SIEGFRIED ELLWANGER E A EDITORA REVISÃO

Maria Clara Gomes Braga

Mestranda do PPGHIS/ UFBA

E-mail: mariacgbraga@gmail.com

Introdução

A pesquisa busca testar a hipótese de que a atuação de Siegfried Castan Ellwanger (1928-2010) se enquadra na categoria de negacionismo profissional, diferenciando-o dos negacionistas comuns. Para isso, analisa-se o processo contra Ellwanger no qual consta o pedido de Habeas Corpus 82424 no Supremo Tribunal Federal¹ e as obras que Ellwanger escreveu e editou através de sua Editora Revisão.

Siegfried Castan Ellwanger (1928-2010) dedicava-se de forma sistemática e fraudulenta a escrever, editar e reeditar diversas obras que negavam o Holocausto. Em 1987, Ellwanger lançou seu primeiro livro “Holocausto: Judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século” e, em 1989, o Movimento Popular Antirracismo (MOPAR) abriu processo criminal contra ele. Em 1995 a denúncia foi considerada improcedente na 8ª Vara Criminal de Porto Alegre, levando a absolvição do réu. Porém, o Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (STJ-RS), em resposta ao recurso impetrado pelo MOPAR, condenou Ellwanger a dois anos de prisão pelo crime de racismo. A partir dessa decisão, a defesa de Ellwanger impetrou *Habeas Corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF).

O processo de *Habeas Corpus* 82424, juntamente com a análise da trajetória de Siegfried Ellwanger e da Editora Revisão, bem como das obras escritas pelo negacionista, é fundamental para compreender o monopólio da memória do Holocausto e seus usos políticos e ideológicos. Esses elementos são essenciais para entender *o modus operandi* de Siegfried Ellwanger como um negacionista profissional na sociedade. A pesquisa analisa os mecanismos de validação histórica mobilizados durante o processo no STF e utilizados pelos magistrados para enquadrar as obras escritas e editadas por Ellwanger como pertencentes ou não à historiografia. Esses mecanismos contribuíram para a condenação do autor pelo crime de racismo ao negar o Holocausto, ao mesmo tempo em que, na esfera pública, ele foi legitimado como “revisãoista histórico” em vez de “revisãoista ideológico”.

Ellwanger e a Editora Revisão

Descendente de imigrantes alemães, Siegfried Castan Ellwanger nasceu em 1928 na cidade de Candelária, no estado do Rio Grande do Sul. Nos anos 1980 Ellwanger se dedicou a pesquisar sobre a Segunda Guerra Mundial e, em 1987, adotou o pseudônimo S. E. Castan. Neste mesmo ano Siegfried publicou seu primeiro livro, “Holocausto – judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século”

¹ O pedido de HC está disponível na íntegra em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2052452>. Acessado em 25 de maio de 2024.

pela Editora Palloti. Devida tamanha repercussão da obra, Ellwanger funda sua própria editora, a Editora Revisão.

Carlos Jesus (2006, p.21) aponta a possibilidade de que Ellwanger tenha vendido parte de seus bens para fundar a editora. Entretanto, o fato de livrarias e editoras negacionistas comercializarem umas os livros das outras, como apontou o jornalista Vicente Vilardaga (1995), levanta a hipótese da existência de uma rede internacional de ajuda mútua voltada para essas publicações, a partir do financiamento de órgãos internacionais ligados ao movimento negacionista.

A Editora Revisão foi fundada em 1987, apenas dois anos após o fim da Ditadura Militar brasileira, momento marcado pelo desejo dos ideais democráticos, como por exemplo a liberdade de expressão, direito que foi consagrado no ano seguinte na Constituição de 1988. E, durante sua trajetória como escritor e editor, Siegfried Ellwanger tentou utilizar este direito a seu favor, inclusive como mecanismo de proteção para blindar seu discurso negacionista e criminoso. A reivindicação de uma liberdade de expressão para falsas minorias, como Ellwanger pretendia, demonstra uma condição perversa dessa conjectura plural.

Ellwanger fundou a Editora Revisão com o propósito de difundir trabalhos que contestavam o genocídio cometido pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Ele negava que a Solução Final fosse uma política de extermínio orquestrada pelo Estado alemão, com o objetivo principal de isentar os nazistas de responsabilidade e reabilitar esse passado autoritário e genocida.

A fundação da Editora Revisão não pode ser tomada como um evento isolado e único, pois ocorreu nas últimas décadas do século XX, um período marcado pelo amplo reordenamento internacional dos grupos neonazistas e fascistas. Tanto que, ao mesmo tempo, observamos a criação da Livraria Europa, pelo negacionista espanhol Pedro Varela, e a atuação de negacionistas como David Irving na Inglaterra, Paul Rassinier e Robert Faurisson na França, e Ernst Zündel no Canadá.

O primeiro livro publicado pela Editora Revisão foi “Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século”, de autoria de Siegfried Ellwanger. O livro teve grande repercussão e também foi publicado em outras línguas, como inglês, espanhol e alemão. Logo nesta publicação inicial, o objetivo do autor se torna evidente. No prefácio, Ellwanger afirma que o livro “é o resultado de uma pesquisa histórica e que vai apresentar fatos completamente desconhecidos da grande maioria” (Ellwanger, 1987, p. 9). Ellwanger descreve seus motivos para pesquisar a história da Segunda Guerra Mundial, listando-os também no prefácio: “a história de que os alemães faziam sabão de judeus... câmaras de gás nos campos de concentração...pessoas que eram assassinadas nos fornos crematórios [...]” (ELLWANGER, 1987, p. 9).

Ellwanger expressa um enorme descontentamento com “a passividade total do governo alemão, que aceita toda uma difamação, comportando-se como um país ocupado e submisso” (1987, p. 9). Ele enfatiza que, assim como ele pretendia, “o governo alemão deveria promover uma revisão da história da última guerra, ao invés de aceitar as coisas e perseguir os alemães que se aventuram a mostrar o outro lado” (1987, p. 9). Para combater o que Ellwanger denomina como a mentira do século, ele afirma que “a presente pesquisa é um trabalho em busca da verdade” (1987, p. 10).

Ao longo do livro, em um dos pontos centrais de sua argumentação, Ellwanger afirma que o número de seis milhões de judeus mortos é uma “GROSSEIRA MENTIRA” (Ellwanger, 1987, p. 136, grifos do autor), enfatizando que a insistência em destacar esse número ao longo de “mais de

quarenta anos” por meio de filmes e reportagens diárias configuraria o que ele chama de “LOGRO OU MENTIRA DO SÉCULO” (ELLWANGER, 1987, p. 137, grifos do autor).

Ellwanger também busca minimizar as atrocidades nazistas ao argumentas que a verdadeira vítima da guerra teria sido a Alemanha, que, além de sofrer uma “destruição e mortandade civil causada pelos bombardeios insanos”, ainda enfrentaria pedidos de indenização, estimados em “cerca de 45 bilhões de dólares” (Ellwanger, 1987, p. 138). Ao adotar essa narrativa, o negacionista não só relativiza a responsabilidade alemã nos crimes do Holocausto, mas inverte a realidade dos fatos.

Para justificar essa inversão de papéis, Ellwanger recorre a figuras conhecidas no movimento negacionista, como Paul Rassinier. Ele apresenta Rassinier, um ex-prisioneiro francês, como um pioneiro do “revisonismo histórico”, que “desmentiu as atrocidades relatadas sobre os campos onde esteve preso” e “fez o que os alemães deviam ter feito: percorreu os campos, desmascarando as mentiras” (ELLWANGER, 1987, p. 138). Esse é um exemplo da estratégia de auto-referenciamento comum entre os negacionistas profissionais; ao citar outro autor com as mesmas crenças, Ellwanger tenta legitimar sua narrativa fraudulenta, disfarçando suas ideologias com uma aparência de pesquisa historiográfica.

Além disso, vale ressaltar que Siegfried Ellwanger busca desqualificar testemunhos e provas documentais sobre as câmaras de gás nos campos de concentração, questionando a ausência de uma “ordem escrita” que documente o genocídio (ELLWANGER, 1987, p. 143). Para ele, seria “inconcebível” que um extermínio em massa pudesse ocorrer sem documentação, ignorando que a falta de documentos formais se deve, em grande parte, a destruição de evidências inerente ao crime de genocídio.

Em resumo, desde seu primeiro livro, Siegfried Ellwanger deixa claro seu propósito de questionar e revisar os fatos históricos amplamente aceitos sobre o Holocausto. Assim, a análise de sua obra contribui para a compreensão de como o negacionismo opera na prática, revelando-se como uma forma intencional de violência simbólica.

É fundamental compreender que a revisão dos fatos históricos proposta por Ellwanger deve ser vista como uma forma de retomar o passado com o objetivo exclusivo de influenciar as batalhas políticas e ideológicas do presente. Esse processo, por vezes, nega crimes ou eventos históricos específicos; em outras ocasiões, minimiza ou relativiza a importância desses eventos ou as responsabilidades do Estado e da sociedade. Portanto, distingue-se da operação historiográfica de reescrever (*Umschreiben*), descrita por Koselleck (2020, p. 57), um método de caráter científico e legítimo dentro do ofício dos historiadores, indispensável para a produção do conhecimento histórico.

Dessa forma, é importante nomear Ellwanger de revisionista ideológico ou negacionista profissional. Portanto, opta-se por evitar o termo “revisonismo” para se referir a Ellwanger e às obras da Editora Revisão, preferindo usar “revisonismo ideológico” ou “negacionismo”. Isso se deve à escolha dos próprios negacionistas de se autodenominarem revisionistas, uma estratégia de engano e distorção, na tentativa de se apresentarem como historiadores legítimos envolvidos na prática tradicional de iluminar o passado. Portanto, a diferenciação entre esses dois conceitos é imprescindível visto que o negacionismo, ao relativizar e/ou desqualificar fatos e testemunhos, atua contra a própria história.

Embora o negacionismo e o revisionismo sejam termos e conceitos distintos, eles são

frequentemente confundidos. Por isso, é crucial elucidar a diferença entre ambos para justificar o uso dos termos “revisionista ideológico” e “negacionista,” em vez de simplesmente chamar os negacionistas de revisionistas. Considerar esses termos como sinônimos é, em essência, ceder às tentativas dos negacionistas profissionais, como Siegfried Ellwanger, de buscar legitimidade científica e respaldo acadêmico para suas distorções históricas.

Revisionismo no contexto historiográfico refere-se à legítima reescrita da história baseada em novos conhecimentos e métodos. Esse processo é essencial para o progresso acadêmico e envolve a crítica de fontes e a introdução de novas perspectivas, mantendo sempre um rigor metodológico e ético. Por outro lado, o negacionismo representa a negação deliberada de fatos históricos estabelecidos, especialmente no que se refere a passados traumáticos. Marc Nichanian (2006, p. 19) aborda essa questão ao discutir a “perversão historiográfica”, explicando que o negacionismo se apoia em uma lógica empiricista estreita, exigindo provas materiais da existência de eventos como o genocídio armênio, o Holocausto, enquanto ignora o fato de que o genocídio, por sua própria natureza, destrói a factualidade do fato. Essa abordagem reducionista desconsidera as complexas dimensões humanas, como ideias, memórias e valores, que são fundamentais para a compreensão da realidade histórica, como bem demonstrou Durval Muniz de Albuquerque (2019, p. 194).

Ellwanger e a justiça

O Movimento Popular Antirracismo (MOPAR), fundado em 1989 em Porto Alegre por representantes do movimento negro e apoiado por membros da comunidade judaica e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, teve como principal objetivo combater as atividades de Siegfried Ellwanger, que publicava e disseminava livros de teor antissemita e negacionista. Inicialmente, a Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS) não apoiou a ação conjunta contra Ellwanger, temendo promover os livros antissemitas. No entanto, o MOPAR, convicto de que Ellwanger cometera crime de racismo previsto na Constituição, seguiu adiante com a queixa-crime.

Após um longo processo, que envolveu a apreensão de exemplares de livros da Editora Revisão e o apoio do Ministério Público, Ellwanger foi inicialmente absolvido pela 8ª Vara Criminal de Porto Alegre, com a juíza alegando que suas publicações estavam protegidas pelo direito à liberdade de expressão. Porém, o Ministério Público recorreu e, em segunda instância, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou Ellwanger a dois anos de reclusão por prática de racismo. Ellwanger ainda tentou obter um Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ-RS), mas o pedido foi negado, estabelecendo a jurisprudência de que o antissemitismo é uma forma de racismo.

Em 2002, Siegfried Ellwanger recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um Habeas Corpus, buscando revisar sua condenação por crime de racismo. O julgamento, que se estendeu até setembro de 2003, resultou na confirmação da condenação por 8 votos a 3. No julgamento, os ministros apresentaram diferentes interpretações sobre a colisão entre liberdade de expressão e dignidade humana.

O Ministro Marco Aurélio defendeu a prevalência da liberdade de expressão, não considerando as obras de Ellwanger como manifestações de ódio, mas sim como parte do revisionismo histórico, visto que as obras apresentavam, segundo o ministro, notas de rodapé, bem como documentos referenciados. O ministro Carlos Ayres Britto defendeu, seguindo a mesma linha interpretativa do

Ministro Marco Aurélio, que as publicações de Ellwanger estavam no campo da reflexão ideológica, considerando-o um legítimo pesquisador que representava “o outro lado” da história, o que, em sua visão, não configuraria um crime. Por outro lado, Ministros como Celso de Mello, Gilmar Mendes, e Carlos Velloso argumentaram que as publicações de Ellwanger ultrapassavam os limites da liberdade de expressão ao promover intolerância e falsificar a história, especialmente no que diz respeito ao Holocausto. Esses ministros destacaram que o negacionismo do Holocausto, como praticado por Ellwanger, é uma forma de racismo e um ataque aos direitos humanos, alinhando-se com a necessidade de limitar tais expressões prejudiciais.

Seligmann-Silva (2024), em seu artigo, explora o conceito da “virada pós-colonial” nos estudos da Shoah, argumentando que é essencial inserir o Holocausto no contexto mais amplo da modernidade colonial. Ele se baseia em teóricos como Frantz Fanon (1952) e Achille Mbembe (2017) para criticar a visão eurocêntrica que isola o Holocausto como um evento singular e sem precedentes, ignorando as continuidades entre as práticas coloniais e as atrocidades nazistas. Essa visão amplia a compreensão da Shoah, conectando-a às práticas de dominação colonial e ao racismo intrínseco à modernidade, que Fanon descreve como uma “técnica de dominação característica da era moderna” (FANON, 1952, p. 87).

Nesse contexto, é possível entender como a crítica de Fanon (1952), ao desafiar a ideia de que o antissemitismo é um racismo “excepcional”, se alinha à análise de Seligmann-Silva (2024). Fanon (1952) argumenta que o racismo colonial e o antissemitismo são manifestações do mesmo sistema de dominação e opressão que caracteriza a modernidade europeia e afirma que “a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” e que o nazismo deve ser visto como uma continuidade das práticas de brutalidade colonial que foram aplicadas primeiramente em territórios não europeus (Fanon, 1952, p. 88). Portanto, o Holocausto não deve ser tratado como um evento isolado, mas sim como parte de uma longa história de violência que inclui o colonialismo e o genocídio de populações não europeias.

Achille Mbembe também contribui significativamente para essa discussão, especialmente com sua análise sobre a necropolítica e a relação intrínseca entre a modernidade e o racismo. Mbembe argumenta que “permanecerá inacabada a crítica da modernidade, enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do princípio de raça e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação” (MBEMBE, 2017, p. 102). Ele destaca como a colonização foi o terreno fértil para a aplicação das primeiras técnicas de biopoder, que mais tarde seriam empregadas de forma sistemática pelos regimes totalitários europeus. Isso reforça a ideia de que o Holocausto, longe de ser singular, é uma extensão das práticas genocidas desenvolvidas no contexto colonial.

A denúncia do MOPAR contra Siegfried Ellwanger se insere, portanto, em uma longa luta contra as ideologias racistas que não apenas permeiam a história da modernidade, mas também continuam a ameaçar a dignidade e os direitos das minorias. Assim como Celso Lafer, em seu parecer como *amicus curiae* no julgamento de *Habeas Corpus* no STF, identifica o crime de racismo nas ações de Ellwanger, não pela simples menção à “raça”, mas pela promoção de teorias que sustentam a discriminação e o ódio, o MOPAR reconheceu que as publicações de Ellwanger representavam uma continuidade das práticas de violência e opressão que tiveram início no colonialismo e culminaram

em atrocidades como o Holocausto.

Levando em consideração a denúncia do MOPAR contra Ellwanger pelo crime de racismo e as discussões sobre racismo pelos ministros no julgamento do Habeas Corpus no STF, torna-se evidente que o Holocausto deve ser compreendido dentro do contexto mais amplo da violência colonial. Essa perspectiva ressoa nas ações do MOPAR, que, ao denunciar Ellwanger, não apenas combatia uma manifestação contemporânea de racismo, mas também enfrentava a perpetuação de uma ideologia que, conforme apontado por Fanon (1952) e Mbembe (2017), é intrínseca à modernidade e se manifesta tanto no colonialismo quanto nos genocídios do século XX.

Esse cenário se conecta à análise de Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2014), que ao discorrer sobre as fronteiras raciais do genocídio, discute como essa justiça tende a ser eurocêntrica, especialmente na forma como caracteriza o genocídio, dando uma atenção desproporcional ao Holocausto e negligenciando o sofrimento e a memória das comunidades negras na diáspora. A sobreposição simbólica, entre o genocídio como uma categoria geral e o Holocausto, reflete padrões históricos que situam a violação de corpos europeus como uma expressão única de terror, ignorando outras formas de sofrimento, como aquelas experimentadas pelas populações negras. Esse padrão também se manifesta na resistência à caracterização de certos episódios de violência como genocídio, quando as vítimas não são europeias, como no caso das populações negras nas Américas.

Dessa maneira, a denúncia do MOPAR pode ser vista como uma resistência às tentativas de Ellwanger de reavivar e legitimar um racismo que está enraizado em um sistema de dominação que, historicamente, foi usado para justificar a colonização, a segregação, e o genocídio. Como destaca Valéria Thus (2020), o enfrentamento ao negacionismo requer uma compreensão profunda das dinâmicas históricas e sociais que moldam essas práticas, onde o debate sobre racismo é essencial.

Além disso, vale destacar que Gregory Stanton (1998) demonstra que o genocídio é um processo que se desenvolve em oito etapas, sendo o negacionismo a última etapa, observada em todos os casos e também em todas as fases do crime do genocídio. Através do negacionismo profissional, busca-se limpar o rastro genocida, a partir de medidas que podem ser entendidas como parte de um projeto que, em última instância, busca eximir o perpetrador de qualquer responsabilização pelos atos que cometeu, “impedindo que os acontecimentos se tornem parte de uma memória coletiva global” (FELIPPE, 2021, p. 68). Portanto, negar é da própria natureza do ato genocida, e assim pode-se compreender que além do extermínio de pessoas, “o projeto genocida se acompanha de sua negação, como modo de sustentar a desaparecimento de existência passada de suas vítimas, a fim de que se transforme não em mortas, mas em algo que jamais existiu” (LASO, 2010, p. 6).

Considerações finais

Diante do contexto histórico e jurídico exposto, fica evidente que o negacionismo promovido por Siegfried Ellwanger não pode ser confundido com a operação historiográfica da reescrita. O julgamento de Ellwanger, marcado por interpretações que tentaram enquadrá-lo como um simples pesquisador ou “revisionista histórico”, ilustra a complexidade e o perigo de tais discursos. O negacionismo do Holocausto e a perpetuação de ideologias racistas se inserem em um processo mais amplo de violência colonial e genocida, que continua a impactar tanto a memória coletiva quanto a dignidade humana.

O debate sobre o racismo, especialmente na forma como foi tratado no julgamento de HC de Ellwanger, evidencia a necessidade de uma crítica profunda e constante da modernidade, que reconheça o racismo em suas diversas manifestações, incluindo o negacionismo como a última etapa do genocídio. Como destaca Valéria Thus (2020), é essencial que compreendamos as dinâmicas históricas e sociais por trás do negacionismo, para que possamos combatê-lo de forma eficaz, garantindo que a memória das vítimas seja preservada e que tais atrocidades não sejam relegadas ao esquecimento ou à distorção ideológica.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

AVELAR, Alexandre; VALIM, Patrícia. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult*, 3 de setembro de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acessado 20 julho 2022.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CRUZ, Natália dos Reis. *Negando a História: A Editora Revisão e o Neonazismo*. Dissertação de mestrado em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

FANON, Frantz. *Pele negra, Máscaras brancas*. Trad. Renata da Silveira, Salvador; EDUFBA, 2008.

FELIPPE, Mariana Boujikian. *Entre guerreiras e mulheres de família: memórias de um genocídio e identidade armênia na diáspora*. Dissertação – FFLCH, USP. São Paulo, 2021.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do Genocídio. *Revista de Direito UnB*, v. 01, n.01, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LAFER, Celso. *O crime da prática do racismo: o caso Ellwanger*. In: MOREAU, Pierre. *Grandes Crimes*. Ed. Três Estrelas. São Paulo, 2017.

LASO, Eduardo. *Genocidio: silencio, justicia y transmisión* (a propósito del film Ararat de Atom Egoyan). *Revista Internacional sobre Subjetividad, Política y Arte*, vol. 6, (1), octubre 2010, 5-13.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão negra*. Tradução: Marta Lança, Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2ª edição, 2017.

NICHANIAM, Marc. *La perversion historiographique*. Columbia Press University, 2006.

PINHA, Daniel. O tempo presente como desafio à historiografia e ao ensino de história em contexto de crise democrática. *Tempo&Argumento*, v. 15, n. 38. Florianópolis, 2023.

ROLLEMBERG, Denise. CORDEIRO, Janaina. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A volta do bumerangue ou a virada pós-colonial dos estudos da Shoah*. Rio de Janeiro: Hurbinek, vol. 2, n.4, 2024.

STANTON, Gregory H. *The eight stages of genocide*. Genocide Watch, 1998.

THUS, Valéria. Daño negacionista y derecho penal: resignificando la lesividade em el siglo de los genocídios. *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*, año 18, nº 2, 2020.

TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz: un debate sobre el uso público de la historia. *Cuicuilco*, vol. 11, núm. 31. México, 2004.

VILADARGA, V. Livraria de Barcelona propaga o nazismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 1995, p. 88.

NO IR DO IRREAL: UMA HISTÓRIA NOTURNA DA DITADURA MILITAR

Daniel Faria

Universidade de Brasília

E-mail: krmazov@hotmail.com

Esse texto é um esboço de apresentação para um livro ainda sem título. A ideia básica do livro é a de um conjunto de textos situados no horizonte do que estou chamando de história noturna da Ditadura Militar. Uma história assombrada pela Ditadura, em que as fronteiras entre passado e presente são constantemente atravessadas. Uma história que contamina o historiador, testando sua capacidade de se manter objetivo e rigoroso, ao mesmo tempo em que o convida a repensar suas estratégias metodológicas e a forma da sua escrita. Comporão esse livro textos já publicados, outros em estado de esboço e alguns que, por enquanto, são apenas ideias de texto.

Um historiador tomado de inquietações por estudar um período sombrio cujas sombras avançavam sobre o seu tempo, certa feita encontrou num livro de Ernesto Che Guevara a ideia de que a virtude cardinal do guerrilheiro é a nocturnidad (GUEVARA, 1985, p. 154). Em livros clandestinos de organizações brasileiras de luta armada, a nocturnidad foi sempre traduzida por ações noturnas (GUEVARA, 1968). É certo que em Guevara havia essa ideia: a guerrilha deve saber operar de madrugada, mover-se rapidamente sob a floresta noturna. Mas a nocturnidad era mais do que isso, era uma qualidade, um modo de ser. Significando que um guerrilheiro deve ser como uma sombra, um fantasma, capaz de aparecer repentinamente, de surpresa, e com a mesma leveza e rapidez deve desaparecer, sem deixar traços ou vestígios. O historiador sentiu que essa tradução de nocturnidad por ações noturnas visava tirar uma certa aura de romantismo barroco nos escritos do Che, talvez uma recusa do Mistério, mas isso era apenas uma impressão.

A esse historiador, já tocado pelo mistério de seu tempo, essa nocturnidade levou a uma ideia muito racional e conscienciosa de pesquisar a noite naqueles conturbados anos de um passado jogado às sombras, ainda que recente. Ele se lembrou que muitos dos momentos marcantes da Ditadura Militar se deram nas madrugadas, o próprio golpe de 1964, a deposição de João Goulart. Walter Benjamin já disse que não existem grandes acontecimentos históricos, na história épica, que se passem à noite (BENJAMIN, 1984, p. 158). A noite é do drama barroco, com seus fantasmas, suas janelas que batem sem motivo, seu tom melancólico que diz que o mundo não vai acabar, porque na verdade ele já acabou e somos apenas sobreviventes do Dilúvio.

Quem sabe então uma pesquisa no acervo do Arquivo Nacional, e esse historiador reencontraria o chão sólido da realidade? O historiador encontrou milhares de entradas para o termo “noite”. E fez a sua pesquisa conscienciosa das fontes, porque esse historiador também sabia ser diurno. Ele concluiu que a noite tinha sua própria dinâmica no período ditatorial: era a hora das reuniões suspeitas, das pichações sobre os muros da cidade, do espalhamento de panfletos que seriam lidos assim que o

dia raiasse. Para um militante clandestino a noite era particularmente angustiosa: a simples decisão de ter onde dormir, sem levantar suspeitas, aparentando uma vida normal, entrando escondido em apartamentos de pessoas que, elas também, corriam risco de vida por esse gesto de acolhimento. Fingir levar uma vida normal, ou seja: a vida daqueles que trabalham e consomem durante o dia e se sonham durante a noite procuram se curar desses sonhos em terapias diurnas, mantendo assim a sua produtividade em dia. Mas a noite também era o tempo das torturas, as turmas do DOI-CODI trabalhavam 24 horas por dia. Um dos suplícios dos torturados era justamente o tempo, o controle do tempo do torturado, ao pressentir que a tortura poderia recomeçar a qualquer hora, varando as madrugadas (JOFFILY, 2013, p. 229). Claro que havia ainda a noite dos boêmios, das travestis, dos lugares proibidos para o homem de bem (MAGNO, 2024). Mas essa seria uma outra história.

Uso aqui a terceira pessoa para preservar minha sanidade diurna. Porque é vergonhoso admitir: esse historiador passou a ter pesadelos com o tema de seu estudo. Ele chegou a sonhar que o espírito de um desaparecido da Ditadura se incorporava nele; sua voz mudava enquanto ele relatava que tinha sido sequestrado entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Mas seu pesadelo não era uma viagem pessoal, singular, a dor, mesmo a mais individual, é coisa coletiva: parecia que todo seu país era embalado pelos mesmos sonhos de terror, quando nomes como Ustra eram invocados, ou se pedia um novo AI-5, ou se dizia que a Ditadura Militar tinha falhado por deixar sua missão incompleta. Sua missão genocida.

A História prefere os aspectos diurnos da vida. A noite parece ser o momento da desrazão, do recolhimento ao incomunicável, como fazer um arquivo da noite, do momento em que o sonhador se retira completamente do mundo para rever os seus fantasmas mais íntimos e arcaicos? Há mesmo quem suspeite politicamente da Noite, como Ernst Bloch, para ele o devaneio diurno é utópico, a noite desperta as potências regressivas da subjetividade (BLOCH, 2006). Mas é preciso considerar isso com o dado de que, ao menos nos Mitos, a Noite sempre antecede o Dia; o Dia é filho da noite e muito raramente o contrário. Agamben sugere que ser contemporâneo é enxergar as sombras, as trevas que se ocultam na luz ofuscante do presente (AGAMBEN, 2009, P. 62). Graciliano Ramos, ao descer no porão do Navio Manaus, diz ter visto uma luz inédita, a luz de trevas luminosas, uma imagem para inverossimilhança, e a realidade, do horror:

Havia luzes toldadas por espesso nevoeiro: uma escuridão branca. Detive-me, piscando os olhos, tentando habituar a vista. Erguendo a cabeça, via-me no fundo de um poço, enxergava estrelas altas, rostos curiosos, um plano inclinado, próximo, onde se aglomeravam polícias e um negro continuava a dirigir-me a pistola. Era como se fôssemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. Resvaláramos até ali, não podíamos recuar, obrigavam-nos ao mergulho. Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião dos nossos proprietários, necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam. Desviando-me deles, tentei sondar a bruma cheia de trevas luminosas. Ideia absurda, que ainda hoje persiste e me parece razoável: trevas luminosas. (RAMOS, 1960, p. 97).

Costumamos associar o saber à luz, ao esclarecimento, à claridade. Mas e se houver também um saber à luz de trevas luminosas? Os surrealistas viam na Noite todas as potencialidades da vida, não somente a regressão, mas o ser habitado por outros, mesmo outros já mortos, e o outrar-se, por isso o poeta deixava escrito em sua porta, quando ia dormir: silêncio, o poeta está trabalhando.

A noite é tempo de fantasmas. O tempo dos fantasmas remete ao spectral, um passado que

retorna e retornará, no presente e no futuro, o que nos coloca diante de um outro tempo histórico, diverso do tempo disciplinar em que o passado é um objeto a ser investigado (ÁVILA, 2024) Um outro tempo que também demanda uma outra escrita (OLIVEIRA, 2024).

Esse historiador então, pensando que a Ideia da Noite era maior do que o conceito da Noite, procurou amparo na poesia, mesmo correndo o risco de ser acusado de romper com a cientificidade (diga-se diurna) da escrita da História. Mas então, de tanto pensar sobre a Noite, ele acabou sendo tocado por ela, a noite entrou em seu sangue, contaminou seu cérebro e ele estava se tornando, ele mesmo, um Historiador Noturno.

Súbita mão de algum fantasma oculto
Entre as dobras da noite e do meu sono
Sacode-me e eu acordo, e no abandono
Da noite não enxergo gesto ou vulto.
Mas um terror antigo, que insepulto
Trago no coração, como de um trono
Desce e se afirma meu senhor e dono
Sem ordem, sem meneio e sem insulto.
E eu sinto a minha vida de repente
Presa por uma corda de Inconsciente
A qualquer mão noturna que me guia.
Sinto que sou ninguém salvo uma sombra
De um vulto que não vejo e que me assombra,
E em nada existo como a treva fria. (PESSOA, 2006, p. 129)

Noite morta.
Junto ao poste de iluminação
Os sapos engolem mosquitos.

Ninguém passa na estrada.
Nem um bêbado.

No entanto há seguramente por ela uma procissão de sombras.
Sombras de todos os que passaram.
Os que ainda vivem e os que já morreram.

O córrego chora.
A voz da noite...
(Não desta noite, mas de outra maior). (BANDEIRA, 2009, p. 91)

A noite
desceu. Que noite!
Já não enxergo meus irmãos.
E nem tão pouco os rumores que outrora me perturbavam.
A noite desceu. Nas casas, nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos, a noite espalhou o medo e a total incompreensão.
A noite caiu. Tremenda, sem esperança...
Os suspiros acusam a presença negra que paralisa os guerreiros.
E o amor não abre caminho na noite.
A noite é mortal, completa, sem reticências,
a noite dissolve os homens, diz que é inútil sofrer,
a noite dissolve as pátrias, apagou os almirantes cintilantes!
nas suas fardas.
A noite anoiteceu tudo... O mundo não tem remédio...
Os suicidas tinham razão.
Aurora, entretanto eu te diviso,
ainda tímida, inexperiente das luzes que vais ascender

e dos bens que repartirás com todos os homens.
Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
adivinho-te que sobes,
vapor róseo, expulsando a treva noturna.
O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos,
teus dedos frios, que ainda se não modelaram mas que avançam
na escuridão
como um sinal verde e peremptório.
Minha fadiga encontrará em ti o seu termo,
minha carne estremece na certeza de tua vinda.
O suor é um óleo suave, as mãos dos sobreviventes
se enlaçam,
os corpos hirtos adquirem uma fluidez, uma inocência, um perdão
simples e macio...
Havemos de amanhecer.
O mundo se tingem com as tintas da antemã
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário
para colorir tuas pálidas faces, aurora. (ANDRADE, 1973, p. 57)

Disso concluo alguns pontos sobre o que seria uma história noturna, não apenas uma história que tematize noite, mas que seja feita por mãos noturnas:

1. Noite aqui tem um sentido básico, literal. As decisões nas madrugadas, a clandestinidade, a noturnidade, conceito de Guevara. Tem a ver com o estado de exceção e uma configuração asfíxiada do espaço público; são bem comuns as remissões aos períodos ditatoriais como uma noite que desceu sobre o mundo, vide como exemplo o romance de Victor Serge, *Meia-noite no século XX*. Na Ditadura Militar, vários acontecimentos decisivos se deram literalmente à noite, o que é um indício do segredo, da conspiração, dos acontecimentos que não podem se dar à luz do dia. Por exemplo, os sequestros, os desaparecimentos. Muitos deles à noite. Vide também situações emblemáticas como a marcha do golpe, a sessão às 3 da manhã em que Goulart foi deposto, a Junta Militar. É interessante que livros que não podem ser acusados de romancear a história têm títulos como *Combate nas Trevas* e *Fantasmas da Revolução*.

2. Mas o noturno se expande para um outro sentido mais amplo, não desconectado desse aspecto literal. A questão espectral, dos fantasmas, tendo como eixo a questão do político. O que seria uma política noturna (lembre-se aqui da frase de Marx em *O 18 Brumário*, sobre o comissário de política que não executava de dia o que decidia à noite e sim executava de noite o que decidia de dia (MARX, 2011, p. 99). A noite como imagem de um tempo confuso, o tempo dos sonhos, do pesadelo. Ou seja uma outra relação com o tempo. O sonho, tal como entendido pela leitura de Didi-Huberman, inspirado em Freud: no sonho várias camadas de tempo se combinam; desejos infantis, acontecimentos presentes, aspirações, antecipações sobre o futuro – enfim, o sonho como anacronismo (DIDI-HUBERMAN, 2013).

3. Assim, o que fazer das sobrevivências, dos corpos nunca encontrados, dos pedidos por um novo AI-5. Então um tempo fora dos eixos, uma vez que a Ditadura Militar é ao mesmo tempo um outro tempo, um passado, e uma série de estranhas sobrevivências no Brasil da chamada Nova República.

4. A noite é espaço de memória. Para o insone, a noite é momento de rever os detalhes do dia, de maneira obsessiva, talvez como um historiador que procura pistas mínimas para resolver

um crime, com o mal-estar de que o excesso de lucidez confina com a alucinação. O personagem Funes, o memorioso, de Borges, sofria de insônia. Sua insônia era apenas um sintoma da memória absoluta, para a qual nada do que aconteceu está perdido. Por outro lado, se dormimos e sonhamos, somos travessia de fantasmas. Mortos retornam para falar conosco. Sombras de passados os mais remotos percorrem nossa subjetividade. Podemos também pensar na figura de um historiador insone ou, por outro lado, um historiador que teve uma noite atribulada de sonhos. Ao despertar para o dia, fica uma estranheza, o cotidiano parece não mais ser normal, há uma sensação de ser estrangeiro ao mundo. As pessoas se movem como máquinas programadas e as regras do convívio dito normal parecem se perder na bruma. Esse seria o efeito de uma história noturna perante uma historiografia hegemonicamente diurna.

5. A ideia central é explorar essas potencialidades noturnas. Mas não como um efeito literário ou intuito de romancear a história, reduzindo-a à estética. A história noturna é parte de uma historiografia. Resulta de pesquisas, cotejamento e crítica de fontes. E propõe uma leitura da história política que considera o imaginário, a sensibilidade etc. O fato de sua escrita ser heterodoxa em sua tessitura pode despertar no leitor aquela reação de um debate um tanto abusado sobre história e literatura, pós-modernismo etc. Nessa linha a narrativa é pensada como estratégia de interpretação. As escolhas narrativas foram movidas metodologicamente. Não vejo literatura como ornamental, escrever bem etc. Nesse sentido as mudanças de registro têm a ver com a complexidade do objeto: não me pareceu que uma única estratégia desse conta da história que pretendo elaborar. Mas é para ser uma pluralidade movida por uma proposta historiográfica e não exercícios de estilo.

6. Acredito que o espaço da história noturna da Ditadura Militar não é tanto no debate sobre história e literatura, narrativismo etc e sim na historiografia contemporânea da Guerra Fria e da ditadura militar. Sem dúvida, a pretensão é de uma historiografia motivada teoricamente, o que me parece ser uma falha da historiografia predominante sobre a Ditadura Militar, críticas serão feitas nos momentos pertinentes.

7. Nada é inventado no sentido de fake News. Se há lacunas, erros eles são isso: erros e não ficções. Os momentos líricos são no sentido de expressar o lugar do historiador que fala sobre um tema recente, recorrente, ameaçador, as voltas da ditadura, os crimes não resolvidos, os desaparecidos etc. pode ser simplismo dizer isso, mas esse é um livro de história. Pensei inclusive se precisava dizer isso, mas preciso e por dois motivos: um para evitar mal-entendidos derivados de que se considera, erradamente, um padrão narrativo como critério metodológico autossuficiente (tipo não usar a primeira pessoa etc); em segundo porque isso faz parte dessa proposta: ou seja, expor as escolhas à crítica.

8. A noite certamente é uma metáfora, e não uma metáfora inovadora. Apenas destaco o papel da metáfora, das imagens, na produção do conhecimento, na exploração conceitual etc. Metáforas são figuras do pensamento e não aspectos meramente ornamentais de um texto. No caso da noite, trata-se de um tema tão sobrecarregado, inclusive, que não sabemos onde começa o metafórico e onde termina o literal. Ou seja, o que liga a nocturnidad às ações noturnas. Um vício de pensamento pode nos levar a concluir que: a descrição literal é a mais próxima ao acontecimento histórico, ao passo que a metáfora é uma escrita ornamental. Mas o que se registra aqui é outra coisa: que se há uma representação precisa do acontecimento nessa história, ela não está nem no literal e nem no metafórico e sim na passagem entre os dois, na correspondência entre o literal e o metafórico. O

metafórico não deve recobrir o literal. Não se deve confundir, também, o metafórico com o poético e o literal como o histórico, tanto na poesia quanto na historiografia a densidade vem desses trânsitos. Como numa passagem do Antonio Callado; em que diante da insistência de João, obsessiva, sobre a questão de Salvador, o torturador que a estuprara, Laurinha, em discurso interno, diz o seguinte:

João, meu corpo já tem sua história de revolução para você e chega, chega, agora chega, olha as medalhas roxas que eu ganhei na luta, as pancadas, os chupões, aquele bruto entrando em meu ventre seco. Me ensaboei no chuveiro, na banheira de água quente, lavei a baba, o cuspe, lavei a revolução toda, e agora chega, chega. Não disse nada de você e de seus encontros, protegi você, menti por sua causa, para você se orgulhar de mim, e agora chega, pelo amor de Deus.' Antigamente, quando algum companheiro balançava a cabeça, dizendo que o Governo Militar era cada vez mais forte e a resistência cada vez mais desmembrada, que as perspectivas revolucionárias eram negras, João, com seu amor pela poesia espanhola, diz: Aunque sea de noche, e ela concordava, fervorosa, mas agora chega, chega, depois da noite na Rua da Relação chega, noite em poesia é uma coisa e na Rua da Relação é outra. (CALLADO, 1971, P. 49)

9. O noturno remete também à noturnidade, que seria a virtude cardinal dos guerrilheiros para Guevara. Mas independentemente desse aspecto da guerrilha, a ideia de que existe uma qualidade daquilo que é noturno. John Jackson fala da capacidade negativa do sonho, o desligar-se da realidade, do princípio de realidade, que permite a eclosão do imaginário, mas também o outrar-se (JACKSON, 2001). A história noturna não é ser tragado por esse mundo de sonhos, mas fazer uma espécie de museu de sonhos. Para isso, escolha de métodos como pensamento por associação, constelações, metáforas, figuras e fantasmas. A noite também é o tempo dos espectros e aqui se fala de uma historicidade específica. O tempo dos fantasmas. Mas, contra todo nosso esforço de sensatez, de encontrar as razões e os motivos ocultos do Terror, uma historicidade em que a realidade é inverossímil, em que o impossível acontece. O impossível que abala nossas tentativas de contextualização histórica. Lembrando, ainda, que a própria desinformação e a névoa da guerra fazem parte de uma estratégia, a mesma que nos levou à Ditadura Militar. Portanto não é por acaso que aqui o historiador se sente como se caminhasse em densa neblina, onde vê os vultos de pessoas desaparecidas.

10. Essa história noturna não pretende substituir e nem mesmo ser melhor do que a história diurna, que se volta para os interesses racionais em disputa na política, as estratégias elaboradas, a ideia de que um determinado contexto pode ser explicado e interpretado. Mas claro que a ideia de dia muda um pouco se prestarmos atenção nas sombras e mesmo na cota de trevas e escuridão que torna a visão diurna possível. A historiografia, é sabido, quando vai tentar explicar causas ou motivações de um acontecimento, muitas vezes se ampara numa espécie de bom senso, uma noção sobre como pessoas razoáveis decidiriam por tal caminho (falo aqui de história contemporânea em que a proximidade cria uma sensação de familiaridade). Isso pauta também as investigações. Um trânsito entre o verossímil, o sensato e o razoável. Mas quem trabalha com um tema como a ditadura, sobretudo quando se vai investigar crimes, apurar responsabilidades, você logo é invadido por relatos os mais fantásticos e incríveis. Mas nada pode ser descartado, não apenas pela dificuldade de juntar elementos, informações, mas também porque muitas vezes aquilo que parece mais fantástico é o acontecimento mesmo. Isso, reforçado pelo dado de que há um elemento político proposital de desorientação movido pelos agentes da Ditadura e seus herdeiros. Como no caso dos telefonemas para a mãe de Ieda Delgado, que desapareceu em 1974, de pessoas que fingiam ser Ieda, anos depois

de seu desaparecimento, ou, como as mais variadas hipóteses sobre quem foram os responsáveis diretos pelo desaparecimento de Honestino e os destinos de seus restos mortais. Muitas vezes, as fontes das informações são os próprios perpetradores, interessados em criar a névoa da guerra e considerando que a informação é parte da guerra. O essencial aqui é que o historiador, mesmo não sendo ator político da luta contra a Ditadura, investiga o passado sob essa mesma névoa, porque o intuito dela é desinformar. O quadro é complexo e muitas vezes irremediavelmente lacunar, mas nem por isso é irracional, no sentido de impossível de ser inteligido historicamente (a não ser para aqueles que confundem bom senso e razão).

11. No limite, dou uma de bolsonaro: me desculpem, quando escrevi isso estava sob efeito de morfina.

Ou melhor, quis trazer um pouco da noite para esse Simpósio, que sem dúvida é um evento diurno. Teorizamos sobre o tempo, elaboramos conceitos. Minha contribuição é dizer que se fazemos isso, fazemos à sombra de trevas luminosas, que estão aqui mesmo nessa sala, vocês não veem?

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. trad. Vinícius Nicastro Honesko, Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião. 10 livros de poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ÁVILA, Arthur Lima. Sobre fantasmas e o paraíso (perdido) dos historiadores: breves comentários sobre espectralidade do passado e a história do presente. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 30(55), 2024.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: nova Aguilar, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasilense, 1984.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança. Vol 3*. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Contraponto, 2006.

CALLADO, Antonio. *Bar Don Juan. Romance*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

GUEVARA, Ernesto . *Guevara/ Guerrilha*. São Paulo: Editora Base, 1968.

GUEVARA, Ernesto. *Obras Escogidas.1957-1967*. La Habana: Editorial de ciencias sociales. 1985.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

JACKSON, John. *Souvent dans l'être obscur. Rêves, capacité négative et romantisme européen*. Paris: José Corti, 2001.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo. 1969-1975*. São Paulo: EdUSP, 2013.

MAGNO, Alexandre. *Práticas do espaço nas noites de Brasília. Uma homotranscartografia do centro do Distrito Federal (1970 – 2000)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2024.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo : Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória.. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 30(55), 2024.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 21006.

RAMOS, Graciliano. : *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Livraria Martins, 1960.

O CONFRONTO COM A TRANSIÇÃO GERACIONAL: POSSIBILIDADE DIDÁTICA PARA O DESPERTAR DA PRÓPRIA HISTORICIDADE

Glauber Fonseca Silveira

Prefeitura Municipal de São Paulo

E-mail: glaubersilveira11@gmail.com

Nossa proposta neste trabalho é apresentar um experimento didático no ensino de história que mostra que é possível intervir na constituição existencial e histórica dos nossos alunos.

Intervir no sentido de fazer com que, na ocasião dessas aulas, possamos provocar uma abertura e criar estímulos para que as estruturas de sua condição histórica passem a ser melhor percebidas por eles mesmos. Para que possam reavaliar melhor as relações que têm estabelecido com seu próprio passado, presente e futuro, e, por conseguinte, ter oportunidade de reelaborarem criativamente seu próprio destino.

Contribuições do conceito de historicidade para o ensino de história

O conceito central nessa abordagem didática é o de historicidade. Presente na legislação educacional brasileira (BRASIL, 2017, p. 412), ele tem origem na tradição fenomenológica e hermenêutica, e busca descrever as condições de possibilidade maximamente gerais da história. A historicidade humana é, portanto, um fenômeno existencial que está na base de todas as histórias, uma raiz comum entre a história como acontecimento e a história como conhecimento dos fatos. Indica que a história não é primariamente um conjunto de fatos estabelecidos para o estudo escolar e acadêmico, mas antes de tudo, um conjunto de estruturas existenciais através das quais a vida humana procura se organizar e se orientar frente aos desafios de seu tempo. Portanto, mesmo que de modo irrefletido ou indiferente, cada um possui sua própria história, pois somos feitos de historicidade, laço comum dos indivíduos às diversas esferas da coletividade.

Na prática do ensino de história este conceito pode nos oferecer boas contribuições pedagógicas. Como a historicidade está na raiz tanto dos acontecimentos quanto do conhecimento a respeito dos fatos, podemos sugerir, por exemplo, que quanto mais pudermos tornar evidente para os nossos alunos sua própria condição histórica, isto é, quanto melhor eles puderem sentir a si mesmos como seres históricos, tanto maior será o interesse pelos conteúdos historiográficos escolares.

Outra particularidade da historicidade humana é que ela se processa de um modo que é a um só tempo intelectual e afetiva. Dito de outro modo, é anterior à divisão entre significados/conceitos e o sensorial/afetivo. Como observou Gumbrecht, a sociedade ocidental moderna, em sua formação histórica, priorizou quase que exclusivamente a dimensão do significado e acabou ofuscando nossas relações com a dimensão corpórea e sensorial da história (2010, p. 39), produzindo uma cultura que dá sinais de carência de habilidades ligadas à espacialidade e à afetividade. Ao final deste trabalho teremos oportunidade de indicar como tais deficiências estão na base da formação de uma concepção

congelada de história.

Pode-se também aproveitar da aplicação do conceito de historicidade o benefício de poder intercambiar aspectos da história pessoal à coletiva por meio de “jogos de escala” (RICOEUR, 2020, p. 197; ver também PEREIRA & ARAUJO, 2019, p. 47). Ao conseguir perceber em si mesmo algumas das estruturas que permitem aos acontecimentos em geral virem à tona, tal como a condição de estar em um mundo específico e ser condicionado por ele, ter intenções e projetos que se tencionam nos desejos e na existência dos outros. Ter que conviver com a divisão do poder e dos espaços, física e socialmente, incluindo aí a diferença entre as gerações no conjunto das tensões do mundo. Todos estes elementos constitutivos da historicidade são comuns tanto aos desafios pessoais como aos motivos de fundo presentes na história nacional ou mundial. Ao descobrir e explorar didaticamente este terreno compartilhado pelas histórias pessoais e coletivas pode-se circular entre elas com maior facilidade. Nesse processo é possível direcionar o interesse pela descoberta de si mesmo como ser histórico para novos questionamentos sobre como a história geral interfere na história pessoal ou o contrário.

Além disso, a elaboração deste conceito nos ajuda a perceber que são possíveis múltiplas concepções de história diferentes, pois são construídas culturalmente para atender necessidades contextualizadas no tempo e estas concepções de história distintas podem inclusive conviver simultaneamente no caso de sociedades complexas e diversificadas como a nossa. Chamaremos de temporalidade a condição humana de ser desafiado pela abertura do tempo e nela ter que responder às situações de mudanças e permanências. Diante das demandas e desafios específicos de seu contexto, nas quais pessoas, organizações e povos necessitam formular uma concepção de história que lhes ajude a estabilizar significados e afetos frente ao mundo que é o seu.

Pretende-se com essa abordagem teórica e metodológica responder a um problema já muito conhecido no universo escolar que é a perda de interesse, e às vezes mesmo um rechaço, pelos conteúdos históricos nas salas de aula, quando não pela educação formal como um todo. De fato, muitas vezes nos deparamos com o questionamento por parte dos alunos sobre de que vale estudar história se ela está voltada para o passado, o que, lido na chave das novas gerações quer dizer algo que já não serve mais pra nada. Foi a partir de questionamentos desafiadores como este sobre a validade e utilidade da história para a vida que tomamos a sério a provocação como sinal de necessidades educacionais reais que precisavam ser trabalhadas de um modo integral.

Conforme pode-se deduzir do conceito de historicidade, uma proposta didática capaz de tocá-lhes na sua concepção de tempo e de história e queira estimular-lhes no exercício das habilidades relacionadas à sua condição histórica precisa partir antes de um diagnóstico das experiências temporais social e culturalmente construídas pelo grupo em questão e averiguar qual é a sua forma de se projetar historicamente. A seguir vamos apresentar um estrato deste diagnóstico.

Um diagnóstico das experiências do tempo no contemporâneo

Por meio de observações diretas em sala de aula e com o suporte da teoria da história, constatou-se¹ que a experiência do tempo predominante no nosso contemporâneo é de superinflação do presente, que se desdobra em uma concepção congelada de história.

¹ Uma abordagem mais completa dessa avaliação diagnóstica pode ser consultada na dissertação “Teoria e ensino de história - respostas ao mundo presente”.

Vejam como a experiência social do tempo no contemporâneo nos conduziu a esse estado de coisas. Vivemos em um presente marcado pela aceleração vertiginosa da produção, circulação e consumo de mercadorias, serviços e informação. A desmontagem dos sistemas de seguridade social, ao lado da crescente desregulamentação dos Estados nacionais operando com o suporte das tecnologias microeletrônicas e digitais produz, em fluxo contínuo e intermitente, uma superoferta de produtos e informações que, levando ao limite a capacidade nervosa de absorção de estímulos, e os extrapolando pouco a pouco, leva a uma mudança no padrão perceptivo do aparato sensorial e existencial humano (TÜRCKE, 2014, p. 66). A forte pressão concorrencial que impulsiona o bombardeio audiovisual em um aparato sensorial nervoso já ultrassaturado dos contemporâneos produz pouco a pouco um novo e já notável “padrão comunicativo” e estético que afeta profundamente a percepção do espaço, do tempo e da história, produzindo mudanças significativas nos esquemas tradicionais da condição existencial. Em meio à alucinada velocidade de emissão e recepção contínua de imagens e sons por meio das etéreas redes digitais se vai produzindo uma lenta, porém consistente, perda da própria temporalidade e da própria historicidade. Diversos dos dispositivos que compõem as novas tecnologias, cujo trabalho contínuo e automatizado de fundo é o acúmulo de capital, promovem uma relação de descarte do potencial de orientação do passado e do futuro, como meras exterioridades supérfluas. O uso dos aplicativos pode dar uma ideia de como vamos nos habituando a uma relação de descarte do passado e de passividade em relação ao futuro. Estes dispositivos são feitos de um modo que quando precisam ser reformulados não há necessidade de serem reconstruídos novamente, mas apenas vem a ser adaptados espontânea e imediatamente a partir de uma versão mais recente. Assim, apenas o mais atual é preservado, sendo todo o restante descartado (LEVY, 2001, p.114). Se por um lado aquilo que foi passa a ser visto como um mundo que está ultrapassado, por outro lado a ideia de construção do futuro também perde o sentido. Não há tempo a perder, como dizem as publicidades de bordão “o futuro é agora”.

O uso da internet, com suas múltiplas chaves de buscas de uso simultâneo deixa crer que diante da abundante superoferta de acessos se está sempre a um passo do que é o decisivo e indispensável, criando uma tensão constante para a dispersão e distração, cujos resultados são a perda da noção do próprio tempo, como também do espaço e da presença física. Não à toa que se constate às vezes que, após um tempo navegando, se “esqueceu das horas”.

Em meio a pressão por aparição midiática dos novos tempos sente-se cada vez mais uma necessidade difusa de estar conectado, isto é, em condições de receber e emitir irradiação de imagens e sons, de preferência em tempo real. Em meio ao tiroteio midiático se produz uma verdadeira vertigem dos sentidos, fazendo com que apenas o que é mais imediato e sensacionalista consiga capturar a atenção das pessoas, ainda que por um curto período de tempo. Nesse contexto, a visão do passado como prerrogativa necessária para a construção do futuro, e este como lugar de otimismo e emancipação, perde grande parte do seu potencial de adesão.

A sensação que passa a tomar conta da população em geral, mas sobretudo das novas gerações, é de que apenas o mais atual é o que importa, sendo o futuro distante demais para atender a urgência de satisfação. O passado passa a ser visto como algo que pode ser deletado sem maiores prejuízos para a configuração atual do mundo.

Conforme vamos nos adaptando e nos conformando a essas novas condições imediatistas de

existência vai-se perdendo progressivamente no sentido de toda sua proveniência e destinação. E é exatamente essa experiência que produz, nas condições atuais, uma concepção de história congelada, que condiz com a vertigem e anestesiamiento dos sentidos que é sentido frente ao tempo acelerado da produção, circulação e consumo tanto de mercadorias como de informações. Foi diante de um diagnóstico deste que nos propusemos a elaborar atividades que avivassem a percepção dos alunos para a sua própria condição histórica. A atividade a seguir é uma delas.

O confronto intergeracional

Propusemos a algumas turmas de alunos que trouxéssemos como convidados um ex-aluno ou ex-aluna que pudessem contribuir em uma roda de conversa sobre algum dos temas de interesse em nossas aulas. Embora os temas de interesse sejam diferentes, todas as conversas aqui elencadas acabam refletindo modos possíveis de lidar com o tempo e a história.

Para o recorte deste relato vamos analisar fragmentos de 4 destas conversas, sendo 2 delas feitas com alunos que vieram para nos contar como tem sido o ensino médio nas escolas técnicas para os quais foram aprovados e 2 outras feitas com alunas que foram convidadas com o objetivo de relatarem e promoverem um pouco de suas habilidades artísticas (desenho e literatura).

Nossa hipótese neste trabalho é que nos diálogos que se tecem nestes encontros se produz para todos os participantes um certo confronto com o movimento geracional. Os relatos de sua inserção em novos espaços sociais, as criações a que tem se dedicado, as responsabilidades que estão assumindo, tornam presente e palpável a incontornável mutabilidade das condições históricas de vida e estimula nos nossos alunos a percepção de si mesmo como um ser histórico.

As experiências que obtiveram na construção de seu projeto e passam a ser narradas como que testemunham sobre a inserção dos nossos convidados em outras formas de experimentar o tempo e de se projetar historicamente. Como estas temporalidades se distinguem das relações temporais vivenciadas em seu mundo mais imediato e corriqueiro acabam produzindo um certo estranhamento em relação àquela imagem de mundo estagnada que emana da vivência de uma temporalidade imediatista.

As narrativas dos nossos ex-alunos, ao refletirem horizontes temporais diferentes dos que são encontrados em seu mundo mais cotidiano, são capazes de, pelo menos em parte, colocar em suspeita a tendência ao radical imediatismo latente no contemporâneo. E, conforme o diálogo vai avançando vão aparecendo também várias das estruturas constitutivas da transformação histórica, permitindo a anfitriões e convidados a reavaliar para si mesmo o movimento de suas dimensões temporais, assim como estimulando uma reelaboração das relações estabelecidas com o próprio futuro, presente e passado.

Nossos convidados tornam-se para os alunos regulares algo como a presentificação de futuros possíveis, e com isso ampliam e consolidam o leque de opções disponíveis em seu mundo social e cultural. Mostram, por exemplo, que é parte da nossa condição histórica a necessidade de decisão para efetivar o acesso a muitas dessas opções.

Um dos aspectos que fazem a força desta atividade está na posição ambígua que ocupam nossos convidados. Por um lado, eles pertencem à mesma geração que os alunos atuais, sendo assim um deles, no sentido de compartilharem um mesmo horizonte temporal e territorial. Por outro lado,

este ex-aluno partiu, devido sua conclusão em um nível de ensino, e foi ter em outros espaços, acumulando experiências que os colocam em uma gradação geracional distinta. Ao retornarem à unidade escolar para narrar do que viveram nessa distância temporal corporificam a transição entre as gerações e assumem espontaneamente esse lugar, conforme veremos no decorrer das conversas. Esta posição intermediária entre a geração dos professores e a dos alunos regulares tem o curioso efeito de despertar o interesse destes, que se verifica no esforço de escuta mais atenta.

Nestas ocasiões nossos convidados assumem uma posição de narradores ou testemunhas no sentido utilizado por Walter Benjamin. Embora os desdobramentos dessa relação fiquem para ser explorados ao final deste texto, por hora gostaria de indicar que, embora a faculdade de transmitir e compartilhar as experiências vividas estejam se perdendo em meio ao avanço das forças produtivas capitalistas, a atividade que será detalhada a seguir é capaz de resgatar, ainda que parcialmente, elementos para a formação de uma “comunidade de ouvintes”, assim como estimular o “dom de ouvir” (BENJAMIN, 1987, p. 204).

Mateus e Taylla

Iniciemos com o aluno Mateus, aprovado na etec. Ele se apresenta do seguinte modo:

Olá. Sou Matheus, estudei aqui desde o 2º ano e tenho 15 anos.

__ (prof. :) Como foi o Negro pra você?

Pra mim foi bom né, foi a escola que eu passei a maior parte do tempo. Na minha época era mais raiz. Era brincadeira, não tinha tanta cobrança. Então era mais diversão, assim. Agora na etec parece que você está trabalhando. É trabalho o tempo todo. Parece que os professores acham que você não tem tempo fora da escola, tipo isso, pra você ver o nível que é. Termina um trabalho começa outro.

É curioso que “apresentar-se” seja entendido pelo nosso convidado como mostrar a si mesmo como uma extensão temporal: “sou o Matheus, estudei aqui desde o 2º ano e hoje tenho 15 anos”. Descrever-se dessa forma parece atestar que a temporalidade é de fato constitutiva de todo horizonte de autoentendimento existencial. Mas até aqui ele apenas delimitou um marco inicial e um final para o seu relato. Estes marcos não são absolutos, mas relativos a uma questão prática, ele o utiliza para apresentar a si mesmo como alguém que pertence de fato e por direito aquela comunidade: do 2º ano até o presente.

Depois de delimitar dois marcos temporais ele passa a preenchê-los de conteúdo vivencial: “na minha época era mais brincadeira, agora na etec parece que estou trabalhando”. O contraste criado no seu discurso entre seu passado de leveza e brincadeiras frente a sua expectativa de um futuro de maior exigência lhe serve exatamente para explicar a si mesmo e a seus ouvintes a surpresa que ele tem vivido a respeito de seu próprio presente (“pra você ver o nível que é”!), que é de um ritmo de estudo mais ativo e difícil.

Ao confrontar seu próprio passado, presente e futuro, que ele pode elucidar suas transformações vividas. Seu sentimento de espanto e entusiasmo parece transmitir-se aos alunos regulares, que podem de algum modo compartilhar do mesmo movimento existencial de identificar e avaliar as próprias condições temporais. Enquanto isso, nosso convidado realiza algo como um acerto de contas com seu passado que lhe permita interpretar e reelaborar o sentido do seu próprio desenvolvimento no tempo.

Da mesma forma, a interpretação do seu presente se dá por meio da antecipação de um futuro possível para o qual ele está se dedicando: “agora na etec parece que estou trabalhando”, o duplo sentido da palavra trabalho lhe serve para fazer essa aproximação.

Se em relação à fala do nosso convidado parece ter ficado claro que ele está de fato revendo e reavaliando o movimento da sua condição histórica, cabe perguntar se também o grupo de alunos que está participando nessa roda de conversa na posição de audiência faz um movimento semelhante. Isto é: será que o grupo de alunos anfitriões também reelabora criativamente seu futuro a partir dessas conversas?

Poderíamos oferecer aqui 2 indicativos diferentes de que sim, de fato isto está acontecendo também entre os participantes, ainda que não sejam todos, nem seja do mesmo modo. O primeiro deles é mais casual e espontâneo e o outro é mais possível de ser mensurável. Tratam-se de manifestações espontâneas que irrompem no meio da conversa, por parte de alunos que por algum motivo sentem a necessidade de comunicarem repentinamente a decisão que tomaram em relação ao tema da conversa. Este fenômeno nos indica que para estes alunos a conversa gerou uma pressão interna forte a ponto de fazer suas resoluções emergirem no campo da linguagem. Essa decisão só pode ser tomada se houver igualmente um certo acerto de contas com seu passado e também antecipação de futuros possíveis. Algo assim acontece tanto no caso dos alunos que ingressaram no ensino profissionalizante como no caso das convidadas que virão falar de suas habilidades artísticas.

Há ainda um segundo indicativo de que a conversa tem um efeito prático na reelaboração da historicidade própria dos alunos. Trata-se do engajamento efetivo na proposta de ações e atividades que oferecemos na sequência dessa conversa e para o qual ela devia ser de fato um motivador. Assim, depois de uma roda de conversa como esta é possível esperar que o grupo de alunos que participem do curso preparatório para o vestibulinho da nossa unidade se amplie.

Estes acontecimentos devem servir para mostrar que de fato há impactos na coletividade dos alunos. Mas é preciso ressaltar que a tarefa a que nos propomos não é levar os alunos a tomar essa ou aquela decisão, não é interferir no conteúdo do direcionamento histórico que devam dar a suas vidas, mas intervir na dinâmica estagnada da temporalidade que predomina no contemporâneo, insuflando-lhe alguma autopercepção a respeito de seus diferentes elementos formadores e estimulando o exercício das habilidades de reelabora-la por si mesmos criativamente.

Passemos agora à análise de outro diálogo. A aluna Thaylla, que se apresenta do seguinte modo:

Oi, meu nome é Thaylla, tenho 16 anos e estou no meu 2º ano da etec. Meu curso é administração e poderei trabalhar no RH de alguma empresa ou abrir a minha própria empresa.

Também aqui se repete a apresentação de si como uma extensão temporal, reforçando a hipótese de que se trata de uma condição antropológica básica. Neste trecho, a fala de nossa aluna Taylla volta-se prioritariamente para o futuro, deixando bem marcado seu horizonte de expectativas. Ela se refere a possibilidades que estão se abrindo e se concretizando de fato em sua nova rotina de estudos. As opções que ela apresenta como parte de seu horizonte de futuro não são meramente virtuais. São possibilidades que estão sendo tecidas factualmente devido a um esforço continuado e sua nova inserção institucional específica, os quais trabalham com uma organização temporal que não é nem

a do automatismo, nem do imediatismo. Trata-se de uma construção de uma história feita a partir de domínio de repertórios intelectuais e o desenvolvimento de habilidades comportamentais ligadas ao mundo corporativo, como também predisposições afetivas ligadas ao exercício da profissão.

É sabido que a formação profissional qualificada tem impactos determinantes nos modos como a experiência do tempo pode ser usufruída em sociedade. O futuro profissional dos jovens, sobretudo aqueles que vêm de famílias de baixa renda, delimita em grande medida o que estará disponível no seu horizonte de mundo. O interesse e o empenho por parte dos nossos alunos para ingressar na formação técnica se deve a oportunidade de escapar da tendência geral a precarização do trabalho e da informalidade, quando não do desemprego puro e simples - tendências do mundo atual que flagelam as relações econômicas e que são perceptíveis ao seu redor. As relações de trabalho precarizadas possuem seu horizonte temporal bem marcado pelos traços da instabilidade e da insegurança quanto ao futuro, assim como um descarte programado dos vínculos construídos. Estas novas formas de organização do tempo do trabalho são absorvidas existencialmente e refletem-se em determinadas disposições de ânimo e afetividades que modulam o modo de se projetar historicamente. Característica que ficou bem esclarecida no seguinte trecho da análise de Guy Standing:

Acresce que [o precariado] é a primeira classe para a qual a regra é possuir um nível de habilitações superior ao tipo de trabalho a que os seus membros poderão aspirar. Tal facto [produz] desequilíbrio que gera na pessoa uma profunda frustração no que diz respeito ao *status*, além da raiva própria de quem não sente que há um futuro e que a vida e a sociedade hão de conduzir a um estádio melhor. (2014, p.14)

Por em destaque os diferentes regimes de trabalho quer demonstrar que as novas formas de se organizar no tempo e de se projetar historicamente em que nossa ex-aluna está se inserindo correspondem a um conjunto de possibilidades que estão disponíveis no horizonte de seu meio social e que derivam da política econômica e distributiva do país. O que quer dizer também que reelaborar o próprio destino histórico não é de modo algum uma atividade que dependa apenas de uma decisão de foro íntimo. Não é uma tarefa que dependa exclusivamente da vontade individual, mas é primariamente uma problemática coletiva, que formam e sustentam as opções disponíveis ao mesmo tempo que obstrui e desqualifica outras tantas possibilidades da vida social, política e econômica, dentro do qual o indivíduo se move. De forma que o destino individual existe como uma possibilidade aberta no seio de múltiplas experiências coletivas que dispõe de força de orientação, Em suma, a decisão individual só é possível diante de condições disponíveis no seu horizonte social.

O ingresso na vida profissional pela porta da qualificação é fruto de políticas desenvolvimentistas com um histórico longo no Brasil, mas que está longe de ser um horizonte inviolável. Ao contrário, as temporalidades socialmente construídas estão também em disputa nos confrontos da arena política e econômica do país e do mundo. Há inclusive uma indicação bem sutil dessa tensão entre formas distintas de projetar historicamente a organização do trabalho na fala da Thaylla, quando ela menciona a dupla possibilidade de estar ou empregada em alguma empresa ou de tornar-se ela própria a empresária.

É exatamente em pontos como este da conversa que os professores podem tomar uma parte para estimular a melhor compreensão do cenário político econômico do país, suas disputas e movimentos históricos e mostrar como eles estão diretamente ligados aos interesses e possibilidades

de desenvolvimento pessoal.

A fala da Thaylla neste dia permite também verificar que não são apenas os alunos regulares que recebem nestes encontros motivos de reflexão para reelaborarem sua relação com o tempo e a história, mas também os nossos convidados, na oportunidade de falar e ouvir sobre suas próprias experiências encontram ocasião apropriada para revê-la e reelaborá-la. Eis o trecho em questão.

Na primeira sala onde Thaylla conversou, ainda na primeira aula do dia, entre as muitas novidades que contou de sua nova escola, ela mencionou o fato de haver a possibilidade de participar de um intercâmbio promovido em parceria com a escola técnica onde estuda. Mas esta oportunidade era apenas a partir do 2º ano do ensino médio e ela ainda estava no 1º, pois fora reprovada em seu primeiro ano. A conclusão inicial que expressou sobre este ponto era de fracasso, de perda. Ela não poderia concorrer ao intercâmbio. Mas durante as conversas e perguntas fizeram-na notar que no próximo ano ela poderá estar em condições de participar do intercâmbio. E esta conversa gerou reflexos na sua autopercepção, já que na segunda turma em que fomos refazer a conversa ela, ao mencionar a possibilidade do intercâmbio, já não a descreveu na chave da perda, mas já narrou do seguinte modo:

na minha etec tem intercâmbio para que alunos possam ir morar e estudar fora do país. Mas apenas alunos do segundo e terceiro ano podem participar. Ano que vem estarei no segundo e quero participar também

Agora a chave era de uma possibilidade positiva e aberta. Ela claramente fez, neste particular ao menos, uma reavaliação e reorganização das relações temporais de sua própria historicidade.

Michele e Sabrina

Mudemos agora a temática das conversas. As duas alunas a seguir foram convidadas com o objetivo de estimular e promover suas habilidades artísticas. Michele veio oferecer uma oficina de desenhos para ajudar os alunos na criação de ilustrações e Sabrina veio falar da publicação de 2 textos seus em um livro produzido na escola mesmo e, assim, estimular os alunos a participarem de um novo concurso literário.

Mesmo sendo bem diferentes em vários aspectos é curioso como suas falas coincidem em alguns pontos importantes. A começar por introduzir sua abordagem falando da importância que a arte ocupou em sua trajetória de vida. Em seguida ao considerarem sua criação artística como um dispositivo que lhes ajuda a lidar melhor com as suas emoções. Ouçamos o que diz a Michele:

Não sou profissional, não sou professora de desenho, desenho por hobby mesmo. Desenho porque eu gosto de desenhar e é uma forma de me expressar. É uma forma de pôr minhas emoções no caderno. Alguém aqui gosta de, sei lá, fazer alguma coisa que se sinta confortável? Então, é o que o desenho me faz sentir.

Como vimos anteriormente, a disposição afetiva e sensorial é tão constitutiva do projetar-se histórico quanto os significados, ideias e conceitos. Se essa dimensão fica ofuscada nas relações sociais isso se deve a um fato cultural que vem dos deslumbres com o racionalismo iluminista. Ignorar a dimensão corpórea e emocional do modo como nos projetamos historicamente gera, contudo, danos significativos tanto para uma boa compreensão quanto aos cuidados necessários à vida em sociedade.

Os excessos de significação geram escassez de habilidades para lidar com as propriedades corporais, sensoriais e afetivas e deixam marcas em nosso repertório cultural.

É de uma forma sutil, como lhe é característico, que Michele sugere que os mundos cotidianos por eles compartilhados bem podem ser descritos como desconfortáveis ou incômodos. Sugere que o exercício da arte pode ser um recurso para suspender a pressão dos afetos que emanam das relações ordinárias de pressa, obrigações e cobranças. Em seu testemunho, a criação dos desenhos é uma possibilidade de urdir e experimentar outras sensações que rompam com o mal-estar cotidiano. Neste particular sua compreensão quanto ao valor da experiência estética se aproxima da concepção formulada por Gumbrecht quando diz que “o que nos fascina em momentos de experiência estética (...) é sempre algo que nossos mundos cotidianos não conseguem disponibilizar” (2010, p.129).

E como há indicativos de que se vive em uma cultura caracterizada pela obstrução da dimensão corpórea e afetiva na fala das nossas duas alunas aqui elencadas podemos sugerir que esta característica já foi percebida pelas novas gerações como parte dos seus principais desafios.

Se a experiência estética permite esta reelaboração de afetos isso se deve ao fato de que junto da fruição ou criação artística se experimenta junto uma outra forma de temporalidade, que já não é mais aquela utilitária e pragmática das relações do dia a dia. O que conseqüentemente implica numa reelaboração dos modos possíveis de se compreender e de se projetar historicamente.

De modo semelhante a aluna Sabrina afirma ter aprendido a lidar com suas emoções com a ajuda da escrita literária

Sempre fui uma pessoa com muita dificuldade de expressar o que eu sentia. Era uma pessoa muito fria e não conseguia demonstrar de forma nenhuma o que eu sentia. E aí eu expressava isso por meio da escrita, foi assim que eu aprendi a lidar com meus sentimentos. Tanto que nessas cartas são personagens fictícios, mas era o que eu sentia no momento, aí transformei meus sentimentos nos personagens.

O motivo na coincidência de abordagem das duas alunas não é casual, mas se deve ao compartilhamento de uma mesma “situação geracional”, como chamou Karl Mannheim, ao indicar que há um conjunto de influências e limitações disponíveis no jogo social na qual uma nova geração advém. A proximidade dos anos de nascimento em um mundo histórico comum implicaria assim na associações de pensamentos, sentimentos e modos de conduta devido à compartilharem um mesmo tipo de “encaixe no processo histórico” (1993, p.209) que elaboram desde seu advento ao mundo. As novas gerações, desde as “mais tenras impressões de juventude” se fixam nos usos dos instrumentos práticos e nas formas de sociabilidade mais atuais como suas condições reais de existência e que formam como que uma “imagem natural do mundo” (1993, p. 216).

No século XXI, os nativos digitais recebem um mundo cujo padrão quase absoluto é ser amplamente regulado pela pressão concorrencial de todos contra todos, cujas qualidades das relações são medidas pela espetacularização, forçando uma necessidade de se estar sempre em evidência, construindo uma vida de aparências, que replica estratégias da publicidade. Com esse ambiente nossa sociedade produz sensações e afetos predominantes, como é o caso da ansiedade, da frustração, quando não uma “cínica resignação” (PEREIRA & ARAUJO, 2019, p. 55) frente ao dismantelamento da própria condição humana. Diante deste quadro não seria exagero afirmar que vivenciamos no contemporâneo um fenômeno de devastação afetiva que assola sobretudo os mais jovens.

Contudo, a fala destas duas ex-alunas procura encontrar estratégias para escapar, pelo menos um pouco, dessa devastação afetiva que é parte incontornável de sua “situação geracional”. É o que fica manifesto na seguinte fala da Sabrina:

Escrever acho que é uma libertação. Na verdade foi uma libertação pra mim e pode ser pra vocês também.

As falas das nossas duas ex-alunas aqui indicadas se aproximam muito da intuição benjaminiana de que é preciso resgatar a transmissibilidade das experiências que contenham chaves práticas, conselhos e sabedoria de vida, mesmo entre os cacos de uma tradição que vai se desmantelando. Este esforço busca por seus próprios meios combater o “empobrecimento geral da experiência”, que é “uma nova forma de miséria” e acompanha o “desenvolvimento da técnica” (BENJAMIN, 1987, p. 115). O desenvolvimento das habilidades de narrar o que foi aprendido com as próprias experiências seria um modo de revitalizar os laços comunitários e os valores de solidariedade. Há aqui o esforço em alcançar e transmitir a possibilidade de uma redenção, ainda que provisória e incompleta, para a tendência histórica vigente de desmantelamento das relações tradicionais e de valores humanos fundamentais e também o resgate de uma faculdade humana essencial: “a faculdade de intercambiar experiências”. Consideramos que a atividade aqui descrita pode ser tida como um experimento eficiente para o fim a que se propôs, uma vez que abre o espaço para que esta experiência aconteça ao mesmo tempo que procura formar referências culturais entre os próprios alunos para a colaborar com o soerguimento das novas gerações da comunidade escolar em questão.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017

SILVEIRA, Glauber Fonseca. *Teoria e ensino de história: respostas ao mundo presente*. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010

GUMBRECHT, H. U. *Nosso amplo Presente*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e experiências do tempo”. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Puc: Contraponto, 2006.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MANNHEIM, Karl. “El problema de las generaciones”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, pp. 193-242,1993.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. 2 ed. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 9-24, 2014.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade Excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

O CRIME SOCIOAMBIENTAL DA MINERADORA SAMARCO (2015) SOB A PERSPECTIVA CONCEITUAL DE EVENTO

Marcone de Souza Guedes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: marcone.guedes@aluno.ufop.edu.br

Apontamentos introdutórios

Analisar a categoria de evento, uma constituinte basilar da disciplina histórica, ainda é, certamente, um desafio epistemológico para a historiografia. No transcorrer do tempo, tal conceito foi revisitado a partir de distintas percepções interpretativas e, na contemporaneidade, de modo particular, este processo tem se intensificado ainda mais. Nesse sentido, Hayden White associa as mudanças atreladas a este conceito ao contexto histórico e social do século XX. Segundo ele,

A noção de ‘evento histórico’ passou por uma transformação radical como resultado da ocorrência, em nosso século, de eventos de alcance, escala e profundidade inimagináveis para os historiadores do passado, e da desestruturação do conceito de evento como objeto de um tipo de conhecimento especificamente científico. (WHITE, 1992, p. 200)

É igualmente relevante mencionar que, conforme argumentou o historiador Mateus Pereira, “[...] o evento ganhou, desde os anos 1970, uma nova legitimidade como objeto da história” (PEREIRA, 2009, p. 60). Ainda assim, ele reconhece a existência de certa “[...] imprecisão do conceito de evento” (PEREIRA, 2009, p. 66). François Dosse, por sua vez, ao tratar das origens desta palavra, afirma que “seu uso é comprovado desde o século XV e assume um sentido particularmente amplo e vago, pois significa tudo ‘o que acontece’” (DOSSE, 2013, p. 2).

A despeito de tal imprecisão, Reinhart Koselleck realiza apontamentos importantes acerca das categorias de evento e acontecimento. Em suas palavras, “Eventos, que são isolados *ex post* da infinidade dos acontecimentos [...] podem ser experimentados pelos próprios contemporâneos como um conjunto de fatos, como uma unidade de sentido que pode ser narrada” (KOSELLECK, 2006, p. 133).

Não obstante, o conceito de evento vem sendo mais problematizado não, especificamente, como o que acontece, mas sobretudo como o modo pelo qual a sociedade estrutura-se para suscitar aquilo que acontece, bem como as suas maneiras de reagir, também em contornos estruturais, ao acontecido. Um dos autores que dialoga com esta abordagem é Gilles Deleuze, em colaboração com Félix Guattari, desenvolveu o conceito de “acontecimento” em obras como *O Anti-Édipo* (1976) e *Mil platôs* (1995). Para esses autores, o evento não é algo que simplesmente “aparece”, mas sim um acontecimento que, relacionado ao plano de imanência, constitui a realidade de modo dinâmico. O acontecimento emerge de forças em constante movimento e transformação, questionando a ideia de um evento estático ou previamente determinado. Também Jaques Derrida discute a noção de

“acontecimento” (*event*) em vários de seus textos, muitas vezes problematizando a maneira como os eventos são inscritos na linguagem e nas estruturas sociais. Em *Força de lei: o fundamento místico da autoridade* (2007), Derrida argumenta que os eventos são marcados pela impossibilidade de serem totalmente previstos ou categorizados, e que eles estão sempre ligados a condições sociais e culturais que os moldam. Eventos e estruturas enlaçam-se, dessa maneira, em dinâmicas rizomáticas, caracterizadas pela ausência de um centro fixo ou hierarquia definida, onde múltiplos pontos de conexão e fluxos de sentido emergem de forma não linear, abrindo possibilidades de transformação constante e imprevisível. Logo, as relações entre eventos e estruturas são múltiplas, conectivas e dispersas, sem um ponto de origem ou direção única.

Ademais, é do campo da filosofia e da história das ciências que as reflexões sobre a concepção de evento mais têm avançado. Uma figura emblemática neste sentido é Bruno Latour (2012), que em seus trabalhos interpreta como os eventos ascendem de redes de atores humanos e não humanos, que organizam e estruturam o que então passamos a considerar sob a nomenclatura de “evento”. Sua teoria do ator-rede foi um marco na discussão de como a sociedade e a materialidade se inter-relacionam para dar forma aos eventos.¹

Dessa forma, também a noção de estrutura² se revela de suma relevância. Portanto, é crucial, nessa perspectiva, superar a dicotomia entre evento e estrutura que, por muito tempo, predominou a grande maioria das análises sobre a temática. Para Koselleck, “[...] são entendidas como estrutura aquelas circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados. Elas implicam maior duração, maior estabilidade, alterando-se em prazos mais longos” (KOSELLECK, 2006, p. 135).

O mesmo autor advoga acerca de uma perspectiva teórica sobre evento e estrutura menos dicotômica. Assim, em sua visão, “a forma mais adequada para se apreender o caráter processual da história moderna é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa” (KOSELLECK, 2006, p. 139). Em outra passagem, o historiador salienta:

A história refere-se às condições de um futuro possível, que não se deduz somente a partir da soma dos eventos isolados. Mas nos eventos que ela investiga delineiam-se estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites da ação futura. (KOSELLECK, 2006, p. 145)

Assim sendo, Mateus Pereira pondera que a reflexão de Koselleck contribui “[...] para mostrar que não se trata de opor estrutura e evento, e sim de pensá-los em termos de uma tensão” (PEREIRA, 2009, p. 63). Ainda sob este prisma, William Sewell afirma:

Acontecimentos podem ser distinguidos de ocorrências ordinárias somente na medida em que violem as expectativas geradas pelas estruturas culturais. O reconhecimento do acontecimento, portanto, pressupõe a estrutura. [...] Mas se as estruturas definem e moldam os

1 Essas últimas referências sobre o evento, em especial à referente à epistemologia das ciências, capitaneada por Bruno Latour, não foram desdobradas neste texto, que se ateve à bibliografia trabalhada na disciplina Fato, Evento e Periodização: Questões Fundamentais da Teoria Contemporânea da História, oferecida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, no ano de 2022. Desta forma, esta escrita assume contornos ensaísticos, procedendo a um exercício intelectual acerca da tensão evento-estrutura a partir dos autores lidos na disciplina.

2 Importa ressaltar que tal concepção foi, ao longo do tempo, revisitada, problematizada e reinterpretada. No que diz respeito ao presente texto, trabalha-se com uma perspectiva ainda sob contornos braudelianos, ancorada na dimensão da longa duração. Trata-se de uma opção teórico-metodológica que visa adequar esta reflexão à proposta de análise do evento-crime supracitado lidando também com os limites estruturais do próprio trabalho.

acontecimentos, também é verdade que os acontecimentos (re)definem e (re)modelam as estruturas. A estrutura cultural de uma sociedade é um produto dos acontecimentos pelos quais ela passou. (SEWELL, 2017, p. 204)

Tais constatações não exprimem, por outro lado, a anulação da singularidade dos eventos, afinal, conforme explicitou White, “[...] todo evento histórico é único, apenas um, mas ainda assim comparável a outros eventos da mesma espécie” (WHITE, 1992, p. 196). Assim sendo, o trabalho pretende aprofundar estas questões, baseado nos autores supracitados, na próxima sessão.

O evento-crime e a mineração em Minas Gerais

Conforme demonstrado, a presente discussão se pauta no entendimento do crime socioambiental provocado pela mineradora SAMARCO, no ano de 2015, como um evento único e, simultaneamente, com aspectos semelhantes a outros crimes socioambientais, como o ocorrido em Brumadinho, no ano de 2019. Ademais, tais eventos inserem-se em uma estrutura presente há muito tempo na sociedade brasileira – assim como em outros países – mas, de modo particular, no estado de Minas Gerais, que é a atividade mineradora exploratória e suas respectivas consequências em âmbito social, ambiental, cultural etc.

Sobre o crime aqui analisado, ocorrido em 5 de novembro do citado ano,

[...] mais de 70 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos da mineração de ferro vazaram após o rompimento da Barragem de Fundão pertencente à Samarco, uma *joint-venture* da brasileira Vale e da anglo-australiana BHP Billiton. No caminho da lama mortal, 17 corpos foram encontrados, pelo menos 2 permanecem desaparecidos³, com mais de 1.200 pessoas desabrigadas. [...] Foram atingidos 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo, com cerca de 1,2 milhão de pessoas afetadas pela falta d’água que temem a contaminação da água [...]. 11 toneladas de peixes mortos foram recolhidas e talvez cinco espécies tenham sido extintas, com décadas sendo estimadas para a recuperação da área. Além das populações urbanas, dentre os mais atingidos encontram-se pescadores, ribeirinhos, o povo indígena Krenak, agricultores e assentados da reforma agrária. (PORTO, 2016, p. 1)

Parte-se da premissa, portanto, que a ocorrência deste evento está associada a diversos acontecimentos que o precederam. Tudo isso se insere na lógica neoliberal vigente da qual grande parte dos expoentes da atividade mineradora fazem parte. Isso não corresponde, contudo, a uma cadeia de causalidades (DOSSE, 2013), muito menos a uma mera sucessão de fatos, afinal, conforme recorda Dosse, a compreensão do acontecimento como descontinuidade se torna, no trágico século XX, fundamental. Assim,

Não há somente o inesperado no acontecimento, mas há também o excesso porque o acontecimento sai do leito do escoamento do fluxo temporal habitual. Ele introduz a cesura, a descontinuidade entre um antes e um depois. O acontecimento descontrola o tempo, abrindo-se a um outro diferente [...]. (DOSSE, 2013)

Depreende-se, portanto, que o presente texto dialoga, fundamentalmente, com essa discussão proposta pelo historiador francês acima citado, haja vista que está se tratando aqui de um evento que é criminoso, mas também traumático. Diz respeito a descontinuidade, ao trauma, a um passado recente (2015) que interpenetra o presente.

3 Deve-se ressaltar que o texto citado foi escrito em 2016. Na atualidade, o corpo de Edmirson José Pessoa, que era funcionário da SAMARCO, é o único que continua desaparecido.

Segundo Dosse, “[...] a história não é uma relação de causa e efeito pois o passado sempre volta para frequentar o espaço dos vivos” (DOSSE, 2013). Neste caso, parece-nos tratar-se de um “passado que sequer passou”, seja pela ausência de medidas de reparação e ressarcimento, seja pela memória das atingidas e atingidos, seja nas lutas de resistência que tiveram início ainda no dia 05 de novembro de 2015 – e para inúmeras pessoas muito antes disso – e que perdura até os dias atuais.

Ademais, a percepção de que a queda da barragem de Fundão não se trata de um evento isolado, embora seja único, leva-nos a prosseguir com as indagações que motivaram a escrita deste trabalho. Haruf Salmen Espindola, Eunice Sueli Nodari e Mauro Augusto dos Santos, no artigo intitulado *Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG)* chamam a atenção para esta mesma constatação. Segundo eles,

O rompimento da barragem de Fundão não foi um evento excepcional, pois em agosto de 2014 ocorreu o ‘desastre de Mount Polley’ na Colúmbia Britânica (Canadá), causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Imperial Metals Corporation (Marshall, 2018). Trinta anos antes, na província de Trento, na Itália, em 19 de julho de 1985, deu-se o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Prealpi Mineraria, provocando a morte de 268 pessoas e a devastação do vale de Val di Stava, onde se situava o povoado destruído pela lama de rejeito. [...] Nos dois casos, a investigação constatou que as empresas operavam com uma margem de segurança muito pequena, ou melhor, com altos níveis de estresse sobre as estruturas. (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 143)

Pensando estritamente o caso brasileiro, a conjuntura que se revela é preocupante e ratifica as assertivas apresentadas acima. Segundo o *Relatório de Segurança de Barragens* produzido pela Agência Nacional de Águas, no ano de 2017, o Brasil possui um alto índice de acidentes por ano envolvendo barragens registrando um número superior a 3 (ANA, 2018). Além disso, no momento de produção do documento, cerca de 45 barragens construídas em solo brasileiro preocupavam os órgãos fiscalizadores: “a maioria se deve a problemas de baixo nível de conservação da barragem, mas existem outros motivos como insuficiência do vertedor e falta de comprovação documental da estabilidade da barragem” (ANA, 2018). Desse modo, depreende-se que

O rompimento da barragem de Fundão é a ponta de um *iceberg* dos riscos associados aos grandes investimentos de capital na área da mineração em Minas Gerais. O desastre consumiu o risco crescente que se acumulou durante o ciclo de preço alto do minério de ferro no mercado mundial, entre 2005 e 2013, e se aguçou, principalmente, pela violenta queda (quase 70%) experimentada no auge da crise da economia mundial. (2008-2009) (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 145)

Assim, o contexto brasileiro marcado pelos inúmeros problemas em torno da construção e manutenção de barragens e hidrelétricas, os violentos conflitos entre populações indígenas e grupos tradicionais com fazendeiros e outros representantes do agronegócio, a ausência de políticas públicas que priorizem, efetivamente, o cuidado do meio ambiente, dentre outras realidades contemporâneas, são situações que podem ser entendidas como partícipes na conjuntura de crise da qual o evento aqui analisado também faz parte.

David Kopenawa, na obra *A queda do céu* afirma que o Brasil atual está mais para uma corporação empresarial coberta por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, marcado pelas milhões de toneladas de minério, rios barrados para gerar energia, florestas devastadas e cerrados transformados em pastos para o gado, enquanto o povo brasileiro segue dizendo adeus, tanto às árvores quanto a

República, em seu sentido de coisa e causa do povo (KOPENAWA, 2010, p. 18).

Portanto, conforme afirmado precedentemente, a mineração, em Minas Gerais, constituiu-se, efetivamente, como uma estrutura, inclusive, sugerimos, das consciências. Em grande medida, tal ocorrência se explica em função da grande dependência econômica que algumas cidades mineiras possuem em relação as atividades mineradoras, afinal, tais empresas são importantes geradoras de empregos, pagam quantias significativas de dinheiro em impostos, como, por exemplo, os denominados *royalties* da mineração⁴. No entanto, há também questões histórico-culturais que justificam o que designamos estrutura das consciências, sobretudo, quando observamos localidades como o município de Mariana, cujas raízes históricas da mineração são tricentenárias. Inquestionavelmente, essa cultura de mineração está intrinsecamente arraigada não apenas na vida profissional, mas também social dos sujeitos que ali residem⁵.

A cobertura do evento-crime

Fundamentando-se no referencial teórico que subsidia a escrita desta reflexão, partimos da premissa que ao discorrer sobre a categoria de evento, a partir do crime socioambiental da mineradora SAMARCO (2015), torna-se relevante aprofundar também a atuação da mídia na cobertura do crime e do pós-crime. Em consonância com o que foi apresentado anteriormente, Hayden White afirma, em outra passagem, que “En nuestra época, muchos otros eventos posibilitados por nuevas tecnologías y modos de producción y reproducción han modificado la naturaliza de las instituciones y las prácticas que habían permanecido intactas durante milenios [...]” (WHITE, 2010, p. 131).

Por outro lado, as tecnologias de representação tornadas possíveis pela revolução eletrônica terão influência direta na própria compreensão de evento (WHITE, 1992, p. 200)⁶. Tal constatação se torna plenamente visível no caso aqui investigado. O evento foi amplamente abordado na mídia local, nacional e internacional, sobretudo, nos primeiros dias após sua ocorrência. Atualmente, passados mais de 7 anos, muitos trabalhos acadêmicos já se propuseram analisar como se deu essa cobertura midiática⁷, apontando, inclusive, os inúmeros problemas mapeados. Dados os limites metodológicos do presente trabalho, não é nosso interesse realizar uma crítica historiográfica acerca desta mesma cobertura.

4 Convém mencionar que no mês de fevereiro de 2024, a Agência Nacional de Mineração (ANM), distribuiu aos estados e municípios produtores minerais o valor de R\$ 549.372.382,28 referente a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) arrecadada no mês anterior. Nesse sentido, Minas Gerais foi o segundo estado que mais recebeu recursos (em torno de 47 milhões) ficando atrás apenas do estado do Pará (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, 2024).

5 A título de exemplificação, pode-se mencionar a campanha “Volta, Samarco!”, mobilizada por diversos residentes locais, após o Rompimento da Barragem e consequente paralisação das atividades da mineradora. Inúmeras pessoas fizeram passeatas pelas ruas centrais da cidade com faixas e cartazes pedindo o retorno da empresa. Conforme: (PORTAL G1, 2016). Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/protesto-pede-volta-das-atividades-da-samarco-em-mariana.html>. Acesso em: 24 dez. 2022.

6 Estamos cientes de que um estudo mais aprofundado sobre o performar do evento e de sua relação com a estrutura através da mídia demandaria um diálogo com as contribuições da semiótica, em particular das linguagens empregadas pelo audiovisual. Destacamos, em particular, as já canônicas contribuições de Vilém Flusser em Filosofia da Caixa Preta (2013). Neste livro, Flusser discute o papel da imagem técnica na construção da realidade e dos eventos no mundo contemporâneo. A fotografia, o cinema e a televisão, segundo ele, são tecnologias que não apenas registram eventos, mas também os produzem e estruturam semiótica e simbolicamente.

7 Por exemplo: CARDOSO; CAMPOS, 2017; FONTES; LOPES, 2017; SAMPAIO; FONTES; FERRACIOLI, 2017 e PEREIRA, 2019.

Nosso objetivo é, exclusivamente, pensar alguns elementos relativos à atuação da mídia, de modo geral, no que diz respeito a este crime, a partir dos apontamentos de autores que destacam a relação entre os eventos contemporâneos e a presença das novas mídias, haja visto que, conforme salientou White, “a moderna mídia eletrônica pode manipular imagens registradas tão literalmente, a ponto de poder “explodir” eventos diante do espectador” (WHITE, 1992, p. 200).

Nos primeiros momentos após o rompimento da Barragem, grande parte da mídia conduziu a narrativa do evento a partir de um

[...] sensacionalismo em volta das perdas humanas e dizimação de uma comunidade, o que choca e retrata o não comum e o não casual no dia a dia das pessoas, a ideia da tragédia, enfatiza a noção de ‘catástrofe’, referindo-se, nesse caso, ao sentido de impotência diante do fato ocorrido, algo imprevisível e que furta-se da responsabilidade dos envolvidos nas consequências do fato. (CARDOSO; CAMPOS, 2017, p. 10)

Assim, “no caso do rompimento da barragem de Fundão, podemos visualizar claramente como os jornais fazem recortes, evidenciando o ponto de vista que pretendem legitimar a representação do evento como um acidente” (FONTES; LOPES, 2017). Somente com o passar do tempo, parte da mídia irá mudar de postura ao tratar desta questão. Trata-se, portanto, de um movimento gradativo e não homogêneo. Desse modo, ao menos em alguns setores,

O desastre passa a ser analisado sob a perspectiva de um possível crime ambiental, uma ‘tragédia anunciada’, em que a empresa pode ter agido com negligência e os resultados danosos foram produzidos em função de sua conduta. [...] Sob essa ótica começam a ser introduzidos termos como ‘crime ambiental’, ‘homicídio’, ‘direito ambiental’, ‘punição’, ‘responsáveis’, ‘impacto ambiental’, ‘ações judiciais’ e ‘pessoas atingidas’. Ocorre que, essa nova perspectiva somente ganha notoriedade, meses depois do desastre, quando as investigações já estão mais avançadas e já há inclusive o indiciamento dos culpados pelo crime. (FONTES; LOPES, 2017)

Tais análises evidenciam, em alguma medida, o que White já apontava na última década do século XX:

Mas os ‘acidentes’ modernos da era pós-industrial são, não apenas mais incompreensíveis do que qualquer coisa que as gerações passadas possam ter imaginado (pense em Chernobyl), a foto e a vídeo-documentação de tais acidentes são tão completas que é difícil trabalhá-los como elementos de uma única estória ‘objetiva’. (WHITE, 1992, p. 201)

Sob este prisma, é pertinente recordar que nos últimos anos, com a popularização da internet, este processo tornou-se muito mais expressivo. No caso específico de Mariana, logo após o rompimento da Barragem, imagens e vídeos começaram a circular, por exemplo, nas redes sociais. Em seguida, emissoras de televisão também passaram a utilizar estes registros gravados a partir de celulares. Acerca deste imediatismo, Pierre Nora afirma: “O imediato torna de fato a decifração de um acontecimento ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil. Mais fácil porque choca de imediato, mais difícil porque se manifesta totalmente de imediato” (NORA, 1995, p. 189).

Outro aspecto que deve ser apontado refere-se à exploração e repetição de imagens no pós-crime. Ao mencionarmos o rompimento da barragem de Fundão, como não lembrar-se da cena do automóvel em cima de uma residência? Muito possivelmente, os leitores deste texto se recordarão. Tal

imagem⁸ foi constantemente divulgada nos diversos veículos de imprensa e também nas redes sociais. A despeito disso, é oportuno recordar a passagem em que Hayden White cita a análise realizada por Michael Turits acerca da cobertura da mídia de dois desastres técnico-aéreos:

A colisão, em espetáculo aéreo sobre Ramstein, Alemanha, de três jatos italianos MB 339A (Frecce tricolor), matando 50 pessoas e ferindo 360; e a explosão, em 1986, do ônibus espacial Challenger da NASA, logo depois da decolagem, diante de uma audiência ao vivo e de milhões de telespectadores. (WHITE, 1992, p. 201)

Segundo o historiador estadunidense, a reapresentação incessante destas cenas com o objetivo de esclarecer o que havia de fato ocorrido

[...] acabou produzindo uma ampla desorientação cognitiva, para não dizer desespero, pela incapacidade de identificar os elementos constitutivos dos eventos, de maneira a tornar possível uma análise ‘objetiva’ de suas causas e consequências. (WHITE, 1992, p. 202)

Embora não seja o enfoque deste trabalho, convém acrescentar que o rompimento da Barragem da mineradora VALE, em Brumadinho, ocorrido no ano de 2019, foi registrado por câmeras da empresa e o momento exato do ocorrido foi exaustivamente transmitido nos mais diferentes veículos de comunicação. Provavelmente, tal repetição não visava apenas o esclarecimento dos fatos, pois, inquestionavelmente, há uma exploração midiática dos eventos de Mariana e Brumadinho com forte conotação sensacionalista⁹.

Não obstante, é importante ressaltar, antes de concluir este tópico, que a cobertura do ocorrido em Mariana pela mídia tradicional, assim como pelas redes sociais e demais plataformas, foram – e continuam sendo – demasiadamente importantes, afinal,

A imprensa tem um papel fundamental nesses momentos não apenas para favorecer a circulação de informações que podem contribuir para o esclarecimento das populações atingidas e a opinião pública, após a ocorrência dos desastres, mas também para promover o debate permanente sobre a necessidade de gestão competente e responsável destas obras. (BUENO, 2017, p. 38-39)

É de suma relevância recordar o papel fundamental que o jornal A Sirene exerce, durante todo esse tempo, de ser um portador das vozes de tantos sujeitos que muitas vezes foram silenciados por outros veículos de comunicação. Tal periódico é resultado de uma série de ações desenvolvidas pelo coletivo denominado #UmMinutoDeSirene que desde o referido acontecimento vem acompanhando e realizando inúmeras manifestações de apoio aos atingidos (CELESTINO; SILVA, 2017, p. 189). Por sua vez, “o trabalho de produção do jornal é desenvolvido por equipes compostas por atingidos, jornalistas, fotógrafos e voluntários que trabalham em conjunto” (CELESTINO; SILVA, 2017, p. 189). Assim sendo, no dia 5 de cada mês, em referência a data 5 de novembro de 2015, quando ocorreu o crime, uma nova edição do jornal é publicada (A SIRENE, s/ d.).

Assim sendo, sem desconsiderarmos possíveis limitações, contradições e acertos relacionados à conduta da mídia na cobertura deste crime, podemos depreender que a partir da análise de sua

8 Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2015/11/orgaos-do-leste-de-mg-se-preparam-para-chegada-de-lama-da-barragem.html>. Acesso em: 14 set. 2014.

9 No caso específico de Mariana, Wilson Costa Bueno destaca “[...] o processo frequente, e nem sempre saudável ou positivo, de espetacularização do noticiário” (BUENO, 2017, p. 39), além de sinalizar que “[...] excessos foram praticados em nome do incremento da audiência e do sensacionalismo midiático (BUENO, 2017, p. 39).

atuação torna-se possível compreender melhor o próprio evento em suas diferentes peculiaridades.

Considerações finais

O presente trabalho propôs-se pensar o crime socioambiental da mineradora SAMARCO, ocorrido com o rompimento barragem de Fundão, em Mariana, a partir da categoria conceitual de evento. Este esforço analítico se deu por meio de dois principais aspectos: a inter-relação entre o evento-crime e a mineração praticada em Minas Gerais a mais de três séculos e a atuação das mídias em sua cobertura.

Tomando como base os autores supracitados, assim como outros referenciais teóricos que dialogam com a proposta instituída, buscou-se, primeiramente, traçar uma breve explanação acerca dos conceitos de evento e estrutura. Em seguida, procurou-se apontar como o que ocorreu em Mariana está profundamente conectado aos diversos problemas relacionados à atividade mineradora praticada por grandes empresas, principalmente no que diz respeito às barragens construídas em solo brasileiro. Por fim, intentou-se demonstrar que um caminho viável para o estudo deste evento seria compreendendo-o a partir da cobertura das mídias tradicionais e alternativas.

A respeito deste movimento investigativo-analítico, uma primeira conclusão obtida revela que a prática mineradora tem imposto, desde os primórdios do processo ocupacional e exploratório das terras que constituiriam, posteriormente, o estado de Minas Gerais, violentas condições no uso econômico e social deste espaço. Dessa maneira, o evento de novembro de 2015 integra um cenário caracterizado por distintas atividades que têm destruído, ano após ano, a fauna, a flora e os modos de vida de inúmeros indivíduos residentes no marco espacial desta investigação.

Uma segunda conclusão evidencia que a mídia foi, desde os primeiros momentos após a ocorrência deste crime, até os tempos atuais, quase 10 anos após o acontecimento, uma instância de atuação importante, inclusive como um canal de denúncia, mas ainda assim necessita ser analisada criticamente em seu devido contexto de ação, a partir de uma postura epistemológica-política ancorada na abordagem que os pesquisadores Marcelo Rangel e Valdeci Araújo, no texto *Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político* irão denominar de giro ético-político, isto é, as reflexões, nos fóruns dos historiadores, acerca do mundo contemporâneo, suas determinações, possibilidades e problemas, assim como as intervenções no âmbito deste mundo a partir da própria teoria da história e história da historiografia, de modo mais amplo (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 330). É imprescindível, assim, que mais pesquisas acadêmicas investiguem este evento-crime, inclusive, no âmbito da historiografia.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA. *Relatório de Segurança de Barragens - 2017*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2017/rsb-2017-versao-enviada-ao-cnrh.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. *Agência de Mineração distribui R\$ 549 milhões de royalties a estados e municípios produtores*. 2024. Disponível em: Link: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-distribui-r-549-milhoes-de-royalties-da-mineracao-a-estados-e>

municípios-produtores. Acesso em: 5 ago. 2024.

BUENO, Wilson Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; CAMPOS, Mariane Motta de. *Mídia, sociedade e política: o rompimento da barragem de Mariana-MG e o enquadramento noticioso da temática ambiental*. XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Volta Redonda, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. 2^a. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

FONTES, Roberta Neves; LOPES, Ivonete da Silva. As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais. *Revista Espacios*, Vol. 38 (Nº 34), 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. “Representação, evento, estrutura”. In. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

PEREIRA, Maria Claudia Alves. *A mídia e a temática ambiental: análise da cobertura do desastre de Mariana (MG) pelo jornal O Estado de S. Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídia, Informação e Cultura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PEREIRA, Mateus H. F. «A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura»,

LerHistória, 57 | 2009, 59-71.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 1-3, fev, 2016.

RANGEL, Marcelo de Melo; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/917>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo. Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana. *Intercom - RBCC São Paulo*, v.40, n.3, p.55-72, set./dez. 2017.

SEWELL, William. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1940.

WHITE, H. *O evento modernista*. Lugar Comum. 1992, N0 5-6.

WHITE, Hayden. *El evento Histórico*. In. Ficción histórica, realidad ficcional y realidad histórica. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010. pp. 123-150.

O ESTALLIDO SOCIAL CHILENO DE 2019 COMO ACONTECIMENTO MODERNO: DISPUTAS INTERPRETATIVAS SOBRE O PASSADO E O FUTURO COLETIVO

Ana Luíza Guimarães Ribeiro

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: ana.lgr@aluno.ufop.edu.br

Introdução

Em outubro de 2019 no Chile tudo estava em disputa. O *Estallido Social* teria aberto um momento de suspensão do cotidiano, reunindo milhares nos espaços públicos, o que teria permitido a uma sociedade, marcada pela memória traumática da ditadura de Pinochet e pelo tempo em crise do neoliberalismo, refletir sobre si mesma, possibilitando interpretações sobre sua trajetória histórica e evidenciando as temporalidades complexas contidas em si.

No repertório de seus protestos estavam presentes canções escritas contra a ditadura chilena e argentina, assim como *Wenüfoye*, a bandeira mapuche, que ao topo do monumento do general Manuel Baquedano, compôs a imagem mais simbólica e repercutida internacionalmente da revolta. Nos cartazes apareciam muitas referências à ditadura de Pinochet e a constituição elaborada durante o seu governo, assim como aos símbolos de resistência à ditadura, também apareciam críticas ao neoliberalismo.

Nos cabildos a sociedade buscou respostas urgentes para a desigualdade, os conflitos sociais, as políticas públicas, acesso à justiça e reformas institucionais. Às expressões de suas demandas fizeram-se desde os meios tradicionais em passeatas até memes e performances, combinando o tempo acelerado das novas tecnologias e mídias sociais com intervenções nos espaços físicos das cidades, renomeando praças, preenchendo muros, ruas e monumentos de reivindicações ou mesmo os botando abaixo, revisitando as feridas da conquista, as dores de todos os genocídios e violações, abrindo espaço para um tempo por séculos enterrado, mas não esquecido.

O Estallido Social de 2019 como acontecimento moderno

No decorrer da segunda década do século XXI ocorreram numerosos protestos pelo mundo que, ainda que dotados de singularidade, compartilham um momento de expansão das redes de comunicação em tempo real. O uso da internet modificou as formas de convocação, organização e execução destas mobilizações. As interpretações, produzidas pelos próprios manifestantes em suas redes sociais, pelos jornais de grande circulação e pelas publicações acadêmicas, parecem se confundir com o próprio evento, fazem parte da sua existência. A Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, as manifestações na Espanha e na Grécia, para pensar cada uma delas não se pode excluir o fator digital e sua influência, a rapidez do compartilhamento das informações gera um “laboratório de narrativas

e interpretações produzidas durante o fenômeno”.

A América do Sul não esteve por fora deste fenômeno, desde a costa caribenha até a Patagônia eclodiram grandes revoltas populares como não se via em décadas. Os protestos que se desenvolveram no continente também partilham, em alguns casos, de irrupções semelhantes, como é o caso das jornadas de junho de 2013 no Brasil e do Estallido Social de 2019 no Chile, ambos eclodem a partir de convocações por coletivos situados à esquerda em protesto ao aumento das passagens do transporte público.

Os acontecimentos são fenômenos históricos capazes de transformações estruturais, econômicas, sociais e ou culturais. Eles nos fornecem uma categoria da emergência do inédito no mundo. Utilizar deste conceito para tratar de revoltas recentes pode nos oferecer uma abertura para possibilidades emancipatórias em nosso presente. Para usufruir do seu potencial busca-se comunicar-se não apenas com as fontes jornalísticas, mas também ter uma escuta atenta às múltiplas vozes que compõem o evento. Movimentos, forças e dinâmicas são trazidos à tona e produzem-se durante o momento de explosão social. A presença massiva do povo nas ruas impondo o seu desejo por mudanças pode provocar debates que abram caminhos para reorientações de fronteiras temporais e disputas interpretativas sobre o passado e o futuro coletivo.

“Estamos diante de um momento inédito, tudo está em disputa”, é desta forma que o porta-voz da No+AFP, Luis Mesina, refere-se ao momento instaurado pelas manifestações de outubro de 2019. Nas redes sociais podemos encontrar comentários que afirmam que a história chilena estava sendo feita nas massivas manifestações. Outras postagens que fazem menção a ser um momento histórico estão concentradas no dia 25 de outubro, dia da maior mobilização da história do Chile. Os acontecimentos são eventos que rompem com a rotina, criam um momento de suspensão do cotidiano favoráveis à circulação de ideias, a presença da arte e da criatividade, produzem um turbilhão de vivências e emoções.

As ruas e praças são lugares valorizados por esses momentos, as discussões saem do ambiente privado ou de grupos específicos e deságuam nos espaços nos espaços públicos, ampliando as possibilidades emancipatórias. A ocupação destes espaços de forma intensa e duradoura pode produzir reorientações políticas, sociais e culturais, capazes de gerar transformações estruturais. Os acontecimentos históricos são “são momentos que combinam uma liberdade extraordinária com um sentimento de urgência prática”, caracterizados pela emoção exaltada e pela sua instabilidade (SEWELL, 1940, p. 228-231).

Os acontecimentos são momentos em que a história é escrita enquanto ainda se sente o calor dos eventos. Em “O retorno do fato”, Pierre Nora discorre sobre a unicidade da história contemporânea, responsável por guardar os segredos do presente. Escrevendo nos anos 1970 ‘s, ele afirma que “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido ‘histórico’”(NORA, 1995, p. 180). A aceleração das comunicações, parte do fenômeno da “mundialização”, teria possibilitado uma mobilização geral das massas. Para Nora este processo de democratização da história, do sentimento de participação das massas no destino nacional, e em especial a circulação generalizada da percepção histórica, culmina na produção do fenômeno do acontecimento.

A imprensa, o rádio e a circulação de imagens no geral tem, para o autor, uma influência

significativa na formação dos acontecimentos, fazem parte da sua própria condição de existência. O acontecimento é necessariamente público, precisa ser visto (NORA, 1995, p. 180-181). A ligação entre o acontecimento e os meios de comunicação são profundas e fazem com que eles se confundam.

A imagem dos manifestantes chilenos escalando o monumento ao general Manuel Baquedano, localizado na *Plaza de la Dignidad*, com a bandeira mapuche no topo, tirada no dia 25 de outubro durante a maior manifestação desde a redemocratização no Chile, tornou-se um símbolo da revolta chilena, sendo repercutida internacionalmente. A autora da foto, a atriz chilena Susana Hidalgo, fez o registro com o seu celular enquanto participava do protesto.

Caminhávamos pelas ruas repletas de gente em direção à manifestação. Parecíamos partículas de algo que ia enchendo como glóbulos vermelhos que se reconhecem e avançam pelas veias até chegar ao coração. Éramos milhares. [...] Avançamos conscientes pelos espaços que algumas pessoas deixavam até chegar à estátua, que sempre foi um ímã nas manifestações e não só para mim. E lá estava a estátua do general Baquedano tomada pelo povo. No alto dela, um homem cujo nome ainda não sei levava a bandeira Mapuche que ondulava, bonita, entre todas as bandeiras que existiam. [...] Tirei várias fotos com meu celular. Quero esclarecer que não estudei fotografia, mas é uma das ferramentas que tenho para me expressar, principalmente neste momento. A imagem é de todos e fala por ela mesma. É muito lindo que tenha sido possível passar este sentimento deste momento que acho foi e é compartilhado por todos.

As mídias digitais permitem que manifestantes comuns possam ter meios para transmitir para milhões de pessoas simultaneamente. As câmeras nos celulares aumentaram as possibilidades de ativistas denunciarem violências de forças estatais, do mesmo modo que de compartilharem imagens dos protestos, eventualmente modificando a forma como cartazes e performances são pensadas, não mais restritas aos indivíduos que as assistem no momento em que se realizam.

As revoltas e revoluções representam oportunidades para as sociedades pensarem sobre si mesmas, possibilitando interpretações sobre sua trajetória histórica. As imagens e vídeos repetidamente veiculadas em diferentes mídias durante a revolta de 2019 fazem parte da construção do acontecimento e de sua memória. As interpretações, produzidas pelos próprios manifestantes em suas redes sociais, pelos jornais de grande circulação e pelas publicações acadêmicas, parecem se confundir com o próprio evento, fazem parte da sua existência.

Intervenções no espaço urbano: a cidade como linguagem

As cidades são cenários significativos para os acontecimentos sociais, oferecendo em suas ruas e praças um lugar para que os protestos se expressem. A rua é o lugar do encontro, sem ela não há encontros possíveis, nela se efetua o movimento. O acontecimento revolucionário geralmente ocorre na rua, é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra (LEFEBVRE, 2002, p. 30). Os protestos populares implicam a rejeição de um projeto espacial, o espaço urbano é antes de tudo um espaço de conflito, um campo de tensões altamente complexas (LEFEBVRE, 2002, p. 47).

Em um lado temos a cidade que se mostra dócil aos requerimentos da fase atual do desenvolvimento capitalista, disposta a incorporar as grandes dinâmicas da modernização urbana, de outro os explorados e os excluídos. O uso intensivo das ruas e praças coloca em conflito estas duas formas de ocupar o espaço urbano, de entendê-lo, interpretá-lo e de se apropriar dele (DELGADO, 2010, p. 137-140).

A luta é de natureza global e local ao mesmo tempo. Une os estudantes que, no Chile, estão comprometidos com uma luta de vida ou morte com o poder político visando a criar um sistema educacional gratuito e de alto nível para todos, começando, assim, a desmontar o modelo neoliberal tão brutalmente imposto por Pinochet. Incorpora os manifestantes da Praça Tahrir, que reconhecem que a queda de Mubarak (como o fim da ditadura de Pinochet) foi apenas o primeiro passo de uma luta para se libertar do poder do dinheiro. Inclui os indignados na Espanha, os trabalhadores em greve na Grécia, a oposição militante que começa a surgir em todo o mundo, de Londres a Durban, Buenos Aires, Shenzhen e Mumbai. O domínio brutal do grande capital e o absoluto poder do dinheiro estão na defensiva por toda parte. (HARVEY, 2014, p. 284)

Toda a prática social movimentava o espaço, e nos últimos anos ocorreram grandes revoltas urbanas que levaram até às últimas consequências a reclamação do direito de apropriação do espaço urbano. Os protestos de massa ocuparam praças centrais ao redor do mundo, como: a Praça Tahrir, Madison, Puerta del Sol, Catalunha, Sintagma, de Mayo, Dignidad, o espírito do protesto e da revolta se alastrou de modo contagioso e extraordinário pelas redes urbanas (HARVEY, 2014, p. 210). A organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas.

Na revolta de 2019 no Chile a antiga Praça Baquedano, renomeada Praça Dignidade, tornou-se um lugar para reivindicações contra o modelo social e economicamente dominante. Gradualmente foi perdendo a sua forma original. Com o *Estallido* os limites da antiga praça parecem ter se expandido. Devastada ela se transforma em um espaço heterotópico, desestabilizado, e em gênese inacabada, mas finalmente um espaço, um cenário (MÁRQUEZ; OSSES, 2022, p. 5-7).

Com a escultura do General Baquedano como epicentro, após a explosão, as bordas da antiga praça parecem ter se expandido, tornando necessário ampliar o raio do percurso e o registro etnográfico: a leste, a praça e as manifestações se estenderam em direção à parede-lousa do edifício abandonado da Telefônica; a oeste, à parede-lousa do Centro Cultural Gabriela Mistral, GAM; ao norte, ao Parque Florestal e à Fuente Alemana; ao sul, até o Parque Bustamante, o monumento a Manuel Rodríguez e o metrô Baquedano. (MÁRQUEZ; OSSES, 2022, p. 7)

Não é apenas uma praça, mas uma rede de espaços públicos e infraestruturas com profundas significações para os moradores de Santiago. Localiza-se na Zona Cero, onde confluem a estação de metrô Baquedano, a Avenida Vicuña Mackenna, a Avenida Providencia, a emblemática Alameda, o Parque Forestal, o Parque Balmaceda e o Rio Mapocho. A praça abriga a dualidade entre o encontro e o movimento, e foi utilizada na história moderna do Chile como ponto de reunião para marchas e concentração para celebrações, pois é acessível para toda a população de Santiago e oferece um espaço para reunir as multidões.

Antes do *Estallido Social*, os conflitos políticos e sociais costumavam ocorrer no *Palacio de la Moneda*, em 2019 transformou-se em um inesperado objeto e cenário dos protestos e da disputa com as forças policiais. Sucedeu-se um processo de ritualização da *Plaza de la Dignidad* que passou a receber protestos todos os dias. Os manifestantes exibiam em público suas demandas relacionadas a uma variedade de problemas sociais, como na educação, saúde e a questão das pensões, e também contra as autoridades do governo e da polícia.

Organizações feministas, ambientalistas, de trabalhadores e LGBT's, grupos de ciclistas, músicos e outros artistas, pilotos de drones e fotógrafos reuniram-se na *Plaza de la Dignidad* cotidianamente metamorfoseando a praça em um espaço público nos termos mais clássicos, uma *polis*

urbana (LIN, 2019, p. 307). Em um movimento espontâneo os moradores de Santiago encontram-se na praça para conhecer as reivindicações dos demais e expor as suas próprias, preenchendo o espaço público com demandas sociais.

As imagens da praça ocupada por manifestantes rodaram o mundo por meio das redes sociais. Chamou a atenção a simultaneidade dos fenômenos, o conjunto de uma massa protestando, uma linha de frente, colunas de fogo, barricadas e a repressão das forças do Estado. No dia 2 de novembro aparecem as primeiras insinuações de que o nome da praça deveria ser modificado, *Plaza de la Dignidad*, uma das propostas colocadas, materializa-se enquanto nome escolhido no dia 8 de novembro. No dia seguinte uma placa dourada aparece no monumento *Baquedano*, lê-se: “*Plaza de la Dignidad. Aquí y en otros lugares carabineros¹ disparó a los ojos de su propio pueblo*” (LIN, 2019, p. 312).

No dia 15 de novembro, dia em que aprova-se a construção de uma nova constituição, a praça amanhece coberta de branco e com a palavra *Paz*. Nas redes sociais o gesto é questionado, querem “*esconder la dignidad debajo de la paz*” (LIN, 2019, p. 312). O conflito seguiria vivo na cidade, que é tanto cenário como objeto de disputa. A ocupação da cidade faria parte da interrupção da normalidade provocada pela revolta. Constantemente “restaurada” e patrimonializada, a Praça da Dignidade constitui um bom exemplo do processo de retificação do lugar e de seus objetos, ordenando e controlando nossa experiência de estar no mundo.

Após a explosão de outubro a cidade de Santiago, como muitas outras em todo o Chile, aparece e se mostra como uma obra em processo. Os escombros da revolta, vidros quebrados e calçadas destruídas, se impõem como obstáculos estéticos ao “tempo homogêneo” do progresso neoliberal e invadem os caminhos pela cidade, obrigando os que nela habitam a reconfigurar os seus hábitos, a ser corpos sensíveis, perceptivos (MÁRQUEZ; OSSES, 2022, p. 15-17). Os escombros da revolta confrontam, contradizem e tensionam a forma urbana, enquanto simultaneamente evidenciam narrativas subalternas.

Conviviam na experiência urbana duas forças: os ânimos normatizadores e as resistências a essa normalidade. Enquanto a ordem neoliberal buscava reinventar-se através da pintura fresca nos muros, e com blindagens das lojas, bancos e outros estabelecimentos, para impedir vândalos e saques. As diversas mobilizações sociais exploram as formas de organizar o seu descontento, marcando o seu presente enquanto um ponto de inflexão histórico e constituinte do que não há mais volta (VEAS; NAVARRO, 2022, p. 196).

Desde a primeira noite da revolta os manifestantes começaram a se apropriar dos espaços públicos chilenos, transformando-os em lugares de protesto e concentração. A ação dos protestos não apenas marca os lugares simbolicamente significativos para a sua agenda política e social, também estabelece progressivamente uma paisagem da revolta, instala fissuras nas paisagens dominantes. Por meio da ocupação do lugar público é possível transformar o seu sentido e a sua estética original.

1 Os carabineros são uma instituição militar chilena criada em 1927, inicialmente com a intenção de manter a ordem nas zonas rurais e de fortalecer as forças policiais nas grandes cidades, a fusão produziu uma força policial nacional extremamente violenta e encarregada majoritariamente de intervir em manifestações políticas. Participaram ativamente do golpe militar de 11 de setembro e se configuraram como um elemento crucial de repressão durante a ditadura. Após o plebiscito de 1988, Pinochet bloqueou qualquer possibilidade de reforma na instituição, onde permaneceu como comandante até 1998. Tiveram um papel fundamental de repressão durante as manifestações de 2019.

A ação tática, e por vezes efêmera da revolta, tem a capacidade de agregar valor a determinados locais, metamorfoseando-os em espaços propícios ao convívio (MÁRQUEZ; COLIMIL; JARA; LANDEROS; MARTÍNEZ, 2020, p. 99-100).

Neste processo os usos e expectativas dos lugares podem ser transgredidos, abrindo temporalmente visões alternativas às dominantes. A repetição e o caráter ritualístico das manifestações podem terminar por normalizar alguns lugares como paisagens de protesto.

Dimensão performática da revolta

A dimensão performativa da revolta se institui através da reunião dos corpos e do processo de autodesignação. Vinculada a ação criativa, a apropriação do espaço e a interação com os suportes tecnológicos, ajudou a expandir a revolta por meio de aspectos visuais, corpóreos e não discursivos. A revolta assumiu a sua dimensão propriamente viral a partir da circulação de imagens nas redes sociais, registradas por manifestantes ou por meios periódicos alternativas, colocando para circular imediatamente os acontecimentos.

O projeto *Delight Lab* organizou um sistema de projeção luminosa em um edifício em frente a Praça Dignidade, entre as projeções estavam frases em referência à revolta. Os registros circulavam amplamente e se transformaram em consignas para as manifestações. Produzindo um espaço expandido da revolta, projetado para os corpos reunidos nos arredores da praça. Esta e outras ações performáticas contribuíram para ampliar o *Estallido Social* para o espaço virtual, assim como para estabelecer um diálogo entre os corpos presentes no espaço físico das ruas (VEAS; NAVARRO, 2022, p. 198).

A revolta criou e legitimou seus próprios meios de visibilidade, a partir de imagens que buscavam contestar, responder e criar novas relações de sentido. Novos repertórios performáticos se somaram a articulações sociais tradicionais chilenas, como as barricadas, os *cacerolazos*² e murais, se tornando massivos durante o *Estallido* de 2019. Os coletivos audiovisuais assumiram os registros das manifestações e das suas expressões artísticas e combativas como um exercício de observação contingente. As tecnologias facilitaram, ativaram e difundiram as cenas produzidas durante os protestos.

Dentre as performances mais marcantes do *Estallido* está a do coletivo *Las Tesis*, que se expressa como um reflexo conjuntural da irrupção de movimentos feministas e da sua agenda de denúncias e desejo por mudanças na esfera pública. Graças a dimensão performática marcante dos corpos nas ruas e da repercussão de imagens e vídeos, a performance do coletivo alcança um caráter viral, sendo reproduzida mundialmente. Os coletivos audiovisuais não são apenas um ente externo que registrou as manifestações da revolta. Fazem parte de uma mesma imaginação produtora e coletiva, surgem do próprio interior do *Estallido*.

2 Os panelaços, como são conhecidos no Brasil, são um movimento de grande impacto na América do Sul desde a década de 1970. Fazem parte especialmente das ações coletivas e da participação política das populações da Argentina e do Chile na atualidade (ANSARA; BETENCOURT, 2022, p. 91-114).

Em 20 de outubro a performance “*un violador en tu camino*” foi apresentada pela primeira vez. Cara a cara com os carabineros denunciam “o estuprador é você, são os *pacos*, os juízes, o Estado, o presidente”. O nome da performance remete a frase “um amigo em seu caminho”, utilizada como lema da polícia chilena nos anos 1990. No dia 25 de novembro, dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher, é realizada uma apresentação em frente à Praça de Armas, em Santiago. No mesmo dia são registradas 79 denúncias por violações sexuais, dentre as quais 64 correspondem a mulheres e meninas que foram vítimas de tortura com violência sexual por parte de agentes do Estado (INDH, 2019).

A performance do coletivo *Las Tesis* se constrói através de uma metodologia que permite e estimula a reprodução por parte das suas múltiplas audiências, a partir de estímulos corporais, rítmicos e visuais. A ferramenta da repetição permite que uma performance não seja um ato singular ou evento, mas uma produção ritualizada.

Junto com o *Estallido Social* e suas demandas, apareceu também o *estallido* estético (VALENZUELA, 2021, p. 28). As manifestações massivas se encheram de cartazes com consignas e expressões artísticas. As ruas e muros foram o melhor lugar para observar o sentir cidadão da revolta. A cidade se converteu simultaneamente em testemunha e protagonista da efervescência desta revolução social.

Os cartazes do *Estallido Social*

Combinando antecedentes históricos relacionados a organizações da esquerda chilena durante o governo de Salvador Allende, à ativismos latinoamericanos e ao Maio de 68 francês, os cartazes da revolta de outubro chilena tem entre suas características principais a precariedade da sua impressão, a confrontação com o governo, expressa muitas vezes de forma ácida e jocosa, o eixo ideológico à esquerda, o signo de rebeldia jovem e o anonimato. Eles acompanharam a voz pública das manifestações por meio de suas mensagens, e permitiram a construção de um imaginário visual do *Estallido* (SÁNCHEZ, 2024, p. 4-6).

Alguns anos antes do *Estallido Social* o cartaz já havia retornado a cena pública em dois movimentos estudantis importantes, a Revolta dos Pinguins (mobilização secundarista de 2006) e a massiva revolta estudantil de 2011 (protagonizada pelos estudantes universitários). Estes dois movimentos modificaram os métodos de protestos comuns às manifestações chilenas, incluindo bailes, coreografias, uso de fantasias e canções.

Presente nestas mobilizações anteriores os cartazes ganharam força e se transformaram em um dos grandes protagonistas da revolta de 2019. Os cartazes, assim como o *Estallido*, foram imprecisos misturados, simultâneos e com múltiplas ramificações. A expressão final da relevância dos cartazes nas mobilizações foi a sua instalação em paredes de lugares icônicos das cidades, especialmente no caso de Santiago. Representaram uma forma de expressão de oposição aos meios tradicionais da propaganda massiva de jornais, da televisão e de revistas. Entre suas técnicas estava a serigrafia, que possui uma longa história na ação política chilena, mantendo-se por mais de 60 anos nos protestos políticos do país (SÁNCHEZ, 2024, p. 8).

As mensagens presentes em muitos dos cartazes expressam algo que já rondava desde as manifestações estudantis de 2011 e feministas de 2018, o mundo político concebido tradicionalmente

já não os representa. Em suas mensagens aparecem denúncias e personagens políticos, a figura do presidente Piñera é uma das mais reproduzidas, associada ao mal estar social promovido pelo neoliberalismo econômico. Outra característica marcante é o uso do plágio e da citação, como no uso de uma fotografia clássica de Pinochet, modificada com o rosto de Piñera.

O conteúdo dos cartazes coincide com os principais conceitos do *Estallido*: caótico, antidogmático, criativo, aspiracional e aberto a novas conquistas das liberdades humanas. Neste sentido aparecem diversas mensagens de solidariedade, em especial aos povos originários chilenos, despojados de suas terras ancestrais e duramente reprimidos pelo Estado.

Em termos de vocabulário, utilizam de frases populares, referindo-se frequentemente ao tema central da revolta, a crítica ao modelo econômico neoliberal imposto pela ditadura militar, e a sua persistência nos últimos trinta anos. Utilizam de signos visuais e das suas dimensões simbólicas, como o Negro Matapaco³, os carabineros, a imagem de Camilo Catrillanca⁴, as Cacerolas, Víctor Jara, a bandeira Mapuche, os olhos feridos, o lenço verde, as capuchas, entre outros. Tudo é válido como forma de resistência. Chegam as pessoas não apenas pela sua visibilidade em locais icônicos da cidade, também são vendidos e distribuídos em feiras, deixando de possuírem um destino efêmero e, com auxílio da fotografia e das redes sociais, alcançam a comunicação massiva online.

Grafites no *Estallido Social*

Semelhante aos cartazes, os grafites também possuem uma combinação de referências que remetem tanto ao passado chileno do período anterior ao golpe de Pinochet, quanto à movimentos externos. Quando falamos dos grafites podemos pensar em dois modelos dominantes de influência, um vinculado a um modelo textual, herdeiro da consigna política representado pelas pinturas do Maio de 68, e outro vinculado à cultura Hip Hop nascida nos Estados Unidos no começo da década de 1970 (VALENZUELA, 2021, p. 29).

Em relação a história chilena, temos as brigadas muralistas, que surgiram no país no final da década de 1960, onde se destacam a Brigada Ramona Parra, associada ao Partido Comunista, e a Elmo Catalán, relacionada às juventudes socialistas. A ocupação dos muros no período anterior ao golpe de Estado era fruto dos esforços propagandísticos dos diferentes partidos políticos e de suas respectivas brigadas. Com a ditadura e a militarização dos espaços públicos a inscrição de consignas nos muros tornou-se uma atividade de alto risco (VALENZUELA, 2021, p. 29). Muitos muralistas foram fuzilados em frente às suas obras. Entretanto, a repressão não impediu que aparecessem algumas brigadas populares.

3 Símbolo das manifestações estudantis de 2011, foi um cachorro de pelagem escura que participou de manifestações atacando os policiais, pacos, ele faleceu em 2017.

4 Camilo Catrillanca, de 24 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça, em 2018, em uma operação dos policiais Carabineros na comunidade de Temucucui, região de Araucanía. Fez parte da luta mapuche desde sua adolescência, liderando uma ocupação de estudantes mapuches em 2015. Se tornou um dos símbolos da luta mapuche e contra os carabineros na revolta de 2019.

Os grafites e outras expressões artísticas nos muros surgiram como resposta a uma necessidade de encontrar um meio de expressão capaz de ultrapassar a censura e o discurso oficial da ditadura, e em última instância, instalar uma voz crítica de denúncia. Os muros sempre expressaram o espírito de uma época, uma vez que, neles é possível visibilizar qualquer discurso que opere como contraponto aos discursos dos meios oficiais.

A intervenção no espaço urbano com textos e imagens não autorizadas provoca tensão e questionamentos frente à legitimidade dessa prática, assim como a quem detém o poder da legitimação. O conflito é composto por um lado que defende uma cidade asséptica, “sem perturbações visuais”, e outro que não tem essa concepção imaculada do espaço urbano, que o enxerga enquanto um lugar de encontro, de identidade e participação. E portanto, pensa nos grafites como uma possibilidade de praticar uma urbanidade que não obedeça uma lógica utilitarista, mas se projete ao relacional, social e poético (VALENZUELA, 2021, p. 32).

Diferentemente das brigadas muralistas, os grafites do *Estallido* não possuem uma uniformidade em suas mensagens ou estilos. Também não há autoria, os grafites são compostos de vozes anônimas que não buscam participar de nenhum reconhecimento autoral. Produzindo uma ideia de uma voz coletiva, um coro polifônico. A estética épica cobra um protagonismo através da proliferação de imagens e vídeos, ressoados por meio dos novos dispositivos tecnológicos. A cidade e sua rebelião também são exportadas em seu caráter de acontecimento (VALENZUELA, 2021, p. 34).

As intervenções gráficas sobre os muros da cidade formam progressivamente uma trama e uma paisagem, que em suas mensagens e signos denunciam o abuso e anunciam a transformação da sociedade. Utilizam-se do espaço público, do espaço aberto à ação política, mas sujeito às normas da planificação urbana, e combinam tempos, mobilizações, sublevações e protestos, como marcas de um sentir coletivo.

A presença do discurso histórico e a relação com a memória

O Chile funcionou como um laboratório do neoliberalismo, a sua ditadura não foi somente uma das mais sangrentas da América Latina, como foi uma das que mais retirou direitos e reduziu ao mínimo a intervenção estatal nos serviços sociais. As reformas radicais do processo de neoliberalização do país a partir de 1973 que visavam a redução do gasto público e uma mudança profunda nas relações de trabalho a favor do empresariado não poderiam ter sido realizadas sem um marco repressivo como o da ditadura militar, que possibilitou, através da desarticulação dos movimentos sociais, mudanças tão rápidas e intensas.

No período entre 1975 e 1982 produz-se uma abertura radical da economia chilena e a aplicação de um liberalismo econômico mais dogmático. Foi no Chile de Pinochet que Milton Friedman pôde experimentar a sua “teoria de choque”, que logo foi exportada para a Europa e para os Estados Unidos. Reformas tão radicais só conseguiram ser implementadas devido ao estado altamente repressivo da ditadura, que destruiu ou interveio em quase todas as organizações da sociedade civil e atacou violentamente todos os partidos de oposição, greves foram proibidas (CHATEAU, 2012, p. 181-205).

O autoritarismo é justificado como um passo necessário para instaurar a nova e verdadeira democracia, aquela que assegura um regime de liberdade econômica. Uma vez fortalecido o poder de Pinochet no interior da Junta de Governo, um conjunto de reformas estruturais foram implementadas.

A maior mudança sociocultural foi a substituição da ideia de direito social pelo conceito de serviço, ao qual se designa um preço de mercado e que pode ser oferecido tanto por agentes públicos como privados.

A ditadura teve fim com uma saída pactuada entre os grandes empresários, militares e partidos tradicionais. Um longo caminho foi iniciado com as eleições de 1989, a primeira década do período da redemocratização foi marcada por negociações e tensões com Pinochet e os militares. A constituição imposta pela ditadura continuou em vigência até as mobilizações de 2019 e 2020. Nenhum dos programas de governo da *Concertación*, de 1989 até 2005, apontaram abertamente a possibilidade de substituir a Constituição. Cada um dos governos dos últimos trinta anos manteve e aprofundou os ataques iniciados pela ditadura. Não é por acaso que uma das palavras de ordem da rebelião de 2019 foi “O Chile será o túmulo do neoliberalismo”.

Desde a sexta-feira, 18 de outubro de 2019, quando centenas de estudantes secundaristas chilenos fizeram um chamado por meio das redes sociais “*evadir, no pagar/ otra forma de luchar*”, convocaram a população a concentrar-se nas saídas das estações de metrô, e conquistaram este apoio, transformando um protesto localizado em manifestações massivas, o governo Piñera reagiu com extrema violência. No dia seguinte ao início do protesto decretou o toque de recolher nas províncias de Santiago e Chacabuco e para as cidades no entorno da capital, estipulando uma proibição total da circulação ou permanência nos espaços públicos, o que não ocorria desde a ditadura de Pinochet.

A implementação da Lei de Segurança Nacional e o retorno dos militares às ruas é como a reabertura de uma cicatriz para os que vivenciaram o período do golpe de Pinochet, como se um fantasma da ditadura militar estivesse rondando desde o decreto do estado de emergência. Este passado que se recusa a morrer é marcado pelo desejo ou pela necessidade de restauração e resolução de suas feridas. Em meio a revolta de 2019 há um retorno das vozes de resistência à ditadura, milhares cantam em uníssono canções como “*El derecho de vivir en paz*”, de Víctor Jara, e “*El baile de los que sobran*”, do grupo Los Prisioneros, carregam seus símbolos, “*Víctor Jara vive!*”, lê-se na legenda de um twitter junto a uma foto de um manifestante segurando uma bandeira com o rosto de Jara e relembram em suas palavras de ordem a longa herança do período autoritário.

As *arpilleras*, produções em retalho que estiveram muito presentes como forma de resistência política especialmente das mulheres durante a ditadura, reaparecem durante a revolta, trazendo em suas representações temáticas do Estallido, como a reivindicação de parte dos mapuches de um Chile plurinacional. O passado possui uma dimensão ativa de cobrança de um dever de memória, há muitos registros de manifestantes da revolta de outubro carregando imagens de pessoas assassinadas pelo regime militar junto com a frase “verdade e justiça”. Existe também uma reflexão sobre a incessante reprodução de uma disposição ao autoritarismo no país: o exército incubia Pinochet entre suas armas e condecorações, que sobrevivemos a um dos tantos Pinochet, mas que existe outro e outro. Por isso não descansaremos em paz. Nunca (ELTIT, 2017, p. 43).

Os monumentos são especialmente mobilizados durante o período da revolta. Os grandes monumentos foram erguidos à glória dos colonizadores e se organizam no espaço de forma a colonizá-lo e oprimi-lo. Projetam uma concepção de mundo ao lugar que habitam. A estátua do general Manuel Baquedano recebeu inúmeras intervenções durante o *Estallido*, devido a sua centralidade na geografia urbana de Santiago. Mas não foi a única.

Em Concepción centenas de pessoas se uniram para derrubar a estátua do colonizador espanhol Pedro de Valdivia. Na cidade de La Serena, um monumento em homenagem ao conquistador espanhol Francisco de Aguirre foi substituído pela escultura Milanka, em homenagem à mulher da cultura indígena diaguita. A estátua que foi presente da comunidade alemã ao Chile por ocasião do centenário da sua independência transformou-se em um símbolo colorido da explosão social. Sua presença era percebida como ingrata e incomoda pelos moradores da região, devido ao passado de violação e genocídio contra os povos originários de Aguirre.

Sua queda foi relatada como algo sonhado por muitas gerações e não faltavam planos de como derrubá-la. Seu tempo chegou ao fim no dia 20 de outubro de 2019 e veio junto com uma festa popular, todos queriam posar com sua imagem aos seus pés. Foi o primeiro de muitos genocidas, violadores e ditadores que foram retirados de seus altares.

Conclusão

As revoltas fazem confluir as épocas por meio de imagens, elas se encarregam de fazer arder os desejos a partir da memória, são expressões das nossas recordações fundidas aos nossos desejos. Nas manifestações a memória arde e consome o presente, junto a certo passado, possibilitando evidenciar uma chama escondida embaixo das cinzas de uma memória mais profunda (HUBERMAN, 2018, p. 19-36).

Revoltar-se significa romper como uma história que todos acreditavam estar concluída, romper com a previsibilidade da história e rechaçar a conservação que se seguia. É uma mescla de rechaço ao estado presente das coisas e um consentimento para um movimento futuro. O tempo da revolta é o tempo de um presente desejoso, em tensão e em movimento em direção a um futuro que se opõe a este presente desde o seu interior, por meio da potência do desejo que o escapa (HUBERMAN, 2018, p. 48-49).

O *Estallido Social* culminaria um novo processo de refundação, refletindo o desenho urbano de Santiago e a sua relação com os monumentos e os patrimônios nacionais, onde se pode identificar a construção tanto de uma narrativa nacional de identidade, como de história. Essas narrativas são capazes de despertar contranarrativas, que em sua condição discursiva disputam os patrimônios com o discurso hegemônico (VARGAS, 2021, p. 71).

As contranarrativas urbanas buscam se apropriar das ruas, transformando-as e produzindo imagens e imaginários que tensionam e ampliam as representações do espaço público. Os textos e imagens que se espalham pela cidade nos muros, cartazes e fotografias, geram um novo sentimento de identidade, e simultaneamente refletem as marcas que o passado ditatorial deixou nas ruas da cidade. Esse conflito entre narrativas abre um processo de ressignificação do espaço, uma decodificação, e uma denúncia que traz a problemática da “limpeza” da história no espaço público. Desde a ditadura de Pinochet até o governo Piñera, utilizando da violência, e de muita tinta branca, para “higienizar” e promover um apagamento das lutas sociais, suas demandas e denúncias, do espaço da cidade.

As ruínas das manifestações, junto às expressões nos muros, cartazes e as performances, rompem com a ordem e com o silenciamento de anos de abuso e violência estatal, levando ao plano do desenho urbano o descontentamento das massas. O *Estallido Social* de 2019 compõem uma estética em que se destacam contranarrativas urbanas que se enfrentam com os discursos hegemônicos

da identidade e história chilena. Produzindo uma resignificação do espaço urbano, destacando as experiências ocultas e silenciadas.

Referências bibliográficas

CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sublevaciones*. MUAC UNAM, 2018.

LIN, Tai. Hasta que la (plaza de la) Dignidad se haga costumbre. Violencias y espacio público en la protesta metropolitana. In: ARAUJO, Kathya. *Hilos tensados: para leer el octubre chileno*. Santiago de Chile, 2019.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes : do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo : Martins Fontes - selo Martins, 2014.

MÁRQUEZ; OSSES. Por uma Antropología dos escombros. O Estallido Social na Plaza Dignidad, Santiago do Chile. *Revista Estado Da Arte*, 3(1), p. 411–429, 2022.

MÁRQUEZ; COLIMIL; JARA; LANDEROS; MARTÍNEZ. Cuando las paredes hablan. Rastros del estallido social en el metro Baquedano, Santiago de Chile. *Praxis Arqueológica* V. 1 N. 1, 2020.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre, *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

PEREIRA. Luisa Rauter. As Temporalidades do Evento Junho de 2013 no Brasil. In: *Tempos de Crise: ensaios de história política*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v.1, p. 151-180.

SÁNCHEZ, Mauricio Vico. El afiche activista. El estallido social en Chile, octubre de 2019. *AREA*, 30(1), p. 1-18, noviembre 2023- abril 2024.

VALENZUELA, Miguel Ángel. Grafitis y/o rayados en el estallido social chileno. La democratización del palimpsesto urbano como catarsis social. *Revista Diseño Urbano & Paisaje*, N°39, p. 28-36, 2021.

VARGAS, Literatura y memoria visual: Cruces estético-performativos entre las narrativas de la memoria y el Estallido Social de octubre 2019. *Árboles y Rizomas* Vol. III, N° 1, p. 68-86, 2021.

VEAS; NAVARRO. La revuelta performativa. Hacia una noción expandida de cuerpos e imágenes en el espacio público a partir del estallido social chileno. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, 17 (1): 192-219, 2022.

O FICCIONAL NA HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DA FICÇÃO: GUERRA E PAZ E OS (DES)ENCONTROS ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO

Tomás Cortes Bartholo

PUC-RIO

- Para discutir acontecimentos históricos como a fundação de uma nação é preciso, antes de mais nada, compreender o que isso significa – escandiu em tom silencioso – Aliás, não dou importância a essas histórias de carochinha, e no geral não tenho grande apreço pela história universal – acrescentou subitamente com desdém, já se dirigindo a todos presentes.

- Pela história universal? Quis saber o capitão tomado de um repentino susto.

- Sim, pela história universal. É o estudo de uma série de tolices humanas e só. Respeito unicamente a matemática e as ciências naturais – disse Kólia com ar de gabarola e olhou de relance para Aliocha: era só deste que temia a opinião ali. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 717-718)

Tudo no mundo - bom ou mau – é dado às pessoas não por mérito, mas em consequência de algumas leis ainda desconhecidas, porém lógicas, que não cabe a mim apontar, embora às pareça-me senti-las vagamente. (TURGUÊNIEV, 2021, p. 99)

“*Eh bien, mon prince. Gênes et lucques ne sont plus que des apanages, des proprietes, de la familie Buonaparte*”. É com esta frase que se inicia *Guerra e Paz* de Liev Tolstói. O ano é de 1805: Anna Pavlovna e Vassili conversam longamente na língua francesa acerca de seus medos e temores sobre o desenrolar das ações militares revolucionárias e expansionistas de Napoleão Bonaparte. Encaram com espanto a sombra que paira sob o futuro da Europa e, principalmente, o que poderia acontecer com a Rússia em um período de tamanha turbulência e caos político desencadeados após a Revolução Francesa. Pavlovna, descrita por Tolstói como uma mulher que ainda conservava sua “animação e arrebatamento” mesmo já tendo chegado à faixa etária dos quarenta, era a mais preocupada e exaltada com a situação. A dama de honra e favorita da imperatriz Maria Fiódorovna, defende que seria do Czar Alexandre I – e somente dele – o dever histórico de ser o salvador de todo o continente europeu:

Nosso bondoso e admirável soberano desempenha um papel colossal no mundo que Deus não vai abandoná-lo e ele há de cumprir a sua missão de esmagar a hidra da revolução, que agora está ainda mais horrenda na pessoa desse assassino justo e celerado. Só nós devemos redimir o sangue dos justos. (TOLSTÓI, 2013, p. 31)

Vassili não se mostra tão empolgado com o desenrolar da conversa, afinal, havia sido convidado para um encontro de gala na casa de Pávlovna e seus interesses eram outros; convite este, diga-se de passagem, escrito em francês. Os temores de uma eventual invasão francesa à Rússia foram dando espaço para outros assuntos. Detalhes da vida política corriqueira vão sendo debatidos pelos dois amigos até que eles começam a falar sobre mexericos dos próprios convidados para o encontro. Abordam com pesar a triste vida que a princesa Mária Bolkonskaia levava na casa de campo com o seu pai, o rico, autoritário e temido príncipe Bolkósni. Anna chega a levantar a hipótese de Mária se casar com algum dos filhos de Vassili. As divagações dos dois acaba abruptamente quando os

convidados começam a aparecer. Com isso, o encontro de gala da nobreza perterbuguesiana estava prestes a se iniciar. Os filhos de Vassili chegam, a princesa Bolkonskaia aparece. A constrangedora presença de Pierre Bezukhov, filho ilegítimo “de um famoso grão senhor do tempo da imperatriz Catarina”, que se encontrava moribundo em Moscou, não é passada despercebida pelos presentes na confraternização; era um parente distante da anfitriã, por isso havia sido convidado. Depois de um atraso notável, Andrei Bolkonski – irmão de Mária – chega ao encontro acompanhado de sua esposa. Atraso este que não aparenta ter sido por acaso, tendo em vista a pouca estima com que via todos os convidados ali presentes; inclusive, a companhia de sua esposa era a que mais o aborrecia. A narração de Tolstói ressalta muito bem o desconforto do Príncipe Andrei com toda a situação que envolvia aquele encontro:

Via-se logo que o príncipe não só conhecia bem todos os presentes no salão como já estava farto de todos, de tal modo que só olhar para aquelas pessoas ou escutá-las era muito aborrecido para ele. Entre todos os rostos que o aborreciam, o da sua esposa bonita lhe parecia o mais maçante de todos. (TOLSTÓI, 2013, p. 49-50)

Curiosamente, são nestes diálogos entre os dois personagens que somos introduzidos a maior parte dos protagonistas do livro. Com exceção de Natasha e Nikolai Rostov, são apresentados aqueles que serão fundamentais para o desenvolvimento da narrativa (Pierre, Mária e Andrei). Por mais que Tolstói passe páginas e páginas descrevendo com pormenores suas características mais importantes e peculiaridades, Anna Pavlónna Scherer e Vassili são praticamente irrelevantes para o desenrolar da trama; trama esta que conta com mais de quinhentos personagens que são apresentados ao longo de *Guerra e Paz*, personagens que vêm e vão com uma naturalidade notável. Afinal, nossa própria vida não seria desta maneira?

Voltando ao que estávamos a falar anteriormente. Como é da natureza de qualquer reunião social, as conversas das banalidades do cotidiano se entrelaçam com os grandes acontecimentos do presente tempo histórico. Diálogos que transitam entre o francês e o russo de maneira quase imperceptível para os que ali estão presentes – por mais que alguns personagens apresentem dificuldades com o idioma francês. A transição de línguas, que pode ser corriqueira para os personagens daquela cena, não passa batida pelo leitor. Destaco como uma das passagens mais notáveis o constrangimento gerado quando Pierre Bezukhov demonstra uma simpatia pelos ideais e bandeiras da Revolução Francesa. Não julgo que seja por acaso que o único “ilegítimo” naquele ambiente da nobreza russa faça uma menção elogiosa às lutas encabeçadas por Bonaparte. Passado o desconforto, o encontro caminha para o fim e a vida daqueles personagens ficcionais será desenvolvida ao longo de todo o romance.

Afirmar que Liev Tolstói é um mestre da síntese seria um tanto quanto exagerado quando estamos a analisar *Guerra e Paz*; era acusado por críticos contemporâneos de ser um contumaz enrolador e incapaz de finalizar seus romances no tempo adequado, dando a eles um excesso desnecessário. Sua capacidade de síntese seria atingida com perfeição em novelas escritas posteriormente a *Anna Karenina*, que apresentam um forte caráter religioso moralista, consequência de sua abrupta e radical conversão a uma peculiar releitura do cristianismo que se convencionou a chamar de *tolstoísmo*. Destacam-se deste seu período de messianismo religioso obras como *A Morte de Ivan Ilitch*, *Sonata a Kreutzer*, *Padre Sérgio* e as póstumas *Khadji Murat* e *O Cupom Falso*. Entretanto, impressiona que

ao longo de cinco capítulos – em um romance histórico conhecido por sua longa extensão – Tolstói já consiga apresentar de forma muito clara e precisa pontos centrais que seriam desenvolvidos ao longo da narrativa. Tensões políticas e sociais da Rússia antes de 1812 são captadas com extrema perspicácia. A desconexão da nobreza russa com sua própria cultura e idioma são ressaltadas a todo momento. A confraternização de Anna Pavlovna ocorrer em São Petersburgo não é uma obra do acaso, a capital erguida por Pedro, o Grande representava o projeto de ocidentalização do Império Russo ao longo do século XVIII (PERPÉTUO, 2021, p. 110). As conversas transitarem de forma tão fluida entre os grandes acontecimentos históricos contemporâneos com os mexericos banais da vida privada também não são uma mera aleatoriedade da prosa de *Guerra e Paz*. Todos esses pontos acabam por convergir em uma questão central para Tolstói: seria a jovem ciência histórica a mais capaz de apreender e rerepresentar o passado histórico com todos os seus percalços e nuances?

Não incorrerei no absurdo de dizer que a Rússia de *Guerra e Paz* é a “verdadeira Rússia que somente a genial pena de Liev Tolstói seria capaz de apresentar, algo que jamais nenhum historiador poderia alcançar!”. Clichês e chavões chamativos como esse não permitem qualquer avanço real para o desenvolvimento da questão, somente redundam em lugares comuns e equivocados. Fazer isso seria ignorar a própria natureza de *Guerra e Paz* e seu caráter ficcional. Também estaríamos incidindo em um erro teórico grave ao não pensarmos nos ditames e questões que estão por trás de uma pesquisa científica historiográfica séria. Os parâmetros que norteiam os historiógrafos são completamente distintos daqueles que guiam os romancistas e prosadores de ficção. Tal confusão não permeia as reflexões de Tolstói sobre as diferenças entre história e ficção; de diversos pecados ele pode ser acusado, mas deste específico não é culpado. Ele era plenamente consciente das diferenças existentes entre historiadores e ficcionistas. O que questionava era a pretensa superioridade da história em apreender o real e os reducionismos em enquadrar a tradição literária russa do século XIX dentro do escopo conceitual habitual do romance europeu. Mas isso não é o nosso foco neste momento. Novamente, recorro a Vladimir Nabokov para mostrar o quão limítrofe uma análise que desconsidere os preceitos apresentados pode ser:

O leitor admirável não busca informações acerca da Rússia num romance russo, pois sabe que a Rússia de Tolstói ou Tchekov não é a Rússia histórica, mas um mundo específico imaginado e criado pela genialidade de indivíduo [indivíduo, no caso, o escritor]. (NABOKOV, 2021, p. 36)

A Rússia de Tolstói é retratada à luz da ficcionalidade. Ignorar este ponto fará com que qualquer análise sobre seus questionamentos à historiografia oitocentista – por vezes instigantes, n’outras absurdas – caia em uma simplicidade teórica que espero não obter. Ao trabalharmos com uma obra que julgo ser tão paradigmática para pensarmos acerca das margens e porosidades existentes entre história e ficção, alguns desafios se impõem. E são estes desafios que pretendo trabalhar ao longo de minha dissertação. Com leituras e questionamentos em um estágio inicial, faço um breve apanhado de meus recentes esforços e avanços para responder a estes dilemas. Ressalto novamente que eles ainda estão muito longe de estarem próximos de alguma conclusão. Mas afinal, que questão norteia os rumos e desenvolvimentos desta análise?

Pouco antes do lançamento da parte final, Liev Tolstói publica um artigo no qual busca

responder e amparar de forma teórica os pontos que suscitaram maior polêmica entre os leitores. A obra - ainda incompleta – já era um sucesso entre público e crítica, mas não passava despercebida a forma iconoclasta e cínica com que o escritor lidava com os acontecimentos que culminaram na invasão napoleônica à Rússia em mil oitocentos e doze. Os conflitos militares, símbolos da formação de um orgulho pátrio aos russos, eram extirpadas de um sentido imanente por si só. Sendo assim, a barbárie e ausência de sentido da guerra foram desnudadas ao longo de sua prosa ficcional. Qualquer tentativa de racionalização do horror era rapidamente repudiada e rechaçada pelo escritor. Tornava-se latente aos leitores que o principal alvo de Tolstói em suas longas digressões críticas era a ainda jovem ciência historiográfica oitocentista.

Pensar as relações entre ficção, história e romance leva-nos a incorrer em estreitos caminhos cuja fronteiras, que antes pareciam nítidas, aos poucos tornam-se mais cinzentas e com uma complexidade que é ignorada numa primeira análise mais superficial, que parte de uma significação pueril do conceito de *ficção*, confundindo sua falta de *poria* com a verdade como um sinônimo de falseamento ou mentira.

Encaro com um misto de curiosidade e decepção que clássicas análises de *Guerra e Paz* não tenham se proposto em pensar a obra a partir deste questionamento. Por uma questão de tempo, restrinjo meu comentário a dois autores. Isaiah Berlin em *The Hedgehog and the Fox* apresenta um ponto de virada na forma com que as longas divagações ensaísticas do escritor acerca dos limites e contradições na afirmação da história enquanto ciência eram tratadas pela crítica literária. Suas observações são pensadas a partir de um contexto macro – abordado ao longo da coletânea *Russian Thinkers* – no qual a prosa ficcional de Tolstói está inserida dentro de um período de intensos debates na *Intelligentsia Russa* sobre os diálogos e ressignificações de temas políticos e filosóficos em voga na Europa Ocidental. Não é por acaso que sejam analisados romances como *Guerra e Paz* e *Pais e Filhos* de Ivan Turgueniev e pensadores como Vladimir Herzen e Belinski: para Berlin, todos estão em constante diálogo com dilemas e questões em voga à Rússia do século XIX. Não isolando as reflexões da narrativa do romance, o ensaísta britânico trata com seriedade o que propôs o escritor e apresenta uma interessante tese acerca da incapacidade de Liev Tolstói em propor uma solução aos seus questionamentos (BERLIN, 2013, p. 27). Contudo, não há qualquer menção ao conceito de *ficção* e nenhuma indagação acerca das diferenças entre prosa historiográfica e romanesca. Mas não podemos cobrar de um autor algo que ele não se propôs a fazer, principalmente quando seu intuito ao longo do ensaio é outro, completamente distinto do que estamos destacando aqui.

A sensação de oportunidade perdida faz-se presente quando analisamos o artigo de Hayden White “Against Historical Realism: a Reading of *War and Peace*”. A partir de meados do século XIX, mais especificamente em um período posterior a publicação de *Evguiêni Oniéguin* (1825-1832) de Aleksandr Púchkin e *Almas Mortas* (1842) de Nikolai Gógol, a produção literária russa vivenciou um momento ímpar ao longo de sua história. O que é entendido por “Literatura Russa” para um público geral é limitado a um período que não se estende por mais de cem anos, se encerrarmos a dita “Era de Ouro” com a morte do contista e dramaturgo Anton Tchekhov em 1904 (NABOKOV, 2021, p. 23). Este recorte histórico e temático perpetuado pelo escritor e acadêmico Vladimir Nabokov soa interessante e válido num primeiro momento, mas acaba por incorrer num reducionismo histórico, que ignora os ditos “séculos de formação” da Literatura Russa anterior ao século XIX – ponto este

muito bem destrinchado por Irineu Franco Perpétuo¹. Às devidas ressalvas sendo feitas, encontramos num curto período de tempo uma quantidade prolífica de autores e obras que nos permitem reanalisar e colocar em xeque conceitos e termos outrora consolidados por uma crítica literária e análise historiográfica. Até mesmo Erich Auerbach em *Mimesis*, que busca ressaltar em todo instante que a literatura russa está longe de ser um campo que domina e apresenta uma análise problemática em diversos pontos, ressalta a peculiaridade de seu realismo literário quando contrastada com a produção em voga na Europa Ocidental durante o mesmo período (AUERBACH, 2021, p. 560-564).² Há poucos romances tão paradigmáticos quanto *Guerra e Paz* para exemplificarmos a dificuldade que temos em enquadrar a produção literária russa a partir dos tradicionais ditames da literatura europeia ocidental oitocentista. Tendo plena consciência destas questões, Hayden White adentra-se num ensaio crítico do romance histórico de Liev Tolstói, questionando a validade do paradigma de “Realismo Histórico” na desconstrução do literato russo da historiografia acadêmica do século XIX (WHITE, 2007, p. 89).³

Não busco aqui formular um juízo de valor acerca da tese proposta – tese na qual, diga-se de passagem, não estou de pleno acordo -, e sim ressaltar que em nenhum momento é colocado em questão os encontros e desencontros entre história e ficção. Neste caso específico não consigo deixar num segundo plano minha decepção, principalmente quando olhamos em retrospectiva e vemos o inegável pioneirismo de Hayden White no “*Linguistic Turn*”. Sua argumentação encontra lacunas e falhas inquestionáveis, destaco as observações feitas por Luiz Costa Lima em *História. Ficção. Literatura e O Brasil então e agora* como incontornáveis para uma melhor compreensão dos limites de suas indagações.⁴ Todavia, por mais falha que seja, julgo que pensar tais encontros e desencontros entre história e ficção implica numa releitura constante dos apontamentos de Hayden White. O historiador não é somente um mero analista de arquivos, documentos e fontes do passado. A pesquisa é uma parte fundamental do seu ofício, mas a importância da escrita não pode ser colocada em um segundo plano. O historiógrafo se utiliza de todos os mecanismos de linguagem possíveis para sustentar o seu argumento. Em *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*, White argumenta que o trabalho historiográfico representa um esforço em ordenar os acontecimentos dentro de um enredo, e o seu sentido é construído na forma com que ele concebe a sua trama. Os fatos históricos são organizados a partir de uma narrativa, tornando-os coerentes e lógicos para os leitores; e, na sua

1 Para maiores informações leia: PERPÉTUO, Irineu Franco. Séculos de formação. In: PERPÉTUO, Irineu Franco. Como ler os russos, op cit.

2 Destaco a passagem: “Mas a confrontação russa com a cultura europeia durante o século XIX não foi apenas importante para a Rússia. Por mais confusa e diletante que apareça frequentemente, por mais agravada que esteja de informação insuficiente, falsa perspectiva, preconceito e paixão, ela não deixava de possuir um instinto extremamente seguro para detectar aquilo que, na Europa, estava quebradiço e sujeito a crises.” AUERBACH, Erich. Germinie Lacerteux. In: AUERBACH, Erich. *Mimesis – A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021, p. 560-564.

3 Tradução minha. Trecho original: “But War and Peace is a historical novel of a particular kind: it seeks to show that while we cannot escape using ‘history’ as a context for the representation of great events, ‘historical’ accounts of such events cannot in any way explain them. Indeed, War and Peace is a work which at once consummates the historical novel and effectively dismantles it. In the process, it undermines Western European literary realism by questioning the ideology of history on which it was based.” WHITE, Hayden. Against Historical Realism: A Reading of ‘War and Peace’. *New Left Review* 46, July Aug 2007, p. 89.

4 Os capítulos que destaco destas obras são: COSTA LIMA, Luiz. “Prefácio”. In: COSTA LIMA, Luiz: *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p. 17-22 e COSTA LIMA, Luiz. “História e poesia: Metahistória”. In: COSTA LIMA, Luiz. *Brasil então e agora*. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 73-80.

construção, os historiadores seguem padrões de elaboração similares aos da ficção. Ficção não por ser falsa, mas no sentido em que todas as interpretações são amparadas em modelos de significado que não existem por si só, encontrando semelhanças com a elaboração de uma obra literária. Existem diferentes estruturações possíveis para uma narrativa histórica, e cada uma delas implica em concepções distintas a respeito da história (WHITE, 2019, p. 22-24; p. 26-42; p. 46-52). Posto isto, julgo ser uma pena que um autor capaz de observações tão instigantes para nós historiadores que buscamos pensar a ficção enquanto uma modalidade de pensamento crítico não se proponha em momento algum a ler *Guerra e Paz* a partir deste questionamento.

Com as lacunas que julgo existir em análises anteriores conceituadas da obra de Liev Tolstói, busco propor uma análise que coloque em destaque os encontros e desencontros entre *história*, *ficção* e *literatura*. Por mais vago e problemático que o conceito de *literatura* seja, ainda utilizarei ele neste momento.⁵ Exposto uma das principais questões norteadoras de minha dissertação, que ainda se encontra em um estágio inicial de desenvolvimento, perfaz-se uma necessidade que por ser tão simples torna-se primordial respondê-la rapidamente. Tudo o que disse anteriormente poderia ser simplificado e redito desta maneira: como *Guerra e Paz* nos ajuda a pensar as margens e porosidades existentes entre a escrita da história e a ficção? É viável ler *Guerra e Paz* a partir deste questionamento? Caso positivo, de que maneira as ponderações de Liev Tolstói dialogam com os debates aqui propostos?

Por mais que não aborde de forma explícita o conceito, me parece claro que havia no escritor uma consciência de que o imaginário ficcional permeia tanto a escrita do romance quanto a da historiografia, sendo que a diferença da presença deste imaginário encontra-se pelos seus métodos e diretrizes distintas. Peço desculpas pela interrupção na linha de raciocínio, mas julgo importante a leitura de um trecho do artigo citado anteriormente “Algumas palavras a propósito de *Guerra e Paz*” na tentativa de ilustrar os porquês de minha argumentação:

aludirei ao desacordo que se verifica entre as minhas descrições dos fatos históricos e as narrativas dos historiadores. O historiador e o artista, na descrição de uma época, têm objetivos totalmente diferentes (...). Para o historiador (...), existem heróis; para o artista (...), não pode nem deve haver heróis, mas homens apenas. O historiador é por vezes obrigado a forçar a verdade para fazer com que concordem todos os atos de um personagem. O artista, pelo contrário, considera esta ideia preconcebida incompatível com o seu desígnio e trata apenas de compreender e de nos mostrar, não o autor deste ou daquele ato, mas um homem.

O historiador apenas se ocupa do resultado adquirido, o artista ocupa-se do fato em si mesmo (...).

(...). Visitai o campo de batalha depois do combate, um ou dois dias mesmo mais tarde, antes de redigidos os relatos, e interrogais os soldados, os chefes, grandes e pequenos, acerca da forma como as coisas se passaram. Esses homens dir-vos-ão o que sentiram e viram e de todos esses relatos ficar-vos-á uma imagem penosa e confusa, embora grandiosa, complicada e variada até mais não poder; (...). Dois ou três dias mais tarde, no entanto, principiam a chegar os relatos; os tagarelas põem-se a contar como decorreram as coisas que eles não viram; enfim, fixa-se um relato geral de acordo com o qual se forma a opinião do exército. (...). Decorrido que seja um mês ou dois, interrogai alguém que tenha tomado parte na operação; no seu relato já não existe aquela impressão fresca e direta da vida que anteriormente nos impressionara. Agora já falam de acordo com um texto escrito. (...). Até mesmo os pormenores

5 “Sem conceituação específica, dependente da historiografia, o estudo da literatura constituiria, no melhor dos casos, uma especialização sua. Mas a especialização realizada por um discurso sem traços próprios forçosamente seguiria o padrão que considerasse válido para a historiografia em geral. Por isso as histórias da literatura serão nacionais, factuais, lineares, subordinadas ao exame dos fatores condicionantes, se não puramente determinantes, sem preocupação com o calor estético das obras ou considerando desprezível tal preocupação”. COSTA LIMA, Luiz. “Um termo elástico ou impreciso?”. In: COSTA LIMA, Luiz. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 336.

que me proporcionavam, embora os narradores tivessem estado a muitas verstas de distância uns dos outros, eram idênticos. (TOLSTÓI, 2004, p. 233-234)

Não se prendendo às diretrizes de uma historiografia científica, que considerava falha e limítrofe na apreensão da realidade pela escrita, Tolstói encontrava na falta de centralidade da ficção um caminho pelo qual o imaginário teria uma maior liberdade na reapresentação da realidade histórica; ou como Roland Barthes diz, na construção deste efeito de real.⁶ O que questionava era a pretensa superioridade da história na (re)apreensão e reconstrução do passado a partir da escrita. A historiografia possui uma ficcionalidade que permeia seu imaginário e construções narrativas. Como muito bem aponta Luiz Costa Lima em *O Insistente Inacabado*, a ficção primária é fundamental para o historiador na descrição do fato histórico que está sendo narrado e analisado em questão, entretanto se diferencia da secundária, pois as palavras escolhidas “não interferem na raiz do evento narrado, mas apenas ressaltam o caráter expressivo do que se narra” (COSTA LIMA, 2018, p. 67). Posto isto em questão – a ficção na história é um tópico que pretendo retomar brevemente –, Tolstói encontrava na forma em constante transformação do romance uma maior liberdade na reapresentação do real, o levando a defender a superioridade do estatuto do ficcional romanesco em detrimento da ainda jovem ciência histórica. Os pilares da história seriam expostos e desnudados pela ficção interna de *Guerra e Paz*.

De forma alguma a opinião de um autor acerca de sua própria obra finda eventuais análises dissonantes. Se assim fosse, tornar-se-ia inútil e sem propósito qualquer tipo de crítica literária ou análise teórica de qualquer obra ficcional. Somente nos resignaríamos a reproduzir na íntegra o que porventura viria a afirmar o escritor. Não pretendo incorrer numa reprodutividade acrítica das considerações teóricas de Liev Tolstói acerca das diferenças entre história e romance, mas sim ressaltar o quão enriquecedor pode ser para nós, historiadores, nos debruçarmos com mais atenção neste ponto específico de sua obra. Estamos diante de um escritor que, por não ser um historiógrafo ou um acadêmico da área, apresenta as perspectivas de um romancista irrequieto à afirmação da história enquanto ciência. Seu descontentamento se torna mais interessante por ser consciente – mesmo que peque por apresentar uma visão teórica bastante rudimentar – dos possíveis encontros e desencontros entre a escrita de um romance e o que pretendia a prosa historiográfica. Por mais que não trabalhe com este termo, julgo não ser absurdo propor que Tolstói via na prosa historiográfica um espaço onde o imaginário ficcional encontrava-se limitado pelas diretrizes impostas e que se tornavam basilares na escrita da história acadêmica. Ao ter como aporia principal a busca pela verdade, a realidade era distorcida em prol de um referencial teórico ou tese proposta pelo historiador em questão. O real tornava-se assim asséptico, frio e a reconstrução do passado pela escrita tornava-se, assim, falha em seu próprio âmago, na sua própria essência. A partir de uma ampliação do que havia feito Stenhdal n’*A Cartuxa de Parma*, e até mesmo de seus trabalhos anteriores – mais especificamente *Crônicas de*

6 “Por esse mesmo fato, há ruptura entre a verossimilhança antiga e o realismo moderno; mas por isso mesmo também, nasce uma nova verossimilhança, que é precisamente o realismo (entenda-se todo discurso que aceita enunciações só creditadas). (...): o barômetro de Flaubert, a pequena porta de Michelet afinal não dizem mais do que o seguinte: somos o real, é a categoria do ‘real’ (e não os seus conteúdos contingentes) que é então significada; noutras palavras, a própria carência do significado em proveito só do referente torna-se significante mesmo do realismo: produz-se um efeito de real, fundamento dessa verossimilhança inconfessa que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade.” BARTHES, Roland. “O efeito de real”. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp. 189-190.

Sebastopol -, a guerra tornava-se a analogia perfeita para ilustrar as limitações existentes na escrita da história e a falha em sua tentativa em reaprender e reconstruir o passado. O personagem do príncipe Andrei e sua história ao desenrolar de *Guerra e Paz* ilustram com perfeição os dilemas e questões que Tolstói pretendia abordar em seu processo de desconstrução da historiografia oitocentista.

Após a exposição do porquê considero o romance histórico – por mais que o próprio autor recuse esta alcunha - de Liev Tolstói como uma obra extremamente rica para pensarmos tais encontros e desencontros, considero importante uma breve exposição de referenciais teóricos contemporâneos que me ajudam neste desafio de releitura de *Guerra e Paz* a partir da questão norteadora já explicitada. A tentativa de uma nova leitura ampara-se na perspicaz observação feita por Reinhart Koselleck em “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade”. Tão grande é a argúcia de sua observação que reproduzo aqui na íntegra:

O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. Uma fonte pode existir previamente ao início da investigação ou descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições. (...). Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer. (KOSELLECK, 2015, p. 180)

Não incorrerei no equívoco de reduzir a prosa ficcional a uma mera fonte, dando assim ao romance um caráter utilitarista e meramente documental que limita e castra o potencial do imaginário ficcional. O que me guia na observação de Koselleck é sua perspicaz observação de que a forma com que olhamos à história está em constante transformação tendo em vista os dilemas e questionamentos do tempo contemporâneo. À vista desta observação, não me parece absurdo nem equivocado me amparar em referenciais teóricos contemporâneos que pensam tais conceitos e fronteiras, mesmo que não haja um diálogo específico com *Guerra e Paz*. A releitura do romance torna-se válida, desde que não incorramos em anacronismos ou observações descabidas e completamente despropositadas. Cabe a mim, o autor desta futura dissertação e orador da presente exposição, mostrar a viabilidade e razoabilidade de tais relações. Sendo assim, pretendo expor brevemente autores que enriquecem uma análise que busca a pensar as tênues fronteiras desta relação entre história e ficção.

Luiz Costa Lima, ao pensar nas especificidades e fronteiras dos conceitos *história, ficção e literatura* – título de seu livro homônimo -, expande e dá forma a termos que foram tratados de maneira muito recorrente pela historiografia de forma simplista e generalista, amparando-se em fundamentações que partiam de um senso comum reducionista. Sendo a aporia da história a busca pela verdade – por mais complexo e problemática que tal afirmação possa ser, o estatuto da verdade como algo absoluto por vezes obnubila reflexões teóricas por parte da historiografia acerca de seu ofício e escrita -, a ficção possui uma falta de centro em seu âmago que por vezes é confundida como falseamento. A sua “liberdade” não pode ser restringida a partir do prisma de uma oposição simplista entre verdade e mentira. Cito rapidamente um breve trecho do autor na tentativa de elucidar um pouco mais seu argumento e compreensão acerca da ficção:

o fictício poético se acerca da verdade não por se manter próximo da realidade, mas por abrir caminhos para o que está sob ela: o real. (COSTA LIMA, 2006, p. 269)

Não tendo como aporia principal a verdade, mas não sendo necessariamente o seu oposto, a ficcionalidade poética nos guia por caminhos que levam a uma melhor compreensão do que permeia a ficcionalidade; ou seja, a realidade. Partindo deste pressuposto teórico, julgo que ele nos ajuda a complexificar a leitura dos apontamentos de Liev Tolstói em *Guerra e Paz*. O que narra em seu romance não aconteceu, não é a realidade como foi, mas sim como poderia ter sido – é óbvio, há invenção de personagens ficcionais, diálogos que nunca ocorreram etc. – entretanto, isto não significa que seu romance aprende a história a partir do falso e da mentira. É no *como se* da ficção que Tolstói explorava a potencialidade de sua apreensão da realidade histórica em contraste com o que julgava ser limítrofe e frágil nos pilares que buscavam sustentar a afirmação da história enquanto uma ciência acadêmica.

Para encerrar minha apresentação, citarei de forma muito breve dois ensaios de Reinhart Koselleck, que julgo serem muito próprios para ilustrarmos a necessidade de pensarmos de maneira mais aprofundada a relação entre história e ficção, tão rechaçada pelos mais variados historiógrafos. Em “Terror e sonho – anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich” e “Ficção e realidade histórica”. A linguagem – tanto ação verbal quanto narrativa – não é capaz de apreender a realidade como um todo. Existe uma distância o que aconteceu de fato e tentativa da historiografia em reconstruir este passado. Há assim uma distância entre o que verbalmente se articula a respeito da realidade histórica como um todo. Por consequência, tendo em vista a mudança sofrida pela história em seu conceito moderno e a busca pela historiografia em dar unidade e sentido aos acontecimentos históricos, não os tratando mais como eventos isolados entre si, persistir numa oposição entre *res factae* e *res fictae* implicará numa compreensão míope das convergências existentes entre a escrita da história e a prosa ficcional (KOSELLECK, 2015, p. 250). As margens não se encontram mais tão bem separadas, podemos assim encontrar no texto ficcional algo “fundamentalmente proveitoso como testemunho para a facticidade”. A análise do autor chega a uma conclusão ousada, e que julgo extremamente proveitosa para nós:

O resultado não é a restituição de uma realidade passada, mas sim, formulando com certo exagero, a ficção do fático. (KOSELLECK, 2021, p. 124)

Colocar a ficção como algo presente no cerne da escrita da história representa um eixo teórico que julgo ser extremamente proveitoso para pensarmos as ponderações feitas por Tolstói acerca da ainda jovem ciência histórica. Não pretendo repetir argumentos previamente apresentados, busco somente ressaltar que suas ressalvas à história podem ser melhor entendidos quando entendemos a ficção enquanto uma modalidade de pensamento, e de que maneira a mesma permeia e atravessa – de formas distintas – a escrita da história e da prosa ficcional propriamente dita, o romance.

Julgo válido encerrar minha apresentação com uma observação Tolstói, pois é a ele que devo o desenrolar e desenvolvimento de minha jornada acadêmica:

Para a razão humana, o conjunto das causas dos fenômenos é inalcançável. Mas a exigência de encontrar as causas foi incutida na alma do homem. E a razão humana (...) agarra-se à primeira e mais compreensível semelhança que encontra e diz: aqui está a causa. Nos acontecimentos históricos (...) a relação mais primitiva é estabelecida com a vontade dos deuses, e em seguida com a vontade das pessoas que se acham na posição histórica mais visível – os heróis históricos. Porém, basta penetrar na essência de cada acontecimento histórico (...)

para constatar que a vontade do herói histórico não só dirige as ações das massas, como é ela mesma constantemente dirigida (...). Não há nem pode haver causas dos acontecimentos históricos – exceto a causa única de todas as causas. Mas existem leis que regem os acontecimentos, em parte desconhecidas, em parte alcançada por nós de modo tateante. A descoberta de tais leis só é possível quando renunciamos completamente à procura das causas na vontade de uma pessoa (...). (TOLSTÓI, 2013, p. 2035-2036)

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BERLIN, Isaiah. *Russian Thinkers*. London: Penguin Random House UK, 2013.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. *O Brasil então e agora*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- COSTA LIMA, Luiz. *O Insistente Inacabado*. Pernambuco: CEPE, 2018.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Os Irmãos Karamázov*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- NABOKOV, Vladimír. *Lições de literatura russa*. São Paulo: Fósforo Editora, 2021.
- PERPÉTUO, Irineu Franco. *Como ler os russos*. São Paulo: Todavia, 2021.
- WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2019.
- WHITE, Hayden. Against Historical Realism: A Reading of *War and Peace*. *New Left Review* 46, July Aug 2007.
- TOLSTÓI, Liev. “Algumas palavras a propósito de Guerra e Paz” *Pro-Posições*, v.15, n.3, set/dez, 2004.
- TOLSTÓI, Liev. *Guerra e Paz*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- TURGUÊNIEV, Ivan. *O rei lear da estepe*. São Paulo: Editora 34, 2021.

O MATERIALISMO HISTÓRICO EM DIÁLOGO COM A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA NO ESTUDO SOBRE PARTIDOS COMUNISTAS

Heitor Cesar Ribeiro de Oliveira

Doutorando no Programa de Pós-graduação em História pela UERJ

E-mail: o.cesar1981@gmail.com

Questão preliminar

Ao se estudar um Partido aos moldes do Partido Comunista Brasileiro, PCB, é preciso levar em consideração alguns pressupostos comuns aos PCs¹. O PCB é um partido comunista organizado aos moldes das estruturas dos Partidos Comunistas, ou seja, organizações referenciadas numa estrutura rígida, fechada e centralizada, que, em tese, direciona as divergências e os processos de debates e discussões para suas próprias estruturas internas, buscando com isso evitar fraturas, cisões e exposições públicas de suas disputas e divergências. O modelo político partidário do PCB foi estruturado seguindo os moldes e diretrizes da III Internacional, a Internacional Comunista, fundada no processo de consolidação da Revolução Soviética na Rússia. Sua origem e modelo são espelhados na organização dos Bolcheviques, seção do Partido Social-Democrata Operário Russo, que teve papel central no processo revolucionário na Rússia de 1917 e serviu de matriz política, ideológica e organizativa do Partido Comunista da Rússia² que, posteriormente, se tornaria o Partidos Comunistas da União Soviética, modelo político organizativo dos Partidos Comunistas de todo o mundo.

O PCB também teve sua história reconstruída por diversos trabalhos e relatos, tanto os perspectivados a partir de *dentro* da organização, como memórias e depoimentos, como também estudos de pesquisadores externos ao partido. Uma terceira abordagem, muito comum no estudo sobre o PCB e o comunismo no Brasil é a que mescla elementos das duas abordagens anteriormente descritas, quando o estudo de caso e o objeto são observados e analisados por pesquisadores de vínculo político e orgânico com o PCB, quando muitas vezes o estudo assume posição nas polemicas e divergências em questão.

Para compreender melhor o local do relato em diferentes estudos e abordagens sobre o PCB, principalmente os oriundos dessa terceira abordagem, adequo Quentin Skinner sobre a necessidade de identificar os argumentos e o local, não apenas no espaço e no tempo, mas o contexto e objetivo da argumentação, os pressupostos sociais e teóricos de quem produziu o discurso, e buscar entender o que o autor de determinado discurso pretendia dizer, para quem, e, com qual objetivo, ou seja, perceber a intencionalidade da fala no contexto do discurso:

1 PCs: definição comum para designar o conjunto de Partidos Comunistas vinculados ao Partido Comunista da União Soviética e a III Internacional, a Internacional Comunista.

2 O Partido Comunista da Rússia se desdobraria no Partido Comunista da União Soviética, PCUS, com a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, em 1921.

...os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. (...) Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e, portanto, implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar” (SKINNER, 2006, p. 13)

Nas últimas décadas os estudos sobre partidos políticos passaram por um conjunto de modificações, inclusive para além dos estudos vinculados ao que se convencionou chamar de nova história política. Assim, é necessário incorporar o processo de renovação, tanto ancorado na própria reformulação da história política, e em especial na esfera partidária com os estudos de Serge Bernstein (RÉMOND, 2003) como no entendimento mais ampliado sobre partidos e sociedade nas obras de Robert Michels com “Sociologia dos Partidos Políticos” (MICHELS, 1982). Essa nova abordagem possibilita melhor analisar os partidos políticos no Brasil, seu papel, sua relação com a sociedade, suas disputas tanto internas como espelhadas pelas disputas na sociedade.

Especificamente no Brasil. o estudo de partidos ganhou bastante com o trabalho de Lucia Grinberg, sobre o Partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação do regime civil/empresarial-militar), e o trabalho de Ângela Castro Gomes sobre o PTB e o trabalhismo brasileiro, onde em ambos os casos abordam diversos debates sobre a relação entre Partidos e suas mediações na sociedade brasileira, bem como os impasses e desafios de se estudar partido no Brasil.

Lúcia Grinberg pontua que há todo um desinteresse no estudo dos partidos brasileiros e que a causa se deve a uma confluência de fatores que vão desde o entendimento que o fenômeno partido no Brasil se enquadra no cenário mais voltado ao interesse de cientistas sociais e políticos, e, no caso da história, entrando no “terreno pantanoso” da história do tempo presente, que, por si só, se mostra um obstáculo a atrair novos pesquisadores e historiadores que ainda nutrem um desinteresse pela história do tempo presente. Outro fato é a aproximação do modo de pesquisa com a forma tida por tradicional e criticada história política.

A narrativa da história do partido, através de diversas tramas e da caracterização de vários personagens, aproxima-se, em muitos pontos, do que tem sido considerado história política tradicional. (GRINBERG, 2009, p. 17)

Lúcia Grinberg desenvolveu importante abordagem no estudo de fontes, mesclando a pesquisa sobre documentos produzidos pelo próprio partido em sua vida cotidiana, pronunciamentos públicos de parlamentares, nesse caso parto do entendimento de estabelecer uma analogia em meu estudo com pronunciamento público de figuras e dirigentes partidários de destaque público, a imprensa, ou seja, o discurso público dos órgãos de imprensa sobre o partido e sua atuação e, por último, memórias de dirigentes e figuras de destaque do partido (GRINBERG, 2009, p. 21).

Sobre o estudo de caso, o PCB, diálogo com diversos autores (pesquisadores, historiadores e cientistas sociais) como Dulce Pandolfi em “Camaradas e Companheiros” que a partir das disputas internas no Partido sobre a tática e estratégia tanto de enfrentamento a ditadura como de reinserção do PCB na vida política nacional analisa a formação de blocos políticos divergentes no interior da direção

nacional do Partido (PANDOLFI, 1995). Tal abordagem contribui para um maior entendimento da condução e do desenvolvimento das divergências internas num partido comunista. Nesse mesmo sentido, a partir de um diálogo entre as contradições internas do PCB tendo como ponto de apoio suas formulações e ações políticas, Marco Aurélio Santana em “Homens Partidos” apresenta um partido em permanente conflito onde interesses cruzados se chocam na busca pela formação de um monopólio político decisório sobre as formulações acerca da ação partidária, numa disputa que materializa na concorrência interna para a ocupação dos principais cargos em sua estrutura central, o Comitê Central (SANTANA, 2001).

O fato de não se ter uma história oficial do PCB, ou seja, um estudo de maior folego do partido sobre sua própria história, faz com que o relato de seus dirigentes e figuras de destaque através de memórias constituam como uma forma de história oficial de fato, complementada pelos documentos produzidos pela própria organização ao longo de sua história. Contudo, o fato dessa confrontação entre documentos oficiais (produzidos pelo próprio partido) e os relatos ou memórias de seus dirigentes e figuras públicas entrem em choque de versões não anula ou invalida a reconstrução de sua história, apenas evidencia que a história também é uma arena de disputa, tanto pela memória oficial como parte da construção da legitimação do presente. Algo como uma instrumentalização da memória coletiva a serviço do que poderíamos chamar de versão oficial (PANDOLFI, 1995, p. 21).

Identifico assim, partindo desses pressupostos, 4 tipos de fontes, os documentos produzidos pelo próprio partido, os pronunciamentos feitos publicamente por figuras de destaque e públicas do partido, as memórias de seus dirigentes e produzidas por seus militantes³, jornais e demais órgãos de imprensa⁴. Esses quatro tipos de fontes contextualizadas e confrontadas por uma discussão historiográfica especializada produzida sobre o PCB e sobre o movimento comunista brasileiro e mundial.

Um diálogo possível e necessário na renovação da história política

Para o desenvolver esse estudo estabeleço um diálogo entre a nova história política francesa e o materialismo histórico como forma de analisar o processo de formação do Partido Comunista Brasileiro, focando com destaque suas particularidades.

No campo da história política, parto dos acúmulos sistematizados na obra “Por Uma História Política”, organizada por René Rémond, em que apresenta um conjunto de novas abordagens no estudo da esfera política, questionando o modelo de “História dos Vencedores” ou da “História Oficial”, como era característico desta abordagem de pesquisa.

Rémond evidencia que a história política deixa de ser feita apenas como uma manifestação da história factual, incorporando elementos da sociedade e suas manifestações. Para Rémond, os historiadores compreendem cada vez mais uma diversidade de fatores tais como culturais, econômicos, sociais e políticos, que se influenciam, mútua e desigualmente, segundo as conjunturas e, paralelamente, guardam sua individualidade, sua autônoma e seus dinamismos próprios. Possibilitando compreender a esfera política como o espaço tanto de múltiplas interações como de gestão do social e do econômico.

3 Essa terceira fonte divido em dois blocos: Memórias de militantes e dirigentes, memórias e pesquisas feitas por cientistas sociais, políticos e historiadores vinculados ao Partido

4 Também dividido em dois blocos: a imprensa partidária com um discurso oficial e formal do partido e o da chamada grande imprensa sobre o Partido.

Outra característica do uso da história política criticada numa perspectiva de superação, era o predomínio dado ao momento de síntese, ou seja, o momento onde os processos políticos se confluíam num resultado, exemplificando com isso, o estudo de uma revolução como o ato revolucionário, o estudo de uma personalidade por seus momentos “chaves”, de um partido por seus embates e definições, não levando em consideração, pelo menos não com o devido espaço, os momentos de contradições em desenvolvimento, ou seja, para além dos momentos mais dramáticos, onde as alternativas se chocam, o que fazia perder o rico processo em seu desenvolvimento.

No antigo regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a Nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre ideologias políticas. (REMOND, 2003, p.15)

No outro polo do diálogo, utilizo do materialismo histórico para à pesquisa historiográfica. Nesse sentido parto do entendimento acerca dessa abordagem como compreendido e desenvolvido pelos historiadores britânicos Hobsbawm, Perry Anderson, Pierre Villar e Ralph Miliband.

O historiador britânico, Eric Hobsbawm, ao se referir à “história dos de baixo”, formula um conjunto de argumentos que, facilmente, poderia ser alocado junto a essa renovação no entendimento da história política.

(...) gostaria de indagar por que a história dos movimentos populares é uma moda tão recente – ou seja, por que a maioria da história escrita por cronistas contemporâneos e estudiosos subsequentes desde o início da escrita até, digamos, o fim do século XIX, nos diz tão pouco sobre a grande maioria dos habitantes dos países ou Estados que ela estava registrando, por que a pergunta de Brecht “Quem construiu a Tebas dos Sete Portões?” é típica do século XX (onde as camadas populares entrariam na sua história). A resposta nos leva tanto para a natureza da política – que até recentemente era tema característico da história – quanto para as motivações dos historiadores. (HOBSBAWM, 1997, p. 216)

Hobsbawm acrescenta que as inovações no fazer história como a “história dos de baixo” não surgem apenas por uma luz de brilhantismo do pesquisador. Partindo de uma análise embasada pelo materialismo histórico, Hobsbawm acredita que as transformações operadas tanto na esfera política como na sociedade geraram não apenas novas formas de se estudar a história como novas condições sociais, com ampliação da manifestação da sociedade e de suas organizações. Assim, na história escrita até início do século XX, o papel dos pobres e classes subalternizadas eram constantemente ignorados pelos escritores e historiadores que, em raras exceções, faziam menções a estes como atores políticos e históricos, como a própria ausência de instrumentos políticos e sociais afastavam esses setores do “fazer história”. Em regra geral, a história era a história das grandes lideranças, dos atores políticos tradicionais.

Hobsbawm afirma que o conjunto de transformações no fazer política e a inserção de novos atores (como movimentos de massas, partidos, sindicatos, movimentos associativos) possibilitou destacar cada vez mais o papel deles. Ainda que esses atores sociais não possuíssem instrumentos de manifestações em níveis mais complexos de organização, já tinham uma história, porém sem grandes possibilidades de expressão diante da história contada pelas classes dominantes, que, como

bem diziam Marx e Engels (2007), já em 1844, são as classes detentora dos meios materiais para reproduzir suas ideias.

Compreendo que esse entendimento sobre o materialismo histórico desenvolvido por Hobsbawm, deriva diretamente da própria compreensão dos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels, como podemos observar na obra “A Ideologia Alemã”, em que os autores apresentam que a história era compreendida até então como uma tradução dos feitos dos líderes, representantes máximos do poder, ignorando a ação concreta dos homens em seu cotidiano.

Com isso exclui-se da história a atitude dos homens para com a natureza, o que engendra o antagonismo entre a natureza e a história. E, assim, esta concepção apenas consegue ver na história os grandes atos políticos e as ações do Estado, as lutas religiosas e a luta teórica em geral, e se vê obrigada a compartilhar, especialmente, e isso em cada época histórica, as ilusões desta época... (MARX; ENGELS, 2007, p. 217)

Para Hobsbawm a possibilidade de uma perspectiva ampliada da esfera política para além dos grandes feitos, dos grandes estadistas, dos Estados e Nações, abarcando as classes subalternizadas e suas movimentações políticas só foi permitida pela influência do marxismo na história, tanto nos aspectos da historiografia, ao trazer a perspectiva materialista histórica ao estudo do processo histórico em suas contradições em desenvolvimento, quanto na perspectiva do advento de um movimento popular, social, sindical, partidário de massas que trouxesse para a cena política os a classe trabalhadora, setores que pela primeira vez se organizavam para além de respostas imediatas, se organizavam agora de forma mais complexa, potencializando sua intervenção na sociedade.

Também era uma forma de negar qualquer abordagem de uma história apenas como representação ou desenvolvimento de ideias desconectadas das bases materiais ou objetivas da história como pontua Pierre Villar:

Devemos ter presente, como lição para o historiador, a necessidade de combater – uma necessidade particularmente urgente hoje – qualquer história das ideias, das mentalidades ou das ciências fundada sobre a coerência ou filiações exclusivamente internas, formais, e não sobre a conexão entre ‘produção de pensamentos’ (qualquer que seja o seu tipo) e modificações nas relações da vida social e material. Em todo momento, na prática historiografia, e, sobretudo na filosofia, reaparece a ameaça de um tratamento autônomo dos fatos de pensamento: sob a aparência, frequentemente, de grandes novidades, trata-se de um retorno às facilidades tradicionais. (VILLAR, 1983, p. 107)

Assim, como a antiga abordagem da história política buscava, de forma insuficiente, explicar o tudo a partir do político, o desenvolvimento histórico ao longo do século XX, principalmente no Pós-Segunda Guerra Mundial, evidenciou ainda mais os limites e insuficiências dessa antiga abordagem e suas explicações unilaterais. Eventos como guerras, crises econômicas, intervencionismo do Estado na economia, na vida pública, a ebulição de novos agentes políticos, tais como o movimento de mulheres, de direitos civis, mesclando múltiplas influências, desde as condições de classes em si e para si, até o agrupamento de grupos de interesses, criaram estratificações ainda não concebidas que demandavam uma renovação no arcabouço teórico para ser compreendida e estudada.

Essa ampliação do estudo da história política, incorporando elementos da sociedade civil em atribuições como no ato de legislar, no intervir no mercado e na economia, no formular políticas públicas, na maior participação do Estado em áreas como seguridade social, saúde, educação,

possibilitaram uma maior sofisticação do entendimento sobre o Estado, mesmo que o compreendamos como uma sociedade política ampliada, e, em paralelo, uma ampliação das atribuições e participação dele. Inclusive superando por sua vez, uma visão engessada do materialismo histórico calcada num determinismo econômico que, por sua vez, se afastava da própria perspectiva de Marx e Engels em sua abordagem angular sobre o materialismo histórico em que evidenciavam que embora e, somente, na última instância o fator objetivo ou econômico seria o elemento condicionante. Diversos fatores, inclusive os sociais e culturais em suas múltiplas manifestações, também influenciariam o desenvolvimento social, político e até o econômico.

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem-número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. (MARX; ENGELS, 1963, p. 284)

Essas interpretações de Engels acerca do uso do materialismo histórico se aproximam mais dos historiadores ingleses do que de toda uma tradição oficial do marxismo hegemônica no século XX.

No século XX tivemos também uma ampliação não apenas do entendimento sobre história política, como também uma ampliação nas atividades políticas por parte do conjunto da população. Essa ampliação de participação na política não se deu somente através de mecanismos formais na relação dos Estados democráticos ocidentais, como nas eleições e referendos, mas também em diversos círculos sociais que passaram a ampliar suas esferas ao plano político. Dessa maneira, são incluídos os movimentos de reivindicação de classes, como partidos, sindicatos e entidades representativas.

Nesta questão, temos outro ponto de convergência entre ingleses e franceses. Tanto para Hobsbawm quanto para Rémond, a ampliação do Estado e dos movimentos sociais possibilitou um maior enriquecimento de temas na história política. Sobre o exemplo francês, segundo Rémond, “na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob pressão externa e em função de uma reflexão crítica” (REMOND, 2003, p. 25).

A obra organizada por René Remond procura justamente demonstrar essa amplitude no estudo e na pesquisa da história política. Em todos os ramos da vida em que se ampliou nas fronteiras do político, na vida e no cotidiano de todos nós, no estudo e na pesquisa sobre os partidos políticos até em outras formas de associações políticas, eleições, consultas e referendos, passando pela influência na política da opinião pública e de estudos acadêmicos.

Por Instituições não mais apenas o Estado, mas dentro da sociedade civil, um conjunto de instituições, que se organizam tanto como forma complementar, correlacionada, ou até mesmo como forma de disputa e até substituição das instituições formais, tais como os já mencionados exemplos de partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Dentro dessa perspectiva, o estudo da história política, ao dialogar com o estudo do tempo presente, possibilita, diante do fato de que está mais em contato com a atualidade (através de um conjunto de fontes, depoimentos e etc.), ter um olhar de raio mais curto, mais atento aos detalhes dessas contradições em seus processos, dialogando com mais do que fontes documentais, mas também com materiais vivos e pulsantes ainda.

A concepção histórica elaborada por Marx passou no teste decisivo, que foi sua aplicação ao tempo presente. Dois livros, *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* e *o 18 Brumário de Luis Bonaparte*, analisam as condições em que surgiu o fenômeno do bonapartismo, mostram como cada grupo se dispunha a tomar o poder e como diversas classes sociais distintas se impuseram um desgaste considerável no conflito entre elas. (KONDER, 2010, p. 41)

A história do tempo presente, assim como a história política, também possui fronteiras móveis. Em muitos casos, as demarcações da pesquisa ficam ainda mais reféns do corte de delimitação do pesquisador do que do objeto estudado em seu tempo propriamente dito.

Ao estudar uma organização partidária, deve se levar em consideração os múltiplos fatores que influenciam e condicionam o funcionamento, as divergências e disputas dessa organização, tanto em sua ação para a sociedade, como em sua construção interna.

Nesse sentido uso nos estudos sobre partidos questionamento presentes em Serge Bernstein na sua análise sobre partidos inserido nesse processo de renovação da história política, onde o partido é entendido como mediador. Uma mediação entre seus objetivos e a sociedade que o compõe, entre o partido em si, enquanto organizador coletivo e seus membros, enquanto indivíduos, entre sua composição e sua construção de partida.

Estabeleço diálogos a partir de diferentes referenciais teóricos, mas que agregam elementos importantes, como Robert Michels e sua análise sobre partidos, fundamentalmente acerca da manutenção interna das estruturas partidárias, uma espécie de oligarquização das estruturas de direção, criando mecanismos de manutenção de poder ao núcleo dirigentes (MICHELS, 1982), com Maurice Duverger que abarca as estruturas partidárias como desdobramento de suas finalidades, no caso, em partidos voltados ao parlamento, composto por parlamentares e seu entorno e os partidos de pressão social, composto por militantes advindos de movimentos sociais e populares, que, por sua vez, agregam elementos e contradições advindas dessa mesma sociedade.

Os PCs, como um todo, e em particular, o Partido Comunista Brasileiro, se enquadra numa estrutura de partido de pressão, composto por militantes sociais, que por sua vez, reproduzem elementos e contradições da sociedade, e por se tratar de um partido comunista, um partido composto por indivíduos formados por uma sociedade que buscam superar. Essas especificações geram um tipo de partido e de membros qualitativamente diferentes dos demais partidos.

Os Partidos Comunistas foram constituídos vinculados a forma partido hegemônica na Revolução Soviética de 1917 na Rússia, que por sua vez se desdobrou no Partido Comunista da Rússia e, posteriormente, no Partido Comunista da União Soviética, PCUS. Enquanto Partido,

reivindicava não apenas o histórico do movimento operário russo, materializado no antigo Partido Operário Social-Democrata Russo, onde constituíam uma seção, os Bolcheviques, como também do movimento revolucionário dos trabalhadores de toda a Europa, tendo em Karl Marx e Friedrich Engels, seus fundadores e principais teóricos.

O historiador Ralph Miliband em sua obra “Marxismo e Política”⁵, pontua que, embora Marx e Engels não tivessem aprofundado um estudo sobre organização, era intrínseco em sua obra a centralidade do elemento organizativo. A esse respeito linhas gerais foram tecidas em diversas obras, contudo, mais que nas obras, a movimentação política de ambos endossara a formatação de Partidos como ferramentas de organização dos trabalhadores.

O partido é apenas a expressão política e instrumento da classe. Mesmo essa formulação pode ir além do que é autorizado no argumento de Marx, e pode ser mais rigoroso interpretá-lo, nesse sentido, vendo a própria classe trabalhadora desempenhando seu papel político, tendo o partido político como seu auxílio nessa tarefa. A formulação é um tanto ambígua – mas são assim os pronunciamentos de Marx sobre essa questão. (MILIBAND, 1979, p. 113)

Ralph Miliband argumenta que embora não evidente nas formulações de Marx e Engels a preocupação com a ação política da classe enquanto libertadora de si mesmo poderia ser traduzida como estruturar uma expressão política dessa autonomia de classe. O partido enquanto agente político e expressão organizativa da classe passava a ganhar mais atenção, principalmente após as derrotas decorrentes das lutas de classe nos anos 1850 a 1870.

Embora a questão organizativa estivesse atrelada ao debate sobre auto-organização e autoemancipação da classe trabalhadora, a forma dessa organização não estava completamente estabelecida. O debate que permeava a correspondência de Marx e Engels e os primeiros partidos sociais-democratas evidenciava mais a questão programática.

Quando Engels morreu, em 1895 a social-democracia alemã estava em via de tornar-se uma autêntica organização de massa e continuou dali por diante a fazer um grande progresso. Como observou um escritor, o Partido Social-Democrata Alemão, em 1914, convertera-se numa vasta instituição cujos quadros mantinham mais de quatro mil funcionários remunerados e 11 mil empregados assalariados, tinha 20 milhões de Marcos investidos em negócios e publicava mais de quatro mil periódicos. Tinha também uma considerável representação parlamentar (...). Em maior ou menor grau, o mesmo veio a acontecer com outros Partidos Sociais-Democratas europeus. (MILIBAND, 1979, p. 113-114)

Nesse sentido, o movimento vinculado ao conjunto teórico desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, hegemônico na Europa central e ocidental a partir da constituição da II Internacional, a Internacional Socialista, desenvolvia um forte movimento partidário como expressão da ação política e de formulação teórica e analítica da classe trabalhadora. Partidos que aumentavam sua representação institucional e sua participação na vida nacional de diversos países europeus. O movimento dos trabalhadores não mais, pelo menos em parte da Europa, se constituía como força clandestina e subterrânea, mas como partidos de massas.

Esse processo fortaleceu a interpretação no interior do movimento internacional dos trabalhadores que o meio de ação política deveria ser através da forma-partido. Tal entendimento faria com que parte significativa do debate no interior do movimento dos trabalhadores vinculados

5 MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1979.

a tradição marxista gravitacionasse no entorno da questão organizativa como instrumento teórico, analítico e organizacional da classe trabalhadora.

A exaltação do partido significava também o fortalecimento do status e posições dos dirigentes partidários, homens que tinham a seu cargo a complexa e delicada maquinaria pela qual a locomotiva do socialismo devia ser dirigida, em velocidade segura e rumo certo a sociedade socialista. (MILIBAND, 1979, p. 114)

Em paralelo ao fortalecimento dos partidos sociais-democratas ocorria o esfacelamento do movimento anarquista, que desde a cisão da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, não conseguiam reconquistar um espaço de destaque. Ocorriam com isso uma movimentação em cadeia, no interior da classe trabalhadora a social-democracia ganhava a hegemonia política, e na social-democracia as ideias e programas de Marx e Engels, agora já sistematizadas como marxismo, assumiam total hegemonia, ganhando características de doutrina oficial. Os partidos sociais-democratas que se consolidavam por parte significativa da Europa consolidavam o monopólio de representação política da classe trabalhadora, nesse sentido, não mais como instrumento a serviço dela ou sua expressão política formal, mas assumindo papel de sua própria força organizadora, política e teórica dirigente.

O debate sobre a organização dos trabalhadores ganhou maior intensidade no momento de profunda crise interna da II Internacional, o período da I Grande Guerra Mundial.

No contexto da Guerra, o grupamento político liderado por Lênin, um dos mais destacados dirigentes da Social-Democracia Russa, surgia como uma dissidência dentro da II Internacional. Com fortes críticas dirigida a cúpula do prestigiado corpo dirigente da Social-Democracia europeia.

A Falência da II Internacional exprimiou-se com especial clareza na traição escandalosa, pela maioria dos partidos social-democratas oficiais da Europa, de suas convicções e de suas resoluções (...). Mas essa falência, que marca a vitória total do oportunismo, além da transformação dos partidos social-democratas em partidos operários nacional-liberais, não é senão o resultado de toda a época histórica da II Internacional, do final do Século XIX ao começo do Século XX. As condições objetivas dessa época de transição – que vai do encerramento das revoluções burguesas e nacionais na Europa Ocidental ao princípio das revoluções socialistas – engendraram e alimentaram o oportunismo. Em certos países da Europa, pudemos observar, no decorrer desse período, uma cisão do movimento operário e socialista, cisão que se produziu, no seu conjunto, em função do repúdio a linha oportunista (...). A crise gerada pela guerra ergueu o véu, varreu as convenções, rebentou o abscesso já de há muito maduro e mostrou o oportunismo no seu verdadeiro papel de aliado da burguesia. (LENIN, 1979. p.70)

Essa dissidência dirigia a II Internacional nucleada até então pelo forte Partido Social-Democrata Alemão severas críticas e apontavam a irreconciliável possibilidade de unidade. Tendo além de Lênin, líder dos Bolcheviques Russo, uma seção do Partido Social-Democrata Operário Russo, vários outros membros de Partidos Socialistas e sociais-democratas, inclusive no interior do próprio Partido Alemão, em que Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que viriam a ser líderes da dissidência alemã do Partido Social-Democrata (ROCHA, 2006, p.156). Parte da crítica evidenciava a postura dos partidos sociais-democratas com à guerra, onde assumiam posições nacionais, inclusive participando do esforço nacional de guerra.

A Guerra trouxe à classe dos capitalistas não apenas benefícios fabulosos e magníficas perspectivas de novas pilhagens (Turquia, China etc.), novas encomendas calculadas em bilhões,

novos empréstimos com taxas de lucro majoradas, mas também trouxe à classe dos capitalistas vantagens políticas bem superiores, dividindo e corrompendo o proletariado. Kautsky ajuda nessa corrupção. (LENIN, 1979. p.47)

O modelo organizativo também estava no centro do debate. Lenin e outros críticos apontavam a incapacidade da II Internacional de organizar o movimento internacional dos trabalhadores para a nova fase da luta política. A estrutura federativa da Internacional favorecia que os partidos centrassem sua atuação nas questões nacionais, criando condições para o que o próprio Lenin qualificava como desvios nacionalistas. O movimento, para Lenin, carecia de uma estrutura mais centralizada e verticalizada, inclusive em escala internacional. O modelo de Partido Social Democrata era assim questionado, em seu lugar, quebrando seu monopólio, outra forma partido surgiria como consequência da vitória dos Bolcheviques Russos na Revolução Soviética, começava a era dos Partidos Comunistas.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2004.

BARROS, José D' Assunção. *Teoria da História*. Volume III: Paradigmas Revolucionários. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes. 2013.

GOMES, Angela Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório: Um Estudo Sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965 – 1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HOBBSBAWM, Eric (org.). *A História do Marxismo*. RJ: Paz e Terra. 1983.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. SP: Companhia das Letras, 1997.

LENIN, Vladimir I. *A Falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.

LENIN, Vladimir I. *Obras Escolhidas V: II*. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1980.

KONDER, Leandro. *Em torno de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1963.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada*. SP: Boitempo, 1999.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MORAES, João Quartim e Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. V: I – O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

REMOND, R. *Por Uma História Política* 2ª edição. RJ: FGV, 2003.

ROCHA, Ronald. *O Movimento Socialista no Limiar dos Impérios Financeiros* (crônica da Segunda Internacional). Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2006.

ROEDAL, Hiran, (Outros). *PCB, 80 anos de Luta*. Rio de Janeiro: FDR, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SODRE, Nelson Werneck. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo: Global Editora, 1984.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VINHAS, Moises. *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

O USO DO CONCEITO DE CRISE E A APROPRIAÇÃO DE WALTER BENJAMIN EM DISPUTAS INSTITUCIONAIS PELA GEOGRAFIA E MEMÓRIA DISCIPLINAR — MICHEL ZAIDAN FILHO E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Muriel Custodio dos Passos

Mestrando em História (UDESC)

Bolsista CAPES

E-mail: muriel.tempodeagora@gmail.com

Este trabalho apresenta brevemente um projeto de pesquisa de mestrado que tem como objetivo geral analisar a instrumentalização do conceito de *crise* na obra de Michel Zaidan Filho, visando compreender as disputas epistemológicas, ético-políticas e institucionais pela configuração da memória e da geografia disciplinar da historiografia brasileira contemporânea. Também se examina outras operações sobre o tempo realizadas por Zaidan Filho, como o estabelecimento de cesuras e continuidades temporais. Historiciza-se ainda a apropriação da teoria de Walter Benjamin ao longo da trajetória do historiador marxista, entendendo-a como seu prognóstico à *crise da história* por ele diagnosticada¹.

Mais especificamente, examina-se sua dissertação de mestrado (ZAIDAN FILHO, 1981), sua tese de doutorado (ZAIDAN FILHO, 1986)² e os ensaios presentes em suas coletâneas *Razão e História*. Walter Benjamin (ZAIDAN FILHO, 1988), *A Crise da Razão Histórica* (ZAIDAN FILHO, 1989), *Circe e o Historiador* (ZAIDAN FILHO, 1992), a terceira edição de *A História como Paixão* (ZAIDAN FILHO, 1993a), *Leituras em Walter Benjamin* (ZAIDAN FILHO, 2016) e *Reflexões sobre a História* (Zaidan Filho, 2017). Também se analisa o texto “A História como Paixão” (ZAIDAN FILHO, 1996)³, publicado nos anais do XVII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (Anpuh), cujo tema foi “História e Utopias” e em que o historiador marxista participou da mesa “Uma Nova História: Hermenêutica e Utopia”.

Procurando indícios da repercussão das questões levantadas por Zaidan Filho entre outros historiadores brasileiros, realizou-se um levantamento nos Anais da Anpuh de trabalhos com a temática da *crise da história*. Esse tema também foi pesquisado em outros buscadores de bibliografia acadêmica, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de

1 Como parte desta pesquisa, pretendia-se quantificar, espacializar e historicizar a apropriação da teoria benjaminiana na historiografia brasileira para situar os trabalhos Zaidan Filho nesse processo. Também se pretendia identificar outros historiadores atuantes na região Nordeste que participaram dessas disputas pela configuração da geografia e da memória disciplinar da historiografia brasileira. Contudo, compreende-se que essas operações poderiam dispersar o argumento central desta pesquisa. O levantamento sobre a apropriação de Walter Benjamin entre historiadores brasileiros está se desenvolvendo paralelamente à dissertação de mestrado e deve resultar em um artigo.

2 Apesar de sua tese não estar disponível online, tenho o arquivo digitalizado, pois, após solicitação à Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), foi possível requisitar à Biblioteca Universitária da Universidade de São Paulo (USP) a sua digitalização para comutação bibliográfica.

3 A primeira edição do livro foi publicada em 1990.

Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Google Acadêmico e o *Research Rabbit*. Dessa forma, é possível perceber as formas como Zaidan Filho foi lembrado ou esquecido no campo da teoria da história e da história da historiografia brasileira contemporânea.

Sua entrevista concedida ao Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014 (ZAIDAN FILHO, 2015) é analisada como uma narrativa em que ele dá um sentido retrospectivo à sua trajetória, construindo sua subjetividade e identidade historiadora (FALCON, 1996) em relação aos colegas de profissão por ele mencionados.

Filósofo de formação e historiador, Michel Zaidan Filho nasceu em 1951 em Garanhuns, Pernambuco. Foi convidado a ministrar a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) em 1974, quando concluiu sua graduação em filosofia. Dois anos mais tarde, saiu de licença remunerada para cursar o mestrado na Universidade de Brasília (UnB), quando iniciou sua atividade política e sindical. No ano seguinte, participou de uma greve estudantil que ocasionou sua prisão, sua expulsão da universidade e a perda do seu cargo na Unicap (ZAIDAN FILHO, 2015, p. 7-8).

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Zaidan Filho (1982) defendeu sua dissertação sobre a política de governo e o sindicalismo reformista no Rio de Janeiro entre 1923 e 1926. Nesse início da década de 1980, quando trabalhava na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi militante do Partido Comunista Brasileiro, mas o deixou em 1984 quando ocorreu uma cisão do grupo de São Paulo (ZAIDAN FILHO, 2015, p. 11). Na Universidade de São Paulo (USP), Zaidan Filho (1986) defendeu sua tese sobre a relação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Internacional Comunista na década de 1920. Após a conclusão do doutorado, por motivos pessoais optou por trabalhar na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (ZAIDAN FILHO, 2015, p. 20-23). Em 1988, retornou à UnB para atuar como professor visitante.

A pesquisa se justifica por se entender que a história de vida de Michel Zaidan Filho pode ser inserida em um circuito de subjetividades maior e utilizada para refletir sobre processos históricos mais amplos. Sendo um outsider do campo da Teoria da História⁴, sua crítica historiográfica foi pouco referida nos anos 1990 (FICO, 1994; FICO; POLITO, 1992; PETERSEN, 1992; DIEHL, 1993), embora a retórica da crise tenha sido amplamente empregada desde então. Ao que parece, seu trabalho volta a figurar entre as referências de historiadores na década de 2010, notadamente em trabalhos de história da historiografia brasileira contemporânea (ABREU, 2012; CEZAR, 2015; GEMINIANO DOS SANTOS, 2018; GEMINIANO, 2020; PASSOS, 2022). Contudo, o escopo desses trabalhos limita-se ao livro *A Crise da Razão História* (1989), relegando a atuação de Zaidan Filho ao final da década de 1980, ou seja, ao passado.

Com essa pesquisa, busca-se reinseri-lo na historiografia brasileira contemporânea, entendida aqui como aquela institucionalizada em programas de pós-graduação de universidades brasileiras a partir dos anos 1970, quando foi lançado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979).

4 Embora ele destaque que tenha sido concursado para dar aulas de teoria da história, cabe lembrar que durante a pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado, ele estudou a história do movimento operário brasileiro na década de 1920. Sua afeição pela teoria da história tem relação com sua área de formação na graduação, a filosofia.

A partir de então, teria ocorrido uma inflexão empírica de caráter neo-historicista, passando a predominar trabalhos monográficos, mais especificamente estudos de caso com recorte rígido do objeto. Nesse sentido, houve também uma interdição do estilo ensaístico, do exercício de síntese e da diacronia de média e longa duração. Nesse cenário, o baixo engajamento político dos historiadores seria compensado pelo engajamento historiográfico com novos sujeitos sociais e políticos que se articulavam em movimentos sociais no processo de redemocratização (PEREZ DE OLIVEIRA, 2018). Nesse processo, o número dos lugares de produção cresceu, bem como de circulação, como as revistas e eventos especializados e o mercado editorial. Também se ressalta a apropriação de diversas correntes teórico-metodológicas estrangeiras e o aumento da autorreflexividade por meio da crítica historiográfica, de balanços historiográficos, da teoria da história e da história da historiografia.

A categoria *historiografia brasileira* foi empregada a partir dos anos 1980 para se referir à historiografia profissional e acadêmica. Esta seria, então, a escrita legítima e autorizada da história, constituindo um campo de pesquisa disciplinado por um conjunto de procedimentos e protocolos. A categoria também referir-se-ia ao produto desse campo, articulado a partir de um lugar social — os programas de pós-graduação — e apresentado aos pares especializados e à sociedade em geral. Essa categoria seria produto da tensão entre a configuração de uma geografia e uma memória disciplinar, sendo também objeto de disputas político-institucionais pela legitimação epistemológica da produção do saber histórico e pela possibilidade de se dizer nacional ou regional (GEMINIANO DOS SANTOS, 2018; GEMINIANO, 2020).

Nesse contexto, geografia disciplinar significa a “espacialização do saber histórico”, bem como “a constituição das hierarquias de espaços e lugares de inscrição e produção do discurso histórico”. A memória disciplinar, por sua vez, é entendida aqui como “um dado modo de temporalização do discurso histórico”. A elaboração dessa memória se opera a partir da “relação que o historiador e o discurso por ele produzido em um dado momento e lugar estabelecem com o seu passado, o seu presente e as suas expectativas de futuro” (GEMINIANO DOS SANTOS, 2018, p. 24).⁵ Essa memória e, por conseguinte, as operações da história da historiografia exercem exclusões ao atuar na fabricação de identidades profissionais. Além disso, as narrativas produzidas por essa memória frequentemente se situam numa tensão entre as formas sedimentadas de produção historiográfica e o enfrentamento dessas tradições a partir de novos conteúdos da experiência (TURIN, 2013, p. 86, 91-92; GLÓRIA DE OLIVEIRA; GONTIJO, 2016, p. 32).

Para fundamentar uma pesquisa histórica sobre a historiografia brasileira contemporânea, recorre-se à história da historiografia e à história do tempo presente, campos de pesquisa entre os quais esse objeto de estudo pode ser situado. O primeiro trata-se da área de investigação histórica e gênero historiográfico cuja principal preocupação é a memória disciplinar. A história do tempo presente é tradicionalmente definida como um campo de pesquisa histórica que busca dar uma dimensão temporal e histórica ao presente. Nessa perspectiva, uma de suas especificidades seria a contemporaneidade do historiador e das testemunhas ou atores do processo histórico estudado: a escrita e seu objeto (DELACROIX, 2018; DOSSE, 2012; FERREIRA, 2002; OVALLE; ORTEGA;

5 O conceito de memória disciplinar utilizado por Geminiano dos Santos (2018) foi elaborado por Turin (2013) a partir das reflexões de Manoel Salgado Guimarães. No que se refere ao livro derivado da tese, a definição de memória disciplinar se encontra em Geminiano (2020, p. 27).

ALLIER MONTAÑO, 2020). Sua singularidade seria simultaneamente temporal e metodológica e temporal, sendo delimitada pela duração variável da vida humana, e havendo a possibilidade de provocar ou recorrer a fontes orais (DELACROIX, 2018; DOSSE, 2012; LOHN; CAMPOS, 2017). O recurso às fontes orais ou aos métodos da História Oral, no entanto, amplifica a problemática da relação com as demandas sociais, já que o trabalho passa a ser negociado com as testemunhas entrevistadas, além da regulação pelos pares de ofício. Se, por um lado, a história do tempo presente surge como campo acadêmico em resposta às demandas sociais de grupos sociais marginalizados ou vítimas de violências, por outro, tem a necessidade de se manter distante para preservar a legitimidade de seu estatuto acadêmico (DELACROIX, 2018; FERREIRA, 2018; OVALLE; ORTEGA; ALLIER MONTAÑO, 2020).

No entanto, nessa tentativa de legitimar o estudo histórico do presente, a busca por delimitar seu início, seja a partir da última catástrofe ou da duração variável da vida humana, poderia reinserir na historiografia o princípio normativo da distinção ontológica e qualitativa entre passado e presente. Isso levaria a um impasse teórico na medida em que esse princípio teria sido o fundamento de grande parte das objeções de historiadores à legitimidade da história do tempo presente (RAMALHO, 2023, p. 1-4, 7). Estou de acordo com a alternativa então proposta por Ramalho (2023), ou seja, a historicização desse princípio de distinção temporal como uma política temporal e o reconhecimento da multiplicidade e da heterogeneidade temporal como uma característica do tempo presente. Por políticas do tempo, entende-se atos ilocucionários sobre as estruturas temporais das práticas sociais. Essas operações performativas podem ter intenções conservadoras ou transformadoras, e definem ou borram limites temporais entre passado, presente e futuro, além de estabelecerem identidades e alteridades ou exclusões — sincrônicas e diacrônicas (ÁVILA, 2016, p. 190, 193, 2021, p. 102, 105; ESPOSITO; BECKER, 2023, p. 5; Mudrovcic, 2019; OSBORNE, 1995, p. XII; RAMALHO, 2023, p. 10-12).

Percebe-se, nos anos 1980, um crescimento no número de pesquisas com ênfase nos aspectos culturais, simbólicos e discursivos dos fenômenos estudados. A partir de então, com o decorrer do tempo, houve a marginalização na memória e na geografia disciplinar de abordagens socioeconômicas que haviam predominado até então, notadamente as marxistas ou materialistas dialéticas. Entre as referências empregadas nessa virada cultural, destacam-se a *nouvelle histoire*; a micro-história — principalmente os trabalhos de Carlo Ginzburg; a história sociocultural britânica — notadamente Edward Palmer Thompson; a arqueogenealogia de Michel Foucault e o marxismo messiânico de Walter Benjamin (ABREU, 2012; ASSIS; MATTOS, 2019; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017; GEMINIANO, 2020; GEMINIANO DOS SANTOS, 2018; LINO, 2017; MALERBA, 2018; MATTOS, 2006; GUEDES RAMOS, 2014, 2015; VAINFAS, 2009). Tanto essa virada cultural como o giro linguístico que ocorreu no Brasil a partir da década de 1990 foram compreendidos com base no binômio crise-renovação, noções aparentemente opostas, mas correlatas e complementares (GEMINIANO DOS SANTOS, 2018, p. 234; GEMINIANO, 2020, p. 259). Outros pares semelhantes usados nessas disputas epistemológicas e institucionais sobre a memória e geografia disciplinar da historiografia brasileira contemporânea são moderno e pós-moderno, racionalista e irracionalista, realista e nominalista, estruturalista e narrativista.

Nesse sentido, pretende-se analisar o uso do conceito de *crise* por Michel Zaidan Filho e

outros historiadores brasileiros como produto de operações políticas sobre o tempo. Para tal análise, emprega-se a história do conceito de crise elaborada por Koselleck (2020), articulada à categoria historicidade kairológica de Ramalho (2022). O primeiro recuperou o conceito de crise formulado na Antiguidade nos âmbitos da guerra, da política, da medicina e da teologia, demonstrando seu uso para situações marcadas pela urgência temporal, as quais demandam uma ação ou resolução imediata e definitiva. Apesar de tomar o trabalho de Koselleck como referência, Ramalho (2022, p. 98-103) tece algumas críticas a ele por usar a metáfora da pressão do tempo para figurar a crise, reduzindo-a à aceleração — a qual remete ao tempo cronológico — e encobrindo sua dimensão kairológica com a noção de progresso.

Para Ramalho (2021a; 2021b; 2022), crise enfatiza uma experiência de descontinuidade e ruptura temporal. Assim, crise seria o conceito operatório entre a experiência de um tempo-*kairós* e o manifesto, cuja escrita pode ser entendida como ação. O conceito de *crise* seria constituído por uma dialética entre diagnóstico e prognóstico e teria, portanto, um aspecto performativo e prescritivo ao instaurar a situação de insegurança e incerteza e convocar os sujeitos à ação kairótica. Distinto, mas não oposto ao tempo cronológico, o *kairós* pode ser traduzido do helênico antigo como um instante ou momento oportuno para a decisão, um tempo favorável à ação, mas que envolve perigos e ameaças, urgências e emergências. O gênero textual manifesto emerge, então, em momentos de crise para dar a ver (manifestar) a historicidade kairológica. Este significaria, portanto, um corte epocal: um ponto de não retorno ou um tempo de alta pressão. É um tempo, enfim, cuja singularidade é a exigência de disposições afetivas para lidar com o senso de emergência, iminência da mudança, descontinuidade, urgência, incerteza do futuro e convocação à decisão.

A principal hipótese da pesquisa é que Michel Zaidan Filho empregou o conceito de *crise* para se referir à razão histórica nas disputas epistemológicas, ético-político e institucionais pela configuração da memória e da geografia disciplinar da historiografia brasileira. Essa instrumentalização política do conceito de *crise* para instaurar uma experiência de urgência a partir da qual buscou mobilizar outros historiadores, especialmente os marxistas, a reagirem aos giro cultural e linguístico que ocorreram na historiografia brasileira, respectivamente, a partir do final da década de 1970 e de meados dos anos 1990. Em suas operações sobre o tempo, Zaidan Filho dessincronizou seus interlocutores, situando-os como velhos ou novos, modernos ou pós-modernos. Diante do diagnóstico de uma *crise da historiografia*, seu prognóstico foi uma apropriação da teoria benjaminiana articulada à proposta habermasiana de uma razão comunicativa. A teoria da história de Walter Benjamin possibilitaria o estudo das utopias não realizadas e o uso de fontes históricas não convencionais sem recorrer à história das mentalidades como praticada pela *nouvelle histoire*. A noção de mundo-da-vida presente na teoria da modernidade de Jürgen Habermas, por sua vez, possibilitaria o estudo do cotidiano sem recorrer à referida vertente historiográfica francesa.

Referências bibliográficas

ABREU, Gabriel Fleck de. *Foucault do cabaré ao lar: um estudo sobre a apropriação de Michel Foucault por Margareth Rago em Do Cabaré ao Lar de 1985*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012. 72p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67201>.

Acesso em: 5 fev. 2024.

ALLIER MONTAÑO, Eugenia; ORTEGA, César Iván Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente. (orgs.). *En la cresta de la ola*. Debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Bonilla Artiga Editores, 2020. 578p.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de; MATTOS, Yllan de. A escrita como patrimônio: O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg e sua influência na historiografia contemporânea. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 1, n. 1, p. 49-71, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/402>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ÁVILA, Arthur Lima de. *A história no labirinto do presente*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. 202p.

ÁVILA, Arthur Lima de. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições - Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 189-209, 2016. ISSN 2179-6386. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498. Acesso em: 5 fev. 2024.

BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 399-426, 2018. DOI: 10.34019/2594-8296.2017.v23.20860. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20860>. Acesso: 23 maio 2024.

BEVERNAGE, Berber. *History, memory, and state-sponsored violence: time and justice*. Routledge, 2011. 250p.

CEZAR, Temístocles Américo Corrêa. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, 2015. DOI: 10.15848/hh.v0i17.741. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 4 abr. 2024.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993. 202p.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 22

fev. 2024.

ESPOSITO, Fernando; BECKER, Tobias. The time of politics, the politics of time, and politicized time: an introduction to chronopolitics. *History and Theory*, v. 62, n. 4, p. 3–23, dez. 2023. DOI: 10.1111/hith.12324. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/hith.12324>. Acesso em: 18 out. 2024.

FALCON, Francisco José Calazans. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2014>. Acesso em: 5 fev. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 314-332, 2002. DOI: 10.1590/2237-101X003006013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200314&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 fev. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*, v. 2, n. 2, p. 110-126, 1994. DOI: 10.22456/1983-201X.6128. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6128>. Acesso em: 5 dev. 2024.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992b. 206p.

GEMINIANO, Wagner. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Vitória: Milfontes, 2020. 479p.

GEMINIANO DOS SANTOS, Wagner. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2018. 437p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32449>. Acesso em: 5 fev. 2024

GLÓRIA DE OLIVEIRA, Maria da; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia brasileira. Um breve panorama. *Revista do IHGB*, v. 177, n. 472, p. 13–37, 2016.

GUEDES RAMOS, Igor. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos*

pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Assis, 2014. 541p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114009>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GUEDES RAMOS, Igor. *Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 623p. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/genealogia-de-uma-operacao-historiografica/>. Acesso em: 12 jul. 2024

KOSELLECK, Reinhart. Algumas questões sobre a história conceitual de “crise”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 213-228.

LINO, Raphael Cesar. *Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Assis, 2017. 150p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/44e3dd47-13df-4c51-a193-49978b1a6dda>. Acesso em: 18 out. 2024.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson César de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 24, p. 97-113, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i24.1176. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MALERBA, Jurandir. *Notas à Margem: teoria e crítica historiográfica*. Serra: Milfontes, 2018. 246p.

MUDROVCIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? *Rethinking History*, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019. DOI: 10.1080/13642529.2019.1677295. Acesso em: Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642529.2019.1677295>. 5 fev. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. EP Thompson no Brasil. *Outubro*, [s.l.], n. 14, p. 81-110, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/e-p-thompson-no-brasil/>. Acesso em: 18 out. 2024.

OSBORNE, Peter. Preface. In: OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde*. Londres: Verso, 1995, p. VII-XV.

PASSOS, Muriel Custodio. *Figurações da teoria benjaminiana em A Crise da Razão Histórica (1989) de Michel Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2022. 92p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/239747>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PEREZ DE OLIVEIRA, Rodrigo. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 26, p. 197–222, 2018. DOI: 10.15848/hh.v0i26.1314. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1314>. Acesso em: 28 out. 2023.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. *LPH – Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 1, 1992, p. 108-126. Disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/publications/lph-revista-de-hist%C3%B3ria-volume3-n%C2%BA1-1992-%E2%80%A2-departamento-de-hist%C3%B3ria-ufop>. Acesso em: 18 out. 2024.

RAMALHO, Walderez. *A Experiência do Momento Histórico: tempo-kairós, escrita de manifestos e estado de crise*. Vitória: Milfontes, 2022. 211p.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. *Outros tempos, outras histórias: kairós, manifesto, crise*. 2021. 178 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13364>. Acesso em: 22 out. 2024.

RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 35, p. 115-144, 2021b. DOI: 10.15848/hh.v14i35.1733. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1733>. Acesso em: 22 out. 2024.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, p. 1–22, 2023. DOI: 10.1590/1980-4369e2023036. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GGKKXPMxkRBds3rL3sKNGBc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2024.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013. DOI 10.15848/hh.v0i13.673. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 50, n. 1, p. 217-235, 2009.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Circe e o Historiador*. Pernambuco: Pindorama, 1992. 123p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas: Papirus, 1989a. 87p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A História como Paixão*. 3ª ed. Recife: Pindorama, 1993a. 88p.

ZAIDAN FILHO, Michel. A História como Paixão. In: XVII Simpósio Nacional de História. História e Utopias, 1993, São Paulo. MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh, 1996, p. 390-397. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/18-snh17>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Leituras em Walter Benjamin*. Recife: NEEPD-UFPE, 2016. 44p.

ZAIDAN FILHO, Michel. “Michel Zaidan (depoimento, 2014)”. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/michel-zaidan>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. Uma Nova História: Hermenêutica e Utopia. In: XVII Simpósio Nacional de História. História e Utopias, 1993b, São Paulo. *Programa e Resumos*. São Paulo: Anpuh, 1993b, p. 118. Resumo. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/25-snh17r>. Acesso em: 12 jul. Coordenador do Grupo Pesquisador Educação Histórica: Consciência histórica e narrativas visuais (GPEDUH/UFMT, Brasil). Investigador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR, Brasil). Agradeço ao CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto, Portugal, onde desenvolvi meu estágio de pós-doutoramento sob a supervisão da Profª. Drª. Isabel Barca, por possibilitar as condições de tempo e estrutura para a realização da investigação que possibilitou a elaboração deste texto. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Pão-e-pau: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro, 1923-1926*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1981. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.1981.59454. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/59454>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Partido Comunista Brasileiro e a Internacional Comunista (1922-1929)*. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo (USP), 1986.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Razão e História. Walter Benjamin*. Recife: Pindorama, 1988. 55p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Reflexões sobre a História*. Recife: NEEPD-UFPE, 2017. 68p.

OS VÍDEOS DE HISTÓRIA NO YOUTUBE COMO FONTES MOBILIZADORAS DA CULTURA HISTÓRICA DOS JOVENS ESTUDANTES PORTUGUESES A PARTIR DAS EVIDÊNCIAS AUDIOVISUAIS

Marcelo Fronza¹

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

E-mail: fronzam08@gmail.com

Introdução

Tenho como finalidade compreender as formas como os jovens estudantes fazem escolhas que mobilizam a geração de sentido histórico (RÜSEN, 2015a) por meio da inferência a partir de evidências audiovisuais quando confrontados com vídeos de história do *YouTube*. Com isso, busco investigar processos históricos ligados à relação entre interculturalidade e o novo humanismo (RÜSEN, 2014; RÜSEN, 2015b) e o princípio da *burdening history* investigada por Bodo von Borries (BORRIES, 2018), que propõe que o fardo da história possa para ser superado pela interpretação multiperceptivada que institui a controvérsia proporcionada pela autocrítica na teoria da história.

A interculturalidade parte do princípio do reconhecimento igualitário e humanista da diferença cultural (RÜSEN, 2014). Nesse sentido, a formação intercultural dos jovens estudantes e a produção de conhecimentos históricos na escola ou fora dela devem se basear nos critérios de cognição histórica, orientados por princípios e propósitos baseados na ciência da história (SCHMIDT, 2009).

Para construir as categorias de evidência audiovisual a partir dos vídeos de história do *YouTube* inventariei conceitos advindos da epistemologia da história tais como: evidência histórica, adução ou inferência histórica, “*Big Picture*” na Educação Histórica relativa às ideias de grande perspectiva e perspectiva da totalidade e narrativas históricas visuais.

A evidência audiovisual como mobilizadora da aprendizagem histórica dos jovens estudantes

É fundamental compreender que a *à evidência histórica não é fonte histórica, mas sim a plausibilidade ou* a adequação do conjunto de vestígios em relação a uma afirmação histórica (ASHBY, 2006). A evidência histórica se situa entre o que o passado deixou para trás (as fontes dos historiadores) e o que reivindicamos do passado (narrativas ou interpretações históricas) (ASHBY, 2003; SIMÃO, 2015). Com isso, podemos entender a ideia de evidência histórica “visual”, pois a iconografia pictórica histórica pode ser compreendida como artefato da cultura histórica, pois

¹ Coordenador do Grupo Pesquisador Educação Histórica: Consciência histórica e narrativas visuais (GPEDUH/UFMT, Brasil). Investigador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR, Brasil). Agradeço ao CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto, Portugal, onde desenvolvi meu estágio de pós-doutoramento sob a supervisão da Prof^ª. Dr^ª. Isabel Barca, por possibilitar as condições de tempo e estrutura para a realização da investigação que possibilitou a elaboração deste texto.

a evidência desenvolvida pelas dimensões estética, política, cognitiva e ética da cultura histórica mobiliza a geração de sentido de orientação temporal nos estudantes (VIEIRA, 2015; RÜSEN, 2015).

No quadro teórico da estruturação da evidência histórica, a adução pode ser entendida enquanto inferência histórica. Com isso, a inferência é uma forma lógica que consiste na conexão entre as premissas e a conclusão de um argumento (SIMÃO, 2007). Existem três tipos de inferência: a dedutiva, a indutiva e a adutiva ou hipotética (SIMÃO, 2007). As inferências adutivas dizem respeito à construção de hipóteses por meio da reconstrução narrativa a partir da evidência histórica (BOOTH, 1980).

No campo de investigação da Educação Histórica o debate relativo sobre as imagens mentais que os jovens têm da história é abordado a partir da categoria de “*Big Picture*” que propõe a hipótese da superação da ideia de grande perspectiva em direção à ideia de perspectiva da totalidade. A afirmação que fundamenta a tese dessa concepção é que a educação histórica deve encarar o problema de ajudar os estudantes sobre os meios para se orientar historicamente (LEE & HOWSON, 2009).

O que se propõe fazer seria distinguir as “estruturas” (periodizações, cronologias, níveis de progressão meta-históricas) das “*big pictures*” (grandes perspectivas). Com isso, ajudando os estudantes a construir “*big pictures*” por meio de estruturas “metamórficas”, que são as categorias meta-históricas em constante transformação. É importante aduzir evidências por meio dos conceitos meta-históricos de mudança, explicação, significância e narrativas históricas. Nesse sentido, o objeto da “*Big Picture*” é a história da humanidade (LEE & HOWSON, 2009).

Contudo, inventariando as investigações empíricas sobre a Educação Histórica também encontramos uma antítese, jovens têm grande dificuldade em construir imagens do passado para além de “*little pictures*” (retratos específicos ou julgamentos enviesados no passado) criando, assim, entraves para a orientação histórica com sentido. Estudantes, nas escolas ocidentais, são treinados a avaliarem e “desenharem” inferências válidas a partir de documentos construindo “*little pictures*”, mas estão mal equipados para compreender as “*big pictures*” ou quadros históricos da humanidade (SHEMILT, 2009).

Se sabe pouco da relação entre evidência e narrativa. Isto porque a maior parte das construções dos estudantes a partir das evidências leva a imagens específicas no passado ou, no máximo, a mapas conceituais comuns ou a estórias. As estórias são, para Denis Shemilt (SHEMILT, 2009), menos que narrativas do passado. São como filmes ou imagens em movimento do ou no passado. As “*big pictures*” são narrativas sobre a história da humanidade que geram sentido de orientação histórica nos estudantes (SHEMILT, 2009; RÜSEN, 2001). Por isso, o autor sugere partir das “*little pictures*” (imagens específicas no passado) para as “*big pictures*” como narrativas perspectivadas do passado.

Nesse sentido, a educação histórica, por meio de Bodo von Borries, também propõe como hipótese uma síntese transformativa ao compreender que a antropologia histórica é a história da humanidade. A qualificação do pensamento, da investigação, da argumentação e dos julgamentos históricos multiperspectivados são os objetivos da aprendizagem histórica. É possível aprender história por meio de narrativas temáticas significativas que levem em conta a dialética negativa entre a “concretude da identidade” de uma comunidade e a “pluralidade multiperspectivada” do outro clivado nessa mesma comunidade. É a inclusão antagonica de “histórias difíceis” com outros argumentos, outros pontos de vista que gera sentido de orientação temporal nos jovens estudantes

(BORRIES, 2018).

Evidências audiovisuais são, por natureza, narrativas históricas audiovisuais. Por isso, se deve investigar as ideias dos jovens estudantes a partir de histórias em quadrinhos, videogames, filmes e websites da Internet, como o *YouTube*. As evidências audiovisuais permitem investigar como os jovens se percebem, interpretam, orientam e motivam historicamente no fluxo temporal entre experiências passadas, presentes e futuras.

Para instigar a compreensão histórica dos estudantes, essas narrativas permitem que os jovens construam historicamente suas posições políticas, estéticas, cognitivas e éticas para enfrentar os desafios que enfrentam em sua práxis de vida (RÜSEN, 2007).

Uma possibilidade investigativa a partir das ideias de evidencia audiovisual de jovens estudantes secundaristas portugueses a partir de vídeos de história do *YouTube*

Investigo as ideias sobre evidência audiovisual de jovens estudantes portugueses do ensino secundário de duas escolas da rede pública do norte de Portugal por meio de um instrumento de pesquisa, construído a partir dos princípios da investigação qualitativa (LESSARD-HÉBERT, GOYETTE & BOUTIN, 2005).

Busco compreender como esses jovens inferem evidências audiovisuais quando apresentados aos conflitos presentes no processo da conquista e colonização europeia sobre os povos da América, por meio do confronto de três vídeos do *YouTube* sobre este tema histórico.

O público-alvo da investigação são 35 jovens estudantes, com idades entre 16 e 17 anos (uma com 21 anos), de duas turmas do 11º ano de 2 escolas públicas que estudam no ensino secundário nas cidades de Paredes (14 estudantes) e Santo Tirso (21 estudantes), norte de Portugal. Esses estudantes são representados neste trabalho por nomes fictícios escolhidos por eles mesmos².

A questão de investigação que fundamenta essa pesquisa é: *que escolhas históricas fazem os jovens estudantes quando são confrontados com diferentes versões de vídeos de história do YouTube?*

O instrumento de pesquisa contém perguntas abertas e fechadas a partir de um questionário entendido como um estudo-piloto, cujo objetivo é diagnosticar como os jovens fazem escolhas históricas quando são confrontados com três versões de vídeos do *YouTube* sobre a História da colonização europeia sobre os povos da América.

O instrumento de pesquisa foi aplicado nas manhãs dos dias 04 e 20 de fevereiro de 2019 com a duração de 90 min. nas aulas, mais o intervalo, em Paredes e Santo Tirso, respectivamente.

O primeiro vídeo, denominado *500 anos de história do Brasil* é a versão A, do *Nostalgia* que é um dos maiores canais sobre cultura pop do Brasil. Seu criador e apresentador, o designer paulista Felipe Castanhari desenvolve vídeos educacionais de História e Ciências Naturais.

2 Os nomes dos estudantes são fictícios.

Versão A



Fonte: *Screenshot* do arquivo de vídeo NOSTALGIA HISTÓRIA T1 – 500 anos em 1 hora / História do Brasil (CASTANHARI, 2017).

Os seus vídeos de História são assessorados pelo historiador Caio Vinícius, formado pela Universidade de São Paulo e seu antigo professor do Ensino Médio (ROCHA, 2018). Esse vídeo possuía 6.558.338 visualizações em 2019.

O segundo vídeo, versão B, é chamado “Ciclo do Ouro” no canal *Débora Aladim* é a versão B.

Versão B



Fonte: *Screenshot* do arquivo de vídeo RESUMO DE HISTÓRIA: CICLO DO OURO – Em Ouro preto, MG! (Débora Aladim) (ALADIM, 2018).

Em 2019, Débora Aladim é estudante de História da Universidade Federal de Minas Gerais e produz os conteúdos de seu canal, focados principalmente em dicas de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, além de abordar fatos e curiosidades da vida universitária. Figura entre um dos 5 maiores canais educacionais do *YouTube* brasileiro (ROCHA, 2018). Esse vídeo possuía 227.259 visualizações em 2019.

O terceiro vídeo, chamado de *O que foi a Revolta dos Búzios?* é a versão C. O canal “*PhCôrtes*” foi criado em 2015 por Pedro Henrique Côrtes, mais conhecido como Ph Côrtes, abriu um dos seus vídeos para protestar contra a morte de cinco jovens negros no Rio de Janeiro com apenas 13 anos com

a seguinte frase: “Você vive no Brasil? É jovem? É negro? Vive em favelas ou bairros periféricos? Sim, eu queria ser mais delicado ao dizer isso, mas você tem 25 vezes mais chance de ser assassinado do que jovens brancos brasileiros!”.

Versão C



Fonte: *Screenshot* do arquivo de vídeo O QUE FOI A REVOLTA DOS BÚZIOS – MEUS HERÓIS NEGROS BRASILEIROS. PhCôrtés (CÔRTEZ, 2018).

PhCôrtés, em 23 de novembro de 2015, começa o quadro *Meus heróis negros* inspirado, entre outros, pelos vídeos de história do canal *Nostalgia* de Felipe Castanhari, por obras historiográficas e histórias em quadrinhos sobre história do povo afro-brasileiro. Esse vídeo possuía 3.106 visualizações em 2019.

As perguntas investigativas foram inspiradas em questões presentes em minha tese de doutorado *A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos* (FRONZA, 2012) e tem como objetivo diagnosticar os as ideias históricas que os jovens entendem como passíveis de geração de sentido de orientação temporal (RÜSEN, 2007). As questões a serem abordadas são:

Q6 – *A partir das versões A, B, e C, quais as situações do passado que você acha mais significativas? Por quê?*

Q7 – *A partir das versões A, B, e C, quais os personagens do passado você acha mais relevantes? Por quê?*

Q8 – *Você percebe alguma diferença entre as versões A, B, e C? Qual (is)?*

Q9 – *Você acha que alguma(s) das versões dos vídeos do YouTube pode(m) ser considerada(s) mais válida(s) do que a(s) outra(s)? Qual(is) e por quê?*

Q10 – *Você acha que alguma(s) das versões dos vídeos do YouTube pode(m) ser considerada(s) menos válida(s)? Qual(is) e por quê?*

As respostas a essas questões serão abordadas a partir de uma estrutura em que as escolhas das versões de vídeos do *YouTube* realizadas pelos jovens investigados apontam em direção a determinadas categorias surgidas na redução dos dados empíricos e vinculadas às evidências audiovisuais. Informo que para esse texto nem todas as respostas e categorias serão apresentadas; somente aparecerão aqui

as consideradas por mim mais relevantes para esse trabalho.

Evidência enquanto conhecimento histórico substantivo

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q6 – Situações do passado

Colonização do Brasil (Nina, F, 16 anos, Santo Tirso).

A Inconfidência Mineira (Karl Marx, M, 16 anos, Santo Tirso).

Versão A, porque fala-nos da escravidão, democracia... (Jack, F, 16 anos, Paredes)

A escravidão (Ragnar Rodrigues, M, 16 anos, Paredes).

Esses jovens estudantes indicaram somente as situações do passado mais significativas, mas não justificaram o porquê dessa escolha. Destaco que predominaram as citações relativas ao conteúdos presentes no currículo e nos livros didáticos, tais como a colonização do Brasil e a escravidão.

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q7 – Personagens do passado

Rei D. João V. (João Félix, F, 16 anos, Paredes).

O Tiradentes. (Karl Marx, M, 16 anos, Santo Tirso).

Os escravos. (Flor, F, 17 anos, Santo Tirso).

Quanto às respostas relativas à relevância de personagens do passado também os sujeitos históricos vinculados pelos estudantes aos processos históricos apontados anteriormente predominaram. É possível perceber que tanto um dos reis de Portugal quanto um dos líderes de uma revolta brasileira são citados. A resposta de Flor é relevante na medida em que indica um sujeito coletivo: os escravos.

Evidência enquanto síntese histórica

Versão A

Q6 – Situações do passado

Situação A [versão A], pois é o resumo geral de todas as situações (Freddie The Queen, F, 16 anos, Paredes).

Versão A. Porque apresenta um melhor resumo da história (Mario Leal, M, 16 anos, Paredes).

Versão A, porque explica a história do Brasil em geral (João Félix, F, 16 anos, Paredes).

Com relação a essa categoria, na questão relativa ao significância histórica das situações do passado, três jovens destacaram a qualidade de síntese da versão A dos vídeos de *YouTube*. A síntese é expressa pelas ideias de resumo, retrato ou “história do Brasil em geral”. Predomina aqui uma concepção de abrangência nas descrições ou explicações relativas à história da colonização europeia das população brasileira. Essa abrangência é expressa pela palavra «geral» que adjetiva opoder de síntese dessa versão na concepção desses estudantes.

Evidência enquanto explicação abrangente do passado

Versão A

Q6 – Situações do passado

Para mim, a situação do passado que achei mais significativa é a versão A, pois abrange uma história maior e não só umas partes da história como nas versões B e C. (Milena, F, 17 anos, Santo Tirso).

Versão B

Q9 – Versão mais confiável

O vídeo de Débora Aladim porque é mais completo e mais específico. (Eça de Queirós, M, 16 anos, Santo Tirso).

Versões A, B e C

Q8 – Diferença entre as versões

Sim, uma fala do geral, a outra do Brasil e outra sobre a revolta dos Búzios. (Ragnar Rodrigues, M, 16 anos, Paredes).

Quando responde sobre a situação mais significativa para ela, Milena entende que a versão A desenvolve uma interpretação histórica mais abrangente em relação às versões B e C. Essa jovem valoriza a ideia de um quadro histórico mais completo em relação às perspectivas mais específicas da História. É possível que a estudante esteja apontando um processo de superação das «little pictures» ao valorizar um quadro histórico abrangente tal como Shelmilt (2009) entende a constituição de uma “big picture”. Eça de Queiroz compreende que a versão B, da *youtuber* Débora Aladim, ao mesmo tempo que é mais completa é específica o suficiente para que seja confiável. A diferença entre as versões A, B e C é que marca, para Ragnar Rodrigues, que a primeira apresenta uma descrição mais abrangente da história colonial no Brasil.

Evidência enquanto verdade histórica

Versões A, B e C

Q10 – Versão menos confiável

Não. Todas abordam temas verdadeiros. (Skinny C, F, 16 anos, Santo Tirso).

Não. Porque todos contam como foi a história do passado, tal como ela aconteceu. (Hamster, F, 16 anos, Santo Tirso).

Aqui a estudante Skinny C considera que as três versões de vídeos do *YouTube* são verdadeiras, o que as faz apresentarem descrições ou explicações confiáveis. Já a jovem Hamster justifica a fiabilidade das versões A, B e C por explicarem o passado narrado «tal como ele aconteceu», usando, assim, a expressão típica do historicismo do século XIX. Essa afirmação se aproxima da ideia de que houve um sequestro da cognição histórica (SCHMIDT, 2009) porque, por 200 anos, a “história” foi (e ainda é) a mais poderosa arma para danificar e utilizar mal a consciência histórica das crianças e jovens em prol dos desejos e ideologias das classes dominantes (BORRIES, 2018).

Relativismo histórico

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q6 – Situações do passado

Na minha opinião, a História é importante. Não acho nenhum período de tempo mais significativo. Simplesmente existem todos numa corrente histórica. (Catriona Mckenzie, F, 16 anos, Santo Tirso).

Versões A, B e C

Q9 – Versão mais confiável

Se for melhor é mais significativo. Se eu for aprender, nada é porque não o é. (Catriona Mckenzie, F, 16 anos, Santo Tirso).

As respostas de Catriona McKenzie apresentam uma visão relativista da história na medida em que não acredita que determinadas situações do passado são mais significativas do que outras, pois estão imersas num fluxo temporal contínuo. Outro argumento de seu relativismo é que se uma aprendizagem histórica só pode ser significativa se apresentar como o melhor argumento o que não contenha afirmações que o negue. Aqui também se percebe que se desconsidera a necessidade de que as melhores evidências devam ser constantemente postas à prova para sustentar sua plausibilidade (RÜSEN, 2001).

Evidência enquanto perspectiva histórica

Versão B

Q6 – Situações do passado

Acho a mais significativa a versão B devido à explicação que levou ao desenvolvimento de determinada visão (Rosdrey of Rivia, M, 16 anos, Santo Tirso).

A versão B mobilizou em Rosdrey de Rivia, quando respondeu quais as situações do passado mais significativas para ele em relação à colonização dos povos americanos pelos europeus, uma explicação histórica que apresenta, para ele, uma perspectiva claramente definida do processo histórico narrado.

Evidência enquanto multiperspectividade

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q9 – Versão mais confiável

Sim, porque abordam as informações de maneiras diferentes. (Happy, F, 17 anos, Paredes).

Versões A, B e C

Q9 – Versão mais confiável

Todos os vídeos são considerados válidos, pois todos eles contam várias versões da história. (Indiga, F, 16 anos, Paredes).

Q10 – Versão menos confiável

Não, tudo acaba por ter valor mesmo sendo diferente. (Veronica Lodge, F, 16 anos, Paredes).

Não. Cada um tem a sua maneira de contar a história. (Flor, F, 17 anos, Santo Tirso).

As respostas de todas essas estudantes apontam para uma concepção multiperspectivada da explicação histórica, mas algumas o fazem por diferentes motivos. Happy e Flor consideram que a fiabilidade das versões se sustenta na diversidade das formas de apresentar as informações históricas. Veronica Lodge defende que o valor de uma explicação histórica não se enfraquece mesmo quando é apresentada de forma diferente. Já Indiga compreende que as descrições ou explicações históricas são válidas quando apresentam várias versões do processo histórico narrado. Para Bodo von Borries (2018), a multiperspectividade das evidências por meio da construção criativa e imaginativa de hipóteses (inferências adutivas) sobre as diferenças das experiências históricas do passado e presente e as controvérsias das interpretações por meio da empatia, significância e explicação históricas dão sentido de orientação temporal às explicações.

Evidência enquanto interculturalidade

Versão A

Q6 – Situações do passado

A versão A, pois explica as histórias de dois países (Portugal e Brasil), ensinando-nos que estes dois estão, de alguma forma, relacionados. (Cherryl Blossom, F, 16 anos, Paredes).

Versão B

Q6 – Situações do passado

[A versão] B, pois fala do ouro encontrado no Brasil e como Portugal o desperdiçou. (Palmira, F, 17 anos, Santo Tirso).

A versão B, porque explica como era a extração do ouro e a influência de Portugal e como era a situação vivida no Brasil com a procura do ouro e [a] opressão do rei para obter o ouro do Brasil (Isabel, F, 21 anos, Paredes).

Versão C

Q6 – Situações do passado

Acho mais significativa a situação que o PhCôrtes falou sobre os negros brasileiros e do assunto racismo, pois é um assunto que dura até os dias de hoje. (Flor, F, 17 anos, Santo Tirso).

A interculturalidade foi uma das categorias que surgiram com força quando foi perguntado aos jovens quais as situações do passado que consideram mais significativas. A resposta de Cherry Blossom é claramente de teor intercultural, pois entende que a versão A ensina os jovens sobre a história entre Brasil e Portugal de um modo relacional e interdependente. Já Palmira e Isabel compreendem que a versão B apresenta uma explicação histórica sobre a relação de exploração econômica do Brasil por Portugal. Elas indicam que as relações interculturais entre Brasil e Portugal eram desiguais. Mas a explicação histórica de Flor, que defendeu que a versão C apresentava as situações mais significativas do passado, identificou uma interculturalidade mais sofisticada ao trazer as problemáticas da condição dos afro-brasileiros e da persistência do racismo para o presente da práxis social contemporânea. Segundo Borries (2018), a pluralidade das formas de geração de sentido de orientação histórica para a vida é construída por meio de narrativas identitárias mediadas pelo antagonismo expresso em histórias difíceis em conflito e estratégias de reconciliação mútua com vistas a perspectivas de futuro.

Evidência enquanto antagonismo social

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q6 – Situações do passado

A escravização dos negros africanos e de índios americanos, pois explica a presente discriminação social que existe na atual sociedade. (Indiga, F, 16 anos, Paredes).

Versões A, B e C

Q6 – Situações do passado

A partir das versões A, B e C a situação do passado que eu achei mais significativa foi a abolição/fim da escravidão, pois a desigualdade é algo que não me agrada. Além disso, acho injusto naquela época as classes mais baixas serem escravizadas por povos superiores. (Leonor, F, 17 anos, Santo Tirso).

Q7 – Personagens do passado

Os índios e os escravos, pois lutavam por sua liberdade. (Isabel, F, 21 anos, Paredes).

As personagens mais relevantes, na minha opinião, são os escravos, por terem, a partir de uma revolta, alcançado a liberdade. (Leonor, F, 17 anos, Santo Tirso).

Essas três jovens apresentam uma abordagem que compreende a evidência enquanto antagonismo social. Leonor entende que a escravidão alimentou a injustiça e a desigualdade durante a colonização portuguesa no Brasil. Também defende que os escravizados conquistaram por eles mesmos sua liberdade, pois se revoltaram ao longo da história da colonização da América pelos europeus. Já Indiga e Flor apontam que a discriminação social e o racismo são processos resultantes da escravização de negros africanos. Portanto, para essas três estudantes a escravização influencia de modo traumático os problemas que ainda afligem Brasil e Portugal no século XXI. Apresentam, portanto, explicações que geram sentido de orientação temporal em seu processo de aprendizagem histórica. Segundo Bodo von Borries (2018) só é possível aprender história pela inclusão antagônica e multiperspectivada de “histórias difíceis” por meio de narrativas temáticas significativas que levem em conta a dialética negativa entre a “concretude da identidade” de uma comunidade e a “pluralidade multiperspectivada” do outro clivado nessa mesma comunidade.

Evidência enquanto ética da responsabilidade

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q7 – Personagens do passado

O «tira dentes» [Tiradentes], pois mostra que são sempre as pessoas com menor poder que sofrem as consequências de atos cometidos por outros. (Cherryl Blossom, F, 16 anos, Paredes).

«Tira dentes», uns pagam pelos outros. (Veronica Lodge, F, 16 anos, Paredes).

Versão C

Q7 – Personagens do passado

A versão C. A personagem relevante foi João de Deus e os seus outros amigos que assumiram

as culpas e morreram. (Rakan, M, 16 anos, Paredes).

Quando perguntados sobre quais os personagens do passado mais relevantes narrados pelas versões em relação à colonização dos povos americanos, esses três jovens estudantes identificaram uma ética da responsabilidade para definir os sujeitos históricos que fornecem um sentido para a história narrada. A ideia predominante é que tanto Tiradentes quanto João de Deus assumiram a responsabilidade pelas insurreições que outros membros dos grupos de suas revoltas não o fizeram. Aqui a dimensão ética da cultura histórica, expressa por artefatos como vídeos do *YouTube*, perspectiva as formas de explicar e os valores dos jovens na sua práxis social (RÜSEN, 2007).

Evidência enquanto julgamento moral

Escolha não explícita de versão em vídeo do YouTube

Q7 – Personagens do passado

Índios e pretos, pois mostra o quão cruéis foram os brasileiros e portugueses em torná-los escravos. (Marlene, F, 17 anos, Santo Tirso).

Marlene entendeu como relevantes para a histórica da colonização da América os africanos, afro-brasileiros e indígenas. No entanto, destacou a crueldade de portugueses e brasileiros para com esses seres humanos. Essa jovem interpreta a história a partir de um julgamento moral sobre as práticas desumanas realizadas por luso-brasileiros para construir seu modo de vida no Brasil colonial. Novamente a dimensão ética da cultura histórica formata o modo de interpretar a história dessa jovem (RÜSEN, 2007).

Evidência enquanto aprendizagem histórica

Versões A, B e C

Q9 – Versão mais confiável

Não. São apenas formas distintas de transmitir o conhecimento. (Nina, F, 16 anos, Santo Tirso).

Q10 – Versão menos confiável

Não. Todos tentam explicar e cativar a aprendizagem da história. (Dory, F, 16 anos, Santo Tirso).

Não. Porque todos os vídeos têm algo a ensinar. (Eça de Queirós, M, 16 anos, Santo Tirso).

Esses três jovens apresentam distintas concepções de aprendizagem quando perguntados quais as versões de vídeos do *YouTube* são mais ou menos confiáveis. Uma concepção pautada em

métodos de ensino de história são expressas por Nina e Eça de Queirós, a primeira indicando que apresentam formas diferentes de transmissão do conhecimento histórico e o segundo apontando o papel pedagógico desses artefatos da cultura histórica. Já Dory afirma que esses vídeos tem o poder de cativar e explicar o passado histórico gerando uma aprendizagem histórica significativa para os jovens. Uma didática humanista da história deve considerar a estrutura de sentimento existente na cultura juvenil da práxis social contemporânea para que possa gerar sentido de orientação histórica no processo de construção identitária dos jovens (WILLIAMS, 2003; RÜSEN, 2015a).

Evidência enquanto didatização da estética da narrativa audiovisual

Versões A, B e C

Q8 – Diferenças entre versões

Sim. A versão A é uma forma de explicação baseada em muitas imagens e demonstrações, a [versão] B se concentra mais na explicação de factos. Não cativa tanto. A última versão (C) é mais engraçada, mais divertida. (Dory, F, 16 anos, Santo Tirso).

Sim. No nível da edição dos vídeos. A versão A utiliza imagens acompanhadas de áudio; a [versão] B apenas áudio; e a [versão] C faz uma mistura de áudio, imagem e comédia. Nas versões A e C a história é explicada de forma mais acessível. (Nina, F, 16 anos, Santo Tirso).

Versões B e C

Q10 – Versão menos confiável

[As versões B e C], Porque não explicam muito bem ou falam muito rápido e fazem paragens desnecessárias que perde informação. (Rakan, M, 16 anos, Paredes).

Uma importante categoria observada nos dados empíricos dessa investigação é vinculada à percepção dos jovens em relação à instrumentalização didática dos elementos estéticos das narrativas audiovisuais. Quando perguntados sobre as diferenças entre as versões de vídeo do *YouTube*, Dory e Nina explicitam elementos próprios a esses artefatos culturais: o uso de imagens e demonstrações e o sentimento de diversão que causam, além de revelarem a importância da edição de vídeos no processo de narrar construídos pela composição entre imagens e áudios, gerando, assim, a acessibilidade da informação veiculada. Já Rakan defende que as versões B e C perdem informações devido a velocidade da fala do(a) *youtuber* ou os cortes de planos considerados desnecessários. Com isso, a explicação histórica se enfraqueceu. É importante destacar aqui a relevância da dimensão estética dos artefatos audiovisuais da cultura histórica (RÜSEN, 2007) para a percepção da escolha histórica que os jovens fazem quando lidam com imagens históricas em movimento.

Evidência enquanto sensibilidade estética

Versões A e C

Q8 – Diferença entre as versões

Sim. As versões A e C. Como têm uma edição mais elaborada, eles cativam quem está a assistir e a estar mais atento. (Clotilde, F, 16 anos, Santo Tirso).

Quando perguntados sobre a diferença entre as versões em vídeo do *YouTube*, Clotilde mobilizara uma categoria raramente abordada, mas fundamental para compreendermos esses artefatos culturais: a sensibilidade estética que os mesmos geram nessas jovens. Afirma que uma edição de vídeo mais sofisticada cativa o público e permitem que eles instiguem a atenção. A dimensão estética da cultura histórica (RÜSEN, 1994) é expressa aqui pelo “sentimento de vida” que estes artefatos mobilizam nos jovens.

Considerações finais

Os resultados da investigação nos permitem compreender que as evidências audiovisuais permitem aos jovens revelar critérios vinculados a cognição histórica situada que avaliam as maneiras pelas quais esses jovens se carregam de experiências passadas e que fornecem valores e significados históricos que fazem sentido à sua vida prática e orientam a formação histórica como um processo criativo de autoconhecimento. Investigar a relação das construções de evidências dos jovens com as formas narrativas específicas geradas por vídeos de história do *YouTube*. A hipótese de que os jovens fazem escolhas históricas quando são confrontados com evidências audiovisuais está confirmada.

Esses resultados constata a hipótese de que as pesquisas relativas à evidência histórica (SHEMILT, 2009; ASHBY, 2006; SIMÃO, 2007; SIMÃO, 2015; VIEIRA, 2015) permitem concluir que é possível entender como válida a ideia de evidência audiovisual quando inferida no confronto narrativo de artefatos da cultura histórica como os vídeos do *YouTube* que mobilizam, nos jovens portugueses, escolhas pautadas na geração de sentido de orientação histórica a partir da dimensão sofrimento humano. As evidências audiovisuais são condutoras para a produção de narrativas que os estudantes constroem para si na relação que mantêm com a escola e na orientação temporal da práxis social.

Referências bibliográficas

ALADIM, Débora. *Resumo de História: Ciclo do Ouro - Em Ouro preto, MG! (Débora Aladim)*, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7tMLDROID9rw&t=709s>>. Acesso em em 15 out. 2019.

ASHBY, Rosalyn. O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos. In: BARCA, Isabel (Org.). *Educação histórica e museus*. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, 2003.

ASHBY, Rosalyn. Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as idéias dos estudantes sobre

testar afirmações factuais singulares. *Educar em Revista*. Curitiba: Especial, p. 151-170, 2006.

BORRIES, Bodo von. Lidando com histórias difíceis. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd (Orgs.). *Jovens e consciência histórica*. Curitiba: W.A. Editores, 2018, p. 33-54.

CASTANHARI, Felipe. *Nostalgia História T1 – 500 anos em 1 hora / História do Brasil*, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=q7E4XrfGGnE&t=98s>>. Acesso em 15 out. 2019.

CÔRTEZ, Pedro Henrique. *O que foi a Revolta dos Búzios – Meus Heróis Negros Brasileiros*. PhCôrtes, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MsG8T_Bfypk&t=598s>. Acesso em 15 out. 2019.

FRONZA, Marcelo. *A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos*. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

LEE, Peter; HOWSON, Jonathan. Two out five did not know that Henry VIII had six wives: History Education, history literacy and historical consciousness. In: SYNCOX, Linda; WILSCHUT, Arie (org.). *National history standards: The problem of the canon and the future of teaching History*. Charlotte, North carolina: IAP, 2009.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

ROCHA, Breno Lacerda. *Narrativas históricas digitais: uma análise de vídeos de história no YouTube*. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História, Cuiabá: UFMT, 2018.

RÜSEN, Jörn. *A razão histórica: Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. *História viva: Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. Formando a consciência histórica: para uma didática humanista da história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd (orgs.). *Humanismo e didática da história (Jörn Rüsen)*. Curitiba: W. A. Editores, 2015a, p. 19-42.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História*. Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.). *Aprender História: perspectivas da Educação Histórica*. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 21-50.

SHEMILT, Denis. Drinking an ocean and pissing a cupful: How adolescents making sense of history. In: SYNCOX, Linda; WILSCHUT, Arie (orgs.). *National history standards: The problem of the canon and the future of teaching History*. Charlotte, North carolina: IAP, 2009.

SIMÃO, Ana Catarina G. L. L. *A Construção da Evidência Histórica: Concepções de alunos do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário*. Tese de Doutorado em Educação, Área de Conhecimento de Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2007.

SIMÃO, Ana Catarina G. L. L. Repensando a evidência histórica na construção do conhecimento histórico. *Diálogos* (Maringá. Online), vol. 19, n.º1, p. 181-198, 2015.

VIEIRA, Jucilmara Luiza. *Cultura histórica e cultura escolar: diálogos entre a iconografia pictórica histórica e o ensino de história*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba:Universidade Federal do Paraná, 2015.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA PARA UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO (1958-1968)

Risemberg Edwin Barbosa Timóteo¹

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: risemberg.psi@gmail.com

Ao escrever a apresentação do segundo livro de Paulo Freire, “Educação como prática da liberdade”, publicado em 1967 pela Editora Paz e Terra, exemplar 1405 e distribuído pela Editora Civilização Brasileira, Pierre Furter (1967) lança a seguinte pergunta: “...que pensar de uma educação que admite o escândalo de um povo silenciado, marginalizado e imerso na passividade? E continua afirmando que “uma das condições que Paulo propõe para o diálogo é que ninguém, numa democracia, seja excluído ou posto à margem da vida nacional.” E é nesse sentido que segue toda construção teórica abordada nessa segunda obra de Paulo Freire, escrita durante seu exílio no Chile em 1965 e publicada no Brasil em 1967.

Antes do primeiro capítulo do livro, Paulo Freire inicia uma digressão intitulada “esclarecimento”. Nessas primeiras linhas do livro, ele aponta para o quanto foi instigado pelas condições específicas da sociedade brasileira. Uma sociedade que podia ser caracterizada naquele momento por um processo de mudanças intensas, contradições dramáticas e marcada por conflitos entre um passado que tentava se manter e um futuro ainda em formação.

Nesse primeiro momento, Paulo Freire faz questão de frisar o processo de transição pelo qual a sociedade brasileira está passando. De acordo com Freire (1967), naquele momento, se tratava de apenas duas opções: optar pelo passado e continuar em uma sociedade sem participação popular, comandada por uma elite distante e alienada onde o homem tinha maiores status de objeto do que de pessoa, ou optar pelo futuro e por uma sociedade que tinha por dom tornar-se dona de si mesma com o povo e os homens como protagonistas de suas próprias histórias. A sociedade brasileira atingia um ponto de inflexão, onde deveria escolher entre manter a dependência ou libertar-se cada vez mais das influências que a mantinham submissa. E nesse sentido, a educação das massas era fundamental, pois ela podia ser uma força de mudança e de libertação de influências alienantes. Ou seja, a sociedade brasileira chegará a um ponto em que poderia escolher entre uma educação que domestica e aliena ou uma educação que liberta e que transforma o homem objeto em sujeito.

Segundo Paulo Freire a escolha era muito clara. Para se desenvolver plenamente o país precisava de uma educação reflexiva que levasse as pessoas a aprofundarem suas consciências e, assim, permitir uma participação ativa na história. Não apenas como espectadores, mas como atores e autores. No entanto, também era claro que uma prática educativa que respeitasse o homem como sujeito não seria facilmente aceita pelas forças interessadas na manutenção da alienação do homem

¹ Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Ouro Preto, Bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS) em nível Mestrado. <http://lattes.cnpq.br/0480272921671252>

e da sociedade brasileira. As elites preferiam manter o *status quo*, manter a alienação do povo e preservar seus próprios interesses.

Retornando ao início do livro, antes de mais nada é importante citar o prefácio que Francisco C. Weffort faz dessa obra de Paulo Freire, apontando aspectos importantes da teoria, prática e contexto histórico. Durante sua reflexão, Weffort acrescenta que Paulo Freire nunca foi um mero espectador na história do seu povo e que ele soube reconhecer as prioridades da prática educacional na etapa de emergência política das classes populares e de crise das elites dominantes, bem como o referido ensaio se constitui como uma reflexão sobre a experiência de Paulo Freire e do povo brasileiro na última etapa da história desse país.

Weffort sinaliza que as ideias de Paulo Freire nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares, mas também estão relacionadas com os sinais do tempo e das condições históricas brasileiras. Que a “liberdade”, matriz da pedagogia freiriana, é o que pode permitir alcançar a efetividade e a eficácia do processo educativo, na medida em que os educandos possam participar livre e criticamente do processo de educação.

A visão educacional deve ser, ao mesmo tempo, uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertação. Nesse sentido, Weffort aponta que “Educação como prática da liberdade” pode surpreender o leitor pela dificuldade em distinguir entre teoria e pregação, entre a análise das condições históricas vigentes e a sua crítica. Para Weffort, o processo de conscientização e a ideia de liberdade, tantas vezes abordados nesse livro, ganhavam uma significação ainda mais especial devido ao contexto. Significavam o começo da busca de uma posição de luta por libertação.

Segundo Weffort, o movimento de educação, uma das formas de mobilização adotadas no Brasil, colocou setores radicais da classe média em contato real com o povo e criou uma atmosfera ideológica forte o suficiente para atemorizar a direita e lhes sugerir a necessidade de um golpe. Em relação aos movimentos, ele acrescenta que os mesmos tinham uma debilidade em sua gênese e que tal característica ajuda, em certa medida, a compreender o movimento educacional no Brasil: os movimentos “encontravam-se direta ou indiretamente comprometidos com o governo e, através dele, com as instituições vigentes que a própria pressão popular ameaçava.” (WEFFORT, 1967. pp. 10)

Ainda a propósito dos movimentos educacionais, Weffort indica que o movimento de conscientização surgiu como uma resposta educacional à necessidade de uma verdadeira mobilização democrática do povo. Embora o movimento de alfabetização não tenha tido objetivos políticos específicos, ele inevitavelmente critica a situação tradicional de marginalização em que grande parte da população se encontrava. As pessoas que participavam dos Círculos de Cultura tornavam-se cidadãos politicamente ativos ou ao menos prontas para participar da democracia. Essa inclusão política dos excluídos pelas elites tradicionais, de acordo com Weffort, teria implicações significativas, o que foi percebido rapidamente pelas próprias elites.

Destarte, mesmo que o movimento de educação popular não tenha logrado êxito em implementar totalmente seu plano nacional devido ao Golpe de Estado de 1964, ele demonstrou claramente seu potencial. Protestos de grupos oligárquicos no Nordeste e a observação de certos aspectos do processo político mostraram que, em caso de sucesso, o movimento educacional teria resultado em um forte impacto eleitoral contra as posições institucionais de alguns setores tradicionais. Posições que eram

mantidas em parte pela exclusão legal da maioria da população adulta brasileira da cidadania política.

Em 1960, havia 15,5 milhões de eleitores registrados para uma população de 34,5 milhões de pessoas com 18 anos ou mais. A exclusão dos analfabetos, ou seja, da maioria das classes populares, significava que, nessa democracia parcial e seletiva, a composição social do eleitorado estava muito distante da composição social real do povo. E, nesse sentido, as forças da direita nunca se constrangeram em demonstrar sua má vontade em relação a tentativas de ampliação do eleitorado. Pelo contrário, como afirma Weffort, fizeram o que puderam para frear o processo de expansão da participação popular.

No tocante ao primeiro capítulo do livro, *A sociedade Brasileira em transição*, já nos primeiros parágrafos Paulo Freire inicia uma discussão sobre o tempo e a capacidade de transcendência do homem. Assim sendo, transcendência, consciência e auto objetivação permitem ao homem, e somente a ele, a capacidade de reconhecer órbitas existenciais diferentes e de distinguir um “eu” de um “não eu”. A capacidade de discernir, outro atributo humano, permite a descoberta da temporalidade e, por consequência, da sua historicidade. Nesse sentido, a historicidade está atrelada justamente à capacidade de discernir e transcender em uma tridimensionalidade temporal. E ele complementa que “o homem existe no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga.” (FREIRE, 1967. pp. 41)

Quanto mais percebe as dimensionalidades as quais está exposto, mais as suas relações com o mundo se enchem de um sentido consequente. E dessa maneira, herdando a experiência adquirida, criando, recriando e integrando-se ao contexto, lança-se em um domínio exclusivo: o da história e da Cultura. A propósito da integração, Paulo Freire enfatiza a necessidade de uma verdadeira integração ao ambiente, cujo elemento essencial é a criticidade.

Assim sendo, tal integração seria viver profundamente conectado ao ambiente e não apenas adaptado a ele de forma superficial. Adaptação, acomodação ou ajustamento seria, dessa maneira, uma forma artificial de vida e que levaria à desumanização dos indivíduos. A verdadeira integração requer uma visão flexível de si e do mundo e sem os excessos das absolutizações. A integração enraíza o sujeito tornando-o um ser situado e datado, enquanto a massificação conduz à perda de raízes e de conexão com o tempo.

Comparando animais e humanos, Paulo Freire afirma que enquanto o primeiro é essencialmente um ser da acomodação e do ajustamento, o segundo é da integração e sua luta vem sendo superar fatores que o fazem acomodado e ajustado. E acrescenta que a adaptação é um conceito passivo, enquanto a integração é um conceito ativo, pois adaptar implica apenas uma ação defensiva e integrar relaciona-se a reagir, relaciona-se a capacidade de alterar sua realidade.

A medida em que altera sua realidade, o ser humano passa também, além de estar nela, a estar com ela, dinamizando seu mundo, dominando a realidade e, conseqüentemente, a humanizando. Acrescenta ao mundo algo que ele mesmo criou, elementos agora da cultura e que influenciam na temporalização dos espaços. Conforme vai criando e recriando, o ser humano vai participando das épocas históricas, se integrando a elas e se apropriando dos seus temas fundamentais e reconhecendo suas tarefas concretas.

A grande tragédia do ser humano moderno, segundo Paulo Freire, é que ele é dominado por mitos e por ideologias e, dessa maneira, vai perdendo gradualmente sua capacidade de decidir, se

afasta dos processos de tomada de decisões e as tarefas de seu tempo passam a ser apresentadas por uma elite que as interpreta e fornece as prescrições a serem seguidas. Entretanto, ao seguir tais prescrições, as pessoas se afogam no anonimato da massificação, tornando-se cada vez mais domesticadas e acomodadas, deixando de ser sujeito e se transformando em objeto.

Quanto mais as pessoas se ajustam a ordens de autoridades anônimas e adotam um eu que não é seu, mais elas se sentem obrigadas a conformar seu comportamento às expectativas dos outros, o que gera um profundo sentimento de impotência e paralisação. Dessa maneira, é crucial a manutenção de uma atitude crítica constante como forma de as pessoas realizarem sua vocação natural de integrarem-se plenamente e superar a simples adaptação ou acomodação.

Uma época histórica se realiza à medida que seus temas e tarefas são compreendidos e resolvidos e se supera quando tais temas já não correspondem mais aos desejos que emergem dessa mesma sociedade. Assim, como aponta Paulo Freire, uma época histórica representa uma série de aspirações, de anseios e de valores em busca de realização. Logo, quanto mais dinâmica for uma época na gestação de suas questões, mais será requerido dos sujeitos as funções intelectuais e menos as funções instintivas e emocionais.

Segundo Paulo Freire, o choque entre um ontem, um passado que estava se esvaziando, mas que queria continuar existindo, e um amanhã, um futuro ainda em formação é o que caracteriza o período de transição ou a fase de trânsito como um tempo de mudanças anunciadoras. As fases de transição são detentoras de um teor altamente dramático que impregnam as transformações das quais a sociedade se nutre. Nesse sentido, por serem dramáticas e desafiadoras, as fases de transição se tornam tempos em que as escolhas são enfaticamente importantes.

Nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil vivia justamente a passagem de uma para outra época. O país vivia até então em um modelo de sociedade fechada, onde imperavam a alienação cultural, o distanciamento entre elite e povo, sem vinculação dialogal e com um povo que tinha a tarefa de seguir e obedecer. Porém, os tempos se abriam em perspectivas e a sociedade em trânsito nos preparava para a etapa seguinte, a sociedade aberta.

Presenciava-se no Brasil, como aponta Paiva (2000), um processo de personificação histórica que se refletia na luta entre uma mentalidade colonial e uma mentalidade autenticamente nacional em formação. A democracia, a participação popular, a liberdade, a educação e outros tantos temas ganhavam uma significação diferente e exigiam, dessa forma, uma nova sociedade. A antiga sociedade brasileira se rachara, e tal rachadura decorria da ruptura nas forças que mantinham aquela sociedade fechada em equilíbrio, o que ocorre em grande medida pelos avanços no processo de industrialização que o país vivia.

Por fim, nesse primeiro capítulo do livro, Paulo Freire se dedica a discutir o processo de transição que a sociedade brasileira está vivenciando e todas as suas tensões e contradições. Desde o processo de colonização, vivendo como uma sociedade fechada, marcada pelas estruturas de poder colonial e escravocrata o país vive a sua primeira oportunidade real de se abrir e de se democratizar. Paulo Freire caracteriza a sociedade fechada como reflexa, antidemocrática, sem participação popular e com uma elite dominante que mantinha o povo alienado e às margens dos acontecimentos. Um cenário que começa a mudar com a abolição da escravatura e com os primeiros surtos de industrialização, que causam uma rachadura estrutural profunda no modelo de sociedade predominante.

E continua afirmando que apesar dos recuos nesse processo de transição, a sua reversibilidade já não é mais possível. A sociedade passa por um momento de escolha entre os valores de uma sociedade antiga que não quer deixar de existir e os novos valores que buscam se afirmar e se concretizar na sociedade do futuro. A democratização é uma tendência da nova sociedade em formação. No entanto, ela depende das escolhas feitas pelas pessoas, da luta contra as elites e as forças antidemocráticas que buscam manter o *status quo* da sociedade.

A conexão entre o primeiro e o segundo capítulo se dá pela importância que Paulo Freire atribui à pessoa nesse processo que o país está vivendo. As pessoas precisam adquirir um espírito flexível e estarem preparadas intelectualmente para absorver as rápidas mudanças e contradições da fase de transição. Nesse sentido, uma educação que promova a criticidade e a humanização é o elemento vital para capacitar as pessoas, para que assim elas possam compreender e atuar sobre suas realidades históricas.

Se em 1959 Paulo Freire desenvolve a ideia, baseado em Corbisier, de que o ser humano é um ser relacional, capaz de discernir, conhecer, perceber a dimensão temporal da existência, ser um ser histórico e criador de cultura que desenvolve relações com ambas as faces do mundo (natural e cultural) e que molda e é moldado pelo contexto, em 1965, ele implementa esse pensamento sinalizando que o ser humano é capaz de perceber a dimensão temporal, logo é capaz de participar conscientemente da história exercendo sua liberdade e se humanizando pela participação. Assim sendo, a mudança em 1965 é que o homem se torna sujeito da História.

Esse segundo livro de Paulo Freire é uma reelaboração da sua tese de 1959, “Educação e Atualidade Brasileira”. No entanto, o capítulo (dois) Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática retoma mais enfaticamente o assunto considerado por ele o ponto de estrangulamento da nossa democracia: a inexperiência democrática. Paulo Freire relembra nesse capítulo as condições do processo de colonização, os complexos culturais, o modelo predatório da colonização onde o poder do senhor ultrapassava as terras e alcançava as pessoas. E, principalmente, frisa que toda a empreitada colonial foi, antes de tudo, uma empreitada comercial sem interesse em povoamento, mas sim em exploração.

Mais uma vez Paulo Freire aponta para as condições da colonização como as raízes dos nossos problemas, como a raiz do paternalismo e do protecionismo e que leva ao conseqüente mutismo brasileiro. A estrutura do grande domínio com uma economia que se caracterizava pela autarquia não possibilitava o diálogo, a dialogação, algo que estava implicado com a responsabilidade social e política do homem e que exigia um mínimo de consciência transitiva.

O mutismo, a não participação, a falta de vivência comunitária, características do processo de colonização no Brasil, nos levava à dispersão e ao individualismo e nos afastava cada vez mais das formas de solidariedade que não fossem privadas. Tais grilhões somente começaram a se romper quando surgem as primeiras alterações que afetaram o sistema de forças que mantinham a sociedade fechada em equilíbrio. A rachadura na antiga sociedade é a entrada do país na fase de transição e a possibilidade do despontamento popular para a democracia. Enfim, era a emersão popular.

Em 1960, Paulo Freire participa do Simpósio de Educação para o Brasil organizado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife onde aborda o tema da comunicação. Ali, ele já argumenta que a comunicação que não venha da razão e não provoque razão é mero comunicado,

imposto ou doado. É domesticação. Por isso é que a comunicação só é verdadeira quando há interação dos polos que se simpatizam através do objeto da comunicação. Nesse sentido, é uma constante a preocupação de Paulo Freire com os efeitos nefastos da colonização. Inclusive, nessa mesma conferência, ele diz da sua preocupação com os milhões de brasileiros que constituiriam a mão de obra do país em 15 ou 20 anos. “Temos de pensar no que comerão esses brasileiros todos. Daí nos ser um imperativo existencial nossa integração econômica, sem a qual não teremos a integração nacional.” (FREIRE, 1960. p. 98)

Destarte, com tais preocupações, se torna intuitivo o desafio proposto da reforma do sistema educacional que, como ele entende, está inadequado aos novos padrões e ao novo clima em formação na sociedade.

De um lado, a necessidade imperiosa de se formarem cientistas e técnicos de vários níveis e mão de obra qualificada. De outro, não menos imperiosa necessidade de se formar no homem disposições mentais críticas com que não apenas adira ao desenvolvimento, mas, sobretudo, com que se evite o perigo da sua desenraização. Se, em nosso caso, não respondermos com adequacidade ao primeiro ângulo do desafio, perderemos a batalha do desenvolvimento. Se não o fizermos com relação ao segundo, perderemos a batalha da humanização do homem brasileiro. (FREIRE, 1961. P19/20.)

A inadequacidade da escola, inclusive a dos primeiros anos, está relacionada com a falta de diálogo, com a inexistência da comunicação e o excesso de comunicado. A inorganicidade da escola se dá justamente por tentar domesticar o educando, por não lhe prover o pensamento crítico principalmente no momento em que ele mais precisa dele, o momento do trânsito, onde é imperativo se integrar ao ritmo acelerado das mudanças.

Conforme a citação anterior, retirada do texto “Escola primária para o Brasil”, de 1961, Paulo Freire enfatiza a necessidade de uma educação funcional, que ajude o sujeito a ajudar o país na busca pelo desenvolvimento. Em 1965, Paulo Freire está pensando no processo de integração do sujeito à sua realidade, está pensando que o homem, para ter uma vida autêntica e não alienada, precisa ter uma educação compatível com as exigências da vida. Assim sendo, a nova perspectiva da educação é ela se tornar uma educação política. Se em um primeiro momento (1959) a preocupação era com a qualificação para o mercado de trabalho, no momento seguinte (1965) a preocupação se torna a vida e as relações comunitárias, a resolução de problemas locais e a participação democrática para tomada de decisões a respeito da coisa pública.

No ano de 1959 a escola era tida como o centro, conforme aponta Paiva (2000), a preocupação fundamental era a integração entre alunos, pais e professores com o intuito de integrar escola e comunidade. A partir dos anos 1960, a comunidade se torna o ponto de referência, enfatiza-se a educação política e dedicada a adultos. Paulo Freire vê a necessidade de criar um método ativo de educação, seguindo as mesmas lógicas de Guerreiro Ramos e sua sociologia nacional e de Roland Corbisier e sua filosofia nacional. Era necessária uma pedagogia nacional, ligada à vida tanto local quanto nacional e que refletisse as circunstâncias do Brasil.

No sentido de buscar diferenciar os trabalhos de Paulo Freire em 1959 e 1965, o livro de Carlos Lyra (1996) “As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação” apresenta dados importantes sobre o trabalho realizado, e que em certa medida, corrobora a perspectiva de mudança na visão de Paulo Freire de um período para o outro. Conforme afirmado anteriormente, o

foco em 1959 era uma educação funcional, que buscava a qualificação para o mercado de trabalho. Em 1965 ou mesmo antes em 1963 durante a experiência de Angicos, percebe-se que o foco era em uma educação política. Não que a alfabetização não tenha vistas também para o mercado de trabalho, mas fica fácil perceber, através da análise dos resultados do formulário criado por Paulo Freire e sua equipe para avaliar os educandos, que a questão da conscientização política era uma questão importante ou até mesmo central. Basta observar as médias de alfabetização e politização das onze turmas que participaram do projeto que apenas uma teve a nota de alfabetização superior à nota de politização, e o mesmo se aplica à média global, que também teve na politização um resultado superior ao índice de alfabetização.

A construção dessa diferenciação entre uma obra e outra busca afirmar entre outras coisas o processo de transformação de Paulo Freire em relação ao soerguimento de sua pedagogia. Como já afirmado por Paiva (2000) houve um certo atraso da teoria em relação a prática freiriana. No entanto, tal *delay*, se deve, entre outras coisas, ao envolvimento do autor com as questões práticas do dia a dia. Sendo um homem da *práxis*, sempre priorizou o trabalho de campo e as relações interpessoais em detrimento da teoria. Tal atraso somente começou a ser compensado no exílio, quando buscou atualizar seus escritos e sua teoria começando pela tese de 1959.

No terceiro capítulo, Educação versus Massificação, Paulo Freire volta-se novamente ao papel dos educadores e da intelectualidade brasileira em relação à suas obrigações de fornecer uma educação crítica e criticizadora nesse momento de transição, nesse momento em que os sujeitos necessitavam captar as demandas e os desafios dos novos tempos que surgiam. Afinal, o Brasil vivia períodos de mudanças aceleradas, o que inevitavelmente exigia dos homens uma maior flexibilidade intelectual e, conseqüentemente, formas de vida mais plasticamente democráticas.

O despertar das classes populares os guiavam cada vez mais a respostas autenticamente agressivas, à medida em que visualizavam a percepção que as elites tinham deles. E a elite, em contrapartida, cada vez mais assustada com as movimentações populares, buscavam silenciar tais massas domesticando-as com soluções paternalistas. Nesse sentido, Paulo Freire entende que a necessidade de reformas e a ascensão do povo ao poder provocava um movimento irracional nas elites, que se arregimentavam em torno da defesa de seus interesses e privilégios inautênticos.

Assim, em um cenário onde a classe média, temerosa de se proletarizar, via a emersão popular como uma ameaça, onde as alterações no meio social eram profundas e, muitas vezes, abruptas e tendiam a ativar ainda mais o povo em emersão, a necessidade de uma reforma no sistema educativo era premente. A cada instante era necessária uma educação para a decisão e para a responsabilização social e política, uma educação que permitisse a discussão e a inserção corajosa dos homens em suas problemáticas, uma educação que permitisse o diálogo, a revisão e crítica próprios e a investigação continuada. Para Paulo Freire, era preciso que os homens tivessem consciência dos problemas do seu tempo, que tivessem força e disponibilidade de lutar por eles sem serem obrigados à tutela alheias.

De acordo com Paulo Freire, o pior tipo de educação para um Brasil em transição seria aquele que não permitisse ao educando as experiências do debate, a participação na resolução dos próprios problemas e as condições verdadeiras para a participação. Enfim, que alimentasse e intensificasse a inexperiência democrática do povo. O que se esperava da educação era que ela fosse uma tentativa constante de mudança de atitude, de substituição dos antigos e culturológicos hábitos de passividade

por hábitos de participação e ingerência que a fase de transição exigia. Dessa forma, Paulo Freire argumentava que o grande desafio da sociedade brasileira não era apenas a superação dos altos índices de analfabetismo, mas também a superação da inexperiência democrática do povo.

Nesse sentido, reafirma a urgência da superação daquele antigo processo educativo que enfatizava nos sujeitos a sua posição de ingenuidade, os deixando sempre na periferia de tudo que tratava. Para Paulo Freire, quanto mais a escola estimulasse a criticidade e a participação, mais democrático e permeável seriam os sujeitos. Enquanto que ao contrário, quanto menos criticidade proporcionasse aos educandos, mais ingênua seria as discussões dos seus problemas, dos problemas da comunidade ou do país, pois democracia e educação democrática fundam-se justamente na crença no homem.

Por fim, para finalizar esse capítulo, retomo a explicação de massificação que Paulo Freire nos oferece em “Educação e Atualidade brasileira”. Lá em 1959, ele afirma que a produção em série é possivelmente um dos maiores fatores para a massificação do homem no mundo altamente técnico atual. O comportamento mecanizado pela produção em série, que o priva da participação na execução total do objeto final, o domestica por não exigir uma atitude crítica diante do produto final. Logo, a especialização exagerada desumaniza o ser humano e lhe corta os horizontes com uma perspectiva limitada, fazendo dele um sujeito passivo, medroso e ingênuo.

Em complemento, a definição de Ortega y Gasset (2010), *masa es todo aquel que no se valora a sí mismo - en bien o en mal – por razones especiales, sino que se siente como todo el mundo*. Assim sendo, a massificação seria um impedimento à personalização dos sujeitos (Paiva, 2000) e para combater tal impedimento e conduzir os indivíduos para os caminhos da personalização e da humanização, fazendo com que cada um reconheça seu próprio valor como pessoa, o processo educativo é primordial. Destarte, mais uma vez a educação e o ato de educar para a liberdade é, para Paulo Freire, dar combate à alienação dos homens e lutar contra a mentalidade das massas.

Nesse contexto, uma questão central se descortina: a proposta freiriana sobre a transição da “consciência ingênua” para a “consciência crítica” como elemento vital para a construção de uma pedagogia emancipadora em contextos de opressão social e política. Fomentando uma educação que estimule o pensamento crítico, Paulo Freire defende que a conscientização é o caminho pelo qual os educandos deixam de ser meros receptores do conhecimento e passam a reconhecer-se como temas históricos, capazes de transformar a realidade em que vivem. Ao desafiar a estrutura opressora da sociedade e propor uma ruptura com a passividade e a alienação imposta pela massificação, a educação deixa de ser apenas uma prática de adaptação e passa a atuar como um espaço de resistência e libertação, onde os educandos desenvolvem a criticidade necessária para participar ativa e reflexivamente das decisões e lutas do seu tempo. Assim, pode-se concluir que, ao propor a conscientização como núcleo de uma educação verdadeiramente democrática, Paulo Freire sinaliza que o despertar da consciência crítica não é apenas um processo de aprendizagem, mas também um ato político, que se tornava cada vez mais urgente e necessário para combater as estruturas que limitavam a liberdade.

Imbuído no sentido de uma educação para a libertação dos sujeitos, Paulo Freire inicia o quarto e último capítulo, Educação e Conscientização, afirmando sua crença no povo, sua convicção de que o processo educativo, para ser efetivo, tem de ser uma troca, tem de ser um sistema de mão dupla onde o povo tem muito a oferecer. E nesse sentido, nunca lhe intimidou a necessidade de

rever processos, refazer, superar procedimentos, experimentar métodos e técnicas novas. Segundo Paiva (2000) o método de Paulo Freire é concebido como um experimento inspirado em diversas concepções de mundo e seu fim último, seria antes de tudo ser o anticânone.

Por isso, Paulo Freire pensava uma alfabetização que estivesse ligada à introdução da democracia, que permitisse a democratização da cultura, que tivesse no homem o foco do processo de aprendizagem e não o entendesse apenas como mero paciente ou aquele que apenas esperava passivamente. A alfabetização deveria ser um ato de criação que estimulasse outros atos criadores, que estimulasse a recriação, a vivacidade, a inventividade e a reivindicação, sendo uma das premissas básicas entender o homem com o mundo, e não apenas no mundo.

Relacionando novamente consciência crítica e consciência ingênua, as distingue apontando que o homem não apenas capta o dado da realidade, a situação problemática, mas também os seus nexos causais. Nesse sentido, quanto mais crítica for a compreensão dos problemas, mais autenticamente será compreendida a causalidade do problema. E quanto mais mágica for a compreensão dos problemas, menos ele entenderá suas causas. Dessa maneira, a consciência crítica pode ser entendida como a representação das coisas e dos fatos, relacionando causas e circunstâncias e a consciência ingênua pode ser entendida como uma entidade superior aos fatos, que lhe emprestando um poder superior é subjugada por eles, se torna imóvel diante deles, ficando assim, o homem, fatalmente vencido.

Para uma sociedade em transição, era indispensável uma educação que colaborasse com a organização reflexiva do pensamento popular, que se identificasse com a realidade e com o tempo vivido e que, principalmente, levasse o homem a refletir sobre sua vocação de ser sujeito. Assim, pode-se pensar que a rachadura na sociedade levara o povo a um processo de emersão social e agora era necessário promover sua consciência ingênua em crítica para evitar o risco da massificação.

Afirmção fundamental que nos parece dever ser enfatizada é a de que, na alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que se há de fazer é proporcionar-lhe que se conscientizem para que se alfabetizem. Daí, à medida em que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito, se instrumentalizará para as suas opções. Aí, então, ele mesmo se politizará. (FREIRE, 1965. p. 119)

A pedagogia de Paulo Freire tinha como meta a libertação dos indivíduos em uma dupla perspectiva. Por um lado, ele pensava a liberdade existencial, onde os sujeitos poderiam se descobrir e se afirmarem como pessoas, e por outro, pensava na liberdade do espírito, onde o homem poderia se orientar pela razão e buscar a verdade não acabada na comunicação com o outro (Paiva, 2000). Sua educação seria a do homem livre, que vai ao fundo das coisas e não se deixa manipular porque submete sua ação a reflexão. A educação para a liberdade seria assim, uma educação contra a dominação, contra a tutela, reagindo ao autoritarismo e ao paternalismo.

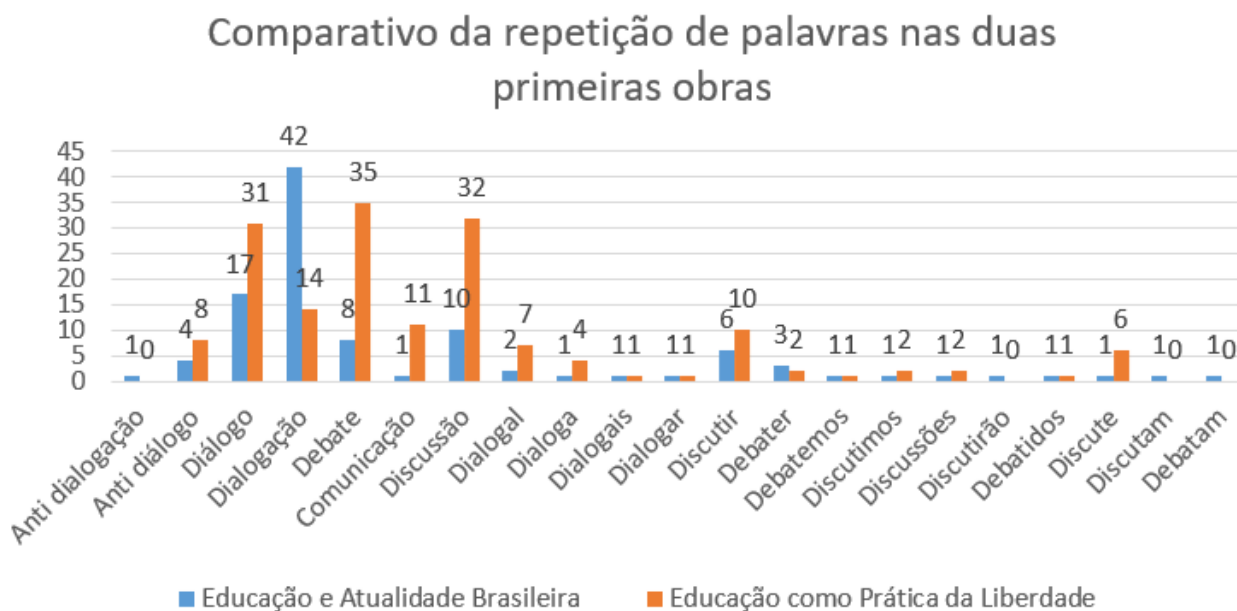
O diálogo já é um elemento importante apresentado por Paulo Freire em “Educação e Atualidade brasileira”, mas “Em educação como prática da liberdade”, ele usa o termo Pedagogia da Comunicação como instrumental para combater o antidiálogo e complementa que a dialogação implica em uma mentalidade que não floresce em áreas fechadas como a antiga sociedade brasileira. De acordo com Paiva (2000) “a comunicação existencial entre educando e educador” através do diálogo em que consciências livres entram em contato é a essência de uma pedagogia personalista que

encaminha as pessoas para uma participação responsável.

Nesse sentido, traçando paralelos entre as duas primeiras obras de Paulo Freire, pode-se perceber a importância do diálogo na sua pedagogia. Em “Educação e Atualidade Brasileira”, ele usa 21 palavras que são repetidas 105 vezes ao longo do texto, para dizer da relação de um “eu” com o outro e com o mundo. Em “Educação como Prática da Liberdade”, Paulo Freire aciona essas mesmas 21 palavras 168 vezes ao longo do seu texto, acrescentando mais seis variantes/derivadas, que se repetem mais 12 vezes ao longo do texto.

Em geral, Paulo Freire opta por usar a variação dos verbos dialogar, comunicar, discutir e debater para falar sobre a importância de uma educação que incentive o diálogo, a discussão e o debate sobre os problemas da vida prática e do cotidiano do povo. A superação da fase antiga em que o Brasil se encontrava somente se daria pela participação ativa do povo. A sua efetiva emergência na vida democrática somente se daria via escola e processo educativos que estimulassem o povo a deixarem de ser objetos para se tornarem sujeitos de si mesmos.

No gráfico abaixo é possível observar que diálogo, dialogação, debate e discussão são as palavras que mais se repetem. Excetuando dialogação, as palavras que mais se repetiram foram na segunda obra. Ou seja, nos dados de “Educação e Atualidade brasileira”, quando se retira o termo dialogação, a repetição segue quase o mesmo ritmo de variação, o que não ocorre na segunda obra, que tem três termos que se repetem um número muito maior de vezes. Discussão também tem um incremento significativo de um livro para o outro, no entanto, se deve ao fato de que no “Apêndice” da obra “Educação como prática da liberdade”, o autor descreve situações existenciais que permitiram os educandos apreenderem o conceito de cultura, sendo o termo usado recorrentemente para ilustrar as situações.



Assim, diante do exposto, pode-se entender preliminarmente que em 1959, a pedagogia de Paulo Freire buscava suplantar a inexperiência democrática, que tinha em sua raiz o mutismo

herdado do processo de colonização, com a introjeção da ideia de dialogação na vida e no cotidiano do brasileiro. Após o Golpe de Estado, e a retomada de outra ditadura (lembranças do Estado Novo) a expectativa passa a ser não somente a superação da inexperiência democrática, mas também a volta do diálogo. A repressão do Estado silenciava qualquer tentativa de sonoridade do povo, dessa maneira era um imperativo a voz, o diálogo e todo movimento que permitisse a verbalização popular.

Nesse contexto, pode-se aventar a hipótese que o aumento de termos relacionados à vocalização das massas, no segundo livro de Paulo Freire, reflete a brusca interrupção da possibilidade de verbalização popular, a qual o brasileiro estava exposto depois do Estado Novo e no período de transição que o país vivia. A tentativa de superar as mazelas herdadas da colonização foi frustrada pela resistência das elites e do Estado, que embora desejassem o desenvolvimento do país, não desejavam a necessária participação do povo. Queriam que o país mudasse, mas com o povo continuando no mesmo lugar, em uma posição subalterna, relegado a sustentar privilégios e oprimido pelas desigualdades de uma sociedade excludente.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. Tese, 1959.

FREIRE, Paulo. Escola primária para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* Vol. XXXV, abril - junho 1961, nº 82. pp. 15-33. Disponível em: <https://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/469/106> Acesso em 20/06/24.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Exemplar nº 1405. Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. Editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTER, Pierre. Apresentação. Paulo Freire ou O Poder da Palavra. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Exemplar nº 1405. Editora Paz e Terra, 1967.

GASSET, José Ortega y. *La rebelión de las masas*. La Guillotina. Raúl Bera Núñez – edición. Ciudad de México, 2010.

GUERRA, Marcos. *Sobre as 40 horas de Angicos*. Em Aberto, v. 26, n. 90, 2013. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/237> Acesso em 14/03/2024.

HADDAD, Sérgio. *O educador: um perfil de Paulo Freire*. Todavia, 2019.

KOHAN, Walter. *Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica*. Autêntica, 2019.

LYRA, Carlos. *As Quarenta horas de Angicos: Uma experiência pioneira de educação*. São Paulo: Cortez: 1996.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.

SAUL, Ana Maria. *Paulo Freire na atualidade: Legado e reinvenção – uma pesquisa a varias mãos*. Revista e-curriculum, v. nº 1, p. 3-8, 2016.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. 2008.

WEFFORT, Francisco C. Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade). pp. 1-26. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Exemplar nº 1405. Editora Paz e Terra, 1967.

XAVIER, Francisco Josimar Ricardo; LIMA, Jully Anne Almeida; DE ANDRADE, Eliane Lopes Werneck. Contribuições de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para uma Educação Crítica e Humanizadora. *Ideação*, v. 23, n. 2, p. 236-256, 2021.

NOTAS SOBRE AS DISPUTAS E OS USOS PÚBLICOS DO CASO ARACELI (1973)

Luiz Fernando Soares Pereira¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: lfsoaresp@gmail.com

Introdução

No Brasil, os estudos voltados para a relação entre crime e sociedade têm ganhado cada vez mais relevância para as ciências sociais. Desde os esforços de Paulo Sérgio Pinheiro, em organizar textos e comentários críticos de estudiosos, em *Crime, violência e poder*, visando abordar essas reflexões sobre violência (1983, p. 7) e a obra de Boris Fausto, intitulada *Crime e Cotidiano*, de 1984, analisando minuciosamente a criminalidade em São Paulo, entre os anos de 1880 e 1920, as pesquisas se alongaram. Também de Boris Fausto, há *O crime do Restaurante Chines* e *O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala*, publicados pela Companhia das Letras, respectivamente em 2009 e 2019. Por fim, faço menção à organização das historiadoras Mary del Priore e Angélica Muller, *História dos crimes e da violência no Brasil*, pela Editora Unesp, em 2017. São alguns exemplos dentre tantas produções historiográficas.

Não sendo as únicas obras que versam a respeito dos temas envolvendo a relação entre crime, violência, Estado e a sociedade, são livros que inspiram a minha pesquisa de doutorado. Pesquisando o caso Araceli, ocorrido em Vitória, no ano de 1973, tenho contato com uma série de fontes e discursos envolvendo o crime e sua repercussão, sobretudo na imprensa capixaba, em forma de *fait divers* (Barthes, 1964, p. 188), evoluindo futuramente para os usos públicos e políticos na Câmara de Vereadores e Câmara de Deputados Federais. Nesse sentido, busco – no presente texto – explorar introdutoriamente como o crime que vitimou a menina Araceli, mais de 50 anos atrás, continua reverberando no debate público a partir de movimentos sociais, leis e em locais de memória.

Sexta-feira, 18 de maio de 1973

Araceli Cabrera Sanches, filha do espanhol Gabriel Crespo Sanches e da boliviana Lola Cabrera Sanches, morava no Bairro de Fátima, na Serra, município vizinho à capital Vitória. Todos os dias a menina de oito anos de idade se arrumava, tomava o ônibus próximo a sua casa, seguindo em direção ao bairro Praia do Suá, em Vitória-ES, onde ficava localizado o colégio São Pedro, para passar a tarde estudando. Habitualmente as turmas era liberadas às 16h30, porém preocupada com a filha perder o ônibus de volta e chegar em casa muito tarde, Dona Lola envia um bilhete pela filha,

¹ Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (Lethis-Ufes).

para que a professora a liberasse mais cedo, às 16h10, dando tempo da pequena caminhar até a avenida, esperar no ponto e tomar o ônibus que passava às 16h30. Assim foi feito naquela sexta-feira, dia 18 de maio de 1973.

Dona Lola espera em casa a chegada de sua filha. Passa algum tempo do horário que ela deveria estar em casa. O pai, Gabriel, chega do trabalho e pergunta ao filho Luiz Carlos, de 13 anos, onde estava Araceli. Luiz Carlos diz que ela não pegou o mesmo ônibus que ele e que, portanto, não sabia da irmã mais nova. Os pais se preocupam e lembram que há alguns dias, Araceli havia perdido o ônibus de volta e não querendo ficar sozinha a noite no ponto, decidiu ir andando para casa. Uma distância de aproximadamente 10 quilômetros. Com boa parte do caminho percorrido, dois homens em uma Kombi se aproximaram e perguntaram o que ela estava fazendo ali sozinha e ofereceram carona para sua casa. Araceli já cansada de tanto andar, aceitou. Há que se ressaltar que em 1973, muitas regiões eram pouco habitadas e com bastante mato (QUINTINO; CHAGAS, 2023, p. 10-11).

Ao chegar em casa e relatar o ocorrido, seus pais preocupados, resolveram enviar o, já citado, bilhete pedindo que Araceli fosse liberada mais cedo todos os dias, evitando perder o ônibus das 16h30. Gabriel lembrou também que havia dito para a filha, que em caso de perda do ônibus, não repetisse a caminhada perigosa novamente, mas que ficasse no ponto de ônibus que ele iria lhe buscar assim que chegasse do trabalho. Com essa lembrança, Gabriel se dirigiu até o ponto de ônibus próximo ao colégio São Pedro. Infelizmente Araceli não estava lá à sua espera. Já desesperados, os pais percorreram o caminho de volta, perguntando aos colegas e vizinhos da filha se a tinha visto no ônibus ou no ponto. Mas as amigas disseram que Araceli não estava no ônibus que elas tomaram naquele fim de tarde (QUINTINO; CHAGAS, 2023, p. 12-14). A partir daquela noite, Araceli passou a figurar nos quadros de desaparecidas do estado.

Imagem 1 - Panfleto produzido pela Delegacia em maio de 1973²

DESAPARECIDA



ARRACELI CABREIRA CRESPO, 8 anos, desenvolvida, desapareceu sexta feira, dia 18, às 16:30hs, quando regressava do Colegio São Pedro, Rua General Camara, Praia do Suá, para sua residência no Bairro de Fátima. Seu transporte seria o onibus da Viação Penedo. Seu ponto de embarque seria a esquina da Ferreira Coelho com Cezar Hilal.

Trajava veste azul com bluzinha xadrezinho azul com fundo branco, de manga, com as iniciais **SD, no peito em vermelho e foi vista com uma mulher loura no centro de Vitória.**

Qualquer informação, para os telefones :

7-0118, 7-0992, 2-3300, 7-0994 e 7-0993

Fonte: Jornal A Gazeta, 27 de maio de 1973.

No dia 25 de maio de 1973, uma manchete marcou a sociedade capixaba que lia o jornal A Gazeta: “Pai reconhece cadáver de Araceli”. Embora o contexto seja muito mais complexo e as emoções mais afloradas, não cabendo em um modesto texto, pontuo que a partir da referida matéria, uma semana depois do desaparecimento, os capixabas já tomavam como certo que aquele cadáver encontrado pelo adolescente Ronaldo Monjardim em 24 de maio de 1973, realmente poderia ser de Araceli e que já não se tratava mais de um desaparecimento, mas um sequestro seguido de assassinato e ocultação do corpo. No Bairro Santa Lúcia, em Vitória, terreno de mata, nos fundos do Hospital Infantil e ao lado da casa de Ronaldo Monjardim, adolescente de 15 anos que saía para caçar passarinhos e acabou tendo um encontro macabro naquela manhã, o corpo de Araceli foi encontrado.

² É importante ressaltar que, dadas as preocupações dos pais, somadas às diferenças de idioma, o nome de Araceli foi escrito de forma distinta do que consta em seus documentos. No panfleto está com “rr” e o sobrenome Cabrera escrito com uma letra “i” que não possui, além do sobrenome Crespo estar no lugar do Sanches. Uma vez que o nome completo é Araceli Cabrera Crespo.

Imagem 2 - Matéria de A Gazeta sobre corpo encontrado



Fonte: Jornal A Gazeta, sexta-feira, 25 de maio de 1973.

Investigações e Julgamentos

Durante as investigações, a polícia ouviu testemunhas, denunciante, familiares, funcionários de empresas, moradores de Vitória, moradores da Serra, chegando a três principais suspeitos: Dante de Barros Michelin, seu filho Dante Brito Michelin e um suposto amigo Paulo Constanteen Helal. Duas famílias de considerável influência econômica no estado do Espírito Santo. Para a sociedade, indivíduos acima de qualquer suspeita, mas para a polícia que investigava o caso, poderiam estar envolvidos no crime que chocou a cidade, o estado e o país. As investigações foram repletas de falhas, interferências e incertezas. O inquérito que se iniciou em 1973, foi finalizado em 1977, tendo quatro delegados responsáveis durante esse tempo, algo que em certa medida pode ter atrapalhado a continuidade dos trabalhos.

Concluído o inquérito, o judiciário passa a ganhar protagonismo maior no caso, quando se debruçou por mais de três anos sobre as investigações e o volumoso inquérito entregue pela polícia. Marcado para o ano de 1980, o julgamento era visto como uma justiça que seria feita à Araceli, sete anos após sua morte. Com toda a cobertura da imprensa, feita desde o desaparecimento da menina, até a comprovação de sua morte e o início do julgamento, os réus já eram conhecidos da sociedade, seus rostos já haviam estampados os principais jornais do estado do Espírito Santo e do Brasil, além do fato de terem passado por uma prisão durante o inquérito, o que deu à população mais convicção de que aqueles eram os culpados. No julgamento o juiz Hilton Silly definiu a sentença: Paulo C. Helal e Dante B. Michelin – também conhecido como Dantinho – foram condenados a cumprir pena de 18 anos de reclusão e a pagar multa de 18 mil cruzeiros, já Dante Michelin, fora condenado a cinco anos de reclusão.

Após os acusados recorrerem da decisão, houve a anulação daquela sentença. O que torna o caso ainda mais controverso. Nomeado novo juiz responsável, novos trâmites foram realizados

e somente em 1991, houve o segundo julgamento, fruto de um volumoso conjunto de documentos e peças do processo reunidos por Paulo Copolilo, que diante dos acusados, advogados e demais presentes, inocentou todos os três réus, em uma sentença de mais de 700 páginas, argumentando falta de provas.

Com o caso prescrito poucos anos depois da absolvição, não restou mais à família e à sociedade reivindicar novas investigações ou um outro julgamento. Assim, a disputa judicial deu lugar a uma disputa por memória, gerando movimentações e uma série de manifestações denunciando o desfecho como um caso de impunidade.

Usos públicos e disputas pela memória

Para mim, abordar o caso Araceli e a disputa memorial acerca de seus desfechos, suscita pensar o tempo que circunda a relação dos diferentes personagens e atores sociais envolvidos, e as pessoas perpassadas pelo crime e sua memória. E aqui entro no meu segundo ponto. Em minha visão, há uma evidente coexistência entre o tempo histórico e o tempo jurídico nos debates públicos e movimentos acerca da memória do caso e do julgamento. E teço minhas reflexões a partir do que nos traz Berber Bevernage (2018) acerca dessa dualidade.

Assim, tradicionalmente o discurso jurídico assume a ideia de um tempo reversível em que o crime ainda é totalmente presente e os julgamentos, como este de 1991, poderiam ser revertidos, anulados ou compensados por sentenças ou punições corretas (Bevernage, 2018, p. 29). E esse discurso é o que mais se assemelha na relação da sociedade com o caso Araceli ao longo do tempo.

Em suma, tratar o caso Araceli, sob a visão tradicional do tempo irreversível, o tempo histórico, poderia trazer certas armadilhas, uma vez que seria incompatível com a persistência e a presença do passado e de sua marca de injustiça, 50 anos após o crime, pela dinâmica e pela luta encampada pela sociedade capixaba.

Nesse contexto, a disputa travada pela sociedade a cada 18 de maio e a cada matéria envolvendo abuso e violência infantil, na verdade se iniciou entre 1973 e 1991, ou seja, entre o crime e o julgamento. Desse modo, a disputa travada pelos movimentos sociais é contra esse passado histórico irreversível e silencioso dos “algozes”. Parte-se do pressuposto de que a decisão foi injusta; que o resultado de toda a investigação e sua repercussão, entre o desaparecimento e o segundo julgamento foi a impunidade. E isso por serem indivíduos pertencentes a famílias ricas e influentes no estado do Espírito Santo. Para os absolvidos, um caso que está findo e estático no passado; para os familiares e capixabas que acompanham a história, é um passado-presente, que não passa e que persiste como um fantasma, aparecendo a cada 18 de maio ou a cada nova reportagem em que abordam o desaparecimento de mais uma criança.

O caso criminal envolvendo a menina Araceli, assassinada em maio de 1973 gerou grande comoção nacional e sobretudo na sociedade capixaba. Com o passar dos anos, após a absolvição dos réus, houve resistência por parte da sociedade e de representantes políticos para que o caso não fosse esquecido. Lei federal; iniciativas municipais, como: propostas de criação de monumentos e memoriais em homenagem à vítima e nomeação de espaços públicos: tudo isso indica uma tentativa de se preservar uma memória que é utilizada, tanto como símbolo de uma luta contra a violência sexual e o assassinato de crianças e adolescentes; quanto para reivindicar justiça para a própria Araceli, após

o julgamento injusto de 1991. Travando uma disputa, evitando que o caso ficasse perdido na curva do tempo.

A primeira utilização pública do caso Araceli por um(a) parlamentar, visando o simbolismo do que ocorrera com a menina, foi com o projeto de lei nº 267 de 1999, aprovado e sancionado como *Lei Federal nº 9970*, no ano 2000. Em sua protocolação constava a classificação temática nas áreas “Política Social”, “Proteção Social” e “Crianças e Adolescentes”, no catálogo “Exploração Sexual”. O projeto era de autoria da deputada federal capixaba, à época, Rita Camata (PMDB). Na lei há o seguinte:

Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. É instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. (BRASIL, 2000)

A data mencionada no texto da lei, é referente ao dia do desaparecimento de Araceli, o que indica um uso público de algo do passado mas que continua latente na memória da sociedade, seu fim: utilizar de tal memória coletiva e da sensibilidade que a acompanha em função de uma causa que diz respeito a toda a sociedade brasileira. O 18 de maio passou a ser oficialmente um lugar de rememoração, sendo também uma referência para a organização de agendas e movimentos organizados que empenham forças contra o abuso e a violência que vitima crianças e adolescentes no Brasil. Na esteira desses esforços, a nível nacional existe a campanha *Faça Bonito*³, com ações em todo o país no mês de maio, com panfletagem de material temático de combate à violência e abuso sexual infantil, sendo distribuídos em rodovias e estradas nos estados; reuniões informativas e caminhadas de conscientização.

A campanha ocorre durante todo o ano pelo site, mas ganhou mais repercussão em 2022, na campanha presidencial, quando jornalistas fizeram matérias a respeito do broche que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usava na lapela do seu terno em um dos debates. Lula e sua equipe decidiram utilizar o broche após a polêmica em que o outro candidato, Jair Bolsonaro (PL) se envolveu ao falar, em uma entrevista para um *podcast*, de meninas adolescentes venezuelanas que estavam na frente de casa, na comunidade São Sebastião, em Brasília-DF. O teor da fala do presidente foi criticada pelos termos “meninas bonitinhas de 14, 15 anos” e por dizer que ao passar pela rua e avistá-las, “pintou um clima e eu voltei”⁴, mesmo tentando se explicar após as críticas, as matérias continuaram abordando a problemática da fala do candidato e a questão do combate à exploração e abuso infantil, sobretudo pelo broche utilizado por Lula no debate seguinte à fala de Bolsonaro.

3 Para mais detalhes acerca da campanha e do movimento *Faça bonito*, acesse o site. Disponível em: <<https://www.facabonito.org/>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

4 Para assistir o trecho da entrevista, acessar o canal do UOL, em que reproduzem essa parte específica. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WxeBKaQSBfw>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

Imagem 3 – Logotipo da Campanha Faça Bonito



Fonte: Site Faça Bonito. Disponível em: <<https://www.facabonito.org/18demaiio>>. Acesso em 6 nov. 2024.

A cidade de Vitória em requerimentos e projetos de lei

Desde 2009 que as movimentações na Câmara Municipal de Vitória-ES, pode ser verificada, a partir do *Projeto de Lei nº 116/2009*, contido no *Processo nº. 1255/2009*, de autoria do vereador Fabrício Gandini, que visa nomear um viaduto em construção no bairro Jardim Camburi, com o nome de Araceli. Em 2012, o vereador faz dois requerimentos na Câmara: o *Requerimento nº 2805/2012* e o *Requerimento nº 3000/2012*, requerendo promulgação imediata da lei, referente ao Projeto de Lei 116/2009 a fim de denominar o Viaduto Araceli Cabrera Crespo (VITÓRIA, 2012). O viaduto teve sua construção concluída e recebeu o nome de Araceli e uma pintura em grafite com seu rosto.

Imagem 4 - Mural com a imagem de Araceli e o nome “Jardim Araceli”



Fonte: Site do G1 Espírito Santo. Disponível em: <<https://11nk.dev/MzDv8>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

É visível o empenho na criação de espaços de recordação voltados para o caso. Embora nós historiadores saibamos que tais construções não garantem totalmente a preservação de determinada memória, dadas as dinâmicas do tempo e das disputas, é possível afirmar que tais iniciativas não são em vão ou não geram impacto, pois geram, uma vez que a mídia cobre, textos e reportagens a respeito são feitas, conversas cotidianas são impulsionadas – presencial e virtualmente –, e o significado de determinado monumento se fixa cada vez mais.

Outras iniciativas parlamentares são verificadas, como o *Pedido de Indicação nº 4806/2013*, do vereador Vinícius Simões, em que solicita a construção de um monumento destinado a homenagear Araceli. O objetivo era instalá-lo no bairro Praia do Suá. O monumento não fora construído, mas o empenho do vereador demonstra a continuidade do uso de uma memória como um símbolo, nesse caso na luta contra a violência, os maus tratos e o abuso infantil. O que pode ser verificado no texto presente no documento, onde há um levantamento dos casos semelhantes ocorridos naquele ano de 2013, 40 anos após a morte de Araceli.

Dados divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República mostram que 77% das denúncias registradas por meio do Disque 100 entre janeiro e novembro deste ano são relativas à violência contra crianças e adolescentes, o que corresponde a 120.344 casos relatados. Isso significa que, por mês, ocorreram 10.940 agressões contra crianças e adolescentes, o que dá uma média de 364 denúncias por dia no País [...]. Portanto, a construção do monumento visa promover a conscientização sobre a gravidade dos crimes de violência cometidos contra menores, além de ser memorial à Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma criança que foi brutalmente assassinada. (VITÓRIA, 2013)

O mesmo vereador foi autor do *Projeto de Lei 251/2013*, com uma proposta mais combativa e ousada, para alterar o nome da Avenida Dante Michelini, substituindo-o pelo nome Avenida Araceli Cabrera Sanches (VITÓRIA, 2013). Esbarrando em algumas questões legais a respeito da organização dos nomes de logradouros públicos da cidade de Vitória, o projeto foi arquivado e a avenida com o nome mantido. De todo modo, evidencia-se uma disputa pelo nome de uma avenida, objetivando tirar esse sobrenome passado de gerações – desde o pai, falecido em 1965 e homenageado com o nome da avenida dado em 1967 (VIEIRA, 2022) – até o filho e o neto, envolvidos nas investigações e acusados do polêmico crime contra Araceli. Por mais que o homenageado, Dante Michelini, empresário do ramo do café, não tivesse qualquer ligação com o caso, pois falecera em 1965, oito anos antes do crime, muitos que reivindicam a alteração do nome da avenida, enxergam como negativo o fato de dois dos acusados terem o mesmo nome da avenida, pois nome e sobrenome foram passados do avô, para o pai e do pai para o filho.

Há uma evidente disputa, negociação do corpo social por uma memória coletiva que não é dada, mas construída e elaborada a partir de determinados acontecimentos; são memórias elaboradas e negociadas no campo social de crenças e valores, rituais e instituições, se apresentando para espaços públicos de memória (HUYSSSEN, 2000, p. 68). E por isso, se apresentam como parte da memória de uma cidade, de um estado e de um país, não somente pelos projetos de leis apresentados, pois não são os parlamentares que moldam a consciência e a memória de um povo a respeito de um passado, eles ajudam a construir, mas o que os impulsiona é uma determinada angústia, expressa a partir do sentimento de injustiça daquilo que houve e da forma como foi julgado em 1991. Sendo o 18 de maio, um passado persistente, através de um espectro no presente.

Por que a História Pública?

Acredito que seja fundamental estar presente aos movimentos que buscam manter viva a memória do caso e lutam por uma “justiça pública” a partir de uma disputa de memória do caso. Penso que meu trabalho pode servir e se servir aos/dos grupos que se movimentam e se manifestam a cada 18 de maio e a cada passeata em direção à Avenida Dante Michelini, em Vitória-ES. Para

isso, dar sentido material e público ao meu trabalho, junto à sociedade capixaba e brasileira, se faz fundamental. Meu desejo é transformar minha pesquisa e minha investigação útil para além da academia, unindo conhecimento acadêmico e mobilização social através de produtos e disponibilizá-los. Em suma, dar corpo ao que venho desenvolvendo ao longo do meu doutorado, para, assim, participar mais ativamente das ações e debates públicos.

Neste aspecto, penso que situar o caso Araceli na perspectiva da História Pública, caminha na direção de observar os movimentos do tempo vivido e a dinâmica do passado-presente no seio dessa sociedade. O que exige um pouco mais de cuidado às suas atualizações, acompanhando de perto e fazendo parte deste debate e das mobilizações. A respeito da prática da História Pública, me apoio na abordagem de Santhiago, Borges e Rodrigues, em *O devir público da História no tempo presente* (2020). Outro trabalho importante, desta vez do ponto de vista da aplicação da pesquisa e movimentação no fazer História, é o livro organizado por Jurandir Malerba e Benito Bisso Schmidt, intitulado *Fazendo História Pública*, publicado em 2021. São textos que inspiram a minha pesquisa e a minha forma de enxergar o meu ofício como historiador.

Considerações finais

O caso criminal envolvendo a menina Araceli, assassinada em maio de 1973 gerou grande comoção nacional e sobretudo na sociedade capixaba. Com o passar dos anos, após a absolvição dos réus, houve resistência por parte da sociedade e de representantes políticos para que o caso não fosse esquecido. Lei federal; iniciativas municipais, como: propostas de criação de monumentos e memoriais em homenagem à vítima e nomeação de espaços públicos: tudo isso indica uma tentativa de se preservar uma memória que é utilizada, tanto como símbolo de uma luta contra a violência sexual e o assassinato de crianças e adolescentes; quanto para reivindicar justiça para a própria Araceli, após o julgamento injusto de 1991. Travando uma disputa, evitando que o caso ficasse perdido na curva do tempo.

O que me propus, foi expor não somente um caso criminal e sua resolução nas esferas policiais e jurídicas, mas sua repercussão nos movimentos políticos e na opinião pública, percebendo como tais aspectos podem influenciar na formação e na disputa da memória capixaba.

Fontes

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 maio. 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9970-17-maio-2000-377148-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

A Gazeta, Vitória, ano XLV, n. 12898, 25 maio 1973.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. *Pedido de indicação nº 4806/2013*. Indica construção de um Monumento em homenagem à Araceli Cabrera Sánchez Crespo, no Bairro Praia do Suá. Disponível em: <<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=108328&arquivo=Arquivo/Documents/IND/IND48062013-assinado.pdf#P108328>>.

Acesso em: 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. *Projeto de Lei 251/2013*. Fica alterado o nome da Avenida Dante Michelini para Avenida Araceli Cabrera Sánchez. Disponível em: <<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=103279&arquivo=Arquivo/Documents/PL/PL2512013.pdf#P103279>>. Acesso em 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. *Requerimento nº 2805/2012*. Denomina logradouro público - Viaduto Araceli, no Bairro J. Camburi. Disponível em: <<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=93586&arquivo=#P93586>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. *Requerimento nº 3000/2012*. Denomina logradouro público - Viaduto Araceli Cabrera Crespo, situado na Avenida Dante Micheline, Jardim Camburi. Disponível em: <<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=93781&arquivo=#P93781>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Essais Critiques*. Paris: Seuil, 1964.

BEVERNAGE, Berber. *História, Memória e Violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução de André Ramos e Guilherme Bianchi. 1. ed. Serra: Editora Milfontes, 2018.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1920)*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala - São Paulo, 1908-1928*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FAUSTO, Boris. *O crime do Restaurante Chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. 1.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PRIORE, Mary del; MULLER, Angélica (Orgs.). *História dos crimes e da violência no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

QUINTINO, Felipe; CHAGAS, Katilaine. *O caso Araceli: mistérios, abusos e impunidade*. 1. ed. São

Paulo: Alameda, 2023.

SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade; RODRIGUES, Rogério Rosa. O devir público da História no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM*, Manaus, v. 12, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/6939>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SCHMIDT, Benito; MALERBA, Jurandir. *Fazendo História Pública*. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

VIEIRA, José Eugênio. Conheça a trajetória do empresário Dante Michelini. Texto disponibilizado em 15 jul. 2022. In: *ES BRASIL*. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/endereco-da-historia-dante-michelini/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

O ANTITRATADISMO E A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL IMPERIAL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES PARLAMENTARES E JORNALÍSTICAS ENTRE 1827 E 1844

Júlia Pribbernow Müller

Bacharel em Direito (PUCRS) e Graduanda em História (UFGRS)

E-mail: juliapmuller@gmail.com

O que trago neste texto são apontamentos iniciais com relação ao meu Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Temístocles Cezar (UFGRS). O projeto foi desenvolvido na disciplina “Metodologias da Pesquisa Histórica”, ministrada pelo Prof. Dr. Pedro Telles da Silveira (USP) em 2023/2 na UFGRS, a quem agradeço ao estímulo para participar do presente simpósio⁵.

O enfoque da presente pesquisa, a corrente antitratadista, é um fenômeno que pode ser observado entre as décadas de 1820 e 1840 no Brasil independente, consistindo em uma rejeição, por parte de uma série de parlamentares e juristas brasileiros, ao chamado “sistema de tratados”, um modelo de política externa baseado na assinatura de uma série de tratados internacionais com potências estrangeiras, negociados em condições de suposta reciprocidade, mas que acarretaram grandes desvantagens políticas e econômicas para o Brasil Imperial (CERVO, 1981, p. 20-24) Grande marco desse paradigma é o Tratado de Comércio de 1827 com a Inglaterra, que não apenas incorporou muitas das vantagens estipuladas pelos Tratados Desiguais de 1810⁶, como expandiu os privilégios britânicos. Fala-se em tarifas privilegiadas para mercadorias e embarcações britânicas e foro especial

5 Sob a coordenação do Prof. Dr. Marcelo Durão (IFES) e da Prof^a. Dra. Mariana Silveira (UFMG), o “Simpósio Temático 09 – História da Historiografia Geral” tem como proposta “reunir trabalhos que reflitam sobre os desafios enfrentados pela historiografia, especialmente diante da necessidade de pluralizar e democratizar as formas contemporâneas de representação do passado. Considerando as décadas de discussões sobre os limites do conceito “singular coletivo” de história (Reinhart Koselleck), o ST estará aberto a propostas de comunicação que explorem as possibilidades de pensar a historiografia para além da tendência à homogeneização, característica do regime de historicidade moderno (François Hartog). Nesse sentido, o ST acolherá trabalhos que abordem, direta ou indiretamente, os impactos da “crise do futuro” e dos diversos “giros” (ético-político, global, pós-colonial, etc.) ocorridos no pensamento histórico no último quarto de século. Serão particularmente bem-vindas propostas que se voltem aos “sons do silêncio” (Maria da Glória de Oliveira) historicamente produzidos a respeito de questões como gênero, sexualidade, raça, origem geográfica, etc. Procuraremos, assim, promover debates sobre os limites da história como campo do conhecimento, interrogando-nos sobre o potencial de exercícios de “indisciplina” e de diálogos com outras formas de elaboração das experiências *do* e *no* tempo. Por fim, acolheremos reflexões que problematizem a própria área de estudos, a partir da indagação: que lugar os trabalhos de história da historiografia podem ocupar hoje, quando seu papel como organizadores de certa “memória disciplinar” (Manoel L. Salgado Guimarães) não está mais garantido?

6 Os tratados de 1810 referem-se aos três tratados firmados em 19 de fevereiro de 1810, de seguinte conteúdo: a) fixavam a taxa de 15% sobre as mercadorias inglesas, mantinham os 16% sobre as mercadorias portuguesas e estabeleciam a taxa de 24% sobre as mercadorias de outras origens; b) conferiam foro especial aos súditos ingleses no Brasil e asseguravam o direito de residência e de livre culto protestante no país, sem reciprocidade para os súditos brasileiros na Inglaterra; c) garantiam o acesso dos produtos portugueses de exportação ao mercado britânico, no que gozariam de tarifas alfandegárias iguais às pagas pela nação mais favorecida se sua importação não fosse proibida (dessa vantagem, no entanto, eram excluídos os produtos de origem brasileira, como o café e o açúcar); d) determinavam a duração ilimitada do estipulado. (CARVALHO FILHO, Rubens Câmara de. *A renegociação do tratado inglês de 1827 e a resiliência brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.)

para súditos ingleses no Brasil, sem reciprocidade (CARVALHO FILHO, 1990, p. 10-11). A isso somam-se as imposições da Convenção para o Tráfico de Escravos do ano anterior.

Cabe frisar que a Grã-Bretanha, detentora do status de nação mais favorecida pelo Brasil, assume papel de destaque. No entanto, tratados de amizade, navegação e comércio foram firmados com uma série de países: Áustria, Prússia e Cidades Hanseáticas em 1827; Dinamarca, Estados Unidos e Países Baixos em 1828; Sardenha em 1829; Bélgica em 1834; Áustria, novamente, em 1836; e Portugal em 1836 (CERVO, 1981, p. 26-28.)

Isso posto, a partir de 1827¹ percebemos a ebulição de questionamentos em relação a esses tratados, tanto no Parlamento brasileiro quanto na opinião pública. A Câmara dos Deputados foi a principal protagonista do movimento, com expoentes como Raimundo José da Cunha Matos, Bernardo Pereira Vasconcelos, Francisco de Paula Souza e Mello e Lino Coutinho. No Senado, as opiniões mostraram-se mais divididas (CERVO, 1981, p. 20-29). A fala do deputado Cunha Matos na sessão de 2 de junho de 1827 da Câmara dos Deputados é paradigmática:

Confesso, Sr. presidente, que muitas vezes me lembro da opinião do sábio brasileiro o Sr. José Bonifácio de Andrada, quando dizia que a política do Brasil relativamente a negócios diplomáticos, devia ser semelhante a política chinesa; amizade com todas as potências da Europa sem ligação de tratados de qualquer natureza, que eles fossem: é com as nações americanas, que nós devemos ter íntimas relações diplomáticas, tanto por serem nossas vizinhas como para fazer barreira contra as desordenadas pretenções da velha Europa. Na América figuramos como potencia da 1ª ordem, ao mesmo passo, que no antigo mundo nos classificarão a par do rei de Sardenha. Todas as convenções e tratados, que celebramos com os potentados da Europa serão tratados de lobos, ou leões com cordeiros! Onde há suma desigualdade não existe, nem pode existir perfeita reciprocidade: o maior há de suplantar o menor; e o mais fraco há de pagar as custas do tratado.

Os debates culminaram na Lei de 14 de junho de 1831, que estipulava a submissão de todo tratado internacional à aprovação da Assembléia Geral antes de sua ratificação, e, finalmente, na

1 Se manifestações explicitamente antitratados podem ser encontradas na Câmara de Deputados desde 1827, cabe observar que, com a abertura da primeira legislatura em 1826, já é posta em discussão a taxa alfandegária diferenciada de 15% conferida aos gêneros ingleses pelos tratados de 1810. Menções à desigualdade de condições entre a Inglaterra e as demais nações podem ser encontradas nas sessões de 19 de maio e 24 de maio e 1º de junho de 1826. Na sessão de 24 de maio, é apresentado projeto de lei, da autoria do deputado Cunha Barboza, que dispunha do seguinte: “Art. 1.º Todos os gêneros introduzidos no Brasil, sejam de indústria, produção, ou manufatura da nação introdutora, ou só por esta navegados e importados, pagarão de ora em diante 24%; Art. 2.º Ficam exceptuados os gêneros introduzidos por súditos de nações entre as quais e o Império do Brasil existam, à data desta, ou existirem no futuro, tratados especiais do comércio, mutuamente ratificados, sendo todavia os gêneros introduzidos da indústria, produção, ou manufatura das nações assim favorecidas; Art. 3.º A nação portuguesa nunca servirá de termo de comparação para o regulamento de favor em futuros tratados com qualquer outra nação.” (Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Annaes da Camara dos Deputados: sessão de 24 de maio de 1826. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 14 de set. de 2024). O projeto seria analisado na sessão de 1º de junho de 1826. Também é possível encontrar menções ao tratado de 1825 entre Brasil e Portugal nas sessões de 19 de junho, 3 de julho, 8 de julho, 10 de julho, 19 de julho e 28 de agosto de 1826, com referências à indenização paga à antiga metrópole por ocasião da independência. Em 8 de julho, o deputado Dias questiona: “Pois foram os portugueses os únicos que perderam, Sr. presidente? Os brasileiros não perderam as suas propriedades? E como se lhes não há de pagar?” (Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Annaes da Camara dos Deputados: sessão de 8 de julho de 1826. Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 14 de set. de 2024). Tais ocorrências não parecem, no entanto, dispor de conteúdo crítico à instituição de tratados internacionais, fato que só seria observado posteriormente, em 1827. Considerando que a corrente antitratados tem início na Câmara dos Deputados, só tomando o Senado tardiamente, optou-se por fixar o recorte da pesquisa em 1827. Quanto a publicações jornalísticas, o acervo levantado pela bibliografia especializada compõe documentos da década de 1840. A pesquisa prévia das fontes e bibliografia não revelou outras instâncias que poderiam ser enquadradas na corrente antitratados, mas fica ressalvado que análises posteriores podem trazer novas revelações.

expressa recusa brasileira à renovação do Tratado de Comércio e Navegação de 1827, que, apesar dos esforços ingleses de negociação representados pela Missão Diplomática Henry Ellis de 1842, expirou em 1844 (CERVO, 2002, p. 81). A respeito dessas negociações, escreveu o editorial do *Jornal do Comércio* em 1842:

A negociação de tratados comerciais é sempre muito melindrosa; mas sobretudo, quando uma nação pequena como a brasileira tem de lutar com um governo tão poderoso como o da Inglaterra, e além disto tão astuto, tão pouco escrupuloso, tão acostumado a deferências, e que com toda certeza há de querer indenizar-se à custa do Brasil das sete mil milhas quadradas de terreno que acaba de perder com o Tratado dos Estados Unidos, dos 300 mil dólares que pagou, e a vergonha que passou consentindo que os americanos pudessem navegar pelo Rio S João, atravessando o território britânico de fio a pavio, sem cerimônia, como nós em nossa casa. Todo o patriotismo, portanto, é pouco, toda vigilância, toda cautela, toda a reflexão do governo brasileiro pode empregar, nada é demais numa ocasião como esta, em que o país há de ficar de braços livres, para poder aproveitar os seus imensos recursos ou de ver assassinado o seu futuro por inteiro, caindo de uma vez nas garras do leopardo britânico.

A Lei de 1831 representou uma enorme conquista para o parlamento brasileiro, concedendo-lhe uma posição de protagonismo no fazer da política externa, área tradicionalmente dominada pelo poder Executivo. Se a Constituição do Império de 1824, em seu art. 102, conferia ao Poder Executivo, na figura do Imperador e seus Ministros de Estados, a competência privativa de concluir tratados, sendo necessária a aprovação da Assembleia Geral apenas nos casos que envolvessem “cessão, ou troca de Território do Império, ou de Possessões, a que o Império tenha direito”, em tempos de paz, passa a ser exigida a aprovação congressional em todas as hipóteses. A partir desse momento, um parlamento imbuído de um sentimento antitratados pôde fazer valer suas vontades.

Na década de 1840, efetivamente, o “antitratadismo” tomou forças, direcionando a política externa brasileira à não renovação dos tratados firmados nas décadas de 1820 e 1830, objetivando-se a aquisição de condições mais favoráveis à política e à economia nacionais. Segundo Rubens Ricupero:

A situação agravou-se acentuadamente entre 1840 e 1842, época em que os políticos brasileiros aproveitaram a expiração do prazo de vigência dos tratados concluídos logo após a independência, para sacudir de uma vez por todas as obrigações desiguais que haviam sido impostas ao país no auge da relação assimétrica e da preponderância política britânica. (RICUPERO, 2017, p. 160)

A partir desse momento, é perceptível uma transição para uma política externa mais protecionista e a priorização das relações interamericanas (CERVO, 2002, p. 73-88). Os conflitos com a Inglaterra ainda perdurariam ao longo de todo o século XIX, a exemplo do Aberdeen Act (1845), Lei Eusébio de Queirós (1850) e Questão Christie (1861) (BETHELL, 2018, p. 57-92), mas já estavam postos os pressupostos de uma política externa brasileira de maior autonomia.

A bibliografia especializada trabalhou especialmente com enfoque nas relações Brasil-Inglaterra, como é o caso de autores como Leslie Bethell (BETHELL, 2018, p. 57-92), Amado Luiz Cervo e Rubens Câmara de Carvalho Filho. Esses dois últimos foram ponto de partida para esta pesquisa. Cervo, em seus títulos *História da Política Externa Brasileira* e *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1822-1889)*, dedica algumas sessões à análise da corrente antitratados, enquanto seu orientando, Carvalho Filho, expandiu seus estudos ao analisar em minúcias a resistência brasileira quando da renovação do Tratado de Comércio de 1827 (CARVALHO FILHO,

1990). No campo das Relações Internacionais, a bibliografia tratou do sistema de tratados como articulação da hegemonia² britânica no século XIX. No campo do Direito, autores como Hildebrando Accioly (ACCIOLY, 1948), José Francisco Rezek (REZEK, 2011) e Valerio de Oliveira Mazzuoli (MAZZUOLI, 2014, p. 342-348) avaliaram as competências de ratificação e denúncia de tratados internacionais à luz das constituições brasileiras, apontando para a importância da Lei de 1831, que, com a exigência de aprovação da Assembleia, conferiu novo poder ao Legislativo em uma política externa tradicionalmente monopolizada pelo Executivo.

No entanto, a partir do levantamento bibliográfico, pode-se constatar uma falta de estudos dedicados ao exame da corrente antitratados enquanto movimento político, ao centro da análise. Esta pesquisa se propõe a contribuir para essa brecha na historiografia, a partir de uma nova abordagem teórica-metodológica. Com base nos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Cambridge, especificamente Quentin Skinner e John Pocock, propõe-se a análise do antitratadismo enquanto *linguagem política*.

Considerando que muitas interpretações equivocadas são produzidas através da violação, distorção ou ignorância das condições em que a comunicação linguística se efetua, Skinner constata que o entendimento (*understanding*) de uma sentença (*statement*) não corresponde apenas à compreensão de seu significado (*meaning*), mas da intencionalidade do interlocutor (FERES JÚNIOR, 2005, p. 655-680):

Parece-me que o conhecimento das intenções do autor ao escrever, no sentido que tentei isolar, não é meramente relevante, mas na verdade equivalente ao conhecimento do significado daquilo que ele escreve. Dessa maneira, a equivalência entre as intenções ao escrever e o significado daquilo que foi escrito é estabelecida. Pois, como já indiquei, saber o que um autor quis dizer (*meant*) com um dado trabalho é saber quais eram suas intenções ao escrevê-lo. (SKINNER, 2017, p. 358–399)

Ainda, Skinner reconhece que o sentido semântico se altera ao longo do tempo, de forma que uma sentença deve ser situada em seu contexto histórico. Esse movimento evita anacronismos, sendo especialmente relevante na análise de instituições de longa duração como é o caso do parlamento brasileiro e de periódicos como o *Jornal do Commercio*.

John Pocock, por sua vez, destaca que, apesar de direcionada ao seu próprio tempo, uma ideia não surge como um fenômeno isolado, estando inserida em um mundo já abstratamente existente de saberes, opiniões e crenças (ARAÚJO, 2017, p. 275-294):

A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto um expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto um inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada. (POCOCK, 2013)

Apesar da caracterização da linguagem política como retórica e não científica, Pocock propõe

2 Wallerstein define hegemonia como um “breve período de tempo em que uma potência expressa sua superioridade produtiva, comercial e financeira sobre as demais”. Para ele, houve três momentos distintos nos quais um *hegemon* deteve poder sobre o sistema internacional. São eles i) 1625-1672, Holanda; (ii) 1815-1873, Inglaterra; e (iii) 1945-1968, Estados Unidos da América. Todos esses períodos compartilharam a mesma base Liberal, tanto política quanto econômica. (Veja-se MARTINS, apud MORLIM, Diego M. “A hegemonia britânica no Brasil do século XIX”. *InterAção*, v. 8, n. 8, jan/jun, 2015, p. 39-51).

que ela moldaria as formas que seus usuários lidam com a política, definindo não apenas as respostas para os problemas encontrados, mas os próprios problemas a serem resolvidos. Assim, Pocock intenta frisar a conexão entre as instituições políticas e o pensamento político. No caso da política externa, a compreensão das instituições de Estado (nomeadamente os poderes Legislativo e Executivo) nela envolvidas é essencial.

Dessa forma, compreender a evolução do pensamento antitratados nas instituições estatais e na opinião pública (composta por agentes fora das instituições) requer o auxílio de uma teoria que permita a análise das instituições como entidades mutáveis e compostas por uma coletividade de agentes que detêm suas próprias linguagens políticas.

Para o exame da corrente antitratados as fontes mais relevantes são documentos de Estado (sobretudo os anais da Câmara e do Senado) e documentos jornalísticos. Grande parte do levantamento já foi realizado pela bibliografia especializada, com destaque para Cervo (CERVO, 1981) e Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, 1990).

Isso posto, algumas conclusões preliminares ou parciais podem ser apresentadas. Se pensarmos o antitratadismo enquanto linguagem política, percebe-se sua relevância para a grande mudança paradigmática dos anos 1840 em sede de política externa. Ainda, alguns conceitos foram levantados, destacando-se as ideias de “reciprocidade”, “interesses da nação”, “velha Europa” e “América”, que nos permitem pensar o complexo contexto intelectual do Brasil independente, no qual a identidade brasileira se coloca entre Europa e América. A rejeição aos tratados pelos enunciadores do discurso antitratadista pode revelar uma percepção de sua utilização enquanto instrumento de poder, estabelecendo uma dicotomia entre Brasil e Europa, impositor e subordinado, nação grande e velha e nação pequena e nova. Em troca do reconhecimento da independência, dizem eles, “vendeu-se a nação”. Ao mesmo tempo, cresce uma identidade americana, sem que ela possa por completo estabelecer-se em solo nacional. Uma monarquia *sui generis* em meio às repúblicas americanas (o próprio deputado Cunha Matos, talvez o maior defensor do antitratadismo, era também bragantista), o Brasil navega entre tradições intelectuais e projetos políticos em embate no início do século XIX.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, Hildebrando. A ratificação e a promulgação dos tratados em face da Constituição Federal brasileira. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, n. 7, jan-jun, 1948, pp. 5-11.

ALVES, Francisco das Neves. “A questão da dependência nas Relações Internacionais: a gênese da preeminência britânica no Brasil”. *Biblos*, Rio Grande, v. 17, 2005, p. 71-85.

ARAÚJO, Pedro Henrique Barbosa Montandon de. “Pocock e a historiografia como linguagem política”, in *Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 25, n. 1 [33], jan./jun. 2017, p. 275-294.

AZEVEDO, Victor Romero de. “A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do Tráfico Negro no Brasil (1831-1837)”. *Revista Cantareira*, ed. 29, jul-dez, 2018, p. 206-217.

BARBOSA, Salomão Almeida. “O poder de celebrar tratados no direito positivo brasileiro”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília a. 41 n. 162 abr./jun., 2004, p. 353-362.

BETHELL, Leslie. “Britain and Brazil (1808–1914)”. *Brazil: Essays on History and Politics*, University of London Press, 2018, p. 57–92.

BOLETIM da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, nº 7, 1948, pp. 5-11: Accioly.

CARVALHO FILHO, Rubens Câmara de. *A renegociação do tratado inglês de 1827 e a resiliência brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DORATIOTO, Francisco. “Da legitimação ao questionamento: a historiografia sobre as relações exteriores brasileiras (1822-1840)”. In: FONSECA JUNIOR Gelson (org.). *Política externa brasileira: história e historiografia*. Brasília: FUNAG, 2023.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. *A industrialização brasileira sob a hegemonia britânica no longo século XIX*. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socio-Econômico, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FERES JÚNIOR, João. “De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, 2005, pp. 655 a 680.

FOGOLARI, José Antonio. *A Política Externa Brasileira no rompimento colonial: a busca por autonomia na ruptura dos tratados preferenciais de comércio com a Inglaterra, pós-independência*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2019.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORDON, Peter Eli (2012). *What is Intellectual History?* A frankly partisan introduction to a frequently misunderstood field [Não publicado]. Disponível em: <https://ces.fas.harvard.edu/uploads/files/Reports-Articles/What-is-Intellectual-History-Essay-by-Peter-Gordon.pdf>. Acesso em 12 jul. 2024.

HORBACH, Carlos Bastide. “O parlamentarismo no Império do Brasil (I): origens e funcionamento”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, out./ dez., 2006, p. 7-22.

JANCSÓ, István; PIMENTA, Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C.G. (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 127-175.

LESSA, Antonio Carlos. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005.

MAGALHÃES, M. A. “Relações Brasil-Inglaterra no 1º Império: reconhecimento da Independência, Abolição do Tráfico e Tratado do Comércio”. *Revista de História*, v. 45, n. 92, 1972, p. 465-473. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131870>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. “Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 42, n. 1, jun. 1999, p. 30-61.

MARQUES DE MELLO, R. O que é teoria da história? Três significados possíveis. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 25, n. 46, p. 365-400, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19457>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 8a ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2014.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 12a edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MORLIM, Diego M. “A hegemonia britânica no Brasil do século XIX”, in *InterAção*, v. 8, n. 8, jan/jun, 2015, p. 39-51.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumetum, 2009.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2013.

REZEK, José Francisco. *O direito internacional público: curso elementar*. 13a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. *History and Theory*, vol. 8, nº 1, 1969, p. 3-53.

SKINNER, Quentin. “Motives, Intentions and the Interpretation of Texts”. *New Literary History*, vol. 3, 1972, p. 393-408.

VICENTE, A. P. “Política exterior de D. João VI no Brasil”. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 19, 1993, p. 193-214. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9634>. Acesso em: 11 set. 2023.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

O ATO DE CRER COMO OPERAÇÃO MIMÉTICA: UM ENCONTRO ENTRE MICHEL DE CERTEAU E LUIZ COSTA LIMA

Clarissa Paranhos

PUC-Rio

E-mail: issapar1592@gmail.com

A presente comunicação apresenta em grandes linhas a discussão do terceiro capítulo de minha tese de doutoramento, centrada na obra do intelectual francês Michel de Certeau. A problemática central da tese consiste em desenvolver uma observação do autor que aparece nas últimas páginas do célebre ensaio *A operação historiográfica*. A observação é a seguinte:

A escrita só fala do passado para enterrá-lo. Ela é uma tumba num duplo sentido, pois, pelo mesmo texto, ela homenageia [honore] e elimina. Aqui, a linguagem tem a função de introduzir no *dizer* o que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a enquadra [case] na narrativa, que a substitui pedagogicamente por algo em que o leitor deve crer e que deve fazer [doit croire et faire]³. (CERTEAU, 1975, p. 140)

Interessa-me abordar o dever de “crer” e de “fazer” que se apresentaria ao leitor do texto de história a partir da estética do efeito, abordagem desenvolvida pelo teórico da literatura alemão Wolfgang Iser. Iser, pensando no processo de leitura de obras ficcionais, pergunta-se de que forma o dispositivo textual interage com a imaginação do leitor, estimulando e restringindo a interpretação. De minha parte, assumo essa pergunta para pensar a leitura do texto de história, considerando como efeitos do texto no leitor o que Certeau entrevê em *A operação historiográfica*: o estímulo à crença e à ação.

Tendo dedicado o segundo capítulo da tese à elaboração da noção de “fazer” na obra de Certeau, debrucei-me no terceiro capítulo sobre o ato de crer. Minha intenção nesses dois capítulos é desdobrar os sentidos que fazer e crer puderam assumir na obra de Certeau, não apenas pelo interesse que a discussão possa apresentar por si mesma, mas também a fim de preparar o terreno para a análise da estrutura do texto de história e sua interação com o leitor no quarto e último capítulo da tese. Sendo assim, busquei aproximar os termos “fazer” e “crer” da discussão sobre a estética literária, articulando-os a conceitos que lhe são fundamentais. O caso que apresento nesta comunicação é o do ato de crer, relacionado por mim à noção de *mimesis* tal como pensada pelo teórico da literatura Luiz Costa Lima.

A escolha pode parecer pouco pertinente à obra de Michel de Certeau, cujo pensamento sobre a crença funda-se numa experiência pessoal de fé. Com efeito, Certeau tornou-se desde jovem membro da ordem jesuíta, tendo mesmo oficiado como padre e escrito um conjunto de textos teológicos que fizeram o papa Francisco reconhecer em nosso autor o maior teólogo do século XX. Suspeito, contudo, que o portentoso título não se deva apenas aos escritos de Certeau voltados à doutrina católica, a despeito de sua inegável beleza e força. A preocupação quanto à possibilidade da crença no mundo

3 Todos os trechos traduzidos são de responsabilidade da autora.

moderno orienta o conjunto da obra de Certeau: seus trabalhos como historiador da mística moderna, seus textos seminiais sobre a contemporaneidade, sua reflexão acerca da história. Trata-se, em todos os casos, de pensar a crença como laço social – o que, para Certeau, exige considerar sua dimensão verbal do ponto de vista estético e ético.

O trabalho que hoje apresento parte de um conjunto de escritos que acabaram se tornando os últimos do autor, cuja morte precoce em 1986 interrompera sua carreira exatamente no ponto em que se voltava manifestamente ao tema da crença, preparando um seminário sobre a *Antropologia do crer* a ser ministrado na EHESS. Lamento a interrupção de uma elaboração que já pudera mostrar sua fecundidade nos textos em que me baseio: os ensaios “Une pratique sociale de la différence: croire” [Uma prática social da diferença: crer], publicado em 1981 e “Le croyable. Préliminaires à une anthropologie des croyances” [O crível. Preliminares a uma antropologia das crenças], de 1985.

Ao aproximar a teoria da crença de Certeau da teoria da *mimesis* de Luiz Costa Lima, minha intenção é dupla: aprofundar as sugestões de Certeau quanto ao desdobramento do ato de crer em transtorno subjetivo, engajando a imaginação do crente; aprofundar as sugestões de Costa Lima quanto à possibilidade de uma *mimesis* que se dá no cotidiano, considerando sua incidência para além da interação do leitor com obras ficcionais propriamente ditas.

A *mimesis*: uma breve apresentação

Para começar, ofereço uma definição de minha lavra da noção de *mimesis* – alertando para o fato de que, trabalhada e retrabalhada por Luiz Costa Lima desde a publicação de seu *Mimesis e modernidade* em 1980, a noção de *mimesis* não se reduz a uma definição, sendo melhor apreendida quando articulada ao debate filosófico e à crítica literária em si mesma. Dito isso, a definição em que pensei é a seguinte: a *mimesis* é o movimento pelo qual a imaginação, estimulada por uma obra ficcional, a confronta com o que se toma por realidade, pondo a realidade em questão a partir das diferenças que a obra permite vislumbrar.

Para exemplificar sua atuação, evoco rapidamente o poema *Mattina*, do poeta italiano Giuseppe Ungaretti, interpretado por Costa Lima em algumas de suas obras. O poema é este belo dístico:

M'illumino
d'immenso

Em breve apontamento publicado na revista eletrônica *Rascunho*, Antonio Carlos Secchin destacava a dificuldade de tradução desses dois versos simples (apenas) à primeira vista. Apesar de reconhecê-los, deixo essa questão de lado para propor uma interpretação sem refinamento, um esboço que exigiria outras leituras e maior ponderação para se pôr à altura do poema. Desculpo-me por isso de antemão.

Passo então a meu esboço. O verso “M'illumino” sugere a imagem de um eu-lírico – indicado pelo pronome pessoal “me” – banhado por uma luz, literal ou ainda metaforicamente caso se evoque a metafórica da luz como incidência de uma ideia ou verdade. Contudo, o segundo verso – “d'immenso” – transtorna essas evocações habituais ao esvaziar qualquer indicação de referencialidade. Com efeito, a imensidão que agora passa a iluminar o eu lírico põe o leitor no âmbito da transcendência,

difícilmente redutível a uma experiência concreta. O que seria propriamente iluminar-se de imensidão? O título do poema, “Mattina”, permite-nos escapar às derivações teológicas que o dístico poderia suscitar, indicando a experiência corriqueira do alvorecer. No entanto, imaginar o eu-lírico diante do sol nascente não encerra o poema, que agora investe o alvorecer do mistério inaugurado pelos versos. *Mattina* acrescenta à vida uma dimensão insuspeita da existência, propiciando a “aprendizagem do viver” – bela expressão pela qual Costa Lima ressalta o que a operação da *mimesis* nos oferece.

Pela exploração do poema de Ungaretti tornam-se evidentes três elementos fundamentais da *mimesis*: sua operação acrescenta uma diferença ao que já está convencionalizado, pondo o leitor num estado de transtorno subjetivo suscitado pela interação da imaginação com um *mimema*. *Mimema* é a palavra utilizada por Costa Lima para designar as formas verbais em que a *mimesis* se desencadeia, pensando em particular no que nomeou ficção interna, isto é, as obras ficcionais propriamente ditas. No entanto, como o espectro da ficcionalidade não se limita à literatura, outras formas verbais são passíveis de serem pensadas como *mimemas*. Com efeito, o trabalho da imaginação favorecido pelos textos ficcionais – focalizado pela noção de *mimesis* – também é ativado por outros discursos, à condição que neles se faça presente, ainda que em menor grau, o eixo metafórico da linguagem.

A *mimesis* no cotidiano

Proponho-me então a pensar outras concreções verbais, alternativas às obras de ficção, em seu atravessamento pela *mimesis* – e, mais particularmente, a *mimesis* que participa do cotidiano, ou ainda de sua invenção. Trata-se de identificar qual seria o *mimema* desse tipo de *mimesis* que incide no cotidiano promovendo o laço social, isto é (num atalho rápido que tomo agora), instaurando um espaço comum pelo ato de crer.

Encontro na obra de Michel de Certeau uma indicação de valor, em particular nos dois ensaios referidos há pouco – “Une pratique sociale de la différence: croire” [Uma prática social da diferença: crer], publicado em 1981 e “Le croyable. Préliminaires à une anthropologie des croyances” [O crível. Preliminares a uma antropologia das crenças], de 1985. Neles, Certeau remonta a Aristóteles para pinçar numa obra menor – os *Tópicos* – a noção de endoxa, que o autor traduz por “formulações aceitas”, *reçues*. Campo discursivo fluido, o campo da endoxa é composto pelo que se diz comumente – os lugares comuns, as convenções, tudo aquilo que contribui para referendar a prática intuitiva do bom-senso. Da maneira como Aristóteles o apresenta, o campo da endoxa guarda a matéria-prima que será trabalhada pelos discursos especializados – o científico, o político, o ficcional, etc. Contudo, para pensar-se o ato de crer, Certeau mantém-se na indeterminação discursiva da endoxa, interessando-se pelos ditos que circulam no dia-a-dia e, passando de boca em boca, disseminam a crença.

A forma dos ditados populares pareceu-me um exemplo capaz de dar a ver a articulação desses ditos com a imaginação. Pense-se no seguinte ditado: “Antes só do que mal acompanhado”. Máxima do mundo moderno, ele se adequa a um conjunto não exaustivo de circunstâncias cuja única constância é a desavença entre duas ou mais pessoas. Pode-se dizer o provérbio quando se deseja almoçar sozinho em vez de com colegas pouco quistos no ambiente de trabalho, ou ainda em resposta a uma rixa entre dois grupos numa turma de escola, também quando um filho pleiteia junto aos pais que pare de dividir o quarto com um irmão bagunceiro, ao terminar-se um relacionamento amoroso, etc. O rompimento é o que deve ser pensado em todos os casos, no entanto o significado de “estar só”

e do que seja “acompanhar mal” é a cada vez redefinido em função de cada caso particular.

Como no poema de G. Ungaretti, situamo-nos aqui no eixo metafórico da linguagem – eixo que, oposto ao eixo conceitual e sua tendência à delimitação semântica, localiza as formas verbais marcadas pela indeterminação, capazes portanto de suscitar com maior ou menor intensidade o movimento interpretativo da imaginação.

Para Certeau – e peço que os ouvintes acreditem em mim, pois não encontro em sua obra uma citação que expresse sinteticamente essa ideia –, a crença se dá quando uma “formulação aceita”, tendo provocado o vislumbre da diferença pela abertura semântica que a caracteriza, suscita uma ação. A crença se verifica pelo ato, se concretiza quando “faz-se o que se diz” – expressão recorrente na obra de nosso autor. O ilustro junto a Certeau, que destaca uma anedota de Benedetto Croce:

Quanto ao mau olhado, Benedetto Croce dizia: “É falso, mas creio nisso”. Essa crença, exilada do saber científico (ele sabe que é falso), expulsa também da configuração epistemológica a que pertencera (é a relíquia de uma cosmologia), resta indissociável de coisas que não se deve fazer (aceitar um elogio traz mau olhado) ou de precauções a tomar (usar amuletos, dizer ou fazer o número cinco, etc..). (CERTEAU, 1981, p. 369)

Para que se perceba a abertura semântica que precede e preside à ação concretizadora da crença, é preciso inscrever os enunciados da endoxa – as formulações aceitas – num contexto dialógico. Voltemos aos ditados. Imagine-se, por exemplo, que ao fim de uma rodada de jogo de cartas o perdedor diga ao vencedor: “Sorte no jogo, azar no amor”. Habitualmente, responde-se a isso com gestos ou frases que concordem ironicamente com o ditado ou, concordando, visem a afastar sua predição – batendo três vezes na madeira, por exemplo.

Não se costuma pensar muito sobre esses lances do cotidiano, por isso peço que me concedam um momento de suspensão para considerarmos o sujeito desse enunciado. Ele é duplo: além da pessoa que recupera em sua enciclopédia cultural o ditado reproduzido acima, a própria estrutura do ditado traz consigo um outro sujeito, o sujeito indeterminado que toda formulação aceita carrega. Reescrevo o provérbio de modo a salientá-lo: *Dizem que quem tem sorte no jogo tem azar no amor.*

Trata-se de uma autoridade difusa, sem rosto e sem encarnação, que é convocada pelo locutor no momento de sua fala. É preciso imaginar esse locutor em estado de transtorno subjetivo, pois no instante em que diz ao outro essa formulação aceita, evocando uma autoridade difusa, percebe o paradoxo dessa autoridade: ela refere uma coletividade que só existe no instante em que se encarna em um indivíduo. Quem o ouviu está assegurado da existência dessa autoridade, uma vez que ela se objetiva no locutor. No entanto, o locutor se põe em posição de espera: o ouvinte deve retribuir a dádiva da autoridade por uma ação concretizada por ele, ação que indique a convergência de seus pontos de vista, ou ainda uma crença compartilhada naquela autoridade.

O instante da espera, ainda que infinitesimal, oferece-se à ruminação, instaurando um “um espaço de hipóteses fundadas no postulado de que ‘deve haver aí algo de verdadeiro’” (idem, 1985, p. 700), favorecendo assim as microinvenções que põem em movimento o cotidiano. Afinal, como resultado dessa ruminação o locutor pode discernir uma diferença entre a experiência de partida – as vivências que o fizeram julgar aquele ditado pertinente à circunstância em que se encontra então – e a experiência suscitada. Escreve Certeau: “como um poema ou uma pintura, o enunciado da crença tem a capacidade de abrir um campo imprevisível de interpretações possíveis” (idem, ibidem).

O desenvolvimento que agora encerro é voluntariamente sintético, feito para caber no tempo de 15 minutos previsto para esta fala. Para a publicação, indico na bibliografia que consta ao final deste breve texto os autores e obras que me ajudaram a compreender e continuar a teoria da crença de Certeau.

Para encerrar, gostaria apenas de salientar a distância entre a *mimesis* posta em marcha pela literatura e essa outra, que venho associando ao cotidiano permeado pela crença. Se ambas surgem em meio ao eixo metafórico da linguagem, instigando a imaginação, a posição subjetiva a que convidam é oposta. Enquanto a primeira põe o leitor em posição crítica, afastando-se das evidências da vida comum para acrescentar a ela o inesperado e incongruente, a *mimesis* que suscita a crença reforça o laço social e suas convenções, transformando-as de forma sub-reptícia, como em surdina.

É ela que operaria na leitura do texto de história, fazendo valer sua dimensão metafórica ao provocar como efeito o dever conjunto de crer e de fazer. Demonstrar-lo será a tarefa de outro trabalho.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Que é autoridade?. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2002b (1954). p. 127 - 186.

BLUMENBERG, Hans. Nicolas de Cues: le monde comme autolimitation de Dieu. In: *La légitimité des Temps modernes*. Tradução de Marc Sagnol, Jean-Louis Schlegel e Denis Trierweiler. Paris: éditions Gallimard, 1999 (1988 - 2ª edição), p. 546 - 623

BLUMENBERG, Hans. *Teoria da não conceitualidade*. Tradução de Luiz Costa Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 (2007).

BLUMENBERG, Hans. Aproximação antropológica à atualidade da retórica. Tradução de Luiz Costa Lima. *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 26, jan.-abr. de 2018 (1971), p. 277-303.

CERTEAU, Michel de. Les révolutions du croyable In: *Revue Esprit*, nova série, volume 2, fevereiro de 1969, p. 190 - 202

CERTEAU, Michel de. L'opération historiographique. In: CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975b. p. 77-143.

CERTEAU, Michel de. Une pratique sociale de la différence: croire. In: *Faire croire: modalités de la diffusion et de la réception des messages religieux du XIIe au XVe siècle. Actes de la table ronde de Rome (22-23 juin 1979)*. Rome: École Française de Rome, Publications de l'École Française de Rome, 51, 1981, p. 363 - 383

CERTEAU, Michel de. L'institution du croire. Note de travail. *Revue des Sciences Religieuses*, n. 71, 1983, p. 61 - 80.

CERTEAU, Michel de. Le croyable. Préliminaires à une anthropologie des croyances.. In: PARRET, Herman E RUPRECHT, Hans-George (eds.). *Exigences et perspectives de la sémiotique (Mélanges à A. J. Greimas)*. Amsterdam: John Benjamins, 1985, t. 2. p. 689 - 707.

CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien: 1. arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990 (1980).

CERTEAU, Michel de. *La culture au pluriel*. Paris: Gallimard, 1993 (1974)

CERTEAU, Michel de. Le regard: Nicolas de Cues.. In: *La fable mystique II: XVI^e - XVII^e siècle*. Paris: Gallimard, 2013, p. 51 - 122, edição estabelecida e apresentada por Luce Giard.

CERTEAU, Michel de. L'opéra du dire: glossolalies. In: *La fable mystique II: XVI^e - XVII^e siècle*. Paris: Gallimard, 2013a, p. 337 - 358, edição estabelecida e apresentada por Luce Giard.

CERTEAU, Michel de. Montaigne: 'Dos canibais'. In: CERTEAU, Michel de. *O lugar do outro: História religiosa e mística*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 306 - 323.

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1980.

COSTA LIMA, Luiz. *Limites da voz (Montaigne, schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2005.

COSTA LIMA, Luiz. *A ficção e o poema: Antonio Machado, W.H. Auden, P. Celan, Sebastião Uchoa Leite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA LIMA, Luiz. *Frestas: A teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora Puc-Rio, 2013

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014 (2000)

COSTA LIMA, Luiz. *Os eixos da linguagem: Blumenberg e a questão da metáfora*. São Paulo: Iluminuras, 2015.

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e arredores*. Curitiba: editora CRV, 2017

COSTA LIMA, Luiz. *O chão da mente: a pergunta pela ficção*. São Paulo: editora Unesp, 2021.

COSTA LIMA, Luiz. *Limite*. Rio de Janeiro: Relicário / Editora Puc-Rio, 2019

ISER, Wolfgang, *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, vol. 1 e 2, tradução de Johannes

Kretschmer, São Paulo: editora 34, 1996/1999

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora Puc-Rio, 2015 (1979), 4ª reimpressão, p. 305 - 328

LESSA, Renato. Processo e antropologia da crença. In: NOVAES, Aduino (org.). *Mutações. Entre dois mundos*. São Paulo: Sesc edições. 2017, p. 419 - 456

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1968. p. 43-69.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva In: *Sociologia e antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185 - 314

SECCHIN, Antonio Carlos. Uma tradução de Mattina. *Rascunho. O Jornal de Literatura do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2019. seção Ensaios e Resenhas. Disponível em: https://rascunho.com.br/ensaios-e-resenhas/uma-traducao-de-mattina/#_edn1. Acesso em: 30 de outubro de 2024

SPERBER, Dan. *Le symbolisme en général*. Paris: Hermann, 1974

SPERBER, Dan. Les croyances apparemment irrationnelles. In: SPERBER, Dan. *Le savoir des anthropologues*. Paris: Hermann, 1982, p. 49 – 86.

PENSANDO O EXÍLIO NAS OBRAS AUTOBIOGRÁFICAS DE SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Larissa Christine Oliveira Ferreira

Mestranda em História na UNIRIO

E-mail: larissa.christinef@gmail.com

O século XX nos remete aos eventos que portaram a marca da dor e da violência e diversas partes do globo. Um dos últimos eventos desse tipo ocorridos no século passado, e muitas das vezes ignorado pelo Ocidente, é o genocídio ocorrido em Ruanda do povo tutsi. Há trinta anos, mais especificamente em 07 de abril de 1994, começava uma das mais terríveis matanças de toda história. O genocídio de Ruanda foi um dos massacres mais rápidos, mas nem por isso, menos cruel, já que em apenas cem dias, estima-se que 800.000 a 1.000.000 pessoas foram brutalmente assassinadas, entre elas tutsis e hutus moderados. Mortas por vizinhos, colegas, conhecidos, a violência era frequentemente cara a cara, envolvia tortura, estupro em massa e mutilação, tudo à golpes de facão.

Por meio do imperativo ético de não deixar esse vêneto e as memórias das vidas que foram tiradas em esquecimento, que surge na cena literária e testemunhal francesa, e posteriormente ganhando reconhecimento internacional, Scholastique Mukasonga. Scholastique Mukasonga nasceu na província de Gikongoro em 1956, em Ruanda, país no qual sofreu diversas violências e perseguições desde sua infância por pertencer à etnia tutsi. Scholastique teve a sorte de integrar às cotas destinadas aos tutsis e assim ter acesso aos estudos, o que posteriormente influenciou seu próprio exílio em 1973 no Burundi, onde pode concluir seus estudos e se tornar assistente social. Foi por isso que Mukasonga não estava em Ruanda em 1994 e por esse mesmo motivo que sobreviveu, mas perdeu toda a sua família no genocídio, 37 membros. Dessa forma, como sobrevivente de uma etnia fortemente abatida no genocídio, se coloca como dever ético salvaguardar a memória daqueles mortos e dos acontecimentos “porque quando você esquece, está matando as vítimas uma segunda vez” (MUKASONGA, 2018). Colocando-se como uma “contadora de histórias”, assim como sua mãe, Mukasonga usa da potencialidade literária para dar forma ao seu projeto ético, possuindo assim diversos livros publicados na França, país onde atualmente reside, e cinco livros publicados no Brasil pela Editora Nós: *A mulher de pés descalços* (2017), *Nossa Senhora do Nilo* (2017), *Baratas* (2018) e *Um belo diploma* (2020), *Kibogo subiu ao céu* (2024).

Como apontado por Viviane Azarian, apesar de sobrevivente, Scholastique Mukasonga possui uma posição muito específica no campo simbólico. Azarian toma emprestado a expressão de “testemunho dos ausentes” de Catherine Coquio, para pensar na posição da autora como alguém que experimentou o genocídio através do exílio, que teria uma experiência indireta do genocídio, mas que carregaria um legado de destruição como uma experiência vivida. Ou seja, segundo Azarian, Mukasonga possui uma posição particular e delicada como sendo “nem uma testemunha direta, nem apenas uma testemunha dos vestígios”, mas uma testemunha vítima, que pensa em estratégias de

licitação da fala que leva em conta uma dimensão de tensão entre estar dentro e fora do espaço dos acontecimentos (AZARIAN, 2011, p. 425).

Levando isso em conta, neste texto focaremos nas obras autobiográficas de Scholastique Mukasonga, *Baratas*, *A mulher de pés descalços* e *Um belo diploma*, para pensar a condição do exílio na literatura da autora. Nossa intenção é pensar na especificidade vivida pelos seus personagens em relação ao exílio. Para isso, começaremos abordando o primeiro exílio vivido pela personagem de Scholastique Mukasonga e sua família dentro da própria Ruanda, condição que pode ser nomeado de insílio (MARTINS; CAVALCANTE, 2023). Posteriormente, falaremos pelas buscas de reexistência dos personagens diante desse contexto, em primeiro lugar focaremos na importância de um lar para Stefania, mãe da autora/personagem; e em segundo, na busca incansável de Mukasonga por seu diploma. Essa busca da autora/personagem pelo diploma de assistente social se dá em meio ao exílio como um lugar comum e influente em sua formação identitária, que acaba sendo marcada pelo não pertencimento a nenhum lugar, apenas a um sentimento a valores de uma situação continental comum, a africanidade.

O primeiro exílio: a condição insiliar

Em 1959, aos três anos, a personagem que representa Scholastique Mukasonga viveu a experiência do exílio pela primeira vez. Em 1959, com o início das perseguições aos tutsis, ela e sua família, como muitos outros tutsis, tiveram suas casas queimadas e encontraram refúgio na missão de Mugombwa, o primeiro exílio. É importante ter em conta também que logo no início de *Baratas*, ela diz não ter lembranças da vida no seu local de nascença em Cyanika, na província de Ginkongoro, sua conexão com este local se faz apenas por meio das nostalgias de sua mãe. Dessa forma, é quase como se o exílio se tornasse local comum e talvez por isso, esse primeiro exílio seja descrito no livro com a leveza de seu olhar de criança que tinha o sentimento de viver uma espécie de férias, já que ninguém ia à escola, todas as crianças brincavam juntas e comiam arroz, alimento que não era comido em casa.

Aqui, mais uma vez, a personagem possui um lugar muito específico em relação ao que poderia se dar em relação à despersonalização e não tem a intenção de assumir a narrativa da experiência do exílio para os outros, como o sentimento de solidão, que ela mesma vive posteriormente. A ideia passada no primeiro capítulo de *Baratas* é de uma criança que não entende muito bem o que está vivendo. Usar a perspectiva infantil pode ser visto como uma maneira estética de performar uma ideia, no caso, o desentendimento. É por não ter uma referência e lembrança de um lar até esse primeiro exílio, que talvez a personagem passe a sensação de leveza.

No final do primeiro capítulo de *Baratas*, o refúgio na missão termina e os tutsis são transportados para Nyamata, é a partir daí que a atmosfera do exílio muda para personagem. No primeiro momento, há empolgação, uma vez que viagens de automóveis eram raras para a menina, no entanto, “a viagem foi ficando cada vez mais penosa, não terminava, estávamos amontoados, os solavancos da estrada nos jogavam uns sobre os outros, lutávamos para não sufocar, tínhamos sede, não havia água. [...] Percebi desespero no olhar da minha mãe. Tive medo” (MUKASONGA, 2018, p. 16). A viagem aparece quase como uma amostra do futuro que aquelas pessoas viveriam nessa nova terra, a viagem para outra terra era também a viagem para uma outra vida. Trazer os momentos anteriores à real descoberta do exílio, que se faz em Nyamata, ajuda a encontrar pistas que cheguem

perto de algo que explique o motivo de sua situação. Sobre essa questão, Antonio Muñoz Molina argumenta que “A melhor literatura de exílio é um grande esforço de recapitulação, uma tentativa de compreensão do desastre, e nela a memória histórica pessoal conduz frequentemente aos choques do tempo histórico” (*apud* ZAPATERO, 2008, p. 446, tradução livre).

Sair dos comboios para essa nova terra é para menina e os outros tutsis chegar em outro país, já que aquele lugar não parecia Ruanda para eles. Nyamata, localizada em Bugesera, era uma savana seca praticamente desabitada, de clima muito quente, a água era algo difícil de se encontrar, as chuvas eram raras e os pontos de água ainda mais. O local também era habitado por grandes animais selvagens como elefantes, búfalos e leões, além de ser um local infestado pela mosca tsé-tsé. Privados de condições dignas de vida, de uma versão minimamente parecida com a rotina que possuíam antes desse deslocamento forçado, no primeiro momento, essas pessoas ainda possuíam esperanças de voltar para casa, para a “verdadeira” Ruanda. Mesmo que se concentre na figura de sua mãe no livro *A mulher de pés descalços*, a violência do exílio ronda o tempo todo a vida da mãe e outros personagens:

Durante muito tempo, os desterrados esperaram o dia de voltar para casa, para “Ruanda”, como diziam. Mas, depois das represálias sangrentas dos primeiros meses de 1963, eles perderam as ilusões. Por fim, compreenderam - e os militares de Gako estavam lá, caso precisassem se lembrar: eles nunca cruzariam de volta o rio Nyabarongo, nunca veriam outra vez as colinas de onde foram arrancados. Eles tinham sido condenados ao desterro eterno, nesse país de desgraça e exílio que Bugesera sempre representara na história de Ruanda. Uma terra que, nos contos, ficava no fim do mundo habitado, onde, segundo a tradição, despistavam os guerreiros vilões, as moças desonradas e as esposas adúlteras, para que nunca encontrassem o caminho de volta para Ruanda. Na beira dos grandes pântanos, onde erravam os Espíritos dos mortos e onde, para tantos, a morte ficava à espreita. (MUKASONGA, 2017, p. 30-31)

Izabel Cristina Martins e Mayra Cavalcante, pensando a condição feminina na narrativa de Scholastique Mukasonga em relação aos exílios, apontam para a condição insiliar dos personagens que pode ser pensado como um exílio vivido dentro de seu próprio país. Como as autoras pontuam, o insílio é categorizado por Julio Cortázar “como a mais penosa e traumática forma exiliar, posto que, nessa condição, o exilado é obrigado a conviver com todo tipo de opressão e medo, presenciando, sem outra opção, a destruição do torrão natal, a aniquilação dos parentes e conhecidos, e anulação dos seus sonhos e das suas esperanças (MARTINS; CAVALCANTE, 2023, p. 3). O que a família de Mukasonga e os outros tutsis vivem em Nyamata pode ser caracterizado por meio dessa categoria conceitual de insílio, no qual Miriam Volpe (*apud* MARTINS; CAVALCANTE, 2023) designa como a experiência na qual o sujeito se torna estrangeiro em sua terra e costuma refletir as mesmas características do exílio exterior, como a alienação dos indivíduos. Na narrativa, a própria personagem tem noção dessa condição ao retratar a violência desse tipo de exílio interior:

Talvez as autoridades hutus, postas para governar uma Ruanda outra vez independente, esperassem que os tutsis de Nyamata fossem aos poucos dizimados pela doença do sono e da fome. A região para onde eles foram levados, Bugesera, parecia hostil o bastante para tornar ainda mais incerta a sobrevivência dos “**exilados do interior**”. Apesar de tudo, a maioria sobreviveu. Com coragem e solidariedade, eles conseguiram enfrentar a terra hostil e cultivar um primeiro terreno que, se não lhes poupou a penúria, ao menos impediu que morressem de fome. E, pouco a pouco, as casinhas improvisadas dos desterrados se tornaram vilarejos - Gitwe, Gitagata, Cyohoha -, onde todos se esforçavam para fingir um cotidiano que quase nunca amenizava o sofrimento lancinante do exílio.

Mas os tutsis de Nyamata compreenderam bem rápido que a sobrevivida precária concedida a eles era apenas uma prorrogação. Os militares do campo de Gako, assentados entre os vila-

rejos e a fronteira próxima ao Burundi, estavam ali para lembrar aos tutsis que eles não eram mais seres humanos, e sim *inyenzis*, baratas, e que era permitido e justo persegui-los e, no fim, exterminá-los. (MUKASONGA, 2017, p. 9, grifo meu)

(Re)existência no exílio: o *inzu* de Stefania

Conceição Evaristo ressalta que o primeiro exercício de sobrevivência organizado pelos africanos deportados para o Brasil, foi o de “recompor o tecido cultural africano que se desteceu pelos caminhos, recolher fragmentos, traços, vestígios, acompanhar pegadas na tentativa de reelaborar, de compor uma cultura de exílio refazendo a sua identidade de emigrante nu” (EVARISTO, 2010, p. 1). Com isso em mente, gostaria de demonstrar dois exercícios de (re)existência das personagens a partir do lugar do exílio: o primeiro, a partir do insílio de Stefania; o segundo, a busca da personagem de Mukasonga pelo diploma enquanto exilada no exterior.

O exilado pode ser visto como alguém que além de ser forçado ao deslocamento físico, é forçado a um deslocamento temporal, como sujeito arrancado do seu tempo por ser alienado da vida no presente, uma vez que a vida anterior parece ser mais intensa e tiraniza a vida que se transforma em uma constante de comparações (ZAPATERO, 2008). Ou seja, o exilado possui uma relação temporal perturbada, se sente distante da vida atual que leva, como se vivesse à parte do presente, com a constante sensação de não pertencimento ao novo ambiente. Não conseguir reproduzir a vida anterior é fonte de sofrimento e angústia para as personagens do livro *A mulher de pés descalços*, que são impedidas de reproduzirem seus costumes e o que resta como mecanismo de sobrevivência para as famílias tutsis deportadas para Nyamata, principalmente para Stefania, é a busca de adaptações que são obrigadas a fazer nessa nova terra para conseguirem preservar pelo menos um pouco de sua cultura e sua subjetividade, como é o caso do *inzu*, demonstrado no capítulo “III- A casa de Stefania”.

Os desterrados moravam no que eram chamadas de choupanas, que para Stefania não eram verdadeiras casas pois possuíam paredes de pau a pique que eram muito retas e cheia de ângulos, onde quando se buscava uma curva para se aconchegar, não se encontrava nenhuma. Além dessas questões, Stefania achava estranho a porta que deixava a luz do sol entrar, uma vez que iluminava o interior e permitia que as pessoas do lado de fora fossem capazes de ver a família comendo, algo que para o costume ruandês era obsceno.

Um pouco depois de nos instalarmos em Gitagata, Stefania decidiu que estava na hora de construir, atrás da choupana de Tripolo, a casa que, para ela, era tão necessária quanto a água para os peixes e o oxigênio para os humanos. Não que ela aceitasse agora sua condição de exilada – nunca se resignaria a isso – mas sabia que precisava desse tipo de construção original. Só ali ela poderia reunir a força e a coragem necessárias para enfrentar a desgraça e renovar as energias para salvar os filhos de uma morte preparada por um destino totalmente incompreensível. (MUKASONGA, 2017, p. 21)

Beatriz Nascimento ressalta a forma que a experiência do exílio se relaciona com a experiência de perda de imagem, há no exílio uma constante busca por identidade que passa pela relação do corpo negro com o espaço. A partir disso, Nascimento, defende a ideia de quilombo urbano, como uma forma para além de território de sobrevivência e de resistência cultural, um projeto de liberdade e de tempo/espaço de paz (*apud* MOTTA, 2021). De maneira parecida o *inzu* pode ser visto. Foi por meio dele que Stefania sentiu ter recuperado um pouco de seu lugar como mulher e mãe de acordo com a

tradição ruandesa. Na entrada do *inzu* ela refez seu jardim de plantas medicinais, que de acordo com a tradição, toda mãe precavida deveria cultivar, no seu quintal que as mulheres se encontravam e faziam seus rituais de manutenção de beleza ao mesmo tempo que debatiam assuntos importantes da sociedade.

No capítulo, também acompanhamos a importância do fogo que se encontrava no centro do *inzu*, este fogo que nunca deveria se apagar e no qual Stefania havia se tornado a guardiã. Ser guardiã do fogo pode ser interpretado como uma metáfora para a própria imagem de Stefania enquanto guardiã de formas de resistência cultural e sobrevivência frente à imposição colonial e violência situacional, como é o caso do exemplo dado por Mukasonga no final do capítulo sobre o caso do fogo *inzu* se apagar.

Se, por azar, elas tivessem apagado - e apesar de toda a precaução, um azar pode acontecer-, era preciso buscar fogo nos vizinhos. Nesse caso, ela deveria levar um tufo de mato seco, colocar nele uma brasa e guardar tudo dentro de uma folha de bananeira. Na volta, ia soprando os gravetos tomando cuidado para as faíscas não atingirem a palha que fica ao longo do cafezal. [...]

André zombava da mamãe: “Por que você atravessa o vilarejo para buscar fogo se temos em casa uma caixa de fósforos?”. [...] Minha mãe suspirava, “olha, meu filho, os brancos já nos deram muitos presentes e você está vendo onde nós fomos parar! Então, se for preciso, me deixe buscar o fogo como sempre fizemos na nossa terra. Ao menos, resta alguma coisa”. (MUKASONGA, 2017, p. 27)

O *inzu* é visto como o laço de Stefania com seu passado e sua ancestralidade, e devido a isto, os militares o evitavam, já que viam essa morada como o esconderijo de espíritos ameaçadores e se concentravam apenas em vigiar e invadir a antiga choupana da família. As tradições de sua cultura se tornam para Stefania resistência contra o desenraizamento e o *inzu* ocupa um lugar de destaque. Era no *inzu* que Stefania podia encontrar refúgio do exílio, e encontrar um espaço de elaboração de uma vivência e sobrevivência para além do desterro e das privações deste.

(Re)existência e formação identitária: o diploma e o não pertencimento

Outra maneira de (re)existência e de formação identitária que eu gostaria de abordar é a busca da personagem de Scholastique Mukasonga por seu diploma, abordado principalmente no livro *Um belo diploma*.

Desde quando sua filha era nova, Cosma fez questão que sua Mukasonga fosse à escola, pois ele tinha a esperança de que por meio do estudo algum dos seus filhos transcenderia o status de marginalizado para o de evoluído. O diploma, segundo Cosma, seria uma espécie de talismã que permitiria que algum de seus filhos superassem a desventura e a desesperança e assim, por meio desses que sobrevivessem (não esperavam que seriam tão poucos) a memória da família e daqueles condenados ao extermínio seria conservada. É para continuar seus estudos e sobreviver que Scholastique e André, mais uma vez vivem a experiência desoladora do exílio ao partirem de Nyamata para o Burundi.

É importante frisar que o destaque oferecido pela busca do diploma está intrinsecamente relacionado a uma espécie de invenção de um mito de sobrevivência. Esse mito de sobrevivência aparece como uma narrativa reconfortante que ajuda a dar sentido às experiências vividas, que serve não apenas para consolo, mas como molde para própria identidade. Nas palavras da própria autora

em entrevista (2018):

Meu primeiro sentimento foi o de uma enorme culpa. Por que teria eu sobrevivido? Por que eles e não eu? Como me juntar a eles? Estava à beira da loucura. Então inventei o que talvez se pareça a um mito, uma bela história para sobreviver, na qual gosto de acreditar: se meu pai me escolheu para partir em exílio não foi somente para salvar minha vida, mas para perpetuar a memória de todos os que estavam fadados a um extermínio programado.

A própria literatura da autora, principalmente seu primeiro livro, *Baratas*, é resultado desse mito de sobrevivência: “Eu estava proibida de morrer, eu deveria ser a memória. Foi então que percebi que me restava ou ficar louca, o que seria mais fácil, ou responder ao meu chamado: tornar-me escritora. Não há outra maneira de ser guardiã de memórias tão pesadas senão pela escrita. Foi assim que escrevi *Baratas*” (MUKASONGA, 2024). No entanto, desde quando foi escolhida para sobreviver e isto é, se exilar no Burundi junto do seu irmão, Mukasonga sabia que era necessário correr atrás do seu diploma, que garantiria uma existência para além da sobrevivência.

Foi então que lembrei... Não, não era uma lembrança, era uma voz, a do meu pai, a da minha mãe, uma e outra confundidas, tenho certeza de tê-las escutado, essas duas vozes que eram uma só. Falavam comigo sem me consolar, sem apagar minha dor, mas a transformavam em uma força que brotava no âmago do meu desespero e repelia as potências da Morte: “Você seguiu o caminho que traçamos para você”. A escola, o exílio, o diploma, eu queria acreditar que eles tinham pressentido tudo isso, previsto tudo isso, que eu só precisava me deixar ser guiada: eles me seguravam pela mão. Era sem dúvida uma história muito bonita, a ilusão de um mito que eu me forjara a mim mesma para sobreviver.

Ainda hoje, desdubro a pasta amarelada dos meus diplomas de assistente social, o burundiano, o francês, que em minha memória são um só, esse diploma que eu tanto desejei e tanto odiei, esse diploma que eu acreditava finalmente possuir e que sempre me escapava, que desaparecia para reaparecer tal uma gravidez fantasma.

E não ousou perguntar a mim mesma: não havia nada melhor a fazer do que ficar obcecada correndo atrás de um pedaço de papel? (MUKASONGA, 2020, p. 157 a 159)

Ao chegar no Burundi a personagem foi admitida na escola de assistência social de Gitega, direto para o terceiro ano, sem precisar repetir seus dois primeiros anos já cursados na Escola Social de Karubanda, em Butare. Em *Um belo diploma* acompanhamos todo a trajetória de busca do diploma no Burundi, onde ela diz que pela primeira vez sentiu a “desesperança lancinante do exílio” (MUKASONGA, 2020, p. 9) devido as severidades da escola por remeter à sua escola anterior, onde já relatou ter sofrido diversas violências e perseguições, mesmo as menores em relação aos pudores hipócritas em relação ao corpo das mulheres. No entanto, ela demonstra não sofrer de suas colegas nenhuma hostilidade:

Nossas colegas burundianas não nos mostravam nunca o menor sinal de hostilidade, mas é verdade que éramos apenas três. Elas contentavam em zombar gentilmente do nosso sotaque ruandês, por isso evitávamos falar muito, com medo de usar uma dessas palavras que fazem a diferença entre essas duas línguas tão próximas. No entanto, permanecíamos estrangeiras e nunca éramos convidadas para os banquetes de domingo à noite, quando, no quarto de uma ou de outra, era organizada a degustação de todas as guloseimas que elas tinham trazido de casa. Eu escutava, através da divisória fina, os risos e gritos de alegria que comemoravam o pequeno estalido da tampa da garrafa de Primus sendo estourada. Cheia de indignação, eu imaginava que algumas deviam voltar para suas alcovas aos cambaleios, e pensava então no meu pai, que por uma garrafa de Primus, ia a pé a Kigali, não para celebrar não sei qual festa, mas porque em Nyamata nós recebemos a Primus, essa cerveja belga, como um remédio milagroso, o único que poderia salvar a vida da minha pequena irmã Julienne, sempre à beira da morte. (MUKASONGA, 2020, p. 10-11)

Contudo, apesar dessa falta de hostilidade, de compartilharem uma origem geográfica próxima e até mesmo alguns costumes parecidos, ela não conseguia superar a barreira da sua condição de estrangeira, seja pela exclusão de atividades sociais ou pela insegurança linguística, ambos aumentando sua sensação de alienação com o presente. Essa sensação de não-pertencimento é frequente em todo o livro. Apesar de não sofrer perseguições como no seu país natal, em todos os lugares que a personagem vai, por mais culturalmente próximos que possam ser, ela é sempre uma estranha e estrangeira, o que gera uma sensação de deslocamento emocional e uma busca constante por pertencimento que no fim nunca é alcançada.

De acordo com Javier Zapatero, a experiência do exílio provoca a aquisição consciente de uma nova identidade, devido o fato da saída forçada do país ser compreendida como um fim forçado de vida, motiva a formulação da existência anterior como completa e resulta numa criação de uma nova identidade que pode enxergar a partir de um filtro do passado. No entanto, a questão é que no caso de Mukasonga, não se é possível se encaixar em conceitos analíticos já existentes, uma vez que não há uma idealização da sua vida passada nos livros devido ao fato desta ter sido feita de angústias constantes, então sua nova identidade passa a ter como base uma espécie de afirmação de um pertencimento a um não-lugar. Sua identidade se apropria de uma não especificidade regional, o próprio não pertencimento a um local específico, mas a uma situação comum continental:

Sem dúvida foi no Djibouti que se afirmou em mim o sentimento profundo da minha identidade: eu era e permaneceria, o que quer que me acontecesse, ou onde quer que eu estivesse, africana. Em Ruanda, eu era tutsi, uma estrangeira em meu próprio país, uma barata em liberdade condicional; no Burundi, uma exilada, em qualquer lugar do mundo, uma apátrida segundo a ACNUR. (MUKASONGA, 2020, p. 130-131)

Suas identidades são marcadas por alienação e vulnerabilidade, com a sensação de não pertencimento a nenhum lugar, mesmo no seu país de nascença. Ao contrastar suas experiências em diferentes localidades onde é sempre confrontada com uma série de identidades impostas, cada uma com suas ramificações sociais, políticas e emocionais, a personagem destaca uma resolução pessoal em relação a complexidade da sua identificação identitária estar inserida apenas em um contexto pós-colonial. Ao abraçar sua africanidade, ela transcende as categorizações e abraça uma identidade universal (não no sentido ocidental de corpo não marcado, mas pelo contrário, levando em consideração toda uma multiplicidade) e se reconecta com raízes culturais múltiplas, que possibilita uma base em meio a experiências de deslocamentos e alienações: “onde quer que estivesse e qualquer que fosse a língua na qual precisasse me expressar, permaneceria antes de tudo uma africana” (MUKASONGA, 2020, p. 132).

Javier Zapatero destaca também o importante papel das memórias da vida passada para o exilado, uma vez que com a migração forçada, o exilado vê sua permanência no estrangeiro como eventual e o regresso à pátria de suas memórias passadas (antes da conjunção que levou à sua mudança) passa a ser um objeto constante de desejo e compulsão. Com a saudade e o desejo de voltar, com o término da vida antes vivida e a existência atual como vazia, o sentimento de dilaceração ganha protagonismo na subjetividade do sujeito exilado (2008, p. 438). Entretanto, essa situação apresentada também não pode ser aplicada no caso da personagem de Mukasonga já que perseguições constantes é local comum na sua vida desde suas primeiras lembranças, diferente do caso de sua mãe que a

memória do passado se torna defesa contra o desenraizamento. Mas como uma ferramenta de estar menos à deriva, a personagem incorpora como horizonte de vida e traço fundamental de formação de identidade a própria razão da sua separação forçada da sua família e motivo de sua sobrevivência: a busca por seu diploma.

A obsessão pelo passado da pátria abandonada vivida por muitos exilados pode ser vista pela ótica do esquecimento que assume duas formas no percurso da vida: o medo de não lembrar e o medo de ser esquecido (ZAPATERO, 2008). Temer esquecer as memórias e as experiências passadas e temer serem apagados da memória coletiva da sua comunidade à medida que o tempo passa é alimentado pelo medo de que com isso, os exilados também perdessem parte de si mesmos ou de sua história. De maneira parecida a figura do diploma aparece no livro, já que este representaria sua justificativa de ausência no âmbito familiar, ao mesmo tempo que representa também a própria ligação com a família, já que é para conservar as memórias da família que a autora deveria sobreviver e para isto se torna necessário possuir esse passaporte de sobrevivência.

O dia tão desejado da entrega do diploma enfim chegou. Eu ia mesmo possuí-lo, esse famoso papel, e esse seria o meu, em meu nome, nada menos do que para mim, eu poderia tocá-lo, desdobrá-lo, exibi-lo sob os olhares dos incrédulos que por um instante duvidaram das minhas capacidades. Seria minha salvaguarda, meu salvo-conduto nos perigos desta vida, meu verdadeiro passaporte: a única prova de que, em alguma parte do mundo, eu existia. (MUKASONGA, 2020, p. 46-47)

O diploma aparece quase como uma espécie de compensação para os possíveis e futuros sofrimentos, se torna norte e é defendida pela personagem como projeto vital, permitindo aliviar o sentimento de alienação, culpa, solidão e saudade. É através dele que ela se conecta com seu passado e sua cultura, é com sua busca que ela encontra um senso de pertencimento no exílio. Por meio dele, além de sobreviver ela também imaginava poder voltar para seu povo e para aqueles privados da educação, retribuindo a sorte que por acaso a atingiu ao ser escolhida para integrar as cotas escolares.

Tornar-me assistente social, foi essa minha escolha, talvez a única verdadeira escolha da minha vida: o diploma que eu estava determinada a conquistar custasse o que custasse. [...] Mas eu não perdia as esperanças, eu queria obter esse diploma de assistente social que me permitiria retornar às colinas, permanecer junto aos camponeses, onde sempre foi meu lugar. Era em Nyamata que eu queria exercer minha profissão. Para mim, havia Nyamata e o resto do mundo. E o resto do mundo se limitava ao liceu Notre Dame de Citeaux, que me abria as portas do saber. Esse pouco de saber que era negado à maioria dos relegados de Nyamata, eu deveria levar até eles: era meu dever. (MUKASONGA, 2020, p. 6-7)

Foi durante sua trajetória no exílio que ela conheceu seu marido de nacionalidade francesa e assim conseguiu outro tipo de identidade, o passaporte francês, e é por meio dele que pode pela primeira vez voltar a Ruanda em 1986 para visitar sua família. Nessa viagem a cidade e os caminhos se apresentaram a ela sem nenhum impedimento, no entanto, “Mas uma vez em Nyamata, entendi que, com ou sem passaporte francês, eu continuava sendo a filha de Cosmas, uma *inyenzi*, uma barata, e me fizeram rapidamente entender, como eu conto em *Baratas*, que seria perigoso para mim e sobretudo para minha família passar mais de uma noite (MUKASONGA, 2020, p. 189)

Depois dessa visita falha, é apenas após o genocídio que ela volta à Ruanda, relatada no último capítulo de cada livro aqui estudado. Para Viviane Azarian, as viagens de volta à Ruanda, trata-se de reconstruir, por meio da investigação, a extensão da desfiguração dos lugares de sua lembrança, e

buscar uma (re)apropriação impossível, já que há uma perda dos pontos de referência, que se fazem não só devido uma mudança geográfica e espacial, mas por uma ruptura social e temporal vivenciado pelo próprio lugar (2011, p. 428). A busca por uma conexão com os lugares e pontos de referência é perpassada pelas lembranças de angústia do passado. Sua visita à Ruanda, principalmente a sua última relatada em *Um belo diploma*, não é apenas uma visitação de locais físicos, mas uma tentativa de reconexão com as memórias e identidade associada a esses lugares. Porém, é por essas mesmas memórias que torna essa possível nova Ruanda para ela sempre inalcançável, já que essa nova Ruanda sempre irá remeter a antiga.

Da velha ponte metálica, resta apenas a base de dois pilares. Afasto do meu espírito as imagens das humilhações e violências infringidas pelos soldados do posto de controle, que fiscalizavam a entrada da ponte, às alunas que voltavam para casa de férias. Cruzar Nyabarongo era sair do mundo dos humanos para entrar naquele em que não se é mais do que um *inyenzi*, uma barata. (MUKASONGA, 2020, p. 171)

A perda de pontos de referência se associa a uma ruptura social e temporal experimentada pelo próprio lugar, o que contrasta com a experiência da autora de desenraizamento e alienação. Ela se encontra em um estado de deslocamento não apenas geográfico, mas social e cultural, afetando seu senso de pertencimento e identidade. O que acompanhamos no livro não é de fato a personagem querendo que essas memórias associadas aos seus traumas ocorram, mas é uma surpresa de não estar sendo assim, já que “o indivíduo que regressa tenta sempre encontrar o que deixou quando partiu, sem perceber que o tempo que passou no estrangeiro também passou na sua terra natal, que mudou sem, obviamente, a imagem mental que tinha dela” (ZAPATERO, 2008, p. 444).

Viviane Azarian aponta para a semelhança dos textos de Scholastique, especialmente em relação as suas voltas a Ruanda, com um diário de viagem e como isso responde a literatura produzida por europeus sobre a África e muda os usos dessa literatura já que nas viagens o que vemos não é descoberta ou usurpação, mas uma reapropriação impossível de espaços e de reconstrução: “trata-se de medir a extensão da desfiguração dos lugares, da lacuna que faz do espaço conhecido outro espaço. O retorno parece impossível porque não foi apenas um deslocamento geográfico, mas uma ruptura social e temporal (2011, p. 428, tradução minha).

A sensação de ser uma estranha e estrangeira volta mais uma vez, já que ela não acompanhou as mudanças sociais e políticas que ocorreram na região. Essa nova Ruanda resulta nela num conflito de identidades, sua identidade pessoal pode ter sido abalada pela experiência do exílio e do processo do genocídio; sua identidade ruandesa é abalada por encontrar mudanças não imaginadas no seu local de origem; sua identidade tutsi, marcada por restrições e violências não existe mais; o que resta? O que acompanhamos é alguém que sempre esteve fora espacialmente e temporalmente de Ruanda, por não ter acessos devido sua etnia, depois, vemos esse mesmo alguém dentro de Ruanda, a antiga, a das memórias, mas fora dessa nova Ruanda pós genocídio. É alguém em uma posição mais uma vez muito específica, que se mantém sempre em limites e fronteiras e presa numa espécie de limbo temporal, alguém que ao mesmo tempo que está dentro geograficamente, está fora temporalmente, buscando por descobertas e sendo barradas pelas memórias.

Referências bibliográficas

AZARIAN, Viviane. Scholastique Mukasonga: le “témoignage de l’absent”. *Revue de littérature comparée*, vol. 340, no. 4, 2011, p. 423-433.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, E. de A. (Org.). *Um tigre na floresta de signos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

MARTINS, Izabel Cristina Oliveira; CAVALCANTE, Mayra Tomaz de Oliveira. Entre exílios e insílios: percursos femininos em narrativas de Scholastique Mukasonga. *RevistaFT*, ed. 120, 2023.

MOREIRA, Carlos André. Scholastique Mukasonga: “Quando você esquece, está matando as vítimas uma segunda vez”. *GAUCHAZH* 29 de nov. de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2018/11/scholastique-mukasonga-quando-voce-esquece-esta-matando-as-vitimas-uma-segunda-vez-cjp345dgt00f701mty3n3f5gn.html>

MOTTA, Júlia. Trançar Histórias, Cantar Memórias: narrativas e deslocamentos de uma mulher em situação de refúgio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* [online], v. 23, 2021.

MUKASONGA, Scholastique. *Baratas*. Trad. Elisa Nazarian. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. *A mulher de pés descalços*. Trad. Marília Garcia. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUKASONGA, Scholastique. *Um belo diploma*. Trad. Raquel Camargo. São Paulo: Editora Nós, 2020.

ZAPATERO, Javier Sánchez. Memoria y literatura: escribir desde el exilio. *Lectura y signo: revista de literatura*, n. 3, 1, 2008, p. 437-453.

POR UMA HISTORIOGRAFIA TRANSFLÚIDA E AS POSSIBILIDADES DE OUTRAS ABERTURAS

Débora Faccin

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS).

E-mail: de.faccin@hotmail.com.

Início o título deste breve artigo com um apelo: por. Preposição de causa, meio, finalidade. Não intimo, mas chamo, convido, desejo, por uma historiografia que saiba ser em companhia, que aprenda em circularidade ressignificada, e que contribua às possibilidades de bem viver. Aceno por uma historiografia que sirva à vida sem me constranger pelo temor de um discurso utilitarista, porque a história moderna se erigiu e sempre esteve a serviço do imperialismo que a fundou. Almejo, no entanto, subverter sua lógica: interpelar a História para que a história possa então caminhar em confluência com as mais diversas ontologias e epistemologias, ser parte constituinte de uma resposta massiva pelo viver, pelo habitar e pelo existir dos mundos, ser capaz de construir estratégias imaginativas para além do realismo capitalista, de nosso déficit crônico de tempo e do fechamento de nossos horizontes. E com isso, endossar o conjunto de propostas que visam retomar a possibilidade de sonhar em um mundo insone, lembrarmos-nos coletivos em meio ao hiper individualismo e construir-com.

Argumento em conjunto com aqueles e aquelas que direcionam suas vozes na busca e no reconhecimento da multiplicidade das possibilidades de existir, no chamamento daquilo é composto, porque só seremos capazes de oferecer qualquer resposta às demandas das vidas na medida em que abriremos fissuras nas estruturas imperialistas e neoliberais e aprendermos a ser com outros: coletivos, simpoiéticos, concidadãos, ser arquipélago, companheiros potenciais. Busco, assim como estas e estes, um aprendizado que não virá de nossas bases que tanto insistem na homogeneização dos mundos, mas daqueles e daquelas que praticam a pluralidade do ser, do existir, do experienciar e do habitar desde sempre, e por isso o conhecimento de Antônio Bispo dos Santos nos será aula. Em um passeio pelo movimento dos rios que confluem e transfluem e pela contracolonialidade de suas palavras germinantes que assumem a importância de um projeto ontológico, ousaremos pensar as possibilidades de uma historiografia que saiba andar junto, à près côte.

Negar a história?

“Argumento que a história é um código; e que ela é incapaz de codificar os passados não-ocidentais”, escreveu o historiador Sanjay Seth (2013, p. 175). Dizer que a história é um código e não o código, implica reconhecer que sua decodificação é uma possível entre outras, que esse código foi formulado para corresponder a realidade de determinados mundos e que possa vir a não ser adequada para outros. Dizer que a história é um código, é retirá-la do pedestal das verdades pretensamente factuais e das afirmações auto evidentes e percebê-la enquanto leitura e narrativa de mundo. É dizê-

la, para além de todo positivismo, uma construção. Para além, tomá-la enquanto código, é libertá-la do estatuto autoritário da Razão, e com esse movimento, libertar também aos outros de sua tirania.

O que nos mostra Seth ao pensar a história da Índia, é que Clio e Shiva não poderiam dançar em conjunto na temporalidade histórica porque os movimentos temporais que fundamentam Clio não fazem justiça aos que constroem Shiva, e sua tentativa resultaria em uma performance sempre incompleta em seus esforços de representação. Ao estabelecer uma forma de registrar e se relacionar com o passado como universal, argumenta o autor, o historicismo transforma todas as outras tradições e vivências como matérias-primas pouco confiáveis a serem analisadas, catalogadas e corrigidas em sua tradução de mundo na qual deuses, temporalidades outras e a relação com os mortos devem ser ajustadas, quando não anuladas, por representarem uma maneira inferiorizada de raciocínio. Daí a provocação de Seth de que dizer que todos têm História não é atender as diferenças, mas universalizar um modo único e particular de conceber, se relacionar e registrar o tempo. E por isso que o historicismo, antes de solucionar a questão do reconhecimento e da representação das diferenças, talvez seja, antes, parte do problema. No entanto, como nos fala o autor, essa não é uma crítica autoanuladora, mas um chamamento ético para que reavaliemos e re-concebamos o nosso fazer, para que pluralizemos as tradições de raciocínio e abandonemos a presunção de privilégio epistêmico de que somos a única narrativa possível. É “defender uma reconsideração daquilo que pensamos estar fazendo quando redescrevemos o(s) passado(s) dos povos em termos que lhes são alheios” (SETH, 2013, p. 187).

Um dos desdobramentos mais importantes desse movimento denunciado por Seth é a atribuição desses povos, cosmovisões ou tradições de raciocínio outras ao estatuto de passado. É o seu encerramento, em uma lógica temporal progressista, em um período de atraso, ultrapasso e infantilidade frente a uma modernidade ocidental europeia que se auto consagra a competência de ser o futuro de todos. Resultante disso, como argumenta Ariella Aisha Azoulay, é o confinamento da potencialidade e da vitalidade dessas epistemologias e dessas ontologias de serem projetos de presentes e futuros. Ou seja, negamos, com esse movimento, a possibilidade efetiva de existência e realização de outras formas de experimentar o mundo que ultrapassem aquela estabelecida pelo nosso realismo. Aliás, que se revelam, muitas vezes, formas contundentes de combate e resistência ao realismo capitalista e ao colonialismo justamente por saber ocupar ruínas e fazer delas sementes a partir das quais suas epistemologias constantemente germinam, propondo ecologias de saberes contra a monocultura do conhecimento europeu ocidental e cartografias afetivas contra o individualismo neoliberal. E é por isso que o movimento realizado por Antônio Bispo dos Santos (2023) por uma circularidade ressignificada, ou por Ailton Krenak (2022), por exemplo, desconsertam as nossas bases temporais e epistemológicas: se há um futuro possível, ele é ancestral. É a recusa desse fechamento e o chamamento dessa agência que tem e sempre teve ação no existir presente, é potencialidade em presente contínuo. Daí a crítica de Azoulay à temporalidade linear do progresso histórico, que se revela como o mecanismo por meio do qual a política imperialista opera ao sancionar e determinar os fins definitivos e novos começos.

Vimos insistindo na produção e no anúncio de novos começos, novos futuros e novos mundos, sem arcar com o princípio da violência colonial que reproduzimos. Descartamos mundos, tornamos existências obsoletas em nome do progresso histórico e com isso produzimos cada vez mais ruínas. Buscamos remediar o mundo como em uma dialética destrutiva: declaramos a obsolescência e

anunciamos a novidade que tão logo também já não nos servirá. Através de uma linha de avanço única, destruimos mundos sob justificativa de seu resgate, posicionando o novo como requisito e comando, uma força irrefreável que funciona apenas em sua própria causa e autoridade, mascarando a violência nela implicada (AZOULAY, 2024).

O convite de Azoulay, nesse sentido, é para que paremos de relegar a determinadas pessoas o status de passado ou de fonte primária e comecemos a pensá-los como companheiros potenciais. De acordo com a autora, colocar-se em companhia é fundamental no compromisso de pensar contra o imperialismo e de exercer o direito de não ser agressor. E com isso, perguntar não como o imperialismo poderia ser combatido amanhã, mas como foi combatido ontem e anteontem, porque para além dos conceitos que promovemos como inéditos, há que se recordar dos precedentes: “a resistência aos crimes raciais e coloniais não é uma descoberta acadêmica inovadora”, aliás, “o que parece catastrófico hoje para certos grupos já era catastrófico para muitos outros grupos, aqueles que não esperaram a chegada da teoria crítica para compreender os contornos de sua despossessão e a urgência de resistir a ela e buscar reparação” (AZOULAY, 2024, p. 26). A questão não é dar voz a um passado silenciado, explica a autora, mas livrar o passado de sua “condição de passado” e deixá-lo assumir a vitalidade do que sempre esteve lá e que, portanto, está aqui, é luta em curso, projeto de mundo exequível, possibilidade em aberto, história potencial. E com isso, estabelecer um modo diferente de estar com o outro para além do princípio diferencial que costuma nos separar.

Reconhecer o nosso papel de obturador imperial nesse processo é, de acordo com a autora, um dos movimentos fundamentais para desaprendermos os limites da imaginação política ditados pelo imperialismo. Agir como obturadores, nesse sentido, compreende o ato de transformar as pessoas em objeto de estudo, aquele a ser fotografado, separado, despido, catalogado e guardado no passado idílico dos arquivos. E, com isso, se posicionar enquanto aquele autorizado a fazê-lo, a atribuir papéis e lugares, assumir um posicionamento tutelar enquanto parte de um grupo privilegiado e epistemologicamente superior na política diferencial da civilidade. Quer dizer, encarceramos um mundo possível no passado, destruimos seu compartilhamento e naturalizamos esse movimento de violência como um procedimento neutro. Nas palavras da autora,

em uma fração de segundo, o obturador da câmera traça três linhas divisórias: no tempo (entre um antes e um depois), no espaço (entre quem/o que está na frente da câmera e quem/o que está atrás dela) e no corpo político (entre aqueles que possuem e operam tais dispositivos, apropriam-se de seu produto e o acumulam e aqueles de quem o consentimento, os recursos ou o trabalho são extraídos). (AZOULAY, 2024, p. 13)

Nesse sentido, desaprender o arquivo é um primeiro passo em direção ao viver em companhia. Reconhecer que “nem tudo deveria ser arquivável e que nem todas as formas de relacionamento deveriam ser mediadas pelo arquivo. Nem todos os documentos e objetos de arte foram feitos para serem recolhidos, classificados, armazenados, expostos ou estudados” (AZOULAY, 2024, p. 51). Desaprender o arquivo é o retorno do manto sagrado Tupinambá ao seu país depois de 300 anos, e compreenderia, ainda, a devolução ao seu povo, para o qual seu uso e significação ultrapassa e muito o das exposições museológicas. Desaprender o arquivo, para Azoulay, é questionar o limiar pretensamente neutro estabelecido por ele ao separar passado e presente, história e política, e reconhecer o saque promovido pelos recursos imperiais e a violência nele implicada (a sentença de morte por

ele promovida, diria-nos Saidiya Hartman. “O arquivo é inseparável do jogo de poder que assassinou Vênus e sua companheira de navio e que exonerou o capitão” (HARTMAN, 2020, p. 28). Como não replicar a gramática da violência ao adentrar o necrotério do arquivo? Como exumar as vidas ali enterradas sob seu discurso?). “O arquivo é uma máquina sinérgica da violência imperial por meio do qual essa mesma violência é abstraída e depois extraída da passagem do tempo” (AZOULAY, 2024, p. 53), e como base do trabalho historiográfico, desaprender o arquivo diz respeito a questionarmos e reconhecermos o grau de nosso envolvimento na violência imperial institucionalizada e na reprodução de sua política diferencial: nossos pactos narcísicos e os privilégios de uma branquitude que aqui assume forma epistêmica e ontológica (BENTO, 2022), a hierarquia fabricada dos sujeitos e seus objetos, seres e entes, da geopolítica de nossos conhecimentos e de nossas interpretações a respeito do agir e do sofrer humano (MALDONADO-TORRES, 2008), aliás, do que é o humano, esse ser-histórico-global na construção do *homo modernus* (SILVA, 2022).

Como argumenta Denise Ferreira da Silva (2022, p. 33 e 34), sem uma crítica da universalidade científica, “a fala do outro nunca poderia ser uma ‘voz’ inteiramente histórica, pois a diferença cultural também é produto das ferramentas científicas da razão”, não ultrapassando o estatuto de objeto “do desejo antropológico no nicho ontológico confortavelmente operado pela historicidade”, permanecendo como aquele outro sempre-já inscrito na representação do Eu universal. Ou seja, continuamos nos utilizando de ferramentas e mecanismos excludentes mesmo quando pensamos inclusão, sobretudo porque essa inclusão implica a suposição de uma superioridade civilizacional a ser alcançada: a conquista do progresso, da cidadania, da história. É o condicionamento a um pertencimento que continua a ser pautado pelo pensamento moderno ocidental, daí que embora falemos em universalidade, a construção desses sujeitos perpassa pela racialidade, apontando para aqueles que se constituem como sujeitos transparentes, a figura ontológica da Europa pós-Iluminista *per se*, e aqueles que são afetáveis, isto é, sujeitos não europeus submetidos a internalizar seu padrão (SILVA, 2022).

Quando Azoulay nos convoca a desaprender o imperialismo, se torna fundamental que não só questionemos, mas sobretudo recusemos, como já faz Denise Ferreira da Silva, “o papel dos marcos normalizados que estruturam o campo fenomenológico, marcos a partir dos quais a história moderna ainda é concebida e narrada” (AZOULAY, 2024, p. 20) e que atribuem uma política diferencial de apropriação e privação (de “seus mundos e modos de estar com os outros, sua capacidade mesma de estar com os outros, de agir e interagir em reciprocidade” (AZOULAY, 2024, p. 21)), para depois mascarar-la sob sua dissimulada generosidade e grandeza branca frente aos despossuídos através de suas próprias políticas imperialistas:

Sugiro que, quando a pesquisa se concentra sobretudo nos grupos mais oprimidos, ela contribui para que os cidadãos sejam socializados para agir como súditos privilegiados que podem se dar ao luxo de se preocupar com o que é feito a outros, reproduzindo assim a diferença radical entre eles, em vez de agir como concidadãos que se preocupam com o mundo comum que compartilham com aqueles outros e estão comprometidos a dismantelar o princípio da diferenciabilidade que organiza esse mundo. [...] Os membros da classe privilegiada podem estar preocupados com os grupos oprimidos e até expressar solidariedade a eles, mas são levados a expressar tal preocupação e solidariedade na forma de cuidado humanitário com as vidas e os destinos dos oprimidos, e não como objeção ou rejeição do regime político sob o qual também eles são governados. (AZOULAY, 2024, p. 47)

Dessa forma, para Azoulay, desaprender o imperialismo envolve questionar nossos hábitos de analisar, estudar e compreender o mundo compartilhado por meio de conceitos e categorias construídos e manejados pelo próprio imperialismo. Daí ser fundamental que esse processo batizado pela autora de desaprendizagem seja feito em companhia, de forma que, ao invés de privilegiar os relatos dos agentes de nossa própria estrutura homogeneizante e reproduzir as taxonomias imperiais, possamos “recuperar outras modalidades de compartilhar o mundo e as muitas recusas latentes em pronunciamentos públicos, reivindicações diversas e aspirações reprimidas” (AZOULAY, 2024, p. 25).

Portanto, questionar a violência que forma a base da plausibilidade das histórias que contamos, como propõe a autora, perpassa fundamentalmente pelas operações e pelas ferramentas que manejamos na construção de nossas narrativas, já que estas não se eximem de fundar epistemologias e criar ontologias, produzir horizontes potenciais ou enclausurar realismos. E é por isso que não podemos seguir com esse debate sem atravessar a questão do método. Ou seja, como as nossas ferramentas constroem abstrações que justificam a violência sem intervir, como nossa linguagem institui papéis e reforça princípios diferenciais, e o quanto determinados procedimentos que pautamos como fundamentais na manutenção da nossa disciplina ainda devem ser respeitados e reproduzidos, aliás, a que custo e a custo de quem. Superar os nossos próprios fetiches disciplinares é, portanto, um dos passos necessários em direção a uma história que sirva às vidas.

De acordo com Arthur Lima Ávila (2024, p. 43), “poucas disciplinas demonstram, assim, um caráter tão neurótico quanto a historiografia, talvez explicável por sua insistência em tornar-se uma “ciência” respeitável aos olhos do mundo”. Ao tentarmos validar a existência da história através de um fim em si mesmo, uma ciência acima das preocupações mundanas, além de reproduzir as violências imperialistas como temos visto até aqui com Seth, Silva e Azoulay, próprias do aparato que promulga o científico na modernidade ocidental, também acabamos por provocar o que Lewis R. Gordon (2023) vai chamar de decadência disciplinar. Em nosso sonho de autossuficiência, produzimos perguntas e respostas que correspondem aos nossos métodos e às nossas teorias, ignorando problemas que não se encaixam nos nossos paradigmas já pré-estabelecidos. Como resultado temos não apenas a estagnação intelectual como também a perda de sua relevância social. Nos termos de Antônio Bispo (2023), temos buscado por pés que encaixem em nossos sapatos, e não sapatos que sirvam aos nossos pés, ignorando, como nos fala Gordon, que a produção do pensamento deve ser orientada para o mundo e para a ação. A decadência disciplinar conceituada por Lewis Gordon não pode ser compreendida separada da abordagem colonizadora e eurocêntrica da produção do conhecimento e de como foram estabelecidas as estruturas que formam a base de poder, hierarquização, separação e validação de saberes das próprias disciplinas acadêmicas, e, dessa forma, a institucionalização de suas exclusões e marginalizações, ou, nos termos de Gordon, os problemas e aqueles que não pertencem à. Daí que se questione:

If the epistemic conditions of social life were colonized, would not that infection reach also the grammatical level, the very grounds of knowledge? Put differently, couldn't there also be colonization at the methodological level? If so, then, any presumed method, especially from a subject living within a colonized framework, could generate continued colonization. (GORDON, 2023, p. 141)

E se o método é colonizado e colonizador, o que nos propõe Gordon é a sua suspensão fundamentada em uma crítica anticolonial que interpele não apenas nossa própria metodologia como a distinção entre racionalidade e razão e a lógica que as formula. E então que das tensões entre nossos limites teóricos e o sempre transbordamento da realidade, possamos privilegiar a última, de forma que a disciplina não se torne o mundo e que nossas preocupações ultrapassem a da administração de suas regras e regulamentos. Porque é justamente esse afastamento do “pensamento vivo” que nos torna incapazes, enquanto disciplina, de se engajar efetivamente com as questões de compreensão do mundo. A proposta é que recusemos, portanto, que “like empires, the presumption is that the discipline must outlive all, including its own purpose” (GORDON, 2023, p. 142), que percebamos que o problema é o estreitamento da disciplina, e não as pessoas e os pensamentos que recusam espremer-se para caber em seus ditames.

Se Gordon fala em suspensão, Ávila (2019) nos convida a indisciplinar a história. Longe de defender uma irresponsável “licenciosidade empírica ou teórica”, o que o autor propõe é uma abertura que nos permita questionar o “conjunto de negações, prescrições e proscricções discursivas que definem o que pode ser aceito como ‘história’ em uma dada conjuntura” (ÁVILA et. al., 2019, p. 21), ou seja, as autorizações e interdições que imbricadas no que se formula enquanto disciplina histórica – as suas domesticações. Indisciplinar a história, nesse sentido, é dar espaço para as temporalidades e as possibilidades tomadas até então impossíveis pelo escopo do que vimos considerando uma “história legítima” e suas políticas, “indisciplinar é saber viver com os diversos tempos que nos habitam e não tentar (sempre) domesticá-los em nome de uma ordem maior” (ÁVILA et. al., 2019, p. 27). É a abertura para o pensar de acordo com as necessidades existenciais e as urgências humanas, o descongelamento poético e imaginativo das possibilidades.

Não se trata, portanto, de negar a história, mas de percebê-la para além dos fetiches disciplinares, reconhecer e enfrentar o imperialismo que lhe é fundante e o autoritarismo de suas “certezas paralisantes”, e torna-la fluida, movente e imaginativa, uma episteme em trânsito, não predeterminada, mas feita em nome e ao lado das vidas e suas demandas. Uma história que aprenda a ser em companhia na construção da habitabilidade comum, no cuidado compartilhado dos mundos, na amplificação das possibilidades da existência, suas vivências e experimentações, do bem viver e de suas políticas de tempo, porque essas são reivindicações que só podem ser atendidas quando trabalhadas em relação e em diálogo efetivo e compromissado com os mundos - com, entre, inter, trans, pluri, multi.

Para transfluir, aprender a confluír

Ensaando essa outra história a partir da qual nos seja possível o compartilhamento dos mundos nesse *porvindo* que nos atravessa, buscaremos encenar nessas linhas um encontro entre a historiografia e o conhecimento de Antônio Bispo dos Santos (2023) no intento de aprender com suas inflexões epistemológicas e com o movimento do encontro das águas por ele transformado em saber circular.

Bispo se desloca da tradição oral em direção ao nosso logocentrismo com a missão de contracolonizar as palavras e, nesse movimento, abrir outros possíveis, seus mundos, e escutá-los em seus diferentes existires. Atacando de frente a semântica colonialista e neoliberal, Bispo faz com que

prestemos atenção à linguagem que habitamos porque também é ela uma agenciadora do tempo, da política, da formação da realidade e da experiência. O autor propõe então a semeadura de palavras orgânicas, isto é, palavras passíveis de seres transformadas e reeditadas, na contramão dos conceitos sintéticos e fixos produzimos, para que germinem outros mundos e outros diálogos. “Enquanto o povo da cidade se sentia muito importante, eu, por minha vez, me sentia necessário”, escreve Bispo (2023, p. 12) contraponto a lógica da valoração capitalista. Ao mobilizar conceitos como diversos e associá-lo à comunidade, enquanto a sociedade pede por iguais, organicidade em contraposição ao saber sintético, biointeração, compartilhamento, circularidade, quebrando o monismo, a dualidade, o binarismo, ao criticar uma globalização que busca fundamentalmente a unicidade a partir de uma hierarquia epistemológica, e o próprio humanismo eurocristão e seus princípios excludentes cosmofóbicos, o autor está propondo uma ressignificação da própria realidade em seus termos de existência e experiência. Semear palavras, portanto, para que germinem outros mundos efetivamente. O projeto de não é apenas semântico, mas ontológico, porque essa também é uma disputa na qual pensar e agir são elementos imbricados, e o que Bispo nos mostra é a potência das palavras, para subjugar, mas também para torcer realidades e fazer delas outras possibilidades.

Diferentemente de nossa temporalidade processualista de início, meio e fim, o tempo ontológico de Bispo é o da circularidade: início, meio e início, geração avó, mãe e neta. Reparemos que, ao propor essa circularidade, o início para o qual se retorna já não é o mesmo, mas é ressignificado, transformado por todos encontros, ações e afetos do percurso, daí que Bispo se diga parte de um povo de trajetórias. Aqui não há ruptura geracional, mas diálogo, suporte e constante interlocução.

O que o autor nos traz, no entanto, é que assim como nossas temporalidades, também a construção de nossos conhecimentos obedece aos fundamentos desses percursos, e que tenhamos em nossa organização temporal uma lógica linear carrega consigo suas implicações, como já vimos com Azoulay.

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma. [...] Os colonialistas, povos sintéticos, são lineares e não transfluem, eles apenas refluem, porque são o povo do transporte. [...] Os eurocristãos colonialistas só podem ir e refluir, porque não circulam, como nós. O transporte vai e volta, em linha reta. Já no sistema cosmológico, não há refluência. A água não refluí, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 35)

O caminho proposto por Bispo compreende, portanto, confluência e transfluência, duas palavras contracoloniais semeadas pelo autor que aparecem em relação à temporalidade quilombola, mas sobretudo conectada com seu conhecimento circular e compartilhado.

Ao contrário de coincidir, transformar em mesmo, homogeneizar, Bispo nos fala de um conhecimento confluyente como as águas dos rios que se desaguam, se relacionam, sofrem afecções, e que não perdem a qualidade de ser nesse envolvimento, mas se potencializam no encontro – é nessa encruzilhada de águas que a organicidade toma forma e o conhecimento se torna germinante, compartilhado, expansivo. Confluir diz respeito ao encontro de plurais que não buscam se homogeneizar, reduzir-se, mas aprender, compartilhar e ser em conjunto, ampliar seus possíveis. E se partimos em confluência, então temos a oportunidade de também sermos transfluência nessa circularidade.

Ao transfluir, as águas tomam outras formas, evaporam, condensam, viram chuva, infiltram pela terra e alcançam rios separados por oceanos e continentes. Mas também em sua parcela retornam ao seu início por outros percursos, grafadas, inspiradas e ressignificadas por todas as confluências e seus aprendizados: “Ao mesmo tempo que algo vai, fica; ao mesmo tempo que fica, vai – sem se desconectar” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 36).

As palavras de Bispo parecem caminhar em conjunto com as de Édouard Glissant (2023), que ecoam desde Martinica um pensar pelo arquipélago, o desejo de colocar vidas em relação e abraçar a inextricabilidade do mundo. As bases que constroem a argumentação de Glissant partem da pergunta: “como ser si mesmo sem fechar-se ao outro, e como abrir-se ao outro sem perder-se a si mesmo? e da afirmativa: “eu posso me transformar ao me relacionar com o outro, sem com isso perder ou diluir minha identidade” (GLISSANT; OBRIST, 2023, p. 07)”. Essa é a poética do arquipélago e parece ser também a da confluência, a possibilidade de experimentar uma identidade que seja relação “sem cair no jogo supostamente resolutivo das mestiçagens que camuflam a continuidade de um poder hegemônico branco ou de teorias multiculturalistas que repetem dogmas ocidentais universalistas através de suas fórmulas unificantes” (GLISSANT; OBRIST, 2023, p. 07). Pensar pelo arquipélago é caminhar em favor da diversidade, da expansividade. Ao contrário da opressão continental, o arquipélago difrata,

são espaços de relação que admitem todas as incontáveis particularidades do real. Estar em harmonia com o mundo por meio dos arquipélagos significa habitar essa difração e, ao mesmo tempo, unir litorais e aproximar horizontes. Eles abrem caminho para um mar de errâncias: para a ambiguidade, a fragilidade, a deriva — que não é o mesmo que futilidade. (GLISSANT; OBRIST, 2023, p. 16)

A insistência de Glissant é fundamental: abrir-nos às errâncias não significa entregar-nos à futilidade, mas prestarmos atenção naquilo que está para além das identidades pretensamente estáveis, é o estímulo por um pensamento *tremblement*, um pensamento de tremor que recusa o fixo e seus sistemas em prol do turbilhão de encontros que constitui aquele que o autor vai chamar de Todo-o-mundo.

Nesse sentido, o pensamento de tremor proposto por Glissant não implica renúncia, mas transformação sem diluição, sem dissolução. A medida, tanto para o autor como para Bispo, é a da expansão de possibilidades, da ampliação dos afetos, das sensibilidades e a confirmação da diversidade. O chamamento dos autores é pela relação e pelo acessar das diferentes perspectivas e pensamentos que compõe o mundo, um estar em contato que não nos unifica, mas é contribuição.

Há uma dimensão fundamental de aprendizado nessas propostas, um aprender transformador que se efetiva na relação, que se constrói no encontro. Não há vias direcionais senão um germinar conjunto de potencialidades: confluir, transfluir, confluir. Não há dissolução ou homogeneização, mas rizoma, poética viva daquilo que é diverso e relacional. E se há um aprender inerente nesses envolvimento, então gostaríamos de levantar a possibilidade de um redirecionamento do tropo da disciplina histórica em seu sentido: e se a história, a exemplo do conhecimento quilombola, aprendesse a confluir? E se a história abrisse mão de seu narcisismo, de seu desejo tutelar, dos privilégios epistêmicos e suas hierarquias, da sua vontade dominar e de consumir mundos para si, e aprendesse a andar junto, a ser relação? Quer dizer, deixar de tentar catequizar historicamente outras

formas de existir não ocidentais e reconhecer que essas epistemologias tem propostas potenciais de temporalidades e habitabilidades plurais, que outras formas de interpretar a realidade sempre existiram, e que a saída desse realismo que nos enclausura muito provavelmente não esteja nas nossas próprias ferramentas, como já apontou Audrey Lorde, mas no viver daquelas e daqueles que andam no contrafluxo das nossas hegemônias – “ou você constrói outra trilha, ou vai para o mesmo lugar, seja quem for o maquinista”, nos fala Antônio Bispo dos Santos.

O chamamento, portanto, é por uma história que sirva às vidas, às existências, uma história manejada, aberta e disposta a fazer parte de um esforço coletivo, do conjunto de narrativas que compõem um planeta de múltiplos mundos, um aprendizado de muitos rios que se encontram e se desaguam. Talvez caiba à história, antes de querer-se continente, ser água e, portanto, fluida, ser diplomacia movente em arquipélagos relacionais onde coexistem a interdependência e a diferença, nos quais os mais diversos fluxos abrem-se e agem no encontro, em conjunto na formulação de políticas do existir.

Referências bibliográficas

AVILA, Arthur, NICOLAZZI, Fernando e TURIN, Rodrigo (orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ÁVILA, Arthur Lima de. Sobre (im)posibilidades, invenções e a recorrência de uma velha indagação. In: AVELAR, Alexandre de Sá. *História para quê? Para quem?* Teresina: Cancioneiro, 2024.

AZOULAY, Ariella Aisha. *História potencial: desaprender o imperialismo*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

GLISSANT, Édouard; OBRIST, Hans Ulrich. *Conversas do arquipélago*. Tradução de Feiga Fizon. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

GORDON, Lewis R. *Black existentialism and decolonizing knowledge*. London: Bloomsbury, 2023.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 2008.

SETH, Seth. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia: International Journal*

of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173–189, 2013.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

REBELDIAS E PASSADOS PRESENTIFICADOS: O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ (1970-1990)

Taynara Aparecida Ferreira da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: taynara.apfsilva@gmail.com

Introdução

Este texto é fruto das discussões realizadas na disciplina de Seminário I, da linha de pesquisa em Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que objetivou discutir os projetos aprovados no Programa de Pós-Graduação em História. Tal escrito é resultado do trabalho em que proponho demonstrar como o pensamento de Lélia se caracteriza como uma rebeldia epistêmica e prática indisciplinar, ao passo que busca evidenciar o passado presentificado que a população negra e racializada vive no Brasil.

Neste sentido, pretendo, no primeiro momento, esboçar uma conceituação de passados presentificados e como as noções de temporalidade são postas na ótica colonial de uma historiografia tradicional, disciplinada e universalizante; e no segundo momento, situar brevemente como este passado que não passa, mas que perpetua violências no tempo presente, aparecem nas intervenções, diálogos e publicações de Lélia Gonzalez.

Antes de adentrarmos às encruzilhadas conceituais que este trabalho se propõe, considero importante destacar a originalidade e versatilidade da obra de Lélia Gonzalez, que propõe reflexões em inúmeras problemáticas que atravessam a sociedade em que vivemos. Lélia aponta para provocações tanto no campo teórico e na forma como se dá a produção de conhecimento, especialmente ao destacar a importância de um compromisso ético e político que as ciências humanas e sociais precisam exercer no que tange a transformação da realidade e o combate às violências retroalimentadas cotidianamente. Mas, de maneira conjunta, ela propõe uma provocação no âmbito da luta prática, discutindo e construindo novas possibilidades de resistências e existências, onde o direito à vida, ao futuro e a felicidade não fossem meros sonhos e utopias.

O livro *Primavera para as rosas negras*, organizado pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), de São Paulo, publicado em 2018, traz como dedicatória o agradecimento à Lélia Gonzalez pelo seu compromisso com a luta e libertação do povo negro, sendo esta publicação, a primeira no campo editorial a reunir boa parte da produção de Lélia. Raquel Barreto, na introdução desta obra, destaca que Lélia expõe as facetas da dominação racial no Brasil, respaldadas pelo mito da democracia racial, datando “as primeiras publicações de Lélia sobre a questão racial, na década de 1970 e as últimas, dos anos 1990” (BARRETO, 2018, p. 14). Percebe-se mudanças visíveis nestas duas décadas de produção intelectual e política, tanto linguísticas, teóricas e práticas, já que a sua subjetividade e corporalidade se tornam evidentes nas suas produções e rebeldias, representando, como aponta Ratts

(2010) e Rios (2010), uma demarcação negra nos territórios em que os saberes são produzidos.

Aquela problemática historiográfica costumeiramente posta sobre a escassez de fontes e registros não são questões que perpassam as discussões em torno da vida e obra de Lélia Gonzalez, pois a memória viva de Lélia vem sendo preservada a partir de esforços autônomos de sua família (a partir da iniciativa “Instituto Memória Lélia Gonzalez”) e dos coletivos e movimentos negros que permanecem atuantes, bem como, outros novos que se formam em diversas localidades e que carregam o legado de luta desta grande intelectual negra.

O racismo à brasileira sistematicamente tem silenciado vozes críticas aos projetos de dominação colonial que ocorrem desde a invasão. A tentativa universalizante da razão ocidental de se colocar enquanto “sujeito” em detrimento de outros corpos que passam a ser vistos como “objetos”, vem sendo cada vez mais obliterada por aqueles e aquelas que, a partir da radicalidade e da luta constante por um mundo outro, em todo seu leque de possibilidades, realizam rebeldias epistêmicas e práticas indisciplinadas em busca de construir saberes e tecer interpretações acerca da violenta realidade. Dito isso, aqui Lélia Gonzalez ocupa a centralidade de ser apontada e reconhecida como uma intérprete do Brasil, visto que, para nós, mulheres negras, se trata de uma “outra razão”, uma outra forma de compreender a noção de “intelectualidade”. Como pontua Lélia, concerne ressaltar que a “emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso [...] são um modo de tornar [essa razão] mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica (GONZALEZ, 2018, p. 44). Em outras palavras, de tornar esses saberes, neste caso, a história, em algo tangível, passível de ser estopim para a destruição da ordem vigente de dominação.

Com Lélia Gonzalez, percebemos a efetivação de uma articulação entre teoria e prática, onde seus diagnósticos e propostas de luta, como coloca Al Eleazar Fun (2018), nos dão subsídios para tudo aquilo que ainda nos inquietam no presente. A continuidade dessas opressões demonstram, segundo Saidiya Hartman (2020), como a vida negra permanece em um estado constante de perigo, na medida em que esse passado-presentificado se constitui enquanto uma das características do momento em que vivemos.

Questões de temporalidade

Em 2016, a Pinacoteca de São Paulo recebeu a exposição *Grada Kilomba: Desobediências Poéticas*, a primeira exposição individual da multiartista no Brasil, tratando temáticas como colonialismo, tradições orais africanas, relações sociais, econômicas, raciais e de gênero. Tal proposta, montada a partir de quatro instalações, desafiou as noções de teoria, arte e produção de conhecimento. Um ponto que Grada Kilomba destaca, diz respeito a subjetividade do sujeito colonizado, sobretudo ao se tratar de temporalidade ou, como diz a multiartista, de “intemporalidade”:

Eu sinto que vivo num espaço onde o passado interrompe o meu presente, e onde o presente é vivenciado como se eu estivesse no passado. Eu vivo num espaço de intemporalidade. Num espaço vazio. Num espaço branco. Numa infinidade branca. Num cubo branco, que é mantido branco, por pessoas brancas. (KILOMBA, 2016, p. 18)

No site da Pinacoteca de São Paulo¹, que reúne imagens, materiais e demais informações

¹ Ver mais em: <https://pinacoteca.org.br/programacao/exposicoes/grada-kilomba-desobediencias-poeticas/>

sobre a exposição, podemos perceber que os escritos de Grada Kilomba possuem rasuras propositais, com riscos e palavras chaves feitas com caneta preta e vermelha. Na citação acima, onde Kilomba diz que este cubo branco é mantido branco por pessoas brancas, há um risco em cima. Quase como que dificultado, propositalmente, para que houvesse um impasse na leitura. Tal sacada se mostra muito pertinente, porque é como se a multiartista nos sinalizasse o que geralmente está nas entrelinhas das estruturas raciais de poder, principalmente em espaços institucionais. É como se esta afirmação estivesse escondida mas, com a rasura, paradoxalmente, ganhasse mais destaque no texto.

Lourenço Cardoso (2010) aponta que a identidade racial branca não é homogênea, sendo reconstruída histórica e socialmente ao longo do tempo. A branquitude, nesse sentido, é um “lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social do preconceito racial e do racismo (CARDOSO, 2010, p. 611). A identidade branca, neste cenário, é o lugar da classificação social, pois não seria uma identidade marcada, sendo somente as pessoas não-brancas, como sujeitos “raciais” ou “étnicos” – “uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (FRANKENBERG, 1999, p. 70 *apud* CARDOSO, 2010, p. 611). Ao tratarmos de tempo, é fundamental que os respaldos das dívidas impagáveis, cujo prejuízo e violência ainda permanecem como tônica para determinados grupos, sejam expostos. Pois, se as populações marginalizadas ainda lidam com passados presentificados evidenciados nas desigualdades cotidianas, é de se afirmar que o outro grupo, neste caso o branco, portanto, também usufrui de privilégios historicamente construídos sob o sofrimento e exploração de muitas vidas, sendo estes privilégios, como apontado, simbólicos e/ou objetivos.

Dessa forma, em um momento em que políticas públicas de reparação histórica aparecem como exigências centrais dos diversos movimentos sociais, a problematização crítica das narrativas hegemônicas dos vencedores e das histórias da casa grande, ganham uma centralidade na prática historiográfica. A questão ética e política se faz urgente, ocasionando a firmação de um compromisso de luta e de transformação na construção dessas narrativas – na forma como o corpo que escreve, indissociável na ação historiográfica, está produzindo saberes. Nesta trama, a reflexão se encontra em como narrar ou como tecer a história, sem que a violência do arquivo, da temporalidade e da disciplina implique novamente sobre estas vidas.

O passado do Brasil, último país a abolir a escravidão, permanece sendo um presente quando observamos os índices de violência e desigualdade que as populações negras e indígenas se encontram. Como dito por Hartman (2021), vivemos no tempo da escravidão, o que significa dizer que estamos no futuro criado por ela. Considerando isso, quais são as possibilidades que as indisciplinas, rebeldias e transgressões teóricas e práticas podem apresentar para a história enquanto campo de saber? No agora, seria imaginável construir uma contra-história hegemônica?

Saidiya Hartman coloca abaixo a ideia da disciplina histórica como possibilidade de acessar passados como a escravidão transatlântica, ao passo que a violência da escravidão se constitui também em todas as histórias as quais nunca poderemos conhecer. As vidas que se foram, tanto ao mar quanto as que conseguiram atravessar a passagem, constam nos Livros da Morte onde números e quantificações são os únicos registros que a história amalgama para definir e olhar para o cativo. No entanto, “é tarde demais para que os relatos de morte previnam outras mortes; e é cedo demais para tais cenas de morte interromperem outros crimes” (HARTMAN, 2020, p. 32), mas, no intervalo

entre cedo e tarde em excesso, constata-se que as nossas vidas ainda se inserem no projeto incompleto da liberdade.

A farsa da abolição. Esta era uma das grandes sentenças de ordem dos protestos políticos promovidos pelos Movimentos Negros no Brasil. A ênfase em explicitar passados que não passam, demonstram não só a continuidade de uma violência antinegra, mas também a crítica ao que chamamos de história. Beatriz Nascimento, ao erigir uma *História feita por mãos negras*, questiona as construções de uma narrativa histórica com uma abordagem fragmentária, perguntando se é possível “limitar a história a um tempo historicamente reduzido, ou seja, entendê-la somente como nos foi apresentada a partir do século XIX, como mais uma ciência” (NASCIMENTO, 2021, p. 33). Novamente, ao tomar corpos, narrativas e experiências de vida e inseri-las na narrativa historiográfica ocidental e “científica”, estamos operando naquilo que Michel de Certeau (2002) chamou de uma escrita conquistadora, que insere vidas numa ordem cronológica a partir das noções de progresso.

A divisão quadripartite da história (história antiga, história medieval, história moderna e história contemporânea) aplicada desde o ensino de história na educação básica, bem como em cursos de graduação na área, é um dos exemplos evidentes dessa universalização temporal que a história ocidental impôs. Percebe-se que temáticas voltadas a questões de gênero, sexualidade, raça, cosmovisões, identidades e contra-colonialidades são colocadas a margem dessas grandes divisões e tratadas como tópicos, como discussões com um “grau menor de relevância” ou como debates pontuais em determinados dias do ano. A partir deste cenário, entramos em um grande impasse no sentido ético e político da história enquanto campo de saber. Significa dizer, talvez, que o esforço em combater as formas de opressões existentes não estão sendo estendidas a todas as existências e identidades. Isso vale para quem está produzindo saberes no campo da história: se não há uma preocupação em sinalizar as problemáticas da disciplina e a forma como as violências históricas implicam no presente, qual o lugar da disciplina histórica nas questões sociais urgentes?

Retornarei ao caso do Brasil, espaço este tomado por diferentes temporalidades e que tem a questão racial como método de operação e de distribuição da violência. Para analisar o racismo a brasileira, Lélia empresta a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*). Tal categoria consiste em um processo o qual indivíduo, tendo formulado os seus sentimentos, pensamentos, ações e semelhantes – que até aquele momento permaneciam recalçados, que permaneciam sem a exposição –, continua a negá-los e a lidar de forma defensiva, como se estes sentimentos, pensamentos e ações não pertencessem a esse indivíduo propriamente. De maneira prática, as consequências dessa denegação de um passado amefricanizado faz com que o racismo a brasileira “se volte justamente contra aqueles que são testemunho vivo da mesma (os negros)” (GONZALEZ, 2018, 127), fazendo com que a negação destes processos a partir do mito da democracia racial recalcesse as violências que as populações negras e indígenas permanecem sofrendo e o fato de o Brasil ter sido o país que mais recebeu pessoas escravizadas negras no mundo.

Na relação de negação de um passado amefricanizado, temos, em contrapartida, a monumentalização de passados cuidadosamente selecionados, expostos nos museus, nomes de

avenidas, estátuas² em praças e demais representações “oficiais” que ainda louvam colonizadores e escravistas. Num jogo de memória e esquecimento, onde se materializará como símbolo de barbárie³ aquilo que se pretende afirmar no presente. Conceição Evaristo chama a atenção para o processo de reelaboração e reterritorialização no Brasil, “o caráter pessoal e coletivo da memória como possibilitador de construção de uma identidade” (EVARISTO, 2008, p. 08), já que entre a captura e liberdade, há um intervalo de desobediências, criações, transformações, frustrações e violências.

O racismo que se vende como disfarçado no Brasil, atrelado somente a uma noção de desvio pessoal, que não se atenta para as responsabilidades éticas de conduta e nos resultados em termos estruturais e ontológicos, acaba se transfigurando em visões distorcidas sobre a problemática central do racismo enquanto violência constante e cotidiana contra a população negra e racializada. Neste sentido, novamente as noções de “futuro” e de uma melhora pautada em progresso começam a ser forçadas, já que, como pontua Allan K. Pereira, ao passo que o racismo é visto “como resultante da irracionalidade individual, o discurso do Estado cobra paciência e confiança no progresso do tempo” (PEREIRA, 2020, p. 360), reformulando a máxima da modernidade em que vidas foram sacrificadas em nome de uma evolução tecnológica e econômica de um futuro ingenuamente colocado como “melhor”.

É importante dizer que até mesmo a pulsão de imaginar e traçar estratégias de um futuro outro, passa também por ter uma mínima persuasão de que o presente também é possível. Mas, em contrapartida, como dito por Lélia, saímos muito machucadas deste processo, já que os nossos sonhos são tão grandiosos e a realidade, em oposto, é tão mesquinha e violenta. Os corpos que são testemunho vivo do passado amefricanizado no Brasil – a população negra, a partir de uma leitura afro-pessimista, passam também pela chamada “morte social”, que possui, segundo Patterson (2008) e Pereira (2020), três elementos constitutivos, composto inicialmente por uma violência gratuita, ao passo que o sujeito escravizado estaria vulnerável independente de qualquer quebra de lei; em segundo, uma espécie de “alienação natural”, o que equivale dizer que o mundo não reconhecia as relações filiais dos escravizados ao entendimento de família” (PEREIRA, 2020, p. 355). E por fim, a condição de “desonra geral”, a nível ontológico, visto como um objeto e não como sujeito ou como *Ser*.

Aproveito-me do caráter ensaístico deste texto para fazer menção a uma possível relação entre a noção de *colorblindness* e o mito da democracia racial. Já que a primeira, em linhas gerais, propõe que o racismo é algo que ficou para trás, em um passado de extrema violência cometida nos Estados Unidos, como os linchamentos e as violências propagadas por supremacistas brancos, sendo as demandas da atualidade pautadas em outros fatores, não sendo a raça o fator determinante, em termos de oportunidades, para grupos minoritários (PEREIRA, 2020, p. 347). A concepção de uma “democracia racial” se pauta em um ideário sistema racial sem entraves legais ou institucionais, assegurando uma noção de “igualdade racial”, criando de maneira fictícia “um sistema racial

2 Mesmo que predominantemente no Brasil, as estátuas sejam voltados à um padrão: homens brancos cis heterossexuais, recentemente vimos a criação de estatuas em homenagens a personalidades negras e também de sujeitos que dialogam com a realidade do povo periférico brasileiro, como é o caso da estátua que será inaugurada de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus em Belo Horizonte. Ver mais em: <https://www.em.com.br/diversidade/2024/04/6832208-lelia-gonzalez-e-carolina-maria-de-jesus-terao-estatuas-no-parque-municipal.html>

3 BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (DOMINGUES, 2005, 116).

No caso brasileiro, o mito da democracia racial, segundo Domingues (2005), se torna a saída providencial por três razões. A primeira questão diz respeito a desarticulação de qualquer possibilidade de luta contra os escravagistas, no sentido de compensação e ódio racial pelos anos de exploração e violência. A segunda razão, articulada com a primeira, tem o enfoque na atuação do Estado, já que o mito da democracia racial eximiu a responsabilidade estatal na implementação de “políticas compensatórias em benefício dos ex-escravizados e seus descendentes, como forma de reparo às atrocidades, aos danos e à expropriação causados pelo regime escravista (DOMINGUES, 2005, p. 118). E por fim, a terceira razão, articulada com as anteriores, retirava toda responsabilidade acerca da vida da pessoa escravizada por parte dos escravagistas, causando uma “sensação de alívio entre os brancos no seu conjunto, a ponto de se sentirem eximidos de qualquer obrigação pelo drama da população negra” (DOMINGUES, 2005, p. 118).

Ambas as ideologias raciais convergem, entre outros aspectos, no que tange a responsabilização que nunca recai sobre o grupo branco e dominante, apontando sempre os sujeitos negros e racializados como resultados de um fracasso individual oriundo da escravidão, que nesta linha, é sempre vista como uma “chaga moral”, e não como um projeto de dominação que ainda não se encerrou. O passado, nestes dois contextos, permanece contínuo, já que a morte social ainda sufoca corpos negros, somado a deslegitimação de uma luta emancipatória, contrária a opressão racial, sendo sempre apontada como “radical demais”, pois há a suavização da brutalidade racista que é apontada como exceção (quando nós sabemos que é a regra). Tanto no mito da democracia racial quanto da ideologia racial *colorblindness*, permanece como tônica a ideia de harmonia e de igualdade de oportunidades, num sentido meritocrático; desconsiderando diversos fatores, tais quais a população carcerária, que em ambos os países, nos EUA e no Brasil, tem o corpo negro como maioria.

Lélia Gonzalez dedicou grandes esforços em denunciar como o mito da democracia racial tem perpetuado as violências raciais no tempo presente, sobretudo contra mulheres negras, que em termos de acesso a direitos básicos ainda é o grupo mais vulnerável. O mito da democracia racial, atrelado a ideia de que todos eram iguais perante a lei, condicionou a mulher negra, segundo Lélia a arcar com a posição de “viga mestra de sua comunidade”. Neste sentido, a construção do que se pode afirmar como “identidade brasileira”, é baseada, por excelência em uma cultura negra amefricanizada, mesmo que o grupo dominante insista em uma ascendência europeia muito “civilizada”. Lélia, menciona que há um

orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente põe o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto, e o rei é Escravo. (GONZALEZ, 2020, p. 91)

Em 1983, no Rio de Janeiro, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro daquele ano, organizada pelo Movimento Negro Unificado. Lélia aponta, em discurso para a multidão, que não se ensina nas escolas, para as nossas crianças, sobre a história do povo negro e indígena deste território. Ora, utilizando expressões de Lélia, “cumé que a gente fica”? Em um contexto escolar onde não há discussões e positavações da história e cultura negra, como fica a subjetividade de crianças

e jovens negros? O que pode se constituir enquanto história, memória e ancestralidade quando a narrativa apresentada é sempre àquela que rememora a violência sarcasticamente, retornando sempre as cenas de sujeição?

Na sua trajetória escolar, Lélia Gonzalez relata inúmeras situações de violência e processos de branqueamento, chegando na universidade, em suas palavras com “a cuca perfeitamente embranquecida”, já que a folclorização dos sujeitos negros e indígenas apenas reforçava estereótipos negativos, a partir de um processo de exotificação. A educação básica, e sobretudo a educação superior, ainda são espaços tomados pela racionalidade eurocêntrica, que mantém a margem não só intelectuais racializados nas suas grades curriculares e leituras sugeridas, mas que também não se preocupa com o acesso e permanência de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados⁴.

Lembremos aqui, a título de ressalve, que o acesso à educação no Brasil não se deu de forma igualitária, pois se assim o fosse, não teríamos uma legislação⁵ que em seu Cap. I, Art. 3º dispõe que “os escravos e os pretos africanos, ainda que livres ou libertos, eram proibidos de frequentar as escolas públicas”. Outro exemplo que Lélia utiliza para demonstrar essas evidentes desigualdades é a Lei de Infrações Penais, em seu artigo 159, que diz que “a prática da vagabundagem (referindo-se ao desemprego) resulta em prisão” (GONZALEZ, 2020, p. 67).

Na obra *Lugar de Negro*, publicado no ano de 1982, em parceria com Carlos Hasenbalg, Lélia explicita que desde o século XIX é perceptível uma divisão em termos de espaço físico que são ocupados pelo grupo branco e pelo grupo negro e racializado. Como afirma Lélia, “da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço” (GONZALEZ; HASENBALG, 2022, p. 22). Nesta tônica, o lugar que tem sido atribuído às pessoas negras, pensando além do espaço físico, tem sido o local da humilhação e da violência, enquanto corpos marcados, que quando contam como vidas, o fazem no território pulsante do rebaixamento.

Aprofundando a análise, Lélia Gonzalez a partir de uma leitura psicanalítica, em diálogo com Lacan, traz à luz as noções de *mulata*, *doméstica* e *mãe preta*, explicitando como a intersecção de opressões de gênero, raça, classe e sexualidade produzem efeitos violentos contra as mulheres negras. A figura da *mulata*, que tem como palco o carnaval, é a personificação da erotização, assumindo o papel da “rainha da Sapucaí”, sendo desejada e hipersexualizada. Mas, passado o rito carnavalesco, segundo Lélia, a *mulata* é transfigurada na figura da *empregada doméstica* onde a violência se descarregará sobre o corpo negro. A violência se dá também nos filhos, parentes, companheiros e companheiras dessa mulher negra que são mortos pelo estado.

Lélia apresenta a definição de *mucama* a partir do dicionário Aurélio, sendo esta palavra proveniente da língua quimbundo, que em linhas gerais significava “a mulher negra escravizada que auxiliaria nos serviços caseiros e domésticos”. Porém, ao considerar a etimologia da expressão *mukama*, atestaremos que significa “concubina, escravizada que era amante do seu senhor” (BAIRROS, 2006, p. 55). Sobre esse engendramento violento da figura da *mulata* e da *doméstica*, que se estende e se

4 É necessário pontuar que a grande medida que busca reparar historicamente o acesso de jovens negros e racializados no Brasil, é a legislação 12.711, promulgada em 2012, que dispõe sobre as cotas raciais nas universidades e instituições federais.

5 Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/download/29135/pdf/0>

reformula em diferentes momentos e contextos históricos, Lélia diz o seguinte:

Pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalçada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval. (GONZALEZ, 2020, p. 82)

A noção de mãe preta, para Lélia, é completamente oposta a uma ideia de subserviência que as narrativas oficiais conferiram, especialmente a partir de Gilberto Freyre que buscou legitimar o mito da democracia racial a partir dessa figura que distribuía benevolência e suposta gratidão. Segundo Lélia, “exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 87), pois de forma subversiva foi a mãe do que chamamos de cultura brasileira, já que os seus valores, tradições e a língua foram preservados, propagados, semeados e confluídos. É figura da mãe preta, para Lélia, que perpetua as marcas da africanização no Brasil a partir da linguagem, já que o que falamos aqui, ao contrário do que podem dizer, é um efetivo *pretuguês*.

Estes estereótipos sobre a mulher negra são atualizados no presente, e assumem novos graus de complexidade. Se considerarmos a própria definição do ser “mulher”, entramos em um leque de definições e possibilidades, mas constatamos que a narrativa universalizante ainda insiste em sequestrar essa categoria para apenas um tipo de corpo: o da mulher branca, cis, heterossexual e sobretudo, das camadas economicamente mais avantajadas.

A fixação de corpos e identidades, sobretudo em relação às pessoas negras demonstra a continuidade de uma violência que não foi superada. Mas, contornando outras esquinas e traçando teias na construção de um possível futuro, podemos ver a radicalidade e a rebelião constante como formas de resistência e de outras maneiras de viver em toda a sua beleza e exuberância. Concordo com Maria Elvira Díaz-Benitez quando ela diz que a radicalidade vem da noite, pois se as pessoas escravizadas “trabalhavam ‘de sol a sol’, era porque a vida se dava de noite” (DÍAZ-BENITEZ, 2021, p. 19). O escurecer de cada dia transformava a noite neste momento basilar de reuniões, coletividades, celebrações das suas religiões e crenças e sobretudo, do planejamento de fugas. Entendo a fuga aqui como rebeldia, negando a sentença de que nós, pessoas negras, fomos feitas para chorar eternamente.

Esboçando uma conclusão

A partir de uma certa circularidade, podemos desaguar em inúmeras nascentes, seguindo rios e margens de diversas perspectivas. Mas a título de um esboço de uma conclusão, vale enfatizar que os passados presentificados na obra de Lélia Gonzalez, perpassam diversos espaços da sua produção, articulando teoria e prática na construção de propostas de futuro e de enfrentamento a violência antinegra no presente.

Um dos caminhos que pretendo investigar, a partir deste ensaio inicial e que foi sugerido a partir da discussão com o parecerista, orientadores e pares, é o contexto disciplinar historiográfico que Lélia estava inserida, considerando também essa dupla atuação enquanto militante e intelectual, conforme as propostas de transformações do Movimento Negro, sobretudo no que tange as relações entre passado e presente em contraste a uma narrativa oficial que, tanto silencia quanto violenta,

corpos negros desde a invasão neste território chamado Brasil. As noções de tempo são cruciais, pois coloca em xeque uma tentativa de apontar como superadas as desigualdades que possuem profundas raízes históricas, bem como a permanência e avanço de políticas de reparação que buscam minimizar as dívidas impagáveis que a escravidão no Brasil deixou.

Como reflexão final, enquanto historiadora negra falando deste território de violência que é o Brasil, me pergunto se tenho colocado o dedo na ferida decrépita do racismo. E para além disso, questiono se a história, este local a partir do qual eu escrevo, tem possibilitado ferramentas teóricas potentes que possam ser sustento e alibi para a luta prática. A história é um campo de disputa profundamente desigual. Como temos nos afetado perante aqueles que vivem as pós vidas da escravidão, neste contraste entre violência e liberdade?

Alguns historiadores brasileiros, tais quais Arthur Avila, Rodrigo Turin e Fernando Nicolazzi, propõem uma possível saída via a “politização do saber”, alçando o papel da indisciplinarização da “disciplina a uma dimensão ativa, no sentido de tomar posição e de ser ator nesse processo de profundas transformações na relação entre passado, conhecimento, ensino e sociedade” (ÁVILA; TURIN; NICOLAZZI, 2019, p. 12). A politização do saber histórico implica em reconhecer as dimensões políticas, sociais e éticas inerentes à prática historiográfica, assumindo uma postura crítica em relação a narrativa e as temporalidades. A pergunta é: será tal ação suficiente?

Serei ambiciosa em dizer: talvez o que me seria suficiente é a efetivação de uma historiografia negra brasileira, e me parece, de forma cada vez mais explicita, que falar sobre tal temática, é também falar de Lélia Gonzalez e sobretudo construir novos caminhos com as pessoas que permanecem disseminando o seu legado. Diversas cenários reacendem e, acredito que um meio para sair desse círculo infernal¹⁵ é a escuta. Temos falado muito e escutado pouco, e como dito por Antônio Bispo, ancestralidade quilombola,

no dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, [...] no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas deste lugar. Uma contracolonização. (BISPO, 2023, p. 17)

Referências bibliográficas

BARRETO, Raquel. Introdução. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN AFRICANISTAS (São Paulo) (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. 477 p.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Criola: Global Exchange, 2006. p. 42-61.

BATISTELLA, Pedro Henrique. *A atualização do passado em disputa: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais*. Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi. 2022. 251 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. 1.], 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246490?show=full>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BISPO, Antônio. Somos da terra. In: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). *Terra: Antologia afro indígena*. São Paulo/Belo Horizonte: UBU, 2023. cap. 1, p. 8-12.

CARDOSO, Lourenço. *Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, v. 8, n.1, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude (introdução). In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (org.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. 1. ed. Tradução de Allan K. Pereira. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 7-26.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. Releitura, Belo Horizonte, n. 23, 2008.

FUN, Al Eleazar. Prefácio. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN AFRICANISTAS (São Paulo) (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. 477 p.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos* / org. RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2022.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 357 p. ISBN 9786586719666.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [s. 1.], v. 23, ed. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640/pdf. Acesso em: 22 dez.

2022.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queer radicais*. São Paulo: Editora Fósforo. 2022.

KILOMBA, Grada. *Desobediências Poéticas*. 1. ed. Curadoria Jochen Volz e Valéria Piccoli; ensaio Djamila Ribeiro. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. 81 p. Disponível em: < 17 <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12390.pdf>. > Acesso em: 16 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – episódios de Racismo Cotidiano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. RATTTS, Alex (org.), Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um Estudo Comparativo*. São Paulo, Edusp, 2008.

PEREIRA, Allan Kardec. *Protração do passado no presente: vidas negras queers também importam*. Aedos, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 345-366, ago 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/92988>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TURIN, Rodrigo.; AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando. (org.). *A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019.

TURIN, Rodrigo. *Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço*. Almanack, V. -, P. 1-39, 2020.

RENUNCIAR A HEGEL E INVERTER HEIDEGGER: O RECURSO DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA DE PAUL RICOEUR À TEORIA DA HISTÓRIA DE REINHART KOSELLECK

Vítor Hugo dos Reis Costa

Pesquisador de pós doutorado (Filosofia – UERJ)

Bolsista FAPERJ/CNPq (SEI nº 151059/2023-3)

Doutor, mestre e graduado em filosofia pela UFSM

E-mail: costavhr@gmail.com

“A concretização sempre me atrai menos do que o não-realizado, e não me refiro apenas ao futuro, mas também ao passado e ao omitido. Cada vez que realizamos parcialmente uma ideia, esquecemos de realizar o resto dela, entretidos na alegria pelo que já fizemos. Parece-me que esta é a nossa história.”

– Ulrich, em *O homem sem qualidades*, de Robert Musil

Em uma passagem da biografia que escreveu sobre Albert Camus, Oliver Todd (1998) nos narra um episódio em que o escritor francês, em uma conversa sobre política, se esquivou de uma resposta direta por meio de um pedido: que não o fizessem escolher entre Hegel e Santo Agostinho. Minha hipótese, hoje¹, é que Paul Ricoeur fez precisamente essa escolha e, por meio do seu recurso ao pensamento de Reinhart Koselleck, ele renunciou a Hegel por meio de um abraço indireto do pensamento de Santo Agostinho.

Essa tese pode ser observada por meio da leitura de *Tempo e narrativa*. De enorme extensão, formada por imensas elipses pela narração praticada por historiadores e romancistas, a obra é a perseguição de uma questão insolúvel, cuja solução, antecipo por meio da introdução da categoria meta-histórica de Koselleck, permanecerá para sempre no horizonte das expectativas. Herdeiro do pensamento heideggeriano da finitude, Ricoeur praticará, talvez mais incidentalmente do que por meio de um programa, a perseguição da questão insolúvel posta por Agostinho: o que é o tempo? Se Gerd Bornheim (2001) já nos advertia que o importante da questão pelo ser é que ela seja adequadamente feita — o que pode, de certo modo, implicar em uma renúncia de uma resposta positiva, de tipo metafísico, exemplarmente representada pela filosofia hegeliana —, em *Tempo e narrativa*, a questão agostiniana sobre o tempo será burilada e lapidada incessantemente, sem qualquer palavra final. O título já nos dá uma pista: *Tempo e narrativa não é Narrativa e tempo*. A questão é agostiniana,

1 Esta breve reflexão tenta, em certo sentido, ainda que discretamente, sumarizar e avançar hipóteses e questões exploradas em outros textos, já publicados, em 2022. Na revista *Síntese*, da FAJE, publiquei *Presentismo e a experiência viva do tempo: uma aproximação existencial e narrativista*. Na revista *Ekstasis*, da UERJ, publiquei *Presentismo e paradoxos terminais da expectativa e da experiência: contribuições para a hermenêutica da consciência histórica em um novo tempo do mundo*. Na revista *Eleutheria*, da UFMS, publiquei *Intensificação da experiência do tempo e ampliação do espaço de experiência: Ricoeur e nosso amplo presente*.

filosófica, metafísica. A resposta é aristotélica, mas talvez não seja exatamente filosófica, já que não é na *Metafísica*, mas na *Poética* que ela se encontra. Como já observou David Carr (2016), tudo se passa como se Ricoeur fosse uma versão “benigna” de Hayden White: enquanto este ainda sonha com respostas definitivas que libertem o narrar historiográfico do seu caráter “pré-científico”, Ricoeur descortina todo um outro e muito especial regime de referência para tentar mostrar os tons de cinza da realidade de tudo aquilo que compõe nossa condição histórica e nossa consciência histórica. É especialmente no final da obra, nos capítulos intitulados *Renunciar a Hegel* e *Para uma hermenêutica da consciência histórica*, que este *Hayden White do bem* vai cuidar da questão do tempo para que ela não caia na vala comum na qual escorregaram e caíram todas as tentativas de respostas definitivas para a questão acerca da natureza do tempo. Examinemos brevemente o desfecho dessa obra.

Primeiramente, por que renunciar a Hegel? A resposta mais simples talvez seja o fato de que a morada metafísica do pensamento ruiu ainda no início do século XIX. Por mais que tenhamos amado uma casa e que seja difícil imaginar uma vida fora dela, convenhamos que não é razoável permanecer habitando suas ruínas sem que nos tornemos qualquer coisa como assombrações vivas dos lugares mortos. Há que se observar, também, que uma casa pode servir de prisão domiciliar, e Ricoeur (2010c, p. 344) parece atento para essa possibilidade quando declara que “o desmoronamento incrivelmente rápido do hegelianismo é um fato da ordem dos tremores de terra” do qual é impossível dizer “se ele marca uma catástrofe que ainda nos fere ou uma libertação cuja glória não ousamos expressar”. Em suma, talvez nunca saibamos se o fim da metafísica foi catástrofe ou libertação. Mesmo assim, “qual leitor de Hegel”, se nos pergunta Ricoeur, “uma vez seduzido como nós por sua potência de pensamento, não sentiria o abandono de Hegel como uma ferida, que, diferentemente precisamente das feridas do Espírito absoluto, não sara?”. Diante das ruínas do Espírito absoluto, Ricoeur (2010c, p. 351) nos sugere que não cedamos “às fraquezas da nostalgia”, mas que busquemos “a coragem do trabalho de luto”. O luto, portanto, é uma forma de *luta* contra a melancolia e a nostalgia que frequentemente acometem os leitores de filosofia que, ainda na faculdade, depois de quatro anos de formação, eventualmente descobrem que aquilo a que dedicaram alguns dos melhores anos de sua juventude já é, de certo modo, história, uma história que de certo modo já acabou, que já foi sucedida por outra, menos épica e mais prosaica do que aquela que culminou em Hegel. Parafraseando um dito de Milan Kundera (1987) sobre os dois tipos de riso que nos são possíveis, tudo se passa como se existissem dois tipos de filosofia — e, portanto, dois tipos de pensamento histórico —, antes e depois de Hegel, mas infelizmente só temos uma palavra para designar duas coisas muito distintas.

Façamos, agora, um *zoom out* histórico e hermenêutico: por que renunciar a Hegel em 1985 (data da publicação do 3º volume de *Tempo e narrativa*)? Se confiarmos na hipótese provocativa e didática de François Hartog (2014), em *Regimes de historicidade*, talvez seja importante renunciar a Hegel em 1985 porque nesse ano vivíamos o fim daquilo que — novamente — Milan Kundera (1995) chamou, em *A insustentável leveza do ser*, de Grande Marcha da História — assim, com maiúscula —, da gigantomaquia épica que se encerrou com o fim da Guerra Fria, com o desmoronamento da União Soviética, com a queda do muro de Berlim. Depois do fim dessa Grande História, fomos lançados no prosaísmo presentista, diz Hartog. Todavia, na épica Grande História, a sombra de Hegel ainda pairava sobre a consciência histórica dos indivíduos e grupos na forma de ideias como a da cura dialética das feridas que essa Grande História sofria e produzia. Quem fez faculdades de filosofia e

de história (e de letras, e de ciências sociais...) conheceu — e talvez ainda conheça — pessoas que, dialeticamente, ainda não fizeram o luto de certas ideias épicas e, sob formas às vezes suaves (e às vezes nem tão suaves), ainda declaram que isso ou aquilo é qualquer coisa como uma *astúcia da Razão*. Longe do clima metafísico de pensamento histórico, esse padrão argumentativo ganha tons parecidos com aquele das filosofias da história pré-hegelianas, apresentadas por Koselleck (1999) em *Crítica e crise*, a saber, o tom profético das profecias que se desejam auto-realizadoras, típicas dos indivíduos e grupos que desejam intervir na história por meio de sua redescritção, pela elaboração teórica das molduras por meio das quais deveríamos olhar para o fenômeno histórico. Fazendo do presente histórico um mero meio para um final feliz, o pensamento dialético se refugia no futuro. “O presente é todo ele crise quando a expectativa se refugia na utopia e quando a tradição se transforma em depósito morto”, declara Ricoeur (2010c, p. 399). É preciso, pois, *zelar pelas expectativas*. Penso que foi isso que Ricoeur aprendeu quando leu *Futuro passado*, de Reinhart Koselleck.

Os historiadores, eu sei, já não aguentam mais ouvir falar sobre horizonte de expectativas e espaço de experiência, como se Koselleck só tivesse contribuído por meio do oferecimento dessas duas categorias meta-históricas. Contudo, para Ricoeur (2010c, p. 354), em 1985 — ou seja, um pouquinho mais do que meia década depois da publicação de *Futuro passado* —, a expressão “horizonte de expectativa” é ampla o suficiente para designar ao mesmo tempo “a esperança e o temor, o desejar e o querer, a preocupação, o cálculo racional, a curiosidade, em suma, todas as manifestações privadas ou comuns que visam o futuro”. A leitura que Ricoeur faz de Koselleck, portanto, é mais do que respeitosa: é honrosa. A expectativa, tal como concebida por Koselleck, é um transcendental da existência, mais ou menos como a noção sartreana de projeto existencial, conforme dirá Ricoeur (2014) em *O si-mesmo como um outro*. “Horizonte de expectativa e preceder-a-si-mesmo correspondem”, diz Ricoeur (2010c, p. 433), “termo a termo”, aproximando o conceito koselleckiano também da filosofia heideggeriana — o que, como pretendo mostrar, tem uma implicação importantíssima. Todavia, contra Hegel, Ricoeur (2010c, p. 433) encontra em Koselleck um conceito de expectativa que, segundo o filósofo, é “uma estrutura da prática”, dado que “são seres atuantes que tentam fazer sua história e que sofrem com os males gerados por essa própria tentativa”. Indo além do que talvez tenha pretendido o historiador alemão, Ricoeur (2010c, p. 367) declara que “a implicação ética e política permanente das categorias meta-históricas de expectativa e de experiência” é “a tarefa de impedir que a tensão entre esses dois polos do pensamento da história se torne cisma”. Suspendendo — *ma non troppo* — a hipótese de que o presentismo pensado por Hartog seja precisamente a categoria que aponta para a ocorrência dessa cisma e me atendo ao que Ricoeur pensava contra Hegel em 1985, tudo se passa como se a leitura de Koselleck tenha inspirado Ricoeur (2010c, p. 368) a nos conclamar a “resistir ao encolhimento do espaço de experiência”, “lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo”, “reabrir o passado, reavivar nele potencialidades irrealizadas, impedidas”, a pensar “contra o adágio que diz que o futuro é aberto e contingente e o passado univocamente fechado e necessário”, a “tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada”. Exibindo um senso de possibilidade digno de Ulrich, protagonista de *O homem sem qualidades*, de Robert Musil (1989) — romance que, de certo modo, inspirava certo temor em Ricoeur na medida em que desafiava muito sua hermenêutica narrativista —, Ricoeur nos sugere que permaneçamos abertos para as mais variadas

formas do possível, como as intermitências do acaso e do coração, do mesmo modo que, para sua hermenêutica, conforme declara em *A memória, a história, o esquecimento*, “todos os livros estão abertos ao mesmo tempo” (RICOEUR, 2007, p. 19), isto é, tanto os de Koselleck quanto os de Santo Agostinho, não importando quando tenham sido escritos. Essa reabertura do passado é, em certo sentido, o contrário do esforço hegeliano de “fazer o trágico e o lógico coincidirem” (RICOEUR, 2010c, p. 340). “Já não buscamos a fórmula a partir da qual a história do mundo poderia ser pensada como totalidade efetuada”, diz Ricoeur (2010c, p. 349-50), contra Hegel e com Koselleck.

Todavia, se o confronto com Hegel mereceu um capítulo específico de *Tempo e narrativa*, o confronto com Heidegger foi mais indireto, esparso, difuso, mas também mais constante. Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur (2007, p. 367) diz “sem rodeios” que seu medo “é que a hierarquização, em *Ser e tempo*, das instâncias temporais — temporalidade fundamental, historicidade, intratemporalidade — em termos de originariedade decrescente e inautenticidade crescente” interdite o “reconhecimento dos recursos de condicionalidade – e nesse sentido de legitimidade – dispensado progressivamente de instância fundamental para instância fundamentada”. Tudo se passa como se *Ser e tempo*, para assegurar a verdade de suas teses, dependesse do asseguramento do lugar de enunciação dessas teses, a saber, o âmbito originário do próprio ou autêntico, da *Eigentlichkeit* concernente ao ser-aí que se sintonizou com a própria finitude e resolutamente antecipou a morte. Essas sintonização e antecipação, contudo, dependem de uma relação muito especial com a temporalidade originária, que se confunde com o próprio existir do ser-aí, e diante da qual a historicidade, enquanto transcendental da existência, permaneceria derivada. Para que o koselleckiano horizonte das expectativas corresponda termo a termo a estrutura da antecipação de si, é preciso retirar essa antecipação privilegiada das profundezas de uma temporalidade originária diante da qual até mesmo o tempo astronômico parece meramente ordinário. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur diz que

se de uma figura temporal à outra, há concomitantemente perda de autenticidade e aumento de originariedade, a ordem na qual as três figuras são percorridas não poderia ser invertida? De fato, a intratemporalidade é incessantemente pressuposta pela historicidade; sem as noções de databilidade, de lapso de tempo e de manifestação pública, não se poderia dizer que a historicidade se desenrola entre um começo e um fim, se estira nesse entre-dois e se torna o co-historial de uma sina comum. O calendário e o relógio são prova disso. E, se remontarmos da historicidade à temporalidade originária, como poderia o caráter público do historial não preceder a seu modo a temporalidade mais profunda, uma vez que sua própria interpretação depende da linguagem que desde sempre precedeu as formas tidas por intransferíveis do ser-para-a-morte? (RICOEUR, 2010c, p. 162)

A intratemporalidade é mundana, cotidiana, prosaica, dominada por ocupações, curiosidades, falatório, permeada pela inautenticidade e governada pelas preocupações do presente ordinário e das cinzas de suas horas. Nela, na visão heideggeriana, o futuro é eclipsado pelo presente. A historicidade, mais discreta do que a intratemporalidade, é governada pelo passado. A própria temporalidade, enquanto âmbito originário e fonte da experiência do tempo, é marcada por um futuro que só se mostra como tal na experiência da angústia e que só é assegurada pela e para a compreensão por meio dessa sintonia com a finitude, obtida por meio da resoluta antecipação da morte. Para Ricoeur, essa ênfase em um futuro que só é autenticamente conquistado pela compreensão quando deixamos nosso aparelho de rádio sintonizado na *Finitude AM* é um fechamento estoico das possibilidades que,

com Koselleck, aprendemos a reabrir. Ricoeur lê Heidegger como se a autenticidade empalidecesse as cores tanto da experiência propriamente histórica quanto do cotidiano — que, segundo Hartog, parece ser o que nos resta depois do fim da Grande Marcha da História. E isso é inaceitável para um pensador que quer e faz uma filosofia diferente daquela que vigorou de Platão até Hegel, definida como aprendizado da morte. Para Ricoeur (2010c, p. 431), a filosofia — da finitude — deve poder assegurar “uma atitude existenciária que coloca a despreocupação com relação à morte” e ser “uma celebração da vida mais que uma preparação para a morte”.

Declarei, no início, que Ricoeur faz a escolha da qual fugiu Camus, a saber, entre Agostinho e Hegel, e que o recurso ao pensamento de Koselleck atesta essa escolha. Penso que seja possível oferecer elementos para essa hipótese por meio de um recurso ao próprio texto do historiador alemão. É justamente quando fala sobre Agostinho e Heidegger que Koselleck mais se aproxima de Agostinho. Em um ensaio intitulado Continuidade e mudança de todas as histórias contemporâneas, presente em *Estratos do tempo*, Koselleck diz que

assim como o presente pode ser dissolvido entre o passado e o futuro, esse extremo mental também pode ser invertido: todo tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais. O futuro só existe como futuro presente; e o passado só como passado presente. As três dimensões temporais se conjugam na presencialidade da existência humana, ou, como dizia Agostinho, em seu animus. (KOSELLECK, 2014, p. 231)

Parece que Ricoeur (2007, p. 312) tinha razão ao declarar, em *A memória, a história, o esquecimento*, que “o paralelismo entre o par horizonte de expectativa e espaço de experiência”, de Koselleck, “e o par presente do futuro e presente do passado”, de Agostinho, “é marcante”. As coisas escalam em complexidade quando Koselleck (2014, 231-2), no mesmo texto acima citado, declara que “se todas as dimensões temporais estão contidas em um presente específico, e se, a partir deste, elas podem ser desdobradas, sem que possam, contudo, ser remetidas ao mesmo presente”, dado que este “sempre se esquivava”, então “essas três dimensões temporais também precisam ser temporalizadas”, coisa que “Heidegger viabilizou” precisamente “em *Ser e tempo*”, segundo o historiador alemão. Em seguida, tudo se passa como se fosse Agostinho que falasse por meio de Koselleck quando se lê, nas páginas do historiador alemão, a seguinte passagem:

Em primeiro lugar, existem (...) um passado presente e um futuro presente, aos quais corresponde um presente presente, seja este concebido como algo que se dissolve num ponto ou como algo que abarca todas as dimensões. Em segundo lugar, existe — já que todo presente se estende simultaneamente para a frente e para trás — um presente passado com seus passados passados e seus futuros passados. Em terceiro lugar, existe um presente futuro com seu passado futuro e seu futuro futuro. (Koselleck, 2014, p. 232)

“Toda história é história temporal, e toda história foi, é e será uma história do presente”, dirá Koselleck (2014, p. 233), linhas depois de declarar que foi precisamente Heidegger que viabilizou a temporalização das dimensões temporais. Em suma, tudo se passa como se tanto Ricoeur quanto Koselleck lessem, nas páginas de Heidegger, o um discurso *superagostiniano* no que concerne ao problema do tempo mas que, ao mesmo tempo, permanece preso à impossibilidade do autêntico pensamento da história. Essa hipótese se insinua também em uma nota de rodapé de *Futuro passado*, quando Koselleck (2006, p. 363) declara que “nem Agostinho nem Heidegger estenderam seus

questionamentos ao tempo da história” e que “permanece em aberto se as estruturas temporais intersubjetivas da história podem ser suficientemente deduzidas de uma análise da existência”. Essa alegação, presente em um texto de 1975, parece ser repensada em 1985 — mesmo ano da publicação do último tomo de *Tempo e narrativa*, portanto —, em um texto que Koselleck escreve em homenagem ao 85º aniversário de seu professor, Hans-Georg Gadamer. Nesse texto, Koselleck faz questão de separar sua teoria da história da assim chamada hermenêutica filosófica e, entre outras coisas, detalha a insuficiência do pensamento heideggeriano em termos de oferecimento de uma teoria da história. Todavia, como vimos, o que Koselleck separa, Ricoeur junta novamente, quase ao mesmo tempo em que Koselleck o separava. É possível dizer que as categorias de Koselleck são utilizadas por Ricoeur em uma direção eminentemente prática: nas últimas páginas de *Tempo e narrativa* lemos sobre um suposto “dever, ético e político, de agir de modo a evitar que a tensão entre horizonte de expectativas e espaço de experiência vire cisma”, levando a “imaginação utópica” a se converter em “expectativa determinada” (RICOEUR, 2010c, p. 437).

Em 2000, quinze anos depois de *Tempo e narrativa*, em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur já não está mais pensando em uma hermenêutica da consciência histórica, mas em uma hermenêutica *ontológica* da *condição* histórica. O que terá acontecido? Será que já não vivíamos mais, conforme uma frase de Gadamer (1997, p. 34), em *Verdade e método*, publicado em 1960, em uma “permanente superexcitação de nossa consciência histórica”? Restará, para a hermenêutica filosófica eticamente orientada, pensar “o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá” e “a ideia de uma política da justa memória” (RICOEUR, 2007, p. 17) em um tempo sem história? Aliás, a pergunta de Hartog (2014, p. 9), feita em 2011, no prefácio de uma nova edição de *Regimes de historicidade*, parece nos conectar com todo esse debate: o presentismo é “pleno” ou “padrão”? Isto é, ele está se realizando plenamente, há quase quarenta anos, ou ele é qualquer coisa como o *default setup* da consciência histórica — que nesse caso, só seria essencialmente histórica em um sentido muito especial, pois privativo, negativo, invertido. Se lembrarmos que *Tempo e narrativa* começa com a investigação sobre *a aporia do ser e do não ser do tempo* nas páginas de Agostinho, penso que talvez o recurso de Ricoeur ao mui agostiniano Koselleck nos permite pensar, hoje, na *aporia do ser e do não ser do tempo histórico*. Encerro essa reflexão com uma variação da pergunta de Ricoeur sobre o desmoronamento do hegelianismo: será o fim da Grande Marcha da História uma catástrofe ou uma libertação?

Se me perguntam, não sei.

Referências bibliográficas

BORNHEIM, Gerd. *Metafísica e Finitude*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: CARR, David. *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica* / Jurandir Malerba (organizador). — Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis. Intensificação da experiência do tempo e ampliação do espaço de

experiência: Ricoeur e nosso amplo presente. Eleuthería - *Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, v. 7, n. 13, p. 267 - 288, 30 set. 2022.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis. Presentismo e a experiência viva do tempo: uma aproximação existencial e narrativista. *Síntese: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 49, n. 154, p. 317, 2022.

COSTA, Vítor Hugo dos Reis. Presentismo e paradoxos terminais da expectativa e da experiência: contribuições para a hermenêutica da consciência histórica em um novo tempo do mundo. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 332–362, 2022.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEIDEGGER, Martin. *Ser y Tiempo*. Traducción, prólogo y notas de Jorge Eduardo Rivera. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, s/d.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução do original alemão [de] Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. - Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Trad. Teresa Bulhões C. da Fonseca. Direitos de edição da obra em Língua Portuguesa da Ed. Nova Fronteira, cedidos à Ed. Record de Serviços de Imprensa S.A. Rio de Janeiro: Record, 1995.

KUNDERA, Milan. *O livro do riso e do esquecimento*. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Tradução de Lya Luft e Carlos Abbenseth. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. –

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. Tradução Ivone C. Benedetti. – 1ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. (Tomo I) Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução de Hélio Salles Gentil. – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. (Tomo II) Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução de Hélio Salles Gentil. – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. (Tomo III) Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução de Hélio Salles Gentil. – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

TODD, Oliver. *Albert Camus: uma vida*. Tradução de Monica Stahel. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

REPRESENTAR OS RASTROS DO PASSADO: A HISTÓRIA COMO LITERATURA NA OBRA DE IVAN JABLONKA

Julia Ferrarezi Petrato

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

E-mail: juliaferrarezipetrato@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os usos e diferenciações a respeito do conceito de ficção em duas obras selecionadas do historiador e escritor francês Ivan Jablonka, são elas o livro *Historie des grand-parents que je n'ai pas eus*, publicado em 2012, consagrado pelo importante prêmio Guizot, e o livro *A história é uma literatura contemporânea. Manifesto pelas ciências sociais*, publicado originalmente em 2014 e traduzido para o português em 2020, pela editora UNB.

O historiador se destaca por suas obras que tensionam os limites entre a História e a Literatura. O livro *Histoire des grand-parents que je n'ai pas eus* trata da história de seus avós paternos, imigrantes ilegais poloneses na França, que tiveram um trágico fim sendo mortos em Auschwitz, em 1943. A narrativa que acompanha e remonta os rastros documentais da vida de seus avós, Mâtes e Idesa, se desloca dos protocolos de escrita geralmente associados a um livro de História, se encontrando com formas muito próximas da escrita literária. O uso marcante da primeira pessoa e sua presença constante ao longo do texto evidencia não somente um estilo de escrita, mas a presença constante do “eu” que configura uma dupla presença, a de historiador que pesquisa e reconstrói esse passado e a do neto que busca conhecer os avós que nunca teve.

Essas características impulsionaram suas reflexões que chegariam, posteriormente, à publicação de *A história é uma literatura contemporânea. Manifesto pelas ciências sociais*. Seu livro teórico busca expandir e aproximar as relações entre a história e a literatura, marcadas por uma série de conceitos que permeiam as duas disciplinas. Publicado um ano após o livro de seus avós, seu livro teórico serve como apoio fundamental para a presente análise, tendo em vista que, segundo Ivan Jablonka, sua escrita foi realizada como uma justificativa para os artifícios narrativos escolhidos no livro de seus avós paternos (JABLONKA, 2020, p, 34). É por isso, portanto, que consideramos a leitura e o cruzamento das duas obras um movimento importante para esta análise, buscando compreender de qual forma suas reflexões teóricas se materializam nessa escrita.

Após compreendermos o plano de fundo em que se inserem os dois livros escolhidos para essa análise, faremos um recorte desse cenário focando em um debate que circula entre as áreas e que é mobilizado por Jablonka em diversos momentos: o conceito de ficção. Para isso, a organização deste artigo se dará a partir conceito buscando analisar, inicialmente, de qual forma que o autor utiliza e compreende o conceito de ficção em seu livro teórico. Será realizado um movimento sistemático a respeito do conceito, bem como sua diferença em relação à proposta da chamada Ficção do método.

Por fim, uma breve análise a respeito da sua concepção de literatura, bem como sua relação com o real.

Ivan Jablonka e a busca pela ficção

Estimulado pela própria escrita no livro que retrata a vida de seus avós paternos, historiador escreve seu livro teórico como tentativa de expandir suas reflexões a respeito da escrita da história e seus atravessamentos. O título gera curiosidade por toda a sua extensão, “A história é uma literatura contemporânea”, seguido pelo complemento “manifesto pelas ciências sociais”, certamente intriga e captura os leitores curiosos. Para essa fase do texto, pretendo de forma sistemática analisar um dos conceitos que para o próprio autor torna-se evidente na busca de uma escrita que articule ambos os campos de conhecimento, mas mais do que isso, propõe o rompimento com determinadas regras de uma história científica. De Heródoto e Tucídides, até o giro linguístico marcado pela recepção conturbada de Hayden White, Ivan Jablonka pretende elaborar reflexões que articulam uma elasticidade disciplinar que se apresenta entre as diferentes formas de produção da escrita. Entre a História e a Literatura, há um mundo de conceitos que os atravessam, um deles é a ficção.

Para conduzir esse debate, é preciso nos questionar a respeito do sentido destinado ao conceito, bem como suas intenções, marcadas pelo local que o autor se situa na produção historiográfica. Nascido em 1976, Ivan Jablonka ingressou nos seus estudos na École normale supérieure e defendeu sua tese na Universidade de Sorbonne, em 2004. Ao longo de suas produções percorre diferentes temáticas, sua tese circula a partir da questão da infância e dos excluídos na França, ele também dedicou parte de suas pesquisas para construir a trajetória intelectual de Jean Genet. Posteriormente, seus livros dedicados à escrita da história e a presença do autor no escopo do texto se desdobram a partir dos dois livros escolhidos para essa análise, *Historie des grand-parents que je n'ai pas eus* (2013) e *L'Histoire est une littérature contemporaine: Manifeste pour les sciences sociales* (2014), seguidos por *Les corps des autres* (2015), *Laëtitia ou La fin des hommes* (2016) e *En camping car* (2018). Todas essas cinco obras se destacam de acerto modo a partir da postura do historiador que se apresenta no texto, mobilizando a transformação de determinados padrões da escrita historiográfica. Outro ponto fundamental de destaque para essa reflexão é sua herança da tradicional Escola dos Annales, marcada pelo entendimento da História como uma ciência social. Essa dimensão é importante para observarmos de quais formas suas reflexões, circunscritas às obras que escolhemos para esse trabalho, se apropriam do debate e dos conceitos que pretendemos cruzar nesta análise.

As explorações formais das obras do autor se destacam por elaborarem a convivência de uma escrita historiográfica marcada pela busca de um determinado passado, atravessado pelos afetos que permeiam o lugar que o autor ocupa como historiador que pesquisa esse passado e neto que busca conhecer seus avós. A partir dessa relação, uma série de questões são colocadas à luz de uma tradição historiográfica que busca distanciar o historiador do seu produto e, em confronto com essa posição, o autor indaga: “como escrever a história dos seus na condição de historiador?” (JABLONKA, 2020, p. 534). Seus questionamentos destacam sua posição ao elaborar um livro que o afeta diretamente, que está ligado ao vínculo pessoal e sua experiência de vida onde é possível distinguir as vozes narrativas ao longo da leitura, ou seja, ao mesmo tempo que demonstra os rastros documentais que seguiu para destrinchar essa história e descobrir mais sobre a vida dos avós paternos, também se apresenta como

pesquisador, buscando escancarar o processo de busca pelos documentos que o permitem rastrear esse passado. Em contrapartida, em seu livro manifesto, elabora uma série de reflexões e procedimentos que justificam suas escolhas narrativas, se guiando pela tentativa de romper com determinados protocolos de escrita sustentados por uma historiografia que se estrutura a partir de uma lógica objetivista, não permitindo aspectos de subjetividade apresentados ao longo do texto.

Nesse sentido, se opondo aos protocolos disciplinares marcados por determinada estrutura de escrita, a discussão a respeito do conceito de ficção é central para a condução de sua proposta pois é estabelecida como um dos meios possíveis para a rearticulação dessa escrita. Entendemos que a história e a própria ficção são termos históricos e suas relações e definições variam ao longo do tempo (HUTCHEON, 1991, p. 141). Esse é, portanto, um debate extenso que Luiz Costa Lima (2006) se apropria para estabelecer que essa relação posta se configura desde a antiguidade e destaca que a ficção é uma força da linguagem, e “a linguagem é o meio pelo qual o mundo é formulado” (2006, p. 263). Além de compreender que a ficção é operada como um modo discursivo, a ficção literária “incorpora, ainda que de forma velada ou esotérica, parcelas da realidade” (2006, p. 282), o que possibilita a relação ainda mais aproximada entre a História e a Literatura. No entanto, a respeito da compreensão da *ficção* como falseamento do real, estabelece que

Ao caracterizá-la por esse grau, confundimos a ficção com a fantasia e, a seguir, ou a desprezamos - atitude do realista - ou a valorizamos - atitude do anti-realista - seja porque ressaltamos a subjetividade dita criadora, seja, ao contrário, porque julgamos que tal fantasia se apropria do núcleo duro da realidade. (LIMA, 2006, p. 282)

Buscando dissociar a ficção do sentido do falseamento e abrindo espaço para compreender que há algumas dimensões que circulam esse debate, como a própria verdade, o historiador francês utiliza o conceito de ficção como uma ferramenta importante para a narrativa histórica. Colocamos aqui o autor francês em concordância com as reflexões de Costa Lima, pois, para ele “a ficção não é o verdadeiro, já que não existe, mas tampouco é o falso, já que não comporta qualquer intenção de enganar” (JABLONKA, 2020, p. 243). A partir dessa colocação, destrincha o conceito a partir de duas maneiras de observação: como intransitiva e transitiva. A primeira não estabelece uma relação com o real e, nesse caso, “a ficção não é nem verdadeira nem falsa: ela é outra coisa” (JABLONKA, 2020, p. 245). É importante destacar que seu entendimento sobre a ficção se estende a compreendê-la como não transformadora da realidade, mas como possível de inferir sentido ou elucidação sobre o real. Tendo essas condições estabelecidas, anuncia que a segunda concepção de ficção remete ao mundo, considerada a mimese do real, é a representação do mundo. Essa distinção proposta pelo autor se desdobra em uma série de outras investigações a respeito da ficção transitiva e sua relação com o real (JABLONKA, 2020, p. 247).

Uma terceira ficção, que se desloca da ordem da ficção romanesca e se distingue das demais apresentadas, são as chamadas *Ficções do Método*. Ao elaborar sua definição, Jablonka as diferencia das demais ficções principalmente por estabelecer uma relação - ou dependência - da função do real, elas buscam sempre o verdadeiro. O que se pretende estabelecer é que, ainda que o factual seja o objetivo de muitos textos históricos, a tentativa imposta pela ficção do método é ultrapassá-lo e, com isso, produzir sentidos a respeito de um passado que sem a escrita não possui qualquer

significado. As *Ficções do método* são ferramentas que, em busca do real, constituem um “raciocínio histórico” capaz de tornar o passado inteligível (2020, p. 171). Elas deixam de ser uma imitação, um desdobramento daquilo que chamamos de real ou de história, e se torna aquilo que ajuda a construir um saber acerca do mundo (2020, p. 254). Esse conceito, elaborado pelo autor, caminha junto com o que o mesmo denomina como *literatura do real*, que traz questões a respeito da forma da narrativa, ponto muito evidente na obra sobre seus avós, estabelecendo uma relação com a ficção como meio de compreender a história através do estranhamento, retornaremos a isso mais tarde.

Podemos compreender as ficções do método como as responsáveis pelo processo de investigação dos fatos, enquanto a forma não é, necessariamente, seu principal compromisso. Ou seja, as ficções do método são o meio, enquanto a literatura do real é a forma. Mas qual a diferença entre as ficções? Segundo Jablonka (2020, p. 272), a distinção entre ficção romanesca e ficções do método está na diferença do uso que fazemos delas, há ficções que são captadas pelo raciocínio histórico, que são empregadas para a busca do real e outras não. As ficções do método são aquelas que contribuem para ampliar enunciados da verdade, um meio para chegar ao conhecimento, enquanto a ficção romanesca se utiliza do campo da mimese, mas não se preocupa com a busca pela verdade. A ficção do método, ao contrário, se ativa sempre baseada em documentos e hipóteses. Ou seja, o uso que fazemos dela está associado à construção de um raciocínio histórico e, segundo o historiador, somente as ficções do método estão aptas a seguir tal caminho.

Tendo em vista as considerações acima, parece haver uma percepção de ficção como aquela que não rompe com a dicotomia do real e ficcional, ainda que estabeleça um entendimento de que a ficção está associada a uma ferramenta da linguagem, principalmente uma linguagem atravessada pela subjetividade do historiador que a escreve, essa ambivalência parece se apresentar quando se compreende a ficção não como forma de chegar ao real, mas como ferramenta investigativa. O princípio que se dá à investigação, caracterizada por Jablonka, consiste em rastrear os fatos, uma tentativa de mapear os documentos que (re)constróem a vida dos sujeitos no tempo. Essa é uma relação evidente na história de seus avós paternos, cujo objetivo é justamente remontar os traços da vida do casal, partindo de fontes e documentos encontrados ao longo desse percurso, onde a narrativa empregada ao texto se transforma em mecanismo de inteligibilidade, mas também como aquilo que desvenda o sentido por trás dos rastros encontrados. Ao falar, na abertura do terceiro capítulo do livro, a respeito de como surgiu a ideia de escrever a história de seus avós, explica

O projeto ganhou forma rapidamente: eu estava escrevendo a história da história deles, ou melhor, um livro sobre a história da história deles a partir de material de arquivo, entrevistas, livro fontes os quais acrescentaria antecedentes contextuais e perspectivas sociológicas. Tudo isso me permitia conhecê-los. Como narrativa das duas vidas e como registro da minha investigação, iria trazê-los à luz, não à vida. Mais do que seu fim trágico, era a sua viagem que me interessava, e a nossa dor inconsolável não teria outra expressão senão o desejo de saber. (JABLONKA, 2013, p. 77, tradução nossa)

Apesar de buscar definir o que é ficção como meio de tornar compreensível suas diferenças em relação às ficções do método, sua conceitualização ainda é difusa. É preciso questionar o referencial utilizado, pois parece haver uma aproximação entre o que o mesmo compreende como real e documento, cruzando as duas instâncias como uma só. Se o documento verifica um fato,

automaticamente ele configura o real?

É preciso também, no entanto, observar como se estabelece o diálogo com uma historiografia que debate o tema. A ficção, segundo Luiz Costa Lima (2006), instigado pelas reflexões de Wolfgang Iser (1996), incorpora parcelas da realidade e, portanto, assume uma transgressão à realidade, bem como se articula com as representações do passado. Segundo o autor, “a ficção implica a presença de uma aporia diversa daquela que respalda a escrita da história: não pretende ser uma investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la” (2006, p. 225). A percepção de Jablonka nos permite compreender que a função das ficções do método se estabelece a partir de uma forma possível de configurar o real através de uma busca que surge a partir da presença do arquivo como condutor desses rastros.

Um outro aspecto importante para essa análise é a afirmação presente indicando que não é possível definir a história como ficção tendo em vista que suas intenções e objetivos são distintos (2020, p. 27). Por isso, o historiador francês acaba por deixar aberta uma lacuna importante para sua reflexão teórica. Se os discursos, ficcionais e históricos, se formam a partir de uma estrutura narrativa que possui como objetivo construir sentidos sobre o passado (LIMA, 2006), as semelhanças entre os dois podem ser maiores que as diferenças.

A literatura e o real

Após definir as Ficções do método como um recurso importante para o raciocínio histórico, a caracterização da chamada *Literatura do real* nos chama atenção por estar associada à dimensão da forma tomada pela narrativa. Para essa fase do texto, busco compreender o que o autor está definindo como literatura. A leitura de seu livro teórico nos permite compreender que as ficções do método são utilizadas para construir o raciocínio histórico, dotadas do apoio ao factual, enquanto a literatura do real se entrelaça com a forma, fornecendo o contorno dos fatos.

Jablonka busca historicizar o debate a respeito do afastamento entre a história e a literatura ao longo dos séculos, indicando que ocorreu uma “grande separação” entre as disciplinas, também demonstra como a disciplina histórica se moldou ao longo do tempo a partir da busca pela verdade menosprezando a literatura como forma de dar corpo ao texto, apresentando a clássica questão que se evidencia pelo uso da literatura como uma forma de falsear o passado, ou seja, quanto menos literário, mais verdadeiro (2020, p. 65). Marcada pela expulsão do eu, a história ciência não permite qualquer vestígio de subjetividade no texto, e esse é o ponto de partida do historiador para pensar a literatura do real que se define por um conjunto de artifícios, incluindo as ficções do método, que possibilita a escrita tomar forma.

Em vez de concebê-la sob a forma de narrativa factual, factografia ou mimese referencial, pode ser definida como um texto no e pelo qual se busca algo verdadeiro. É uma encarnação do raciocínio histórico, o que une, precisamente, numerosos “gêneros afetivos” que vão da autobiografia à grande reportagem passando pelo documento-testemunho. (JABLONKA, 2020, p. 319)

A literatura do real ganha então um lugar entre os aparatos de escrita desenvolvidos como aquela atravessada pelo raciocínio histórico, anteriormente definido. As aproximações destacadas entre os campos em suas produções se evidenciam pelo uso de determinadas operações narrativas que

são comumente associadas ao domínio do literário, como a presença da primeira pessoa no texto, o sujeito que se aparece na narrativa ao ponto de dar às palavras sentidos e afetos que aparecem no livro para cumprir funções heurísticas e estéticas (TURIN, 2019).

Em *Historie des grand-parents que je n'ai pas eus*, a forma é algo muito presente. Isso porque ao longo da narrativa, é articulada uma tríade de artifícios: exploração dos arquivos, exposição dos documentos que remontam esse passado e as suas sensações ao encontrar esses rastros de vida. Uma passagem que nos chama a atenção se encontra em um momento que o autor abre espaço, em meio a explicação do que ocorria na França em 1940, ano de nascimento do seu pai, e relembra conversas com seu pai, Marsl.

Meu pai leu para mim uma carta que Idesa escreveu para seus irmãos na Argentina no dia 09 de maio de 1940: “Meus queridos, estou anunciando que eu trouxe um pequeno menino ao mundo. Estou enviando esse cartão do Hospital. Eu estou bem, e o bebê está bem. Seu nome é Moyshele, em Francês: Marsl. Esperamos que nosso pequeno menino nos traga muitas alegrias”. Eu amo essa carta. Não o bastante, pois ela torna claro as circunstâncias de um nascimento que, com o tempo, levará ao meu próprio (...). (JABLONKA, 2013, p. 157, tradução nossa)

Esse é apenas um entre os diversos momentos em que o historiador se apresenta no texto como neto do casal Matès e Idesa. Essas aparições revelam uma aproximação do *eu* presente na escrita da história. Podemos relacionar essas escolhas com o chamado *gênero híbrido*, conceito que Linda Hutcheon (1991) compreende como uma série de estratégias narrativas que reúnem características de ambas as escritas, mas tensiona, principalmente, a historiografia, tornando-a exposta ao processo de investigação da verdade. No livro de Jablonka, esses mecanismos podem ser analisados na constituição do autor enquanto sujeito e historiador através de uma estética que mobiliza sensações e busca dar novos sentidos ao passado a partir da revelação desses sentimentos.

O traço fundamental que o liga ao passado que busca narrar é o laço familiar, ainda que distante não só temporalmente, mas também por não o conhecer. Esse é o ímpeto que transforma o familiar em estranho. Ao anunciar em seu livro “Eu parti, enquanto historiador, em busca do passado dos avós que nunca tive” (2013, p. 09), constrói, a partir dessa afirmação, uma dupla função em seu texto: a posição de historiador e neto (TURIN, 2019, p. 83). Essa presença estabelece um rompimento com padrões de escrita que rejeitam tal forma de aproximação com o texto, e é a partir desse ponto que se torna possível identificar que o que o autor estabelece como literário são esses efeitos oferecidos pela narrativa. A partir dessas questões, é preciso chamar a atenção para a seguinte complexidade: o “real” parece estar fundamentado na figura do factual, enquanto o termo literatura parece se completar com aquilo que compreendemos como forma, as escolhas narrativas do texto, carregadas de um senso estético.

Ainda que suas reflexões sobre a literatura no campo das ciências sociais ocupe um lugar importante nas reflexões a respeito da escrita da história, o historiador deixa lacunas ao não definir determinadas concepções que se propõe a tratar. A própria noção do que é o real em sua obra parece ainda difusa e pouco evidente para seus leitores. Em uma resenha elaborada por Dominick LaCapra (2017), publicada na revista *History and Theory*, o autor indica elementos questionáveis na obra do historiador francês. Um dos pontos soltos se encontra justamente na indefinição de conceitos cruciais

para os estudos do entre lugar das disciplinas, como a ideia de “verdade” e “real” (2017, p. 103). Além da dificuldade em perceber tais definições, LaCapra também aponta para sua posição epistêmica, marcada pela presença de um apoio na tradição dos Annales que pretende reproduzir determinados postulados, como a própria questão do raciocínio histórico, marcado pela dimensão cognitiva da narrativa. A crítica é importante para localizarmos determinadas oscilações teóricas, mas não se pretende ao cruzamento do livro que justifica o objetivo da escrita teórica do historiador francês (TURIN, 2019, p. 97). Embora LaCapra não se proponha a analisar esse aspecto, compreendemos que os dois livros se complementam não somente porque um se justifica pela existência do outro, mas por elaborar uma espécie de método de escrita que surge a partir da busca do passado dos avós e se expande para desenvolver reflexões sobre a elasticidade dos protocolos historiográficos.

Conclusão

Não caberia buscar solucionar qualquer questão ou sequer traçar uma crítica e análise extensa e tão aprofundada dos livros escolhidos, busquei abordar de forma sistemática alguns dos conceitos centrais articulados por Ivan Jablonka e organizá-los, ainda que as lacunas sejam evidentes. No entanto, é possível dizer que há uma tensão importante sendo direcionada à escrita da história, principalmente se articuladas às experimentações formais dessa escrita e os desafios que se apresentam para a disciplina. Ao pensarmos em uma reconstrução da escrita que opere pela forma do texto como mecanismo de articular novos olhares para o passado, esse pode ser o ímpeto para a reconstrução de uma escrita da história que busque partir de questões outras, comprometidas, inclusive, com a tentativa de rastrear e tornar visíveis as vidas dos sujeitos.

Além disso, é preciso retomar rapidamente a intenção inicial dessa reflexão: os cruzamentos dos livros *Historie des grand-parents que je n'ai pas eus* (2013) e *A história é uma literatura contemporânea. Manifesto pelas ciências sociais*. (2020), como tentativa de compreender de qual forma a teoria se materializa na formatação narrativa do livro de seus avós, ainda que publicado anteriormente. Creio que esse exercício tenha organizado e aberto caminhos possíveis para pensar determinados conceitos a partir do escopo teórico do autor, mas não há intenção de esgotar tais reflexões ao fim dessas palavras. Os desafios colocados a partir da tentativa de reconstruir a escrita da história através do cruzamento das disciplinas são inúmeros e arriscam reformular estruturas institucionais consolidadas há séculos e essa complexidade permanece para além desta análise. O conceito de ficção e as elaborações em torno da história como literatura se enquadram no debate que se torna cada vez mais presente na disciplina histórica, sendo articulados de acordo, principalmente, com a tentativa de buscar formas de narrar o passado comprometidos com a tentativa de dar luz aos silêncios da História.

Referências bibliográficas

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Tradução: Verônica Galíndez. Editora UnB, 2020.

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente: Tradução. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 19, n. 35, p. 9-18, 2017.

JABLONKA, Ivan. *Historie des grand-parents que je n'ai pas eus*. Une équête. Paris: Seul, 2012.

JABLONKA, Ivan. *Laëtitia o La fi dels homes*. Anagrama, 2017.

JABLONKA, Ivan. *En camping-car*. Média Diffusion, 2018.

JABLONKA, Ivan. *Le corps des autres*. Média Diffusion, 2015.

LACAPRA, Dominick. What is history? What is literature? *History and theory*. v. 56, n.1, 2017.

LIMA, Luiz Costa. *História. ficção. literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

TURIN, Rodrigo. Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história. *O futuro da História: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*, v. 1, 2019

SANTA ROSA E AS RELAÇÕES EDITORIAIS QUE MARCAM A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

Francieli Borges

Doutora em Estudos Literários

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: francielidborges@gmail.com

A vida literária de um país é fruto de um sistema que envolve a expressão cultural a partir de inúmeros agentes. O modo como o objeto livro chega ao público, afora seu conteúdo, depende de uma discussão mais ampla que envolve toda uma noção de sociabilidade literária. Existe um sistema múltiplo que abarca os leitores, a crítica especializada, os editores e sua equipe, todos eles importantes ao se tratar “da reconstituição das práticas editoriais de uma época” (CARDOSO, 2005, p. 196).

A geração que movimentou o Romance de 30 viveu um conjunto de modificações sociais e econômicas que favoreceram a atividade livreira no país naquele período. As livrarias eram o motor de edição, mas também “foro de discussão e calibre dos princípios de seleção, o nó das alianças” (SORÁ, 2012, p. 125). Naquele decênio, os meios tradicionais de expressão já tinham sido afetados por uma nova linguagem, ela havia aberto espaço para a renovação pela qual a literatura se manifestava:

As mensagens eram recebidas como novos marcos morais da sociedade onde coube viver, a qual tinha que se ver para mudar. Esse efeito só poderia ser conseguido com a inauguração de um vocabulário para um novo país (...). Os críticos iriam alinhavando os portadores da realidade nacional, os homens novos; um punhado de livros aos quais, por essa época, começava a ser sancionado o veredito de brasilidade. (SORÁ, 2012, pp. 109-110)

Nos primeiros anos do Modernismo, principalmente, havia sido realizado o esforço na experimentação estética que propunha uma radical mudança na concepção da obra de arte, vista não mais como mimese (no sentido em que o Naturalismo marcou de forma exacerbada esse termo) ou representação direta da natureza, mas como um objeto de qualidade diversa e relativa autonomia (LAFETÁ, 2000, p. 21). O processo amplo de conhecimento da realidade nacional, que rompeu, pelo menos em partes, com a linguagem bacharelesca, tantas vezes criticada pelos textos jornalísticos de Graciliano Ramos, por exemplo, destruiu certas barreiras da expressão oficial do português brasileiro, dando força à literatura que viria a seguir, já que “a ruptura na linguagem literária correspondia ao instante em que o curso da história propiciava um reajustamento da vida nacional” (LAFETÁ, 2000, p. 21).

Embora os anos 1920, apesar de certas modificações, tenham assistido a resistência das superestruturas (PRADO, 2010, p. 18), já na década de 1930 há o espelhamento da agitação de aspectos importantes: “o processo de plena implantação do capitalismo no país e do fluxo ascensional da burguesia, dois fatores que mexem com as demais camadas sociais” (LAFETÁ, 2000, p. 27); assim, ocorre a fundação do Partido Comunista, além da formação de um agrupamento pequeno-

burguês católico direitista, formado por Jackson de Figueiredo (LAFETÁ, 2000, p. 27):

O decênio de 30 é marcado, no mundo inteiro, por um recrudescimento da luta ideológica: fascismo, nazismo, comunismo, socialismo e liberalismo medem suas forças em disputa ativa. (...) A consciência da luta de classes, embora de forma confusa, penetra em todos os lugares – na literatura inclusive, e com uma profundidade que vai causar transformações importantes. (LAFETÁ, 2000, p. 28)

Desse modo, na figura dos críticos, os alinhamentos ideológicos tomavam forma de legitimação mediante as apreciações dos textos, assim como jogavam luz sobre um conjunto de escritores novos que “irromperam no cenário cultural como uma revelação de que a literatura brasileira era possível” (SORÁ, 2012, p. 114). Diferente do que havia acontecido nos anos 1920 – a tomada de consciência a respeito do país era no sentido de pensá-lo enquanto algo novo a partir do tradicional, que, principalmente, deveria ser valorizado (PRADO, 2010, p. 27) – é iniciada a marca que caracteriza muitos dos romances da época: a perspectiva pessimista acerca dos rumos da nação. Por isso o foco nas questões populares e no tom coloquial dos textos pensados para a natureza daquilo que queriam expressar: o registro e o protesto envolvendo a sociedade brasileira.

Nesse contexto, certas rodas literárias ganharam evidência, entre elas, uma em especial, na capital do estado de Alagoas, Maceió, de onde saíram artistas e intelectuais que deram forma às interpretações que conhecemos hoje sobre aqueles anos – essas pessoas, além de compartilharem mais ou menos a mesma situação econômica e os graus de instrução formal, também se responsabilizavam pelas juízo dos textos, em primeira mão, uns dos outros – essa última atividade, “que elevava a crítica como o centro da cultura” (SORÁ, 2012, p. 112) fazia das avaliações literárias verdadeiros vereditos, sancionando critérios de unificação conceitual e intervindo nas associações estilísticas, de modo que as editoras se valiam dessa autoridade para correr menos risco com novos autores. Daí que também os próprios críticos fundassem livrarias- editoras. Quando esse não era o caso, a crítica feita dentro dos grupos literários – os pequenos artigos, ilustrações em jornais e revistas – era também um jeito para que se arranjassem meios de publicação.

À falta de suplementos literários, nesse período em que se escreviam rodapés de crítica restritos a pequenas redações no corpo de jornais locais, alguns grupos chegaram mesmo a produzir revistas próprias, ainda que de baixa tiragem. Ali, por meio de impressos periódicos, “gerava-se um sistema de intercâmbio, cujo funcionamento criava tanto alianças e disputas intra e inter-regionais como uma hierarquia de nomes, tendências e grupos como um todo” (SORÁ, 2012, p. 112). Também é verdade que esses grupos, independentemente da corrente a que se alinhassem, possibilitaram a modificação da circulação de livros como se conhecia até então.

Cabe ressaltar, porém, que antes disso, na década de 1920, o Brasil viu o surgimento de diversas novas editoras, entre as quais a mais eminente foi a Monteiro Lobato & Cia (reorganizada posteriormente como Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato), ativa em São Paulo entre 1919 e 1925, sucedida pela Companhia Editora Nacional, fundada em 1925 sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira, com Monteiro Lobato como parceiro e editor (CARDOSO, 2005, p. 173).

Essas enredadas relações comerciais tornam-se interessantes à medida que se começa a perceber um entrecruzamento de nomes e atores em torno da renovação do projeto editorial no período entre a Primeira Guerra Mundial e a chamada Revolução de 30. Escritores como

Humberto de Campos, Monteiro Lobato, Benjamin Costallat e Erico Verissimo misturaram-se nesse momento à atividade editorial, tornando-se não somente ativos articuladores de políticas editoriais como também objeto das atenções de alguns dos mais arrojados projetos gráficos da época. Será coincidência que, além de proprietários da revista *A Maçã* – de muita importância para o design gráfico do período –, Humberto de Campos tenha sido ainda um dos primeiros autores a ser alvo do novo tratamento dispensado às capas nas décadas de 1910 e 1920, primeiramente como autor da *Leite Ribeiro*? E que tenha se tornado depois principal autor e primeiro *best-seller* da José Olympio, editora que revelaria a obra de Santa Rosa na década de 1930? Será também coincidência que autores Théo-Filho e Benjamin Costallat – representantes de um cosmopolitismo carioca modernizante na década de 1920 –, ou de Monteiro Lobato, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia – amplamente identificados com certo momento imediatamente antecedente ao modernismo paulistano de 1922 –, também tenham tido destaque nesse processo de renovação editorial. (CARDOSO, 2005, p. 176)

Houve confluência de escritores, editores, críticos e artistas gráficos em torno da modernização do meio editorial entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da década de 1930, aliás, processo que abrange “o surgimento das capas ilustradas” (CARDOSO, 2005, p. 176). Naquele contexto, diante dos desdobramentos da ocasião na qual a elite do café se viu obrigada a ceder espaço a uma classe média ascendida, foram reforçadas ainda mais a desestabilização tanto da já antiga adoração à Europa, quanto principalmente o otimismo com tudo que fosse brasileiro (HALLEWELL, 2012, p. 463) – deu lugar a isso a sobredita preocupação e descontentamento com os rumos do país.

Na medida em que os agentes de cultura se esforçavam em frisar a confusão econômica e política, o governo fazia crescer a intolerância e reprimia as críticas. “Foi quando os descontentes buscaram uma saída na ficção política” (HALLEWELL, 2012, p. 464). Os então recentes temas ficcionais possibilitaram todo um novo apelo para as capas. A ilustração de capa era um recurso poderoso de comunicação da nova literatura que se fixava, assim como marcava a atenção ao nome da editora na unidade projetual, outra ferramenta de conquista de fidelidade do público leitor: “Assim é que o mercado editorial brasileiro chegou a meados da década de 1930 com um novo patamar de expectativas para a aplicação do design gráfico ao projeto de livros” (CARDOSO, 2005, p. 192).

No brevíssimo período entre 1917 e 1932, constata-se a introdução ou adoção das seguintes práticas: 1) generalização do uso de capas ilustradas; 2) primeiras iniciativas de refinamento no projeto dos miolos; 3) aplicação de preceitos de identidade visual em projetos de livros de uma mesma coleção ou editora. (CARDOSO, 2005, p. 193)

Assim é que Santa Rosa, nesses anos, consolida e leva adiante um padrão visual inteiramente novo. Outro aspecto a se considerar, se pensarmos em mercado editorial da época, é a queda do poder aquisitivo externo da moeda local, que tornava proibitivo o preço dos livros importados, “até então predominantes no mercado brasileiro” (HALLEWELL, 2012, p. 464). Daí o surgimento de inúmeras oficinas gráficas e livrarias:

Em nenhuma outra parte da vida nacional a transformação teve um jeito tão perfeito de milagre como nas oficinas gráficas... Vocês já observaram que nós traduzimos imediatamente a melhor produção mundial e que se esgotam tiragens grandes de obras ditas para a elite, a elite que há dez anos era composta de 50 brasileiros que sabiam francês e achavam hediondo o casamento do pensamento europeu com o nosso bárbaro idioma? (PONGETTI, citado em HALLEWELL, 2012, p. 465)

Se por um lado, o movimento renovador no mercado editorial brasileiro ocorre graças a toda

uma nova mentalidade de mercado surgida a partir de fatores socioeconômicos específicos; por outro, o espírito predominante ficava em torno da convicção que a tarefa do escritor era preocupar-se com questões de ordem política e social, debates que precisavam chegar ao público. O sentimento geral era o de “uma certeza de que não é possível ao intelectual ficar de fora, apenas observando os acontecimentos” (BUENO, 2015, p. 105), posicionamento que também foi responsável por uma polarização política, então o centro do debate intelectual. De um lado, os escritores ditos intimistas, alguns simpáticos e atuantes da Ação Integralista Brasileira; de outro, os escritores de origem nordestina, região então conhecida como Norte ¹, vários deles militantes de esquerda:

Essa singular aceitação do compromisso ideológico gerou estranhas associações. Uns rejeitavam a antiga e espúria liberal democracia porque era um simulacro; muitos outros rejeitavam-na por ser liberal, ou até mesmo democrática, no sentido burguês tradicional. E nem os clérigos nem os soldados queriam qualquer conversa com um sistema em que a política era privilégio dos leigos e dos civis. Apenas pouco a pouco, no correr do tempo, foram-se aclarando as incompatibilidades básicas entre os radicais de esquerda e os de direita. (HALLEWELL, 2012, p. 467)

E em meio a essas discussões surgiram as livrarias responsáveis pela divulgação dos romances, também elas movidas por escolhas de publicação a partir da ótica de seus editores. Nesse ponto, convém mencionar a editora José Olympio. O editor José Olympio havia vivido a década de 1920 em São Paulo como empregado da Casa Garraux, uma das mais famosas livrarias brasileiras do final do século XIX e começo do século XX, cujos espaços abrigavam quase diariamente “todas as figuras proeminentes da cidade – da sociedade, da política e da vida profissional” (HALLEWELL, 2012, p. 477). Nesse período, a capital paulista também assistiu ao nascimento e morte da gráfica-editora de Monteiro Lobato, cuja falência desnudou as dependências da livraria e da edição em relação ao mundo das elites, além da “ausência de qualquer autonomia do editor como corporação, atividade institucionalizada ou de alcance suprarregional” (SORÁ, 2010, p. 113).

José Olympio tinha o foco em livros com altas tiragens e rápida rotatividade. Suas movimentações dependiam bastante do andamento das livrarias já existentes e o modo como eram industrialmente bem-sucedidas. Quando o editor iniciava as suas atividades, existia a supramencionada Companhia Editora Nacional, “que cobria os interesses assentados em São Paulo e se mantinha graças ao alcance nacional de suas obras voltadas à educação” (SORÁ, 2010, p. 167). Já as livrarias culturalmente vanguardistas que iam bem eram justamente as que colhiam os esforços dos críticos literários que se ocupavam do “movimento de diferenciação da edição como atividade independente” (SORÁ, 2010, p. 112) daí que a José Olympio tenha se constituído como o maior selo da época, bebendo da lógica de capital a partir dos movimentos já iniciados pelas outras livrarias, isso é, com o investimento nos autores que compartilhavam praticamente o mesmo círculo. Assim, com uma gama de contatos e certa clientela estabelecida, José Olympio ia constituindo seu patrimônio literário quase de forma concomitante com que José Lins do Rego ia formando sua reputação de “grande crítico do Norte”,

¹ “A noção de Nordeste ainda não havia se cristalizado no uso corrente. A invenção dessa categoria decantou do processo de consagração dos autores que estão sendo tratados, processo que somente alcança um ponto de inflexão no final dos anos de 1940 (...). A partir de então, o Nordeste como categoria catalisadora do reconhecimento das obras ‘autenticamente brasileiras’ seria retroalimentado por movimentos políticos e sociais”, SORÁ. *Brasilianas*, op. cit., 2010, p. 103; ver também Durval Muniz de ALBUQUERQUE JÚNIOR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2012.

sobretudo após a publicação de *Menino de Engenho* (SORÁ, 2010, p. 112) em 1932.

Também é importante acrescentar que o editor, conhecido por várias ações publicitárias, tais como lançamento com autógrafos, então uma novidade, investia também na quantidade de impressões de obras de autores em ascensão:

Uma vez que um escritor conseguia uma proposta editorial, ofertava a seguir os serviços ou produtos dos amigos. José Lins do Rego parava na casa de Santa Rosa a cada viagem à capital, e por intermédio de seu editor tinha uma oportunidade de equilibrar a relação dom contra dom. Esse tipo de ato ‘desinteressado’ foi a matriz a partir da qual, em cascata, foram alavancando-se todos os intelectuais afins, provenientes de diversas regiões, mas especialmente do Nordeste e de Minas Gerais. (SORÁ, 2010, p. 140)

Ainda sobre as preferências da editora, vale ressaltar que pelo menos nos anos 1930 e 1940 ela se manteve com a linha de predominantemente publicar ficção, ensaios e história, de maneira que a proporção para divulgações de poesia era quase nula:

Das primeiras mil edições – que chegam ao início de 1947 –, cerca de trinta títulos eram de poesia brasileira e quinze de poesia traduzida: no total, menos de 5% da produção da editora. Dos brasileiros, os únicos autores importantes de poesia foram Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Ricardo, Augusto Frederico Schmit, Murilo Mendes, Adalgisa Nery e Olegário Mariano. (HALLEWELL, 2012, p. 494)

A publicação regular de poesia começou em 1954, chamando a atenção que um dos primeiros lançamentos de coleção, nesse gênero, tenha sido o *Poesias Completas*, do antigo editor Augusto Frederico Schmidt, com nada menos que 802 páginas (HALLEWELL, 2012, p. 494).

É interessante que “as vantagens que José Olympio obteve no Rio de Janeiro frente a outros editores, em um curto espaço de *tempo*, foram aceleradas pelo tempo da migração” (SORÁ, 2010, p. 167). Um escritor motivava o outro a ir para a José Olympio, sendo Rachel de Queiroz quem estimulou a entrada de Graciliano Ramos na editora; José Lins estimulou a entrada de Gilberto Freyre e assim por diante (SORÁ, 2010, p. 189):

Pode-se afirmar que, por volta de 1936, sobre o grupo de intelectuais unidos originariamente no ‘norte’, passou a pesar uma categoria coletiva de identificação, que os reunia como *romancistas do nordeste* e como grupo da Livraria José Olympio Editora. (SORÁ, 2010, p. 192).

Também em 1936 houve “um acontecimento da maior importância a longo prazo (...) e típico do modo pelo qual José Olympio tirava partido da consciência nacional que então despertava” (HALLEWELL, 2012, p. 493), isso é, a criação, nesse ano, da mais importante coleção da “Casa”, a *Documentos Brasileiros*: “a série estreou com *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, com prefácio de Gilberto Freyre, o diretor da coleção (HALLEWELL, 2012, p. 192).

Conforme sabemos, *Raízes do Brasil* foi uma das mais importantes obras de não-ficção da década no contexto brasileiro. A coleção *Documentos Brasileiros*, que de acordo com Luís Bueno foi uma “espécie de resposta à coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional de São Paulo” (BUENO, 2015, p. 43), teve a concepção do projeto proposta por Santa Rosa, de maneira que “o olhar converge todo para o centro da, atraído pela cor e pela ilustração. Num golpe, o leitor encontra o título do livro e a marca da coleção. Identificação imediata, informação completa” (BUENO, 2015, p. 43). Graças às publicações mencionadas, a fama da editora crescia e, também, da figura do seu editor:

Já em 1937, um crítico, no *Anuário Brasileiro de Literatura*, escreveria a respeito da José Olympio: ‘Esta importante casa editora (...) veio continuando no mais belo programa editorial até hoje empreendido no Brasil. Seu fundador e proprietário, o maior editor nacional na mais lúdica acepção da palavra, não tem poupado esforços ou economizado energias no sentido de converter a pequena ou, digamos com mais propriedade, a inexistente indústria do livro genuinamente brasileiro numa realidade brilhante... O editor reunira à sua volta os intelectuais mais proeminentes da cultura brasileira. Acolhia com prazer escritores novos e sempre se preocupava antes com oferecer uma chance ao autor que tivesse alguma contribuição à cultura brasileira do que com auferir lucro...’ E o ano de maior sucesso daqueles primeiros tempos estava por vir: em 1939, todos os prêmios literários oferecidos no Brasil, que não estivessem ligados a uma editora, foram conquistados por autores da J. Olympio. (HALLEWELL, 2012, pp. 490-491)

Outro marco aconteceu no ano de 1938, quando *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, vendeu duzentos mil exemplares no Brasil, “além de mais ou menos 420 mil em traduções para onze línguas, até 1970” (HALLEWELL, 2012, p. 490). *São Bernardo*, do mesmo autor, por sua vez, vendeu 95 mil exemplares no país, reforçando ainda mais a figura de Graciliano Ramos na literatura brasileira.

José Olympio, nessa altura, com o poder de alcance que tinha, poderia ter concentrado sua atenção nos escritos potencialmente menos controversos, mas preferiu não fazê-lo, de modo que manteve sua proporção de títulos brasileiros e “em ano algum, entre 1933 e 1944, representaram menos de 85% de suas edições” (HALLEWELL, 2012, p. 506). Além das ficções que geravam debates partidários, o editor também privilegiava a produção pelo viés político:

No começo de 1934, havia publicado *A Voz do Oeste: Romance-poema da Época das Bandeiras*, de um velho conhecido seu dos tempos da Casa Garraux, Plínio Salgado, autor importante como modernista, mas que as tendências nacionalistas do movimento levaram para a política, e agora tinha importância muito maior como líder da Ação Integralista Brasileira, o fascismo nativo, de camisa verde. Logo depois, José Olympio lançou uma coleção de Plínio e seus correligionários, *Problemas Políticos Contemporâneos*, que era pura propaganda integralista tal como os livros que, até então, vinham sendo publicados – mais ao lado de outros que apresentavam pontos de vista opostos – na Coleção Azul, da Schmidt. Este era abertamente simpatizante do integralismo, mas isso dificilmente seria o caso de José Olympio. (HALLEWELL, 2012, p. 495)

Como consequência da ampliação do cenário literário profissional, com impacto significativo sobre o público leitor, conforme temos demonstrado, são os romancistas de 30 que assistem, pela primeira vez no país, à produção e à distribuição de livros em ampla escala. No que tange à produção de livros com capas ilustradas, o caso brasileiro “é surpreendente tanto pelo pioneirismo quanto pela originalidade” (CARDOSO, 2005, p.168). Em poucos outros lugares do mundo desenvolveu-se tão cedo, tão rapidamente e com tanta riqueza de soluções, a arte de integrar imagem e texto nas capas de livros – é bastante conhecida a produção brasileira nessa área após meados da década de 1930, principalmente a partir da obra lapidar de Tomás Santa Rosa (CARDOSO, 2005, p. 168).

O estilo de Santa Rosa se diferenciava das marcas figurativas em modelos realistas de capa inteira, fotografias (CARDOSO, 2005, p. 60), ou então caricaturas, saídas comuns à época, embora ele concebesse que para “um certo realismo da prosa o desenho se afirma sobre o descritivo, apanha a forma dos objetos, a expressão do rosto dos personagens” (ROSA, 1952, p. 25), podendo ir até “ao detestável gênero norte-americano, fotográfico, antiartístico” (ROSA, 1952, p. 25). Seu traço apareceu na vitrine também graças às novas tecnologias envolvendo impressões no próprio país

– “se no século XIX as editoras floresceram graças à ligação dos seus proprietários com editoras europeias e à possibilidade existente de imprimir livros na própria Europa” (TORRESINI, 1999, p. 35), nos anos 1930, o material colorido necessário para os livros brasileiros, por ser requisitado em grande qualidade, teve o custo ligeiramente barateado, possibilitando que pudessem surgir soluções projetuais que não derivassem ostensivamente de uma matriz estrangeira conhecida.

Santa Rosa compreendeu seu ofício como “o milagre da participação, da comunhão de ideias e sentimentos” (...), cuja arte envolve, por sua vez, um cem número de ações, “de operações mecânicas, nem sempre, todavia, desnudadas de qualquer aparato, antes imbuídas quase todas de um alto senso de harmonia” (Rosa, 1962, pp. 35-36). O trabalho com a arte do livro, para ele, era condizente com a efervescência moderna de uma “época dramática, maravilhosa”, veloz, tal que ao chegar “o mundo a um ritmo mais normal, o balanço de suas atividades sociais, intelectuais, beligerantes ou domésticas, marcará no gráfico do estatístico um espantoso ziguezague de ângulos absurdos” (ROSA, 1962, p. 130).

A partir disso, o apelo visual das capas foi uma chave para o impacto do conteúdo do livro, cujas ilustrações evidenciaram importantes parcelas das narrativas, isso tudo em um período em que o habitual era a estética de uma padronagem sem “nota de graça”, como critica Gilberto Freyre, em artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 18 de outubro de 1925:

Este movimento de reabilitação da estética da tipografia e da impressão – da estética do livro, em suma – quase não nos atingiu, aos brasileiros e aos portugueses. Nós somos os países do livro feio. Do livro mal-feito. Do livro incaracterístico. Principalmente o Brasil. (FREYRE, 1925, p.1)

Isso já começava a mudar. A pesquisa documental evidencia que a intervenção de Santa Rosa foi um elemento valorizado na recepção dos livros em sua época. Mais ainda, o capista muitas vezes trabalhou para confirmar aspectos importantes dos enredos; tais aspectos são relevantes porque Santa Rosa leu diferentemente os mesmos romances para artes de capa distintas, por exemplo. Ele foi, portanto, um crítico desses textos, espécie de primeiro leitor dentro da resenha visual proposta naquelas tiragens. A pesquisa sobre o multiartista Santa Rosa, além de evidenciar como a sociabilidade literária interfere na vida cultural do país, também explicita certa historicização da crítica literária, muitas vezes nascida a partir das suas leituras de capa. Ele foi o responsável pela materialidade da imagem que chegou ao público da primeira recepção de inúmeros dos nossos hoje clássicos.

Referências bibliográficas

BUENO, Luís. *Capas de Santa Rosa*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EdUSP/Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

CARDOSO, Rafael. “Introdução”, in in CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1970-1960*. São Paulo: CosacNaify, 2005, pp. 7-19.

CARDOSO, Rafael. “O início do design de livros no Brasil”, in CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: CosacNaify, 2005, pp. 160-196.

FREYRE, Gilberto. “O livro belo”, in *Diário de Pernambuco*, 18/10/1925, p. 1.

LAFETÁ, José Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

ROSA, Tomás Santa. *Roteiro de Arte*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde/Serviço de Informação, 1952.

SER HISTORIADOR EM UM MUNDO POLÍTICO: EXPERIÊNCIA E IDENTIDADE NARRADA NA AUTOBIOGRAFIA “AN EUROPEAN PAST: MEMOIRS” (1988) DE FELIX GILBERT

Abner Madeira Wotkosky¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: abnermw@gmail.com

Nas últimas décadas tornou-se cada vez mais comum para intelectuais em geral, e historiadores em específico, o ato de escrever sobre suas próprias vidas, sejam essas escritas de si processadas como memórias, literatura testemunhal ou, para falar do interesse específico desta comunicação, autobiografias; e não há nenhum grupo de historiadores contemporâneos com tanta propensão a realizar esse tipo de movimento quanto aqueles e aquelas de origens judaicas que tiveram suas vidas afetadas pelo Holocausto e pela perseguição político-racial promovida pelos nazistas.

Claro, o fenômeno de escritas autobiográficas de historiadores não é um dado inédito do século XX (poderíamos, por exemplo, citar os casos de Edward Gibbon e Henry Adams), mas a reposição do problema da narrativa histórica a partir das décadas de 1960 e 1970 e o surgimento da geração de relatos testemunhais de sobreviventes do Holocausto, pôs em questão uma abertura para que historiadores se voltassem a outras formas de elaboração do passado, que não tem fundamentalmente uma orientação disciplinar, mas que tão pouco se afasta do uso de elementos narrativos presentes em textos historiográficos.

Para chegar ao exemplo que é de meu interesse, Gostaria de começar com um relato de um acontecimento. Era a Primavera de 1919, na cidade de Berlim. Um jovem chamado Felix Gilbert, no alto de quase 14 anos de idade, voltava da escola andando à margem do canal de Landwehr, próximo ao centro urbano, quando teve sua atenção chamada por uma pequena aglomeração de pessoas. Ao se aproximar, viu que estavam observando um corpo sendo retirado da água. Os homens que estavam encarregados da operação se dirigiram aos presentes espectadores anunciando que se tratava do corpo da militante e revolucionária comunista Rosa Luxemburgo, assassinada pelas Freikorps semanas antes, o que os jornais confirmariam no dia seguinte. A virada desse pequeno testemunho, porém, é que ele não chegou até nós por algum relato escrito diretamente pelo jovem menino alemão, mas sim pelas lembranças do octogenário historiador judeu Norte-americano Felix Gilbert, narradas em sua autobiografia intitulada *An European Past: Memoirs* (Memórias de um passado Europeu), publicada em 1988, que aborda fundamentalmente a sua “vida europeia”, abarcando os anos entre 1905 e 1945.

Gilbert escolhe trazer esse relato, localizado nos primeiros parágrafos da obra, para realizar uma comparação entre seu testemunho de infância e uma outra visão que teve sobre Berlim, cerca de quase 30 anos depois. Agora como cidadão dos Estados Unidos após ter sido forçadamente obrigado

¹ Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

pelos Nazistas a deixar a Alemanha, ele se dispôs a usar de sua expertise de historiador de origens alemãs para se “alistar” no setor de inteligência do governo Norte-Americano, em um órgão que posteriormente deu origem à CIA. Sua missão? Auxiliar, com seu conhecimento, no processo de desnazificação do país, dando às forças aliadas um entendimento profundo sobre as instituições e a história alemã, a fim de sofisticar a política de controle do território alemão após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Essa missão, portanto, deu a Gilbert a oportunidade de retornar à Berlim e visitar paisagens de sua infância. Ao falar sobre o quão irreconhecíveis estavam as ruas da parte da cidade onde morava, após os bombardeios aliados, ao falar das praças, jardins e prédios transformados em um imenso deserto pedregoso, ele coloca em oposição tanto o antes e depois de sua vida particular, transformada com o exílio forçado pelas políticas raciais nazistas, mas também um antes e depois da própria Alemanha em si.

Não parece ser por acaso a escolha em se lembrar do que testemunhou em 1919: Gilbert parece apontar ao leitor que aquilo foi o início da futura catástrofe, tanto para a Alemanha quanto para ele mesmo, encontrando no ano de 1945 a consequência desse processo trágico. É notável como aqui podemos ver a subjetividade de uma narrativa autobiográfica, com um olhar que realça sentimentos e percepções individuais, se entrecruzando com informações e modos de articulação textual geralmente encontrados em textos historiográficos.

Esse livro específico é considerado parte de um núcleo de escritas de si produzidas por historiadores que passaram por um processo de exílio/migração forçada durante os anos 1930, não sendo portanto relatos de sobreviventes dos campos de concentração e extermínio². Permitam-me uma digressão sobre isso. Não é de hoje que existem pesquisas que investigam o impacto da imigração e do exílio intelectual na Historiografia; há quem diga, inclusive, que esses elementos ajudaram a moldar de forma incisiva os estudos históricos em períodos como a Antiguidade Clássica (DILLEREY, 2007, p. 51-70, apud BERGER; MILLER, 2022, p.25).

Porém, na Historiografia Contemporânea, os fenômenos migratórios ganharam outra dimensão dentro do campo de estudos históricos e na academia de modo geral. Se no século XIX, o dito auge da ciência histórica ocidental, havia um compromisso dos historiadores com questões ligadas aos nacionalismos e a serventia do discurso historiográfico aos projetos Estatais, no século seguinte uma paulatina mudança veio a ser sentida: tendo seu ápice no processo de globalização no final do século XX, o movimento de migração intelectual representou uma mudança paradigmática no que concerne aos interesses dos historiadores e a dinâmica de produção da História.

Nunca antes na história da ciência histórica, e do conhecimento científico em geral, foi tão recorrente a transposição de lugares de escrita e pesquisa acadêmica, nas mais diversas fases

2 Sobre a comparação entre as autobiografias a que estou me referindo, e os escritos testemunhais dos sobreviventes dos campos de concentração, um estudo introdutório importante é o feito pelo historiador Jeremy D. Popkin (2003). Ao refletir sobre o recorte de espaço e tempo que fez em suas pesquisas no início dos anos 2000, Popkin diz que os indivíduos nascidos no início do século XX até a década de 1930 estavam entre os que mais lideraram o boom de memórias, autobiografias e escritas de si em geral que analisou, dando destaque justamente a estes historiadores judeus nascidos na Alemanha; tais indivíduos seriam então autoconscientes a respeito da era em que viveram, pensando-a como sendo historicamente disruptiva (Guerras mundiais, governos autoritários, genocídios). São autobiografias que mediam os sentimentos pessoais acerca de pares como exílio/retorno, perda/reconquista, nostalgia/esquecimento, trauma/reconciliação, com os processos históricos do século XX. Aqui, o enredamento da identidade narrada na autobiografia é feito levando em conta diferentes modos de relação para com um passado fraturado pela migração ou exílio.

de carreira dos intelectuais. E entre o século XIX e o auge da globalização, existiram décadas caracterizadas pela violência dos nacionalismos extremistas, diversas guerras civis e duas guerras mundiais que constituíram as estruturas de poder em todo o globo. Mesmo o fenômeno do exílio acadêmico podendo ser localizado também em séculos anteriores, é no século XX que ele assume um aspecto mais presente de experiência.

A partir de 1933, com a ascensão dos Nazistas ao poder na Alemanha, esse complexo e traumático processo de migração populacional foi sentido por todo o país. Milhares de homens e mulheres, sobretudo das comunidades minoritárias alvo da violência Hitlerista, forçosamente abandonaram seus lares, seus antigos laços sociais e o passado que era então tido como o assentamento de suas identidades. Processo semelhante já estava ocorrendo e continuaria a ocorrer, em toda a Europa, com movimentos políticos autoritários de leste a oeste empregando a força das instituições estatais contra aqueles que eram considerados ameaças a seus projetos de poder. E dentre os milhares de migrantes forçados, os extremos do sombrio século XX levaram ao movimento de migração de intelectuais como já coloquei anteriormente, que se viram forçados ao exílio, sobretudo por conta da imposição de condições adversas de trabalho e políticas segregacionistas.

Cerca de dois meses após Hitler ser nomeado Chanceler, a Ditadura Nazista estabeleceu a chamada Lei para a Restauração do Serviço Civil Alemão (*Gesetz Zur Wiederherstellung des Berufsbeamtentums*), levando a demissão sistemática dos judeus nas universidades e em todo o serviço público (TORTAROLLO, 2015, p.383). De acordo com dados levantados pelos historiadores Andreas W. Daum, Hartmut Lehmann e James J. Sheehan, cerca de 98 historiadores já consolidados em posições acadêmicas foram forçados a sair da Alemanha ao longo dos anos 1930 (DAUM, LEHMANN e SHEEHAN, 2016, p.37), em sua maioria por conta da lei anti-judaica. Contando também com as estimativas acerca do número de imigrantes alemães vítimas da perseguição nazista que se tornaram historiadores em seus países de exílio – os autores supracitados falam em 107 pessoas (DAUM, LEHMANN e SHEEHAN, 2016, p. 33) – obtêm-se um número de pelo menos 205 historiadoras e historiadores alemães que fizeram parte dessa comunidade de imigrantes, estrangeiros, exilados.

Pensando somente a dimensão matemática da questão, avaliando a quantidade de historiadores e intelectuais que emigraram da Alemanha e de outros países nesse contexto, não dá para aferir o essencial: o impacto que esse processo teve na própria pesquisa histórica e na escrita da História desses países, pensando que os historiadores tiveram de lidar com problemas de ordem histórica tanto dentro de seus ofícios, mas também do ponto de vista da ação pessoal, da participação política no contexto da Segunda Guerra, da resistência ao Nazi-Fascismo e nas consequências sentidas no Pós-Guerra e nas décadas seguintes (TORTAROLLO, 2015, p. 384). Pode-se inferir que esses crimes contra a História – para citar uma importante expressão do historiador Antoon De Baets (2018) –, com a perseguição de minorias em geral, e particularmente de historiadores, levaram à produção de verdadeiras Historiografias Diaspóricas, cujas influências atravessaram a barreira das gerações.

Estes historiadores que passaram pela experiência de migração forçada desenvolveram uma complexa relação com o passado, o que pode tanto ser a justificativa para o investimento no ofício histórico como também no autobiográfico. Muitos encontraram, com os estudos históricos, uma razão para se refletir acerca das causas de seu exílio e das raízes da catástrofe que se abateu sob a Alemanha e a Europa.

Em certa medida, isso está relacionado ao fato de que a causa defendida na dimensão do engajamento político e existencial do historiador perdeu a disputa de força contra aqueles que obrigaram o exílio. Por mais que exista o clichê de que os vencedores escrevem a História, é possível dizer que eles o fazem construindo, de maneira teleológica, uma resposta fácil, enquanto os derrotados (aqui representados pelos que estão em exílio) tendem a buscar respostas mais complexas e inovadoras, a luz do fato de terem perdido (KOSELLECK, 1988, p. 42 apud BERGER; MULLER, 2022, p. 26). Muitos especialistas reforçam a ideia de que essa constelação de historiadores foi responsável por importantes inovações conceituais em seus países de exílio, um dado que é reconhecível mesmo que a história dos efeitos dessa migração provocada pelos nazistas ainda não tenha sido escrita (RODRIGUES, 1986, p. 27).

Assim como Felix Gilbert, figuras como Peter Gay (1998), Fritz Stern (2006), o casal Georg e Wilma Iggers (2006), Saul Friedländer (2016), George Mosse (2000) e Hanna Holborn Gray (2018) também entrecruzam as suas experiências particulares com a construção de uma consciência histórica mais ampla acerca do século XX, com uma diferença: Enquanto Gilbert já era um historiador formado, em 1933, tendo sido diretamente afetado pela política de perseguição aos judeus nas universidades, os demais citados eram crianças ou adolescentes que se tornariam historiadores anos depois, e também carregariam para os seus ofícios a marca de terem sido forçados à emigração pela perseguição nazista.

Porém, diferente dessas outras autobiografias escritas por historiadores judeus de origem alemã desse contexto, “A European Past” é um modelo de texto intermediário entre uma autobiografia monográfica e um relato memorialístico/testemunhal. Em outras tradições diferentes da dos alemães exilados, como a francesa, temos como exemplo desse modelo de relato textos como os de Marc Bloch (2011). São testemunhos autobiográficos que narram grandes dramas do século XX estruturalmente produzidos não apenas de um ponto de vista orientado por uma tendência ou preferência ideológica específica, mas também uma utópica tentativa de racionalizar historiograficamente as paixões e tendências violentas de seu tempo, como o Fascismo e o Nazismo (AURELL, 2016, p.139). Gilbert se coloca entre caracterizar a sua luta contra o Nazismo e focar em outros aspectos de sua vida como a infância, suas relações pessoais e as escolhas intelectuais e seu treinamento como Historiador.

Como exemplo dentre os temas do livro, permitam-me citar o segundo capítulo da obra, no qual Gilbert se propõe a responder uma pergunta de interesse central em qualquer autobiografia de um acadêmico: “por que me tornei um historiador?” É interessante notar e se questionar o porquê de responder essa pergunta ser algo importante para a construção do argumento da obra. Se a autobiografia é um processo de narrativização da identidade, um exercício voltado a historicizar a si mesmo, os elementos estruturais do texto são em sua razão de ser justificados por esse propósito. Logo, por ser uma autobiografia de um historiador, pressupõe-se o interesse de desenvolver uma reflexão sobre como essa identidade de historiador surgiu, por ser parte umbilical da persona mais ampla que compõe a natureza motivadora do texto.

Há, é claro, uma resposta de dimensões prosaicas: Gilbert diz que poderia limitar sua resposta a simplesmente dizer “li um livro de história na infância, e gostei”. Porém, em nome da complexibilização da trama, se fez necessário apontar as circunstâncias históricas mais amplas que moldaram essa identidade. Escreve Gilbert:

O estudo da história parecia para mim de uma importância gigantesca e de uma atração irresistível por conta do mundo em que cresci, um mundo da política. Eu tinha nove anos e havia acabado de entrar no *gymnasium* quando a Primeira Guerra Mundial começou. Eu tinha treze anos quando a guerra acabou em derrota e a Alemanha se tornou uma república. Eu tinha dezoito anos e havia acabado de completar meu primeiro semestre na universidade de Heidelberg quando a inflação alemã levou a uma quase guerra civil na Saxônia e na Baviera (...) Guerra, revolução e turbulências civis, em uma corrente interligada, moldaram os anos cruciais da minha juventude. Eu sentia – e muitos de meus contemporâneos compartilhavam esse sentimento – de que nós pertencíamos a uma geração especial, diferente daquelas que vieram antes e depois. Céticos com relação aos valores do passado, nós também éramos céticos quanto à estabilidade do futuro. (GILBERT, 1988, p.26-27)

Percebe-se, então, na leitura de Gilbert, a estrutura de vida acadêmica conectada às suas crenças políticas e ideológicas, pois a enxerga como um comprometimento com questões mais amplas e não com uma torre de marfim isolada do mundo. Ou seja, a relação/ conexão que Gilbert faz da sua própria história com a História da Alemanha é um reflexo do seu entendimento do ofício do historiador.

Por essa razão há na estrutura do texto a busca por uma justificativa/explicação para a sua decisão de carreira ligada aos acontecimentos decisivos das primeiras décadas do século XX. Sua formação intelectual estaria invariavelmente ligada ao panorama histórico-político da Alemanha. Há portanto um jogo estruturalmente orientado no texto em que existem preocupações com a acuidade histórica e o contexto, dando a autobiografia de Gilbert um forte senso de referencialidade na tentativa de abafar sentimentos particulares, atestando aí sua tentativa de produzir uma narrativa com certo grau de objetividade. Ainda assim, isso não diminuiu o prazer do autor em lidar com a dimensão mais imaginativa da memória, sendo isso uma evidência de elementos ficcionais em conjunto com os elementos mais historiográficos. Sobre esta dimensão memorial, Gilbert escreve:

É fácil de explicar o porquê de me lembrar melhor dos aspectos da minha vida em Heidelberg e sentir prazer em fazer isso. Os belos e desocupados momentos do meu semestre em Heidelberg se mantêm com uma particular força e clareza porque eles foram moldados em contraste com a cada vez mais escura e sinistra atmosfera que envolvia a Alemanha. (GILBERT, 1988, p.47)

Aqui se apresenta, portanto, uma característica das autobiografias muito bem apontada por Luiz Costa Lima (2007, p.465) no ensaio “Júbilos e misérias do pequeno eu”: tal contextualização do sujeito em sua relação com o mundo e os acontecimentos históricos de sua época é um elemento indispensável para uma autobiografia, muito mais do que para qualquer outro tipo de escrita de si. Ou seja, escritas autobiográficas já pressupõem, de início, uma ancoragem construída e imaginada em um espaço e em um tempo prefigurados no passado e que fazem parte de um contexto exterior ao próprio sujeito autobiografado, e há um pacto tácito do escritor para com seu público de leitores, o de expor o que é esse mundo no qual sua identidade foi forjada.

Há nesse ponto um processo de ficcionalização envolvendo tal relação entre o “eu” e o “mundo”. Entendo que ficcionalizar, nesse caso, seria construir na trama do texto essa relação pinçando acontecimentos que o indivíduo julga terem sido essenciais para essa formação. No caso de Gilbert, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução de 1919, a derrocada do Império, a crise de 1923, em suma, todos os acontecimentos que normalmente são associados a uma mudança profunda na sociedade alemã e europeia do início do século XX são pontuados como elementos que marcam não apenas Gilbert, mas toda uma geração de intelectuais e historiadores que se formaram ao longo desses

anos.

Ele considera a si mesmo como um elo de uma corrente de experiências que, postas conjuntamente de modo coletivo, apresentam um retrato de uma parcela da sociedade alemã, britânica e estadunidense, para citar três lugares em que ele viveu e que levam a ele a questões históricas cruciais as quais ele busca responder unindo conhecimento histórico e experiência pessoal.

Esse exercício de tentativa de compreensão mostra uma melancólica e triste relação com o que seria o passado perdido da infância e juventude de Gilbert, querendo ele entender as razões do distanciamento entre o que restou do mundo que ele viveu, sobretudo sua infância em Berlim, e a vida pós-exílio. É como se as bombas que, num plano macrocósmico, destruíram parte da cidade após a Segunda Guerra, tivessem feito desaparecer também a sua Berlim particular, que nunca mais voltaria a ser a mesma após a guerra.

Portanto, será que o texto autobiográfico é apenas sobre Gilbert, ou é também uma tentativa de retrato de época? Onde começa e onde termina o sujeito e o contexto histórico coletivo? Em que medidas tais conexões são inventadas? De que forma essa tentativa de expressão da crise alemã não serve a um propósito maior no texto, se o objetivo de Gilbert é caracterizar a sua identidade como fruto de uma fragmentação provocada pelo exílio político, logo sendo necessário apresentar o mundo pré-exílio como algo que ele já não reconhece mais?

São perguntas para as quais, na minha atual altura de pesquisa e dado o curto espaço desta exposição, ficam como um motivo e gancho de continuidade. Porém, se me permitem uma provocação, gostaria de citar um trecho das palavras de Ivan Jablonka em seu ensaio *O terceiro Continente*:

No século XX, as violências de massa têm obcecado os escritores e jornalistas muito antes dos professores da Sorbonne. O primeiro historiador da Shoah é um químico de formação que se chama Primo Levi. O primeiro historiador do gulag, Alexandre Soljenitsyne, ensinou física após ter feito seus estudos em matemática. Svetlana Alexievitch, coroada com o Prêmio Nobel de Literatura em 2015, escreveu uma história oral da epopeia soviética, desde o patriotismo das mulheres na Primeira Guerra até o “fim do homem vermelho”, passando ainda pela guerra do Afeganistão e pela catástrofe de Tchernobyl. Antes mesmo de ser um ofício, a história é uma maneira de pensar encarnada numa escrita. (JABLONKA, 2017, p.15)

Apesar de Gilbert ser um historiador de formação, diferentemente dos “não especialistas” citados por Jablonka, é preciso reforçar que “*A European Past*” não é fundamentalmente um livro acadêmico. Porém, se levarmos a sério o princípio da história enquanto uma maneira de pensar o mundo, abraçar outras formas de produção sobre o tempo e o passado se torna um imperativo necessário para atualizar a História da Historiografia nas demandas do século XXI.

Em resumo, penso que as autobiografias podem ter um estatuto teórico-epistemológico de revelação de um modo específico de articulação de historiadores para com o passado histórico, relacionando-o com as suas próprias experiências singulares e o estruturando de um modo muitas vezes semelhante ao feito na pesquisa histórica. Ou seja, levar em conta que os sujeitos que produzem o conhecimento histórico são afetados por esse mesmo fenômeno que estudam e muitas vezes traduzem essa relação em narrativas sobre suas próprias vidas. E isso tudo leva a entender, também, que um estudo que eleva a autobiografia a um objeto historiográfico pode ajudar a problematizar ainda mais a aproximação do conhecimento histórico de outros campos de escrita que possuem elementos ficcionais e subjetivos.

Como fenômeno de escrita que envolve história, memória, literatura e ficção, penso que as autobiografias se encaixam nesse entrelugar em que o passado geralmente pode ser encontrado.

Referências bibliográficas

AURELL, Jaume. *Theoretical perspectives on historians autobiographies: From documentation to intervention*. New York: Routledge, 2016.

BERGER, Stephan; MULLER, Philipp. *Dynamics of emigration: Émigré scholars and the production of historical knowledge in the 20th century*. New York: Bergahn Books, 2022.

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2011.

DAUM, Andreas W; LEHMANN, Hartmut; SHEEHAN, James J. *The Second Generation: émigrés from nazi Germany as historians*. New York: Bergahn Books, 2016.

DE BAETS, Antoon. *Crimes against history*. Abingdon: Routledge, 2018.

FRIEDLÄNDER, Saul. *Where memory leads. My life*. New York: Other Press, 2016.

GAY, Peter. *My German Question. Growing up in Nazi Berlin*. New Haven & London: Yale University Press, 1998.

GILBERT, Felix. *A European Past. Memoirs, 1905-1945*. New York: W.W Norton & Company, 1988.

GRAY, Hanna Holborn. *An academic life. A memoir*. New Jersey: Princeton University Press, 2018.

IGGERS, Georg; IGGERS, Wilma. *Two lives in uncertain times. Facing the challenges of the 20th century as scholars and citizens*. New York: Berghahn Books, 2006.

JABLONKA, Ivan. O Terceiro Continente. *Artcultura*. Vol.19, n.35, pp.9-17, 2017.

LIMA, Luiz Costa. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.

MOSSE, George L. *Confronting History. A memoir*. Madison: The University of Winsconsin Press, 2000.

POPKIN, Jeremy D. *History, Historians and Autobiography*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

RODRIGUES, José Honório. O exílio no Ocidente. In: *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes,

1986.

STERN, Fritz. *Five Germanys I have Known*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.

TORTAROLLO, Edoardo. Historians in the Storm: Emigrée historiography in the twentieth century. In: MIDDELL, Mathias; ROURA, Lluís. *Transnational challenges to national historical writing*. New York: Palgrave Mcmillan, 2013.

SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES DE AMAR: O CONCEITO DE AMIZADE EM GONÇALVES DE MAGALHÃES ¹

Keversson William Silva Moura

Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: keverssonwsm86@gmail.com

Introdução

O presente artigo visa tematizar o conceito de amizade em Domingos José Gonçalves de Magalhães, a partir da análise da obra *Poesias* (1832). Busca-se, sob um enfoque foucaultiano, discutir a prática amistosa em Magalhães, compreendendo-a como um modo de vida crítico ao êthos egoísta da sociedade oitocentista brasileira, como uma experiência homoerótica, uma performance de gênero que tensiona prescrições heteronormativas.

Gonçalves de Magalhães nasceu em 1811 no Rio de Janeiro e faleceu em Roma em 1882. Foi diplomata, escritor romântico, historiador e estadista do Império do Brasil. Juntamente a Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, fundou, em 1836, a *Revista Niterói*, periódico que propunha a criação de uma literatura autônoma nacional e que teria dado origem ao Romantismo no Brasil, além de ter publicado importantes obras, como, por exemplo, *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836) e *A Confederação dos Tamoios* (1856).

Escrita aos 21 anos no período do Primeiro Reinado e publicada já nas Regências, em 1832, a obra *Poesias* inicia Gonçalves de Magalhães na trilha das letras pátrias e é profundamente influenciada pelas questões candentes do contexto pós-independência, como as tensões e debates em torno do futuro da nação em vias de se constituir, pelas disputas partidárias, por um forte sentimento anticolonial e antilusitano e pelas inúmeras críticas às atitudes que seriam arbitrárias e despóticas do imperador D. Pedro I. Por esse motivo, aos poemas reunidos no livro dedicados ao civismo, ao amor à nação e ao dia 7 de abril, somam-se as várias poesias sobre o amor, as “Marílias” e a amizade, tema este central da presente pesquisa.

Nestas poesias dedicadas aos amigos e à prática amistosa, observamos que há uma crítica ao despotismo do imperador D. Pedro I, à escravidão e à moralidade da sociedade oitocentista brasileira, que também se realiza a partir da forma como a questão da amizade é tratada, apontando, assim, para mais camadas em torno da historicidade deste conceito. Nesse sentido, argumentamos que o conceito de amizade mobilizado nessa produção de Magalhães oblitera, possivelmente, certo binarismo sexual e de gênero, propiciando, assim, um comportamento afetivo mais amplo e complexo entre dois homens, o qual denominamos de homoerótico e de uma performance de gênero que tensiona

¹ Este trabalho consiste em parte da minha dissertação de mestrado ainda em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento à pesquisa.

instâncias heteronormativas. Argumentamos ainda que a amizade, enquanto afeto e relação intersubjetiva, assume centralidade no projeto literário e ético-político de Gonçalves de Magalhães, na medida em que está radicada na liberdade, na esfera pública, na moderação das paixões e desejos dos sujeitos, como o egoísmo, e, sobretudo, no domínio de si. O que permite que o sujeito critique a si mesmo e a sua realidade, não se feche sobre si mesmo e se autodetermine de maneira autônoma (nunca independente), configurando-se tal prática amistosa, desse modo, como uma forma de subjetivação e de crítica social.

Assim sendo, a amizade constitui-se, no interior do projeto romântico de Magalhães, como um afeto essencial para a crítica do que ele mesmo entendia ser um modo de ser egoísta próprio à colonização do Brasil, também com certo intuito de (re)educação e “civilização” (em suas palavras) das elites escravistas brasileiras, de forma a atingir o que entedia ser o progresso moral e a própria possibilidade do que seria a nação. O que, por sua vez, aponta para uma maior complexidade do movimento romântico brasileiro, o qual é comumente lido pelo prisma único das relações e performances heterossexuais. E, sobretudo, pela tese canônica do crítico literário Antonio Candido. Segundo Candido (2004), a despeito da força transformadora e renovadora dos primeiros românticos da *Niterói* de reformar a literatura nacional e de torná-la independente daquela da ex-metrópole portuguesa – associada à Literatura Clássica –, em virtude do seu caráter demasiadamente nacional, o movimento romântico que emergia convergiu a escrita literária sobre os tons locais com a tradição colonial e escravista. Tendo se constituindo, assim, como um movimento acrítico, irrefletido e abstrato, já que, embora tenha concretizado a autonomia literária a partir da tematização das cores, dos tons locais e da figura do indígena (CANDIDO, 2004, p.26), não refletia sobre a realidade histórica brasileira.

Vamos de encontro a esta compreensão canônica de Candido, uma vez que compreendemos o Romantismo brasileiro a partir da perspectiva de Marcelo Rangel e entendemos que o movimento, embora seja constitutivo da identidade nacional, tenha sido atravessado por disputas e dissidências que apontam para outras possibilidades de leitura. Segundo Rangel (2011), a despeito de os primeiros românticos terem participado ativamente do processo de construção do Estado Nacional e da nacionalidade brasileira, também buscaram combater, tendo como base um clima histórico melancólico, o escravismo brasileiro e a continuidade da ordem colonial, a partir da crítica ao egoísmo (noção utilizada pelos próprios românticos) que organizava e orientava a moralidade e a conduta da *boa sociedade*, isto é, dos homens e mulheres comprometidos com a herança e a continuidade de certa ordem colonial, como definiu Ilmar Mattos (1987). Tal egoísmo é significado como sendo uma disposição afetiva perniciosa, engendrada a partir da colonização, da escravidão, fundada na negação radical do exercício de alteridade e na hipertrofia de certa autossuficiência (RANGEL, 2011).

Nesse sentido, o Romantismo é aqui compreendido como uma forma ambivalente de pensamento: constitutivo de um momento no qual a questão da nacionalidade e da identidade brasileira era decisiva e, ao mesmo tempo, crítico e reativo a certa moralidade fundada na colonização e na escravidão, organizada a partir do que os primeiros românticos chamavam de egoísmo. Desse modo, argumentamos que o Romantismo brasileiro, enquanto um espaço crítico, pode abrigar também outros tipos de afetos e performances, que não heterocentros e heteronormativos, assim como outras corporeidades possíveis e outras relações consigo e com os outros, capazes de tensionar, por

exemplo, a determinada moralidade egoísta, parte ao menos de suas prescrições normativas. Além de questionar também o sistema sexo-gênero e a repressão sexual, a qual, conforme aponta Michel Foucault (1988), se constituiu na modernidade como um dispositivo de incitação discursiva do sexo que patologizou e criminalizou o amor entre dois homens em suas mais diversas formas, dentre elas a amizade, como será analisado posteriormente nas poesias de Magalhães.

A amizade como êthos, forma de subjetivação e de crítica social nas *Poesias*

Até a emergência da modernidade, na tradição ocidental, a amizade sempre esteve relacionada à sociabilidade humana em diversos âmbitos, sendo considerada uma disposição afetiva importante à razão e reflexão capaz de articular tanto a esfera pública e política quanto a esfera individual. E isso porque, conforme aponta Olgária Matos (2008), se configura como uma instância mantenedora da liberdade, da felicidade, da igualdade e da paz da *pólis* e do sujeito, garantindo e assegurando condutas coletivas e individuais virtuosas. Assim sendo, a amizade (*philia*) articula-se, de modo estreito, ao êthos, isto é, à morada dos sujeitos, um modo de ser consigo e com os outros, uma certa “[...] aproximação entre caráter e hábito: é o costume que desenvolve um caráter, pois realizamos nossa excelência (*areté*) e virtude, praticando ações virtuosas, indissociáveis da busca do prazer e da dor” (MATOS, 2008, p. 75). Tal concepção em torno da prática amistosa deriva diretamente do conceito aristotélico de *philia*, tematizado na obra *Ética a Nicômaco*.

Como expõe Francisco Ortega (2002), Aristóteles foi o primeiro a pensar em uma “fenomenologia da amizade”, a partir da revisão e complexificação da teoria platônica acerca da *philia*, centrada na busca da essência imutável da amizade. Ao desvincular esta disposição da dimensão metafísica platônica e ao dissociá-la do caráter sexual, isto é, de *eros*, considerado uma paixão que levaria à imoderação e ao desejo excessivo pelo corpo, o filósofo estagirita estabelece uma relação entre a amizade e a realidade histórica concreta dos sujeitos, tornando-a uma atividade, uma prática filosófica. Pois passa a refletir não mais sobre a essência dos sujeitos e da amizade, como fizera até então Platão, mas sim a respeito do caráter, da conduta e da personalidade de cada amigo, conformando, assim, uma “fenomenologia da amizade”, compreendendo-a como “[...] um afeto temperado pelas funções racionais do homem” (ORTEGA, 2002, p.38), capaz de assegurar a igualdade entre os amigos e uma conduta e atitude virtuosas, livres do excesso das paixões. Nesse sentido, para Aristóteles, a amizade, enquanto disposição do caráter, leva o sujeito moderado e virtuoso a procurar um par, um “outro eu”, de modo a atingir a felicidade plena (*eudaimonia*), a partir das ações do outro, da observação das atitudes do amigo e, conseqüentemente, da objetivação de sua realidade (ORTEGA, 2002, p. 41).

Foucault vai de encontro a esta concepção aristotélica acerca da *philia*, na medida em que é contrário à desafetivação e dessexualização da amizade e à sua função institucional e equitativa, isto é, de tornar os sujeitos iguais e de integrá-los à sociedade, à *polis*, mediante leis e virtudes. E isso porque, consoante Ortega (1999), além de valorizar o prazer e a dimensão afetiva e corpórea da amizade, o filósofo francês não concebe esta disposição como conjunção, mas sim como uma instância disjuntiva e agonística, marcada pelo debate, pelo confronto, pela ruptura de certa identidade e subjetividade. Estando inserida, assim, nas linhas de força das relações de poder, entendidas enquanto “[...] estratégias através das quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros”

(FOUCAULT, 2004, p.284).

Ele não se interessa tanto pela função compensatória da amizade, quanto pela alternativa que ela representa a formas de relacionamento prescritas e institucionalizadas. Ela não é vista como uma forma de relação e de comunicação além das relações de poder; representa antes um jogo agonístico e estratégico que consiste em agir com a mínima quantidade de domínio. Falar de amizade é falar de multiplicidade, intensidade, experimentação, desterritorialização. (ORTEGA, 1999, p.157)

No entanto, a despeito dessas diferenças conceituais, Foucault dialoga com Aristóteles a respeito da relação entre amizade e êthos. E, sobretudo, a respeito da capacidade desta disposição de tornar o sujeito livre da heteronomia (das paixões), já que, na ética foucaultiana, a amizade estabelece o controle das relações de poder sobre si e sobre os outros ao modificar o comportamento e o modo de ser do sujeito, mediante a prática reflexiva da liberdade de si e do outro. Nesse sentido, a amizade, a partir desta interlocução possível entre a *philia* aristotélica e a ética foucaultiana, também assume uma posição entre iguais, já que cada um, por meio de certa proximidade e intimidade, estabelece ao outro determinados limites e orientações para a reflexão e prática. Provocando, assim, a disjunção e reorganização da sua identidade e subjetividade e tornando possível a agonística, a separação amistosa e, finalmente, as relações de poder. Relações de poder essas que se caracterizam pela dimensão propositiva e positiva, pela liberdade, no interior das quais um sujeito exerce poder (efeito) sobre o outro, conduzindo-o e modificando-o, mas cujo movimento é sempre possível, estão sempre abertas a serem transformadas e a tomarem novas formas, em oposição ao estado de domínio ou dominação, no qual a mobilidade desta economia multiforme do poder é praticamente inexistente (FOUCAULT, 2004, p.266). A amizade, a partir da liberdade e da livre escolha do indivíduo, está intrinsecamente ligada às relações de poder.

Assim, na ética foucaultiana, a amizade se configura como um cuidado de si (*epiméleia heautoû*), entendido, conforme Foucault (2006), como uma relação com o outro por meio da qual o sujeito pratica ações e exercícios contínuos de si sobre si, que implicam na constituição da sua subjetividade e, por conseguinte, na reflexão e transformação do seu modo de ser, do seu comportamento e atitude perante o mundo. Há, pois, uma relação estreita que a prática de si estabelece entre poder, verdade e subjetividade. Dessa forma, a amizade, com base na ética do cuidado de si, leva o sujeito a realizar a crítica contínua e permanente sobre si, sobre o outro e sobre a sua realidade, já que, a partir do amigo, o sujeito se desprende e se distancia de si mesmo, de suas paixões, desejos e inclinações individuais. E, mais do que isso, se distancia de uma forma relacional institucionalizada, de uma certa moralidade prescrita, como aquela da *boa sociedade*, por exemplo, constituindo-se, assim, como sujeito moral autônomo, livre para se autoconduzir.

O êthos também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade e nas relações interindividuais o lugar conveniente – seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. (FOUCAULT, 2004, p.271)

Assim sendo, a amizade, enquanto disposição racional e afetiva baseada na liberdade e operadora da transformação do comportamento dos indivíduos, conseguiria moderar as paixões,

desejos e inclinações dos sujeitos, tornando-os virtuosos e, sobretudo, felizes, pois atingiriam a mediania, o justo termo existente entre as virtudes e os desejos, entre público e privado. Em suas poesias, Magalhães reproduziu este *topos* aristotélico sobre a amizade, destacando a importância que esta disposição assume para ele e articulando-a à sua crítica à colonização e ao êthos da *boa sociedade*, dando forma, assim, a uma prática de si. Em poesia intitulada “Ode à felicidade da vida campestre”, por exemplo, o vate traz em seus versos a valorização da virtuosidade do campesino, de certa relação de respeito, complementaridade e fruição da natureza, do seu modo de vida bucólico e da amizade, contrapondo-os à venalidade e à cobiça daqueles que vivem na Corte do Rio de Janeiro, vejamos:

Ó feliz mortal, que isento vive/Das quimeras da Corte;/ E que não corre após o vão fantasma/
De títulos faustosos./Porque se abala uma alma humilde e fraca./ Enquanto incensa ao Rei
com vis lisonjas/ O cortesão vendável,/ Ferido da verdade a um Deus adora/ O mortal virtuoso,
/ Que a natura escrutou com peito firme./ Lá quando assoma no horizonte o dia/ Por entre
roxas nuvens/ Do leito seu também se eleva, e parte/ A cultivar os campos/ Pelo o orvalho
da noite umedecidos./ D’aqui o terno sabiá canoro/ Com seus doces gorjeios/ Os rudes seus
trabalhos suaviza:/ D’ali a triste rola/ Tristes canções lhe faz soltar do peito/ Quando em
torno da eclíptica girando/ O Sol ao Zênite chega,/ E as flores cresta com seus quentes raios,
D’uma mangueira à sombra/ Banhado de suor descanso encontra. (MAGALHÃES, 1832, p. 35-36)

Observa-se que a cidade, isto é, a Corte representa o vício, a imoderação, o domínio completo e absoluto das paixões sobre o sujeito e, por isso mesmo, é repleta de “quimeras”, de falsas verdades, de “vis lisonjas ao Rei” (déspota), de falsos deuses, de coisas vendáveis e de “títulos faustosos”, pois engana aqueles que nela vivem e os fazem perder-se de si, descuidar-se de si, da sua virtuosidade e realidade. Ao passo que e de forma diametralmente oposta, o campo corresponde à frugalidade, à moderação, ao justo meio aristotélico e, sobretudo, à complementaridade entre sujeito e meio, entre natureza e disposição afetiva, já que a natureza tudo dá ao camponês. Provê a este o orvalho da noite que umedece os campos, a luz do sol que lhe aquece e que “cresta” as plantas e folhas, mantendo-os vivos e frutíferos, dá-lhe a sombra das mangueiras para descansar após um dia de trabalho escaldante sob o sol, e o canto do sabiá para ouvir, fruir e suavizar as agruras da vida. O campo seria, assim, um espaço prudente e moderado de conexão do indivíduo com a natureza, de cuidado consigo mesmo e, por esse motivo, seria adequado à vida da emergente nação brasileira e de seus cidadãos, diferentemente do espaço da Corte, marcado pela avareza, pela cobiça e pela imprudência.

Continuando, o poeta, juntamente ao seu camponês, se direciona para outro lugar e todo o cenário edênico descrito acima se desfaz, tornando-se um lugar dantesco. A Corte. Vejamos a forma com a qual o vate descreve, a partir dos olhos de um campesino, a capital do Império do Brasil.

Que vasta cena então se abre a seus olhos,/ Não de riqueza avaros!/ Quanto a Natura pródiga
se mostra/ Às humanas fadigas!/ Tudo parece assujeitar-se ao homem./ Quantas ideias, pen-
samentos quantos/ Em sua alma se agitam!/ D’aqui escuta os ais, ouve os gemidos/ Da triste
humanidade,/ Que jaz do cativo em duros ferros./ D’ali vê o tirano em trono erguido/ Da
virtude em despeito,/ E curvada a seus pés a Natureza,/ Coberta de ignomínia,/ Do férreo
cetro o peso suportando./Volve os olhos d’ali, e além divisa/ O sórdido avarento/ Não poder
se apartar do seu tesouro;/ Enquanto o indigente/ Mesquinho pão de porta em porta esmola.
(MAGALHÃES, 1832, p. 37-38)

A Corte é descrita pelo jovem poeta como sendo um lugar infernal e sombrio, marcado pelo

sofrimento e por inúmeras formas de violência. De um lado, há uma “triste humanidade” que é aviltada, violentada, discriminada e aprisionada em “duros ferros”, posta em cativeiro e escravizada. De outro lado, observa-se um tirano, um déspota exercendo, de modo arbitrário, absoluto e sem restrições, o seu poder sobre si, sobre os outros e sobre as coisas do mundo, fazendo valer, a todo custo, a sua vontade, seus desejos e inclinações individuais, “cobrindo de ignomínia”, de degradação moral a natureza, o bem-comum, a liberdade. Profundamente influenciado por essa corrupção moral, há, ainda, o avaro, aquele que é dominado pelo vil metal, por seus tesouros, dos quais não consegue se “apartar” e, tampouco, distribuir e dividir com o mendicante, com o “indigente”. Há, assim, um lastro, uma disposição afetiva e moral, legada da experiência colonial, como ressaltado anteriormente, que une o escravista, o déspota e o avaro, qual seja: o egoísmo.

Como identificou Rangel (2011) na crítica ulterior dos primeiros românticos na *Niterói*, o egoísmo, engendrado a partir da colonização e da escravidão, é uma disposição afetiva negativa que prescindia da alteridade, já que está baseada no comportamento da *boa sociedade* de tomar a si como medida de todas as coisas e de não realizar o distanciamento de si, com base em uma relação mais aberta à diferença. Tal disposição originou um “modo de ser egoísta” que continuava a grassar no presente histórico do jovem poeta, como pode ser visto na descrição das três figuras do poema e na sua crítica à moralidade vigente. O egoísta seria, assim, para o jovem Magalhães e, posteriormente, para os primeiros românticos, aquele que...

[...] viveria de forma inadequada, e isto porque agiria orientado pelos seus desejos mais imediatos, por suas inclinações, sem refletir sobre a adequação de tais desejos momentâneos à sua saúde em médio e longo prazos, bem como sem pensar acerca do bem-estar da sociedade. (RANGEL, 2011, p.122)

Tal atitude egoísta dos sujeitos da Corte, isto é, da *boa sociedade* e do próprio imperador D. Pedro I, de expandir seus desejos e inclinações sobre os outros e sobre o espaço público, também pode ser significada como uma prática de abuso de poder, já que consoante Foucault (2004)...

No abuso de poder, o exercício legítimo do seu poder é ultrapassado e se impõe aos outros sua fantasia, seus apetites, seus desejos. Encontramos aí a imagem do tirano ou simplesmente a do homem poderoso e rico, que se aproveita desse poder e de sua riqueza para abusar dos outros, para lhes impor um poder indevido. Percebemos, porém que [...] esse homem é na realidade escravo dos seus apetites. (FOUCAULT, 2004, p.272)

Assim sendo, o imperador e seus súditos, membros da elite escravista brasileira, seriam escravos de suas paixões, de seus desejos e inclinações individuais, o que prejudicava o progresso do Império do Brasil, a própria constituição do que chamava de pátria. As três figuras do poema representam a prática do abuso de poder e, sobretudo, o modo de ser egoísta da sociedade. O metal das correntes, do cetro do imperador e do tesouro do avaro se constituem como metáforas para a supressão da liberdade civil, da liberdade política e, conseqüentemente, da liberdade individual para se autodeterminar como sujeito moral autônomo. Os “duros ferros” daqueles que jazem no cativeiro correspondem às correntes da escravidão, implantadas nas carnes de escravizados negros por senhores tiranos, que suprimem a liberdade dos sujeitos escravizados.

O “férico cetro” de D. Pedro I corresponde à supressão da liberdade política e à tirania, ao despotismo do imperador, bem como ao seu abuso de poder que causam a degradação moral da

liberdade, da natureza, do bem-comum, e que o colocam sob o jugo, controle e domínio total e absoluto das paixões sobre si. Há, ainda, o ouro do cofre, do tesouro do avarento que corresponde à inexistência da liberdade para que este se autodetermine de maneira autônoma, já que, à semelhança dos senhores tiranos e do imperador, está preso e sob o domínio das suas paixões e interesses mais imediatos, encontra-se aprisionado pelo e no interior do seu egoísmo, de certa autossuficiência. Assim sendo, estas três figuras descritas, ou melhor, estas três formas de se relacionar com o outro apontam para o descuido do imperador e dos membros da *boa sociedade* para consigo mesmo e sua virtuosidade, não sendo, assim, livres de verdade, já que “[...] ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, chamada [pelos gregos antigos] de *archê* – poder, comando” (FOUCAULT, 2004, p. 270). Tal controle e domínio das paixões somente seria alcançado, conforme Foucault, mediante um cuidado de si, isto é, uma relação complexa e engajada consigo mesmo e com os outros, como a amizade, como já enunciado.

Retomando a poesia, temos um camponês profundamente triste e impactado pela horrível visão da Corte, pela escravidão, pelo despotismo e pelo egoísmo que orientam os sujeitos que ali vivem em meio a tantas violências.

Dos olhos seus então lágrimas pulam/ De dor e piedade./ Movido o coração de alheios males/
No peito seu palpita;/ Chora; mas só do mal, que fere a outros./ Melancólico, triste, a passo
lento/ Caminha ao toco albergue;/ Na porta encontra o amigo, que o espera; Ah como aí se
abraçam!/ Amigo! Amigo! dizem satisfeitos./ Quem há que louco não te busque ansioso/ Ó
vida quieta e pura!/ A dor, a própria dor, se é qu’ela existe/ Contigo, é mal suave./ Feliz se eu
te gozar me fosse dado. (MAGALHÃES, 1832, p. 38)

Observa-se que o camponês sofre e se indigna com o mal alheio praticado pelo escravista, pelo déspota e pelo avarento, mas não sofre e não chora pelas agruras e dificuldades da sua vida. O que aponta para a atualização de certo estoicismo nesta poesia, já que o campesino vive de forma moderada. O que a natureza provê lhe basta para ser feliz, seu “tosco albergue” lhe é suficiente. Não procura preencher a sua falta existencial com “quimeras”, com “tesouros”, com seus apetites e inclinações individuais, mas sim com a amizade, com a presença, a companhia e o abraço do amigo, com o qual goza os prazeres frugais da vida. E ao fazer isso, ao escolher, de forma voluntária, a amizade, se constitui e se conduz de forma autônoma, isto é, livre das paixões que aprisionam e subjagam os sujeitos da Corte.

Nesse sentido, por meio de sua poética da amizade, Magalhães propõe e estabelece um novo êthos que seria adequado à constituição da pátria, em tudo dissonante daquele que ainda vige no presente histórico do jovem poeta. Assim, a amizade, enquanto disposição afetiva, reflexiva e crítica, capaz de moderar as paixões dos sujeitos, se constitui como um afeto imprescindível ao projeto de Magalhães de civilização e ilustração da emergente nação brasileira e de seus cidadãos, já que está baseada na liberdade do indivíduo, em uma escolha voluntária sua para se constituir como sujeito moral autônomo.

A erótica da amizade no jovem Magalhães: homoerotismo e performatividade

No que tange à amizade, compreendemos, ainda, a partir da ética foucaultiana, que não há uma

separação entre *philia* (cumplicidade) e *eros* (desejo/prazer), como defendiam Platão e Aristóteles. Em diálogo com a tese de Ortega (1999) que explicita a ética amistosa proposta por Foucault, compreendemos que, além de articular as esferas pública e privada e de reorganizar a subjetividade do sujeito e sua realidade, a amizade também abriga de forma simultânea, e não apartada, a dimensão corpórea/sensual e a relação de reciprocidade entre os sujeitos.

Assim sendo, a amizade também pode abrigar uma dinâmica ou experiência homoerótica entre os sujeitos, já que, conforme define Jurandir Freire Costa (1992), a categoria de homoerotismo busca codificar a pluralidade de práticas, vivências e relações entre pessoas do mesmo sexo, como, por exemplo, amizades, atrações sexuais, afetivas e românticas que não, necessariamente, implicam em uma sexualidade aparente e inerente do sujeito. O homoerotismo está associado, portanto,

[...] à possibilidade que têm certos sujeitos de *sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico*. Em outras palavras, o homem homoeroticamente inclinado não é, como facilmente acreditamos, alguém que possui um traço ou um conjunto de traços psíquicos que determinariam a inevitável e necessária expressão da sexualidade homoerótica em quem quer que os possuísse. (COSTA, 1992, p. 22, grifo nosso)

Nesse sentido, o cerne do homoerotismo é a corporeidade, isto é, o modo pelo qual os sujeitos se relacionam com os seus corpos e com os corpos dos outros, orientados pela sua realidade histórica e linguística. Ou seja, o modo como desejam, como se atraem, como admiram, como fruem e como criam formas de se dar e receber prazer, o que inclui as narrativas e discursos literários sobre o corpo do amigo ou do amante, como é o caso das poesias de Magalhães. A categoria de homoerotismo auxilia, assim, na compreensão da corporeidade dos sujeitos e das formas pelas quais estes desempenham ou tensionam os papéis e performances de gênero atribuídos por um determinado corpo social.

Em interlocução com Judith Butler (2003), compreendemos que o gênero se constitua como uma performance, ou seja, é o efeito e produto de práticas reguladoras e discursivas reiteradas constantemente em uma dada sociedade e em um dado tempo histórico que condicionam o comportamento dos sujeitos e engendram a noção e a impressão de certa interioridade (*res extensa*), de uma “metafísica da substância”. Naturalizando, assim, o gênero e retroalimentando a heterossexualidade compulsória, isto é, a exclusividade do desejo heterossexual – reprodutivo.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (BUTLER, 2003, p. 46)

Butler (2003) vai de encontro a esta concepção, já que não há substancialidade e tampouco uma dimensão constitutiva a-histórica e apriorística no que tange à identidade de gênero dos sujeitos, mas sim operatividade de práticas reguladoras e de atos de fala estilizados sobre a constituição da subjetividade. Assim sendo, não há um “ser homem” e um “ser mulher”, não há uma identidade inerente e estável, mas sim práticas, atos, gestos e discursos estilizados, constantemente regulados, que conferem critérios sociais de inteligibilidade às identidades binárias e aos seus atributos, mantêm a reprodução das prescrições normativas e ocultam o caráter performativo do gênero e sua origem

artificial e instável.

Nesse sentido, sendo o gênero um efeito de práticas discursivas, produto de um jogo de atos arbitrários, Butler (2003) compreende que as relações binárias de gênero podem ser tanto repetidas e reiteradas quanto transgredidas e modificadas, tensionando e subvertendo, assim, a heterossexualidade compulsória.

É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue. [...] O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2003, p. 201, grifos da autora)

Em suas poesias, Magalhães desempenhou um comportamento afetivo complexo com os seus amigos, demarcado pela admiração, toque físico, pelo prazer e, sobretudo, pelo desejo. Em “A saudade de um amigo – Idyllio”, o jovem poeta destacou o seu amor, admiração e desejo por Alexis, seu amigo.² Além do amor por este último, Magalhães também repercutiu certa saudade relativa aos bons tempos vividos em companhia do amigo nos prados e selvas da sua pátria.

Eis aqui o saudoso, amável sítio, /Onde ao lado do meu querido Amigo/ Delícias naturais gozei sem conta, / N’aquela tarde tão serena e bela, / Cuja lembrança existirá gravada, / Enquanto eu vivo for, na minha ideia. / Tudo prazer então manifestava; Hoje tudo me iguala na tristeza. / Eis aqui o lugar, onde assentado / Esteve este protótipo de encantos. / E como está crescida a verde selva! / Tempo há tão pouco, qu’eu a vi rasteira! / Sem dúvida o calor suave e brando / Do lindo Alexis aumentou-lhe a vida. (MAGALHÃES, 1832, p. 61)

A natureza do “saudoso e amável sítio”, somada à presença e companhia do amigo, este “protótipo de encantos”, exerce uma influência sobre o comportamento do jovem poeta. Observa-se que a “verde selva” desperta em Magalhães um sentimento de saudade relacionado ao tempo alegre passado com Alexis no local, já que no momento da escrita da poesia “tudo se igualava à tristeza” e o poeta desejava estar novamente junto ao amigo.

Continuando o seu percurso pela “verde selva”, Magalhães chega a uma árvore que o faz lembrar daquela “bela tarde” de carícias, delícias e afagos vivida, de forma tão intensa e íntima, em companhia do amigo, senão vejamos:

Eu reconheço esta árvore...foi ela, /Que benigna prestou-lhe a sombra sua, / Fatigado de andar por estas selvas, / Aqui chegou comigo o meu Alexis, / E debaixo desta árvore estendeu-se, / E a cabeça pousou sobre o meu colo. / Seu corpo estava de suor banhado; / Mil cristalinas bagas lhe escorriam / Uma após outra pelas rubras faces; / Seus meigos olhos, não de todos abertos, / Se ocupavam de mim; um doce riso / Os voluptuosos lábios lhe enfeitava; Brandos, ligeiros Zéfiros em torno / Espargiam balsâmicos eflúvios, / Que iam beber nos cálices dos lírios, / Que nos prados vizinhos vegetavam; / E ainda não contentes d’esta oferenda, / Vinham brincar co’os os seus louros cabelos, / Assopravam-lhe a roupa brandamente, / E a boca breve, e os olhos beijavam. / Tu terno sabiá melodioso, / Rival de Filomela, doce encanto; / Dos ermos

2 Nesta poesia, há uma clara influência de Virgílio sobre Magalhães, em virtude da temática e do nome dado para o amigo: Alexis. Em sua segunda bucólica, o poeta romano descreve o amor não correspondido do pastor Córídon por Alexis, um escravo mancebo, conforme destaca Raimundo Carvalho (2017). No entanto, Magalhães se distancia de Virgílio no seu “Idyllio”, na medida em que seu amor por Alexis é correspondido, em forma de amizade, e os dois puderam vivê-lo e experienciá-lo nos campos da sua pátria.

bosques da querida pátria,/ Tu vieste pousar no verde tope/ D'aquela alta mangueira; aí soltaste/ Ternas modulações, gratas endechas,/ Que deslembrosos versos me arrancaram/ D'esta alma, que embebida estava toda/ Na vasta ideia da beleza exímia,/ Da candura sem par, do gênio dócil/ Do caro Amigo, que presente tinha. (MAGALHÃES, 1832, p. 62-63)

Vê-se que o jovem poeta tem uma experiência de contato íntimo com a natureza e com o amigo. Deseja-o, deseja e frui a sua companhia, o seu corpo, juntamente à mangueira, aos lírios e ao “terno sabiá”, elementos da flora e fauna do que seria a sua pátria. Sente prazer com o ato do seu Alexis de deitar a cabeça sobre o seu colo, causando o atrito, o roçar e o encontro entre seus corpos. Delicia-se, sobremaneira, com o ato de ambos de trocarem olhares, de se mirarem e se admirarem. Contempla o rosto de Alexis, ruborizado e repleto de “cristalinas bagas de suor”, bem como seus “meigos olhos” e seus “voluptuosos lábios”, os quais os ventos, compostos por doces e aromáticos perfumes e pelo eco da voz do poeta, vinham beijar e acariciar.

Há nessa poesia, assim, um comportamento afetivo complexo entre Magalhães e Alexis, marcado pelo homoerotismo, já que o jovem poeta se atrai afetivamente e eroticamente pelo corpo do amigo, bem como deseja contemplar sua “candura sem par”, seu “gênio dócil” e “embeber-se” em sua “beleza exímia”. Desvela-se nessa experiência homoerótica de Magalhães, ainda, uma performance de gênero que tensiona instâncias heteronormativas, porquanto o ato de um homem de desejar o corpo de outro, de considerar os lábios voluptuosos, isto é, sensuais e passíveis de serem desejados, é contrário à heterossexualidade compulsória e ao sistema binário sexo-gênero, instituições para as quais um homem somente pode desejar e sentir prazer com uma mulher, a partir e em função do sexo reprodutivo, conforme destaca e questiona Butler (2003). Desse modo, este escrito poético do jovem Magalhães evidencia a possibilidade de os corpos de dois sujeitos masculinos usarem as carnes de outras formas, que não aquelas designadas pelo processo de generificação e pelos códigos prescritivos e excludentes da heterossexualidade compulsória, conforme ressalta Albuquerque Júnior (2020).

Considerações finais

Por fim, em suas *Poesias*, Magalhães buscou estabelecer uma crítica à sociedade oitocentista brasileira, a partir do que entendia ser a tarefa do poeta: a tematização de certo comportamento ético, afetivo e epistemológico, legado pela experiência colonial, marcado pelo egoísmo e pelo uso inadequado da razão, que tornava os sujeitos heterônomos em relação às paixões e suas inclinações individuais. Impossibilitando, assim, o progresso moral e imaterial do Império do Brasil. Por meio da criação de um novo modo de vida, fundado na amizade e na moderação, Magalhães buscou realizar a crítica contínua e permanente a si e à sua realidade histórica, distanciando-se, assim, do modo de ser egoísta.

Além disso, a prática amistosa de Magalhães também lhe possibilitou desempenhar um comportamento afetivo mais amplo e complexo com os seus amigos, demarcado pelo homoerotismo e por uma performance de gênero que tensiona instâncias heteronormativas. Nesse sentido, tal ética da amizade do jovem poeta, além de questionar o egoísmo que organizaria a *boa sociedade* em geral, apresenta práticas e atitudes que ultrapassam aquela experiência afetiva comumente atribuída ao Romantismo brasileiro, pautada por afetos e performances exclusivamente heterossexuais.

Fonte

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Poesias*. Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1832.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos*, vol. 17, n. 29, 2020, p. 260-281.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-SP, 2004.

CARVALHO, Raimundo *et al.* (Org.). *Por que calar nossos amores?: Poesia homoerótica latina*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: _____. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MATOS, Olgária C. F. Ethos e amizade: A morada do homem. *Psicanálise e cultura*, 2008, 31(46), p. 75-79.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/ INL, 1987.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e Estética da Existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

ORTEGA, Francisco. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Tese (Doutorado em História). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011,

TEMPO E HISTÓRIA NO PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM 2002: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE CULTURA

Leticia Fonseca Araújo Souza

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: Leticia.fas@aluno.ufop.edu.br

Introdução

Esse texto é um recorte de uma pesquisa mais ampla que ora realizo no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Na dissertação, examino as propostas nas áreas de economia, questão agrária e cultura do programa de governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição presidencial de 2002 no que tange à maneira como a concepção de tempo e ideia de história aparece neste documento. No entanto, neste texto, concentrarei minha análise apenas nas propostas voltadas para a cultura.

Compreendemos o plano de governo como um conjunto de proposições e diretrizes apresentadas pelo partido, por escrito, de forma sistematizada para áreas consideradas, à época, importantes para uma futura gestão. Desse modo, consideramos os programas de governo como *acontecimentos*. Isso significa concebê-los como eventos históricos em si mesmos. Nessa perspectiva, o programa deixa de ser instrumentalizado como mera fonte para revelar fatos sobre o passado, e passa a ser percebido como acesso privilegiado a realidade histórica (AVELAR; FARIA; PEREIRA, 2012).

É preciso ressaltar que os programas são fruto de coligações formadas pelo PT em conjunto com outros partidos aliados. Contudo, uma vez que se trata de chapas encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores, no trabalho, o documento apresentado será chamado de “Programa do PT”. O programa de governo encontra-se na Fundação Perseu Abramo, que por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), é responsável pelo tratamento e disponibilização do arquivo histórico do PT – registrada em documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, tridimensionais e outros –, bem como pelo fomento à pesquisa e à reflexão sobre a história do partido.

O programa de governo apresentado pelo PT em 2002, sob o título de *Programa de governo 2002 – coligação Lula presidente – Um Brasil para todos*, era composto por treze fascículos¹ e duas cartas², sendo uma delas, a *Carta ao Povo Brasileiro*. As propostas contidas no programa foram construídas a partir das resoluções aprovadas em Encontros Nacionais e Congressos do partido e aglutinou em torno de si uma ampla rede de coalizão partidária composta pelo Partido Comunista do

1 Os fascículos que formavam o “Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente” eram: *A imaginação a serviço do Brasil; Brasil sem racismo; Combate à corrupção; Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro; Compromisso com as mulheres; Compromisso com os povos indígenas; Cooperar e desenvolver; Mais e melhores empregos; Meio ambiente e qualidade de vida; O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil; Saúde para a família brasileira; Uma escola do tamanho do Brasil e Vida digna no campo.*

2 A outra era a *Carta às pessoas portadoras de deficiência*, também assinada por Lula

Brasil (PCdoB), Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Percebe-se uma abertura nas alianças realizadas tendo em vista as presenças do PL e do PMN, que são considerados partidos de centro³. A decisão de ampliação de alianças foi explicitada na escolha do candidato a vice-presidente, o empresário José Alencar⁴, do PL. Essa intenção de se apresentar como um partido mais inclusivo também se reflete na escolha de não utilizar a imagem de Lula na capa dos fascículos, em contraste com o programa de 1989, quando todos os cadernos exibiam sua figura. Em 2002, as capas foram ilustradas com fotos de crianças e/ou mulheres segurando a estrela do PT. O programa foi, inicialmente, coordenado por Celso Daniel (PT), ex-prefeito de Santo André. Contudo, após o seu assassinato em janeiro de 2002, a coordenação passou a ser de Antonio Palocci Filho, militante nos anos 1980 da Convergência Socialista⁵.

O programa tem um caráter bastante informativo e pragmático. As informações sobre sua coordenação e elaboração estão presentes em cada caderno. Foram apresentados extensos expedientes com relação detalhada de autores e colaboradores de áreas específicas do conhecimento não vinculados, necessariamente, ao partido, o que pode demonstrar uma intenção de se mostrar como um governo com credibilidade “técnica”. A contracapa de cada fascículo apresentou a formação da chapa da Coligação “Lula Presidente”, contendo os nomes do candidato e do seu vice, a seguir os partidos integrantes dessa coligação e os seus respectivos presidentes, além de conter alusão a Duda Mendonça quanto à elaboração da capa e de disponibilizar telefone e endereço eletrônico para o envio de propostas.

Nos artigos que compõem *Futuro passado* (2006), Reinhart Koselleck elabora uma reflexão teórica filosófica sobre o que torna o movimento histórico possível. Segundo o autor, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.” (KOSELLECK, 2006, p.306). Assim sendo, “experiência” e “expectativa” organizam todo o acontecer da história, equivalendo, portanto, como uma categoria histórica do tempo e espaço que pode ser usada para analisar qualquer tempo histórico.

Nesse sentido, a realidade histórica é produzida através de uma dinâmica entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. A primeira dimensão pode ser definida como a reunião de conceitos, valores, organizações e experiências compartilhadas por uma sociedade em uma época específica, moldando a maneira como os sujeitos históricos percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Já o “horizonte de expectativa” refere-se ao conjunto de possibilidades percebidas por uma sociedade em relação ao seu futuro em um determinado momento histórico, influenciando as esperanças, medos, desejos e ações dos indivíduos. Logo, a realidade histórica surge da tensão entre estruturas de repetição, isto é, os passados mais sedimentados que herdamos e a singularidade, quando há uma redefinição mais dramática dessas estruturas. Portanto, de acordo com Koselleck, o caráter de transformação da História advém do fato de que ela é sempre, em maior ou menor grau, uma dedução

3 Nas eleições presidenciais anteriores, as coligações encabeçadas pelo PT foram, em ordem cronológica: em 1989, PT-PCdoB-PSB, e o candidato a vice-presidente foi José Paulo Bisol do PSB; em 1994, PT-PSB-PPS-PV-PCdoB-PCB-PSTU, o candidato a vice foi Aloizio Mercadante, do PT; em 1998, PT-PDT-PSB-PCdoB-PCB, quando o candidato a vice-presidente foi Leonel Brizola, do PDT.

4 Empresário mineiro do setor têxtil, cuja principal empresa é a Coteminas. Em sua trajetória política, José Alencar havia sido candidato ao governo de Minas Gerais em 1994 pelo PMDB e foi eleito senador em 1998.

5 Tendência interna do PT, de orientação trotskista, que esteve dentro do partido até 1992 e cuja militância em grande parte se agremiou no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

dos passados e futuros que conhecemos. Existe sempre uma diferença entre passados e futuros. E mesmo que algumas sínteses se tornam mais evidentes e influentes que outras, existem outras camadas capazes de rearticular esses sentidos históricos mais imediatos. (KOSELLECK, 2006, p.306)

Feitas essas considerações, os problemas de pesquisa do presente trabalho, giram em torno dos seguintes questionamentos: Em termos da substância do documento, quais marcos temporais e visões do tempo histórico são mobilizados? Quais passados e futuros são reconstruídos e projetados no programa? Quais são as tensões estabelecidas entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”?

Formação do partido dos trabalhadores

Algumas palavras sobre a formação do Partido dos Trabalhadores e sua trajetória até a eleição de 2002 se fazem relevantes, uma vez que ajuda a localizar a vitória eleitoral deste ano na história do partido. De forma breve, visto que não é o foco deste texto, buscamos reconstituir os principais elementos do contexto histórico do PT e no qual sua fundação se insere.

Os primeiros momentos da história do Partido dos Trabalhadores se confundem com o surgimento de um novo tipo de sindicalismo, que tomou corpo especialmente nas greves do fim da década de 1970 na região do ABC paulista. A ditadura instaurada pelo golpe de 1964 havia perseguido e obrigado à clandestinidade os partidos de esquerda e, àquela altura, havia praticamente aniquilado os movimentos de resistência armada (AARÃO REIS, 2000). Nesta conjuntura, foi a reação do operariado fabril do ABC, organizando numerosas greves (SECCO, 2023, p.39), que deu nova vida à resistência de massas contra a ditadura.

O movimento operário que nasce e se manifesta nas greves ocorridas a partir de 1978, em termos gerais, tinha a característica de se diferenciar simultaneamente do comunismo “oficial” ligado ao PCB e do sindicalismo de herança varguista ou “populista”. Este “sindicalismo dos autênticos” (SECCO, 2023, p.40) nascido das contradições da própria dinâmica econômica da ditadura representou um novo fôlego na luta contra a ditadura. Deste contexto desponta a figura de liderança de Lula e começam a surgir os sinais de que a formação de um partido dos trabalhadores seria o próximo passo nessa ascensão de mobilizações. Segundo Secco, a ideia de fundar este novo partido “estava em muitas cabeças” (2023, p. 41). Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado.

Apesar de fundamental, o novo sindicalismo não foi a única base social da formação do PT. Em Estados menos industrializados, os trabalhadores rurais compunham esta base social. A depender da cidade, foram os professores os movimentos comunitários ou o movimento estudantil os atores decisivos. Setores progressistas da Igreja Católica, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e influenciados por uma aproximação com o socialismo, expressa principalmente pela Teologia da Libertação, deram a maior contribuição à formação desta base social depois do operariado e do sindicalismo de funcionários públicos (SECCO, 2023, p. 44-47).

Além disso, a presença de militantes oriundos de organizações marxistas, teve um impacto nas discussões e na linguagem interna do partido. O PT agregou algumas organizações trotskistas, como a Convergência Socialista, bem como o PCBR, ALN, MEP, AP e dissidentes do PCB, PCdoB e MR-8. Sem falar na importância local de alguns políticos estabelecidos do então MDB. Vê-se que, apesar da

liderança de Lula e do reconhecimento de que a luta dos operários do ABC paulista foi a expressão mais representativa do conflito social que a ditadura buscava esmagar, o PT teve uma formação diversa em termos de composição social e regional, incorporando amplos setores da luta democrática no país (SECCO, 2023, p. 47-48).

O Partido dos Trabalhadores se consolidou nos anos 1980, apesar das divergências internas que muito se fez presente, como a força de esquerda “predominante nos movimentos sociais e sindicais” (SECCO, 2023, p.25). O crescimento do partido é acompanhado do crescimento em sua expressão institucional também. A necessidade de se adotar uma tática que garantisse conquistas eleitorais e institucionais levou a uma consequente redução da capacidade das tendências mais radicais bem como das bases mais capilarizadas, representadas nos núcleos, de interferirem diretamente na política do partido.

A participação na eleição presidencial de 1989 demonstrou a força que o PT havia agregado quando Lula, encabeçando a Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB) disputou o segundo turno contra Fernando Collor de Mello. Simultaneamente, este ano representava um momento de consolidação do PT como um partido de oposição parlamentar, mais do que social, como havia sido até então.

Ao longo da década de 1990 o partido dos trabalhadores passa por significativas transformações que refletem tanto mudanças internas quanto adaptações à conjuntura externa. A nova orientação que paulatinamente vai prevalecendo dentro das correntes majoritárias do partido compreendia que a derrota do socialismo no leste europeu e a ofensiva neoliberal exigia um “*aggiornamento* ideológico” (SECCO, 2023, p.25) e que para o PT se tornar uma alternativa de governo era preciso uma nova tática.

A ampliação das alianças a setores mais conservadores e a crescente dependência financeira com relação ao Estado, estimulada, por sua vez, pelo aumento dos números de mandatos parlamentares, representam essa fase. O PT se consolida como oposição parlamentar de esquerda no curso dos anos 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e chega às eleições de 2002 com a efetiva probabilidade de governar.

A questão da cultura

As propostas para a cultura foram detalhadas em um fascículo específico, intitulado *A Imaginação a Serviço do Brasil*. A maioria das capas dos cadernos se repetem, exceto por duas: o caderno “Compromisso com as Mulheres” e “Brasil sem Racismo”. A capa do primeiro destaca seis mulheres de diferentes idades e raças segurando duas estrelas do PT, enquanto a do segundo apresenta uma criança negra abraçando a estrela do partido. A imagem da criança abraçando a estrela do PT simboliza não apenas carinho, mas também a ideia de que o futuro estará ligado ao partido, como se o futuro “abraçasse” o PT. Também parece projetar uma mensagem de esperança, contrastando o medo com a promessa de um futuro melhor.



O uso do termo “imaginação” no título é particularmente interessante. Ele não aparece em nenhuma outra parte do programa, seja nos cadernos ou no texto dedicado à cultura. A “imaginação” pode se relacionar a produção de imagens do passado, mas, no contexto do programa, parece estar mais voltada para a concepção de imagens do futuro. Nos parece que a cultura é vista como o motor que imaginará e simbolicamente construirá o novo Brasil. Nesse sentido, a política cultural é colocada a serviço deste novo projeto nacional, conferindo-lhe um papel central na realização desse futuro.

Na apresentação desse encarte, foi destacado que as propostas culturais eram frutos das experiências administrativas petistas, conforme ressaltou o coordenador de campanha, Antônio Palocci Filho. Nesse caderno, o partido apresentou propostas com três eixos estruturantes: O Social, o Democrático e o Nacional. Alguns elementos mais interessantes acerca da interpretação da História Nacional por parte do programa aparecem no trecho que fala a respeito da dimensão democrática. Vejamos:

Somos filhos de uma sociedade escravocrata, mas somos igualmente filhos de uma tradição inconformista e libertária expressa nas incontáveis lutas sociais que nosso povo travou ao longo da História. Entretanto, a questão democrática no Brasil permanece como problema: as elites nacionais revelaram-se historicamente incapazes de pôr em prática na vida cotidiana a universalidade da noção e do exercício da cidadania. Proclamamos a República mas, passado mais de um século, não a construímos inteiramente. Não foi incorporada à cultura política dos brasileiros a idéia republicana materializada na garantia universal da educação pública, moradia, transporte, saúde pública, previdência pública e políticas públicas de cultura. Temos uma dívida informativo-cultural com o povo brasileiro. Há uma verdadeira proibição do acesso de todos à informação e à cultura. Além do acesso restrito, este quadro se torna dramático com a crescente desnacionalização dos conteúdos veiculados. Move-nos a compreensão de que aqueles fundamentos da idéia republicana não podem ser rebaixados às circunstanciais políticas de governo, mas são parte constituinte e legitimadora das políticas do Estado democrático de direito. A democratização do acesso aos bens culturais e à diversidade criadora dos nossos artistas – expressão sensível da alma do nosso povo – não poderá ser compreendida como gesto magnânimo do Estado que oferece uma dádiva, e sim o exercício

do poder democrático indutor da preservação, criação e difusão que partilha com os cidadãos o que de mais elevado produz o nosso espírito. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: A imaginação a serviço do Brasil*, 2002:10)

Compreende-se desse trecho que a caracterização das “elites nacionais” é conectada a um passado escravista e, portanto, autoritário, mas que ao mesmo tempo esse passado subsidia uma tradição de revoltas. Nessa perspectiva, a República não foi realizada plenamente no que se refere aos valores democráticos, em razão do autoritarismo das “elites”. Desse modo, o programa compreende que esse passado autoritário, que tem sua origem na colonização, tem seu ponto culminante com a crescente desnacionalização dos conteúdos veiculados, ou seja, com as políticas neoliberais da era FHC/Francisco Weffort⁶. O partido, portanto, se vê imbuído da missão de realizar a tarefa histórica de sanar essa “dívida cultural-informativo com o povo brasileiro”.

Na dimensão Nacional o programa deixa mais evidente que o PT faz parte dessa tradição libertária, enquanto as “elites” que sempre governaram o Brasil são vinculadas ao escravismo. Observemos:

Somos um país de formação recente. O Brasil é herdeiro de múltiplas culturas: a dos colonizadores; das comunidades indígenas originárias; das populações africanas submetidas à escravidão durante o período colonial e o império; das sucessivas metrópoles que monopolizaram as trocas econômicas; das massas de imigrantes formadoras das classes trabalhadoras durante os séculos XIX e XX. Guardamos, pois, como traço histórico constituinte da nossa identidade cultural uma atitude de abertura para as diferentes culturas do mundo. Por outro lado, herdeiras dos senhores de escravos, as elites brasileiras cultivam historicamente um comportamento autoritário nas relações internas e subserviente nas relações internacionais. Sempre se miraram no espelho das metrópoles, envergonhadas do povo inculco que deveriam representar. A emergência de um partido culturalmente vinculado aos vastos setores populares será capaz de romper com a contradição do autoritarismo para dentro e da subserviência para fora, por meio de um conjunto de Políticas Públicas de Cultura que, sem concessões ao nacionalismo estreito, não abra mão de sua identidade. A auto-estima de um povo não se recupera só com estatísticas, mas também com o estímulo à criação artística, com a abertura dos espaços adequados para que se manifestem as representações que ampliam o universo simbólico de nossa gente em diálogo com as demais culturas do mundo. E, ao afirmar seu perfil diverso, sua originalidade, suas peculiaridades regionais e étnicas, sua língua e suas linguagens pelo exercício permanente do direito à criação e difusão em todas as formas da expressão estética. Um país portador de uma cultura complexa como o Brasil não pode rebaixar-se à condição de mero consumidor de expressões culturais impostas pelas grandes cadeias de entretenimento. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: A imaginação a serviço do Brasil*, 2002:10-11)

A afirmação de que as “elites” brasileiras são herdeiras dos senhores de escravos e, por isso, cultivam historicamente um comportamento autoritário revela uma interpretação que compreende que é preciso superar esse escravismo que permaneceu no nosso presente. Esta superação, que é vista como essencial para romper com essa relação autoritária e subserviente que as “elites” brasileiras mantêm nas relações internas e internacionais, necessita desse elemento popular historicamente reprimido, do qual o PT se considera fruto. Há outros momentos ao longo do documento em que a política cultural feita até então pela direita é conectada a esse passado colonial. Um exemplo é a afirmação de que, no Ministério da Cultura (MINC), ainda impera um “espírito monarquista” aliado às “oligarquias mais retrógradas do país” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: A imaginação*

6 Francisco Weffort foi ministro da cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso.

a serviço do Brasil, 2002:12). Nesse sentido, a consequência institucional de ter uma elite herdeira dos senhores de escravos no governo federal é um Ministério da Cultura sem controle social, não democrático e sem transparência. É precisamente desse passado-presente que o programa deseja se afastar.

Em perspectiva complementar, o programa adota uma noção “antropológica de cultura” deixando de ter seu raio de atuação circunscrito as artes e as letras abrindo suas fronteiras para “os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças (...) da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: A imaginação a serviço do Brasil, 2002:12). Essa abertura conceitual de cultura representa o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura, funcionando como um contraponto à tradição autoritária presente na História cultural do Brasil. Com isso, fica demarcada a nova relação política que se deseja instituir no campo cultural brasileiro (RUBIM, 2010, p.15).

Outro aspecto que se destaca no trecho da dimensão nacional é a questão da mestiçagem. O programa reivindica que a mestiçagem teria uma influência positiva na formação do Brasil. A diversidade de povos que compõem o país teria gerado uma cultura complexa, única e aberta à diferença. Esse elogio a mestiçagem aparece já na introdução do caderno de cultura, na frase “Somos mestiços. Não apenas etnicamente mestiços. Somos culturalmente mestiços.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: A imaginação a serviço do Brasil, 2002:8). O programa, ao traçar um panorama histórico dos principais acontecimentos do século XX – incluindo o terror nazi-fascista, a Guerra Fria, os processos de descolonização e as revoluções socialistas – explica que se formou uma conjuntura internacional cada vez mais disputada e plural, na qual o Brasil, devido à sua matriz cultural híbrida, tem uma contribuição original a oferecer ao mundo. Em seu discurso de posse, o Ministro da cultura, Gilberto Gil, destacou que um dos objetivos de seu governo, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, era inserir a imagem do Brasil no mundo, enfatizando que “com as suas diásporas e as suas misturas” o país é um exemplo de “convivência de opostos e de paciência”. Assim, a mestiçagem aparece como um postulado social e político a ser difundido para outras nações exercendo um papel crucial, tanto no estabelecimento das nossas diferenças em relação com outros países, quanto na difusão de um projeto alternativo, baseado “no ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório” (GIL, 2003).

Considerações finais

O caderno de cultura traz diversos temas históricos para o debate, sendo a colonização o principal deles. Nesse sentido, o programa apresenta um engajamento complexo com o passado nacional, reconhecendo a existência de um legado histórico ambivalente, no qual tanto uma tradição autoritária quanto uma tradição libertária estão inscritas na história brasileira. Ao evocar um passado que remete à colonização, ou seja, um “espaço de experiência” que se manifesta de maneira estrutural, o programa está analisando a história do Brasil a partir de uma longa duração de experiências autoritárias. Nesse sentido, o programa afirma seu compromisso em enfrentar o passado autoritário, do qual as elites governantes até aquele momento são fruto, visando um horizonte histórico mais

democrático. Há, também, um esforço significativo em recuperar aspectos do passado nacional que podem contribuir para a transformação do horizonte histórico, como o legado democrático e libertário, bem como a valorização da mestiçagem, destacando a pluralidade da convivência como uma característica positiva.

Fontes

GIL, Gilberto. Discurso de posse como Ministro da Cultura. Brasília, 2 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 26/07/2024.

LULA, Luiz Inácio. Discurso de posse como Presidente da República. Brasília, 1 jan. 2003. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/2006/05/09/leia-a-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva/> >. Acesso em: [26/07/2024].

PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: A imaginação a serviço do Brasil*, 2002. Disponível em: < https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2002-01.pdf >. Acesso em: 29/07/2024

Referências bibliográficas

AARÃO REIS Filho, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AVELAR, Alexandre. S.; FARIA, Daniel. A. B.; PEREIRA, Mateus. H. F. Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano: desafios contemporâneos. *In: AVELAR, Alexandre. S.; FARIA, Daniel. A. B.; PEREIRA, Mateus. (orgs) Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: EDUFOP, 2012

CARVALHO, A. V. de, & FERNANDES, L. E. de O. (2016). Relações entre textos e contextos: contribuições da História intelectual para a historiografia. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 54. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21993>

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Lula. *In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA,2010.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 6. ed. Cotia-SP: Aliança Editorial, 2023.

UM TEMPO DO “AINDA NÃO” E SUAS FISSURAS: POLÍTICAS TEMPORAIS NO BRASIL IMPÉRIO A PARTIR DOS DEBATES SOBRE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 NA IMPRENSA BRASILEIRA (1829 – 1857)

Lucas dos Santos Silva

Doutorando em História Social da Cultura, PUC-Rio

E-mail: Lucas009911@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo sintetizar parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla ainda em curso, na qual conduzo uma análise das formas de politização do tempo histórico que se fizeram presentes durante as primeiras décadas do Brasil independente em variados espaços discursivos, nomeadamente em livros, na imprensa, e nos debates parlamentares. Diante da amplitude deste escopo, assumo como foco algumas das políticas temporais que se constituíram em meio a menções, propostas interpretativas e debates que fizeram alusão à Revolução de Pernambuco de 1817. Por políticas temporais, entendo, em diálogo com a concepção de Maria Inés Mudrovcic (2018), o gesto performativo de fabricação dos sentidos, dos ritmos, das rupturas e das periodizações do tempo histórico a partir de sua inscrição no campo das lutas políticas e das disputas pelo poder.

Nos limites deste texto, tomo como ponto de partida debates transcorridos na imprensa brasileira que, ou estiveram centrados no movimento de 1817, ou que fizeram usos políticos desse evento quando alguma outra temática era debatida. Antes de avançar neste intento, considero necessário enfrentar a seguinte questão: por que, especificamente, tomar as interpretações dedicadas ao movimento de 1817 como fio condutor do estudo, considerando a profusão de processos de ruptura política na primeira metade do século XIX?

Em primeiro lugar, pela diversidade das formas com que as elites letradas brasileiras deram sentido a este evento, que ora foi considerado a expressão de um momento de instabilidade do tempo, ora um marco inicial de uma nova época. Como uma tentativa revolucionária mal-sucedida em que membros importantes das elites imperiais se envolveram, a Revolução Pernambucana foi mencionada com uma notável recorrência quando momentos de crise estavam em pauta.

Interpretado frequentemente como uma tentativa precursora, ainda que temporalmente inadequada, de antecipar o futuro da independência, 1817 apareceu nas páginas dos periódicos brasileiros entremeando debates acerca das crises do Primeiro Reinado, das insurgências do período Regencial e, ainda, do fim do tráfico de escravizados. Não só nas fileiras dos grupos mais conservadores, mas também entre muitos dos que se afirmavam como liberais, o fracasso da Revolução Pernambucana foi politicamente operacionalizado como uma advertência, que visava dissuadir ações sobre o futuro consideradas inadequadas, seja do ponto de vista temporal, seja em decorrência de sua incompatibilidade com o espírito da Nação Brasileira. Mas, para além disso, tal evento também teve a sua exemplaridade destacada, seja pela ênfase em seu caráter “precursor”, seja pelo elogio à

abnegação de seus mártires.

A análise justifica-se, ainda, pela recorrência com que 1817 foi articulado a outros eventos da história nacional, tais como: a luta contra os holandeses no século XVII; a revolta de 1710, em Pernambuco; a Confederação do Equador de 1824; e, mais comumente, a Independência de 1822 e as revoltas em curso nos anos 1830 e 1840. Destas articulações, resultaram variadas sínteses interpretativas, múltiplas propostas de periodização para o tempo histórico nacional e diversos diagnósticos acerca do tempo instável pelo qual trafegava a jovem nação recém independente.

Reinhart Koselleck (2014, p. 27 – 72) aponta que as tentativas de dar inteligibilidade a eventos que não se realizaram na história, isto é, cujos horizontes de futuro não se consumaram, suscita esforços compreensivos que abordam as condições de ocorrência de um acontecimento no processo histórico e da própria “História em si”, o que pode resultar em interpretações mais reflexivas. É também tendo isso em mente que tomo o movimento de Pernambuco como fio condutor dessa análise, reconhecendo que, para muitos dos que narraram esse evento, o seu fracasso foi o principal alvo dos esforços explicativos.

Entre os seus críticos, seu insucesso pôde ser prontamente explicado pela ideia de que tal processo revolucionário foi uma anomalia e crise no tempo, cuja dissolução, ainda que penosa, representava uma reestabilização do curso natural da temporalidade nacional.

Porém, para seus defensores, ela impunha um desafio: justificar o seu desfecho negativo, à despeito de considerarem que as suas aspirações coincidiam com o movimento presumidamente intrínseco à história brasileira, qual seja, a busca pela liberdade e emancipação política.

Interpretar o movimento de 1817 exigia, assim, equacionar as relações entre a agência dos atores históricos sobre a temporalidade e a autonomia da “marcha” do tempo, problema central em um contexto discursivo de politização do tempo e de temporalização, em sentido moderno e ocidental, do conceito de revolução. Impunha, ainda, a tarefa de refletir sobre as relações entre as rupturas revolucionárias e o tempo histórico. Em síntese, o interesse na análise das interpretações deste evento decorre da constatação de que, frequentemente, narrá-lo envolveu também expressar formas plurais de figuração do tempo histórico, o que implicava definir seu sentido, suas periodizações, ritmos e rupturas.

Antes de avançarmos, porém, gostaria de fazer uma breve observação conceitual. Para explorar as relações entre política e temporalidade nesta pesquisa, estou de acordo com estudos como os de Chris Lorenz e Berber Bevernage (2013, p. 251 – 280), que consideram importante enfatizar a dimensão performativa das representações temporais. Essas, além de serem expressão de uma dada experiência do tempo, são também orientadas por valores, pressupostos políticos e relações de poder. Por esta perspectiva, o que está em jogo é o reconhecimento de que esse conjunto de elementos também participa da definição das formas temporais. Nessa direção, dialogando ainda com a percepção de Mariela Solana (2017), compartilhamos da premissa de que o ato de enunciar a temporalidade é sempre um gesto de fabricação daquilo que se diz descrever.

No que tange ao recorte temporal, esta comunicação inicia sua análise no ano 1829, contexto em que a crise política do governo de Pedro I se aprofundava e transbordava a política institucional, reverberando nos jornais e nas ruas. Neste momento crítico e em outros que o sucedem, as figurações do tempo se tornam mais plurais, enlaçando formas temporais que remetem à historicidades diversas. Já

o limite de nosso recorte será o fim dos anos 1850, período marcado pela consolidação e capilarização do Estado imperial em bases conservadoras. Durante esse intervalo, no que tange às formas de dar sentido a 1817 e de tessitura do tempo histórico, é possível identificar a emergência de novas sínteses interpretativas, conceitos e metáforas, mas também a repetição de certas estruturas gerais.

Em relação aos jornais que serão objetos de estudo, o critério de seleção não está centrado na longevidade, circulação, ou mesmo número de assinantes e influência da publicação. O que orienta a investigação é uma avaliação qualitativa de seus textos centrada na complexidade de seus modos de representação e politização do tempo histórico. Em outras palavras, percorremos textos que nos permitam adensar empiricamente as caracterizações das tessituras temporais no Brasil do século XIX, estivessem eles presentes em jornais de grande circulação, ou em folhas que subsistiram brevemente no debate político imperial.

Nos limites deste trabalho, enfatizo em especial as propostas de dar sentido à revolução de Pernambuco que interpretam o movimento pernambucano e, mais precisamente, o seu fracasso, a partir da afirmação da “inadequação temporal” deste evento, isto é, com base na asserção de que a sua ocorrência cronológica se deu fora, ou antes, do tempo que lhe seria adequado, apropriado, oportuno, assumindo que dessa condição resultou o seu insucesso. Em tal construção, há evidentemente um forte investimento de normatizar o tempo, de produzir uma crononormatividade (MUDROVICIC, 2018), o que supõe, mesmo que de modo oblíquo, uma qualificação das formas temporais. Ademais, este modo significar a Revolução de Pernambuco impele ainda que se enuncie o que seria uma inscrição ótima, oportuna, dos eventos na temporalidade histórica.

A fim de circunscrever analiticamente estas formas de inteligibilidade da revolução que estão centradas na afirmação da impropriedade de sua inscrição no tempo, tenho desenvolvido a ideia de um *topos* da “inadequação temporal”. Em nosso entendimento da noção de *topos*, partimos das proposições desenvolvidas por Sergio Alcides (2002, p. 127 – 134). Nelas, a tópica é concebida fundamentalmente como uma forma de articulação do pensamento, de lidar com situações problemáticas novas a partir do diálogo com opiniões pactuadas pela tradição, e não tanto como um repositório, um manancial, de lugares-comuns. Em cada *topos*, portanto, há certa coexistência e interação entre estruturas de repetição que remontam à longa duração, e inovações que emergem de usos novos e específicos, os quais reagem a experiências e circunstâncias também singulares. Partindo disso, o uso da categoria *topos* em nossa análise busca, de um lado, dar conta da reiteração de certas estruturas discursivas, especialmente de um renitente “ainda não” que afirma a impropriedade temporal de um dado evento ou sujeito. Mas, por outro lado, tal categorização tenta preservar certa inovação que compõe cada um dos usos que exprimem este modo de enquadrar temporalmente os eventos de 1817.

Mas como, efetivamente, esse *topos* se manifesta? Teria esta forma de enquadrar temporalmente eventos e sujeitos sido alvo de questionamentos? Conforme explorarei a partir de agora, o *topos* da inadequação temporal se constitui a partir de uma rede bastante complexa de conceitos, metáforas, advérbios, expressões e referências. Termos como “imaturidade”, “imprudência”, “extemporaneidade”, “prematuridade”, “precipitação”, “intempestividade”; imagens como a de um fruto colhido ainda verde, ou de uma semente plantada antes do tempo adequado; ou, simplesmente, o uso renitente do advérbio “ainda não”, foram alguns dos modos pelos quais se deu a tessitura desta forma de articulação temporal. Sobre suas contestações e críticas, retomarei essa questão ao final do texto, após

percorrer sinteticamente alguns dos usos do *topos* e as políticas temporais por eles engendradas.

Antes de avançar nessa tarefa, gostaria de reiterar uma dimensão estruturante desse *topos*: o modo como seus usos articulam conceitos, metáforas, advérbios e referências cujas arqueologias remetem a diferentes camadas temporais. Por exemplo, há enunciações do *topos* da inadequação temporal que se amparam na noção de *kairós* grega; mas também em um tempo Prudencial cristão; ou em refigurações da Antiguidade Grega a partir de autores como Maquiavel, já no contexto do Renascimento. E, finalmente, tais usos são atualizados no contexto de modernização das experiências temporais, processo que também se manifesta com contornos próprios no Brasil, sobretudo em decorrência do colonialismo e da escravidão, durante este recorte temporal. Vejamos como isso se fez presente nos textos da imprensa brasileira.

Usos do *topos* da inadequação temporal e as políticas do tempo na imprensa brasileira

Em 1829, as múltiplas crises do governo de Pedro I se aprofundavam, o que demandou que seus apoiadores cerrassem fileiras em variados espaços. A morte de D. João VI e a incerteza quanto às questões sucessórias em Portugal e no Brasil; as crises econômicas agravadas por oscilações no mercado internacional e pela Guerra da Cisplatina; o antilusitanismo que se disseminava por variados grupos sociais; e a emergência de uma “língua política radical, esposada pelos liberais exaltados” (KRAUSE; GOYENA, p. 76) são alguns dos reveses enfrentados pelo governo pedrino e por seus aliados.

Neste contexto, em Pernambuco, um dos jornais que surge em defesa do primeiro imperador brasileiro foi *O Amigo do Povo*, cujo redator era o padre pernambucano José Marinho Falcão Padilha. Ainda que não seja a folha de maior projeção alinhada a D. Pedro I naquela província, ela traz interpretações do movimento de Pernambuco de 1817 que nos permitem entrever modos de figuração e politização do tempo histórico bastante expressivos dos diferentes estratos temporais que são entremeados nas formas de temporalização no Brasil. Já no texto que inicia a sua primeira edição, lançada em 30 de maio de 1829, *O Amigo do Povo* fez menção à Revolução de Pernambuco:

Desde 1817 que a nossa infeliz Pátria é presa de uma facção desmoralizada, que a tem vexado, e perseguido até o presente, metamorfoseando em horrroso Tártaro esta amena Província, antigamente os Elísios do Brasil! Pernambuco, cansado de suportar os excessos do abuso ministerial nos fins do Governo passado, despenhou-se em uma revolução imatura, onde se envolveram assim os homens de bem da Província, como a sua escória. A regeneração dos Estados Portugueses nos trouxe afinal a independência, e a liberdade. Todos os bons Pernambucanos de 1817 descansaram debaixo da sombra do Augusto Defensor do novo Império; mas a escória daquela revolução; jamais descansou; e vegetando nas oscilações políticas, filhas dos Estados nascentes, ela não tem cessado até agora de tentar a execução de seus planos luciferinos. (O AMIGO DO POVO, 1829, p. 1)

De início, chama atenção que, nas primeiras linhas publicadas no jornal, a Revolução de Pernambuco aparece como marco inicial de uma nova época em Pernambuco. Nela, um passado figurado a partir da imagem do paraíso da religiosidade grega antiga se dissolve face ao horror. Sobre 1817, o verbo “despenhar” (precipitar) e o adjetivo “imatura” conferem a esse evento certa condição temporal marcada pela impropriedade, ainda que se reconheça excessos nos ministérios do governo joanino. Neste acontecimento imaturo, envolveram-se “homens de bem” e a “escória”, e o que os

distingue é terem ou não descansado “debaixo da sombra do Augusto Defensor do novo Império”.

Portanto, a adesão ao projeto pedrino é o crivo que absolve ou condena as biografias dos envolvidos na tentativa revolucionária de dezessete, definição que já explicita os compromissos políticos do periódico. Assim, nem todos os atores da revolução seriam igualmente responsáveis por “metamorfosear” em “horroroso Tártaro” a “amena Província” de Pernambuco. Para além das menções ao mundo inferior da cosmovisão grega e à figura bíblica de “Lúcifer”, destaca-se como o movimento pernambucano é concebido como um acontecimento que é, simultaneamente, temporalmente inadequado, pois “imaturo”, e contemporâneo, no sentido de pertencer a uma nova época, a das agitações políticas que marcariam o pós-independência.

Em outro texto desta folha, publicado em 20 de fevereiro de 1830, já num contexto de enfraquecimento do governo Pedro I, novamente 1817 figura como marco a partir do qual Pernambuco, e, de certo modo, o Brasil, teriam entrado em uma “revolução intermitente”. Este texto vai além de atribuir certa condição de inadequação temporal a 1817, pois produz uma reflexão mais abrangente sobre a temporalidade. Nele, José Marinho Falcão Padilha trava um debate com outro membro do clero atuante no debate político: o frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que fazia oposição ao centralismo de Pedro I. Um dos principais focos da discussão diz respeito ao que acarreta as mudanças políticas.

Segundo o texto do *O Amigo do Povo*, Lopes Gama teria afirmado que entre “povos felizes é moralmente impossível, que se aspirem mudanças, e apeteçam um bem, que já possuem” (COMUNICADO, 1830, p. 4). Diante dessa afirmação, o defensor do governo pedrino responde: “Todo o mundo sabe, que, em geral, existe em todos os homens um espírito de inquietação, e de descontentamento”, (...) “julgam sempre que o que eles não têm é preferível àquilo de que gozam” (COMUNICADO, 1830, p. 4). Nessa passagem, o contraponto ao seu interlocutor é feito com base na afirmação de que há no espírito humano uma inquietação que inclina os homens em direção à mudança, a qual se exprime no julgamento de que o que não se tem é sempre preferível ao que “já” está presente e disponível.

E, na publicação do *O Amigo do Povo*, o que justificaria tal disposição do espírito humano é uma máxima de cunho transcendente: “Isto provem de um sentimento mais elevado, o qual nos adverte incessantemente, que nenhuma felicidade terrestre pode satisfazer plenamente uma alma destinada à felicidade imortal” (COMUNICADO, 1830, p. 4). Haveria, então, certa assincronia entre a finitude do tempo humano e a eternidade de uma temporalidade transcendente, divina. Dessa assincronia resultaria a inquietude, a inadequação, do espírito humano, que o lança em uma busca perene por transformações. Nessa perspectiva, o movimento de 1817, início da “revolução intermitente” em Pernambuco, exprime que tal inquietude e disposição para a mudança não é uma característica apenas dos indivíduos, mas das pátrias e nações, constatação que deve inspirar atenção no “governo sábio, e ativo”. Portanto, a partir do estabelecimento de uma dissonância entre um tempo humano e uma temporalidade religiosa que a transcende, *O Amigo do Povo* atribui uma dimensão quase ontológica a esse tempo figurado como revolução, clamando por uma ação assertiva dos governantes.

Apesar do empenho de jornais como *O Amigo do Povo*, o governo de D. Pedro I não resistiu a sua oposição, que foi se tornando cada vez mais ampla, e heterogênea. Nas palavras de Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares: “a perda do controle dos meios da violência”, assim como o “espetáculo

multiétnico da presença maciça da população nas ruas” foram fatores decisivos para a queda do primeiro imperador brasileiro (KRAUSE; GOYENA, p. 82). Nesse sentido, o cenário internacional não lhe foi mais favorável, com movimentos revolucionários em curso na França, em 1830, e com uma grande turbulência em Portugal, desde o golpe de D. Miguel.

Com a Abdicação, o consenso em torno da oposição a D. Pedro I se desfez, o que abriu uma intensa disputa pelo futuro político da nação, cenário que fez perdurar a experiência de crise e instabilidade. Para além de uma cisão intra-elites, que se dividiu entre antigos apoiadores de Pedro I, liberais moderados e liberais radicais, também os setores populares lançariam suas demandas políticas durante o período regencial. Vale destacar, entretanto, que a composição dos governos regenciais acabou por evidenciar a indisposição dos grupos dominantes de promoverem mudanças mais estruturais. Nesse sentido, a cisão entre “moderados” e “exaltados” é sintomática, pois provém sobretudo da recusa desse último grupo em restringir os horizontes de transformação no pós-abdicação.

Já neste novo contexto, destaco uma interpretação da Revolução de Pernambuco presente no jornal *O Olindense*. Apesar de não se tratar de uma folha de grande circulação ou longevidade, o periódico dos estudantes do curso de direito de Olinda Sérgio e Álvaro Teixeira de Macedo e Bernardo de Souza Franco é bastante representativo do modo como a imprensa liberal moderada figurou o tempo histórico e as mudanças políticas no início do período regencial. *O Olindense* começou a ser publicado logo após a abdicação, comemorando-a na sua primeira edição, do dia 17 de maio de 1831, como uma manifestação da “marcha” da “civilização” e da “liberdade” no Brasil (INTERIOR, 1831, p. 1). É bastante perceptível neste primeiro texto do jornal uma concepção temporal de contornos historicistas e progressistas. Contudo, também já neste momento, evidencia-se um receio de possíveis radicalismos e um forte apelo à “prudência” como princípio orientador da ação política, de modo a evitar excessos.

Gostaria de abordar uma menção ao movimento de 1817 que é feita neste jornal poucos meses depois, no dia 23 de agosto de 1831. O texto em que tal alusão aparece enfrentava uma questão bastante delicada, que expressa a ampliação das perspectivas políticas em debate após a Abdicação: “A questão que mais se debate presentemente é saber, se o Brasil deve já adotar a forma de governo democrático-federativo, ou se conservar a atual Monárquico Constitucional” (INTERIOR, 1831, p. 1). A complexidade da discussão se aprofunda quando reconhecemos que, ao longo do texto, o conceito de república se confunde com o de governo “democrático-federativo”, e ambos são considerados as formas políticas próprias à América. De início, o texto faz uma síntese da história americana que, assumindo o “Norte” do continente como “farol” e “exemplo”, afirma que o Brasil “não pode deixar de levar-se deste movimento americano”.

Nesse sentido, “os movimentos de Pernambuco em 1817”, “repetidos em 1824”, são concebidos como sintomas dessa disposição do Brasil para as formas republicanas, assim como a própria abdicação de Pedro I. A esse respeito, chama atenção que o texto considera a escravidão como mais uma condicionante histórica que faz com que os brasileiros pendam para o “espírito geral da igualdade”. O argumento é que, observando desde o “leito” a experiência de “sujeição” dos escravizados, os brasileiros tendem a evitar formas políticas que conservem tais características.

O interessante é que, embora ele afirme claramente o republicanismo como uma tendência irresistível ao Brasil, dado o “brilhantismo” inaudito do modelo norte-americano e a ocorrência de

eventos como 1817, o texto recua quanto à “aptidão” dos brasileiros para a “democracia”. É então que a inclinação dos redatores d’*O Olindense* para as mudanças atinge seus limites. Novamente, a Revolução de Pernambuco será citada, mas agora para exemplificar os riscos das grandes transformações:

Ponderemos agora se para a Democracia está apto o Brasil. Respondemos que não, por ora. Ele, é verdade, que encerra já muitas disposições morais para esta forma de Governo, carece porém de muitas outras essenciais. A primeira é a moralização, o hábito das virtudes: afeito a corrupção à venalidade, sem educação, temos observado a anarquia na população todas as vezes que o edifício social padece grandes abalos. Digam as Províncias, especialmente as do Norte, o que viram em 1817, 1822, e em 1824, e o que agora sucedeu nesta Corte depois de 7 de Abril. (INTERIOR, 1831, p. 2)

A resposta “não, por ora” para a indagação acerca da “aptidão” do Brasil para a democracia é bastante reveladora dos usos dessa forma de operacionalizar a temporalidade que temos identificado como um *topos* da inadequação temporal. Sem uma negação taxativa da disponibilidade da democracia, a realização de tal horizonte político é deslocada para um futuro não delimitado temporalmente. Entre os aspectos que subsidiam a afirmação da impropriedade temporal das formas democráticas no tempo presente brasileiro, considero importante destacar o que a publicação define como “a anarquia na população todas as vezes que o edifício social padece de grandes abalos”. Nessa passagem, explicita-se como grupos políticos que apoiavam o governo regencial receavam que o povo assumisse protagonismo na condução das transformações políticas. Por esta chave de leitura, 1817 aparece como mais um, dentre uma constelação de eventos, nos quais um povo não instruído irrompe inoportunamente na cena política, colocando em risco a estabilidade do edifício social.

Desse receio, resultaria ainda uma apologia a um tempo da “espera”, formulação desenvolvida quando o texto avança em justificar as razões pelas quais a democracia ainda não era possível no Brasil:

Falta-nos igualmente a prática e o gozo da liberdade, que dispõem para gozar o maior grau dela. A liberdade, dizia um Político conhecido: é alimento muito sucoso com que não podem estômagos fracos. O Brasil trezentos anos escravo não pode tocar já o ápice da liberdade, semelhante ao enfermo que sobrevive à longa moléstia, tem de tratar-se muito tempo à rigorosa dieta, evitando as comidas mui suculentas e fortes. O homem não vem ao mundo logo feito desde o berço, ele vive na infância, na puberdade até tocar a idade adulta; assim as Nações. É preciso esperar que o fruto amadureça para se colher; sem o que, ele é agro e às vezes indigesto. (...) As mudanças de forma de Governo são arriscadas, elas devem ser naturais e não violentas; devem ser pedidas pelas circunstâncias das Nações, e nunca dadas sem as prévias disposições. (INTERIOR, 1831, p. 2)

Nessa passagem, é por meio de uma rede de metáforas que o texto afirma a inadequação temporal do advento da democracia no Brasil. A imagem de um “alimento muito sucoso” inapropriado aos estômagos ainda fracos; os paralelos entre as fases da vida humana e a trajetória histórica das nações; assim como o fruto que precisa amadurecer para ser colhido operam no sentido de apontar a impropriedade temporal de mudanças na direção da democracia. Isso, pois uma transformação que se dê em um estágio inapropriado da vida dos homens, ou das nações, está fadada a não prosperar, tal como colher um fruto antes de seu amadurecimento pode significar perdê-lo. Disso, resulta a asserção de um imperativo da “espera”, que naturaliza a ocorrência das transformações, subordinando-as às circunstâncias e a traços que seriam imanentes ao tempo. A tese de que “as mudanças de forma de Governo” devem “ser naturais” é indicativa a esse respeito. Há, portanto, certa sobreposição de uma

concepção temporal progressista por modos de enquadrar a temporalidade em muito vinculados aos tempos naturais. Em ambos os elementos da sobreposição, porém, há a prevalência do fluir imanente ao tempo frente às ações humanas que tentam antecipá-lo.

Chama atenção que tal figuração da temporalidade e da mudança que secundariza a agência dos homens sobre o processo histórico apareceu tanto nos escritos de um jornal que comemorou a abdicação, saudou o governo regencial e sugeriu o caráter necessário da república no Brasil quanto em periódicos que encampam os projetos políticos do *Regresso* conservador. Esta forma de equacionar a relação entre ação humana e temporalidade se fez presente de modo ainda mais vigoroso nos textos formulados pelos apoiadores deste último grupo político, que ganha força nos anos finais da década de 1830. Isso, contudo, não significa que houve uma homogeneidade nos modos de representação e politização do tempo histórico, pois, como ocorreu nos textos anteriores, as tessituras temporais se dão com notável diversidade de metáforas, conceitos, referências e expressões.

Alguns anos depois do texto d’*O Olindense*, novos fatores de instabilidade afluíam sobre a política imperial. Movimentos de insurgência, encampados por grupos sociais diversos e com horizontes de transformação distintos, irrompiam em várias partes do império. Nesse “laboratório da nação” (2009, p. 53 – 119), para tomar de empréstimo a feliz expressão de Marcello Basile, disputavam projetos de futuro e concepções temporais que colocavam em questão a própria integridade do Estado Imperial. Nesse cenário, e também diante das mobilizações em torno da defesa do contrabando de escravizados mesmo após a Lei Feijó, de 1831, os *regressistas* se articulavam em torno da necessidade de refrear, ou mesmo dissolver, certas transformações políticas que se considerava demasiadamente céleres, ou, como temos assinalado, temporalmente inadequadas. A ideia de um “ainda não”, que, como aponta Dipesh Chakrabarty (2000), foi constitutiva das formas e hierarquias temporais nos territórios colonizados recém independentes, foi um operador central das políticas temporais produzidas pelos *regressistas*. Nessa direção, a renitência desse “ainda não” conferiu contornos específicos ao processo de modernização das formas temporais no Brasil do século XIX, os quais reagem à experiências sociais e políticas também singulares, principalmente ao caráter estrutural da escravidão.

Diversamente dos anteriores, o texto que analisaremos agora foi publicado em um dos principais jornais do Império, o *Diário de Pernambuco*. Vindo a público sem registro de autoria, o texto foi lançado em 23 de janeiro de 1836, e intitulava-se *O Progressismo: o que é o Regresso* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836, p. 2). Como o título sugere, o objetivo geral do texto é fazer uma caracterização do que seria o *Regresso*. No entanto, isso se dá a partir da crítica ao modo como, na visão do *regresso*, os progressistas concebiam as relações entre o tempo histórico nacional, as mudanças políticas e o progresso. Vejamos como o artigo apresenta, e contesta, os fundamentos da visão progressista acerca do político:

Dar a definição do progresso é parodiar a revolução. Para os homens que o querem fazerem acreditar, significa a última perfeição da sociedade. Concitar o Povo para inovações, muitas vezes infrutíferas, ou de perigo, é no conceito de um Progressista, um serviço meritório à humanidade, arrancando a das trevas da barbaridade para a conduzir em dobrado marche, até ao brilhante zenith da civilização. Assim pensam os de boa fé: mas tudo isto contém muitas circunstâncias, que confundem a generalidade do povo, pouco conhecedor do mecanismo de tais teorias, porém que ouvindo-as repetir todos os momentos, presume-se, sem o saber decifrar, em novas, sucessivas, e intermináveis necessidades, isto é: cada vez pretende existir em maior liberdade: em progressos.... O povo julga que alcançará esse gozo ilimitado de

liberdade por meio de revoluções: os Progressistas metódicos lh'o prometem por medidas legislativas. Não se pode trair mais a simpleza popular, porque é impossível satisfazer quanto se deseja vivendo em sociedade. Sim, na sociedade, as reformas, as mudanças nas leis, ou nas instituições, não são mais, do que mudar de cadeias, ou refundir as antigas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836, p. 2)

Dada a densidade desse artigo, não será possível explorar muitas das suas dimensões nos limites desse texto. Contudo, gostaria de ressaltar sua apropriação crítica bastante consciente e deliberada das formas temporais modernas e progressistas. Primeiramente, o artigo estabelece uma sobreposição entre os conceitos de progresso e revolução. Então, ele mobiliza um léxico bastante comum para expressar as concepções progressistas da modernidade ocidental no intuito de desvelar os pressupostos políticos, e temporais, dos progressistas. As expressões “das trevas da barbaridade”, “brilhante zenith da civilização” e “dobrado marche” marcam os sentidos, ritmos e deslocamentos temporais que o artigo *regressista* atribui aos seus adversários políticos.

É então que o texto transita entre as categorias de “humanidade” e “Povo” na definição dos alvos das políticas temporais progressistas. Essas duas categorias, profundamente polissêmicas, sobretudo em uma sociedade escravista, desempenham um papel fundamental na economia do texto. “Povo”, em específico, faz referência a uma parcela da humanidade marcada pela falta, pela incapacidade de compreender os “mecanismos” do progresso, e por buscá-lo de uma maneira pueril, ingênua, pois “ilimitada”. É então que o texto confronta o pressuposto de que o progresso das formas políticas poderia ser ilimitado. Em sua avaliação, essa crença não levaria a nação brasileira ao “zenith da civilização”, mas a um passado recôndito, o “estado de natureza”. Daí que o povo, e sua crença na infinitude do progresso, sejam marcados pela inadequação e pela incapacidade de alinhar-se aos traços que seriam imanentes ao tempo.

A menção à Revolução de Pernambuco é mobilizada precisamente na tentativa de consolidar a asserção de que a infinitude das “revoluções” e “progressos” na política seria não só inadequada, como indesejável. Citando passagens atribuídas a Thomas Jefferson, líder da Independência dos Estados- Unidos, o jornal faz um uso político do movimento de 1817 em que seu desfecho malsucedido confere sentido a outras tentativas revolucionárias. Em sua avaliação, “tudo se passará” como na “revolução de Pernambuco em 1817”, constatação que lhe permite depreender um predicado chave do tempo histórico nacional brasileiro: o termo “estacionário”. Esse, e não a ideia de uma revolução, ou progresso, ilimitados, seria o atributo fundante da temporalidade brasileira, razão pela qual as concepções do “progressismo” seriam incapazes de dar legibilidade ao tempo.

Sem pretender desconsiderar as especificidades das figurações temporais presentes em cada texto analisado ao longo da pesquisa, nos limites desse trabalho gostaria de apontar a reiterada afirmação da autonomia do tempo sobre as ações humanas. Esta pode se traduzir na defesa de um “tempo da espera”, como se deu n’*O Olindense*, mas, de modo mais radical, em uma crítica a concepções progressistas da história de contornos céticos, e mesmo irônicos, como na publicação do *Diário de Pernambuco*.

Até o fim dos anos 1850, período em que encerramos nosso mapeamento, identificamos usos políticos da Revolução de 1817 em que as ações revolucionárias são tomadas como tentativas de “patriotar fora de tempo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1835, p. 3); como “prematuras”,

“extemporâneas”, “desassisadas”; como um evento que se deu “antes”, ou “fora” do tempo. Ou, ainda, nos termos de uma outra edição do *Diário de Pernambuco* que foi lançada quase 20 anos depois, os revolucionários de 1817 “tentaram colher o fruto, que ainda não estava bem sazonado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1854, p. 2), daí o seu fracasso. Apesar de percorrerem caminhos diversos, isto é, mobilizarem redes de conceitos e metáforas distintas, há homologias entre os textos que, ao darem legibilidade a uma tentativa de transformação, o fazem com base no diagnóstico de sua impropriedade temporal. Nessa direção, os anos 1840 e 1850 foram marcados pela sedimentação deste modo de significar não só a Revolução de Pernambuco, mas também outros processos de ruptura que se queria evitar, ou adiar para um futuro destemporalizado. Além dos debates em torno do federalismo, da república, ou da democracia, tal modo de equacionar tempo e transformação se estendeu a temas como o escravismo e o tráfico, fundamentais na agenda política do *Regresso*.

Cabe, por fim, indagar: Não existiram críticas e subversões a essa forma de dar legibilidade para a Revolução de Pernambuco e para outras tentativas de transformação? Ou, em outros termos, houve contestações a esse gesto performativo de, definindo uma dada crononormatividade, enquadrar eventos como inadequados temporalmente? Na imprensa, em uma análise que ainda está em curso, tenho encontrado contestações a esse tempo do “ainda não”. E, de modo mais deliberado, elas se expressaram em um jornal específico, o *Nova Luz Brasileira*. Bastante breve, pois circulou apenas entre fins de 1829 e 1831, esse periódico é reconhecido pela historiografia da imprensa brasileira como um dos mais importantes expoentes do liberalismo radical, que teria pautado debates relevantes na política imperial ao propor transformações sociais mais profundas. Por essa razão, o jornal de Ezequiel Corrêa dos Santos teve várias de suas proposições ecoando mesmo após o seu encerramento.

Inicialmente, chama atenção no jornal o modo como ele explica o fracasso de 1817 em suas edições mais tardias. Ao invés de enquadrar aquele evento como liberal, virtuoso, mas extemporâneo, temporalmente inadequado, como faziam muitos liberais de seu contexto, o *Nova Luz Brasileira* o caracterizou como uma Revolução de contornos “aristocráticos”, marcada por certa hesitação, e superficialidade em seus horizontes de transformação. Disso, resultaria o seu fracasso (RECORDAÇÕES INTERESSANTES, 1831, p. 1).

Essa perspectiva bastante singular das causas para o fracasso de 1817 se coaduna com o modo como ele contesta as tentativas de evitar transformações políticas alicerçadas no *topos* da inadequação temporal. Ao “ainda não”, à ideia de imprudência, extemporaneidade, à intempestividade das transformações no sentido do federalismo, da democracia, ou mesmo da reforma agrária e da república, o *Nova Luz* contrapõe um insistente “já e já”. Em sua avaliação, “as mãos do tempo” não são capazes de construir, nem destruir, nada, razão pela qual são os braços humanos que devem produzir as transformações almejadas. Aliado a isso, o *Nova Luz* argumenta que o início dos anos 1830 trazia consigo circunstâncias críticas, mas oportunas para a ação, tanto pela crise do Primeiro Reinado quanto pelas agitações políticas na Europa, especialmente na França de 1830. Nas suas palavras:

O nosso antagonista da federação nos diz que a devemos somente receber da mão do tempo dando a entender que não é tempo de termos o que há muito deveríamos ter tido. Mas, por nossa mofina o tempo não tem mão dadivosa, nem cainha, sem que a mão do homem puxe pela mão do tempo, que não tem mão. (NOVA LUZ BRAZILEIRA, 1831, p. 2 – 3)

Em suas políticas do tempo, portanto, o *Nova Luz* se lança em uma oposição bastante consciente a um “tempo da espera”, marcado pelo ainda não, ou a uma temporalidade “estacionária”. A metáfora dos homens que puxam pela mão do tempo, assim como a subsequente negação da existência mesma de uma “mão do tempo”, é muito expressiva da afirmação da ascendência da agência histórica sobre a temporalidade.

Para finalizar este texto, gostaria de indicar brevemente os limites dessa contestação. Isso, pois, no *Nova Luz*, a agência sobre o tempo no sentido das transformações não era um direito legítimo de todos os atores históricos, ou aplicável a todas as tentativas de mudança. No tema da escravidão, e do tráfico de escravizados, seu investimento discursivo no sentido da contestação do “ainda não” constitutivo do *topos* da inadequação temporal é desmobilizado. Diante desses debates, seu enquadramento temporal é muito hesitante quanto às capacidades humanas de antecipar o tempo, do que resulta um antiescravismo marcado pelo gradualismo. Para além disso, a ação política dos escravizados é desconsiderada, ausente das páginas do jornal, ou lida em chave negativa, como uma manifestação do “Haitianismo”, de algo a ser evitado (NOVA LUZ BRAZILEIRA, 1831, p. 1 – 8). Tal posição contrasta fortemente com o “já e já” preconizado para outras transformações políticas.

Referências bibliográficas

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos* – Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2002.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COMUNICADO. *O Amigo do Povo*, Pernambuco, 20 fev. 1830, p. 4.

CORRESPONDÊNCIA, *Diário de Pernambuco*, 22 out. 1835, p. 1 – 4.

INTERIOR, *O Olindense*, Pernambuco, 17 mai. 1831, p. 1 - 4.

INTERIOR, *O Olindense*, Pernambuco, 23 agos. 1831, p. 1 - 4.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

KRAUSE, Thiago; GOYENA SOARES, Rodrigo. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs.). *Breaking up time: Negotiating the borders between present, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

MUDROVCIC, M. I. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. *ArtCultura*, 20(36), 2018.

NOTÍCIA BIOGRÁFICA DO MAJOR MANOEL DE S. BOAVENTURA FERAZ. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 16 nov. 1854, p. 2.

NOVA LUZ BRAZILEIRA, Rio de Janeiro, 18 fev. 1831, p. 1 – 8.

NOVA LUZ BRAZILEIRA, Rio de Janeiro, 17 agos. 1831, p. 1 – 8.

O AMIGO DO POVO, Pernambuco, 30 mai. 1829, p. 1.

O PROGRESSISMO: O QUE É O REGRESSO, *Diário de Pernambuco*, 23 jan. 1836, p. 2.

RECORDAÇÕES INTERESSANTES, *Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro, 10 set. 1831, p. 1 – 8.

SOLANA, Mariela. Asincronia y crononormatividad. Apuntes sobre la idea de temporalidad queer, El banquete de los deuses: *Revista de Filosofía y la teoría política contemporáneas*, vol. 5, nº 7, 2016/2017.

UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO ENTRE-LUGAR EM *O ENIGMA DA CHEGADA*, DE V.S. NAIPAUL

Lucas Sampaio Costa Souza

PPGHIS/UFRJ

E-mail: souzasampaiolucas@gmail.com

Minha investigação sobre *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994) procura tratar da encenação de uma dada relação entre sujeito e História. Aliado à exploração da diferença cultural, o aspecto autobiográfico da narrativa está entre os principais elementos da hipótese sobre a tradução, em termos narrativos, de um modo peculiar de consciência histórica, uma consciência histórica do entre-lugar. O que pretendo mostrar a seguir é como a articulação desses elementos resultam na figuração da paisagem interior de um sujeito subalterno, que assim como Naipaul se forma no trânsito entre Terceiro Mundo e Ocidente, alternando-se entre diferentes conceitos de cultura.

Em *O enigma da chegada*, publicado originalmente em 1987, a semelhança com o discurso referencial da autobiografia e do relato de viagem convive com a ficção. Daí que o entre-lugar encenado pela narrativa caracteriza-se pelo trânsito não apenas entre culturas, mas também entre diferentes usos da linguagem. Embora seja classificada desde a capa como um romance, gênero cujo desenvolvimento aconteceu em conexão íntima com a ficção conforme mostrou Catherine Gallagher (2010, p. 631), na narrativa de Naipaul encontramos uma grande mistura. Esta mistura entre relato de viagem, autobiografia e romance tem a historicidade de Naipaul como uma de suas principais matérias-primas.

V.S. Naipaul é reconhecidamente um mestre da mistura entre ficção e não-ficção, sendo *O enigma* (1994) um dos motivos. Naipaul nasceu em 1932, em Trinidad, onde seus avós indianos se estabeleceram, no fim do século XIX: eles foram levados da Índia para compor a força de trabalho das plantações de cana de açúcar na condição de *indentured workers*. Como explica Patrick French, autor da biografia autorizada de Naipaul, esse tipo de servidão diferia da escravidão por ser teoricamente voluntária, e as famílias autorizadas a permanecerem juntas. Depois de cinco ou dez anos, o trabalhador poderia voltar para a Índia ou ficar e pegar um pequeno pedaço de terra.

“Wounder and wounded” foi como James Wood (2008) se referiu ao escritor a propósito de sua biografia autorizada a fim de ressaltar a ambiguidade da figura de Naipaul. Em perspectiva com a face mais em evidência do escritor, “fonte de ódio fascinado no mundo literário e nos estudos acadêmicos pós-coloniais”, que desdenha do país de onde veio: “Eu nasci lá, sim. Eu achei que foi um engano.”, Wood assinala a parte da biografia de Naipaul a qual ele retorna obsesivamente:

a luta, vergonha, e fragilidade emprocebecida do início da vida em Trinidad; à incomum jornada que fez do rincão colonial do império britânico ao seu centro metropolitano; e à precariedade, como ele diz, de sua longa vida na Inglaterra - “um estranho aqui, com o nervos de um estranho,” como ele colocou em *O enigma da chegada*.”. (WOOD, 2008, **tradução nossa**)

Ao mesmo tempo, como destacou a academia sueca ao premiá-lo com o Nobel de Literatura em 2001, em *O enigma da chegada* (1994), Naipaul “cria uma imagem do plácido colapso da velha cultura colonial dominante e do ocaso das vizinhanças europeias” (NOBEL, 2001). Em sintonia com esta imagem, a academia sueca justificou o prêmio ao escritor “por [ele] ter reunido percepção narrativa e escrutínio incorruptível em trabalhos que nos compelem a ver a presença de histórias suprimidas” (NOBEL, 2001). No mesmo sentido, Fawzia Mustafa (1995), autor de *V.S. Naipaul*, a obra do autor contribuiu de forma significativa para o entendimento e a criação da história literária do final do século XX. No caso de *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), “parte do que o romance documenta”, segundo Mustafa (1995, p. 159), é o “registro da negociação que o narrador mantém ao longo da vida com a dialética entre a primeira e a terceira pessoa de seu sujeito escritor, onde irrupções de ansiedades pós-coloniais revelaram que sua busca por um sujeito unificado era imaginária.”

Ainda, como evidenciou Kelvin Falcão Klein (2018) em memorial homenageando o autor, Naipaul é um contemporâneo das independências de países africanos e de seu próprio país, Trinidad e Tobago. É inegável, escreve Klein (2018), que o mundo se transformou depois da Segunda Guerra Mundial, tanto em aspectos materiais quanto em aspectos intangíveis. A meu ver, a figuração literária da consciência histórica é um desses aspectos, que no caso de *O enigma* (1994), surge de seu aspecto autobiográfico e de sua exploração da diferença cultural, o que faz desta narrativa uma retrato possível da consciência de um sujeito transitando entre tradições culturais.

A relação entre ficção e história na produção de conhecimento sobre o passado tem recebido diferentes abordagens. Pensar as contribuições, desafios e limites entre os discursos histórico e ficcional é um exercício do qual tem se ocupado diferentes historiadores e teóricos da história. Também na Teoria Literária, é possível identificar reflexões sobre as fronteiras entre ficção, história e literatura. Nestes trabalhos, destaca-se a ideia do discurso ficcional como um discurso dotado de uma maneira própria de lidar com a realidade e uma capacidade de interpelar as práticas da historiografia em sua produção de conhecimento sobre o passado ao mesmo tempo em que se vale dessas mesmas práticas.

Para o teórico da história estadunidense Hayden White (2018, p. 13), por exemplo, o discurso ficcional produzido por romances contemporâneos pode ser entendido como um esforço para se “chegar a um acordo com o passado [que] envolveu a descoberta de tudo aquilo que havia sido ignorado, suprimido, reprimido ou escondido da vista no passado de nações”. Em “Passado prático”, o entendimento de White (2018) sobre *O texto histórico como artefato literário* (WHITE, 1994) parece assumir um colorido diferente do relativismo que caracterizou a produção anterior do teórico¹, mas sem abrir mão do caráter polêmico quando afirma não existir “uma “história” contra a qual poderíamos medir e avaliar a validade de qualquer “anti-história” ou de “mitificações” destinadas a acobertar e obscurecer as “verdades” (WHITE, 2018, p. 12). Tudo é história.

De todo modo, a proposição de White (2018) lança luz às ficções contemporâneas como figurações daquilo que não pôde comparecer na historiografia ao longo de sua constituição como

1 Dominick LaCapra (2005) comenta este relativismo em “Escribir la historia, escribir el trauma.”

disciplina universitária e discurso autorizado a falar sobre o passado², daí a relevância da reproximação entre o “passado histórico” que a disciplina produziria e o “passado prático”, que teria ficado a cargo da literatura. Para Dominick LaCapra (2013), outro teórico da história a quem se atribui a virada retórica da história, uma abordagem profícua para a relação entre ficção e história seria a da “mútua interrogação” entre ambas. Neste sentido, LaCapra pretende uma alternativa às abordagens exclusivamente documentais com que historiadores costumam lidar com a ficção, ao mesmo tempo em que se propõe a redimensionar certa tendência da Teoria Literária de entender o texto como encerrado em si e sem relação com o contexto.

Entre aqueles que pensam nosso tema mais propriamente a partir da Literatura, está Javier Cercas, um romancista espanhol que também se entende como alguém que escreve romances de aventura sobre a aventura de escrever romances³. Atuando deliberadamente em uma fronteira tênue entre ficção e não-ficção, o interesse de Cercas (2016, p. 48) é produzir uma “terceira verdade”, que surgiria idealmente da mútua contribuição entre o que ele identifica como uma “verdade da história” e uma “verdade da literatura”. Há, por outro lado, quem entenda a atitude da escrita ficcional diante da história como uma atitude de rivalidade, e não de reciprocidade ou mutualismo como se tem visto até aqui. Como mostra David Attwell (1993, p. 15), esta é a proposta do linguista e romancista sul-africano John Maxwell Coetzee. Tomando posição no debate sobre o realismo na literatura sul-africana, Coetzee (1987, p. 3 APUD ATTWELL, 1993, p. 15) defende uma ficção que opere “nos termos de seus próprios procedimentos e forneça suas próprias conclusões, não uma que opere em termos dos procedimentos da história e resulte em conclusões que são verificáveis pela história.” Este entendimento fica nítido no ensaio de Coetzee (2011) sobre a literatura de Naipaul, em *Mecanismos internos: textos sobre literatura (2005-2005)*.

Na análise do romance *Meia vida*, de Naipaul, Coetzee (2011, p. 333-334) destaca o modo misto de composição literária que Naipaul aperfeiçoou ao longo dos anos, “em que a reportagem histórica e a análise social fluem entrando e saindo de uma ficção de colorido autobiográfico e de memórias de viagem.” Quando Coetzee (2011, p. 335 - 336) considera “os olhos de historiador” que Naipaul teria tido para o imperialismo, o colonialismo e a escravidão em *Meia vida*, é no sentido de enfatizar a “liberdade de nadar contra a corrente”, uma liberdade coerente com a atitude de Naipaul em relação ao seu próprio passado colonial: que o fato de descender de humildes camponeses indianos não fixa ninguém num nicho futuro em que a condição psíquica permanente é de vítima. Desta perspectiva, *O enigma da chegada* é citado como “uma das vertentes da complexa autoconcepção e autocriação de Naipaul”, isto é, um participante da reconquista da Grã-Bretanha pelos povos que o Império antes dominava (COETZEE, 2011, p. 336).

Seja a relação entre ficção e história de mútua interrogação seja de rivalidade, já não há mais, como parecia acontecer no século XIX, o monopólio da historiografia profissional sobre a produção de conhecimento a respeito do passado. Como explica Felipe Charbel (2016, p. 126), “mesmo os

2 Deve-se observar que White (2018) tende a sugerir uma permanência entre o conhecimento histórico científico sistematizado no século XIX e aquele praticado atualmente, deixando de fora da moldura a guinada por que passou a ciência histórica durante o século XX. Uma análise exemplar destas transformações encontra-se em IGGERS, Georg. *La ciencia historica en el siglo XX*. Barcelona: Editorial Labor, 1995, p. 23-58.

3 Javier Cercas se define assim na entrevista CERCAS, J. Javier Cercas sobre su novela “El impostor”. *TV Española*: 16 nov. 2014. Entrevista concedida a Óscar López. “Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IW2U-Tu7Y8Ac&t=13s> >. Acesso em: 09 dez. 2018.

defensores mais aguerridos da racionalidade histórica concordam que a abordagem científica do passado, regradas por protocolos intersubjetivos de validação, não conseguem dar conta de certo conjunto de indagações”. Ao comentar a relevância dos “saberes da literatura” para nossa relação não apenas com o passado, mas com a realidade, Charbel (2016, p. 125 e 127), observa que a literatura “não pode ser vista, exclusivamente, como depositária de saberes diversos, postos em circulação pela ciência”; a relevância desses saberes passaria “menos pelo valor supostamente universal de seus enunciados que por sua capacidade de estremecer os horizontes de expectativa de leitores e leitoras.”

Na disputada hipertrofia que caracteriza a historiografia contemporânea, a perspectiva de Charbel (2016) evoca a concepção de história que privilegia sua dimensão narrativa, conhecida pela reaproximação entre literatura e história. A partir desta concepção, entendemos *O enigma da chegada*, de V.S. Naipaul (1994), como a produção de um sujeito na História. Trata-se, nas palavras de Felipe Charbel (2017, p. 59), de uma resposta produzida por um agente particular - o escritor -, ao enfrentar a sua própria historicidade, a sua condição histórica inescapável. Diferente da tomada de consciência da dimensão discursiva da historiografia que marcou a ficção pós-modernista nos anos 1980, explica Charbel ao analisar a evolução das formas literárias, as transformações contemporâneas da forma estão condicionadas por outras mudanças.

Entre reconhecimento do valor ontológico da história, cultura histórica presentista e uma guinada ética, destaco a historicidade, no sentido do “modo como cada sujeito constrói para si uma consciência particular de sua inserção no processo histórico”, ter passado a constituir, segundo Charbel, “um ângulo suficiente à produção discursiva, de caráter não científico mas nem por isso com menos aspiração à verdade, sobre a História.” Isso é particularmente forte na literatura de testemunho, completa ele.

O enigma não é uma narrativa de testemunho como *Doze anos de escravidão* (NORTHUP, 2014) ou *É isto um homem?* (LEVI, 2013), mas divide com essas narrativas a experiência do autor como matéria-prima fundamental. Seu colorido autobiográfico faz com que se aproxime do limite que separa esses dois diferentes tipos de narrativa, a ponto de nos fazer imaginar que está do outro lado. O fato dos narradores de Naipaul, que na maioria das vezes são em primeira pessoa, se parecerem tanto com ele é de fato uma singularidade de sua literatura. O narrador d’*O enigma* (NAIPAUL, 1994), por exemplo, também protagonista da narrativa, é alguém que, vinte anos antes, quando ainda era um jovem aspirante a escritor, fez sua viagem para fora da missão civilizatória e saiu de Trinidad para morar na Inglaterra. O momento da partida do jovem escritor acontece nos anos 1950, década mais recuada no tempo que o arco narrativo do romance alcança, enquanto o presente narrativo se confunde com o momento de publicação do livro, os anos 1980. Nitidamente, trata-se de um escritor muito parecido com o próprio Naipaul - que também nos anos 1950 chegou à Inglaterra aos dezoito anos a fim de se tornar escritor.

Com este recurso a uma narrativa em primeira pessoa repleta de nuances entre o autor e narrador, é como se estivéssemos acompanhando a percepção sobre o próprio lugar na História de um escritor que divaga sobre suas experiências de vida entre diferentes tradições históricas e culturais, como ser um estrangeiro no “coração do Império” (NAIPAUL, 1994, p. 128), vindo de uma “antiga sociedade colonial” onde era como se “todos carregássemos dentro de nós os efeitos dos acidentes sofridos por nossos ancestrais, como se de certo modo fôssemos programados antes de nascer, já

tivéssemos nossa vida esboçada de antemão” (NAIPAUL, 1994, p. 68 e 79).

Essas ambiguidades entre autor, narrador e personagem, o gramático Philippe Lejeune (2014) chamou de aspecto autobiográfico. Ao tentar definir a autobiografia com a ideia de um pacto autobiográfico que seria estabelecido entre quem escreve e quem lê, Lejeune acabou incluindo em seu esquema de possibilidades um pacto ambíguo que desse conta das “narrativas em que a pessoa que lê tem razões para suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e personagem” (LEJEUNE 2014, p. 29).

Já para o teórico da literatura Paul De Man (2012), um dos críticos do esforço de sistematização de Lejeune, a segurança referencial da autobiografia não seria possível. Como comenta Emilio Maciel (2008) a respeito do ensaio “Autobiografia como des-figuração”, a ideia de pacto autobiográfico como ponto de coincidência entre, de um lado, a assinatura do livro e, de outro, a veracidade das ações da personagem, que vem a ser o próprio narrador, é explorada por De Man a fim de mostrar que, se o leitor é o responsável por julgar se o pacto está sendo cumprido ou não, até que ponto este “contrato”, na verdade, não é um embate retórico entre tanto outros, isto é, uma empreitada de convencimento do auditório.

Em “Algumas maneiras de falar de si”, Reinaldo Laddaga (2013, p. 33-60) investiga a tendência dessas personagens cada vez mais parecidas com seus autores e autoras. Refletindo sobre o que poderia motivar a frequência com que essas criaturas textuais híbridas chegaram a aparecer entre nós, Laddaga (2013, p. 47) parte de uma assertiva do escritor W.G. Sebald, para quem esta tendência seria uma resposta ao mundo sem certezas onde vivemos agora, onde já não há “padrões de correção que todos aceitam” (WOOD, 2008, p. 4 apud. LADDAGA, 2013, p. 48).

O argumento de Laddaga (2013) refere-se a uma tendência da literatura contemporânea que se define pela mistura entre os gêneros e pela indefinição. O ponto fundamental de Laddaga (2013) é que, neste mundo sem certezas e sem padrões de correção que todos aceitem, aparecer no palco da ficção, para o autor, funciona como uma espécie de artifício de verossimilhança, sendo a maneira da escrita ficcional reconhecer a incerteza do próprio narrador, permitindo ao leitor que recobre, no texto, as ações de um agente parcialmente ignorante, fatalmente limitado.

No seu entre-lugar discursivo, de trânsito entre tradições culturais e usos da linguagem, o narrador de *O enigma* (NAIPAUL 1994) se confundir com o autor e com o protagonista pode ter mesmo a ver com as transformações de um mundo sem certezas aventadas por Sebald e Laddaga, especialmente quando consideramos que, recém chegado de Trinidad na Inglaterra dos anos 1950, o narrador do romance de Naipaul (1994, p. 142 e 146) se vê entre os “náufragos da Europa depois da guerra”. Walter Benjamin (1994) foi um dos autores que se notabilizaram por tratar da fragmentação da experiência e da comunidade em textos como “O narrador”, de 1936. O mundo em ruínas ao qual Sebald se refere na entrevista que citamos, mas também tematiza em seus romances nos lembra aquele de Benjamin onde o indivíduo já não mais se encontra em comunhão com a comunidade, assim como o leitor encontra-se sozinho, quando a experiência deixa de ser um elemento comunitário para se tornar individual.

Já entre as transformações mais recentes do conceito de experiência, destaca-se o contexto teórico e social no qual toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere, segundo Homi Bhabha (1998, p. 240), que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história [sic] -

subjugação, dominação, diáspora, deslocamento - que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. Em “A sobrevivência da cultura”, originalmente publicado em 1994, o teórico indiano Homi Bhabha define o caráter transnacional da cultura como estratégia de sobrevivência. Ele identifica uma série de experiências de trânsito cultural ao longo da História: a ‘meia-passage’ (middle passage) da escravidão e servidão, como foi o caso dos avós de Naipaul, a ‘viagem para fora’ da missão civilizatória, a acomodação maciça da migração do Terceiro Mundo para o Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, caso do próprio Naipaul e de sua personagem, e o trânsito de refugiados econômicos e políticos dentro e fora do Terceiro Mundo.

O que parece estar em jogo é um ponto de vista do Terceiro Mundo que, um ano após a publicação de *O enigma* (1994) em 1987, o teórico pós-colonial Edward Said reivindicou como lugar comum ao escrever sobre o poeta irlandês William Yeats: “Se essa não é uma maneira convencional de interpretar Yeats para aqueles que o conhecem como um poeta modernista irlandês e europeu de elevada estatura bem mais que eu”, escreve Said (1990, p. 70), “então eu só posso dizer que para mim, e tenho certeza que para muitos outros no Terceiro Mundo, ele parece pertencer naturalmente a outro domínio cultural, que eu devo caracterizar agora.” Esse outro domínio cultural que ele caracteriza a seguir, eu não faço ideia de qual seja. Mas o ponto é que em 1988, Said está reivindicando como lugar comum retórico um ponto de vista fundamentalmente do Terceiro Mundo.

Deste ponto de vista, a fragmentação da Europa, ditada pela massificação dos meios de comunicação e da sociedade segundo Walter Benjamin, também pode ser considerada a partir da ruptura que a ideia de mestiço surgida na América colonial, segundo Silviano Santiago (2019), significou para as noções de unidade e pureza europeias. Publicado originalmente em 1971 em francês, em *O entrelugar do discurso latino americano* o escritor brasileiro chama atenção para a perda do sinal de superioridade cultural daquelas noções de unidade e pureza, segundo o autor, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma. Com isso, Santiago (2019) questiona o valor de original ao mesmo tempo em que valoriza o que antes era mera cópia.

Mais do que fazer circular tais ideias, a narrativa lenta e digressiva de *O enigma* as coloca diante de nós de maneira própria. O olhar para a História que se forma no romance acontece, por exemplo, a partir do imbricamento entre passado e presente, uma vez que o primeiro está sempre irrompendo no segundo sem maiores explicações. Em uma dessas idas e vindas entre passado e presente, o narrador conta que havia comprado um bloco e um lápis porque estava viajando para se tornar um escritor, e era preciso começar. Porém, explica o narrador do romance de Naipaul (*Ibidem*, p. 106), “não anotava muitas coisas que mereciam registro, muitas das coisas que, alguns anos depois, julgaria muito mais importantes do que as coisas que de fato anotei. No diário,” continua o narrador, “não falei da grande despedida de minha família no aeroporto de Trinidad, uma casinha de madeira com um jardimzinho à margem da pista de decolagem asfaltada.”

Assim, é possível perceber que a passagem do tempo e o deslocamento são fundamentais na avaliação da lembrança de décadas antes, avaliação pela qual o narrador se dá conta de que não registrou aquela despedida, “a última das grandes comemorações hindus ou asiáticas de que participei – despedidas [...] que faziam as pessoas faltar ao trabalho, perder um dia de salário e andar uma longa distância para se despedir. [...]”; ele se dá conta de que não a registrou em seu diário porque, enquanto jovem aspirante a escritor, sua ideia sobre ser um escritor estava vinculada à Inglaterra, ao

lugar para onde acreditava que precisava ir, como se apenas fosse possível ser um escritor lá, no outro lugar.

Estamos falando do momento em que se tornou senão crucial ao menos possível “distinguir a semelhança dos símbolos através de experiências culturais diversas e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas sociais de valor específicos” (BHABHA, 1998, p. 240). Mais do que a viabilidade de uma teoria capaz de alcançar todas essas nuances, importa assinalar a hipertrofia dos sistemas de valor diante da qual a perspectiva pós-colonial adotaria um “reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas”, isto é, um “lugar híbrido do valor cultural” (*Ibidem*).

Em *O enigma da chegada* (NAIPAUL, 1994), a figura textual do narrador se define pelo deslocamento entre diferentes tradições culturais no final do século XX. No lugar da seletividade eurocêntrica do “passado histórico” e de suas fronteiras nacionais, o que surge na relação do narrador que relata seu trânsito entre fronteiras é um “passado prático” composto por aquela versão do pretérito que a maioria de nós leva em nossas mentes e utiliza na realização de tarefas diárias nas quais somos compelidos, como explica White (2018, p. 16), a julgar situações, resolver problemas, tomar decisões e responder às suas consequências, só que, neste caso, produzidas por uma história específica de deslocamento que deu origem a “memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis”, e que poderia ser encontrado, segundo White (2018, p. 16), no romance realista.

Trata-se, por um lado, da “paisagem interior”⁴ de uma consciência histórica formada no trânsito entre Terceiro Mundo e Ocidente, ao modo que Erich Auerbach (1987) formulou: a decisão do realismo de “tratar o presente como história”, isto é, estender a imaginação literária (ou poética) ao exame do presente mundo social e para vê-lo como o drama de seres humanos tentando compreender as mudanças históricas que pareciam açodá-los em cada momento da “modernidade”. Por outro lado, esta consciência de estar na História parece surgir ainda do esforço generalizado, ao qual se refere White (2018), para se “chegar a um acordo com o passado” que envolveu “a descoberta de tudo aquilo que havia sido ignorado, suprimido, reprimido ou escondido da vista no passado de nações, classes e raças e, sim, gêneros também”; e que implicou na revisão dos tipos de conhecimento do passado produzidos pelos historiadores profissionais estabelecidos no final do século XIX a serviço do Estado-nação.

Então qual seria o mundo onde, na visão de Sebald, o curso da história tirou nossas certezas, alterando a relação de quem escreve com os textos que escrevem? É o mundo onde o trânsito entre tradições culturais ampliou a própria noção de cultura; é o mundo do contexto teórico e social em que se acredita ter surgido uma perspectiva particular ao Terceiro Mundo sobre a História, que desafia o discurso colonialista e cuja ênfase está na vantagem do hibridismo cultural; é o mundo inaugurado pelo divórcio entre as palavras e as coisas, pelo problema entre linguagem e verdade que fundamentou a crítica pós-colonial à validade universal da cultura e da epistemologia ocidentais (GANDHI, 1998, p. 26); é o mundo onde a transparência autodiagnosticada do Ocidente foi criticada (SPIVAK, 2010,

4 Em “Vidas estranhas: a literatura do reconhecimento”, Homi Bhabha (1998, p. 38) se refere a uma “paisagem interior” da memória da escravidão ao analisar o romance *Amada*, de Toni Morrison, nos termos de “um projeto ético e estético” de “ver a interioridade a partir do exterior”.

p. 60), evidenciando a provisoriedade de qualquer ponto de vista e a inexistência de uma forma pura de consciência; é o mundo, finalmente, onde questionaram quem é e quem pode ser o sujeito do conhecimento e da cultura, e, segundo a leitura que faço agora, o mundo onde Naipaul teria respondido “Eu, ou se não eu, alguém muito parecido comigo.”

Referências bibliográficas

ATTWELL, D. J.M. *Coetzee: South Africa and the Politics of Writing*. Cidade do Cabo: California University of California Press, 1993.

AUERBACH, E. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Tradução: Gláucia Renate GONÇALVES; Tradução: Myriam ÁVILA; Tradução: Eliana Lourenço de Lima REIS. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CERCAS, J. La tercera verdad. In: *El punto ciego*. Buenos Aires: Random House, 2016.

CHARBEL, F. A ficção histórica e as transformações do romance contemporâneo. *As formas do romance. Estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2017.

CHARBEL, F. Uma filosofia inquietante da história: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 19, 3 jun. 2016.

COETZEE, J.M. V.S. Naipaul, Meia vida. In: *Mecanismos internos: ensaios sobre literatura (2000-2005)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 324-346.

DE MAN, Paul. “*Autobiografia como des-figuração*”. Trad. Joca Wolff. Sopro, 71, 2012.

FALCÃO, K. *Quem foi V. S. Naipaul?* Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/215/quem-foi--v--s--naipaulr>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GALLAGHER, C. Ficção. In: MORETTI, F. (Ed.). *A cultura do romance*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

LACAPRA, D. Retórica e história. *Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 97–119, 2013b.

LADDAGA, R. Algumas maneiras de falar de si mesmo. In: *Estética de laboratório*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, P. 33-60.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2013.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MUSTAFA, F. *V.S. Naipaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NAIPAUL, V. S. *O enigma da chegada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORTHUP, Solomon. *Doze anos de escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SAID, Edward. Yeats and decolonization. Em: EAGLETON, Terry; JAMESON, Frederic; SAID, Edward. *Nationalism, colonialism and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, p. 69-98.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. Em: *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994

WHITE, H. O passado prático. *Artcultura*, v. 20, n. 37, p. 9–19, 2018.

VENTURA: A CANÇÃO EM EXPANSÃO

Breno Góes

PUC - Rio

E-mail: brenocesargoes@gmail.com

Introdução

Recebi, com muita alegria, um convite para escrever um livro para um público não especializado sobre o célebre *Ventura*, terceiro álbum da banda de rock carioca Los Hermanos, lançado em 2003. No processo de escrita desse livro, que aliás ainda está em curso, acabei tropeçando em uma questão que me parece promissora, e que tem a ver com a noção de transformações estéticas conscientes promovidas na forma canção como respostas a circunstâncias históricas dadas. O texto que se segue é a primeira tentativa de organização e apresentação pública desta ainda incipiente questão, o que explicará, sem justificar, as prováveis inconsistências a seguir.

Ao mergulhar em um obsessivo processo de escuta musical como parte do trabalho de escrita do livro, ouvi repetidas vezes tanto o *Ventura* quanto algumas das playlists com as músicas mais populares da virada do século, no Brasil. Essa escuta foi tornando mais e mais evidente que, no que diz respeito à forma, as quinze canções presentes no álbum da banda carioca são no mínimo *estranhas* quando postas ao lado de seus pares. Falo de um conjunto de estranhezas consistente a ponto de podermos sugerir que, em *Ventura*, os quatro músicos do Los Hermanos (em especial Marcelo Camelo e Rodrigo Amarante, os dois compositores) estão empreendendo um projeto de esgarçamento da forma canção.

Depois da tempestade

No fim de março de 2003, discretas notas na imprensa especializada anunciavam que a banda carioca Los Hermanos estava a ponto de lançar um disco novo (VIVEIROS, 2003). Seria o terceiro conjunto de canções inéditas do grupo: o novo trabalho sucederia *Los Hermanos* (1999) - marcado de modo indelével pelo megahit “Anna Júlia”, onipresente durante o verão da virada do milênio - e o *Bloco do eu sozinho* (2001). Esse segundo álbum teve uma história particularmente atribulada, que acabou por render ao grupo pelo menos três grandes problemas: a saída do baixista Patrick Laplan por “divergências musicais” (MARQUES, 2001), que transformou o quinteto inicial em um quarteto, uma querela contra a gravadora Abril Music que culminou em mudanças na mixagem do disco contra a vontade da banda e, finalmente, um alheamento do gigantesco público que fora cativado por “Anna Júlia” mas acabou carente de uma continuidade da linha estética apontada por aquela canção e conseqüentemente deixou de frequentar os shows. É preciso ter esse cenário em mente para compreender um detalhe fundamental das tais notinhas publicadas no início de abril: nelas, era anunciado que o novo disco ia se chamar *Bonança*.

O título não ficou de pé por muito tempo. Ainda em 11 de abril, o site *Omelete* divulgou que a banda havia mudado o nome do trabalho “bruscamente” para *Ventura*, sem entrar em maiores detalhes quanto aos motivos da decisão. (VIVEIROS, 2003) Na matéria, o site especulou que a alteração no título seria uma tentativa de responder ao vazamento online da gravação de um ensaio contendo quase todas as músicas do álbum inédito, ocorrido naquela semana. Por um lado, em várias ocasiões a banda formada por Marcelo Camelo, Rodrigo Amarante, Rodrigo Barba e Bruno Medina manifestou sua insatisfação com o vazamento, o que dá força à especulação. Por outro, Camelo — compositor, guitarrista, vocalista e baixista bissexto do conjunto — dá um motivo completamente diferente para a mudança. Eis suas palavras a respeito:

Fomos percebendo que, além de *Bonança* ser um quadro estático, que não se mexe, também daria ao *Bloco* a condição de tempestade, como no ditado (“Depois da tempestade, vem a bonança”). Pareceria a descrição de um quadro, não o nome de um disco. Aí viemos com a ideia de *Ventura*, que é mais dinâmico e que significa “sorte”, que tem tanto o lado de risco — desde os do mercado até os estéticos, como o risco que corremos de sermos populares — como o lado de ida, de jornada. O título fica assim aberto à interpretação, um convite. (CAMELO, 2010)

Esse episódio nos dá uma pista de algo bastante significativo, e aqui me refiro não apenas ao título que acabou por prevalecer e à justificativa dada por Camelo para isso, mas também ao fato de ter havido uma mudança de curso, isto é: de um outro caminho ter sido inicialmente considerado e recusado. Isso porque a recusa, aqui, parece ser à própria prevalência de um “quadro” claramente compreensível e estruturado, que funcionasse como chave de interpretação da obra.

Camelo estava certo ao supor que o nome “bonança” seria associado ao ditado que a coloca depois da tempestade (é raro que escutemos a palavra usada em outro contexto), e provavelmente estava igualmente certo em antever uma associação entre o ditado e as muitas intempéries vividas pelo grupo durante a gravação do *Bloco do eu sozinho*. Isso porque, em 2003, esse conjunto de intempéries — e especialmente o conflito com a gravadora Abril Music — estava muito longe de ser uma questão privada da banda. Pelo contrário: a heroica história sobre como os Hermanos buscaram lançar um álbum e uma turnê com a qual estivessem satisfeitos e para tanto desafiaram o braço musical do gigantesco Grupo Abril — uma gravadora famosamente associada à prática do “jabá”, e que pressionava a banda por uma nova “Anna Júlia” — ocupou por diversas ocasiões as páginas de jornais cariocas como *O Globo* ao longo dos anos 2001 e 2002. Matérias como “Quando o melhor caminho não é o mais fácil”, de Antônio Carlos Miguel, louvavam a disposição dos jovens cariocas em sacrificar compromissos comerciais que visavam o lucro rápido em favor de sua integridade artística, e procuravam associá-los a nomes de prestígio da música brasileira (MIGUEL, 2001).

A drástica diminuição de público entre as turnês de *Los Hermanos* e *Bloco do eu sozinho*, portanto, foi compensada por um caloroso acolhimento da crítica e do jornalismo cultural. A banda sorriu por último, e não só quando o *Bloco* foi apontado como um dos dez melhores álbuns de 2001 pelo *Globo* (MIGUEL, 2001). Para além disso, em fevereiro de 2003, enquanto os Hermanos estavam enfurnados no estúdio para completar seu terceiro álbum, a Abril Music pediu falência após não resistir à famigerada “crise das gravadoras” (alegadamente provocada pela pirataria) e a banda passou para o catálogo da BMG (MIGUEL, 2003). Vê-se que é quase irresistível não refletir sobre essa

história em termos de tempestade e bonança.

Mas quando o disco foi lançado, no dia 7 de maio de 2003, de fato o nome *Bonança* tinha dado lugar a *Ventura*. Sai o ditado popular bastante conhecido e entra uma palavra obscura, de sentido propositalmente dúbio. Seria ocioso fazer o exercício contrafactual de especular se o título original teria se revertido em algum tipo de vantagem para a banda por conta de sua associação quase explícita aos eventos muito públicos relacionados a ela. O que importa, aqui, é que “bruscamente” os hermanos se deram conta de que não queriam ver seu trabalho associado a uma palavra que o “enquadrasse” rigidamente em uma narrativa. Naquele momento em que estavam às vésperas de colocar seu terceiro disco no mundo, parecem ter decidido que era fundamental que seu conteúdo estivesse - nas palavras de Camelo - “aberto para interpretação”, isto é, sem um sentido estritamente definido, ainda que isso significasse o sacrifício de uma narrativa eminentemente positiva e vitoriosa. Naquele momento, o grupo renunciava à possibilidade de se mostrar em público como “o vencedor” de uma tempestade, para buscar algo que lhes importava muito mais: o direito de ser vago.

Títulos de cordel

A rigor, a mudança do título do álbum talvez seja apenas um sintoma que escapou para o espaço público de um fenômeno que já vinha se fazendo notar nos bastidores do quarteto durante todo o processo de elaboração do álbum. Neste caso, a pista nos é dada por um caso já bastante conhecido que foi registrado no documentário *Além do que se vê*, dirigido por Caito Mainier e Felipe Abrahão e lançado como extra do DVD da turnê do *Ventura*, intitulado *Los Hermanos no Cine-Íris* (2003).

Nos meses finais de 2002, cumprindo um ritual concebido ainda durante o processo criativo do *Bloco do eu sozinho*, os quatro hermanos haviam escolhido “imersão” durante o verão em um sítio na região serrana do Rio de Janeiro (neste caso, o sítio Remanso, em Petrópolis) para compor canções e burilar arranjos musicais em longas sessões de até oito horas de ensaio que se estenderam por dois meses. Mainier e Abrahão documentaram as semanas finais desse processo, posicionando câmeras discretamente “escondidas” pela casa, de modo a captar de forma relativamente pouco invasiva os momentos de criatividade. Na cena que nos importa aqui, vemos o outro compositor, guitarrista, vocalista e baixista bissexto do Los Hermanos, Rodrigo Amarante, apresentando na varanda do sítio uma de suas novas composições para Bubu, Índio e Pimenta - os três integrantes do naipe de metais que sempre acompanhou a banda. Indagado sobre qual seria o nome da canção, Amarante rapidamente diz: “Casal de Velhinhos”. Em seguida, mostra-se orgulhoso pelo caráter literal e descritivo desse título:

Eu tenho que, no nome, dizer de alguma forma que tem um casal de velhinhos (...). Por que os nomes das minhas músicas são inspirados em coisa de cordel, história de banca de jornal. Sabe? Tu vê o nome e já sabe, assim: “Vingança do cunhado”, “a mãe do não sei o que”... (ALÉM DO..., 2004)

Essa cena ficou célebre porque em resposta a essa fala de Amarante um dos integrantes do naipe (Índio ou Pimenta, impossível ter certeza) sugere o título definitivo da canção: “Último romance”. Amarante encanta-se com a ideia de imediato por seu potencial de ambiguidade: o romance narrado seria o último, por um lado, por ser o definitivo, o do grande amor. Também o é, contudo, porque os

“velhinhos” protagonistas da canção estariam já próximos da morte. A mesma indefinição de sentido que atrairia os integrantes da banda para a palavra “ventura” já se faz notar neste episódio capturado pela câmera. O que me interessa neste caso é o caráter contagiante dessa mudança. Na fala citada acima, quando Amarante cita “mãe do não sei o que”, parece estar se referindo não a uma, mas a pelo duas outras faixas de *Ventura* compostas por ele, que são chamadas ao longo do documentário pelos títulos “A mãe do mendigo” e “A mãe do ladrão”. Hoje, contudo, conhecemos essas duas canções, respectivamente, por dois nomes bem menos explícitos: “Do sétimo andar” e “Um par”.

Há mais de um ponto fascinante aqui. Em primeiro lugar, não podemos deixar de destacar (como o próprio Amarante faz, na mesma cena do documentário) a estranha obsessão temática que os Hermanos parecem sentir, neste ponto específico da carreira, por figuras que em nada se parecem com os ideais de juventude e virilidade historicamente associados ao rock’n’roll: idosos e mães. Eles estão por toda parte, em *Ventura*, sobretudo nas canções de Amarante, mas também nas de Camelo: a figura materna está não apenas nas duas canções citadas acima, mas é igualmente sugerida na personagem “moça”, da canção “Além do que se vê”. Já os idosos aparecem explicitamente em “Último romance” e “O velho e o moço”, mas a referência a um “amor de tantas rugas” em “Conversa de botas batidas” alude também à velhice dos personagens daquela canção. Possivelmente os temas geriátricos não assumiam uma importância tão grande para uma banda de rock desde que os Beatles lançaram “Eleanor Rigby” e “When I’m sixty four”, entre 1966 e 1967.

Talvez um leitor que não conheça o disco de que estamos tratando suponha, a partir das referências a canções com “personagens” feitas acima, que o *Ventura* seria como um daqueles discos que mais parecem livros de contos, em que cada letra de canção canta uma história claramente delineada (exatamente como é o caso, aliás, de “Eleanor Rigby” e “When I’m Sixty Four”). E aqui entramos no segundo ponto que considero fascinante. Canções como essas que um dia se chamaram “A mãe do mendigo” e “A mãe do ladrão”, por exemplo, não possuem letras nem remotamente parecidas com as duas dos Beatles a que acabo de me referir, nem tampouco - digamos - com “Meu guri”, de Chico Buarque, que cito aqui por ser a célebre narrativa enlutada da mãe de um ladrão. As letras de ambas as canções de Amarante não dão nenhuma indicação explícita de que tratam de relações entre mães e seus filhos marginalizados. O que há em ambas, quando muito, é a enunciação de versos como “Deus sabe, o que eu quis foi te proteger do perigo maior que é você” e “Como é que um filho meu é tão diferente assim de mim?”. Nesses dois trechos dá-se o mesmo fenômeno: há em maior ou menor grau a *sugestão* de uma figura materna/paterna e de um filho que passa por algum problema. O mero esboço de uma história. Para que as histórias das mães de um mendigo e de um ladrão fossem decifradas pelo ouvinte, contudo, seria necessário recorrer aos tais títulos em estilo “cordel” como chave interpretativa. E é exatamente desses títulos que Amarante acaba por se livrar ao longo do processo criativo do álbum.

Esse cuidado para que as canções não viessem com chaves interpretativas muito claras, de modo a fixar o sentido das letras e delinear uma narrativa clara a ser acompanhada pelo ouvinte, definitivamente não havia sido uma preocupação dos dois primeiros álbuns do Los Hermanos. Muito pelo contrário: o primeiro disco é sempre lembrado pela abundância de faixas batizadas com nomes próprios dos personagens que protagonizam desventuras amorosas caprichosamente narradas, como se de fato estivéssemos tratando de romances literários (de cordel ou não). Elas são quatro, mais

precisamente: “Anna Júlia”, “Bárbara”, “Aline” e “Pierrot” (esta última, nomeada a partir da mítica figura da *Commedia dell’Arte* que acabou virando um símbolo do carnaval), todas compostas por Marcelo Camelo. Anna Júlia, como todos sabemos, rejeitou o eu-lírico de sua canção e desde então - para seu desespero - passa por ele, “sempre tão linda”, sem notá-lo. Já Aline é o objeto de uma paixão tão ultra-romântica que o eu-lírico prefere, naquele caso, estar “a sete palmos do chão” do que estar sem ela. Bárbara, por sua vez, está em um relacionamento com o (suposto) “amigo” do estranhíssimo eu-lírico daquela canção, que admite contar “tragédias e mentiras” a respeito dela apenas para separar o casal. E o Pierrot, *last but not least*, chora após Colombina trocá-lo por Arlequim.

É como se tivesse havido, nos primeiros anos, uma imensa preocupação da banda em contar histórias imediatamente reconhecíveis pelos ouvintes. Mesmo no *Bloco do eu sozinho*, em que há um adensamento poético nas letras, continuamos encontrando personagens nomeados (desde o José de “Todo carnaval tem seu fim” até Antoine de “Cher Antoine”, passando pela Iaiá de “Retrato pra Iaiá”) e histórias de figuras anônimas, mas que são contadas com início, meio e fim: o triângulo amoroso de “A flor”, o suposto triângulo amoroso (com direito a um *plot twist*) de “Veja bem, meu bem” e a separação amorosa dilacerante de “Adeus você”. É em *Ventura* que essa espécie de modelo narrativo começa a entrar definitivamente em crise, a despeito de uma ou outra exceção. E, assim como no caso do próprio título do álbum, o que parece ser favorecido em lugar da história com início, meio e fim é uma espécie de estética da vagueza, do sentido amplo e indefinido.

Estética da vagueza

Talvez seja produtivo um parêntese explicativo sobre o que eu quero dizer, neste livro, quando falo em uma estética da vagueza. Isso porque, quando Camelo e Amarante declaram suas predileções por enunciados “abertos à interpretação”, uma leitura possível dessa ideia seria a de que ambos estariam apenas apontando para algo que parece ser próprio às canções e às obras de arte de uma maneira geral: seu caráter não muito auto-evidente, a necessidade de que haja algum grau de reflexão para a apreciação daquele objeto. Os filmes de Martin Scorsese, os quadros de Frida Kahlo e as canções de Chico Buarque também estão, no fim das contas, “abertos à interpretação”. No entanto, penso que haja uma especificidade interessante de ser notada no caso dos Hermanos.

Façamos uma comparação entre eles e o trabalho do próprio Chico Buarque - aliás um autor muito citado desde 2003 em qualquer crítica feita ao *Ventura* na imprensa, quando nomes como Artur Dapieve e Tárík de Souza não tardaram a apontar Camelo e Amarante como discípulos do autor de “Construção” (SOUZA, 2003 e DAPIEVE, 2003). Sem rechaçar completamente a comparação, creio que haja uma diferença paradigmática a ser apontada. Para não ir mais longe, retomo o samba “Meu guri”, citado na seção anterior.

Esta obra prima tristíssima, gravada por Chico em seu álbum *Almanaque* (1981), conta a curta e trágica história da vida de um jovem de morro carioca envolvido com a criminalidade. A questão é que o ouvinte nunca tem acesso direto a essa figura, afinal a faixa (como já foi dito) é narrada do ponto de vista de sua mãe, que possui uma visão ingênua do filho. O que poderia ser chamado de uma “abertura à interpretação”, neste caso, seria essa espécie de decifração de um enigma: quando a mãe conta que seu filho lhe “trouxe uma bolsa já com tudo dentro”, inclusive um “documento pra finalmente eu me identificar”, é papel do ouvinte imaginar a bolsa repleta de objetos como o signo

de algo mais, decifrando-a como o provável fruto de um assalto, em uma construção irônica que se completa no momento em que a mãe declara rezar para o filho chegar “cá no alto”, pois “essa onda de assalto tá um horror” (BUARQUE, 1981). Uma vez captada a ironia, o ouvinte pode muito bem lançar-se às mais diversas elucubrações, mas esse primeiro passo é, digamos, essencial. A abertura à interpretação, portanto, depende de um fechamento: o leitor, por um lado, não pode ser ele próprio ingênuo a ponto de compreender a fala da mãe de modo literal, mas sua viagem interpretativa precisa passar por um “check point” obrigatório que é a decifração da figura do jovem ladrão.

Nada parecido com esse jogo de ironias se verifica nas canções “maternais” de Amarante (que são, lembremos, “Do sétimo andar” e “um par”). Não há em qualquer uma das duas letras elementos que nos permitam embarcar em um processo de decifração de enigmas, e “Do sétimo andar”, em particular, parece um discurso particularmente errático, que se concentra alternadamente em elementos do cotidiano com pouca ou nenhuma relação imediata entre si, mal chegando a compor propriamente uma cena na mente do ouvinte: ficamos tentando dar sentido a elementos esparsos como a “esquina”, a “luz desperdiçada de manhã”, o “copo de café”, o “chá de habu”, etc. É claro que um espectador do documentário sobre a banda que se depara com o título rejeitado neste caso — “A mãe do mendigo” — não demorará a ser sugestionado a ponto de projetar nessa letra um drama, possivelmente o de uma mãe cujo filho fugiu de casa após recusar tratamento psiquiátrico (“foi difícil ter que te levar pra aquele lugar”, “quem fala é o doutor”) e agora coloca pela rua cartazes de “procura-se” (“fiz aquele anúncio, ninguém viu/ pus em quase todo lugar/ a foto mais bonita que eu fiz”). Mas eu repito: o mais relevante, neste caso, é o gesto de recusa, isto é, o fato do compositor ter abandonado seu título de “cordel”, como se quisesse impedir que seu ouvinte realizasse um trabalho de interpretação semelhante àquele da canção buarqueana.

Em diversas entrevistas dadas durante o ano de 2003, Amarante parece ter tomado consciência dessa diferença e dado-lhe o nome de “lacuna”, elaborando o tema de uma maneira que não deixa de lembrar os trabalhos do célebre teórico alemão da “estética do efeito”, Wolfgang Iser: haveria em qualquer canção ou obra de arte um espaço vazio de significado, que seria intransponível e impossível de ser preenchido em definitivo. (ISER, 1999) Esse espaço seria ocupado provisoriamente por cada ouvinte/leitor/espectador, que depositaria ali seus próprios sentidos. Eis como Amarante discorre sobre o assunto em duas entrevistas diferentes. Peço atenção mais destacada para a primeira, em que ele próprio faz um contraste entre sua prática e aquela dos compositores da MPB dos anos 1970, entre os quais se inclui Chico Buarque:

Eu gosto de enxergar uma lacuna entre o compositor e o interlocutor. A lacuna acaba sendo um convite à interpretação (...). A nossa MPB fundou aquilo que se chama de “entrelinha estrita”, como uma consequência da ditadura. E a cultura incorporou essa entrelinha como se fosse algo sofisticado. O Marcelo fez “Conversa de botas batidas”, por exemplo, a partir de uma notícia de jornal, sobre um desmoronamento. Mas eu já ouvi outras interpretações, como alguém dizendo que a música se trata de uma mulher que quer fugir, algo assim. (AMARANTE, 2003)

Assim como nossa música, nossas capas não são enigmas a serem desvendados. Arte não é pra ser entendida e sim sentida, interpretada. Se existe uma lacuna ela é pra ser preenchida.

O que significa o campo de girassóis de Van Gogh? (AMARANTE, 2003)

Se concordarmos com Amarante, portanto, devemos considerar a “lacuna” como um

componente de indefinição geral e necessário em qualquer relação entre “o compositor e o interlocutor”, assim como entre um pintor como Van Gogh e aquele que vê o quadro. Já a tal “entrelinha estrita” privilegiada pela MPB a partir da ditadura seria algo até parecido com essa lacuna, mas distinto dela por ter um “ponto final”: a entrelinha estrita seria um enigma cuja resposta foi previamente definida pelo autor, e que ao ouvinte só cabe decifrar. Quando olhamos para o Los Hermanos do período do *Ventura*, é preciso reconhecer que trata-se de uma banda consciente da lacuna e que portanto a valoriza também de modo consciente, procurando meios para expandi-la, permitindo que o ouvinte permaneça nela pelo maior tempo possível. É a isso que estou tentando chamar de vagueza ou (com um pouquinho mais de pretensão) “estética da vagueza”.

Talvez, antes de encerrar este longo parêntese, seja importante lembrar de uma outra figura canônica da música brasileira que, naquele ano de 2003, foi muito evocada quando se falava dos Hermanos: Caetano Veloso. O “velho compositor baiano” não apenas protagonizou uma cena pitoresca ao vestir uma barba postiça para anunciar o quarteto carioca na cerimônia da entrega dos prêmios VMB de 2003 (MTV ENTREGA..., 2003) (naquela época, as barbas longas estavam apenas começando a se tornar a marca registrada do grupo) como também compôs para eles a canção “Lisbela”, parte da trilha sonora do filme *Lisbela e o Prisioneiro* (2003), de Guel Arraes (VIVEIROS, 2003). Não é impossível que algum leitor pense nele quando se fala de uma estética da vagueza. Mas, em que pese a admiração confessa do Los Hermanos por Caetano e pela Tropicália em geral, é possível distinguir a tal vagueza da banda carioca da ambiguidade típica dos versos daquele movimento e de uma de suas figuras de proa. É verdade que Caetano escreveu não poucas linhas que mantêm o ouvinte em um estado de permanente indefinição de sentido: “Copacabana me engana/ esconde o superamendoim, o espinafre, o Biotônico” (VELOSO, 1967), “sem essa aranha/ nem a sanha arranha o carro/ nem o sarro arranha a Espanha” (VELOSO, 1975), “Eu sou um leão de fogo/ sem ti me consumiria a mim mesmo eternamente/ e de nada valeria acontecer de eu ser gente” (VELOSO, 1978), “meu canto esconde-se como um bando de ianomâmis na floresta (de curdos na montanha)” (VELOSO, 1991), etc. Mas é preciso destacar que uma das principais conquistas da poética tropicalista foi precisamente a incorporação da colagem como elemento da canção: Caetano Veloso, em particular, frequentemente compõe suas letras a partir de séries mais ou menos justapostas de palavras e signos previamente saturados de sentido, como nomes próprios (“Copacabana”, “Biotônico Fontoura”), termos que evocam tensões políticas de amplo apelo jornalístico (“curdos”, “ianomâmis”), condensados poéticos ricamente simbólicos (o “leão de fogo”) ou sonoramente interessantes (“o sarro arranha a espanha”) e referências metalinguísticas (o filme “Sem essa, aranha” [1970], de Rogério Sganzerla). A partir desses procedimentos, a sensação que se tem é de que qualquer canção de Caetano parece tentar conter em si o mundo todo, ideia aliás aludida no verso “onde queres um canto, o mundo inteiro”, de sua obra prima “O Quereres”.

Em *Ventura*, por outro lado, os Hermanos parecem querer priorizar em suas letras o prosaico “um canto” que o baiano recusara: elas são repletas palavras e construções frasais tão comuns que as usamos no dia a dia sem pensar nelas, como se estivessem em si mesmas quase vazias de sentido. É impressionante, no álbum, a superabundância de termos singelos como “cara”, “amor”, “televisão”, “coração”, etc.

Para além da “atitude”, para além do “loser”

Talvez caiba aqui a pergunta: *por que* tanta vagueza? De que maneira e até que ponto se pode apontar uma motivação, na banda, para essa estética? Tento aqui ensaiar uma resposta, mas para isso será necessário dar alguns passos atrás.

Na seção anterior, vimos rapidamente uma crítica do jovem Rodrigo Amarante a certas características que ele notava na MPB, por “consequência da ditadura”. Aquela é uma citação rara: a função de polemista dentro do próprio meio musical, durante o período ativo da banda, surpreendentemente coube mais a Marcelo Camelo, frequentemente visto como o mais sereno da dupla de compositores. Ainda muito jovem, por exemplo, Camelo por mais de uma vez rejeitou a influência dos Ramones, cujo som consistia numa espécie de pedra fundamental sagrada do movimento punk e seus derivados (que abarcam quase todos os subgêneros do rock nos anos 1990). Ainda no ano 2000, meses antes de ser cenograficamente “expulso” do programa de João Gordo na MTV por dizer que Ramones era “uma porcaria”, Camelo disse o seguinte no *Globo*: “Não somos inspirados por Ramones, como todo mundo, mas por Burt Bacharach, Noel Rosa e Henry Mancini” (CAMELO, 2000). A rejeição aos punks acabou por se estender também ao som hardcore/nu metal do Limp Bizkit, uma banda da Califórnia muito popular na virada do século, que Camelo qualificou como “de assustar” (CAMELO, 2001).

Seria descabido reler tais frases hoje sem ter em mente que seu autor era um jovem que mal tinha chegado na casa dos vinte, transplantado em poucos meses dos pilotis da PUC-Rio para a corrida por um lugar ao sol no concorridíssimo panorama do pop brasileiro do início do século XXI. Isso nos desobriga a tratar com demasiada severidade, por exemplo, o tom presunçoso que está implícito nas referências a Bacharach e Mancini. Contudo, não podemos também simplificar excessivamente a frase, a ponto de ver na rejeição simultânea a Ramones e Limp Bizkit uma recusa ao punk, ou mesmo ao som pesado de uma maneira geral, como se Camelo buscasse apenas opor a leveza de um samba de Noel Rosa ao peso do rock distorcido. Isso seria um absurdo, dado que no primeiro disco dos Hermanos (e até em alguns momentos do segundo) encontramos um hardcore bastante pesado, marcado pela fúria com que o baterista Rodrigo Barba atacava seu instrumento. Para o jovem Camelo, o problema (sobretudo no caso do Limp Bizkit) parece estar muito mais nas letras da banda e naquela entidade tão inefável e tão importante para roqueiros de todo o mundo: a “atitude”. Eis uma entrevista sua ao *Jornal do Brasil*:

“Quem é mais rock? João Gilberto ou Limp Bizkit? Quando João canta ‘vaia de bêbado não vale’ para uma plateia de convidados em São Paulo, ele é extremamente rock”. (CAMELO, 2003)

Já os integrantes do Limp Bizkit, ainda segundo Camelo (agora em outra entrevista), “fazem sucesso porque agregam valores e aproximam adolescentes que não sabem lidar com a vida”. (CAMELO, 2001) Mas que valores? O jovem carioca cita a letra do hit “My way”, em que o vocalista Fred Durst dá voz a um empoderado eu-lírico masculino que diz estar cansado das “merdas” de seu par romântico feminino (“leave your shit, ‘cause I’ve had enough of this”) e declara que agora ela vai ver as coisas do jeito dele (“my way”) ou vai ser mandada embora (“or the highway”) (Limp Bizkit, 2000). A ideia, portanto, é a de que bandas como essa deveriam seu sucesso a certos valores

ideológicos (como o machismo evidente da canção citada) que atraíram um público adolescente inseguro, propenso a formar sua identidade a partir daquelas canções.

Não se pode dizer que Camelo esteja inaugurando qualquer coisa nova sob o sol, aqui. Esse tipo de querela já era comum no cenário roqueiro há pelo menos uma década, quando em 1992 o jovem Kurt Cobain, vocalista e principal compositor do Nirvana, atacou o Guns N' Roses como uma banda que promovia o “sexismo” (COBAIN, 1991). Cobain mostrava-se particularmente consciente do papel que parecia estar conferido ao rock'n'roll do fim do século XX: o de lapidar as identidades de um público adolescente bastante devoto daquele som e daquela “atitude”. O líder do Nirvana não apenas inaugurou a tendência de denunciar e se contrapor a certos valores sócio-políticos reacionários que pareciam vinculados ao rock'n'roll dos anos 1980 como também passou a incluir em suas canções versos que — em vez de procurar solucionar as inseguranças identitárias de um público adolescente — tematizavam exatamente essas inseguranças e um forte senso de inadequação por elas provocado: “Me sinto estúpido e contagiante” (“I feel stupid and contagious”), canta Cobain em “Smells like teen spirit”. (COBAIN, 1991)

Tais versos, segundo o crítico do *New York Times* Kelefa Sanneh, inauguraram uma tendência “loser” no rock dos anos 1990. (SANNEH, 2023, p. 120) Esse segmento — que talvez seja melhor representado pela canção “Creep”, lançada pelo Radiohead em 1993, do que por qualquer outra daquela época — correspondeu a muito do que se convencionou chamar então de rock alternativo, e que possuiu um importante papel formador para o quarteto carioca que nos interessa. Na verdade, uma das falas de Camelo sobre o Limp Bizkit que eu citei acima foi não por acaso retirada da matéria “Uma turma sem medo de ser infeliz”, escrita por Bruno Porto para o jornal *O Globo*, que em agosto de 2001 saudava a chegada da tendência “loser” no Brasil e apontava as bandas Los Hermanos (que acabara de lançar o *Bloco do eu sozinho*) e Bidê ou Balde como representantes nacionais do subgênero. No texto, fica bastante claro que a escolha do perdedor, do infeliz e do inadequado como temas atraíram os compositores ligados ao chamado “rock alternativo” como uma tentativa de contraposição a essa potência que o rock parecia conter, na época, de vender identidades. Anos mais tarde, em uma outra entrevista, Camelo reforçou essa ideia quando disse acreditar que o sucesso do Los Hermanos se deveu à mensagem que a banda passava de “aceitação da diferença, da fragilidade”, que “iam muito contra o senso comum do cenário musical da época, principalmente na nossa área de música jovem, com tendências ao rock”.

E, de fato, o rock (e não apenas o rock) parecia muito interessado em dividir a juventude em distintas tribos identitárias, nos anos 1990. Kelefa Sanneh nos fornece uma visão panorâmica do assunto, ainda que tematicamente mais adequada ao cenário americano:

No começo dos anos 1990, a música popular passava por uma fase estranhamente tribal (...). Muita gente com mais ou menos a minha idade ainda consegue se lembrar das taxonomias que definiram sua adolescência: algumas escolas tinham metaleiros e garotos usando chapéus de caubói; algumas tinham góticos e roqueiros raiz; quase todas as escolas tinham um bando de fãs de hip-hop e muitas, uma facção de clubbers; regiões diferentes do país tinham tipos diferentes de punks. (SANNEH, 2023, p. 21)

Não é exagero dizer que um fenômeno bastante semelhante ocorreu no Brasil, durante aquele período, pelo menos nas grandes cidades. A molecada em idade escolar se dividia em tribos de punks,

góticos, roqueiros, pagodeiros, funkeiros, rappers, os fãs de axé/reggae e os fãs de sertanejo. Cada uma delas se distinguia das outras por sua indumentária, seu vocabulário, seus hábitos e seus locais favoritos. Mesmo que em cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro, houvesse tribos como a dos “surfistas”, que definiam sua identidade a partir de uma prática esportiva, esta também acabava profundamente associada a certos estilos musicais, como o rock “playsson”. E aqui consigo finalmente começar a enunciar a ideia principal que venho perseguindo nesta seção: aqueles mecanismos referenciais que tornam a letra de uma canção “decifrável”, como nos exemplos referidos de Chico e Caetano, permitiram que a canção se tornasse, nos anos 90 (e no começo dos anos 2000), um veículo de identidades. Decodificar a letra de uma canção havia se tornado o mecanismo para que o ouvinte jovem descobrisse certos valores (como o machismo, no caso do Limp Bizkit), mas também elementos mais concretos que definiam as identidades das muitas tribos daquela época.

Começamos citando um exemplo de uma banda que ainda vai cruzar de modo violento o caminho dos Hermanos (e o nosso, no decorrer deste livro): o Charlie Brown Jr. O eu-lírico que aparece a partir da voz do vocalista Chorão (uma figura frequentemente comparada pela crítica ao já citado Fred Durst, do Limp Bizkit) cantava sobre o fato de seu escritório ser na praia (Charlie Brown Jr., 1997), e sobre ele ter apenas uma “magrela” (bicicleta) e um apartamento no BNH (Charlie Brown Jr., 1997), vivendo com a frugalidade daquele a quem “basta o que venha do surf, basta o que venha do skate” (Charlie Brown Jr., 2004), mas que é ainda assim capaz de falar “tudo que ela gosta de escutar”, apesar de não saber “fazer poesia, mas que se foda” (Charlie Brown Jr., 2003);. De letra em letra, vai emergindo na obra da banda santista um mesmo personagem praieiro, rústico, malandro e mulhereiro, que frequenta sempre certo espaço, se comporta sempre de certa forma e consome sempre certos produtos. É como se fosse dado ao ouvinte uma espécie de manual de instruções do que fazer, como se vestir e o que dizer para adquirir aquela identidade.

Poderíamos gastar muitas páginas com exemplos como esses acima, pois eles são abundantes. O ponto principal, contudo, já está claro: no Brasil, como nos Estados Unidos do Guns N’ Roses e do Limp Bizkit, os elementos da letra de uma canção que garantem a sua inteligibilidade (a clareza, a especificidade, os componentes referenciais) passaram a participar de uma estratégia de transformar a própria canção (particularmente quando dirigida ao público jovem) em uma ferramenta de venda e consumo de identidades tribais. Lembremos, também, que desde o seu primeiro álbum o Los Hermanos já vinha tentando se contrapor a essa tendência usando o mesmo artifício que Kelefa Sanneh associou ao Nirvana de Kurt Cobain e seus inúmeros seguidores: a exaltação da figura do loser, o perdedor que parece inadequado demais para pertencer a qualquer tribo. No caso hermano a figura aparece, por exemplo, sob a forma do Pierrot, da canção do mesmo nome, espécie de encarnação arquetípica da rejeição. É um loser, também, o “eu sozinho” citado no título do segundo disco: o folião inadequado demais para pertencer a qualquer “bloco” que não seja o seu próprio, e que revela a falsidade da alegria carnavalesca (tão exaltada pelo “Pererê” da Ivete) quando lembra que ali só se pode no máximo “brincar de ser feliz” por um curto período de tempo, antes do retorno massacrante da rotina em que um “ninguém José acorda já deitado”.

Ora, é inegável que a adoção da “estética loser” rendeu um punhado de grandes canções ao Los Hermanos. O problema inerente a ela, contudo, já estava colocado desde o título da matéria do Globo que citei acima: “*Uma turma sem medo de ser infeliz*” (destaque meu). Nela, os artistas que abraçam

a figura do perdedor e do inadequado são eles próprios tratados como uma tribo (uma “turma”) o que automaticamente confere ao loser o status de uma entre outras identidades a ser perseguida, integrada na lógica tribal anterior. Nos Estados Unidos, a virada do século encontrou esse fenômeno já em estado avançado, com a existência de bandas tão díspares quanto o Weezer, o Radiohead e o Creed, que ainda assim pareciam partilhar de alguns mesmos elementos poéticos, sonoros e visuais que os tornavam (e a seus fãs) identificáveis como pertencentes a uma mesma “tribo”. No Brasil, o Los Hermanos corria o risco de ser absorvido pela mesma voga, tornado representante de uma entre outras identidades passíveis de consumo, reproduzindo uma lógica que a banda parecia repudiar.

É para esse problema, penso eu, que o *Ventura* propõe uma solução bastante original, através da tal “vagueza” que tentei definir: uma resposta à altura da canção que vende identidades não seria a simples exaltação da figura que não “compra” nenhuma identidade, mas muito mais uma rebelião contra os mecanismos formais das letras, melodias, harmonias e arranjos das canções que permitem que ela se atrele a uma identidade qualquer. É verdade que uma rebelião semelhante fora perpetrada em 1997 pelo Radiohead, com seu *Ok Computer*. É também verdade que, em *Ventura*, o Los Hermanos não abrirá mão de tematizar de alguma forma a mesma inadequação loser da qual já falavam antes: há canções que tratam do tema, como “Cara estranho”, “De onde vem a calma” e sobretudo “O Vencedor”. Mas, a despeito de tudo isso, no contexto brasileiro, o grande pulo do gato dado pela banda em *Ventura* deve ser buscado na forma como as canções são construídas, incorporando a tal ponto a vagueza à estrutura dessas obras que apenas muito dificilmente um ouvinte conseguiria reconhecer nelas um conjunto pré-estabelecido de valores a ser consumido. Será esse o passo seguinte deste estudo.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Rodrigo. “Entrevista com Rodrigo Amarante, baixista do Los Hermanos”. [entrevista concedida a] MONTEIRO, Janaína. *Central da música*, 17/06/2003. Disponível em: <http://www.sanainside.com/arquivos-do-central-da-musica/entrevistas/entrevista-com-rodri-go-amarante-baixista-do-los-hermanos/>. Acesso em 09/08/2003.

AMARANTE, Rodrigo . Entrevista. “Rodrigo Amarante ownando reporter”. Youtube, 30/08/2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iypM6LKhB8o>. Acesso em 09/08/2006.

CAMELO, Marcelo. [entrevista concedida a] LEÃO, Tom. “Pô, Anna Júlia!”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/03/2000.

COBAIN, Kurt. [entrevista concedida a] Big O magazine. Fevereiro, 1991. *Apud* “Nirvana’s feud with Guns ‘n’ Roses”. *Rock’n’roll true stories*, 22/09/2022. Disponível em: <https://rockandrolltruestories.com/nirvanas-fued-with-guns-n-roses/>.

VIVEIROS, Eduardo. “Novo do Los Hermanos já tem nome”. *Omelete*, 31/03/2003. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/musica/novo-do-los-hermanos-ja-tem-nome>. Acesso em 08/08/2023

MARQUES, Mario. “Como o rock brinca de carnaval e dá samba”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/03/2001.

VIVEIROS, Eduardo. “Los Hermanos muda nome de novo CD”. *Omelete*, 11/04/2003. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/musica/los-hermanos-muda-nome-de-novo-cd>. Acesso em 08/08/2023.

CAMELO, Marcelo. “Marcelo Camelo e o *Ventura*”. [entrevista concedida a] Alexandre Matias. *Trabalho sujo*, 07/12/2010. Disponível em: <https://trabalhosujo.com.br/marcelo-camelo-e-o-ventura/>. Acesso em 08/08/2023.

CAMELO, Marcelo. “Uma turma sem medo de ser infeliz”. [entrevista concedida a] PORTO, Bruno. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10/08/2001.

CAMELO, Marcelo. “Rock em novas direções”. [entrevista concedida a] RIBEIRO, Luciano. *Jornal do Brasil*, 13/07/2003.

CAMELO, Marcelo. “Rock em novas direções”. [entrevista concedida a] RIBEIRO, Luciano. *Jornal do Brasil*, 13/07/2003.

CAMELO, Marcelo. [entrevista concedida a] Neves, André Luiz. “Pra nós, todo o amor do mundo”: formação de identidade e consumo musical dos fãs da banda Los Hermanos / André Luiz Neves. - 2018. 89 p. : il. Orientador(a): Daniel Carvalho de Rezende. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2018, p. 56.

MIGUEL, Antônio Carlos. “Quando o melhor caminho não é o mais fácil”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/10/2001.

MIGUEL, Antônio Carlos e MARQUES, Mario. “Brasil faz a melhor música do Brasil”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23/12/2001.

MIGUEL, Antônio Carlos e ARAÚJO, Bernardo. “Velhas diretrizes em tempos de guerra”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20/03/2003.

ALÉM DO QUE SE VÊ. Direção: Caito Mainier e Felipe Abrahão. Produção independente. Brasil: Sony/BMG, 2004 (56 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z-6nRFogewc&t=2498s>. Acesso em 09/08/2023.

SANNEH, Kelefa. *Na trilha do pop - a música do século XX em sete gêneros*. São Paulo: Todavia, 2023.

SOUZA, Tarik de. “Pop corajoso com MPB - novo disco dos Hermanos é uma lição para o mercado”. *Jornal do Brasil*, 22/05/2003.

DAPIEVE, Arthur. “Beleza imaculada - Los Hermanos perseguem firmes sua Ventura”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/05/2003.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*, vols. I e II.. São Paulo: ed. 34, 1999.

VIVEIROS, Eduardo. “Los Hermanos grava Caetano para a trilha sonora de filme”. *Omelete*, 06/05/2003. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/musica/los-hermanos-grava-caetano-para-trilha-sonora-de-filme>. Acesso em 09/08/2003

Referências musicais

BUARQUE, Chico. “Meu guri”. In: BUARQUE, Chico. *Almanaque*. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 1981.

Charlie Brown Jr. “Zóio de Lula”. In: Charlie Brown Jr. *Transpiração Contínua Prolongada*. Virgin Records, 1997.

Charlie Brown Jr. “Tudo que ela gosta de escutar”. In: Charlie Brown Jr. *Transpiração Contínua Prolongada*. Virgin Records, 1997.

Charlie Brown Jr. “Não uso sapato”. In: Charlie Brown Jr. *Acústico MTV Charlie Brown Jr.*. EMI-Capitol, 2003.

Charlie Brown Jr. “Tamo aí na atividade”. In: Charlie Brown Jr. *Tamo aí na atividade*. EMI, 2003.

COBAIN, Kurt. “Smells like teen spirit”. In: Nirvana. *Nevermind*. Santa Monica (EUA): DGC Records, 1991.

CONCEIÇÃO, Augusto; SILVA, Ricardo de lima. “Pererê”. In: SANGALO, Ivete. *Beat Beleza*. Universal Music, 2000.

Limp Bizkit, “My Way”. In: Limp Bizkit. *Chocolate Starfish and the hot dog flavored water*. Studio City (EUA): Flip Records, 2000.

LOS HERMANOS, *Los Hermanos*. Rio de Janeiro: Abril music, 1999.

LOS HERMANOS, *Bloco do Eu Sozinho*. Rio de Janeiro: Abril music, 2001.

LOS HERMANOS, *Ventura*. Rio de Janeiro: BMG, 2003.

VELOSO, Caetano. “Superbacana”. in: VELOSO, Caetano. *Caetano Veloso*. Rio de Janeiro, Phillips

Records, 1967.

VELOSO, Caetano. “Qualquer coisa”. In: VELOSO, Caetano. *Qualquer Coisa*. Rio de Janeiro: Phillips Records, 1975.

VELOSO, Caetano. “Terra”. In: VELOSO, Caetano. *Muito*. Rio de Janeiro: Phillips Records, 1978.

VELOSO, Caetano. “Fora da ordem”. In: VELOSO, Caetano. *Circuladô*. Rio de Janeiro: Phillips, 1991.

VISÕES DISTINTAS, LUTAS COMUNS: ANÁLISE COMPARATIVA DAS IDEIAS DE DU BOIS E GARVEY

Hiasmim da Silva do Espírito Santo¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: hiasmin.hist@gmail.com

Introdução

O problema do século XX, nas palavras de W.E.B Du Bois é “o problema da linha de cor” (DU BOIS, 2021a, p.15). O trabalho dos protagonistas políticos é marcado pelo início de uma revolta intelectual negra que se torna global na medida em que os jornais, sindicatos e congressos saem da rede nacional e se encontram em uma esfera internacional, pois ambos intelectuais são citados em debates contemporâneos ao redor do mundo e em seu tempo também tinham uma esfera de influência maior que o território norte-americano.

As figuras aqui citadas, são parte de uma história negra mundial na luta por reconhecimento, ou seja, são homens que carregavam fardos inimagináveis infligidos pela luta contra o sistema racista. Para adentrar o tempo histórico desses intelectuais negros, é preciso saber que a segregação em forma de lei² e em todos os seus aparatos simbólicos, ainda se fazia acontecer como algo normalizado nos Estados Unidos, inclusive, logo após o Primeiro Congresso Pan Africano que ocorreu no ano de 1919 em Paris e que ambos participaram, houve o Massacre de Tulsa³.

O artigo visa adentrar o tempo histórico que compreende a vida desses intelectuais, o nascimento de William Edward Burghardt “W. E. B.” Du Bois ocorreu em 23 de fevereiro de 1868 em Great Barrington, no estado americano de Massachusetts e Marcus Mosiah Garvey nasceu no dia 17 de agosto de 1887 em Saint Ann’s Bay, no país que se chama Jamaica. O momento explosivo de recomeço da comunidade negra em relação ao processo de entrada em ascensão social, no sentido de que, os avanços econômicos e sociais da população negra causou uma série de conflitos por haver pessoas que não concordavam com esses espaços ocupados. Esse cenário denuncia que as estruturas racistas e a queima das cruzes⁴ ainda eram o cotidiano norte-americano e quando se observa o controle inglês sobre o território jamaicano é difícil não notar as semelhanças que evidenciaram uma condição colonial, digo, a subalternidade em que os indivíduos são colocados na hierarquia social

1 Hiasmim da Silva do Espírito Santo é mestranda no programa de História da Universidade Federal do Espírito Santo com bolsa Fapes. Integra o Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS - UFES) e faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia (NEPEFIL-UFES). E-mail: HIASMIM.HIST@GMAIL.COM.

2 Estou me referindo aqui às leis Jim Crow, um aparato jurídico que visava a segregação racial entre brancos e negros que foi estabelecido entre 1877 e perdurou até 1965. Fomentou e agravou inúmeros casos de violência étnico-raciais. Disponível: <<https://www.politize.com.br/leis-jim-crow/>>. Data de Acesso: 10/01/2024

3 Tulsa fica em Oklahoma, que é um estado dos Estados Unidos. A cidade era conhecida como “Wall Street Negra”, rica em variedade de lojas e atendimento e próspera na economia, foi brutalmente destruída. Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57294425>>. Acesso: 01/01/2024.

4 Me refiro ao fato da Ku Klux Klan queimar cruzes de madeira na frente da casa de pessoas racializadas.

sendo cidadãos negros.

Duas perspectivas diferentes se inserem nesse campo de análise e falam de lugares diferentes, pois se trata de dois sujeitos com origens sociais, me refiro aqui, a questão de formação escolar e espaços de qualificação que frequentaram e que são diferentes. O objetivo deste trabalho, no entanto, é entender alguns pontos desse debate racial que ambos consideravam importante e analisar de forma separada as ideias de Du Bois e Garvey, sem enaltecer ou aumentar a imagem de um sobre o outro, mas elevando a noção de que eles foram figuras principais nas lutas travadas pela comunidade negra mundial.

Enquanto Garvey exercia grande importância através de suas opiniões e referencial teórico para Associação Universal para o Progresso do Negro (UNIA)⁵, o honorável W.E.B Du Bois fazia os mesmos atributos na Organização Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP)⁶. Todavia, essas são somente algumas das ocupações dos intelectuais selecionados, ou seja, se a situação racial não permitia deslizes, ambos queriam alcançar respostas urgentes para solucionar as dores e as dificuldades pelas quais a população negra mundial estava submetida.

Para realizar a missão de encontrar as similaridades e as divergências que compõem o estudo sobre os problemas da comunidade negra, foram selecionados três textos de Du Bois e três textos de Garvey, são eles: O trabalhador Negro - W.E.B Du Bois [1935], As Almas do Povo Branco - W.E.B Du Bois [1940], O Negro e o Socialismo - W.E.B Du Bois [1958], Declaração de Direitos dos Povos Negros - Marcus Garvey [1920], África para os Africanos - Marcus Garvey [1922] e O maior inimigo do negro - Marcus Garvey [1923]. No qual, os autores debatem a vida enquanto pessoas pertencentes de um grupo racializado e as soluções aos problemas que surgem dessa vivência. Pensando nisso, o primeiro momento visa discutir a origem e a relevância dos respectivos pensadores, o segundo momento traça um perfil que expõem as suas demandas e opiniões em relação às questões mencionadas até aqui e o último momento identifica a recepção desses autores em momentos posteriores a sua vida e o impacto da sua visão política sobre a atualidade.

Caminhos destoantes e homens completamente diferentes

A ideia de que um caminho não condiz com o percurso intelectual do sujeito é equivocada, pois quando se observa a capacidade de interação social e a ideia de ocupação dos espaços de poder, o indivíduo pode criar múltiplas teias de relações a partir de conexões com novos lugares e pessoas. As trajetórias dos intelectuais negros William Edward Burghardt “W. E. B.” Du Bois e Marcus Mosiah Garvey, demonstram sobretudo, lugares de poder ocupados de diferentes modos e para diferentes públicos desde o início das suas carreiras públicas. Essa parte do trabalho visa investigar, de forma resumida, o percurso intelectual e histórico de ambos.

O jovem intelectual Du Bois aos 17 anos já havia saído de casa para cursar sua faculdade

5 A UNIA foi o maior movimento político afro - americano dos Estados Unidos, pois reunia um imenso número de pessoas.

6 A Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor foi fundada em 1909 por brancos progressistas e Du Bois, foi uma importante organização na luta por direitos civis das pessoas racializadas e sendo pioneira nessa luta. Disponível: <<https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/2837/hoje-na-historia-fundada-a-primeira-entidade-de-combate-ao-racismo-nos-eua>>. Data de acesso: 12/01/2024.

algo que narrou na sua vida de forma autobiográfica⁷. Na narração, ele aponta que viveu e sentiu-se diferente entre a Universidade de Fisk que recebia outros alunos e alunas pertencentes a comunidade preta e as pequenas diferenças que passaram a fazer parte da sua vida quando seguiu adiante em seus estudos em outro espaço que é Harvard.

Se eu tivesse saído da minha escola secundária em Great Barrington para Harvard, eu teria pensado em mim como um homem de Massachusetts e meus companheiros seriam os brancos de lá. Porém, vindo de Fisk trouxe comigo o sentimento de uma raça separada, nunca me senti um homem de Harvard, me senti um homem de Fisk. Eu estava vindo para Harvard com um propósito específico: para tentar levar adiante a educação que recebi em Fisk, mas para tentar trabalhar sozinho e não buscar contato com meus colegas, se eles quisessem me conhecer, teriam que fazer um esforço em sua parte. (ONE, 2021 [tradução nossa])

Essa mensagem de W.E.B Du Bois reitera que se ele não tivesse conhecido as pessoas racializadas de Fisk jamais teria tido o mesmo comportamento de buscar entender e debater os aparelhos segregativos que estavam em operação nos Estados Unidos. O honrado intelectual dispôs seu caminho a defender incansavelmente os seus e sobre isso menciona que “o problema do século XX é o problema da linha de cor”. Segundo, Gerald Horne (2010) a linha de eventos estudantis seria assim: Nasceu em Great Barrington, Massachusetts, em 23 de fevereiro de 1868. Recebeu um diploma da Fisk University, em Nashville, Tennessee, por volta de 1888. Recebeu outro diploma da Harvard College em 1890.

A formação de Marcus Mosiah Garvey foi completamente diferente, pois ele não conseguiu estabelecer um caminho prolongado nas instituições de ensino oficiais embora seja válido destacar que o intelectual nunca se afastou dos livros ou qualquer artigo no qual achasse válido e inclusive escreveu até um artigo sobre o processo de estar sempre em busca de aprendizado e a necessidade da população negra se organizar em relação à leitura⁸

Devido às dificuldades econômicas de sua família, ele deixou a escola aos quatorze anos e aprendeu a trabalhar na impressão e no ramo de jornais. Interessou-se por política e logo se envolveu em projetos que visavam ajudar as pessoas que estavam na base da sociedade⁹ [Tradução nossa]

Porém, Garvey continuou a trabalhar com informações e comunicações importantes através de seu processo de aproximação da imprensa, ou seja, foi por meio da elaboração gráfica que ocorreu um aflorar de novas percepções tendo em vista que essa função possibilita estar em contato com diferentes ideias e acontecimentos e aos 18 anos ele se torna chefe de uma casa de impressão na Jamaica e também fala da influência de Booker T. Washington sobre sua formação pessoal (GARVEY, 2014). Os intelectuais viajaram vários países e eram brilhantes escritores, Garvey publicava no jornal *Negro*

7 Me refiro aqui a gravação que foi realizada em 1961 para a Folkways Records em que ele conta partes da sua vida por cerca de uma hora. Essa gravação pode ser encontrada no youtube. Disponível: < <https://www.youtube.com/watch?v=Ooa-CzT7NWg>> . Acesso: 01/01/2024.

8 O artigo que me refiro é o “Como Ler” que busca consolidar o hábito da leitura em torno da população negra. Disponível:<https://ewe.branchable.com/index/LIVROTEKA_PRETA/Marcus_Mosiah_Garvey_-_Como_ler.pdf>. Data de acesso: 14/01/2024.

9 “Due to the economic hardship of his family, he left school at age fourteen and learned the printing and newspaper business. He became interested in politics and soon got involved in projects aimed at helping those on the bottom of society”. Disponível em:<<https://nationalhumanitiescenter.org/tserve/twenty/tkeyinfo/garvey.htm>>. Acesso: 01/01/2024.

*World*¹⁰ e Du Bois na revista *The Crisis*¹¹. Desta forma, além de artigos que foram produzidos por ambos, é válido que seja mencionado que Du Bois escreveu mais de 20 livros, ou seja, ambas ideias estavam em circulação no território norte-americano e alguns escritos já eram exportados naquele contexto para outros países.

A travessia das sensações: o princípio de divergências

Para entender a mentalidade intelectual dos autores, se pode citar Booker Taliaferro Washington¹² que se apresenta como uma leitura comum entre ambos, mas que se percebe as diferentes recepções e interpretações que eles dão ao intelectual Booker T. Washington¹³. Em *O maior Inimigo do Negro*, Marcus Garvey nos diz que leu “*Up from Slavery*” [Acima da Escravidão¹⁴] e imaginava-se tornando um líder negro inspirado em Booker T. Washington.

Eu estive em contato com Booker T. Washington e disse a ele o que eu pretendia fazer. Ele convidou-me para a América e prometeu falar ao meu lado, no Sul e em outros estados, para ajudar o meu trabalho. Embora ele tenha morrido no inverno de 1915, eu tomei minhas providências e cheguei nos Estados Unidos em 23 de março de 1916. (GARVEY, 2014, p.6)

Para Garvey, era evidentemente que Washington era nas suas palavras “grande herói” (GARVEY, 2014, p.6). Todavia, Du Bois via com maus olhos as abordagens de Booker T. Washington e destacou um capítulo inteiro de seu livro *As almas do Povo Negro* para debater o problema das ações e falas que Booker T. Washington estava trazendo a comunidade afro-americana pertencente à sociedade norte-americana. Abaixo destaca-se alguns desses pontos que visam discutir a visão de Du Bois sobre Booker T. Washington:

- Du Bois, queria que a população negra tivesse oportunidades intelectuais, culturais e políticas no estado nacional e não somente a opção de ser um trabalhador braçal dessa forma acusava o programa de Booker T. Washington de ser muito conciliador aos cidadãos brancos norte-americanos, pois “seu programa de educação para o trabalho, de conciliação com o Sul e de submissão e silêncio em relação aos direitos civis e políticos não era exatamente novidade” (DU BOIS, 2021a, p.63).
- Du Bois desejava alcançar prestígio e ascensão social por meio do seu esforço intelectual e também desejava que isso fosse possível aos outros cidadãos afro-americanos, por isso, apontava:

10 O jornal ficou famoso internacionalmente, foi fundado em 17 de agosto de 1918 e tinha por foco divulgar as ideias de Marcus Garvey e do movimento UNIA ao mundo.

11 A revista foi criada em 1910 por W.E.B Du Bois que a editou até 1934. A revista buscava valorizar intelectuais negros e promover diversas formas culturais que vagam da arte até poemas no seio da comunidade afro-americana que tinha acesso a revista.

12 Booker T. Washington foi um renomado intelectual, ativista, educador e político afro-americano. Nasceu em 1856 e faleceu em 1915. Ficou famoso por defender ideias de caráter meritocrático e incentivar a comunidade negra à escalada social através de seu trabalho.

13 Washington foi o primeiro homem negro a receber e estar em um jantar na Casa Branca norte-americana. Foi reconhecido internacionalmente.

14 Tradução nossa. A obra representa uma autobiografia de Booker T. Washington que foi publicada em 1901. Washington teve sua autobiografia traduzida no Brasil pela primeira vez em 1940, pela tradução de Graciliano Ramos, na Companhia Editora Nacional.

O sr. Washington pede especialmente que o povo negro abra mão, pelo menos por ora, de três coisas: a primeira, o poder político; a segunda, a reivindicação de direitos civis; a terceira, a educação superior para a juventude negra - concentrando todas as suas energias na formação para o trabalho, na acumulação de riqueza, e na reconciliação com o Sul. (DU BOIS, 2021a, p.76)

Cabe destacar esses pontos importantes que evidenciam o motivo desses autores serem tão divergentes sobre um intelectual que foi contemporâneo ao momento histórico em que eles existiram. Washington, era alguém que concentrava anseios da população negra recém-liberta e conseguiu apoio de setores importantes dentro da sociedade norte-americana. Foi um intelectual renomado internacionalmente em sua época e estava inserido em círculos políticos importantes devido ao seu discurso sobre a aprendizagem e a capacitação da população negra. Se pode citar, algumas das suas ideias contidas no livro *Memórias de Um Negro* que ratificam essa dualidade política que se por um lado há a meritocracia e o desejo de se vencer pelo esforço que mobilizam e encorajam a população negra a liderar-se pelo carácter e a instrução do outro lado se frisa uma colisão com branco e advém o processo de escravidão como uma providência divina que é benéfico ao futuro do negro norte-americano (WASHINGTON, 1940).

Os intelectuais se aproximam de Booker T. Washington por ser uma figura de extrema relevância, mas destoam dele por seus interesses pessoais e aspirações sociais. Se Du Bois, vê um conciliador e Garvey, vê um líder que ensina a como liderar é a demonstração da complexidade em que a subjetividade negra era colocada no contexto de libertação negra norte-americana. Vale destacar que Du Bois sempre fez parte na condição de crítico e construtor das condições de vida da comunidade afro-americana no pós-abolição e a liderança era algo que alguém oriundo de um país que ainda era colonizado pela Inglaterra desejava possuir, pois a situação colonial na Jamaica exalava uma marginalidade a aspirações sociais grandes por parte dos nativos e Garvey era um jamaicano que não era proveniente da elite local. Ocorreram nesse sentido problemas entre os autores que resultaram em brigas e troca de farpas, devido às posições contrapostas em que eles estavam situados:

Du Bois, tinha relações cordiais com Washington, em nada comparáveis com as acusações de “lunático” ou “traidor” que dirigia a Marcus Garvey, o que lhe valia em retorno ser chamado de “white man’s nigger”, “o negro do homem branco”(Christian, 1999: 286). Num artigo publicado em 1923, na *Centrury Magazine*, Du Bois descrevia Garvey como um “homem negro, baixo, gordo e feio, mas com um olhar inteligente”, que tentava substituir a supremacia branca “por uma rudimentar e um tanto brutal supremacia negra” (Watkins - Owens, 1996:113). Da mesma forma, o movimento de Garvey não encarava, a seus olhos, o pensamento dos “negros americanos mais inteligentes”, pois era fruto de um grupo de camponeses jamaicanos “em sua maioria, pobres, ignorantes e analfabetos” (ibid). (CAPO-NE, 2011, 68)

A travessia dos colonizados: O que é o problema colonial para ambos?

Quando se pauta uma discussão sobre o trabalho intelectual de Garvey e Du Bois, não se pode negar a luta que ambos estavam se aprofundando em uma estrutura racista e o que se visa é o detalhamento ou as nuances em que esses autores colocavam a questão racial que diferem enormemente de um para outro, embora, ambos concordem com as desigualdades e injustiças nas quais a população negra era submetida.

Por exemplo, similar, mas não igual às ideias de Booker T. Washington, Garvey não acreditava que um negro devia esperar algum lugar de prestígio ou sucesso dentro da sociedade norte-americana. Esse fato não pode ser minimizado dado a influência de Garvey sobre multidões e o lugar social em que ele pretendia chegar:

O homem negro não deve ser encorajado, nas nações brancas, a esperar ser presidente, governador, senador, prefeito, deputado, juiz ou líder social e industrial. Nós acreditamos que com a crescente ambição do negro, se um país não for providenciado para ele em 50 ou 100 anos, haverá um confronto terrível, que será desastroso para ele e a desgraça para nossa civilização. Desejamos prevenir esse confronto, conferindo ao negro um país todo seu. Sentimos que todo homem branco de mente aberta e boa disposição, colaborará nessa direção. É por causa dessa crença, sem dúvida, que meus inimigos perversamente afirmam que sou um membro da Ku Klux Klan, mesmo sendo um homem negro (black-man). (GARVEY, 2014, p.11)

Garvey queria a África para os africanos, ou seja, apesar de nunca ter ido a algum país africano em vida, ele acreditava que se os negros fossem levados de volta ao seu continente seria proveitoso para que a vida em comunidade e semelhança construísse novas oportunidades para a população preta. Todavia, cabe destacar que a África ainda sofre com seus colonizadores através do neocolonialismo e na época de Garvey, as primeiras independências africanas ainda não haviam começado, embora, ele tenha fundado uma iniciativa de navegação para a população negra chamada Black Star Line que visava não só viagens, mas o retorno a África e essa iniciativa tenha sido sabotada como aponta no seu artigo *O maior inimigo do negro*.

A análise de Du Bois estava propensa ao universalismo, ou seja, tendia a compreender as coisas como pertencentes a um sentido maior, dessa forma enxergava o trabalho feito por racializados como essencial a indústria do algodão norte-americana e a medida que era necessário novos arranjos sociais, esse sujeito racializado ocupava lugares diferentes desde que fosse em condição subalterna. Du Bois, colocava sua abordagem centralizada em uma visão do modelo social em que viviam.

Aqui está o cerne do problema da Religião e da Democracia, da Humanidade. Palavras e gestos fúteis de nada valem. Da exploração do proletariado negro vem o Mais-Valor roubado de bestas humanas que, em terras cultas, a Máquina e o Poder velam e escondem. A emancipação do homem é a emancipação do trabalho e a emancipação do trabalho é a libertação dessa maioria básica de trabalhadores amarelos, pardos e pretos. (DU BOIS, 2022)

Há nitidamente uma abordagem distante e distinta que se caracteriza enquanto Garvey coloca o cerne dos problemas raciais na relação entre brancos e negros, nesse sentido, sua preocupação é criar um espaço no qual o governo do homem negro seja por ele mesmo gerenciado e eliminando as possibilidades de supressão ou até mesmo de influência do homem branco sobre o mesmo e essa abordagem é completamente diferente da proposta por Du Bois, pois ele introduz “O futuro do negro, portanto, fora da África, é como chuva e desastre” (GARVEY, 2017, p.14). Du Bois, está propondo analisar que é o modelo social que gerou a escravidão e esse mesmo sistema sobrepõem a vida de trabalhadores negros as demandas que julga sem honra ou menos favorecidas nesse quesito, ou seja, se há um maquinário e um poder que se ratifica em forma de lei para que essa estrutura seja seguida é também possível pensar que o homem branco só captou a lógica desse complexo de engrenagens em primeiro lugar e para vencer é necessário mudar não só a relação entre brancos e negros, mas as condições estruturais nas quais elas se manifestam.

Houveram também muitas outras disputas entre Garvey e Du Bois, como a participação negra na Primeira Guerra Mundial, que era apoiada por Du Bois e lida como inaceitável por Garvey. Du Bois acreditava que ao lutar na guerra, uma dívida de sangue estava sendo estabelecida e uma medida a mais para libertação de outras pessoas racializadas estava sendo tomada e Garvey não acreditava que a guerra pudesse trazer algum benefício para população negra, só seria um risco a vida e ao seu bem-estar para revelia dos homens brancos, segundo Adi (2022).

A travessia das expectativas: O que é o futuro?

A África para os africanos não foram só palavras ao vento, Garvey insistiu para que houvesse uma ocupação dos sujeitos racializados sobre a África e mencionou que essa ideia de “reconquista territorial” tinha por objetivo criar esse governo para pessoas negras e realizar a construção de um continente centrado em seus problemas de forma pan-africanista.

É só uma questão de mais alguns anos, quando a África estará totalmente colonizada pelos Negros, como a Europa é pela raça branca. O que nós queremos é uma nacionalidade Africana independente, e se a América for ajudar os povos Negros do mundo a estabelecer tal nacionalidade, então essa assistência será bem vinda. Espera-se que, quando chegar a hora dos Negros da América e das Índias Ocidentais estabelecerem-se em África, eles percebam a sua responsabilidade e o seu dever. Não será ir para a África com a finalidade de exercer um domínio sobre os nativos, mas sim devem ter o objetivo da Associação Universal para o Progresso do Negro, de estabelecer na África a cooperação fraternal que tornará o interesse dos Africanos nativos e dos Negros americanos e das Índias Ocidentais único e o mesmo, isto é, vamos entrar em uma parceria para erguer a África nos interesses da nossa raça. (GARVEY, 2017, p. 25)

Garvey pensava em fundar uma aristocracia própria na África e ansiava deixar de lado os mais de 300 anos de separação entre os indivíduos que sofreram com a diáspora e aqueles que ficaram sob o regime colonial de outras potências europeias (GARVEY, 2017). O futuro da raça negra estava na África para Garvey e isso condiz que ele não iria abrir mão de defender essa colonização do negro sobre o continente africano.

A imaginação de um futuro para Du Bois era completamente diferente, pois ele acreditava que o problema era o modelo social em que estavam vivendo e que a única diferença seria com uma mudança de sistema financeiro.

Os negros americanos devem especialmente, acordando de seu medo presente e letargia, reafirmar sua liderança no mundo americano da cultura que Phillis Wheatley começou no século XVIII, Frederick Douglass liderou no XIX e James Weldon Johnson e Carter Woodson avançaram no XX. Negros americanos devem estudar o socialismo, sua ascensão na Europa e Ásia e sua particular adequação para a emancipação da África. Eles precisam compreender que nenhum sistema de reformas pode oferecer ao negro americano uma emancipação tão real quanto o socialismo. O capitalismo que por tanto tempo reinou na Europa e América do Norte foi fundada sobre a escravidão negra na América e aquela escravidão não desaparecerá completamente enquanto capitalismo privado continuar sobrevivendo. A luta para preservar segregação racial ao longo da linha de cor nos Estados Unidos apenas ajuda a direcionar o negro americano mais rapidamente nos braços do socialismo. (DU BOIS, 2021b)

O texto de Du Bois evoca a dimensão econômica na qual é impossível pensar alguma liberdade sem que haja oportunidades equivalentes em um sistema e nesse sentido a segregação e a ausência de bem-estar entre a população negra seriam motivações fortes para que a população negra se debruçasse

em entender o socialismo e modificar sua realidade com base nesse modelo social. O futuro para Du Bois é a construção de um novo modelo econômico que acaba por interferir diretamente nas relações sociais. Todavia, cabe reiterar que ambos estavam competindo por atenção

Ora, em suas perspectivas pan-africanistas, Garvey e Du Bois recorriam às mesmas elites negras na África e no Caribe. Porém, se o movimento de Garvey gozava de uma grande popularidade em todas as classes da população negra norte-americana, o de Du Bois e o NAACP só atingiam uma minoria culta que lia os jornais militantes. (CAPONE, 2011, p. 69)

A travessia da dor: as similaridades entre Garvey e Du Bois

A dor é certamente um elemento capaz de criar elos entre aqueles que sofrem do mesmo motivo e dessa forma, por mais que suas análises e expectativas de futuro fossem diferentes, o elemento da ferida provocada pela colonização aparece em ambos e podem ser comparados mutualmente. Dessa forma, essa parte do artigo busca trazer as similaridades que vivenciaram tanto Garvey como Du Bois.

A religião é um ponto de partida interessante, pois Garvey menciona que “contra todos esses desumanos, anticristãos e incivilizados tratamentos, estamos aqui e agora protestando energicamente, e invocando a condenação de toda a humanidade” (GARVEY, 2017, p.3). Essa abordagem de Garvey pondera que há um cristianismo melhor e que os valores cristãos exercidos pelos norte-americanos não são autênticos e fidedignos com a real filosofia do cristianismo. Du Bois evoca uma menção similar quando diz que:

A religião de uma nação é sua vida e, como tal, o cristianismo branco é um fracasso miserável. Tampouco seríamos injustos com esta crítica: sabemos que nós também falhamos, como vocês, e rejeitamos muitos Budas, assim como vocês negaram a Cristo; mas nós reconhecemos nossa fragilidade humana, enquanto você, alegando super-humanidade, zomba incessantemente de nossas deficiências.

O número de indivíduos brancos que estão praticando com uma aproximação razoável a democracia e o altruísmo de Jesus Cristo é tão pequeno e sem importância a ponto de ser motivo de piada nos suplementos dominicais e em *Punch*, *Life*, *Le Rire* e *Fliegende Blätter*. Em seu trabalho de missão estrangeira, o extraordinário auto-engano da religião branca é resumido: solenemente, o mundo branco envia cinco milhões de dólares em propaganda missionária para a África a cada ano e nos mesmos doze meses acrescenta vinte e cinco milhões de dólares do gim mais vil fabricado... Paz aos áugures de Roma! (DU BOIS, 2023)

A arrogância do homem branco em se considerar o único portador de civilidade, caráter, ética e moral também é apontada:

Tudo considerado, o título do universo reivindicado pelo Povo Branco é defeituoso. Deveria, pelo menos, parecer plausível. Quão fácil, então, por ênfase e omissão, fazer as crianças acreditarem que toda grande alma que o mundo já viu era a alma de um homem branco; que todo grande pensamento que o mundo já conheceu foi o pensamento de um homem branco; que todo grande feito que o mundo já fez foi feito por um homem branco; que todo grande sonho que o mundo já cantou foi o sonho de um homem branco. Em suma, se do mundo fosse retirado tudo o que não pudesse ser atribuído ao povo branco, o mundo seria, no mínimo, ainda maior, mais verdadeiro, melhor do que agora. (DU BOIS, 2023)

Garvey também menciona essa arrogância “Você e eu já não valemos na América, no Império Britânico, ou em qualquer outra parte do mundo branco; já não vale mais qualquer homem Negro aonde quer que coloque sua cabeça lá fora” (GARVEY, 2017, p.3) e ambos estão questionando o que

a brancura fez para obter seus espaços de poder: eliminou o Outro (racializado).

A travessia do tempo: Garvey e Du Bois por outros

O tempo fez com que Du Bois se tornasse um dos responsáveis para o estabelecimento do socialismo como um modelo a se pensar por parte da comunidade afro-americana, se no início de sua trajetória ele mantinha certa distância, ao passar dos anos, sua aproximação e filiação demonstravam que o intelectual havia mudado. As obras de Du Bois ainda ganham traduções ao redor do mundo e seu legado enquanto intelectual negro em um período tão difícil ainda é lembrado, inclusive, seu papel na construção por uma leitura que englobasse o sujeito negro, segundo Adi (2022).

Garvey trouxe ao mundo pensamentos que foram utilizados para elaborar a consciência rastafári, pelo qual ficou conhecido como “missionário ou profeta” rastafári¹⁵ e dessa forma muitas músicas que fazem parte do estilo *Reggae* foram inspiradas em Garvey. Seu movimento e sua afrocentricidade ainda são abordados em todo mundo. Longe de repercussões somente positivas, Garvey foi muito criticado por comunistas como C.L.R James¹⁶ que inclusive o comparou com um fascista, “Todas as coisas que Hitler mais tarde faria tão bem, Garvey já punha em prática em 1920 e 1921” (JAMES,2023,p.113). James acreditava que a separação racial e os métodos empregados por Garvey eram extremamente similares às práticas fascistas de controle de massas mobilizadas por Hitler. Apesar de o chamar de confuso e todas as abordagens ditas acima, James também destacou

uma coisa Garvey conseguiu fazer. Ele tornou o negro norte-americano mais consciente de suas origens africanas e despertou pela primeira vez um sentimento de solidariedade internacional entre africanos e pessoas de ascendência africana. Levando em conta que era dirigido contra a opressão, foi um avanço de carácter progressista. (JAMES, 2023, p.114)

Segundo, Capone a figura de Garvey era chamada também de “Moisés negro”(CAPONE, 2011,p.65), pois assim como personagem bíblico buscava libertar o povo hebreu dos grilhões acometidos por pelo Faraó egípcio, Garvey era o homem que buscava libertar o negro da servidão em relação ao homem branco.

Considerações Finais

O embate intelectual entre Booker T. Washington, Marcus Garvey e W.E.B. Du Bois permanece como um capítulo essencial na história do movimento negro nos Estados Unidos, que repercutiu para além desse país. Ao longo deste estudo, se explorou as diversas facetas desse confronto de ideias, mergulhando nas visões contrastantes e nas consequências dessas perspectivas divergentes.

Ao analisarmos a trajetória desses dois líderes e intelectuais afro-americanos, torna-se evidente que cada um deles representava uma abordagem única em relação à luta pela emancipação e igualdade racial. Se a influência de Booker T. Washington, trouxe sua ênfase na educação técnica e na colaboração com os brancos, buscando uma via de ascensão dentro do sistema existente. Marcus Garvey, por sua vez, defendia a autodeterminação e o retorno à África como um caminho para escapar da opressão e construir uma identidade negra independente. Enquanto isso, W.E.B. Du Bois advogou

15 Garvey profetizou que haveria um novo rei e esse rei governaria para população negra. Disponível:<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39596814>>. Data de acesso: 17/01/2024.

16 Cyril Lionel Robert James nasceu em 4 de janeiro de 1901 e faleceu em 19 de maio de 1989. Foi um teórico, jornalista e escritor comunista.

por uma luta mais agressiva por direitos civis, uma educação com mais liberdades além do pacote industrial e a integração plena na sociedade americana.

Essas diferentes abordagens refletiam não apenas estratégias políticas distintas, mas também concepções variadas sobre identidade, pertencimento e justiça social. Enquanto Washington acreditava na colaboração e na gradual conquista de direitos, Garvey clamava pela autonomia e pela soberania negra, e Du Bois defendia uma abordagem mais confrontativa e radical em busca da igualdade racial.

No entanto, é importante ressaltar que apesar das divergências, esses líderes compartilhavam um objetivo comum: a busca pela dignidade, liberdade e igualdade para os negros. Suas visões complementares, por mais conflituosas que fossem, enriqueceram o debate sobre o futuro do movimento negro e inspiraram gerações futuras de ativistas e pensadores.

Por fim, ao refletirmos sobre o legado de Booker T. Washington, Marcus Garvey e W.E.B. Du Bois, somos confrontados com questões essenciais sobre identidade, poder e justiça social. Seus ensinamentos e ideias continuam a ressoar em nosso tempo, servindo como fonte de inspiração e orientação para aqueles que lutam por um mundo mais justo e igualitário para todos. Assim, cabe a nós honrarmos o legado desses líderes ao continuarmos a luta por uma sociedade onde a cor da pele não determine o destino de uma pessoa.

Referências bibliográficas

ADI, Hakim. *Pan-Africanismo: uma história*. 1.ed. Salvador: Edufba, 2022.

CAPONE, Stefania. *Os yoruba do novo mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. O “Moisés dos pretos”: Marcus Garvey no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, p. 129-150, 2017.

DU BOIS, W.E.B. *As almas do povo branco*. Traduagindo, 2023. Disponível: <<https://traduagindo.com/2023/04/25/w-e-b-dubois-as-almas-do-povo-branco/>>. Data de acesso: 13/01/2024.

DU BOIS, W.E.B. *O negro e o socialismo*. Traduagindo, 2021b. Disponível: <<https://traduagindo.com/2021/05/07/dubois-negro-e-o-socialismo/>>. Data de acesso: 13/01/2024.

DU BOIS, W.E.B. *O trabalhador negro*. Traduagindo, 2022. Disponível: <<https://traduagindo.com/2022/12/27/w-e-b-du-bois-o-trabalhador-negro/>>. Data de acesso: 13/01/2024.

DU BOIS, WEB. *As Almas do Povo Negro*. 1.ed. São Paulo: Editora Veneta, 2021a.

GARVEY, Marcus. *A estrela preta*. EdisciplinasUSP, 2017. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663261/mod_resource/content/1/%5BAULA%202%5D%20Garvey_outros%20ensaios.pdf>. Data de acesso: 14/01/2024.

GARVEY, Marcus. *O maior inimigo do negro*. EdisciplinasUSP, 2014. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663260/mod_resource/content/1/%5BAULA%20%5D%20Garvey_inimigo%20do%20negro.pdf>. Data de acesso:14/01/2024.

HORNE, Gerald. *W.E.B DU BOIS: A Biography* [W.E.B DU BOIS: Uma Biografia]. 1th ed. Califórnia:Greenwood biographies, 2010. Inglês.

JAMES, C.L.R. *Uma história da revolta pan-africana*. 1.ed. São Paulo: Veneta, 2023.

ONE, Reelblack. *W.E.B. DuBois: A Recorded Autobiography (1961)*. Youtube, 4 de mar. de 2021. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=Ooa-CzT7NWg>>. Acesso em: 01/01/2024.

WASHINGTON, Booker T. *Memórias de um negro*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.